



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

Avaliação do Plano Plurianual

- Atividades Circunstanciadas
- Cenário Fiscal
- Avaliação dos Programas e Ações

Exercício 2011

Ano Base 2010

Porto Velho, março de 2011

Avaliação do Plano Plurianual

- Atividades Circunstanciadas
- Cenário Fiscal
- Avaliação dos Programas e Ações

ROBERTO EDUARDO SOBRINHO
Prefeito do Município de Porto Velho

SÉRGIO LUIZ PACÍFICO
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

BORIS ALEXANDER GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Adjunto Municipal de Planejamento e Gestão

JOSÉ ROCHA DE ALBUQUERQUE
Coordenador Municipal de Orçamento / SEMPLA

CHIRLES MARCILEIA DE ALMEIDA
Chefe da Assessoria Técnica / SEMPLA

Equipe Técnica

Francisco das Chagas Maia de Souza
Paulo Tadeu Marques de Carvalho
João Bosco Peixoto de Almeida

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEMPLA
Coordenadoria Municipal de Orçamento - CMO
Rua Abunã, 2625, Liberdade
Telefones: (69) 3901-3121 / 3901-3120
CEP 76.820-332– Porto Velho – Rondônia – Brasil
Home Page: www.portovelho.ro.gov.br
E-mail: sempla-cmo@portovelho.ro.gov.br

APRESENTAÇÃO

A avaliação anual do Plano Plurianual – PPA tem como objetivo contribuir para o alcance dos resultados previstos nos programas que o integram, por meio do aperfeiçoamento contínuo da gestão de programas e da alocação de recursos no plano e nos orçamentos do município, de modo a aprimorar a qualidade do gasto público.

A avaliação além de um instrumento que proporciona a identificação dos resultados alcançados na implementação dos programas, subsidia a elaboração das avaliações de cada Secretaria ou Órgãos Setoriais e espelha os registros de informações, realizados pelos Gerentes de Programa e Coordenadores de Ação no Sistema Municipal de Planejamento e Gestão – SIMPLAG.

Os resultados alcançados pela implementação do Plano Plurianual – PPA, no exercício de 2010, são frutos do esforço do governo e da sociedade na busca de um modelo de desenvolvimento inclusivo e redutor da desigualdade social. E foram alcançados graças à participação da sociedade na indicação de prioridades. Essa participação se materializou, principalmente, nas reuniões e audiências públicas do Orçamento Participativo para levantamento das necessidades públicas para a elaboração dos instrumentos do planejamento orçamentário (PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA).

Ressalta-se também como de suma importância para os resultados alcançados o Planejamento Estratégico Participativo anual, realizado com a participação de toda a equipe de gestores e técnicos da administração pública municipal.

Ampliar a participação democrática no planejamento municipal continua sendo um desafio permanente do Governo Municipal na formulação e implementação das políticas públicas. Esse princípio de gestão pública ressalta a importância da divulgação da avaliação dos resultados da ação de governo para a sociedade. Nesse sentido, os resultados apresentados neste Relatório de Avaliação devem ser discutidos e disseminados pelos Órgãos do Poder Executivo, pela Casa Legislativa Municipal e pelo conjunto da sociedade, de forma crítica e ativa, de modo a permitir o avanço da democracia.

O Relatório busca analisar os resultados consolidados do PPA 2010-2013, alcançados no exercício de 2010, abrangendo:

- Relatório das Atividades Circunstanciadas, por área de governo;
- Cenário Fiscal;
- Avaliação Qualificativa e Quantitativa dos Programas e Ações.

Assim, espera-se que os resultados das avaliações quantitativas e qualitativas sejam um norte para a gestão do Plano e que seja para a sociedade portovelhense um instrumento auxiliar no fornecimento de informações para o fortalecimento da participação popular na gestão pública.

Sérgio Luiz Pacífico
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O art. 6º da Lei nº 1.836, de 20 de Outubro de 2009 (PPA 2010-2013), prevê a avaliação anual do Plano Plurianual 2010 a 2013. Assim, com esta finalidade, o Relatório Anual de Avaliação apresenta-se estruturado em três capítulos:

I – Atividades Circunstanciadas, por área de governo;

II – Cenário Fiscal

III – Avaliação Qualitativa e Quantitativa dos Programas e Ações

O Capítulo I é constituído pelo relatório circunstanciado das atividades realizadas no exercício de 2010, enfocando as principais realizações em cada área de atuação do governo e pontuais exames comparativos dos índices e metas alcançadas neste primeiro período de execução do Plano.

No Capítulo II analisa-se o cenário fiscal do Município, com a demonstração e avaliação das metas fiscais alcançadas em 2010, compreendendo a receita, despesa, resultados primário e nominal, dívida consolidada, limites constitucionais na aplicação nos recursos com Saúde, Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Despesas com Pessoal.

O Capítulo III contempla a avaliação qualitativa e quantitativa de cada programa e ação, por órgão de governo, abrangendo os resultados obtidos em 2010, com informação sobre o alcance dos índices previstos para o final do PPA para cada indicador e de cumprimento das metas, identificando inadequações e restrições que afetaram o desempenho dos programas e sugerindo medidas corretivas.

As avaliações referem-se aos programas do tipo finalístico e de apoio às políticas públicas, agrupados por órgão setorial, obtidas a partir da percepção dos gerentes de programas e suas equipes, com a coleta de informações na ótica de auto-avaliação, por meio de roteiros de questões respondidas no módulo de avaliação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão (SIMPLAG).

O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com os atores diretamente envolvidos no processo de avaliação, representados pelos gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, integrantes das Unidades Orçamentárias (Secretarias Municipais, Fundos, Autarquias e Fundações, inclusive a Câmara Municipal). E no âmbito do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Municipal – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA, com participação da equipe técnica da Coordenadoria Municipal de Orçamento.

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO I
ATIVIDADES CIRCUNSTANCIADAS,
POR ÁREA DE GOVERNO



MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Estado de Rondônia

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



Roberto Eduardo Sobrinho
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Emerson Silva Castro
VICE-PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO

Maria de Fátima Ferreira de Oliveira
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)

Williames Pimentel de Oliveira
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA)

Raimundo Marcelo F. Fernandes
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS (SEMOB)

Israel Xavier Batista
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS (SEMPRE)

Pedro Costa Beber
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS (SEMEPE)

Jair Ramires
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS (SEMUSB)

Benedita do Nascimento Pereira
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS)

Agnaldo Ferreira Dos Santos
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMA)

Klebson Luiz Lavor e Silva
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER (SEMES)

José Wildes de Brito
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SEMAGRIC)

Ian Kleber Cerqueira de Farias
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO (SEMUR)

Itamar dos Santos Ferreira
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO (SEMTRAN)

Miriam Saldaña Peres
CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

Mara Regina da Silva Oliveira Araújo
COORDENADORA DA COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

João Herbety Peixoto dos Reis
PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO (IPAM)

Mário Sérgio Leiras Teixeira
PRESIDENTE EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO (EMDUR)

Ana Cristina Cordeira da Silva
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA (SEMFAZ)

Sérgio Luiz Pacífico
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEMPLA)

Joelcimar Sampaio da Silva
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMADE)

Mário Jonas
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO (PGM)

Cricélia Fróes Simões
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO (CGM)

Eduardo Carlos Rodrigues da Silva
PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO (CÂMARA MUNICIPAL)

Altair dos Santos Lopes
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO (FUNCULTURAL)

Yêda Maria de Melo Baleeiro
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME)

Miriam de Amorim Brelaz
DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE PORTO VELHO (FUNDESCOLA)

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

SUMÁRIO

Secretaria Municipal de Educação (SEMED)	3 a 63
Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA)	64 a 489
Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)	490 a 493
Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais (SEMPRE)	494 a 502
Secretaria Municipal de Programas Especiais (SEMEPE)	503 a 516
Secretaria Municipal de Serviços Básicos (SEMUSB)	517 a 527
Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)	528 a 567
Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA)	568 a 579
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMES)	580 a 590
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAGRIC)	591 a 600
Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação (SEMUR)	601 a 615
Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito (SEMTRAN)	616 a 618
Gabinete do Prefeito (GP)	619 a 639
Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres	640 a 649
Instituto de Previdência e Assistência do Município (IPAM)	650 a 658
Empresa de Desenvolvimento Urbano (EMDUR)	659 a 668
Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ)	669 a 723
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEMPLA)	724 a 743
Secretaria Municipal de Administração (SEMAD)	744 a 768
Procuradoria Geral do Município (PGM)	769 a 775
Controladoria Geral do Município (CGM)	776 a 835
Câmara Municipal de Porto Velho	836 a 849
Fundação Cultural do Município de Porto Velho (FUNCULTURAL)	850 a 856
Conselho Municipal de Educação (CME)	857 a 867
Fundação Escola do Servidor Público Municipal de Porto Velho (FUNDESCOLA)	868 a 878

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)

O Sistema Municipal de Ensino Compreende

- As Instituições de ensino mantidas pelo poder público municipal;
- As Instituições de educação infantil criada e mantida pela iniciativa privada;
- Os órgãos municipais de educação, sendo eles:
 - Secretaria Municipal de Educação;
 - Conselho Municipal de Educação;
 - Estabelecimentos públicos municipais de ensino;
 - Centro de Formação dos Profissionais de Educação de Porto Velho;
 - Escolas Municipais de Música;
 - Bibliotecas Municipais

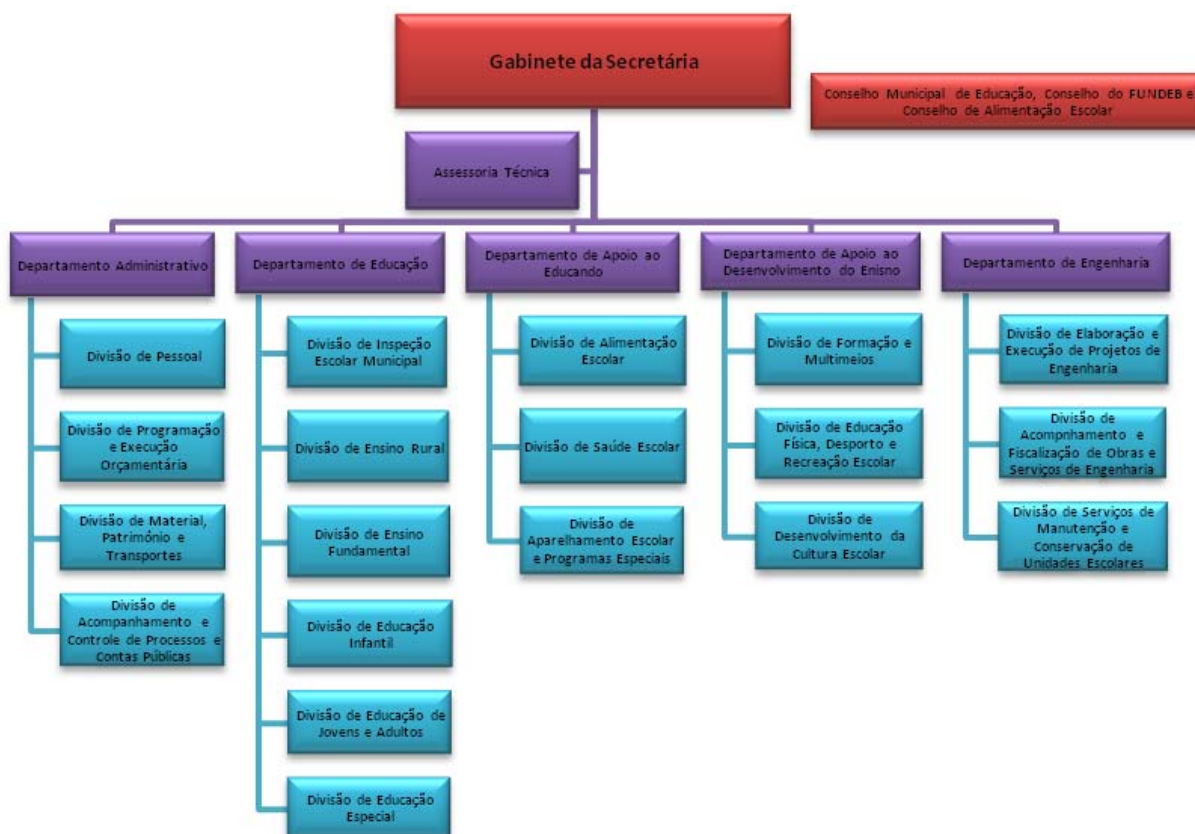
A Secretaria Municipal de Educação, unidade orgânica de direção superior, diretamente subordinada ao Prefeito do Município de Porto Velho, compete formular, executar, coordenar e avaliar as políticas públicas de educação no âmbito municipal.



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Organograma

Lei Complementar nº 341 de 02/01/2009.



Programas Financeiros - Municipal

O PROAFEM – Programa de Apoio Financeiro as Escolas Municipais, consiste no repasse direto dos Recursos para as Escolas.



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Dados Educacionais - Taxas

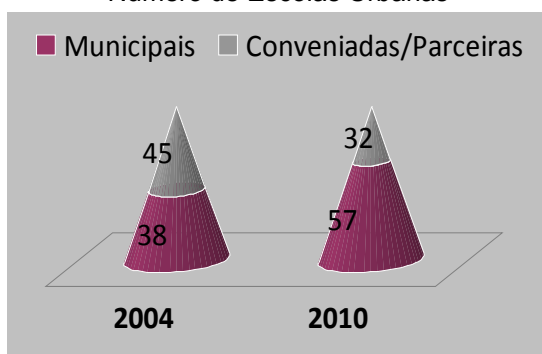
TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE			
	Ensino Fundamental - anos iniciais	Ensino Fundamental - anos finais	Ensino Médio
PORTO VELHO (2009)	19,10%	32,40%	25,60%
Rondônia (2009)	22,00%	25,10%	23,10%
Região Norte (2009)	34,00%	33,30%	47,30%
Brasil (2009)	23,00%	25,00%	30,40%
TAXA DE ABANDONO			
	Ensino Fundamental - anos iniciais	Ensino Fundamental - anos finais	Ensino Médio
PORTO VELHO (2009)	2,50%	5,70%	8,60%
Rondônia (2009)	1,80%	5,30%	11,60%
Região Norte (2009)	4,90%	8,00%	16,40%
Brasil (2009)	2,30%	5,30%	11,50%
TAXA DE APROVAÇÃO			
	Ensino Fundamental - anos iniciais	Ensino Fundamental - anos finais	Ensino Médio
PORTO VELHO (2009)	87,40%	72,20%	75,00%
Rondônia (2009)	87,20%	76,10%	76,10%
Região Norte (2009)	81,00%	79,20%	73,00%
Brasil (2009)	88,50%	81,30%	75,90%
TAXA DE REPROVAÇÃO			
	Ensino Fundamental - anos iniciais	Ensino Fundamental - anos finais	Ensino Médio
Taxa de reprovação (2009)	10,10%	22,10%	16,40%
Rondônia (2009)	11,00%	18,60%	12,30%
Região Norte (2009)	14,10%	12,80%	10,60%
Brasil (2009)	9,20%	13,40%	12,60%
Taxa de distorção idade-série - Fonte: MEC/INEP/DTDIE			
Taxa de abandono - Fonte: MEC/INEP/DTDIE			
Taxa de aprovação - Fonte: MEC/INEP/DTDIE			
Taxa de reprovação - Fonte: MEC/INEP/DTDI			

DADO EDUCACIONAIS

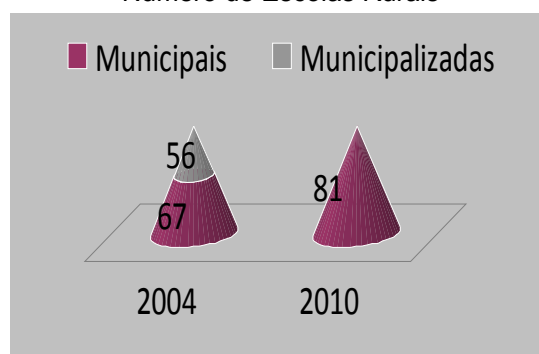
CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar é um levantamento de informações estatístico-educacionais de âmbito nacional, realizado anualmente. Ele abrange a Educação Básica, em seus diferentes níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e modalidades: Ensino Regular, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

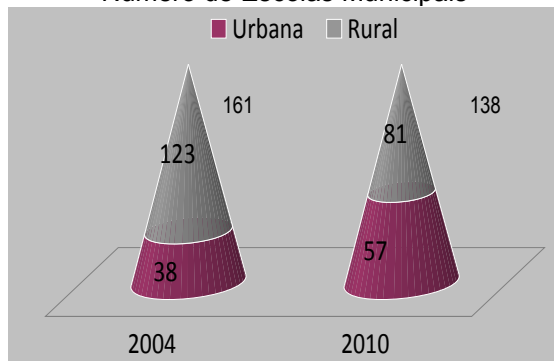
Número de Escolas Urbanas



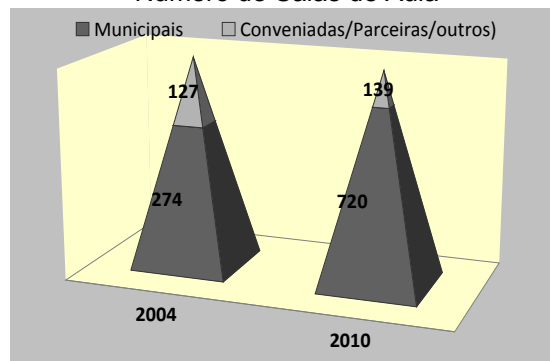
Número de Escolas Rurais



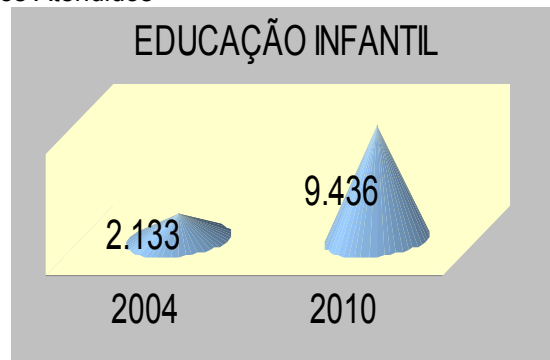
Número de Escolas Municipais



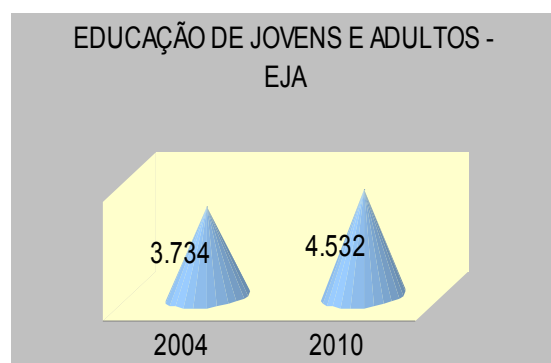
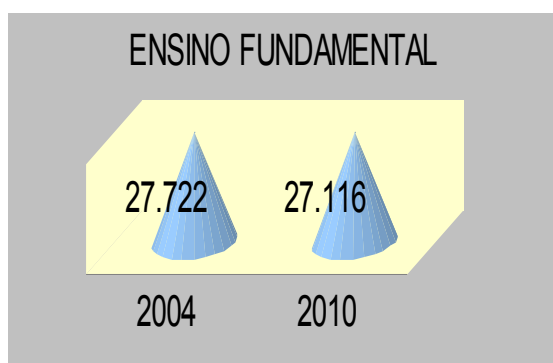
Número de Salas de Aula



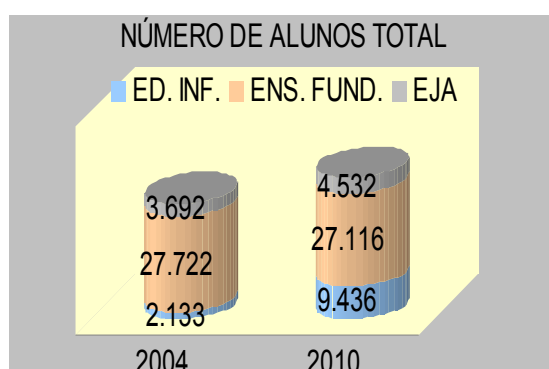
Número de Alunos Atendidos



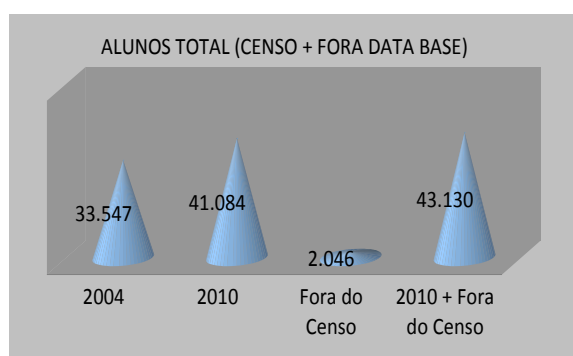
Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



NOTA: Em 2005 as escolas: Antonia Vieira Frota, Jaime de Alencar, Bandeirantes, Maria de Nazaré e General Osório retornaram para o Estado – Nº de Alunos em 2010 = 3.651



Um dado não apresentado nos quadros anteriores, que é o resultado final do Censo Escolar/2010, são os referentes ao número de alunos totais atendidos pelo Município, uma vez que os alunos matriculados após data base do Censo não são computados no resultado final.



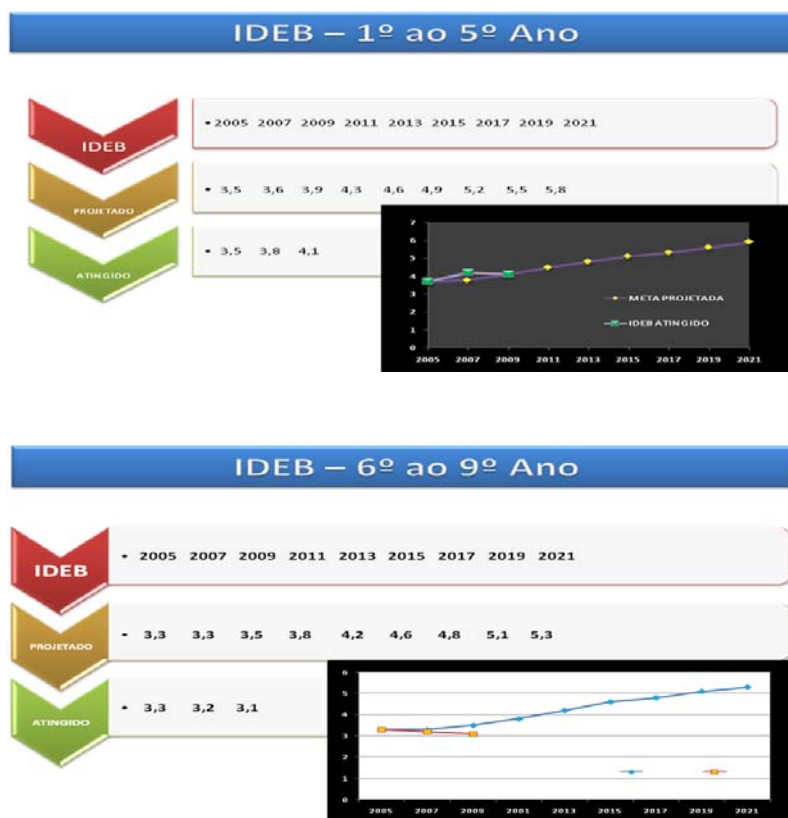
Podemos verificar que o número de alunos efetivamente atendidos no Município é bem maior que o informado no Resultado Oficial do Censo/2010.

IDEB – MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Inep e em taxas de aprovação. Assim, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula.

Para que pais e responsáveis acompanhem o desempenho da escola de seus filhos, basta verificar o Ideb da instituição, que é apresentado numa escala de zero a dez. Da mesma forma, gestores acompanham o trabalho das secretarias municipais e estaduais pela melhoria da educação.

O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.



PROGRAMA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

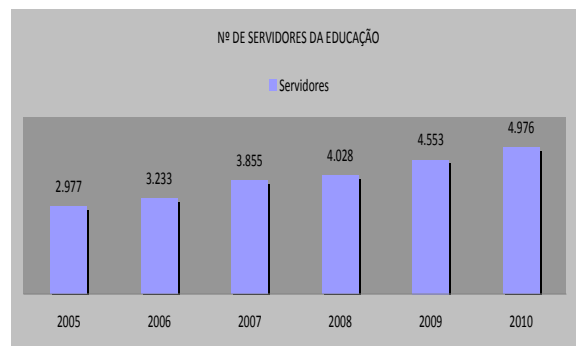
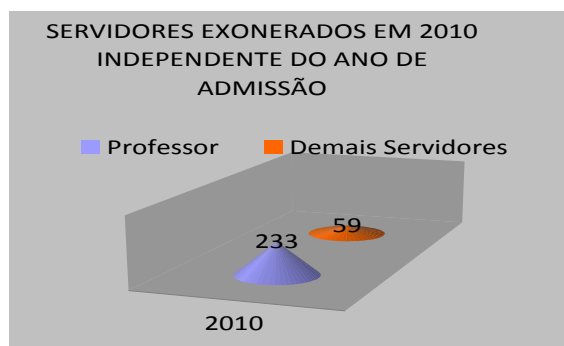
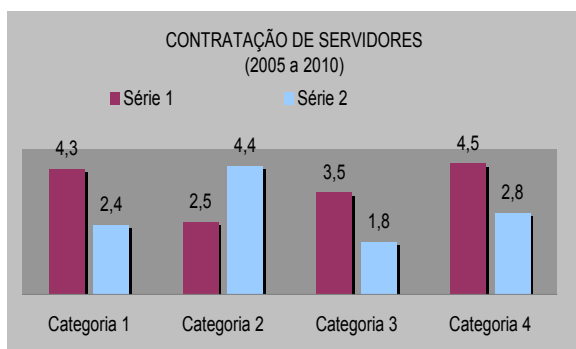
O Programa de Gestão Democrática da Secretaria Municipal de Educação se voltou para o fortalecimento da auto-organização dos segmentos que integram a comunidade educacional contribuindo com o fortalecimento da democracia participativa e representativa. Para isso, buscou-se um processo de garantia de participação democrática de modo a fortalecer e aperfeiçoar a construção e definição de políticas públicas, seu acompanhamento, a capacidade de compreensão sobre financiamento e estrutura de orçamentos públicos e as próprias relações de representatividade.

A partir do Programa de Gestão Democrática foi possível desenvolver as seguintes ações:

- Participação representativa das escolas rurais e urbanas na elaboração do Planejamento Estratégico da Secretaria;
- Consolidação do Plano Municipal de Educação – PME;
- Organização dos Conselhos Escolares já constituídos;
- Realização de reuniões mensais (Comunidade Escolar);
- Realização da Conferência Municipal de Educação;
- Participação Instituição e fortalecimentos de Conselhos (Conselho Municipal de Alimentação Escolar, Meio Ambiente, FUNDEB entre outros) ;
- Implantação de Conselhos Escolares;
 - 53 Escolas Urbanas;
 - 24 Escolas Rurais;
 - 06 Conselhos formados através de consórcios, contemplando 29 escolas rurais.
 - 05 Conselhos sendo implementados nas escolas novas: Som da Craviola, Belezas do Buriti, Flamboyant, Pé de Murici, Santa Margarida.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

CONTRATAÇÃO DE PESSOAL NA EDUCAÇÃO

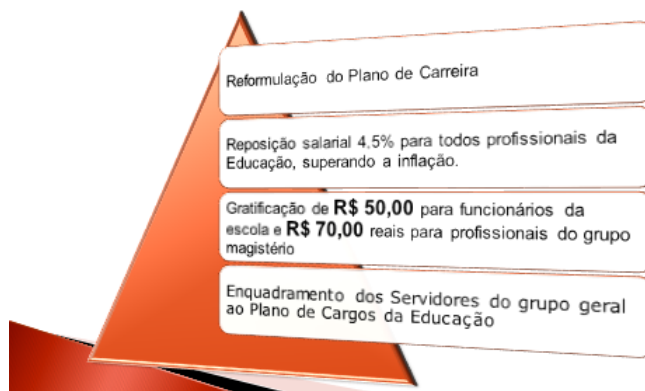


DADOS: Ano de 2010, retirada do Módulo GP em 19/11/2010

POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO

O investimento na valorização dos profissionais que atuam na educação na Rede de Ensino de Porto Velho baseia-se em três aspectos: a formação profissional inicial; formação profissional continuada e as condições de trabalho, salário e carreira.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:

Formação inicial

PRÓ-LICENCIATURA (PROLICEN)



O programa oferece formação inicial a distância a professores em exercício nos anos/séries finais do ensino fundamental ou ensino médio dos sistemas públicos de ensino.

O Pró-Licenciatura ocorre em parceria com instituições de ensino superior que implementam cursos de licenciatura a distância, com duração igual ou superior à mínima exigida para os cursos presenciais, de forma que o professor cursista mantenha suas atividades docentes.

No município de Porto Velho são ofertados os cursos nas áreas de Biologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Educação Física, Artes Visuais e Teatro, pela Universidade de Brasília – UnB, Música, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

FORMAÇÃO	AÇÕES	OBSERVAÇÃO
TEATRO	• Encontros Presenciais que ocorreram no Centro de Formação dos Profissionais da Educação no Município de Porto Velho; • Apresentações teatrais. • Custeio de passagens e diárias para cursistas.	• Inscritos 50 • Em andamento; Previsão de Encerramento 2012
MÚSICA	• Encontros Presenciais na Escola de Música Jorge Andrade; • Sarau	• Inscritos: 50 • Em andamento; Previsão de Encerramento 2012
BIOLOGIA	• Encontros presenciais que ocorreram no Campos da UNIR/Porto Velho	• Inscritos: 50 • Em andamento; Previsão de Encerramento 2012
EDUCAÇÃO FÍSICA	• Encontros presenciais que ocorreram no Campos da UNIR/Porto Velho; • Custeio de diárias e passagens aos cursistas que residiam fora do Município de Porto Velho;	• 50 Inscritos • Em andamento; Previsão de Encerramento 2012

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

UAB - Universidade Aberta do Brasil

Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB

- Escolha da Coordenação;
- Encontro de Coordenadores em Brasília;
- Instalação de Computadores;
- Formação de Auxiliar de Biblioteca;
- Vestibular 2010;
- Processo Seletivo para Tutores;
- Reuniões e relatórios;
- Inscritos: 135 em andamento, sendo 50 vagas para Pedagogia; 35 Letras; e, 50 Administração pública.

PROFUNCIONÁRIO

Tem como objetivo principal oferecer, formação e habilitação em nível médio, aos funcionários que atuam nas escolas públicas da educação básica, Com as habilitações Técnico em Alimentação Escolar, para as merendeiras, Técnico em Infraestrutura Escolar, para os funcionários de apoio e limpeza, e também o curso Técnico em Secretaria Escolar, para os secretários e agentes de secretaria escolar.

ATENDIDOS NO PRO LICENCIATURA(Artes Visuais, Teatro, Música, Educação Física e Biologia)		
ANO	INSCRITOS	CONCLUINTES
2008 a 2012	150	A concluir

ATENDIDOS NO PROFUNCIONÁRIO		
ANO	INSCRITOS	CONCLUINTES
2007 à 2008	250	240
Em 2010	300 inscrições	A iniciarem 2011

Formação continuada

PROGRAMA GESTÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR (GESTAR)

O Programa Gestão da Aprendizagem Escolar - GESTAR é um programa que apresenta um conjunto de ações articuladas a serem desenvolvidas junto a professores habilitados para atuar nos quatro anos iniciais do Ensino Fundamental.

- Encontros semanais presenciais (4h) no Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Município de Porto Velho e nos Distritos de Vista Alegre do Abunã, Extrema, Nova Califórnia e Calama;
- Carga horária 240 horas;
- Planejamento de aulas juntamente com os professores;
- Acompanhamentos aos cursistas pelo formador em sala de aula;
- Elaboração do plano de curso, conforme as diretrizes dos PCNs, sob a orientação das formadoras;
- Acompanhamento das avaliações diagnósticas; e Orientação aos professores nas Elaboraões de Projetos Educacionais, voltados para o domínio de habilidades e competências dos alunos.
- Encerramento das turmas de 2010 em 02/12/2010 no Centro de Formação dos Profissionais da Educação.



ATENDIDOS no GESTAR		
ANO	INSCRITOS	CONCLUINTES
2007 à 2008 2008 à 2009	Urbano: 150 Campo: 100	Urbano: 52 Campo: 58
2009	Urbano: 150	Urbano: 28
2010 2010 à 2011	Urbano: 87 Campo: 100	Urbano: 23 Campo: a concluir

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

PROGRAMA PRÓ LETRAMENTO

O Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem como objetivo principal dar suporte a ação pedagógica aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

- Abertura de Processo para contratação de empresa para atendimento nos serviços de lanche, xerox, aquisição de materiais pedagógicos e certificação;
- Diárias para formação de tutores em Ji-Paraná;
- A abertura do programa foi realizada no dia 09.03.08 e o encerramento ocorreu dia 30.11.2010 no centro de formação dos profissionais de educ. de Porto Velho;
- A matrícula inicial em Alfabetização e Linguagem foi de 125 cursistas e em Matemática foi de 69 cursistas, perfazendo um total de 194 professores inscritos.
- Os encontros quinzenais tiveram duração de 4 horas cada, perfazendo um total de 120 horas de estudo;
- Atendimento dos cursistas para esclarecimento de dúvidas e organização de trabalho pessoal; Foram realizadas as avaliações dos encontros pelos cursistas, sendo uma Intermediária que ocorreu no meio do curso e outra no final;
- Encerramento da Formação de Tutores;
- Realização da Oficina de Leitura e da Oficina Jogos e Brincadeiras na área de Alfabetização e Linguagem;
- Realização da Oficina de Jogos Matemáticos na área de Matemática;
- O encerramento aconteceu no Centro de Formação dos Profissionais de Educação de Porto Velho no dia 30.11.2010, das 19h às 22h30min.



ATENDIDOS no Pró-Letramento		
ANO	INSCRITOS	CONCLUINTES
2008	1ª fase) 215 (2ªfase)	70 60
2009	150	37
2010	194	55

PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA

O Programa Formação pela Escola é um programa de formação continuada, na modalidade à distância, que tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com execução, monitoramento, avaliação, prestação de contas e controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE – Formação pela Escola iniciou suas ações em fevereiro de 2010, onde foram realizadas:

- Divulgação do Programa formação pela Escola junto às comunidades escolares;
- Recebimento de fichas de pré-matrícula;
- Cadastro no Sife Web (Sistema de Informação do Programa Formação pela Escola);
- Efetivação da matrícula no Sife Web;

Os cursos foram:

1. PDDE, Programa Dinheiro Direto na Escola com 13 inscritos;
2. Competências Básicas (módulo obrigatório) 36 inscritos. As atividades foram desenvolvidas na data de 17 de maio de 2010 no Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Porto Velho. No período de 22/05 a 20/06 houve atendimento intermediário com socialização das atividades individuais e coletivas, auto-avaliação e recebimento de trabalho final. Depois de concluídas as fases exigidas pelas diretrizes do “Programa Formação pela Escola” foi realizada avaliação do cursista no Sife-Web.
3. FUNDEB aos concluintes de Competências Básicas. O Encontro Inicial aconteceu em 27 de agosto de 2010, no Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Porto Velho.

ATENDIMENTO		
ANO	INSCRITOS	CONCLUINTES
2008	-	-
2009	40	23
2010	89	70

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR – LATO SENSU/2010

O Curso de Especialização em Gestão Escolar é resultado de uma política do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, em parceria com a UNIR, SEDUC E UNDIME. Tem como objetivo principal contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico e administrativo dos gestores que atuam nas escolas públicas, em uma perspectiva democrática.

O curso iniciou com 399 cursistas inscritos sendo 225 da UNDIME e 174 da SEDUC, e o município de Porto Velho com 35 cursistas/gestores.

- Carga horária de 400 horas distribuídas em:
 - Introdução ao ambiente Moodle e ao curso – 40h
 - Salas Ambientes e TCC – 360h
 - I. Fundamentos do Direito à Educação – 60h
 - II. Políticas e Gestão da Educação – 60h
 - III. Planejamento e Práticas da Gestão Escolar – 60h
 - IV. Tópicos Especiais – Conselhos Escolares – 30h
 - V. Oficinas Tecnológicas – 30h
 - VI. Projeto Vivencial + TCC – 120h

Atividades do Programa no Município de Porto Velho/RO

- Abertura do Programa no dia 19 de fevereiro de 2010 no auditório da FATEC;
- Encontros nos polos presenciais;
- Formação do Colegiado;
- Reunião do Colegiado a cada dois meses no decorrer do curso;
- Reunião técnica com as Agências Formadoras do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública, nos dias 25 e 26 de agosto/2010;
- No decorrer de 2010, aconteceram encontros nos polos presenciais com a participação dos professores das Salas Ambientes e dos Assistentes de Turma.

Pós em Gestão Escolar		
ANO	INSCRITOS	CONCLUINTES
2009 a 2011	35	A concluir

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES DO CAMPO - PROFA do Campo

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores do Campo – PROFA do Campo é destinado aos professores da rede municipal de educação em efetivo exercício do magistério nas escolas do campo.

Inicialmente foi realizada a formação de formadores que vem ocorrendo desde 2009, tendo a fase 1 concluída em 2010. Os trabalhos com os professores terão início em 2011. São 6 formadoras que atenderão aos professores do campo inscritos no Programa.

Os encontros serão mensais com duração de 8 horas cada um, perfazendo um total de 180h de curso. Os mesmos ocorrerão de acordo com as localidades dos Núcleos de Ensino, com turmas na EMEF 13 de Maio (NEPA – Núcleo de Ensino de Ponta do Abunã); EMEF Henrique Dias (NESC - Núcleo de Ensino de São Carlos); NEC - Núcleo de Ensino de Calama e CFPE – Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Porto Velho (NEPV Núcleo de Ensino de Porto Velho).

O curso encontra-se em fase de inscrição, tendo a abertura dos encontros prevista para 2011. As inscrições estão sendo realizadas no CFPE – Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Porto Velho e nos Núcleos de Ensino. Atualmente já foram inscritos 101 professores.

Atividades do Programa no Município de Porto Velho/RO

- Elaboração de processo para contratação de empresa para prestação de serviços de Xerox, alimentação, compra de materiais;
- Abertura das atividades de formação de formadores/2010 em 27/05/2010;
- Estudos de formadora/coordenador.

Pós em Gestão Escolar		
ANO	INSCRITOS	CONCLUINTES
2009 a 2011	35 Coordenadores ped.	A concluir
Em 2011	200 professores	A iniciar

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

PROINFO

O Programa Nacional de Informática na Educação/PROINFO é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), por meio do Departamento de Infra Estrutura Tecnológica (DITEC), em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.

O PROINFO Integrado é uma ação de Formação Continuada com duração total de 180 horas que são divididas em três etapas. Iniciada em maio de 2008, a primeira fase, de 40 horas, aborda informações básicas sobre educação digital com base no sistema Linux Educacional, software livre criado especialmente para as escolas públicas brasileiras. Com 100 horas, a segunda etapa aborda a aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação na educação, conhecida como TIC's. A terceira etapa do PROINFO Integrado compreende 40 horas referentes à Elaboração de Projetos objetivando desenvolver projetos a serem utilizados no ambiente escolar integrando as Tecnologias da Informação e Comunicação/TIC's.

PROFESSORES CAPACITADOS – POR ANO												
NTM	2008				2009				2010			
	IED	TIC	EP	Total	IED	TIC	EP	Total	IED	TIC	EP	Total
URBANO	98	-	-	98	174	-	-	174	62	128	72	262
RURAL	-	-	-	-	-	-	-	-	72	-	-	121
Sub Total:	98	-	-	98	174	-	-	174	134	128	72	383
PROFESSORES CAPACITADOS – GERAL												
NTM	GERAL											
	IED			TIC			EP			Total		
Porto Velho	406			128			72			606		

Legenda:

IED: Introdução a Educação Digital – 40h

TIC: Ensinando e Aprendendo com as TIC's – 100h

EP: Elaboração de Projetos – 40h

MÍDIAS NA EDUCAÇÃO

Mídias na Educação é um Programa a distância, com estrutura modular, que tem por objetivo proporcionar a Formação Continuada para o uso pedagógico das diferentes Tecnologias da Informação e da Comunicação, bem como, TV e Vídeo, Informática, Rádio e impresso de forma integrada ao processo de ensino e aprendizagem, aos profissionais de educação, contribuindo para a formação de um leitor crítico e criativo, capaz de produzir e estimular a produção nas diversas mídias.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

O programa possibilita diferentes percursos de aprendizagem e certificação. Estão previstos três níveis de certificação, constituindo ciclos de estudo: o Ciclo Básico, de Extensão, com 120 horas de duração; o Intermediário, de Aperfeiçoamento, com 180 horas e o Avançado, de Especialização, com 360 horas.

O Programa é destinado aos profissionais da educação, (Professores da Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e de Educação Profissional) tendo como foco principal o processo de Formação Continuada, visando o melhor uso das Tecnologias da Informação e Comunicação/TIC's. Contribuindo para o desenvolvimento de uma prática pedagógica mais crítica e criativa, através da utilização integrada de diferentes mídias (rádio, TV, impressos e informática).

A proposta do curso leva o aprendiz a identificar aspectos teóricos e práticos no contexto das diferentes mídias, reconhecer as mais apropriadas em consonância com o contexto do processo de ensino aprendizagem. O professor é contemplado com enorme incentivo para inserir em sua prática pedagógica o uso integrado de diversas linguagens de comunicação (impressas, sonoras, visuais, audiovisuais, informáticas, telemáticas etc.).

PROFESSORES ATENDIDOS		
Ano	Professor	Fase
2009/2010	-	Ciclo Básico
2009/2010	09	Ciclo Intermediário
2009/2010	01	Ciclo Avançado
Sub-Total	10	

ESPECIALIZAÇÃO EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL – PUC/RJ

Pós-graduação *lato sensu* Tecnologias em Educação, na modalidade à distância, integra um conjunto de ações do Plano Desenvolvimento da Educação/PDE, que possui como diretrizes a ampliação do conceito de educação a distância com a incorporação de todos os meios tecnológicos cabíveis e a capacitação dos professores para utilização destes meios. Foi ministrado pela Pontifícia Universidade

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, tendo início em agosto de 2009 e encerramento em 2010, com 48 concluintes do município de Porto Velho.

A proposta do curso leva o aprendiz a identificar aspectos teóricos e práticos no contexto das diferentes mídias, reconhecer as mais apropriadas em consonância com o contexto do processo de ensino aprendizagem. O professor é contemplado com enorme incentivo para inserir em sua prática pedagógica o uso integrado de diversas linguagens de comunicação (impressas, sonoras, visuais, audiovisuais, informáticas, telemáticas etc.).

PROFESSORES CONCLUINTES		
Ano	Local	Quantidade
2009/2010	Urbana	37
	Rural	04
Total		41

PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO – PROUCA

É uma iniciativa do Governo Federal através da Secretaria de Educação a Distância/SEED/MEC, em parceria com os Estados da federação. Houve uma 1ª Fase intitulada Pré-Piloto, iniciada no ano de 2007. A Instituição Escolar representada pelo município de Porto Velho é a E.M.E.F. João Ribeiro Soares.

No estado de Rondônia o Programa Um Computador por Aluno encontra-se em fase de preparação e Formação dos Professores, tendo na Coordenação Geral a Universidade Estadual de Campinas/Unicamp e Coordenação Local a Fundação Universidade Federal de Rondônia/Unir. A equipe é composta por três formadores, cinco tutores da Secretaria de Educação Estadual e Municipal e quatro pesquisadores da Fundação Universidade Federal de Rondônia/Unir.

Professores/gestores/coordenação pedagógica			
Local	Professores	Gestores	Equipe pedagógica
Porto Velho	18	02	03

PROGRAMA ALUNO INTEGRADO

É um Programa a distância, desenvolvido com o objetivo de oportunizar a alunos de escolas públicas, qualificação no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação/TIC's, de forma integrada ao processo de ensino e aprendizagem.

Propiciando aos participantes da formação, o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao uso qualitativo da internet, processadores de texto, planilha de cálculos, banco de dados, software de apresentação, sistemas operacionais e manutenção de hardware. Proporcionando a qualificação para o mercado de trabalho, promovendo a socialização do jovem e a inclusão digital.

O Programa é destinado aos alunos de 13 a 17 anos, que estejam cursando em escolas públicas brasileiras. Está previsto certificação, constituindo um ciclo de estudo de 180 horas.

CURSO DE CAPACITAÇÃO DE ALUNOS		
Ano	Inscritos	Concluintes
2009	45	29
2010	80	12
Total	125	41

PROJETOS e PARCERIAS

Oi To no mundo - Não é só um programa de Inclusão Digital. É uma experiência que integra escola, família e comunidade através das novas tecnologias em telecomunicações, sendo pioneiro no Brasil no desafio e na experiência de implementar uma das maiores Comunidades Virtuais de Escolas de todo o território nacional.

As escolas participantes são equipadas com laboratórios de informática compostos por computadores, scanners, impressoras e acesso à internet e um programa de formação vem dar suporte aos educadores no desenvolvimento de projetos que incluam a utilização pedagógica destas ferramentas no dia a dia das escolas.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Esses projetos são especialmente desenvolvidos de acordo com as realidades e necessidades locais e têm como objetivo final contribuir para a autossustentabilidade das comunidades atendidas. Nesses nove anos de atuação, foram postos em prática centenas de projetos, que, concretamente, estão mudando a vida de muitos brasileiros.

São atendidas duas escolas municipais: EMEF Ulisses Soares e EMEF 13 de Maio.

Ações de Formação voltada para a Educação Inclusiva:

RELATÓRIO DAS FORMAÇÕES REALIZADAS PELA DIEES -2010

O I Seminário Municipal Promovendo a Educação Inclusiva foi realizado pela Secretaria Municipal de Educação, através do Departamento de Educação (DE), Divisão de Educação Especial (DIEES) no período de 21 a 24 de setembro de 2011, objetivando fortalecer o papel dos sistemas educacionais inclusivos, assegurando a inclusão educacional dos alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, com duração de 32 (trinta e duas) horas e contemplando 300 (trezentos) profissionais da educação das escolas da rede municipal de ensino e conveniadas.

Valor total do Seminário - R\$ 88.931,50 - Fonte 102.

O Curso Atendimento Educacional Especializado (AEE), teve a finalidade de capacitar 40 (quarenta) professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais, comprometidos com a inclusão de educandos /as na vida escolar e social, visando promover escolas abertas à diversidade, assegurando aprendizagem de qualidade para todos/as os alunos/as, cumprindo o que preconiza a Política da Inclusão, através de oficinas de formação de professores.

As oficinas foram realizadas da seguinte forma: os 40 (quarenta) profissionais da educação das escolas foram distribuídos em 02 (dois) grupos de 20 (vinte) participantes. As oficinas foram realizadas em 10 (dez) encontros quinzenais de 04 (quatro) horas, totalizando 40 (quarenta) horas cada no período de 02 de julho a 26 de novembro de 2010.

EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA “VIVA INFANCIA”

No Município de Porto Velho, as ações voltadas para a Educação Infantil, possibilitam o acesso e a permanência desta clientela no âmbito escolar, onde são priorizadas as particularidades de cada indivíduo como parte prioritária do processo.

Com a intenção de estimular esta clientela, são propiciados atividades lúdicas, jogos e exercícios de capacidades físicas e psicológicas, a fim de que estas iniciem o processo de descobertas e letramento. Sendo assim, esta Divisão no decorrer do ano realizou formações e capacitações com Professores e Coordenadores da Educação Infantil.

FORMAÇÃO CONTINUADA:

A Formação Continuada para os professores da Educação Infantil do município de Porto Velho, organizada pela Secretaria Municipal de Educação, através do Departamento de Educação e da Divisão de Educação Infantil, aconteceu no Centro de Formação – teatro Banzeiros, nos dias 02, 03, 04 e 05 de fevereiro de 2010, no período da manhã e tarde. O evento de caráter pedagógico teve como principal objetivo garantir a Formação Continuada dos/as professores/as que atuam na primeira etapa da Educação Básica visando assim a melhoria da qualidade de ensino aos alunos de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, integrantes da Rede Municipal de Ensino e Conveniada. O evento contou com mais de 448 funcionários, entre auxiliares de sala, professores, coordenadores e gestores das Escolas Municipais.



Os temas trabalhados foram: A importância da utilização dos materiais didáticos e pedagógicos em sala de aula; Linguagem Plástica; Linguagem Musical; Linguagem Corporal; Linguagem Matemática; Linguagem Oral e Escrita na Infância; e, A arte de contar Estórias.



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

FORMAÇÃO CONTINUADA – SEGUNDA ETAPA

A segunda etapa da Formação Continuada para os professores da Educação Infantil do Município de Porto Velho aconteceu nos dias 22 e 23 de abril e 06 e 31 de maio de 2010, no período da manhã e tarde, no Centro de Formação – Teatro Banzeiros. O evento de caráter pedagógico teve a participação de 204 educadores no período da manhã e de 119 no período da tarde e realizou-se dando sequência à primeira etapa de formação que já havia sido realizada no mês de fevereiro, portanto teve o mesmo objetivo o qual era garantir a Formação Continuada dos/as professores/as que atuam na primeira Etapa da Educação Básica visando assim a melhoria da qualidade de ensino aos alunos de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, integrantes da Rede Municipal de Ensino e Conveniada.

Na segunda etapa a Formação aconteceu prioritariamente através de oficinas, e foi realizada por polos. Salvo no último dia, 31 de maio, no qual o encontro desenvolveu-se através de palestras, com a presença de todos os polos.

CURRÍCULO PEDAGÓGICO

Os círculos pedagógicos com o objetivo de orientar os coordenadores a cerca de questões pedagógicas, auxiliando seu trabalho na escola. Foram realizados nove encontros, descritos abaixo:

Data	Temas Discutidos
06/04/2010	• Apresentação da equipe DIEI – Metas e trabalho para 2010; • Conversa Pedagógica – Uso do Portfólio como instrumento de registro e documentação do trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento.
29/04/2010	• Tema: “Não basta contar, tem que encantar”; • Oficinas: Avental de histórias, tapete de histórias, caixa de histórias e fantoches;
27/05/2010	• Tema: “Educação Infantil no mundo da Matemática”; • Parte Teórica: A importância de trabalhar a lógica na Educação Infantil; • Oficina: Proporcionar a interação entre os coordenadores para que os mesmos possam desenvolver jogos e brincadeiras para trabalhar a lógica;
24/06/2010	• Tema: “Natureza e sociedade na educação infantil”; • Leitura Compartilhada do texto: Natureza em sociedade; • Oficina de dramatização, paródia, cantinho da natureza e confecção de cartazes;
29/07/2010	• Tema: A linguagem corporal como descoberta do mundo; • Exposição temática sobre psicomotricidade;
26/08/2010	• Tema: “A arte como expressão e comunicação do indivíduo”; • Valorizar a importância de trabalhar com o aluno o desenvolvimento da criação do raciocínio lógico-espacial, através das artes visuais;
30/09/2010	• Tema: “Cultura de Paz”; • Contribuir para a paz e a segurança promovendo cooperação entre as nações por meio da educação.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Data	Temas Discutidos
25/11/2010	• Memórias 2010 – Relembrar os momentos de aprendizagem proporcionados pelos círculos de 2010; • Compartilhar entre todos os presentes os trabalhos que a Escola desenvolveu a partir dos Círculos/2010.
09/12/2010	• Calendário Escolar para 2010; • Semana Pedagógica 2010; • Confraternização.

PROAFINC

O Programa de Apoio Financeiro às Instituições Filantrópicas, Confessionais e Comunitárias têm como principal objetivo garantir o atendimento à demanda excedente de aluno da Educação Infantil e da Educação Especial, não absorvida pela rede Municipal de ensino em suas dependências regulares.

Em 2010, foram firmados 31 convênios, atendendo um total de 4.490 alunos na Educação Infantil e despesa de R\$ 576,5 mil (abaixo segue a lista de Escolas conveniadas em 2010).

1. Mickey Mouse	17. Lar de Nazaré;
2. Cantinho da Felicidade (Geração de Samuel)	18. Mãe Trabalhadora;
3. Sonhos de Criança	19. Aconchego dos Pequenininhos;
4. Primeiros Passos	20. Casa Família Rosetta;
5. Bob Esponja	21. Escola São Domingos Sávio;
6. Madre Tereza de Calcutá	22. São José (Filhas da Cruz);
7. Associação Beneficente Educacional e Cultural SEMEAR	23. Rio Candeias;
8. Pequenos Brilhantes	24. Associação Filantrópica Solar da Paz;
9. Casa da Saúde Santa Marcelina/Marcelo Cândia BR	25. Creche Escola Mulher Amiga;
10. Oficina Criativa Luterana	26. Vovó Ana;
11. Caminho para o Futuro	27. Aquarelinha do Saber;
12. Metodista Wesleyana	28. Escola Maria Francisca dos Santos;
13. Tia Sônia	29. AMA;
14. Associação Moradores e Amigos dos Bairros JK I	30. Centro Educacional Batista El-Shadday;
15. Escola Comunitária Cantinho do Saber (Raimunda Araújo)	31. Floresta Encantada.
16. GG e Seus Amiguinhos;	

O Programa veio proporcionar a melhoria do ambiente das escolas que participam do PROAFINC, bem como o não pagamento de mensalidade pelos pais dos alunos. Pode-se verificar a melhoria do banheiro de uma das escolas (Escola Mickey Mouse).

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O Programa é uma modalidade de ensino da Educação Básica, destinados aqueles que não tiveram acesso à alfabetização ou continuidade de estudos no ensino fundamental.

Objetivos:

- Oportunizar acesso e permanência dos jovens e adultos na escola.
- Considerar as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho.
- Oportunizar a alfabetização e elevação da escolaridade.

A EJA funciona semestralmente (1º e 2º segmentos)

Público alvo: Jovens maiores de 15 anos de idade.

Ações desenvolvidas:

- Especialização na Educação de Jovens e Adultos, destinadas a professores e técnicas de assessoramento pedagógico da EJA.
- Construção da Proposta Curricular da EJA visa à construção de uma proposta curricular para a Educação de Jovens e Adultos do Município de Porto Velho. O seminário foi realizado em dois dias com a participação de profissionais da área Urbana e do Campo, que atuam na EJA. A metodologia utilizada foi baseada em palestras e oficinas por áreas afins. Em dezembro de 2009 foi adiada a Oficina de sistematização para concluir e apresentar a proposta curricular da EJA para o Município de Porto Velho. Sendo elas realizadas em 2010.

Seminários e Oficinas:

- Seminários – Palestra I: "A construção da Proposta Curricular da EJA do Município de Porto Velho: elementos norteadores".
- Oficinas: I Planejamento, leitura e produção de texto na construção do Currículo. II Planejamento e execução dos conteúdos matemáticos, III Planejamento e execução dos conteúdos dos Estudos da Sociedade e da Natureza. IV Construindo a Proposta Curricular para as séries iniciais na modalidade Educação de jovens e Adultos.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Projeto Reintegrar: objetivo implantar a qualificação profissional na EJA, que visa investir numa política de educação integrada entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Cidadania e propõe aliar teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e cidadania. Em 2009 foi realizada uma reunião com a SEMDES/TUR com o objetivo de realizar o levantamento da demanda para os arcos ocupacionais.
- Agenda Territorial – Reunião de articulação: Articular a construção da Agenda Territorial dos Municípios e Estados do Brasil. Socializar, articular e discutir propostas para a construção de uma política eficaz para a EJA. A reunião foi realizada em Brasília, contudo, os representantes do Estado de RO não se fizeram presentes e ficou encaminhado que seria realizada uma nova reunião em dezembro. O encontro foi realizado na cidade de Belém/PA e contou com a participação de representantes de todos os Estados.

Realizações de encontros:

- Acompanhamento pedagógico semanal visa acompanhar o desenvolvimento e execução da Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Municipais.
Quantitativo de Visitas realizadas EJA - 2010
Público: Zonas urbana e rural
Quantidade: 24 escolas urbanas e 14 escola rurais
- Encontros Pedagógicos mensais com a coordenação pedagógica das escolas que visa proporcionar espaço de construção e discussão de temas pertinentes a EJA, objetivando subsidiar os coordenadores e supervisores das escolas de Porto Velho.
- Orientações sobre a escolha do Livro Didático (PNLD EJA), por meio do guia didático disponibilizado pelo MEC;
- Acompanhamento do processo eleitoral para gestores das escolas/EJA;
- Socialização dos Trabalhos de conclusão do Curso de Pós-graduação da EJA com os professores da rede Municipal de Ensino, com a participação de 150 profissionais do 1º e 2º segmentos;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Quantitativo de Encontros Pedagógicos EJA - 2010

Público: Gestores, Coordenadores(as) Pedagógicos e professores (as)

Quantidade: 50

- Planejamento semanal da equipe de assessoramento pedagógico para a discussão de acompanhamento nas escolas e grupos de estudos.

Quantitativo de Planejamento EJA - 2010

Público: Técnicos/as de Assessoramento Pedagógico

Quantidade: 11

Formação inicial e Continuada – PROJOVEM

Formação inicial e continuada com Educadores do PROJOVEM URBANO, sendo Professores da Educação Básica e Educadores da Qualificação Profissional e Participação Cidadã. Tem por objetivo capacitar esses Educadores, para o exercício do Programa de 2009-2010, no Município de Porto Velho - RO, com base nas orientações dispostas na Resolução, e conforme proposta pedagógica.

Quantitativo de Educadores – ProJovem (2007 – 2010)		
Ano	Público	Quantidade
2007-2008	Professores do Programa	25
2009-2010	Professores do Programa	30

Programa Saberes da Terra

Qualificação de Educadores (2006 – 2007)		
Ano	Público	Quantidade
2006	Professores do Programa	26
2007	Professores do Programa	26

Programa Brasil Alfabetizado

Criar oportunidades de alfabetização a todos os cidadãos a partir de 15 anos, que não tiveram oportunidades ou foram excluídos da escola antes de aprender a ler e escrever. Duração de 08 meses, com no mínimo 320 horas/aulas, sendo 10 aulas por semana.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Meta em 2010: 850 alfabetizando.

Turmas Urbanas e Rurais, totalizando 50 turmas.

Ações realizadas:

- Formação Inicial e Continuada, alfabetizadores, Coordenadores de Turmas, interprete de libras para atuarem no Programa Brasil Alfabetizado:

Quantitativo de Alfabetizadores (2007 – 2010)		
Ano	Público	Quantidade
2007/2008	Alfabetizadores/as do Programa	50
	Coordenadores de turmas	03
	Interprete de libras e sinais	01
2008/2009	Alfabetizadores/as do Programa	44
	Coordenadores de turmas	05
	Interprete de libras e sinais	01
2009/2010	Alfabetizadores/as do Programa	40
	Coordenadores de turmas	05
	Interprete de libras e sinais	01
2009/2010	Alfabetizadores/as do Programa	25
	Coordenadores de turmas	05
	Interprete de libras e sinais	01

Projeto Superação – Pré-Vestibular Municipal

Oferecer curso pré-vestibular gratuito à população de Porto Velho, objetivando proporcionar o ingresso de alunos oriundos das escolas públicas nas Universidades.

Quantitativo de alunos - Superação (2008 – 2009)		
Ano	Público	Quantidade
2008	Alunos	1.143
2009	Alunos	615
2010	Alunos	1.170

Programa de Inclusão Social Universidade para Todos – Faculdade da Prefeitura

Criação do Programa Faculdade da Prefeitura visando atender a comunidade mais carente da população que não teve acesso ao ensino superior: O Programa de Inclusão Social Universidade para Todos – Faculdade da Prefeitura foi instituída através da Lei Municipal Nº. 1.887 de 08 de Junho de 2010, e destina-se à concessão de bolsas de estudos integrais para estudantes de cursos de graduação de nível superior oferecidos por Instituições Privadas de Ensino.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



INSTITUIÇÕES		
Faculdade São Lucas	UNIRON	Faculdade Porto Velho
VAGAS		
124	34	13
ALUNOS MATRICULADOS		
77	16	10
VAGAS REMANESCENTES (1º SEMESTRE 2011)		
47	18	03

Através dos programas foi possível desenvolver as seguintes ações para o desenvolvimento das competências da educação:

- Aquisição de Materiais Pedagógicos para o Programa Brasil Alfabetizado;
- Aquisição de Hospedagem para o Programa Brasil Alfabetizado;
- Aquisição de fornecimento de refeições para o Programa Brasil Alfabetizado.
- Aquisição de Alimentação Escolar para atender os alunos da EJA – PNAE;
- Aquisição de Alimentação Escolar para atender os alunos da EJA – PMAE;
- Aquisição de material tecnológico para atender a Divisão de Educação de Jovens e Adultos.
- Aquisição de Materiais de consumo para os programas da EJA;
- Aquisição de materiais de consumo e pedagógicos – Kit/aluno Projovem;
- Aquisição de contratação de empresa para a formação inicial e continuada do Projovem Urbano;
- Aquisição de contratação de empresa para a confecção de apostilas do Projeto Superação (Pré-vestibular).



PROJETO DIA TEMÁTICO: “INCLUSÃO DAS DIFERENTES DIFERENÇAS”

Desenvolvido nas escolas da rede municipal de ensino, objetivando apoiar e fortalecer o processo de inclusão através da sensibilização da comunidade escolar para as questões que envolvem os quatro eixos da inclusão: Gênero, Etnia, Promoção da Igualdade Social e Educação Especial, valorizando o direito do cidadão, como condições para a efetivação da democracia.



As atividades desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino favoreceram o intercâmbio entre educandos/as, educadores/as, entidades governamentais e não governamentais e comunidade em geral, fortalecendo a política de inclusão, melhorando a qualidade do ensino e das relações interpessoais entre os atores envolvidos, com as seguintes atividades: Palestras, oficinas, música, jogral, teatro, desenho, pintura, colagens, mural informativo, danças, jogos, debates, etc.

PROGRAMA DE COMBATE AO BULLYING



Instituído pela Lei nº. 1.860/09 que tem como objetivo divulgar e sensibilizar a comunidade escolar e familiares para a existência do bullying e suas consequências, buscando despertá-los para o reconhecimento do direito do aluno frequentar uma escola solidária, capaz de gerar cidadãos conscientes do respeito às diferenças individuais e promover uma cultura de paz nas escolas da rede municipal de ensino.

No período de 2008 a 2010, a Divisão de Educação Especial (DIEES) teve sua atuação pautada no que preconiza a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, entre outros pressupostos filosóficos e pedagógicos da educação inclusiva. Nessa perspectiva, foram realizadas as seguintes ações do Programa: 021 - Desenvolvimento da Educação Especial.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O Curso objetivou capacitar 40 (quarenta) professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais, visando promover escolas abertas à diversidade, assegurando aprendizagem de qualidade para todos/as os alunos/as, cumprindo o que preconiza a Política de Inclusão.

I SEMINÁRIO MUNICIPAL “PROMOVENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA”

O Seminário objetivando fortalecer o papel desta SEMED na consolidação de sistemas educacionais inclusivos, assegurando a inclusão educacional dos alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, capacitando 300 (trezentos) profissionais da educação.

ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) - ON-LINE

Realização de cinco encontros presenciais, o Curso é oferecido pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria MEC/SEMED. Os encontros foram ministrados pela tutora da turma para 20 professores cursistas, sendo 13 do Município Polo Porto Velho e as demais, dos Municípios da área de abrangência, sendo: 02 (dois) de Buritis, 02 (dois) de Cacaulândia, 02 (dois) de Monte Negro e 02 (dois) de Machadinho D'Oeste, objetivando esclarecer as dúvidas que surgiram durante a execução do curso.

IMPLEMENTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS

Sala de Recursos Multifuncional – É um espaço onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos/as com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, objetivando apoiar e fortalecer o processo de inclusão de alunos/as em salas de aulas comuns do ensino regular, proporcionando-os a construção de seus conhecimentos e subsidiando-os para que desenvolvam o currículo, enfim, participem da vida escolar com qualidade.



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

A Secretaria Municipal de Educação em parceria com o MEC/FNDE, de 2005 até o ano de 2010, implantou 36 (trinta e seis) Salas de Recursos Multifuncionais, sendo distribuídas nas seguintes Escolas das quais 16 (dezesesseis) estão funcionando: Polo I/ Zona Oeste: 02 (duas) - Antonio Ferreira da Silva e São Pedro; Polo II/Zona Sul: 03(três) - Manoel Aparício Nunes da Silva, Padre Chiquinho e Joaquim Vicente Rondon; Polo III/Zona Norte: 04(quatro) - Senador Darcy Ribeiro, João Ribeiro Soares, Engenheiro Francisco Erse e Pedro Tavares Batalha; Polo IV/Zona Leste: 04(quatro) - 12 de Outubro, Profª Estela de Araújo Compasso, Bom Princípio e Auta de Souza; Escolas do Campo: 02(duas) - Cora Coralina, 13 de Maio.

PROGRAMA INTEGRANDO SABERES

O Programa de Educação Municipal Integrando Saberes abrange programas do Governo Federal e projetos desenvolvidos pela própria Secretaria Municipal de Educação. Visa proporcionar ao educando uma formação integral através de projetos e programas de inclusão social que venha trabalhar as diversas dimensões humanas: cognitivas, afetivas, espirituais, física, artística e esportiva, para que desenvolva no educando suas potencialidades e habilidades, transformando-os em cidadãos mais críticos capazes de interagir harmonicamente na construção de uma sociedade mais justa.

Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para valorização da diversidade cultural brasileira.

Este programa busca ampliar tempos, espaços, oportunidades educativas e compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidade das crianças, adolescentes e jovens. As atividades desenvolvidas integram as ações dos Programas Federais: Escola Aberta, Mais Educação e Segundo Tempo; Programas Municipais: Natação Para Todos, Projeto Pirueta, Rádio Escola e Convênio Fundação Banco do Brasil: AABB Comunidade.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

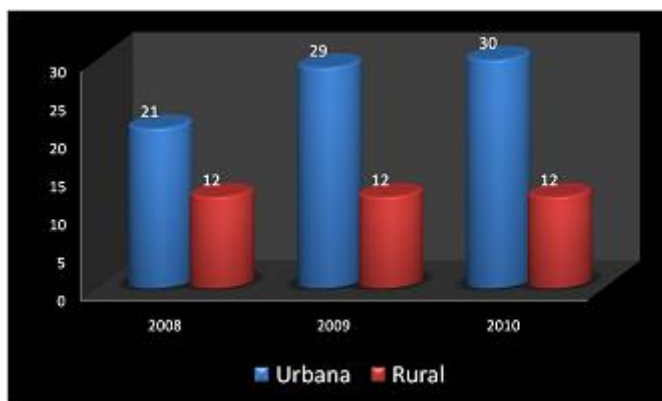
O Programa Integrando Saberes tem por objetivo implantar e implementar a Educação Integral em 42 escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho (RO), por meio da articulação de projetos/programas integrados, com ampliação do tempo e dos espaços de aprendizagem visando a melhoria do desempenho escolar do educando, bem como sua formação integral. Viabilizar parcerias com diversos segmentos da sociedade visando a sustentabilidade deste Programa. Investir em políticas equitativas visando à inclusão de educandos que vivem na ociosidade, em situações de vulnerabilidade social e marginalidade. Fica sob a responsabilidade da escola a escolha de temáticas, metodologia e a programação das atividades, que devem atender as necessidades e peculiaridades da comunidade escolar.

O planejamento dessas atividades fica sob a responsabilidade dos gestores educacionais com o envolvimento da comunidade escolar e local, e para coordenar essas atividades indicará um professor que terá sua carga horária disponível para o programa de educação integral.

A Secretaria Municipal de Educação faz o monitoramento da implantação/ implementação e avaliação dos programas adotados e desenvolvidos por escolas com educação integral.



O Programa atende aproximadamente 10.600 alunos matriculados na rede municipal de ensino, de 42 (quarenta e duas) Escolas de Ensino Fundamental.



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Através do programa de Educação Integral Integrando Saberes foi possível desenvolver as seguintes ações:

- Realização dos Jogos Escolares do Município, em 2008 e 2009;
- Realização do Ciclo de Palestras, em 2009;
- Gravação do vídeo Integrando Saberes, em 2009;
- Realização do I Encontro Municipal do Programa Integrando Saberes com seminários e oficinas, em 2009;
- Caminhada da Paz, em 2008 e 2009;
- I e II Mostra de Cultura e Arte Integrando Saberes, em 2009 e 2010;
- Visitas técnicas para acompanhamento do Programa Integrando saberes, em 2009 e 2010;
- Encontro estadual do Programa Mais Educação em parceria com a SECAD/MEC, em 2010;
- Seminário de educação para a Paz nas Escolas, em 2010;
- Implantação do Comitê de Educação Integral do Município de Porto Velho, em 2010;
- Implantação do Comitê de Educação Integral do Estado de Rondônia, em 2010;
- Participação na II Feira do livro de Porto Velho – 15 escolas, em 2010;
- Seminários Internos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, em 2010;
- Cadastramento e acompanhamento de estagiários, em 2008/2009/2010;
- Realização do Concurso Cartão de Natal da Secretaria, em 2008/2009/2010;
- Realização do Projeto Dia das Crianças do Programa Integrando saberes, em 2010.

PROGRAMA ESCOLA ABERTA

O Programa Escola Aberta (PEA): educação, cultura, esporte e trabalho para a juventude, é executado pelo ministério da educação, por meio do fundo nacional de desenvolvimento da educação (FNDE/MEC), sob a coordenação da secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade (SECAD/MEC), em parceria com

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

a secretaria de educação básica (SEB/MEC) e com os ministérios do trabalho e emprego, do esporte e da cultura, contando com a cooperação da organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO). A ideia é tornar as escolas públicas de educação básica espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades complementares às ações educacionais, nos finais de semana, melhorando a qualidade da educação, contribuindo para a construção de uma cultura de paz, reduzindo os índices de violência e aumentando as oportunidades de emprego aos jovens, sobretudo àqueles em situação de vulnerabilidade social. Oficinas e atividades de lazer, esporte, educação e cultura são oferecidas aos alunos e à comunidade, transformando a escola em ambiente aberto à criatividade, ao convívio pacífico e à aprendizagem permeada pelas práticas culturais e esportivas. As áreas das oficinas que são oferecidas a comunidade são: cultura/artes; esporte/lazer/recreação; qualificação para o trabalho/geração de renda e formação educativa complementar. As escolas atendidas pelo programa escola aberta são: escola Rio Guaporé, escola Manoel Aparício, escola Saul Bennesby, escola Padre Chiquinho, escola Antônio Ferreira, escola Antônio Augusto Rebelo, escola São Pedro, escola Nacional, escola Senador Olavo Pires, escola João Ribeiro Soares, escola municipal, Rio Madeira, escola Engenheiro Francisco Erse, escola Professor Pedro Tavares Batalha, escola 13 de Maio, escola João Afro Vieira, escola municipal Nossa Senhora de Nazaré, escola Ermelindo Brasil, escola Marechal Rondon, escola Doutora Ana Adelaide Granjeiro, escola José Augusto Da Silva, escola Henrique Dias, escola Professora Maria Jacira Feitosa De Carvalho, escola Joaquim Vicente Rondon, escola professora Estela De Araújo Compasso, escola Pingo de Gente, escola Senador Waldid Dawich Zacarias, escola Senador Darcy Ribeiro, escola Ulisses Soares Rodrigues, escola Chapeuzinho Vermelho, 03 de Dezembro, escola Vicente Rondon (distrito de Jacy-Paraná), escola Castro Alves, escola Elenilson Negreiros, escola José de Freitas.

Em relação as atividades do PEA, todas as terça-feiras, pela manhã são realizadas reuniões pedagógicas entre os supervisores e interlocutora do programa escola aberta do departamento de apoio ao desenvolvimento do educando (DADE) para avaliarem as atividades do programa, deliberarem sobre novas ações e socializarem as visitas realizadas pelos supervisores junto às escolas nos finais de semana. Aos

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

finais de semana (sábados e domingos), cada supervisor visita suas escolas designada e por meio delas foram obtidas uma média de atendimento por meio de relatos colhidos junto aos participantes do pea na escola no segundo trimestre de 2010. Além dos dados citados acima também são realizadas reuniões mensais denominadas comitê metropolitano do programa escola aberta no último sábado de cada mês, onde são direcionadas as ações a serem desenvolvidas em parcerias com a comunidade escola, além de ocorrer trocas de experiências exitosas e mostra de matérias confeccionados pela comunidade escolar, oficinas, palestras que visem alcançar as metas estipuladas pelo programa escola aberta que são: melhorar a qualidade da educação, contribuir para a construção de uma cultura de paz, reduzir os índices de violência e aumentar as oportunidades de emprego aos jovens, sobretudo àqueles em situação de vulnerabilidade social.

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Programa Segundo Tempo – O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte em parceria com a Prefeitura através da SEMED, destinado a democratizar o acesso à prática e a cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e a melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.



Nos anos de 2008 e 2009 o programa não funcionou em virtude de o Ministério do Esporte não ter dado ordem de início e em 2010, foram atendidos 1.600 alunos de 08 escolas municipais (07 urbanas e 01 rural). O Programa foi executado nas segundas, quartas e sextas-feiras, nos períodos manhã e tarde. As atividades desenvolvidas: xadrez, reforço escolar, iniciação esportiva (modalidades: futebol, futsal, vôlei, basquete, atletismo, natação), reforço alimentar, atividades complementares (relacionadas à educação, à saúde, à cultura, ao meio ambiente – nas áreas de nutrição, agronomia, enfermagem, engenharia florestal, pedagogia, letras, assistência social).

As parcerias com instituições públicas e privadas permitem que as atividades transponham os muros da escola para espaços como ginásios e centros comunitários, oportunizando a esses alunos ampliarem suas vivências fora de seu cotidiano escolar. Além dos educadores que são disponibilizados para atender o Programa, são contratados estagiários de diversas áreas unindo a teoria recebida no ambiente acadêmico à realidade escolar.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

É uma iniciativa do Governo Federal, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 do qual fazem parte os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ciências e Tecnologia, Esporte, Meio Ambiente, Cultura, Saúde e a Secretaria Nacional da Juventude; tendo como prioridade contribuir para formação integral de crianças, adolescentes e jovens, articulando a partir do projeto pedagógico escolar, diferentes ações e projetos no contraturno escolar em parcerias com o Distrito Federal, Estados e Municípios ampliando tempo, espaços e oportunidades através da articulação das políticas setoriais envolvidas e possibilitando à todos o direito de aprender.

O município de Porto Velho fez adesão ao programa em 2008 com trinta e três escolas e 9.348 alunos, em 2009 foram atendidas 40 escolas e 8.873 alunos e atualmente participam do programa quarenta e uma escolas, sendo vinte e nove urbanas e doze rurais, totalizando atendimento de 8.913 alunos. Os alunos são atendidos de segunda a sexta-feira nos turnos da manhã e a tarde com no mínimo de 3 horas no contra turno (ou seja, o aluno que estuda no período da tarde participa do programa no turno da manhã e vice versa). São oferecidas de duas a três oficinas diárias com atividades diferenciadas dentro dos macro campos: Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Cultura Digital, Prevenção e Promoção da Saúde, Educomunicação, Investigação no campo das Ciências da Natureza, Educação Econômica e Cidadania. Os alunos recebem ainda um reforço alimentar (lanche e almoço) todos os dias.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Em 2010 foram realizadas as seguintes atividades:

- Cadastramento e avaliação dos Planos de atendimento 2010;
- Reunião com gestores das escolas atendidas pelo programa;
- Visitas técnicas nas escolas;
- Reuniões do Comitê Local do programa Mais Educação;
- Participação no Encontro Nacional de coordenadores do programa em Brasília, no mês de fevereiro;
- Participação no encontro internacional de coordenadores do programa em Brasília, no mês de dezembro;
- Cadastramento e avaliação dos Planos de atendimento 2011;
- Participação no Seminário Cultura de Paz.



PROGRAMA INTEGRAÇÃO AABB COMUNIDADE

É uma parceria da Fundação Banco do Brasil, Federação Nacional das Associações Atléticas Banco do Brasil e Banco do Brasil com a Prefeitura de Porto Velho tem por objetivo contribuir para a inclusão, a permanência e o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes de famílias de baixa renda na escola, integrando as famílias, a escola e a comunidade.

É uma parceria da Fundação Banco do Brasil, Federação Nacional das Associações Atléticas Banco do Brasil e Banco do Brasil com a Prefeitura de Porto Velho tem por objetivo contribuir para a inclusão, a permanência e o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes de famílias de baixa renda na escola, integrando as famílias, a escola e a comunidade.

O Programa AABB Comunidade foi desenvolvido nas seguintes escolas: 2005 a 2008 EMEF São Miguel e 2009 e 2010 na EMEF Flamboyant e em 2011 será desenvolvido na EMEF Elenilson Negreiros. A troca de escolas ocorreu devido a adesão ao Programa Mais Educação do Governo Federal, visto que o Programa AABB Comunidade tem por objetivo atender instituições que não possuem nenhum programa de educação integral.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Em 2010 foram realizados novos cadastramentos em substituição aos educandos que mudaram de escola. Ao iniciar as atividades foram cadastradas 135 crianças, todavia no decorrer do ano houve desistências por diversos motivos, dentre os mais destacados, foi a mudança de escola.

As atividades iniciaram-se no mês de abril, com os seguintes eventos:

- Projeto Confeccionando Ovos de Páscoa (Abril)
- Projeto AABB Comunidade em Ação – aplicação de vacinas (SEMUSA), flúor, gincanas interativas (pais e educandos), palestras sobre educação no trânsito, direito da mulher, prevenção de drogas (PROERD); (Julho)
- Encontro Nacional de Educadores – (Agosto)
- Encontro Estadual de Educadores - Ação Multiplicadora (Guajará-Mirim) – (Setembro)
- Projeto Acampe AABB – (Outubro)
- 5 Anos de História do AABB Comunidade – (Outubro)
- Semana Nacional AABB Comunidade do Estado de Rondônia – (Novembro)
- Apresentações do Coral em distintos eventos da SEMED;



PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Projeto Pirueta tem como principal objetivo oportunizar aos alunos da rede municipal a experiência em dança artística como atividade educativa, recreativa e criativa. Este Projeto, que iniciou em 2008, tem dois núcleos situados um na Escola Maria Isaura e outro no Centro Social Madre Mazzarello, este último atendendo alunos das Escolas Chapeuzinho Vermelho e Pingo de Gente, além de disponibilizar algumas vagas para a comunidade. Em 2010, o núcleo da Escola Maria Isaura não funcionou por falta de profissional disponível ao Projeto, mas em 2011 já há uma instrutora de dança do quadro efetivo para realizar este atendimento. No núcleo do Centro Social Madre Mazzarello foram atendidos 40 alunos em 2010.

PROJETO NATAÇÃO PARA TODOS

É um projeto de iniciativa da Secretaria de Educação do Município de Porto Velho, que busca oportunizar crianças, adolescentes e jovens a inclusão social através da prática esportiva na modalidade natação, contribuindo para formação saudável entre o físico e social dos alunos situação de vulnerabilidade e risco social. O esporte que até então era considerado um esporte de elite é hoje uma realidade para alunos das classes menos favorecidas do município de Porto Velho.

As atividades de natação são realizadas na piscina anexa a EMEF Engº Francisco Erse, localizada na Av. Amazonas bairro Cuniã, que foi reativada pela Secretaria Municipal de Educação.

Em 2010, foram beneficiadas pelo programa 120 (cento e vinte) alunos das escolas EMEF Engº Francisco Erse, EMEF Flor do Piquiá e EMEF João Ribeiro localizadas na zona leste da cidade, que participaram de atividades teóricas e práticas e como encerramento das atividades de 2010 foi realizado um torneio de natação.

PROJETO RÁDIO ESCOLA

O Projeto Rádio Escola utiliza recursos da mídia rádio no desenvolvimento de projetos educativos dentro dos espaços escolares através da construção de propostas de cidadania, engajando os alunos em projetos de colaboração para a melhoria das relações



entre as pessoas, que discutam questões ligadas a construção do projeto de vida, sexualidade, saúde, meio ambiente, ao combate à todas as formas de discriminação e preconceito, entre outras. Todos os alunos da escola são envolvidos em atividades da rádio, incentivado o protagonismo juvenil. Em 2010, foi implantado cinco rádios escolares: Escola Floriano Peixoto - Nazaré/Baixo Madeira; Escola Francisco Braga - Reserva Lago do Cuniã; Escola José de Freitas - Assentamento Joana D'Arc; Escola Maria Casarotto - Vista Alegre; e, Programa AABB Comunidade - Escola Flamboyant.

ENSINO FUNDAMENTAL

Análise do Calendário Escolar: no mês de janeiro iniciamos a análise e acompanhamento dos Calendários escolares observando as legislações pertinentes, emitindo parecer após aprovação dos mesmos. Foram analisados 64 calendários escolares. Totalizando assim, 100% das escolas da rede municipal e 20% das escolas conveniadas.

Acompanhamento da Semana Pedagógica: no período de 01 a 05 de fevereiro de 2010 realizamos o acompanhamento da “Semana Pedagógica” nas escolas municipais e conveniadas. Esta ação contou com o envolvimento de todas as Divisões do Departamento de Educação, que disponibilizaram seus técnicos(as) para fazerem o acompanhamento das 56 escolas da rede. Como forma de apoio técnico e pedagógico a DIEFUN sugeriu para os coordenadores pedagógicos alguns temas que poderiam ser trabalhados na semana pedagógica.

Assessoramento Pedagógico: Este ano o assessoramento pedagógico foi dividido em três etapas: a primeira tem a finalidade de fazer um levantamento diagnóstico das escolas priorizando levantamento de dados do quadro de pessoal, estrutura física, estrutura pedagógica. Na segunda etapa o assessoramento é direcionado subsidiar especificamente o coordenador pedagógico. A terceira etapa tem como objetivo o assessoramento do professor em seu contexto de sala de aula. Na primeira etapa conseguimos atingir 100% de nossos objetivos, com o atendimento de 46 escolas. Entretanto, para a realização da segunda e terceira etapa tivemos muitos contratempos de caráter logístico e de pessoal, que dificultaram nossas visitas técnicas, o que ocasionou num atendimento inferior a 30% nas etapas citadas. O assessoramento pedagógico é realizado pelas Técnicas desta Divisão e tem como objetivo assessorar tecnicamente e pedagogicamente as unidades escolares da rede pública municipal no desenvolvimento das ações propostas para o decorrer do ano letivo.

Encontro mensal com Coordenadores Pedagógicos: o encontro com coordenadores pedagógicos tem como objetivo orientar os coordenadores a cerca de questões pedagógicas, auxiliando seu trabalho na escola.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Encontro mensal com Orientadores Pedagógicos: No ano de 2010 conseguimos realizar pela primeira vez um encontro com os Orientadores Educacionais de nossa rede municipal. Logo neste primeiro encontro ficou claro da necessidade de realizarmos encontros mensais para contribuir para o fortalecimento dos trabalhos realizados pelos orientadores na escola junto aos alunos e familiares. Segue abaixo quadro ilustrativos dos encontros realizados em 2010.

Data	Temas Discutidos
30/09/2010	A Importância do Orientador no Contexto Escolar
20/10/2010	Palestra: "Bullying - como enfrentar o problema" Oficina: "O Papel da Escola frente a esse fenômeno: Bullying".
01/12/2010	Inclusão: Processo e desenvolvimento

Provinha Brasil: O principal objetivo da Provinha Brasil é atender as demandas por informações sobre o nível de alfabetização dos alunos do 2º ano, de forma a subsidiar as intervenções pedagógicas e administrativas que concorram para o sucesso do ensino e aprendizagem.

É importante ressaltar que os resultados da Provinha Brasil não são utilizados na composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O desejável é que esta avaliação seja utilizada com o intuito de orientar as ações políticas e pedagógicas que poderão, em conjunto com outras iniciativas, melhorar os índices apresentados até o momento.

A Provinha Brasil é dividida em duas etapas, a primeira aconteceu no período de março/abril e a segunda etapa acontece nos meses de novembro/dezembro. Temos 40 escolas urbanas que participam da aplicação, sendo atendidos mais de 3.905 alunos/as do 2º ano do ensino fundamental.

Assessoramento e acompanhamento do PDE: O Plano de Desenvolvimento da Educação possui metas de qualidade para educação básica, as quais contribuem para que as escolas e secretarias de Educação se organizem no atendimento de alunos.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Em 2010 esta Divisão de Ensino Fundamental assessorou junto aos coordenadores pedagógicos a socialização dos Planos de Suporte Estratégico através da parcela complementar encaminhada pelo MEC, para implementar o Plano de Suporte Estratégico elaborado em 2009.

Foram atendidas 20 escolas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação: EMEF Raimundo Agostinho da Silva; EMEF Engenheiro Wadih Darwich Zacarias; EMEF Professor Pedro Batalha; EMEF Senador Olavo Gomes Pires; EMEF Chapeuzinho Vermelho; EMEF Manoel Aparício Nunes de Almeida; EMEF Nacional; EMEF Pingo de Gente; EMEIEF Flor do Piquiá; EMEF. Maria Izaura da Costa Cruz; EMEF São Pedro; EMEF Professor Antônio Augusto R. das Chagas; EMEFM Joaquim Vicente Rondon; EMEF Rio Madeira; EMEF Senador Darcy Ribeiro; EMEIEF Ulisses Soares Ferreira; EMEIEF São Miguel; EMEF Professora Estela de Araújo Compasso; EMEIEF 08 de Março; e, EMEIEF Auta de Souza.

Olimpíada da Língua Portuguesa: Dando continuidade ao processo de preparação para a participação de nossos professores nas Olimpíadas de Língua Portuguesa, realizamos oficinas de formação para professores de 25 escolas urbanas da capital, apresentando o material da Olimpíada. Foram atendidas 25 escolas que possuem 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, tendo participação de 108 professores.

Escolas atendidas: EMEF João Ribeiro Soares; EMEF Darcy Ribeiro; EMEIEF Guadalupe; EMEF Chapeuzinho Vermelho; EMEF Ulisses Soares Ferreira; EMEF Pingo de Gente; EMEF Auta de Souza; EMEF Wadih Darwich Zacarias; EMEF Estela de Araújo Compasso; EMEIEF 12 de Outubro; EMEF 08 de Março; EMEIEF Vão da Juriti; EMEF Antônio Ferreira da Silva; EMEF Maria Izaura da Costa Cruz; EMEF São Pedro; EMEF Profº Antônio Augusto Rebelo; EMEIEF. Nacional; EMEF Rio Guaporé; EMEF Joaquim Vicente Rondon; EMEF Padre Chiquinho; EMEF Manoel Aparício Nunes de Almeida; EMEF Profº Pedro Tavares Batalha; EMEF Senador Olavo Gomes Pires; EMEF Rio Madeira; e, EMEF Engº Francisco Erse.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Programas de Correção de Fluxo da Aprendizagem: “Se Liga” e “Acelera”:

- Formação para os professores participantes dos Programas de Correção de Fluxo da Aprendizagem: “Se Liga” e “Acelera”, cujo objetivo é discutir ações da aprendizagem da leitura e escrita (Língua Portuguesa) e Matemática.
- Programa “Se Liga”: EMEF. Maria Isaura da Costa Cruz, EMEF. Estela de Araújo Compasso, EMEF. Manoel Aparício N. de Almeida; EMEF. Chapeuzinho Vermelho, EMEF. Wadih Darwich Zacarias, EMEF. Maria Casarotto, EMEF. Ulisses Soares.
- Programa Acelera: EMEF. Maria Isaura da Costa Cruz, EMEF. Estela de Araújo Compasso, EMEF. Manoel Aparício N. De Almeida, EMEF. Chapeuzinho Vermelho, EMEF. Wadih Darwich Zacarias.

Participação no Grupo de Trabalho Fundamental Brasil:

A Diefun, através de sua coordenadora, participa do Grupo de Trabalho Fundamental Brasil, sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Básica (SEB). Este ano aconteceram 3 encontros realizados em Brasília, cuja finalidade, é o processo de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

Educação Ambiental:

- Programação referente à Semana do Meio Ambiente que iniciou no dia 20/05/10 na SEDAM (Secretaria de Desenvolvimento Ambiental).
- No dia 16/04/10, foi realizado o Dia Temático na Escola Rio Madeira com o tema “Água e Meio Ambiente”.

Projeto Mepinho em: “Ser Cidadão é ter Ação”

A finalidade do projeto vislumbra impulsionar as escolas a trabalhar tanto na sala de aula quanto fora dela a temática dos direitos humanos, contribuindo assim para a formação do educando consciente de seus direitos e deveres e, incentivando-o a compreender e transformar todas as esferas da sua realidade social.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Projeto “Educação Legal e Real”

Realização de reunião entre o Ministério Público e os gestores da rede pública municipal de ensino.

LIVRO CARTA MURAL

O Programa Livro Carta-Mural desenvolve um conjunto de ações que tem como objetivo proporcionar atividades de incentivo à leitura e a produção textual nas escolas da Rede Municipal de Ensino.



Uma das ações propostas a serem implantadas contempla atividades de leitura e escrita de forma lúdica, criativa em que o/a leitor/a interage com os textos, interpretando-os e produzindo a partir dele, imprimindo assim, neste processo de construção de saberes e habilidades, sua autoria e visão de mundo. O Programa Livro Carta-Mural foi implantado em 2009, atendendo inicialmente 07 escolas municipais, 5 escolas na zona urbana e 2 escolas na zona rural. No ano letivo de 2010 o número de escolas atendido pelo Programa aumentou para 10 escolas municipais urbanas. O objetivo do Programa, que é ler e escrever com prazer adentrou definitivamente o espaço do ensino-aprendizagem nas escolares trabalhadas, com resultados concretos e mensuráveis, conforme quadro acima, o que nos faz ter certeza de que os objetivos foram atingidos.

Livro Carta Mural					
Ordem	Escolas Participantes	3º ano	4º ano	5º ano	Total
1	EMEF SÃO PEDRO	102	87	104	293
2	EMEF ANTONIO AUGUSTO REBELO	40	41	33	114
3	EMEF CHAPEUZINHO VERMELHO	72	71	55	198
4	EMEF PÉ DE MURICI	32	22	24	78
5	EMEF 12 DE OUTUBRO	71	96	71	238
6	EMEF SÃO MIGUEL	90	96	77	263
7	NOSSA SENHORA DO AMPARO (ANEXO DA EMEF FLOR DO PIQUIÁ)	74	34	27	135
8	EMEF RAIMUNDO AGOSTINHO DA SILVA	63	61	66	190
9	EMEF COR DE JAMBO	79	62	19	160
10	EMEF SAUL BENNESBY	95	104	90	289
TOTAL		718	674	566	1.958

SAÚDE ESCOLAR

Programa de Saúde Geral

Consultas e Exames Médicos

Alunos atendidos de abril a dezembro de 2010 nas seguintes especialidades:

- Neurologista 175 alunos
- Eletroencefalografia 63 alunos
- Otorrinolaringologista 107 alunos
- Audiometria 37 alunos
- Fonoaudiologia 72 alunos



Ações de Promoção a Saúde e Prevenção: Projetos

As ações realizadas nesse campo foram:

- Tenda da saúde: Aferição da Pressão Arterial, Avaliação do IMC, Teste de glicemia capilar, Exame físico básico e orientações de higiene corporal;
- Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas: Saúde Sexual e Reprodutiva (Planejamento Familiar, Prevenção as DSTs/AIDS, Gravidez na adolescência, outros);
- Projeto Escola Amiga e Violência não é Brincadeira: Promoção da Cultura da Paz, Enfrentamento a Violência contra Crianças e Adolescentes e Combate ao Bullying;
- Projeto Escolas Promotoras de Saúde: Atividade Física e Alimentação Saudável.

Média de atendimento dos projetos: 2.000

Campanhas	Período	Local	Atividade
1º Dezembro Dia Mundial Combate a Aids	01/12/2010	Sede-Semed	Entrega de preservativos e orientações de prevenção Apresentação teatral "Peça DSTs e Aids"
Combate a Dengue	fevereiro a novembro	30 escolas da zona urbana e 10 da zona rural	Execução do projeto básico combate a Dengue

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

PROGRAMA DE ODONTOLOGIA

Nos procedimentos preventivos, somando-se as ações desenvolvidas nos distritos, temos o total de 6.080 atendimentos. Já nos procedimentos curativos foram realizados 1.380, tendo um total 7.110 procedimentos realizados.

Relação de Escolas atendidas com material de Higiene Bucal (Escova, Creme e Fio Dental), palestras educativas, apresentação de vídeos, escovação supervisionada e aplicação de flúor-gel:

- Distritos de Extrema/Jacy-Paraná/Vista Alegre do Abunã e Fortaleza do Abunã;
- Escola Maria Angélica;
- Escola Nossa Senhora do Amparo;
- Escola Cantinho do Saber.

PROGRAMA DA OFTALMOLOGIA

Consultas e Próteses Oftalmológicas

- No ensino fundamental foram realizadas 1.251 consultas Oftalmológicas e distribuídas mil Próteses Visuais no período de janeiro a dezembro de 2010.
- No EJA foram realizadas 600 consultas Oftalmológicas e distribuídas 600 Próteses Visuais no período de janeiro a dezembro de 2010.

MATERIAL DIDÁTICO DO ALUNO

Os Kit's Didáticos são compostos de: cadernos brochuras, lápis preto, lápis de cor (12 unidades), apontadores, borrachas brancas, e foram distribuídos a alunos da Zona Rural do Município de Porto Velho do 1º ao 5º ano.

Quantidade de alunos	Borracha	Caderno	Lápis Preto	Lápis de Cor	Régua
5.724	9.502	18.838	19.465	999	710

UNIFORME ESCOLAR

Visando uma melhor identificação dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, bem como auxiliar aquelas famílias de baixa renda que encontram dificuldades para aquisição de vestuário, a Secretaria Municipal de Educação adquire anualmente, uniformes escolares contendo camiseta e bermuda com logomarca da Prefeitura Municipal de Porto Velho, objetivando atender a todos os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.



No ano de 2010, foram adquiridos 54.444 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro) conjunto de uniformes escolares, que atenderam alunos de creche, educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

TRANSPORTE ESCOLAR

- Transporte terrestre destinados a alunos - disponibilidade de 75 ônibus escolares (40 lugares).
- 400 (quatrocentas) bicicletas para atender alunos, onde os ônibus escolares não trafegam.
- Disponibilidade de 350 (trezentos e cinquenta) passes escolares para atender alunos no eixo Porto Velho X Mutum Paraná.
- Transporte fluvial – 80 (oitenta) embarcações de médio porte, que conduz alunos até suas escolas no Alto, Baixo e Médio Madeira.
- 7.053 Alunos atendidos.
- Investimento: R\$ 9.995.510,00



MATERIAL DE CANTINA

Foram distribuídos materiais de cozinha destinados à confecção de merenda, bem como utensílios de uso pessoal do aluno (copo, prato e colher) em polipropileno, com a logomarca da Prefeitura de Porto Velho, a 47 (quarenta e sete) escolas da Rede Municipal de Ensino.



BOLSA FAMÍLIA

No ano de 2010, o Programa Bolsa Família da SEMED trabalhou junto às escolas da Rede Municipal de Ensino, orientando os responsáveis pelo encaminhamento da frequência, bem como transmitindo ao Ministério da Educação, as frequências de alunos que recebem o benefício Bolsa Família, o acompanhamento das famílias atualizadas e atentas aos prazos em que inicia e termina o período das frequências escolar no Projeto Presença. As Técnicas Celiane, Leonice, Vânia e Gláucia responsáveis pelo registro das condicionalidades do Programa Bolsa Família são as operadoras Municipais auxiliares da SEMED e escolas. Para atualizar as informações de série e de código INEP e para acompanhar corretamente a frequência escolar do Município. Contém os procedimentos operacionais que já foram adotados para o registro do acompanhamento família SICON/PBF do descumprimento das condicionalidades no benefício das famílias.

Atualmente, o Município de Porto Velho encaminha 44 mil frequências de crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) e BVJ (Bolsa Variável Jovem), ao Ministério da Educação Ministério do Desenvolvimento Social, como responsável pela condicionalidade relativa ao Aproveitamento Escolar.

As famílias que encontram-se em dificuldades para cumprir as condicionalidades devem buscar orientação e procurar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializada da Assistência Social do Município. No descumprimento das condicionalidades, a família pode ter o benefício bloqueado ou mesmo cancelado.

PROGRAMA HORTA ESCOLAR

Durante os dias do mês junho a dezembro do ano de 2010, o Programa Horta Escolar, vinculado ao Departamento de Apoio ao Educando, através da Divisão de Aparelhamento e Projetos Especiais tem como meta principal, atender todas as Unidades Escolares pertencentes a Rede Municipal de Ensino, através de visitas e acompanhamento nas escolas Urbana e Rural. Com a técnica



responsável pelo Programa, promovendo aos alunos mudanças significativa em seus hábitos alimentares, sua relação com meio ambiente, a forma do aprendizado e a promoção da saúde. Este projeto consiste no plantio e interdisciplinaridade dos alunos. Dados do projeto indicam que as crianças aprendem construindo hortas, se alimentando de hortaliças e introduzindo esse costume junto ao seus pais, uma vez que os convencem a adotar legumes e verduras no cardápio familiar.

Foram visitadas 27 escolas, as quais se pôde constatar que destas possuem hortas devidamente implantadas em parcerias com o Programa Mais Educação.

O plantio de hortaliça nas escolas tem contribuído para complementar a merenda escolar, ao mesmo tempo em que tem colaborado para a interdisciplinaridade na escola.

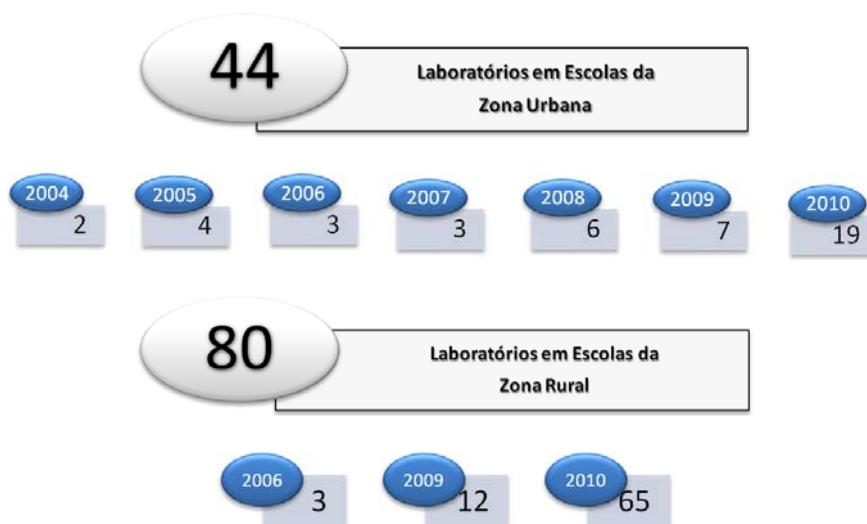
Foram encaminhados materiais como: enxada, carro de mão, pá, adubo e rastelo, a algumas escolas da Rede para auxiliar no plantio de hortaliças.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Do senso comum às discussões acadêmicas, as mudanças aceleradas sentidas atualmente em todas as áreas do conhecimento e da produção e serviços são decorrentes da segunda revolução industrial. Segundo Schaff (1990), a primeira revolução pode ser situada entre o final do século XVIII e início do século XIX, quando se substituiu a força física do homem pela energia das máquinas. Hoje assiste-se à segunda revolução, caracterizada pela ampliação das capacidades intelectuais do homem pela tecnologia.

Determinar a importância desta ou daquela tecnologia, em termos de ajudar o aluno na construção do conhecimento tem sido uma preocupação recorrente de muitos educadores. Quais recursos são válidos para que os alunos avancem no processo de aprendizagem? Na atualidade, a presença da informática na educação é importante, é inevitável, dado que o computador tornou-se objeto sociocultural integrante do cotidiano das pessoas.

Diante deste quadro que se apresenta a Secretaria iniciou seu processo de inclusão digital, pois cada vez mais os alunos e os serviços escolares necessitam do computador. Baseado nestes dois pilares o de informatizar o serviço escolar e de promover a inclusão digital.



ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CAPACITAÇÃO DE NUTRICIONISTA

X Semana de Nutrição da Faculdade São Lucas

III Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional - de 10 a 12 de novembro de 2010.

Atualmente, o cenário mundial é caracterizado pelas constantes mudanças, onde, as pessoas são o diferencial estratégico de uma organização, pois são geradoras de conhecimento. As Capacitações são imprescindíveis para promover o conhecimento, gerar novas competências e atualizações no âmbito profissional.

Dentro deste contexto as nutricionistas da DIALE participaram da X Semana de Nutrição e III Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional, destacando o tema central “Alimentação: Um Direito de Todos”. O Fórum teve palestras sobre “Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, com a nutricionista Juliana Closs Correia, presidente do Consea/RO e coordenadora do curso de Nutrição da São Lucas; “Exigibilidade do Direito à Alimentação Adequada”, pelo Promotor de Justiça Ercias Rodrigues de Souza, do Ministério Público Federal; “A Realidade do Sisvan Indígena: Experiência em Guajará Mirim”, com a nutricionista Enny Angélica Mercado Antunes; “Direito Humano à Alimentação em Situações Clínicas Especiais”, por Estela Rabito, Doutora em Medicina Clínica Médica pela Universidade de São Paulo e Professora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; e “Direito Humano à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional no Contexto do PNAE”, pela nutricionista Solange Freitas Castro, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Além do Fórum, as nutricionistas participaram de oficinas e palestras pertinentes a área profissional, como se segue:

- Oficina: Compra da Agricultura Familiar PNAE.
- Oficina: Elaboração de Cardápio e Aquisição de Produtos Restritos.
- Oficina: Dieta Cetogênica: avaliação e Conduta.
- Mesa Redonda - Ética Profissional.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Oficina: Direito humano à alimentação e segurança alimentar e nutricional no contexto do PNAE.
- Nutrição Estética - um novo segmento de mercado para o nutricionista.
- Oficina - Compra da agricultura família.
- Oficina - mercado de trabalho para o profissional nutricionista no âmbito do PNAE.
- Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional - 10 a 12 de novembro de 2010.

CAPACITAÇÃO AS MERENDEIRAS

PROJETO ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SEGURANÇA ALIMENTAR NA ESCOLA

A Capacitação das merendeiras foi planejada e executada pelas nutricionistas da divisão de alimentação escolar, a fim de promover o conhecimento junto às áreas de atuação desses profissionais, visto que, a merendeira escolar tem um papel fundamental na qualidade da merenda que será oferecida aos alunos. Além de ser responsável por ofertar refeições bem preparadas e sem riscos para a saúde.

As oficinas ocorreram no Centro de Formação dos Professores, no período de 08 e 09 de Julho do corrente ano para capacitação de manipuladores (as) de alimentos das escolas da rede municipal de ensino.

Foram contempladas 87 escolas, sendo 72 urbanas e 15 rurais conforme tabela no anexo 01, dentre estas, estão inclusas 11 escolas conveniadas e 02 novas escolas das quais foram inscritas 260 merendeiras para participarem das oficinas, porém 241 compareceram à capacitação.

Presença das merendeiras por oficina			
Datas das Oficinas	Turnos		Total
	Manhã	Tarde	
08/07/2010	128	64	192
09/07/2010	117	50	167
Total	245	114	359

Considerando-se que cada oficina foi realizada em um período de dois dias, obteve-se um total de 180 merendeiras, o que corresponde a 69,2% do total de 260 de merendeiras inscritas das escolas da área urbana e rural. Quanto às merendeiras da zona rural, deslocou-se uma equipe da DIALE para promover as oficinas em Extrema, Vista Alegre, Jaci - Paraná, Nova Mutum e Abunã.

As oficinas contemplaram: as Noções de Alimentação e Nutrição, considerando que as necessidades nutricionais das crianças são de extrema importância e a falta destes afetam diretamente o desenvolvimento físico e mental; Higiene Pessoal, dos Alimentos e do Ambiente, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço e identificar os pontos críticos, para saná-los e a Segurança no Trabalho e Cuidados com a Saúde.

CAPACITAÇÃO DE GESTORES E CONSELHOS ESCOLAR

Foi realizada capacitação com os gestores, para informar sobre a Chamada Pública, a fim de realizarem a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar. Esta ação objetiva cumprir o artigo 21 da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução/FNDE/CD nº 038/2009 de cumprir a Lei 11947.

Estas reuniões foram realizadas por polos, explanando-se passo a passo como será a Chamada Pública, quais as responsabilidades do gestor e da Secretaria de Educação e como é feito o planejamento de cardápios, de acordo com a resolução do FNDE nº 38. A palestra foi conduzida pelas nutricionistas da divisão de alimentação escolar.

CAPACITAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS – (PROGRAMA SABOR DO CAMPO)

Para a concretização da chamada pública e cumprimento da resolução nº 38/2009 realizamos capacitação com os produtores rurais a fim de elucidar todas as dúvidas com relação à nova Lei 11947/2009. Foi repassado os 8 passos para compra e venda da agricultura familiar no atendimento a Alimentação Escolar.

A medida prevista em Lei federal número 11.947/2009, pretende aumentar a qualidade da Alimentação Escolar oferecida aos alunos e também auxiliar no crescimento dos produtores familiares locais. Pela Lei, no mínimo 30% da alimentação servida nas escolas deve ser comprada de produtores que se enquadrem na categoria de agricultores familiares, a compra fica dispensada de licitação como esclarecido na capacitação, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado local e os produtos atendam as normas de qualidade. O produtor interessado deve participar da Chamada Pública, que será realizada pela Secretaria de Educação na segunda quinzena de janeiro de 2011, onde se tornará público através dos meios de comunicação: jornal escrito, internet, murais em locais de grande circulação, rádio. O produtor por Lei poderá vender o valor fixado de R\$ 9.000,00 por DAP/ano.

A quantidade e os tipos de alimentos que vão ser adquiridos pela Prefeitura serão especificados pelas nutricionistas, previamente no edital da chamada pública DATA, LOCAL E HORA PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES que será mencionado no preâmbulo do Edital, os interessados entregarão dois envelopes distintos, sendo um de documentação de HABILITAÇÃO e outro de Proposta de preços, considerando os objetivos e dimensões do Programa Nacional de Alimentação Escolar ao priorizar o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do Município, por meio do fomento ao desenvolvimento da economia local, a DIALE/DAE/SEMED esclareceu através do PASSO A PASSO, a resolução 38 e nos colocamos a sua inteira disposição na Secretaria de Educação para esclarecimento de todas suas dificuldades.

Os produtores receberam os modelos dos formulários que são exigidos pelo FNDE, no sentido de informá-los sobre todo o processo da chamada Pública, projeto de venda, compra recebimento dos demais produtos da agricultura familiar, fazendo assim sanar toda dificuldade na implantação da lei e atingir nosso objetivo maior que é de garantir uma boa qualidade na alimentação escolar incentivando a produção local.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

RECURSOS FINANCEIROS

Programa Municipal de Alimentação Escolar - PMAE			
Programa	Alunos atendidos	Objetivo	Valores em R\$
PMAE/Infantil	10.811	Repassar recursos financeiros às U.Ex das escolas municipais para aquisição de gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar.	383.058,00
PMAE/Fundamental	25.363	Repassar recursos financeiros as U. Ex das escolas municipais para aquisição de gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar	362.462,00
Abertura de Processo Beleza do Buriti - Pé de Murici-Som da Craviola	783	Adquirir gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar	43.636,38
Abertura de processo de gêneros alimentícios aos professores do Projeto Ribeirinho/Projeto KYOWÃ	12 professores 5 professores p/o Projeto KYOWÃ	Adquirir gêneros alimentícios.	30.939,40
Abertura de processo para Aquisição de merenda para as escolas Cora Coralina- Maria Angélica, Valdeci Teixeira, Ermelindo Brasil, Olímpia Salvatore, Maria da Conceição e Áquiles Paraguassu	250	Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.	17.891,95
Abertura de processo para aquisição de merenda para as escolas não escolarizadas rural	1.600	Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.	68.142,28 83.142,28
Projeto integrando saberes	10.750	Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.	85.575,59
Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	Atendimento a todas as escolas urbanas e rurais.	Confecção da alimentação escolar dos alunos das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino	129.420,00
Programa Segundo Tempo	1.600	Aquisição de gêneros alimentícios	55.099,93
Total geral de despesa			1.259.367,70

Programa nacional de alimentação escolar – incluir todos os gastos municipais			
Programa	Alunos atendidos	Objetivo	Valores em R\$
PMAE/Creche	1398	Repassar recursos financeiros às U.Ex das escolas municipais que atendem a creche para aquisição de gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar.	167.760,00

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Programa nacional de alimentação escolar – incluir todos os gastos municipais			
Programa	Alunos atendidos	Objetivo	Valores em R\$
PNAE/Infantil	7.617	Repassar recursos financeiros as U. Ex das escolas municipais infantis para aquisição de gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar	457.020,00
PNAE/Fundamental	25.258	Repassar recursos financeiros as U. Ex das escolas municipais do ensino fundamental para aquisição de gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar.	1.515.480,00
PNAE Escolas Particulares - Pestalozzi, APAE Educadora de Porto Velho e Escola Nova Estrela.	284	Repassar recursos financeiros as U. Ex das escolas filantrópicas alimentação escolar.	17.040,00
PNAE Indígena – PNAI	106	Repassar recursos financeiros a U. Ex da escola indígena.	12.720,00
PNAE – Ensino Médio	101	Repassar recurso financeiro a U. Ex da escola do ensino médio.	4.444,00
PNAE – EJA	4638	Repassar recursos para oferta de alimentação escolar a alunos de Educação de Jovens e Adultos – EJA das escolas do Município de Porto Velho.	278.280,00
Programa Mais Educação	8.722	Repassar recursos para oferta de alimentação escolar a alunos de Educação Integral.	418.656,00
Programa Brasil Alfabetizado	782	Adquirir gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar a alunos beneficiados do Brasil Alfabetizado, do ensino fundamental das escolas da Rede Municipal do Município de Porto Velho.	23.294,88
PNAE - Escolas do Campo	1.016	Adquirir gêneros alimentícios para oferta de alimentação escolar a alunos do Ensino Fundamental e Infantil das Escolas Públicas do Campo.	60.960,00
Convenio do Governo Federal Programa Segundo Tempo	1.600	Aquisição de gêneros alimentícios para beneficiar alunos do Programa Segundo Tempo, dividido em 08 (oito) núcleos abrangendo 08 (oito) escolas da Rede Municipal.	55.099,93
Convenio do Governo Federal - PROJOVEM	787	Aquisição de gêneros alimentícios para beneficiar jovens distribuídos em 13 núcleos nas escolas da Rede Municipal.	102.656,92
Total Geral			1.599.447,00

Outros Programas Monitorados pela Divisão

Programa Fome Zero: Foi encaminhado à Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, Cardápios, Planilhas de Previsão de Gêneros Alimentícios e Planilhas de Distribuição de Gêneros Alimentícios, para oferta de alimentação escolar a 6190 alunos do Ensino infantil, fundamental e creches, totalizando 40 Escolas Comunitárias e 6 Municipais para o período letivo de 2010, benefício esse, oriundo do Projeto de Doação Simultânea - Complemento à Alimentação Escolar do Programa Fome Zero.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

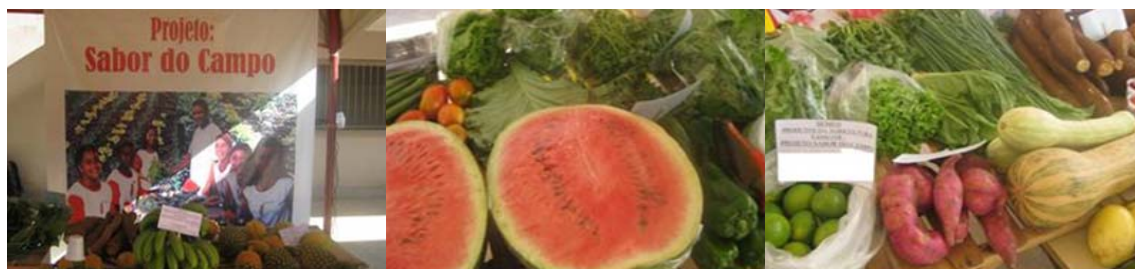
Os Quadros de Distribuição contemplaram gêneros perecíveis com entregas semanais como: alface (3543,20 molhos), almeirão (1334 molchos), banana prata (50340 kg), banana maçã (39820 kg), cebolinha (5923,50 molhos), coentro (7963,20 molhos), couve (15906 molhos), quiabo (2553 kg), chicória (1195,20 molho), maxixe (2013 kg), tomate (3052 kg) - quinzenais, como abóbora (13710 kg), banana da terra (6060 kg), macaxeira (14800 kg), milho verde (2680 kg), polpa de açaí (9470 kg), polpa de acerola (3182 kg), polpa de cupuaçu (3782 kg), polpa de cajá (2578 kg), polpa de caju (1856 kg), polpa de goiaba (1458 kg), polpa de maracujá (1236 kg), melancia (4504 kg), abacaxi (2740 kg) - mensais, como arroz beneficiado T2 (7892 kg), farinha d'água (3050 kg), farinha de tapioca (360 kg), feijão de praia (5594 kg), farinha de mandioca seca (3050 kg), feijão carioca (2544 kg) - trimestral: pepino (7036 kg), pimentão (2119 kg), maracujá (7037 kg).

Participam do Projeto 05 (cinco) Associações de Produtores Rurais, cabe a elas a elaboração de seus projetos de vendas e quadro de distribuição e entrega. A distribuição dos gêneros alimentícios às instituições começou em março do corrente ano com previsão de término em março de 2011, devido o atraso no repasse financeiro do Governo Federal a Instituição Gestora do Programa, no caso, a CONAB. Como beneficiária, temos a função de acompanhar, orientar e supervisionar o uso devido do benefício recebido.

AGRICULTURA FAMILIAR

Projeto Sabor do Campo

Beneficiários: 1 Central das Associações de Produtores Rurais do Município de Porto Velho; 2 Cooperativas Agro-Florestal Sustentável de Prod. Rurais do Estado de Rondônia; 15 Associações de Produtores Rurais Cadastrados de Porto Velho; e, 180 Produtores Rurais beneficiados.



OBRAS



MEDIDAS MITIGATÓRIAS – UHE SANTO ANTONIO

	ESCOLA	LOCAL	Nº DE SALAS
1	EMEF ANTONIO AUGUSTO VASCONCELOS	NOVA VILA DO TEOTÔNIO	9 salas de aula
2	ESCOLA NOVA REASSENTAMENTO	REASSENTAMENTO SANTA RITA	9 salas de aula
3	EMEF DR. TANCREDO NEVES	ASSENTAMENTO DA COMUNIDADE MORRINHO	2 salas de aula
4	ESCOLA NOVA REASSENTAMENTO	REASSENTAMENTO RICHÓ AZUL	6 salas de aula
5	EMEF 4 DE AGOSTO	ALDEIA KARITIANA	6 salas de aula

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

MEDIDAS MITIGATÓRIAS – UHE JIRAU

ITEM	ESCOLA	LOCAL
1	ESCOLA COM 6 SALAS DE AULA	NOVA MUTUM
2	ESCOLA NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	NOVA MUTUM

PAR

ESCOLA	LOCAL	SITUAÇÃO
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEF 03 DE DEZEMBRO	DISTRITO UNIÃO BANDEIRANTES	Aprovado em Brasília – Aguardando Liberação de Recursos
AMPLIAÇÃO DA EMEF SÃO PEDRO	BAIRRO PEDRINHA	
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BOM PRINCÍPIO	BAIRRO TANCREDO NEVES	
ESCOLA NOVA COM 12 SALAS DE AULA	BAIRRO PARQUE AMAZÔNIA / MARIANA	Na SEMAD para licitação
ESCOLA NOVA COM 6 SALAS DE AULA	BAIRRO RONALDO ARAGÃO	

SEMED

	ESCOLA	LOCAL
1	CONSTRUÇÃO DE NOVO PRÉDIO DA EMEF VALE DO JAMARI	LOCALIDADE DE ESCALERITA - RIO JAMARI
2	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ED. INFANTIL	BAIRRO TUCUMANZAL
3	CONSTRUÇÃO DE NOVO PRÉDIO DA EMEF NOVA REPÚBLICA	BAIRRO AREAL DA FLORESTA
4	CONSTRUÇÃO DE SALA DE RECURSOS NA ESCOLA 12 DE OUTUBRO	BAIRRO TRÊS MARIAS
5	REFORMA DA EMEI ALEGRIA	BAIRRO CASTANHEIRA
6	CONSTRUÇÃO DE NOVO PRÉDIO DA EMEF JAIME DE ALENCAR	LOCALIDADE CUJUBIZINHO – BAIXO MADEIRA
7	CONSTRUÇÃO DE NOVO PRÉDIO DA EMEF ALZIRA FALCAO	LOCALIDADE BRASILEIRA – BAIXO MADEIRA
8	CONSTRUÇÃO DE NOVO PRÉDIO DA EMEF SÃO LUIZ GONZAGA	LOCALIDADE DE BOM SERÁ – BAIXO MADEIRA
9	SUBESTAÇÃO DO TEATRO BANZEIROS	BAIRRO CENTRO
10	REFORMA DA EMEI GUADALUPE	RUA ANDRÉIA – BAIRRO APOINIA
11	SUBESTAÇÃO ESCOLA ESTELA DE ARAÚJO COMPASSO	BAIRRO MARCOS FREIRE
12	COBERTURA DO PÁTIO E CONST. DE NOVA ESTRUTURA PARA CAIXA NA ESCOLA SÃO PEDRO	BAIRRO PEDRINHAS
13	REFORMA GERAL DA ESCOLA VOVÓ HELENA	BAIRRO RONALDO ARAGÃO
14	CONSTRUÇÃO DE SALA DE RECURSOS NA ESCOLA 12 DE OUTUBRO	BAIRRO TRÊS MARIAS
15	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEF SANTA MARGARIDA	BAIRRO TEIXEIRÃO
16	REFORMA DA EMEF SOM DA CRAVIOLA	BAIRRO TANCREDO NEVES
17	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ED. INFANTIL	BAIRRO AEROCULUBE
18	REFORMA DA EMEF TARUMÁ	BAIRRO IGARAPÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA)

Apresentação

O presente relatório apresenta as ações da saúde do ano de 2010 de todos os departamentos, divisões, UBS, policlínicas, com o intuito de reunir os dados resultantes de um esforço contínuo no âmbito interno, buscando sempre a melhoria da infraestrutura material e humana da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho na busca incessante da resolutividade dos serviços de saúde aos usuários do SUS.

Nessa direção, esse relatório aborda os indicadores qualitativos e quantitativos pactuados, ficando evidente que os resultados apresentados caminham num sentido de atingir índices de desenvolvimento humano e social no projeto de saúde local.

Dessa forma, é contínua e uníssona a necessidade de um acesso ao conjunto dos serviços públicos de saúde oferecidos no município de Porto Velho. Além disso, constata-se que as metas do milênio em saúde, firmadas por uma grande maioria dos países latino americanos, evidenciam a necessidade imperativa de um grande esforço nacional, regional e local, por parte dos signatários, na formulação de políticas públicas de saúde que venham fortalecer as estratégias de ação para o cumprimento das metas neste novo milênio. Diante disso, vale ressaltar que o Município de Porto Velho vem galgando de forma objetiva e plena os passos dos objetivos firmados.

Lançado o desafio para as políticas públicas de saúde no município de Porto Velho, o que antes na extensão material do Estado se via acompanhada da aparição de novas formas de relação entre sociedade e poderes públicos, em que ambos se tornavam interdependentes e se penetram mutuamente, agora os limites entre o público e o privado, antigamente nítidos, como se tratassem de dois mundos opostos, tornam-se agora imprecisos. A consequência é que o Estado continua sendo um ator importante dentro do sistema político (mas não o único), o pluralismo e a interação entre os diferentes atores sociais e políticos é que definem os processos de decisão, com independência dos formalismos normativos, configurando um novo marco dentro da tradicional supremacia do Estado frente à sociedade que se encontra limitada pela necessária colaboração entre agentes públicos e privados.

Destaca-se, que o compromisso e a direção planejada para as ações realizadas no ano de 2010 partiram de um planejamento resultante da conferência municipal de saúde, plano municipal de saúde e Plano Plurianual - PPA e de todas as demandas extraídas do compromisso de uma política pública municipal que zela pela observância dos princípios constitucionais da eficiência e – por que também não dizer – da impessoalidade, ao se estabelecerem as bases de uma inteligência administrativa de caráter eminentemente institucional.

Ao estabelecer a correlação entre as metas, os resultados obtidos e os recursos utilizados, que são sistematizados e divulgados, o presente Relatório das Ações Desenvolvidas em 2010 vem fornecer subsídios para a tomada de decisão e contribuir para a transparência da gestão.

Vale ressaltar, portanto, que o RAG 2010 vai além do puro e simples *accountability*, um termo bastante abrangente, que significa além da prestação de contas pura e simples dos gestores públicos. É um instrumento que permite a verificação da aplicação dos recursos financeiros destinados à saúde, bem como o aproveitamento dos demais recursos, subsidiando as atividades dos órgãos de controle, tanto interno como externo.

Além disso, cumpre o mister de propiciar o controle social, agregando em sua concepção redacional elementos facilitadores de sua compreensão, de forma que qualquer cidadão de Porto Velho, guiado pelo legítimo interesse de conhecer o funcionamento dos serviços de saúde pública, possa adentrar com segurança este universo de conhecimento técnico e científico e caminhar por trilha que lhe permita visualizar com clareza e interpretar corretamente os indicadores estatísticos, bem como identificar a real dimensão dos esforços de gestão empreendidos e seus resultados sociais alcançados.

Introdução

Este Relatório Anual de Gestão (RAG) 2010 foi elaborado sob a óptica do planejamento, que compreende o monitoramento e a avaliação. O planejamento delinea-se como um processo estratégico para a gestão do Sistema Único de Saúde.

Os desafios atuais e os avanços necessários para a construção do SUS exigem um firme propósito no que se refere ao planejamento para que esse possa responder de forma efetiva às necessidades desse sistema.

O presente Relatório das Ações Desenvolvidas em 2010 já incorpora procedimentos de levantamento e apresentação de informações introduzidos pela nova metodologia do Sistema Único de Saúde para a elaboração de Relatórios Anuais de Gestão (RAG), mas sem prescindir da análise e discussão circunstanciada dos resultados alcançados.

A gestão plena do Sistema Municipal de Saúde de Porto Velho aumentou suas responsabilidades e desafios de dirigir o Sistema de Saúde mediante o exercício de funções de coordenação, articulação, negociação, planejamento, acompanhamento, regulação, controle, avaliação e auditoria visando estabelecer maior quantidade de resultados no processo de nível local, compartilhado entre as esferas estadual e federal e os órgãos deliberativos.

O RAG 2010 da Secretaria Municipal de Saúde atende as determinações legais dos atos normativos Lei Nº 8.142/90 e Lei Orgânica da Saúde, no seu Artigo 4º que instituem como elemento obrigatório a elaboração dos instrumentos de planejamento e gestão. Por outro lado, as Portarias do Ministério da Saúde de Nº 399, de 22 de fevereiro de 2006, instituem e regulamentam o Pacto em Saúde Nº 699, de 30 de março de 2006, e instituem o Termo de Compromisso de Gestão Nº 3.085, de 1º de dezembro de 2006. Esse cria o Sistema de Planejamento do SUS – PlanejaSUS Nº 3.208, de 19 de dezembro de 2007, que homologa os Termos de Compromisso de Gestão – TCG de Nº 3.176, de 24 de dezembro de 2008 e aprova as novas orientações acerca da elaboração, da aplicação e do fluxo do Relatório Anual de Gestão.

Neste relatório apresenta uma descrição sintética do quadro estatístico das ações previstas e realizadas, resultante do planejamento estratégico e das metas constantes na Programação Anual de Saúde (PAS) 2010, no PPA - Plano Plurianual, no Plano Municipal de Saúde (PMS) 2010-2013, dos indicadores pactuados no Pacto em Saúde e Plano Anual de Vigilância pela Saúde (PAVS), assim como dos resultados alcançados.

O presente relatório pretende fomentar debates e críticas construtivas para o aperfeiçoamento da gestão do Sistema Único de Saúde no Município de Porto Velho, além de nortear ações que busquem construir um estado de bem estar social e melhor qualidade de vida para todos os cidadãos.

Além de refletir sobre os resultados alcançados, apresenta as variáveis quantitativas e qualitativas para as possíveis resolutividades dos problemas de saúde da população do município de Porto Velho. Vale ressaltar que essas mesmas variáveis no que se refere aos números dos indicadores sociais, econômicos e de saúde, têm gerado novas demandas pelo melhoramento e confiabilidade do sistema de serviços prestados na atenção básica de saúde.

Metodologia

O que norteou o presente relatório foram as normas recomendadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial a NBR 10719, que trata da Apresentação de Relatórios Técnico-Científicos, bem como as normas NBR 6023 (Referências bibliográficas – Procedimento); NBR 6024 (Numeração progressiva das seções de um documento – Procedimento); NBR 6027 (Sumário – Procedimento); NBR 6028 (Resumos – Procedimento); e NBR 6029 (Apresentação de livros e folhetos – Procedimento).

Além disso, esse relatório atendeu o recomendado pelo Ministério da Saúde em seu guia Sistema de Planejamento do SUS – Uma construção coletiva, v. 6 (pág. 20), onde se encontram orientações gerais para a elaboração de instrumentos de planejamento, como o Relatório Anual de Gestão (RAG).

A realidade fática do Município de Porto Velho não possibilitou a implementação integral das ações contidas na Programação Anual de Saúde (PAS) 2010, no PPA - Plano Plurianual, no Plano Municipal de Saúde (PMS) 2010-2013, nos indicadores pactuados no Pacto em Saúde e Plano Anual de Vigilância pela Saúde (PAVS). Com isso, a metodologia de coleta e a análise dos dados tiveram que ser adaptadas para uma melhor análise dos resultados.

Além do mais, houve uma dificuldade de assimilação da metodologia pelos funcionários na elaboração do RAG, instituído pelo Sistema Único de Saúde. Com isso, se fez necessário adotar-se a estratégia de levantamento e compilação de dados que propiciasse, na medida do possível, o atendimento das diretrizes trazidas pelo SUS para o RAG, ao mesmo tempo em que se aproveitaram da coleta e do levantamento de dados na rotina de atividades da SEMUSA.

A análise dos dados foi univariada e bivariada para as tabelas, gráficos e demais esquemas de apresentação de dados. Ressalta-se ainda que o RAG serve para comparar dados projetados e executados, buscando sua apresentação de forma mais sistemática e sucinta.

Assim sendo, a necessidade e a importância de reforçar um esforço para a adoção e compreensão das novas metodologias na aplicação do RAG, passa pela superação das resistências inerciais comuns a essa espécie de situação administrativa.

A Saúde no Município de Porto Velho

A cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, fica situada à margem direita do rio Madeira, abaixo sete quilômetros da cachoeira de Santo Antônio do Alto Madeira, na altitude 90m, em relação ao nível do mar na latitude Sul de 8° 45'00 e na longitude de 63° 58'00 a Oeste do Meridiano de Greenwich. Distante 750 km, em linha reta de Manaus-AM.

Com a criação do Estado de Rondônia, pela Lei Complementar Nº 41, de 22 de dezembro de 1981, a cidade de Porto Velho, manteve a condição de capital, que já detinha desde 1943, quando fora criado o Território Federal do Guaporé. O município possui uma área geográfica de 34.068,50 Km², limitando-se a norte com o Estado do Amazonas, a sul com o Município de Nova Mamoré e o Município de Buritis; a leste com o Município de Candeias do Jamari e o Município de Alto Paraíso e, a Oeste, com o Município de Nova Mamoré, a República da Bolívia e o Estado do Acre.

Distribuídos em 34.082 km², Porto Velho apresenta uma densidade populacional de 12.51 hab/km² e é hoje a terceira maior cidade da região norte, sendo superada apenas pelas cidade de Manaus-AM e Belém-PA (IBGE, 2010).

A área rural com acesso por via terrestre é composta por sete distritos e a área ribeirinha com acesso por via fluvial, está dividida em três distritos e várias localidades espalhadas ao longo dos 945 km do Rio Madeira.

Com população de 426.558 habitantes, distribuídos entre a zona urbana e rural, sendo 391.014 (91,67%) na zona urbana e 35.554 (8,33%) na zona rural. Destes, 215.561 (50,53%) são do sexo masculino e 210.997 (49,47%) são do sexo feminino, conforme dados do censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Porto Velho, ao longo dos últimos anos, passou por importantes mudanças no cenário econômico, que tem atuado como atrativo para a migração interna e externa, causando impactos no crescimento e distribuição populacional.

Podemos observar melhor na figura 02 abaixo, o importante crescimento no grau de urbanização de Porto Velho, principalmente nos últimos 10 anos, em que o percentual passou de 81,79% para 91,69%. Destaca-se entretanto, que este crescimento foi o maior dos últimos trinta anos. De acordo com o IBGE, a população brasileira é eminentemente urbana, vale ressaltar todavia, que o grau de urbanização do município de Porto Velho, apresentado para o ano de 2010, é bem maior que o percentual de urbanização da média brasileira e regional.

Observa-se nas Tabelas abaixo que a taxa de crescimento populacional nos percentuais entre 2000 e 2010 apresentam valores muito próximos de crescimento, entre ambos os sexo, e em todas as faixas etárias.

Destaca-se ainda, na Tabela abaixo sobre a população residente em Porto Velho, que 60% da população encontra-se na faixa etária entre menor que 1 a 29 anos.

População Residente por Faixa Etária e Sexo de Porto Velho, 2009

Faixa Etária	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Menor 1	3.667	2	3.515	2	7.182	2
1 a 4	15.014	8	14.480	7	29.494	8
5 a 9	19.713	10	19.209	10	38.922	10
10 a 14	18.896	10	18.660	10	37.556	10
15 a 19	19.248	10	19.267	10	38.515	10
20 a 29	38.158	20	38.860	20	77.018	20
30 a 39	27.711	15	31.409	16	59.120	15
40 a 49	22.211	12	23.888	12	46.099	12
50 a 59	13.359	7	14.221	7	27.580	7
60 a 69	6.524	3	6.726	3	13.250	3
70 a 79	2.861	2	3.358	2	6.219	2
80 e +	1.209	1	1.261	1	2.470	1
Total	188.571	100	194.854	100	383.425	100

Fonte: Datasus, IBGE. Estimativas UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) (2009)

As Tabelas de 2000 a 2009 nos revela um crescimento populacional de 4% entre os maiores de 60 anos em ambos os sexos.

População Residente por Faixa Etária e Sexo, 2000

Faixa Etária	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Menor 1	3.824	2	3.765	2	7.589	2
1 a 4	15.703	9	15.120	9	30.823	9
5 a 9	19.320	12	18.755	11	38.075	11
10 a 14	19.803	12	19.503	12	39.306	12
15 a 19	19.022	11	18.880	11	37.902	11
20 a 29	30.266	18	33.104	20	63.370	19
30 a 39	26.005	16	26.784	16	52.789	16
40 a 49	17.046	10	16.703	10	33.749	10
50 a 59	8.491	5	7.877	5	16.368	5
60 a 69	4.332	3	4.464	3	8.796	3
70 a 79	2.185	1	2.150	1	4.335	1
80 e +	740	0	819	0	1.559	0
Total	166.737	100	167.924	100	334.661	100

Fonte: Datasus, IBGE. Estimativas UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) (2000)

As Tabelas acima demonstram que a população residente entre as faixas etárias de 20 a 29 anos dos sexos feminino e masculino somam o maior percentual, aparecendo como segundo maior percentual as faixas etárias compreendidas entre 30 e 39 anos.

Se observarmos a base piramidal rural do estado de Rondônia no ano de 2010 (IBGE), podemos destacar a forma bastante alargada nas faixas etárias de 0 a 4 anos, de 5 a 9 anos e de 15 a 19 anos, com maior tamanho para a faixa etária entre 10 a 14 anos.

Na pirâmide abaixo, destaca-se a população de Porto Velho predominantemente jovem, com especial atenção à faixa etária entre 20 e 29 anos e a população mais idosa (com 60 anos e mais) que corresponde a 6% do total.

O Município apresenta densidade demográfica de 12,52 hab/ km² e a taxa de crescimento populacional é de 1,37% (IBGE/ 2010).

População residente por ano Porto Velho de 1996 a 2010

ANO	POPULAÇÃO	MÉTODO
2010	426.558	Censo
2006	380.971	Estimativa
2005	373.917	Estimativa
2004	360.068	Estimativa
2003	353.965	Estimativa
2002	347.843	Estimativa
2001	342.261	Estimativa
2000	334.661	Censo
1999	309.748	Estimativa
1998	304.584	Estimativa
1997	299.893	Estimativa
1996	294.227	Contagem populacional

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

No período compreendido entre o ano de 1996 a 2010, Porto Velho apresentou um incremento populacional de 44,98%. Essa população ocupa 14,34% da área do Estado.

Uma extensa área geográfica do município possui grandes coleções hídricas. Nesse contexto, a proliferação de criadouros de *Anopheles darlingi* por exemplo é muito grande e tem um espaço ideal para seu desenvolvimento. Desta forma, a malária e outras endemias distribuem-se de forma heterogênea no município, principalmente por sua grande extensão e pela presença de diferentes fatores de risco, tais como áreas de assentamentos recentes, invasões, garimpos, (com precárias condições socioeconômicas da população), áreas de turismo ecológico, ocasionando intenso fluxo populacional.

Estes fatores, associados à dificuldade de acesso à maioria das áreas rurais; a falta de infraestrutura urbana como o saneamento básico, a drenagem de igarapés, a pavimentação das ruas nos bairros periféricos e distritos, o clima quente e úmido acentuado por períodos longos de chuva seguida de secas, acrescidas da presença de intensa fumaça oriunda dos processos de desmatamento das áreas nos arredores; determinam a transmissão contínua, não só da malária como também da incidência de várias outras doenças de transmissão notificação, sendo as principais,

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

a dengue, hepatite, hanseníase, tuberculose, leishmaniose, AIDS, e outras doenças infecto-parasitárias como as próprias gastro-enterites e infecções respiratórias (conforme constam nos dados apresentados no Relatório de Gestão 2009).

Porto Velho, sendo a capital do Estado, também é a cidade mais atingida por problemas de violência urbana, sendo as causas externas as principais ocasionadoras de mortalidade geral (45% em 2009), seguida das doenças do aparelho circulatório (14,2%), das doenças do aparelho respiratório (9,22%) e das doenças do aparelho digestivo (7,3%).

Distribuição dos óbitos por grupo de causas - Porto Velho-RO, 2004, 2005 e 2009.

Grupo de causas	2004		2005		2009	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	138	5,31	165	6,59	79	6,34
Neoplasias	327	12,58	330	13,18	37	2,96
Doenças sangue/ órgãos hematopoiético	8	0,31	8	0,32	6	0,48
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	146	5,61	128	5,11	32	2,56
Transtornos mentais e comportamentais	9	0,35	3	0,12	0	0
Doenças do sistema nervoso	33	1,27	33	1,32	19	1,52
Doenças do aparelho circulatório	471	18,11	473	18,89	177	14,2
Doenças do aparelho respiratório	233	8,96	229	9,14	115	9,22
Doenças do aparelho digestivo	139	5,35	135	5,39	91	7,3
Doenças da pele e tecido subcutâneo	4	0,15	3	0,12	1	0,08
Doenças do sistema osteo-muscular e tecido conjuntivo	7	0,27	4	0,16	0	0
Doenças do aparelho gênito - urinário	60	2,31	50	2,00	42	3,37
Gravidez, parto e puerpério.	2	0,08	6	0,24	1	0,08
Algumas afecções originadas no período perinatal	276	10,61	237	9,46	63	5,05
Má - formação congênita e anomalias cromossômicas	59	2,27	58	2,32	7	0,56
Sintomas, sinais e achados anormais clínicos e laboratoriais.	139	5,35	134	5,35	16	1,28
Causas externas de morbidade e mortalidade	549	21,11	508	20,29	560	45
TOTAL	2600	100,00	2504	100,00	1246	100

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

O coeficiente de mortalidade infantil, apresenta uma importante queda de 5,9% entre os anos de 2007 a 2008. Apesar de continuar um dos mais altos do Estado.

Outros indicadores de Mortalidade

Outros Indicadores de Mortalidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	2.164	2.119	2.169	2.163	1.828	1.801	1.798
Nº de óbitos por mil habitantes	6,2	6,0	6,0	5,8	4,8	4,6	4,7
% óbitos por causas mal definidas	5,4	7,6	6,3	6,0	5,6	7,3	10,2
Total de óbitos infantis	254	247	201	196	175	168	129
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	12	15	11	9	5	6	5
% de óbitos infantis no total de óbitos *	11,7	11,7	9,3	9,1	9,6	9,3	7,2
% de óbitos infantis por causas mal definidas	4,7	6,1	5,5	4,6	2,9	3,6	3,9
Mortalidade infantil por mil nascidos vivos **	35,3	33,8	27,5	25,6	22,8	22,5	16,9
* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional							
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC							
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional							

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Outros indicadores de Mortalidade Proporcional (%) por Faixa Etária Segundo Grupo de Causas - CID10										
Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	6,5	7,4	15,4	-	1,9	11,5	8,9	5,0	5,7	7,7
II. Neoplasias (tumores)	-	11,1	30,8	40,0	-	14,6	24,5	23,4	24,1	18,5
IX. Doenças do aparelho circulatório	0,8	3,7	-	-	1,9	13,0	25,5	30,5	30,4	20,3
X. Doenças do aparelho respiratório	4,8	3,7	-	6,7	1,9	3,0	4,5	10,0	8,8	6,0
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	60,5	-	-	-	-	-	-	-	-	4,6
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	2,4	55,6	38,5	46,7	90,6	45,7	14,6	6,1	7,0	23,2
Demais causas definidas	25,0	18,5	15,4	6,7	3,8	12,2	22,0	25,0	24,1	19,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional

Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes)							
Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aids	9,8	9,3	8,9	9,9	8,4	10,3	10,3
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	9,2	8,4	6,6	6,4	5,8	9,2	8,8
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	13,2	9,0	12,2	12,3	7,3	9,2	10,9
Infarto agudo do miocárdio	16,4	16,1	15,3	17,9	17,1	14,2	17,1
Doenças cerebrovasculares	44,6	41,8	50,3	44,7	36,2	34,8	31,1
Diabetes mellitus	35,1	28,8	28,1	24,9	13,4	20,4	35,9
Acidentes de transporte	33,9	28,8	31,4	37,2	33,3	29,4	35,9
Agressões	62,4	50,3	67,2	54,3	61,9	44,6	38,2

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Coeficiente de mortalidade							
Outros Indicadores de Mortalidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	2.164	2.119	2.169	2.163	1.828	1.801	1.798
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	6,2	6,0	6,0	5,8	4,8	4,6	4,7
% óbitos por causas mal definidas	5,4	7,6	6,3	6,0	5,6	7,3	10,2
Total de óbitos infantis	254	247	201	196	175	168	129
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	12	15	11	9	5	6	5
% de óbitos infantis no total de óbitos *	11,7	11,7	9,3	9,1	9,6	9,3	7,2
% de óbitos infantis por causas mal definidas	4,7	6,1	5,5	4,6	2,9	3,6	3,9
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	35,3	33,8	27,5	25,6	22,8	22,5	16,9

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional

**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional .

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Os indicadores de mortalidade infantil de Porto Velho de 2002 a 2008. Observa-se queda constante a partir de 2004 nos óbitos dos menores de 5 anos, nos menores de 1 ano (mortalidade infantil) e nos menores de 28 dias (mortalidade neonatal). Observa-se também, que as posições dos três primeiros agravos em número de óbitos não se alternam.

A tabela abaixo mostra o nº de óbitos por causas externas segundo região e unidade da federação. Observa-se que, das cinco regiões, a região norte aparece com o menor número de óbitos, tendo o estado de Rondônia com o terceiro maior nº de óbitos da região, ficando atrás dos Estados do Pará e Amazonas.

Óbitos p/Residência segundo Região/UF	
Período: 2009	
Região/UF	Óbitos p/Ocorrência
TOTAL	137.336
Região Norte	10.697
Rondônia	1.432
Acre	375
Amazonas	1.953
Roraima	352
Pará	5.131
Amapá	413
Tocantins	1.041
Região Nordeste	40.287
Maranhão	3.456
Piauí	2.003
Ceará	5.803
Rio Grande do Norte	2.272
Paraíba	2.723
Pernambuco	7.895
Alagoas	3.046
Sergipe	1.696
Bahia	11.393
Região Sudeste	54.117
Minas Gerais	12.548
Espírito Santo	3.858
Rio de Janeiro	13.885
São Paulo	23.826
Região Sul	20.469
Paraná	9.215
Santa Catarina	3.974
Rio Grande do Sul	7.280
Região Centro-Oeste	11.766
Mato Grosso do Sul	2.136
Mato Grosso	2.913
Goiás	4.538
Distrito Federal	2.179

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Na Tabela abaixo, o número de óbitos por ocorrência e por município, Porto Velho aparece em primeiro lugar com 39,1% no nº de óbitos por causas externas. Em segundo lugar, observamos Ariquemes com 9,7%, ultrapassando Ji-Paraná em terceiro com 8,03%.

Óbitos p/Ocorrência segundo Município	
Período: 2009	
Município	Óbitos p/Ocorrênc
TOTAL	1.432
Alta Floresta D'Oeste	16
Alto Alegre dos Parecis	3
Alto Paraíso	18
Alvorada D'Oeste	13
Ariquemes	139
Buritis	33
Cabixi	2
Cacaulândia	4
Cacoal	58
Campo Novo de Rondônia	10
Candeias do Jamari	2
Castanheiras	2
Cerejeiras	7
Chupinguaia	8
Colorado do Oeste	9
Costa Marques	7
Cujubim	19
Espigão D'Oeste	16
Guajará-Mirim	9
Itapuã do Oeste	4
Jaru	33
Ji-Paraná	115
Machadinho D'Oeste	45
Ministro Andreazza	1
Mirante da Serra	9
Monte Negro	17
Nova Brasilândia D'Oeste	14
Nova Mamoré	28
Nova União	5
Novo Horizonte do Oeste	2
Ouro Preto do Oeste	25
Parecis	1
Pimenta Bueno	31
Pimenteiras do Oeste	2

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Porto Velho	560
Presidente Médici	17
Rio Crespo	2
Rolim de Moura	41
Santa Luzia D'Oeste	3
São Felipe D'Oeste	2
São Francisco do Guaporé	11
São Miguel do Guaporé	11
Seringueiras	7
Teixeirópolis	2
Theobroma	5
Urupá	3
Vale do Anari	7
Vale do Paraíso	1
Vilhena	53

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

O gráfico abaixo demonstra uma queda de 61% no número de óbitos no município de Porto Velho nos últimos 10 anos . O coeficiente de mortalidade infantil, embora apresentando uma queda nos últimos anos, ainda é um dos mais altos do estado e o quarto maior número de óbitos entre as capitais da região norte.

O gráfico acima, apresenta ainda nos números de óbitos infantis de 2001 a 2010 uma tendência de queda, tanto nos números de Porto Velho quanto nos números do Estado.

Contundo, observamos que as tendências de queda, apresentam períodos distintos de alternância entre subidas e caídas. Nos óbitos infantis de Porto Velho, por exemplo, o início da tendência de queda se dá a partir de 2003. Com relação ao Estado, a queda se mantém de 2001 a 2008, voltando a crescer em 2009 com nova queda em 2010.

No gráfico abaixo, observa-se na soma dos óbitos de 2010 uma queda comparado com os óbitos ocorridos em 2009.

O gráfico acima apresenta um aumento no número de óbitos Neonatal precoce (masculino e feminino) em 2010 com relação aos últimos 3 anos. Em sentido contrário, apresenta uma queda no número de óbitos Neonatal tardia e Pós-neonatal (masculino e feminino) comparado com os 3 anos anteriores.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

No gráfico acima, o Cap. XVI com 55%, representa sozinho mais que a soma de todos os demais capítulos do gráfico no nº de óbitos. Seguido do Cap. XVII com 19% e o Cap. X, com 8%.

O gráfico acima, mostra que comparado os nº de óbitos infantis segundo mês e ano de Porto velho, entre os anos de 2010 e 2009. Observar-se que em 2009, janeiro apresenta o maior nº de óbitos do ano, seguido dos picos nos meses de maio, julho e dezembro. Em 2010, apenas o mês de maio coincide no nº de óbitos comparado com 2009. Entretanto, a partir de agosto de 2010, acentua-se a queda no nº de óbitos.

A Tabela abaixo no mostra que Porto Velho representa 35,26% na soma do ano no nº de óbitos infantis segundo abrangência e mês, comparado com o nº de óbitos do restante do Estado de Rondônia.

Nº de óbitos segundo abrangência e mês

Abrangências	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
Brasil	3.566	3.232	3.645	3.348	3.479	3.128	3.217	3.077	2.796	2.858	2.640	1.735	36.721
Norte	458	426	448	420	431	385	425	409	348	405	320	145	4.620
Rondônia	38	38	47	45	52	36	33	37	26	32	11	2	397
Porto Velho	17	15	14	15	17	12	13	18	5	12	2	0	140

Fonte: SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade - Fevereiro de 2011

Para atuar diante desta realidade, o Município de Porto Velho dispõe de 397 unidades de saúde, sendo 62 unidades básicas de saúde, 92 unidades de serviços especializados de média complexidade ambulatorial e 22 serviços de internação hospitalar. Das 150 unidades que constituem a rede SUS, 49,33% são municipais, 0,66% são federais, 11,33% são da rede estadual, 3,33% filantrópicas e 38,66% são privadas. A rede hospitalar é composta de 76,32% de unidades privadas, 0,75% filantrópicas, 4,78% estaduais, 0,25% federal e 18,63% municipal.

A Secretaria Municipal de Saúde, habilitada como Gestora de Atenção Básica Ampliada – G-PABA desde 05 de Agosto de 2003 (Publicado no D.O.U. Nº. 152 de 08/08/2003), trabalhou nos últimos anos na busca de incrementar as atividades inerentes à Atenção Básica de Saúde, tendo como estratégia de mudança de modelo assistencial a expansão do Programa Saúde da Família, tanto na área

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

urbana como na rural. A SEMUSA também buscou estruturar sua rede assistencial com ações de média e alta complexidade, tais como: exames complementares de laboratório, serviços de ultra-sonografia, radiologia, Centro de Referência para a Saúde da Mulher, Centro de Atenção Psicossocial e algumas especialidades médicas ambulatoriais.

Unidade de Saúde existente no município por natureza e número de leitos hospitalares de Porto Velho – 2010							
Especificação	Municipal	Federal	Estadual	Quantidade Filantrópica		Unidades Privadas	
						Contratado	Sem Vínculo
Posto de Saúde	27	-	-	-		-	-
Centro de Saúde	09	-	-	-		-	-
Unidades PSF (rural)	14	-	-	-		-	-
Unidades PSF (urbano)	03	-	-	-		-	-
Laboratório	12	-		-		17	-
LACEN	01	-	01	-		-	-
Policlínica	05	-	01	-		-	-
Pronto Atendimento	04	-	-	-		-	-
Unidade Móvel fluvial	01	-	-	-		-	-
Hospital	01	01	04	01		01	14
Centro de Fisioterapia	01	-	-	-		-	-
CAPS	01	-	01	-		-	-
Unid.Asst.Pré Hospitalar (SAMU)	01	-	-	-		-	-
Outras Unidades	-	-	-	-		20	-
Total de unidades	74	01	19	07		141	03
Nº. de Leitos	61	40	592	90		116	s/i
Fonte: DAC/SEMUSA/PVH.							

A Rede Municipal tem aumentado a oferta de consultas médicas de forma substantiva para atender a população, tanto na atenção básica quanto nas de média e alta complexidade. Embora persistam dificuldades devidas a necessidade de aumentar o número de Unidades Ambulatoriais ou mesmo de recursos humanos (principalmente médicos e profissionais mais qualificados), entre outras, observa-se que o resultado de fatores externos de ordem sócio-político-econômico, como por exemplo, a construção das Usinas hidroelétricas do Madeira ou mesmo novos investimentos de ordem socioeconômica, são os principais fatores de atração para a chegada de novos moradores para Porto Velho.

Constata-se, diante de novo quadro, que o exemplo anterior corrobora de maneira significativa o fato de que as variáveis sócio-político-econômicas são importantes para piorar os indicadores de violência urbana, acidentes de trânsito em praticamente todas as zonas da cidade e em ordem direta representam o inchaço da rede física instalada do município. Entretanto, a capacidade instalada responde de forma positiva à demanda atualmente existente. Temos como exemplo a consolidação das atividades da Maternidade Municipal de Porto Velho, que, de

forma exponencial garante o cumprimento dos objetivos propostos que vão desde oferecer uma assistência de qualidade às gestantes, ações da Assistência ao Parto Humanizado, favorecendo a mudança de indicadores como da Assistência Neonatal, Mortalidade Infantil e Mortalidade Materna.

De acordo com a Lei Complementar N° 247, de 23 de dezembro de 2005, a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho conta com uma estrutura administrativa organizacional em estilo vertical, característica de organizações tradicionais, tanto do tipo público ou mesmo privada. Entretanto, a gestão de pessoas na atual administração pública municipal apresenta uma crescente mudança, que pode traduzir-se em novas formas de avaliação, desenvolvimento, comunicação institucional e gestão de pessoas.

Em uma análise mais crítica da matriz organizacional, percebe-se uma considerável melhora no processo existente da burocracia de nível decisório, mas permanece a duplicidade de responsabilidade de co-decisão. Neste caso, a necessidade de complementação de trabalho ou mesmo participação de trabalhos interfuncionais necessita ser revista para que se tenha identificado de forma mais clara o executor principal e seus respectivos secundários, pois, em caso contrário, indefinições ou desajustes no ciclo gerencial de atribuições de atividades para a realização dessas tarefas/atividades tende a acentuar as anomalias diagnosticadas. Diante disso, os procedimentos que venham melhorar a situação atual da matriz de responsabilidades abaixo apresentada, devem ser adotados tempestivamente a fim de reduzir seus efeitos inerciais contrários à inteligência de gestão administrativa implementada no curso de 2009 e 2010.

Em termos administrativos, a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) está dividida em: gabinete, assessorias especiais, 7 departamentos e suas respectivas divisões, que funcionam como instâncias executoras das políticas públicas municipais.

3.1 Rede Física

O Sistema Municipal de Saúde de Porto Velho apresenta capacidade instalada para a realização de serviços primários e secundários. Integra a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, sendo referência em âmbito micro e macroregional. A gestão do sistema, em âmbito local, é de responsabilidade do secretário municipal de saúde.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

O município de Porto Velho dispõe de 395 estabelecimentos de saúde inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde¹ – CNES, segundo Tabela abaixo. Destes, 8,81% são unidades básicas, do tipo centro de saúde, e a grande maioria, 36,27% são consultórios isolados, e 154 são estabelecimentos ambulatoriais especializados, entre clínicas, policlínicas, unidades de apoio de diagnose e terapia, representando 38,98%. Em termos de unidades hospitalares de caráter geral e especializado, tem-se 19 estabelecimentos que corresponde a 4,78% (conforme Tabela abaixo).

Estabelecimentos por Tipo – município de Porto Velho - 2010

Tipo de Estabelecimento	Quantidade
Central de Regulação de Serviços de Saúde	2
Centro de Atenção Psicossocial	3
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	39
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	75
Consultório Isolado	128
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	3
Hospital Especializado	7
Hospital Geral	13
Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN	1
Policlínica	2
Posto de Saúde	17
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	55
Unidade de Vigilância em Saúde	2
Unidade Móvel Fluvial	2
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	1
Total	395

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES - Jan/2011

Dos estabelecimentos de saúde inscritos no CNES, 94 são públicos, que corresponde a 23,67% e 303 são privados, que corresponde a 76,32%. Dos públicos, 74 são da esfera administrativa municipal que corresponde 78,72%, 19 são da esfera estadual, correspondendo a 4,78% e 0,25% da esfera federal, de acordo com a Tabela a seguir.

¹ O Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) foi instituído pela Portaria MS/SAS 376, de 03 de outubro de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 2000. O CNES é base para operacionalizar os Sistemas de Informações em Saúde, sendo estes imprescindíveis a um gerenciamento eficaz e eficiente. Propicia ao gestor o conhecimento em Saúde, sendo estes imprescindíveis a um gerenciamento eficaz e eficiente. Propicia ao gestor o conhecimento da realidade da rede assistencial existente e suas potencialidades, visando auxiliar no planejamento em saúde, em todos os níveis de governo, bem como dar maior visibilidade ao controle social a ser exercido pela população. O CNES disponibiliza informações das atuais condições de infra-estrutura de funcionamento dos estabelecimentos de Saúde em todas as esferas, ou seja, - Federal, Estadual e Municipal". Extraído de <http://cnes.datasus.gov.br/>. Acesso em 06 de fevereiro de 2011.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Quantidade por esfera administrada segundo tipo de estabelecimento					
Tipo de Estabelecimento	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Central de Regulação de Serviços de Saúde	0	1	1	0	2
Centro de Atenção Psicossocial	0	1	2	0	3
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	0	2	35	2	39
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	0	3	1	71	75
Consultório Isolado	0	1	1	126	128
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	0	1	2	0	3
Hospital Especializado	0	2	1	4	7
Hospital Geral	1	3	0	9	13
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	0	1	0	0	1
Policlínica	0	1	1	0	2
Posto de Saúde	0	0	15	2	17
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	0	2	4	49	55
Unidade de Vigilância em Saúde	0	0	2	0	2
Unidade Móvel Fluvial	0	0	2	0	2
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	0	0	1	0	1
Total	1	19	74	303	397

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES - jan/2011.

Conforme Tabela anterior, 969 tipos de estabelecimentos são do SUS (83,91%) e estão sob a gerência direta de uma das esferas governamentais de gestão do SUS. Dos estabelecimentos públicos municipais, 41,48% são do tipo unidade básica/centro de saúde.

Em termos de leitos hospitalares cadastrados CNES/SUS, tem-se o total de 1.248 leitos, destes, 345 são cirúrgicos, 444 clínicos, 184 obstétricos, 184 pediátricos, 82 de outras especialidades e 9 hospital/dia. Do universo de 1.248 leitos, 67,78% estão cadastrados no SUS, ou seja, 846 leitos, sendo 24% (203) cirúrgicos, 37,11% (314) clínicos, 14,53% (123) complementares, 15,95% (135) obstétricos, 17,13% (145) pediátricos, 5,43% (46) de outras especialidades e 0,35% (3) de hospital/dia.

Leitos hospitalares do município de Porto Velho, cadastrados no CNES, existentes e vinculados ao SUS – Dez/2010			
Especialidade detalhada	SUS	NÃO SUS	Existente
Cirúrgicos	203	142	345
Buco maxilo facial	2		2
Cardiologia	5	3	8
Cirurgia geral	116	76	192
Endocrinologia	0	1	1
Gastroenterologia	0	3	3

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ginecologia	4	9	13
Nefrologia/urologia	0	4	4
Neurocirurgia	5	3	8
Oftalmologia	8	3	11
Oncologia	12	0	12
Ortopedia/traumatologia	51	18	69
Otorrinolaringologia	0	11	11
Plástica	0	9	9
Torácica	0	2	2
Clínicos	314	130	444
AIDS	0	1	1
Cardiologia	0	11	11
Clínica geral	253	78	331
Dermatologia	0	2	2
Geriatria	0	2	2
Hansenologia	30	1	31
Hematologia	0	3	3
Nefro/urologia	0	5	5
Neonatologia	11	1	12
Neurologia	0	4	4
Oncologia	20	9	29
Pneumologia	0	6	6
Obstétricos	135	49	184
Obstetrícia Cirúrgica	33	20	53
Obstetrícia Clínica	102	29	131
Pediátricos	145	39	184
Pediatria Cirúrgica		6	6
Pediatria Clínica	145	33	178
Outras Especialidades	46	36	82
Crônicos	6	8	14
Psiquiatria	35	28	63
Tisiologia	4	0	4
Hospital/dia	3	6	9
Cirúrgicos	3	6	9
Complementar (UTI)	123	90	213
Total	969	492	1461
Fonte: CNES – Janeiro/2011			

Inteligência de Gestão e Articulação Institucional

Indo muito além da simples observância procedimental dos princípios constitucionais da administração pública – legalidade, impessoalidade, economicidade, eficiência, moralidade e publicidade – o modelo de gestão que veio se desenvolver na Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, no decorrer de 2010, teve como

norte a humanização do direito administrativo, o qual o administrativista Marçal Justen Filho se refere como “personalização do direito administrativo”, fazendo referência à priorização da pessoa humana como destinatária de toda a gestão pública.

Na Secretaria Municipal de Saúde, sobretudo em face do seu dia-a-dia, não somente optou por ter no usuário o destinatário de todos os esforços de gestão, mas principalmente harmonizou ações administrativas e ações de planejamento de modo que se ampliou progressivamente a oferta de serviços e não apenas a melhoria de sua qualidade. Assim, em nenhum momento incorreu em qualquer espécie de postura inibitória na busca pelos serviços de saúde prestados pelo Município. Destarte, tem-se efetivamente caminhado na SEMUSA pela trilha da materialização do conceito de saúde como *estado de completo bem-estar físico, mental e social*, obviamente, de forma circunscrita às atribuições da pasta.

Destacam-se também na gestão da SEMUSA em 2010 os trabalhos de articulação com outras instituições, como, por exemplo, o entendimento mantido com o Conselho Regional de Medicina, que viabilizou a expansão do Programa de Planejamento Familiar, com equipe multiprofissional integrada por médicos, assistentes sociais, enfermeiros e psicólogos. Dessa forma, promoveu-se junto à população a consciência de que a gravidez pode e deve ser escolhida para o melhor tempo e a melhor condição. Já a articulação com o Ministério da Saúde assegurou a vinda de recursos necessários a fazer frente a demandas derivadas do momento de transformação econômica e social que a cidade de Porto Velho vem experimentando desde o início das obras das usinas hidrelétricas do rio Madeira.

Ações de gestão

Dando seguimento ao desenvolvimento de uma inteligência de gestão caracterizada, eminentemente, pela harmonização preliminar dos atores mais diretamente ligados ao Gabinete do Secretário, seja pela própria posição no organograma institucional, como no caso do Secretário Adjunto e da Assessoria Técnica, seja pela natureza das atribuições, como no caso do Departamento de Regulação, Avaliação, Controle e Auditoria (DAC), em que se agregam a Divisão de Regulação, a Divisão de Controle e Avaliação e a Divisão de Auditoria.

Enfatizou-se em 2010 a harmonização das ações e discursos – inclusive os não verbais – desses setores propiciou que, no plano funcional, sob o aspecto dos indivíduos, eventuais resistências inerciais fossem progressivamente superadas, promovendo-se a adesão aos princípios ordenadores da gestão. Outrossim, cumpre verificar-se que, em face da natureza da estrutura organizacional herdada pela atual administração, tal resistência inercial ainda se faz presente, porém já se havendo plantado a consciência de que deve ser modificada para acompanhar a nova cultura administrativa que se conseguiu desenvolver.

A parceria entre a SEMUSA e o Ministério da Saúde em 2010, se ampliou e foi de fundamental importância em face do momento por que passa a cidade de Porto Velho, trazendo o aumento dos tetos financeiros de repasses fundo a fundo, nacional para o município. O primeiro aumento se deu em fevereiro 2009, representando, a princípio, um voto de confiança. Já em dezembro, do mesmo ano confirmando-se o atingimento das metas pactuadas, o teto foi mais uma vez aumentado, configurando-se tal elevação do valor dos repasses numa espécie de selo de qualidade para a gestão da saúde de Porto Velho. Dessa forma, conseguiu-se viabilizar a construção de quatro unidades de saúde para as equipes de atenção à família. Graças a essa atuação no ano anterior, no decorrer de 2010, foram desenhadas com apoio do Ministério da Saúde, novos recursos para investimento em tecnologia e o aumento, em mais 30 equipes, para o programa de saúde da família. Nessa mesma direção, vale ressaltar, a importante atitude tomada pelo município de Porto Velho que através da SEMUSA e de um planejamento corajoso, determinado e contínuo, amplia a capacidade instalada e passa a absorver todos os novos atendimentos clínicos ambulatoriais, assim como, garante o atendimento da demanda existente e aumenta os números de consultas ambulatoriais.

Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública

As ações do município que antes eram executadas apenas pelas unidades municipais básicas de saúde agora ganha apoio de oferta com o centro de referências Rafael Vaz e Silva. No município as demais unidades estaduais: Policlínica Oswaldo Cruz, Ambulatório dos Hospitais João Paulo, CEMETRON,

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Hospital Infantil, e outras terceirizadas pela gestão estadual (laboratórios e serviços de imunologia), continuaram compondo este quadro de atendimento no ano de 2010 (vale ressaltar que Hospital João Paulo II deixa de receber toda demanda primária de atenção em saúde desde 2009). O quadro 03 apresenta o percentual de participação dos serviços municipais, ou seja, a capacidade instalada diante das metas gerais para atendimento à população de Porto Velho.

A reestruturação ampliou a oferta de serviços especializados, atenção hospitalar obstétrica, apoio diagnóstico, saúde mental, recuperação auto motor e fonoaudióloga através do Centro de Fisioterapia e a assistência ambulatorial dos prontos atendimentos, fortalecendo a atenção de urgência e emergência e ambulatorial especializada, o que tornou os serviços municipais resolutos e capazes de diminuir a demanda do Pronto Socorro João Paulo II.

A construção de três novas Unidades de Pronto Atendimento – UPA, com duas já em fase de construção, oferece a estrutura física que dá sustentação ao objetivo proposto. Da mesma forma o Centro de Especialidades Médicas e Diagnósticas, já em fase final de construção, virá contribuir para ampliação da capacidade do município em dar resposta às demandas das clínicas especializadas.

A SEMUSA também investiu em sua rede diagnóstica laboratorial, formando uma central diagnóstica automatizada e informatizando os laboratórios, oferecendo maior qualidade e resolutividade aos exames realizados, aumentando a capacidade de resposta aos usuários.

No momento encontra-se em fase de licitação todos os equipamentos e mobiliários para as Unidades de Pronto Atendimentos - UPAS e para o Centro de Especialidades Médicas, que estão com previsão de inaugurações para fevereiro de 2011.

Ações de planejamento - Imunização

Ação
✓ Manter a infra-estrutura necessária de equipamentos/material da Divisão de Imunizações, Rede de Frio e Salas de Vacina urbana e rural
✓ Contratar Recursos Humanos para suprir as necessidades de profissionais em salas de vacinação
✓ Promover ações de educação a saúde, divulgação, treinamentos e campanhas
✓ Capacitar profissionais enfermeiros em procedimentos técnicos em vacinas, com o objetivo de atuarem como responsáveis técnicos e multiplicadores das equipes de enfermagem na área de

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

imunizações
✓ Capacitar novos profissionais, (técnicos em enfermagem) para atuarem em sala vacinação
✓ Informatizar as salas de vacinas das Unidades de saúde interligando em rede as informações
✓ Realizar Supervisão sistemática nas salas de vacinas
✓ Realizar quatro Campanhas de vacinação no ano
✓ Estabelecer protocolos de normas e rotinas de funcionamento e procedimentos em sala de vacinação
✓ Capacitação e atualização dos profissionais que atuam nas salas de vacinas do município para introdução de novas vacinas (Pneumocócica 10 valente) e (Meningocócica tipo "C")

Fonte: SEMUSA/PVH

Ações de planejamento – Saúde da Mulher

Ação
✓ Garantir acesso das usuárias acompanhadas ao tratamento especializado no centro de referência de saúde da mulher
✓ Aumentar a oferta de exames preventivos nas unidades básicas de saúde
✓ Capacitar recursos humanos para implementação de Programa nas Unidades de Saúde (médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e agentes multiplicadores)

Fonte: SEMUSA/PVH

Ações de planejamento – Unidades Básicas de Saúde

Ação
✓ Estruturar as unidades básicas de saúde com insumos e equipamentos necessários ao acompanhamento das famílias beneficiadas
✓ Implantar três pontos de coleta de leite humano, sendo dois em unidades básicas de saúde e um na Maternidade
✓ Aumentar a oferta de exames preventivos nas unidades básicas de saúde
✓ Supervisionar as Unidades Básicas de Saúde quanto às ações do Programa Hiperdia
✓ Descentralizar os sistemas de informação do Hiperdia para as unidades básicas de saúde da Zona Urbana
✓ Coordenação da vacinação de rotina nas Unidades Básicas de Saúde – UBS
✓ Treinamento de Métodos de Limpeza e Desinfecção em Unidades Básicas de Saúde

Fonte: SEMUSA/PVH

Ações de planejamento – Saúde Bucal

☐ Ação – Primeira consulta odontológica
✓ Garantir as ações preventivas e curativas do Plano Terapêutico (garantido pelas ações abaixo)
✓ A aquisição de insumos, aquisição e manutenção dos equipamentos odontológicos
✓ Ampliação do número de consultórios odontológicos na rede de saúde instalada do município
✓ Ampliações do número de Cirurgião Dentista e Auxiliar de Serviço Bucal
✓ Monitorar e avaliar mensalmente os indicadores através do Mapa de Produção Mensal do Odontólogo, informação essa repassada pelo Dptº /Avaliação e Controle
✓ Implantar 33 novas equipes de Saúde bucal, buscando atingir os parâmetros ministeriais da relação 1 ESF/ESB
✓ Fortalecer o protocolo de referência para os Centros de Especialidades Odontológicas, nas áreas de: Endodontia, Periodontia, Cirurgia Oral Menor, atendimento a pacientes portadores de necessidades especiais e diagnóstico de câncer bucal
✓ Envolver o Cirurgião-Dentista, o Auxiliar de Consultório Dentário e os Agentes Comunitários de Saúde na realização das ações coletivas através de dados epidemiológicos que confirmam a eficácia da prevenção pelo uso do flúor (dentifrício)
✓ Integrar os agentes de saúde escolar no acompanhamento das ações de promoção da saúde bucal;
☐ Ação – Ação coletiva de escovação dental supervisionada
✓ Monitoramento e avaliação das metas previstas no plano municipal de saúde de primeira consulta odontológica e escovação dental supervisionada

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

✓	Garantir a realização da ação coletiva de escovação dental supervisionada à população menor de 14 anos do território da área de abrangência das Equipes de Saúde Bucal inseridas na Estratégia Saúde da Família
✓	Analisar e identificar o índice de cáries através de levantamentos epidemiológicos (CEO/CPOD) e os efeitos da Escovação Dental Supervisionada com dentrífcio fluoretado na sua redução

Fonte: SEMUSA/PVH

Ações de planejamento – Urgência e Emergência

☐	Ação
✓	Construir, equipar e operacionalizar duas UPAS na zona urbana e uma na zona rural (Distrito de Jacy-Paraná)
✓	Ampliar o número de profissionais para os Prontos Atendimentos 24hs
✓	Fortalecer as ações dos Prontos Atendimentos Ana Adelaide e José Adelino para aumentar a capacidade de resolutividade nos atendimentos de urgências / emergências
✓	Realizar capacitação em urgência e emergência, para todos os profissionais da área médica e de enfermagem que atuam nos Prontos Atendimentos e SAMU (ACLS)
✓	Capacitar os profissionais que atuam nos Prontos Atendimentos para o acolhimento com classificação de risco (Port/MS 2048 05/11/2003)

Fonte: SEMUSA/PVH

Ações de planejamento - Centro de Referência de Especialidades Médicas

☐	Ação
✓	Construir o Centro de Referência para especialidades médicas e apoio diagnóstico
✓	Aparelhar o centro e instalar equipamentos especializados
✓	Contratar profissionais especializados, nas áreas: Oftalmologia, Gastroenterologia, Ortopedia e para apoio aos exames de: Radiologia, Ultrassonografia, Endoscopia
✓	Elaborar, aprovar e implantar protocolos para regulação de exames e consultas especializadas
✓	Implantar sistema regulador dos atendimentos de forma regionalizada

Fonte: SEMUSA/PVH

Ações de planejamento - Planejamento Reprodutivo

☐	Ação
✓	Lançamento de Campanha para a implementação do Programa de Planejamento Reprodutivo nas unidades de saúde municipais da zona urbana e rural
✓	Garantir acesso das usuárias acompanhadas ao tratamento especializado no centro de referência de saúde da mulher
✓	Aumentar a oferta de exames preventivos nas unidades básicas de saúde
✓	Capacitar recursos humanos para implementação de Programa nas Unidades de Saúde (médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e agentes multiplicadores)
✓	Coordenar, implementar, acompanhar e avaliar no âmbito do território, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, priorizando a atenção básica, com foco na Estratégia de saúde da Família, como porta de entrada do sistema de saúde integral e hierarquizado
✓	Promover, no âmbito municipal de suas competências, a articulação intersetorial e interinstitucional necessária à implementação da Política Nacional
✓	Incentivar junto à rede educacional municipal, ações educativas que visem à promoção e atenção da saúde do homem
✓	Promover, em parceria com as demais esferas de governo, a qualificação das equipes de saúde para execução das ações propostas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem
✓	Promover, junto à população, ações de informação, educação e comunicação em saúde visando difundir a Política Nacional
✓	Incentivar e desenvolver a participação dos homens no planejamento reprodutivo

Fonte: SEMUSA/PVH

Ações de Planejamento

Com o intuito de consolidar a estratégia de atenção à saúde do município de Porto Velho, várias ações foram desenvolvidas em 2010, sendo divididas em 4 (quatro) eixos de intervenção:

1. Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública;
1. Gestão da Resolutividade dos Atendimento de Média e Alta Complexidade em Porto Velho;
2. Atenção em Saúde e Vigilância em Saúde e;
3. Controle Social (compreende a análise e reflexão do alcance dos resultados satisfatórios na atenção integral à saúde do cidadão).

Gestão das políticas e prevenção em saúde pública

Quadro com as estratégias, metas, ações e resultados previstos e alcançados para 2010.

Eixo 1: GESTÃO DAS POLÍTICAS E PREVENÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

Objetivo geral: Implementar instrumentos de gestão do sistema de saúde, aperfeiçoando o uso de informações estratégicas para a tomada de decisões no planejamento das ações, no controle social e avaliação das políticas implantadas.

Departamento de Atenção Básica

O Departamento de Atenção Básica realizou em maio de 2010, treinamento de Métodos de Limpeza e Desinfecção em Unidades Básicas de Saúde. Participaram do treinamento, todos os servidores dos serviços gerais lotados nas unidades básicas de saúde do município. O curso foi ministrado pelo Enfermeiro Marcuce Antonio do Departamento de Atenção Básica-DAB/SEMUSA.

O curso objetivou oferecer aos servidores que atuam nos serviços gerais nas UBS do município, um treinamento que reforçasse as práticas de limpeza e desinfecção em unidades básicas, oportunizando os métodos de proteção individual e coletivo.

Ao término do curso, foi elaborado um relatório contendo as principais necessidades dos servidores deste setor, e encaminhado a direção do DAB-SEMUSA.

Dando continuidade nas atividades desenvolvidas pela equipe do Departamento de Atenção Básica DAB/SEMUSA, realizou-se visitas técnicas às localidades e unidades de saúde, com o intuito de reorganizar e fortalecer práticas de saúde coletiva, com base em reuniões técnicas, visando ampliar e consolidar a Estratégia Saúde da Família.

Ainda durante o primeiro semestre, foram realizadas 18 reuniões técnicas na área urbana de Porto Velho, distribuídas nas unidades básicas de saúde da capital.

Na área rural terrestre foram realizadas 12 reuniões distribuídas nos distritos de Jaci Paraná, Mutum Paraná, Nova Califórnia, União Bandeirantes, Calama, Nazaré, São Carlos, Cujubim Grande, Abunã, Extrema, etc.

Em abril de 2010 o Departamento de Atenção Básica juntamente com a Universidade Federal de Rondônia – UNIR e CAPS Estadual, realizaram a I Conferência Regional de Porto Velho em Saúde Mental. O evento aconteceu no Rondon Palace Hotel com a participação de profissionais de saúde, usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), instituições públicas de saúde, sociedade civil organizada, trabalhadores que atendem a saúde mental, entidades formadoras de profissionais e conselhos de saúde.

Outra importante atividade desenvolvida pelo Departamento de Atenção Básica através da Divisão de DST/AIDS, foi a implantação do Teste Rápido nas unidades básicas de saúde do Socialista, Caladinho e Mariana. Ainda no mês de abril foi realizado um treinamento técnico oferecido pela SEMUSA e GPES para os profissionais dessas unidades, que passaram a partir daí a realizar o teste nas unidades de saúde do município.

O fortalecimento da atenção básica, através da estratégia de saúde da família, representa a principal linha de ação da SEMUSA para abordar o déficit de cobertura assistencial no município de Porto Velho. No atual momento a rede municipal de saúde de Porto Velho enfrenta diversos desafios em relação a infra-estrutura deficitária e escassez de mão de obra qualificada.

Como desafio, a SEMUSA- Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho vem propondo e estruturando seus serviços com estratégias de ampliação e fortalecimento da Atenção Básica na perspectiva de conformação de um modelo de atenção de acordo com as necessidades da população em conjunto com a vigilância em saúde e o PSF. Portanto, optou pela implementação e expansão da ESF buscando promover a reorganização do sistema e das práticas assistenciais em saúde.

A implantação da ESF representa um marco histórico na consolidação das políticas públicas de saúde de forma eficaz e transformadora para o Sistema Único de Saúde - SUS contribuindo para a melhoria da população brasileira.

No segundo semestre o DAB realizou as seguintes atividades:

- ✓ Organização de pessoal para o curso de ATLS do convênio SEMUSA/COFEN
- ✓ Continuidade na atualização do Sistema de Atenção Básica – SIAB
- ✓ Participação de reunião com DVEA – Tuberculose
- ✓ Supervisão mensal das USFs zona urbana e rural
- ✓ Lotação e apresentação do novo diretor à USF Aponiã
- ✓ Reunião com a SEJUS para apoio a força tarefa nas penitenciárias
- ✓ Participação de reunião do Telessaúde
- ✓ Territorialização da área do Ronaldo Aragão para a inserção da nova equipe
- ✓ Implantação de uma equipe de saúde da família na USF Ronaldo Aragão
- ✓ Participação de reunião para operação da ponta do Abunã
- ✓ Deslocamento para início da organização da operação ponta do Abunã
- ✓ Iniciação da discussão para gratificação dos profissionais não médicos da Estratégia Saúde da Família
- ✓ Participação de curso de licitação em saúde bucal.
- ✓ Realização de pintura da USF Vila Princesa
- ✓ Reunião com ONG sobre a proposta do Barco Saúde
- ✓ Reunião técnica com os Diretores das USFs, implementação do planejamento familiar e outros
- ✓ Reunião com a martenidade sobre planejamento familiar
- ✓ Reunião com o adjunto sobre situação interna DAB
- ✓ Atualização do plano de contingência Dengue em parceria com DVEA
- ✓ Elaboração do mapa diagnóstico da cobertura urbana do ESF
- ✓ Visita na área urbana de Porto Velho para definição de construção de novas unidades
- ✓ Identificação de área de cobertura da ESF para Investigação de óbito em parceria com DVEA
- ✓ Elaboração do levantamento de necessidade de RH para a atenção básica
- ✓ Participação em teleconferência da AIDS em Parceria com DVEA
- ✓ Participação de reunião com ASTEC pelo projeto COFEN/SEMUSA
- ✓ Apresentação e aprovação no conselho municipal residência multiprofissional em saúde da família 2011

- ✓ Apresentado e aprovação no conselho municipal aumento do teto para credenciamento de novas equipes saúde da família para expansão e Saúde Bucal
- ✓ Apoio ao DPE para implantação e fluxo de atendimento do programa saúde do homem
- ✓ Iniciação de estudo do BPA com parâmetros de indicadores e agravos notificados
- ✓ Acompanhamento da equipe responsável no treinamento para coleta de PCCU Rafael Vaz e Silva
- ✓ Organização do fluxo para atendimento anti-rábico nos pronto atendimentos em conjunto com Estratégia Saúde da Família
- ✓ Descentralização e supervisão do SIAB para as USFs urbanas
- ✓ Apoio ao DPE para organização da Intensificação das coletas de exames papanicolau
- ✓ Reunião com os profissionais das USFs para implementação das Investigações de óbitos em parceria com DVEA
- ✓ Intensificação de orientações as USFs para o cuidado de ações de combate a dengue em parceria com DVEA
- ✓ Supervisão as unidades para o funcionamento da campanha de intensificação das coletas PCCU
- ✓ Elaboração de processos de aquisição de material permanente e de consumo para atender as ESF.
- ✓ Lotação nas áreas de atuação profissionais recém contratados
- ✓ Continuidade nos Projetos PROESF E SISFRONTEIRA 2ª fase.
- ✓ Realização de Introdutórios para as ESF da USF Agenor de Carvalho e Caladinho.
- ✓ Realização do Projeto: Bem - Estar: Ação em União Bandeirante.

Curso de ATCN do convênio SEMUSA/COFEN

Resultado do convênio estabelecido pelo sistema COFEN/COREN e SEMUSA foi disponibilido de forma prioritária o treinamento para os enfermeiros que desenvolvem suas atividades na área rural devido a característica de suas atividades (conforme filosofia da Estratégia de Saúde da Família (ESF), o atendimento de urgência faz parte do processo de trabalho das equipes).

Atualização do Sistema de Atenção Básica – SIAB

O SIAB - Sistema de Informações de Atenção Básica é a resposta à demanda da ESF em que os gestores municipais acompanham o trabalho e avaliam a qualidade (M.S – 2003). É um sistema de alimentação de dados que auxilia na geração de relatórios às equipes e as unidades básicas de saúde às quais estão ligadas. O DAB tem uma preocupação extrema para com a alimentação do sistema e elaborou técnicas de acompanhamento, controle e avaliação das produções mensalmente entregues pelas unidades. O resultado (conforme gráfico abaixo) mostra que obtivemos um aumento de 103.500 famílias a mais no período Janeiro 2009 a Dezembro 2010, acompanhando a expansão de implantação da ESF que

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

corresponde a um crescimento de 71,43% da taxa de crescimento da população coberta no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010 e a de Porto Velho foi de 14,6% para os dez anos. A taxa de cobertura de 2009 foi de 55,79% e a taxa de cobertura de 2010 foi de 58,23, sendo que a taxa de crescimento de cobertura entre 2009 e 2010 foi de 2,45%. A taxa de crescimento da população coberta foi 16,13%.

Supervisão mensal nas USFS zona urbana e rural

A prática da supervisão contínua, estabelece um vínculo da gestão com as equipes em seu campo de atuação. No ano de 2010 foram executadas várias supervisões (quadro abaixo) permitindo um conhecimento oportuno das dificuldades das equipes, bem como suas ações de sucesso na área de abrangência.

Planilha de Execução da Supervisão Urbano – 2010

NOME DA UNIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Aponiã		X	X	X		X	X		X	X	X	
Agenor Carvalho		X	X	X	X	X	X		X	X	X	X
Areal da Floresta			X				X				X	
Caladinho			X	X						X	X	X
Ernandes Índio		X	X				X	X			X	X
José Adelino		X	X				X	X		X	X	X
Mariana			X	X	X		X	X		X	X	
Manoel A. Matos				X		X		X		X	X	X
Nova Floresta			X	X		X	X	X			X	X
Pedacinho De Chão		X		X		X	X	X			X	X
Renato Medeiros			X			X	X			X	X	X
Ronaldo Aragão		X		X	X	X	X	X		X	X	X
Socialista		X	X	X	X		X	X	X	X	X	X
São Sebastião		X	X	X			X	X	X	X	X	X
Santo Antônio				X			X	X			X	
Vila Princesa		X		X		X	X	X				
Hamilton Gondim		X	X	X	X		X			X	X	X
Oswaldo Piana											X	
Maurício Bustani		X					X					

* Dificultadores - Março: Incêndio no almoxarifado – carros a disposição; Maio: Carros danificados e inauguração de Jacy; Junho: Dificuldade em conseguir carro (pccs); Agosto: Operação militar na ponta do abunã; Setembro: Ida em congresso e dificuldade de veículo; Outubro: Busca de ambulância SAMU em São Paulo e carros ao TRIBUNAL ELEITORAL; Novembro: Campanha do PCCU

As reuniões técnicas executadas tiveram como objetivos socializar as informações, bem como apresentar resultados obtidos e estabelecer novas rotinas para a busca da melhoria e atendimento ao usuário.

O departamento de atenção básica estabeleceu como meta até 2013 a cobertura de 70% da capital com a estratégia de saúde da família implantada e o objetivo de mudança cultural do modelo hospitalocêntrico para a prática de prevenção de doenças. O gráfico abaixo demonstra nossa cobertura até dezembro de 2010 e compara com todas as capitais da região norte, ficando Porto Velho atrás apenas de Palmas.

Introdutórios para as ESF das Unidade Saúde da Família - USF

Em face da expansão do processo de organização dos serviços de atenção básica no município de Porto Velho, os profissionais das Equipes de Saúde da Família necessitam de programas e conteúdos que os possibilitem desempenhar suas atribuições, cada vez mais próximos das necessidades de saúde da população. Seu objetivo é reunir conteúdos e informações técnicas pertinentes aos protocolos e rotinas de trabalho das Equipes de Saúde da Família, sob os enfoques operacional, gerencial e conceitual. Em 2010 foram realizados introdutórios para as Unidades: Aliança, Caladinho, Agenor de Carvalho.

Ações da tenda da cidadania

Tenda da Cidadania da zona rural no distrito de Jacy-Paraná/Porto Velho no dia 11/04/2010.

Realizou-se a partir das 8:30 horas com termino as 15:00 horas, na Escola Municipal Cora Coralina as atividades da tenda da cidadania em Jacy-Paraná, sob a coordenação do Departamento de Atenção Básica – DAB/SEMUSA. A execução dos trabalhos estiveram a cargo da Assistente Administrativa Sueli, do médico José Carlos, das Técnicas de Enfermagem Leidina, Eliana e das ACS Leticia e Maria, Sheila do Niensus, o motorista Augusto e o voluntário Davi Santos.

Foram feitas 56 consultas médicas, entre crianças, mulheres e homens. Verificação de PA e testes de Glicemia em 46 paciente. Foram ainda aplicadas 100 doses de vacinas entre crianças e adultos.

Foram preenchidos 36 cartão SUS além da distribuição de folder's, camisinhas e orientações em saúde de DST.

Tenda do dia do Desafio /Porto Velho no dia 26/05/2010.

A tenda do dia do Desafio aconteceu no Gabinete do Prefeito de Porto Velho, com início às 08h30 e término as 12h00, sob a coordenação do Departamento de Atenção Básica – DAB/SEMUSA. Participaram da equipe de execução, a Assistente Administrativa Sueli Nunes com o apoio no atendimento da equipe de estagiários da UNIR, além dos enfermeiros, Fernanda e Eduardo.

Foram atendidos 23 pacientes, com verificação de PA e 55 teste de Glicemia.

Tenda do projeto social mutirão da cidadania/Porto Velho no dia 18/07/2010.

As atividades da Tenda do Projeto Social Mutirão da Cidadania, teve início às 08h00 e seu encerramento aconteceu as 12h30 horas. O evento esteve sob a Coordenação do Departamento de Atenção Básica.

Participaram da execução dos trabalhos a Assistente Administrativa Sueli Nunes, a médica Fabiana Muniz, o enfermeiro Marcuce e a Técnica de Enfermagem Perpétua.

Foram realizados 12 consultas médicas, além de consultas de enfermagem com verificação de PA e teste de Glicemia. Também realizou-se a vacinação de 33 pacientes, entre crianças e adultos.

Tenda da Saúde do Homem /Porto Velho no dia 31/08/2010.

A tenda da saúde do Homem realizada na FATEC/PVH, teve início as 18h30 e o término as 21h00. A Coordenação esteve a cargo do Departamento de Atenção Básica DAB/SEMUSA.

Participaram da equipe de execução, da Assistente Administrativa Sueli Nunes e de duas técnicas de Enfermagem Sara e Raimunda da Unidade de Saúde Pedacinho de Chão.

Foram realizadas atendimento de 78 pacientes com verificação de PA e 82 teste de Glicemia.

Tenda projeto ação comunitária polícia militar (PM) /Porto Velho no dia 09/10/2010.

A Tenda projeto ação comunitária aconteceu na Praça ao lado da Base da guarnição da Polícia Militar no Caladinho. Teve início as 9h00 horas e o término as 16h00. Esteve sob a Coordenação do Departamento de Atenção Básica – DAB/SEMUSA.

Participaram da execução dos trabalhos a Assistente Administrativa Sueli Nunes, as Técnicas de Enfermagem da Unidade de Saúde Caladinho N. Médio Herdilene Santos, Beatriz Emanuelle e Vilmalir Ferreira além da parceria da Faculdade São Lucas e Farmácia Econômica.

Foram atendidos 50 pacientes com a verificação do PA e 91 teste de Glicemia.

Tenda semana do servidor municipal /Porto Velho no dia 25/10/2010

As atividades da Tenda Semana do Servidor Municipal que aconteceu na ASSEFAZ/PVH, teve inicio às 14h00 e seu encerramento aconteceu as 17h00 horas. O evento esteve sob a Coordenação do Departamento de Atenção Básica – DAB/SEMUSA.

Participaram da execução dos trabalhos a Assistente Administrativa Sueli Nunes e estagiários de graduação de Enfermagem da FIMCA.

Foram realizados consultas de enfermagem com verificação de 30 PA e 45 teste de Glicemia.

Tenda dia do Desafio /Porto Velho no dia 26 e 27/10/2010

A Tenda Dia do Desafio, aconteceu no Gabinete do Prefeito de Porto Velho. Teve início as 14h00 horas e o término as 17h00. Esteve sob a Coordenação do Departamento de Atenção Básica – DAB/SEMUSA.

Participaram da execução dos trabalhos a Assistente Administrativa Sueli Nunes e estagiários de graduação de Enfermagem da FIMCA.

Foram realizados consultas de enfermagem com verificação de 27 PA e 25 teste de Glicemia.

Tenda da Cidadania gabinete do prefeito /Rio Pardo-PVH no dia 28/11/2010

A Tenda da cidadania aconteceu no Gabinete do Prefeito de Rio Pardo. Teve início as 9h00 horas e o término as 16h00. Esteve sob a Coordenação do Departamento de Atenção Básica – DAB/SEMUSA.

Participaram da execução dos trabalhos a Assistente Administrativa Sueli Nunes, os membros da equipe da Policlínica José Adelino, os médicos Daniel Marques e Andréia, Enfª Katianne, Os técnicos de enfermagem Cíntia, Auricelia, Zenilza Aluizio. Além de Maria do Perpetuo e Leidina do Caladinho, assim como os ACS e Agente de Endemias de Rio Pardo.

Foram realizadas 107 consultas médicas entre crianças e adultos. Consultas de enfermagem com atendimentos de 88 pacientes com a verificação da PA e 90 teste de Glicemia.

A atividade ainda contou com atendimento de farmácia, preenchimento de 75 cartões SUS, 133 vacinações, além de exames de malária. O evento, faz parte do reforço ao combate aos casos de TB e Hanseníase e outros agravos, com forte incidência nessa localidade.

SIS FRONTEIRA

SIS FRONTEIRA – Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras - Sistema que visa integrar as ações e serviços de saúde nas regiões de fronteira. Criado oficialmente em junho de 2005 pela CIT, através das portarias GM Nº 1120 que instituiu e Portaria GM 1122 (Anexos 1 e 3) de regulamentação.

Objetivos:

- ✓ Contribuir para o fortalecimento e organização dos sistemas locais de saúde;
- ✓ Verificar as demandas e a capacidade instalada;
- ✓ Analisar o impacto das ações desenvolvidas sobre a cobertura e a qualidade assistencial;
- ✓ Documentar os gastos com assistência aos cidadãos; e
- ✓ Integrar os recursos assistenciais físicos e financeiros.

Fases de Execução

- **Fase I**

- a) Diagnóstico Local
- b) Plano Operacional - Sistema de Gestão do Programa Nacional de Ações Integradas em Saúde nos Territórios Diferenciados – DIGEST-PNAIS

Compõe-se: Fase, Área de Atuação, Objetivos, Problemas e Oportunidades, Pontos Críticos e Positivos obtidos no diagnóstico local, Vinculação Estratégica, Metas, Linha de Ação e Atividades.

- **- Fase II**

- ✓ Execução das ações prioritárias definidas no Plano Operacional aprovado quanto à Gestão, Serviços e Ações e Implementação da Rede de Saúde nos municípios fronteiriços.

As Áreas de atuação e suas sub-áreas relacionam-se à estrutura do Ministério da Saúde: Atenção à Saúde, Ações Programáticas/ Estratégicas; Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos; Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Gestão Estratégica e Participativa e Vigilância em Saúde.

O Plano Operacional foi elaborado com o intuito de proporcionar o acesso integral ao serviço de saúde, propondo linhas e diretrizes específicas para as situações de fronteira. No Plano Operacional estão estabelecidas as ações e metas que expressam de forma concreta os Diagnósticos de Saúde Local do Município de Fronteira de Porto Velho-RO.

Este Plano foi realizado, considerando três eixos programáticos: Gestão do sistema, Atenção à Saúde e Vigilância em Saúde. O Plano Operacional constitui o segundo produto da Fase I do Projeto SIS-Fronteira e foi elaborado com base nas conclusões do Diagnóstico Local de Saúde do Município e aprovado pelos governos municipal, estadual e federal. Para cada sub-área é definido um objetivo que deve estar vinculado a uma diretriz do Plano Nacional de Saúde: Um Pacto pela Saúde no Brasil, 2004-2007, além de estar relacionado aos pontos críticos e positivos desse Plano.

Em cada objetivo foram definidas as Metas de Produto para acompanhar e verificar as suas execuções durante o Projeto.

As metas compreendem as seguintes linhas de ação:

A) Ações de Custeio

- a. Aquisição de material de consumo;
- b. Capacitação / instrutoria;
- c. Reforma da Unidade de Saúde: adequação / recuperação;
- d. Serviço de consultoria;
- e. Serviço de técnicos: pessoa física;
- f. Serviço de técnicos: pessoa jurídica;
- g. Passagens e Diárias;
- h. Medicamentos.

B) Ações de Capital / Investimento

- a. Ampliação da Unidade de Saúde;
- b. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes;
- c. Aquisição de unidade móvel de saúde;
- d. Conclusão da Unidade de Saúde: etapa ou total.

Em fevereiro de 2010, foi iniciada a articulação entre os setores: Gerências e Divisões afins com os objetivos previstos no Plano Operacional através de memorandos para que as áreas técnicas analisassem o objetivo, avaliassem se tais materiais e as quantidades eram necessárias na oportunidade, considerando a previsão financeira disponível e prazos de execução com devolução até dia 08.03.2010.

- Realizado contato com Isa Maria Araújo – SIS FRONTEIRAS/MS para solicitação de readequação do recurso financeiro e prorrogação dos prazos de execução.

- Autorizada (sob análise) a prorrogação dos prazos e definido que não haveria alteração nas metas, portanto não seria necessária a apresentação ao Conselho Municipal de Saúde.

O objetivo 8 foi readequado para melhorar a infraestrutura das UBS com reforma e ampliação de 2 UBS. Sua diretriz é a expansão e efetivação da Atenção Básica de Saúde e sua linha de ação é a Reforma de Unidade de Saúde (reforma e adequação) para 2 Unidades Ribeirinhas: NAZARÉ E CURICACAS. A readequação financeira só deveria ser feita dentro de custeio para custeio e capital para capital. Em reunião com a diretora do DAB, definiu-se por manter os recursos financeiros e somente adequar os prazos. A SEMUSA complementaria o valor necessário para atingir o objetivo.

O objetivo 9 foi de contratualizar serviços de consultoria para incrementar o andamento do SIS Fronteira.

O objetivo 12 foi de capacitar os profissionais que atuam na elaboração do boletim ambulatorial – BPA/SIA/SUS, somando os valores de R\$ 70.000,00 que, em consenso com a direção, deveria ser reprogramado para a Fase III. Foram elaborados os termos de referência para solicitação da aquisição dos materiais/insumos e equipamentos referentes às áreas afins, além do acompanhamento do andamento dos processos através do Sistema de Tramitação de Processos – TPCETIL

Das Metas

Dos recursos financeiros disponíveis para execução, foram atingidos 32,3 %. Dos R\$ 1.049.995,92 foram executados R\$ 338.738,54. No Anexo 1 está descrita a situação de repasse dos recursos financeiros das fases I e II.

Dos 18 processos solicitados, 08 foram executados, sendo que 04 (50%) estão em processo de entrega, de acordo com quadro, no Anexo 2.

Os objetivos 1 (aquisição de material de consumo para a Saúde Bucal) não atingiu o valor financeiro disponibilizado, sendo portanto, informado ao setor responsável para solicitação de materiais adicionais necessários.

De forma similar houve saldo de recurso no objetivo 7 (aquisição de material de consumo) para a expansão e efetivação da Atenção Básica de Saúde.

Os insumos adquiridos foram distribuídos de acordo com o Plano Operacional para as Unidades de Saúde Rural e Urbana.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Pontos críticos identificados

MUNICÍPIO	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	PONTO 4	PONTO 5	PONTO 6
PORTO VELHO	Plano Municipal de Saúde não contempla questões sobre o atendimento a população estrangeira, apenas de forma pontual.	Necessidade de avançar em projetos conjuntos com a Bolívia.	Inexistência de política nacional definida sobre os problemas do sistema de saúde nas regiões de fronteira.	Dificuldade de articulação intersetorial, principalmente no que se refere à saúde ambiental.	Ônus ao município por falta de financiamento das ações que beneficiam brasileiros residentes no exterior e estrangeiros.	Insuficiência de prestadores de serviços para atender todas as necessidades da população.
	Falta de profissionais.	Inexistência de hospital municipal.	Insuficiência de recursos para atender às expectativas dos profissionais.	Baixa cobertura em puericultura.	Alto índice de internação por doenças respiratórias e diarreicas na infância.	Demanda reprimida para o diagnóstico de exames de mamografia.
	Número de leitos insuficientes.	Baixo número de especialidades.	Encaminhamento de pacientes para a rede estadual e fora do estado.	Carência de número de AIHs para internação.	Número de leitos de UTI adulto e infantil insuficientes.	Necessidade de vagas para internação, em casos de surto, para pacientes psiquiátricos.
	Ausência de registro sistemático para estimar a população flutuante na assistência médica.	Necessidade de regularizar e funcionamento sistemático do Cartão SUS.	Necessidade de adequações nos espaços físicos de unidades de saúde.	Funcionamento inadequado dos Programas de Tuberculose e Hanseníase.	Baixa cobertura do PACS e PSF.	Necessidade de maiores investimentos em educação em saúde, prevenção e tratamento precoce.
	Necessidade de estruturar ambientes saudáveis e realizar diagnósticos sobre os fatores ambientais contribuintes para doenças.	Necessidade de participação intersetorial.	Necessidade de saneamento básico.	Apenas 01 equipe atuante na vigilância ambiental.	Necessidade de integrar a vigilância ambiental com a área da saúde.	Necessidade de diagnosticar as condições das áreas vizinhas ao município.
	Falta de recursos humanos qualificados para a vigilância epidemiológica.	Dificuldade para a descentralização dos programas de Tuberculose e Hanseníase.	Necessidade de estrutura física da rede de frios e salas de vacina.	Falta de integração municipal e estadual para a vigilância sanitária.		

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Pontos positivos identificados

MUNICÍPIO	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	PONTO 4	PONTO 5	PONTO 6
PORTO VELHO	Gestão Plena da Atenção Básica.	Boa interação com a SEMUSA e o Conselho Municipal de Saúde.	Integração satisfatória com a gestão estadual.	Cumprimento da aplicação dos recursos de acordo com a EC 29/2000.	PACS e PSF permitem atendimento abrangente tanto da população urbana quanto rural, apesar da baixa cobertura.	Consolidação das ações de saúde bucal.
	Regularidade nas ações básicas de epidemiologia, controle de doenças e ocorrências mórbidas.					

Plano Operacional Fase I - Situação da Execução do Sis Fronteira I

FASE	AGÊNCIA	C/C	VALOR R\$	Nº DA OB	DATA	GASTO	%	TOTAL	APLIC	SALDO
I	2757	81671	561.356,64	454.913	12.05.2006	120.440,21	21.4			
I Remanescente			440.916,43					440.916,43		440.916,43

Plano Operacional Fase II - Situação da Execução do Sis Fronteira II

FASE	AGÊNCIA	C/C	VALOR R\$	Nº DA OB	DATA	GASTO	%	TOTAL	APLIC	SALDO
I Remanescente			440.916,43					440.916,43		440.916,43
II	2757	88587	388.000,00	803064	05.02.2010			388.000,00		
II	2757	88587	266.916,08	803065	05.02.2010			266.916,08		
SubTotal								1.095.832,51	37.878,38	
TOTAL								1.133.710,89	17.09.2010	
Valor Plano Operacional Fase II								1.049.995,92		711.257,38
Executado						338.738,54	32,3			
Em andamento										553.000,00

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ações e metas desenvolvidas pelo Departamento de Atenção Básica – DAB

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública					
Objetivo do PMS: 1) Promover a mudança do modelo assistencial através da expansão do saúde da família					
Meta do PMS: Alcance de cobertura de 70% de Saúde da Família no município					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
1.1) Transformar 11 unidades tradicionais em Saúde da Família	11	7 (64%)			
1.2) Implantar 60 equipes de saúde da família na área urbana	60	57 (95%)			
1.3) Implantar 04 equipes de saúde da família na área rural (Jacy Paraná, União Bandeirantes, Aliança e Extrema)	04	1 (25%) (Aliança)			
1.4) Atingir uma cobertura do Programa de Agentes Comunitários de Saúde em 90% dos bairros	901%	71,19%			
1.5) Reformar e equipar todas as unidades de Saúde da Família novas previstas	08	4 (50%) Aliança, Jacy Paraná, São Carlos, Cujubim Grande e Rio das Garças.			
1.6) Ampliar a rede com a construção de 04 Unidades de Saúde da Família (Três Marias, Castanheiras, União Bandeirantes e Joana Darc)	04	0%			
1.7) Contratar Recursos Humanos, para atender as equipes com maior necessidade de pessoal médico.	15	10 (66.6%)			
Análise do resultado: Conforme meta estabelecida de 70% de cobertura da Estratégia de Saúde da Família, finalizamos o ano de 2010 com 65,8% de cobertura, considerando já o acréscimo populacional do último censo. Dentro dos dificultadores para o processo de alcance da meta citada elencamos os seguintes pontos: recursos humanos escassos, deficiência na entrega de equipamentos, unidades de saúde sem estrutura física adequada. Quanto ao item 1.1, transformar 11 unidades tradicionais em Saúde da Família, para atingirmos a meta de 100% restam as Unidades: Ana Adelaide, Osvaldo Piana, Areal e Rafael Vaz e Silva implantarem a ESF. Para atingirmos a cobertura para a zona urbana (conforme item 2) já está programada uma equipe para o Ayrton Sena na USF José Adelino e duas equipes para o Pedacinho de Chão e estamos no aguardo de recursos humanos. Devido a impossibilidade de contratação de pessoal para área rural as USF Jacy-Paraná, União Bandeirantes e Extrema não foram contempladas com equipes. Em fase de execução, os processos dos equipamentos estão tramitando para equiparmos as 4 unidades restantes, mas observamos uma morosidade na tramitação e falta de treinamento para a equipe desta área. Quanto ao item 1.6 as unidades já foram autorizadas e o processo de execução está em fase de tramitação. Quanto aos recursos humanos 1,7 foram feitos dois emergenciais para médicos que foram lotados nas USF's de maior necessidade. Concluímos que a meta estabelecida no PMS para 4 anos em 70%, já atingiu em 2010 a taxa de 65,8%.					

Fonte: DA/SEMUSA/PVH

Divisão de Programas Especiais

Hierarquicamente, a Divisão de Programas Especiais faz parte do Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde e é composta pelas Coordenações de: i) saúde da mulher; ii) saúde da criança; iii) saúde do adolescente; iii) saúde do homem; iv) HIPERDIA e v) alimentação e nutrição. É de sua competência a coordenação dos programas, alimentação dos sistemas de informação (HIPERDIA, SISPRENATAL, SISCOLO e SISVAM/ Bolsa Família), a promoção de cursos de capacitação/atualização para os profissionais das unidades, a retroalimentação das informações, a garantia dos insumos necessários para o funcionamento dos programas, o supervisionamento e apoio das atividades desenvolvidas pelas unidades de saúde e promoção das atividades de âmbito municipal.

O presente relatório tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas por esta divisão de acordo com cada coordenação, bem como as participações em eventos realizados em parcerias com outros setores.

Saúde da Criança e Alimentação e Nutrição

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada no ano de 1999, atesta o compromisso do Ministério da Saúde com os males relacionados à escassez alimentar e à pobreza, sobretudo a desnutrição infantil e materna, assim como o complexo quadro dos excessos já configurado no Brasil pelas altas taxas de prevalência de sobrepeso e obesidade, na população adulta.

A Área Técnica de Alimentação e Nutrição do Município de Porto Velho atua transversalmente com os Programas Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Hiperdia, Saúde do Adolescente e Saúde do Homem, e tem como seguimento, os Programas de Alimentação e Nutrição existentes no Ministério da Saúde que foram implantados nos municípios brasileiros a partir do ano de 2005.

Esta Área Técnica de Alimentação e Nutrição é composta pelos seguintes Programas:

- ✓ Programa Nacional de Suplementação de Ferro;
- ✓ Programa Bolsa Família na Saúde;
- ✓ Programa de Alimentação Saudável;
- ✓ Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A;
- ✓ Vigilância Alimentar e Nutricional.

A Área Técnica de Alimentação e Nutrição está inserida na Divisão de Programas Especiais, na qual é gerida a partir de uma equipe técnica, composta por uma coordenadora e uma técnica de Enfermagem, para viabilizar as ações e diretrizes da política de alimentação e nutrição do SUS.

Objetivos

Geral

Os Programas de Alimentação e Nutrição do Município de Porto Velho tem como objetivo proporcionar à população em todo o ciclo de vida utilitária dos serviços da atenção básica, a promoção da saúde e monitoramento das ações realizadas pelas Equipes de Saúde da Família e Unidades de Saúde, através dos Programas Saúde de Ferro, Vigilância Alimentar e Nutricional, Acompanhamento do Programa Bolsa Família e Suplementação de Vitamina A.

Específicos

Sete são as diretrizes programáticas desta política que tem como fio condutor o Direito Humano à Alimentação e a Segurança Alimentar e Nutricional:

1. Estímulo a ações intersetoriais com vistas ao acesso universal aos alimentos;
2. Garantia da segurança e qualidade dos alimentos;
3. Monitoramento da situação alimentar e nutricional;
4. Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis;
5. Prevenção e controle dos distúrbios e doenças nutricionais;
6. Promoção do desenvolvimento de linhas de investigação;
7. Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos em saúde e nutrição.

Metodologia

A Divisão de Programas Especiais utilizou como metodologia as atividades afins dos respectivos programas descritas abaixo.

Programa Bolsa Família

É um programa de transferência de renda às famílias com *per capita* de R\$ 70,00 a R\$ 140,00. Tem como principal objetivo, reduzir a pobreza e, conseqüentemente, melhorar as condições de saúde e educação. Na saúde, os beneficiários têm o direito de receber do órgão público, ações de saúde voltadas ao monitoramento da situação nutricional, imunização e consultas médicas e inserção nos Programas de Saúde existentes na rede da atenção básica.

Público Alvo

- ✓ Crianças até 7 anos de idade;
- ✓ Mulheres até 49 anos de idade;
- ✓ Nutrizes;
- ✓ Gestantes.

Atividades realizadas

- ✓ Capacitação em Antropometria para profissionais de saúde (Agentes comunitários de saúde, enfermeiros e auxiliares/técnicos de enfermagem);
- ✓ Curso Comunitário do Cozinha Brasil (parceria com a Secretaria Municipal de Ação Social/SEMAS e SESI);
- ✓ Chamadas Nutricionais para famílias em acompanhamentos não atualizados;
- ✓ Disponibilização de materiais e insumos para a realização do acompanhamento nutricional (formulários, lista nominal com endereço das famílias, cartão de registro de acompanhamento do Bolsa Família);
- ✓ Realização do I Seminário Intersetorial do Programa Bolsa Família para os profissionais de saúde da atenção básica.

Programa de Suplementação de Saúde de Ferro

Este Programa tem o objetivo de prevenir a anemia por deficiência de ferro, que consiste na suplementação medicamentosa de ferro para crianças, gestantes e mulheres pós-parto e/ou pós-aborto.

Público Alvo

- ✓ Crianças de 4 a 24 meses de idade;
- ✓ Gestantes a partir da 20ª semana de gestação;
- ✓ Mulheres até o 3º mês pós-parto e pós-aborto.

Atividades realizadas

- ✓ Disponibilização de materiais e insumos às Unidades de Saúde, necessários para a realização de cadastramento e acompanhamento;
- ✓ Disponibilização de Norma Técnica do Programa de Suplementação de Ferro às equipes de Saúde da Família e Unidades de saúde da área urbana e rural;
- ✓ Distribuição de suplementos (sulfato ferroso comprimidos, sulfato ferroso xarope, ácido fólico comprimidos) às Unidades de Saúde da área urbana e rural;
- ✓ Realização de educação em saúde voltada à alimentação adequada, mediante as Equipes de Saúde da Família;
- ✓ Distribuição de suplementos para usuários cadastrados no Programa, conforme quadro abaixo:

Distribuição de suplementos, dosagem, permanência e cobertura populacional

População	Dosagem	Periodicidade	Permanência	Produto	Cobertura Populacional
Crianças de 6 a 18 meses	25 mg de ferro elementar (5ml do produto)	1 vez por semana	Até completar 18 meses	Sulfato ferroso	Universal
Gestantes a partir da 20ª semana	60mg de ferro elementar 5mg de ácido fólico	Todos os dias	Até o final da gestação	Sulfato ferroso e ácido fólico	Universal
Mulheres no pós-parto e no pós-aborto	60mg de ferro elementar	Todos os dias	Até o 3º mês pós-parto e até o 3º mês pós-aborto	Sulfato ferroso	Universal

Fonte: CGPAN/MS/2010.

Programa de Suplementação de Vitamina A

É um programa que busca reduzir e controlar a deficiência nutricional de vitamina A em crianças de 6 a 59 meses de idade e mulheres no pós-parto imediato (antes da alta hospitalar), residente em regiões consideradas de risco.

Público Alvo

- ✓ Crianças de 6 a 11 meses de idade;
- ✓ Crianças de 12 a 59 meses de idade;
- ✓ Mulheres no pós-parto e/ou pós-aborto imediato.

Atividades realizadas

Como o referido programa está em fase de implantação no Município, enfatizaremos as atividades realizadas até a elaboração deste relatório:

- ✓ Capacitação de implantação do Programa Vitamina A com Coordenadores de Alimentação e Nutrição e Saúde da Criança;
- ✓ Disponibilização do Estado para o município dos Suplementos para atender o público alvo, conforme **quadro B**.
- ✓ Capacitação dos Profissionais de Saúde da Atenção Básica, profissionais da Maternidade Municipal Mãe Esperança e Profissionais da Maternidade do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, no Programa de Suplementação de Vitamina A.
- ✓ Disponibilização de materiais e insumos para atender as necessidades de implementação do Programa (formulários, cartão de registro, etc).
- ✓ Disponibilização da Norma Técnica de Suplementação de Vitamina A para profissionais das Equipes de Saúde da Família e Unidades de Saúde.

Distribuição de suplementos por idade, dosagem, via de administração e frequência

Idade	Dosagem	Via de Administração	Frequência
Crianças: 6-11 meses	100.000 UI	Oral	Uma vez a cada 6 meses
Crianças: 12-59 meses	200.000 UI	Oral	Uma vez a cada 6 meses
Mulheres no pós-parto imediato, antes da alta hospitalar	200.000 UI	Oral	Uma vez

Fonte: CGPAN/MS/2010.

Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)

Na saúde, o SISVAN é um instrumento para obtenção de dados de monitoramento do Estado Nutricional e do Consumo Alimentar das pessoas que freqüentam as Unidades Básicas de Saúde do SUS.

Público Alvo

São contempladas pela Vigilância Alimentar e Nutricional todas as fases do ciclo de vida: crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes.

Atividades realizadas

Como o referido programa está em fase de implantação no Município, enfatizaremos as atividades realizadas até a elaboração deste relatório:

- ✓ Capacitação sobre Puericultura – Crescimento e Desenvolvimento Infantil na faixa etária de 0 a 10 anos de idade para enfermeiros, agentes comunitários de saúde e técnicos da triagem das Unidades de Saúde: Ernandes Índio, Pedacinho de Chão, Manoel A. Matos, Santo Antônio, Aponiã, Hamilton Raulino Gondim, São Sebastião, Caladinho, Renato Medeiros, Ronaldo Aragão, José Adelino e Nova Floresta;
- ✓ Reunião com técnicos do MS (Ministério da Saúde) e Secretaria Estadual de Saúde para implantação dos postos de coleta de leite humano e banco de leite;
- ✓ Fortalecimento de grupos de gestantes com enfoque na promoção do aleitamento materno e 1ª Semana de Saúde Integral, nas Unidades de Saúde;
- ✓ Divulgação da Semana Mundial da Amamentação com confecção de camisetas para Maternidade Municipal Mãe Esperança, e ações nas Unidades de Saúde e Maternidade, com palestras de sensibilização sobre a importância do aleitamento materno, distribuição de materiais informativos com temática da campanha;
- ✓ Capacitação dos tutores da Rede Amamenta Brasil em Manejo Clínico e Intercorrências da Amamentação;
- ✓ Participação em entrevista focal da Rede Amamenta Brasil, em Brasília;
- ✓ Entrega das novas cadernetas de saúde da criança em todas as Unidades de Saúde e Maternidades públicas e privadas;
- ✓ Cadastramento de usuários dos serviços de saúde no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Resultados

A Equipe Técnica do Programa Saúde da Criança e Programas de Alimentação e Nutrição consolida neste Relatório de Gestão, os dados obtidos a partir das atividades desenvolvidas nas Unidades de Saúde, principalmente com as ações realizadas através das Equipes de Saúde da Família, durante o exercício de 2010.

Seguem abaixo, os quadros referentes às ações de Planejamento do ano de 2010, e Quadro de distribuição de cadernetas de Saúde da Criança.

Ações de planejamento – Programas de Alimentação e Nutrição - 2010

Ação
Mês de Janeiro: Elaboração e implantação da Caderneta do Acompanhamento do Programa Bolsa Família.
Mês de Janeiro e Fevereiro: Capacitação em Antropometria (Pesar e Medir crianças menores de 2 anos/Pesar e medir crianças maiores de 2 anos) de Agentes Comunitários de Saúde e Técnicos da Triagem das UBS: USF Hernandes Índio, USF Pedacinho de Chão, USF Manoel A. Matos, USF Santo Antonio, USF Aponiã, USF Hamilton Raulino Gondim, USF São Sebastião, USF Caladinho, USF Renato Medeiros, USF Ronaldo Aragão, USF José Adelino e USF Nova Floresta.
Mês de Fevereiro: emissão de mapas de acompanhamento do Programa Bolsa Família para todas as Unidades de Saúde da área urbana e rural.
Mês de Março: Visita de técnicos do MDS no Projeto de Acompanhamento da Qualidade da Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único com indicadores gerenciais; Digitação dos Mapas de acompanhamento do Programa Bolsa Família. Divulgação na mídia para Chamada de Famílias do Programa Bolsa Família que não realizaram o acompanhamento na Saúde.
Mês de Abril: Caravana da Cidadania e Proteção Social foram realizadas nos distritos do baixo madeira (São Carlos e subdistritos/Nazaré e subdistritos/Calama e subdistritos). As atividades desenvolvidas foram sócio-assistenciais direcionadas às famílias vivendo em situação de risco e vulnerabilidade social, acompanhamento do programa bolsa família sendo orientações e busca de material para alimentação do sistema. Participação da servidora Marinete da C. da Silva no Seminário Regional de Intersetorialidade do PBF, realizado em Belém do Pará.
Mês de Abril e Maio: Reuniões Técnicas sobre os Programas de Alimentação e Nutrição com profissionais de saúde como enfermeiros, agentes comunitários de saúde, técnicos e auxiliares de enfermagem lotados na Triagem, das seguintes Unidades Saúde da Família: Aponiã, Hernandes Índio, Oswaldo Piana, José Adelino, São Sebastião, Mariana, Hamilton Gondim, Renato Medeiros, Nova Floresta, Manoel Amorim de Matos, Pedacinho de Chão, Vila Princesa,
Mês de Maio: levantamento de equipamentos de antropometria (balanças pediátricas, balanças adultas, régua antropométrica infantil e adulto, trenas antropométricas) nas Unidades de Saúde da área urbana. Emissão de Nota técnica do Programa Saúde de Ferro às Unidades de Saúde. Aquisição de 01 (um) veículo com Recurso Financeiro de Alimentação e Nutrição (FAN), para realização de supervisão dos Programas de Alimentação e Nutrição nas Unidades de Saúde.
Mês de Junho: Realização da Pesquisa Neonatal para crianças menores de 1 ano.
Mês de Julho: Reuniões com técnicos Saúde da Criança e Alimentação e Nutrição com técnicos do Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde/RO, sobre a implantação do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A.
Mês de Agosto: I Seminário Intersetorial do Programa Bolsa Família, direcionado aos Enfermeiros, Agentes Comunitários de Saúde, Técnicos da Triagem nas UBSs, e Diretores.
Mês de Setembro: Participação na Capacitação de Coordenadores de Alimentação e Nutrição e Saúde da Criança, na Implantação do Programa de Suplementação de Vitamina A.
Mês de Outubro:
Mês de Novembro: Disponibilização da Secretaria Estadual de Saúde dos Suplementos para atender a Implantação do Programa Vitamina A.
Mês de Dezembro: Capacitação dos Profissionais de Saúde da Atenção Básica, Maternidade Municipal Mãe Esperança e Maternidade do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro no Programa de Suplementação de Vitamina A Disponibilização dos Suplementos de Vitamina A, para as Unidades de Saúde, Maternidade Municipal Mãe Esperança e Maternidade do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro. Disponibilização de Protocolo Municipal de Suplementação de Vitamina A para as Unidades de Saúde, Maternidade Municipal Mãe Esperança e Maternidade do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro. Disponibilização de materiais impressos para atender às necessidades da Implantação do Programa de Suplementação de Vitamina A (Formulários, Mapas, etc).

Fonte: Coordenação Saúde da Criança/DPE/DAB/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Distribuição Cadernetas de Saúde da Criança nas Unidades De Saúde e Maternidades Públicas e Privadas

Cadernetas Saúde Criança	Repasse do Ministério da Saúde	Distribuídas as Unidades de Saúde/ Maternidades Privadas/ Maternidades Pública	Total Restante
Masculina	4.417	3.455	962
Feminina	4.238	3.445	793
Total	8.655	6.900	1.755

Fonte: Coordenação Saúde da Criança/DPE/DAB/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações da Divisão de Programas Especiais - Programas de Alimentação e Nutrição – Programa de Suplementação de Ferro – Saúde de Ferro

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública

Meta do PMS: Saúde da Criança – Redução de 15% na mortalidade infantil por causas evitáveis

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS DA PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Capacitar profissionais sobre 1ª Semana de Saúde Integral (enfermeiros e ACS)	01 Oficina – 22 (UBS)	45% da meta cumprida.	70.740,34	70.740,34	
Divulgar na mídia a importância do aleitamento materno.	100%	100%			
Capacitar profissionais sobre Puericultura – Crescimento e Desenvolvimento da Criança. (Enfermeiros e ACS).	22 oficinas	50%			
Implementar a Rede Amamenta Brasil nas unidades de Saúde Municipal	Formação de 22 tutores	45%			

Análise do resultado: em 2008 foram notificados 84 óbitos infantis por causas evitáveis e 100 óbitos em 2009 o que corresponde um incremento de 19,05% e em 2010 (98 óbitos) correspondendo um decréscimo em relação a 2009 de 1,02 %.

Divulgação da Semana Mundial da Amamentação com confecção de camisetas para Maternidade Municipal Mãe Esperança, e ações nas Unidades de Saúde e Maternidade, com palestras de sensibilização sobre a importância do aleitamento materno, distribuição de materiais informativos com temática da campanha.

Fonte: MS/CGPAN/DPE/OUTUBRO/2010.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações da Divisão de Programas Especiais - Programas de Alimentação e Nutrição – Programa Bolsa Família

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública

Meta do PMS: Aumento da cobertura para 75% de acompanhamento nutricional as famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família;

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Capacitar recursos humanos em antropometria, vigilância alimentar e nutricional e registro das atividades	Capacitar 100 profissionais	32,87%	6.566.601,25	6.566.601,25	
Estruturar as unidades básicas de saúde com insumos e equipamentos necessários ao acompanhamento das famílias beneficiadas;	22 unidades	0%			

Análise do resultado: capacitação em Antropometria para Agentes Comunitários de Saúde e Técnicos da Triagem das UBS: USF Hernandes Índio, USF Pedacinho de Chão, USF Manoel A. Matos, USF Santo Antonio, USF Aponiã, USF Hamilton Raulino Gondim, USF São Sebastião, USF Caladinho, USF Renato Medeiros, USF Ronaldo Aragão, USF José Adelino e USF Nova Floresta; visita de técnicos do MDS no Projeto de Acompanhamento da Qualidade da Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único com indicadores gerenciais.

Reuniões Técnicas sobre os Programas de Alimentação e Nutrição com profissionais de saúde enfermeiros, agentes comunitários de saúde, técnicos e auxiliares de enfermagem lotados na Triagem, das seguintes Unidades Saúde da Família: Aponiã, Hernandes Índio, Oswaldo Piana, José Adelino, São Sebastião, Mariana, Hamilton Gondim, Renato Medeiros, Nova Floresta, Manoel Amorim de Matos, Pedacinho de Chão, Vila Princesa.

Reuniões com técnicos Saúde da Criança e Alimentação e Nutrição com técnicos do Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde/RO, sobre a implantação do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A.

I Seminário Intersetorial do Programa Bolsa Família, direcionado aos Enfermeiros, Agentes Comunitários de Saúde, Técnicos da Triagem nas UBSs e Diretores.

Participação na Capacitação de Coordenadores de Alimentação e Nutrição e Saúde da Criança, na Implantação do Programa de Suplementação de Vitamina A.

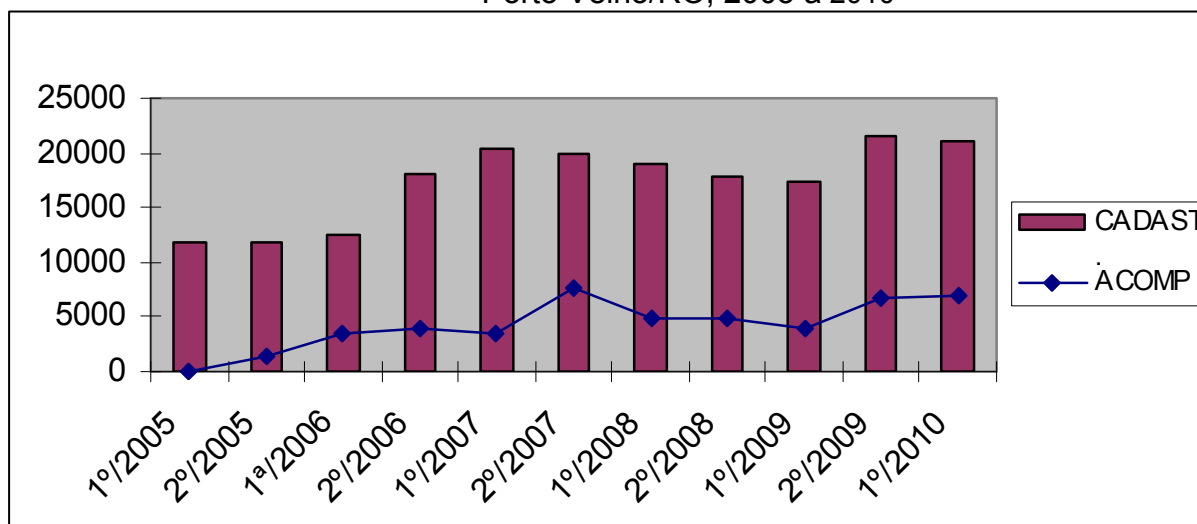
Capacitação dos Profissionais de Saúde da Atenção Básica, Maternidade Municipal Mãe Esperança e Maternidade do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro no Programa de Suplementação de Vitamina A.

Na primeira vigência de 2010 foram previstos os acompanhamentos de 21.132 famílias e foram acompanhadas 7.555 famílias, correspondendo a 33,40% e na 2ª vigência foram previstos o acompanhamento de 21.500 famílias, sendo que foram acompanhadas 5.624 (26,16 %).

Fonte: MS/DATASUS/BOLSAFAMILIA/DPE/NOVEMBRO/2010.

Diagnóstico situacional

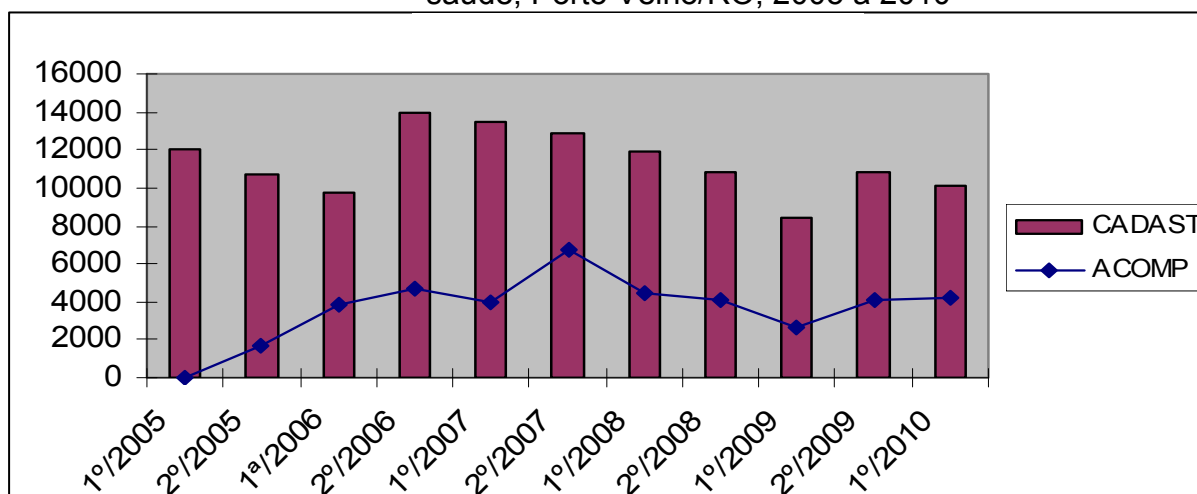
Acompanhamento das Famílias e Crianças do Programa Bolsa Família na saúde,
Porto Velho/RO, 2005 a 2010



Fonte: SIAB/DATASUS

De acordo com o gráfico acima, o nº de famílias e crianças cadastrados no programa bolsa família na saúde, é bem superior proporcionalmente ao nº de acompanhamentos desse programa. Observa-se também um incremento constante no nº de cadastros das famílias e crianças a partir do 2º semestre de 2006.

Acompanhamento de crianças menores de 7 anos do Programa Bolsa Família na
saúde, Porto Velho/RO, 2005 a 2010



Fonte: SIAB/DATASUS

O gráfico acima, nos mostra o nº de cadastros e acompanhamentos de crianças menores de 7 anos do programa bolsa família na saúde em Porto Velho de 2005 a 2010, e nos revela que o nº de acompanhamentos a partir do 2º semestre de 2005, passa a ter um crescimento constante até o 1º semestre de 2007, quando passa alternar entre crescimento e queda, voltando a estabilizar no 2º semestre de 2009. Entretanto, o nº de acompanhamentos comparado com o nº de cadastros no programa, é desproporcional.

Planejamento das Ações para o ano de 2011

O quadro a seguir refere-se à aquisição de materiais e equipamentos com o principal objetivo de promover às Equipes de Saúde da Família condições de trabalho proporcionando qualidade e eficiência no atendimento aos usuários do serviço de atenção básica, possibilitando, dessa forma, que os profissionais de saúde desenvolvam as ações de crescimento e desenvolvimento infantil, monitoramento das ações de vigilância em saúde, promoção de alimentação saudável, dentre outras atividades afins.

Para efetivação dessa lauda, torna-se necessário a aquisição de equipamentos que atendam às necessidades para desenvolvimento das ações acima citadas, tais como: antropômetros portáteis, estadiômetros compactos, antropômetros horizontais (pediátricos), trenas antropométricas, balanças portáteis, balanças mecânicas pediátricas, balanças mecânicas para obesos, balanças mecânicas para adulto, esfigmomanômetros infantis e esfigmomanômetros para obesos.

Os referidos materiais e equipamentos estão sendo adquiridos mediante Recursos Financeiros de Alimentação e Nutrição (FAN), referentes aos anos de 2008, 2009 e 2010, tramitando através do Processo nº 08.01994-00 para atender as necessidades de Coordenação dos Programas de Alimentação e Nutrição e Saúde da Criança.

Aquisição de Equipamentos para atender aos Programas de Alimentação e Nutrição e Saúde da Criança.

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Trena Antropométrica para circunferência: Trena em fibra de vidro para medições das circunferências do corpo, com medidas rápidas e precisas, possui retração automática e trava na extremidade da fita para que, com um único toque, no botão central, envolva a região a ser medida, liberando as mãos do profissional para suas anotações. Com 2m de comprimento possibilita a medição da região abdominal de pacientes obesos. Especificação Técnica:	70	32,00	2.240,00

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

	escalas em centímetros e polegadas, impressas em único lado da fita, com 2m de comprimento; exclusiva para medição de circunferências; dispositivo na fita, em sua extremidade, para fixação na caixa da trena; retração automática; resolução em Milímetros; caixa confeccionada em plástico ABS; fita em fibra de vidro, maleável e inelástica. Dados Técnicos-Dimensão: 9 x 2,5 x 5,5cm. Largura da Fita: 1,35 cm. Peso:55g. Garantia: mínima 06 meses contra defeitos de fabricação.			
02	Estadiômetro Compacto Tipo Trena: alta resistência, fácil manuseio, estatura precisa, campo de medição: de 0 a 210cm, resolução em milímetros. Aumento da capacidade de medida de estatura, a qual passa de 200 cm para 210 cm. Aumento da lança que proporciona medir pessoas com maior medida antero posterior. Alteração no modo fixação da trena ao corpo do aparelho, garantindo maior resistência e durabilidade com a substituição de rebites de plástico por parafusos de aço acoplados ao suporte superior do Estadiômetro. Garantia de 2 anos.	70	198,00	13.860,00
03	Estadiômetro Portátil com bolsa para transporte: Campo de uso até 2,20m; resolução em milímetros intervalos de 5 mm; tolerância: +/- 5mm; tubo retangular com escala em Alumínio anodizado; escala antropométrica litografada; ampla base para apoio dos pés; para uso em consultórios; academias; e clínicas em geral; peso 4,5kg. 01 bolsa para transporte; 01 manual de instruções; garantia de 01 ano;INMETRO.	70	450,00	31.500,00
04	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA PEDIÁTRICA: régua antropométrica pediátrica. Madeira marfim. Escala de 100 cm graduação em milímetros numeradas a cada centímetro. Possui marcador removível. Embalada em embalagem plástica. Garantia 6 meses contra defeitos de fabricação. INMETRO.	100	30,00	3.000,00
05	Balança mecânica infantil: capacidade 16Kg, divisões de 10g; pés reguláveis em borracha sintética; concha anatômica em polipropileno com medidas 540 x 290 mm; Peso líquido 11 Kg; Peso embalado 11,69 Kg; aprovado pelo INMETRO, garantia de 01 ano.	10	425,00	4.150,00
06	Balança eletrônica portátil: saída para impressora; construída em aço inoxidável. Entrada externa para bateria 12 Volts; fabricada em aço carbono; pintura eletrostática de alto brilho; célula de Carga central totalmente eletrônico; piso de borracha personalizado anti-derrapante; função de Zero Automático; desligamento automático e manual; disponível nas cores branca ou cinza; plataformas 300 x 350 x 70 mm (L,P,A) ou sob medida; bateria interna de 9 Volts; Peso total 7 kg com embalagem 8 kg. Pés em poliuretano com regulagem de altura. Alça de transporte em aço inoxidável; sobrecarga 100% da capacidade nominal; display digital de cristal líquido de 20mm; capacidades de 150, 180, 200 com divisão de 50 ou 100g. Alimentação: 9, 12 volts e Bivolt 85 a 250 VCA com protetores. Aprovada pelo INMETRO. Garantia de 01 ano.	50	1.000,00	51.000,00
07	Balança Mecânica de Plataforma para Obesos: estrutura em chapa de aço carbono; acabamento em tinta poliuretano branco; régua antropométrica em escala de 2,00 m em alumínio; capacidade para 300 kg em escala de 100g; plataforma na medida de 550 x 390mm; régua em latão cromado; cursor em aço inoxidável; aferida e certificada pelo IPM/INMETRO; garantia de 12 meses.	03	900,00	2.700,00
08	Balança mecânica Antropométrica adulto: capacidade para 150 kg, divisões de 100g; pesagem mínima de 2 kg; altura de 1,35m; estrutura em chapa de aço carbono; régua antropométrica com escala de 2,0 m em alumínio; plataforma de 380x290m; tapete em borracha anti-derrapante; pés reguláveis; régua em aço cromado; cursor em aço inoxidável; cor branca; aferida pelo INMETRO; garantia de 12 meses.	05	600,00	3.000,00
09	Esfigmomanômetro Obeso: o esfigmomanômetro aneróide (aparelho de pressão) é verificado e aprovado pelo INMETRO; manguito e pêra em PVC; braçadeira em nylon ou algodão além do fecho em metal ou velcro. Braçadeira em 7 cores (azul marinho, azul, verde, vermelho, grafite, rosa e vinho). Verificado e aprovado pelo INMETRO; Manguito com pêra em látex ou PVC; Braçadeira em nylon ou algodão, com fecho de velcro ou metal; Estojo para viagem	30	60,00	1.800,00
10	Esfigmomanômetro Infantil: Braçadeira: confeccionada em material antialérgico em tecido de algodão ou nylon colorido, com fecho em metal ou velcro. Manguito: bolsa com tubos interligados entre manômetro, válvula e pêra, confeccionada em látex natural. Pêra: confeccionada em látex natural de alta resistência, usada para inflar o manguito. Válvula: fabricada em latão cromado, usada para comandar a entrada e saída do ar. Manômetro: Instrumento usado para aferir a pressão arterial.	70	60,00	4.200,00
VALOR TOTAL			R\$ 117.450,00	

Saúde o Adolescente

Este relatório é um instrumento de análise das metas, resultados e acompanhamento do Programa Saúde do Adolescente, visando o controle e avaliação das ações e serviços de saúde do SUS sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, Estado de Rondônia, referente ao exercício de 2010.

A adolescência é uma etapa do desenvolvimento do ser humano situado entre a infância e a vida adulta, e marcada por profundas transformações biopsicossociais. Essas transformações modificam o relacionamento do indivíduo consigo mesmo, com a família e o mundo, proporcionando a formação da identidade e a busca da autonomia.

Como cidadão, o adolescente tem direito à saúde e é dever do Estado garantir este acesso, dentro dos preceitos do SUS, e o Estatuto da Criança e do Adolescente determina a prioridade de atendimento a esse grupo, bem como a formulação e execução das políticas sociais públicas. As características desse grupo, bem como sua vulnerabilidade às questões econômicas e sociais e a importância desse período na formação de hábitos, determinam a necessidade de uma atenção mais específica.

Objetivos do Programa de Saúde do Adolescente

No Município de Porto Velho, o Programa de Saúde do Adolescente foi implementado com a criação de uma coordenação em dezembro de 2009, vinculado ao Departamento de Atenção Básica, mais especificamente sob a responsabilidade da Divisão de Programas Especiais – DPE.

Diagnóstico situacional da Saúde do Adolescente no Município de Porto Velho

Nos gráficos a seguir se encontram dados referentes ao número de nascidos vivos de mães, na faixa etária de 10 a 19 anos, no período de 2006 a 2009.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Nº de óbitos por faixa etária 10 a 19 anos

Ano do Óbito	10-14 anos	15-19 anos	Total
2006	19	66	85
2007	14	73	87
2008	12	56	68
2009	21	55	76
2010	16	54	70
Total	82	304	386

Fonte: SIM - 10.000 adolescentes

Observa-se a faixa etária de 10 a 19 anos entre 2006 a 2010 tem uma média superior de 3,70 no nº de óbitos com relação a faixa etária de 10 a 14 anos. A partir de 2008 o nº de óbitos por faixa etária de 10 a 19 anos apresenta queda.

Sobre o Programa Saúde do Adolescente

O Programa de Saúde do Adolescente da SEMUSA/PVH segue as diretrizes do PROSAD, criado em 21 de dezembro de 1989, através da portaria nº 980/GM. Tem como objetivo “promover a saúde integral do adolescente, favorecendo o processo geral de seu crescimento e desenvolvimento, detectar precocemente os agravos à saúde, oferecer tratamento adequado e reduzir a morbimortalidade, respeitando as diretrizes do Sistema Único de Saúde garantido pela Constituição Brasileira de 1988”. A população alvo são os jovens de ambos os sexos, de 10 a 19 anos de idade.

Com base na Política Nacional de Atenção a Saúde do Adolescente, o programa busca cumprir com os objetivos de:

- ✓ Promover a saúde integral do adolescente, favorecendo o processo geral de seu crescimento e desenvolvimento, buscando reduzir a morbimortalidade e os desajustes individuais e sociais;
- ✓ Normatizar as ações consideradas nas áreas prioritárias;
- ✓ Estimular e apoiar a implantação e/ou implementação dos Programas Estaduais e Municipais, na perspectiva de assegurar ao adolescente um atendimento adequado às suas características, respeitando as particularidades regionais e realidade local;
- ✓ Promover e apoiar estudos e pesquisas multicêntricas relativas à adolescência;

- ✓ Contribuir com as atividades intra e interinstitucional, nos âmbitos governamentais e não governamentais, visando a formulação de uma política nacional para a adolescência e juventude, a ser desenvolvida nos níveis federal, estadual e municipal.

Das metas

Implantação da caderneta de saúde do adolescente em 07 (sete) Unidades de Saúde do Município de Porto Velho, como Projeto Piloto.

Participações e ações desenvolvidas pela coordenação

- ✓ Participação do Seminário sobre a Casa Abrigo, no Auditório do Tribunal de Justiça, no dia 09 de abril de 2010, das 14h00 às 18h00;
- ✓ Participação da posse dos novos membros do conselho da criança e do adolescente, na Sede do Conselho, no dia 16 de abril de 2010;
- ✓ Capacitação sobre Violência contra criança e adolescente pela Semusa para os profissionais de saúde, no Colégio Cora Coralina – Jaci - Paraná, no dia 12 de maio de 2010, das 08h30 às 17h00;
- ✓ Participação de uma reunião sobre a Implantação da Caderneta de Saúde do Adolescente-Semusa, na Secretaria de Estado da Saúde de Porto Velho, no dia 11 de maio de 2010, das 14h00 às 17h00;
- ✓ Participação de uma reunião no conselho Municipal das Mulheres, na sede do Conselho, no dia 16 de maio de 2010, das 14h00 às 18h00;
- ✓ Simpósio sobre a Implantação da Caderneta de Saúde do Adolescente-Semusa, na Faculdade São Lucas, nos dias 23 e 24 de junho de 2010, das 08h00 às 12h00 e 14h00 às 18h00 para os profissionais da rede básica de saúde;
- ✓ Participação de Audiências Públicas com o Juiz da Infância e Juventude e Promotoria, na Casa Abrigo, na Casa de Passagem Cosme e Damião, na Casa Roseta e na Casa da Juventude, nos dias: 26, 27 e 28 de julho de 2008;
- ✓ Participação do Seminário sobre Violências - Semusa, na Faculdade Fatec, nos dias 14,15 e 16 de junho de 2010, das 08h00 às 12h00;
- ✓ Participação de reunião no juizado da Infância e Juventude, no dia 23 de agosto de 2010, às 16h00;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- ✓ Divulgação na mídia sobre o dia da juventude e nas Unidades de Saúde com faixas na fachada da unidade; no dia 22 de setembro de 2010;
- ✓ Participação sobre as Medidas Sócio-Educativas, na Sede dos Conselhos, das 08h30 às 11h30;
- ✓ Participação de reunião sobre o Fluxo de Atendimento as Violências, no Juizado da Infância e Juventude, no dia 06 de outubro de 2010, das 15h00 às 18h00;
- ✓ Participação de Reunião sobre o PSE (Programa Saúde na Escola), no Teatro Banzeiro, no dia 01 de julho de 2010, das 15h00 às 17h30;
- ✓ Participação de reunião sobre o projeto Ressoar, no Auditório do Fórum Sandra Nascimento, no dia 08 de julho de 2010, às 15h00;
- ✓ Participação de Reunião sobre o Projeto Ressoar, no Juizado da Infância e Juventude, no dia 14 de julho de 2010, às 15h00;
- ✓ Participação da oficina Estadual para implantação da caderneta de saúde do adolescente, no Rondon Palace Hotel, evento em parceria com a Semusa em que foram capacitados médicos, enfermeiros e odontólogos, nos dias 10 e 11 de novembro de 2010, das 08h00 às 12h00 e 14h00 às 18h00;
- ✓ Participação de reunião sobre medidas sócio-educativas, na Sede dos Conselhos, no dia 11 de novembro de 2010, das 08h30 às 11h30.

Direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e jovens

Demonstrativo dos atendimentos de adolescentes e jovens no Programa de planejamento Reprodutivo nas unidades de saúde municipais, Porto Velho/RO, 2010

Procedimentos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	Total
Nº Atendimentos	266	3.164	3.430
DIU	2	61	63
Injetável Mensal	70	608	678
Injetável Trimestral	26	526	552
Oral Normal	81	1.752	1.833
Oral Lactante	8	59	67
Oral Emergência	1	12	13
Preservativo Masculino	1.899	17.540	19.439
Preservativo Feminino	0	213	213
Diafragma	0	0	0
Laqueadura	0	1	1
Vasectomia	0	0	0
TOTAL			26.289

Fonte:DPE/SEMUSA

O Programa Saúde do Adolescente foi implementado em 2010, com o cadastramento e distribuição de 2.927 unidades de cadernetas de Saúde do Adolescente, sendo 1.362 do sexo feminino e 1.565 do sexo masculino.

A Caderneta de Saúde do Adolescente é um instrumento de cidadania para os adolescentes. Fruto de um trabalho realizado pelo Ministério da Saúde, por meio da área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem, reúne informações sobre como evitar doenças, sobre mudanças no corpo, além de orientações sobre saúde sexual e saúde reprodutiva, saúde bucal e alimentação.

Qualquer unidade de saúde do município de Porto Velho pode atender o adolescente, mas existem Unidades que estão desenvolvendo as ações do Programa de Saúde do Adolescente (Policlínica José Adelino, Policlínica Manoel Amorim de Matos, Unidade de Saúde da Família Aponiã, Unidade de Saúde da Família Mariana, Unidade de Saúde da Família Pedacinho de Chão, Unidade de Saúde da Família Ernandes Índio e Unidade de Saúde da Família Ronaldo Aragão) com projetos voltados para essa fatia da população. Esses projetos objetivam uma atenção integral à saúde do adolescente desenvolvendo ações que visam:

- ✓ Desburocratizar o acesso dos adolescentes às unidades de saúde, oferecendo retaguardas ao trabalho desenvolvido nas escolas e outras;
- ✓ Ampliar o acesso dos adolescentes à camisinha e a grupos educativos com temas de saúde e cidadania;
- ✓ Aprimorar e implementar o atendimento aos Homens Jovens nas unidades de saúde;
- ✓ Construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida dos adolescentes através de trabalhos de Orientação Sexual;
- ✓ Desenvolver ações de promoção e prevenção à saúde dos adolescentes e jovens;
- ✓ Fazer recomendações relativas às ações e procedimentos na gravidez em adolescentes nas unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA);
- ✓ Fornecer dados epidemiológicos sobre Gravidez na Adolescência no Município de Porto Velho;
- ✓ Disponibilizar informações, textos e relatórios de atividades na SEMUSA, sobre o atendimento a casos de Violência no Município de Porto Velho.

Outros projetos estão voltados para a capacitação dos profissionais que estarão atuando diretamente com o adolescente.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações da Divisão de Programas Especiais – Programa Saúde do Adolescente

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública					
Meta do PMS: Redução de 30% no índice de gravidez na adolescência					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS DA PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Capacitar recursos humanos para implementação de Programa nas Unidades de Saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde e agentes multiplicadores)	40 profissionais	100%	6.579.106,29	6.579.106,29	
Manter a oferta de métodos contraceptivos a 100% da população feminina em idade fértil usuária do SUS, que procure a unidade para cadastro e acompanhamento	3.430	100%			
Fortalecer as atividades de educação em saúde junto as associações de moradores, nas escolas, igrejas e outros locais de fácil acesso à comunidade e Equipes de Saúde da Família	100 Reuniões/palestras	550% (550) palestras e reuniões			
Implantar protocolos na rede assistencial, garantindo o acesso ao programa de planejamento familiar	36 unidades de saúde	100%			
Capacitar as equipes de saúde da família e da escola para trabalhar a caderneta dos adolescentes	40 profissionais	100%			
Implantar a caderneta dos adolescentes na rede municipal de saúde	07 unidades	100%			
Análise do resultado: em 2010 houve uma implementação do programa de saúde do adolescente com disponibilização de uma técnica para coordenação do programa, realização de capacitações, divulgação na mídia, disponibilização dos métodos contraceptivos, implantação da caderneta do adolescente e ampliação das equipes de saúde da família, necessitando ainda de maior intensificação em 2011. De acordo com os dados do SINASC em 2008 e 2009 ocorreram 1785 (20,87%) e 1836(24,75%) de nascidos vivos de mães na faixa etária entre 10 a 19 anos. Foram realizadas duas capacitações das equipes multiprofissionais para implantação da caderneta do adolescente com enfoque na prevenção de gravidez na adolescência, promovido pela SEMUSA e SESA; foram realizados 3.430 atendimentos a usuários com até 19 anos. Foram disponibilizados os métodos contraceptivos para todas as unidades de saúde da zona urbana e rural para atender a demanda de mulheres do SUS e realizadas 550 palestras e reuniões em grupo na comunidade. As atividades foram desenvolvidos pelas unidades de saúde junto aos demais setores com a implantação da caderneta do adolescente; Foi realizada uma capacitação para os profissionais da saúde para implantação da caderneta do adolescente e uma capacitação pela rede estadual, tanto para os profissionais da saúde, como para os da educação.					

Saúde do Homem

O Ministério da Saúde, nos 20 anos do Sistema Único de Saúde (SUS), apresenta uma das prioridades desse governo, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, desenvolvida em parceria entre gestores dos SUS, sociedades científicas, sociedade civil organizada, pesquisadores, acadêmicos e agências de cooperação internacional.

A pluralidade das instituições envolvidas nessa construção é um convite e um desafio à consideração da saúde do homem brasileiro nas suas idiossincrasias e similaridades nos 5.561 municípios, 26 estados e no Distrito Federal.

Nesse sentido, a política traduz um longo anseio da sociedade ao reconhecer que os agravos do sexo masculino constituem verdadeiros problemas de saúde pública.

Um dos principais objetivos desta Política é promover ações de saúde que contribuam significativamente para a compreensão da realidade singular masculina nos seus diversos contextos socioculturais e político-econômico; outro, é o respeito aos diferentes níveis de desenvolvimento e organização dos sistemas locais de saúde e tipos de gestão. Este conjunto possibilita o aumento da expectativa de vida e a redução dos índices de morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis nessa população.

Para isso, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem está alinhada com a Política Nacional de Atenção Básica – porta de entrada do Sistema Único de Saúde – com as estratégias de humanização, em consonância com os princípios do SUS, fortalecendo ações e serviços em redes e cuidados da saúde.

Diagnóstico situacional

Em Porto Velho/RO, as principais causas de óbitos nos últimos anos (2001 a 2008) foram as causas externas, as doenças do aparelho circulatório/DAC e neoplasias. Em 2008 houve mudança nesse perfil, passando as neoplasias para o segundo lugar e em terceiro as DAC.

De acordo com o gráfico acima os óbitos por causas violentas e por acidentes de trânsito e outros acidentes no período de (2002 a 2008), na faixa etária de 10 a 19 anos em Porto Velho, lideram o número de óbitos entre os agravos desse gráfico.

Ao contrário do gráfico anterior, o gráfico acima mostra uma liderança isolada no número de óbitos por homicídios e acidentes de trânsito dentre as causas, no sexo masculino, na faixa etária de (20 a 59) em Porto Velho no período de 2002 a 2008.

Os óbitos por bronquite crônica e pneumonia NE que ficou em segunda colocação até 2007 é superada a partir do ano de 2008, por óbitos de diabetes melitus e óbitos por neoplasias malignas de próstata, bronquiais e pulmões.

O gráfico acima demonstra dentre as cirurgias prostática supra púbica, em Porto Velho de 2007 a 2010 que o ano de 2008 apresenta com relação ao ano de 2009 um importante crescimento no número de cirurgias. Entretanto, entre os anos de 2009 a 2010 o gráfico apresenta um decréscimo no número de cirurgias.

Objetivos

Geral

Facilitar e ampliar o acesso da população masculina, na faixa etária de 20 a 59 anos, aos serviços de saúde, contribuindo para a redução das causas de morbidade, mortalidade e atuação nos aspectos socioculturais.

Específicos – prioritários

- ✓ Organizar rede de atenção à saúde a fim de garantir uma linha de cuidados integrais, tendo a Estratégia Saúde da Família (ESF) como porta de entrada;
- ✓ Apoiar ações e atividades de promoção de saúde para facilitar o acesso da população masculina aos serviços de saúde;
- ✓ Qualificar profissionais de saúde para o atendimento dos homens;
- ✓ Incorporar o homem no planejamento reprodutivo e no compartilhamento aos cuidados da saúde familiar;
- ✓ Construir parcerias com a sociedade civil organizada para promover a saúde do homem.

Ações realizadas

Seminário Municipal sobre Saúde do Homem

No município de Porto Velho, foi lançado o “Primeiro Seminário Municipal sobre Saúde do Homem”, que teve início dia 31 de Agosto de 2010 e encerrou no dia 02 de setembro, no auditório do prédio da FATEC, na Av. Jorge Teixeira.

Para falar sobre o tema do evento, a SEMUSA convidou o coordenador nacional do programa, técnico do Ministério da Saúde e, durante os três dias de seminário foram realizadas palestras sobre o acesso às políticas públicas, direitos sexuais e reprodutivos, bem como sobre as principais causas de morbi-mortalidade na população masculina, tais como: DST's e AIDS, tabagismo, alcoolismo, uso de drogas ilícitas, violência urbana e doméstica, acidentes de trânsito e patologias da próstata.

Contamos ainda com uma *tenda saúde*, onde foram realizados cálculos de IMC, 78 aferições de P.A, 82 testes de glicemia e educação em saúde.

O intuito deste evento foi divulgar a política à toda população de Porto Velho e sensibilizar os profissionais de saúde quanto a sua importância, tendo em vista que a porta de entrada desta nova política é a atenção básica.

Ao final do ciclo de palestras recebemos dos participantes sugestões de como deveríamos trabalhar a saúde do homem e posteriormente foi montada uma comissão composta pela coordenação municipal deste programa, CAPS ad, DANTS, DAB e alguns profissionais da ponta (médicos, enfermeiros, dentistas, biomédicos).

Até então houve uma primeira reunião da comissão para discutir as propostas e organizar o fluxo de atendimento, condição necessária para fornecer uma melhor assistência a essa população.

Comemoração às 1.000 vasectomias

Em comemoração às 1.000 vasectomias realizada na Maternidade Municipal Mãe Esperança, a Divisão de Programas Especiais-DPE e Coordenação da DANTS, em parceria com a Direção da Maternidade Municipal/SEMUSA, organizaram evento no dia 07 de dezembro no auditório do prédio da FATEC.

O intuito deste evento foi esclarecer à população masculina que a prática da vasectomia é simples e de suma importância no que diz respeito à participação dos homens no planejamento familiar, e que o receio e preconceito acerca dessa cirurgia devem ser superados.

Homens, vamos controlar o diabetes?

Em comemoração ao Dia Mundial do Diabetes, a Coordenação do programa Saúde do Homem, em parceria com a coordenação do programa Hiperdia/ DPE, realizaram na Praça Marechal Rondon, no dia 03 de Dezembro, campanha de detecção de diabéticos e hipertensos.

Na ocasião, foram realizados testes de glicemia, cálculos de IMC, aferição de pressão arterial, bem como educação em saúde. O público alvo foram os homens, pois sabe-se que hoje a hipertensão e diabetes constituem as principais causas de morbi-mortalidade da população, especialmente masculina.

Mídia

A abertura do "I Seminário sobre a Saúde do Homem" traz a Porto Velho o Coordenador Nacional do Programa.

Qua, 01 de Setembro de 2010 15h03
A prefeitura de Porto Velho, através da secretaria municipal de saúde (Semusa), iniciou na noite de terça-feira (31/08), o 1º Seminário sobre Saúde do Homem. O evento encerrou-se na quinta-feira (02/09) e aconteceu no auditório da Fatec, na Avenida Jorge Teixeira, próximo ao Hospital de Base. Participam do

evento cerca de 300 profissionais, entre médicos, enfermeiros, diretores das unidades de saúde de Porto Velho e acadêmicos de diversas faculdades, mas também foi aberto ao público em geral.

A primeira dama de Porto Velho, Lucilene Peixoto, fez a abertura do evento falando da importância de chamar a atenção dos homens para o cuidado com a saúde. "Hoje estou acompanhada pelos meus dois filhos, pois quero que eles entendam a importância de cuidar da saúde, desde crianças. A mãe deve orientar seu filho, desde pequeno a se cuidar e mostrar a importância de ter bons hábitos. Este mesmo filho também chama a atenção do pai com os cuidados que deve ter com saúde, e do que aprendeu", disse Lucilene, ressaltando que será de fundamental importância a participação da mulher nesse processo de mudança. "As mães orientando os filhos e as esposas os maridos. A expectativa é de que seja criado um ambiente onde todos possam esclarecer o valor dos cuidados com a saúde masculina", finalizou a primeira dama.

O secretário de saúde do município, Willames Pimentel discursou sobre os investimentos que a prefeitura tinha feito em suas unidades de saúde e da mobilização que deveria ser maior, a partir daquela data, para que os homens procurassem mais as unidades de saúde e que estariam disponíveis para todos. Pimentel disse: "o objetivo deste seminário é o de conscientizar a população masculina a procurar mais o consultório médico. Nesta oportunidade estaremos informando sobre os atendimentos em nossas unidades e os serviços que oferecem, para estimular os homens a utilizá-los, considerando que são gratuitos. Firmada esta relação estaremos cada vez mais aptos a desenvolver e ampliar ações para a população masculina (principalmente na faixa etária de 20 a 59 anos) como é feito com as mulheres, as crianças e idosos".

O secretário ressaltou ainda os trabalhos que eram desenvolvidos no Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS-AD), uma unidade de saúde que presta atendimento às pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas. Ele explicou que "temos vários resultados positivos no CAPS-AD onde há o estímulo e a melhoria da qualidade de vida dos usuários e de seus familiares através do autocuidado".

A coordenadora municipal de saúde do homem, Viviane Soares, parabenizou a prefeitura pela iniciativa de criar o programa e dar espaço para se discutir estratégias para mudar a estatística de que o homem vive menos que a mulher. Ela esclareceu que "estamos tratando de uma questão cultural e precisamos da participação de toda a sociedade".

Para falar sobre o tema do evento, na abertura dos trabalhos, a SEMUSA convidou o coordenador técnico de Saúde do Homem, do Ministério da Saúde, o Dr. Baldur Shubert. Segundo ele, existiam políticas para as mulheres, crianças e idosos, apenas estava faltando para os homens. O coordenador explicou que: "atualmente as mulheres vivem sete anos mais que os homens e as principais causas de internação masculinas são externas, elas não surgem a partir das doenças. É a violência urbana, aliada aos acidentes de trânsito e o alcoolismo". Ainda acrescentou que a cada três pessoas que morrem entre os 20 e 59 anos, duas são homens. O número é ainda maior quando a comparação fica entre cinco pessoas, dos 20 aos 30 anos, em que quatro dessas que morrem são do sexo masculino.

Segundo Baldur, os problemas de saúde surgem mais a partir dos 35 anos, como a hipertensão, diabetes e a obesidade. Ele ainda explicou que: "geralmente é o resultado do acúmulo de toda uma vida sem visita ao médico".

Depois de sua explanação o secretário municipal reforçou o convite aos homens para procurar as unidades de saúde, onde as doenças mencionadas pelos médicos têm atenção especial e com programas específicos. Declarou ainda o secretário que: "temos programas que tratam dos diabetes, da hipertensão, obesidade, alcoolismo e ainda realizamos cirurgias de vasectomia, que ajudam no planejamento familiar".

Atividades

Durante os três dias do evento, foram realizadas palestras sobre acesso às políticas públicas e às informações sexuais e reprodutivas, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, alcoolismo, tabagismo, drogas ilícitas, violência urbana, acidentes de trânsito e as principais causas de morbimortalidade em homens. Simultaneamente a secretaria realizou a Tenda Esporte, com avaliações físicas da saúde, medição da pressão arterial e testes de glicemia.

Por Neiry Santos

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações da Divisão de Programas Especiais – Programa Saúde do Homem					
Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública					
Meta do PMS: Implantação da Política Nacional de Saúde do Homem					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS DA PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Coordenar, implementar, acompanhar e avaliar no âmbito do território, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, priorizando a atenção básica, com foco na Estratégia de saúde da Família, como porta de entrada do sistema de saúde integral e hierarquizado	100%	10%	75.000,00	75.000,00	
Promover, no âmbito municipal de suas competências, a articulação intersectorial e interinstitucional necessária à implementação da Política Nacional	100%	100%			
Incentivar junto à rede educacional municipal, ações educativas que visem à promoção e atenção da saúde do homem.	100%	50%			
Promover, em parceria com as demais esferas de governo, a qualificação das equipes de saúde para execução das ações propostas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem	100%	0%			
Promover, junto à população, ações de informação, educação e comunicação em saúde visando difundir a Política Nacional	100%	50%			
Incentivar e desenvolver a participação dos homens no planejamento reprodutivo	80%.	0%			
Incentivar a atitude de sexo seguro					
Análise do Resultado: Em agosto de 2010 foi lançada a política nacional de saúde do homem através de um seminário com a participação da coordenação nacional, profissionais de saúde da rede básica, representantes dos demais órgãos da prefeitura. O intuito deste evento foi divulgar a política a toda população de Porto Velho e sensibilizar os profissionais de saúde quanto a sua importância, tendo em vista que a porta de entrada desta nova política é a atenção básica. Realização de palestras para os profissionais de saúde sobre acesso às políticas públicas, direitos sexuais e reprodutivos, bem como as principais causas de morbi-mortalidade na população masculina, tais como: DST's e AIDS; tabagismo; alcoolismo; uso de drogas ilícitas; violência urbana e doméstica; acidentes de trânsito e patologias da próstata.					

SAÚDE DA MULHER

A área técnica de Saúde da Mulher visa assistir a população feminina em todas as fases da vida, clínico-ginecológica, no campo da reprodução (planejamento reprodutivo, gestação, parto e puerpério) como nos casos de doenças crônicas ou agudas, com alto valor às práticas educativas, entendidas como estratégia para a capacidade crítica e a autonomia das mulheres. Também é responsável pelas ações de assistência ao pré-natal, incentivo ao parto natural e redução do número de cesáreas desnecessárias, redução da mortalidade materna, enfrentamento da violência contra a mulher, planejamento familiar, assistência ao climatério, assistência às mulheres negras.

Objetivo

Relatar as atividades realizadas pela coordenação de saúde da mulher em 2010.

a) Descrição das atividades realizadas

Em 2010 foram realizados 3.820 cadastros no Programa SIS Pré-natal.

Números de gestantes por faixa etária

ANO	Faixa etária									TOTAL
	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 55	
2003	0	4	150	430	276	156	61	15	3	1095
2004	0	13	130	220	150	62	22	2	1	600
2005	0	37	203	228	157	62	14	2	0	703
2006	0	15	41	57	31	15	8	0	0	167
2007	0	6	14	8	10	3	0	0	0	41
2008	13	603	873	898	496	211	54	11	2	3161
2009	30	1027	929	913	458	163	47	4	1	3572
2010	54	1220	973	884	476	179	30	4	0	3820
TOTAL	97	2925	3313	3638	2054	851	236	38	7	13159

Fonte: SISPRENATAL

A Tabela acima mostra crescimento no número de gestantes por faixa etária de 10 a 14 anos entre 2008 e 2010. E uma queda entre as faixas etárias de 40 a 44 anos e de 45 a 49 anos.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ação/ atividades e estratégias desenvolvidas e metas alcançadas em 2010 – Saúde da Mulher

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública					
Meta do PMS: Redução em 15% a mortalidade materna e 15% dos óbitos infantil por causas evitáveis					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS DA PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Capacitar recursos humanos para reestruturar a assistência a gestante (médicos e enfermeiros)	01 capacitação	100%			
Alimentar os sistemas de informação específicos	01 sistema - SIS Pré-natal	100%			
Adquirir insumos para realização assistência pré-natal	100%	100%			
Fortalecer os grupos de gestantes nas Unidades	22 USB	100%			
Implementar o Comitê de Mortalidade Materna e Infantil, para análise das mortes maternas e infantis	Realizar reuniões /ano	0,12%			
Formar grupos nas Associações de Moradores, escolas e locais de fácil acesso à comunidade para fortalecimento das ações de educação em saúde	100%	0%			
Promover a sensibilização dos profissionais ao atendimento humanizado	100	100%			
Promover a institucionalização do protocolo de assistência ao pré-natal;	01				
Promover a educação permanente em atenção obstétrica e neonatal					
Análise do resultado: de acordo com os dados dos SIM ocorreram os seguintes Óbitos maternos: 2008: 5 (cinco); 2009 (7) e 2010(5). Observa-se que houve um decréscimo no número de óbitos maternos nos anos de 2009 a 2010. Realizado curso de capacitação para emergências obstétricas em parceria com COREN/COFEN com 60 alunos capacitados da rede básica entre profissionais da área rural e profissional da Maternidade Municipal Mãe Esperança Alimentados SIS Pré-natais com exames realizados. Foram cadastradas-3.820 gestantes					

b) Prevenção de Câncer Uterino e de Mama

A importância epidemiológica do câncer no Brasil e sua magnitude social, as condições de acesso da população brasileira à atenção oncológica e os custos cada vez mais elevados na alta complexidade refletem a necessidade de se reestruturar a rede de serviços para garantir a atenção integral à população.

O câncer do colo uterino é uma das causas mais importantes de morbidade e mortalidade feminina no Brasil e uma das taxas mais elevadas no mundo. É uma neoplasia cujos programas de rastreamento representam uma relação custo benefício altamente vantajosa, já que é facilmente detectada por uma simples citologia.

Um dos grandes desafios dos países em desenvolvimento é a ampliação dos programas de prevenção e detecção precoce do diagnóstico. Dessa forma, a detecção e o tratamento das lesões precursoras (neoplasias intraepiteliais cervicais - NIC) devem ser considerados como metas prioritárias para a redução da incidência do câncer do colo uterino.

O exame preventivo do câncer do colo do útero (papanicolaou) é a principal estratégia para detectar lesões precursoras e fazer o diagnóstico da doença. Quando diagnosticado na fase inicial as chances de cura do câncer cervical são de 100%.

Tendo em vista o impacto que o câncer cervico-uterino causa na saúde, uma das prioridades do pacto pela vida foi de ampliar a oferta do exame preventivo do colo do útero visando alcançar 80% das mulheres entre 25 a 59 anos, em 2010.

Entretanto, foi pactuado com o município de Porto Velho uma cobertura de 20% - porém os dados de janeiro a agosto de 2010 do Datasus apontam uma cobertura bem menor, de apenas 11,0%, havendo a necessidade de captar essa defasagem por meio de uma estratégia com rápido retorno. Para tanto, se faz necessário o empenho e esforço multiprofissional, que engloba, desde os responsáveis pelo acolhimento da mulher na unidade de saúde, preenchimento do formulário, anamnese e coleta do material, transporte das lâminas, leitura e diagnóstico de exames, entrega de resultados e, por fim, o seguimento e o acompanhamento da usuária.

Atividades Desenvolvidas

- ✓ Participação da Oficina de Capacitação sobre os sistemas de informação Siscolo/ Sismama 2010;
- ✓ No dia 26/03/2010 foi enviado à Divisão de Programas Especiais – DPE o memorando nº 04/2010 expedido pelo LABOCITO / CRSM pontuando os problemas concernentes da coleta citológica cervical no primeiro trimestre de 2010, englobando desde o preenchimento dos formulários e/ou lâminas de PCCU e a coleta de material insatisfatória.
- ✓ Em posse destas informações, no dia 31/03/2010, a Coordenação da Saúde da Mulher iniciou visitas em todas as Unidades de Saúde para expor os problemas mencionados e, em algumas, devolverem os formulários com as respectivas lâminas para correção e reenvio ao laboratório.
- ✓ As reuniões foram realizadas com os diretores, os enfermeiros e assistentes administrativos e nelas foram explanados e discutidos os seguintes pontos:
- ✓ Preenchimento incorreto e/ou incompleto dos formulários de PCCU com ausência do nome da Unidade de Saúde, número do prontuário e idade da usuária e carimbo e/ou assinatura do profissional responsável pela coleta;
- ✓ Identificação incompleta ou ausente da lâmina, e, em muitas, com os dados em desacordo com formulário (vice-versa);
- ✓ Amostra de material insatisfatório;
- ✓ Assinatura da requisição por estagiário sem a chancela de um profissional responsável;
- ✓ Identificação da caixa ou do tubete porta-lâmina somente com as iniciais da usuária;
- ✓ Letras ilegíveis no preenchimento das solicitações.

Diante destas observações deixamos claro que as lâminas estão sendo rejeitadas pelo laboratório não sendo, portanto, realizado o exame, o que comprova o desperdício de material e prejudica a usuária. Também solicitamos aos enfermeiros, responsáveis pelas coletas, que fizessem a conferência de todos os dados presentes nos formulários e que os mesmos identificassem as lâminas, caso delegassem a terceiros esta atividade e confirmassem cautelosamente as informações.

Os profissionais presentes também enumeraram reclamações referentes ao assunto, abaixo citadas:

Problemas relatados pelas Unidades de Saúde referente ao laboratório:

- ✓ Processo demorado de transporte das lâminas e entrega dos resultados;
- ✓ Falta de comunicação com a unidade e com o DPE informando o motivo da não realização das leituras;
- ✓ Reposição de kits insuficientes referentes à quantidade e aos tamanhos variados;
- ✓ Fixador spray com prazo de validade próximo ao vencimento;
- ✓ Ausência de resposta a memorandos enviados pelas Unidades cobrando segunda via de resultado de PCCU;
- ✓ No dia 22 de Outubro foi realizada capacitação prática sobre a coleta de preventivo de câncer para os enfermeiros da zona urbana e rural, com 63 participantes. Teve como objetivo: tirar dúvidas existentes no processo de coleta do Preventivo do Câncer do Colo do útero. Durante a capacitação foram coletados 33 preventivos de mulheres de 17 a 59 anos;
- ✓ Nos dias 25 e 26 de Outubro de 2010 foram realizadas visitas em 20% das unidades de saúde da zona urbana de Porto Velho para averiguar as principais dificuldades no que concerne a coleta de PCCU com intuito de, posteriormente, adequá-las para o período de intensificação de prevenção de câncer de colo uterino deflagrado pela Secretaria Municipal de Saúde.

As visitas técnicas foram realizadas com os diretores e alguns enfermeiros das seguintes unidades de saúde: Nova Floresta, Mauricio Bustane, José Adelino, Hamilton Gondin, Ernandes Índio, Aponiã e Osvaldo Piana.

Após cumprimento da primeira etapa de diagnóstico situacional, foi elaborado um projeto “Salvando Vidas” que consiste no aumento da oferta do exame papanicolau. A campanha teve início no dia 20 de novembro e foi até o dia 03 de dezembro do corrente ano. Durante este período os enfermeiros da rede básica de saúde ficaram a disposição da clientela para realizar sem agendamento o exame de prevenção do câncer de colo de útero. Além das atividades desenvolvidas pela unidade foram realizadas atividades extra-muros para ampliar a cobertura dos exames na área sem cobertura pela Estratégia Saúde da Família.

- ✓ 20/11/2010 - Campanha de intensificação do papanicolau com portas abertas das unidades básicas, no sábado, sem agendamento para realização do exame;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- ✓ 04/12/2010 - Campanha intensificação do preventivo na invasão bom sucesso;
- ✓ 11/12/2010 - Campanha coleta de preventivo no cond. rio verde e rio bonito.

A coordenação da Saúde da Mulher se responsabilizou pelo suprimento de material de consumo, conferência das lâminas e formulários, transporte do material colpocitológico ao laboratório, registro e avaliação dos resultados, protocolo e entrega de resultados às unidades de saúde.

Durante a campanha foram realizados 4.315 exames atingindo 71,91% da meta almejada, sendo que 42 exames analisados tiveram alterações significativas, com 8 deles apresentando lesões de alto grau. De 20 de Dezembro de 2009 a 21 de dezembro de 2010, foram realizados 17.039 exames de preventivo do câncer de colo de útero nas mulheres de 25 a 59 anos.

As usuárias com lesões de alto grau foram orientadas a darem seguimento a tratamento secundário no Centro de Referência em Saúde da Mulher.

As ações de orientação, coleta de exames citológicos e exame físico das mamas estão descentralizadas nas UBS, tendo como referência para diagnóstico de média complexidade (exame de colpocitologia e CAF) o Centro de Referência Saúde da Mulher (Quadros 26). O tratamento é referenciado para a unidade especializada de gestão estadual.

Consolidado geral exames citopatológicos realizados nas unidades de saúde das zonas urbana e rural – período de 20/12/2009 a 20/12/2010

MÊS	Nº DE COLETAS	Coleta Satisfatória		Insatisfatória						Total Insatisfatório
		Nº	%	Dessecament o	Mat. Acelular ou Hipocelular	Erro de Ident.lâm. Frasco ou formulário	Presença de Plócitos	Lâmina Danif ou Ausente	Presença de Sangue	
JANEIRO	994	977	98%	4	4	9	*	*	*	17
FEVEREIRO	970	955	95%	3	3	3	*	*	*	10
MARÇO	1557	1512	97%	8	9	13	2	9	4	45
ABRIL	1250	1226	98%	3	6	4	1	10	*	24
MAIO	1889	1858	98%	6	7	5	1	10	1	30
JUNHO	1329	1289	97%	3	9	9	1	1	1	24
JULHO	1051	1015	97%	4	6	12	1	6	2	31
AGOSTO	1500	1472	98%	3	7	5	1	6	5	27
SETEMBRO	1043	1005	96%	5	9	19	1	2	2	38
OUTUBRO	1507	1463	97%	2	18	19	2	2	2	45
NOVEMBRO	1206	1187	98%	*	3	13	1	*	3	19
DEZEMBRO	2743	2746	100%	*	*	*	*	*	*	*
TOTAL	17039	16705	98%	41	81	111	11	46	20	310

Fonte: Laboratório Centro de Referência Saúde da Mulher/ PR Vaz e Silva

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Tratamento secundário de controle de câncer cérvico uterino - Ano 2010 - Dados até novembro de 2010

TRATAMENTO	Meses												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
CAF / BIÓPSIA	3	9	23	25	21	26	14	22	24	24	28		219
COLPOSCOPIA	11	21	64	62	43	55	36	55	56	43	57		503
CAUTERIZAÇÃO	3	8	21	26	22	30	15	23	28	24	28		228
Enc. Hosp.Base Ary Pinheiro	1	1		5	1	3	4	3		2			20
Enc. Hosp. São Pelegrino				1									1
Alta p/cura						2							2
Controle	11	21	65	60	42	51	37	56	59	43	58		503
Coleta Preventivo		1	3	8	6	8	0	9	10	5	9		59
Tratamento Microbiologias				2			2		3				7
Busca ativa p/casos positivos	29	61	176	189	135	175	108	168	180	141	180		1542
RESULTADOS OBTIDOS													
NIC I + HPV			1										1
NIC I + NIC II													
ASCUS	1	1	2			1		3	5	2	1		16
HPV									1				1
NIC I	1	3	2	2	4	4		3	6	2	5		32
NIC II			3		1	1	1	1	1	1	2		11
NIC III (CA in situ)	2	1	2	9	3	2	2	3	8	5	3		40
Carcinoma Escamoso Invasor									1	2	5		8
CA Epidermóide			1	1			1				1		4
Cervicite Crônica	1	2	8	4	3	10	7	10	8	3	2		58

Fonte: SEMUSA/DAB/DPE/Centro de Referência da Saúde da Mulher

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Tratamento Secundário de Prevenção de Câncer de Mama/ Ano 2010

Procedimentos Realizados	Meses												
	Jan	Fev	Mar	Abril	Maio	Junho	julho	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Exame Clínico Mama				35	49	57	38	72	53	17	25		384
Punção (PAAF)/ Biópsia				5	6	6	1	10	3	4	2		38
Curativo cirúrgico									1	2			3
Drenagem							1	1					3
Terapia medicamentosa							1	1					3
Enc. Hosp. Base Ary Pinheiro						1							1
Controle				30	46	53	36	71	54	18	25		369
Solicitação USG				8	5	12	3	9	3	3	1		47
Solicitação Mamografia				1	3	1	1	2	1	2			12
Alta p/cura					1			1					2
Total				79	110	130	81	167	115	46	53		862
Diagnósticos encontrados:													
C.A Mama								1		2			
Cisto Mama						1		1	3				6
Nódulo Mama								1	11	6	8		26
Calcificação Granular													
Bi-Rads II									22	2	5		
Bi-Rads III									5	1			
Bi-Rads IV										1	1		
Bi-Rads V											1		
Displasia									5	3	6		
Fibrose						1							1
Tumor								1					1
Total						2		4	46	15	21		34
Fonte: SEMUSA/DAB/DPE/Centro de Referência da Saúde da Mulher													

a) Planejamento Reprodutivo

Apresentação

Este relatório referente ao exercício de 2010 permitiu evidenciar os resultados alcançados com a execução dos trabalhos planejados através do Plano de Saúde do nosso município, em especial para analisar as metas e os resultados para o acompanhamento do Programa Planejamento Reprodutivo, com o objetivo de controlar e avaliar as ações e os serviços disponibilizados pela rede do SUS através da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Programa Planejamento Reprodutivo

Planejamento reprodutivo é um conjunto de ações em que são oferecidos todos os recursos, tanto para auxiliar a ter filhos (recursos para concepção), quanto para prevenir uma gravidez indesejada (recursos para a anticoncepção). O planejamento Familiar é um direito de todos assegurado pela Constituição Federal na Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996, que regulamenta a instituição do programa em todo território federal.

Os direitos sexuais e reprodutivos são Direitos Humanos já reconhecidos em leis nacionais e documentos internacionais. Os direitos, a saúde sexual e a saúde reprodutiva são conceitos desenvolvidos recentemente e representa uma conquista histórica, fruto da luta pela cidadania e pelos Direitos Humanos.

O Programa tem como objetivo promover o acesso da população feminina e masculina às ações de planejamento reprodutivo. Também é responsável pela elaboração e formulação da Política Municipal de Atenção e planejamento Reprodutivo, da organização da rede assistencial, incluindo a formalização dos sistemas de referência e contra referência.

Ações desenvolvidas durante o ano de 2010

Em 2010, a Coordenação do Programa Saúde da Mulher teve grandes avanços, com várias ações desenvolvidas e com resultados muito satisfatórios, dentre muitos, o Programa Planejamento Reprodutivo:

- ✓ Lançamento de Campanha para a implementação do Programa de Planejamento Reprodutivo nas unidades de saúde municipais da zona urbana e rural, no dia 08/03/2010 com o objetivo de: informar à população que todas as unidades de saúde da Zona Urbana e Rural dispõem de equipes capacitadas em

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

planejamento reprodutivo, bem como todos os métodos contraceptivos para o planejamento familiar; informar ainda para a população que necessite do uso de contracepção de emergência para procurar os profissionais de saúde das Unidades Básicas.

Com a disponibilidade de todos os métodos na rede básica, acreditamos contribuimos significativamente para a redução da mortalidade materna e infantil e do número de gestações indesejadas, além de reduzir também o índice de gravidez na adolescência.

Através das equipes nas estratégias Saúde da Família que atuaram com palestras, entrega de contraceptivos orais, injetáveis, preservativos masculinos e femininos, inserção de DIU e ainda a realização de laqueaduras e vasectomias na Maternidade Municipal Mãe Esperança.

Métodos Contraceptivos disponíveis nas Unidades de Saúde Municipais da Rede Básica do Município de Porto Velho

Anticoncepcional (Princípio Ativo)	Nome Comercial
Acetato de Medroxiprogesterona 150 mg/ml (Anticoncepcional injetável trimestral)	CONTRACEP
Enantato de Noretisterona 50 mg + Valerato de Estradiol 5mg (Anticoncepcional injetável mensal)	NOREGYNA
Etinilestradiol 0,03 mg + Levonorgestrel 0,15mg(Pílula combinada)	CONCEPNOR
Noretisterona 0,35 mg (Minipílula)	NORESTIN
Levonorgestrel 0,030 mg (Minipílula)	MINIPIL
Etinilestradiol 0,03 mg + Levonorgestrel 0,15mg (Pílula combinada)	NOCICLIN
Etinilestradiol 0,03 mg + Levonorgestrel 0,15mg (Pílula combinada)	CICLO 21
Levonorgestrel 0,75 mg (Anticoncepcional de Emergência)	Pilen
Dispositivo Intra-uterino (DIU)	

Quadro 33: Consolidado parcial do Programa de Planejamento Reprodutivo área urbana e rural - Porto Velho/RO - 2010

Faixa etária	Nº Pessoas Atendidas Mês	DIU	Injetável		Oral			Preservativo		D I A F R A G	Total	L A Q U E	V A S E C	Total
			Mensal	Trimestral	Normal	Lac-tante	Emergência	Masc.	Fem.					
10-14	271	2	65	9	103	9	1	1999	0	0	2188	0	0	0
15-19	3018	40	518	236	1808	77	13	18682	214	0	21588	1	0	1
20-24	4585	46	981	346	3168	182	27	25783	193	0	30726	37	1	38
25-29	4607	40	916	281	2939	172	42	20593	263	0	25246	234	19	253
30-34	3069	27	549	171	1655	90	18	17810	182	0	20502	194	27	221
35-39	1908	9	270	119	1126	45	7	13411	109	0	15096	54	20	74
40-44	1015	6	86	20	612	16	0	8417	101	0	9258	31	6	37
45-49	819	3	28	5	266	0	0	7193	6	0	7501	1	7	8
50 e +	285	0	2	1	37	0	0	4064	53	0	4157	0	1	1
Total	19587	173	3810	1310	12662	593	110	129492	1191	0	149341	552	81	633

Fonte:SEMUSA

OBS: O somatório dos valores das linhas (10 – 14 à 50 e +) não corresponderá ao TOTAL, pois algumas Unidades encaminharam somente o balancete mensal sem o mapa com a distribuição da faixa etária.

**Total geral de palestras realizadas nas unidades básicas de saúde – 550
Palestras**

No período de 02 a 11 de junho de 2010, foi realizada visita técnica nas Unidades Básicas de Saúde da rede municipal urbana de Porto Velho/RO, com a finalidade de verificar o quantitativo de anticoncepcionais disponíveis aos usuários, referente ao Programa do Planejamento Reprodutivo, bem como a questão da distribuição relacionada ao local de armazenamento dos mesmos. Verificou-se que na maioria das Unidades os anticoncepcionais, além de ficarem em certa quantidade com os enfermeiros responsáveis pelas equipes PSF, também ficam disponíveis na farmácia para melhor acesso aos usuários.

Vale ressaltar que os dados referentes ao atendimento na Maternidade Municipal Mãe Esperança são referentes ao período de janeiro a junho de 2010, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Consolidado do Programa de Planejamento Familiar - Maternidade Mãe Esperança - Área Urbana - Porto Velho/RO – 1º Semestre/2010

Faixa Etária	Nº Consulta Médica/ Enfermag	Coleta PCCU	Injetável		Oral	Outros	Preservativo	Total	Realizados				TOTAL
			Mensal	Trimestral		Creme vaginal	Masc/Fem		DIU	RET. DIU	LAQUE	VASEC	
10 - 14	29	4	7	17	1	28	60	113	1	0	0	0	1
15 - 19	536	103	195	339	104	57	360	1055	22	23	0	0	45
20 - 24	773	184	132	507	134	132	348	1253	63	49	14	3	129
25 - 29	412	116	54	242	30	59	228	613	30	21	39	4	94
30 - 34	157	45	18	114	7	18	132	289	15	9	21	6	51
35 - 39	59	22	9	24	5	12	60	110	8	4	7	4	23
40 - 45	32	27	5	7	1	8	36	57	5	4	2	2	13
46 - 49	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
50 e +	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	2002	505	420	1250	282	314	1224	3490	144	110	83	19	356

Fonte: SEMUSA

Dificuldades enfrentadas

- ✓ Infra-estrutura, comunicação e transporte;
- ✓ Carência de pessoal (quantitativo e capacitação);
- ✓ Falta de insumos;
- ✓ Implementação e consolidação da gestão definindo e revisando fluxos, rotinas e protocolos;
- ✓ Qualificação técnica das equipes que atuam com saúde na rede básica.

Outras ações/atividades da área técnica de Saúde da Mulher em Parcerias com Outros Setores

- ✓ Comemoração do dia internacional da mulher pelas unidades básicas de saúde com a programação abaixo discriminada:

Quadro 33 – Programação Saúde da Mulher - Centro de Saúde Nova Floresta

Horário	Programação
7h30	Verificação de pa e glicemia;
8h00	Café da manhã;
8h30	Palestra sobre a importância da atividade física e os alimentos no controle das dislipidemias;
9h00	Técnicas de alongamento;
10h0	Palestra câncer de mama e de colo uterino;
10h30	Dinâmica de grupo.

Quadro 34 - Programação Saúde da Mulher - Unidade de Saúde da Família Caladinho

Horário	Programação
7h30 as 8h00	Oferecimento de café da manhã, oferecendo frutas para as usuárias mulheres atendidas para o serviço de pré-natal e consulta geral na unidade; entrega de cartão com mensagem do dia internacional da mulher e brindes; mutirão nas micro-áreas dos ACS das equipes para entrega de lembrança do dia internacional da mulher.
13h30 as 14h00	Oferecimento de café da manhã a base de frutas para as usuárias mulheres atendidas para o serviço de pré-natal e consulta geral na unidade; entrega de cartão com mensagem do dia internacional da mulher e brindes; mutirão nas micro-áreas dos ACS das equipes para entrega de lembrança do dia internacional da mulher.

Quadro 35 - Programação Saúde da Mulher - Centro de Saúde Oswaldo Piana

Horário	Programação
7h30 as 12h00	Palestra na escola Padre Chiquinho dirigida ao público feminino a partir de 12 anos de idade sobre a sexualidade, riscos e prevenções, e acesso da mulher ao planejamento familiar e seus direitos;
14h00 as 18h00	Palestra na escola Padre Chiquinho dirigida ao público feminino a partir de 12 anos de idade sobre a sexualidade, riscos e prevenções, e acesso da mulher ao planejamento familiar e seus direitos;

Quadro 36 - Programação Saúde da Mulher - Centro de Saúde Ernandes Coutinho

Horário	Programação
8h00	Café da manhã; Palestra sobre como cuidar da saúde da mulher
16h00	Palestra sobre como cuidar da saúde da mulher; Lanche da tarde

Quadro 37 - Programação Saúde da Mulher - Policlínica Hamilton Gondin

Horário	Programação
Manhã	Exame de vista; Apresentação de: poesias, teatro e dança; Embelezamento da mulher: maquiagem, corte de cabelo, modelagem de sobancelha; Sorteio de brindes; Distribuição de rosas.
Tarde	Palestras educativas; Coleta de preventivo Exame de mama.

Quadro 38 - Programação Saúde da Mulher - Policlínica José Adelino da Silva

Horário	Programação
8h00	Abertura;
8h30	Coffe break;
9h30	Avaliação física com as mulheres através do índice de massa corporal – IMC, aferição de pressão arterial e glicemia; Administração de vacinas, coleta de exame preventivo do câncer de colo do útero; Avaliação odontológica; Palestras educativas sobre o câncer de mama e de colo do útero;
12h00	Intervalo para almoço;
14h00	Valorização pessoal da mulher através da oferta do serviço de embelezamento com corte de cabelo, maquiagem, manicura e pedicura; mini-oficinas de arte demonstrando e ensinando a confecção de bijuterias;
16h00	Lanche;
18h00	Encerramento.

Centro de Saúde Renato Medeiros

Palestras sobre saúde da mulher, com: enfermeiros, acadêmicos de medicina da FIMCA.

- ✓ Câncer, pré-natal, preventivo, DSTs, planejamento familiar, atendimento em geral.

Unidade de Saúde da Família de São Carlos

- ✓ Foram realizados sorteios de brindes, brincadeiras, desfile e bingo.

**Campanha de 16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra as mulheres -
De 25 de novembro a 10 de dezembro**

- 25/11/2010 – Saúde do Idoso
Tema: Política Nacional de Saúde do Idoso
Local: FATEC
Horário: manhã e tarde
Coordenação: DSS/DAB
- 25/11/2010 – Apresentação de vídeo sobre Violência contra a Mulher
Local: USF Pedacinho de Chão
Horário: tarde
Coordenação: USF Pedacinho de Chão
- 26/11/2010 – Roda de conversa com grupos de mulheres da comunidade
Tema: Quebra do silêncio da violência contra a mulher
Local: AMAS, bairro Nova Esperança.
Horário: tarde
Coordenação: USF Pedacinho de Chão
- 25/11 a 10/12/2010 – Palestras sobre DST
Local: USF Ernandes Índio
Horário: manhã
Coordenação: USF Ernandes Índio

- 25/11 a 10/12/2010 – Palestras sobre DST e métodos contraceptivos
Local: USF Ernandes Índio
Horário: tarde
Coordenação: USF Ernandes Índio
- 01/12/2010 – Evento alusivo ao Dia Mundial da luta contra a Aids
Coordenação: Coordenação Municipal de DST/Aids/DVEA
- 02/12/2010 – Apresentação da Análise de Situação da Vigilância de Violências e Acidentes 2009
Local: FATEC
Horário: 9h00
Coordenação: DANT/DVEA
- 07/12/2010 – Direitos Sexuais e Reprodutivos
Evento comemorativo pela realização das 1.000 vasectomias pela Maternidade Municipal Mãe Esperança
Local: FATEC
Horário: 8h30
Coordenação: DPE/DAB, MMME/DMAC, DANT/DVEA e NIEMSUS
- 08/12/2010 – A Saúde abraçando a Campanha Homens pelo fim da violência
Local: FATEC
Horário: 14h30
Coordenação: NIEMSUS, DPE/DAB e DANT/DVEA
- 09 e 10/12/2010 – Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde em Doenças e Agravos Não Transmissíveis
Tema: ACS em ação: na redução das DANT
Local: USF Aponiã
Horário: manhã e tarde
Coordenação: UNIR, DANT/DVEA e DAB

10/12/2010 – Palestra sobre Violência contra a Mulher

Local: Igreja sagrada Família

Horário: manhã

Coordenação: USF Pedacinho de Chão

Em 2010 o Município de Porto Velho desenvolveu ações para uma população estimada em **426.558** habitantes, distribuídos no quantitativo de **391.014** na área urbana e **35.544** na área rural, sendo **215.561** homens e **210.977** mulheres. Destas, aproximadamente **143.000** se encontram em idade reprodutiva (faixa etária entre 10 e 49 anos), sendo alvo de todas as atividades que envolvem o planejamento reprodutivo.

Diante ao exposto, a secretaria municipal de saúde, através do Programa Planejamento Reprodutivo vem realizando ações que visam conscientizar a população em idade reprodutiva da importância de se ter um acompanhamento, bem como seus compromissos com a prevenção de agravos que venham a interferir na sua integridade física, mental, social e familiar.

Demonstrativo das ações da Divisão de Programas Especiais – Saúde da Mulher

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública

Meta da PMS: Redução de 5% no índice de óbitos por câncer cérvico uterino e de mama

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS DA PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Capacitar recursos humanos para implementação de Programa nas Unidades de Saúde (médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e agentes multiplicadores)	01 capacitação em duas fases	50%	6.150,04	6.150,04	
Aumentar a oferta de exames preventivos nas unidades básicas de saúde;	01 campanha	100%			
Garantir acesso das usuárias acompanhadas ao tratamento especializado no centro de referência de saúde da mulher	100%	29,14%			

Análise do resultado: das metas prevista para capacitação humana conseguiu parcialmente seus objetivos. Com relação a meta de campanha, alcançou o seu objetivo. Entretanto, quanto garantir acesso das usuárias acompanhadas, obteve um percentual um pouco acima de um quarto.

HIPERTENSÃO E DIABETES – HIPERDIA

Segundo o Ministério da Saúde, a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus constituem os principais fatores de risco para as doenças do aparelho circulatório. Entre suas complicações mais freqüentes encontram-se o infarto agudo do miocárdio, o acidente vascular cerebral, a insuficiência renal crônica, a insuficiência cardíaca, as amputações de pés e pernas, a cegueira definitiva, os abortos e as mortes.

Com o propósito de reduzir a morbimortalidade associada a HA e DM, o Ministério da Saúde implantou o Sistema HIPERDIA assumindo o compromisso de executar ações em parceria com estados, municípios e sociedade para apoiar a reorganização da rede de saúde, com melhoria da atenção aos portadores dessas patologias.

Atribuições do Programa Hiperdia (Portaria 371/MS DE 04/03/2002)

- ✓ Implementação do Programa em nível local, com apoio da Secretaria Estadual de Saúde, do Cadastro Nacional de Portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus;
- ✓ Cadastramento e acompanhamento dos usuários e manutenção do Cadastro Nacional atualizado (Sistema HIPERDIA);
- ✓ Garantia de acesso ao tratamento clínico aos portadores destas doenças na rede básica de saúde;
- ✓ Participação nos processos de capacitação dos profissionais da rede básica para o acompanhamento clínico destas doenças;
- ✓ Implantação de outras ações de promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis voltados para a melhoria do controle clínico destas doenças;
- ✓ Guarda, gerenciamento e dispensação dos medicamentos recebido e vinculado ao Programa;
- ✓ Aquisição de Insumos (Tira Reagente, Glicosímetro, Lanceta e Seringa c/agulha);

- ✓ Conhecer os parâmetros reais que garantam o fornecimento contínuo dos medicamentos aos pacientes hipertensos e diabéticos de acordo com a padronização do Ministério da Saúde;
- ✓ Conhecer o perfil demográfico, clínico e epidemiológico da população atingida, possibilitando a implementação de estratégias de saúde pública que alterem o quadro sanitário atual;
- ✓ Disponibilizar, no âmbito da atenção básica, instrumento de cadastro e acompanhamento dos portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, Sishiperdia, para utilização pelas Unidades Básicas de Saúde;
- ✓ Supervisionar as Unidades Básicas de Saúde quanto às ações do Programa Hiperdia.

Objetivos

Geral

Garantir o diagnóstico e a vinculação do paciente às unidades de saúde para tratamento e acompanhamento, promovendo assim a reestruturação e a ampliação do atendimento resolutivo e de qualidade para os portadores dessas patologias na rede pública de serviços de saúde. A identificação precoce dos casos e o estabelecimento do vínculo entre os portadores e as Unidades Básicas de Saúde são elementos para o sucesso do controle desses agravos.

Específicos

- ✓ Detectar, cadastrar e acompanhar portadores de Hipertensão e Diabetes dentro das diretrizes propostas pela Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde e pactuado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT;
- ✓ Ofertar de maneira contínua para a rede básica de saúde os medicamentos e insumos para Hipertensão e Diabetes definidos e propostos pelo Ministério da Saúde, validados e pactuados pelo Comitê do Plano Nacional de Reorganização da Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes e pela CIT;
- ✓ Acompanhar e avaliar os impactos na morbi-mortalidade para estas doenças decorrentes da implementação do Programa Nacional.

Funcionamento do Programa HIPERDIA

O Programa Hiperdia está implantado em 100% das Unidades Básicas de Saúde, tanto da zona urbana como da zona rural, sendo 20 unidades na zona urbana e 35 na zona rural do município.

O Sistema Hiperdia, que garante o cadastro e acompanhamento do usuário no Programa, foi implantado em 19 Unidades Básicas de Saúde da zona urbana.

Instrumentos de Cadastro e Acompanhamento

- ✓ A Unidade de Saúde realiza a inclusão do usuário no Programa através dos instrumentos de Cadastro e Acompanhamento:

Cadastro

- ✓ Triagem, consulta de enfermagem, consulta médica, com os exames necessários e receita médica indicando a medicação e insumo a ser utilizado pelo usuário.
- ✓ Ficha de Cadastro Hipertenso e Diabético
- ✓ Cartão Hiperdia.

Acompanhamento

Ficha de acompanhamento, exames laboratoriais, exames físico, medicação específica, de três em três meses se não houver complicações. Palestras educativas e atividades físicas.

Legislações

- ✓ **Portaria nº. 204/GM**, de 29/01/2007 - Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.
- ✓ **Lei Federal 11.347**, de 27/09/2006 - Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários a sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos.

- ✓ **Portaria nº 2.583**, de 10/10/2007 - Define elenco de medicamentos e insumos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, nos termos da Lei nº 11.347, de 2006, aos usuários portadores de diabetes mellitus.
- ✓ **Portaria nº 2.982**, de 26/11/2009 - Aprova as normas de execução e de financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica.

Medicação

Diabetes

- a) Glibenclamida 5mg comprimido;
- b) Cloridrato de Metformina 500mg e 850mg comprimido;
- c) Glicazida 80mg comprimido
- d) Insulina humana NPH – suspensão injetável 100UI/ml; e
- e) Insulina humana Regular – suspensão injetável 100UI/ml

Hipertensão

- a) Hidroclorotiazida 25mg
- b) Propanolol 40mg
- C) Captopril 25mg

Insumos

- a) Seringa c/agulha acoplada para aplicação de insulina;
- b) Tira reagente para medida de glicemia capilar;
- c) Lancetas para punção digital.

Atividades realizadas

- ✓ Elaboração dos Critérios adotados por esta Coordenação quanto à entrega de insumos (tira reagente e aparelho glicosímetro), conforme anexo I
- ✓ Capacitação quanto aos critérios para entrega de tira reagente para automonitoração da glicemia, como também encaminhamento para endocrinologista dos usuários diabéticos insulino dependentes cadastrados.

- ✓ Realização de atividades educativas nas UBS Hamilton Gondin quanto à prevenção e tratamento da hipertensão e diabetes mellitus, em comemoração ao dia 26 de Abril, Dia Nacional da Hipertensão.
- ✓ Formação Comitê para elaboração do Protocolo de Hipertensão e Diabetes Mellitus do Município de Porto Velho, dia 01 de junho de 2010 (ata reunião no Anexo II).
- ✓ Aquisição de 3.600 caixas de tira reagente, caixa com 50 unidades, e 200 aparelhos glicosímetros para monitoração e automonitoração dos pacientes diabéticos insulino dependentes cadastrados no Programa Hiperdia.
- ✓ Distribuição de 51.586 tiras reagentes para automonitoramento dos usuários diabéticos cadastrados no Programa Hiperdia da UBS, como também acompanhamento de usuários nas Unidades de Saúde deste município.
- ✓ Levantamento do número de diabéticos insulino dependentes cadastrados, conforme Tabela abaixo;
- ✓ Cadastramento por Agravos no Programa Hiperdia das Unidades de Saúde confrontando com dados SIAB, conforme Tabela em anexo.
- ✓ Digitação de cadastro dos hipertensos e diabéticos da zona rural, conforme abaixo relacionados:
- ✓ Levantamento do número de tira reagente distribuídas nos meses de janeiro a agosto, para monitoração e automonitoração dos usuários diabéticos insulino dependentes cadastrados, conforme Tabelas I e II, em anexo.
- ✓ Participação da Oficina de Trabalho para apresentação do protótipo para o sistema Hiperdia-Web, no dia 14/12/2010, no horário das 09h00 as 16h00 horas na cidade de Brasília/DF.

Pauta:

- ✓ Sistema de gestão Clínica para melhor controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis: Hiperdia, situação atual e necessidade de implementação;
- ✓ Apresentação do protótipo para o Sistema Hiperdia na plataforma Web;
- ✓ Apresentação do consolidado das sugestões.

Dificuldades

No âmbito central (DPE)

- ✓ Morosidade no processo de aquisição dos medicamentos, insumos e equipamentos para o tratamento dos usuários hipertensos e diabéticos;
- ✓ Local adequado para armazenagem e guarda dos insumos;
- ✓ Manutenção preventiva e corretiva dos instrumentos de avaliação.

Nas Unidades e/ou Equipes de Saúde da Família

- ✓ Falta de compromisso por alguns profissionais e gestores das Unidades de Saúde;
- ✓ Falta de recursos humanos para digitação;
- ✓ Falta de equipamentos (computador e disquete);
- ✓ Constantes obstáculos no Sistema Hiperdia;
- ✓ Falta de Internet nas Unidades de Saúde;
- ✓ Cadastro com campos obrigatórios incompletos;
- ✓ Mapas com preenchimentos ilegíveis;
- ✓ Mapas entregues após data estipulada;

Desafios

- ✓ Elaboração do Protocolo Hiperdia (Hipertensão e Diabetes), em andamento;
- ✓ Capacitação em Antropometria para profissionais de saúde das UBS, previsto para 2011;
- ✓ Capacitação do atendimento à Farmácia Básica das UBS, previsto 2011;
- ✓ Capacitação em temperatura, conservação, transporte e aplicação de insulina para profissionais, como multiplicadores, previsto para 2011;
- ✓ Internet nas Unidades de Saúde;
- ✓ Capacitação “in loco” de equipe multiprofissional, em andamento;
- ✓ Implantação do Sistema Hiperdia na plataforma Web, previsto para 2011;
- ✓ Aquisição de dois computadores;
- ✓ Aquisição de mais duas linhas Internet para digitação cadastros Hiperdia;
- ✓ Aquisição de dispositivos para backup de dados;
- ✓ Aquisição de materiais e equipamentos de avaliação para a detecção e acompanhamento dos Hipertensos e Diabéticos;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- 1 - Régua antropométrica adulto;
- 2 - Régua antropométrica infantil;
- 3 - Trena antropométrica;
- 4 - Balança portátil;
- 5 - Balança pediátrica;
- 6 - Esfignomamômetro e estetoscópio infantil;
- 7 - Esfignomamômetro e estetoscópio adulto;
- 8 - Elaboração/impressão de materiais didáticos;

Aquisição de Material Educativo para palestras e campanhas de detecção de diabetes e hipertensão.

Cadastros de diabéticos insulino dependentes cadastrados e que recebem tira reagente – Zona Urbana e Rural

UBS	Diabético insulino dependente cadastrado	Diabético insulino dependente que recebe tira reagente
ZONA URBANA		
Aponiã	55	14
Agenor de Carvalho	64	15
Alfredo Silva	20	0
Areal da Floresta	32	4
Caladinho	16	0
Ernandes Indio	57	18
Hamilton Gondin	11	11
José Adelino	46	1
Manoel A. Mattos	94	9
Mariana	5	5
Maurício Bustani	145	23
Nova Floresta	61	7
Oswaldo Pianna	68	11
Pedacinho de Chão	106	25
Rafael Vaz e Silva	110	8
Renato Medeiros	30	6
Ronaldo Aragão	36	3
Santo Antonio	3	3
Santa Marcelina	7	0
São Sebastião	4	0
Socialista	47	15
Sub-Total	1053	182
ZONA RURAL		
Cujubim Grande	7	0
Jacy Paraná	15	2
Mutum Paraná	3	0
Maria Nobre (Nazaré)	2	0
União Bandeirantes	7	0
São Carlos	3	1
Sub-Total	37	3
TOTAL	1.090	185

Fonte: HIPERDIA/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Repasse Financeiro (Portaria 2982/MS de 26/11/2009 - População do Município:
380.974 Hab.

Repasse Financeiro Farmácia Básica 2010				Repasse Financeiro Insumos 2010			
Esfera	R\$ P/hab	R\$ Hab./Ano	R\$ Mês	Esfera	R\$ P/hab	R\$ Hab./Ano	R\$ Mês
União	5,10	1.942.967,40	161.913,95	União	0,50	190.487,00	15.873,91
Estados e DF	1,86	708.611,64	59.050,97	Estados e DF	0,50	190.487,00	15.873,91
Municípios	1,86	708.611,64	59.050,97	Municípios	0,50	190.487,00	15.873,91
TOTAL		3.360.190,68	280.015,89	TOTAL		571.461,00	47.621,73

Fonte: UBS/DPE/DAB/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Planilha execução orçamentária e Financeira - (Portaria 2982/MS de 26/11/2009)

Orçamento recebido	Aquisição realizada	Nº Processo	Atividade	Fonte	ND	Data	Valor R\$
ESFERA: União, Estados e DF, Municípios	Aquisição de Medicamentos (Insulina Lantus e Humalog)	08.00214-00/2010	2.024	103.0	30	22/2/2010	7.877,00
	Aquisição de Medicamentos (Insulina Lantus e Humalog)	08.00071-00/2010	2.024	103.0	30	22/2/2010	16.970,00
	Aquisição de Insumos (Tira Reagente p/teste de glicemia, aparelho glicosímetro)	08.00946-00/2010	2.409	103.0	30	28/5/2010	50.448,00
	Aquisição de Insumos (Tira Reagente e Aparelho Glicosímetro)	08.01702-00/2010		103.0		27/9/2010	96.250,00
	Confecção de camisetas	08.01845.00/2010	2.409	103.0		21/10/2010	22.777,00
	Confecção de baners, cartazes e faixas	08.01882.00/2010	2409	103.0		27/10/2010	16.840,00

Fonte: UBS/DPE/DAB/SEMUSA

Percentual Hipertensos e Diabéticos cadastrados Sistema HIPERDIA - Ano 2003 a 2010

Ano	População do Município de PVH de 30 anos e mais	Meta 35%	Hipertensos			Meta 11%	Diabéticos		
			Cadastrados	Meta 100%	Déficit %		Cadastrados	Meta 100%	Déficit %
2003	131.522	46.032	4.301	9,34%	90,66%	14.467	1.789	12,36%	87,64
2004	140.805	49.281	7.150	14,50%	85,50%	15.488	2.556	16,50%	83,5
2005	145.921	51.072	8.323	16,29%	83,71%	16.051	2.873	17,89%	82,11
2006	145.650	50.977	9.482	18,60%	81,40%	16.021	3.164	19,74%	80,25
2007	145.650	50.977	11.345	22,25%	77,75%	16.021	3.758	23,45%	76,55
2008	145.650	50.977	11.876	23,29%	76,71%	16.021	3.968	24,76%	75,24
2009	154.738	54.158	12.771	23,58%	76,42%	17.021	4.872	28,62%	71,38
2010	154.738	54.158	1.889				606		

Fonte: UBS/DPE/DAB/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Consolidado por Unidade de Saúde - Janeiro a Dezembro/2010

UBS		ZONA URBANA							
		Dados SIAB				Dados HIPERDIA			
		Diabéticos	Diabéticos + Hipertensos	Hipertensos	Total	Diabéticos	Diabéticos + Hipertensos	Hipertensos	Total
1	Alfredo Silva					4	34	107	145
2	Agenor de Carvalho	740		2407	3147	0	8	80	88
3	Areal da Floresta				0	4	7	33	44
4	Ana Adelaide				0	33	70	148	251
5	Aponiã	717		2005	2722				
6	Areal da Floresta				0				
7	Caladinho	1001		2450	3451	0	0	0	0
8	Ernandes Coutinho	1175		4913	6088	7	84	149	240
9	Hamilton Gondin	1917		5310	7227	26	76	219	321
10	José Adelino	1329		3602	4931	0	0	0	0
11	Mariana	941		3782	4723				
12	Maurício Bustani				0	0	15	49	64
13	Manoel A Mattos	1033		2315	3348	9	29	119	157
14	Nova Floresta	801		2046	2847	5	16	73	94
15	Oswaldo Piana				0	6	27	91	124
16	Pedacinho de Chão	939		2465	3404	5	75	155	235
17	Rafael V Silva				0	5	5	13	23
18	Renato Medeiros	754		2523	3277	6	21	73	100
19	Ronaldo Aragão	280		1117	1397	6	14	57	77
20	Santo Antônio	311		816	1127				
21	São Sebastião	236		481	717				
22	Socialista	868		3748	4616				
23	Vila Princesa	21		211	232				
Média		13063	0	40191	53254	116	481	1366	1963

Fonte: UBS/DPE/DAB/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Consolidado por Unidade de Saúde - Janeiro a Dezembro/2010

UBS		ZONA RURAL							
		Dados SIAB				Dados HIPERDIA			
		Diabéticos	Diabéticos + Hipertensos	Hipertensos	Total	Diabéticos	Diabéticos + Hipertensos	Hipertensos	Total
1	Abunã								0
2	Calama (Benj.Silva)								0
3	Cujubim Grande								0
4	Cachoeira Teotônio					0	5	12	17
5	Estrada da Penal Km 28								0
6	Embaúba								0
7	Extrema					1	3	1	5
8	Fortaleza do Abunã								0
9	Jacy Paraná					0	3	0	3
10	Mutum Paraná								0
11	Morrinhos								0
12	Nazaré (Mª Nobre)					1	1	5	7
13	Nova Califórnia								0
14	Papagaios								0
15	Praia do Tamanduá								0
16	Rio das Garças								0
17	São Carlos								0
18	União dos Bandeirantes					0	5	5	10
19	Vale do Jamari					0	0	2	2
20	Vista Alegre do Abunã								0
Média						2	17	25	44

Fonte: UBS/DPE/DAB/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Distribuição de tira reagente por Unidade de Saúde, referente aos meses Janeiro a Dezembro/2010 Zona Urbana

UBS	Unidades Tira Reagente Distribuídas no Mês												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Aponiã	250	1150	950	1825	50	200	1400	1400	0	0	1400	50	8675
Agenor de Carvalho	650	0	700	1150	50	1750	0	1650	150	0	2500	0	8600
Areal da Floresta	0	0	0	0	0	250	100	350	0	0	300	0	1000
Caladinho	0	0	50	50	0	50	100	100	0	0	0	0	350
Ernandes Indio	250	0	400	0	0	300	0	500	0	0	150	400	2000
Hamilton Gondin	200	0	825	50	0	0	650	750	0	0	1350	300	4125
José Adelino	175	0	200	150	0	0	250	250	200	0	250	0	1475
Manoel A. Mattos	100	225	650	1000	0	1050	200	1200	50	0	1500	0	5975
Mariana	0	0	0	0	0	50	50	50	50	0	0	650	850
Maternidade Mãe Esperança	0	0	500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	500
Maurício bUstani	1100	1100	1450	1750	200	2100	0	2150	2250	0	3100	3000	18200
Nova Floresta	250	0	0	100	450	450	0	450	0	0	600	0	2300
Oswaldo Pianna	150	0	250	0	150	350	0	150	0	0	1750	1750	4550
Pedacinho de Chão	800	0	850	1100	0	1050	0	1050	0	0	2200	0	7050
Rafael Vaz e Silva	150	0	250	650	0	650	100	850	600	0	1550	0	4800
Renato Medeiros	250	0	250	250	0	250	250	0	0	0	400	800	2450
Ronaldo Aragão	0	0	0	0	0	50	0	0	200	0	0	200	450
Santa Marcelina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santo Antônio	100	0	0	100	0	0	300	0	0	0	500	0	1000
São Sebastião	0	0	0	0	0	50	0	0	0	0	0	50	100
Socialista	625	0	650	0	750	800	0	800	0	0	0	0	3625
Outros (pacientes e eventos)	0	0	50	150	250	50	300	700	250	0	250	0	2000
SUB-TOTAL-1	5050	2475	8025	8325	1900	9450	3700	12400	3750	0	17800	7200	80.075

Fonte: UBS/DPE/DAB/SEMUSA

Distribuição de tira reagente por Unidade de Saúde, referente aos Meses Janeiro a Dezembro/2010
Zona Rural

ZONA RURAL UBS	Unidades Tiras Reagente Distribuídas no Mês												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Abunã			50										50
Aliança												50	50
Cujubim Grande			50										50
Extrema			25										25
Fortaleza do Abunã			100										100
Jacy Paraná	50		50	50		50		100	50		200		550
Morrinhos			100										100
Mutum Paraná			100									100	200
Maria Nobre (Nazaré)													0
Nova Califórnia												50	50
União Bandeirantes			100								100		200
São Carlos			50	125		50					200		425
Vila Princesa									50				50
SUB-TOTAL-2	50		625	175		100		100	100		500	200	1.850
TOTAL GERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81.925

Fonte: UBS/DPE/DAB/SEMUSA

Considerações finais

Apesar de os resultados serem pouco significativos relativos ao número de cadastros e acompanhamento para controle da doença, o programa obteve um impacto importante na diminuição das complicações, com o trabalho da equipe multiprofissional PSF, a distribuição sistemática das medicações e insumos, entre elas as Insulinas NPH, Regular, Lantus e Humalog e a tira reagente, seringas c/agulha e lancetas

A redução dos agravos HÁ e DM e suas complicações através da identificação do controle adequado teve grande impacto no Sistema Único de Saúde, em termos de:

- Redução da Mortalidade;
- Diminuição dos custos sociais e financeiros;
- Oferta de assistência adequada aos portadores das doenças.

Podemos considerar que muitas atividades foram desempenhadas por esta divisão no decorrer do ano, mas algumas metas pactuadas não foram alcançadas, pois necessitam de um esforço multiprofissional dos setores de nível central e das unidades básicas de saúde.

Consideramos também a necessidade de uma maior estruturação do setor no tocante a recursos humanos e materiais e que, com o quantitativo de programas existentes, necessitamos de uma maior implementação do setor, portanto, sugere-se a transformação da Divisão de Programas Especiais em Departamento, com suas divisões, a fim de proporcionar maior autonomia para direcionar as ações.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações da Divisão de Programas Especiais – Programa de hipertensão e diabetes – HIPERDIA

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública

Meta do PMS: Detecção de 35% dos casos de hipertensão arterial e 11% das por *Diabetes Mellitus* na população acima de 30 anos visando reduzir os índices de internação por estes agravos

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS DA PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Capacitar os profissionais de rede municipal nas áreas estratégicas	Capacitar 100 profissionais	40%			
Prestar assistência e acompanhamento aos usuários do programa Hiperdia, garantindo os medicamentos e insumos pactuados	3.132 usuários	100%	1.065.515,35	1.065.515,35	
Descentralizar os sistemas de informação do Hiperdia para as unidades básicas de saúde da Zona Urbana	22 Unidades básicas de saúde	95%			
Promover a educação permanente e formação de multiplicadores em grupos de Hiperdia; através de capacitações	05 capacitações	100%			
Garantir acesso dos usuários acompanhados ao tratamento especializado segundo suas necessidades	3.132 usuários cadastrados e acompanhados	100%			
Equipar as unidades com geladeiras para acondicionamento de insulinas	02 unidades	50%	15.709,32	15.709,32	
Análise do resultado: De acordo com o Ministério da Saúde (27/12/2010) houve incremento na taxa de internação de pacientes diabéticos (4,72%) em 2008 para 5,36% em 2009 e uma redução para 1,58% em 2010 Foram capacitados médicos e enfermeiros em: prevenção e tratamento da doença renal crônica e doença cardiovascular na hipertensão e diabetes; feridas; antropometria e pé diabético; foram garantidas as medicações para Hipertensão (Captopril, Enalapril Atenolol, Anlodidipino, Ácido Acetil Salicílico 100mg, Digoxina, Furosemida, Hidroclorotiazida, Isossosrbida, Metildopa, Propranolol) e para Diabetes (Glibenclamida, Metformina, Insulina NPH e Regular) e também garantidos Insumos (glicosímetro, tira reagente, seringa de 1ml c/agulha e lancetas). Apesar da descentralização do sistema, a sua alimentação ainda se encontra de forma incipiente, tendo em vista o conflito de banco de dados nas unidades de saúde por existir apenas um equipamento de informática para todos o sistemas de informação instalados, o que dificulta a digitação dos cadastros e acompanhamento dos pacientes hipertensos e diabético.					

Divisão de Serviço Social

O presente relatório apresenta atividades desenvolvidas pela equipe da Divisão de Serviço Social da SEMUSA no período de janeiro a dezembro de 2010, sendo algumas ações realizadas em parceria com outras divisões e departamentos (DVEA, DEMAC, DAC, NIEMSUS).

A Divisão de Serviço Social encontra-se subordinada ao Departamento de Atenção Básica/DAB, constituindo-se como um canal de ligação entre a população e a SEMUSA, tendo como finalidade estabelecer uma comunicação democrática, identificando necessidades e Obstáculos existentes, buscando soluções para as queixas e indagações apresentadas, bem como atender os casos encaminhados via mandado judicial, Ministério Público e Conselhos Tutelares, de modo a atender os usuários do SUS com qualidade, fortalecendo a cidadania e favorecendo a prática da gestão participativa.

No entanto, percebe-se que em 2010 houve um aumento desgovernado da nossa demanda, em virtude do município de Porto Velho estar em processo migratório, em decorrência da oferta de empregos no setor de construção das Usinas do Madeira, o que ocasionou impacto significativo no atendimento à saúde, fazendo com que houvesse mudanças no modelo assistencial. Outro fator que aumentou nossa demanda é que houve a expansão das Equipes Saúde da Família, as quais sempre estão encaminhando casos que requerem nossa intervenção, seja de vulnerabilidade social das famílias atendidas, ou de violência doméstica e sexual (crianças, adolescentes, idosos).

Ações executadas

- ✓ Encaminhamentos do Ministério Público, Conselhos Tutelares e órgãos afins atendidos e respondidos através de ofícios (Via GAB/SEMUSA): 182 casos acompanhados;
- ✓ Orientações aos usuários e familiares acerca dos seus direitos, bem como, assistência, quando necessário, quer seja com fraldas e/ou medicamentos de uso contínuo (406 orientações e dispensação de fraldas);

- ✓ Realização de visita domiciliar, para verificarmos “in loco” a situação socioeconômica de cada usuário que necessita de nossa intervenção (423 visitas realizadas);
- ✓ Realização de entrevistas sociais, para que seja feito o estudo social dos casos que apresentam situação social considerada de risco e/ou em situação de vulnerabilidade social (129 entrevistas);
- ✓ Relatório social, com parecer técnico para liberação dos remédios solicitados pelo Ministério Público e Conselhos Tutelares: 78 casos atendidos e acompanhados de Mandado Judicial e Conselhos Tutelares;
- ✓ Encaminhamentos institucionais, dependendo da intervenção necessária para cada usuário, dentre essas:
 - ✓ a) Casa de Apoio Frei Damião: Através da Solicitação de vagas na casa, para pacientes oriundos da área rural, que necessitam permanecer em Porto Velho para continuidade de tratamento de saúde: 15 casos encaminhados, através de solicitações das ESF da zona rural.
 - ✓ Agendamento de consultas e/ou exames para pacientes oriundos do interior (zona rural, área ribeirinhas e demais distritos), e zona urbana, junto a Policlínica Oswaldo Cruz, Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, Postos de Saúde e Hospital Santa Marcelina, de modo a dar continuidade ao tratamento dos pacientes do SUS;
 - ✓ Participação das reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), conforme solicitação do colegiado;
 - ✓ Participação das reuniões do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), conforme solicitação do colegiado;
 - ✓ Acompanhamento dos pacientes que fazem uso de oxigênio domiciliar: 32 pacientes acompanhados;
 - ✓ Capacitação de todos os agentes comunitários de saúde do município, na área da Violência contra Crianças e Adolescentes, em parceria com a DANTs/DVEA;
 - ✓ Prestação de assistência e orientação aos funcionários dependentes químicos de álcool e drogas: 08 funcionários acompanhados, sendo que 01 funcionário teve alta do tratamento e já retornou ao trabalho.

- ✓ Elaboração do Projeto da Implantação da Ouvidoria do SUS no município de Porto Velho (atendimento a todas as demandas de reclamações, com seus respectivos encaminhamentos): aguardando parecer favorável do Secretário Municipal para implantação;
- ✓ Participação desse setor em todas as atividades realizadas pela SEMUSA (Conferências, planejamentos estratégicos, capacitações, etc), contribuindo com o planejamento e a execução das atividades pertinentes a essa instituição;
- ✓ Participação na rede de Enfrentamento e Combate as Violências Domésticas contra Crianças e Adolescentes;
- ✓ Realização do Concurso Natal para todos, sendo eleita as Unidades que arrecadam mais brinquedos e a mais ornamentada (vide fotos em anexo);
- ✓ Parceria dessa secretaria com o Gabinete da 1ª Dama do município, no Projeto “NATAL PARA TODOS”, através da arrecadação de brinquedos, sendo a SEMUSA a que mais arrecadou brinquedos, num total de 1.200 brinquedos, os quais foram direcionados para as crianças da zona rural e áreas ribeirinhas (vide fotos em anexo);
- ✓ Participação desse setor no Seminário Nacional dos Coordenadores Estaduais e Municipais da Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência / Brasília-DF, para implantação da referida política no município de Porto Velho, uma vez que já atendemos essa demanda através de acompanhamentos continuos em parceria com a Equipe Saúde da Família (liberação de laudos para cadeira de rodas, órteses e próteses, dispensação de medicamentos e insumos, viabilização de documentos para passes livres), bem como todas as orientações à família do deficiente quanto aos seus direitos. (vide relação dos pacientes acompanhados em anexo).

Dificuldades encontradas para a realização das atividades do setor, no período de janeiro a dezembro de 2010.

Diante da situação de migração desgovernada ocorrida nesses últimos anos, em detrimento aos altos investimentos e da construção das Usinas, houve o aumento dos problemas de saúde e, paralelo a isso, o aumento da demanda espontânea que

nos procura diariamente, exigindo do setor mais suporte técnico para atuar nas diversas situações e realidades do nosso usuário, no sentido de assegurar um atendimento de qualidade e resolutivo.

Contudo, devemos assegurar que contamos com profissionais comprometidos e capacitados, no entanto, insuficientes para atender a demanda que ora se apresenta, uma vez que atendemos os casos encaminhados pelas Equipes Saúde da Família, pelas UBS, Policlínicas, Ministério Público, Conselhos Tutelares, e ainda damos suporte ao Gabinete no sentido de viabilizar os Mandados Judiciais desfavoráveis a SEMUSA.

Diante do exposto, sugerimos a contratação de mais técnicos de nível superior, tais como: Assistente Social e Psicólogo, de modo que possamos garantir melhoria no atendimento e na qualidade dos serviços prestados aos nossos usuários. Outra dificuldade que pontuamos, é quanto à necessidade de um veículo para o setor, de modo que possamos garantir o acesso para o paciente que não tem como locomover-se (pacientes que fazem uso de oxigênio em domicílio, cadeirantes, tetraplégicos, paraplégicos, idosos e crianças, pacientes oncológicos, pacientes que realizam hemodiálise, etc), sendo que, na maioria das vezes, nossa intervenção é emergencial e não temos como planejar com o setor de transporte o veículo com antecedência, truncando assim o nosso atendimento. (Vide Tabela de acompanhamento de cadeirantes, pacientes de oxigenioterapia, em anexo).

Quanto aos avanços do setor, podemos pontuar:

- Contratação de 01 Assistente Social;
- Aquisição de 01 computador;
- Pintura da sala, o que de certa forma melhorou a nossa ambiência;
- O envolvimento e comprometimento por parte do Secretário William Pimentel nas nossas ações e serviços foi de suma importância, uma vez que o mesmo pôde compreender os nossos problemas e desafios impostos pela nossa demanda, de modo que juntos pudemos atender e até minimizar as necessidades e os problemas da nossa população assistida.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações da Divisão de Serviço Social - 2010

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS			RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS DA PAS	
		Prevista	Realizada	Previstos	Executados
Visitas domiciliares para verificar a situação sócio-econômica dos usuários (criança e adolescente, adultos e idosos), encaminhados pelas UBS, MP, Conselho do Idoso e Conselhos Tutelares	Atender 100% dos casos encaminhados	100%			OBS: Todas as solicitações encaminhadas pelo PSF, MP, Conselhos Tutelares foram atendidas, em um total de 423 visitas.
Acompanhamento dos casos encaminhados pelo Ministério Público e Conselhos Tutelares, acerca da medicação de alto custo, fraldas, exames de alta complexidade	(100% da demanda do MP)	93 (100% dos casos encaminhados foram atendidos)		63000	OBS: Atendimento de todos os casos que são de responsabilidade do município ou Mandado Judicial . A Divisão de Serviço Social não possui recurso financeiro próprio para essa demanda.
Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde acerca da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes nas UBS e Pronto-Atendimentos.	100%	25% (1)			DSS, DAB, DEMAC e DANTs/DVE
Realização do acompanhamento e atendimento psicossocial às vítimas de violência física e sexual, encaminhados pelas UBS e PA	100% (9)	100%			DSS, DSC, DAB, CAPS II e CAPS A.D
Realização do acompanhamento psicossocial, com elaboração de relatórios, dos servidores com queixa de uso de álcool e drogas	100% (8 casos)	100%			DSS, DAB, CAPS A.D
Realização dos agendamentos de consultas para especialidades e outras	100% da demanda	80% (1247)			DSS, DEMAC e POC
Realização do agendamento de exames especializados	100% da demanda	89% (405)			DSS, DAB, DEMAC e POC
Acompanhamento dos pacientes em internação domiciliar sob uso de oxigenioterapia	100% (32 pacientes)	100%			DSS, DSC, DAB e PSJPII
Participação de audiências públicas acerca da reavaliação das medidas protetivas de acolhimento a criança e ao adolescente	100% (4)	100%			DSS, SEMAS e Tribunal de Justiça

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Mobilização dos profissionais de cada órgão e bairros para realização da Semana do Idoso	6	100%			DSS, DAB, DEMAC, DPE
Sensibilização dos profissionais para a Implantação da Política Nacional da Pessoa com Deficiência	100%				DSS, DAB, DEMAC, DPE
Realização da oficina de Sensibilização para os servidores recém contratados, acerca da Política Nacional do Idoso	100%	100%			DSS, DAB e DSC
Elaboração e Implantação da Ouvidoria do SUS na SEMUSA	Atender 100% dos casos	75% (85 casos de demanda espontânea)			DSS, GAB e Assessoria Técnica
Análise dos resultados:					

Fonte: DPE/SEMUSA/PVH

Divisão de Saúde Bucal

Durante o ano de 2010 a divisão de saúde bucal tem recebido apoio prioritário da atual gestão municipal, que não mediu esforços para dar condições de trabalho aos profissionais que atuam nessa área, dentro de um planejamento estratégico que visa atingir metas propostas no atual plano municipal de saúde. Dessa forma, proporcionou um maior acesso da população aos serviços odontológicos, não só a nível curativo ambulatorial, mas também no nível de prevenção de doenças que atingem a boca e os elementos dentários, em especial, a cárie dentária e a doença periodontal, investindo em uma política de prevenção de doenças e promoção em saúde que se constituiu no grande diferencial do modelo de vigilância em saúde que norteia as ações da atenção básica e da política de saúde bucal nos níveis nacional e municipal.

Destacamos aqui algumas ações desenvolvidas por esta divisão nos níveis de atenção básica e média complexidade:

Garantia da continuidade dos serviços prestados à comunidade na área de saúde bucal: Através da manutenção e renovação da assistência técnica preventiva e corretiva aos equipamentos odontológicos e aquisição de equipamentos e insumos necessários à área de saúde bucal;

Ampliação do número de consultórios odontológicos na rede de saúde instalada do município: Foram instalados novos consultórios odontológicos nas Unidades Ernandes Índio, José Adelino; Santo Antônio; Jaci Paraná; Mariana, Rio das Garças; Cujubim Grande; Aliança e São Carlos.

Aquisição de instrumentais e equipamentos utilizados nas Unidades de saúde da Família e Centros de especialidades Odontológicas (CEOs) através da formalização de processo de compra de instrumentais, via sistema de registro de preços, para suprir as necessidades das unidades e CEOs onde o serviço já estava instalado e equipar os novos consultórios odontológicos instalados.

Aquisição de forma contínua e ampliada de materiais de consumo odontológico: foi realizado um planejamento de aquisição de materiais de consumo odontológicos de forma que a rede municipal de saúde bucal não sofresse interrupção no funcionamento por falta dos mesmos, sendo suficiente para suprir as necessidades dessa divisão, por um período de seis meses a 2 anos, respeitando-se a data de validade de alguns insumos.

É importante ressaltar aqui que a maior parte de equipamentos, instrumentais e materiais de consumo que seriam utilizados durante o ano de 2010 foram destruídos em virtude do sinistro ocorrido no almoxarifado central desta SEMUSA, conforme Boletim de Ocorrência nº 10E1003001411 e matérias jornalísticas, relatório fotográfico e ofício 291/GAB/SEMUSA. Em momento algum o atendimento odontológico nas unidades de saúde foi interrompido, graças a um plano de ação emergencial para aquisição desses materiais, equipamentos e instrumentais postas em prática pela Divisão de Saúde Bucal e Gabinete do Secretário Municipal de Saúde.

Investimento na aquisição de materiais de prevenção (escovas dentais, cremes dentais, fio dental, embalagens para acondicionar escova, creme e fio dental formando o Kit odontológico do projeto Sorria Porto Velho) e formalização de processo para compra de escovódromos, confecção de folders e banners educativos como parte do planejamento da gestão para que as ações de orientação de higiene bucal e escovação supervisionada nos níveis individuais e coletivos sejam implementadas e ampliadas, conforme previsto como meta no Plano Municipal de Saúde, reduzindo assim alto índice de cárie e perda do elemento dental.

Contratação de novos profissionais e atualização das necessidades de recursos humanos no quadro municipal, na área de saúde bucal: A expansão da rede de atendimento do Município ocorre em ritmo acelerado, conforme o crescimento da nossa cidade e, com a saúde bucal não acontece de forma diferente. É crescente o número de profissionais que atuam cuidando do “sorriso” da nossa população. Contamos hoje com 100 Cirurgiões-Dentistas atuando efetivamente nas unidades de saúde, porém necessitamos ampliar o nosso quadro de profissionais para que possamos acompanhar o crescimento dos serviços de saúde em Porto Velho, seja na atenção básica ou nos CEOs. A Divisão de Saúde Bucal tem realizado constante atualização dessa necessidade e informado ao departamento de atenção básica e ao gabinete do secretário, que não tem medido esforços para atender as nossas necessidades, embora nem sempre na medida desejada por esta divisão e pelo próprio gestor maior da SEMUSA.

Credenciamento de novas equipes de saúde bucal para atuar na estratégia saúde da família: atualmente contamos com 47 equipes de saúde bucal cadastradas e atuando na estratégia saúde da família. Foi elaborado e apresentado, pela divisão de saúde bucal, ao Conselho Municipal de Saúde, o projeto de credenciamento de 33 novas equipes de saúde bucal na modalidade I. O projeto já está aprovado pelo conselho municipal de saúde e pactuado pela Comissão Intergestores Bipartite CIB/RO através da portaria nº 100/GAB/CIB/RO de 18 de agosto de 2010, o que irá proporcionar a ampliação do número de equipes de saúde bucal, integrantes das equipes de saúde da família.

Monitoramento e avaliação das metas previstas no plano municipal de saúde de primeira consulta odontológica e escovação dental supervisionada. A avaliação mensal dos mapas de produtividade vindos das unidades de saúde tem sido rotina importante no sentido de procurar corrigir possíveis falhas de informações de produção, monitoramento de dados no sentido de se verificar o cumprimento de metas dos CEOs (previstas nas portarias de funcionamento desses centros) e das unidades de saúde (previstas e pactuadas no plano municipal de saúde). Outra rotina dessa divisão é a troca de informações e análises dos dados juntamente com o departamento de avaliação e controle (DAC) dessa secretaria, no sentido de validar os dados oficialmente informados pelo DAC.

Realização junto com o Departamento da Atenção Básicas/DAB e Departamento de Saúde da comunidade /DSC de reunião técnica com os profissionais que atuam nas Equipes de Saúde da Família nas Zonas Rural e Urbana com o objetivo de ouvir as demandas trazidas por esses profissionais, bem como de ajustar o processo de trabalho das equipes, segundo o modelo de vigilância em saúde e o Plano Municipal de Saúde.

Com uma visão clara do amplo conceito de Saúde (segundo a Organização Mundial de Saúde) esta divisão entende que, para que ações de promoção de saúde e prevenção de doenças sejam realizadas dentro dessa perspectiva, torna-se indispensável a busca de parcerias junto à sociedade, onde essa intersetorialidade constitui-se numa ferramenta indispensável dentro da gestão e do processo de trabalho em saúde. Nesse sentido, várias foram as instituições que atuaram em

parceria com a SEMUSA/DSB (Exército Brasileiro, Secretaria Municipal de Educação/SEMED, Secretaria de Estado de Justiça/SEJUS, Fundação HEMERON, Centro Profissionalizante Simone Araújo, Escola Estadual de Ensino Médio Major Guapindaia, Faculdade de Porto Velho Paróquia São João Bosco, Igreja Missionária do Evangelho Pleno), através do fornecimento de material de consumo odontológico, disponibilizando as instalações dos consultórios odontológicos (todos funcionando e revisados pela assistência técnica odontológica) e instrumentais de uso odontológico das Unidades de Saúde para o atendimento clínico da população, fornecendo material para educação e prevenção em saúde bucal (Kits de saúde bucal, folders, macro modelos para palestras).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações da Divisão de Saúde Bucal

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública

Meta: 1) Aumento de 40% no número de atendimentos da 1ª consulta odontológica programática em menores de 14 anos
2) Ampliação de 40% no número de procedimentos de Escovação Dental Supervisionada

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Garantir as ações preventivas e curativas do Plano Terapêutico (garantido pelas ações abaixo):					
1.1 A aquisição de insumos, aquisição e manutenção dos equipamentos odontológicos	100%	100%	1.477.800,00	794.748,04	
1.2 Ampliar o número de consultórios odontológicos na rede de saúde instalada do município	8	100%			
1.3 Ampliar o número de Cirurgião Dentista e Auxiliar de Serviço Bucal	75 profissionais	2,25%			
1.4 Monitorar e avaliar mensalmente os indicadores através do Mapa de Produção Mensal do odontólogo, com informações repassadas pelo Dptº /Avaliação e Controle	100%	100%			
1.5 Implantar 33 novas equipes de Saúde bucal, buscando atingir os parâmetros ministeriais da relação 1 ESF/ESB	33	100%			
1.6 Fortalecer o protocolo de referência para os Centros de Especialidades Odontológicas, nas áreas de Endodontia, Periodontia, Cirurgia Oral Menor e atender a pacientes portadores de necessidades especiais e diagnóstico de câncer bucal	01	0%			
2.1 Garantir a realização da ação coletiva de escovação dental supervisionada à população menor de 14 anos do território da área de abrangência das Equipes de Saúde Bucal inseridas na Estratégia Saúde da Família;	55.665 escovações supervisionadas	24.566 escovações supervisionadas			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

2.2 Envolver o cirurgião dentista, o auxiliar de consultório dentário e os agentes comunitários de saúde na realização das ações coletivas através de dados epidemiológicos que confirmam a eficácia da prevenção pelo uso do flúor (dentrifício);	100% dos profissionais envolvidos	100% dos profissionais envolvidos			
2.3 Integrar os agentes de saúde escolar no acompanhamento das ações de promoção da saúde bucal;	100%	0%			
Analisar e identificar o índice de cáries através de levantamentos epidemiológicos (CEO/CPOD) e os efeitos da Escovação Dental Supervisionada com dentrificação fluoretado na sua redução.	5.794 exames bucais (ceo/CPOD) com finalidade epidemiológica	5.794 exames bucais			
Análise do Resultado: 1) A meta prevista no PMS em 2010 não foi atingida por falta de recursos humanos necessários a ampliação da oferta das ações de saúde bucal. Toda a necessidade de RH necessária foi levantada e discutida com a equipe econômica da prefeitura. Foram recebidos os instrumentais e materiais de consumo. Em fase de distribuição- ação contínua- para as unidades de saúde de forma a garantir a continuidade e ampliação do atendimento odontológico, através de processos para a aquisição de instrumentais (08.01329-00/2009) e materiais de consumo (08.1182-00/2010) elaborado em 29/06/2010. A manutenção e renovação da assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos e aquisição de equipamentos e insumos necessários à área de saúde bucal - Processo nº 08.0347/2008) e renovado em 2010. Foram instalados novos consultórios odontológicos nas Unidades Ernandes Índio, José Adelino; Santo Antônio; Jaci Paraná; Mariana, Rio das Garças; Cujubim Grande; Aliança e São Carlos; Necessidade detectada de 30 Odontólogos e 45 Auxiliares de Consultório Dentário. Foi feita a solicitação de contratação de recursos humanos em Saúde Bucal (Cirurgião Dentista e Auxiliar de Serviço Bucal) do concurso realizado em 2009, sendo que os profissionais chamados não foram suficientes para suprir as necessidades atuais. Em 2010 foram empossados 03 odontólogos(02 clínicos e 01 endodontista) e nenhum auxiliar de dentista. Houve uma reunião (28/09/10 às 18h30) com os odontólogos do quadro do Município, no CRO/RO para tratar do recebimento de instrumentais e materiais de consumo odontológicos e das metas e estratégias de trabalho para fortalecer as ações previstas no Plano Municipal de Saúde em que compareceram 75 odontólogos dos 106 efetivos. 2) Realização da ação coletiva de escovação dental supervisionada à população menor de 14 anos do território da área de abrangência das Equipes de Saúde Bucal inseridas na Estratégia Saúde da Família. Foram recebidas escovas dentais, creme dentais e fios dentais e distribuídos para os profissionais nas unidades de saúde e elaborada a estratégia de intensificação das ações de escovação supervisionada aproveitando a semana nacional da saúde bucal durante o mês de outubro. Realizada 44,13% da meta de escovação dental, porém esta ação foi comprometida pela destruição dos kits de higiene oral no incêndio ocorrido no almoxarifado em fevereiro de 2010. Para contemplar esta ação, foi incluído no processo de compra de insumos (08.1182-00/2010) o pedido de escovas dentais adultas (20.800 unidades) e infantis (40.000 unidades). A ação de integração dos agentes de Saúde da Escola foi prejudicada pela não implantação do projeto do Programa Saúde na Escola					

Fonte: DSB/SEMUSA/PVH

Divisão de Imunização

O Programa Municipal de Imunizações desenvolve suas atividades com o objetivo de controlar, eliminar e/ou erradicar Doenças Imunopreveníveis, utilizando estratégias básicas de vacinação de rotina e de campanhas anuais, comungando com normas preconizadas pelo Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de Imunizações-PNI.

A avaliação do PNI é um processo contínuo e deve ser executado por todos os níveis do programa, desde o local em que a vacina é administrada até onde são analisados os registros. É uma tarefa desenvolvida de forma coletiva, em equipe. O objetivo é que, além do pessoal envolvido na execução da vacinação, sejam integrados ao processo de avaliação, representantes do órgão municipal de saúde, do nível regional e/ou estadual e da própria população.

De acordo com o MS (2001), para alcançar e manter altas coberturas, um programa de vacinação tem que passar por processos freqüentes de avaliação, em que determinados indicadores devem ser medidos, utilizando-se instrumentos e informações disponíveis nos próprios serviços e outros existentes na comunidade.

Portanto, ao ser realizada a avaliação anual das atividades desta divisão veremos que para alcançarmos os objetivos determinados pelo Ministério da Saúde, ainda temos muito trabalho pela frente, realizando alguns ajustes, tanto na sua estrutura física quanto nos recursos humanos existentes.

Estrutura física

A Divisão de Imunizações conta com a instalação de uma rede de frio, que hoje necessita de adequação física para atender a demanda da mesma e 45 salas de vacinas atendendo a zona urbana (29), sendo 26 municipais, e dessas, 02 salas são virtuais que atendem por agendamento, 02 estaduais e 01 privada. Na zona rural são 16 salas, sendo uma sala federal que atende a população indígena por agendamento, sendo esta virtual e 15 municipais, sendo uma com atendimento de segunda a sexta-feira, no Distrito de Jacy Paraná e as demais em finais de semana, seguindo o calendário das equipes do Programa de Saúde da Família e algumas dessas são também consideradas virtuais. A sala de vacinas privadas não recebem imunobiológicos do SUS, no entanto repassa os dados para efeito de cobertura vacinal.

Demonstrativo de Salas de Vacinas por Área e Gestão.

Nº	Área	Sala de Vacinas por Gestão				
		Privada	Federal	Estadual	Municipal	Total
1	RURAL	-	1	-	15	16
2	URBANA	1	-	2	26	29
Total		1	1	2	41	45

Fonte: DI/DAB/SEMUSA

Recursos humanos

Com relação aos recursos humanos, necessitamos de 78 vacinadores e só dispomos de 51 em salas de vacinas na zona urbana, mostrando um déficit de 27 vacinadores.

Na zona rural a vacinação é realizada em finais de semana, de acordo com o calendário de viagens do PSF, sendo os vacinadores, os mesmos que atendem na zona urbana. Necessário se faz a lotação de 01 vacinador por Distrito, mostrando a necessidade de mais 14 vacinadores, totalizando um déficit de 41 vacinadores, como mostram os quadros abaixo.

Hoje, as salas de vacinas trabalham com este déficit, levando a uma demora no atendimento, causando grandes transtornos à Divisão, às unidades em geral e principalmente à população, que é a mais atingida. Conseqüentemente os responsáveis deixam de vacinar seus filhos, por não disporem de tempo para esperar em longas filas, ressaltando ainda que na maioria das salas, trabalha apenas um vacinador pela manhã e outro à tarde. O ideal para atender a necessidade de uma sala de vacina seria de 02 funcionários por turno, tendo em vista que o funcionamento é ininterrupto e ações executadas por estes profissionais são inúmeras (atendimento ao cliente, preenchimento do cartão arquivo e da criança, aprazamento, preenchimento do boletim diário, fechamento do mapa mensal, administração do imunobiológico, orientações antes e após a vacinação, verificação de temperaturas até mesmo nos fins de semanas e feriados, limpeza das geladeiras e controle de estoque diário).

Além disso, vale ressaltar que o crescimento populacional no nosso Município acarretou um aumento na procura por vacinação, levando os vacinadores a trabalharem em dobro, o que gerou desgaste e insatisfação dos mesmos.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Com base nas atividades descritas acima vem se tornando cada vez mais difícil achar profissionais dispostos a assumir tantas responsabilidades em sala de vacinação. Mesmo com tantos funcionários capacitados por este Município, o déficit permanece nas unidades. A necessidade de manter a sala de vacinação com um quadro de recursos humanos suficiente é fator fundamental para o alcance da melhoria no que diz respeito à qualidade e quantidade dos serviços inerentes a Divisão de Imunizações.

Distribuição de Recursos Humanos em salas de vacinas, por Unidade de Saúde da Zona Urbana de Porto Velho

Nº	Unidades Básicas de Saúde/Policlínicas	Nº. de vacinadores		
		Necessário	Existente	Déficit
01	Unidade de Saúde da F Ana Adelaide	4	0	4
02	Unidade de Saúde da F Hamilton Raulino Gondin	4	3	1
03	Unidade de Saúde da F Manoel Amorim de Matos	4	4	0
04	Unidade de Saúde da F José Adelino	4	1	3
05	Policlínica Rafael Vaz e Silva	3	3	0
06	Centro de Saúde Alfredo Silva	3	0	3
07	Unidade de Saúde da F Agenor de Carvalho	3	2	1
08	Centro de Saúde Mauricio Bustani	3	3	0
09	Unidade de Saúde da F Pedacinho de Chão	3	2	1
10	Unidade de Saúde da F Ronaldo Aragão	3	1	2
11	Unidade de Saúde da F São Sebastião	3	2	1
12	Unidade de Saúde da F Ernandes Índio	3	2	1
13	Unidade de Saúde da F Aponiã	3	2	1
14	Unidade de Saúde da F Socialista	3	2	1
15	Unidade de Saúde da F Mariana	3	2	1
16	Centro de Saúde Osvaldo Piana	3	3	0
17	Centro de Saúde Areal da Floresta	3	2	1
18	Unidade de Saúde da F Nova Floresta	3	2	1
19	Unidade de Saúde da F Renato Medeiros	3	3	0
20	Unidade de Saúde da F Caladinho	3	2	1
21	Unidade de Saúde da F Vila Princesa	1	1	0
22	Unidade de Saúde da F Santo Antonio	2	1	1
23	Hospital e Maternidade mãe Esperança	5	5	0
24	Divisão de Imunizações - Extra Muro	6	4	2
Total		78	51	27

Fonte: DI/DAB/SEMUSA

Distribuição de Recursos Humanos em salas de vacinas, por Unidade de Saúde da Zona Rural de Porto Velho

Nº	Unidades Básicas de Saúde	Nº. de vacinadores		
		Necessário	Existente	Déficit
1	Unidade de Saúde da F Benjamim Silva - Calama	1	0	1
2	Unidade de Saúde da F São Carlos	1	0	1
3	Unidade de Saúde da F Maria N da Silva - Nazaré	1	0	1
4	Unidade de Saúde da F Jacy Paraná	2	1	1
5	Unidade de Saúde da F Mutum Paraná	1	0	1
6	Unidade de Saúde da F Abunã	1	0	1
7	Unidade de Saúde da F União Bandeirante	1	0	1
8	Unidade de Saúde da F Fortaleza do Abunã	1	0	1
9	Unidade de Saúde da F Vista Alegre do Abunã	1	0	1
10	Unidade de Saúde da F Nova Califórnia	1	0	1
11	Unidade de Saúde da F Extrema	1	0	1
12	Unidade de Saúde da F Morrinhos	1	0	1
13	Unidade de Saúde da F Cujubim Grande	1	0	1
14	Unidade de Saúde da F Aliança	1	0	1
15	Unidade de Saúde da F Rio das Garças	1	0	1
Total		16	1	15

Fonte: DI/DAB/SEMUSA

Atividades desenvolvidas

O início do ano de 2010 foi marcado pela realização de uma atualização em sala de vacina, em que foram convocadas todas as pessoas envolvidas com as atividades de imunizações e pelo início da Estratégia de Vacinação contra o Vírus da Influenza A, H1N1. Foram vacinadas, à custas de muita luta, até o mês de junho de 2010, 185.731 pessoas pertencentes aos grupos prioritários, determinados pelo Ministério da Saúde. Dando continuidade a estratégia, foi estendida para outras faixas etárias em que mais 30.772 pessoas foram vacinadas, totalizando 216.503 pessoas protegidas contra o vírus H1N1. Concomitante a esta estratégia aconteceu, no mês de maio, a implantação da Vacina Pneumocócica 10 Valente, que, até maio de 2011 estará sendo administrada em crianças menores de 02 anos e a partir de junho de 2011 será destinada, apenas à crianças menores de 01 ano. Seguimos com a

realização da Campanha de Vacinação Contra a Gripe, para pessoas com 60 anos e mais, em que foram vacinados 19.200 idosos, atingindo 87,52% da população prevista. Mesmo ultrapassando a meta de 70%, preconizada pelo Ministério da Saúde, o número de vacinados de 2010, comparado com o do ano de 2009 foi menor, uma vez que, devido à estratégia da H1N1 houve uma diminuição de 20% na distribuição desses imunobiológicos, o que causou muitos transtornos para a comunidade, bem como para a SEMUSA.

No mês de junho foi realizada a I Etapa da Campanha Nacional Contra a Poliomielite na zona urbana e iniciada a campanha na zona rural. Como saldo foram vacinadas 36.120 crianças menores de 05 anos, com uma cobertura vacinal de 96,14% da meta.

No mês de agosto foi realizada a II Etapa da Campanha Nacional Contra a Poliomielite na zona urbana e iniciada a campanha na zona rural. Como saldo foram vacinadas 36.435 crianças menores de 05 anos, com uma cobertura vacinal de 96,98% da meta.

A meta preconizada pelo Ministério da Saúde era vacinar no mínimo 95% das crianças dessa faixa etária e o resultado, nas duas Etapas, demonstrou que, devido ao envolvimento do Gestor, parceria com outros setores da sociedade e a ampla divulgação, a meta foi ultrapassada.

Em meados do mês de setembro, foi realizada uma reunião técnica para a implantação da vacina meningocócica tipo C (conjugada) e posterior introdução no calendário básico de vacinação infantil. Essa reunião contou com a participação de todos os diretores das UBS e seus respectivos vacinadores, perfazendo um total de 100 participantes.

Concomitante com as atividades já descritas, esta Divisão mantém algumas atividades de rotina, dentre as quais destacaremos a seguir:

- ✓ Controle semanal de imunobiológicos;
- ✓ Distribuição semanal de Imunobiológicos para as salas de vacinas urbanas, incluindo as localidades cobertas pelo PSF rural, Maternidade Municipal, Hospital de Base, e CEMETRON;
- ✓ Coordenação da vacinação de rotina nas Unidades Básicas de Saúde – UBS;
- ✓ Supervisão em sala de Vacinas;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- ✓ Investigação e acompanhamento de 21(vinte e um) casos de Eventos Adversos Pós Vacinais com confirmação de todos os casos;
- ✓ Coordenação e execução de atividades extra muro, levando vacinas além das salas de vacinas (presídios, empresas, repartições públicas e privadas, escolas, canteiros de obras, dentre outros);
- ✓ Verificação de temperatura das geladeiras da Rede de Frio Municipal incluindo finais de semanas e feriados;
- ✓ Reuniões técnicas com vacinadores, diretores e enfermeiros;
- ✓ Consolidado os boletins de doses aplicadas recebidas de todas as Unidades da zona urbana, rural, Hospital de Base, CEMETRON e Maternidade Municipal;
- ✓ Envio mensal do consolidado dos Boletins mensais para alimentação do Sistema Estadual e Nacional de Informação do Programa Nacional de Imunizações;
- ✓ Participação em eventos inerentes a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho;
- ✓ Participação a eventos inerentes ao Programa Nacional de Imunizações;
- ✓ Capacitação de 10 enfermeiros em sala de vacinação, tornando-os multiplicadores;
- ✓ Capacitação de 40 técnicos de enfermagem em sala de vacinação;
- ✓ Implantação da vacina contra pneumonia (Pneumocócica 10 valente) em todas as unidades.
- ✓ Capacitação de todos os vacinadores em relação à implantação da vacina Pneumocócica 10 valente;
- ✓ Implantação da vacina contra a meningite (Meningocócica conjugada tipo C) em todas as unidades.
- ✓ Capacitação de todos os vacinadores em relação à implantação da vacina Meningocócica conjugada tipo C.

Com o desenvolvimento das atividades de rotina, podemos observar o resultado demonstrado nos quadros abaixo.

Cobertura vacinal em menor de um ano em 2010

Meta	Vacinas	Crianças Vacinadas	Cobertura (%)
7.654	BCG	8.500	111,05
	Hepatite B	7.053	92,15
	Poliomielite	7.523	98,29
	Tetravalente	7.517	98,08
	Febre Amarela	6.810	88,97
	Rotavírus	5.785	75,58

Fonte: API/DI/DAB/SEMUSA

Comparativo de Doses aplicadas e Cobertura vacinal em menor de um ano nos anos de 2009 e 2010

Vacinas	Crianças Vacinadas		Cobertura (%)	
	2009	2010	2009	2010
BCG	8.395	8.500	109,24	111,05
Hepatite B	7.379	7.053	96,02	92,15
Poliomielite	8.029	7.523	104,48	98,29
Tetravalente	8.130	7.517	105,79	98,08
Febre Amarela	7.152	6.810	93,06	88,97
Rotavírus	5.883	5.785	76,55	75,58

Fonte: API/DI/DAB/SEMUSA

Nos quadros demonstrados acima, observa-se que no ano de 2009 as coberturas foram atingidas com as vacinas BCG, Poliomielite, e Tetravalente e Hepatite B e as demais vacinas de rotina (Febre Amarela e Diarréia por Rotavírus), não atingiram a cobertura preconizada pelo Ministério da Saúde, sendo que em 2010 a vacina da Hepatite B apresentou-se abaixo da cobertura vacinal, pois acredita-se que exista uma sub-notificação, uma vez que a terceira dose é administrada juntamente com a terceira da Poliomielite e Tetravalente. Lembramos ainda que houve uma diminuição no recebimento da vacina Hepatite B proveniente do Ministério da Saúde em nosso município no ano de 2010. A Febre Amarela encontrou-se abaixo da cobertura em 2009 e 2010, provavelmente pelo fato de ser uma vacina com um calendário aos 09 meses, acredita-se que as mães aproveitam para vacinar juntamente com a tríplice viral, que é realizada com um ano de idade.

A Rotavírus, por ser uma vacina indicada para uma faixa etária reduzida (1ª dose entre 45 dias e 03 meses e 07 dias e somente tomarão a 2ª dose, as crianças que foram captadas para a 1ª dose) torna-se difícil o seu cumprimento por parte dos pais

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

na agenda para vacinação. Por esta razão, podemos contemplar o não alcance da cobertura vacinal da rotavírus nos dois anos subsequentes

Para mudança do quadro acredita-se que falta uma melhor divulgação, bem como um melhor acompanhamento dos pais em relação ao calendário vacinal das crianças.

Demonstrativo Comparativo de Coberturas Vacinais em Campanha de Vacinas, nos anos de 2009 e 2010.

Ordem	Campanhas	ANO DE APLICAÇÃO			
		2009		2010	
		Doses aplicadas	%	Doses aplicadas	%
1	Campanha de Vacinação Contra o Vírus da Gripe para Idoso	20.419	93,07	19.200	87,52
2	I Campanha Contra a Poliomielite	36.287	96,17	36.120	96,14
3	II Campanha Contra a Poliomielite	36.287	96,17	36.435	96,98
	Estratégia de Vacinação Contra o Vírus da H1N1	-	-	216.503	-

Fonte: API/DI/DAB/SEMUSA

O resultado acima confirma que, com envolvimento do Gestor, a parceria com outros setores da sociedade e a ampla divulgação, resultam em saldo positivo mostrando que, em todas as Campanhas de Vacinação realizadas no ano de 2010, as metas foram superadas.

Demonstrativo Comparativo de Doses Aplicadas em Rotina, Segundo Ano de Aplicação e Tipo de Vacinas.

Ordem	Vacinas	ANO DE APLICAÇÃO	
		2009	2010
1.	BCG	8.614	8.620
2.	Hepatite B	47.557	48.591
3.	Rotavírus	13.091	12.964
4.	Poliomielite	32.553	31.445
5.	Tetravalente	24.125	22.929
6.	Dupla Adulto	59.392	66.247
7.	Tríplice Viral	16.649	15.185
8.	Tríplice Bacteriana	16.063	14.801
9.	Raiva Humana	7.240	6.519
10.	Febre Amarela	37.380	44.665
11.	Dupla Viral	4.758	2.293
12.	Influenzae (indígena)	639	-
13.	Influenzae (profissionais e outros)	2.150	-
14.	Influenzae (Campanha)	20.419	19.200
15.	Poliomielite (Campanha)	73.616	72.240
16	Estratégia de Vacinação contra o Vírus H1N1	-	216.503
Total		364.246	582.202

Fonte: API/DI/DAB/SEMUSA

No quadro acima, observa-se que no ano de 2010 houve uma diminuição das doses aplicadas das seguintes vacinas: Rotavírus Humano, Poliomielite, Tetravalente, Tríplice Viral e Bacteriana, Vacina anti-rábica Humana e Dupla Viral.

A diminuição da aplicação de doses da vacina do rotavírus humano deve-se à faixa etária reduzida e específica, conforme justificado no quadro anterior. Com relação às vacinas poliomielite e tetravalente, apesar da existência da sub-notificação das doses aplicadas conseguimos mesmo assim alcançar a cobertura vacinal. Quanto à vacina Dupla Viral, houve grande mobilização em prol da erradicação da Rubéola através da mega Campanha Nacional em 2009, onde foram oferecidas vacinas para pessoas na faixa etária de 19 a 49 anos. Em 2010, o quantitativo de doses da Dupla Viral já era menor devido ao fim da campanha, o que vem a justificar uma redução no registro de doses aplicadas da tal vacina. As vacinas de Febre Amarela e Dupla Adulto tiveram um aumento considerável em virtude da população vinda de outros estados em busca de emprego nas Usinas. No que diz respeito às vacinas Tríplice Viral e Tríplice Bacteriana (DTP), observa-se uma leve redução, proveniente do não cumprimento correto do calendário de vacina da criança nos casos da DTP e da Tríplice Viral em crianças. Lembramos também, que a vacina Tríplice Viral em adultos é ainda pouco procurada nas nossas unidades de saúde. Não podemos deixar de ressaltar, que no ano de 2010 transcorreu a Estratégia da vacina gripe A (H1N1), que colaborou em algum percentual para algumas sub-notificações de doses aplicadas.

Devido à falta de matéria prima para a fabricação e produção da vacina Anti-Rábica humana ocorrida no segundo semestre de 2010 o estado sofreu uma grande baixa na administração das mesmas neste período, que se tornaram restritas para os casos somente de pós-exposição. Em relação à Campanha da influenza sazonal, houve uma diminuição na quantidade de doses enviadas pelo Ministério da Saúde ao Estado de Rondônia e conseqüentemente, o Município de Porto Velho recebeu um número de doses inferior à população de idosos existentes.

No ano de 2010, o Ministério da Saúde introduziu no calendário básico da criança, as vacinas Pneumococo 10 valente, iniciada no mês de abril e Meningocócica Conjugada C em outubro. Ressaltamos, que no segundo semestre de 2010 houve

uma redução no recebimento da vacina Pneumococo 10 valente por parte do Ministério da Saúde, levando a falta da mesma em nossas Unidades de Saúde por um período. Segue abaixo o número de doses aplicadas das duas vacinas acima citadas:

Doses de vacinas aplicadas (Pneumococo e Meningocócica Conjugada C)

Vacinas	Crianças vacinadas/2010
Pneumococo 10 valente	12.265
Meningocócica Conjugada C	5.261

Dificuldades

- ✓ Redução no quadro de vacinadores;
- ✓ Adesão de servidores para atuar em sala de vacina;
- ✓ Manutenção dos equipamentos já existentes;
- ✓ Burocracia na aquisição de novos materiais e equipamentos;
- ✓ Falta de vacinadores nos finais de semana e feriados nas Policlínicas;
- ✓ Falta de recursos para a realização de treinamentos e capacitações;
- ✓ Inexistência de um veículo próprio para atender todas as necessidades da Divisão de Imunizações (abastecimento da rede de frio municipal e distribuição de imunobiológicos em carros refrigerados, supervisão em sala de vacinação e visitas domiciliares para investigação de eventos adversos e etc.);
- ✓ Instalações, espaço físico e rede elétrica inadequada para funcionamento da Divisão de Imunizações em especial o espaço físico da Rede de Frio e almoxarifado;
- ✓ Falta de um gerador de energia para conservação dos imunobiológicos em caso de emergência;
- ✓ Falta de computadores com um sistema on-line interligando todas as salas de vacinas à Divisão e esta à Coordenação Estadual, para registrar os dados em cartões virtuais;
- ✓ Falta de divulgação contínua na mídia sobre a importância da vacinação, mostrando à população a importância do acompanhamento e atualização dos esquemas vacinais em todas as faixas etárias.

Conclusão

É importante ficar bem claro que o objetivo final de um programa de vacinação não é simplesmente obter altas coberturas, mas reduzir a morbidade e a mortalidade das doenças-alvo. Sabe-se, por outro lado, que essa redução só será observada se forem alcançados e mantidos altos níveis e homogeneidade de cobertura vacinal.

A Divisão de Imunizações vem desenvolvendo suas atividades com dificuldade, necessitando de adequação no âmbito da rede física e de recursos humanos. Faz-se necessário um esquema de manutenção de equipamentos inerentes ao Programa de imunizações, implantação de um sistema informatizado em rede para todas as Unidades de Saúde e uma veiculação na mídia levando informação para população quanto à necessidade e importância de manter os esquemas vacinais em dia, bem como a importância de conservar o cartão e/ou caderneta de vacinação, pois é lá onde se encontra a situação vacinal de cada cidadão.

Ressaltamos que se faz necessário, a adequação dos recursos humanos existentes em sala de vacina, subordinados a esta Divisão, oferecendo-lhes melhores condições de trabalho, a fim de alcançarmos um atendimento humanizado com qualidade, segurança e eficiência, para a população que procura as salas de vacinas do nosso Município.

Através destas mudanças, a Divisão Municipal de Imunizações alcançará todas as metas propostas pelo PNI, que é a promoção de proteção contra as doenças imunopreveníveis. Nesse sentido, destaca-se a importância da instância local, onde a vacinação ocorre de fato e que, para atingir coberturas vacinais adequadas, é necessário que trabalhemos com o desejo de vacinarmos “aquela criança”, que mora “naquela casa”, que é indefesa e precisa da “dedicação que gostaríamos que nossos filhos recebessem nos serviços de saúde”.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações realizadas em 2010 pela Divisão de Imunização

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública					
Meta da PMS: Manutenção de cobertura vacinal acima de 95% para as vacinas: Febre Amarela, BCG, Pólio, Tetra-valente, Hepatite, aumento de 5% na Cobertura (95%) Rotavírus aumento de 25% na cobertura (95%)					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS DA PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Manter a infra-estrutura necessária de equipamentos/material da Divisão de Imunizações, Rede de Frio e Salas de Vacina urbana e rural	41 Salas de Vacinas Mantidas	41 Salas de Vacinas Mantidas	232.633,95	232.633,95	
Contratar Recursos Humanos para suprir as necessidades de profissionais em salas de vacinação	27 téc. de enfermagem para atuarem como vacinadores	0%			
Promover ações de educação a saúde, divulgação, treinamentos e campanhas	100%	100%	112.255,00	112.255,00	
Capacitar profissionais enfermeiros em procedimentos técnicos em vacinas, com o objetivo de atuarem como responsáveis técnicos e multiplicadores das equipes de enfermagem na área de imunizações	01 curso	100%			
Capacitar novos profissionais, (técnicos em enfermagem) para atuarem em sala vacinação	02 cursos	100%			
Capacitação e atualização dos profissionais que atuam nas salas de vacinas do município para introdução de novas vacinas (Pneumocócica 10 valente) e (Meningocócica tipo "C")	02 reuniões	100%			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Realizar supervisão sistemática nas salas de vacinas	100 % das salas de vacinas	100%			
Realizar quatro campanhas de vacinação no ano	04	100%	289.787,75	289.787,75	
Estabelecer protocolos de normas e rotinas de funcionamento e procedimentos em sala de vacinação	100%	100%			
Informatizar as salas de vacinas das Unidades de saúde interligando em rede as informações	100% das salas de zona urbana	0%			

análise dos resultados: Durante o ano foram adquiridas sete geladeiras e os equipamentos encontram-se em fase de entrega pelo fornecedor; foram realizados demonstrativos de necessidades contratuais com levantamento de custos, encaminhados à Administração municipal para análise, tendo sido aprovada na última quinzena de dezembro de 2010 a contratação de mais de 400 profissionais de saúde. Dentre estes se aguarda a contratação dos 27 técnicos de enfermagem necessários para este fim. Portanto, o resultado desta ação se concretizará no início de 2011. A Divisão de Imunização tem como objetivo manter todos os seus colaboradores atualizados e treinados para atender seus clientes durante a rotina e campanhas. Foi realizada uma capacitação em sala de vacina para 16 enfermeiros multiplicadores, para que os mesmos possam realizar supervisão em sala de vacina e cursos de capacitação para técnicos de enfermagem. Houvetambém capacitação em sala de vacina para 40 técnicos de enfermagem e foram realizados dois cursos de atualização em sala de vacina, para profissionais técnicos em enfermagem que atuam em sala de vacina, e, também para os profissionais que, em alguma ocasião (campanhas, extramuros, etc) exerceram serviço de vacinação. No ano de 2010, houve a introdução de 02 (duas) novas vacinas no calendário vacinal (Pneumocócica 10 valente) e (Meningocócico tipo “C”) no Município de Porto Velho, com a introdução destas, a Divisão Imunização realizou treinamentos, através de reuniões com os vacinadores responsáveis que atuam em salas de vacinação. As salas de vacinas são supervisionadas semanalmente por profissionais enfermeiros das próprias unidades de saúde e desta Divisão, que já têm capacitação técnica. É previsto pelo Ministério da Saúde a realização anual de três campanhas de vacinas, sendo uma contra a influenza para idosos (realizada em abril) e duas etapas contra a paralisia infantil (realizadas em junho e agosto). No ano de 2010 foi realizada também uma estratégia de vacinação contra o H1N1. Lembramos que todas as metas com relação às coberturas das campanhas acima citadas foram atingidas no ano de 2010. A Divisão de Imunização mantém o protocolo de normas e rotinas em salas de Vacina, com base nos manuais do Ministério da Saúde, oferecendo atendimento de qualidade e respeito ao cliente. O processo de informatização está em curso, tendo o Ministério da Saúde realizado uma capacitação no Sistema de Informação a ser implantado, porém este ainda não está acessível para nosso município. Da mesma forma a SEMUSA encaminha a aquisição dos equipamentos de informática para a implantação das redes nas salas de vacina.

Fonte: API/DI/DAB/SEMUSA

Divisão de Saúde da Comunidade

A Estratégia Saúde da Família permaneceu como prioridade para a organização dos serviços de Atenção Básica, tanto na zona urbana e rural de Porto Velho

Conforme meta estabelecida de 70% de cobertura da Estratégia de Saúde da Família, finalizou se o ano de 2010 com 65.8% de cobertura, considerando já o acréscimo populacional do último censo . Dentro dos dificultadores para o processo de alcance da meta citada elencamos os seguintes pontos:

- ✓ recursos humanos escasso,
- ✓ deficiência na entrega de equipamentos,
- ✓ unidades de saúde sem estrutura física adequada.

Quanto ao item 1.1, transformar 11 unidades tradicionais em Saúde da Família, para atingirmos a meta de 100% restam as Unidades: Ana Adelaide, Osvaldo Piana, Areal e Rafael Vaz e Silva implantarem a ESF. Para atingirmos a cobertura para a zona urbana conforme item 2 já está programada 1 equipe para o Ayrton Sena na USF José Adelino e 2 equipes para o Pedacinho de Chão estamos no aguardo de recursos humanos. Devido a impossibilidade de contratação de pessoal para área rural das USF Jacy-Paraná, União Bandeirantes e Extrema não foram contempladas com equipes.

Está em fase de execução os processos dos equipamentos estão tramitando para equiparmos as 4 unidades restantes, observamos uma morosidade na tramitação e falta de treinamento para a equipe desta área.

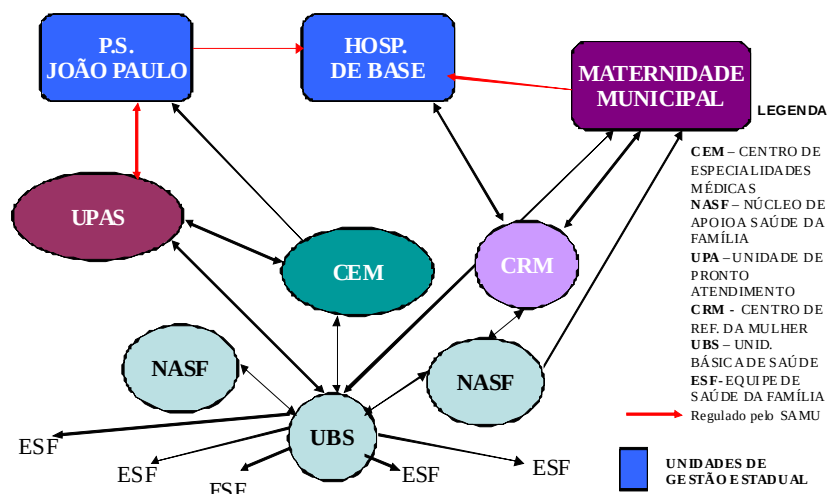
Quanto ao item 1.6 para as unidades já foram autorizadas e o processo de execução está em fase de tramitação. Quanto aos recursos humanos 1.7 foram feitos dois emergenciais para médicos que foram lotados nas USF's de maior necessidade.

Concluimos que a meta estabelecida no PMS para 4 anos de 70% só em 2010 já atingiu-se 65.8%.

A abaixo segue fluxograma da rede municipal de saúde e sua distribuição na zonas urbana e rural.

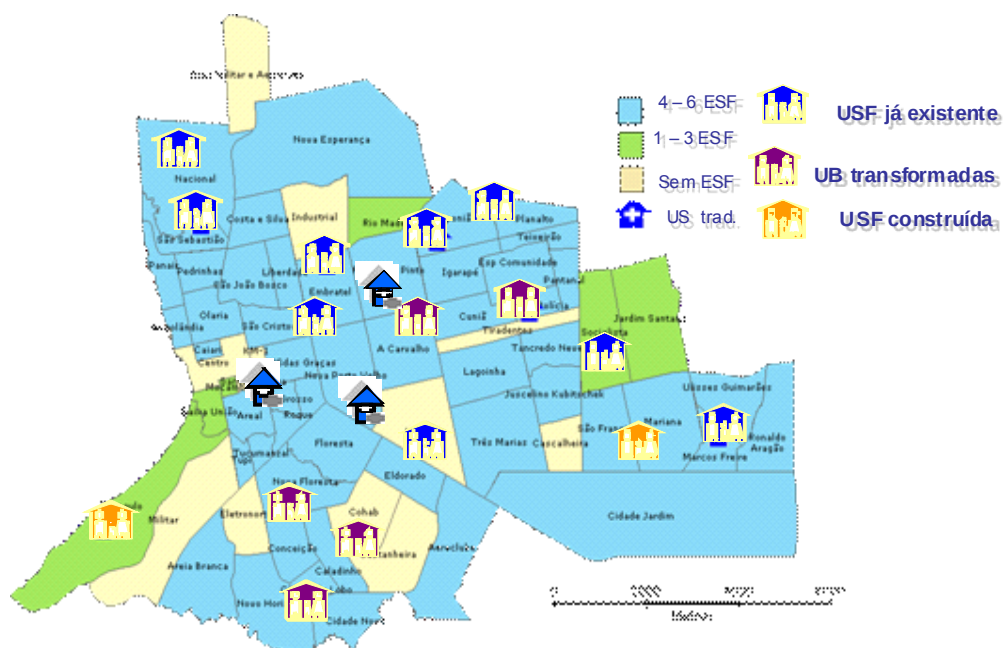
Fluxograma da rede municipal de saúde de Porto Velho-RO.

FLUXOGRAMA DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE

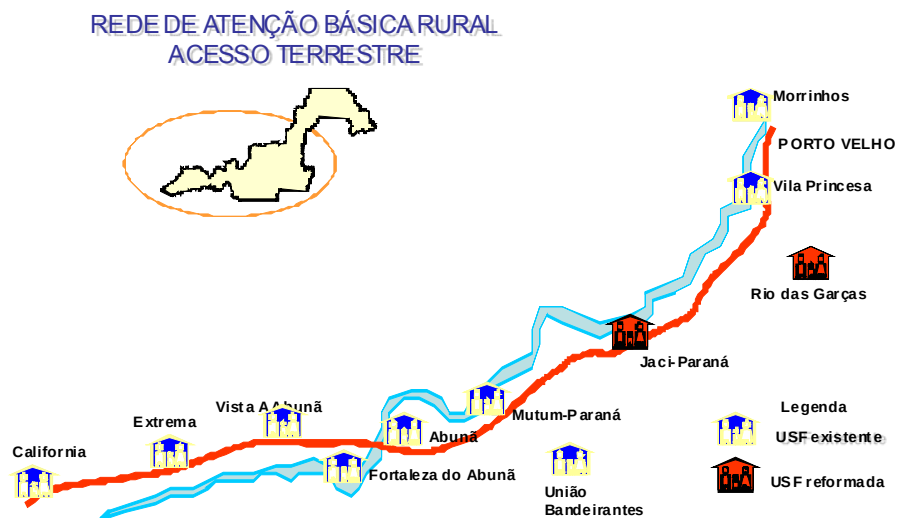


Distribuição da rede de saúde de Atenção Básica do município de Porto Velho-RO.

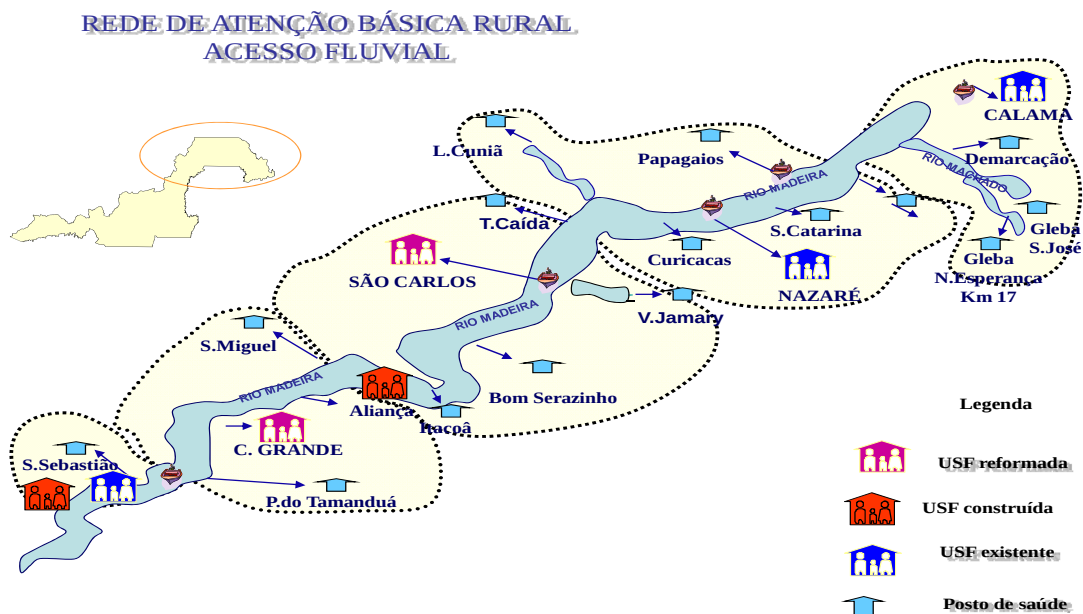
REDE URBANA DE ATENÇÃO BÁSICA



Distribuição da rede de saúde de atenção básica rural com acesso terrestre do município de Porto Velho-RO.



Distribuição da rede de saúde de atenção básica rural com acesso fluvial do município de Porto Velho-RO.

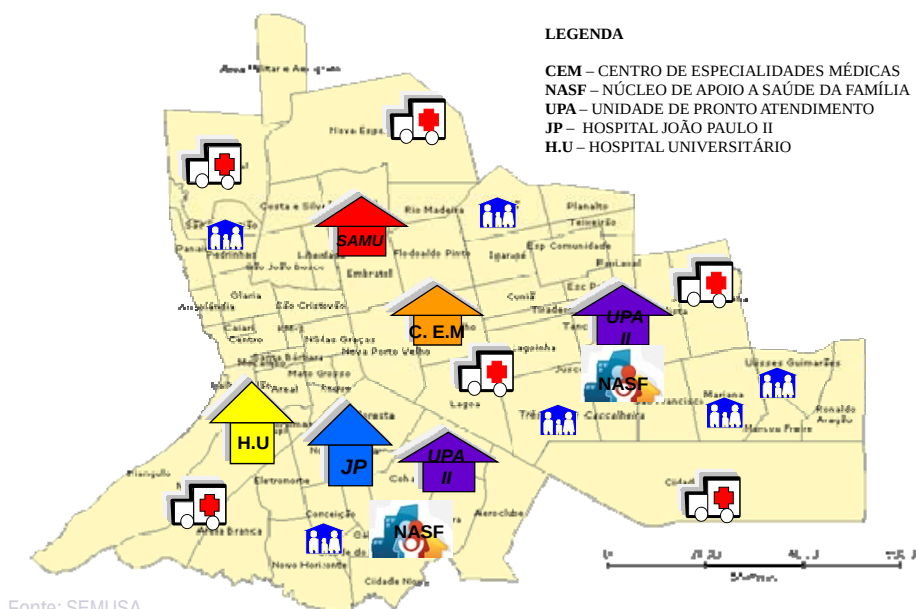


Fonte: SEMUSA

Distribuição da perspectiva das unidades de estrutura de média e alta complexidade e urgência e especealidades –suporte para atenção básica do município de Porto Velho-RO.

Estrutura média e alta complexidade de urgência e emergência e especialidades – suporte para a atenção básica

PERSPECTIVA



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações da Divisão de Saúde da Comunidade

Eixo: Diretriz do PMS: Fortalecimento da Atenção Básica

Objetivo do PMS: PROMOVER A MUDANÇA DO MODELO ASSISTENCIAL ATRAVÉS DA EXPANSÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA

Meta do PMS: Alcance de cobertura de 70% de Saúde da Família no município

AÇÃO DA PAS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS DA PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Ação Anual da PAS: 1.1) Transformar 11 unidades tradicionais em Saúde da Família	11	7 (64%)			
1.2) Implantar 60 equipes de saúde da família na área urbana	60	57 (95%)			
1.3) Implantar 04 equipes de saúde da família na área rural (Jacy Paraná, União Bandeirantes, Aliança e Extrema)	04	1 (25%) (Aliança)			
1.4) Atingir uma cobertura do Programa de Agentes Comunitários de Saúde em 90% dos bairros	90%	71,19%			
1.5) Reformar e equipar todas as unidades de Saúde da Família novas previstas	08	4 (50%) - Obs: Aliança, Jacy Paraná, São Carlos, Cujubim Grande e Rio das Garças.			
1.6) Ampliar a rede com a construção de 04 Unidades de Saúde da Família (Três Marias, Castanheiras, União Bandeirantes e Joana Darc)	04	00			
1.7) Contratar Recursos Humanos, para atender as equipes com maior necessidade de pessoal médico.	15	10 (66.6%)			

Análise do resultado: Conforme meta estabelecida de 70% de cobertura da Estratégia de Saúde da Família, finalizou se o ano de 2010 com 65.8% de cobertura, considerando já o acréscimo populacional do último censo . Dentro dos dificultadores para o processo de alcance da meta citada elencamos os seguintes pontos: Recursos humanos escasso, deficiência na entrega de equipamentos, unidades de saúde sem estrutura física adequada.

Quanto ao item 1.1, transformar 11 unidades tradicionais em Saúde da Família, para atingirmos a meta de 100% restam as Unidades: Ana Adelaide, Osvaldo Piana, Areal e Rafael Vaz e Silva implantarem a ESF. Para atingirmos a cobertura para a zona urbana conforme item 2 já está programada 1 equipe para o Ayrton Sena na USF José Adelino e 2 equipes para o Pedacinho de Chão estamos no aguardo de recursos humanos. Devido a impossibilidade de contratação de pessoal para área rural as USF Jacy-Paraná, União Bandeirantes e Extrema não foram contempladas com equipes. Em fase de execução os processos dos equipamentos estão tramitando para equiparmos as 4 unidades restantes, observamos uma morosidade na tramitação e falta de treinamento para a equipe desta área. Quanto ao item 1.6 as unidades já foram autorizadas e o processo de execução está em fase de tramitação. Quanto aos recursos humanos 1.7 foram feitos dois emergenciais para médicos que foram lotados nas USF's de maior necessidade.

Concluimos que a meta estabelecida no PMS para 4 anos de 70% só em 2010 já estamos com 65.8%.

Fonte: DAB/DSC/SEMUSA/PVH

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações realizadas pelo SIAB em 2010

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS DAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Descentralização e supervisão do SIAB para as USFs urbanas	Descentralizar o Sistema de Informação de Atenção Básica - SIAB, para todas 13 Unidades de Saúde da Família da Zona Urbana	100%			
Descentralização do SIAB Zona Rural	Descentralizar o Sistema de Informação de Atenção Básica - SIAB, para Unidades de Saúde da Família da Zona Rural que tem equipamento de Informática num total de 4 Unidades	100%			
Capacitação SIAB	Capacitar Técnicos em todas as Unidades de Saúde da Família com SIAB implantado para operacionalizar o Sistema.	100%			
Atualização do SIAB	Cadastrar e atualizar no SIAB todas das Famílias acompanhadas pelas Equipes de Saúde da Família totalizando 103 famílias a mais no período Janeiro 2009 a Dezembro 2010	71,43%			
Oficina SIAB	Realizar oficina SIAB em todos os Introdutórios das Equipes de saúde da Família.	100%			
Análise dos resultados : Houve um aumento de 103.500 famílias a mais no período Janeiro 2009 a Dezembro 2010, acompanhando a expansão de implantação da ESF que corresponde a um crescimento de 71,43% da taxa de crescimento da população coberta no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010 e a de Porto Velho foi de 14,6% para os dez anos. A taxa de cobertura de 2009 foi de 55,79% e a taxa de cobertura de 2010 foi de 58,23, sendo que a taxa de crescimento de cobertura entre 2009 e 2010 foi de 2, 45%. A taxa de crescimento da população coberta foi de 16,13%.					

Fonte: DAB/SIAB/SEMUSA/PVH

Divisão de Farmácia Básica

A Divisão de Apoio a Farmácia pertence ao Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde e está responsável pela Assistência Farmacêutica no Município de Porto Velho.

Este setor de Assistência Farmacêutica Municipal, dentre todas as ações principais são a seleção, programação, aquisição, armazenamento e distribuição de todos os itens de Medicamentos da Secretaria de Saúde do Município de Porto Velho.

O serviço de Assistência Farmacêutica Municipal atua na dispensação de Medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Saúde da Família da Zona Urbana e Rural, Policlínicas de urgências e emergências, Maternidade Municipal, Caps II e Caps AD, SAMU, SAE.

A Divisão de apoio a Farmácia está localizada na Av. Pinheiro Machado nº1821, Bairro São Cristóvão, Porto Velho – RO.

A divisão de Farmácia trabalha também com a aquisição e/ou distribuição de Medicamentos de atenção básica para atender diversas patologias, bem como fornecimento dos medicamentos aos pacientes cadastrados em programas de uso contínuo de medicamentos padronizados pelo Ministério da Saúde como os citados a seguir:

- Programa Hipertensão/Diabético
- Programa DST/AIDS
- Planejamento Familiar
- Programa de Saúde Mental

Atende também na dispensação dos medicamentos de média complexidade para as seguintes Unidades:

- Maternidade Municipal
- SAMU
- Policlínicas de urgências e emergências

Assistência Farmacêutica

Fornecimento de Medicamentos para os tratamentos realizados nas Unidades de Saúde do Município de Porto Velho.

A Farmácia Básica Municipal conta hoje com uma lista de 72 itens que são disponibilizados em todas as Unidades de Saúde do Município.

Temos também uma relação de 07 itens de Medicamentos que são dispensados somente na Farmácia Básica da Policlínica Rafael Vaz e Silva.

O Programa de Atenção Psicossocial (Caps II e Caps AD) atendem com 30 itens de medicamentos que são adquiridos através da Divisão de Farmácia e dispensados nestas duas Unidades Citadas. A dispensação das insulinas de uso excepcional é realizada através da Divisão de Farmácia, diretamente ao paciente. As Unidades de urgências e emergências, assim como a Maternidade e o SAMU, possuem uma padronização de itens de Medicamentos para os atendimentos realizados nestas Unidades.

Toda a Medicação adquirida pela Secretaria Municipal de Saúde, está baseada na pactuação da CIB/2010, de acordo com a Portaria 56/CIB/RO, Portaria 2982/GM/MS, de 26 de novembro de 2009, e, de acordo com lista da RENAME 2010.

Estrutura física

O setor de Assistência Farmacêutica Municipal passou por uma reestruturação física, com a mudança para um novo prédio, com o intuito de reorganizarmos a estrutura, bem como também acondicionar os medicamentos da maneira como é preconizado pelos laboratórios fabricantes, para que não tenhamos problemas em alterações físicas dos medicamentos, e não causar danos a população atendida com estes medicamentos.

As Unidades de Urgências e Emergências, Maternidade Municipal, CAPS II e CAPS AD, contam hoje com o profissional farmacêutico atuando na coordenação da dispensação dos medicamentos, o que tem nos ajudado muito na tentativa de preconizar o uso racional dos medicamentos por parte dos pacientes, através de orientações dadas por este profissional, bem como no controle de estoque das medicações, evitando assim perdas e mais custos para o município.

Plano de Gestão 2010

As atividades realizadas pela Divisão de Apoio a Farmácia no que se refere ao atendimento de fornecimento de Medicamentos para as Unidades de Saúde do Município de Porto Velho, realizou as seguintes ações em 2010.

1º Semestre

Estruturação Física da Divisão de Farmácia em novo endereço para melhorar o acondicionamento dos medicamentos e o serviço dos profissionais que atuam neste setor.

Aquisição de medicamentos de portarias do Ministério da Saúde, bem como de pactuações da CIB, para atender as Unidades de Saúde do Município.

Implantação do Sistema de controle de entrada, saída e estoque de todos os medicamentos adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Lotação de profissionais farmacêuticos nas Unidades de atendimento de urgência e emergência, prestando uma assistência farmacêutica e um controle de estoque dos medicamentos das unidades de saúde.

2º Semestre

Aquisição de medicamentos de portarias do Ministério da Saúde, bem como de pactuações da CIB, para atender as Unidades de Saúde do Município.

Preparação de processos licitatórios para aquisição dos medicamentos para o exercício de 2011.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações e metas realizadas em 2010 – Farmácia Básica

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública					
Meta do PMS: Implantar a dispensação de medicamentos da Atenção Básica e de média complexidade sob gerenciamento do profissional farmacêutico em todas as unidades do município					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS DA PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
1.1) Solicitar a contratação progressiva de recursos humanos para atender as farmácias da rede municipal	Contratar 10 profissionais farmacêuticos	40%			
1.2) Padronizar os serviços de dispensação e controle de estoque nas unidades	100%	60%			
1.3) Implantar o sistema de informatização de controle de estoque nas unidades interligado com a central de medicamentos	Implantar em 100% das Unidades de Saúde	0%	61.400,00	61.400,00	
Análise do resultado: foi realizada a contratação de 04 profissionais farmacêuticos que atendem nas Unidades de Atendimento de Urgência e Emergência, e no Caps AD. Foi realizada a dispensação em duas vias somente para 60% dos medicamentos que se refere aos antibióticos. A assistência Farmacêutica supervisionada não foi implantada até o momento em todas as Unidades de Saúde, por falta da contratação do profissional farmacêutico, o que dificulta a promoção do uso racional dos medicamentos, bem como todo o controle de dispensação e estoque destes medicamentos, levando, em algumas vezes, a desperdícios por falta de conhecimento dos profissionais que estão atuando na dispensação destes medicamentos.					
Meta: 2) Disponibilizar nas farmácias básicas, de média complexidade e programas estratégicos 100% dos itens de medicamentos pactuados na Comissão Intergestores Bipartite;					
2.1) Viabilizar a aquisição e fornecimento dos medicamentos conforme a Portaria nº 2982 GM/MS	Adquirir e fornecer 100% dos itens estabelecidos em portaria para Farmácia Básica.	90%	4.085.760,21	3.279.959,38	
2.2) Dotar a central de medicamentos de materiais e mobiliários específicos (estantes, estrados, central de ar) para o adequado acondicionamento dos medicamentos	100%	80%	61.400,00	61.400,00	
Informatizar a Central de Medicamentos	100%	100%			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Análise do resultado: o fornecimento de 90% de todos os itens de medicamentos da Farmácia Básica é um índice satisfatório, o que impediu de atendermos 100% da meta prevista. Isso se deu pelo fato de que alguns processos demoram muito para serem licitados, causando a falta do medicamento na Unidade de Saúde. Foram adquiridos materiais como estrados, central de ar, que não são suficientes para acondicionar todos os itens de medicamentos. Foi implantado o sistema Cmcetil, onde realizamos a entrada e a saída dos medicamentos para as Unidades de Saúde, bem como emissão de vários relatórios de estoque destes Medicamentos.

Meta: 3) Definir o acesso a medicamentos de média complexidade aos usuários atendidos pelas clínicas especializadas na rede municipal.

3.1) Pactuar e padronizar junto as Comissões Intergestoras Bipartite os medicamentos e fitoterápicos liberados e/ou fluxos de dispensação	100% dos itens pactuados	100%			
3.2) Adquirir os itens definidos para dispensação municipal.	100%	90%			

Análise do resultado: Disponibilizamos 90% das solicitações feitas pelas clínicas especializadas na rede municipal de saúde. A dificuldade em atender 100% se deve ao fato de que alguns itens prescritos pelos médicos não fazem parte das pactuações e portarias, e, em alguns casos, a falta de informação do paciente do local onde retirar seu medicamento.

Fonte: DAB/DFB/SEMUSA/PVH

FARMÁCIA POPULAR

O Programa Farmácia Popular do Brasil faz parte da Política de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde que busca ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), órgão do Ministério da Saúde, é executora do Programa, adquire os medicamentos de laboratórios farmacêuticos públicos ou do setor privado, quando necessário, e disponibiliza nas Farmácias Populares a preço de custo.

O programa atende a toda a população e é dirigido, sobretudo, às pessoas que interrompem o tratamento por não conseguirem arcar com o preço dos remédios. Os usuários das farmácias populares recebem atendimento personalizado, realizado por farmacêutico e profissionais qualificados para orientar sobre os cuidados com a saúde e o uso correto dos medicamentos. A única condição para aquisição dos medicamentos disponíveis nas Farmácias Populares é a apresentação de uma receita médica ou odontológica. Essa exigência busca evitar a automedicação, que pode causar intoxicações ou mascarar sintomas de doenças importantes.

Hoje o programa facilita o acesso a uma lista de 98 medicamentos classificados como essenciais, além de preservativo masculino. São medicamentos da atenção básica que atendem a cerca de 80% das doenças que atingem a população.

Público Alvo

O Programa visa atender toda a população do município, bem como todos que procurem as unidades para adquirirem os medicamentos prescritos e que estejam padronizados na lista do Programa.

Atividades realizadas

Disponibilização de materiais e insumos às Unidades do Programa, necessários para as atividades;

- ✓ Renovação dos Certificados do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Conselho Regional de Farmácia, Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA das 2 unidades;
- ✓ Acompanhamento de reparos na unidade Centro, Laudo de Engenharia, Corpo de Bombeiro, Vigilância Sanitária para reabertura desta unidade após sinistro de

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

incêndio em prédio do Almoxarifado da SEMUSA, vizinho as instalações da Farmácia afetadas parcialmente;

- ✓ Implementação e acompanhamento do Processo de Reforma da unidade Centro;
- ✓ Implementação e acompanhamento do Processo para aquisição de materiais permanentes de informática;
- ✓ Formalização do Processo para confecção de Notas Fiscais para as 2 unidades;
- ✓ Treinamento Teórico – prático de 2 farmacêuticos para as funções de gerência;
- ✓ Treinamento Teórico-prático de novos servidores;
- ✓ Implantação da RDC 44 – Controle de Antimicrobianos;
- ✓ Divulgação do Programa Farmácia Popular do Brasil em meios de comunicação, sites, entrevistas, panfletagem, exposição de banners em serviços privados de saúde e outros;
- ✓ Elaboração de Prestação de Contas Trimestral dos recursos do Programa e envio para o Ministério da Saúde;
- ✓ Atendimento as solicitações da executora do Programa - FIOCRUZ;
- ✓ Reafirmação do Tremo de Compromisso para adesão a mais uma unidade no município para instalação na região Sul da capital;
- ✓ Solicitação para o Ministério da Saúde de mudança de endereço da unidade Leste.

Quantitativo de atendimentos do Programa Farmácia Popular do Brasil

Observações: No mês de Março a unidade Centro ficou interditada, devido a incêndio ocorrido em 28/02/2010 até 15/03/2010.

Mês	Centro	Leste	Total
Janeiro	4151	1224	5375
Fevereiro	4183	1035	5218
Março	0	3540	3540
Abril	2048	2535	4583
Maio	4132	1673	5805
Junho	4080	1604	5684
Julho	4650	1807	6457
Agosto	4995	1870	6865
Setembro	4948	1879	6827
Outubro	4638	1780	6418
Novembro	4844	1847	6691
Dezembro	4887	1715	6602
TOTAL	47.556	22.509	70.065

Demonstrativo das ações desenvolvidas em 2010 –Farmácia Popular

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública**Objetivo do PMS:** Fortalecer a expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil.**Meta: 1)** Aumento da assistência farmacêutica ao usuário e das vendas no Programa - Melhoria nas instalações físicas das duas unidades em funcionamento;

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Efetivar o processo de reforma com melhorias nas instalações da unidade centro	100%	0%	79.950,00	79.950,00	
Aquisição de equipamentos de informática	100%	0%	148.000,00	0,00	
Instaurar o processo de reforma física e rede lógica da unidade leste	100%	0%	80.000,00	0,00	
Análise do resultado: todos os processos tiveram andamento, porém ficaram em fase de finalização (execução da reforma, recebimento e pagamento) para o 1º bimestre de 2011. E a reforma da unidade Leste não foi instaurado, pois não houve renovação do contrato de locação do imóvel. O processo para aquisição de equipamentos já foi formulado em fase de entrega de equipamentos. A vendas não sofreram aumento tendo em vista a manutenção do estoque regulador providenciado pela gestão municipal na atenção básica, porém percebe-se que as vendas para usuários do sistema privado vêm aumentando progressivamente					
Meta: 2) Fortalecimento do atendimento das unidades instaladas no centro e zona leste					
Adquirir mobiliários para reposição dos inservíveis e atendimento de outras necessidades.	100%	0%			
Realizar treinamentos específicos em farmácia para os novos servidores, bem como a atualização para os lotados nas unidades.	100%	100%	4.589,00	4.589,00	
Análise do resultado: não foi adquirido mobiliário, pois ficou constatado que se faz necessário primeiramente a reforma das instalações físicas na unidade Centro e reinstalação da unidade da região leste. Foi realizado treinamento teórico - prático para farmacêuticos e outros servidores lotados no Programa para reposição de exonerações, bem como atualização em legislação existente e nova (RDC 44), conhecimento de Procedimentos Operacionais Padrão – POPS.					

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Meta: 3) Ampliação do acesso da população aos medicamentos básicos e essenciais padronizados no Programa Farmácia Popular do Brasil

Divulgar o Programa Farmácia Popular do Brasil em meios de comunicação (telejornais, jornais escritos, site da prefeitura e do IPAM, rádios)	100%	100%			
Confeccionar material de informação sobre a medicação disponibilizada nas Unidades de Farmácia Popular do Brasil para a divulgação entre profissionais.	100%	0%	93.654,0	93.654,0	
Prestar assistência farmacêutica a baixo custo aos usuários do programa	100%	50%			

Análise do resultado: foram realizadas matérias sobre o atendimento do programa, sobre os genéricos, legislação RDC 44 do uso de antimicrobianos, etc. Confeccionados Banners em 2 tamanhos para divulgação em serviços privados de saúde na região central da cidade e distribuição de folders do Programa em serviços de saúde na região Leste. A meta de confeccionar material de informação foi prejudicada devido a escassez de profissionais farmacêuticos. A prestação de assistência farmacêutica ficou prejudicada devido a falta de farmacêuticos.

Meta: 4) Ampliação do acesso da população aos medicamentos básicos e essenciais padronizados no Programa Farmácia Popular do Brasil; Implantação de uma Unidade na Zona Sul.

Reintear proposta de adesão e termo de compromisso enviada em 2009 de mais uma unidade para Porto Velho ao Ministério da Saúde/Programa Farmácia Popular do Brasil	100%\$	100%	50.000,00	0,00	

Análise do resultado: foi reintearada a proposta de adesão junto ao Ministério da Saúde, porém não foi contemplada a adesão, sendo justificada pelo referido Ministério a prioridade de adesão para outros municípios que ainda não possuem nenhuma unidade do Programa Farmácia Popular do Brasil.

Fonte: FP/SEMUSA/PVH

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE – NIEMSUS

Este relatório tem como objetivo demonstrar as ações desenvolvidas pelo Núcleo Interinstitucional de Educação em Saúde – NIEMSUS, parte integrante da Secretaria Municipal de Saúde – Semusa. O setor em destaque tem como função apoiar as atividades dos respectivos setores que compõem essa secretaria, tais como: fornecimento de material informativo e logístico para campanhas e palestras, assessoramento na comunicação e junto à imprensa, articulação interinstitucional em ações públicas de combate a endemias, atividades preventivas e de conscientização sobre fatores externos que desembocam na rede de atendimento da saúde pública municipal da Capital.

O relatório anual refere-se a todas as ações desenvolvidas durante o ano de 2010, referente ao 1º e 2º semestre, o qual será apresentado por meio de fotografias, matérias jornalísticas e breves relatos de ações ocorridas nas unidades básicas de saúde, policlínicas, departamentos e divisões. Devido o volume de trabalho realizado por esta secretaria e as limitações do núcleo não fora possível apresentar um relato completo de todas as atividades, portanto serão destacados os fatos de maior evidência.

Ações Realizadas pela Semusa no ano de 2010

JANEIRO/2010

- ✓ Médicos iniciam aulas do curso sobre Traumas
- ✓ Dengue: Prefeitura reforça o efeito de combate e controle
- ✓ Bombeiros trabalham no bairro Aponiã. O trabalho direto nas residências foi reforçado com a adesão de 150 alunos do Corpo de Bombeiros
- ✓ Prefeitura quer descentralização do serviço de saúde

MARÇO/2010

- ✓ Semusa recebe veículos e equipamentos para combate à malária
- ✓ Usina Jirau entrega à Prefeitura mais de R\$700 mil em veículos e equipamentos para combate à malária
- ✓ Semusa intensifica palestras nas escolas

- ✓ Semusa organiza evento nacional de promoção da saúde em Porto Velho
- ✓ Semusa anuncia programa de saúde da família para Vila Princesa
- ✓ Onze postos estão fazendo a vacinação contra H1N1 em grávidas, crianças e doentes crônicos
- ✓ Semusa alerta para programa da Tuberculose e necessidade do teste HIV
- ✓ Policlínica realiza oficina sobre acolhimento com classificação de risco
- ✓ Semusa finaliza proposta de plano de saúde municipal para quatro anos
- ✓ Conselho Municipal de Saúde aprova gestão de 2009 da Semusa

ABRIL/2010

- ✓ Zoonose mantém plantão de ações nos finais de semana
- ✓ Semusa alerta para vacinação e medidas de higiene contra a Influenza “A” H1N1
- ✓ Semusa na tenda da cidadania: consultas, vacinas e educação em saúde
- ✓ Semusa realiza primeira Conferência em saúde mental
- ✓ Qualidade de vida no “Agita Porto Velho”
- ✓ Semusa realiza o teste rápido de HIV
- ✓ Centenas de pessoas prestigiam atividades do Dia Mundial pela Qualidade de vida
- ✓ Semusa convoca beneficiários do Bolsa Família para o acompanhamento até o dia 30 de abril
- ✓ Campanha de vacinação do idoso começa no sábado com dia “D”
- ✓ Barco hospital está pronto para atender comunidade Ribeirinha
- ✓ Atendimento pediátrico da Prefeitura aumenta mais de 200%, diz Semusa
- ✓ Semusa começa Campanha Anti-rábica no dia 08 em Porto Velho
- ✓ Semusa entrega kits para agentes da saúde da família
- ✓ Nova unidade de saúde de Jaci Paraná deve ser entregue em duas semanas
- ✓ Maternidade Municipal auxilia mães adolescentes

MAIO/2010

- ✓ Prefeitura e IPAM preparam atendimento para laqueadura
- ✓ Maternidade Municipal realiza 370 partos por mês e alerta sobre necessidade do pré-natal
- ✓ Maternidade Mãe esperança participa da Semana da Enfermagem
- ✓ Maternidade Municipal auxilia a mães adolescentes

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- ✓ Semusa participa do levantamento censitário sobre a saúde bucal
- ✓ Semusa recebe dois flutuantes para as ações de combate à malária
- ✓ Semusa participa de operação de atendimento em Jaci Paraná
- ✓ Prefeitura atinge metas de vacinação das gripes comum e H1N1
- ✓ Semusa participa de operação de atendimento- Jaci Paraná
- ✓ Maternidade Municipal realiza vasectomias
- ✓ Semusa realiza atividades do dia Mundial sem Tabaco

JUNHO/2010

- ✓ Prefeitura realiza capacitação sobre as violências para os profissionais da saúde
- ✓ Cartão do SUS, um documento e um direito do cidadão
- ✓ Prefeitura realiza audiência Pública da Saúde
- ✓ Semusa intensifica formação continuada em traumatologia, agora para enfermeiros, em parceria com o Cofen

JULHO/2010

- ✓ Prefeitura assina PCCS da saúde durante convênio entre Semusa, Coren e Cofen.
- ✓ Vacina H1N1 liberada a partir de 10 anos nos postos de saúde, Semusa faz mutirão e leva vacinas para as escolas da capital
- ✓ Diagnóstico da Unir em parceria com a Semusa resultará em ações integradas
- ✓ Agentes de saúde participam de capacitação contra malária
- ✓ Prefeitura chama beneficiários do Bolsa Família para acompanhamento médico
- ✓ Semusa disponibiliza mais 7 mil doses da vacina H1N1: agora é a vez das crianças de 5 a 10 anos
- ✓ Semusa faz parceria com a comunidade para acolher usuário de substâncias psicoativas

AGOSTO/2010

- ✓ Semusa organiza atividades para redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- ✓ Semusa intensifica formação continuada dos profissionais enfermeiros em traumatologia
- ✓ Segunda etapa de vacinação contra Poliomielite
- ✓ Semusa participa de Operação do Comando Militar da Amazônia em Abunã
- ✓ Semusa quer gestão integrada do Programa Bolsa Família
- ✓ Semusa faz prevenção às DSTs nas escolas
- ✓ Unidades de saúde de Porto Velho continuam vacinando contra Pólio as crianças de até 5 anos
- ✓ Prefeitura realiza reuniões com agricultores sobre queimadas
- ✓ Presidente Lula estará em Porto Velho dia 13
- ✓ Presidente Lula: “Eu não sou o cara,sou apenas o Presidente deste país;o cara são todos vocês,povo brasileiro”

SETEMBRO/2010

- ✓ Maternidade Municipal é reconhecida como um “Hospital amigo da criança”
- ✓ Profissionais da saúde são qualificados para a política nacional contra o tabagismo
- ✓ Mutirões da Prefeitura identificam focos e orientam população sobre o perigo da Dengue
- ✓ Semusa prepara Semana do idoso
- ✓ Semusa cumpre mais de 95% da meta estabelecida para vacinar crianças na capital contra poliomielite
- ✓ Técnicos da Semusa participam do 1ºComunica Aids em Tocantins
- ✓ Semana do trânsito lembra importância do uso do cinto de segurança e cadeirinhas para bebês
- ✓ Prefeitura realiza seminário para debater o Plano de mobilidade urbana de Porto Velho
- ✓ Maternidade Municipal incentiva emissão de certidão de nascimento
- ✓ O programa saúde do homem na Prefeitura quer o fim do preconceito sobre exames masculinos
- ✓ Prefeitura através da Semusa e várias unidades de saúde organizam as atividades da semana nacional do trânsito
- ✓ Semusa finaliza preparativos para Campanha Anti-rábica com dia “D” marcado para 25

- ✓ Campanha de vacinação contra raiva no dia 25
 - prefeitura investe no atendimento odontológico à Comunidade
 - Aumenta o número de adolescentes grávidas: a prefeitura disponibiliza contraceptivos em todas as unidades de saúde.

OUTUBRO/2010

- ✓ Semusa participa da 1ª Oficina de Seleção de Indicadores de Agravos à Saúde
- ✓ Prefeitura e PM realizam dia de Ação Comunitária no bairro Caladinho
- ✓ Ginástica rítmica nas Escolas do município: educação corporal e mais saúde
- ✓ Prefeitura fiscaliza vendas de antibióticos em Porto Velho
- ✓ Hamilton Gondim realiza atividades alusivas ao "Outubro Rosa
- ✓ Mutirão, palestras, concursos são estratégias no combate a Dengue na capital

NOVEMBRO/2010

- ✓ Prefeitura participa de Conferência Internacional sobre parto humanizado
- ✓ Prefeitura e ESBR promovem mutirão contra a dengue em Jacy-Paraná
- ✓ Semusa promove ações educativas de prevenção a Dengue entre a população apenada
- ✓ Coordenadora de Políticas Públicas de Porto Velho participa de evento nacional de combate a violência contra à mulher
- ✓ Prefeitura lança "Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres

DEZEMBRO/2010

- ✓ Enfermeiros da Zona Rural e da Maternidade participam do Curso sobre Mortalidade Neomaterna.
- ✓ Administradores dos distritos participam da Campanha pelo Fim da Violência a Mulher
- ✓ Coordenadoria das Mulheres divulga campanha contra violência em postos de combustíveis
- ✓ Coordenadoria das Mulheres participa da Campanha do TJ pelo fim da violência doméstica e familiar
- ✓ Laço gigante lembra Dia Mundial de Combate à AIDS

- ✓ Semusa premia Unidades pela desenvoltura na Campanha “Saúde para Todos, um Natal Feliz com Você.
- ✓ Plano de contingência da dengue Integra “Operação Inverno” lançado pela prefeitura.
- ✓ Laboratório Modelo para o Norte.
- ✓ Capital recebe plano de Contingência para tentar debelar proliferação da Dengue.

Participação Em Eventos

- ✓ Implantação do Programa Municipal de Controle do Tabagismo
- ✓ Operação Guerra contra a Dengue
- ✓ Campanha de prevenção à Aids e outras DSTs
- ✓ Materiais de divulgação contra a Dengue
- ✓ Informativo de Saúde
- ✓ Campanha Municipal de Vacinação Anti-rábica animal
- ✓ Semusa faz testes de Aids em detentos de presídio
- ✓ Seminário de apresentação dos resultados parciais da pesquisa realizada pela UNIR e SEMUSA: Diagnóstico e Monitoramento de saúde da população do entorno da UHE Jirau/PortoVelho
- ✓ Orçamento Participativo
- ✓ I Etapa Nacional de vacinação contra a Paralisia infantil
- ✓ Programa de Qualificação de profissionais de enfermagem no município de Porto Velho
- ✓ Campanha Nacional de prevenção de combate ao cigarro, álcool e outras drogas
- ✓ I Seminário Municipal de saúde do homem
- ✓ Encontro Municipal Homens pelo fim da violência contra a mulher
- ✓ Ação de prevenção as DSTs/Aids na comunidade escolar
- ✓ Gestão integrada do Programa Bolsa Família
- ✓ II Etapa Nacional de vacinação contra a Poliomielite
- ✓ Projeto Sorria Porto Velho
- ✓ Relançamento do Projeto Sorria Porto Velho

Agita Porto Velho é o nome do evento que vai reunir várias instituições em busca da melhoria da qualidade de vida da população, numa promoção alusiva a Semana Nacional da Promoção da Qualidade de Vida, do Ministério da Saúde (MS). A Semusa, que faz parte da rede nacional de Projetos de Promoção da Saúde, em parceria com várias instituições governamentais e não governamentais está coordenando as atividades que estão programadas para acontecer no dia 17 na sede do Sest/Senat, zona sul da cidade, e dia 18 no Espaço Alternativo.

O Ministério da Saúde vem protagonizando um processo de articulação entre Ministérios, estados e municípios para a construção de uma mobilização nacional no dia 11 de abril, que será comemorado como o Dia Nacional da Promoção da Qualidade de Vida. Em Porto Velho as entidades envolvidas optaram pela execução das atividades nos dias 17 e 18.

O evento que envolve a capital, sob coordenação da Semusa, já está inscrito no site da Organização Mundial da Saúde (OMS). Esta data é apontada como o momento importante de manifestações que destaquem aspectos da promoção da qualidade de vida nas cidades, entre eles, o acesso a espaços de lazer, a melhoria da mobilidade urbana, o cuidado com o meio ambiente e a segurança no trânsito.

O surto de Dengue na cidade esta impulsionando várias ações de combate e controle da doença, e a mobilização da sociedade têm fortalecido as ações da prefeitura através da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa), que tem disponibilizado profissionais para ampliarem a área de atuação de combate e controle da doença na Capital.

Palestra e mutirão da dengue realizado no Distrito de Jaci – Paraná e Mutum, com apoio do Niemsus em realização de palestra educativa sobre a prevenção de criadouro do mosquito da Dengue. Ainda neste mesmo dia foi realizado junto à população daquele distrito um grande mutirão de limpeza em parceria com os agentes de epidemiologia.

Mutirão da Dengue realizado no bairro Cohab Floresta, em parceria com Niemsus na cobertura fotográfica e mobilização social junto à equipe de Epidemiologia e agentes de saúde da família. Os quais realizaram serviço de limpeza e orientação aos moradores sobre os agravos da doença causada pelo mosquito da Dengue. Nas ações desenvolvidas foram realizados, borrifação, entrega de hipoclorito e desinfecção do local prevenindo a proliferação do mosquito.

A Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) esta em alerta com a incidência de Dengue na capital. Toda equipe de profissionais da secretaria acompanha o trabalho de controle e combate a doença, agilizando aquisição de material, coleta de entulhos, aparelhamento das equipes comunitárias de saúde, ronda de carros que fazem o fumacê, e profissionais com bombas para reforçar a pulverização. “Estamos esperando o reforço de mais carros para pulverização nos bairros, pois queremos intensificar o atendimento que fora planejado conforme o índice de incidência” – disse o secretario da Semusa Williames Pimentel que já reforçou o estoque de soro e antitermicos nas unidades de saúde, aumentou as equipes de vistorias nas casas e disponibilizou o teste rápido em todas as unidades de saúde.

Agentes comunitários de saúde, agentes de endemias e militares da Base Aérea, formaram um exercito de combate a Dengue na região do bairro Aponiã. Eles fazem vistorias nas casas retirando do ambiente os recipientes que acumulam água, tratam os depósitos com produto contra as larvas e orientam quanto às atitudes de prevenção contra a Dengue e sobre identificação do criadouro.

Mutirão da Dengue realizado no bairro Ulisses Guimarães o qual contou com a contribuição do Exército junto com os agentes de endemias, associações de moradores, igrejas e a comunidade, aumentaram o exercito que trabalharam nas visitas as residências orientando e promovendo ações repressivas contra o mosquito da Dengue. Atendida pela Policlínica Doutor José Adelino, o mutirão de combate a Dengue, reforça as ações da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) no trabalho de combate e controle a endemia.

Mais de 40 mil alunos envolvidos no combate a Dengue é a próxima ação da prefeitura na luta para combater o vetor e exterminar a doença na Capital. Os números são assustadores, o ano passado foi contabilizado mais de dois mil registros da doença na Capital enquanto na primeira quinzena de janeiro deste ano os casos já chegam a dois mil. Uma equipe de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) estiveram reunidas com os técnicos da Secretaria Municipal de Educação (Semed), na presença de representantes do corpo de bombeiros, da empresa Energia Sustentável, da Coordenadoria da Juventude, e do Serviço Social do Comércio (Sesc) para definir estratégias de combate a Dengue em cerca de 100 escolas da rede municipal, da área urbana e rural da Capital.

Reunião realizada no Teatro Banzeiros em parceria com a (Semed) - Secretaria municipal de educação e (Semusa) – Secretaria municipal de Saúde, para

articulação da campanha contra o mosquito da Dengue a ser combatido nas escolas.

Frascos de vidros, com tampas de plástico de rosca, com tamanhos variados fazem muita diferença na vida das crianças recém nascidas que dependem do Banco de Leite Humano Santa Ágata, localizado no Hospital de Base, na Capital. Recentemente a Prefeitura de Porto Velho através da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) fez a doação de mais de 200 frascos recolhidos na Capital durante a campanha nacional de doação de leite humano, que teve como meta também a coleta dos frascos inutilizados nas residências. Os vasilhames para acondicionar leite materno foram coletados nas 20 unidades de saúde da zona urbana. A Divisão de Programas Especiais/Coordenação Saúde da Criança e Aleitamento Materno da Semusa, a doação atinge centenas de recém nascidos de todo o Estado, que chegam ao banco de leite em estado risco e precisam do produto acondicionado de forma segura. Profissionais da Divisão de Programas Especiais – DPE – Semusa, realizaram campanha junto à população na arrecadação de frascos para auxiliar as mães na coleta de aleitamento materno.

A Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) divulgou esta manhã (9) a programação da campanha de prevenção as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids. O trabalho envolverá equipes de profissionais da Semusa em duas ações diretas, sendo a primeira durante o período carnaval com estandes fixo nos locais de desfiles e equipes volantes distribuindo camisinhas e material educativo.

No segundo momento a ação da campanha será realizada nas unidades de saúde com fins a conscientização dos usuários para a realização do exame ante -HIV, neste momento a metodologia aplicada será a entrega de material informativo (folder) descrevendo sobre a importância de se fazer o teste anti-HIV quando se viveu alguma situação de risco em algum momento da vida.

A reunião de planejamento estratégico para o evento carnavalesco 2010, contou com a presença de várias autoridades da Polícia Militar, Corpo de bombeiro, Diretor do Samur – Paulo Levi e outros parceiros, os quais trabalharam o planejamento das ações a serem realizadas durante os três dias de folia, incluindo a abertura com a tradição do Galo da meia noite e a Banda do vai Quem Quer.

Abertura oficial do curso de ATLS (Suporte Avançado de Vida no Trauma) oferecido pela prefeitura de Porto Velho através da Semusa para Trinta e dois médicos da rede municipal de saúde, que trabalham nas policlínicas Ana Adelaide, Hamilton

Gondim, José Adelino, Manoel Amorin de Matos e SAMU. A equipe de profissionais médicos, da Escola de Cirurgiões do Brasil, vindos de Manaus e Acre, composta por pelos médicos Dr. Cleinaldo de Almeida Costa, Dr. Bruno A. Sousa, Fernando R. Maximos, David Lima Carneiro, Manoel P. Coelho, José dos S. Sousa, sendo todos com formação em cirurgia geral, recebeu a imprensa e convidados para um coquetel de abertura no Aquarius Selva Hotel.

“A iniciativa é importante para desenvolver um programa para o treinamento de médicos que atuam nos serviços de urgência e emergência, com o objetivo de orientar os médicos participantes na avaliação e atendimentos iniciais do doente traumatizados, aprimorando-os dentro dos critérios mais avançados e já adotados por numerosos países desenvolvidos” – disse o secretário adjunto da Semusa, médico Luis Maiorquin.

A Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) continua intensificando ações de combate e controle da dengue na Capital. Toda a sociedade está em estado de alerta com a expansão das chuvas, que contribui com o aumento dos riscos de expansão dos criadouros e a manifestação da doença. “A prefeitura dispõe do departamento de epidemiologia da Semusa onde os técnicos fazem o levantamento minucioso dos casos comprovados e suspeitos, e todas as ações de combate e controle são realizadas a partir de um planejamento estratégico” – disse o secretário adjunto da Semusa Luis Eduardo Maiorquin.

A secretaria municipal de Saúde também recebeu o reforço de 150 bombeiros no efetivo de agentes que fazem o trabalho de vistoria e de conscientização sobre a doença em todos os bairros da capital. A Semusa também recebeu o reforço da parceria com a empresa Santo Antônio Energia que viabilizou carros de fumacê, agentes de endemias e insumos para o controle endêmico.

Mutirão da Dengue realizado no bairro Agenor de Carvalho e Lagoinha por 300 policiais militares, em parceria com a equipe de profissionais agentes de endemias da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) teve resultados positivos no avanço das visitas às residências. Simultaneamente os militares da 17ª Brigada não pararam o atendimento às residências da Zona Sul da cidade e ajudarão no trabalho de orientação e limpeza. O planejamento para atender com a Polícia Militar cinco bairros na zona central será ampliado depois do reforço no efetivo de combate a Dengue. “Os alunos soldados da Polícia Militar e da Brigada muito tem nos ajudado no sistema de mutirões que vínhamos realizando desde o ano passado. Contamos

ainda com o apoio do Ministério Público e da Secretaria Estadual de Saúde, que tem vistoriado o serviço em detrimento da Operação Guerra Contra Dengue” – disse o secretário da Semusa Williames Pimentel.

A coordenação de doenças e agravos não transmissíveis da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) foi a campo durante dois dias, em parceria com o Detran, participar de um Pit stop sobre segurança no trânsito e aproveitaram o momento para fazer o trabalho de orientação sobre Dengue. Os técnicos da Semusa Regia Martins e Valdino José, junto com agentes de endemias da unidade de saúde Ernandes Índio, distribuíram material educativo entre os condutores.

Nas abordagens, muitas pessoas comentavam sobre o surto da doença e manifestavam apoio ao trabalho da secretaria, que vem realizando mutirões constantes nos bairros da cidade. Os técnicos afirmam que a mobilização é um mecanismo para fortalecer a batalha contra a doença e a parada no trânsito ajudou a ganhar adeptos para a limpeza nas residências, um fator agravante no surgimento de criadouros.

Coletiva concedida pelo Doutor Eduardo Maiorquim à imprensa local, onde deixa sua mensagem para os brincantes carnavalescos, orientando-os sobre os riscos e sua proteção durante os 03 dias de festa. Ele alerta para o uso da camisinha na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e na prevenção de uma possível gravidez indesejada.

Estiveram reunidos no gabinete da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) os técnicos da secretaria e conselheiros municipais para debater a proposta final do Plano Municipal de Saúde, que vai atender a sociedade durante quatro anos. Após a conclusão das discussões o documento será formalizado e depois de pronto será encaminhado para instituições superiores que compõe o Sistema Único de Saúde (SUS), como a secretaria estadual e o Ministério da Saúde.

O presidente do Conselho Municipal de Saúde, Paulo Siqueira, apresentou durante a reunião uma análise sucinta do relatório de gestão do ano passado oportunizado pela secretaria à entidade. Segundo ele a relação do Conselho com a Secretaria é de parceria, em busca da melhoria da qualidade dos serviços prestados a sociedade. “Buscamos reparar erros, explicações e um mecanismo para otimizar o trabalho na saúde pública” – disse Paulo.

A equipe técnica da Secretária Municipal de Saúde (Semusa) de Porto Velho esteve reunida nesta quinta feira, (25), com alguns conselheiros municipais, para finalizar a

proposta do plano municipal de saúde, que vai nortear o trabalho da secretaria durante quatro anos.

O secretário da Semusa, Williames Pimentel esteve presente no evento durante todo o dia e disse que o momento é importante para construção de um documento que vai nortear as políticas públicas na Capital. “Estamos elaborando um plano voltado para melhorar a qualidade de vida da população portovelhense, portanto quanto maior a participação e atenção aos dados, mais aproximado o documento será de nossa realidade” – enfatizou.

A elaboração da proposta em discussão já passou por audiência pública e depois de pronta será encaminhado para apreciação e aprovação pelo controle social, que é feito pelo Conselho Municipal de Saúde, para posteriormente ser encaminhado para instituições superiores que compõe o Sistema Único de Saúde (SUS), como a secretaria estadual e o Ministério da saúde. Ainda será realizada uma oficina sobre os planos com a assessoria do Ministério da Saúde.

O plano leva em consideração as mudanças no âmbito social, econômico e cultural da cidade e que influencia no sistema público de saúde, como o elevado número de acidentes de trânsito, homicídios entre outras questões que são frutos de mazela social.

A Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) realizará no próximo dia 19 a I Conferência Regional de Porto Velho em Saúde Mental. O evento acontece em Porto Velho no Rondon Palace Hotel com a participação de profissionais de saúde, usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), instituições públicas de saúde, a sociedade civil organizada, trabalhadores que atendem a saúde mental, entidades formadoras de profissionais e conselhos de saúde.

O evento acontecerá durante dois dias com a participação dos conferencistas Kátia Fernanda Alves Moreira, professora da Universidade Federal de Rondônia (Unir), Luis Eduardo Maiorquin, secretário adjunto da Semusa, e a psicóloga especialista Aline de Oliveira Costa.

Na conferência serão apresentados temas sobre saúde mental na atenção básica, sobre gestão de trabalho no segmento, e ainda a organização e consolidação da rede de saúde mental. Os trabalhos envolvem além do trabalho teórico a realização de oficinas, com uma plenária final para apresentação das propostas e eleição para conferência estadual.

A Semusa participou do dia do desafio com o tema “O nosso desafio é a redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito”. O Dia do Desafio é um movimento em prol da inclusão social, integração, criatividade e autonomia da população, onde atividades de mobilização social são realizadas visando à mudança de hábitos e implantação de rotinas saudáveis na vida de todos os cidadãos.

- ✓ Realização de exame de glicemia (DPE/DAB);
- ✓ Verificação de pressão arterial (DPE/DAB);
- ✓ Exposição de métodos contraceptivos (DPE/DAB);
- ✓ Exposição de banners sobre:
 - Saúde da mulher (planejamento reprodutivo, câncer de mama e colo de útero), hipertensão e diabetes, alimentação saudável, saúde do homem (DPE/DAB);
 - Segurança no trânsito e qualidade de vida (DANT/DVEA);
- ✓ Orientações e distribuição de material informativo sobre:
 - Saúde do homem (homem que se cuida não perde o melhor da vida), hipertensão (saúde é bom saber e prevenir hipertensão é uma escolha, só depende de você), planejamento reprodutivo, alimentação saudável (pirâmide alimentar) (DPE/DAB);
 - Segurança no trânsito (álcool e bebida alcoólica não combinam), qualidade de vida (DANT/DVEA).

A Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) de Porto Velho vai trazer os maiores especialistas da área de enfermagem, em parceria com o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), para intensificar a formação continuada dos profissionais de saúde, trabalho que vem acontecendo regularmente na gestão de pessoas da secretaria, como fora o curso de capacitação em Advanced Trauma Life Support (ATLS) oferecido para os médicos da rede municipal em janeiro deste ano.

O secretário Municipal de Saúde William Pimentel disse que a união com o Cofen demonstra a credibilidade da formação continuada que está sendo oferecida aos profissionais da enfermagem. “Esta é uma forma de valorização do profissional da saúde com resultados que vão além do recurso humano, pois a capacitação tem um custo benefício surpreendente para o sistema público de atendimento à saúde. O valor do investimento está agregado na melhoria do serviço e na auto-estima do profissional” – argumentou.

No trabalho estão envolvidos os técnicos da Semusa da assessoria técnica e do departamento de média complexidade, numa ação que tem como fomento a melhoria do atendimento nos prontos atendimentos e unidades de saúde da rede municipal, como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). A seleção de profissionais passará por um nivelamento dos conhecimentos para propiciar um alto nível de aprendizagem. No final será apresentado um protocolo elaborado pelos profissionais, também culminará com a formação de enfermeiros multiplicadores e compromissados com a formação contínua de todos os profissionais do quadro Semusa.

A Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) estima vacinar quase 200 mil pessoas na Capital no período de campanha contra a Influenza A (H1N1). O trabalho será dividido em 4 fases que compreenderão entre os meses de março a maio e atenderá uma parcela segmentada da sociedade. Na primeira etapa que inicia dia 8 de março os trabalhadores da saúde e a população indígena serão atendidos, seguindo as outras etapas que compreenderão pessoas com problemas crônicos, crianças de seis meses a dois anos de idade, gestantes, adultos de 20 a 29 anos e idosos.

Segundo dados da Semusa a estimativa da população a vacinar na estratégia nacional de vacinação contra o vírus foram selecionados de acordo com os grupos determinados na campanha, o maior segmento são os jovens de 20 a 29 anos.

Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho (Semusa) realizará na sexta-feira (23) as 17h, no auditório do Sesc, avenida Presidente Dutra, a solenidade de abertura da Campanha de Vacinação contra a Gripe Sazonal, para pessoas com 60 anos ou mais, bem como a vacinação contra o vírus H1N1 para portadores de doenças crônicas nesta faixa etária. O dia “D” da campanha está marcado para sábado (24), quando o serviço será oferecido em 112 postos de vacina fixos e haverá uma 1 equipe volante. Além das unidades de saúde a Semusa vai disponibilizar vacinadores em escolas, igrejas residências, comércios e associações de bairros, que podem ser conferidos no site da prefeitura <http://www.portovelho.ro.gov.br>. A equipe da secretaria estará disponível das 08:00 às 17:30h.

Para os idosos, portadores de doenças crônicas, será administrando nas 18 Unidades de Saúde, a vacina contra o vírus da influenza A H1N1. Os Idosos que por ventura não tenham condições de se locomover, favor entrar em contato com a

SEMUSA pelos fones (69) 3901-3194 e/ou 3901-2935 e/ou 3901-3176. O usuário deve levar o cartão de vacina.

Na Capital o ano passado foram vacinados 20.419 idosos com 60 anos ou mais, de uma população 21.939, atingindo um percentual de 93,07%. No período de 26/04 a 07/05, de segunda a sexta feira, em 18 unidades básicas de saúde, no horário das 08:00 às 17:30h.

Na sexta-feira (13) a Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) de Porto Velho vai organizar um evento alusivo ao início da segunda etapa de vacinação contra a poliomielite, as 17:30h no Parque da Cidade. O trabalho acontece no dia 14 de agosto de 2010 das 8:00 as 17:30h em 110 postos na Zona Urbana e 16 unidades da zona rural, conforme relação abaixo. A população a ser vacinada compreende crianças menores de 5 anos, um total de 37.731 na Capital.

Na primeira etapa realizada em junho a Semusa registrou um índice elevado de participação. Na zona sul da cidade o Pronto Atendimento Manoel Amorim de Matos computou quase duas mil crianças vacinadas somente em um sábado, enquanto no posto de saúde Renato Medeiros a vacinadora Francisca Sampaio disse que a movimentação na primeira etapa supriu a expectativa dos profissionais.

A campanha nacional de vacinação em Porto Velho começou também com uma solenidade no Parque da Cidade com direito a família Zé Gotinha, pula-pula, pipoca, pirulito e muita criança. A vacinação simbólica aconteceu ao por do sol, com a presença do secretário municipal de saúde Williames Pimentel, do adjunto Luis Eduardo Maiorquin, a equipe de profissionais da Semusa e o grupo anjos da enfermagem.

O secretário Williames Pimentel disse que uma estrutura com mais de cem postos de vacinação foi montada para atender as crianças na faixa etária de imunização, além de combustível, equipes de profissionais, material de logística e médico. Segundo Williames a secretaria tem atingido índices satisfatórios no quesito imunização, pois as metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde tem sido todas alcançadas com excedente.

Em Porto Velho a meta é vacinar 35.750 crianças. No sábado a Semusa vai disponibilizar 110 postos fixos em vários pontos da cidade e uma equipe volante, atendendo a partir das 8 horas. Haverá postos de vacinação nas unidades de saúde, associação de bairro, escolas, igrejas, comércios e até residências, conforme lista divulgada no site da prefeitura de Porto Velho.

Relatório das ações realizadas no segundo semestre de 2010

Após dois meses de campanha a secretaria municipal de saúde (Semusa), ultrapassou a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde para a imunização contra Poliomielite em Porto Velho, que chegou a 95,60%. A vacinação ainda continua sendo feita apenas na zona rural. Nesta semana, os vacinadores estão em Extrema e Morrinhos.

Em Porto Velho a meta estabelecida era para vacinar 35.750 crianças. Ao todo a Semusa disponibilizou 157 postos fixos em vários pontos da cidade e uma equipe volante. Após o atendimento na zona urbana as equipes foram destacadas para o trabalho na zona rural, atendendo às comunidades dos distritos de Jacy-Paraná, Abunã, Vista Alegre, União Bandeirante e na área ribeirinha, nas localidades de São Carlos e Nazaré.

O secretário William Pimentel, disse que uma estrutura de vacinação foi montada para atender às crianças na faixa etária de imunização, além de combustível, equipes de profissionais, material de logística e médicos. Segundo ele a secretaria tem atingido índices satisfatórios no quesito imunização, pois as metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, todas têm sido alcançadas.

A Semana Nacional de Trânsito de 2010, que teve como tema o “CINTO DE SEGURANÇA E CADEIRINHA”, e se estendeu com atividades específicas até 25 de setembro. A secretaria municipal de saúde, iniciou a campanha capacitando seus profissionais de saúde, no período de 18 a 19 de agosto de 2010.

As Unidades de Saúde, desenvolveram suas atividades na área de abrangência, como a Semusa realizou atividades em parceria com todas as Instituições que tinham como finalidade a segurança no trânsito e que estavam com as suas atividades definidas para a Semana Nacional do Trânsito, com o objetivo comum de reduzir a morbimortalidade por acidentes.

exemplo, foi realizado um pit stop, no dia 21 de setembro nos cruzamentos de maior movimentação e próximos das unidades. O objetivo principal do PIT STOP foi orientar a comunidade sobre a utilização do cinto de segurança e cadeirinhas. Também foram realizadas palestras pelos profissionais de saúde nas escolas municipais, estaduais e particulares, assim como nas empresas privadas, onde foi abordado o tema “segurança no trânsito”.

O prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho, assinou as Ordens de Serviços para a construção de três Unidades de Pronto Atendimento (UPA) na capital e nos distritos. A solenidade ocorreu no local onde será construído um dos pronto-socorros (Avenida Mamoré, esquina com Rio de Janeiro, na zona Leste da cidade). Os outros dois serão construídos um na zona Sul, na Avenida Jatuarana, esquina com a Rua Urtiga Vermelha, em frente ao COE e outro no distrito de Jacy-Paraná, na Rua José Saleh.

As três unidades estão orçadas em RS 12 milhões e serão financiadas com recursos de contrapartida da prefeitura, das compensações sociais do consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), responsável pela construção da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira e do governo federal, provenientes do orçamento do Ministério Saúde. A previsão de conclusão é de 120 dias.

O secretário William Pimentel explicou que a diferença das Unidades Básicas de Saúde da Família, para as Unidades de Pronto Atendimento é que a primeira, trabalha mais com as questões ambulatoriais, diferentes das UPAS, que atendem também casos de média e alta complexidade. "Nas Unidades de Pronto Atendimento, a prefeitura vai poder tratar tanto dos casos de procedimentos médicos e de enfermagem que envolvam quadros clínicos e de maior gravidade, como também dos atendimentos odontológicos de urgência e apoio de diagnóstico com raio-X, exames laboratoriais, mamografia e eletrocardiograma", explicou o secretário.

Quarenta servidores da secretaria municipal de saúde (Semusa), participaram da Oficina sobre Política de Controle do Tabagismo realizada quinta (02) e sexta-feira (03) na sala 5, do Rondon Palace Hotel. São médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares da área da saúde que estão sendo capacitados para implementação das políticas nos Prontos Atendimentos da rede de saúde municipal e nos Centros de Atendimento Psicossocial (Caps), coordenados pelo programa de Saúde Mental da Semusa.

No primeiro dia os participantes foram orientados sobre a política de controle ao tabagismo com referência ao programa nacional, também ouviram uma palestra proferida pelo Ministério Público, quanto à proibição do fumo nos ambientes fechados e a visão quanto o tabagismo como problema de saúde pública e dependência química.

O secretário municipal de saúde, Willames Pimentel, enfatizou que a Semusa desenvolve ações pontuais, que são as campanhas de comunicação de massa, como as desenvolvidas durante as datas comemorativas do Dia Mundial Sem Tabaco (31 de maio), Dia Nacional de Combate ao Fumo (29 de agosto) e Dia Nacional de Combate ao Câncer (27 de novembro), e agora se propõe a estabelecer ações contínuas nas unidades de saúde, um trabalho que já está sendo feito nas escolas e ambientes de trabalho, com o objetivo de atingir canais com o público-alvo. "Trabalhar a saúde preventiva é muito mais vantajoso, tanto para garantir a qualidade de vida da população, como para reduzir a quantidade de recursos que os órgãos públicos têm que disponibilizar para atender às unidades de saúde em todo o país" argumentou o secretário.

Cerca de 70 vacinadores participaram de um encontro com profissionais da secretaria municipal de saúde (Semusa), e também com os diretores das Unidades de Saúde (US), para promoção de atualização profissional. O evento teve a apresentação da vacina Meningocócica conjugada tipo C, que foi inserida no Calendário Básico de Vacinação da Criança, e em eventos adversos pós-vacinais, preconizados pelo Ministério da Saúde (MS), que será implantada na rede municipal na segunda quinzena de outubro pela coordenação de imunização estadual.

A vacina conjugada contra o meningococo não fazia parte da rotina de vacinação da rede pública de saúde, ela é indicada na imunização ativa para prevenção de doença invasiva causada por *Neisseria meningitidis* do sorogrupo C. Essa vacina protege contra a bactéria meningocóco C, que causa a meningite e não estava entre as vacinas oferecidas pela rede de saúde pública. É aplicada em injeção, de duas ou três doses no primeiro ano de vida. Um reforço aos 15 meses é recomendado. Se a criança maior de um ano ainda não foi vacinada, a dose é única.

O secretário da Semusa Willames Pimentel, participou da abertura dos trabalhos e confirmou o compromisso desta gestão com a formação de vacinadores e a ampliação no atendimento. "Este ano já realizamos duas capacitações para os vacinadores da rede que atuam nas salas de vacina das unidades estabelecidas nos bairros e nas campanhas de vacinação, e adiantamos a atualização dos nossos profissionais com atividades práticas e exercícios baseados na apresentação da vacina, para que ao começar a campanha estejam todos preparados", informou.

Um efetivo com mais de 300 militares e várias equipes de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) de Porto Velho, estão unidos trabalhando

para atender uma população de aproximadamente 1.500 pessoas na região de Ponta do Abunã. A ação faz parte da "Operação Curare IV" do Comando Militar da Amazônia na região Norte e que tem como objetivo oferecer ação cívico-social, de saúde e ainda combater o tráfico na fronteira e o crime ambiental.

A Semusa foi convidada a fazer parte da ação e para tanto montou a logística de atendimento médico com equipes de profissionais nas cidades de Nova Califórnia, Vista Alegre, Extrema e Abunã. Desde segunda-feira a mobilização acontece na unidade de saúde de Nova Califórnia. Na quarta-feira (11), os trabalhos seguirão para a cidade de Vista Alegre com atendimento médico e cívico-social na quinta e sexta-feira. No sábado (14) e no domingo (15), a equipe dos profissionais e os militares realizarão simultaneamente o trabalho de atendimento à população das localidades de Extrema e Abunã, voltando na segunda-feira (16) para Vista Alegre e na terça atenderão em Fortaleza do Abunã.

Para o secretário municipal de saúde Williames Pimentel, a mobilização é uma potencialização do serviço ambulatorial oferecido no local e que deve ser ampliado. "Vamos ampliar e reformar a unidade de saúde de Nova Califórnia porque a prefeitura reconhece a necessidade de expandir o atendimento, para isso já contratamos dois médicos clínicos para atender a comunidade diariamente. Essa ação militar é uma forma de potencializar os serviços oferecidos à comunidade na zona rural" – disse elogiando a iniciativa do exército neste trabalho interinstitucional. O diretor do Hospital da Guarnição, Coronel Accioly, que acompanhou o secretário Pimentel vistoriou as instalações do posto de saúde de Abunã.

Segundo a diretora da USF São Sebastião, Silvia Miranda, cerca de 30 pessoas, entre agentes de endemias, fiscais e servidores participaram do mutirão que aconteceu entre os dias 24 e 27 de agosto. "Os agentes de endemias identificaram os focos e repassaram aos moradores as devidas orientações sobre o perigo da dengue, pois as chuvas já começaram e é o período mais propício para a proliferação dos mosquitos", esclareceu.

Ainda de acordo com a diretora, durante o mutirão foram contemplados os bairros Sebastião I e II, que também constataram a existência de muitos terrenos baldios, focos da dengue, falta de limpeza em quintais e residências, e muito lixo acumulado. "São verdadeiros abrigos, não só para o mosquito da dengue, mas para animais peçonhentos e demais transmissores de doenças, como os ratos, baratas, moscas e outros", disse a diretora.

A prefeitura municipal de Porto Velho, através da secretaria municipal de saúde (Semusa), reuniu cerca de 70 dentistas, para apresentar as ações que vem potencializando o serviço de atendimento odontológico na rede municipal de saúde, na Zona Rural e Urbana, entre elas a ação "Sorria Porto Velho", que tem como meta ampliar o trabalho de prevenção, através dos profissionais que atuam na Estratégia de Saúde da Família (ESF).

A meta do trabalho é aumentar os números resultantes da primeira consulta odontológica e o trabalho de escovação nas escolas e unidades, em 40% até o ano de 2012. Para atender a escovação, a Semusa vai adquirir escovódromos portáteis, ainda este ano. "Entre as estratégias planejadas na saúde municipal, a Semusa amplia as ações para aumentar a oferta dos serviços, proporcionando melhor qualidade de vida à população", afirmou o secretário de Saúde, William Pimentel.

O quadro da Semusa hoje conta com 106 odontólogos, distribuídos para atender ao público nos Prontos de Atendimento, Unidades de Saúde, Secretaria Municipal de Educação (Semed), nas Unidades de Atendimento especializados, seis postos da zona rural e 34 na zona urbana.

Durante todo mês os profissionais da Unidade de Saúde Hamilton Gondim, ligados ao Programa Estratégia de Saúde da Família, intensificaram as atividades voltadas à saúde da mulher. No dia 25, pela manhã a unidade reuniu cerca de 50 mulheres para um ato solene alusivo a mobilização mundial denominada "Outubro Rosa". As mulheres foram orientadas através de palestras, ensino prático para prevenção do câncer e também foi montado um salão de beleza na policlínica, em parceria com o Senac. "Houve coleta de exames preventivos aos sábados e reuniões informativas com mulheres no período pós-parto", informou a coordenadora da ação, enfermeira Elis Solange Alencar.

O evento que faz parte do calendário festivo anual da unidade contou com a presença da coordenadora de Políticas Públicas para Mulheres, Mara Regina, que ressaltou a importância da mobilização e visibilidade para atividades no campo da saúde preventiva, porque muitas mulheres ainda são afetadas pelo câncer por causa do descuido com a saúde e falta de orientação.

A secretaria municipal de Saúde (Semusa), durante este mês intensificou o atendimento a clientela feminina, principalmente quanto ao câncer de mama e do colo de útero, com cursos de capacitação para os profissionais da área e ampliação no atendimento pelas equipes de Estratégia de Saúde da Família. "O número de

mulheres sem fazer o exame preventivo ainda é alto, mas estamos trabalhando a integração entre os programas de saúde para o aperfeiçoamento do planejamento familiar, e o preventivo faz parte destes planos" – disse o secretário da Semusa, William Pimentel.

O prefeito de Porto Velho Roberto Sobrinho, fez entrega de mais quatro ambulâncias para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, (Samu 192). As viaturas foram adquiridas com recursos do Ministério da Saúde e repassadas à prefeitura. A solenidade de entrega aconteceu na praça João Nicoletti, em frente ao Palácio Tancredo Neves, sede do executivo municipal.

Roberto Sobrinho lembrou na solenidade que este é mais um investimento do município, em parceria com o Ministério da Saúde, que visa melhorias na qualidade dos serviços de saúde prestados à população, no caso específico, os atendimentos de urgência e emergência e principalmente, do reconhecimento popular do Samu. "Antes da nossa gestão, Porto Velho não contava com o Samu, um serviço importante de salvamento. Desde que foi criado há cinco anos, o Samu tem feito a diferença nessa questão do socorro imediato de salvar vidas. Tanto que o serviço é um dos mais bem avaliados pela população de Porto Velho, de tão grande importância que hoje ele está incorporado na estrutura da prefeitura", disse o prefeito.

A "Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres", lançada dia 24/11 chega a sua 20ª edição e ocorre simultaneamente em 159 países. O evento conta ainda com a parceria do Centro de Referência para atendimento às mulheres vítimas de violência Sonho de Liberdade, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, empresas e sociedade civil. Nos últimos anos, os 16 Dias de Ativismo tornaram-se uma das mais importantes estratégias de mobilização e sensibilização da sociedade para a problemática da violência contra as mulheres. Este ano a campanha tem como slogan "Uma Vida sem Violência é um Direito das Mulheres — Comprometa-se, tome uma Atitude, Exija seus Direitos". A campanha consiste na realização de várias atividades no período compreendido de 20 de novembro e 10 de dezembro e tem como objetivo chamar a atenção da sociedade para o compromisso que precisa ser firmado para o fim da violência contra as mulheres.

A secretaria municipal de Saúde (Semusa) através do Núcleo de Educação em Saúde promoveu no mês de novembro a segunda etapa das ações de educação

e promoção à saúde do apenado. Ações realizadas pela Associação Cultural de Desenvolvimento do Apenado-ACUDA, com palestras educativas voltadas para a Saúde do Homem e sobre a dengue, com a distribuição de folder informativo. A Semusa disponibilizou uma equipe de profissionais da saúde e materiais para distribuição entre os presos com orientações e informações sobre o agravo.

A enfermeira Gelzirlane do Nascimento, que está coordenando as atividades, informou que durante as ações educativas foram abordados os temas, tabagismo, alcoolismo, hepatites virais, planejamento familiar entre outros, com as ações trabalhadas através das dinâmicas educativas que contou com a adesão dos apenados envolvidos nas atividades. "A saúde é um direito de todos independente da raça, cor ou qualquer outro tipo de distinção e esta clientela ainda é muito carente no que diz respeito à atenção a saúde, por ser uma população que vive em aglomerados, dentro dos presídios. Esta clientela é considerada de risco para as doenças infecto-contagiosas, porque está exposta às outras doenças relacionadas ao convívio de grupos, e assim se faz necessária a adoção de medidas preventivas para contribuir com a diminuição dos casos das doenças neste grupo" – disse o secretário da Semusa William Pimentel.

A secretaria municipal de Saúde (Semusa) de Porto Velho iniciou em parceria com a Energia Sustentável do Brasil (ESBR) uma série de ações para o controle da dengue. As equipes de profissionais da saúde do distrito de Jacy-Paraná iniciaram as etapas de sensibilização na comunidade e acompanhamento das famílias. Em Porto Velho houve a inclusão dos alunos das Escolas municipais Cora Coralina e Joaquim Vicente Rondon, no processo de combate a endemia. Foi realizado um concurso de redações e desenhos sobre o assunto e palestras, no intuito de envolvê-los nas ações educativas prestadas à comunidade.

A coordenadora do departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental da Semusa, Rute Bessa Pinto, informou que a secretaria trabalha com dados do Levantamento de Índice Rápido de *Aedes aegypti* – LIRAA, que teve o último resultado baseado nas pesquisas realizadas no período de 06 a 21 de outubro de 2010, na zona Urbana de Porto Velho. "O levantamento é a metodologia estabelecida pelo Ministério da Saúde desde o ano de 2005 e consiste na formulação de dados amostral, de um percentual de imóveis do município determinantes no Índice de Infestação Predial [IIP], pelo mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue" explicou.

A Secretaria municipal de Saúde (Semusa) está intensificando os trabalhos de combate ao mosquito da dengue. Entre as ações estão reuniões que define as parcerias com instituições públicas e privadas para atuação preventiva, desde a publicidade até a realização de mutirões nos bairros. Os agentes comunitários que compõem o quadro funcional das Unidades de Saúde começaram o trabalho de orientação e alerta sobre os riscos da doença no período chuvoso.

O Núcleo Interinstitucional de Educação em Saúde Municipal (Niemsus) da Semusa, desde o início do mês visita as Escolas da rede pública, levando folder e material informativo, para uso do professor. Da rede municipal, sessenta Escolas foram beneficiadas com material de divulgação para aulas interativas e interdisciplinares. A Semusa também está disponibilizando profissionais da saúde para agendamento de palestras, através do telefone 3901 2930.

Segundo William Pimentel, a secretaria está fazendo um apelo aos educadores quanto à colaboração, no sentido de promover educação preventiva no combate a dengue. “Nossos estudantes tem potencial para contribuir com os cuidados da vigilância nos espaços de suas residências e junto aos adultos responsáveis”, justificou, afirmando que 90% dos casos de dengue são detectados nos ambientes domiciliares.

Durante todo o ano a secretaria municipal de Saúde (Semusa) realiza uma série de ações para combater a doença, como a atenção ao paciente, levantamento e catalogação de dados, controle vetorial com notificações, eliminação de criadouros e palestras educativas com distribuição de material informativo. “Semanalmente a Semusa emite um Boletim Epidemiológico com dados sobre a doença e o crescimento significativo dos casos, para acompanhamento. Ano passado foi desencadeado uma série de mutirões, que começou nos bairros Nacional e Aponiã, onde a incidência de criadouros era apontada como a maior. A ampliação do trabalho é uma necessidade para potencializar o combate a manifestação da doença”, explicou o secretário William Pimentel.

Cerca de 10 mil mulheres atendidas. Esta é a meta da secretaria municipal de Saúde (Semusa) para atender em 11 dias, mulheres com idade de 25 a 59 anos, parte da campanha de intensificação de coleta de Prevenção do Câncer de Colo de Útero (PCCU) nas Unidades de Saúde. A cerimônia alusiva à ação acontece no sábado (20), às 8 horas, na Unidade de Saúde do bairro Mariana, Rua Rosalina Gomes, nº 9870, próximo a Escola Estadual Jânio Quadros e simultaneamente

todas as Unidades Básicas da capital estarão abertas com profissionais atendendo a comunidade feminina.

Para atingir a meta a secretaria dispõe de 56 médicos fazendo o atendimento, 56 enfermeiros coletando 3 exames por hora, em turno de 6 horas e em 11 dias. O trabalho começa no sábado e vai até o dia 03 de dezembro. A leitura das lâminas ficará sob a responsabilidade do laboratório do Centro de Referência Saúde da Mulher, ao lado da Unidade da Saúde Rafael Vaz e Silva.

Prevenção

O exame preventivo é a principal estratégia para detectar lesões precursoras e fazer o diagnóstico da doença, pois ao ser detectado na fase inicial, as chances de cura do câncer cervical são mais precisas. "O câncer uterino é uma das prioridades do pacto pela vida e amplia a oferta de preventivo do colo do útero, que é uma atividade que vem sendo desenvolvida na rotina das unidades. Hoje queremos dar visibilidade para o serviço disponibilizado em toda a rede municipal, mais a procura ainda é baixa e temos que conquistar uma clientela de 80% das mulheres com idade de 25 a 59 anos, da nossa capital" – disse o secretário da Semusa Williames Pimentel.

No segundo semestre deste ano a secretaria ofereceu recentemente aos profissionais de enfermagem um curso de aperfeiçoamento para coleta, no Centro de Referência Saúde da Mulher e após este trabalho foi intensificado nas unidades. "Tenho preocupação em melhorar cada vez mais o serviço, por isso procuro uma gestão de apoio ao profissional disponibilizando sua qualificação e assim tentar dar uma potência para combater o agravo e diminuir os indicadores" – disse Pimentel.

O secretário de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame, publicou hoje (28) no Diário Oficial da União, a portaria que concede o título de Hospital Amigo da Criança a maternidade Mãe Esperança, gerida pela Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) de Porto Velho. A notícia foi dada pelo gabinete do Ministério da Saúde ao secretário Williames Pimentel, que esteve recentemente em Brasília buscando recursos e parcerias para a melhoria da saúde pública municipal. Segundo Pimentel o título é uma vitória para administração de Roberto Sobrinho, que tem fomentado a melhoria na qualidade do atendimento prestado na rede municipal com reformas, ampliações, construções, capacitações para os profissionais e manutenção do serviço à saúde.

O Ministério da Saúde estabelece normas para o processo de habilitação do hospital Amigo da Criança, parte integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), e que passa a seguir o cadastro nacional de estabelecimentos de saúde. A certificação foi idealizada em 1990 pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e pelo UNICEF para promover, proteger e apoiar o aleitamento materno. A Maternidade Mãe Esperança é a primeira no Estado a receber a titulação, conferida as maternidades que se preocupam com a redução da mortalidade infantil. Para conquistar o título é preciso cumprir com os requisitos estabelecidos na Declaração de Innocenti, assinada na Itália e da qual o Brasil faz parte, onde constam as diretrizes denominadas "Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno". Em março de 1992, o Ministério da Saúde e o Grupo de Defesa da Saúde da Criança, com o apoio do UNICEF e da OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), deram os primeiros passos.

Segundo o secretário municipal de Saúde William Pimentel, ao executar o programa e obedecer aos Dez Passos, a maternidade atingiu os requisitos para a conquista da titulação e, portanto conquistou a certificação junto ao MS. "Também destacamos o empenho da redução das taxas de cesáreas" – lembrou o secretário, que levou o nome da maternidade municipal até o Ministério da Saúde, mostrando as ações da prefeitura e o empenho do prefeito Roberto Sobrinho com relação às políticas públicas do município para uma saúde de qualidade e mais acessível à população.

A secretaria municipal de Saúde entregou nesta terça-feira, (21) a premiação para os servidores que se destacaram na Campanha "Saúde para Todos, um Natal Feliz com Você", que teve o objetivo de preparar as unidades de saúde para melhor receber os usuários durante o período pré-natalino e promover a coleta de brinquedos para distribuição às crianças carentes de famílias de baixa renda, dos distritos e vilarejos da área Rural e da capital.

No evento, que teve a divulgação do nome da unidade de saúde vencedora do concurso realizado durante a campanha, tinha como objetivo destacar o ambiente mais ornamentado e solidário neste Natal. Para realizar as ações de ornamentação e coleta de brinquedos as unidades envolveram também a comunidade.

As unidades premiadas receberam uma placa de honra ao mérito e premiação simbólica que será revertida para sorteio entre os funcionários. A avaliação foi feita por uma comissão julgadora composta por representantes das

secretarias municipais de educação e esporte e também por membros do Conselho Municipal de Saúde. “Dessa forma, pretendemos incentivar a humanização da prestação dos serviços na rede de saúde e ao mesmo tempo chamar atenção dos servidores, para atuarem de forma solidária com a nossa população” – explicou.

Na solenidade a Semusa homenageou também os funcionários que se destacaram durante todo o ano na prestação de serviços aos usuários do sistema, desde os departamentos as unidades de saúde. A solenidade de premiação aconteceu na Fatec.

Um salto de qualidade que colocará Porto Velho como referência em todo o Estado de Rondônia. Assim avaliou o prefeito Roberto Sobrinho, pelos serviços que passarão a ser prestados pelo município com a inauguração do Laboratório Central de Diagnóstico Municipal, nesta sexta-feira, 17. Instalado na Policlínica Rafael Vaz e Silva, a Central atenderá as solicitações de exames vindos do Sistema Único de Saúde (SUS). “Com o funcionamento desse laboratório conseguiremos estruturar uma rede para integrar todas as unidades de saúde do município interligando, via internet, os laboratórios existentes nessas unidades com a Central de Diagnóstico. Com isso, em até 48 horas a pessoa terá o resultado do seu exame”, afirmou o prefeito Roberto Sobrinho, lembrando ainda que laboratório desse porte, em Rondônia, só Porto Velho possui.

Com o novo sistema em operação, os exames de imunologia, bioquímica e hormônios serão coletados nas unidades básicas de saúde e enviados à Central de Diagnóstico. Os exames serão processados no laboratório da Central e os resultados enviados pela internet às unidades coletoras em até 48 horas. “Isso será possível porque os equipamentos adquiridos para o laboratório é o que demais moderno existe hoje. É totalmente automatizado e tem capacidade de análise que ultrapassa três mil exames por dia. Nem os laboratórios particulares têm um equipamento assim no Estado”, revelou o prefeito.

O secretário William Pimentel adiantou que até antes da entrega da Central, a rede laboratorial da prefeitura não tinha estrutura para trabalhar com a maioria dos exames que chegavam às unidades de saúde. “Eles eram realizados por laboratórios privados, que mantinham contrato com a secretaria de Saúde do Estado. Mas quando a prefeitura voltou a ter a gestão plena da saúde, o prefeito Roberto Sobrinho começou a trabalhar o fortalecimento da rede de diagnóstico, e hoje chega a sua estruturação com a inauguração da Central de Diagnóstico, os

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

exames que eram feitos fora do Estado passarão a ser feitos aqui", disse o secretário

Estiveram presentes na solenidade de inauguração, além de funcionários da policlínica, servidores da secretaria municipal de Saúde (Semusa) e imprensa, o secretário Williames Pimentel (Saúde), representante do Ministério da Saúde, João Mavalda Carvalho Filho; coordenador da Associação Beneficente dos Servidores Públicos do Brasil (Aspub/Acre), José Luiz Acioly Eiras; Ana Caldas, presidente do Conselho Regional de Farmácia; Nélida Santos, delegada do Conselho Nacional de Farmácia; diretor do Hospital de Guarnição, tenente-coronel Luiz Acioly; conselheira municipal de Saúde e diretora do Hospital Santa Marcelina, Irma Lina; e os vereadores Cláudio Carvalho.

A coordenadoria municipal de Políticas Públicas para Mulheres participou de reunião com os administradores dos distritos de Porto Velho, promovida pelo departamento do interior. Segundo a coordenadora Mara Regina Araújo, o principal objetivo foi divulgar a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência, a Lei Maria da Penha e conseguir a adesão dos administradores à Campanha Homens pelo Fim da Violência.

A médica Ida Pérea, diretora da maternidade municipal Mãe Esperança, também participou do encontro. Ela falou da campanha pela redução da gravidez na adolescência e do Programa Homens Pelos Direitos Reprodutivos, implantado pela secretaria municipal de Saúde (Semusa). Este último tem como objetivo atender o público masculino com cirurgias de vasectomia, totalmente custeado pela prefeitura. Desde 2007, quando o programa foi implantado no município, mil procedimentos já foram realizados.

Participaram da reunião os administradores dos 13 distritos da capital – São Carlos, Nazaré, Calama e Demarcação (baixo Madeira), Jaci Paraná, Rio Pardo, União Bandeirantes, Nova Mutum, Abunã, Fortaleza do Abunã, Vista Alegre, Extrema e Nova Califórnia, ao longo da BR-364.

Relatório de palestras de janeiro a dezembro de 2010

Dia	Requisitante	Endereço	Horário	Tema	Palest	Part
12/02	Termonorte	BR-364	07:30 – 09:00h	DST/AIDS	Valduino	35
01/03	Col. J. B. Costa	Cohab	10:00 – 11:30h	Dengue/FA	Valduino	31
01/03	"	Cohab	08:45 –	Dengue/FA	Valduino	76

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

			10:00h			
02/03	“	Cohab	10:00 às 11:30	Dengue/FA	Valduino	82
02/03	“	Cohab	08:45 – 10:00h	Dengue/FA	Valduino	72
03/03	Colégio Rio Branco	Centro	10:00 – 11:30h	Dengue/FA	Valduino	65
04/03	“	Centro	10:00 – 11:30h	Dengue/FA	Valduino	96
05/03	Colégio Brasília	Pedacinho de Chão	20:00 – 21:30h	Dengue/FA	Valduino	101
30/03	Eletronorte		08:00 – 09:45h	DST/AIDS	Valduino	28
14/06	PCE – Engenharia		09:00 – 10:00h	DST/AIDS	Ac. Enf. Unir Eduardo	16
21/07	Teatro Banzeiro	Centro	19:00 – 21:30h	DST/AIDS	Valduino	165
01/08	Fox Minas Construtora	Jaci Paraná	09:00 – 12:00h	Dengue/Malária Leishmaniose/ DST/AIDS	Valduino	75
05/08	Abengoa Brasil	Km – 18	16:30h	Dengue	Rosenilton	21
06/08	Hospital Cemetrion	Jardim América	09:00 – 13:00h	Hepatites/DST	Enf. Gel	25
08/08	“	“	09:00 – 12:00h	Hepatites Virais	Enf. Gel	26
18/08	Escola São Pedro		14:30 – 17:00h	Sexualid./DST	Enf. Gel	31
23/08	Taqueda	Liberdade		DST/AIDS	Enf. Gel	20
25/08	Taqueda	Liberdade		DST/AIDS	Enf. Gel	25
13/09	Embrapa	Br – 364	15:30 – 17:30h	DST/AIDS/LER /DORT	Enf. Gel	32
14/09	SBS Empreendimentos		16:00 – 18:30h	DST/AIDS	Enf. Gel	62
15/09	“		15:00 – 17:30h	Alcool./Tabagismo	Enf. Gel	56
16/09	Hipermercado	BR – 364	14:30 – 17:00h	DST/AIDS	Enf. Gel	25
17/09	TNT Araçatuba		16:00h	LER/DORT/Ergonomia	Enf. Gel	25
17/09	Makisa		15:30 – 16:30h	Tabagismo	Enf. Gel	10
28/09	Escola Flora Calheiros		15:00 – 17:30h	Sexual/Gravid. na Adolescência	Enf. Gel	34
04/10	ACUDA – Apenados	Presídio Panda	15:00 – 17:30h	DST/AIDS	Enf. Gel	32
07/10	Escola Pel – TV Escola		09:00 - 12:00h	Medidas de Higiene	Enf. Gel	58
08/10	Esc. Petrônio Barcelos		09:00 - 12:00h	Medidas de Higiene	Enf. Gel	61
18/10	ACUDA –	Presídio	14:00 -	Medidas de	Enf. Gel	38

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

	Apenados	Panda	17:30h	Higiene e Bucal		
26/10	Receita Federal	Centro	15:00h	Verif. Sinais Vitais/Glicemia	Enf. Gel	32
27/10	Emp. Ônibus 3 Marias	SEST/SENAT	09:00 – 10:30h	DST/AIDS	Valduino	11
27/10	“	“	10:30 - 12:15h	Primeiros Socorros	Enf. Raimundo	11
27/10	Ministério da Fazenda	Centro	15:00h	Verif. Sinais Vitais/Glicemia.	Enf. Gel	27
28/10	Direcional Engenharia	Rua Jamary	07:00 - - 8:30h	DST/AIDS	Valduino	66
28/10	Bairro Novo	Refeitório	60min	Capac. Espec. DST'S/Tabagismo	Enf. Gel	72
29/09	Presídio Feminino	Av. Farquar	15:00 – 17:30h	DST/ADS/Tuberculose	Enf. Gel	23
11/11	Escola Pé de Murici		09:00 – 10:30h	Dengue/FA	Valduino	47
19/11	Esc. Chapeuzinho Vermelho		19:00 – 21:45h	DST/AIDS	Valduino	13
20/11	Igreja Inter. Da Graça		14:00 – 17:30h	Dengue/Higien e Pessoal	Enf. Gel	56
22/11	ACUDA	Est. da Penal Km-5	14:00 – 17:00h	Saúde do homem	Enf. Gel	28
14/12	Bairro Novo	Refeitório	15:30 – 17:30h	Dengue	Enf. Gel	46
15/12	Bairro Novo	Refeitório	15:30 – 17:40h	Dengue	Enf. Gel	57
20/12	Bairro Novo	Refeitório	15:30 – 17:30	Dengue	Enf. Gel	34
23/12	Bairro Novo	Refeitório	15:30 – 17:40h	Malária	Enf. Gel	34
	TOTAL			44		1980

Demonstrativo das ações e metas desenvolvidas em 2010 - NIEMSUS

Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
1.Divulgação das campanhas de vacinação contra a gripe na pessoa idosa. 2. Capanha da 1º e 2º Etapa contra paralisia infantil. 3.Capanha anti - rábica animal.Com apoio técnico na mídia meios de comunicação e mobilização social. 4. Capanha de vacinação contra o vírus H1N1, com capanhas mobilizadoras e educativas.	6 campanhas	100%			Apoio técnico a , nos meios de comunicação e Mobilização social com campanhas mobilizadoras e educativas,com divulgação em carro de som,faixas informativas, cartazes,panfletos,Jornais de grande circulação, no rádio e televisão. 02) Capanha contra paralisia infantil,(01) vacinação da pessoa idosa,(01) Campanha de vacinação contra o vírus da H1N1(02) Campanha de vacinação anti-rábica animal. Campanhas realizadas nos vários postos de saúde existentes no município
Contratação de carro de som para divulgação de campanhas.	100%	100%			Utilizado em várias campanhas de mobilização social voltado a prevenção de agravos á saúde da população. contratação durante (01) um ano,cobertura total das capanhas de prevenção da saúde.
Promover Multirões de Limpeza nos bairros em paceria com as unidades de Saúde.	15	2%			Apoio técnico e logístico do Niemsus em parceria com Ubs,Dab,,Dcz,Dva.realizado com os agentes da saúde da família no ronaldo aragão e são sebastião
Confecção de material educativos e informativos, tipo, cartilhas, cartazes, banners e folders para dar suporte ao trabalho de educação em saúde.	320.000	100.000			Confeccionar 200.000 folders diversos,20.000 cartazes,100,000 cartilhas. Cenfecionado 100.00 panfletos da dengue.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Participação, orientação e distribuição de materiais didáticos informativos e educativos nas comunidades.	25.000	19. 879			Disribuir 10.000 materiais didáticos e panfletos educativos sobre educação e saúde voltado aos diversos temas do setor saúde. No primeiro semestre foram distribuídos (6.801), folders de diversos temas relacionados a saúde e (516) cartazes. No segundo semestre foram distribuídos (10.446) folders e (2.116) cartazes.
Participação, orientação e distribuição de materiais educativos nas Empresas, escolas e órgãos públicos.	50%	25%			Disribuir materiais didáticos e panfletos informativos em educação e saúde nas instituições escolares, empresas e Unidades de saúde. Foram distribuídos folders, panfletos, catazes, como também orientações individualizadas e em grupos distintos. Dinamicas de grupos, montagem de estandes educativos em eventos, em ações realizadas. Atendimento à alunos e professores das instituições públicas e privadas, 77 registros no 1º semestre, No 2º fora 114 sendo a maioria sobre grávidas na adolescência, DST/AIDS, uso e abuso de Alcool/ Drogas, Dengue e Malaria.
Realização de Campanhas publicitaria sobre as ações desenvolvidas , relacionadas a saúde da população focalizado na, Atividade Física, Alimentação Saudável, Tabagismo, Álcool, Droga, Violência e Meio Ambiente.	100%	10300%			Realização de campanhas anuais de mídia e produção de material educativo em educação e saúde. Apoio técnico e logístico do Niemsus em parceria com Ubs, Depts, Divisões e areas tecnicas da Semusa. No 1º semestre foram registrados 58 Campanhas, no 2º foram registrados 45.
Desenvolver ações de educação em saúde formação de multiplicadores nas escolas da capital, através de	100%	100%			Realizar formação de Agentes Multiplicadores 2 escolas por ano. Concluída a formação de (02) agentes multiplicadores em (02) escolas. Sendo

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

oficinas desenvolvidas e atividades lúdicas nas Escolas					uma do município (Escola São Pedro) e (Escola Rio Branco), do estado.
Desenvolver ações do Projeto saúde na Escola.	5	100%			Realizar Atividades em 5 escolas por ano. realizado somente em uma escola do município (Escola São Pedro), onde foram trabalhado os diversos temas da saúde. Demais escolas, previstas para início das aulas em 2011.
Desenvolver ações do Projeto Prevenção de Dengue nas escolas onde realizamos uma capacitação com os professores para trabalhar o tema na escola com os alunos.	50%	100%			Realizar em 50 % das Escolas conforme contato pré-estabelecido entre escola e NIEMSUS.1ª ação desenvolvida na Escola São Pedro, municipal.
Realizar ações de educação e comunicação para a promoção de hábitos que reduzam os riscos de doenças Estabelecer parcerias com os programas de saúde pública para desenvolvimento das ações de educação e comunicação para a promoção de hábitos que reduzam os riscos de doenças; Instituir nas ações do niemsus o Dia Nacional de Mobilização pela Promoção da Saúde e Qualidade de Vida	50%	1%			Realização de campanhas anuais de mídia e produção de material educativo contemplando as seis prioridades da Promoção da Saúde: Atividade Física, Alimentação Saudável, Tabagismo, Álcool, Violência e Meio Ambiente; Combater o uso abusivo do álcool, anfetaminas e outras drogas; Estimular práticas de Alimentação saudável, regulamentação de produtos industrializados pelo teor de sal e gordura trans, regulamentação da propaganda de alimentos infantis etc.Realizar em 50 % das Escolas conforme contato pré-estabelecido entre escola e NIEMSUSRealizado somente em (01) escola municipal,demais, previstas para início das aulas em 2011.
Realizar cobertura jornalística e divulgação na imprensa local ampliar as ações de educação,promoção e prevenção da	100%	13600%			Realizar cobertura de todas as campanhas educativas em instituições públicas e privadas voltada a Todas as ações acima descrito, após contato prévio com o NIEMSUS e encaminhamento

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Saúde					das informações necessárias para desenvolver as matérias jornalísticas meta: Realizar cobertura de 100% das atividades realizadas pela SEMUSA/PVH iniciado em 2010. Apoio logístico aos Departamentos e Divisões afins, o qual todas as campanhas devem ter cobertura jornalística das ações desenvolvidas.No primeiro semestre de 2010 foram realizados(83)relises, no segundo semestre foram registrados(53) relises referentes as ações desenvolvidas em geral da Semusa.

Fonte: NIEMSUS/SEMUSA/PVH

GESTÃO DA RESOLUTIVIDADE DOS ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM PORTO VELHO

Departamento de Média e Alta Complexidade – DEMAC

Os serviços assistenciais de média complexidade são componentes importantes para o sistema de saúde, pois atuam dando suporte às ações de atenção básica, assim como interagem com os níveis de maior complexidade do sistema, selecionando os problemas que requerem uma assistência mais especializada, ao mesmo tempo em que resolve aqueles capazes de resposta no primeiro nível de complexidade. Em Porto Velho, o momento atual exige da gestão municipal uma reorganização deste nível de atenção, com projetos inovadores que estão em fase de conclusão e outros iniciando suas obras, podendo dar resultados positivos e responder ao impacto do crescimento populacional.

A reestruturação ampliou a oferta de serviços especializados, atenção hospitalar obstétrica, apoio diagnóstico, saúde mental, recuperação auto motor e fonoaudióloga através do Centro de Fisioterapia e a assistência ambulatorial dos prontos atendimentos, fortalecendo a atenção de urgência e emergência e ambulatorial especializada, o que tornou os serviços municipais resolutos e capazes de diminuir a demanda do Pronto Socorro João Paulo II.

A construção de três novas Unidades de Pronto Atendimento – UPA, com duas já em fase de construção, oferece a estrutura física que dá sustentação ao objetivo proposto. Da mesma forma o Centro de Especialidades Médicas e Diagnósticas, já em fase final de construção, virá contribuir para ampliação da capacidade do município em dar resposta às demandas das clínicas especializadas.

A SEMUSA também investiu em sua rede diagnóstica laboratorial, formando uma central diagnóstica automatizada e informatizando os laboratórios, oferecendo maior qualidade e resolutividade aos exames realizados, aumentando a capacidade de resposta aos usuários.

No momento encontra-se em fase de licitação todos os equipamentos e mobiliários para as Unidades de Pronto Atendimentos - UPAS e para o Centro de Especialidades Médicas, que estão com previsão de inaugurações para fevereiro de 2011.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações realizadas no ano de 2010 - Departamento de Média e Alta Complexidade – DEMAC

Eixo: Gestão da Resolutividade dos Atendimentos de Média e Alta Complexidade em Porto Velho

AÇÃO ANUAL	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
DEMAC					
Aumentar a resolutividade dos atendimentos de urgência e emergência em conjunto com a rede SAMU.	Aprovar o Projeto de construção das UPA's na Comissão Intergestora Bipartite – CIB	Meta alcançada. Projeto aprovado.			
	Definir os locais para as construções das UPA's	Meta alcançada. Locais já definidos e documentação dos terrenos em processo judicial de desapropriação em trâmite			
	Elaborar o termo de referência para aquisição de mobiliário e equipamentos.	Elaborado termo de referência para aquisição de mobiliário e equipamentos, aguardando liberação do recurso para iniciar trâmite de aquisição			
	Confirmar a realização do Curso de ATLS para capacitar 32 médicos.	Meta alcançada. Curso de ATLS confirmado para o período de 08 a 11 de janeiro de 2010, capacitando 32 médicos.			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

	Reinauguração dos Prontos Atendimentos Manoel Amorim de Matos e Ana Adelaide com capacidade ampliada de atendimento, com serviço de: radiologia, eletrocardiógrafo e laboratório clínico funcionando 24 horas	Não estava planejado. Foi uma atividade que foi realizada ser estar planejada.			
	Encaminhar e Aprovar o projeto de engenharia das UPAS junto ao MS para liberação dos recursos	Meta não alcançada			Projeto não executado por não ter sido aprovado o projeto de engenharia pelo MS
	Elaborar o processo administrativo para licitação de empresas para construção das UPAS	Meta não alcançada			
	Planilhas da necessidade de profissionais e escalas de serviço;	Meta não alcançada			Os profissionais que irão atuar nas UPAS a serem inauguradas serão remanejados, respectivamente, das Policlínicas Manoel Amorim de Matos (zona sul) e Hamilton Raulino Gondim (zona leste).
DEMAC LAB					

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Implantar Centro de Referência de Especialidades Médicas (Policlínica)	Elaborar o projeto de construção do Centro de Referência sendo transferido para o terreno do Alfredo e Silva	O projeto foi elaborado, porém a obra não foi iniciada			Atraso na definição do projeto de engenharia e do terreno para construção
	Recursos humanos contratados para apoio laboratorial, clínicas médias na área de ginecologia, pediatria, psiquiatria, neurologia e radiologia.	Foi realizada, porém não estava planejada			
	Contratação de empresa em regime de comodato para aumento da capacidade instalada na área e bioquímica, imunologia, hematologia e implantação de sistema informatizado e de rede integrada de apoio laboratorial <i>on line</i> .	Foi realizada, porém não estava planejada			
	Elaborado projeto para o Centro Municipal de Reabilitação e assegurado recursos através de emenda parlamentar.	Foi realizada, porém não estava planejada			

Fonte: DEMAC/SEMUSA/PVH

Divisão de Urgência e Emergência

A Divisão de Urgência e Emergência tem sob sua gerência e supervisão os quatro Prontos Atendimentos assim denominados Ana Adelaide, Manoel Amorim de Matos, Hamilton Raulino Gondim, José Adelino da Silva e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Durante o ano de 2010 tivemos um aumento expressivo nos atendimentos de urgência e emergência, tanto nos Prontos Atendimentos quanto no SAMU, em decorrência do aumento populacional e em decorrência de pacto firmado entre as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde para que o HPS João Paulo II apenas atendesse os usuários referenciados com encaminhamento médico, dessa forma bloqueando a demanda espontânea.

Prontos Atendimentos (24 horas)

Os quatro Prontos Atendimentos funcionam 24 horas, com atendimentos em urgência e emergência realizados por médicos Clínicos Gerais e Pediatras. Os leitos existentes funcionam para observação do usuário pelo período máximo de até 24 horas e após esse tempo o mesmo ou é liberado para seu domicílio ou encaminhado para o hospital de referência que o caso requeira.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Procedimentos realizados no ano de 2010 no Pronto Atendimento José Adelino

Procedimentos	1° Trimestre			2° Trimestre			3° Trimestre			4° Trimestre		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Consulta Pediatra de Plantão	899	782	542	423	815	855	688	756	770	785	813	918
Consulta Clínico de Plantão	4.436	4.032	4.316	3.561	3.421	3.705	3.058	3.531	3.610	3.705	3.805	3.921
Consulta do Enfermeiro Plantão	3.702	3.622	2.817	2.725	2.554	2.486	2.221	2.261	2.279	2.083	2.293	3.411
Encaminhamento para Outras Unidades	104	101	98	52	47	41	95	67	84	102	89.	97
Triagem	13.308	12.096	12.948	10.683	10.263	8.565	9.174	9.393	10.830	11.115	11.321	11.369
Atendimento de Violência Contra a Mulher	07	05	00	02	00	02	02	05	00	00	00	00
Atendimento de Violência Contra o Idoso	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento de Violência Contra o Deficiente	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento de Violência Contra a Criança	00	00	00	00	00	00	01	00	01	00	00	00
Atendimento de Vitima de Arma de Fogo	03	02	00	01	01	00	01	00	00	00	00	00
Atendimento de Vitima de Arma Branca	02	01	01	00	00	00	01	01	05	00	00	01
Atendimento de Vitima de Acidente Doméstico	08	06	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento de Vitima de Acid. de Trabalho	06	04	00	00	00	00	00	00	01	01	00	00
Administração de Medicação EV	7.058	7.457	7.016	5.725	5.237	4.791	4.998	4.897	5.025	5.058	5.100	5.421
Administração de Medicação IM	7.477	7.863	9.191	8.363	7.412	6.967	5.972	5.987	6.002	6.049	6.095	6.253
Administração de Medicação SI	833	806	664	573	367	349	519	527	631	835	836	879
Administração de Medicação SC	2.255	1.330	1.413	903	722	667	911	789	856	715	795.	812
Administração de Medicação VO	3.112	3.385	3.247	1.116	1.223	1.267	1.809	1.915	2.088	2.046	2.002.	2.061
Administração de Vacina Anti-Rábica	18	15	17	9	27	15	21	25	28	34	25	32
Afogamento	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Aspiração de Secreção	01	01	02	02	00	00	00	00	00	00	00	00
Curativos	860	1.073	713	520	530	476	522	551	584	592	613	716
Crioterapia	58	45	31	28	45	41	40	47	63	41	38	45
Drenagem de Abscesso	267	148	139	96	94	79	103	121	139	155	175	183
Debridamento	48	151	53	59	55	41	38	57	53	49	61	67
Entubação	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Extração de Unha	12	8	5	10	14	11	9	8	05	04	18	12

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Exames Laboratoriais	4.260	5.370	5.236	6.083	4.993	4.347	3.932	00	5.181	7.025	6.988	00
Encaminhamento ao João Paulo II	53	58	51	39	32	21	35	54	59	79	68	71
Encaminhamento ao Hospital Cosme e Damião	45	37	28	13	15	20	14	13	25	23	31	26
Imobilização	12	10	08	10	05	00	12	08	03	02	08	04
Monitoração de Pressão Arterial	3.378	2.500	3.451	3.205	2.156	2.528	3.150	3.118	3.234	3.255	3.328	3.459
Nebulização	3.856	4.434	4.043	3.521	1.659	1.127	3.539	3.137	3.526	3.697	3.722	3.961
Oxigenoterapia	58	46	51	37	45	26	81	68	90	85	72	81
Parto	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	01	00
Paciente em Observação	5.559	4.354	4.056	3.242	2.307	1.023	1.807	1.987	2.084	3.045	3.173	3.241
Pesquisa de Plasmodium Gotas Espessas	973	711	555	562	352	448	431	504	450	423	501	00
Reanimação	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Retirada de Ponto	596	582	603	418	369	218	307	334	351	348	361	373
Retirada de Miíase	20	18	16	29	39	25	28	32	27	31	25	20
Retirada de Corpo Estranho	105	85	91	69	52	40	88	85	80	72	83	87
Sondagem Nasogástrica	01	01	02	01	01	00	00	00	00	00	00	00
Soroterapia	5.559	4.354	1.324	3.242	2.307	1.023	1.807	1.987	2.084	3.095	3.260	3.572
Sutura	255	257	251	213	239	164	189	204	233	248	271	279
Terapia de Re-hidratação Oral	3.393	3.062	3.338	2.459	2.156	2.124	2.824	2.711	2.802	2.561	2.289	2.321
Consulta de Urgência / Emergência	1.747	1.612	1.526	1.421	1.542	1.132	3.058	3.531	3.610	3.705	3.805	3.833
Consultas Ginecológicas	241	278	239	221	206	198	230	225	219	217	258	271
Lavado Gástrico	02	02	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento de Vitima de Acid. de Trânsito	12	08	01	05	14	10	12	15	13	11	23	14
Atendimento de Vitima de Queimadura	00	02	01	00	00	01	00	00	00	00	00	00
Administração de Vacina Antitetânica	10	12	09	07	12	10	16	20	26	22	27	31
Atendimento em Enfermagem	3.702	3.622	2.817	2.725	2.554	2.486	2.221	2.261	2.279	2.083	2.293	3.411
TOTAL	82.571	79.718	76.147	68.456	58.875	70.063	57.897	59.130	64.541	70.423	71.679	61.647
TOTAL TRIMESTRAL	238.436			178.007			181.568			203.749		
TOTAL GERAL	801.760											

Fonte: PA José Adeino

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Procedimentos realizados no ano de 2010 no Pronto Atendimento Hamilton Raulino Gondim

Procedimentos	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Consulta Pediatra de Plantão	3.073	3.005	3.143	3.701	3.857	3.681	2.978	2.343	2.759	1953	2896	3.511
Consulta Clínico de Plantão	8.357	7.482	6.195	6.133	5.455	6.031	5.956	5.274	5.581	4581	6122	6270
Consulta do Enfermeiro Plantão	9.913	12.965	8.517	6.768	6.716	9.662	5.840	7.370	5.712	5825	5597	4829
Encaminhamento para Outras Unidades	99	85	102	59	61	46	54	111	165	176	167	191
Triagem	11.430	10.487	9.338	11.310	9.312	9.712	8.934	7.617	8.340	6534	9018	9781
Raio-X	33	17	112	792	901	1.330	913	1.302	533	1334	1423	1429
Atendimento de Violência Contra Mulher	00	00	00	01	03	06	04	03	03	03	00	01
Atendimento de Violência - Agressão Física	04	11	07	05	07	06	11	08	10	10	08	09
Atendimento de Violência Contra Criança	00	00	00	02	02	02	01	00	02	02	00	01
Atendimento de Vitima de Arma de Fogo			01	01	03	02	02	01	02	01		03
Atendimento de Vitima de Arma Branca	02	01	00	00	000	04	03	01	06	02	04	04
Atendimento de Vitima de Acidente de Transito	00	10	60	86	146	76	69	65	61	84	70	41
Atendimento de Vitima de Acidente de Trabalho	00	01	01	01	00	03	03	02	01	03	04	05
Administração de Medicamento EV	14.344	14.202	11.200	11.331	9.794	9.401	10.616	10.274	10.245	9752	10837	10204
Administração de Medicamento IM	6.097	5.287	4.929	6.043	5.025	4.974	4.686	4.878	5.126	4655	5126	5341
Administração de Medicamento SI	502	655	631	630	773	646	558	339	483	408	371	322
Administração de Medicamento SC	25	38	41	36	19	107	80	59	51	68	54	25
Administração de Medicamento VO	309	335	373	390	342	498	531	271	318	423	427	471
Consulta de Urgência - Clínico	00	00	00	1.095	34	07	32	31	58	85	69	67
Consulta de Urgência - Pediatra	00	00	00	381	12	05	03	07	15	23	19	07
Aspiração de Secreção	00	00	05	08	11	07		05	17	03	03	00
Curativo	314	461	330	402	513	811	624	425	630	940	799	768
Administração de Vacina Anti-rábica	00	00	00	10	10	15	07	70	68	84	45	22
Drenagem de Abscesso	08	09	08	10	70	83	35	04	12	19	21	10
Debridamento	08	19	01	06	15	08	06	08	07	04	04	02
Extração de Unha	04	05	07	05	06	03	02	01	04	08	14	06
Exames Laboratoriais	8.714	6.218	2.705	3.278	3.343	5.094	5.610	4.988	4.225	5205	6250	7802

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Sutura	177	217	205	207	239	287	278	230	241	255	233	204
Sonda Vesical	09	05	09	10	06	15	06	06	05	10	10	07
Imobilização	04	04	04	00	04	11	11	03	05	02	01	03
Monitoração de Pressão Arterial	8.757	8.592	7.168	7.649	7.971	6.886	6.338	6.469	5.750	7.895	5.931	6.038
Nebulização	524	551	1.014	1.032	1.623	1.656	1.343	1.085	1.263	798	840	1.052
Oxigenoterapia		17	07	05	33	43	17	00	13	40	62	54
Paciente em Observação - Clínico	2.785	2.120	1.677	1.536	1.386	1.503	1.422	1.240	1.325	1.482	1.602	1.605
Paciente em Observação - Pediatra	441	480	532	445	502	582	401	329	271	386	310	368
Pesquisa de Plasmodium Gota Espessa	2.383	1.785	947	1.085	967	1.015	1.063	1.040	923	889	910	1.400
Soroterapia	3.391	2.947	2.193	2.128	1.723	1.583	1.482	1.597	1.528	1.511	1.602	1.999
Retirada de Ponto	00	00	01	00	00	02	00	00	01	02	02	01
Debridamento com Necrose	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Retirada de Corpo Estranho	07	17	26	24	31	36	27	27	23	20	24	15
Sondagem Nasogástrica	00	07	05	05	03	08	00	06	05	10	10	07
Total mensal	81.714	78.035	61.494	66.610	60.918	65.847	59.946	57.489	55.787	55485	60885	63.875
Total trimestral	221.243			193.375			173.222			180.245		
Total geral	768.085											

Fonte: PA Hamilton Raulino Gondim

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Procedimentos realizados no ano de 2010 no Pronto Atendimento Manoel Amorim de Matos

Procedimentos	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Administração de Injeção Receita Externa	37	20	31	78	122	83	92	130	124	39	74	113
Administração de Insulina	61	00	02	08	09	14	24	19	16	33	05	03
Administração Medicamentos EV	8.776	1.627	6.134	6.734	7.253	6.856	5.933	5.341	6.055	5.921	7.956	7.876
Administração Medicamentos IM	919	1.015	5.198	6.244	5.984	5.148	5.055	4.446	5.717	5.584	6.165	6.713
Administração Medicamentos SC	114	20	101	121	154	152	81	93	78	75	132	156
Administração Medicamentos SL	408	72	172	278	358	154	162	218	210	133	128	127
Administração Medicamentos VO	668	173	463	753	715	688	612	439	540	410	519	530
Aferição de Pressão Arterial	64	1.782	6.187	7.798	7.975	7.139	7.246	7.532	9.207	9.181	9.064	10.640
Afogamento	37	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Aspiração de Secreções	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento de Violência Contra a Criança	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento de Violência Contra a Mulher	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento de Violência Contra o Deficiente	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento de Violência Contra o Idoso	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento de Vitima de Acidente de Trabalho	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento de Vitima de Acidente Doméstico	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento de Vitima de Arma Branca	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento de Vitima de Arma de Fogo	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Colocação de Dreno	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00
Consulta Clínico de Plantão	11.951	1.616	5.893	6.816	6.731	6.272	6.163	6.229	6.571	6.051	6.372	6.372
Consulta do Enfermeiro de Plantão	8.737	2.318	9.820	10.044	9.063	9.228	7.887	7.470	8.317	7.749	8.002	9.024
Consulta Pediatra de Plantão	2.219	494	1.898	2.425	2.404	2.538	1.403	1.177	1.735	1.681	1.311	1.311
Crioterapia	3.010	12	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00
Curativo Grau I	437	126	599	573	631	530	512	618	608	608	677	430
Curativo Grau II	185	00	03	32	43	64	44	80	38	38	78	78
Debridamento	13	05	18	06	20	20	28	34	03	11	14	02
Drenagem de Abscesso Adulto	18	12	24	17	19	17	18	17	15	12	13	09
Drenagem de Abscesso Infantil	07	04	03	01	05	01	03	00	01	01	01	00
Entubação	00	00	00	01	01	01	02	02	00	00	00	00

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Extração de Unha	14	01	11	10	13	07	05	08	04	06	06	04
Glicemia	50	26	33	90	85	22	13	53	14	81	104	82
Imobilização	02	00	00	02	00	00	00	00	00	02	00	00
Inalação / Nebulização	713	156	538	1.164	1.339	1.092	707	877	1.235	585	910	1.080
Lavagem de Ouvido	05	01	03	02	02	00	02	02	01	00	03	01
Lavagem Gástrica	10	02	01	00	04	00	00	01	01	19	01	03
Lavagem Ocular	06	00	06	07	04	09	10	15	09	12	06	11
Oxigenoterapia	639	32	30	15	22	10	16	16	26	02	28	08
Paciente em Observação menos de 24 horas – Adulto	1.856	355	1.078	1.154	1.218	1.268	951	941	949	935	1.079	1.079
Paciente em Observação Menos de 24 horas – Infantil	242	66	134	171	150	122	86	45	124	112	69	69
Parto	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Pesquisas de Plasmodium em Gota Espessa	3.010	499	1.866	1.400	1.276	1.425	1.541	1.449	1.279	1.176	1.470	2.279
Procedimento do Laboratório	4.748	00	4.316	8.459	6.899	7.175	10.743	00	5.545	5.852	9.721	5.086
Raios-X	00	140	681	862	1.158	1.246	1.230	1.297	336	1.291	1.346	1.217
Reanimações	00	00	00	00	00	01	00	01	00	02	00	00
Retirada de Cisto	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Retirada de Corpo Estranho Ouvido / Garganta / Nariz	02	03	02	10	09	00	00	03	02	00	06	02
Retirada de Corpo Estranho Subcutâneo	10	00	02	00	00	00	00	00	00	20	19	09
Retirada de Miíase	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Retirada de Ponto de Cirurgia Básica	185	17	121	137	137	136	126	129	158	66	73	90
Sondagem Nasogástrica	02	00	01	00	01	01	01	02	00	02	02	00
Sondagem Vesical de Demora e / ou Alívio	10	00	03	01	05	04	04	10	14	06	08	05
Soroterapia (Hidratação Endovenosa)	2.877	560	1.608	1.582	1.790	1.581	1.512	1.388	1.290	1.282	1.477	1.620
Sutura	209	46	170	174	203	232	201	215	129	260	240	226
Triagem P.A. e Ambulatório	13.904	2.110	9.897	10.045	7.865	9.461	8.568	8.392	9.207	8.525	9.060	10.640
Total mensal	66.160	57.350	67.215	63.668	62.698	62.248	48.689	59.429	57.763	66.139	66.813	13.904
Total trimestral	190.725			188.614			165.881			146.856		
Total geral	692.076											

Fonte: PA Manoel Amorim de Matos

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Procedimentos realizados no ano de 2010 no Pronto Atendimento Ana Adelaide

Procedimentos	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Consulta clínico de Plantão	13.078	16.180	14.180	12.923	13.923	11.160	10.280	13.380	13.925	13.932	13.998	14.962
Consulta Pediatra de Plantão	1.478	1.523	1.431	1.510	1.680	1.506	1.589	1.982	1.998	2.013	2.028	2.180
Consulta do Enfermeiro	16.109	16.800	15.150	13.629	14.599	13.065	12.089	15.362	15.923	15.945	16.026	16.442
Pacientes Adultos Observ. até 24 horas	1443	2.413	2.766	2.262	2.432	1.517	1.424	1.507	1.415	1.394	1.398	1.631
Pacientes de Pediatria Observados até 24 horas	869	913	862	894	732	462	413	568	399	427	423	463
Encaminhamentos para Unidades Ambulatoriais	915	913	1.301	1.470	1.634	1.624	1.321	1.364	1.352	1.394	549	00
Encaminhado ao JPIL	98	102	139	126	171	124	125	147	48	204	198	116
Encaminhado ao HICD	15	19	14	23	55	32	13	21	21	12	10	18
Encaminhado ao Cemeton	09	16	14	15	14	10	17	08	03	02	03	04
Triagem	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Administração de Medicamentos EV	15.643	15.764	15.976	16.874	16.948	15.636	1.218	15.252	15.270	15.374	15.394	15.423
Administração de Medicamentos IM	8.615	8.792	8.876	9.843	9.762	8.889	8.364	8.231	8.130	8.176	8.195	8.203
Administração de Medicamentos SL	1.938	3.399	3.589	3.465	3.643	3.448	3.138	3.149	3.133	3.178	3.184	3.195
Administração de Medicamentos SC	32	346	408	416	421	413	397	378	396	409	403	411
Administração de Medicamentos VO	1.719	5.635	4.721	4.874	4.946	5.247	5.142	5.124	5.106	5.209	5.202	5.223
Administração de Vacina Anti-Rábica	19	00	48	67	98	38	63	97	75	51	48	65
Atendimento Violência Contra Mulher	00	02	03	01	00	01	00	00	01	00	01	01
Atendimento Violência Contra Idoso	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento Violência Contra Criança	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento Vítima de Arma de Fogo	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Atendimento Vítima de Arma de Branca	00	01	03	01	02	00	00	00	01	04	02	06
Atendimento Vítima de Acid. Doméstico	00	02	03	00	00	00	00	02	00	02	03	20
Atendimento Vítima de Acid. Trabalho	29	31	08	13	05	06	07	07	67	59	54	31
Atendimento Vítima de Acid. Transito	28	34	44	71	101	67	89	77	76	78	81	179
Afogamento	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Aspiração de Secreções	00	03	00	00	00	00	00	00	00	00	00	03
Curativo grau I com / sem Debridamento	603	634	643	681	692	676	710	721	443	495	502	521

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Curativo grau II com/ sem Debridamento	447	459	464	463	469	457	462	467	471	476	479	487
Curativos em Pequeno Queimados	00	04	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Debridamento de Ulcera / Necrose	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
RX	971	744	1.052	1.572	1.503	692	1.126	1.406	1.535	660	1.884	1.394
Crioterapia	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Suturas	425	456	462	468	473	468	473	478	487	492	497	512
Incisão e Drenagem de Abscesso	10	13	14	18	12	10	11	09	09	11	13	15
Drenagem de Abscesso	36	39	42	36	37	34	35	15	17	19	21	24
Nebulizações	1.843	1892	1.903	1.910	1.918	1.929	2.032	2.064	2.016	2.027	2.032	2.272
Oxigenoterapia	1.296	1.321	1.332	1.341	1.652	2.062	2.103	2.148	2.157	2.104	2.106	2.314
Retirada de Pontos	02	00	16	63	97	93	87	73	78	82	84	93
Entubações	00	01	00	04	00	02	00	00	00	00	00	00
Reanimações	00	02	02	03	00	04	00	02	02	05	05	00
Sondagem Nasogástrica	00	00	03	03	02	03	00	06	07	09	08	10
Cateterismo Vesical de Alivio	17	27	34	36	08	09	08	07	19	21	19	21
Cateterismo Vesical de Demora	11	17	19	21	20	18	20	18	22	23	24	26
Lavado Gástrico	00	00	00	00	00	00	02	05	06	07	09	12
Aspirações de Secreções	00	03	00	00	00	00	00	00	00	00	00	03
Imobilizações	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Procedimentos Laboratoriais	8.215	5.945	6.625	6.490	6.180	5.890	4.485	6.347	5.693	4.147	3.400	4.377
Pesquisa de Plasmodium	2.154	2.421	1.635	1.588	1.406	1.476	1.639	1.323	1.341	1.363	1.691	2.516
Debridamento	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Retirada de Corpo Estranho Subcutâneo	11	18	13	12	06	09	00	00	08	10	12	15
Monitoração de Pressão Arterial	16.190	16.421	15.193	14.102	13.634	13.097	12.089	15.726	15.732	15.743	15.893	14.896
Total mensal	94.268	103.305	98.990	97.288	99.275	90.174	70.971	97.471	97.382	92.379	95.879	96.690
Total trimestral	296.563			286.737			265.824			284.948		
Total geral dos 4 Prontos Atendimentos 24 Horas	1.134.072											

Fonte: PA Ana Adelaide

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações de 2010 - Departamento de Média e Alta Complexidade – DEMAC

Eixo: Gestão da Resolutividade dos Atendimentos de Média e Alta Complexidade em Porto Velho					
Objetivo do PMS: Ampliar o acesso aos serviços de Urgência e Emergência					
Meta do PMS: Redução de 40% dos atendimentos de menor agravo em urgência e emergência realizado a população de Porto Velho nos Hospitais de Referência (Hosp. João Paulo II).					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
1) Construir, equipar e operacionalizar duas UPAS na zona urbana e uma na zona rural (Distrito de Jaci-Paraná);	100%	25%			
2) Ampliar o número de profissionais para os Prontos Atendimentos 24hs;	18 enfermeiros, 32 médicos, 69 técnicos de enfermagem, 03 radiologia.	100%			
3) Fortalecer as ações dos Prontos Atendimentos Ana Adelaide e José Adelino para aumentar a capacidade de resolutividade nos atendimentos de urgências / emergências;	100%	75%			
4) Realizar capacitação em urgência e emergência, para todos os profissionais da área médica e de enfermagem que atuam nos Prontos Atendimentos e SAMU (ACLS);	100%	100%			
5) Capacitar os profissionais que atuam nos Prontos Atendimentos para o acolhimento com classificação de risco (Port/MS 2048 05/11/2003).	04 prontos atendimentos	25%			
Análise do resultado: 1) Dada a ordem de serviço e iniciadas as obras das UPAS da zona leste zona sul e de Jaci Paraná, tendo em 31.12.2010, um percentual de execução de 25%, Aquisição de equipamentos em licitação. 2) Contratados médicos clínicos e pediatras para o Ana Adelaide. 3) PA José Adelino ainda não inaugurado, por ainda estar em fase de obras de ampliação. Contratados médicos para PA Ana Adelaide para melhorar a assistência aos usuários. 4) Realizadas capacitações em ATLS (32 médicos) e ATCN (64 enfermeiros) para os profissionais dos PA's e SAMU e APH em fase de realização. 5) A capacitação em acolhimento com classificação de risco está funcionando potencialmente no PA Ana Adelaide e nos outros PA's os profissionais estão sendo capacitados.					

Serviço Móvel de Urgência e Emergência - SAMU

O SAMU de Porto Velho foi implantado há cinco anos, conforme as diretrizes da Política Nacional de Urgências do Ministério da Saúde. Atende aproximadamente 400.000 mil habitantes da capital e dos distritos das áreas adjacentes.

No ano de 2010, o SAMU de Porto Velho, após a inspeção e visita técnica das consultoras do Ministério da Saúde, foi contemplado com seis novas ambulâncias para renovação da sua frota e ainda com mais cinco ambulâncias que foram cedidas pelo consórcio firmado com a Santo Antônio Energia.

Todas as ambulâncias básicas cedidas pelo Ministério da Saúde, estão equipadas com oxímetros digitais portáteis e desfibriladores externos automáticos (DEA) e a ambulância de suporte avançado com ventilador mecânico de transporte, oxímetro digital portátil, desfibrilador externo automático e cardioversor com funções de marca passo e DEA e todos os demais equipamentos e material para realização de atendimento com qualidade e eficiência.

Com a finalidade de facilitar o sistema de regulação das ocorrências, todas as novas ambulâncias receberam rádios comunicadores. Com o intuito de tornar o serviço uma excelência nos atendimentos, os profissionais médicos foram capacitados através do curso de ATLS (Advanced Trauma Life Support) e os enfermeiros através do curso de ATCN (Advanced Trauma Care for Nurses), oferecidos em parceria com o sistema COFEN/COREN/RO.

Permanece em andamento a capacitação em APH para todos os profissionais técnicos de enfermagem e condutores socorristas, em parceria com o Hospital Alemão Oswaldo Cruz e Ministério da Saúde.

Vários projetos iniciados em 2010 permanecem em andamento, como a implantação do Núcleo de Educação em Urgências (NEU), Protocolo de Atendimento as Urgências e Emergências do Município de Porto Velho (SAMU/UPAS), mudanças na padronização do uniforme do SAMU, capacitações para os profissionais da área administrativa, campanhas educativas junto à população da capital e encontra-se em fase de organização do serviço para a regionalização do serviço SAMU – 192.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativos de atendimento/procedimentos realizados no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU – sexo Masculino– no período de janeiro a dezembro de 2010

Sexo / Faixa Etária	1° Trimestre			2° Trimestre			3° Trimestre			4° Trimestre		
Masculino	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
0-1 Ano	8	23	24	44	31	13	17	06	17	11	15	40
2-5 Anos	19	22	26	31	20	14	18	15	18	24	21	40
6-15 Anos	32	42	28	44	36	24	30	26	42	51	44	40
16-25 Anos	105	78	106	110	101	88	102	94	108	112	132	121
26-40 Anos	128	117	159	164	138	122	148	144	188	173	165	220
41-60 Anos	129	109	165	115	124	93	128	135	113	132	161	160
61 – ou + Anos	128	129	96	122	122	92	96	94	92	114	114	136
Total mensal	549	520	604	628	572	446	539	514	578	617	652	757
Total trimestral	1.673			1.646			1.631			2.026		
Total anual	6.976											

Fonte: SAMU/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativos de atendimento/ procedimentos realizados no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU – sexo Feminino– no período de janeiro a dezembro de 2010

Sexo / Faixa Etária	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
Feminino	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
0-1 Ano	10	18	13	30	24	17	12	24	11	19	15	18
2-5 Anos	17	13	22	21	22	16	09	15	23	16	26	21
6-15 Anos	39	39	52	47	45	37	39	28	44	39	48	50
16-25 Anos	189	207	221	216	196	162	161	179	181	224	259	260
26-40 Anos	169	172	176	203	118	159	160	142	149	169	186	195
41-60 Anos	87	80	87	85	73	79	83	82	79	93	116	117
61- e + Anos	94	101	66	84	68	56	65	77	78	94	92	123
Total mensal	605	630	637	686	546	526	529	547	565	654	742	784
Total trimestral	1.872			1.758			1.641			2.180		
Total anual	7.451											

Fonte: SAMU/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Tempo mínimo de atendimento – Janeiro a Dezembro de 2010

Tempo de atendimento (em minutos)	1° Trimestre			2° Trimestre			3° Trimestre			4° Trimestre		
Tempo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
0-5 Min.	445	495	522	495	348	321	313	340	295	480	472	534
6-10 m	393	400	450	451	305	320	328	300	270	417	404	468
11-15 m	205	185	185	179	250	180	211	265	258	186	258	369
16-20 m	85	45	60	125	115	80	116	98	215	97	163	143
21-25 m	23	25	20	45	60	51	57	55	71	55	75	05
26-30 m	01	00	02	05	10	11	22	03	20	22	15	12
31-35 m	00	00	00	05	15	05	10	00	05	08	07	10
36-40 m	00	00	00	05	10	03	06	00	05	06	00	00
+ 40 m	02	00	02	04	05	01	05	00	04	00	00	00
Total mensal	1.154	1.150	1.241	1.314	1.118	972	1.389	1.061	1.143	1.271	1.394	1.550
Total trimestral	3.545			3.404			3.593			4.215		
Total anual	14.757											

Fonte: SAMU/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Instituições solicitantes – Janeiro a Dezembro de 2010

Unidade / Órgão Solicitante	1° Trimestre			2° Trimestre			3° Trimestre			4° Trimestre		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Pol. Hamilton Raulino Gondim	111	93	121	115	115	104	123	110	132	150	152	150
Pol. Manoel Amorim de Matos	51	54	61	72	44	50	46	63	45	50	57	88
Pol. Ana Adelaide	78	101	107	151	123	86	95	82	79	92	127	139
Pol. José Adelino	50	49	42	51	28	32	32	30	37	36	40	56
Pol. Rafael Vaz e Silva	04	04	04	03	04	01	01	05	00	03	11	04
Maternidade Municipal	158	160	183	201	142	139	04	03	05	159	167	161
Hospital de Base	05	05	05	05	02	03	04	06	04	01	04	03
Pronto Socorro João Paulo II	07	05	02	07	09	02	10	08	03	12	06	17
Cemetron	05	03	07	01	03	02	00	03	00	02	02	02
Hospital São Cosme e Damião	02	00	03	04	02	00	03	03	01	05	00	02
Copom / Dp.	03	02	00	00	02	00	00	00	01	00	00	00
Centro de Saúde	08	05	08	10	09	10	09	04	02	19	04	09
São Peregrino	00	00	01	02	01	01	151	150	141	02	00	00
Hospital Privado	14	08	09	05	20	07	01	04	00	06	09	30
Pol. Osvaldo Cruz	01	00	00	03	06	02	03	09	15	03	03	06
Total mensal	497	489	553	630	510	439	482	480	465	540	582	667
Total trimestral	1.539			1.579			1.472			1.789		
Total anual	6.379											

Fonte: SAMU/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Encaminhamentos não realizados – Janeiro a Dezembro de 2010

Encaminhamentos	1° Trimestre			2° Trimestre			3° Trimestre			4° Trimestre		
Motivo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Cancelado por Telefone	09	10	27	30	21	21	14	11	19	30	34	23
Removido por Terceiros	69	79	66	87	71	59	50	72	89	94	77	80
Endereço não Localizado	13	23	20	10	08	11	03	08	29	17	12	08
Trote	12	15	13	09	08	04	07	06	08	12	08	02
Recusa de Encaminhamento	18	21	21	19	17	24	25	04	20	35	16	28
Outros	06	09	07	06	12	08	06	05	09	02	01	12
Total mensal	127	157	154	161	137	127	105	106	174	190	148	153
Total trimestral	438			425			385			491		
Total anual	1.739											

Fonte: SAMU/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Atendimento com remoção – Janeiro a Dezembro de 2010

Unidade Receptora	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Pol. Hamilton Raulino Gondim	94	85	77	70	72	56	93	66	75	95	105	107
Pol. Manoel Amorim de Matos	46	43	47	39	45	27	31	21	22	29	44	60
Pol. Ana Adelaide	79	77	74	66	52	43	54	54	71	62	76	85
Pol. José Adelino da Silva	06	05	06	06	05	02	03	05	08	00	13	09
Pol. Rafael Vaz e Silva	00	00	00	01	01	01	00	00	00	00	00	00
Maternidade Municipal	71	74	91	81	64	50	45	50	66	83	103	113
Hospital de Base	165	164	194	206	138	140	149	150	146	165	175	162
Pronto Socorro João Paulo II	547	569	574	646	524	498	525	549	579	668	374	785
Cemetron	44	33	33	36	25	21	26	16	15	21	29	36
Hospital São Cosme e Damião	45	70	80	90	72	64	60	52	73	68	59	95
Hospital São Pelegrino	00	00	00	00	01	00	02	02	00	00	00	00
Centro de Saúde	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	00
Hospital Privado	34	21	38	54	56	51	52	52	49	52	61	72
Atendimento no Local	23	09	27	19	16	19	22	35	39	27	74	42
Total mensal	1.154	1.150	1.241	1.314	1.071	972	1.062	1.052	1.143	1.271	1.113	1.566
Total trimestral	3.545			3.357			3.257			3.950		
Total anual	14.109											

Fonte: SAMU/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Tipos de Procedimentos – Janeiro a Dezembro de 2010

Tipos de Procedimentos	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Exame Físico e Avaliação	1.154	1.150	1.241	1.314	1.118	972	1.068	1.061	1.143	1.271	1.394	1.541
SSVV	1.154	1.150	1.241	1.314	1.118	972	1.068	1.061	1.143	1.271	1.394	1.541
Apoio Psicológico / Orientação	1.154	1.150	1.241	1.314	1.118	972	1.068	1.061	1.143	1.271	1.394	1.541
Curativo	110	175	221	152	210	154	221	206	212	221	233	269
Realização de Parto	01	01	03	02	01	00	00	00	00	04	00	00
Tricotomia	00	00	00	30	25	00	00	00	00	00	00	00
Oxigenoterapia	66	76	80	115	107	59	73	88	65	72	85	96
Oximetria	41	44	53	60	71	33	41	53	51	78	50	65
Imobilização	05	05	08	17	11	06	15	06	07	14	08	18
Medicação	47	53	42	38	72	37	32	28	26	70	56	76
Total mensal	3.732	3.804	4.130	4.356	3.851	3.205	3.586	3.564	3.790	4.272	4.614	5.147
Total trimestral	11.666			14.412			14.526			14.033		
Total anual	54.637											

Fonte: SAMU/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Tipo de ocorrências – Janeiro a Dezembro de 2010

Tipo de ocorrência	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Caso Clínico	436	405	445	480	424	385	421	401	416	273	605	541
Acidente de Trânsito	151	148	216	195	197	179	213	202	217	255	248	232
Acidente de Trabalho	16	21	09	16	11	05	11	07	07	05	04	15
Acidente Domiciliar (Queda)	35	52	44	44	22	19	58	44	41	56	48	53
Agressão Física	16	17	14	13	15	16	10	15	25	28	17	27
Perfuração Arma Branca - PAB	16	16	11	10	18	11	08	06	20	14	10	15
Perfuração Arma de Fogo - PAF	05	10	12	09	08	04	05	10	06	06	08	07
Intoxicação (Agentes Químico-Alimentares)	02	03	01	03	05	03	07	05	06	19	41	10
Alcoolismo	37	41	23	34	19	22	38	26	22	34	37	38
Obstétrico	234	220	275	263	193	168	176	185	199	235	259	247
Ameaça de Parto Prematuro	05	09	16	15	03	07	02	08	09	35	08	11
Ameaça de Aborto	11	23	32	17	14	08	18	14	16	28	23	22
Abuso Sexual	01	00	00	02	00	00	00	00	00	01	00	00
Óbito	03	15	16	13	13	11	09	11	14	17	15	16
Total mensal	968	980	1.114	1.114	942	838	976	934	998	1.006	1.323	1.234
Total trimestral	3.062			2.894			2.908			3.563		
Total anual	12.427											

Fonte: SAMU/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Tipo de agravos atendidos / janeiro a dezembro de 2010

Tipo de ocorrência	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Cardiovascular	10	10	22	09	10	09	13	06	04	02	10	06
Hipertensão	24	26	60	39	36	28	36	34	12	34	35	44
Câncer	04	07	08	04	09	05	12	06	05	08	04	07
Malária / Dengue	31	18	18	17	07	05	09	06	04	08	05	28
Afogamento	00	00	01	00	01	00	00	00	00	01	00	00
Mordida de Cão	03	01	01	03	01	00	01	00	00	01	03	02
Picada de Cobra	01	00	03	02	01	02	03	02	00	01	02	01
Picada de Aranha	01	00	00	01	00	00	00	00	00	01	01	01
Gastrointestinal	64	37	53	61	39	19	49	25	36	85	71	54
Febre a Esclarecer	47	47	53	34	30	31	22	20	23	21	36	38
Respiratórios	37	40	67	51	55	42	30	40	22	35	40	46
Hemorragia	02	03	00	01	00	00	02	03	03	07	02	12
Queimaduras	02	03	03	01	00	06	08	01	02	06	02	04
Neurológicos	33	22	34	33	23	25	34	22	21	65	31	46
Suspeita de Fraturas	59	44	40	83	35	36	49	37	37	132	48	55
Ferimentos (Diversos)	18	17	15	201	214	198	31	29	28	12	08	09
Distúrbio Mental	12	14	08	07	08	13	18	19	20	14	18	11
Tentativa de Suicídio	05	08	07	05	04	05	05	03	04	10	01	02
Assistência ao Trabalho de Parto	172	152	171	172	152	130	131	154	146	73	198	168
Pré-Eclampsia	05	08	13	15	03	02	01	03	04	10	07	08
Diabetes	08	07	09	11	09	08	13	07	07	10	13	11
Renal / Urinário	01	00	01	02	00	01	00	00	00	07	02	04
Total mensal	539	464	587	752	637	565	467	417	378	543	537	557
Total trimestral	1.590			1.954			1.262			1.637		
Total anual	6.443											

Fonte: SAMU/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo mensal do número de atendimentos realizados – Janeiro a Dezembro de 2010

Meses	Quantidade	Obs.
Janeiro	1.154	
Fevereiro	1.150	
Março	1.241	
Abril	1.314	
Maio	1.118	
Junho	972	
Julho	1.068	
Agosto	1.061	
Setembro	1.143	
Outubro	1.271	
Novembro	1.394	
Dezembro	1.541	
TOTAL GERAL	14.427 Atendimentos	

Fonte: SAMU/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações desenvolvidas no ano de 2010 – Serviço Móvel de Urgência e Emergência – SAMU

Eixo: Gestão da Resolutividade dos Atendimentos de Média e Alta Complexidade em Porto Velho					
Meta do PMS: Atender 100% com os serviços de Atendimento Móvel – SAMU a população de Porto Velho e expandir as ações na regional de saúde de Porto Velho.					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
1) Realizar capacitação em Atendimento Pré-Hospitalar (APH) para toda equipe do SAMU	100% técnico de enfermagem e condutores do SAMU	55%			
2) Ampliar e manter a infra-estrutura do serviço pré-hospitalar	100%	100%			
3) Pactuar junto ao colegiado gestor de Porto velho a regionalização dos serviços de assistência pré-hospitalar	100%	10%			
Análise do resultado: 1) Em fase de realização a capacitação de condutores e de técnicos de enfermagem; 2) Renovada a frota com 05 (cinco) ambulâncias novas. Feito melhorias nas instalações físicas e adquiridos equipamentos; 3) Pactuado início da regionalização juntamente com Estado e MS.					

Fonte: SAMU/DEMAC/SEMUSA/PVH

Centro de Referência Rafael Vaz e Silva – CRRVS (Assistência Ambulatorial Especializada)

O Centro de Saúde Rafael Vaz e Silva recebeu esse nome em homenagem ao médico ginecologista de mesmo nome. Construído durante o governo do Cel. Humberto da Silva Guedes (1975-1979), já passou por várias reformas.

O serviço de atendimento especializado funciona, em quase toda sua totalidade, no prédio da Policlínica Rafael Vaz e Silva tendo como exceção os médicos oftalmologistas que atendem em seus consultórios particulares em decorrência da não existência de todos os equipamentos necessários para o atendimento dos usuários que necessitam desse serviço. Com a inauguração do prédio novo do Centro Médico de Especialidades, esses profissionais passarão a atender no mesmo, pois estão sendo adquiridos os equipamentos para esse fim. Dentro da estrutura física da Policlínica Rafael Vaz e Silva funcionam mais dois serviços que são: Serviço de Atendimento Especializado com atendimentos a portadores de DST, HIV e AIDS e o Centro de Referência de Saúde da Mulher.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Consultas e Procedimentos realizados na Policlínica Rafael Vaz e Silva no ano de 2010

Consultas Especialidades	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Cardiologista	899	782	542	423	815	855	688	756	770	785	813	918
Gastroenterologista	4.436	4.032	4.316	3.561	3.421	3.705	3.058	3.531	3.610	3.705	3.805	3.921
Neurologista	3.702	3.622	2.817	2.725	2.554	2.486	2.221	2.261	2.279	2.083	2.293	3.411
Nefrologista	104	101	98	52	47	41	95	67	84	102	89.	97
Oncologista	13.308	12.096	12.948	10.683	10.263	8.565	9.174	9.393	10.830	11.115	11.321	11.369
Dermatologista	07	05	00	02	00	02	02	05	00	00	00	00
Alergologista	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Otorrinolaringologista	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Pediatra	00	00	00	00	00	00	01	00	01	00	00	00
Pneumologista	03	02	00	01	01	00	01	00	00	00	00	00
Oftalmologista	02	01	01	00	00	00	01	01	05	00	00	01
Proctologista	08	06	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Clínico Geral (Diabetes)	06	04	00	00	00	00	00	00	01	01	00	00
Ortopedista	7.058	7.457	7.016	5.725	5.237	4.791	4.998	4.897	5.025	5.058	5.100	5.421
Urologista	7.477	7.863	9.191	8.363	7.412	6.967	5.972	5.987	6.002	6.049	6.095	6.253
Endocrinologista	833	806	664	573	367	349	519	527	631	835	836	879
Psicóloga	2.255	1.330	1.413	903	722	667	911	789	856	715	795.	812
Cínico Geral (Programa TB)	3.112	3.385	3.247	1.116	1.223	1.267	1.809	1.915	2.088	2.046	2.002.	2.061
Consultas de Enfermagem	18	15	17	09	27	15	21	25	28	34	25	32
Preventivo	01	01	02	02	00	00	00	00	00	00	00	00
Planejamento Familiar	860	1.073	713	520	530	476	522	551	584	592	613	716
Outros Procedimentos	58	45	31	28	45	41	40	47	63	41	38	45

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Palestra	267	148	139	96	94	79	103	121	139	155	175	183
Triagem	48	151	53	59	55	41	38	57	53	49	61	67
Retirada de Ponto	12	08	05	10	14	11	09	08	05	04	18	12
Administração de Medicação Injetável	4.260	5.370	5.236	6.083	4.993	4.347	3.932	5.354	5.181	7.025	6.988	00
Farmácia - Dispensação de Medicação (Receitas)	53	58	51	39	32	21	35	54	59	79	68	71
Teste do Pezinho	45	37	28	13	15	20	14	13	25	23	31	26
ECG	12	10	08	10	05	00	12	8	03	02	08	04
RX	3.378	2.500	3.451	3.205	2.156	2.528	3.150	3.118	3.234	3.255	3.328	3.459
USG	3.856	4.434	4.043	3.521	1.659	1.127	3.539	3.137	3.526	3.697	3.722	3.961
Exames Laboratoriais	58	46	51	37	45	26	81	68	90	85	72	81
Total mensal	56.136	55.388	56.081	47.759	41.732	38.427	40.946	42.690	45.172	47.535	48.296	43.800
Total trimestral	279.129			127.918			128.808			139.631		
Total geral	675.486											

Fonte: Pol. Rafael Vaz e Silva

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Procedimentos realizados no SAE – Serviço de Atendimento Especializado – no ano de 2010

Consultas Especialidades	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Infectologista	110	166	178	170	180	274	294	200				
Pediatra	106	120	85	109	106	101	152	53				
Clínico Geral	134	175	139	158	132	13	207	122				
Psicólogo	64	42	34	51	54	70	62	89				
Enfermeira	170	18	70	93	155	115	130	123				
Assistente Social	115	00	35	75	111	69	87	71				
Nutricionista	78	10	32	35	68	29	23	09				
Farmacêutica	362	403	412	356	399	355	421	464				
Odontologia	136	84	91	192	146	132	174	159				
Ginecologista	112	12	112	69	102	75	22	65				
Preventivo	00	04	25	11	00	17	01	10				
Cauterização	03	00	01	06	03	07	02	01				
Total	1.390	1.034	1.214	1.325	1.456	1.257	1.575	1.366				
Total trimestral	3.638			4.314								
Total geral												

Fonte: Serviço de Atendimento Especializado - SAE

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Procedimentos realizados no Centro de Referência da Mulher – no ano de 2010

Consultas Especialidades	1° Trimestre			2° Trimestre			3° Trimestre			4° Trimestre		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Triagem	957	168	167	957	778	75	83	226				
Planejamento Familiar (Ginecologista)	154	189	144	154	108	00	83	90				
Enfermeira (planejamento Familiar)	119	39	107	119	115	00	00	00				
Enfermeira (Pré-natal)	00	00	00	00	00	00	00	00				
Enfermeira (Preventivo)	00	00	00	00	00	00	08	00				
Enfermeira (Palestra)	00	00	00	00	00	00	00	00				
Nutricionista	43	00	35	43	38	77	77	49				
Consulta Pré-Natal Alto Risco	154	168	168	154	183	256	251	213				
Mastologia	222	155	104	222	177	48	87	52				
Preventivo	12	07	21	12	12	06	08	00				
Colposcopia	34	31	41	34	29	43	55	36				
Punção	02	01	01	02	00	00	03	03				
Biopsia de Colo de Útero	18	08	10	18	10	21	00	00				
Biopsia de Mama	06	02	04	06	05	05	00	03				
Cauterização	11	08	05	11	09	22	30	17				
CAF	00	00	00	00	00	00	00	00				
Preventivo Colo de Útero (Gineco)	76	100	97	76	148	116	96	68				
Total mensal	1.947	876	904	1.947	1.784	669	781	757	314	1.088	1.440	2.585
Total trimestral	3.727			4.400			1.852			5.113		
Total geral												

Fonte: Centro de Referência de Saúde da Mulher

Demonstrativo das ações do Centro de Referência Rafael Vaz e Silva 2010

Eixo: Gestão da Resolutividade dos Atendimentos de Média e Alta Complexidade em Porto Velho					
Objetivo do PMS: Ampliar e reordenar os Serviços de Média Complexidade (Apoio Diagnóstico, Assistência Ambulatorial Especializada)					
Meta do PMS: 1) Implantação de um centro de referência de especialidades médicas (Segundo Semestre)					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
1) Construir o Centro de Referência para especialidades médicas e apoio diagnóstico;	100%	100%			
2) Aparelhar o centro e instalar equipamentos especializados;	100%	0%			
3) Contratar profissionais especializados, nas áreas: Oftalmologia, Gastroenterologia, Ortopedia e para apoio aos exames de: Radiologia, Ultrassonografia, Endoscopia, Eletrocardiograma e Mamografia;	100%	70%			
4) Elaborar, aprovar e implantar protocolos para regulação de exames e consultas especializadas;	100%	50%			
5) Implantar sistema regulador dos atendimentos de forma regionalizada;	100%	20%			
Meta do PMS: 2) Garantia de exames de radiologia para 8% do total de consulta medicas realizadas/ano, aos munícipes.					
1) Ampliar a oferta de exames de radiologia instalando o serviço nos prontos atendimentos. Hamilton Gondim, Manoel Amorim de Matos, José Adelino e Ana Adelaide e fortalecer o serviço no centro de	100%	75%			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

apoio diagnóstico					
2) Garantir os insumos necessários para atendimento à demanda;	100%	100%			
3) Contratar recursos humanos necessários.	100%	100%			
Meta do PMS: 3) Garantia de exames de ultra-sonografia para 3% do total de consulta medicas realizadas/ano, aos municípios e na assistência ao pré-natal de acordo com o Protocolo estabelecido pela SEMUSA					
1) Ampliar a oferta de exames de ultra-sonografia, instalando o serviço nos prontos atendimentos: Ana Adelaide, Manoel Amorim de Matos, José Adelino e fortalecer o serviço no pronto atendimento Hamilton Gondim, no Centro de Especialidades Médicas e na Maternidade Municipal	100%	50%			
2) Garantir os insumos necessários para atendimento à demanda;	100%	100%			
3) Contratar e capacitar recursos humanos necessários.	100%	50%			
Análise do resultado: Meta 1: 1) Concluída a obra; 2) Equipamentos em processo de aquisição; 3) Contratados oftalmologistas, téc. em radiologia, médicos especialistas em ultra-sonografia; 4) Em processo de elaboração; 5) Iniciado projeto em conjunto com Estado e MS. Meta 2: 1) Instalados Aparelhos de raios X nos PA's Ana Adelaide, Manoel Amorim, Hamilton Gondim e após inauguração será instalado no José Adelino.; 2) Todos os insumos foram garantidos; 3) Contratados técnicos em radiologia. Meta 3: 1) Instalado serviço de Ultra-sonografia na Policlínica Ana Adelaide; 2) Adquirido todos os insumos necessários; 3) Contratado médico especialista em ultra-sonografia para atuar no Ana Adelaide e fortalecer o serviço da Policlínica Rafael Vaz e Silva.					

Fonte: CRRVS/DEMAC/SEMUSA/PVH

Maternidade Mãe Esperança

A construção de uma assistência de qualidade com resolutividade voltada para as mulheres que buscam esta Maternidade, estando grávidas ou que queiram planejar sua gravidez, respeitando os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS), vem sendo um desafio para todos os profissionais que trabalham nesta maternidade, desde a sua inauguração em julho/2006.

A Maternidade Municipal Mãe Esperança, presta assistência a gestantes de baixo e médio risco no município de Porto Velho, distritos, municípios vizinhos e outros estados.

Desde sua inauguração foram realizados em torno de 18.056 partos. Dados do setor de estatísticas da unidade apontam que, de julho de 2006 a dezembro de 2009, foram realizados 14 196 partos em geral, e destes 11.385 partos vaginais e 2.812 partos cesáreas (MMME, 2011).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Levantamento de partos e outras ocorrências - Hospital e Maternidade Mãe Esperança - Comparativo Mensal ano 2010

Período: Janeiro de 2010 a Dezembro de 2010													
Especificações	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Nº de partos em geral	330	282	320	327	311	289	319	318	331	353	334	346	3860
Partos Normais	260	227	244	239	227	207	239	238	249	278	252	272	2932
Partos Cesáreos	70	55	76	88	84	82	80	80	82	75	82	74	928
Nascidos Vivos Masculino	176	128	158	155	157	139	168	171	160	174	167	177	1930
Nascidos Vivos Feminino	154	154	162	172	154	150	151	148	171	179	167	169	1931
Natimorto	-	-	1	1	1	-	2	-	-	-	-	-	5
Natimorto Feminino	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Natimorto Masculino	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	3
Nascimento Prematuro	5	4	4	5	2	2	10	4	13	8	6	20	83
Nascido Prematuro Feminino	1	3	2	2	-	1	3	3	7	3	5	11	41
Nascido Prematuro Masculino	4	1	2	3	2	1	7	1	6	5	1	9	42
Nascidos Vivos até 2,500 kg	8	9	6	9	8	7	6	8	18	8	10	14	111
Feminino	5	6	4	3	5	5	3	7	12	6	9	7	72
Masculino	3	3	2	6	3	2	3	1	6	2	1	7	39
Parto Domiciliar/Outros	7	8	9	6	8	6	6	1	4	8	5	8	76
Rn ao Berçário	24	26	18	20	25	24	18	19	15	21	19	31	260
Óbitos RN	1	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	3	7
Óbitos Pacientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amiu	58	61	92	52	58	65	65	60	64	61	81	71	788
Atend. Planej. Familiar	742	774	1022	981	859	846	1089	1027	950	761	798	383	10232
DIU	33	43	58	49	35	47	41	51	56	50	41	17	521
Vasectomia	-	22	20	17	26	14	16	34	26	27	23	17	242

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Laqueadura Planej. Familiar	52	29	40	41	45	48	44	40	42	37	53	34	505
Ressutura de parede	-	1	1	1	1	-	-	1	-	2	-	1	8
Drenagem de abscesso	-	-	-	1	2	-	-	4	3	1	2	3	16
Curetagem pós operatório	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Curetagem pós Parto	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3
Laparotomia	-	1	-	2	-	-	1	1	-	1	1	-	7
Punção Lombar-perd.c/sangue	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cateterismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Histerectomia	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Pacientes Enc. p/ HB	319	274	298	336	279	269	265	245	261	289	294	275	3404
Atend. Amb.(Name/Registro)	2005	1734	2076	1928	1883	1797	1965	2026	2023	2041	1996	2095	23569
Nº de Atend. Psicosocial	245	400	563	517	389	293	434	517	395	304	365	247	4669
RN Transferido para HB	1	4	1	3	3	1	2	1	2	-	3	2	23
Nº de Atend. Ultra-Sonografia	578	764	891	805	663	549	429	408	362	340	322	334	6445

Fonte: Maternidade Mãe Esperança/DEMAC/SEMUSA/PVH

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Levantamento comparativo de partos e outras ocorrências – 2007 a 2010

Especificações	2007	2008	2009	2010
Nº de partos em geral	4444	4248	4000	3860
Partos Normais	3612	3384	3115	2932
Partos Cesáreos	833	865	885	928
Nascidos Vivos Masculino	2304	2127	2058	1930
Nascidos Vivos Feminino	2140	2047	1942	1931
Natimorto	12	12	9	5
Natimorto Feminino	7	7	4	2
Natimorto Masculino	5	5	5	3
Nascimento Prematuro	59	50	72	83
Nascido Prematuro Feminino	37	36	32	41
Nascido Prematuro Masculino	22	31	40	42
Nascidos Vivos até 2,500 kg	97	107	107	111
Feminino	56	65	65	72
Masculino	41	42	42	39
Parto Domiciliar/Outros	9	51	45	76
Rn ao Berçário	309	270	318	260
Óbitos RN	3	1	3	7
Óbitos Pacientes	0	1	0	-
Amiu	469	671	763	788
Atend. Planej. Familiar	1637	4573	6911	10232
DIU	673	871	774	521
Vasectomia	243	277	284	242
Laqueadura Planej. Familiar	664	571	602	505
Ressutura de parede	6	2	5	8
Drenagem de abscesso	22	2	14	16
Curetagem pós operatório	1	3	0	1
Curetagem pós Parto	6	10	17	3
Laparotomia	2	2	7	7
Punção Lombar-perd.c/sangue	1	0	0	-
Cateterismo	0	0	0	-
Histerectomia	6	6	4	1
Pacientes Enc. p/ HB	981	1934	2963	3404
Atend. Amb.(Name/Registro)	8285	17086	21240	23569
Nº de Atend. Psicossocial	15807	10639	5588	4669
RN Transferido para HB	0	9	25	23
Nº de Atend. Ultra-Sonografia	0	5226	2480	6445

Fonte: Maternidade Mãe Esperança/DEMAC/SEMUSA/PVH

Atendimento de Partos e Planejamento Familiar do Hospital e Maternidade Mãe Esperança - 2010

Especificações	2010												Total
	Jan	Fev	mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Partos em geral	330	282	320	327	311	289	319	318	331	353	334	346	3860
Partos Normais	260	227	244	239	227	207	239	238	249	278	252	272	2932
Partos Cesáreo	70	55	76	88	84	82	80	80	82	75	82	74	928
Nasc.vivo masc.	176	128	158	155	157	139	168	171	160	174	167	177	1930
Nasc. Vivo fem.	154	154	162	172	154	150	151	148	171	179	167	169	1931
Plan. Famil.	742	774	1022	981	859	846	1089	1027	950	761	722	383	10156
DIU	33	43	58	49	35	47	41	51	56	50	41	17	521
Vasectomia	-	22	20	17	26	14	16	34	26	27	23	17	242
Laqueadura	52	29	40	41	45	48	44	40	42	37	53	34	505

Fonte: Maternidade Mãe Esperança/DEMAC/SEMUSA/PVH

Comparativo de Partos e Planejamento Familiar do Hospital e Maternidade Mãe Esperança – 2007 a 2010

Especificação	2007	2008	2009	2010
Partos em geral	4444	4248	4000	3860
Partos Normais	3612	3382	3115	2932
Partos Cesáreo	835	864	885	928
Nasc.vivo masc.	2304	2127	2058	1930
Nasc. Vivo fem.	2140	2047	1942	1931
Plan. Famil.	1637	4573	7060	10156
DIU	673	871	790	521
Vasectomia	243	277	284	242
Laqueadura	664	571	602	505

Fonte: Maternidade Mãe Esperança/DEMAC/SEMUSA/PVH

De janeiro a dezembro de 2010 foi realizado um total 3.860 partos destes 2.932 partos normais e 928 partos cesáreas. (MMME, 2011).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Nº de nascidos vivos por faixa etária e ano

Ano do Nascimento	Faixa etária							Total
	10-14	15-20	21-30	31-40	41-50	51-55	56-60	
2006	88	2369	3979	1081	52	1	0	7570
2007	96	2163	3892	1080	57	0	0	7288
2008	94	2110	4020	1208	62	1	0	7495
2009	89	2023	4038	1220	53	0	1	7424
2010	73	1842	3529	1130	58	1	0	6633
Total	440	10507	19458	5719	282	3	1	36410

Planejamento Familiar no período de Janeiro a Dezembro de 2010

Procedimento	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-45	TOTAL
Consultas	56	1161	1442	651	280	100	50	3740
Revisão do Diu								
Inserção de Diu	5	36	87	43	22	9	5	207
Retirada do Diu	2	36	60	32	11	2	4	147
Aconselhamento/laqueadura	0	0	24	65	33	12	1	135
Aconselhamento/vasectomia	0	0	3	5	9	22	7	46
Coleta de PCCU	5	176	293	157	83	37	33	784
Aco	1	113	137	45	12	6	1	315
Aci trimestral	27	613	804	381	200	44	7	2076
Preservativo	9	56	40	28	19	4	3	159
Outros/Creme vaginal	16	144	233	106	50	16	10	575
Total	135	2737	3357	1615	751	269	127	

Fonte: Maternidade Mãe Esperança/DEMAC/SEMUSA/PVH

No planejamento familiar apenas em dezembro de 2010 foram realizados em torno de 350 atendimentos, 34 encaminhamentos para realização de LT's e 17 vasectomias. (MMME, 2011).

Óbitos ocorridos no Hospital e Maternidade Mãe Esperança no ano de 2010

Especificação	2010												
	Ja n	Fe v	m a	Ab r	Ma i	Ju n	Ju l	Ag o	Se t	Ou t	No v	De z	Tota l
Natimorto	-	-	1	1	1	-	2	-	-	-	-	-	5
Sexo(F)	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Sexo(M)	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	3
Óbitos RN	1	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	3	7
Sexo(F)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	3
Sexo(M)	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	2	4

Fonte: Maternidade Mãe Esperança/DEMAC/SEMUSA/PVH

Comparativo dos óbitos ocorridos no Hospital e Maternidade Mãe Esperança de 2007 a 2010

Especificação	2007	2008	2009	2010
Natimorto	12	12	9	5
Sexo(F)	7	7	4	2
Sexo(M)	5	5	5	3
Óbitos RN	4	0	2	7
Sexo(F)	3	0	2	3
Sexo(M)	1	0	0	4

Fonte: Maternidade Mãe Esperança/DEMAC/SEMUSA/PVH

Um dos pilares da assistência desta maternidade é o estímulo ao aleitamento materno exclusivo pelo menos até os 6 meses de idade. Para tanto, esforços são direcionados para tal, com treinamento contínuo dos profissionais efetivos e terceirizados, voltados para capacitação destes profissionais, para que todos sejam capazes de realizar orientações voltadas para o aleitamento materno exclusivo iniciado ainda na sala de parto e centro cirúrgico. Recentemente esta Maternidade foi contemplada com o título Hospital Amigo da Criança (IHAC), oferecido para instituições que apóiam o aleitamento materno exclusivo, e que atende os passos e normas exigidas para tal título. Nossa maternidade foi a primeira no estado de Rondônia a alcançar este título.

Dentro deste contexto de metas alcançadas, esta Direção buscou sempre valorizar os profissionais que aqui atuam, com cursos e treinamentos contínuos acreditando que a capacitação e aprimoramento dos profissionais será revertida em uma assistência cada vez melhor, resoluta e de qualidade.

Assim, entre os principais objetivos desta Maternidade para o ano de 2011, podemos destacar:

- ✓ Manter uma assistência de qualidade, respeitando a gestante, o acompanhante, RN, fortalecendo vínculos, estimulando o aleitamento materno durante a permanência destes na Maternidade;
- ✓ Auxiliar a usuária que procura nossos serviços a ter direito ao planejamento familiar adequado com métodos que atendam as suas necessidades.
- ✓ Manutenção do título IHAC;
- ✓ Capacitação permanente dos profissionais lotados nesta Unidade;

- ✓ Poder ampliar a assistência a RN de baixo peso com método Canguru;
- ✓ Aumentar o quantitativo de recursos humanos, inclusive com uma reserva técnica;
- ✓ Manter um núcleo de estudos para os profissionais com “estudos de casos” resultados da vivência da prática clínica e experiências da Maternidade;

Para que partes destes objetivos sejam alcançados, decidimos que, no ano de 2010, profissionais participariam de Capacitações e Congressos Brasileiros para posteriormente serem multiplicadores repassando em forma de treinamento aos demais profissionais, atividades já previstas no plano de ação da enfermagem para o ano de 2011.

Os profissionais que participaram e os Congressos e treinamentos foram:

- 1) Débora Arantes do N. de Melo** – Participação do *5º Congresso Brasileiro e 1º Ibero Americano de Banco de Leite Humano* de 27 a 30 de setembro de 2010 em Brasília.

Justificativa – Preparar um profissional enfermeiro para coordenar futuramente o Banco ou Posto de Coleta do município, que estudos preliminares indicaram que o melhor local para instalação é a maternidade, pela facilidade na captação do leite das puerpéras após alta (autorizado pela SEMUSA, com vistas a início de atividades em 2011). Tal profissional participou anteriormente de um treinamento em Qualidade na pasteurização de leite humano, pela FIOCRUZ no Rio de Janeiro em Agosto de 2010, portanto sua participação no Congresso foi uma continuidade da capacitação realizada. A profissional está apta pela FIOCRUZ e pela Coordenação Estadual de Banco de Leite Humano a coordenar as futuras atividades de um banco de leite ou posto de coleta nesta Unidade. Realizará treinamentos e capacitações voltadas para o aleitamento materno, estratégias para captação de doações de leite humano e processo de pasteurização do leite humano para ser utilizados nas Ull's neonatais do nosso município;

- 2) Alba Cristina Bezerra Hermando e Sandra Schontz - I Congresso Brasileiro de Enfermagem Neonatal (I CoBENeo), “Qualificação dos Profissionais de Enfermagem para a Redução da Mortalidade Neonatal: Estratégias para o *Continuum* do Cuidar nos Diferentes Níveis de Atenção” realizado na Cidade do Rio de Janeiro, de 23 à 26 de novembro de 2010.**

Justificativa – Atualizar os profissionais enfermeiros nos cuidados em neonotologia, e repasse para os demais profissionais da unidade, haja vista que esta maternidade ampliará a assistência aos neonatos com leitos de UTI neonatal, pactuados anteriormente.

Para uma assistência adequada ao RN no pós parto imediato ou que necessitam de cuidados intensivos, todos os profissionais envolvidos na assistência devem ser treinados e capacitados para assistência (RDC 07/2010 – UTI’s adultos e neonatais). Realizarão capacitação e treinamento para os profissionais da enfermagem nos cuidados ao neonato de médio e grave risco;

- 3) Dr^a Silviê e Enfermeira Carolina Cordeiro – Participação no XI Congresso Brasileiro de Adolescência em Salvador (BA) – de 23 a 26 de setembro de 2010.**

Justificativa –. As profissionais (01 médica e 01 enfermeira) que atendem no planejamento familiar desta Unidade, no programa “DE NOVO NÃO”, foram escolhidas para participarem do XI Congresso Brasileiro na Assistência ao adolescente que aconteceu na cidade de Salvador – Ba, para se atualizarem e identificarem novas dinâmicas no atendimento ao adolescente podendo assim atuar na prevenção de uma gravidez não planejada, bem como no atendimento a vítimas de violência. O De Novo não, desenvolve suas atividades dentro da maternidade e entre seus objetivos está o atendimento a adolescentes no planejamento de uma gravidez no momento adequado, contribuindo para um controle social, estimulando essas jovens a programarem e escolherem o momento certo de terem seus filhos. A participação no referido congresso permitiu às profissionais desenvolverem ações futuras visando a qualidade e aprimoramento do atendimento, bem como se atualizarem nas inovações na área do atendimento a adolescentes. Realizaram capacitação para os profissionais na abordagem das adolescentes que chegam à unidade à procura do atendimento;

- 4) Dr^a Ida Perea; Dr^a Adriana e Enfermeira Sandra Schulz - III Conferência Internacional sobre Humanização do Parto e Nascimento**, realizado 26 a 30 de novembro de 2010 em Brasília-DF, que abordou temas candentes, como a redução da morbimortalidade materna e perinatal, a redução dos índices de cesarianas desnecessárias, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e a humanização da assistência ao pré-natal, parto, pós-parto.

Justificativa – Todos os profissionais desta maternidade devem estar envolvidos na atenção humanizada para as parturientes e aos Rn's, fortalecendo os vínculos, praticando alojamento conjunto, permitindo a presença dos pais dentro da maternidade. Os profissionais que participaram do Rehuna 2010 puderam vivenciar experiências que foram bem sucedidas no Brasil e em outros países nestas práticas saudáveis no pré-parto e parto com mesas redondas e palestras como:

- ✓ Humanização em países latinos americanos e Caribe;
- ✓ Atenção humanizada ao RN normal e doente;
- ✓ O trabalho em equipe multiprofissional;
- ✓ A saúde e a abordagem intersetorial e participação do parceiro no processo de cuidado da gestação;
- ✓ Parto na água;
- ✓ Vínculos mãe-filho na sociedade contemporânea;
- ✓ Mulheres vivendo com HIV/AIDS, seu projeto reprodutivo e a política pública;
- ✓ Práticas e técnicas a serviço da humanização.

Conclusão

Sabemos que, para alcançarmos o êxito em nossos trabalhos dentro do município de Porto Velho, respeitando a usuária e seu direito reprodutivo com uma assistência de qualidade, devemos ser incansáveis, tendo em vista que o caminho é longo e nem sempre fácil. Devemos sempre buscar estratégias para atingir a população, sendo reflexo de uma administração pública que respeita e coloca a saúde como meta principal.

Ressaltamos que se faz necessário, não apenas a qualificação permanente dos recursos humanos existentes na maternidade municipal, mas também dar melhores condições de trabalho aos profissionais a fim de alcançarmos um atendimento humanizado com qualidade, segurança e eficiência para a população que procura a Maternidade Mãe Esperança.

Finalizamos este relatório reafirmamos nossa Visão e Missão:

Missão: *“Oferecer assistência da qualidade, garantido os direitos das mulheres em especial os direitos sexuais e reprodutivos”.*

Visão: *“Ser reconhecido no município de Porto Velho, no estado de Rondônia e Brasil, como uma instituição comprometida com as boas práticas com atenção humanizada ao parto e ao recém nascido, ao planejamento familiar”.*

Demonstrativo das ações e metas desenvolvidas no ano de 2010 – Maternidade Mãe Esperança

Eixo: Gestão da Resolutividade dos Atendimentos de Média e Alta Complexidade em Porto Velho					
Meta do PMS: 1) Redução de 50% na incidência de infecção neonatal.					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
1) Treinar em serviço os obstetras; pediatras e equipe de enfermagem;	100%	50%			
2) Aprimorar as ações de pré-natal através da integração das ações básicas a atenção de assistência ao parto na Maternidade.	100%	100%			
Meta do PMS: 2) Implantação do Programa de educação em serviço					
1) Realizar capacitações mensais de educação continuada.	250 servidores	100%			
2) Realizar o treinamento de reanimação neonatal para os médicos neo-natologistas.	20 servidores	0%			
Meta do PMS: 3). Aumento de 50% no número de Registro Civil no cartório da MMME					
1) Implantar o Programa Mãe esperança de Incentivo ao Registro Civil;	50%	20%			
2) Capacitar os colaboradores sobre a Legislação do Registro Civil.	200 servidores	0%			
Meta do PMS: 4) Aprimoramento de 50% nos registros dos pacientes da Maternidade Municipal (prontuário)					
1) Realizar treinamento para o preenchimento correto dos documentos;	50 servidores	0%			
2) Designar um colaborador para produzir relatórios mensais.	02 servidores	0%			
Meta do PMS: 5) Implantação de um núcleo de Pesquisa na MMME					
1) Realizar parceria com a UNIR e outras instituições educacionais para implantação do núcleo de pesquisa na Maternidade.	100%	0%			
Meta do PMS: 6) Implantação de uma UTI Neo-Natal					

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

1) Construir e equipar a unidade para a implantação de 04 leitos de UTI Neonatal;	04 leitos e 20 equipamentos hospitalares	80%			
2) Capacitar os profissionais de saúde para atendimento ao RN;	06 servidores	100%			
Meta do PMS: 7) Ampliação da Sala Pré parto, parto e pós parto (PPP)					
1) Criar espaço para atividades de relaxamento (deambulação, escada de <i>ling</i> , cavalinho, bola de parir);	Aquisição de equipamentos	100%			
2) Instalar banheira para realizar parto na água;	01 banheira	0%			
3) Aumentar em 3 leitos a sala de PPP.	03 leitos	0%			
Meta do PMS: 8) Construção de Enfermarias de Alojamento conjunto – AC.					
1) Ampliar em 25% o número de leitos de enfermarias de AC	11 leitos	0%			
Meta do PMS: 9) Construção de um Centro de Referência para o Programa “De Novo Não”					
1) Construir o centro de referência para atendimentos às adolescentes do Programa De Novo Não e usuárias do Planejamento familiar.	Construção do Centro de Referência	0%			
Meta do PMS: 10) Aquisição do Título Hospital Amigo da Criança					
1) Implantação das ações para o recebimento do Título Hospital Amigo da Criança.	100%	100%			
Análise do resultado: Meta 1: Com a realização do curso de capacitação para emergências obstétricas em parceria com COREN/COFEN, foram capacitados 60 enfermeiros da rede básica, profissionais da área rural e profissional da Maternidade Municipal Mãe Esperança, de igual forma, com a institucionalização e distribuição do protocolo de pré-natal para todas as unidades de saúde desde o ano de 2009 Meta 2: Foram realizados mensalmente para os servidores os seguintes cursos de educação continuada: Curso de manejo e promoção do aleitamento materno para médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem; II Curso de manejo e promoção do aleitamento materno para médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem; Urgências obstétricas (distorcia de ombro, sangramento pós-parto e pro lapso de útero); Atenção humanizada ao recém nascido de baixo peso (método canguru); Noções básicas sobre central de material esterilizado; Curso de promoção de aleitamento materno para os profissionais terceirizados MMME; Curso de biossegurança e controle de infecção hospitalar; Capacitação para enfermeiros na assistência ao parto de baixo risco; Interação medicamentosa e estabilidade dos antibióticos; A importância da lavagem das mãos para o controle de infecção hospitalar. Meta 3: No ano de 2009, apenas 30% das crianças que nasciam na MMME, saía da instituição com o registro de civil de nascimento. Com a implantação do Programa Mãe Esperança de registro civil, teve-se um aumento de 20% no ano de 2010. Meta 6: Participação de servidores no I Congresso Brasileiro de Enfermagem Neonatal e na III conferência Internacional sobre Humanização do Parto e Nascimento. Um dos pilares da assistência desta maternidade é o estímulo ao aleitamento materno exclusivo pelo menos até os 6 meses de idade. Para tanto, esforços são direcionados para com treinamento contínuo dos profissionais. Meta 7: Com a aquisição da escada de <i>ling</i>, bola de pari e cavalinho, foi criado um espaço para relaxamento e de ambulação para as parturientes na hora do parto, pois estudos têm revelado que, fisiologicamente, é muito melhor para a mãe e para o feto quando a mulher se mantém em movimento durante o trabalho de parto, pois o útero contrai-se muito mais eficazmente, o fluxo sanguíneo que chega ao bebê através da placenta é mais abundante, o trabalho de parto torna-se mais curto e a dor é menos intensa. Meta 10: A MMME foi contemplada com o título Hospital Amigo da Criança (IHAC), oferecido para instituições que apóiam o aleitamento materno exclusivo e que atendem os passos e normas exigidas para tal título. A maternidade foi a primeira instituição no estado de Rondônia a alcançar este título.					

Divisão de Apoio ao Diagnóstico (Diagnóstico Laboratorial, Diagnóstico por Imagem, Diagnóstico de Ultrassom, Protocolo de Atendimento e Formação de Rede de Comunicação via intranet entre as unidades)

Contextualização Regional

O Município de Porto Velho foi fundado em 02 de outubro de 1914, através da Lei 757 de outubro/1914, sendo que o mesmo passou a condição de capital do Estado 62 anos após sua criação em 22 de dezembro de 1981. Porto Velho passou por um processo de crescimento populacional e transformação. Houve um acelerado processo de migração provocado pela instalação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, assim como, pelas políticas oficiais. A criação de novos distritos, e os demais programas de apoio ao desenvolvimento do Município também atraíram novos migrantes. A população de Porto Velho evoluiu para aproximadamente 426.000 habitantes em 2010, podendo chegar a 500.000 em 2011 a 2012.

É inegável que abertura a instalação das hidrelétricas, juntamente com ações da Prefeitura Municipal, por meio de programas de regularização fundiária, essencialmente a partir dos 2009 a 2010, foram condicionantes importantes para uma acelerada explosão demográfica no Município de Porto Velho.

O Município de Porto Velho mostrou uma tendência ao crescimento urbano de aproximadamente 91,67 % entre 2009 e 2010, muito superior à média nacional e da região norte que giram em aproximadamente em 84,34% a 73,51%, esta concentração nas áreas urbanas, em função da ausência de uma política social de planejamento estratégico para receber o grande fluxo de migrante, transformou radicalmente a face do Município nos aspectos, sociais, econômicos ambientais, como também a ocupação do espaço territorial. A complexidade desse novo panorama produtivo humano social e cultural gerou grandes antagonismos, a par de ter produzido em Porto Velho transformações profundas e positivas na sua existência.

População do Município de Porto Velho

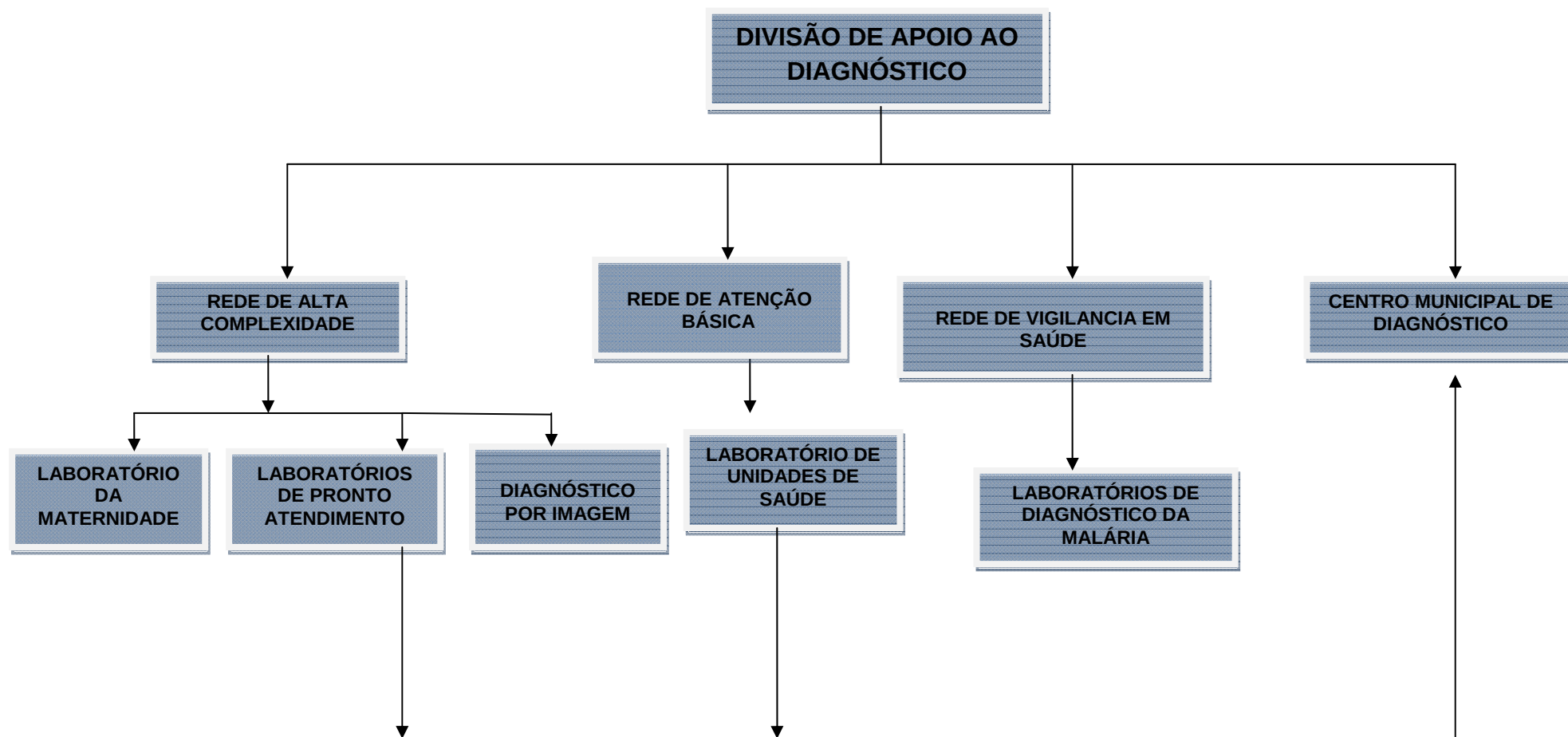
POPULAÇÃO	QUANTIDADE	%
Rural	35.544	8,33
Urbana	391.014	91,67

Introdução

Hierarquicamente a Divisão de Apoio ao Diagnóstico faz parte do Departamento de Média e Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Saúde. É de sua competência a coordenação da rede laboratorial do Município de Porto Velho; alimentação dos sistemas de informação (HOSPUB); promover cursos de capacitação/atualização para os profissionais das unidades; retroalimentar as informações; garantir os insumos necessários para o funcionamento dos programas, supervisionar e apoiar as atividades desenvolvidas pelas unidades de saúde e promover atividades de âmbito municipal.

O presente relatório tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas por esta divisão de acordo com cada coordenação, bem como as participações em eventos realizados em parcerias com outros setores.

ORGANOGRAMA



Objetivo

A Divisão Apoio Diagnóstico está organizada segundo organograma acima e atende toda a rede de assistência pública (SUS), coletando e realizando exames da atenção básica, média e alta complexidade, com qualidade e eficácia. Tem como objetivo:

- Promover o apoio diagnóstico à população usuária do SUS na atenção básica, a ampliação e a estruturação dos serviços da rede municipal de diagnóstico, estimulando o seu crescimento ordenado com conseqüente aumento da oferta de serviços e de atendimento.
- Implementar a melhoria da qualidade, com a agilização dos resultados, interligando o sistema em rede de serviços laboratoriais, e assegurando o máximo de eficiência nos exames realizados pelos equipamentos automatizados de última geração, com a finalidade de atender a demanda, assegurando a universalidade e a equidade, com o objetivo de atender com maior resolutividade os exames laboratoriais da população de Porto Velho;
- Promover a ampliação da Divisão de Diagnóstico, como também estruturá-la, estimulando o ordenamento territorial em Pólos Regionais de atendimento, interligados em sistema de rede de serviços e interfaceado, assim como, possui a com a finalidade de atender a demanda, assegurando a universalidade e equidade, e a qualidade do exame de diagnóstico à população.

Objetivos Específicos

- Suprir a necessidade de exames de diagnóstico, por imagem e ultrassom na rede pública;
- Realizar palestras educativas;
- Capacitar treinar servidores;
- Conscientizar os funcionários quanto a relação funcionário/paciente
- Minimizar os riscos inerentes à profissão;
- Garantir apoio operacional e técnico necessário a assistência laboratorial;
- Promover ações de forma participativa que envolva as lideranças, visando fortalecimento das ações da Divisão de Apoio Laboratorial.

- Estabelecer rotinas laboratoriais;
- Estabelecer fluxogramas de atendimento aos laboratórios;
- Promover a constante ampliação e modernização dos serviços de diagnóstico
- Garantir o acesso aos usuários do SUS, de forma digna, ao diagnóstico laboratorial;
- Promover a melhoria das condições de trabalho aos servidores da área;
- Garantir apoio operacional e técnico necessário à manutenção da rede laboratorial;
- Promover ações de forma participativa que envolva as lideranças das unidades e o Gestor da Secretaria Municipal de Saúde.
- Garantia da segurança e qualidade laboratorial.

Metas Físicas

1 – Atingir no SUS o índice de atendimento laboratorial em 80%:

- Intensificar as coletas de exames;
- Intensificar a divulgação da rede de laboratório junto a população do Município;
- Aumentar os recursos humanos disponíveis;
- Reestruturar as instalações físicas de algumas unidades.

2 – Atingir no SUS o índice de 80% de assistência laboratorial:

- Promover atividades educativas e informativas sobre exames de patologia clínica;
- Aumentar o acesso da população as unidades que possuem laboratório em sua estrutura;
- Promover divulgação em massa em meios de comunicação a cerca dos exames de diagnósticos, locais de funcionamento, assim como, horários de coleta.

3 – Atingir o índice de 60% de retorno do usuário para nova consulta:

- Promover informação sobre as vantagens do retorno a consulta juntamente com os exames laboratoriais;
- Melhorar o fluxograma dentro das unidades de saúde.

4 – Atingir no SUS o índice de 99,9% de credibilidade dos laudos de patologia clínica:

- Investir em automação nos laboratório clínicos que compõem a rede de diagnóstico;
- Investir arduamente em capacitações em recursos humanos,
- Implantar o controle de qualidade interno em toda rede de diagnóstico da SEMUSA.

5 – Atender em 100% da necessidade dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS:

- Aumentar a coleta de toda a rede de diagnóstico da SEMUSA;
- Investir em capacitação dos recursos humanos da rede de diagnóstico;
- Aumentar a infra-estrutura da rede de diagnóstico laboratorial;

6 – Implantar Sistema de Informação Gerencial em 100 % em toda a rede laboratorial:

- Implantar o **Sistema de Informação Gerencial – HOSPUB** em toda a rede de diagnóstico da SEMUSA.

7 – Inspecionar toda a rede laboratorial pelo menos 01 (uma) vez por semana:

- Montar cronograma de visitas as unidades laboratoriais e/ou plantão de inspeção técnica de segunda a sábado;

8 – Implantar o Programa de Controle de Qualidade Interna em 100 % dos serviços públicos que executam exames de patologia clínica:

- Contratar e/ou licitar Programa de Controle de Qualidade Interna.

Metas Almejadas para 2011

- **Alteração da Divisão de Apoio ao Diagnóstico em Departamento de Diagnóstico, contendo uma Divisão de Biologia Clínica no ano 2011;**
- Implementação da Divisão de Apoio ao Diagnóstico;
- Capacitação continuada;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Implantação do Laboratório de suporte diagnóstico de microbiologia;
- Contratação de Recursos Humanos (técnico de laboratório e microscopistas);
- Implantação do Controle de Qualidade Total;
- Dinamização dos serviços do HumanizaSus;
- Aquisição de veículos para atender a demanda da rede de diagnóstico;
- Eventos periódicos referente as ações laboratoriais (oficinas);
- Reforma e Ampliação das demais Unidades Laboratoriais da SEMUSA;
- Reequipar as Unidades de Saúde da Família da zona rural;
- Implantação da Rede Lógica em toda a rede de diagnóstico.

Estrutura da Rede de Diagnóstico

UNIDADES EXISTENTES	QUANTIDADES	DENOMINAÇÃO
POLICLÍNICAS	04	Unidade de Pronto Atendimento (24 horas)
MATERNIDADE	01	Maternidade Materna Infantil
UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - URBANO	17	Estratégia de Saúde da Família Zona Urbana
UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - RURAL	15	Estratégia de Saúde da Família Zona Rural
CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	01	Policlínica Rafael Vaz e Silva

Polo Regional de Porto Velho



■ 1º POLO – PORTO VELHO – POPULAÇÃO 426.558 HAB (ZONA RURAL E URBANA)

Consolidado de exame preventivo por trimestre - 2010

CONSOLIDADO DE EXAME PREVENTIVO DE CANCER DE COLO UTERINO POR TRIMESTRE 2010 PORTO VELHO/RO					
Procedimento	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
COLETA DE MATERIAL P/ EXAME CITOPATOLOGICO	4.525	5.362	4.598	6.563	21.048
EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO-VAGINAL/MIC	3.277	4.272	3.281	5.051	15.881
TOTAL GERAL	7.802	9.634	7.879	11.614	36.929

Fonte: DAC/SEMUSA. Dados Sujeitos A Revisão

IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO CENTRAL MUNICIPAL

Contextualização: É fato lembrar que a rede laboratorial da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Porto Velho, não estava estruturada para a realização da maioria das solicitações de exames laboratoriais, porém em dezembro de 2009, iniciou-se o processo de reformulação do Sistema Laboratorial que foi potencializado e reestruturado.

Em consequência do processo de fortalecimento da rede de diagnóstico criou-se a “Central de Diagnóstico”, com equipamentos totalmente automatizados e interfaciados, localizado estrategicamente na Policlínica Rafael Vaz e Silva, com o objetivo de atender a demanda de exames exarada pelos pacientes do SUS do município de Porto Velho.

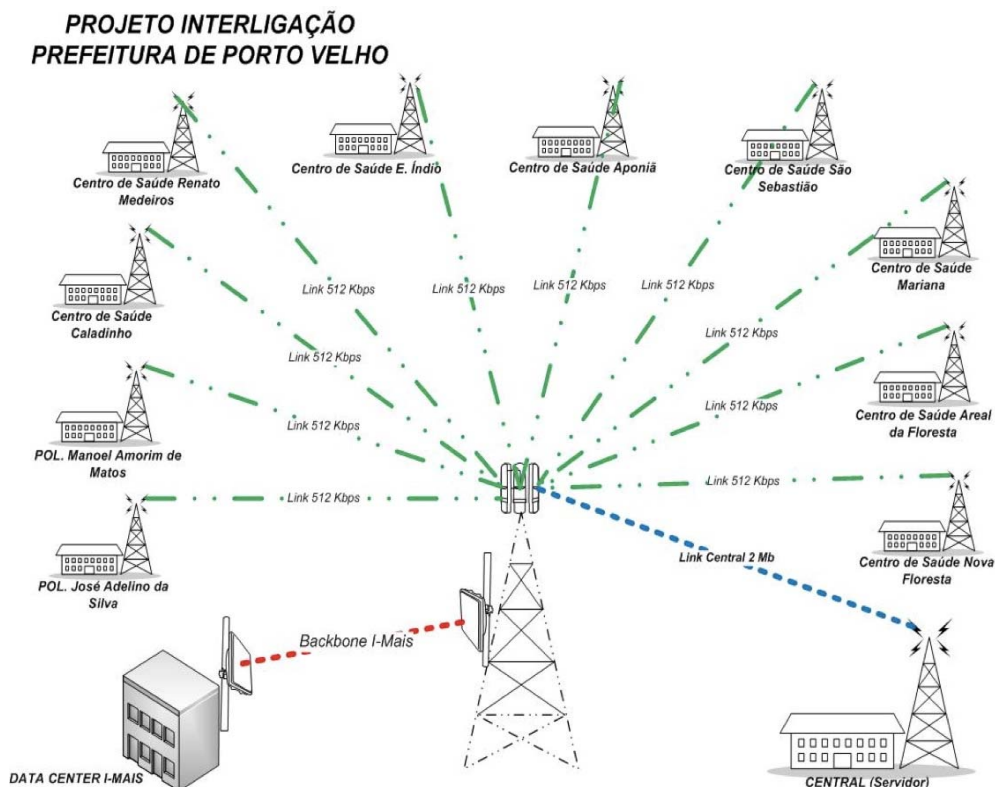
Em maio de 2010, com a implantação e funcionamento da “Central de Diagnóstico”, todos os exames dos prontos atendimentos que eram realizados pelos laboratórios privados, passaram a ser coletados nas unidades de saúde do município e encaminhados para a Central, com este fato houve uma reestruturação da Divisão de Apoio ao Diagnóstico, com a aquisição de veículo refrigerado para recolhimento das amostras, caixas térmicas para acondicionamento das mesmas, computadores e sistema informatizado em todos os laboratórios da rede, além contratação de recursos humanos para melhor atender o fluxo dos pacientes usuários do SUS.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Em a implantação do Laboratório Central, a Rede Municipal de laboratórios tanto das Policlínicas como dos Centros de Saúde e Unidades de Saúde da Família, tem agora, a capacidade aumentada para suportar a demanda de exames laboratoriais gerada pelos profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) das unidades de atenção básica do Município de Porto Velho, além de fornecer exames com altíssima qualidade e agilidade, melhorando a resolutividade dos exames laboratoriais. Também estamos diminuindo a manipulação humana, evitando assim erros pré-analíticos, fortalecendo o processo de rastreabilidade e confiabilidade dos resultados, e principalmente estaremos adequando à carga de trabalho a nossa rotina vigente.

Ressaltamos abaixo a logística de funcionamento do laboratório central, através de uma rede integrada e interfaciada, com resultados de patologia clínica em tempo real via pontes de rede por Internet.

Projeto de interligação da Prefeitura de Porto Velho



Finalmente no mês de outubro implantamos uma rede interligada de diagnóstico, via Web, com o Sistema HOSPUB em parceria com DATASUS-MINISTÉRIO DA SAÚDE, sistema este que gerencia as informações de laboratórios em tempo real. Com esta interligação, estaremos informando em “tempo real” os resultados de exames realizados pelos equipamentos da Central, para todas as unidades de saúde do município, que poderá, em 24/48 horas, imprimir os resultados dos mesmos na própria unidade, através do sistema de “código de barra”, na coleta de exames de sangue, também objetivando erros pré e pós-analíticos no sistema desde a coleta do material até a emissão do resultado final do exame.

Entendemos que a melhoria dos serviços existentes influencia diretamente os serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde, agilizando a execução dos exames, a entrega dos laudos laboratoriais, impressão da produção de exames semanais, mensal e anual, com todos os dados dos pacientes que são exigidos pelo SUS, bem como a melhoria da qualidade dos serviços prestados, à população do Município de Porto Velho.

**Relação e quantitativos de exames de Patologia Clínica realizados no
Laboratório Central no ano de 2010**

020201012 DOSAGEM DE ACIDO URICO	11.128
020201016 DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	867
020201018 DOSAGEM DE AMILASE	835
020201020 DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	4.034
020201021 DOSAGEM DE CALCIO	2.765
020201026 DOSAGEM DE CLORETO	1.613
020201027 DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	26.473
020201028 DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	22.461
020201029 DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	27.974
020201031 DOSAGEM DE CREATININA	19.819
020201032 DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	221
020201033 DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO M	54
020201038 DOSAGEM DE FERRITINA	126
020201039 DOSAGEM DE FERRO SERICO	913
020201042 DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	1.516
020201043 DOSAGEM DE FOSFORO	110
020201044 DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATAS	6
020201046 DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GA	1.399
020201047 DOSAGEM DE GLICOSE	41.659
020201050 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	3.223
020201053 DOSAGEM DE LACTATO	337
020201055 DOSAGEM DE LIPASE	192
020201056 DOSAGEM DE MAGNESIO	539
020201060 DOSAGEM DE POTASSIO	2.729

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

020201061 DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	51
020201062 DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	857
020201063 DOSAGEM DE SODIO	2.377
020201064 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALAC	15.799
020201065 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVI	15.794
020201067 DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	28.097
020201069 DOSAGEM DE UREIA	20.106
020202030 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	402
020203007 DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	937
020203008 DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C	1.165
020203010 DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFIC	4.082
020203016 DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	23
020203020 DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	155
020203030 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-	10.147
020203047 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISIN	894
020203063 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO D	2.335
020203064 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E	230
020203067 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA	2.168
020203074 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGAL	329
020203075 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANI	202
020203076 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASM	6.615
020203078 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGE	2.195
020203080 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRU	266
020203081 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRU	5.130
020203085 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGAL	876
020203087 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASM	6.623
020203089 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGE	759
020203091 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRU	288
020203092 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRU	5.720
020203097 PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VI	13.375
020203098 PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPAT	187
020203111 TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	1.142
020203117 VDRL P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE	62
020205009 DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	53
020205011 DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	152
020206016 DOSAGEM DE ESTRADIOL	727
020206021 DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMAN	316
020206023 DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE	1.540
020206024 DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	1.152
020206025 DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TS	5.290
020206029 DOSAGEM DE PROGESTERONA	400
020206030 DOSAGEM DE PROLACTINA	473
020206034 DOSAGEM DE TESTOSTERONA	291
020206037 DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	3.860
020206038 DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	1.312
020206039 DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	2.495
020212006 PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULAR	532
TOTAL GERAL	338.974

Quantitativos de Exames de Patologia Clínica realizados no ano de 2010

1º TRIMESTRE	41.964
2º TRIMESTRE	81.143
3º TRIMESTRE	101.005
4º TRIMESTRE	114.862
TOTAL	338.974

É importante informar que até dezembro de 2009, a maioria dos exames laboratoriais de eram realizados por laboratórios privados, que mantinham contrato com Secretaria Estadual de Saúde. Porém com o retorno da gestão plena, parte do teto financeiro no montante de 228.000,00/mês foi repassado da Secretaria Estadual de Saúde para a Secretaria Municipal de Saúde, para investimento na área de patologia clínica.

Finalmente em janeiro de 2010, após revitalização da Policlínica Rafael Vaz, iniciou-se a execução dos exames de patologia clínica de média e alta complexidade. Gerando desta forma o avanço nas ações de diagnóstico e benefício aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Vale ressaltar que o aumento da oferta dos serviços de exames laboratoriais sob a forma de comodato, trouxeram uma economia para o sistema municipal de saúde em media de 56,7% da tabela SUS. Destaca-se, ainda que o aumento apresentado garante uma autonomia para o munipio de Porto Velho de 93% da responsabilidade pactuada.

A capacidade instalada de resolatividade em 2008 era de 45% quando comparada com a capacidade em 2010 observamos um aumento de 48% em apenas um ano. O processo de aumento de resolatividade da oferta dos serviços de exames laboratoriais prevê para o ano de 2011 o atingimento de 100% de sua capacidade após a instalação do laboratório de microbiologia.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Quantitativos de Exames Laboratoriais por Unidades Municipal 2010

CONSOLIDADO FÍSICO POR ESTABELECIMENTO PATOLOGIA CLINICA - PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO 2010 - PORTO VELHO/RO																	
ESTABELECIMENTO	1º TRIMESTRE				2º TRIMESTRE				3º TRIMESTRE				4º TRIMESTRE				Total Geral
	jan/10	fev/10	mar/10	Sub-total	abr/10	mai/10	jun/10	Sub-total	jul/10	ago/10	set/10	Sub-total	out/10	nov/10	dez/10	Sub-total	
CENTRO DE SAUDE OSVALDO PIANA	jan/10	fev/10	mar/10	Sub-total	abr/10	mai/10	jun/10	Sub-total	jul/10	ago/10	set/10	Sub-total	out/10	nov/10	dez/10	Sub-total	
CENTRO DE SAUDE AREAL DA FLORESTA -	1.433	1.513	917	3.863	1.660	1.945	2.246	5.851	1.931	2.437	2.055	6.423	2.222	1.705	2.301	6.228	22.365
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA JOSE AD	33	54	77	164	101	65	60	226	78	78	44	200	64	49	113	226	816
CENTRO DE SAUDE NOVA FLORESTA	5.813	8.667	9.081	23.561	10.441	8.753	8.325	27.519	7.393	6.724	8.894	23.011	9.018	9.150	7.070	25.238	99.329
CENTRO DE SAUDE RONALDO ARAGAO	69	124	74	267	166	116	153	435	145	140	544	829	1.061	1.141	924	3.126	4.657
POLICLINICA DR. HAMILTON RAULINO GO	1.792	1.228	57	3.077	66	53	56	175	40	97	67	204	55	65	136	256	3.712
CENTRO DE SAUDE PEDACINHO DE CHAO -	15.177	10.865	5.876	31.918	6.847	6.470	8.224	21.541	9.793	8.111	7.857	25.761	8.991	9.117	12.142	30.250	109.470
POLICLINICA RAFAEL VAZ E SILVA	70	96	112	278	72	57	50	179	54	35	66	155	46	48	152	246	858
POLICLINICA MANOEL AMORIN DE MATTOS	13	5.062	6.905	11.980	7.690	7.229	3.688	18.607	3.514	3.707	9.903	17.124	7.501	8.721	8.428	24.650	72.361
CENTRO DE SAUDE DR. RENATO MEDEIROS	4.730	3.674	10.534	18.938	14.421	12.423	14.315	41.159	10.686	9.166	8.872	28.724	6.931	11.572	8.693	27.196	116.017
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA NOVA CA	1.012	1.849	1.580	4.441	2.888	3.140	2.373	8.401	2.006	2.066	1.635	5.707	1.082	1.007	1.595	3.684	22.233
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MORRIN	350	786	792	1.928	398	383	207	988	3	-	166	169	37	28	3	68	3.153
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA ABUNA	44	166	300	510	199	254	123	576	-	246	205	451	267	230	236	733	2.270

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

CENTRO DE SAUDE AGENOR DE CARVALHO	112	172	228	512	139	139	117	395	194	157	8	359	166	189	10	365	1.631
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA BENJAMI	223	195	218	636	238	244	229	711	267	230	197	694	217	247	314	778	2.819
CENTRO DE SAUDE CALADINHO	62	106	180	348	120	234	12	366	2	-	42	44	87	170	58	315	1.073
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA CUJUBI	860	1.249	875	2.984	1.054	1.249	833	3.136	1.052	1.128	1.304	3.484	1.168	992	1.160	3.320	12.924
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DE EXTR	56	93	96	245	111	101	80	292	158	113	111	382	17	202	118	337	1.256
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MUTUM P	150	319	237	706	225	294	195	714	194	171	206	571	196	301	42	539	2.530
CENTRO DE SAUDE ERNANDE C COUTINHO	69	375	178	622	173	139	101	413	58	7	32	97	-	53	13	66	1.198
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA FORTALE	842	4.326	7.013	12.181	5.248	6.506	5.556	17.310	2.874	3.823	2.974	9.671	1.974	1.751	1.666	5.391	44.553
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA JACY PAR	46	55	73	174	64	44	98	206	-	1	10	11	104	94	115	313	704
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MARIA N	366	760	454	1.580	531	471	198	1.200	735	425	417	1.577	272	921	478	1.671	6.028
CENTRO DE SAUDE MAURICIO BUSTANI	157	63	173	393	142	217	194	553	32	133	36	201	88	250	279	617	1.764
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA SAO CAR	30	56	105	191	118	73	142	333	110	97	36	243	79	118	259	456	1.223
CENTRO DE SAUDE VISTA ALEGRE DO ABU	231	249	259	739	278	310	505	1.093	690	198	452	1.340	502	448	643	1.593	4.765
PS RIO DAS GARCAS - PORTO VELHO	235	355	345	935	215	165	157	537	-	72	185	257	182	341	258	781	2.510
UPS F - UNIAO BANDEIRANTES	8	63	95	166	81	97	229	407	90	66	87	243	74	34	131	239	1.055
CENTRO DE REFERENCIA DA SAUDE DA MU	179	714	186	1.079	226	130	135	491	110	165	464	739	354	755	747	1.856	4.165
POLICLINICA ANA ADELAIDE - PORTO VE	649	1.230	1.459	3.338	1.277	1.839	1.231	4.347	1.131	1.726	514	3.371	1.088	1.440	2.585	5.113	16.169
MATERNIDADE MAE ESPERANÇA	16.940	12.743	11.977	41.660	9.962	10.836	10.565	31.363	10.489	10.393	8.619	29.501	8.222	8.147	10.437	26.806	129.330
USF APONIA	3.618	2.638	2.022	8.278	2.429	2.227	2.467	7.123	2.249	3.121	2.370	7.740	2.695	2.517	3.349	8.561	31.702

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

USF SOCIALISTA	5.048	4.977	4.352	14.377	4.537	4.812	4.186	13.535	4.331	3.901	3.698	11.930	2.071	1.670	1.956	5.697	45.539
USF SAO SEBASTIAO	1.318	2.765	2.150	6.233	3.300	1.866	1.876	7.042	898	1.644	1.508	4.050	1.252	1.355	1.757	4.364	21.689
USF MARIANA	986	1.897	1.419	4.302	2.296	1.530	1.759	5.585	1.157	1.867	1.278	4.302	1.178	1.237	2.156	4.571	18.760
USF VILA PRINCESA	19	116	72	207	798	1.050	1.034	2.882	1.260	1.922	2.416	5.598	1.915	2.013	1.519	5.447	14.134
USF SANTO ANTONIO	32	38	79	149	30	54	63	147	32	36	39	107	58	59	133	250	653
LABORATORIO CENTRAL MUNICIPAL	632	800	728	2.160	479	1.019	627	2.125	572	1.084	503	2.159	917	642	425	1.984	8.428
LABORATORIO CITOLAB	-	-	41.964	41.964	15.899	35.097	30.147	81.143	33.390	35.056	32.559	101.005	37.692	36.977	40.193	114.862	338.974
ASS. SAUDE DA FAMILIA PVH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114	114	174	255	291	720	834
UFS ALIANCA	63.404	70.438	113.242	247.084	94.919	111.631	102.556	309.106	97.718	100.343	100.487	298.548	100.017	106.011	112.885	318.913	1.173.651
ASL (ASSOCIACAO SAO LUCAS)	jan/10	fev/10	mar/10	Sub-total	abr/10	mai/10	jun/10	Sub-total	jul/10	ago/10	set/10	Sub-total	out/10	nov/10	dez/10	Sub-total	
TOTAL GERAL	75.308	79.309	126.834	281.451	104.276	120.423	112.796	337.495	106.828	109.923	108.599	325.350	106.841	112.831	117.641	337.313	1.281.609

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Investimentos financeiros disponibilizados para a Divisão de Apoio ao Diagnóstico – 2010 para manutenção da rede – PARTE I

Contratação Manut.Preventiva e Corretiva. Equipamentos Laboratoriais	9.514,00
Confecção de Camisetas e jalecos - DAD	7.950,00
Serviços de manutenção de Equipamento Hematologia - DAD	1.600,00
Serviços de Manutenção Corretiva nos Equipamento Laboratoriais	7.990,00
Suprimento de fundo - Luiz Adroaldo A. Tagliani - DAD	2.000,00
Contratação de empresa serviços preventivo e corretivo equip.laboratoriais - DAD	27.600,00
Complementação do CEO nº 0343 e Reserva de Saldo nº 277 de 16.04.2010	9.200,00
Prestação de serviços Manutenção Equipamentos. Raio - X	4.330,00
Contratação prestações serviços p/ laudo radométricos e dosímetros - DAD	3.432,00
Serviços de Conserto Aparelhos Microscópios	6.000,00
Serviços Laboratoriais meses maio, junho e julho 2010	73.383,18
Serviços de Conserto Aparelhos Microscópios	6.000,00
Serviços Laboratoriais meses maio, junho e julho/2010	73.383,18
Serviços de Manutenção Aparelhos Ultrasson	2.200,00
Serviços técnicos p/ instalação de Equipamentos - DAD	2.700,00
Confecção de banner, Folder e adesivos- DAD	5.660,00
Confecção de faixas (SRP) - DAD	1.750,00
TOTAL	244.692,36

Investimentos financeiros disponibilizados para a Divisão de Apoio ao Diagnóstico – 2010 para manutenção da rede – PARTE II

Aquisição (Kit Imunocromatográfica) DAD	7.999,80
Contratação Manut.Prev.Corret. Equip./Laboratorial	9.114,00
Aquisição de Filmes de Raio - x , Revelador e Fixador - DAD	61.871,30
Aquisição material de consumo (Formulário contínuo) DAD	14.100,00
Aquisição de Consumo (kit p/ coleta preventivo) DAD	20.345,00
Aquisição de material de consumo (tira plástica, filme upp...) DAD	123.056,00
Aquisição de material de consumo (revelador, fixador) DAD	16.478,00
Aquisição de material de consumo (auto-prol, papor, senso cloreto) DAD	65.093,44
Aquisição de material de Consumo (Anticoagulante...) DAD	9.523,00
Aquisição de material de Consumo (Agulha para coleta...) DAD	13.683,00
Aquisição de material de Consumo (Alcool 70, Gel para ultrason...) DAD	13.955,40
Aquisição de material de Consumo (Kit para pesquisa de sangue...) DAD	412,35
Aquisição de material de Consumo (Kit reação...) DAD	157.285,72
Aquisição de Formulário Contínuo - D.A.D	7.650,00
Suprimento de fundo - Luiz Adroaldo A. Tagliani - DAD	2.000,00
Aquisição de Insumos (Solução diluente...) DAD	16.115,56
Contratação de empresa serviços preventivo e corretivo equip.laboratoriais - DAD	40.000,00
Complementação Contrato de Fornecimento de Insumos (Comodata) 3 meses	591.138,48
Aquisição de Insumos Laboratorias memo. Nº 188/DAD/SEMUSA	249.400,00
Aquisição de Material de Consumo (rede laboratorial) - DAD	24.486,60
Aquisição de Filmes para Raio-x, Revelador - F.M.S	49.735,00
Aquisição Mat. Consumo (Lampada, forte....)DAC	1.428,85

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Aquisição de Material de Consumo (Tonners Originais)SRP	4.000,00
Aquisição Mat. Consumo (bobina de etiqueta....)DAD	6.540,00
Aquisição de Lanches (SRP Nº 025/2009) - DAD	5.000,00
Aquisição Mat. Consumo (bobina de etiqueta....)	1.090,00
Aquisição Insumos para Laboratório (ASLO, PCR....)DAD	225.054,24
Aquisição de Material de Consumo (Glicosímetro)	96.250,00
Aquisição Mat. De Consumo (kit p/ coleta prev.....)	23.299,00
Aquisição Mat. De consumo (bandeja, parafuso...)DAD	3.813,00
Complementação (Aquisição de Insumos) Comodata	197.046,84
Complementação ao CEO nº 1063 e R.S nº 747	6,00
TOTAL	2.056.970,58

Investimentos financeiros disponibilizados para a Divisão de Apoio ao Diagnóstico – 2010 para manutenção da rede – PARTE III

Aquisição de Material Permanente (Ar condicionado) DAD	7.950,00
Aquisição de Material permanente (Caixas Térmicas) Laboratório	6.540,00
Aquisição de Equipamento Radiológicos (Chassi, Divisor..) DAD	24.915,00
Aquisição de Material Permanente (Centrifuga, Agitador) DAD	78.055,77
Aquisição de Material Permanente (Impressora Matricial Lx 300) DAD	7.984,00
Anulação Total do CEO nº 176 e Reserva de Saldo 137 de 03.03.2010	7.984,00
Aquisição Veiculo - DAD	69.000,00
Aquisição de Raio-x , Policlínica José Adelino da Silva	79.000,00
Aquisição de Material Permanente (Impressora Matricial) DAD	7.994,00
Aquisição Mat. Permanente (impressora de técnica cash..... - D.A.D	6.897,59
Sol. Aquisição de Veículo - DAD	90.000,00
Aquisição Mat. Permanente (impressora) - D.A.D	26.247,40
Aquisição Mat. Permanente (RACK) DAD	1.287,00
Anulação parcial CEO 1049 e RS 737 23.11.2010	6.540,00
Aquisição de equipamento (centrifuga, agitador...) DAD	203.326,16
Aquisição de Mat. Permanente (computadores...)DAD	17.117,28
Aquisição de Mat.Permanente (ar condicionados) D.A	22.800,00
TOTAL	545.283,09

Demonstrativo de Gastos Materiais Referentes à Serviços, Consumo e Material Permanente 2010

SERVIÇOS	244.692,36
CONSUMO	2.056.970,58
PERMANENTE	545.283,09
TOTAL	2.846.946,03

Ao analisarmos o quadro demonstrativo percebemos que houve um incremento na rede de diagnóstico no montante de 2.846.946,03.

Considerações Finais

O crescimento das ações da Divisão de Apoio ao Diagnóstico são frutos de parcerias entre esta Divisão e o Gestor Municipal em prol do crescimento e fortalecimento das ações de diagnóstico.

Atualmente a Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com a Divisão de Diagnóstico, buscam resultados de forma planejada estrategicamente e com monitoramento dos resultados, por meio dos programas e projetos contemplados no Plano Gestor, que em sua essência busca a universalização de todos os procedimentos laboratoriais, por meio da organização estrutural e organizacional, exigindo desta forma, maior integração e empenho de todos os segmentos da Semusa, visando a excelência nas ações de Saúde Pública.

Este fato pode ser comprovado através do avanço quantitativo na rede diagnóstica, uma vez que a estrutura existente atendia na rede de laboratórios, uma média de 25 pacientes/dia e passou a atender em 2010 a média de 60 pacientes/dia, sendo que capacidade instalada permite o atendimento de 75 pacientes/dia, realizando os mais diversos exames laboratoriais. E qualitativamente, com a aquisição de equipamentos laboratoriais de última geração, totalmente automatizados, e interligação via Internet de todas as unidades, proporcionando resultados mais rápidos e fidedignos para a população, sempre buscando a melhora da saúde e conseqüente melhora da qualidade de vida dos usuários do sistema.

Divisão de Recuperação e Reabilitação – Fisioterapia

O Centro de Fisioterapia Municipal foi criado em Agosto de 2002, é uma instituição da Secretaria Municipal da Saúde – SEMUSA.

Sua finalidade é atuar no desenvolvimento das atividades fisioterapêuticas visando de forma preventiva e recuperadora da atividade funcional a nível ambulatorial.

Este relatório tem a função de apresentar as atividades desenvolvidas no Centro de Fisioterapia Municipal no período de Janeiro a Dezembro de 2010.

II – Principais Ações:

- Fornecer dados digitalizados do BPA;
- Fornecer estatística mensal com todos os dados do paciente, tais como: nome completo, número do cartão SUS, CPF, RG, endereço completo e região onde o paciente receberá o tratamento fisioterapêutico.

III – Atividades diárias:

- O paciente é encaminhado ao serviço de fisioterapia mediante avaliação médica;
- O encaminhamento do médico consta o diagnóstico devidamente esclarecido;
- O agendamento para consultas e atendimentos é realizado duas vezes por mês;
- Cada profissional consulta 15 (quinze) pacientes, e ao término de 10 (dez) sessões é realizada nova consulta com entrada de mais 15 pacientes. Sendo assim, cada profissional atende por mês 30 pacientes.
- Durante a consulta, com o apoio dos devidos exames complementares, o fisioterapeuta deverá proceder à conduta fisioterapêutica.

IV – Recursos Humanos:

A equipe do Centro de Fisioterapia é composta por fisioterapeutas, fonoaudiólogos, agentes administrativos e auxiliares de serviços gerais.

V – Instalações físicas:

O Centro de Fisioterapia Municipal é localizado no Bairro Pedrinhas, anexo à Policlínica Ana Adelaide, em um espaço físico distribuído em:

- Recepção;
- 01 sala para consulta;
- 01 sala para atendimento do serviço de fonoaudiologia;
- 02 salas onde estão distribuídos os equipamentos disponíveis para o atendimento.

VI – Produtividade

Quadro estatístico referente à produtividade dos serviços realizados, por mês, com maior frequência no Centro de Fisioterapia Municipal.

MÊS	Nº. DE ATENDIMENTOS	CONSULTA	ALTA
Janeiro	920	100	35
Fevereiro	949	143	83
Março	1361	125	104
Abril	1074	149	93
Maio	1236	154	78
Junho	1052	129	85
Julho	1023	143	101
Agosto	1246	146	95
Setembro	1137	185	102
Outubro	1155	159	97
Novembro	996	154	69
TOTAL	12.149	1.587	942

Balanco anual / atividades mensais

MÊS	COLUNA	JOELHO	OMBRO	PUNHO E MÃO
Julho	31	37	30	18
Agosto	27	25	23	13
Setembro	52	21	34	15
Outubro	70	35	43	27
Novembro	33	26	27	15
Dezembro	21	17	32	14
TOTAL	234	161	189	102

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Produção Média Complexidade 2010 - Centro de Fisioterapia

PRODUÇÃO MÉDIA COMPLEXIDADE POR TIPO DE PROCEDIMENTO PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO 2010 - CENTRO DE FISIOTERAPIA MUNICIPAL - PORTO VELHO/RO																	
PROCEDIMENTOS	1.º TRIMESTRE				2.º TRIMESTRE				3.º TRIMESTRE				4.º TRIMESTRE				TOT AL GER AL
	jan/10	fev/10	mar/10	SUBTO TAL	abr/1 0	mai/1 0	jun/1 0	SUBTO TAL	jul/10	ago/1 0	set/1 0	SUB TOT AL	out/ 10	nov/ 10	dez/ 10	SUB TOT AL	
AVALIACAO MIOFUNCIONAL DE SISTEMA ESTOMA	32	27	16	75	5	2	0	7	3	5	0	8	0	0	0	0	90
CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPER	62	124	164	350	130	141	159	430	150	110	163	423	205	126	128	459	1.662
ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENTE	630	1.810	820	3.260	680	660	750	2.090	901	650	260	1.811	270	220	220	710	7.871
ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO NAS ALTERAC	260	550	2.220	3.030	1.780	1.940	2.320	6.040	1.961	1.510	1.760	5.231	2.230	1.170	1.420	4.820	19.121
ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENT	350	110	140	600	0	40	40	80	20	40	0	60	0	0	0	0	740
ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENT	0	30	0	30	0	0	0	0	20	0	0	20	0	0	0	0	50
ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO NAS DESORD	0	0	0	0	50	0	0	50	0	0	0	0	0	0	0	0	50
ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO EM PACIENT	0	0	0	0	10	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	10
TOTAL GERAL	1.334	2.651	3.360	7.345	2.655	2.783	3.269	8.707	3.055	2.315	2.183	7.553	2.705	1.516	1.768	5.989	29.594

Fonte: DAC/SEMUSA - Dados sujeitos a revisão

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Atendimento por fisioterapeuta - 2010

FISIOTERAPEUTA	MÊS										
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Célia Maria Cândido Costa	71	-	25	-	-	-	-	66	47	46	67
Daniele Santos Padovan	56	117	147	120	146	153	197	164	74	129	21
Estela Mary Casara	173	-	-	112	143	157	169	119	147	114	136
Flávio José Barbosa	57	107	141	113	106	121	164	73	131	82	148
Geysa Nascimento Collins	99	67	132	98	122	27	-	54	99	56	92
Harley Roberto O.de M. e Silva	-	125	224	121	197	178	115	228	165	177	101
Julietta S. Catany	-	-	-	-	-	-	-	40	42	59	50
Mônica G.A.C.de Rivedo	179	129	209	122	-	155	144	201	146	182	128
Maria do Socorro C.C. Ciraulo	-	100	176	131	163	105	25	89	129	125	123
Roseane de Macedo	-	123	207	146	225	156	209	212	157	185	130
Thiago Leonardo Carrijo	285	181	100	111	134	-	-	-	-	-	-
Total	920	949	1361	1074	1236	1052	1023	1246	1137	1155	996
TOTAL GERAL	12.149										

Número de novos pacientes por fisioterapeuta - 2010

FISIOTERAPEUTA	MÊS										
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Célia Maria Cândido Costa	-	-	-	-	-	-	-	12	06	17	10
Daniele Santos Padovan	11	12	19	11	28	14	25	14	14	19	0
Estela Mary Casara	15	-	-	24	13	15	12	26	13	25	14
Flávio José Barbosa	12	12	24	20	10	26	13	13	21	32	13
Geysa Nascimento Collins	12	12	10	06	16	0	-	15	13	13	06
Harley Roberto O.de M. e Silva	-	20	13	15	31	14	25	18	27	14	29
Julietta S. Catany	-	-	-	-	-	-	-	11	12	03	05
Mônica G.A.C.de Rivedo	14	26	27	0	14	13	27	15	28	16	16
Maria do Socorro C.C. Ciraulo	-	21	12	23	12	16	14	0	27	05	25
Roseane de Macedo	-	27	15	29	15	31	27	22	24	15	36
Thiago Leonardo Carrijo	36	13	5	21	15	-	-	-	-	-	-
Total	100	143	125	149	154	129	143	146	185	159	154
TOTAL GERAL	1.587										

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Número de pacientes que receberam alta por fisioterapeuta - 2010

FISIOTERAPEUTA	MÊS										
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Célia Maria Cândido Costa	-	-	-	-	-	-	-	05	01	4	0
Daniele Santos Padovan	0	12	12	16	08	12	15	22	0	15	06
Estela Mary Casara	14	-	-	08	13	7	11	12	09	11	06
Flávio José Barbosa	0	08	3	17	08	10	19	06	05	10	14
Geysa Nascimento Collins	9	08	13	08	01	4	-	0	08	04	06
Harley Roberto O.de M. e Silva	-	10	25	10	11	26	10	14	23	22	11
Julietta S. Catany	-	-	-	-	-	-	-	01	03	2	02
Mônica G.A.C.de Rivedo	12	21	21	12	-	08	21	13	18	0	07
Maria do Socorro C.C. Ciraulo	-	09	8	13	13	08	0	09	11	07	07
Roseane de Macedo	-	08	20	11	24	10	25	13	24	22	10
Thiago Leonardo Carrijo	0	07	02	0	0	-	-	-	-	-	-
Total	35	83	104	95	78	85	101	95	102	97	69
TOTAL GERAL	944										

Demonstrativo das ações e metas desenvolvidas no ano de 2010 - Divisão de Recuperação e Reabilitação - Fisioterapia

Eixo: Gestão da Resolutividade dos Atendimentos de Média e Alta Complexidade em Porto Velho					
Meta PMS: 1) Construção do Centro Municipal de Reabilitação					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Confecção do Projeto Arquitetônico para construção do Centro de Reabilitação Municipal	01	100%	300.000,00		
Aquisição da área para construção de engenharia do novo Centro de Reabilitação Municipal	01	100%			
Análise dos Resultados: A construção do novo Centro Municipal de Reabilitação não é uma meta para 2010, porém seu processo foi deflagrado e para tal já foram realizadas reuniões para a confecção do projeto arquitetônico com a participação da Engenharia, sendo realizado nos padrões adequados da estrutura. A área geográfica já esta disponível para a referida construção.					

Fonte: DRR/DEMAC/SEMUSA/PVH

Divisão de Assistência à Saúde Mental (CAPS II e CAPS AD)

As ações dos CAPS II e CAPS AD abrangem demandas espontâneas, e também usuários encaminhados pela atenção primária e secundária ou outras entidades e instituições.

Os CAPS oferecem diversas atividades no âmbito da atenção: atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outras); atendimento grupal (psicoterapia, entre outras); atendimento em oficinas terapêuticas; atenção domiciliar; atendimento voltado à família; atividades comunitárias, buscando a integração no contexto comunitário, assim como sua inserção nas dimensões familiar e social.

Durante o 2º semestre do ano de 2010 tivemos os atendimentos e atividades de acordo com as Tabelas abaixo:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativos de procedimentos realizados no (CAPS) de Julho a Dezembro de 2010

Procedimentos	1º TRIMESTRE			2º TRIMESTRE			3º TRIMESTRE			4º TRIMESTRE			
Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Médicos psiquiatras							41	267	141	173	154	138	
Médico clínico geral							207	208	216	250	186	198	
Psicólogos							116	168	116	17	197	133	
Consulta de Enfermagem							116	168	116	137	197	133	
Atendimento Individual Assistência Social							62	87	65	42	02	32	
Oficinas terapêuticas Tipo II							10	08	09	11	06	02	
Grupos Terapêutico							08	15	11	12	10	07	
Dispensa de Medicação (receita)							2.755	2.353	1.893	1.907	2.748	2.171	
Visita domiciliar							00	09	00	09	09	00	
Atendimento acolhimento							249	184	203	136	220	275	
Atestado de Sanidade Física e Mental							08	23	06	18	26	13	
Triagem (aferição de PA).							00	00	00	00	00	00	
Grupo de hidroginástica							13	09	19	12	12	10	
Apac's – Autorização de Procedimento Ambulatorial de Alta Complexidade.							41	30	43	43	49	31	
Total							3.626	3.529	2.838	2.887	3.080	3.143	
Total trimestral							9.993			9.110			
TOTAL GERAL										19.103			

Fonte: CAPS

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativos de procedimentos realizados no CAPS AD de Julho a Dezembro de 2010

Procedimentos	1º TRIMESTRE			2º TRIMESTRE			3º TRIMESTRE			4º TRIMESTRE		
Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Médicos Psiquiátricas							106	139	11	129	161	163
Médico Clínico Geral							132	30	89	53	136	80
Atendimento de Urgência com Observação							00	00	00	00	00	00
Administração de Medicamentos na Atenção							00	00	00	00	00	00
Psicólogos							61	80	60	62	72	42
Programa do Tratamento de Tabagismo							00	00	00	00	13	10
Enfermagem							18	53	103	82	72	56
Assistente Social							46	53	86	47	68	30
Oficinas Terapêuticas							11	12	12	12	15	9
Grupos Operativos							00	00	00	00	00	00
Farmácia – Receitas Aviadas							218	272	238	236	297	60
Visita Domiciliar							09	07	21	13	23	11
Atendimento acolhimento							363	355	469	323	502	281
Atividade Educativa de Grupo							05	05	00	00	00	00
Atestado de Sanidade Mental							00	09	05	04	03	01
Triagem (Aferição de PA)							136	88	151	61	55	18
Grupo de Hidroginástica							08	00	00	06	09	00
APAC'S							21	40	20	31	23	32
Total mensal							1.134	1.143	1.385	1.059	1.449	793
Total trimestral							3.662			3.301		
Total geral	6.693											

Fonte: CAPS AD

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações realizadas pela Divisão de Saúde Mental (CAPSs)

Eixo: Gestão da Resolutividade dos Atendimentos de Média e Alta Complexidade em Porto Velho					
Meta: Reestruturação da rede de atenção a Saúde Mental, fortalecendo o CAPS II e CAPS ad					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
1) Garantir a aquisição de bens para compor a logística de funcionamento do CAPS II e CAPS ad.	02 computadores	0%	55.560,00	0,00	
2) Adquirir veículo (tipo microônibus) para o transporte de usuários do CAPS ad.	01	0%	55.560,00	0,00	
3) Adquirir mobiliário para o CAPS II.	100%	0%	55.560,00	7.908,00	
4) Adquirir programa específico para gerenciamento (cadastramento de usuários p/ acompanhamento e dispensação de medicamento).	01 software	0%	50.000,00	20.390,00	
5) Capacitar todos os técnicos do CAPS ad e atualizar os técnicos do CAPS II na atenção em saúde mental	01 Oficina de Capacitação acompanhada por téc. do MS.	0%	5.000,00	0,00	
6) Aquisição de link de acesso à rede de Internet na unidade de saúde mental CAPS II Três Marias e CAPS ad.	03 pontos de acesso	50%	50.000,00	20.390,0	
7) Aquisição de lanches para os usuários em acompanhamento nas oficinas terapêuticas tipo I, no CAPS II Três Marias (kit individual de lanche).	5.000 kits de lanches	100%	25.654,00	25.654,00	

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

8) Acompanhar e prestar atendimento a população de Porto Velho, com transtorno mental.	1.337	144,8%			1.936 acompanhados
9) Aquisição de link de acesso à internet para CAPS ad.	Adquirir materiais	00%			
10) Aquisição de material educativo (folder) para as atividades educativas.	20.000 unidades	100%			
11) Ampliar nº. de recursos humanos para o CAPS II.	01 enfermeira	100%			Lotação de Enfermeira especialista.
12) Promover uma oficina de capacitação aos ACS na prevenção ao consumo de tabaco e outras drogas.	60 Servidores	100%			ACS, técnicos e enfermeiros da zona leste - Pol. Dr. José Adelino.
Análise do Resultado: 1) Os computadores já passaram por processo de aquisição, aguardando a entrega na SEMUSA; Demais mobiliários em processo de aquisição para 2011. 2) Formalizar aquisição de veículo (tipo microônibus) 2/2011. 3) Em processo de levantamento do tipo de mobiliário necessário para a demanda específica em saúde mental. Mobiliário (sofánetes, cadeiras de pvc, equipamento multimídia). 4) 1 software para controle do gerenciamento da farmácia (CAPS II e CAPSad). Programa em desenvolvimento na SEMAD (Setor de Informática Versão para teste prevista para o 1/2011). 5) Fazendo levantamento de profissional capacitado no Ministério da Saúde para ministrar Oficina em atenção a Saúde Mental. 6) Acesso viabilizado no CAPS II. Estamos aguardando a liberação de porta de acesso a Internet da prestadora de telefonia para implantação de ponto de acesso no CAPS ad. (Sala da Direção, Recepção e Sala de Faturamento de APAC'S). 7) 5.000 kits foram garantidos para fornecimento no 2/2010; em processo de licitação para aquisição para 1/2011.					

Fonte: DSM/DEMAC/SEMUSA/PVH

Centros de Especialidades Odontológicas - CEO

O Município de Porto Velho conta com 03 (três) Centros de Especialidade Odontológicas – CEO tipo II, assim localizados: CEO ZONA SUL em anexo Policlínica Manoel Amorim de Matos (Jardim Eldorado); CEO ZONA LESTE 1 anexo a Policlínica Hamilton R. Gondin (bairro Tancredo Neves e o CEO ZONA LESTE 2 anexo à Policlínica José Adelino (bairro Ulisses Guimarães).

Estes centros destinam-se ao atendimento especializado em odontologia nas seguintes especialidades: endodontia (tratamento de canal), periodontia (tratamento de gengiva), cirurgia oral menor (remoção de dentes retido/inclusos e/ou impactados), atendimento a pacientes portadores de necessidades especiais.

Os pacientes com necessidade de tratamento terão acesso ao serviço única e exclusivamente mediante encaminhamento com ficha de referência padronizada, baseando-se nos requisitos básicos para referência, critérios de inclusão e exclusão para cada especialidade estabelecidos no manual de “Recomendações para referência e contra-referência aos centros de especialidades odontológicas”.

Após a conclusão do tratamento nos CEOs, o paciente será contra-referenciado à Unidade Básica de origem para conclusão do tratamento básico.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

CONSOLIDADO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO CEO ZONA LESTE I
PRODUÇÃO MÉDIA COMPLEXIDADE E ATENÇÃO BÁSICA POR TIPO DE PROCEDIMENTO PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO 2010 - CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLOGIA - CEO
ZONA LESTE I - POLICLINICA HAMILTON GONDIN - PORTO VELHO/RO

AÇÕES COLETIVAS E INDIVIDUAIS	1º TRIMESTRE				2º TRIMESTRE				3º TRIMESTRE				4º TRIMESTRE				TOTAL GERAL
	jan/ 10	fev/ 10	mar/ 10	SUB TOTAL	abr/ 10	mai/ 10	jun/ 10	SUB TOTAL	jul/ 10	ago/ 10	set/ 10	SUB TOTAL	out/ 10	nov/ 10	dez/ 10	SUB TOTAL	
ATIVIDADE EDUCATIVA / ORIENTAÇÃO EM GRUPO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	12	12
ATIVIDADE EDUCATIVA / ORIENTAÇÃO EM GRUPO	0	1	4	5	5	5	3	13	4	5	3	12	4	0	17	21	51
SUBTOTAL AÇÕES COLETIVAS	0	1	4	5	5	5	3	13	4	5	3	12	4	12	17	33	63
PROCEDIMENTOS CLÍNICOS	jan/ 10	fev/ 10	mar/ 10	SUB TOTAL	abr/ 10	mai/ 10	jun/ 10	SUBTOTAL	jul/ 10	ago/ 10	set/ 10	SUB TOTAL	out/ 10	nov/ 10	dez/ 10	SUB TOTAL	TOTAL GERAL
CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	127	128	141	396	151	107	134	392	137	196	161	494	219	189	220	628	1.910
ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM ATENÇÃO BÁSICA	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	0	3	4	7	2	0	0	2	0	0	0	0	3	2	0	5	14
SUBTOTAL PROC. CLÍNICOS	127	131	145	403	153	108	134	395	137	196	161	494	222	191	220	633	1.925
RADIOLOGIA	jan/ 10	fev/ 10	mar/ 10	SUB TOTAL	abr/ 10	mai/ 10	jun/ 10	SUB TOTAL	jul/ 10	ago/ 10	set/ 10	SUB TOTAL	out/ 10	nov/ 10	dez/ 10	SUB TOTAL	TOTAL GERAL
RADIOGRAFIA PERI-APICAL INTERPROXIMAL (B)	7	8	14	29	150	94	82	326	90	163	90	343	188	18	221	427	1.125
SUBTOTAL RX	7	8	14	29	150	94	82	326	90	163	90	343	188	18	221	427	1.125
ODONTOLOGIA	jan/ 10	fev/ 10	mar/ 10	SUB TOTAL	abr/ 10	mai/ 10	jun/ 10	SUB TOTAL	jul/ 10	ago/ 10	set/ 10	SUB TOTAL	out/ 10	nov/ 10	dez/ 10	SUB TOTAL	TOTAL GERAL
ACAO COLETIVA DE ESCOVAÇÃO DENTAL SUPERVISADA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34	34	37	46	46	129	163
ACAO COLETIVA DE EXAME BUCAL C/ FINALIDADE	0	0	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
APLICACAO DE SELANTE (POR DENTE)	0	0	0	0	0	0	6	6	8	0	0	8	0	0	0	0	14
APLICACAO TOPICA DE FLUOR (INDIVIDUAL POR PACIENTE)	4	1	0	5	24	6	4	34	4	4	9	17	2	5	9	16	72
EVIDENCIACAO DE PLACA BACTERIANA	0	0	0	0	0	12	1	13	0	0	0	0	0	0	0	0	13
SELAMENTO PROVISÓRIO DE CAVIDADE DENTÁRIA	8	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	3	12	20
PRIMEIRA CONSULTA ODONTOLÓGICA	0	0	0	0	0	37	0	37	0	0	0	0	0	0	0	0	37

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

PROGRAMAT																	
RETIRADA DE PONTOS DE CIRURGIAS BASICAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	16	0	0	0	0	16
CAPEAMENTO PULPAR	22	19	5	46	9	13	5	27	4	23	26	53	22	21	26	69	195
RESTAURACAO DE DENTE DECIDUO	18	10	28	56	5	22	20	47	18	21	15	54	13	10	2	25	182
RESTAURACAO DE DENTE PERMANENTE ANTERIOR	14	8	13	35	5	30	17	52	40	18	17	75	24	15	28	67	229
RESTAURACAO DE DENTE PERMANENTE POSTERIO	82	44	28	154	35	49	38	122	36	60	41	137	39	47	77	163	576
ACESSO A POLPA DENTARIA E MEDICACAO (POR	0	0	5	5	17	2	0	19	0	3	6	9	21	16	25	62	95
CURATIVO DE DEMORA C/ OU S/ PREPARO BIOM	27	9	14	50	27	15	20	62	21	0	19	40	50	0	39	89	241
OBTURACAO EM DENTE PERMANENTE BIRRADICUL	10	12	6	28	12	11	9	32	10	9	2	21	10	18	23	51	132
OBTURACAO EM DENTE PERMANENTE C/ TRES OU	17	19	13	49	10	9	11	30	11	21	11	43	0	29	29	58	180
OBTURACAO EM DENTE PERMANENTE UNIRRADICU	16	6	16	38	23	28	6	57	6	30	16	52	18	20	21	59	206
PULPOTOMIA DENTARIA	2	2	0	4	0	0	3	3	3	0	2	5	2	2	0	4	16
RASPAGEM ALISAMENTO E POLIMENTO SUPRAGEN	22	6	26	54	2	32	20	54	19	18	65	102	20	35	56	111	321
RASPAGEM CORONO-RADICULAR (POR SEXTANTE)	0	72	96	168	108	168	238	514	210	200	138	548	168	168	183	519	1.749
DRENAGEM DE ABSCESSO DA BOCA E ANEXOS	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
CURETAGEM PERIAPICAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34	0	0	34	34
EXODONTIA DE DENTE DECIDUO	6	7	4	17	3	21	10	34	10	12	12	34	9	5	14	28	113
EXODONTIA DE DENTE PERMANENTE	4	1	2	7	4	13	9	26	5	13	6	24	10	10	16	36	93
EXODONTIA MULTIPLA C/ ALVEOLOPLASTIA POR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1
GENGIVECTOMIA (POR SEXTANTE)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1
GENGIVOPLASTIA (POR SEXTANTE)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1
REMOCAO DE DENTE RETIDO (INCLUSO / IMPAC	72	108	82	262	76	0	83	159	54	62	37	153	93	0	0	93	667
SUBTOTAL ODONTOLOGIA	324	326	344	994	360	468	500	1.328	459	494	472	1.425	575	456	597	1.628	5.375
TOTAL GERAL	458	466	507	1.431	668	675	719	2.062	690	858	726	2.274	989	677	1.055	2.721	8.488

Fonte: CEO/DEMAC/SEMUSA/PVH

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

CONSOLIDADO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO CEO ZONA LESTE II PRODUÇÃO MÉDIA COMPLEXIDADE E ATENÇÃO BÁSICA POR TIPO DE PROCEDIMENTO PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO 2010 - CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLOGIA - CEO ZONA LESTE II - POLICLINICA JOSE ADELINO - PORTO VELHO/RO																	
AÇÕES COLETIVAS E INDIVIDUAIS	1º TRIMESTRE				2º TRIMESTRE				3º TRIMESTRE				4º TRIMESTRE				TOTAL GERAL
	jan/10	fev/10	mar/10	SUB TOTAL	abr/10	mai/10	jun/10	SUB TOTAL	jul/10	ago/10	set/10	SUB TOTAL	out/10	nov/10	dez/10	SUB TOTAL	
APLICACAO DE SELANTE (POR DENTE)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1
APLICACAO TOPICA DE FLUOR (INDIVIDUAL PO	2	8	9	19	2	5	3	10	4	2	1	7	5	2	2	9	45
SUBTOTAL AÇÕES COLETIVAS	2	8	9	19	2	5	3	10	5	2	1	8	5	2	2	9	46
PROCEDIMENTOS CLINICOS	jan/10	fev/10	mar/10	SUB TOTAL	abr/10	mai/10	jun/10	SUB TOTAL	jul/10	ago/10	set/10	SUB TOTAL	out/10	nov/10	dez/10	SUB TOTAL	TOTAL GERAL
CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPER	75	108	106	289	123	150	117	390	141	123	179	443	133	117	159	409	1.531
CONSULTA/ATENDIMENTO DOMICILIAR NA ATENC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4	4
ATENDIMENTO DE URGENCIA EM ATENCAO ESPEC	4	12	17	33	9	7	9	25	5	9	6	20	3	1	10	14	92
DRENAGEM DE ABSCESSO DA BOCA E ANEXOS	1	1	2	4	0	1	2	3	1	0	1	2	1	0	3	4	13
SUBTOTAL PROC. CLINICOS	80	121	125	326	132	158	128	418	147	132	186	465	137	122	172	431	1.640
RADIOLOGIA	jan/10	fev/10	mar/10	SUB TOTAL	abr/10	mai/10	jun/10	SUB TOTAL	jul/10	ago/10	set/10	SUB TOTAL	out/10	nov/10	dez/10	SUB TOTAL	TOTAL GERAL
RADIOGRAFIA PERI-APICAL INTERPROXIMAL (B	64	118	101	283	157	120	116	393	132	148	140	420	109	118	159	386	1.482
SUBTOTAL RX	64	118	101	283	157	120	116	393	132	148	140	420	109	118	159	386	1.482
ODONTOLOGIA	jan/10	fev/10	mar/10	SUB TOTAL	abr/10	mai/10	jun/10	SUB TOTAL	jul/10	ago/10	set/10	SUB TOTAL	out/10	nov/10	dez/10	SUB TOTAL	TOTAL GERAL
CAPEAMENTO PULPAR	1	3	0	4	1	2	0	3	7	0	4	11	0	0	0	0	18
RESTAURACAO DE DENTE DECIDUO	10	38	16	64	7	1	6	14	21	5	9	35	5	5	3	13	126
RESTAURACAO DE DENTE PERMANENTE ANTERIOR	23	51	33	107	47	33	31	111	43	45	27	115	38	42	36	116	449
RESTAURACAO DE DENTE PERMANENTE POSTERIO	28	38	42	108	59	49	20	128	118	55	83	256	52	55	53	160	652
ACESSO A POLPA DENTARIA E MEDICACAO (POR	61	66	55	182	0	58	57	115	47	66	74	187	33	63	88	184	668
CURATIVO DE DEMORA C/ OU S/ PREPARO BIOM	54	60	52	166	0	61	54	115	84	94	94	272	39	64	94	197	750
OBTURACAO DE DENTE DECIDUO	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
OBTURACAO EM DENTE PERMANENTE BIRRADICUL	12	15	7	34	14	12	10	36	13	22	13	48	8	14	19	41	159

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

OBTURACAO EM DENTE PERMANENTE C/ TRES OU	26	34	24	84	18	9	7	34	27	21	49	97	29	34	27	90	305
OBTURACAO EM DENTE PERMANENTE UNIRRADICU	14	19	20	53	28	22	28	78	12	31	32	75	10	25	38	73	279
RETRATAMENTO ENDODONTICO EM DENTE PERMAN	1	0	1	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
RETRATAMENTO ENDODONTICO EM DENTE PERMAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	0	0	0	0	4
RETRATAMENTO ENDODONTICO EM DENTE PERMAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	2	3
RASPAGEM ALISAMENTO E POLIMENTO SUPRAGEN	9	73	60	142	47	62	59	168	52	19	43	114	68	41	60	169	593
RASPAGEM ALISAMENTO SUBGENGIVAI (POR SE	12	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	3	15
RASPAGEM CORONO-RADICULAR (POR SEXTANTE)	62	152	107	321	116	97	140	353	86	64	96	246	75	104	69	248	1.168
SELAMENTO PROVISORIO DE CAVIDADE DENTARI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0	0	2	3
ALVEOLOTOMIA / ALVEOLECTOMIA (POR ARCO D	3	5	0	8	6	1	2	9	13	1	5	19	10	0	14	24	60
CURETAGEM PERIAPICAL	10	0	13	23	22	49	44	115	102	80	67	249	78	50	80	208	595
EXODONTIA DE DENTE DECIDUO	1	9	11	21	8	3	4	15	8	1	6	15	1	2	1	4	55
EXODONTIA DE DENTE PERMANENTE	1	2	10	13	8	4	7	19	12	12	4	28	16	9	5	30	90
GENGIVECTOMIA (POR SEXTANTE)	0	3	0	3	1	3	0	4	0	4	5	9	4	6	7	17	33
REMOCAO DE DENTE RETIDO (INCLUSO / IMPAC	2	20	5	27	13	12	13	38	22	16	11	49	15	0	0	15	129
REMOCAO DE FOCO RESIDUAL	39	39	40	118	54	47	36	137	91	35	70	196	69	54	68	191	642
SUBTOTAL ODONTOLOGIA	370	627	496	1.493	450	525	518	1.493	758	573	696	2.027	555	568	664	1.787	6.800
TOTAL GERAL	516	874	731	2.121	741	808	765	2.314	1.042	855	1.023	2.920	806	810	997	2.613	9.968

Fonte: CEO/DEMAC/SEMUSA/PVH

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Consolidado dos procedimentos realizados no CEO Zona Sul

PRODUÇÃO MÉDIA COMPLEXIDADE E ATENÇÃO BÁSICA POR TIPO DE PROCEDIMENTO PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO 2010 - CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLOGIA - CEO ZONA SUL - POLICLINICA MANOEL AMORIM DE MATOS - PORTO VELHO/RO																	
AÇÕES COLETIVAS E INDIVIDUAIS	1º TRIMESTRE				2º TRIMESTRE				3º TRIMESTRE				4º TRIMESTRE				TOTAL GERAL
	jan/10	fev/10	mar/10	SUBTOTAL	abr/10	mai/10	jun/10	SUBTOTAL	jul/10	ago/10	set/10	SUBTOTAL	out/10	nov/10	dez/10	SUBTOTAL	
010101002 ATIVIDADE EDUCATIVA / ORIENTACAO EM GRUP	0	0	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	10	15
SUBTOTAL AÇÕES COLETIVAS	0	0	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	10	15
PROCEDIMENTOS CLINICOS	jan/10	fev/10	mar/10	SUBTOTAL	abr/10	mai/10	jun/10	SUBTOTAL	jul/10	ago/10	set/10	SUBTOTAL	out/10	nov/10	dez/10	SUBTOTAL	TOTAL GERAL
030101004 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPER	70	196	214	480	155	313	304	772	281	328	335	944	351	247	182	780	2.976
030106006 ATENDIMENTO DE URGENCIA EM ATENCAO ESPEC	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	3
040101005 EXCISAO DE LESAO E/OU SUTURA DE FERIMENT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	8	8
040402009 EXCISAO E SUTURA DE LESAO NA BOCA	1	0	0	1	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	4
SUBTOTAL PROC. CLINICOS	71	197	214	482	155	314	307	776	281	329	335	945	351	247	190	788	2.991
RADIOLOGIA	jan/10	fev/10	mar/10	SUBTOTAL	abr/10	mai/10	jun/10	SUBTOTAL	jul/10	ago/10	set/10	SUBTOTAL	out/10	nov/10	dez/10	SUBTOTAL	TOTAL GERAL
020401018 RADIOGRAFIA PERI-APICAL INTERPROXIMAL (B	113	139	150	402	152	145	228	525	142	180	188	510	242	225	163	630	2.067
SUBTOTAL RX	113	139	150	402	152	145	228	525	142	180	188	510	242	225	163	630	2.067
ODONTOLOGIA	jan/10	fev/10	mar/10	SUBTOTAL	abr/10	mai/10	jun/10	SUBTOTAL	jul/10	ago/10	set/10	SUBTOTAL	out/10	nov/10	dez/10	SUBTOTAL	TOTAL GERAL
030701001 CAPEAMENTO PULPAR	4	2	2	8	3	6	2	11	5	5	0	10	6	1	2	9	38
030701002 RESTAURACAO DE DENTE DECIDUO	0	15	7	22	17	20	21	58	18	31	29	78	33	23	18	74	232
030701003 RESTAURACAO DE DENTE PERMANENTE ANTERIOR	0	4	5	9	4	20	17	41	13	28	10	51	17	21	21	59	160
030701004 RESTAURACAO DE DENTE PERMANENTE POSTERIO	1	6	3	10	66	11	28	105	16	18	24	58	14	35	40	89	262
030702001 ACESSO A POLPA DENTARIA E MEDICACAO (POR	5	5	7	17	5	9	3	17	2	0	13	15	5	5	1	11	60
030702002 CURATIVO DE DEMORA C/ OU S/ PREPARO BIOM	75	77	74	226	4	71	83	158	73	61	89	223	115	73	94	282	889
030702003 OBTURACAO DE DENTE DECIDUO	0	2	1	3	6	7	3	16	0	0	0	0	1	0	3	4	23
030702004 OBTURACAO EM DENTE PERMANENTE BIRRADICUL	5	3	8	16	15	10	18	43	13	14	15	42	18	20	19	57	158

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

030702005 OBTURACAO EM DENTE PERMANENTE C/ TRES OU	14	14	9	37	9	18	24	51	15	21	27	63	19	23	17	59	210
030702006 OBTURACAO EM DENTE PERMANENTE UNIRRADICU	13	15	18	46	19	17	26	62	20	17	17	54	23	22	24	69	231
030702007 PULPOTOMIA DENTARIA	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	5
030702008 RETRATAMENTO ENDODONTICO EM DENTE PERMAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1
030702009 RETRATAMENTO ENDODONTICO EM DENTE PERMAN	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1
030702010 RETRATAMENTO ENDODONTICO EM DENTE PERMAN	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	1	1	0	0	0	0	3
030703001 RASPAGEM ALISAMENTO E POLIMENTO SUPRAGEN	43	56	87	186	101	113	102	316	104	109	123	336	86	62	52	200	1.038
030703003 RASPAGEM CORONO-RADICULAR (POR SEXTANTE)	64	89	64	217	84	2	59	145	43	91	41	175	64	0	141	205	742
041402004 CORRECAO DE BRIDAS MUSCULARES	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	2
041402012 EXODONTIA DE DENTE DECIDUO	0	2	3	5	4	11	20	35	0	2	0	2	5	2	4	11	53
041402013 EXODONTIA DE DENTE PERMANENTE	0	3	3	6	2	1	21	24	5	0	1	6	5	2	11	18	54
041402014 EXODONTIA MULTIPLA C/ ALVEOLOPLASTIA POR	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
041402015 GENGIVECTOMIA (POR SEXTANTE)	0	1	0	1	0	2	1	3	7	1	4	12	0	0	0	0	16
041402016 GENGIVOPLASTIA (POR SEXTANTE)	0	0	1	1	1	0	0	1	8	0	0	8	0	0	0	0	10
041402027 REMOCAO DE DENTE RETIDO (INCLUSO / IMPAC	23	65	0	88	61	94	72	227	129	140	129	398	140	0	54	194	907
041402028 REMOCAO DE FOCO RESIDUAL	0	0	0	0	0	9	2	11	0	0	0	0	0	0	0	0	11
041402034 TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA INTRA /	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
041402035 TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMORRAGIA BUCO-	0	0	0	0	1	1	0	2	1	0	0	1	0	0	0	0	3
041402037 TRATAMENTO CIRURGICO PERIODONTAL (POR SE	0	1	1	2	0	2	3	5	0	0	2	2	1	0	2	3	12
041402038 TRATAMENTO DE ALVEOLITE	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
010102001 ACAO COLETIVA DE APLICACAO TOPICA DE FLU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3	3
010102007 APLICACAO TOPICA DE FLUOR (INDIVIDUAL PO	0	11	12	23	23	16	21	60	10	14	21	45	19	18	30	67	195
010102008 EVIDENCIACAO DE PLACA BACTERIANA	0	11	12	23	23	10	9	42	6	12	9	27	23	10	8	41	133
010102009 SELAMENTO PROVISORIO DE CAVIDADE DENTARI	0	10	0	10	11	6	13	30	2	4	8	14	16	7	19	42	96
SUBTOTAL ODONTOLOGIA	248	394	317	959	459	459	550	1.468	491	568	564	1.623	614	324	563	1.501	5.551
TOTAL GERAL	432	730	686	1.848	766	918	1.085	2.769	914	1.077	1.087	3.078	1.207	806	916	2.929	10.624

Fonte: CEO/DEMAC/SEMUSA/PVH

ATENÇÃO À SAÚDE E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL

O presente documento tem como objetivo, traçar o panorama da situação de saúde do município de Porto Velho para o ano de 2010, além de apresentar uma síntese sobre as principais medidas adotadas para a organização dos serviços, principalmente aqueles relacionados a eventos críticos de saúde, destacando-se em 2010, uma epidemia de dengue nos primeiros meses do ano, a poluição provocada pela queima de biomassa no transcorrer dos meses de agosto a outubro, e o relevante número de acidentes de trânsito registrados nesta capital.

O documento será constituído pela análise de situação de saúde relativas aos principais programas e atividades de responsabilidade deste Departamento, com base em dados registrados nos sistemas de Agravos de notificação compulsória - SINAN, Sistema de Informação de Nascidos Vivos - SINASC, Sistema de Informação de Mortalidade - SIM, Sistema de Informação da Febre Amarela e Dengue - SIS FAD, Sistema de Vigilância Epidemiológica da Malária - SIVEP_malaria, VETORES_malaria, e SIVEP_gripe.

Porto Velho, a exemplo do estado, vem sofrendo sucessivas ondas migratórias, decorrentes do processo de ocupação, resultante do modelo econômico. A história recente do município está relacionada ao garimpo, com a descoberta de cassiterita e posteriormente, ouro no Rio Madeira. Paralelo a esse movimento, identifica-se a estratégia de ocupação da Amazônia nos anos 70, fundamentada principalmente, na necessidade de aliviar tensões fundiárias no sul do país. Neste período, mais de um milhão de pessoas migrou para Rondônia. A capital do estado não poderia passar incólume por esse fenômeno e passa de 90 mil habitantes, para 300 mil. A cidade passa por profundas mudanças em apenas duas décadas, principalmente, no tocante ao incremento populacional. Estas mudanças expõem a fragilidade da estrutura municipal, para receber este contingente populacional. Dentre estas fragilidades, destacamos:

Insuficiente estrutura de saneamento ambiental (com registro do início dos investimentos dos recursos do PAC-Saneamento), com sérios problemas relacionados ao abastecimento de água, onde considerável percentual da população

ou não tem acesso à água potável, ou a recebe de forma descontinuada, baixo percentual de residências com acesso à rede de esgoto; insuficiente número de leitos para internação, dentre outros aspectos relevantes para a garantia da qualidade de vida da população.

Atualmente, segundo o censo 2010 do IBGE, o município conta com 426.558 habitantes. Destes, 391.014 (91,67%) residentes na zona urbana e 35.554 (8,33%), na zona rural. No período de 1970 a 2010, identifica-se importante crescimento da população urbana no município. Em 1979, 56,9%; 1980, 76,63%; 1991, 79,92%; 2000, 81,79%; 2010, 91,67%.

Estes resultados são reflexos de profundas mudanças no município, ocasionados principalmente, pela construção de duas grandes usinas hidrelétricas no Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau. O cenário que se projeta sob a ótica da construção destas usinas hidrelétricas que traz um grande contingente populacional, oriundo de outros estados e países, bem como de municípios vizinhos. Eles são atraídos pelas perspectivas de empregos gerados direta ou indiretamente pelos empreendimentos e pela perspectiva de investimentos econômicos.

É certo que a dinâmica de ocupação, condições ambientais e estrutura do Programa de Controle da Dengue no município, vêm contribuindo para o atual comportamento da dengue, que se configura em um processo endêmico com surtos epidêmicos em curtos intervalos.

Apesar da esperada transição epidemiológica, que se constituem em mudanças nos padrões de mortalidade, morbidade e invalidez em uma população específica como resultado de reações a um conjunto de transformações demográficas, sociais e econômicas (OMRAM, 2001; SANTOS-PRECIADO et al., 2003), estudos comprovam no Brasil que doenças transmissíveis (mais prevalentes nos países em desenvolvimento), convivem com doenças crônico-degenerativas (preponderantes em países desenvolvidos). Em Porto Velho, capital do estado, a análise da situação de saúde demonstra a reprodução desta tendência, quando se identifica importantes percentuais de morbimortalidade por causas relacionadas a doenças neoplásicas, doenças do aparelho circulatório e doenças infecciosas e parasitárias, conforme se identifica, por meio da análise de situação de saúde realizada no presente relatório. No presente trabalho, serão abordados os principais problemas de saúde e agravos que acometem a população do município de Porto Velho, bem como as ações desenvolvidas para enfrentamento destes, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Indicadores do Pacto pela Saúde

Pacto pela vida – Atenção à saúde do idoso

PACTO PELA VIDA			
PRIORIDADE: I – ATENCAO A SAUDE DO IDOSO.			
INDICADORES	Ano		
PRINCIPAL	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
1. Taxa de internação hospitalar de pessoas idosas por fratura do fêmur			%
Avaliação da prioridade:			

Pacto pela vida – Controle do câncer de colo de útero e de mama

PACTO PELA VIDA			
PRIORIDADE: II – CONTROLE DO CANCER DE COLO DE UTERO E DE MAMA			
INDICADORES	Ano		
PRINCIPAL	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
3. Razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais na faixa etária de 25 a 59 anos em relação a população-alvo, em determinado local, por ano			razão
4. Percentual de tratamento/seguimento no nível ambulatorial das lesões precursoras do câncer de colo do útero (lesões de alto grau – NIC II e NIC III)			%
COMPLEMENTAR	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
6c. Proporção de serviços (SUS e credenciado) de mamografia capacitados no SISMAMA			%
Avaliação da prioridade:			

Pacto pela vida – Controle do câncer de colo de útero e de mama

PACTO PELA VIDA			
PRIORIDADE: III - REDUCAO DA MORTALIDADE INFANTIL E MATERNA.			
INDICADORES	Ano		
PRINCIPAL	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
7. Proporção de investigação de óbitos infantis	20	14.59% (137 óbitos/20 investigados)	%

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

8. Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados	70	25% (168 MIF/42 investigados)	%
9. Número absoluto de óbitos de residentes entre 28 e 364 dias de idade	5,45	42	Nº Absoluto
10. Número absoluto de óbitos de menores de 28 dias de idade	10,27	96	Nº Absoluto
COMPLEMENTAR	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
12. Número de casos de sífilis congênita	5	1	Nº Absoluto
13. Taxa de cesáreas			%
Avaliação da prioridade:			
Obs.: Itens 7 e 8: Meta PAVS 2010: 50%			

Pacto pela vida – Redução da mortalidade infantil e materna

PACTO PELA VIDA			
PRIORIDADE: III - REDUCAO DA MORTALIDADE INFANTIL E MATERNA			
INDICADORES	Ano		
PRINCIPAL	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
7. Proporção de investigação de óbitos infantis	20	14.59% (137 óbitos/20 investigados)	%
8. Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados	70	25% (168 MIF /42 investigados)	%
9. Número absoluto de óbitos de residentes entre 28 e 364 dias de idade	5,45	42	Nº Absoluto
10. Número absoluto de óbitos de menores de 28 dias de idade	10,27	96	Nº Absoluto
COMPLEMENTAR	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
12. Numero de casos de sífilis congênita	5	1	Nº Absoluto
13. Taxa de cesáreas			%
Avaliação da prioridade:			
Obs.: Itens 7 e 8: Meta PAVS 2010: 50%			

Pacto pela vida – Fortalecimento da capacidade de respostas as doenças emergentes e endemias

PACTO PELA VIDA			
PRIORIDADE: IV – FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTAS AS DOENÇAS EMERGENTES E ENDEMIAS, COM ENFASE NA DENGUE, HANSENIASE, TUBERCULOSE, MALARIA, INFLUENZA, HEPATITE, AIDS.			
INDICADORES	Ano		
PRINCIPAL	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
14. Taxa de letalidade por febre hemorrágica de dengue	2.0	0.74	%
15. Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera	85	51	%
16. Incidência parasitária anual de malária. Obs: Indicador a ser pactuado somente pelos Estados da Amazônia Legal			%
17. Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	89	80.5	%
18. Proporção de amostras clínicas coletadas do vírus influenza em relação ao preconizado	80	67.14	%
19. Proporção de casos de hepatites b e c confirmados por sorologia	90	100	%
20. Taxa de incidência de Aids em menores de 5 anos de idade	2/100mil	0	/100.000
99. Percentual de casos de Leishmanioses Visceral curados			
Avaliação da prioridade:			

Pacto pela vida – Promoção da Saúde

PACTO PELA VIDA			
PRIORIDADE: V - PROMOCAO DA SAUDE			
INDICADORES	Ano		
PRINCIPAL	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
21b. Prevalência de atividade física suficiente no tempo livre em adultos	15.2		%
Avaliação da prioridade:			
Obs: Resultado da pesquisa da VIGITEL 2010 ainda não está disponível.			

Pacto pela vida – Fortalecimento da Atenção Básica

PACTO PELA VIDA			
PRIORIDADE: VI - FORTALECIMENTO DA ATENCAO BASICA			
INDICADORES	Ano		
PRINCIPAL	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
24. Proporção da população cadastrada pela estratégia Saúde da Família			%
28. Cobertura de primeira consulta odontológica programática			%
29. Taxa de internações por acidente vascular cerebral			/10.000
30. Taxa de internação por Diabetes Mellitus e suas complicações na população de 30 anos e mais			/10.000
31. Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas			Quantidade
32a. Proporção de nascidos vivos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal. Obs: pactuar somente se não tiver atingido 90% do ano anterior, conforme intrusivo			%
32aa. Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal. Obs: pactuar somente se tiver atingido mais de 90% no ano anterior, conforme intrusivo			%
34. Percentual de crianças menores de cinco anos com baixo peso para idade			%
COMPLEMENTAR			
25b. Proporção de equipes de Saúde da Família com o projeto avaliação para melhoria da qualidade da estratégia Saúde da Família (AMQ) implantado. Obs: a ser pactuado pelo de municípios < de 100.000 hab			%
26. Recurso financeiro (em reais) próprio despendido na Atenção Básica			R\$
27. Média anual da ação coletiva escovação dental supervisionada			Quantidade
33. Média mensal de visitas domiciliares por família realizadas por agente comunitário de saúde			Quantidade
35. Percentual de famílias com perfil saúde beneficiárias do programa bolsa família acompanhadas pela atenção básica			%
Avaliação da prioridade:			

Pacto pela vida – Saúde do trabalhador

PACTO PELA VIDA			
PRIORIDADE: VII - SAUDE DO TRABALHADOR			
INDICADORES	Ano		
COMPLEMENTAR	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
37. Número profissionais de saúde matriculados			Nº Absoluto
Avaliação da prioridade:			

Pacto pela vida – Saúde Mental

PACTO PELA VIDA			
PRIORIDADE: VIII – SAUDE MENTAL			
INDICADORES	Ano		
PRINCIPAL	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
38. Taxa de cobertura CAPS por 100 mil habitantes			/100.000
COMPLEMENTAR			
39. Taxa de cobertura do programa de volta para casa			Nº Absoluto
Avaliação da prioridade:			

Pacto pela vida – Atenção integral as pessoas em situação ou risco de violência

PACTO PELA VIDA			
PRIORIDADE: X - ATENCAO INTEGRAL AS PESSOAS EM SITUACAO OU RISCO DE VIOLENCIA			
INDICADORES	Ano		
COMPLEMENTAR	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
41. Proporção de redes de atenção integral a mulher e adolescentes em situação de violência implantados em municípios prioritários no estado. Obs: a ser pactuado por mun. prioritários, conforme instrutivo			Nº Absoluto
Avaliação da prioridade:			
Obs: Meta estadual.			

Pacto de gestão

PACTO DE GESTAO			
INDICADORES	Ano		
PRINCIPAL	2010		Unidade
	Meta	Resultado	
44. Cobertura vacinal por tetravalente em menores de um ano de idade			Nº Vacinados
45. Proporção de óbitos não fetais informados ao sim com causas básicas definidas			%
46. Taxa de notificação de casos de paralisia flácida aguda - PFA em menores de 15 anos			/100.000
47. Proporção de doenças exantemáticas investigados oportunamente			%
48. Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerrados oportunamente após notificação			%
49. Proporção da receita própria aplicada em saúde, conforme previsto na regulamentação da EC 29/2000			%
50. Índice de alimentação regular das bases de dados nacionais obrigatórias SIA-SUS, SIH-SUS, CNES, SIAB			%
53. Índice de contratualização de unidades conveniadas ao SUS, nos estados e municípios			%
Avaliação da prioridade:			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Informações sobre mortalidade

Mortalidade por grupos de causas e faixa etária (Fonte: SIM)

Mortalidade por grupos de causas e faixa etária (Fonte: SIM)													
Óbitos por Residência	Faixa Etária												
	<1	1-9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80+	ING	Total	%
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	10	5	4	9	18	24	14	13	12	8	0	117	6,56
II. Neoplasias (tumores)	2	2	3	6	13	33	60	53	44	30	0	246	13,80
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitários	1	0	1	1	2	0	1	1	0	1	0	8	0,45
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	1	0	0	0	2	10	8	18	30	16	1	86	4,82
V. Transtornos mentais e comportamentais	0	0	1	0	0	6	0	0	0	0	0	7	0,39
VI. Doenças do sistema nervoso	0	1	1	0	2	3	2	2	2	2	0	15	0,84
IX. Doenças do aparelho circulatório	2	1	2	5	13	28	56	59	70	63	2	301	16,88
X. Doenças do aparelho respiratório	11	5	0	7	1	10	18	30	25	35	0	142	7,96
XI. Doenças do aparelho digestivo	1	0	1	4	6	10	16	16	16	4	1	75	4,21
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2	0,11
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	0	0	0	1	3	3	1	2	2	1	0	13	0,73
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	2	0	1	1	0	5	2	4	8	10	1	34	1,91
XV. Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	5	0,28
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	75	0	0	0	0	0	0	0	0	0	60	135	7,57
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	24	1	2	0	1	0	0	0	0	0	3	31	1,74
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	3	5	5	5	9	13	29	28	20	39	2	158	8,86
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	2	8	46	111	87	53	46	14	21	15	5	408	22,88
TOTAL	134	28	67	154	158	198	254	240	250	225	75	1783	100%

Análise: As causas externas de morbidade e mortalidade continuam sendo as principais grandes causas de óbito em Porto velho, com 22,88%; em segundo, as doenças do aparelho circulatório (16,88%) e em terceiro, as neoplasias (13,80%). As doenças mal definidas estão em quarto lugar com 8,86% dos óbitos e as doenças infecciosas e parasitárias em sétimo lugar, com 6,56% dos óbitos. Percebe-se que as doenças e agravos não transmissíveis são responsáveis por mais de 65% dos óbitos ocorridos em 2010, confirmando assim a transição epidemiológica ocorrida no Brasil e em Porto Velho, desde o século XX. Diversos fatores interferem neste indicador, como: aumento da expectativa de vida, fatores de risco (sedentarismo, alcoolismo, tabagismo e outros), aumento da frota de veículos, inadequada engenharia de tráfego e outros.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Informações sobre morbidade

Morbidade Hospitalar por grupos de causas e faixa etária (Fonte: SIH)											
Internações por Residência Cap CID-10	Faixa etária										
	<1	1 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 +	Total
I. Algumas doenças infec parasitárias	1.078	4.602	1.952	1.848	1.627	1.431	1.126	887	720	389	15.660
II. Neoplasias (tumores)	6	70	68	124	282	489	284	177	136	51	1.687
III. Doenças sangue órg hemat e transt imunitár	35	100	86	88	78	119	88	82	106	61	843
IV. Doenças endóc nutric e metabólicas	75	254	105	92	99	281	367	491	486	261	2.511
V. Transtornos mentais e comportamentais	2	3	25	88	93	71	34	11	5	2	334
VI. Doenças do sistema nervoso	73	119	71	99	122	130	98	52	60	39	863
VII. Doenças do olho e anexos	5	10	6	2	4	9	8	4	2	2	52
VIII. Doenças ouvido apófise mastóide	10	30	8	7	8	8	7	4	2	2	86
IX. Doenças do aparelho circulatório	10	30	105	251	482	814	1.167	1.378	1.392	787	6.416
X. Doenças do aparelho respiratório	1.763	4.445	874	666	665	630	755	884	1.077	698	12.457
XI. Doenças do aparelho digestivo	89	518	570	802	986	966	878	681	480	199	6.169
XII. Doenças pele tecido subcutâneo	60	269	167	150	122	150	118	86	68	28	1.218
XIII. Doenças sist osteom tec conjuntivo	8	66	100	173	162	153	103	84	47	28	924
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	201	817	1.120	1.954	1.640	1.141	811	585	527	297	9.093
XV. Gravidez parto e puerpério	1	1	4.537	9.172	2.405	198	3	1	-	-	16.318
XVI. Algumas afec orig período perinatal	1.605	4	17	24	9	3	-	2	-	-	1.664
XVII. Malf cong deformid anom cromossômicas	73	66	37	17	22	15	9	4	1	4	248
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	3	34	58	112	62	63	69	60	68	26	555
XIX. Lesões enven alg out conseq c externas	75	895	1.289	1.873	1.532	1.142	719	387	219	143	8.274
XX. Causas externas morbidade mortalidade	1	0	3	10	5	3	3	-	2	1	28
XXI. Contatos com serviços de saúde	95	391	183	816	622	203	134	89	58	29	2.620
TOTAL	5.268	12.724	11.381	18.368	11.027	8.019	6.781	5.949	5.456	3.047	88.020

Análise: A primeira grande causa de internação, em 2010, foi gravidez, parto e puerpério, correspondendo a 24,73% das internações, seguida das causas externas, com 14,10%. Em terceiro lugar, as doenças infecciosas e parasitárias (10,45%) e depois as doenças do aparelho respiratório, com 7,84% das internações. As doenças do aparelho circulatório são responsáveis por 6,12% das internações, estando assim em 6º lugar e as neoplasias em 9º, com 4,88% das internações. Correlacionando as causas de internação com as de mortalidade, percebemos que a 2ª causa de internação é a 1ª causa de óbito em Porto Velho. E as doenças infecciosas parasitárias que consta como a 7ª causa de óbito, são a 3ª causa de internação, confirmando que a tecnologia (capacitações de profissionais de saúde, medicamentos, imunobiológicos, etc) nesta área tem avançado bastante. Quanto as causas externas, que correspondem aos acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, quedas, homicídios, afogamentos, os profissionais de saúde têm sido capacitados para melhoria do atendimento de pessoas vítimas de acidentes de trânsito e outras violências, embora estas grandes causas configurem como principais causas de morbimortalidade (outros fatores também podem interferir na ocorrência destes).

Termo de compromisso de Gestão Municipal
(Aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde na Reunião Ordinária do dia xx/xx/xx)

1. RESPONSABILIDADES GERAIS DA GESTÃO DO SUS	REALIZA	NÃO REALIZA AINDA	PRAZO PARA REALIZAR	NÃO SE APLICA
1.1 Todo município é responsável pela integralidade da atenção à saúde da sua população, exercendo essa responsabilidade de forma solidária com o estado e a união;				
1.2 Todo município deve garantir a integralidade das ações de saúde prestadas de forma interdisciplinar, por meio da abordagem integral e contínua do indivíduo no seu contexto familiar, social e do trabalho; englobando atividades de:				
a) promoção da saúde, prevenção de riscos, danos e agravos;				
b) ações de assistência, assegurando o acesso ao atendimento às urgências;				
1.3 Todo município deve promover a equidade na atenção à saúde, considerando as diferenças individuais e de grupos populacionais, por meio da adequação da oferta às necessidades como princípio de justiça social, e ampliação do acesso de populações em situação de desigualdade, respeitadas as diversidades locais;				
1.4 Todo município deve participar do financiamento tripartite do Sistema Único de Saúde;				
1.5 Todo município deve assumir a gestão e executar as ações de atenção básica, incluindo as ações de promoção e proteção, no seu território;				
1.6 Todo município deve assumir integralmente a gerência de toda a rede pública de serviços de atenção básica, englobando:				
a) as unidades próprias e				
b) as transferidas pelo estado ou pela união;				
1.7 Todo município deve, com apoio dos estados, identificar as necessidades da população do seu território, fazer um reconhecimento das iniquidades, oportunidades e recursos;				
1.8 Todo município deve desenvolver, a partir da identificação das necessidades, um processo de:				
a) planejamento,				
b) regulação,				
c) programação pactuada e integrada da atenção à saúde,				
d) monitoramento e avaliação;				
1.9 Todo município deve formular e implementar políticas para áreas prioritárias, conforme definido nas diferentes instâncias de pactuação;				
1.10 Todo município deve organizar o acesso a serviços de saúde resolutivos e de qualidade na atenção básica, viabilizando o planejamento, a programação pactuada e integrada da atenção à saúde e a atenção à saúde no seu território, explicitando:				
a) a responsabilidade, o compromisso e o vínculo do serviço e equipe de saúde com a população do seu território,				
b) desenhando a rede de atenção à saúde				
c) e promovendo a humanização do atendimento;				
1.11 Todo município deve organizar e pactuar o acesso a ações e serviços de atenção especializada a partir das necessidades da atenção básica, configurando a rede de atenção, por meio dos processos de integração e articulação dos serviços de atenção básica com os demais níveis do sistema, com base no processo da programação pactuada e integrada da atenção à saúde;				
1.12 Todo município deve pactuar e fazer o acompanhamento da referência da atenção que ocorre fora do seu território, em cooperação com o estado, Distrito Federal e com os demais municípios envolvidos no âmbito regional e				

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

1. RESPONSABILIDADES GERAIS DA GESTÃO DO SUS	REALIZA	NÃO REALIZA AINDA	PRAZO PARA REALIZAR	NÃO SE APLICA
estadual, conforme a programação pactuada e integrada da atenção à saúde;				
1.13 Todo município que dispõe de serviços de referência intermunicipal, deve garantir estas referências de acordo com a programação pactuada e integrada da atenção à saúde;				
1.14 Todo município deve garantir a estrutura física necessária para a realização das ações de atenção básica, de acordo com as normas técnicas vigentes;				
1.15 Todo município deve promover a estruturação da assistência farmacêutica e garantir, em conjunto com as demais esferas de governo, o acesso da população aos medicamentos cuja dispensação esteja sob sua responsabilidade, promovendo seu uso racional, observadas as normas vigentes e pactuações estabelecidas;				
1.16 Todo município deve assumir a gestão e execução das ações de vigilância em saúde realizadas no âmbito local, de acordo com as normas vigentes e pactuações estabelecidas, compreendendo as ações de:				
a) vigilância epidemiológica.				
b) vigilância sanitária e				
c) vigilância ambiental;				
1.17 Todo município deve elaborar, pactuar e implantar a política de promoção da saúde, considerando as diretrizes estabelecidas no âmbito nacional.				

2. RESPONSABILIDADES NA REGIONALIZAÇÃO	REALIZA	NÃO REALIZA AINDA	PRAZO PARA REALIZAR	NÃO SE APLICA
2.1 Todo município deve contribuir para a constituição e fortalecimento do processo de regionalização solidária e cooperativa, assumindo os compromissos pactuados;				
2.2 Todo município deve participar da constituição da regionalização, disponibilizando de forma cooperativa os recursos humanos, tecnológicos e financeiros, conforme pactuação estabelecida;				
2.3 Todo município deve participar dos colegiados de gestão regionais, cumprindo suas obrigações técnicas e financeiras. Nas CIB regionais constituídas por representação, quando não for possível a imediata incorporação de todos os gestores de saúde dos municípios da região de saúde, deve-se pactuar um cronograma de adequação, no menor prazo possível, para a inclusão de todos os municípios nos respectivos colegiados de gestão regionais.				
2.4 Todo município deve participar dos projetos prioritários das regiões de saúde, conforme definido no plano municipal de saúde, no plano diretor de regionalização, no planejamento regional e no plano diretor de investimento;				
2.5 Executar as ações de referência regional sob sua responsabilidade em conformidade com a programação pactuada e integrada da atenção à saúde acordada nos colegiados de gestão regionais.				

3 – RESPONSABILIDADES NO PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO	REALIZA	NÃO REALIZA AINDA	PRAZO PARA REALIZAR	NÃO SE APLICA
3.1 Todo município deve formular, gerenciar, implementar e avaliar o processo permanente de planejamento participativo e integrado, de base local e ascendente, orientado por problemas e necessidades em saúde, com a constituição de ações para a promoção, a proteção, a recuperação e a reabilitação em saúde, construindo nesse processo				
a) o plano de saúde e				
b) submetendo-o à aprovação do Conselho de Saúde correspondente;				
b) submetendo-o à aprovação do Conselho de Saúde correspondente				
3.2 Todo município deve formular, no plano municipal de saúde, a política municipal de atenção em saúde, incluindo ações intersectoriais voltadas para a promoção da saúde				
3.3 a) Todo município deve elaborar relatório de gestão anual				
b) a ser apresentado e submetido à aprovação do Conselho de Saúde correspondente				

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

3 – RESPONSABILIDADES NO PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO	REALIZA	NÃO REALIZA AINDA	PRAZO PARA REALIZAR	NÃO SE APLICA
3.4 Todo município deve operar os sistemas de informação referentes à atenção básica, conforme normas do Ministério da Saúde, e alimentar regularmente os bancos de dados nacionais, assumindo a responsabilidade pela gestão, no nível local, dos sistemas de informação:				
a) Sistema de Informação sobre Agravos de Notificação – SINAN				
b) Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações - SI-PNI,				
c) Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos – SINASC,				
d) Sistema de Informação Ambulatorial – SIA,				
e) e Cadastro Nacional de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde – CNES;				
e quando couber, os sistemas:				
f) Sistema de Informação Hospitalar – SIH				
g) e Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM, bem como de outros sistemas que venham a ser introduzidos;				
3.5 Todo município deve assumir a responsabilidade pela coordenação e execução das atividades de informação, educação e comunicação, no âmbito local;				
3.6 Todo município deve elaborar a programação da atenção à saúde, incluída a assistência e vigilância em saúde, em conformidade com o plano municipal de saúde, no âmbito da Programação Pactuada e Integrada da Atenção à Saúde;				
3.7 Gerir os sistemas de informação epidemiológica e sanitária, bem como assegurar a divulgação de informações e análises.				
4 – RESPONSABILIDADES NA REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	REALIZA	NÃO REALIZA AINDA	PRAZO PARA REALIZAR	NÃO SE APLICA
4.1 Todo município deve monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros provenientes de transferência regular e automática (fundo a fundo) e por convênios;				
4.2 Todo município deve realizar a identificação dos usuários do SUS, com vistas à vinculação de clientela e à sistematização da oferta dos serviços;				
4.3 Todo município deve monitorar e avaliar as ações de vigilância em saúde, realizadas em seu território, por intermédio de indicadores de desempenho, envolvendo aspectos epidemiológicos e operacionais;				
4.4 Todo município deve manter atualizado o Sistema Nacional de Cadastro de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde no seu território, segundo normas do Ministério da Saúde;				
4.5 Todo município deve adotar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais e estaduais;				
4.6 Todo município deve adotar protocolos de regulação de acesso, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, estaduais e regionais;				
4.7 Todo município deve controlar a referência a ser realizada em outros municípios, de acordo com a programação pactuada e integrada da atenção à saúde, procedendo à solicitação e/ou autorização prévia, quando couber;				
4.8 a) Definir a programação físico-financeira por estabelecimento de saúde,				
b) observar as normas vigentes de solicitação e autorização dos procedimentos hospitalares e ambulatoriais,				
c) processar a produção dos estabelecimentos de saúde próprios e contratados e				
d) realizar o pagamento dos prestadores de serviços;				
4.9 Operar o complexo regulador dos serviços presentes no seu território, de acordo com a pactuação estabelecida:				
a) realizando a co-gestão com o estado e outros municípios, das referências intermunicipais.				
4.10 Executar o controle do acesso do seu município no âmbito do seu território, que pode ser feito por meio de centrais de				

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

regulação:				
a) aos leitos disponíveis,				
b) às consultas,				
c) às terapias e aos exames especializados;				
4.11 Planejar e executar a regulação médica da atenção pré-hospitalar às urgências, conforme normas vigentes e pactuações estabelecidas;				
4.12 Elaborar contratos com os prestadores de acordo com a política nacional de contratação de serviços de saúde e em conformidade com o planejamento e a programação pactuada e integrada da atenção à saúde;				
4.13 Monitorar e fiscalizar os contratos e convênios com prestadores contratados e conveniados, bem como das unidades públicas;				
4.14 Monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial;				
4.15 Monitorar e fiscalizar e o cumprimento dos critérios nacionais, estaduais e municipais de credenciamento de serviços;				
4.16 Implementar a avaliação das ações de saúde nos estabelecimentos de saúde, por meio de análise de dados e indicadores e verificação de padrões de conformidade;				
4.17 Implementar a auditoria sobre toda a produção de serviços de saúde, públicos e privados, sob sua gestão, tomando como referência as ações previstas no plano municipal de saúde e em articulação com as ações de controle, avaliação e regulação assistencial;				
4.18 Realizar auditoria assistencial da produção de serviços de saúde, públicos e privados, sob sua gestão;				
4.19 Elaborar normas técnicas, complementares às das esferas estadual e federal, para o seu território.				

5 - RESPONSABILIDADES NA GESTÃO DO TRABALHO	REALIZA	NÃO REALIZA AINDA	PRAZO PARA REALIZAR	NÃO SE APLICA
5.1 Todo município deve promover e desenvolver políticas de gestão do trabalho, considerando os princípios da humanização, da participação e da democratização das relações de trabalho;				
5.2 Todo município deve adotar vínculos de trabalho que garantam os direitos sociais e previdenciários dos trabalhadores de saúde na sua esfera de gestão e de serviços, promovendo ações de adequação de vínculos, onde for necessário, conforme legislação vigente;				
5.3 Estabelecer, sempre que possível, espaços de negociação permanente entre trabalhadores e gestores;				
5.4 Desenvolver estudos e propor estratégias e financiamento tripartite com vistas à adoção de políticas referentes aos recursos humanos descentralizados;				
5.5 Considerar as diretrizes nacionais para Planos de Carreiras, Cargos e Salários para o SUS – PCCS/SUS, quando da elaboração, implementação e/ou reformulação de Planos de Carreiras, Cargos e Salários no âmbito da gestão local;				
5.6 Implementar e pactuar diretrizes para políticas de educação e gestão do trabalho que favoreçam o provimento e a fixação de trabalhadores de saúde, no âmbito municipal, notadamente em regiões onde a restrição de oferta afeta diretamente a implantação de ações estratégicas para a atenção básica.				

6 - RESPONSABILIDADES NA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	REALIZA	NÃO REALIZA AINDA	PRAZO PARA REALIZAR	NÃO SE APLICA
6.1 Todo município deve formular e promover a gestão da educação permanente em saúde e processos relativos à mesma, orientados pela integralidade da atenção à saúde, criando quando for o caso, estruturas de coordenação e de execução da política de formação e desenvolvimento, participando no seu financiamento;				
6.2 Todo município deve promover diretamente ou em cooperação com o estado, com os municípios da sua região e com a união, processos conjuntos de educação permanente em saúde;				

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

6.3 Todo município deve apoiar e promover a aproximação dos movimentos de educação popular em saúde na formação dos profissionais de saúde, em consonância com as necessidades sociais em saúde;				
6.4 Todo município deve incentivar junto à rede de ensino, no âmbito municipal, a realização de ações educativas e de conhecimento do SUS;				
6.5 Articular e cooperar com a construção e implementação de iniciativas políticas e práticas para a mudança na graduação das profissões de saúde, de acordo com as diretrizes do SUS;				
6.6 Promover e articular junto às Escolas Técnicas de Saúde uma nova orientação para a formação de profissionais técnicos para o SUS, diversificando os campos de aprendizagem.				
7 – RESPONSABILIDADES NA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	REALIZA	NÃO REALIZA AINDA	PRAZO PARA REALIZAR	NÃO SE APLICA
7.1 Todo município deve apoiar o processo de mobilização social e institucional em defesa do SUS;				
7.2 Todo município deve prover as condições materiais, técnicas e administrativas necessárias ao funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, que deverá ser organizado em conformidade com a legislação vigente;				
7.3 Todo município deve organizar e prover as condições necessárias à realização de Conferências Municipais de Saúde;				
7.4 Todo município deve estimular o processo de discussão e controle social no espaço regional;				
7.5 Todo município deve promover ações de informação e conhecimento acerca do SUS, junto à população em geral;				
7.6 Apoiar os processos de educação popular em saúde, com vistas ao fortalecimento da participação social do SUS;				
7.7 Implementar ouvidoria municipal com vistas ao fortalecimento da gestão estratégica do SUS, conforme diretrizes nacionais.				

Demonstrativo das ações e metas desenvolvidas em 2010 – Departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental

Eixo: Atenção a Saúde e Vigilância em Saúde					
Objetivo do PMS: AMPLIAR A ESTRUTURA PARA O CONTROLE DE DOENÇAS; NOTIFICAÇÃO , INVESTIGAÇÃO E REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO LABORATORIA					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Meta do PMS: 1) PFA – Notificar 1 Caso/100.000 habitantes na população de < 15 anos; Realizar coleta oportuna de uma amostra de fezes para cada caso de PFA até o 14° dia do início da deficiência motora					
1) Realizar capacitação em serviço para a identificação dos casos suspeitos na população alvo	0	-			
2) Realizar capacitação para as Unidades de Saúde para o fortalecimento das atividades de notificação, investigação e coleta oportuna de material para o diagnóstico laboratorial dos casos suspeitos	0	-			
3) Fortalecer a atividade de busca ativa de casos como rotina nas Unidades de Saúde estratégicas para a notificação, investigação e coleta de amostra oportuna dos casos suspeitos: Hospital Infantil Cosme e Damião e as Unidades de Pronto Atendimento de 24 horas.	6 buscas/ano	33% (2 buscas realizadas)			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

4) Desenvolver ações de monitoramento e avaliação considerando o Perfil Epidemiológico identificado	05	100%			
Análise do Resultado : Houve descontinuidade nas ações de vigilância da PFA, devido a mudanças constantes na coordenação do programa. Durante o ano de 2010, foram notificados 05 casos suspeitos, destes 3 tiveram coleta oportuna de uma amostra de fezes, 60% e duas foram coletadas fora do prazo estabelecido					
Meta do PMS: 2) Realizar a investigação até 48 horas após a notificação em 85% dos casos notificados de doenças exantemáticas; Realizar diagnóstico laboratorial de doenças exantemáticas - sarampo e rubéola em 95% dos casos					
1) Capacitar os RH das Unidades de Saúde em Curso Básico de Vigilância Epidemiológica (CBVE) com ênfase nas doenças exantemáticas	01	100%			
2) Notificar e investigar oportunamente todos os casos suspeitos de doenças exantemáticas	02 casos notificados	100%			
3) Viabilizar junto as Unidades de Saúde a logística para a coleta e envio de amostras de todos os casos suspeitos oportunamente	03 US aptas	100%			
4) Desenvolver ações de monitoramento e avaliação considerando o Perfil Epidemiológico identificado E encerrar adequadamente todos os casos junto ao SINAN	02 notificações	100%			
Análise do Resultado: Foram notificados 2 casos, investigados dentro do prazo estabelecido (48horas) e realizado diagnóstico laboratorial dos 2 casos, 100%.					
Meta do PMS: 3) SÍFILIS EM GESTANTE – Ampliar a notificação de Sífilis em gestante considerando o ano anterior; SÍFILIS CONGÊNITA – Reduzir em 15% o número de casos notificados considerando o ano anterior					
1) Capacitar os RH que realizam o pré-natal na identificação dos casos suspeitos de sífilis	Não se aplica				
2) Disponibilizar em toda as Unidades de Saúde a realização do exame de VDRL durante o pré-natal	Não se aplica				
3) Capacitar os RH que realizam o pré-natal para o adequado tratamento de todos os casos diagnosticados	01	0%			
4) Realizar a notificação e investigação oportunamente de todos os casos notificados, preenchendo adequadamente todos os campos da ficha de notificação	06	100%			
5) Desenvolver ações de monitoramento e avaliação considerando o Perfil Epidemiológico identificado e encerrar adequadamente todos os casos junto ao SINAN	02	100%			
Análise do Resultado: Sífilis em gestante) O dado não parece refletir a realidade, considerando que no ano de 2009, em pesquisa realizada pelo DVEA, identificou-se 24 casos, o que sugere haver subnotificação de casos nos demais anos. Foi notificado 1 caso no ano de 2010 de sífilis congênita, com isso a meta foi atingida uma vez que em 2009, foram notificados 7 casos, ocorrendo uma redução de 99,93%. No entanto, considerando o resultado do item 3.4, observamos que é necessário que as ações de diagnóstico, tratamento e vigilância previstas acima, sejam de continuidade, pois a transmissão vertical da sífilis permanece como um problema de saúde pública no município de Porto Velho.					
Meta do PMS: 4) Reduzir a incidência da AIDS em menores de 5 anos em $\leq 3,2/100.000h$					
1) Capacitar os RH que realizam o pré-natal na identificação das gestantes HIV +	01	0%			
2) Encaminhar todas as gestantes identificadas como HIV + para o serviço de referência no tratamento	06	100%			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

3) Realizar a notificação de todos os casos confirmados preenchendo adequadamente todos os campos da ficha de notificação	06	100%			
4) Capacitar os RH da maternidade municipal para o manejo dos casos de gestantes HIV+ e seus recém-nascidos	01	0%			
5) Prover a maternidade municipal como os insumos necessários para a redução da transmissão vertical do HIV, conforme protocolo do ministério da saúde.	Medicamento, teste rápido e leite.	100%			
Análise do Resultado: Não foi diagnosticado nenhum caso de AIDS em < 5 anos de idade em Porto Velho, portanto a meta prevista foi atingida. Dos casos de AIDS em crianças, 100% tem como via de infecção a transmissão vertical. Importante chamarmos a atenção que o diagnóstico de apenas 1 caso ao ano, já ultrapassa a meta prevista, e a ocorrência destes casos é possível, pois estudos mostram que mesmo havendo todas as intervenções para que não haja a transmissão da mãe para seu concepto, com o uso antiretrovirais pela gestante, e a quimioprofilaxia realizada durante o parto, a não amamentação, assim como o uso do AZT pelo recém nascido, é possível que haja a infecção em pelo menos 2% dos casos.					
Meta do PMS: 5) Manter a Taxa de Letalidade das formas graves da dengue ≤ 2%					
1) Capacitar os RH das Unidades de Saúde para o adequado manejo dos casos suspeitos de Dengue conforme protocolo do Ministério da Saúde	17 (Capacitação em Serviço)	100%	2.405.000,00	2.402.541,27	
2) Organizar o Fluxo dos casos suspeitos junto a Rede de Atenção à saúde Municipal	01	100%			
3) Desenvolver ações de monitoramento e avaliação considerando o Perfil Epidemiológico identificado	02 Supervisões US/ano	100%			
4) Encerrar adequadamente todos os casos junto ao SINAN conforme os critérios estabelecidos pelo PNCD/MS	6443	96%			
5) Implantar uma unidade sentinela para isolamento viral no Pronto atendimento Hamilton Gondim.	01	0%			
Análise do Resultado: Durante o ano de 2010, o município registrou um dos maiores números de casos de dengue dos últimos anos, (6424 casos). No ano, registrou taxa de letalidade 0,74. A meta estabelecida para o município é de duas unidades sentinelas, porém atualmente apenas a US Ana Adelaide está ativa. A US Hamilton Gondim, prevista para funcionar em 2010 não foi implantada.					
Meta do PMS: 6) Curar no mínimo 89% dos casos novos de Hanseníase diagnosticados nos anos das cortes. Avaliar o grau de incapacidades físicas I e II nos casos novos e curados de hanseníase. Examinar 100% dos contatos intradomiciliares dos casos novos de hanseníase diagnosticados na faixa etária de < de 15 anos.					
1) Capacitar os RH das Unidades de Saúde para as ações de prevenção e controle da Hanseníase	02 05 em serviço	100% 100%			
2) Encaminhar mensalmente o boletim de acompanhamento dos casos registrados no SINAN para o encerramento oportuno junto às Unidades de Saúde Notificantes	12	66,6%			
3) Prover as Unidades de Saúde do município com os medicamentos necessários para o tratamento adequado dos casos detectados	38 US com medicamento	100%			
4) Desenvolver ações de monitoramento e avaliação considerando o Perfil Epidemiológico identificado e encerrar adequadamente todos os casos junto ao SINAN conforme os critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Prevenção e Controle da Hanseníase do Ministério da Saúde.	105 casos notificados	100% (105 casos analisados)			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

5) Capacitar os RH das Unidades de Saúde em avaliação do grau de incapacidade física e no adequado preenchimento da informação na ficha de avaliação do grau de incapacidades e no Boletim de Acompanhamento dos casos registrados no SINAN.	22	100%			
6) Encaminhar todos os contatos dos casos novos de hanseníase diagnosticados na faixa etária de < de 15 anos para avaliação junto as Unidade de Saúde.					
7) Anotar no prontuário e no livro de registro dos casos de Hanseníase os contatos examinados;	16	56,25% (09 avaliados)			
8) Prover as Unidades de Saúde da rede municipal com os insumos necessários para viabilizar as avaliações necessárias conforme as recomendações do PNCH/MS.	22 urbana 16	100% 50%			
OBS: Monofilamentos, lamparinas, tubos de ensaios, impressos.					
Análise do Resultado: Cura em 2010: 80,5% ; Avaliação do grau de incapacidade: Casos novos: 105 (33 grau I e 14 grau II); Cura: 17 (PB=0 e MB grau I=10, grau II:7); Contatos avaliados de casos novos de hanseníase diagnosticados na faixa etária de < de 15 anos: 16 contatos registrados, avaliados 09 (PB=02; MB=07) = 56.25%					
Meta do PMS: 7) Curar no mínimo 85% dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados nos anos das coortes. Examinar em 50% os contatos intradomiciliares dos casos novos de tuberculose, de acordo com as normas preconizadas pelo Programa Nacional de Controle da Tuberculose/MS.					
1) Capacitar RH das Unidades de Saúde nas ações de prevenção e controle da tuberculose	38	100%	45.000,00	29.297,43	
2) Capacitar os profissionais da rede de laboratórios municipal na realização de baciloscopias para o adequado diagnóstico e acompanhamento dos casos de tuberculose	Não se aplica				
3) Encaminhar mensalmente o boletim de acompanhamento dos casos notificados e retroalimentar as informações junto ao SINAN	12 boletins	100%			
4) Prover as Unidades de Saúde municipais com os medicamentos necessários para o tratamento adequado dos casos detectados	38	100%			
5) Desenvolver ações de monitoramento e avaliação considerando o Perfil Epidemiológico identificado e encerrar adequadamente todos os casos junto ao SINAN conforme os critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Prevenção e Controle da Tuberculose do Ministério da Saúde	206 casos notificados	100%			
6) Encaminhar todos os contatos dos casos novos de Tuberculose bacilífera diagnosticados para avaliação junto as Unidade de Saúde	564	20% (115 examinados)			
7) Anotar no prontuário e no livro de registro dos casos de Tuberculose os contatos examinados					
8) Prover 100% das Unidades de Saúde da rede municipal com os insumos necessários para viabilizar as avaliações necessárias conforme as recomendações do PNCH/MS	Fichas e livros de registro Material de laboratório	100% Não se aplica			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Análise do Resultado: Cura: 51.0%. Obs.: Dados parciais, sujeitos a alteração					
Meta do PMS: 8) Reduzir o Índice Parasitário Anual da Malária em 10%.					
1) Capacitar profissionais de saúde quanto à investigação, diagnóstico e tratamento de Malária em toda a rede de atenção à saúde.	30	100%	190.000,00	108.185,22	
2) Elaboração de planejamento para o programa de controle da malária	01	100%			
3) Realizar reuniões para avaliação das ações de controle da malária	06	100%			
4) Realizar o monitoramento dos casos de malária, segundo diversas variáveis (por região, faixa etária, por zona, por tipo, por localidade, etc)	12	100%			
5) Executar e monitorar o plano de controle da malária frente à construção das UHE de Santo Antônio e Jirau.	12	100%			
Análise do Resultado: No ano de 2010, o município não conseguiu alcançar a meta estabelecida de redução de 10% do IPA. O indicador apresentou ligeiro incremento, 53.7 em 2009 e 54.02 em 2010. Porém, o município registrou 23.044 casos, e em 2009, 20.591, com incremento na ordem de 12.59%. Duas regiões são responsáveis pelos maiores incrementos no ano: A terceira região (80.3), onde fica localizado o distrito de Jaci-Paraná, registrou o maior incremento, sendo um dos principais responsáveis pelo comportamento da doença em 2010, seguida da segunda região(19.7). Fonte: SIVEP-Malaria (dados sujeitos à alteração).					
Meta do PMS: 9) Influenza – Coletar no mínimo 80% de amostras clínicas do vírus em relação ao preconizado					
1) Capacitar os profissionais de saúde da Unidade Sentinela para Influenza para a identificação dos casos suspeitos de síndrome gripal	01	100%			
2) Realizar reunião técnica de sensibilização com os profissionais envolvidos no serviço sentinela para a qualificação dos casos suspeitos para a coleta de amostras	04	100%			
3) Realizar rotineiramente a retroalimentação das informações para o serviço sentinela	Semanal	100%			
4) Realizar monitoramento e avaliação da Unidade Sentinela semanalmente, acompanhando o n°. de coletas realizadas bem como a identificação dos Vírus realizada	Semanal	100%			
Análise do Resultado: 94,6% com total de 246 amostras coletadas. A capacitação foi realizada em parceria com a AGEVISA com a participação de profissionais da Unidade Sentinela, perfazendo um total de 13 profissionais capacitados: 6 ACS, 3 ENFERMEIROS, 2 TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, 1 MÉDICO e a Direção da Unidade Sentinela. As reuniões técnicas ocorreram trimestralmente no próprio serviço com a utilização de análises dialogadas dos dados captados do SIVEP_GRIPE, objetivando a melhoria da qualidade dos usuários encaminhados para a coleta de amostras possibilitando a detecção de casos no serviço. O monitoramento semanal do serviço possibilitou o cumprimento da meta estabelecida e a melhoria da qualificação dos usuários com a identificação de casos através do serviço.					
Meta do PMS: 10) Meningite – Diagnosticar no mínimo 35% dos casos de meningite bacteriana por meio das técnicas: Cultura, Contra imunoelctroforese ou Látex.					
1) Confirmar laboratorialmente os casos notificados de meningite bacteriana através das técnicas: Cultura, Contra imunoelctroforese e ou Látex.	24				
2) Realizar capacitações para profissionais em saúde quanto a investigação, diagnóstico e tratamento					
3) Realizar o monitoramento dos casos de meningite, segundo diversas variáveis (por região, faixa etária, por tipo, por localidade, etc)	02	100%			
4) Realizar a retroalimentação das informações epidemiológicas de maneira ágil para o desenvolvimento de ações de controle do agravo oportunamente.	24	100%			
Análise do Resultado: A vigilância das meningites ainda apresenta sérios problemas, em função da fragilidade do diagnóstico laboratorial, que está sendo alvo de análise pelo DVEA.					

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Meta do PMS: 11) Proporção de casos de hepatite B e C confirmados por sorologia					
1) Capacitar os RH das Unidades de saúde na solicitação e leitura dos indicadores sorológicos dos exames para hepatite B e C	01	0%			
2) Implementar a solicitação dos testes sorológicos para a hepatite B e C durante o pré-natal	Não se aplica				
3) Disponibilizar os testes sorológicos para hepatite B e C em toda a rede de atenção à saúde	Não se aplica				
4) Desenvolver ações de monitoramento e avaliação considerando o Perfil Epidemiológico identificado e encerrar adequadamente todos os casos junto ao SINAN conforme os critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de HEPATITES VIRAIS do Ministério da Saúde.	144 casos notificados e analisados	100%			
Análise do Resultado: Foram notificados 66 casos de hepatite dos tipos B, C, B+C, B+D, destes, 61 foram confirmados por sorologia, perfazendo um percentual de 92,42%. Foram realizadas supervisões no último trimestre, todas as fichas notificadas e investigadas foram analisadas e os casos encerrados.					
Meta do PMS: 12) 85% dos casos de Leishmaniose Tegumentar Americana tratados e curados de acordo com o protocolo clínico/Ministério da Saúde.					
1) Capacitar os RH das Unidades de saúde na identificação de casos suspeitos de LTA;	01	0			
2) Capacitação em CBVE para os profissionais das Unidades de saúde com ênfase em LTA	01	100%			
3) Prover as Unidades de Saúde com os insumos necessários para o tratamento e o diagnóstico de LTA	Tratamento disponibilizado				
4) Realizar a retroalimentação das informações epidemiológicas de maneira ágil para o desenvolvimento de ações de controle do agravo oportunamente	38 US	100%			
5) Encaminhar mensalmente o boletim de acompanhamento dos casos notificados e retroalimentar as informações junto ao SINAN	Não se aplica				
6) Desenvolver ações de monitoramento e avaliação considerando o Perfil Epidemiológico identificado e encerrar adequadamente todos os casos junto ao SINAN conforme os critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de LTA do Ministério da Saúde.	68 casos notificados, avaliados e encerrados.	100%			
Análise do Resultado: A capacitação foi planejada, porém não foi possível realizá-la, ficando agendada para março/2011. Foram notificados 68 casos de LTA; 45% dos casos foram encerrados com o diagnóstico ALTA POR CURA e 55% dos casos estão em fase de tratamento. Na supervisão realizada nos distritos localizados na BR 364, foi observado que algumas Equipes da Saúde da Família – ESF não estão realizando o teste laboratorial para diagnóstico de LTA, encaminham os clientes para o CEMETRON para que os mesmos sejam notificados e diagnosticados. Pode ser este um dos motivos da diminuição na quantidade de casos notificados no ano de 2010.					
Meta do PMS: 13) Implementação das ações de vigilância epidemiológica para a profilaxia da raiva humana.					
1) Capacitar os RH das Unidades de saúde na para profilaxia da raiva humana.	02	50%	190.000,00	108.185,22	
2) Capacitar em CBVE os profissionais das Unidades de saúde com ênfase na investigação oportuna dos casos suspeitos de Raiva Humana	01	100%			
3) Realizar a supervisão técnica sistemática nas unidades notificadoras	02 Supervisões/ano por US	100%			
4) Realizar a retroalimentação das informações epidemiológicas de maneira ágil para o desenvolvimento de ações de controle do agravo oportunamente					

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

5) Desenvolver ações de monitoramento e avaliação considerando o Perfil Epidemiológico.	02	50%			
6) Identificar e avaliar adequadamente todos os casos de agressão por animais potencialmente transmissores da raiva junto ao SINAN.	1.145	100%			
Análise do Resultado:					
Meta do PMS: 14) Encerrar oportunamente no mínimo 76% dos casos de doenças de notificação compulsória (DNC) registrados no SINAN.					
1) Capacitar as Áreas Técnicas de todos os agravos de notificação compulsória para o encerramento oportuno dos casos junto ao SINAN	Técnicos capacitados	80%			
2) Realizar reuniões técnicas semestralmente com todas as Unidades Notificadoras para o adequado preenchimento da ficha de notificação	02 reuniões	50%			
3) Realizar o monitoramento e a avaliação do banco de dados do SINAN por agravo de notificação para o encerramento oportuno da Investigação Epidemiológica conforme as regras preconizadas pela SVS/MS.	12 avaliações	50%			
Análise do Resultado: Encerramento oportuno de doenças de notificação compulsória (DNC) no SINAN: 91.51%.					
Meta do PMS: 15) Investigar no mínimo 20% dos óbitos infantis registrados no SIM no ano anterior.					
1) Capacitar os RH das Unidades de Saúde em Investigação de Óbitos Infantis registrados no SIM	22 US zona urbana	68,1% (15 US capacitadas)			
2) Prover as Unidades de Saúde com as fichas de investigação epidemiológicas para a adequada investigação conforme os protocolos do Ministério da Saúde;	22 US urbana	100%			
3) Realizar a retroalimentação dos óbitos a serem investigados para as Unidades de Saúde e alimentar o SIM com as informações recebidas;	USF investigando a partir do ultimo trim. de 2010	100%			
4) Compor o Comitê de Mortalidade Materna e Infantil da SEMUSA.	Técnico DVEA	100%			
5) Encaminhar relatório técnico consolidado mensalmente para o Comitê de Mortalidade Materna e Infantil com as informações sobre as investigações realizadas para a composição do Relatório Final do Comitê para as medidas cabíveis caso a caso.	DO investigadas encaminhadas	100%			
Análise do Resultado: A partir do ultimo trimestre de 2010, as ações de investigação de óbitos foram intensificadas, com a capacitação em Vigilância do óbito com ênfase na busca direcionada na investigação de óbitos maternos, infantis e fetais. Da capacitação, destinada a todas as Unidades da zona urbana (22), participaram 15. No entanto, os formulários foram fornecidos para todas as US. De 137 óbitos infantis, 20 foram investigados até a presente data, 14.59%. No entanto, as investigações destes óbitos ainda estão em andamento, sendo, portanto este um resultado parcial.					
Objetivo do PMS: AMPLIAR MEDIDAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE, PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS; SAÚDE DO TRABALHADOR					
Meta do PMS: 1) Ampliar o número de Unidades Sentinelas para a identificação e notificação dos agravos à Saúde do Trabalhador; Aumento de 15% em relação ao nº de notificações do ano base 2008					
1) Aumentar a identificação e a notificação dos agravos à Saúde do Trabalhador a partir da rede de serviços sentinela em Saúde do Trabalhador, buscando atingir toda a rede de serviços do SUS.	15%	100%	202.000,00	75.411,39	
2) Capacitar as Unidades de Saúde da rede para a identificação e a notificação dos agravos à Saúde do Trabalhador para a ampliação das Unidades Sentinelas;	1 ao ano	100%			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

3) Realizar supervisão nas Unidades Sentinelas para o fortalecimento das atividades de identificação e notificação dos agravos à Saúde do Trabalhador	4 ao ano	200%			
4) Realizar ações de monitoramento e avaliação considerando o Perfil Epidemiológico identificado a partir das notificações realizadas e retroalimentar os serviços sentinelas para a manutenção e melhoria dos serviços					
Análise do Resultado: Após a realização da capacitação em Vigilância das doenças relacionadas a Saúde do Trabalhador, foi realizado monitoramento nas unidades de referência (Hospital e Pronto Socorro João Paulo II, Hospital de Base, Instituto Médico Legl e Serviço Móvel de Emergência) e acompanhamento das ações de vigilância epidemiológica nestas unidades					
Objetivo do PMS: AMPLIAR MEDIDAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE, PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS; DOENÇAS E AGRAVOS Não Transmissíveis					
Meta do PMS: 1) Reduzir a morbimortalidade por acidentes de trânsito					
1) Desenvolver as atividades pactuadas no Plano de redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito	Realizar as atividades pactuadas no plano	Já Foram realizadas 75% das atividades pactuadas no plano			
2) Capacitar profissionais de saúde para melhoria do atendimento de pessoas vítimas de acidentes de trânsito, com garantia da referência e contra-referência dos mesmos	03	100%			
3) Realizar atividades de educação em saúde e mobilização social	37 atividades realizadas (Pit stop, palestras e gincanas)	100%			
4) Realizar análise de situação de saúde	03	100%			
Análise do Resultado: Foram realizadas: 03 capacitações (ATLS para os médicos, ATCN para os enfermeiros e APH para técnicos e condutores), sob coordenação do Departamento de Média e Alta Complexidade, com o objetivo de melhoria ao atendimento de pessoas vítimas de acidentes de trânsito, com garantia da referência e contra-referência dos mesmos; Pelas US, diversas atividades referentes a segurança no trânsito em sua área de abrangência, nas escolas, nos cruzamentos de grande movimentação e outros espaços de grande movimentação; Análise de situação de saúde quanto à mortalidade por acidentes de trânsito e vigilância de violências e acidentes em serviços sentinelas/VIVA 2009, com a finalidade de prover os serviços de saúde de informações referentes ao tema.					
Meta do PMS: 2) Taxa de prevalência de tabagismo ≤ 15,8% ao ano. OBS: Dados Vigitel 2010 ainda não estão disponíveis. A coordenação do CAPS ficou responsável pela implantação da ação, inclusive da capacitação de RH.					
1) Criar a coordenação de Tabagismo dentro do CAPS AD					
2) Capacitar profissionais					
3) Articular com a coordenação estadual a implantação do tratamento					
Meta do PMS: 3) Garantir que 15,2% dos adultos mantenha uma atividade física no seu tempo livre					
1) Implantar/implementar o Projeto Vida Ativa e ou projetos similares em Unidades de Saúde com cobertura da Estratégia de Saúde da Família, para o desenvolvimento com regularidade de atividades físicas					
2) Monitorar as atividades físicas desenvolvidas nas áreas de abrangência das Unidades de Saúde da Família com o Projeto Vida Ativa Implantado/implementado					
3) Ampliar a prática regular de atividades físicas junto às comunidades assistidas para as Unidades de Saúde da Família					
Análise dos Resultados: Ainda não foi possível desenvolver as ações pactuadas no Projeto Vida Ativa, pois mesmo que em 2010 os recursos materiais tenham sido adquiridos, houve uma perda dos mesmos, devido a um incêndio ocorrido no almoxarifado da Semusa em 2010. Mas as Unidades de Saúde, principalmente aquelas que têm ESF, já desenvolvem atividades físicas em sua área de abrangência.					

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Objetivo do PMS: AMPLIAR MEDIDAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE, PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS; OUTROS AÇÕES DE RELEVÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA A GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE					
Meta do PMS: 1) Captar 93% de óbitos não fetais informado ao SIM com causa básica definida					
1) Realizar capacitação para o adequado preenchimento da Declaração de Óbito junto à classe médica;	Técnico capacitado	100%			
2) Capacitar a Equipe Técnica do SIM para a codificação de causas básicas conforme as normas preconizadas pelo Ministério da Saúde	Técnico capacitado	100%			
3) Monitorar rotineiramente o SIM para a detecção de registros de óbitos mal definidos de forma oportuna e proceder às correções quando possíveis	Avaliações realizadas	70%			
4) Realizar o monitoramento e a avaliação do banco de dados do SIM por grupo de causas determinadas e retroalimentar os serviços de saúde através de reuniões técnicas visando a melhoria da qualidade da informação do SIM.	Avaliações realizadas	70%			
Análise do Resultado: Óbitos não fetais: 1856 Número de óbitos com causa mal definida no SIM: 161, 8.68% com causa mal definida (100-8.67=91.32%). Esclarecemos que este banco de dados ainda está sendo analisado, o que resultará em melhor classificação das DO até o encerramento, com conseqüente melhora nos indicadores.					
Meta do PMS: 2) Investigar no mínimo 75% dos óbitos de mulheres em idade fértil e materno registrados no SIM.					
1) Capacitar profissionais de saúde para o desenvolvimento de investigação de campo (domicílio) e em Unidades de Saúde, inclusive hospitalares	01	100%			
2) Realizar relatório de investigação de campo e alimentar o Sistema de Informação (SIM) com as informações necessárias para a elucidação das causas do óbito	52 semanas	100%			
3) Monitorar e avaliar regularmente o Perfil Epidemiológico dos óbitos de mulheres em idade fértil e disponibilizar as informações para o Comitê de Mortalidade Materna e Infantil.	12 avaliações/ano	100%			
4) Capacitar os RH das Unidades de Saúde em Investigação de Óbitos de MIF e maternos registrados no SIM	01	100%			
5) Prover as Unidades de Saúde com as fichas de investigação epidemiológicas para a adequada investigação conforme os protocolos do Ministério da Saúde	22 US	100%			
6) Realizar a retroalimentação dos óbitos a serem investigados para as Unidades de Saúde e alimentar o SIM com as informações recebidas	USF	100%			
7) Compôr o Comitê de Mortalidade Materna e Infantil da SEMUSA	Técnicos DVEA participando do comitê	100%			
Análise do Resultado: A partir do último trimestre de 2010, as ações de investigação de óbitos foram intensificadas, com a capacitação em Vigilância do óbito com ênfase na busca direcionada na investigação de óbitos maternos, infantis e fetais. Da capacitação, destinada a todas as Unidades da zona urbana (22), participaram 15. No entanto, os formulários foram fornecidos para todas as US. MIF: De 168 óbitos de MIF, 42 foram investigados até a presente data, 25%. No entanto, as investigações destes óbitos ainda estão em andamento, sendo portanto, este um resultado parcial. MORTALIDADE MATERNA: De 5 óbitos MATERNOS, 5 foram investigados até a presente data, 100%.					
Objetivo do PMS: AMPLIAR MEDIDAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE, PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS; PROMOVER AÇÕES DE VIGILÂNCIA E CONTROLE DAS ZOONOSSES					
Meta do PMS: 1) Oferecer os serviços de controle de zoonoses a 100% dos municípios Portovelhense					
1) Controlar a população de animais domésticos (cão e gato)					

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

2) Ampliar o corpo de profissionais Auxiliares de serviços veterinários					
3) Aumentar a frota de veículos para transporte animal					
4) Implantar novas tecnologias para o controle animal (castração de animais)					
5) Elaborar proposta de projeto lei para regulamentar a posse responsável no município de Porto Velho					
6) Dar maior visibilidade ao programa de controle de população animal, através de ampla divulgação das atividades					
7) Dotar o CCZ de infra-estrutura compatível, a execução das atividades de castração animal					
Análise do Resultado:					
Meta do PMS: 2) Reduzir a Incidência da malária em 10%					
1) Selecionar e aplicar medidas de controle vetorial ajustadas à realidade entomo-epidemiológica					
2) Avaliar periodicamente o impacto das medidas de intervenção aplicadas em cada localidade;					
3) Manter parceria com as instituições responsáveis pelo manejo adequado ao meio ambiente a fim de reduzir a densidade de anofelinos, eliminando criadouros (aterro,drenagem,limpeza de vegetação,etc)					
4) Mapear, caracterizar e monitorar os criadouros, identificando espécie de anofelinos existentes					
5) Avançar no controle integrado com Atenção básica, desenvolvendo ações dentro da sua competência					
6) Desenvolver práticas educativas, visando adoção de medidas simples de manejo ambiental, bem como as medidas de proteção individual e familiar, com impacto na melhoria das situações identificadas					
7) Ampliar o quadro de Recursos humanos e proporcionar constante processo de atualização e capacitação					
8) Ampliar a frota de veículos					
9) Construção de Pontos de Apoio nos Distritos e laboratórios em linhas de difícil acesso às Unidades de saúde					
10) Aquisição de equipamentos e insumos para as regiões					
11) Dar Continuidade do Georeferenciamento das áreas cadastradas no SIVEP-Malária					
12) Distribuição de mosquiteiros impregnados com inseticida nas áreas de risco					

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

13) Manter a revisão de laminas de diag. de malária em 100% das positivas e 20% das negativas					
14) Fazer supervisão em laboratórios de malária, duas vezes ao ano em cada localidade					
Analise do Resultado:					
Meta do PMS: 3) Manutenção de índices de infestação predial por <i>Aedes aegypti</i> inferiores a 1%					
1) Manter a vigilância entomológica através das visitas casa a casa com controle imediato dos focos detectados					
2) Realizar no mínimo 02 LIRA/ano, para detecção de níveis de infestação na zona urbana					
3) Reduzir em 10% os índices de pendência					
4) Realizar ações de controle (LII + TRATAMENTO + ED. SAÚDE) nos Distritos					
5) Realizar atividades de acompanhamento sistemático dos pontos de risco (PE - pontos estratégicos) com pesquisa larvária quinzenal em 100% dos cadastrados.					
6) Manter os ferros velhos e borracharias com o mínimo possível de criadouros, através da coleta de pneus e materiais inservíveis, com dispensação de pneus para o ecoponto.					
7) Promover a unificação da base geográfica de trabalho entre as vigilâncias epidemiológica, entomo-lógica, operações de campo e Pacs/PSF (nas áreas cobertas pelos programas)					
8) Realizar atualização do número de imóveis em todo o município					
9) Avaliar periodicamente a efetividade dos larvicidas e adulticidas utilizados no combate ao vetor					
10) Promoção de ações de Educação em saúde					
11) Realizar as ações de Bloqueio, com aplicação de inseticida a UBV para interromper a transmissão e reduzir os índices de infestação					
12) Cadastrar 100% dos imóveis especiais (escolas, creches, hospitais, etc.), com vigilância adequada conforme a complexidade e condição de risco					
13) Solicitar contratação de ACE para suprir carência de RH					
Analise do Resultado					
Objetivo do PMS: B) AMPLIAR MEDIDAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE, PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS B5- Promover ações de Vigilância Sanitária					
Meta do PMS: 1) Oferecer serviços de vigilância sanitária a 100% dos municípios de Porto Velho					

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

1) Realizar Inspeção sanitária em ações básicas (produtos e serviços, controle de alimentos e vigilância ambiental) em todos os estabelecimentos de interesse da saúde coletiva.					
2) Notificar os eventos adversos e queixas técnicas em produtos para a saúde no banco de dados do NOTIVISA.					
3) Informar, orientar e divulgar a importância e os conhecimentos técnicos e operacionais relacionados às ações de VISA					
4) Atender as denúncias públicas sujeitas a ação da Vigilância Sanitária					
5) Propiciar Cursos de Boas Práticas de manipulação/ fabricação de alimentos, específico para comerciantes de carnes, peixes, frangos e queijos.					
6) Regulamentar a produção, distribuição e comercialização de produtos alimentícios artesanais no âmbito do Município de Porto Velho					
7) Atender as denúncias públicas sujeitas a ação da Vigilância Sanitária					
8) Atender as denúncias públicas sujeitas a ação da Vigilância Sanitária					
9) Propiciar Cursos de Boas Práticas de manipulação/ fabricação de alimentos, específico para comerciantes de carnes, peixes, frangos e queijos					
10) Regulamentar a produção, distribuição e comercialização de produtos alimentícios artesanais no âmbito do Município de Porto Velho					
Análise do Resultado:					
Meta do PMS: 2) Dotar o Departamento de Vigilância Sanitária de estrutura administrativa e operacional					
1) Implantar sistema de informatização de dados, próprios ou a re-implantação do SINAISA, oferecendo acesso a uma rede lógica de alta velocidade com funcionalidade constante.					
2) Cadastrar todos os estabelecimentos de saúde, de interesse da saúde e dos locais passíveis à atuação da Vigilância Sanitária.					
Meta do PMS: 3) Monitorar a qualidade da água para consumo humano no município					
1) Implementar o Plano de Amostragem de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano visando cumprir metas estabelecidas pela PAVS.					
2) Desenvolver as ações de cadastro, vigilância e controle relacionados ao programa VIGIÁGUA.					
3) Desenvolver um plano de coletas de amostras de água para análises físico químico e microbiológico, nas escolas e unidades de saúde do município.					
4) Alimentar as ações do VIGIÁGUA no Sistema de Informação de Vigilância da qualidade da Água para Consumo Humano – SISAGUA					
5) Atender as denúncias formalizadas pela comunidade e solicitações feitas pelo Ministério Público, Juizado Especial, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e outros.					
6) Desenvolver um plano de monitoramento da qualidade da água dos distritos do Município ao longo da BR 364 e Baixo Madeira, garantindo a coleta e envio ao LACEN de					

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

amostras de água destinadas ao consumo humano					
Meta do PMS: 4) Implantar o Programa de Qualidade de Alimentos em Feiras Livres e Mercados Públicos					
1) Participar do processo de reestruturação das Feiras Livres e mercados públicos buscando parcerias para garantir a adequação da infra-estrutura, de equipamentos e utensílios necessários a segurança e qualidade dos alimentos vendidos					
2) Realizar coleta de amostras para análise laboratorial dos alimentos comercializados com fins de monitoramento da sua qualidade					
3) Exigir dos comerciantes envolvidos o cumprimento do Decreto-Lei Municipal 10.912 de janeiro de 2008 que regulamenta no Município o funcionamento de feiras livres e mercados públicos					
4) Emissão de Autorização Sanitária para feirantes					
Análise do Resultado:					
Meta do PMS: 5) Gerenciamento de Risco de Agravos a saúde por ingestão de alimentos – DTAs					
1) Implementar o Programa de Qualidade das carnes, peixe, crustáceos, leite e derivados artesanais comercializadas em Porto Velho e Distritos					
2) Estabelecer com base nos resultados das análises laboratoriais de monitoramento, medidas sanitárias adequadas à proteção da saúde da população.					
3) Intensificar a intersectorialidade para Investigar a ocorrência de surtos por DTA, registrando no SINAN a ocorrência do agravo					
Meta do PMS: 6) Educação sanitária voltada a segurança alimentar					
1) Curso de capacitação para os Agentes de Saúde com noções simplificadas de Vigilância Sanitária e qualidade alimentar para repasse do conhecimento científico da vigilância Sanitária as residências visitadas					
2) Realizar Campanhas educativas com distribuições de material gráfico, buscando despertar a consciência sanitária coletiva e a divulgação dos saberes de vigilância de alimentos junto ao alunado e a comunidade em geral					
3) Estabelecer parcerias com a sociedade civil organizada para transmitir conhecimentos e procedimentos de controle sanitário					
4) Realizar palestras e distribuir material gráfico para difundir conhecimentos e criar consciências sanitárias nos munícipes, em associações de bairros, escolas, clubes etc .					
Análise do Resultado:					

Fonte: DVEA/SEMUSA/PVH

Vigilância Epidemiológica de Doenças Transmissíveis Sexualmente**DST/ HIV/ AIDS**

As doenças sexualmente transmissíveis - DST são consideradas como um dos problemas de saúde pública mais comum, embora em função do número expressivo de subnotificações, não conheçamos sua real dimensão. Sua relevância se dá pela magnitude e pelas seqüelas causadas em ambos os sexos, além de estarem relacionadas com o aumento da morbidade e da mortalidade materna e infantil. Acrescido a tudo isto as DST são um facilitador da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana – HIV e do câncer genital (MS, 2008).

No ano de 2010 as unidades de saúde municipais notificaram 829 casos de DST, conforme Tabela 1. Ressaltamos que estão incluídas neste total as candidíases e gardnerelas que, apesar de não serem consideradas DST, estão incluídas na síndrome do corrimento vaginal e exigem tratamento medicamento tal como as DST. Este total de notificações corrobora as subnotificações existentes, conforme já descrito.

Casos de doenças sexualmente transmissíveis. Porto Velho, 2010

Doenças Sexualmente transmissíveis	2010
Masculino	53
Feminino	736
Gestante	36
Criança	4
Total	829

Fonte: SEMUSA/DEVEA/Divisão de Vigilância de Doenças por Transmissão Sexual

Com objetivo de difundir a idéia do uso do preservativo como método mais eficaz na prevenção de muitas das DST e da gravidez não planejada, trabalhamos durante o ano de 2010 mais intensamente ampliando o acesso do usuário a este insumo de prevenção em 316% ,conforme mostra o quadro abaixo. A distribuição do preservativo se deu principalmente nas unidades de saúde, estratégia importante, pois promove a inserção do usuário na rede de saúde. Além desta, outras estratégias de prevenção foram realizadas, tais como: ações de educação em saúde em eventos, como carnaval, festival de praia, flor de maracujá, dentre outros.

Quantitativo anual de preservativos masculinos distribuídos nas Unidades de Saúde e ações de prevenção. Porto Velho 2008-2010.

Ano	Preservativos masculinos/Quantitativo
2008	537.696
2009	753.957
2010	2.384.214

Fonte: SEMUSA/DEVEA/Divisão de Vigilância de Doenças por Transmissão Sexual

Nos últimos dez anos, Porto Velho tem registrado no Sistema Nacional de Agravos de Notificação - SINAN, 922 casos de Aids em adultos residentes, sendo 533 casos do sexo masculino e 389 do feminino, conforme quadro abaixo (dados sujeitos a revisão, acessados em 09/12/2010).

Número de casos de AIDS em adultos, segundo sexo em Porto Velho, 2001 a 2010.

Ano	Masculino	Feminino	Total
2001	44	35	79
2002	52	51	103
2003	61	44	105
2004	46	33	79
2005	47	27	74
2006	67	39	106
2007	65	47	112
2008	68	39	107
2009	50	48	98
2010	34	27	61
Total	533	389	922

Fonte: SINAN/DEVEA/DVDTS, acessado em 09/01/2011. Dados sujeitos a revisão.

Acrescido aos dados do SINAN, que possui notificado apenas os casos de Aids, o Serviço de Assistência Especializada- SAE deste município presta serviço especializado para o atendimento das pessoas vivendo com HIV/Aids e realiza acompanhamento a 328 usuários adultos que são somente soro positivos para o vírus da imunodeficiência adquirida - HIV e não são caso de Aids ainda e 78 crianças, filhas de mães portadoras do HIV. Presta assistência ainda a 35 crianças com Aids. Ressaltamos que deste total, temos adultos e crianças que são residentes em Porto Velho e em outros municípios do estado. O SAE de Porto Velho é referência para o atendimento de crianças no estado de Rondônia.

O número de casos de Aids em adultos vem aumentando na série histórica, assim como a incidência dos casos em ambos os sexos apresenta tendência de crescimento, conforme Gráfico abaixo.

Observamos que, para o sexo masculino, as mais altas taxas de incidência de Aids, segundo faixa etária, foram em pessoas de 35 a 49 anos e de 50 a 64 anos e para o sexo feminino, em pessoas de 35 a 49 e de 65 a 79 anos, atingindo, portanto, adultos jovens em idade produtiva e reprodutiva, assim como pessoas com mais idade. Cabe considerar que existe um tempo decorrido entre a infecção pelo HIV e a ocorrência da Aids, portanto é possível que a infecção tenha ocorrido quando estas pessoas eram mais jovens.

Quanto à mortalidade, os dados do próximo gráfico mostram que a proporção de óbitos para o ano de 2009 foi mais expressiva na faixa etária de 30 a 49 anos. Estes dados corroboram a importância que tem os casos de Aids nesta faixa etária, pois a Aids diante de sua gravidade leva a implicações sociais como desestruturação familiar, financeira e orfandade.

A categoria de exposição predominante em adultos em todas as faixas etárias continua sendo a heterossexual para ambos os sexos, Quadros 95.

**Número de casos de AIDS no sexo masculino segundo faixa etária e principais categorias de exposição.
Porto Velho, 1987 a 2010**

Faixa Etária	Ignorado	Homossexual	Bissexual	Heterossexual	UDI
10-14	0	0	0	0	0
15-19	1	3	2	5	0
20-34	19	65	34	168	15
35-49	17	38	22	218	8
50-64	6	5	6	101	1
65-79	0	1	0	12	0

Fonte: SINAN/DEVEA/DVDTS, acessado em 09/12/2011. Dados sujeitos a revisão.

**Número de casos de aids no sexo feminino, segundo faixa etária e principais categorias de exposição.
Porto Velho, 1987 a 2010**

Faixa Etária	Ignorado	Bissexual	Heterossexual	UDI
10-14	1	0	0	0
15-19	0	0	11	0
20-34	6	2	242	0
35-49	8	0	186	1
50-64	1	0	53	0
65-79	0	0	6	0

Fonte: SINAN/DEVEA/DVDTS, acessado em 09/12/2011. Dados sujeitos a revisão.

A proporção dos casos diagnosticados segundo anos de estudos mostram que é expressivo o número de casos com escolaridade entre 0 a 7 anos de estudos, para ambos os sexos, conforme mostram as Tabelas 6 e 7, ou seja, não possuem o ensino fundamental completo.

Proporção de casos de AIDS diagnosticados no sexo masculino segundo anos de estudos. Porto Velho, 2001 a 2010

Ano do Diagnóstico	de 0 a 7	de 8 a 11	de 12 e mais
2001	61,36	20,45	18,18
2002	59,62	26,92	13,46
2003	58,46	33,85	7,69
2004	80,43	19,57	0,00
2005	65,96	27,66	6,38
2006	68,66	25,37	5,97
2007	56,92	36,92	6,15
2008	75,00	19,12	5,88
2009	60,00	28,00	12,00
2010	69,70	21,21	9,09

Fonte: SINAN/DEVEA/DVDTS, acessado em 09/12/2011. Dados sujeitos a revisão

Proporção de casos de aids diagnosticados no sexo feminino, segundo anos de estudos. Porto Velho, 2001 a 2010

Ano do Diagnóstico	de 0 a 7	de 8 a 11	de 12 e mais
2001	54,17	33,33	12,50
2002	64,86	32,43	2,70
2003	70,97	22,58	6,45
2004	72,41	27,59	0,00
2005	48,00	40,00	12,00
2006	51,52	45,45	3,03
2007	67,44	25,58	6,98
2008	55,56	30,56	13,89
2009	75,56	15,56	8,89
2010	63,64	36,36	0,00

Fonte: SINAN/DEVEA/DVDTS, acessado em 09/12/2011. Dados sujeitos a revisão

Os dados epidemiológicos mostram a vulnerabilidade acrescida frente às DST/HIV/AIDS dos adultos jovens e de pessoas de mais idade, com comportamento heterossexual e com poucos anos de estudos. Diante desta informação são necessários o desenvolvimento de ações de promoção da saúde e prevenção para o HIV/Aids e outras DST, apresentando características dirigidas a este público alvo. A

realização de campanhas de massa, intervenções educativas, ações de garantia de direitos humanos e ações voltadas ao diagnóstico, tratamento e assistência e parcerias com Organizações da Sociedade Civil - OSC devem ser processos de continuidade, como resposta a epidemia da Aids.

Vigilância Epidemiológica de Doenças Transmissíveis Hídricas e Respiratórias

Paralisia Flácida Aguda

A poliomielite ou “paralisia infantil” é uma doença infecto-contagiosa viral aguda, caracterizada por quadro de paralisia flácida, de início súbito. O déficit motor instala-se subitamente e a evolução desta manifestação, freqüentemente, não ultrapassa três dias. Acomete em geral os membros inferiores, de forma assimétrica, tendo como principais características a flacidez muscular, com sensibilidade conservada e arreflexia no segmento atingido. Esta doença encontra-se erradicada no país desde o início dos anos 90, em virtude do êxito da política de prevenção, vigilância e controle desenvolvido pelos três níveis do Sistema Único de Saúde.

A vigilância das Paralisias Flácidas Agudas – PFA está descentralizada para toda a rede de atenção à saúde municipal, tanto na zona urbana quanto rural. Suas ações estão inseridas na rotina dos serviços, sendo a detecção precoce de eventos, na população de menos de 15 anos, o ponto focal da vigilância, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Existe fragilidade nestas ações, ainda sendo necessária a implementação da busca ativa para detecção em unidades de serviço consideradas serviços chaves, tais como Hospital Infantil Cosme e Damião e Unidades de Pronto Atendimento 24 horas.

Em 2010, foram notificados 07 casos, superando a meta da detecção estabelecida na PAVS, sendo 01 caso para cada 100 mil habitantes menores de 15 anos. No entanto, das notificações, nenhuma amostra foi coletada, quando teríamos que coletar 05 amostras pela pactuação. Isso demonstra que estamos com o sistema sensível para a detecção, mas com fragilidade no acompanhamento dos casos.

Doenças exantemáticas

Dentre as doenças exantemáticas, sarampo e rubéola são as mais freqüentemente registradas pela rede de saúde municipal. Rubéola é uma doença exantemática aguda, de etiologia viral, que apresenta alta contagiosidade, acometendo principalmente crianças. Doença de curso benigno, sua importância epidemiológica está relacionada ao risco de abortos, natimortos e malformações congênitas como cardiopatias, catarata e surdez, denominada síndrome da rubéola congênita (SRC) quando a infecção ocorre durante a gestação. O sarampo é uma doença infecciosa aguda, de natureza viral, grave, transmissível e extremamente contagiosa. A viremia causada pela infecção provoca uma vasculite generalizada, responsável pelo aparecimento das diversas manifestações clínicas, inclusive pelas perdas consideráveis de eletrólitos e proteínas, gerando o quadro espoliante característico da infecção. Além disso, as complicações infecciosas contribuem para a gravidade do sarampo, particularmente em crianças desnutridas e menores de 1 ano.

A exemplo das Paralisias Flácidas Agudas – PFA, a vigilância das doenças exantemáticas está descentralizada para toda a rede de saúde municipal. Suas ações estão inseridas na rotina dos serviços, sendo a detecção precoce de eventos, na população menor de 15 anos, o ponto focal da vigilância, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Na PAVS, para o ano de 2010, o município pactuou investigar 80% dos casos de doenças exantemáticas, até 48 horas após a notificação. Foram notificados 03 casos de rubéola, havendo a investigação dentro do prazo estabelecido, com 100% de alcance da meta. Este resultado demonstra que, apesar de o sistema estar conseguindo dar segmento aos casos notificados, apresentou baixa sensibilidade para a detecção. Não foi detectado nenhum caso de sarampo no município de Porto Velho.

Hepatites Virais

As hepatites virais são infecções do fígado causadas por vírus e constituem importante problema de saúde pública. Podem ser causadas por agentes hepatotrópicos, onde o fígado é o órgão alvo da replicação viral. O Programa

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Municipal das Hepatites Virais visa estabelecer diretrizes e estratégias junto às diversas áreas programáticas do setor saúde e aos níveis do Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de sistematizar os esforços que vêm sendo empreendidos pelos profissionais ao longo dos anos, desde a identificação da hepatites, além de inserir a temática dentro das políticas públicas de saúde, visando o controle efetivo das infecções em nosso meio.

O município de Porto Velho, ao longo dos últimos 4 anos, vem registrando uma média de 224 casos das hepatites virais/ano, com importante transmissão pelo vírus B,,C, B+C e B+D, sendo que 70,36% dos casos acometem a população na faixa etária de 15 a 64 anos.

No gráfico 75 podemos observar que sexo masculino tem sido mais acometido pelas hepatites virais, pois 56,30% dos casos registrados nos anos de 2007 a 2010 ocorreram em pacientes do sexo masculino, enquanto que, no mesmo período, o percentual de pacientes do sexo feminino foi de 43,70%. A hepatite A é responsável por importante percentual de casos da doença em Porto Velho e, considerando que transmissão da hepatite A ocorre principalmente, pela ingestão de água ou alimentos contaminados, é possível que estes casos estejam relacionados à baixa oferta de água tratada em nosso município.

Casos de hepatites segundo classificação etiológica – ano 2010

Class. Etiológica	Ign/Branco	Confirmação laboratorial	Descartado	Cicatriz sorológica	Inconclusivo	Total
Ign/Branco	1	0	47	2	9	59
Vírus A	0	21	0	2	0	23
Vírus B	0	35	0	14	0	49
Vírus C	0	8	0	1	0	9
Vírus B + D	0	2	0	0	0	2
Vírus B + C	0	2	0	1	0	3
Vírus A + B	0	0	0	1	0	1
Total	1	68	47	21	9	146

Influenza

A influenza, também conhecida como gripe, é uma infecção aguda do sistema respiratório, de distribuição global e elevada transmissibilidade, cuja principal complicação são as pneumonias, que respondem por um grande número de internações hospitalares no país. A doença tem início com febre alta, em geral acima de 38°C, seguida de dor muscular, dor de garganta, dor de cabeça e tosse seca. A

febre é um dos sintomas mais presentes e dura em torno de três dias. Os sintomas respiratórios como a tosse e outros, tornam-se mais evidentes com a progressão da doença e mantêm-se em geral por três a quatro dias após o desaparecimento da febre. É uma doença muito comum em todo o mundo, sendo possível uma pessoa adquirir influenza várias vezes ao longo de sua vida. É também freqüentemente confundida com outras viroses respiratórias, por isso o seu diagnóstico de certeza só é feito mediante exame laboratorial específico. Devido a mutações no Vírus e as características de transmissão da doença (pessoa a pessoa), o Ministério da Saúde tem investido na organização dos serviços, na capacitação de Recursos Humanos para o adequado manejo dos casos e no fortalecimento das Unidades Sentinela da Influenza.

Em Porto Velho, a pesquisa do vírus circulante de influenza é feita em duas unidades sentinelas, para síndrome gripal: Hospital Infantil Cosme e Damião e Policlínica José Adelino da Silva. Esta estratégia foi montada pelo Ministério da Saúde desde 2006, e tem como objetivo conhecer a circulação viral, a sazonalidade da doença, a fim de melhorar as medidas de controle, como é o caso da campanha de Vacinação dos Idosos, bem como de fazer a vigilância da introdução de um novo subtipo viral da Influenza.

O hospital Cosme e Damião atende crianças na faixa etária de 0 a 12 anos de todos os municípios do Estado, representando assim uma Unidade Sentinela representativa para a possibilidade de detectar amostras de Estado de Rondônia. Já a Unidade Sentinela José Adelino atende a todas as faixas etárias. O gráfico 79 representa os atendimentos realizados em 2009 na referida Unidade Sentinela, considerando que a mesma está sob gestão municipal.

Distribuição Percentual de Atendimentos Geral e de Síndrome Gripal por Faixa Etária Unidade Sentinela José Adelino, Porto Velho/RO, de 2009

Faixa Etária	Número de Atendimentos Geral	Número de Atendimentos de SG	% SG
0-4	7.010	843	20,60
5-14	6.461	724	17,70
15-24	6.548	715	17,50
25-59	6.857	662	16,20
60-64	6.665	601	14,80
65 +	6.305	538	13,20
Ignorada	0	0	0
Total de Atendimentos	39.844	4.083	100

Fonte: MS/SVS/DEVEP/CGDT/COVER

Conforme demonstrado na Tabela 40, temos um total de 39.844 consultas gerais e 4.085 atendimentos de Síndrome Gripal (10,25%), retratando que a Unidade Sentinela está realizando um volume considerável de atendimentos com a possibilidade de identificar possíveis casos de Síndrome Gripal. A faixa etária com o maior percentual de atendimentos foi a de 0 a 4 anos de idade, seguida da de 5 a 24 anos e a faixa etária com o menor percentual de atendimentos foi a de 65 anos e mais.

Observamos que a Síndrome Gripal foi uma constante nos atendimentos da Unidade Sentinela José Adelino no ano de 2009, apresentando pico da semana epidemiológica 34 a 42 com picos isolados nas semanas 44, 46 e 48 e uma constante de queda nas duas últimas semanas do ano. O período de pico coincide com a ocorrência de casos confirmados de Influenza A H1N1 no nosso município. Em relação ao período de 2009, temos uma tendência de aumento de casos suspeitos desde a semana epidemiológica 19, quando comparado com o ano de 2008. Registramos ainda, uma melhoria na regularidade das informações durante todo o ano de 2009 quando comparado com o ano de 2008, o qual apresenta registros descontínuos principalmente a partir da semana epidemiológica 5 até a semana epidemiológica 18. Não existe coincidência com o período de chuvas no ano de 2009, o que registramos em 2008.

Distribuição Percentual das Amostras Enviadas e Tipo de Vírus Respiratório Identificado, Unidade Sentinela José Adelino, Porto Velho/RO, 2009

Vírus Respiratórios	Número de Vírus Isolados	%
Influenza A	2	0,85
Influenza B	0	0
Parainfluenza 1	0	0
Parainfluenza 2	0	0
Parainfluenza 3	0	0
Adenovírus	0	0
VRS	1	0,42
Amostras sem Vírus	230	98,71
Total de Amostras Coletadas	233	100

Fonte: MS/SVS/DEVEP/CGDT/COVE

Como podemos ver a Unidade Sentinela está sensibilizada para o envio de amostras dentro do estabelecido pelo Ministério da Saúde. A pactuação é de 5 amostras por semana epidemiológica perfazendo um total anual de 260 amostras. A

meta estabelecida é de 80% do total de coletas preconizadas pelo Ministério da Saúde. Foram realizadas 233 coletas perfazendo um total de 89,6% da meta estabelecida.

No tocante as identificações de Vírus, eles têm um baixo percentual de positividade de amostras na sentinela José Adelino. Nos Vírus Identificados a quantidade foi baixa, apenas com a identificação de 3 Vírus, representando menos de 2% de identificação. Esta realidade denota a necessidade de melhor qualificar os usuários identificados como suspeitos de Síndrome Gripal e conseqüente encaminhamento para coleta de amostras.

No tocante as identificações de vírus, eles têm um baixo percentual de positividade de amostras na sentinela José Adelino, detectando apenas três tipos de vírus, influenza A (0,5%), e VRS (0,42 %) e 98,71% de amostras sem a identificação de Vírus.

ANÁLISE DA EPIDEMIA DE INFLUENZA A H1N1 NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO NO ANO DE 2009

O comportamento da epidemia de Influenza A H1N1 no município de Porto Velho seguiu os padrões nacionais com a apresentação de três picos ou ondas epidêmicas. Os primeiros casos foram registrados a partir da semana epidemiológica 18 com a ocorrência da primeira onda na semana epidemiológica 27, com um registro de 3 casos suspeitos. A segunda onda epidêmica na semana epidemiológica 31 teve notificação de 11 casos suspeitos e na seqüência, a terceira onda com a notificação de 36 casos suspeitos.

Foram confirmados 34 casos de Influenza A H1N1, com coeficiente de incidência de 8,88/100.000 habitantes. O maior número de casos confirmados coincide com o momento do desenvolvimento das 3 ondas epidêmicas, respectivamente, a saber, registro de 1 caso confirmado na semana epidemiológica 27, 4 casos confirmados na semana epidemiológica 31, 6 casos na semana 35 e 7 casos na semana epidemiológica 36 com tendência de queda nas semanas epidemiológicas 38, 39 e 40, com registros de 3, 1 e 2 casos. As semanas epidemiológicas 30, 33, 39, 44 e 50 registraram um caso confirmado de Influenza A

H1N1. Foi registrado ainda, um óbito por Influenza A H1N1 de um residente de Porto Velho na semana epidemiológica 50, apresentando uma Taxa de Letalidade de 2,94%.

Ainda sobre o gráfico 47, observamos que as unidades notificantes para Influenza A H1N1 demonstraram estar sensibilizadas para a notificação dos casos suspeitos conforme o protocolo estabelecido pelo ministério da saúde, realizando o adequado manejo dos casos, o que resultou em uma baixa taxa de letalidade, considerando as características de transmissibilidade do Vírus Influenza A H1N1. A organização dos serviços de saúde e a capacitação de recursos humanos para o adequado manejo dos casos suspeitos de Influenza A H1N1 foram atividades estratégicas para o enfrentamento da Epidemia de Influenza em nosso município, fortalecendo o controle do agravo com a redução da morbidade e o registro de baixas letalidades.

A capacitação dos recursos humanos em serviço foi a forma de capacitação mais resolutiva dentre todas as outras formas de capacitação desenvolvidas na Vigilância Epidemiológica da Influenza, garantindo um número estratégico de presentes, considerando que a capacitação era oferecida nos 2 turnos: pela manhã com os profissionais da manhã e a tarde com os recursos humanos que trabalhavam à tarde. Os conteúdos abordados se reportavam ao comportamento do agravo no mundo: no Brasil, na Região Norte, Estado e finalmente em nosso município seguindo todas as recomendações adotadas pelo Ministério da Saúde. A forma de execução foi através da disponibilização de Nota Técnica da Influenza e da utilização do Fluxograma de Atendimento dos Casos Suspeitos.

Os serviços de Atenção Básica, tanto nas Unidades de Saúde Tradicionais como nas Unidades de Saúde com a Estratégia Saúde da Família implantada, foram identificados como unidades de saúde com acesso irrestrito para todos os casos suspeitos, ou seja, representariam a porta de entrada dos serviços de saúde com a interligação aos serviços de atenção à saúde de média complexidade. Elas seriam representadas em nossa rede pelas Unidades de Pronto Atendimento, com funcionamento de 24 horas, caso houvesse a necessidade da utilização de serviços com oxímetro de pulso ou até a utilização de oxigenoterapia, ainda dentro do Fluxo previsto. Havendo a necessidade de atenção à saúde em nível hospitalar, os casos seriam encaminhados para a Unidade Hospitalar de Referência. Todos os casos

identificados como de risco ou com a existência de comorbidades associadas deveriam ser encaminhados para manejo no Hospital de Referência.

O foco principal da organização dos serviços de atenção aos casos suspeitos, além da implantação e implementação do fluxograma, foi a disponibilização da nota técnica sobre o agravo como ferramenta de retroalimentação do Sistema de Vigilância local, considerando a necessidade de se tomar decisões de forma rápida e oportuna fortalecendo a possibilidade de um melhor controle da epidemia instalada. A nota técnica a seguir apresenta as possibilidades a serem seguidas, conforme o protocolo de manejo clínico dos casos.

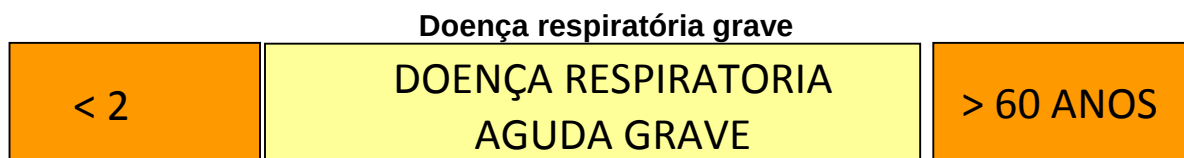
NOTA TÉCNICA PARA A INFLUENZA A H1N1 SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA INFLUENZA NO BRASIL E NO MUNDO

A situação epidemiológica atual, no Brasil e no mundo, caracteriza-se por uma pandemia com uma predominância de casos clinicamente leves e com baixa letalidade. Considerando o exposto, **ALERTAMOS** a todos os profissionais de saúde que, durante a avaliação dos usuários que buscam as nossas unidades de saúde com quadro de *síndrome gripal*, deverão seguir as seguintes recomendações:

- Retirar o usuário do aglomerado, colocar máscara cirúrgica e viabilizar a prioridade no atendimento;
- Mantê-los em ambiente sem aglomerações;
- Alertar os profissionais de saúde que estão realizando o atendimento a usarem EPI durante o desenvolvimento da avaliação clínica;
- Após a avaliação médica, os casos classificados como síndrome gripal e ou doença respiratória aguda grave deverão seguir o fluxograma de atendimento, conforme exposto abaixo:

“CASO SUSPEITO DE DOENÇA RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE”

Indivíduo de qualquer idade com doença respiratória aguda caracterizada por febre elevada, acompanhada de tosse ou dor de garganta, acompanhado ou não de manifestações gastrointestinais, e dispnéia ou outro sinal de gravidade, por exemplo, ausculta compatível com pneumonia ou quadro clínico, laboratorial ou radiológico compatível com pneumonia.



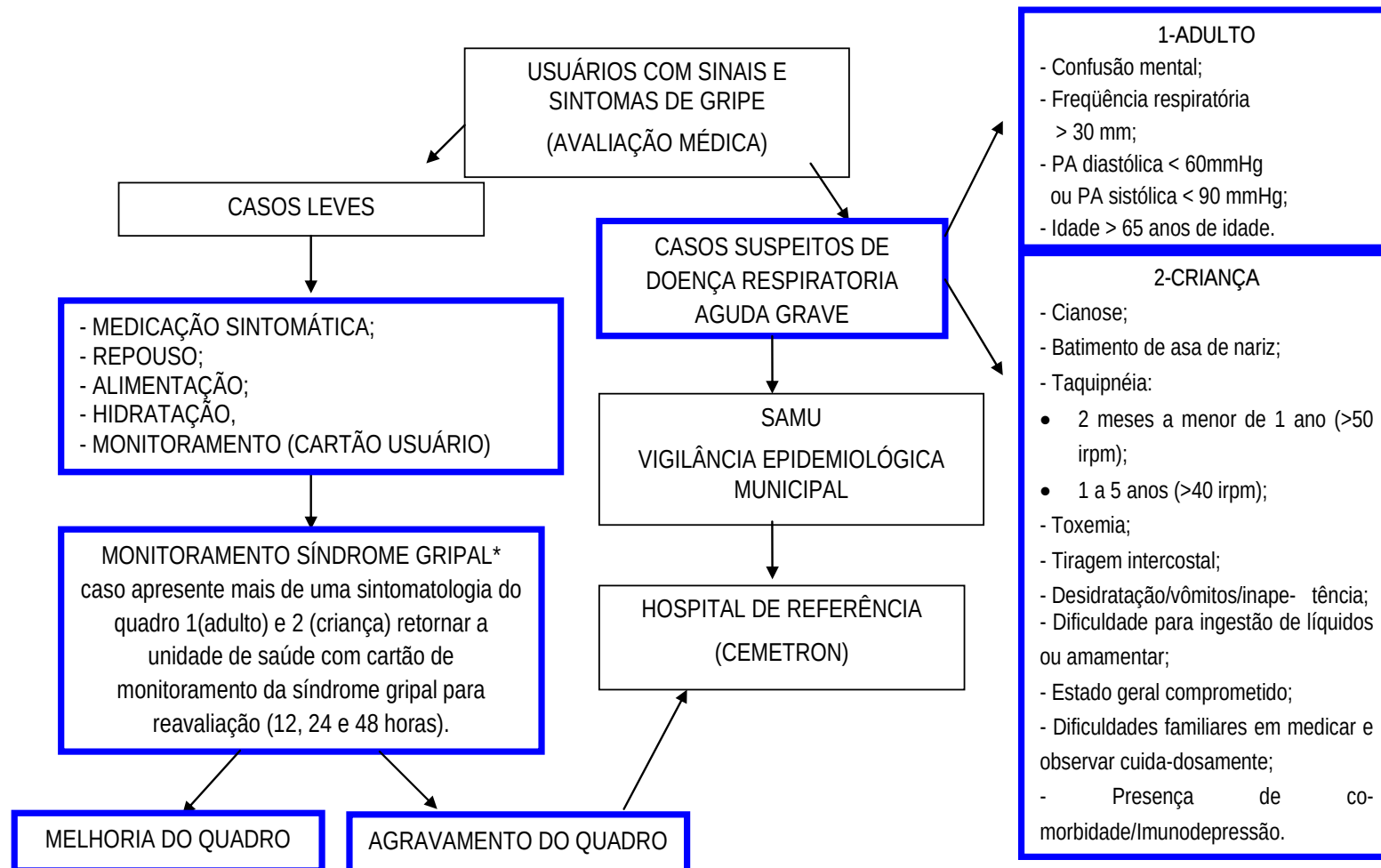
COMORBIDADE

IMUNOSSUPRESSÃO pacientes com câncer, em tratamento para AIDS ou em uso regular de medicação imunossupressora	CONDIÇÕES CRÔNICAS hemoglobinopatias, diabetes mellitus, cardiopatias, pneumopatias e doenças renais crônicas, etc.

Fonte: DVEA/SEMUSA/PVH

GRAVIDEZ

Fluxo para manejo clínico de Síndrome Gripal



Fonte: DVEA/SEMUSA/PVH.

Foram notificados 108 casos suspeitos de Influenza A H1N1 em toda rede assistencial do Município de Porto Velho no ano de 2009, sendo que: 34 (31,48%) dos casos foram confirmados laboratorialmente com o isolamento do vírus Influenza A H1N1, sendo 15 (44,11%) dos casos do sexo masculino e 19 (55,88%) dos casos do sexo feminino. Durante a epidemia foram isolados outros vírus perfazendo um total de 5 (14,70%) dos casos identificados como Vírus Influenza Sazonal.

Considerando a necessidade de encerramento dos casos de forma criteriosa e vinculada fortemente com o suporte laboratorial, existem 29 casos sendo encerrados através de reuniões com a Coordenação Estadual e conforme recomendações da Coordenação Nacional do agravo, representando um percentual de 26,85% do total de casos notificados através do SINAN-Influenza/RO (Sistema de Informação de Controle Estadual).

Vigilância Epidemiológica de Endemias

Malária

A malária ao longo dos últimos anos vem se constituindo em importante problema de saúde para o município de Porto Velho (**Gráfico 84**), representando no ano de 2010, 54% dos casos registrados no estado de Rondônia. Em 2010 foram registrados 23.249 casos da doença, sendo 21.303 *P. vivax* e 1.946 *P. falciparum*. O município apresentou incremento na ordem de 12,59;% em relação ao ano anterior; e redução de 6,97% % de *P. falciparum*, também em relação ao ano de 2009. No período de 2001 a 2010, foi registrada uma média de 27.520 casos da doença.

O município está dividido estrategicamente, com base no perfil entomo-epidemiológico em nove regiões. Conforme demonstrado nas **figura 87 e 88 (a seguir)**, a doença se distribui de forma heterogênea, com maior intensidade nas segunda e terceira regiões.

Identifica-se que os maiores incrementos são registrados nas segunda e terceira regiões, onde são observados surtos localizados durante todo o período do ano, contidos mediante ações de controle executadas pela equipe municipal. Estas

regiões, historicamente, fazem parte das áreas de maior importância para transmissão da malária. No entanto, na atualidade, a construção das usinas hidrelétricas do Madeira estão atuando de forma a potencializar a transmissão, considerando importantes modificações ambientais produzidas, bem como vem potencializando incremento populacional principalmente nos núcleos urbanos. Segundo dados do último censo de IBGE, a população urbana do município passou de 80% para 91,67%. Jaci-Paraná, do ponto de vista da distribuição de doenças e agravos à saúde, é uma das localidades mais atingidas pelos impactos da construção. Inúmeros são os problemas identificados naquela região, como o aumento da violência, prostituição, gravidez na adolescência, malária e dengue. A população do distrito, estimada em 1.200 habitantes em 2008, salta para cerca de 20.000 em apenas 2 anos.

Ações de controle

Nestas áreas, a Secretaria Municipal de Saúde investiu fortemente em ações estruturantes, priorizando o planejamento, monitoramento e avaliação do comportamento da doença, objetivando a adoção de medidas de controle de forma oportuna; manutenção das condições necessárias à execução das metas pactuadas, tais como insumos para diagnóstico e tratamento dos casos notificados e controle vetorial em áreas com potencial malarígeno e ações educativas e de mobilização social, vislumbrando o diagnóstico e tratamento o mais precocemente possível. Estas ações, tem sido preponderantes para a manutenção da doença em patamares aceitáveis.

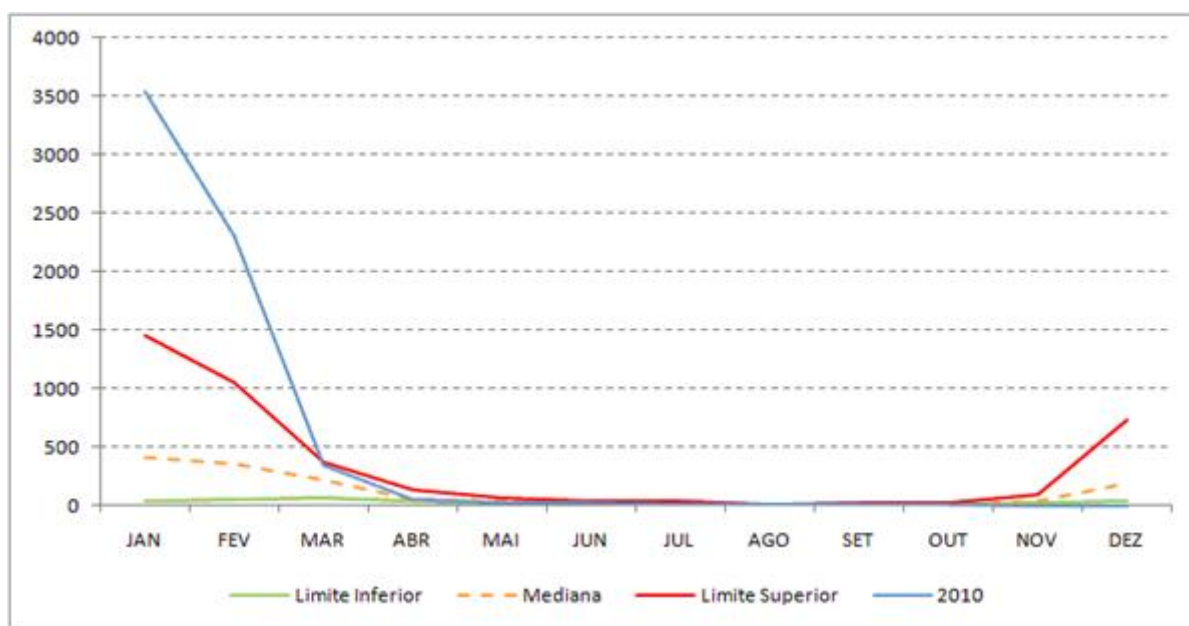
Dengue

A dengue representa um dos maiores problemas de saúde pública para o município de Porto Velho, com ocorrência de importantes surtos epidêmicos, conforme demonstrado na **Gráfico 105**. Os primeiros focos do *Aedes aegypti* foram identificados em 1992, e os primeiros casos autóctones, no ano de 1997. A partir dos primeiros casos autóctones, observa-se que, em todos os anos, foram registrados casos da doença.

O maior número de casos da doença ocorre nos períodos do inverno amazônico, no entanto, registra-se a ocorrência de casos em menor quantidade, em todo o período do ano, caracterizando a constante transmissão, mesmo nos meses de menor densidade pluviométrica. Em 2010 o município registrou um total de 6;552 casos da doença, sendo 46 casos de Febre Hemorrágica da Dengue – FHD e 1 óbito.

A partir da semana 46 de 2009, observou-se aumento de número de casos, colocando o município em estado de alerta. Já na semana 47 fica caracterizada a situação de epidemia, conforme Diagrama de controle da dengue (**gráfico 106**). A situação se mantém crítica até o mês de fevereiro de 2010.

Diagrama de controle da dengue, segundo a semana epidemiológica e notificações ocorridas– Porto Velho, 2010.



Fonte: SINAN-SEMUSA

Um Plano de Contingência foi elaborado, o que norteou as ações de vigilância e controle da doença, constituindo-se prioritariamente em:

- Atenção ao paciente com suspeita de dengue;
- Vigilância epidemiológica;
- Controle Vetorial e visita domiciliares;
- Educação em saúde e mobilização social;
- Capacitações de profissionais de saúde;
- Aquisição de insumos básicos.

Durante o período epidêmico, o município priorizou algumas atividades, dentre estas, o atendimento aos casos suspeitos. Intensificou o atendimento em todas as Unidades de Saúde, conforme descrito a seguir: conta com 04 Unidades de Pronto atendimento 24 horas com leitos para observação, 14 Unidades Básicas na zona urbana, onde foi criada a estratégia de hospital dia, com a implantação de leitos para observação e hidratação de pacientes com casos leves da doença. A rede ainda se estende à zona rural.

O manejo clínico ao paciente com suspeita de dengue foi baseado na *Classificação de Risco de Dengue* do Ministério da Saúde, informações disponibilizadas para todos os profissionais médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem, em todas as Unidades de saúde. As unidades Básicas da zona rural e urbana ficaram responsáveis pelo atendimento dos casos de dengue clássica, sem complicação, e, em casos de necessidade de observação, o paciente tem assegurado seu leito nos pronto atendimentos 24 horas.

Ainda no início do segundo semestre do ano de 2009, a SEMUSA fez o estoque de toda a medicação de suporte ao paciente com dengue, sendo esta estratégia a que assegurou o atendimento prioritário aos pacientes com suspeita de dengue, evitando possivelmente o agravamento dos casos. Paralelamente, na rede laboratorial, foram garantidos os insumos para o apoio de monitoramento dos pacientes. A notificação de casos suspeitos proporcionou o maior conhecimento do quadro crítico, o que facilitou na tomada de decisão.

As equipes do PACS/PSF foram capacitadas a realizar notificação e orientação aos pacientes com suspeita de dengue durante as visitas domiciliares.

O traslado de casos com complicação e graves ficou a cargo do SAMU. Após regulação médica são prontamente encaminhados e/ ou removidos de ambulância ao CEMETRON, hospital de referência estadual.

O controle vetorial foi realizado em duas etapas distintas: durante o período epidêmico, em regime de mutirão, o que contou com a participação da polícia militar, defesa civil e 17ª Brigada, além dos Agentes de Controle de Endemias - ACE e Agentes Comunitários de Saúde - ACS, os quais realizaram busca ativa de

criadouros, eliminação de criadouros e coleta seletiva de lixo de importância para a formação de criadouros, bem como ações de educação em saúde. O controle de alado foi realizado por meio de uso de borrifação residual e espacial. No período pós-epidemia, as ações voltaram a ser executadas em sua rotina normal, pelos ACE.

Vigilância Epidemiológica

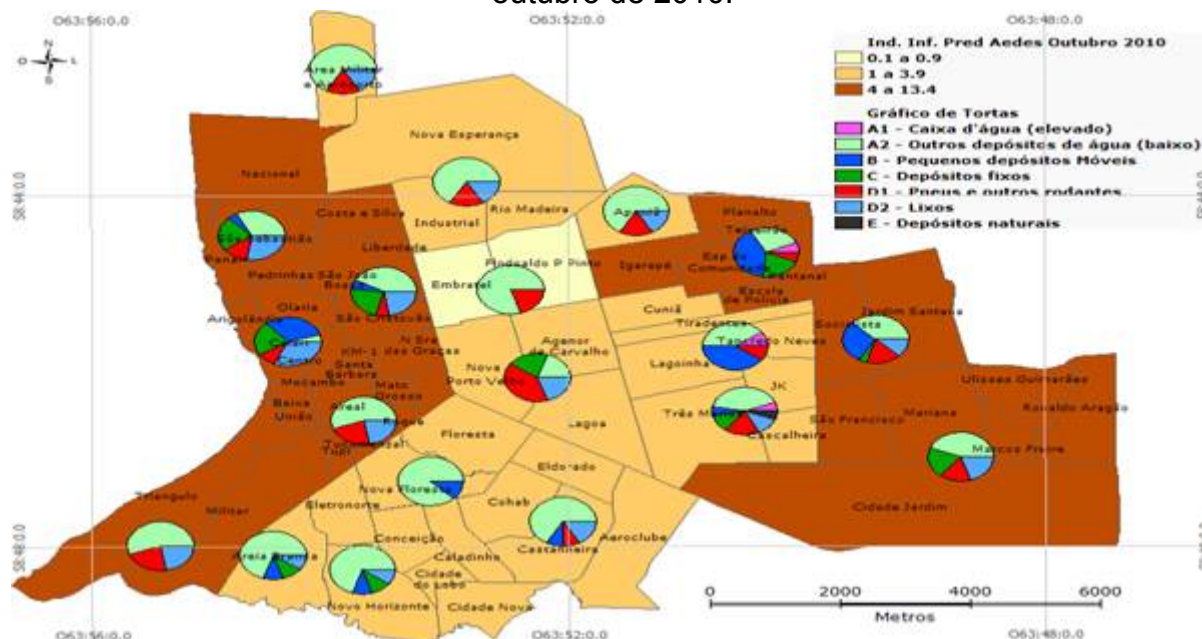
A vigilância epidemiológica intensificou suas ações, inicialmente realizando busca ativa de casos em unidades de saúde da rede municipal, organizou plantões nos Pronto Atendimentos, buscando reduzir as perdas nas notificações, realizou supervisões em unidades de saúde municipais, estaduais e privadas. Em conjunto com técnicos dos Departamentos de Atenção Básica e Média e Alta Complexidade, implementou o manejo clínico de casos suspeitos com base na *Classificação de Risco de Dengue* do Ministério da Saúde, participou de reuniões técnicas para acompanhamento e análise da situação por local de atendimento, bem como com reuniões técnicas com diretores e profissionais de saúde (médicos e enfermeiros), para discutir o manejo clínico ao paciente com dengue, quando foram fornecidos exemplares do CD do MS “Decifra-me ou te devoro”, bem como do “Dengue – Manual de enfermagem adulto e criança”, CD do mundo micro e macro do mosquito para as unidades, implementou a investigação de óbitos notificados, tendo como causa básica a dengue. Deu suporte a coleta de material para isolamento viral da dengue; analisou e divulgou, semanalmente, o comportamento da doença, direcionando as ações de controle vetorial. Participou de reuniões técnicas internas e externas, havendo assumido perante o Ministério Público a coordenação do mutirão e ainda compõe o Comitê Estadual de Combate a Dengue. A mesma importância foi dada as ações de educação em saúde e mobilização social.

Comportamento da dengue no período pós-epidêmico

No ano de 2010, foram realizados 3 Levantamentos de Índice Rápido para *Aedes Aegypti* (LIRAA), sendo o primeiro após o período chuvoso, e o terceiro, em outubro, classificando o município novamente em situação de alerta, ou seja, o

maior número de bairros registrou infestação entre 4 a 13,4. Como depósitos predominantes, foram identificados como prioritários os depósitos de água (baixo, 48%; pequenos depósitos móveis, 23%; lixo, 14% e pneus, 11%.

Distribuição espacial de casos de dengue e depósitos predominantes. Porto Velho, outubro de 2010.



Fonte: LIRA outubro 2010.

Com base no resultado do último LIRA, novamente é adotada a estratégia dos mutirões, desta vez realizada principalmente pelos ACE e Unidades de Saúde com a Estratégia de Saúde da Família – ESF, visando a contenção da transmissão. Em todos os casos notificados durante o ano, foram realizados bloqueio focal, com visita domiciliar, tratamento e eliminação de focos do vetor da dengue. Em ação conjunta com a Empresa Santo Antônio Energia, houve a contratação de 2 carros tipo caçamba, para a retirada de depósitos tipo pneu e lixos domésticos. Nesta primeira fase do mutirão, esses carros auxiliaram as unidades de saúde nos bairros selecionados estrategicamente, a partir de critérios entomo-epidemiológicos.

A SEMUSA intensificou, em parceria com a Empresa Energia Sustentável do Brasil, o mutirão em Jaci-Paraná, com ações educativas e coleta seletiva de lixo, com distribuição de 05 containers (papa – entulho) nos bairros com índice alto de infestação do mosquito da dengue.

Ao longo do ano foram desenvolvidas ações educativas voltadas para a comunidade em geral. Foram elaborados 300 mil folders educativos em conjunto

com a Empresa Santo Antônio Energia, com o uso dos recursos destinados ao Plano de Vigilância em Saúde. Nos meses de novembro e dezembro, o Ministério Público convidou as igrejas evangélicas, havendo adesão deste público à campanha.

Foram realizadas capacitações para médicos e enfermeiros da rede municipal e estadual em que foram abordados a dengue em adulto, manejo clínico, estudo de casos de pacientes com dengue, análise de situação baseada na informação epidemiológica do município.

Os dados anteriormente demonstrados apontam que a estratégia adotada pela SEMUSA como a intensificação das ações de controle vetorial seja diretamente por meio de visitas domiciliares, palestras nas escolas, igrejas, comunidades, tratamento, eliminação de criadouros e retirada de lixo doméstico, bem como o controle vetorial químico, com UBV pesada, têm sido decisivos para a redução do número de casos da doença.

Outros fatores têm sido preponderantes na redução de casos graves e óbitos que foram: a organização das ações de atenção ao paciente com suspeita de dengue em todas as unidades de saúde, com a implantação do atendimento pautado na classificação de risco; da manutenção dos estoques de soro e outros medicamentos, garantindo a hidratação necessária a pacientes; participação das equipes do PSF, notificando e prestando orientação aos casos suspeitos, principalmente em relação à hidratação oral.

Leishmaniose Tegumentar Americana/ LTA

A Leishmaniose Tegumentar Americana – LTA é uma doença infecciosa causada por protozoários do gênero *Leishmania*, que acomete pele e mucosas. É uma zoonose em franca expansão geográfica no Brasil, sendo uma das infecções dermatológicas mais importantes, não só pela frequência, mas principalmente pelas dificuldades terapêuticas, deformidades e seqüelas que pode acarretar. Ela vem ocorrendo de forma endêmico-epidêmica apresentando diferentes padrões de transmissão, relacionados não somente à penetração do homem em focos silvestres, freqüentemente em áreas de expansão de fronteiras agrícolas. Tem-se evidenciado a ocorrência da doença em áreas de colonização antiga. Nessas, tem-

se discutido a possível adaptação dos vetores e parasitas a ambientes modificados e reservatórios. É importante problema de saúde pública pela sua magnitude, transcendência e pouca vulnerabilidade às medidas de controle.

Os dados apresentados demonstram que a Leishmaniose Tegumentar Americana em forma cutânea é mais prevalente em relação a forma mucosa.

Distribuição dos casos de leishmaniose segundo o ano e a faixa etária. Porto Velho, 2007 a 2010.

Faixa Etária SINAN	2007	2008	2009	2010
<1 Ano	1	1	0	1
01-04anos	1	2	0	2
05-09anos	3	4	1	0
10-14anos	3	5	7	2
15-19	12	12	12	5
20-34	31	53	24	28
35-49	30	31	25	17
50-64	10	7	16	12
65-79	4	2	7	0
80 e+	0	0	0	1
Total	95	117	92	68

Fonte: SINAN–PVH. Dados sujeitos a alteração.

Na tabela acima observamos que as faixa etárias mais predispostas a infecção são pacientes com idades entre 20 a 49 anos, período em que o indivíduo mais desenvolve suas atividades na zona rural.

A maior incidência de casos na zona urbana demonstrada no gráfico acima revela que os flebotomíneos estão saindo do seu habitat natural e migrando para áreas povoadas. Isso pode estar ocorrendo em razão dos desmatamentos provocados pelo progresso.

Acidentes por Animais Potencialmente Transmissores da Raiva Humana

A Raiva Humana, pela sua letalidade, sempre foi tratada com prioridade no estado de Rondônia, especialmente em Porto Velho, considerando ser um agravo que merece atenção e cuidados redobrados por apresentar uma letalidade de 100%, conforme série histórica demonstrada no gráfico abaixo.

No ano de 2010, foram notificados 1145 acidentes provocados por animais passíveis de transmissão da raiva. Mensalmente são notificados uma média de 95 agressões. Dentre as espécies envolvidas nos acidentes, historicamente o cão tem sido o maior envolvido, contribuindo com 88,12% dos registros, seguido pelo gato 9,07% sendo que os demais animais são primata, quiróptero, herbívoro doméstico e somam 3,08%.

Das pessoas acidentadas, foi preconizado o tratamento com vacina em 77,14%, predominando a aplicação de vacina (2 doses), acompanhada com a observação clínica do animal e 22,86% foram dispensados ou só indicados à observação do animal. O tipo de exposição predominante foi a mordedura, com 93,53% seguido da lambedura 6,57 %. Em casos de abandono são realizadas buscas ativa dos casos para continuidade do mesmo, ou esclarecimento da situação que levou ao abandono. Os casos que as unidades não conseguem encerrar são encaminhados para a Coordenação municipal.

Os bairros com maior número de ocorrência foram: Castanheira, com 96 casos (com o maior número de acidentes) seguido pelos demais bairros onde ocorreram números ainda acima de 50 casos; Cohab I com 70 casos, Caladinho e Conceição com 55 casos. Destaque para a categoria de distrito para Jacy Paraná com 06 acidentes. Alguns casos não foram identificados por distrito, tendo em vista que as ocorrências foram encaminhadas ao município de Porto Velho-RO.

Com relação às amostras de material coletadas de animais passíveis de transmissão de raiva no município durante o período de 2010, até o mês de setembro do referido ano, os dados recebidos da AGEVISA tiveram um total de 93 amostras de tecido nervoso animal, sendo que 87 foram de caninos, 4 de bovinos e 2 quirópteros. Nenhum resultado positivo foi registrado até o momento. Os dados estão passíveis de modificação, tendo em vista que a realização dos mesmo inclui até o mês de setembro/2010.

Tuberculose

Tuberculose é uma das doenças mais antigas da história da humanidade e seu agente causador, o bacilo de Koch, foi identificado há mais de 100 anos e sua cura é conhecida há mais de 50 anos. Apesar disso tudo, mesmo tão antiga, a tuberculose não é passado e continua a afetar a vida de milhões de pessoas no

mundo inteiro, inclusive no Brasil que, por conta das suas altas taxas de contaminação, ocupa o 18º lugar entre os 22 países que, juntos, concentram 80% dos casos atuais. De acordo com as estimativas da Organização Mundial de Saúde, o Brasil é o país com o maior número de casos de tuberculose na América Latina, cerca de **96 mil casos** novos estimados a cada ano, com taxa de incidência de 41,8 casos/100mil habitantes. No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, é a segunda maior causa associada a AIDS, com cerca de 26% de AIDS positivos para tuberculose.

A doença acomete prioritariamente a população mais pobre, com moradia subnormal associados as precárias condições alimentares, de saneamento, assim como aos moradores de rua e pessoas em privação de liberdade. É visível o envolvimento de sérios problemas sociais associados a transmissão da doença. Para o adequado enfrentamento, é imprescindível a intensificação do diagnóstico precoce, mecanismos que propiciem a continuidade no tratamento. No entanto, fica evidente que a medida mais eficaz, no entanto de maior complexidade, é a promoção de melhores condições de vida para as populações de risco.

A TB, em que pese sua magnitude, está no rol das chamadas *doenças negligenciadas*, ou seja, aquelas que ao longo dos anos têm recebido a atenção de governos, laboratórios e profissionais de saúde. Essa condição, associada à precariedade de acesso e resolutividade dos serviços públicos de saúde no Brasil, coloca-nos diante de um desafio cuja solução exige de todos nós uma imediata reação e ações articuladas e complementares, sistemáticas, no sentido de desvelar o problema para a população e investir esforços no sentido de efetivamente controlar sua disseminação.

Situação epidemiológica da tuberculose no município de Porto Velho

Em Porto Velho, a taxa de incidência da TB, em todas suas formas, é de 64,6% por 100.000 habitantes, da TB pulmonar em 51,4% por 100.000 habitantes e da TB bacilífera em 35,6% por 100.000 habitantes. Em relação à co - infecção TB / HIV, tivemos 9,2% de resultados positivos e 27,3 % negativos; 44,4% não realizaram exames para HIV. Vale ressaltar que todos os pacientes que iniciam o tratamento para tuberculose devem ser orientados para fazer o teste para HIV e os pacientes do programa de HIV devem realizar o teste tuberculínico para a prevenção da tuberculose.

Atividades desenvolvidas no Ano de 2010

- ✓ Visita mensal de Supervisão nas Unidades de Saúde da zona urbana de Porto Velho;
- ✓ Visitas domiciliares aos pacientes faltosos ou em abandono do tratamento da tuberculose;
- ✓ Reuniões com diretores das Unidades de Saúde para informação sobre a mudança de esquema do tratamento da tuberculose,
- ✓ Reunião com os gestores das Unidades de Saúde para planejamento das ações do dia mundial de controle da tuberculose, como também orientá-los sobre a coleta do material para baciloscopia e posterior encaminhamento para os laboratórios que realizam o exame;
- ✓ Capacitação para biomédicos, bioquímicos e técnicos de laboratórios em baciloscopia;
- ✓ Realização duas campanhas do dia mundial e nacional de controle da Tuberculose com distribuição de folders educativos sobre sinais e sintomas da doença;
- ✓ Reuniões de monitoramento e avaliação com enfermeiros das Unidades de Saúde;
- ✓ Supervisão e monitoramento do PCT nos presídio de Porto Velho;
- ✓ Introdução do novo esquema terapêuticos do Programa de Tuberculose;
- ✓ Oficina de implantação do Protocolo de Enfermagem em TDO (Tratamento diretamente observado) para todos os enfermeiros das unidades de saúde;
- ✓ Oficina de capacitação em tuberculose para todos os profissionais da Unidade Saúde do Mariana;
- ✓ Capacitação em tratamento diretamente observado em tuberculose (TDO) para Médicos e Enfermeiros de todas as unidades de saúde;
- ✓ Reunião com a Divisão de Apoio ao Diagnóstico para a implementação das baciloscopia;
- ✓ Visita de monitoramento e avaliação do PCT em todos os distritos de Porto Velho.

Recomendações do Programa de Controle da Tuberculose, para melhorar os indicadores para o ano de 2011

- ✓ Descentralizar os pacientes atendidos no programa da tuberculose da Policlínica Rafael Vaz e Silva para as unidades de saúde próximas a suas residências.
- ✓ Implementar capacitações em serviço com ênfase em planejamento e programação para melhoria dos indicadores nas Unidades de Saúde.
- ✓ Expandir o TDO para todos os pacientes com TB.
- ✓ Orientar as equipes das unidades de saúde quanto às indicações de solicitação de cultura, conforme as normas do PNCT.
- ✓ Expandir a baciloscopia em toda rede de laboratórios das unidades de saúde.
- ✓ Reforçar a estratégia de busca ativa nos SR pelos ag. comunitários de saúde.
- ✓ Realizar a baciloscopia em duas amostras para diagnóstico, conforme recomendação do PNCT.
- ✓ Utilizar adequadamente os instrumentos padronizados de registro (livro de laboratório, livro de SR, livro de registro de acompanhamento).
- ✓ Utilizar o modelo de leitura das baciloscopias para contagem dos campos.
- ✓ Encaminhar mensalmente as lâminas de baciloscopias para controle de qualidade no LACEN.
- ✓ Avaliar trimestralmente a execução das atividades para o alcance das metas do plano anual.
- ✓ Estabelecer um fluxo de referência e contra-referência.
- ✓ Fortalecer a articulação com a Atenção Básica, Programa de DST/Aids e Hepatites Virais e Laboratórios.
- ✓ Manter e ampliar as parcerias com as organizações da sociedade civil.
- ✓ Mostrar ao conselho municipal de saúde a relevância da tuberculose em PVH.

Hanseníase

A hanseníase é fácil de diagnosticar, tratar e tem cura, no entanto, quando diagnosticada e tratada tardiamente pode trazer graves conseqüências para os portadores e seus familiares, pelas lesões que os incapacitam fisicamente. O diagnóstico é essencialmente clínico e epidemiológico, realizado por meio da análise da história e condições de vida do paciente, do exame dermatoneurológico para identificar lesões ou áreas de pele com alteração de sensibilidade e/ou comprometimento de nervos periféricos (sensitivo motor e/ou autonômico).

A classificação operacional visando o tratamento com poliquimioterapia é baseada no número de lesões cutâneas de acordo com os seguintes critérios:

- ✓ PAUCIBACILAR (PB) – casos com até cinco lesões de pele
- ✓ MULTIBACILAR (MB) – casos com mais de cinco lesões de pele

A baciloscopia de pele (esfregaço intradérmico), quando disponível, deve ser utilizada como exame complementar para a classificação dos casos em PB ou MB. A baciloscopia positiva classifica o caso como MB, independentemente do número de lesões. O resultado negativo da baciloscopia não exclui o diagnóstico de hanseníase.

Atividades desenvolvidas no Ano de 2010

- ✓ Visita mensal de Supervisão nas Unidades de Saúde da zona urbana de Porto Velho;
- ✓ Visitas domiciliares aos pacientes faltosos ao tratamento da hanseníase;
- ✓ Reuniões com diretores das Unidades de Saúde para informação sobre o comportamento da doença no município;
- ✓ Capacitação para biomédicos, bioquímicos e técnicos de laboratórios em baciloscopia;
- ✓ Reuniões de monitoramento e avaliação com enfermeiros das Unidades de Saúde;
- ✓ Introdução do novo esquema terapêuticos do Programa de Tuberculose;
- ✓ Oficina de capacitação em hanseníase para todos os profissionais da Unidade Saúde do Mariana;
- ✓ Capacitação em hansenologia básica para Médicos e Enfermeiros de todas as unidades de saúde;
- ✓ Reunião com a Divisão de Apoio ao Diagnóstico para a implementação das baciloscopia;
- ✓ Visita de monitoramento e avaliação do PCH em todos os distritos de Porto Velho.

Meningites NÃO VEIO SOBRE MENINGITES

A meningite constitui um problema complexo e multifacetado, por ser uma doença com diferentes etiologias, distintos impactos sobre a saúde pública e estratégias de prevenção e controle diversas. São relevantes do ponto de vista da

Saúde Pública, pela magnitude de sua ocorrência e pelo potencial de produzirem surtos e epidemias. O quadro clínico da doença pode variar de acordo com a etiologia, mas em geral é grave e pode evoluir para óbito. A expressão epidemiológica das meningites depende de fatores como o agente infeccioso, existência de aglomerados populacionais e características socioeconômicas dos grupos populacionais afetados e do meio ambiente, com destaque para as condições climáticas. De modo geral, a sazonalidade da doença caracteriza-se pelo predomínio das meningites bacterianas no inverno e das meningites virais no verão, em locais com as estações climáticas bem definidas (MS, 2006).

A doença tem distribuição global podendo ocorrer surtos ocasionais e epidemias em qualquer país do mundo, em alguns países de clima tropical, particularmente aqueles localizados na região semi-árida da África subsaariana, conhecida como “cinturão da meningite”, esta ocorrência é mais freqüente. A região do cinturão da meningite se estende do Senegal até a Etiópia, afetando cerca de 15 países. No Brasil, na década de 70 e 80 ocorreram epidemias em várias cidades devido aos sorogrupos A, C e posteriormente, o B. A partir da década de 90, houve diminuição proporcional do sorogrupo B e aumento progressivo do sorogrupo C. Desde então, surtos isolados do sorogrupo C têm sido identificados e controlados no país (MS, 2006).

As populações mais carentes são as mais afetadas pela meningite. Embora os fatores de risco para a doença não sejam totalmente compreendidos, as combinações de condições (ambiente, moradia e organismo) são necessárias para a existência de uma epidemia. Contudo, a doença não pode ser considerada como própria da pobreza como a cólera e as geelmintoses. Os fatores climáticos, demográficos, socioeconômicos, infecções respiratórias agudas e suscetibilidade imunológica podem contribuir para com as ocorrências de epidemias.

Na perspectiva da saúde pública, tanto as meningites bacterianas como as virais são as mais importantes pela magnitude de sua ocorrência, potencial de transmissão, patogenicidade e relevância social. Dentre as primeiras, merecem destaque as meningites meningocócicas, as meningites por pneumococo, meningites por *Haemophilus influenzae* tipo B e a meningite tuberculosa. A *Neisseria meningitidis* é a principal bactéria causadora de meningite. Tem distribuição mundial e potencial de ocasionarem surtos e epidemias.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Na Região Norte, dados sobre a proporção de casos com sorogrupos conhecidos indicam que a incidência da doença do sorogrupo C tenha apresentado valores da mesma ordem de grandeza no período 2000-2002.

Em Porto Velho, conforme relatórios da Programação da Avaliação de Vigilância em Saúde (PAVS)/Ministério da Saúde dos últimos dois anos, são evidentes a existência de fragilidades graves no processo de organização dos serviços de vigilância, considerando a distância existente entre a organização da Rede Municipal de Laboratórios de Saúde Pública e os serviços de vigilância, sendo rotineiros os desencontros entre a necessidade dos serviços de vigilância e a realidade encontrada através das fichas de notificação/investigação das meningites.

Existem evidências de demandas processuais da organização dos serviços, que perpassam principalmente pela inexistência de protocolos nos serviços, até a viabilização da coleta de liquor de forma corrente pelas referências da vigilância do agravo, realidade esta que invalida todo o serviço de suporte da vigilância e, conseqüentemente, compromete as várias atividades de controle, impossibilitando a geração de indicadores de qualidade para o monitoramento adequado dos sorogrupos circulantes em nossa população (SEMUSA, 2006).

O número de casos confirmados por etiologia, segundo o Sistema Nacional de Agravos de Notificação - SINAN/Departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental/SEMUSA.

Distribuição de casos confirmados de meningite, segundo o ano da notificação e a etiologia. Porto Velho/RO, 1999 a 2009

Ano	MCC	MM	MTBC	MB	MNE	MV	MOE	MH	MP	IGN/EM BRANCO	Total
1999	0	0	1	23	2	11	2	2	0	0	41
2000	1	1	2	31	8	18	1	0	0	1	63
2001	0	1	0	22	9	17	0	0	0	1	50
2002	1	2	0	26	12	4	3	0	1	8	57
2003	2	2	0	31	13	8	1	0	1	1	59
2004	0	1	0	25	7	1	4	0	1	1	40
2005	0	0	2	24	2	4	3	2	0	1	38
2006	0	2	1	20	7	6	2	1	1	1	41
2007	0	2	1	2	8	5	7	1	1	1	28
2008	1	11	3	3	3	4	2	0	3	3	33
2009	0	4	3	5	6	3	1	0	2	3	27
Total	5	26	13	212	77	81	26	6	10	21	477
%	1,04	5,45	2,72	44,44	16,14	16,98	5,45	1,25	2,09	4,40	100

Fonte: SINAN/DVEA/SEMUSA/PVH. Dados acessados em 05.02.2010, sujeitos a revisão.

Legenda: MCC – Meningite Meningocócica; MM – Meningite Meningocócica com Meningococemia; MTBC – Meningite Tuberculosa; MB – Meningite Bacteriana; MNE – Meningite Não Especificada; MV – Meningite Viral; MOE – Meningite Outras Etiologias; MH – Meningite Haemófilos; MP – Meningite Pneumocócica.

Observa-se que, do total de casos confirmados, 16,14% são de etiologia não especificada, 4,40% com etiologia ignorada ou em branco, conforme dados da ficha de notificação/investigação do agravo do SINAN/DVEA/SEMUSA.

A meningite é uma doença endêmica em nosso município, e o adequado desenvolvimento das ações de vigilância epidemiológica do agravo permitirá a prevenção da ocorrência de surtos e epidemias.

No caso do município de Porto Velho, conforme demonstrado na gráfico 91, ainda que a linha da tendência das meningites decresça desde 2005, a incidência das meningites vem aumentando nos anos de 2006, 2007 e 2009 trazendo importante alerta quanto ao estudo e controle da doença.

Registra-se ainda, a necessidade do monitoramento contínuo das meningites no município através da vigilância epidemiológica do agravo, considerando que existe a ocorrência de Doença Meningocócica em níveis de alerta na série histórica estudada em relação ao ano de 2009, conforme diagrama de controle das Meningites e da DM demonstrado nos gráficos 92 e 93.

Na análise da série histórica da meningite, observamos que, em 2009, as notificações demonstram situações de oscilações refletindo ações descontinuadas e/ ou procedentes de aspectos da sazonalidade do agravo. Os meses de março, setembro, novembro e dezembro registram momentos de descontroles e/ ou epidêmicos.

Na análise da série histórica da doença meningocócica, observamos que, em 2009, no período de maio a setembro tivemos uma situação epidêmica, com aumento brusco dos casos de DM.

Em Porto Velho, observamos que a ocorrência da meningite e da DM por sexo e faixa etária, está representada pelos gráficos 94, 95, 96 e 97.

Na série histórica, temos a meningite afetando mais o sexo masculino, apresentando picos nos anos de 1999, 2001, 2002 e a partir de 2004 os registros mais representativos para o sexo masculino é uma constante. Em 2009, observamos um incremento no registro dos casos femininos.

A DM tem sido mais freqüente no sexo feminino, apresentando picos nos anos de 2002 e 2006, mantendo-se constante em 2007 e 2008. Em 2009, observamos um pico nos casos, tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino, com 50% dos registros para ambos os sexos.

Na análise da ocorrência da meningite por faixa etária, considerando os anos de 2008 e 2009, observamos que a população menor de 5 anos e a população entre 20 a 49 anos são as mais atingidas pela meningite.

A DM nos anos observados apresenta um comportamento atípico quando comparamos os anos de 2008 e 2009, com um deslocamento de faixa etária para a ocorrência de casos em crianças na faixa etária de 1 a 4 anos e de 10 a 34 anos.

A caracterização do município na atualidade nos remete a uma análise de seu contexto considerando as condições necessárias para o processo de transmissão da meningite, tendo em vista que a existência de aglomerados populacionais, o desenvolvimento socioeconômico ambiental e as condições climáticas se entrelaçam como fatores correlacionados à dinâmica da transmissão do agravo. O monitoramento de indicadores que representem esta dinâmica da transmissão da meningite será relevante para o desenvolvimento de ações de prevenção e controle do agravo e contribuirá de forma representativa para a melhoria da vigilância epidemiológica na rotina dos serviços, no sentido de explicar comportamentos inesperados registrados no perfil epidemiológico ora analisado. Destacamos a taxa de crescimento populacional como um desses indicadores, tendo em vista que, quanto maior for esta taxa, maior será a probabilidade do surgimento de casos de meningites bacterianas e principalmente de doença meningocócica, pela possibilidade do surgimento de aglomerados populacionais e as meningites meningocócicas apresentarem o potencial de provocar surtos e epidemias. Outro indicador relevante é a taxa de urbanização, considerando que, quanto maior for o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, maior a probabilidade do desenvolvimento das cidades e a consequente urbanização. A população busca por melhores condições de vida e trabalho, que são ofertadas nos locais cujo desenvolvimento socioeconômico ocorre. A taxa de urbanização crescente pode denotar uma busca por moradias em periferias e, com aglomerados populacionais, o que pode potencializar o surgimento de casos de meningite. A massificação da mão de obra tende a ofertar baixas remunerações e a utilização de moradias baratas e em condições subnormais, fortalecendo a dinâmica da transmissão do agravo.

Segundo IPEA (2006), “domicílio subnormal”, é onde um número elevado de pessoas convive em pequenos cômodos com aglomeração. Não há posse da terra ou título de propriedade e sua ocupação é desordenada.

O reconhecimento das influências climáticas no padrão de transmissão da meningite caracteriza a doença pelo predomínio das meningites bacterianas no inverno e das meningites virais no verão, conforme demonstrado nos 98 e 99.

Observa-se que o clima é um importante fator regulador de processos biológicos, principalmente aqueles relacionados às doenças infecciosas, a exemplo da meningite. Os gráficos 109 e 110 representam as variações sazonais das meningites bacterianas e meningites virais.

O Sistema de Vigilância das Meningites (SVE/Meningites) compreende todas as atividades e atores envolvidos, desde a identificação de um caso suspeito até a adoção das medidas de prevenção e controle da doença na comunidade. Desta forma, a operacionalização deste sistema pressupõe uma boa integração técnica entre as atividades de assistência aos casos, de identificação e estudo das características do agente etiológico e de análise epidemiológica do comportamento da doença na população.

Escosteguy et al. (2004), em seu estudo *Vigilância Epidemiológica e Avaliação da Assistência às Meningites*, relata que problemas resultantes de uma má coleta, transporte e/ou processamento do líquido resultam num alto percentual de casos de etiologia não especificada, prejudicando o prognóstico. Na década de 90, foi notificado no País uma média de 28.000 casos anuais de meningite, sendo 18% de meningite meningocócica. A elevada proporção de etiologia não especificada entre os casos de meningite notificados no Brasil representa uma fragilidade para o sistema de vigilância epidemiológica da meningite. A prevenção da doença meningocócica depende da identificação e da notificação rápida dos casos suspeitos. O tratamento profilático do núcleo familiar e outros tipos de contatos íntimos do doente é uma das principais medidas de controle. No Brasil todo caso desta doença deve ser notificado nas primeiras 24 horas após o diagnóstico, assegurando que a quimioprofilaxia seja oferecida a todos os contatos íntimos.

Na análise da série histórica dos casos notificados no SINAN, considerando os critérios de confirmação identificados, observamos que, dentre as meningites bacterianas, temos 115 casos confirmados e destes, 21,7% dos casos foram confirmados segundo os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde pelas técnicas cultura, CIEF e látex, o que denota fragilidade no sistema de suporte laboratorial para o adequado diagnóstico da meningite. Em 2009, dos 27 casos

notificados, 4 casos foram confirmados segundo o padrão estabelecido pelo Ministério da Saúde, sendo 1 caso por cultura e 3 casos por látex, atingindo 80% dos casos confirmados com padrão ouro, conforme o Ministério da Saúde.

Fazendo uma análise geral das meningites no município de Porto Velho, os casos notificados nos mostram na série histórica, as características de uma doença endêmica, trazendo um alerta à saúde pública deste município: 57% obtiveram cura, para 27% não foi possível identificar a evolução dos casos representando uma falha no acompanhamento dos casos, 13 % evoluiu para óbito por meningite e 1,67% evoluiu para óbito por outras causas.

Vigilância em Saúde Ambiental

Saúde do Trabalhador NÃO FOI ENVIADO

Entende-se por Saúde do Trabalhador, um conjunto de atividades que se destina à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa a recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. A Secretaria Municipal de Saúde tem como competência, a vigilância dos acidentes e doenças do trabalho, visando a promoção a saúde do trabalhador. Considera-se acidente do trabalho, o evento súbito ocorrido no exercício de atividade laboral, independente da situação empregatícia e previdenciária do trabalhador acidentado, e que acarreta dano à saúde, potencial ou imediato, provocando lesão corporal ou perturbação funcional. Consideram-se como Doença do trabalho aquelas decorrentes da exposição de trabalhadores às poeiras, agrotóxicos, metais pesados, solventes orgânicos, ou a condições de trabalho repetitivos ou estressantes.

A exposição a fatores de risco a saúde, presente nos ambientes e nas condições de trabalho elevam as chances de ocorrência dos agravos relacionados ao trabalho. Perguntas simples como: o que você faz? Como faz? Com que produtos e instrumentos faz? Quanto faz? Onde? Em que condições? Há quanto tempo? Outros trabalhadores têm problemas semelhantes ao seu? Somadas a anamnese clínica, favorece a identificação destes agravos, o que não tem ocorrido satisfatoriamente nos serviços de saúde. É importante também considerar a

ocupação anterior exercida pelo trabalhador, especialmente aquelas desempenhadas há mais tempo ou de maior risco a saúde.

A recente implantação desta vigilância, somada a dificuldade em fazer a relação trabalho versus doença por parte dos profissionais de saúde e a deficiência de recursos humanos dos estabelecimentos de saúde, têm contribuído para gerar um número reduzido de notificações, levando a um sub-registros de casos dos acidentes e doenças do trabalho no SINAN – Sistema de Informação de agravos de notificação, que constam na portaria GM / MS nº 777. A exemplo disto, temos os acidentes de trabalho graves, que, em sua grande maioria não são notificados. Ocorre também em Porto Velho a inexistência de casos notificados no SINAN, de diversas doenças do trabalho, como: LER/DORT – lesão por esforço repetitivo/doença osteomuscular relacionada ao trabalho, Pneumoconioses, Dermatoses ocupacionais, Câncer relacionado ao trabalho, Transtornos mentais relacionado ao trabalho e PAIR – Perda auditiva induzida pelo ruído.

As primeiras notificações de Acidente de Trabalho no SINSN foram realizadas no ano de 2007. Em 2008 foram notificados 02 Acidentes de Trabalho com Exposição a material biológico. Em 2009 ocorreram 15 notificações.

Monitorização das Doenças Diarréicas NÃO FOI ENVIADO

A diarreia é uma síndrome de etiologia diversificada, que tem como manifestação mais evidente o aumento de número de evacuações, com fezes aquosas ou de pouca consistência. Com frequência é acompanhada de vômito, febre e dor abdominal. Em alguns casos há presença de muco e sangue. No geral, é autolimitada, com duração entre 2 e 14 dias. As formas variam desde leves até graves. Nessas, a desidratação e os distúrbios eletrolíticos determina a maior letalidade, principalmente quando associados à desnutrição prévia.

As dificuldades em vigiar as doenças diarréicas decorrem, fundamentalmente, de sua elevada incidência, da inobservância da obrigatoriedade de notificação de surtos e da aceitação tanto de parte da população leiga, quanto da maioria dos técnicos de que a diarreia é um problema frequente e muito sério, podendo levar a quadros de desidratação graves e óbitos. Por tratar-se de uma doença que costuma ter sua importância subestimada pela população, apenas parte dos casos,

geralmente os mais graves, busca atendimento nos serviços de saúde. Por outro lado, não sendo obrigatória a notificação de casos isolados, o conhecimento restringe-se ao número de casos internados nos hospitais públicos e conveniados.

Em certas épocas do ano ocorre tendência de elevação da incidência das diarreias. Esse fato vincula-se principalmente à elevação da temperatura média ambiental e ao regime das chuvas, cuja conjugação favorece a proliferação e transmissão de alguns agentes patogênicos. Porém, devido a deficiências na informação, muitas vezes o aumento de casos se deve a uma melhor notificação da parte das unidades notificantes, o que infelizmente não ocorre constantemente.

O gráfico acima demonstra a evolução das notificações das diarreias no município de Porto Velho em 2009. Verifica-se um aumento dos casos no início do ano, que se inicia na semana 01 e se mantém até a semana 06. Este aumento inicial nos casos podem-se relacionar ao período das chuvas, o que consequentemente eleva o índice das doenças de veiculação hídrica e outras doenças de etiologia viral que também apresentam como um dos sintomas a diarreias. Já o aumento que observamos no decorrer das demais semanas, provavelmente está relacionado com a melhor organização da vigilância epidemiológica das demais unidades notificantes e consequentemente um maior registro dos dados e das notificações.

Comportamento das doenças e agravos não transmissíveis

Mortalidade

No Brasil as doenças e agravos não transmissíveis constituem as principais causas de mortalidade, sendo em primeiro lugar as doenças do aparelho circulatório (DAC), seguidas pelas neoplasias e causas externas.

Em Porto Velho/RO, as DANT também são as principais causas de mortalidade, com as causas externas em primeiro lugar, seguida das doenças do aparelho circulatório/DAC e pelas neoplasias. Conforme podemos observar na tabela abaixo.

Podemos observar que, em 2009, as causas externas (19,59%) foram a principal grande causa de mortalidade em Porto Velho; em segundo as doenças do aparelho circulatório (19,02%) e, em terceiro as neoplasias (14,26%). As causas mal

definidas configuram a quarta causa com 9,46% e as doenças infecciosas e parasitárias foram responsáveis por 5,37% dos óbitos, ficando assim em sétimo lugar. Dentre as principais causas de óbito, de Porto Velho, as causas externas se tornaram um importante problema de saúde pública, em que medidas de promoção, prevenção e controle estabelecidas são de responsabilidade das diferentes instituições envolvidas e sabemos que somente planos bem estruturados poderão reverter a atual situação em que o município se encontra, frente a problemas como violências e acidentes de trânsito.

Mortalidade proporcional, Porto Velho/RO, 2009 -

Grandes causas	Nº.	%
Causas externas	379	19,59
Doenças do aparelho circulatório	368	19.02
Neoplasias (tumores)	276	14.26
Causas mal definidas	183	9.46
Algumas afecções originadas no período perinatal	163	8.42
Doenças do aparelho respiratório	144	7.44
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	104	5.37
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	92	4.75
Doenças do aparelho digestivo	87	4.50
Outras causas	139	7.18
TOTAL	1935	100,00

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10.01.2011

Ao analisarmos as principais causas de mortalidade por faixa etária, em 2009, as doenças e agravos não transmissíveis foram a principal causas de óbito em todas as faixas acima de 01 ano, sendo que, de 01 a 04 anos foram as doenças do aparelho respiratório; de 05 a 49 anos as causas externas e acima dos 50 anos, as doenças do aparelho circulatório. As neoplasias configuraram como a segunda causa de óbito dos 40 aos 69 anos. As doenças infecciosas e parasitárias foram a segunda causa de óbito para as faixas etárias de 01 a 04 anos, de 05 a 09 anos e de 15 a 19 anos. Os 4,8% dos óbitos tiveram faixa etária ignorada, sendo que destes, 91,4% foram causados por algumas afecções originadas no período perinatal e 4,3% por má formação congênita e anomalias cromossômicas, conforme quadro a seguir.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Distribuição das principais causas de mortalidade, segundo faixa etária, Porto Velho/RO, 2009

Ordem	FAIXAS ETÁRIAS (ANOS)												
	<1ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 69 anos	80 e +	Ign
1	Afecções no período perinatal (77)	DAR (06)	Causas externas (08)	Causas externas (12)	Causas externas (47)	Causas externas (104)	Causas externas (71)	Causas externas (50)	DAC (66)	DAC (80)	DAC (76)	DAC (88)	Afecções no período perinatal (85)
2	Malf cong def. e anom. cromos. (30)	DIP (03)	DIP (01)	Mal definidas (04)	DIP (02)	DAR (07)	DAC (19)	Neoplasias (58)	Neoplasias (57)	Neoplasias (67)	Neoplasias (65)	Mal definidas (49)	Malf cong def. e anom. cromos. (04)
	DIP (15)	Causas externas (03)	Sistema nervoso (01)	DAR (03)	sist osteom. e tec conj. (02)	Mal definidas (07)	DIP (17)	DAC (31)	Causas externas (34)	Mal definidas (24)	DAR (30)	DAR (47)	Causas externas (03)
4	DAR (11)	Neoplasias (02)	DAC (01)	DIP (01)	Neoplasias (01)	Neoplasias (05)	Mal definidas(12)	Mal definidas(30)	Endóc. Nutric. e metab. (28)	Causas externas (24)	Mal definidas (24)	Neoplasias (30)	Mal definidas (01)
5	Mal definidas (04)	Endóc. Nutric. e metab. 01)	Pele e tec.subcutâneo (01)	Neoplasias(01)	Endóc. Nutric. e metab. (01)	DAC (05)	Neoplasias (10)	Aparelho digestivo (22)	Mal definidas (26)	Endóc. Nutric. e metab. (22)	Endóc. Nutric. e metab.(22)	Causas externase (16)	-
6	DAC (02)	Sistema nervoso (01)	Mal definidas (01)	-	DAR (01)	Gravidez parto e puerpério (05)	Aparelho digestivo (09)	DIP (18)	Aparelho digestivo (20)	DAR (21)	Aparelho digestivo (18)	Aparelho geniturinário (12)	-
7	Causas externas (02)	Ouvido e da apófise mastóide (01)	-	-	Gravidez parto e puerpério (01)	DIP (04)	Aparelho geniturinário (6)	Endóc. Nutric. e metab. (09)	DIP (14)	DIP (11)	DIP (07)	DIP (11)	-

Continua

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

.Continuação

Ordem	FAIXAS ETÁRIAS (ANOS)												
	<1ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 69 anos	80 e +	Ign
8	Endóc. Nutric. e metab. (01)	Aparelho genituriná-rio (01)	-	-	-	Sistema nervoso (03)	Sistema nervoso (04)	Aparelho geniturinário (05)	DAR (11)	Aparelho digestivo (10)	Aparelho geniturinário (07)	Endóc. Nutric. e metab. (05)	-
9	Sistema nervoso (01)	Malf cong def. e anom. cromos(01)	-	-	-	Aparelho digestivo (02)	DAR (04)	DAR (03)	Aparelho geniturinário (03)	Aparelho geniturinário (08)	Sistema nervoso (06)	Aparelho digestivo (05)	-
10	Aparelho digestivo (01)	Mal definidas (01)	-	-	-	Aparelho geniturinário (02)	Endóc. Nutric. e metab. (03)	Malf cong def. e anom. cromos. (03)	Doenças do sangue (02)	Sistema nervoso (04)	Causas externas (05)	Sistema nervoso (03)	-
11	Aparelho geniturinário (01)	-	-	-	-	Pele e do tecido subcut. (01)	Sist osteom.e tec conj. (02)	Transt. mentais e comport. (02)	Transt. mentais e comport. (02)	Sist osteom.e tec conj. (02)	Transt. mentais e comport. (01)	Pele e do tecido subcut. (01)	-
12	-	-	-	-	-	Sist osteom.e tec conj. (01)	Gravidez parto e puerpério (01)	Sistema nervoso (02)	Sistema nervoso (01)	Transt. mentais e comport. (01)	-	-	-
13	-	-	-	-	-	-	-	Sangue órgãos hemat e transt imunitár (01)	Sist osteom.e tec conj. (01)	-	-	-	-
14	-	-	-	--	-	-	-	Sist osteom.e tec conj. (01)	-	-	-	-	--
Total	145	20	13	21	55	146	158	215	265	274	261	267	93

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/01/2011

No Brasil existe um significativo deslocamento da mortalidade proporcional para as faixas etárias mais altas, como resultado da redução da mortalidade na infância e do aumento da expectativa de vida, de 1990 a 2004 (RIPSA, 2008). Em Porto Velho, os dados apontam a mesma tendência, de 2006 a 2009, embora podemos observar um grande percentual de óbitos na faixa etária dos 20 aos 49 anos, conforme observamos na curva de mortalidade proporcional ou indicador de Nelson de Moraes, na qual avaliamos o nível de saúde da população portovelhense

Fazendo relação entre as principais causas de óbito e as faixas etárias onde estão ocorrendo os óbitos, podemos afirmar que as causas externas estão definindo os óbitos na faixa etária de 20 a 49 anos. Estes óbitos são determinados por homicídios e acidentes de trânsito.

Consta a mortalidade proporcional por faixa etária onde podemos melhor observar o aumento do percentual de óbitos na faixa etária dos maiores de 50 anos, ao compararmos os últimos 5 anos. O deslocamento da mortalidade proporcional para as faixas etárias mais altas demonstra a redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida. Fato este que vem acontecendo, de forma diferenciada, em todas as regiões do Brasil.

Na mortalidade proporcional por sexo, percebemos que mais de 60% dos óbitos ocorreram no sexo masculino, no período de 2006 a 2009,

O sexo masculino, portanto é o mais vulnerável, principalmente por causas externas, como as violências e homicídios.

Quanto à taxa de mortalidade geral, em 2009 foi de 5,05 óbitos em cada 1.000 habitantes, ano que apresentou um indicador maior que os anteriores, possivelmente a captação das declarações de óbitos estejam interferindo diretamente neste indicador.

No Brasil existe uma tendência de redução da mortalidade infantil, na **gráfico a seguir** podemos observar que em Porto Velho, este indicador diminuiu de 2007 para 2008 e teve um aumento de 2008 para 2009, mas mesmo assim apresentando uma redução de 23% de 2007 para 2009. Esta redução deve-se provavelmente a melhoria nas condições de vida, diminuição da fecundidade e o efeito de diversas intervenções públicas, como é o caso da melhoria do saneamento, o setor saúde, a educação da mãe, dentre outros.

Mortalidade por doenças e agravos não transmissíveis

As Doenças e Agravos Não Transmissíveis/DANT constituem um grande e heterogêneo grupo de doenças, cujo controle é de grande importância para a saúde pública. As DANT são classificadas em dois grupos: Doenças Crônicas não Transmissíveis/DCNT, representadas pelas doenças do aparelho cardiovascular, doença pulmonar obstrutiva crônica, neoplasias, cirrose, obesidade, desordens neuropsiquiátricas e dos órgãos da percepção, desordens orais, digestivas, genitais e de pele e as Causas externas, que são os acidentes, que podem ser de transporte e de trabalho, e as violências, estas representadas pelos suicídios, homicídios, intentos suicidas, intoxicações, abuso sexual, dentre outros.

Mortalidade por causas externas

Dentre as causas externas, os acidentes e as violências representam modernas epidemias que assolam países do mundo inteiro, configurando um conjunto de agravos à saúde, que pode ou não levar a óbito, no qual se incluem as causas ditas acidentais – devidas a trânsito, trabalho, quedas, envenenamentos, afogamentos e outros tipos de acidentes – e a causas intencionais, como agressões e lesões autoprovocadas (OPAS/OMS, 2000).

Os acidentes de trânsito geram, entre as causas externas, elevado percentual de internação, além de altos custos hospitalares, perdas materiais, despesas previdenciárias e grande sofrimento para as vítimas e seus familiares.

Em 2009, 59% dos óbitos registrados, em Porto Velho, foram associados às causas externas. Dentre os óbitos por causas externas, os homicídios ocupam o primeiro lugar, com 40,90% e os acidentes de transportes ocupam o segundo lugar contribuindo com 29,55% dos óbitos registrados no Sistema de Informação de Mortalidade/SIM, em 2009 (Gráficos 159 e 160).

Podemos verificar que os óbitos por acidentes de transportes que nos primeiros 3 anos, de 2006 a 2008, aumentaram de 22,30% para 34,63%, em 2009 houve um decréscimo para 39,55% do total de óbitos por causas externas. Quanto

ao homicídio, ocorreu o inverso, houve uma redução de 2006 a 2008, de 52,41% para 38,23%, enquanto que em 2009 houve um aumento, passando para 40,90%.

Quando fazemos a distribuição dos óbitos por sexo, verificamos que mais de 75% dos homens morreram por acidentes de transportes e mais de 87% por homicídio, anualmente, no período de 2006 a 2009. Confirmando assim que o sexo masculino é o mais vulnerável a estas causas externas, conforme Tabela xx e gráfico 10.

**Óbitos por acidentes de transportes e homicídios,
segundo sexo, Porto Velho/RO, 2006 a 2009**

Sexo	Acidentes de Transporte				Homicídios			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Masculino	73	90	100	90	211	163	131	136
Feminino	24	16	25	22	16	07	07	19

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/01/2011

Os acidentes de trânsito e os traumas deles resultantes constituem um importante problema social e de saúde pública. Os jovens, especialmente do sexo masculino, na faixa etária de 20 a 29 anos, é o grupo com maior envolvimento em acidentes de trânsito fatais, conforme observamos no gráfico a seguir. E entre os acidentes não fatais devem ser considerados ainda os acidentes de trânsito que evoluem para recuperação total, mas que apresentam longo tempo de internação precisando às vezes de cirurgia.

Esses acidentes provavelmente estão ligados ao aumento de veículos, da inadequada engenharia de tráfegos, das questões socioeconômicas, situações de stress, mas principalmente, de uma visão distorcida dos condutores de vida, outro fator relevante é o aumento da expectativa de vida da população tornando esta mais exposta, provavelmente por apresentar limitações em decorrência do processo natural do envelhecimento.

Na tabela abaixo, observamos a taxa de mortalidade por todas as causas externas, por acidentes de transportes e por homicídios. Podemos verificar que no período de 2006 a 2008, a taxa de mortalidade por acidente de transportes aumentou e por homicídios diminuiu e no ano seguinte, 2009, houve uma inversão neste indicador, o que provavelmente possa ter interferido na diminuição desta taxa por acidente de transporte foi o aumento da frota de veículos determinando assim a lentidão no tráfego e conseqüentemente não produzindo acidentes graves e fatais.

Outro fator muito importante é a capacitação dos profissionais de saúde do SAMU para o melhor atendimento a vítimas de violências. Quanto aos homicídios, possivelmente com a migração devido a construção das hidrelétricas seja um fator que esteja interferindo neste indicador.

Taxa de mortalidade por causas externas, Porto Velho/RO, 2006 a 2009

Ano	Acidentes de transportes	Homicídios	Todas as causas externas
2006	25,46	59,84	114,18
2007	27,32	43,81	93,30
2008	32,96	36,39	95,20
2009	29,21	40,42	98,84

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/01/2011 Taxa para 100.000 hab.

Mortalidade por doenças do aparelho circulatório

Enquanto que no Brasil, as doenças do aparelho circulatório é a principal causa de mortalidade, em Porto Velho estas doenças ocupam o segundo lugar, havendo uma inversão apenas em 2008, quando as neoplasias ficaram em segundo lugar. As doenças do aparelho circulatório que mais determinam óbitos em Porto Velho são infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral, hemorragia intracerebral, insuficiência cardíaca e hipertensão. Essas cinco doenças são responsáveis por 61,95% do total de óbitos por doenças do aparelho circulatório ocorridos em 2009.

Os óbitos por doenças do aparelho circulatório ocorrem em 81,43% das pessoas com mais de 50 anos, conforme podemos observar no **gráfico a seguir** e concluir, portanto que esta doença acomete principalmente a faixa etária acima dos 50 anos.

Observamos que os óbitos por DAC são em média 11% mais em pessoas do sexo masculino, no período de 2006 a 2009.

A taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório diminuiu no período de 2006 a 2008 e teve um aumento em 2009, possivelmente ligada ao aumento da expectativa de vida do portovelhense (tabela abaixo).

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, Porto Velho/RO, 2006 a 2009

Ano	Infarto agudo do miocárdio	Acidente vascular cerebral	Doenças do Aparelho Circulatório
2006	17,58	16,20	103,68
2007	14,43	15,20	92,27
2008	17,93	13,44	70,94
2009	25,29	18,51	95,97

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/01/2011 Taxa para 100.000 hab.

Mortalidade por neoplasias

Em terceiro lugar, em Porto Velho, como causa de óbito estão às neoplasias, No Brasil, as neoplasias ocupam o segundo lugar de causas de mortes, tendo como principais causas de óbitos, as neoplasias malignas de brônquios e pulmões, de estômago, de próstata, de mama e de colo de útero.

As neoplasias que mais determinam óbitos em Porto Velho são neoplasias malignas dos brônquios e dos pulmões, do estômago e do fígado, vias biliares, intra-hepáticas, estas três doenças são responsáveis por 84,70% do total de óbitos por neoplasias, ocorridos no período de 2006 a 2009.

Observamos também que os óbitos por neoplasias ocorrem 76,48% em pessoas com mais de 50 anos, conforme podemos observar no **gráfico abaixo** e concluir, portanto que esta doença acomete principalmente a faixa etária acima dos 50 anos. Nas faixas etárias em maiores de 50 anos, o número de óbitos vem aumentando ano a ano, exceto em mais de 80 anos.

Ocorrem em média, no período de 2006 a 2009, 11% mais óbitos por neoplasias em pessoas do sexo masculino ao compararmos com o feminino. O que possivelmente nos leva a este indicador é que o homem quando procura o serviço de saúde já se encontra em estado adiantado da doença.

Nas tabelas abaixo, estão as taxas de mortalidade por neoplasias e as neoplasias por sexo, as quais tem aumentado neste período. Possivelmente pela melhoria no diagnóstico deste agravo.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Taxa de mortalidade por neoplasias, Porto Velho/RO, 2006 a 2009

Ano	Brônquios e dos pulmões	Estômago	Fígado, vias biliares intrahepáticos	Pâncreas	Encéfalo	Todas as neoplasias
2006	9,44	4,72	3,93	0,52	1,83	53,54
2007	11,08	6,95	4,63	2,57	2,06	57,99
2008	10,28	5,80	5,27	1,05	2,10	71,99
2009	10,17	6,78	5,21	4,95	1,82	71,98

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/01/2011. Taxa para 100.000 hab.

Taxa de mortalidade por neoplasias malignas do sexo feminino, Porto Velho/RO, 2006 a 2009

Ano	Colo de útero	Mama
2006	7,23	3,61
2007	7,10	7,10
2008	10,37	7,78
2009	5,64	9,23

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/01/2011. Taxa para 100.000 hab.

Taxa de mortalidade por neoplasia maligna do sexo masculino, Porto Velho/RO, 2006 a 2009

Ano	Próstata
2006	9,60
2007	3,11
2008	9,11
2009	8,48

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/01/2011. Taxa para 100.000 hab.

Mortalidade por doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas

Os óbitos por doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas têm apresentado um aumento nos 03 últimos anos (2006, 2007 e 2008), quando no primeiro ano apresentou 81 óbitos, em 2008 apresentou 42, portanto, com um aumento de 57,04%. Este aumento pode ter ocorrido possivelmente pela oportunidade de diagnóstico e tratamento disponível nas unidades básicas de saúde.

Dos óbitos por doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, ocorridos no período de 2006 a 2008, 42,14% foi por *Diabetes mellitus* sem complicação.

Dos óbitos ocorridos, 86,95% foi na população com mais de 50 anos, enquanto que 3,34%, ocorreram na faixa de < 1 a 10 anos.

Quanto ao sexo mais atingido, 52,5% foi em homens e 47,49% em mulheres, possivelmente não havendo uma grande diferença por sexo.

Vigilância das violências

A violência, também classificada como um agravo não transmissível tem assolado cada vez mais a existência humana. A cada dia tem tomado proporções maiores, afetando a sociedade como um todo, grupos ou famílias e, ainda, o indivíduo isoladamente. Desencadeada pelas desigualdades sociais, econômicas e culturais, desemprego, propagação das drogas, ou mesmo atos de perversidades cometidos pelo homem, é considerada hoje uma das grandes preocupações em nível mundial (Drezett e col., 1999; Saffioti e Almeida, 1995).

É neste cenário que a DANT esta inserida, atuando com medidas de prevenção, notificação, elaboração de estratégias e planos de combate a essas doenças e agravos.

As notificações dos casos de violências, em Porto Velho, tiveram início em julho de 2006, com a implantação do serviço de referência na Maternidade Municipal Mãe Esperança. No anos seguinte, a notificação foi implantada nas demais US.

Existe uma subnotificação das violências, possivelmente por ser um agravo de notificação recente e pela insegurança do profissional de saúde em fazer tal procedimento. Nos anos de 2007 e 2009 houve um maior número de casos notificados, devido aos casos captados durante a pesquisa realizada em serviços sentinelas, de violências e acidentes, nestes anos (Gráfico abaixo).

Nos dois gráficos a seguir, observamos que os casos notificados de violência tem como sexo agredido principalmente o feminino, porém nos anos de realização da pesquisa de violências e acidentes em serviços sentinelas (2007 e 2008), a proporção é maior no sexo masculino. Vale ressaltar que realizamos a pesquisa também em 2006, mas os casos de violências deste ano não foram inseridos no Sinan net.

Dos casos notificados de violências 81,40% ocorreram em pessoas de faixa etária de 10 a 19 e 20 a 34 anos e 8,5% em crianças, com 0 a 09 anos (gráfico abaixo).

Os casos de violências notificados foram em pessoas do sexo feminino, as quais estão expostas a violências de diversos tipos, como: física, sexual, psico/social, negligência/tortura, conforme o gráfico abaixo.

Em 72,95% das violências notificadas, o número de envolvidos na agressão foi um. Observamos que a maioria dos agressores tinha um vínculo com a pessoa agredida: 18,35% foi amigo/conhecido, 9,04% foi cônjuge, 8,24% foi namorado, dentre outros, enquanto que 34,57% dos agressores eram desconhecidos da vítima.

Vigilância de violências e acidentes/VIVA

Dando continuidade a pesquisa de acidentes e violências em serviços sentinelas, foi realizado em 2009, o terceiro inquérito, em Porto Velho, em parceria com a Agência de Vigilância em Saúde/Secretaria de Estado da Saúde e financiado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de:

- Conhecer o perfil epidemiológico para implantar a vigilância de acidentes e violências no município de Porto Velho, em serviços sentinelas;
- Contribuir para melhoria na vigilância da prevenção e do controle dos acidentes e violências;
- Reduzir a morbimortalidade por esses agravos;
- Caracterizar e comparar o perfil da morbimortalidade por acidentes e violências;
- Conhecer e comparar o perfil da clientela atendida, nos diferentes serviços (Hospital João Paulo II, Hospital Infantil Cosme e Damião, Pronto Atendimento Manoel Amorim de Matos e Pronto Atendimento Hamilton Raulino Gondim);
- Analisar e avaliar o perfil da clientela vítima de violências sexual, doméstica, interpessoal e outros tipos de violências;
- Apoiar no processo de validação das fichas de notificação/investigação de violência sexual, doméstica e/ou outras violências interpessoais e a de notificação/investigação de acidente e

— Utilizar a informação na definição das políticas públicas municipal.

A pesquisa foi realizada no período de 01 de outubro a 04 de novembro de 2009, nas seguintes unidades de saúde:

- Hospital e Pronto Socorro João Paulo II;
- Hospital Infantil Cosme e Damião;
- Pronto Atendimento Manoel Amorim de Matos e
- Pronto Atendimento Hamilton Raulino Gondim

**Distribuição dos atendimentos por serviço
sentinela, Porto Velho/RO, VIVA - 2009**

Serviço Sentinela	Total de atendimentos	
	Nº.	%
Hospital e Pronto Socorro João Paulo II	563	37.5
PA Hamiltom Raulino Gondim	405	27,0
Hospital Infantil Cosme e Damião	276	18.4
PA Manoel Amorim de Matos	256	17.1
TOTAL	1.500	100,0

Fonte: VIVA-2009/DVEA/SEMUSA/PVH

Na pesquisa realizada, 36% dos atendimentos foi devido a outros acidentes; 30,3% por acidente de transportes; 4,1% por agressões/maus tratos; 27% por queda; 2,1% por queimadura e 0,5% foi lesão autoprovocada.

Nos dois gráficos a seguir observamos que o sexo masculino apresenta um percentual maior de ocorrência por tipo. Apenas nas lesões por queimadura é igual ao feminino e nas lesões autoprovocadas é maior no sexo feminino.

A faixa etária de maior ocorrência dos acidentes e violências é a menor de 10 anos (27,4%), seguida da entre 20 a 29 anos (23,2%).

Do total de atendimentos, 65,6% se deslocou para a US em veículo particular e 9,9% utilizou o SAMU, conforme gráfico abaixo.

Os bairros com maior proporção de ocorrência foram Nova Porto Velho (4,8%), JK (4,5%) e Tancredo Neves (4,3%), conforme Tabela abaixo.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Distribuição dos atendimentos segundo bairro de ocorrência, Porto Velho/RO, VIVA – 2009

BAIRROS	Nº	%
Nova Porto Velho	65	4.8
JK	63	4.5
T. Neves	58	4.3
Centro	47	3.5
Caladinho	42	3.1
Aponiã	39	2.9
Cohab	37	2.7
Três Marias	37	2.7
São Francisco	37	2.7
Lagoinha	36	2.7
Conceição	31	2.3
A. Carvalho	31	2.3
Jd Santana	29	2.1
Jd Eldorado	28	2.0
Embratel	28	2.0
Socialista	27	1.9
N. Floresta	24	1.7
Cidade Nova	24	1.7
Areal	22	1.6
TOTAL	705	51.5

Fonte: VIVA-2009/DVEA/SEMUSA/PVH

Quanto a condição da vítima nos acidentes de transportes, 65% foi o condutor, 28,7% o passageiro e 5,8% pedestre, o que demonstra qual o segmento vulnerável nos acidentes. Observamos que os condutores, em sua maioria, estavam em motocicleta (54,2%) e 27,2% em bicicleta.

Quanto aos outros acidentes, 27,6% foi por ferimento com objeto perfurocortante; 17,8% foi em acidentes com animais; 13,8% foi queda de objeto sobre a pessoa, dentre outros (Tabela a seguir).

Distribuição dos atendimentos segundo bairro de ocorrência, Porto Velho/RO, VIVA – 2009

OUTROS ACIDENTES	Nº.	%
Sufocação/engasgamento	05	0.9
Corpo estranho	54	10.0
Afogamento	01	0.2
Envenenamento/intoxicação	24	4.4
Ferimento obj perfurocortante	149	27.6
Ferimento arma fogo	03	0.6
Acidente animais	96	17.8
Queda de objeto	72	13.4
Choque contra obj/pessoa	60	11.1
Entorse (troção)	41	7.6
Esmagamento	20	3.7
Outros	10	1.8
Ignorado	05	0.9
TOTAL	540	100.0

Fonte: VIVA-2009/DVEA/SEMUSA/PVH

Observamos que a maioria dos agressores é do sexo masculino (78,3%) e tinha um vínculo com a pessoa agredida, 27,9% foi amigo/conhecido, 24,6% companheiro, dentre outros, enquanto que 26,2% dos agressores era desconhecido da vítima.

Vigilância de fatores de risco

Na maioria dos casos, as causas das doenças e agravos não transmissíveis são claramente estabelecidas, mas as investigações identificam diversos *fatores de risco*. Estes fatores podem ser:

- Não modificáveis: sexo, idade, herança genética;
- Modificáveis: tabagismo, alimentação inadequada, álcool, inatividade física, .
- Determinantes macros: condições socioeconômicas, culturais e ambientais;
- Intermediários: hipertensão, dislipidemia, sobrepeso/obesidade, intolerância à glicose.

Caso ações de promoção a saúde, de prevenção e controle não sejam estabelecidos, esses fatores serão acumulados ao longo da vida e assim determinarão diversas doenças e agravos.

Para que políticas públicas de saúde sejam estabelecidas é necessário termos conhecimento dos indicadores de determinados fatores de risco e, para isso diversos inquéritos são realizados.

Apresentaremos os seguintes:

1. PeNSE – Pesquisa Nacional de Saúde Escolar;
2. VIGITEL – Sistema de Monitoramento de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas Não Transmissíveis por meio de Inquérito Telefônico

Pesquisa Nacional de Saúde Escolar/PeNSE

A PeNSE é um componente do Programa de Saúde na Escola/PSE e foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6286, 05/12/2007. É constituída por informações confiáveis que permitam conhecer a magnitude dos fatores de risco e proteção à saúde, orientar intervenções em saúde adequadas ao adolescente e avaliar o impacto das mesmas são fundamentais.

Tem por objetivos:

- 1) Determinar a prevalência de fatores de risco comportamentais no território nacional;
- 2) Acompanhar as tendências destas prevalências ao longo do tempo;
- 3) Gerar evidências para orientar e avaliar o impacto de intervenções para a redução da prevalência destes fatores de risco e a promoção geral da saúde neste grupo etário.

A PeNSE está prevista para acontecer de 02 em 02 anos e o primeiro inquérito aconteceu em 2009, no qual participaram adolescentes matriculados na 8ª série (9ºano) do ensino fundamental de escolas públicas (municipais e estaduais) e privadas de Porto Velho, com idade entre 13 – 15 anos. Foram coletados dados em 53 escolas, 76 turmas, totalizando 2.120 escolares.

A pesquisa teve em seu instrumento de coleta os seguintes tópicos:

Escolaridade materna

Quanto à escolaridade materna, o percentual de escolares cujas mães não tinham qualquer grau de ensino ou tinham somente o ensino fundamental incompleto foi de 25,9%, enquanto que a proporção de escolares com mães que tinham o nível superior completo foi de 16,1%.

Em Porto Velho, 25,4% de mães de escolares não possuía nenhum grau de ensino ou ensino fundamental incompleto e 17% tinha ensino superior completo. Esses indicadores são melhores que do resto do Brasil.

Conhecimento dos pais ou responsáveis sobre o tempo livre dos escolares

O conhecimento sobre os diversos fatos da vida dos filhos (saber o que fazem no tempo livre, onde vão, quando saem, quais são as suas amizades) é um importante fator de prevenção de condutas de risco (RODRIGUEZ et al., 2005).

Segundo os resultados, no Brasil, 55,8% dos escolares declararam que os pais ou responsáveis sabiam o que eles faziam no tempo livre, nos últimos 30 dias. Em Porto Velho, a proporção foi de 60,8% na escola privada, 47,9% na pública, 50,3% entre os escolares do sexo feminino e 46,2%, do masculino.

Os dados mostram que 18,5% dos escolares, nas capitais brasileiras e no Distrito Federal, faltaram às aulas, nos últimos 30 dias, sem autorização dos pais ou responsáveis. A pesquisa revelou que em Porto Velho, os escolares têm esse comportamento mais frequente nas escolas públicas (17,8%) do que nas privadas (4,7%) e mais nos escolares do sexo masculino (16,1%) do que no feminino (14,9%).

Presença da mãe ou responsável durante as refeições

A PeNSE mostrou que nas capitais brasileiras no Distrito Federal 62,6% dos escolares costumavam fazer cinco ou mais refeições na semana com a presença da mãe ou responsável, enquanto que em Porto Velho, essa frequência foi de 66,6% entre escolares de escolas privadas e 61,2%, de escolas públicas. Vemos que 60,9% dos escolares são do sexo feminino e 63,9% do sexo masculino realizando as refeições na presença de mãe ou responsável.

Consumo de alimentos marcadores de alimentação saudável e não saudável

Quanto aos marcadores de alimentação saudável, foram observados maiores percentuais de consumo para o feijão, sendo mais elevado nos escolares do sexo masculino, com 68,3% e entre os escolares da rede pública, 65,8%. Em Porto Velho, os alimentos de marcadores de alimentação saudável, como feijão (60,3%) e frutas

(25%), o percentual foi mais baixo que a média nacional e quanto aos alimentos de marcadores de alimentação não saudável, as guloseimas foi menor (46,5%), enquanto que o refrigerante foi maior (44,2%), que a média nacional.

Prática de atividade física

A prática de atividade física pela população passou a ser uma questão de saúde desde o final do século passado, mais precisamente na década de 90. Os resultados da PeNSE revelaram que, para o conjunto das capitais e do Distrito Federal, 41,1% dos escolares eram ativos em termos de prática de atividade física. Em Porto Velho, 39,8% dos escolares eram ativos, com 300 minutos ou mais por semana de prática de atividade física.

Frequência de dias de aulas de educação física na escola

A realização da educação física na escola é muito importante para a difusão de informação sobre a importância da prática da atividade física para promoção de uma vida com mais saúde. Mais de 50% dos escolares, em Porto Velho, realizam educação física na escola em mais de 2 dias.

Hábito sedentário: tempo assistindo TV

O mecanismo primário para o sobrepeso e obesidade é o aumento da ingestão de energia e a redução dos gastos energéticos. O tempo gasto em atividades sedentárias reduz o dispêndio de energia e consequentemente leva ao sobrepeso e obesidade.

Os resultados da PeNSE mostraram que 79,5% dos escolares assistiam TV por duas ou mais horas diárias e, em Porto Velho, foi de 76%.

Cigarro, álcool e outras drogas

O tabaco é um dos determinantes mais importantes como fator de risco para o desencadeamento das doenças crônicas.

Os resultados da PeNSE, nos municípios das capitais e Distrito Federal, mostraram que:

- 24,2% dos escolares experimentaram o cigarro alguma vez;
- 31,0% dos escolares tinham pelo menos um dos responsáveis que fumavam;
- 95,5% dos escolares declararam que sua família se importaria muito, caso soubesse que eles fumavam;
- 71,4% dos escolares já experimentaram bebida alcoólica alguma vez;
- 27,3% dos escolares consumiram bebida alcoólica nos últimos 30 dias;
- 8,7% dos escolares já usaram alguma droga ilícita (maconha, cocaína, crack, loló, perfume, extasy).

Em Porto Velho, segundo resultado da PeNSE, 26,3% dos escolares já experimentaram cigarro alguma vez, 5,1% já fumaram pelo menos 1 dia nos últimos 30 dias e 26,5% um dos pais ou responsáveis fumam (**Tabela 83**).

Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, quanto ao uso de cigarros, Brasil e Porto Velho/RO - 2009

Cigarro	Experimentaram cigarro alguma vez (%)		Fumaram cigarro pelo menos 1 dia, nos últimos 30 dias (%)		Um dos pais ou responsáveis fumam (%)	
	Brasil	Porto Velho	Brasil	Porto Velho	Brasil	Porto Velho
Total	24,2	26,3	6,3	5,1	31,0	26,5
Sexo						
Feminino	24,0	24,6	6,3	5,2	31,7	29,3
Masculino	24,4	28,5	6,4	5,0	30,1	23,0
Dependência administrativa						
Privada	18,3	18,0	5,3	4,9	23,6	17,7
Pública	25,7	28,2	6,6	5,1	32,9	28,6

Fonte: PeNSE – 2009

Mortalidade por outras doenças e agravos

As doenças transmissíveis também são importantes causas de óbitos, em Porto Velho, as de causas mal definidas ocupam o quarto lugar, algumas afecções originadas no período perinatal estão em quinto e as doenças infecciosas e parasitárias ocupam o sexto lugar com causa de óbito.

Mortalidade por causas mal definidas

O baixo percentual de óbitos por causas mal definidas indica a melhoria qualitativa das estatísticas de mortalidade. O elevado percentual compromete a análise da mortalidade segundo causas. Em Porto Velho, este indicador tem variado, nestes quatro anos, passando de 5,05% em 2006 para 9,45% em 2009, denotando assim piora na informação.

Mortalidade proporcional por causas mal definidas, Porto Velho/RO, 2006 a 2009

Ano	Causas mal definidas	
	Nº	%
2006	92	5,05
2007	177	9,82
2008	197	11,53
2009	183	9,45

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/01/2011

Dentre as causas mal definidas, configuram 43,14% as outras causas mal definidas e 33,28% a senilidade, conforme gráfico a seguir.

Observamos que 70,11% dos óbitos por causas mal definidas ocorrem na faixa etária de mais de 50 anos. Em 2009, esse número cresce nas pessoas de mais de 80 anos, possivelmente por serem os que vão a óbito sem assistência médica.

As pessoas do sexo masculino são as que vão mais a óbito em Porto Velho sem causa definida, com 27,27% a mais ao compararmos com o sexo feminino.

Mortalidade por algumas afecções originadas no período perinatal

As principais causas por algumas afecções originadas no período perinatal são septicemia bacteriana não especificada do recém-nascido (20,29%), morte fetal de causa não especificada (15,53%), síndrome da angústia respiratória do recém-nascido (10,23%) e hipoxia intrauterina não especificada (9,32%).

As pessoas do sexo masculino são as que vão mais a óbito em Porto Velho por algumas afecções originadas no período perinatal, com 12,43% a mais ao compararmos com o sexo feminino.

A taxa de mortalidade específica por algumas afecções originadas no período perinatal contribui na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população e subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas para a atenção pré-natal, ao parto e ao recém-nascido. A taxa de Porto Velho (Tabela 85) está bem acima da do Brasil (12,9/1.000 nascidos vivos) e a da região Norte (13,9/1.000 ') referente ao ano de 2004.

Taxa de mortalidade específica por algumas afecções originadas
no período perinatal, Porto Velho/RO, 2006 a 2009

Ano	Taxa
2006	21,79
2007	19,75
2008	10,01
2009	21,97

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/01/2011. Taxa para 1.000 nascidos vivos

Mortalidade por algumas doenças infecciosas e parasitárias

Dentre as principais causas de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias estão as doenças por HIV, septicemias não especificadas, diarreias e gastroenterite, hepatite aguda B e C e malária.

As faixas etárias com maior proporção de óbitos por algumas doenças infecciosas e parasitárias são 40 a 49 (18,83%), 30 a 39 (16,63%) e 50 a 59 anos (14,94%). A faixa etária com menor proporção de óbitos é a de 10 a 19 anos, com 1,22%.

As pessoas do sexo masculino são as que vão mais a óbito em Porto Velho por algumas doenças infecciosas e parasitárias, com 18,34% a mais ao compararmos com o sexo feminino.

Sistema de Monitoramento de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas Não Transmissíveis por meio de Inquérito Telefônico/ VIGITEL

Doenças e agravos não transmissíveis

Atividades desenvolvidas em 2010

1. “CAMPANHA MUNICIPAL DA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA 2010 - AGITA PORTO VELHO”

A SEMUSA, que faz parte da rede nacional de Projetos de Promoção da Saúde, em parceria com várias instituições governamentais e não governamentais coordenou as atividades de Qualidade de Vida através do evento “Agita Porto Velho”. Programação realizada em vários pontos da cidade teve início no dia 15 ao dia 18 de Abril, abrangendo Unidades de Saúde como Ernandes Coutinho Índio, Socialista e Aponiã, sede da SEMUSA e a população em geral nos espaços públicos e Instituições Privadas. Equipes de profissionais da área da Saúde, trânsito, educação, extensão rural e demais serviços reuniram-se em prol do evento em busca da melhoria da qualidade de vida da população, numa promoção alusiva a Semana Nacional da Promoção da Qualidade de Vida, do Ministério da Saúde/MS. Vários materiais educativos foram distribuídos à comunidade com informações sobre promoção a saúde e prevenção e controle de doenças e agravos. A seguir estão descritas as atividades desenvolvidas:

Atividades realizadas

— Dia 15 de abril de 2010

Horário: 8:00 às 9:00

Local: USF Ernandes Coutinho Índio

Atividades: alongamento, exercícios resistidos, relaxamento

— Dia 16 de abril 2010

Horário: 8:00 às 10:30

Local: SEMUSA

Atividades: Ginástica Laboral

OBS: Atividade realizada em cada setor (departamentos e divisões).

— **Dia 17 de abril de 2010**

Horário: 9:00 às 16:00

Local: SEST SENAT Rua da Beira

- Atividades físicas, com orientações realizadas por profissionais;
- Avaliação nutricional e física (IMC, teste de flexibilidade, % de gordura corporal e circunferência abdominal);
- Tenda esporte, com academia alternativa;
- Dinâmicas referentes à segurança no trânsito;
- Exposição dos mosquitos *Aedes aegypti* e *Anopheles darlingi*;
- Orientações sobre a rede de atendimento a mulher vítima de violência.

— **Dia 18 de abril de 2010**

Horário: 17:00 às 20:00

Local: ESPAÇO ALTERNATIVO - Avenida Jorge Teixeira

Atividades:

- Avaliação nutricional e física (IMC, teste de flexibilidade, % de gordura corporal e circunferência abdominal);
- Verificação de pressão arterial
- Realização de massoterapia
- Realização da rua de lazer, com: pinturas, modelagem, tênis de mesa, pimbolim
- Orientações referentes à segurança no trânsito;
- Exposição e distribuição de material educativo
 - Apresentação de capoeira e takewondo
- Apresentação de danças coreografadas.

2. DIA DO DESAFIO 2010

O NOSSO DESAFIO É REDUZIR A MORBIMORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO

O Dia do Desafio é um movimento em prol da inclusão social, integração, criatividade e autonomia da população, onde atividades de mobilização social são realizadas visando à mudança de hábitos e implantação de rotinas saudáveis na vida de todos os cidadãos.

A Secretaria Municipal de Saúde participou da abertura do evento, que aconteceu na Praça Padre João Nicoleti, em frente à Prefeitura, no dia 26 de maio, conforme programação a seguir, dando ênfase a seguinte temática:

Atividades realizadas no dia do desafio:

- Realização de exame de glicemia (DPE/DAB));
- Verificação de pressão arterial (DPE/DAB);
- Exposição de métodos contraceptivos (DPE/DAB);
- Exposição de banners sobre:
 - Saúde da mulher (planejamento reprodutivo, câncer de mama e colo de útero), hipertensão e diabetes, alimentação saudável, saúde do homem (DPE/DAB);
 - Segurança no trânsito e qualidade de vida (DANT/DVEA);
- ✓ Orientações e distribuição de material informativo sobre:
 - Saúde do homem (homem que se cuida não perde o melhor da vida), hipertensão (saúde é bom saber e prevenir hipertensão é uma escolha, só depende de você), planejamento reprodutivo, alimentação saudável (pirâmide alimentar) (DPE/DAB);
- ✓ - Segurança no trânsito (álcool e bebida alcoólica não combinam), qualidade de vida (DANT/DVEA).

E para marcar o Dia do Desafio em Porto Velho, as Unidades de Saúde/Semusa realizaram diversas atividades.

1. USF CALADINHO

Temática - O NOSSO DESAFIO É: PREVENÇÃO DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E NÃO TRANSMISSÍSSIVEIS

Atividades: palestra sobre DST/AIDS, entrega de preservativos, realização de teste rápido de HIV, orientação sexual, planejamento familiar, coleta de preventivos e realização de dinâmicas em grupos.

2. USF APONIÃ

Temática - O NOSSO DESAFIO É: REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR HIPERTENSÃO E DIABETES

Atividades: teste de glicemia, verificação de pressão arterial, realização de alongamento, caminhada e relaxamento.

3. USF SOCIALISTA

Temática - O NOSSO DESAFIO É COMBATER A VIOLÊNCIA

Atividades: atividades educativas com alunos, realização de exercícios físicos, pula-pula e distribuição de picolé.

Horário: a partir das 08h00

Local: Escola Francisco Elenilson Negreiros

4. USF NOVA FLORESTA

Temática - O NOSSO DESAFIO É PREVENIR O CÂNCER DO COLO DE ÚTERO

Atividades: planejamento familiar, realização de técnicas de alongamento enfatizando a importância da atividade física e atendimento individual.

5. USF RENATO MEDEIROS

Temática - O NOSSO DESAFIO É: REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR HIPERTENSÃO E DIABETES

Atividades: palestra sobre hipertensão, diabetes, nutrição, DST/AIDS, realização de técnica de alongamento, teste de glicemia e verificação de pressão arterial.

Horário: a partir das 08h00

1. USF PEDACINHO DE CHÃO

Temática – O NOSSO DESAFIO É AUMENTAR A PRÁTICA REGULAR DE ATIVIDADES FÍSICAS

Atividades: Atividades Físicas para jovens, adultos e idosos

Horário: a partir das 08h00

2. USF OSVALDO PIANA

Temática - O NOSSO DESAFIO É: CAMINHADA DOS HIPERTENSOS E DIABÉTICOS COM APROXIMADAMENTE 60 PESSOAS CADASTRADA

Atividades: Palestras Educativas, realização de alongamento e exercícios físicos orientado, verificação de pressão arterial, realização de lanche light e cadastramento de novos usuários

Horário: as 07h30

3. USF CALADINHO

Temática - O NOSSO DESAFIO É: PREVENÇÃO DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E NÃO-TRANSMISSÍVEIS

Atividades: Palestra sobre DST/AIDS, entrega de preservativos, realização de teste rápido de HIV, orientação sexual, planejamento familiar, coleta de preventivos e dinâmicos em grupos.

Horário: a partir das 08h00 .

4. USF ERNANDES ÍNDIO

Temática - O NOSSO DESAFIO É PREVENÇÃO E CONTROLE DA HIPERTENSÃO E DIABETES

Atividades: palestras sobre hipertensão e diabetes: controle e prevenção, verificação da pressão arterial e glicemia, realização de alongamento, caminhada orientada e relaxamento.

Horário: das 08h00 as 18h00

1. USF MARIANA

Temática - O NOSSO DESAFIO É SENSIBILIZAR A COMUNIDADE PARA A PRÁTICA DE HÁBITOS SAUDÁVEIS E HIGIENE CORPORAL

Atividades: palestra educacional sobre hábitos saudáveis e higiene corporal, realização de alongamento e exercícios físicos e distribuição de kits de escova para crianças.

Horário: a partir das 08h00

2. USF JOSÉ ADELINO

Temática - O NOSSO DESAFIO É: NÃO AS DROGAS E AS VIOLÊNCIAS

Abertura: apresentação da Banda de Música da Polícia Militar e de atividades culturais.

Atividades: verificação de pressão arterial de adulto e crianças, administração de vacinas, aplicação de flúor, escovação de dentes mediante supervisão, distribuição de kits odontológicos para crianças e adolescentes, cadastramento do cartão SUS, realização de teste de glicemia, distribuição de preservativos masculinos e femininos.

Horário: das 08h30 as 13h00

3. CS MAURÍCIO BUSTANI

Temática - NOSSO DESAFIO É A PRÁTICA DE HÁBITOS SAUDÁVEIS

Abertura - dramatização com fantoches, sobre hipertensão arterial

Atividades - Ginástica laboral, palestras sobre DST/AIDS, convívio social do Idoso, nutrição e demonstração de como fazer a higiene bucal.

4. CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS/CAPS AD

Temática - MOVIMENTO SAÚDE

Atividades: serão realizadas atividades diversas

Horário: das 08h00 as 18h00

- 4. Semusa faz Pit Stop pelo trânsito seguro e contra a Dengue** - A secretaria Municipal de Saúde (Semusa) foi a campo durante dois dias, em parceria com o departamento Estadual de Trânsito (Detran), a realizar um pit stop sobre segurança no trânsito. Os técnicos da SEMUSA juntamente com os agentes comunitários de saúde da Unidade de Saúde Ernandes Índio, distribuíram material educativo para os motoristas, com informações sobre o trânsito seguro e direção defensiva, incluindo aí o alerta sobre o perigo das bebidas alcoólicas para os motoristas que vão brincar o carnaval. Aproveitaram a oportunidade para levar informações sobre a dengue aos motoristas.

4. Em 05 de agosto de 2010, a Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) juntamente com diversas entidades civis organizadas e governamentais, finalizou a agenda de atividades alusivas à Semana Nacional do Trânsito, que este ano tem como tema "Cinto de Segurança e Cadeirinha". A mobilização nacional acontece no período de 18 a 25 de setembro, mas a secretaria em parceria com demais instituições já programou atividades que compreendem o início do mês de agosto até a semana nacional do trânsito. O objetivo da ação é atender a sociedade com atividades educativas que contribuam com a redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito.
 5. Confeção e distribuição de banner sobre o cinto de segurança e cadeirinha para todas as US do município.
4. A Semusa desenvolveu diversas atividades, em parceria com as Instituições que tenham como finalidade a segurança no trânsito, na Semana Nacional do Trânsito, com o objetivo comum de reduzir a morbimortalidade por acidentes. As Unidades de Saúde desenvolveram diversas atividades, como pit stop, palestras em escolas e na comunidade, em sua área de abrangência, citamos algumas atividades desenvolvidas, abaixo:

Demonstrativo dos locais onde foram realizados os PIT STOP, conforme endereço de cada Unidade de Saúde

ITEM	UNIDADE DE SAÚDE	LOCAL DO PIT STOP
01	US Osvaldo Piana	Campos Sales c/ Alexandre Guimarães
02	USF Santo Antônio	Rogério Weber c/ 7 de Setembro
03	USF Renato Medeiros	Campos Sales c/ Jatuarana
04	USF Vila Princesa	Estrada Santo Antônio c/ BR 364
05	USF Pedacinho de Chão	Rio Madeira c/ Tiradentes, das 8:00 às 9:00h Jorge Teixeira c/ Tiradentes, a tarde
06	USF Agenor de Carvalho	Rio de Janeiro c/ Rio Madeira Raimundo Cantuária, em frente a Escola JK Rio de Janeiro c/ Guaporé Jorge Teixeira c/ Amazonas
07	USF São Sebastião e USF Ronaldo Aragão	Costa e Silva c/ Lauro Sodré
08	USF Ronaldo Aragão	22/09 - 15:00h – Aeroporto
08	SEMUSA	Calama c/ Rio Madeira
09	SAMU	Jorge Teixeira c/ Carlos Gomes
10	Rafael Vaz e Silva	Salgado Filho c/ Jacy-Paraná
11	CAPS II	Vieira Caúla c/ Rio Madeira
12	CAPS AD	Calama c/ Lauro Sodré
13	Nova Floresta	24/09- 8:00 e 16:00h – Campos Sales com Jatuarana
13	Mariana	8:00 e 14:00h – União com Plácido
14	Areal da Floresta	21 e 23/09 às 8:00 e 15:00h – Jorge Teixeira c/ Trevo do Roque

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo dos locais onde foram realizadas as PALESTRAS,
conforme endereço de cada Unidade de Saúde

ITEM	UNIDADE DE SAÚDE	DIA E LOCAL
01	Nova Floresta	22/09 – Escola Eduardo Lima e Silva e Vovó Ana 23/09 – Escola Saul Bennesby e Vila Lobos
02	Agenor de Carvalho	Escola Padre Geovane / Escola JK/Escola Nossa Senhora do Amparo/ Escola Madre Tereza de Calcutá
03	Caladinho	13/09 (8:00 às 11h) – Creche Estrela do Amanhã 14/09 (8:00 às 11h) - (20:00 às 21:30h) – Escola Tancredo Neves 15/09 (14:00 às 18h) – Escola Hélio Botelho das Neves 16/09 (14:00 às 18h) – Escola Paul Lens 17/09 (14:00 às 18h) – Creche El Shaddai
04	Osvaldo Piana	24/09 à tarde – Escola Padre Chiquinho
05	São Sebastião	27/09 – Escola São Sebastião / Escola Antonio Rebelo das Chagas / Escola Recanto da Alegria e Escola Pequeno Jhones
06	Renato Medeiros	Escola Capitão Claudio Manoel da Costa / Escola Manoel Aparício / Associação dos Moradores do bairro Cidade Nova e Conceição
07	Pedacinho de Chão	23/09 (manhã) – Escola Brasília 23/09 (tarde) – Colégio Tiradentes
08	Santo Antônio	20/09 – Visita domiciliar 22/09 – Escola Franklin Roosevelt 23/09 – Alojamento da UHE Santo Antônio 24/09 – Escola Santo Antônio
09	Ronaldo Aragão	20/09 (9h e 15h) – Escola Nacional e Empresa Friboi 21/09 (15h) – Empresa FH 22/09 (8h) – Empresa Petrobrás 23/09 (9h) – Colégio Osvaldo Piana 24/09 (9h e 15h) – Empresa Passarão e Colégio Osvaldo Piana
10	Mariana	17/09 (8h) – Escola Mariana 20/09 (8h) – Escola ICAL 20/09 (14h) – Escola Jânio da Silva Quadros 20/09 (14h) – Escola Mariana 22/09 (8h) – Escola Oficina Criativa 22/09 (14h) – Escola Lar da Criança 23/09 (8h) – Escola Dantas
11	Areal da Floresta	20/09 (8h) – Escola Jesus Burlamaqui 20/09 (15h) – Escola Areal da Floresta 22/09 (8h) – Escola Areal da Floresta 22/09 (15h) – Escola Jesus Burlamaqui 24/09 (8h) – Escola Areal da Floresta 24/09 (15h) – Escola Areal da Floresta

6. Elaboração e confecção de folder educativo sobre o tema, o qual foi entregue pelos ACS a toda a população de Porto Velho coberta pela estratégia. A confecção ficou sob responsabilidade dos consócios Santo Antônio Energia e Energia Sustentável do Brasil, empresas responsáveis pela construção da UHE do rio Madeira.
7. Confecção e fixação de outdoor em pontos estratégicos da cidade, nos meses de setembro e outubro de 2010.

Ações desenvolvidas

Promoção de cursos atualizações

Qualificação de profissionais em saúde ou Capacitação é o processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais. Realiza-se através de cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública.

A Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho - SEMUSA interessada em qualificar seus servidores, buscou no ano de 2010 capacitar profissionais segundo o perfil epidemiológico e prioridade das unidades de saúde (Figura 1). Dentre as áreas contempladas no ano de 2010 temos as Endemias (Dengue e Malária), Hanseníase e Tuberculose, Raiva Humana, Ações para Redução da Morbimortalidade no Trânsito, Ações de Combate às Violências, Geoprocessamento em Saúde, DST/Aids e Implementação da Notificação e Investigação das Intoxicações Exógenas e dos Agravos relacionados ao Trabalho dentre outras.

público-alvo

Profissionais e trabalhadores da saúde, (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agente comunitário de saúde das Unidades de Saúde e Estratégia Saúde da Família do Município de Porto Velho), agente de controle de endemias e outros profissionais da SEMUSA.

linhas de ação:

DENGUE

— Capacitação em Dengue

Data: 05 e 06 de Outubro de 2010.

Número de Participantes: 20 pessoas

Instrutores: Dr. Luiz Augusto e Enfermeiro Raimundo Feitoza.

— **Projeto Agente Mirim da Dengue**

Projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho com o objetivo de incentivar a participação de escolares do Município no combate à Dengue. O projeto viabilizou a elaboração de um check-list que direciona a criança a buscar em sua residência os prováveis locais de focos de Dengue.

— **Sensibilizações nas igrejas evangélicas**

No mês de Dezembro de 2010 foram realizadas sensibilizações nas igrejas Assembléia de Deus e Wesleyana.

MALÁRIA

— **Oficina de Planejamento p/ controle da malária**

Data: 02 a 04 de Agosto de 2010.

Número de Participantes: 30 pessoas

Foi realizado levantamento de materiais necessários para todas as regiões.

— **Capacitação de Agentes de Endemias**

Data: 07 de Junho à 02 de Julho de 2010.

Número de Participantes: 64 pessoas

Instrutores: Deuzeli Pereira, Roberto Nakaoka e Rosenilton Neves.

A equipe de instrutores acima descritos, realizaram a referida capacitação em 4 blocos, sendo nas regiões de Jaci-Paraná, Abunã, Nova Califórnia e Extrema. Os mesmos deslocaram-se até estes locais onde capacitaram todos os agentes de combate às endemias contratados pela Empresa Ornelas.

AÇÕES DE PROMOÇÃO SOBRE SEGURANÇA NO TRÂNSITO

— **Capacitação para o Desenvolvimento de Ações de Promoção sobre segurança no trânsito**

Data: 18 e 19 de Agosto de 2010.

Número de Participantes: 500 pessoas

Foram trabalhados vários assuntos relacionados à segurança no trânsito distribuídos em várias oficinas, cada uma voltada a um público diferenciado, como crianças, jovens e adultos. As referidas capacitações foram reproduzidas nas Unidades de Saúde que posteriormente encaminharam à SEMUSA o relatório das atividades desenvolvidas. Todas as Unidades também desenvolveram um Pit-Stop nas principais ruas do Município onde os motoristas foram alvo de uma pesquisa que avaliava o uso do cinto de segurança, cadeirinha para crianças, assento de elevação entre outros.

VIOLÊNCIAS

— Capacitação sobre vigilância das violências

Foi realizada esta capacitação para todos os servidores da USF e Jacy Paraná, no dia 12 de maio, com ênfase em:

- Tipos de violências
- Vigilância das violências
- Atribuições dos conselheiros do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente.

— Capacitação para Notificação das Violências

Data: 14 a 18 de Junho de 2010

Número de pessoas: 40 pessoas

A capacitação contou com a presença de vários representantes municipais e estaduais ligados direta ou indiretamente no combate a violência. Os participantes receberam um manual para o correto preenchimento da ficha de notificação de violência.

— Apresentação da Análise de Situação da Vigilância de Violências e Acidentes 2009

Data: 02 de Dezembro de 2010.

Número de pessoas: 30 pessoas

Coordenação: DANT/DVEA

— **Homens pelo fim da violência**

Data: 07 de Dezembro de 2010.

Número de pessoas: 30 pessoas

Coordenação: DANT/DVEA/COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES

TUBERCULOSE E HANSENÍASE

— **Capacitação em TDO em tuberculose para enfermeiros**

Data: 05 e 06 de Outubro de 2010.

Número de Pessoas: 40 pessoas

— **Capacitação em TDO em tuberculose para médicos**

Data: 07 e 08 de Outubro de 2010

Número de pessoas: 40 pessoas

— **Capacitação em diagnóstico e tratamento da Hanseníase**

Data: 19 a 23 de Julho e 16 a 20 de Agosto de 2010.

Número de Pessoas: 80 pessoas (40 pessoas/Julho 40 pessoas(Agosto))

— **Mutirões de Hanseníase nas Unidades de Saúde Socialista e Pol. Hamilton Raulino Gondim**

Nestes mutirões foram diagnosticados vários casos de hanseníase.

ANTI – RÁBICA

— **Capacitação para Enfermeiros na Profilaxia da Raiva Humana**

Data: 29 e 30 de Setembro e 01 de Outubro de 2010

Número de pessoas: 30 pessoas

I OFICINA SOBRE INDICADORES DE AGRAVOS À SAÚDE DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS E CARDIOVASCULARES

Data: 06 e 07 de Outubro de 2010.

Número de pessoas: 200 pessoas

EVENTO ALUSIVO AO DIA MUNDIAL DA LUTA CONTRA A AIDS

Data: 30 de Novembro de 01 de Dezembro de 2010.

Número de pessoas: 35 profissionais da rede básica de saúde, SAE e integrantes de Organizações Não-Governamentais.

NOTIFICAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DAS INTOXICAÇÕES EXÓGENAS E DOS AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO

Data: 23 à 26 de Agosto de 2010.

Número de pessoas: 18 pessoas

Os participantes desta capacitação foram sensibilizados quanto à importância da notificação de agravos relacionados ao trabalho. Foram trabalhados estudos de caso e posteriormente o preenchimento da ficha de notificação. Ao final todos os participantes receberam o certificado de participação.

CURSO DE GEOPROCESSAMENTO EM SAÚDE COM ÊNFASE EM TERRAVIEW

Data: 13 à 17 de Setembro de 2010.

Número de pessoas: 20 pessoas.

Objetivo: Um dos principais objetivos da Capacitação de Geoprocessamento em Saúde foi aperfeiçoar os profissionais que trabalham direta ou indiretamente com programas ligados ao tema.

CURSO BÁSICO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA - CBVE

Data: 26 à 30 de Julho de 2010

Número de pessoas: 26 pessoas

O Curso Básico de Vigilância Epidemiológica foi uma iniciativa da Epidemiologia em capacitar os técnicos do Departamento. Contou com a participação de grande número de profissionais de outros setores que se interessaram em participar do treinamento.

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ZOONOSES

Este relatório tem como objetivo apresentar as atividades referentes ao controle vetorial e atividades de competência da Divisão responsável pela Dengue. Neste contemplamos não só os resultados alcançados, mas também as e dificuldades encontradas com o propósito tão somente de contribuir para a melhoria do sistema Único de saúde.

O Centro de Controle de Zoonoses - CCZ possui as seguintes Divisões:

1. Div. de Controle de Animais Domésticos e Sinantrópicos – DICAD
2. Div. de Controle de Vetores - DCV
3. Div. de Pesquisa e Diagnóstico.

Sendo responsáveis pelas seguintes atividades:

- Controle de Animais Domésticos e Sinantrópicos;
- Controle Vetorial das endemias Malária e Dengue;
- Alimentação dos sistemas de informação (SIVEP – malária , vetores malaria e SIS FAD);
- Consolidação e análise de dados epi- entomológico;
- Controle de qualidade do diagnóstico de malária da rede municipal;
- Entomologia;
- Capacitações.

Os dados apresentados neste relatório, foram coletados de relatórios mensais, Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica (Sivep_malaria e Vetores_malaria), Sistema de Informação da Febre Amarela e Dengue (SIS FAD). O processamento destes dados determina uma análise de situação, assim desencadeando ações de prevenção e controle. Os dados estão disponibilizados em forma de Tabelas, gráficos e mapas, de modo a possibilitar análises e evidenciar avaliações.

Divisão de Controle de Doenças Transmissíveis por Animais Domésticos e Sinantrópicos

A Divisão de Controle de Animais Domésticos e Sinantrópicos, desenvolve atividades voltadas á vigilância e controle de enfermidades que ciclam em animais e podem acometer o ser humano, as chamadas zoonoses. As atividades desenvolvidas por essa divisão visam promover a redução e controle da população de animal não domiciliado, indesejado e/ou doentes sem perspectivas de tratamento, bem como a população de animais sinantrópicos nocivos (animais que convivem desarmonicamente com o ser humano), além de manter vigilância sobre algumas zoonoses associadas á esses animais.

As estratégias desenvolvidas para essas atividades diversas dessas preconizadas pelo ministério da saúde compreendem a captura de animais soltos em vias públicas; recolhimento domiciliar de animais doentes com sinais característicos de zoonoses, animais agressores e / ou invasores; observação clínica de caninos e felinos agressores, a fim de avaliar possível evolução de um quadro de raiva; eutanásia de animais doentes terminais ou portadores de zoonoses; coleta e envio de amostras de encéfalo para o diagnóstico laboratorial da raiva animal; e ainda a execução de campanhas de vacinação anti-rábica animal em zona urbana e rural.

O município de Porto Velho, reconhecido nacionalmente por apresentar até 380 casos de raiva canina em um só ano, como em 1998, desfruta hoje de uma situação de relativa tranquilidade, já que o ultimo foco de raiva canina registrado foi em novembro de 2003. Essa situação privilegiada só consegue ser mantida com a disposição de políticas públicas comprometidas com o bem comum e pelo empenho dos profissionais envolvidos nessas atividades, já que o vírus rábico continua circulando em quirópteros da região.

No âmbito das atividades dessa divisão, o ano de 2010 foi marcado por alguns desafios que cobraram um empenho cada vez maior tanto dos técnicos da divisão quanto do poder público envolvido, como a implantação de um programa de castração de animais, como forma de controlar o crescimento populacional e ainda a

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

ausência de vacina anti-rábica durante parte do ano, por ocasião do cancelamento na utilização da vacina, já que diversos efeitos adversos foram em animais após serem imunizados.

A divisão de controle de animais domésticos e sinantrópicos ainda têm muito que avançar, principalmente em direção ao esclarecimento da população acerca dos cuidados e das responsabilidades na manutenção de seus animais, a fim de que o serviço de controle do crescimento populacional possa ir sendo cada vez mais substituído por ações fiscais e laboratoriais de vigilância em zoonoses, bem como a necessidade de mais veículos para podermos fazer os trabalhos solicitados pela população.

Nas Tabelas e Gráficos a seguir estão os dados referentes às ações desenvolvidas.

Distribuição de caninos capturados de acordo com mês de captura e destino final no CCZ, no período de janeiro a dezembro de 2010.

Destino/Capturados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Eutanasiados	0	17	61	177	10	3	7	7	0	3	81	9	375
Resgatados / adotados	2	1	24	9	2	4	5	0	0	10	5	17	79
Óbito no canil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	3
Evadidos	0	3	21	0	0	0	0	0	0	1	0	0	25

Fonte: CCZ/DICAD/SEMUSA, Jan a Dez 2010

Distribuição do número de animais (cães e gatos) removidos de acordo com mês de remoção e destino final no CCZ, no período de janeiro a dezembro de 2010.

DESTINO/REMOVIDOS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Eutanasiados	99	96	136	89	46	53	61	106	95	138	191	95	1205
Resgatados/adotados	27	29	22	82	20	19	34	47	6	67	74	14	441
Mortos no canil	0	0	0	0	0	0	29	33	20	29	2	3	116
Removidos mortos	2	0	3	6	7	3	7	2	4	7	3	4	48
Evadidos	0	5	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	8

Fonte: CCZ/DICAD/SEMUSA, Jan a Dez 2010

Analisando-se os dados apresentados verifica-se que o número de animais removidos excede o número de animais capturados denotando-se assim a importância da atividade, uma vez que se estes animais indesejados não fossem removidos, provavelmente seriam soltos nas ruas da capital. De um total de 1.818 cães removidos ou entregues pelos proprietários neste CCZ, 1.205 (66,28%) são eutanasiados por não possuírem estado sanitário satisfatório para serem adotados. Este índice pode ser considerado como indicador do abandono destes animais por seus proprietários, uma vez que pela observação dos Médicos Veterinários deste Centro, a maioria das enfermidades verificadas poderia ser prevenida ou tratada, entretanto quando esses animais chegam a este CCZ, já se encontram em estado terminal.

Remoções Solicitadas e Não Realizadas

Das solicitações de remoções domiciliares, uma quantidade significativa não tem o seu desfecho com a entrada do animal das dependências do CCZ. De um total de 2233 solicitações feitas, 1783 foram realizadas, o que correspondeu a aproximadamente 80%.

Observação Clínica de Animais

A observação clínica de animais é feita por um período de dez dias, quando de sinais sugestivos para raiva. É recomendada para animal que apresentam sinais de enfermidade neurológica não específica ou quando agressor for humano.

No período estudado foram observados 74 animais, todos com diagnóstico clínico negativo para raiva. Deparamo-nos na rotina do CCZ com inúmeros casos de cinomose canina e proprietários que desejam se livrar a qualquer custo de seus animais, chegando a inventar sintomatologia clínica ou mesmo casos de agressões a fim de removermos o animal.

Coleta e Envio de Remessas

A coleta e o envio de remessas de material (encéfalo) têm por objetivo a pesquisa e o diagnóstico de vírus rábico. Neste período foram coletados material de 138 animais (dos quais 4 eram felinos) com sinais clínicos de agravos que acometem o sistema nervoso central, superando o mínimo de amostras a serem coletadas por ano, estabelecido em norma técnica em 2% da população animal estimada para a região (que corresponderia a 121 amostras). Nenhuma apresentou resultado laboratorial positivo para raiva.

Vacinação Anti-Rábica

Durante o ano de 2010, este CCZ realizou duas campanhas de vacinação, uma municipal durante o mês de abril, que atingiu tanto a zona urbana quanto a zona rural, e outra nacional, no mês de setembro, que atingiu a zona urbana e parte zona rural, já que a vacina disponibilizada pelo ministério da saúde esteve relacionada a diversas manifestações clínicas em animais de outros estados brasileiros, o que culminou com a paralisação da campanha rural e não utilização das doses de vacina ainda disponíveis, até que os casos fossem apurados e esclarecidos e as doses de vacina novamente analisadas. Diante disso, o número de animais vacinados durante o ano de 2010, ficou abaixo do esperado.

A seguir, apresentamos demonstrativo de Campanhas Municipal e Nacional com respectivos resultados.

Resultados alcançados na XIV Campanha Municipal 2010

ANIMAIS VACINADOS			TOTAL
SEXO	ESPÉCIE		
	CÃO	GATO	
MACHO	20053	2664	22717
FÊMEA	16027	2058	18085
TOTAL	36080	4722	40802

Fonte: CCZ/DICAD/SEMUSA, 2010

Situação vacinal

ESPÉCIE	SITUAÇÃO VACINAL		
	A VACINAR	VACINADOS	META ATINGIDA
CÃO	50.043	36080	72,10%
GATO	7.733	4722	61,06%
TOTAL	57776	40802	70,62%

Fonte: CCZ/DICAD/SEMUSA, 2010

Resultados alcançados na XXIX Campanha Nacional 2010

ANIMAIS VACINADOS			TOTAL
SEXO	ESPÉCIE		
	CÃO	GATO	
MASCULINO	15610	2578	18188
FEMININO	11987	1662	13649
TOTAL	27597	4240	31837

Fonte: CCZ/DICAD/SEMUSA, 2010

Animais a vacinar / vacinados e meta atingida

ESPÉCIE	SITUAÇÃO VACINAL		
	A VACINAR	VACINADOS	META ATINGIDA
CÃO	50.043	27597	55,15%
GATO	7.733	4240	54,83%
TOTAL	57776	31837	55,10%

Fonte: CCZ/DICAD/SEMUSA, 2010

Atividades de Controle de Animais Sinantrópicos**– Controle População de Roedores**

- Inspeção c/ orientação e Desratização – 08 solicitações atendidas e 03 desratizações realizadas.

– Controle População de Aves Sinant.(Pombos)

- Inspeção c/ orientação - 05 solicitações atendidas

– Controle População de Morcegos

- Inspeção c/ orientação - 07 solicitações atendidas

– Controle moluscos (Caramujos e Lesmas)

- Inspeção c/ orientação - 05 solicitações atendidas

– Cont. artrópodes (Escorpiões)

- Inspeção c/ orientação e Tratamento - 01 solicitação atendida

– Palestras em Instituições Públicas - 02 Palestras/Treinamento para controle pop. Aves sinantrópicas e 02 para controle de Moluscos.

Dificuldades Encontradas**Recursos Humanos**

A DICAD possui um reduzido efetivo de funcionários, que ao longo dos anos devido aos pedidos de demissão e algumas vacância, não houve reposição de força de trabalho. Sendo que, os mesmos ficam deslocados grande parte do tempo em campanhas rurais, deixando deficientes os serviços externos (coleta de animais) e internos (eutanásia, limpeza, alimentação).

Equipamentos

- ✓ Necessitamos de um computador para ser utilizado na recepção do CCZ, que permitirá que criemos um banco de dados dos proprietários de animais atendidos, bem como identificar com maior agilidade a recidiva de animais capturados para que possamos tomar as medidas cabíveis e facilitar o agendamento das cirurgias de castração, quando este serviço estiver disponível à comunidade.
- ✓ É necessária a instalação do laboratório de zoonoses para a descentralização gradativa das atividades de diagnóstico e a instalação de geradores para prevenir freqüentes quedas de energia neste setor, o que compromete a qualidade dos imunobiológicos.

Materiais

As atividades de captura e remoção costumam ser freqüentemente interrompida devido à ausência de recursos que vão desde a falta de alimentação (ração) para os animais, manutenção de veículos, falta de pessoal ou medicamentos utilizados para eutanásia.

Viaturas

As viaturas do CCZ adquiridas nos anos de 1999 e 2000, devido ao uso ininterrupto e manutenção deficiente, passam boa parte do tempo parada em oficinas mecânicas. Sendo que neste período a Divisão de Controle da Raiva pode dispor praticamente de 1 (uma) viatura.

- ✓ Necessitamos de veículo específico para esta divisão, pois no período de vacinação rural, ficamos no aguardo de disponibilidade pelo setor transporte, muitas vezes, comprometendo o alcance de metas. As atividades de controle de animais sinantrópicos, devido a falta de veículo ficam no prejuízo, não podendo atender a todas as solicitações da comunidade e Instituições.

Sugestões

- ✓ Incentivo para implantação de um programa de educação em Saúde voltado para a posse Responsável de animais;
- ✓ Apoio no desenvolvimento do Programa de Castrações de caninos e felinos;
- ✓ Viabilizar a contratação de pessoal (8 funcionários de nível médio para o cargo de auxiliar de serviços veterinários);
- ✓ Concluir as obras deste CCZ (Centro Cirúrgico);

- ✓ Informatizar este CCZ, viabilizando as identificações dos animais que entram no canil (RGA-Registro Geral do Animal), para maior controle da Raiva;
- ✓ Disponibilizar recursos para a promoção de mutirões em bairros e pontos estratégicos da cidade para promover a adoção dos animais referente às capturas;
- ✓ Implementação de ações de controle e monitoramento de agravos como Leishmaniose e Leptospirose;
- ✓ Apoio no desenvolvimento de trabalhos no Baixo Madeira sobre castração e posse responsável de animais perante os seus proprietários.

Divisão Controle de Doenças Transmissíveis por Vetores

Programa de Controle da Dengue

Em função da complexidade que envolve a prevenção e o controle, os objetivos do Programa Municipal de Controle da Dengue São:

- Combate ao mosquito vetor;
- Detectar precocemente as epidemias;
- Ações de saneamento ambiental;
- Controlar as epidemias em curso;
- Reduzir o risco de transmissão da dengue nas áreas endêmicas;
- Reduzir a letalidade de FHD/SCD, mediante diagnóstico precoce e tratamento oportuno e adequado;
- Ações integradas de educação em saúde;

Este CCZ, tem como responsabilidade o controle vetorial, buscando identificar infestação de *Aedes aegypti* e precocemente identificar a presença de *Aedes albopictus*, este transmissor da dengue e febre amarela, realizando imediatamente controle químico a fim de evitar disseminação.

2.1.1. - Dentre as ações realizadas, temos:

- Visitas domiciliares, pelos Agentes de Controle de Endemias desenvolvendo atividades de coleta de larvas para identificação, tratamento de depósitos com larvicida, ações educativas, orientando a eliminação dos depósitos inservíveis;
- Ações de Ed. Em Saúde, como: Palestras em Igrejas para público em torno de 2.000 pessoas para atuarem como multiplicadores e fornecimento de material informativo.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- LIRAA (Levantamento de Índice Rápido do *A. aegypti*). Em Porto Velho, devido a deficiência de recursos humanos, foi estabelecido a realização de 04 LIRAA's, para priorizar os bairros a serem trabalhados pelos ACE e ACS. Nesse ano, foram realizados três, nas seguintes datas em toda zona urbana do município de Porto Velho: Abril; Julho e Outubro;
- Visita aos Pontos Estratégicos – PE's, como borracharias, ferros velhos, lojas de materiais de construção, casas de refrigeração, etc., para controle com borrifação residual, aplicação de termonebulização e orientações. Em casos reincidentes, a visita é acompanhada por Fiscal da VISA para notificação.
- Utilização de controle químico (UBV), com base entomo-epidemiológica.
- Equipe de bloqueio atendeu 3.373 solicitações por: casos notificados, denúncias de focos e solicitações por Empresas particulares e Instituições públicas.

Classificação dos Extratos, segundo Níveis de IIP do LIRAA

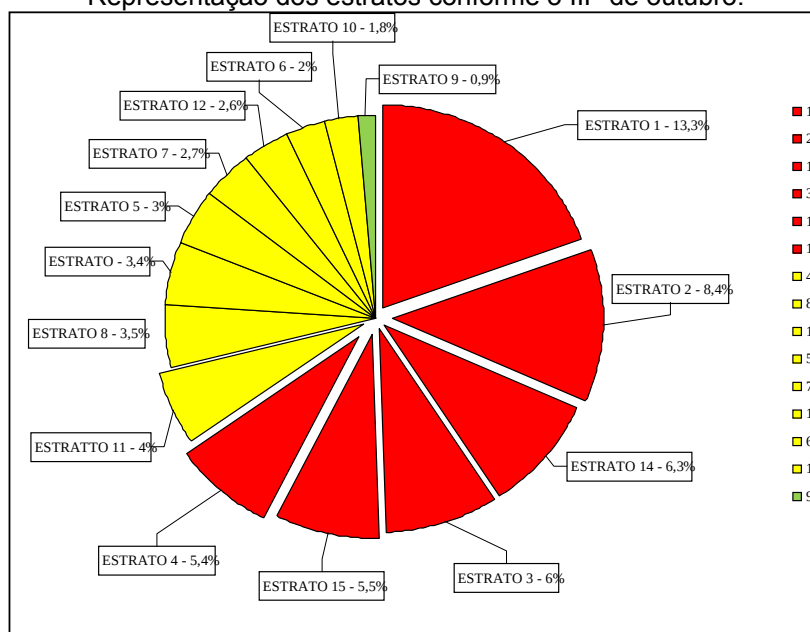
ORDEM	NÍVEL	PARÂMETRO
1	Baixo	≤ 1
2	Médio	1,1 a 4,9
3	Alto	≥ 5

Fonte: www.saude.gov

Distribuído estrategicamente por estratos, facilita ações mais eficazes em áreas com maior risco.

O último LIRAA realizado em outubro do ano corrente apresentou um alto índice de infestação predial conforme mostra o gráfico abaixo:

Representação dos estratos conforme o IIP de outubro.



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Observamos que 40% do município foi considerado de alto risco ($\geq 5\%$, vermelho) e 53,33% de médio risco (1,1 a 4,9%, amarelo), sendo que 6,66% ficou em baixo risco (≤ 1 , verde).

Visitas Domiciliares realizadas por ACE e ACS, para o Controle do Aa, Porto Velho/RO, Janeiro a Dezembro de 2010.

MÊS	IMÓVEIS TRABALHADOS	DEPÓSITOS INSPECIONADOS	DEPÓSITOS TRATADOS
Janeiro	24.443	108.849	2.590
Fevereiro	55.415	112.226	13.691
Março	31.093	94.460	5.759
Abril	26.000	145.074	2.194
Maiο	30.904	108.226	3.149
Junho	29.626	101.635	1.131
Julho	27.187	102.502	2.310
Agosto	36.001	104.090	6.203
Setembro	34.550	97.488	847
Outubro	18.433	80.095	660
Novembro	28.919	85.356	4.001
Dezembro	25.414	68.623	3.581
TOTAL	367.985	1.208.624	46.116

Fonte: SISFAD, em 06.01.2011.

Ao relacionarmos a quantidade de imóveis da Zona Urbana, com o resultado alcançado, observamos que atingimos 52,3 % da meta, devido ao déficit de RH.

A produtividade comparada dos ACE's com a dos ACS's lotados em Unidades de Saúde, nos Programas PACS e de Saúde da Família/ESF. Com o objetivo de otimizar os recursos humanos existentes, os ACS's são os responsáveis pelas ações de controle do *Aedes* e da dengue na sua área de abrangência, orientando a população sobre as medidas de controle vetorial (eliminação e vedação de depósitos). Os ACE's realizam visitas domiciliares nas áreas sem cobertura do PACS/ESF e realizam também o tratamento dos depósitos úteis (tanques, caixas d'água, barril, etc.) que contém larvas do mosquito. Temos em cada Unidade de Saúde um ACE responsável pelo tratamento de depósitos positivos (larvicida) encaminhado pelo ACS.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Numero de Pontos Estratégicos trabalhados e Depósitos Inspeccionados e Tratados, Porto Velho/RO, 2010.

MÊS	PE's TRABALHADOS	DEPÓSITOS INSPECIONADOS	DEPÓSITOS TRATADOS
Janeiro	166	10.156	1.033
Fevereiro	278	9.652	229
Março	630	20.254	293
Abril	476	19.414	104
Maiο	966	31.678	185
Junho	1.015	52.800	411
Julho	506	28.675	17
Agosto	1.199	69.487	34
Setembro	1.107	62.411	70
Outubro	319	20.139	86
Novembro	621	16.479	198
Dezembro	977	50.225	259
TOTAL	8.260	391.367	2.919

Fonte: SISFAD, em 06/01/2011.

A meta é visitar todos PE's a cada 15 dias. Ao todo foram atualizados 7.283 P.E's e o resultado apresentado, representa 40% da meta, em decorrência do déficit de RH e transporte (motocicletas). Além das visitas rotineiras aos pontos estratégicos, também foi realizado o recolhimento de pneus em áreas críticas de "depósitos clandestinos", ou seja, terrenos baldios e borracharias. Nesse trabalho, em parceria com a SEMUSB, foram recolhidos nas borracharias, aproximadamente, 7.600 pneus inutilizáveis e nos terrenos baldios foram recolhidos aproximadamente 23.000. Estes foram levados ao eco ponto credenciado para recolhimento e processamento.

Aplicação de inseticida a Ultra Baixo Volume -UBV

No primeiro semestre, o controle vetorial específico com aplicação de inseticida (UBV), totalizou 104 horas trabalhadas, respeitando as regras de aplicação em 3 fases.

Os seguintes bairros foram contemplados: Nacional, Mariana, Nova Esperança, São Sebastião, Aponiã, Rio Madeira, Floresta, Teixeirão, Embratel, Industrial, São Francisco, JK, Tancredo Neves.

No segundo, reiniciamos aplicações no mês de dezembro com o apoio de 6 carros de UBV pesados cedidos pela AGEVISA/RO, além dos 2 carros de UBV pesado deste departamento onde foi possível realizar 3 ciclos com intervalos de 7 dias atingindo a meta de 9 aplicações por bairro. Os bairros contemplados foram: Nacional, São Sebastião, Costa e Silva, Pedrinhas, Panair, Liberdade, São João Bosco, Nossa Senhora das Graças, São Cristóvão, Socialista, São Francisco, Jardim Santana, Olaria, Arigolândia, Caiari, Mocambo, Santa Bárbara, Mariana, Km 1 e Centro.

Existem fatores determinantes para a alta infestação para o *Aedes* e a transmissão da dengue, entre os quais podemos enumerar:

- Elevadas temperaturas e umidade relativa do ar;
- Alta densidade populacional;
- Urbanização desordenada;
- Coleta de resíduos sólidos domiciliares e abastecimento de água potável deficiente;
- Existência de resíduos sólidos descartáveis, plásticos e pneumáticos contribuindo para aumentar criadouros potenciais;
- Existência de PE de grande extensão e de difícil controle;

Aliados a estes fatores, podemos acrescentar:

- Baixo comprometimento dos profissionais de saúde para o desenvolvimento integrado das ações de controle;
- Baixa cobertura das equipes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Estratégia de Saúde da Família;
- Insuficiência de Agentes de Combate a Endemias para desenvolver as ações de controle do vetor, pois deveria ter 1 (um) Agente de Combate a Endemias para cada 1.000 imóveis;
- Demora na tramitação de processos para aquisição de materiais;
- Insuficiência de veículos (carros e motos); deficiência na manutenção preventiva e corretiva da frota;
- Insuficiência de capacitação permanente de recursos humanos para o controle do agravo.

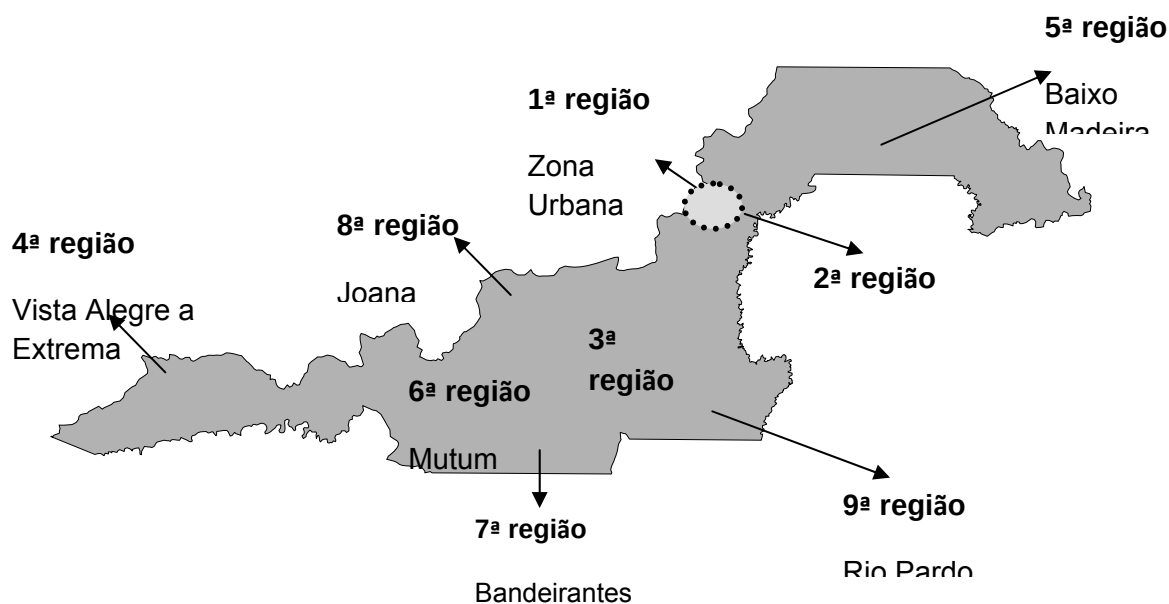
Programa de Controle da Malária

Os principais objetivos do Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM) do Ministério da Saúde são reduzir a letalidade e a gravidade dos casos, reduzir a incidência da doença, eliminar a transmissão em áreas urbanas e manter a ausência da doença em locais onde a transmissão já foi interrompida. O programa utiliza várias estratégias para atingir as seus objetivos, sendo as mais importantes o diagnóstico precoce e o tratamento oportuno e adequado dos casos, além de medidas específicas de controle do mosquito transmissor.

OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES

O Município é dividido em nove regiões para facilitar a operacionalização das atividades de controle vetorial, diagnóstico e tratamento, conforme demonstra figuras abaixo.

Divisão geográfica para ações de controle da malária



Fonte: Sivep-Malária. *Dados sujeitos a revisão. Atualizados em 20.01.2011

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA

A transmissão da malária no Brasil está concentrada na Amazônia Legal, onde se registram 99,9% do total dos casos. Essa Região é composta pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, nos quais totalizam 807 municípios. Em Porto Velho, a malária continua a ser um grande problema de Saúde Pública, o município foi responsável por 56,2% dos casos de malária ocorridos em 2010, embora tenha ocorrido uma diminuição no número de casos da doença tanto no estado quanto no município nos últimos anos.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Dados epidemiológicos de malária, Município de Porto Velho, por região, Janeiro a Dezembro de 2009 e 2010

Regiões	Total de casos		% Variação de casos	% de Participação por Região 2010	casos de falciparum +(f+v)		% Variação de falciparum	Proporção de Malária por P.falciparum	
	2009	2010			2009	2010		2009	2010
1a Região	4.140	4.563	10,2	19,7	212	214	0,9	5,1	4,7
2a Região	3.715	4.541	22,2	19,6	275	284	3,3	7,4	6,3
3a Região	2.803	5.104	82,1	22,0	252	441	75,0	9,0	8,6
4a Região	1.194	1.405	17,7	6,1	83	72	-13,3	7,0	5,1
5a Região	2.029	1.809	-10,8	7,8	189	251	32,8	9,3	13,9
6a Região	2.694	2.658	-1,3	11,5	666	375	-43,7	24,7	14,1
7a Região	1.311	1.312	0,1	5,7	78	73	-6,4	5,9	5,6
8a Região	1.238	1.000	-19,2	4,3	111	86	-22,5	9,0	8,6
9a Região	863	808	-6,4	3,5	145	78	-46,2	16,8	9,7
Total	19.987	23.200	16,1	100,0	2.011	1.874	-6,8	10,1	8,1
*Fonte: Sivep-Malária, Dados sujeitos a alteração. Atualizados em 20.01.2011									

Segundo dados constante na Tabela 05, observa-se que, em relação ao ano de 2009, houve um acréscimo de 16% nos casos de malária em 2010, identificado principalmente, nas áreas de abrangência das hidrelétricas (primeira, segunda e terceira regiões). Apesar dos importantes investimentos realizados a partir do ano de 2009, conforme descritos no item **Investimentos realizados no Programa de Controle da Malária**, o incremento se explica, principalmente, pelas modificações em áreas de transmissão de malária, ocasionado pelo aumento populacional, alterações ambientais resultado da construção das duas usinas em áreas de alta densidade da doença, além de importante incremento de áreas desmatadas. Outro fator a ser considerado, é que, mesmo com os investimentos realizados com os recursos dos PLANO DE AÇÃO DE CONTROLE DA MALÁRIA NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIAS DIRETA E INDIRETA, que consistiu principalmente, na ampliação de frota de veículos, aquisição de materiais e equipamentos, bem como a contratação de RH, em algumas regiões houve solução de continuidade das ações devido ao fato de os recursos não terem chegado em tempo hábil, ocasionando descontinuidade nas ações preconizadas pelo MS.

Investimentos realizados no Programa de Controle da Malária: Compensações Hidrelétricas

- **RH** - Foram contratados pelos empreendimentos 164 - Sto. Antonio – Janeiro; e 64 pelo E.Sustentável -Julho, total de 228 servidores (motoristas, Agente de Endemias e Microscopista) e 4 Agentes pela Norte Brasil transmissora de energia.
- **Veículos** - 21 pick-up e 31 Motocicletas - Sto. Antonio; 4 pick-up e 10 motocicletas pelo Energia Sustentável e 4 motocicletas pela Norte Brasil transmissora de energia.

- **P.A.** - Construídos 04 Pontos de Apoio (Jacy ,Joana Darc e 02 flutuantes)
- **Equipamentos:** Sto. Antonio: Voadeira: 5, Motor popa: 5; Microscópio: 22; Lupa: 5; Termonebulizador costal: 4; pulverizador costal: 101; microcomputador: 4; notebook:2; Gerador:15;

Energia Sustentável: Microscópios: 18; GPS: 2; Termonebulizador costal:15; pulverizador costal:3

Controle Vetorial

O Controle Vetorial na Esfera Municipal do SUS possui diretrizes e responsabilidades definidas, são algumas delas:

- Realizar ações de controle químico e biológico de vetores e eliminação de criadouros;
- Executar as atividades de informação, educação e comunicação que venham a facilitar as ações de controle vetorial;
- preencher os boletins referentes às ações de controle vetorial e alimentar os respectivos sistemas de informação;
- Monitorar distribuição e comportamento dos mosquitos.

As ações de controle vetorial atendem integralmente as normas de qualidade definidas para realização das atividades. Foram borrifados 14.446 prédios , com 63.793 de habitantes atendidos. Este resultado não é o ideal, apesar do aumento de prédios borrifados em relação a 2009. Devido a intercorrências, conforme mencionaremos abaixo, não foi possível uma ação mais efetiva

Além das atividades de borrifação residual intradomiciliar, são executadas ações de termonebulização (FOG), que tem indicações restritas para o controle da malária. Somente é recomendada em emergências epidemiológicas e quando executadas com auto nível de qualidade, respeitando os ciclos de aplicação. Segue abaixo gráfico contendo o total de horas (4.096:76min) trabalhadas na termonebulização, utilizando o inseticida Cypermtrina CE 30, com um consumo de 1.455.451 litros.

No início do ano de 2010 tivemos dificuldades para o desenvolvimento das atividades de campo, como paralização de veículos, seja para manutenção corretiva como preventiva , deficiência de pessoal, EPI's, manutenção e assistência técnica em nossos equipamentos.

LABORATÓRIO DE ENTOMOLOGIA

O conhecimento da distribuição e comportamento dos mosquitos *Anopheles* é de suma importância para o controle da malária. Para conseguir essas informações, faz-se necessário realizar levantamento entomológico (Pesquisa larvária e Captura de alados) nas localidades onde essa endemia acomete a população, no entanto são informações fundamentais para nortear e direcionar as ações de combate e controle desses vetores. A Tabela a seguir descreve as atividades realizadas.

Sabemos que a estratégia para o controle da malária em nossa região destaca como primeiro elemento estratégico o acesso ao diagnóstico oportuno e tratamento adequado, porém temos observado que, apesar de notáveis avanços, na maioria das vezes essa atividade não está a contento para a redução dessa enfermidade, e, para intensificar as atividades de combate e controle da malária estamos atuando de forma conjunta para que possamos quebrar o ciclo de transmissão e, conseqüentemente, reduzir o número de casos positivos de malária. Portanto, entre as atribuições da equipe de entomologia, destacamos o direcionamento das medidas de controle a serem adotadas, identificando e avaliando áreas de risco para transmissão dessa enfermidade, conjuntamente com o setor de epidemiologia, de operação e saneamento. Abaixo, descrição detalhada de ações realizadas.

Ações realizadas em 2010 pelo laboratório de entomologia do CCZ

MALÁRIA / DENGUE				
AÇÃO/ ATIVIDADE	ESTRATÉGIA DESENVOLVIDA	PÚBLICO ALVO	META PREVISTA	META ALCANÇADA
Captura de mosquitos do gênero <i>Anopheles</i>	Captura por atração humana, 2 pontos em cada localidade com duração de 180 minutos nos ambientes intra e peri domicílio.	Localidades com casos de malária	72 Localidades 144 Pontos	39 Localidades 55% 78 Pontos 54%
Coleta de formas imaturas (Larvas) de <i>Anopheles</i>	Pesquisa larvária em criadouros de <i>Anopheles</i> , obedecendo à norma técnica de 9 conchadas por ponto, no mínimo 20 pontos por criadouro, um ponto a cada 5 metros	Localidades com casos de malária	180 Localidades 360 Criadouros	154 localidades 84% 243 criadouros 65%
Identificação de <i>Anopheles</i>	Utilização de lupa entomológica e chave	População	100% dos capturados	99% identificados

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

adultos	dicotômica			1% danificados
Identificação de <i>Anopheles</i> imaturos	Utilização de microscópio e chave dicotômica	População	100% dos coletados	100%
Identificação de formas imaturas de <i>Aa</i> , coletadas no serviço antivetorial do PCFADENGUE	Utilização de microscópio e chave dicotômica	População	100% dos coletados Diariamente	100%
Identificação de formas imaturas de <i>Aedes</i> , coletados no Levantamento de Índice Rápido (LIRAA)	Utilização de microscópio e chave dicotômica E consolidação dos dados do LIRAA.	População	100% dos coletados	100% LIRAA Realizado no mês de Abril, Julho, Outubro de 2010
Amostragem de ovos de <i>Aedes</i> com OVITAMPAS	Instalação de armadilhas (ovitampas) durante 4 semanas para contagem de ovos de <i>Aedes</i> utilizando lupa entomológica, em localidades de maior infestação de casos de Dengue.	População	4 localidades de maior IIP: Castanheira, Caladinho, Tancredo Neves, Aponiã	100%
Investigação e coleta de Triatomíneos (Barbeiro) Capacitação	Investigação Intra e Peri domicílio em todas residências da localidade do km 5,5 e instalação de Armadilhas, em palheiras das proximidades.	População	23 Amostras coletadas	Amostras enviadas para análise no Lacen onde foram 100% identificadas
Investigação e coleta de Triatomíneos (Barbeiro) na comunidade Quilombola em parceria com NERO/LACEN	Investigação Intra e Peri domicílio em todas residências da comunidade Quilombola no município de São Francisco do Guaporé RO com instalação de Armadilhas, e derrubada de palheiras para a captura de Triatomíneos.	População	54 Amostras coletadas 23 adultos 19 Machos e 04 Fêmeas e 31 ninfas	Amostras enviadas para análise no Instituto Osvaldo Cruz FIOCRUZ - RJ Foram 100% identificadas
Vistoria e levantamento entomológico nos canteiros de obra	Visitas nos canteiros de obras, com informações diversas sobre, Dengue e ações de eliminação de focos e/ou criadouros de <i>Aa</i> e/ou <i>Aedes albopictus</i>	Localidades onde foram solicitados	Atender 100%	100%
Teste de susceptibilidade ao inseticida - espacial Cypermtrina 300 CE	Exposição de mosquitos, presos em gaiolas, à termonebulização	População	Não Programado para esse Ano	-

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Teste de susceptibilidade ao Larvicida - Diflubenzuron	Exposição de Larvas da Dengue de 1º,2º,3º,4ºe 5º estádios , expostas ao novo larvicida Diflubenzuron	População	01 Teste	100%
Avaliação dos equipamentos utilizados no controle vetorial (O. I.)	Aferição dos equipamentos Aspersores costais (guarany) e termonebulizadores	População	Avaliar os equipamentos da 9 Regiões	66,7%
Avaliação dos equipamentos de UBV pesado	Aferição dos equipamentos de UBV pesado utilizados no combate a Dengue.	População	08 Equipamentos	100%
Levantamento e monitoramento entomológico na zona rural	Realização dos trabalhos entomológicos periódicos nas 9 regiões 2 vezes ao ano	População	Levantamento entomológico Nas 9 Região	44,5%
Treinamento e capacitação de novos agentes de combate as endemias, lotados nos Distritos de: Jaci-Paraná, Mutum Paraná, União Bandeirantes e Extrema	Técnicas de Aplicação residual (Aspersão) Técnicas de Aplicação espacial (Termonebulização) Manuseio e Preparação de inseticida, utilização de EPI. Preenchimento de formulário de OI (operação de Inseticida)	Servidores Ornelas	04 capacitações	100%

Observações: no início de 2010, foi acrescentado 03 servidores ao quadro (total de 09), tendo em vista que 80% da equipe de entomologia foi designada para fazer parte da equipe do Levantamento de índice rápido (LIRA). Esse foi realizado três vezes neste ano utilizando também um dos dois veículos deste setor e viagem para levantamento entomológico na 3ª região. As metas foram parcialmente atingidas. O outro veículo foi para a oficina, com problemas no motor, onde se encontra sem previsão da resolução.

5.3.2.3 Divisão de Pesquisa e Diagnóstico

Laboratório de Revisão

De Janeiro a dezembro de 2010 foram realizadas:

- 30 capacitações em diagnóstico de malária para os novos microscopistas contratados pela compensação da construção das hidrelétricas para as 09 regiões do município de Porto velho;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- 35 atualizações e capacitações em notificação de casos de malária, coleta e coloração de lâminas para pesquisa de plasmódio e tratamento de malária;
- 04 atualizações em diagnóstico de malária.
- 02(duas) supervisões, acompanhadas de revisão direta de lâminas nos laboratórios das 09 regiões.

Distribuição de Laminas revisadas, janeiro a dezembro 2010

MÊS	LAMINAS REVISADAS		
	NEGATIVA	POSITIVA	TOTAL
JANEIRO	310	728	1038
FEVEREIRO	816	823	1639
MARÇO	750	885	1635
ABRIL	738	1132	1870
MAIO	669	802	1471
JUNHO	499	989	1488
JULHO	782	967	1.749
AGOSTO	931	1.485	2.416
SETEMBRO	1.829	1.918	3.747
OUTUBRO	1.177	1.534	2.711
NOVEMBRO	1.383	1.503	2.886
DEZEMBRO	1.502	1.891	3.395
TOTAL	11.386	14.657	26.045

Fonte: Laboratório revisão/CCZ/SEMUSA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações realizadas em 2009 pelo Departamento de Controle de Zoonoses

Eixo: Atenção a Saúde e Vigilância em Saúde					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Divisão de Controle de Animais Domésticos e Sinantrópicos					
Controle de Animais Domésticos através de captura de cães nas vias públicas e Remoções domiciliares de cães e gatos	Capturar 1000 cães errantes	Capturados 502 cães Meta atingida em 50%			A captura de cães durante 6 meses ficou reduzida devido a paralização no fornecimento de eutanásicos pelo Estado, problemas mecânicos nas carrocinhas e falta de PM p/ acompanhar ação. e a partir de setembro, sanadas as dificuldades, retomamos a ação.
	Remover 100% das solicitações	Meta não atingida. Removidos 1.523 animais (81,7%)			
Realização de 01 Campanha Municipal de vacinação Anti-Rábica ano	Vacinar 80% da população animal estimada (cães e gatos)	Meta ultrapassada. 52.242 animais (90,42%)			Esta ação é realizada em postos fixos na Capital e Sedes de Distritos e casa a casa nas linhas (área rural terrestre e ribeirinha)
Realização de 01 Campanha Nacional de vacinação Anti-Rábica ano	Vacinar 80% da população animal estimada (cães e gatos)	Meta não atingida. 40.180 animais (69,57%)			Falta de adesão da população à segunda etapa de vacina
Observação de animais suspeitos para Raiva	100% de animais encaminhados ao CCZ com sintomatologia clínica compatível e relato de contato com pessoas (mordedura, arranhão, etc)	64 animais (100%) de solicitações			Estamos a 06 anos sem casos de raiva canina em Porto Velho. Muitas das solicitações são animais com cinomose ou agressões por outro motivo que proprietários associam à raiva
Coleta de encéfalo para diagnóstico laboratorial de raiva e envio de remessas ao LACEN	Coletar 100 amostras caninas para pesquisa de vírus rábico	Meta não atingida. Foram coletadas e enviadas ao LACEN 68 amostras, sendo todas negativas			
Controle . População Roedores: Inspeção c/ orientação e Desratização	Atender 100% das solicitações	08 solicitações atendidas (100%) e 03 Desratizações realizadas.			Os serviços têm se constituído em atender a demanda espontânea e execução de serviços pontuais no controle de focos. Os serviços

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Controle Pop. Aves Sinant.(Pombos). Inspeção c/ orientação	Atender 100% das solicitações	05 solicitações atendidas (100%)			sofreram sérios prejuízos: 1) Falta de veículo; 2) Falta de recursos humanos; 3) Falta de recursos materiais.
Controle Pop. Morcegos. Inspeção c/ orientação	Atender 100% das solicitações	07 solicitações atendidas (100%)			
Controle moluscos (Caramujos e Lesmas). Inspeção c/ orientação	Atender 100% das solicitações	05 solicitações atendidas (100%)			
Cont. artrópodes (Escorpiões). Inspeção c/ orientação e Tratamento	Atender 100% das solicitações	01 solicitação atendida (100%)			
Realizar palestras nas instituições públicas quando solicitado.	Atender 100% das solicitações	Todas as solicitações foram atendidas. 02 Palestras/Treinamento para controle populacional de Aves sinantrópicas e 02 para controle de Moluscos.			
Divisão de Controle de Vetores. Programa de Controle da Dengue e Febre Amarela					
Realização de visitas domiciliares p/ o controle do Aa	Meta pactuada, realizar 80% dos seis ciclos anuais para identificação e eliminação de focos e/ou criadouros de <i>Aedes aegypti</i> e <i>Aedes albopictus</i> em imóveis	Realizada 49,6% da meta			Meta não atingida (baixa) devido ao déficit de Agentes de Combate a Endemias/ACE e a baixa cobertura dos Programas de Agente Comunitário de Saúde/PACS e de Saúde da Família/ESF. Mas, com o objetivo de otimizar os recursos humanos existentes, são os ACS das equipes do PACS e das ESF responsáveis pelas ações de controle do <i>Aedes</i> e da dengue na sua área de abrangência, orientando a população sobre as medidas de controle vetorial (eliminação e vedação de depósitos). Os ACE realizam visitas domiciliares nas áreas sem cobertura do ACS e realizam também o tratamento dos depósitos úteis (tanques, caixas d'água, barril, etc.) que contém larvas do mosquito. Temos em cada Unidade de Saúde um ACE responsável pelo tratamento de depósitos positivos (larvicida) na área trabalhada pelo ACS.
Visita a Pontos Estratégicos- PE	Visitar todos PE's a cada 15 dias. Ao todo foram atualizados 1.008 P.E's	Meta não atingida. Realizado 20% da meta			Deficiência de RH, Motos e Veículos no 1º semestre.
Aplicação de Inseticida (UBV) em caso de surtos	Bairros com alto índice de Infestação e nº de casos de dengue	Realizado 150hs de aplicação em 20 bairros			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Bloqueio de transmissão em casos suspeitos de dengue. Investigação e controle vetorial	Trabalhar Imóveis residenciais, comércios, Instituições públicas e Privadas de acordo com as solicitações	Meta atingida em 100%. Todas as solicitações foram atendidas (2.800)			
Visitas aos Distritos de Porto Velho para Levantamento de Índices e Tratamento	Meta fazer Levantamento de Índice e tratamento de Imóveis em Sedes de Distritos	Realizado em Extrema, Nova Califórnia e Vista Alegre do Abunã			Não realizado em outros Distritos, devido deficiência de RH.
Capacitações/palestras/Ed. Saúde (Capacitar voluntários p/ trabalhar em parceria nos focos de mosquito da dengue)	Atender 100% das solicitações	Atingido 100%			
Divisão de Controle de Vetores. Programa de Controle da Malária					
Borrifação Residual Intradomiciliar	Borrifar imóveis com casos de malária com intervalo de borrifação maior que 04 meses.	Foram borrifados 8.118 prédios , sendo 32.171 habitantes atendidos			No início do ano de 2009 tivemos muitas dificuldades para o desenvolvimento das atividades de campo, como a falta de veículos, pessoal, uniformes, EPI's, manutenção e assistência técnica em nossos equipamentos. No mês de julho (2ª quinzena) recebemos a contra partida das compensações da Usina de Santo Antonio (SANTO ANTONIO ENERGIA) como veículos camionetas, motocicletas, barcos voadeiras, motores de popa, motores estacionários, termonebulizadores, pulverizadores costais, botas, microscópios, EPI's, uniformes, e a partir dessa data intensificamos nossas atividades, tendo em vista que nosso maior problema era a falta de veículos.
Realizar ações de termonebulização (FOG), que tem indicações restritas para o controle da malária	Realizar termonebulização (FOG) em locais com aumento no número de casos de malária	Termonebulização (FOG) utilizando 7.130 litros de calda do inseticida Cypermetrina CE 30, totalizando 421:45 min de aplicação.			
Divisão de Diagnóstico e tratamento - Laboratório de Revisão					
Controlar a qualidade de diagnóstico de malária.	Revisar 100% das laminas positivas e 20% das negativas	Meta atingida em 100%			Dificuldades: Falta de veículo específico para o laboratório visitar diariamente os Laboratórios; Falta manutenção de Microscópios; Dificuldade de deslocamento de microscopista das localidades rurais para atualização em Porto Velho.
Capacitação/Atualização em Dianóstico de Malária	Realizar Capacitações p/ novos contratados e Atualização em dos microscopistas que apresentam divergência em diagnóstico	Meta atingida. Realizadas 12 capacitações e 04 atualizações			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Supervisões em Laboratórios de Malária	Monitorar qualidade de diagnóstico e preenchimento de livros específicos da malária (fichas de pacientes, dispensação de medicamentos, controle de estoque de insumos e medicamentos)	Meta atingida. Realizado 15 supervisões na zona urbana e 01 em cada laboratório da zona rural.			
Divisão de Diagnóstico e tratamento - Laboratório de Entomologia					
Realizar levantamento entomológico com: Captura de mosquitos do gênero <i>Anophele</i> na área urbana de Porto Velho. Captura por atração humana,	2 pontos em cada localidade com duração de 180 minutos nos ambientes intra e peri domicílio em 86 localidade	Meta atingida em 41%			O veículo da entomologia esteve cedido para realização da força tarefa para o controle da malária e as atividades de captura por atração humana foram suspensas até a segunda ordem, sendo priorizadas as localidades onde estaria sendo programada a força tarefa. Ainda estamos necessitando de produtos químicos utilizados para a identificação e conservação do material coletado. (Acetato e Hidróxido de Potássio) Teste realizado na localidade do Km 14, sentido Candeias. (2ª Região). Foram encontrados vários equipamentos de termonebulização sem condições de uso, e orientamos aos supervisores para encaminhar a Divisão de Controle de Vetores.
Coleta de formas imaturas (Larvas) de <i>Anopheles</i> Pesquisa larvária em criadouros de <i>Anopheles</i> , obedecendo à norma técnica de 9 conchadas por ponto	no mínimo 20 pontos por criadouro, um ponto a cada 5 metros nos criadouros cadastrados. 228 localidades	Meta atingida em 32%			
Identificação de <i>Anopheles</i> adultos. Utilização de lupa entomológica e chave dicotômica	Localidades priorizadas para o estudo entomológico. 100% dos capturados	100%			
Identificação de <i>Anopheles</i> imaturos. Utilização de microscópio e chave dicotômica	Localidades priorizadas para o estudo entomológico. 100% coletado	100%			
Identificação de formas imaturas de <i>Aedes</i> . Utilização de microscópio e chave dicotômica	Localidade onde foram efetuadas as atividades do PCFA-Dengue	Atingida 100%			
Teste de susceptibilidade ao inseticida - espacial Cypermtrina 300 CE, através de exposição de mosquitos, presos em gaiolas, à termonebulização	Mediante suspeita de resistência ao inseticida	Realizado 01 teste			
Avaliação dos equipamentos utilizados no controle vetorial (O. I.) na área urbana e rural. Aferição dos equipamentos Aspersores costais (guarany) e termonebulizadores portátil e pesados	Avaliar os equipamentos de Todas as Regiões	100%			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Captura de insetos de importância médica para a transmissão da leishmaniose – LTA. Instalação de armadilha luminosa nos ambientes extra e peri-domicílio por um período de 12 horas.	Localidade indicada pelo setor de epidemiologia, suspeitas da presença do transmissor	100%			Localidades de Jaci Paraná e União Bandeirante
Captura de insetos de importância médica para a transmissão da Doença de Chagas. Busca ativa nos ambientes intra e peri domicílio	Localidade indicada pelo setor de epidemiologia, suspeitas da presença do vetor – Bairros: Cascalheira, Nova Esperança e Park Ceará	100%			Apenas 01 (uma) localidade fora positivo para o Gênero/Espécie: Rhodnius robustus, este de importância médica encontrado no Bairro Cascalheira.
Vistoria nos canteiros de obras mediante requerimento. Pesquisa larvária e Captura de alados	Atender os requerimentos solicitados	100%			O levantamento entomológico foi realizado para determinar possível foco do mosquito da Malária e Dengue.

Fonte: DCZ/SEMUSA/PVH

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Na primeira metade do século 20, os trabalhadores brasileiros conquistaram a previdência social e, através dela, era oferecida assistência médica.

A compreensão adotada a partir de então é a de que a saúde é sinônimo de assistência médica, exclusivamente. Os componentes da proteção e da promoção da saúde, inclusive os relacionados aos objetivos das práticas de Vigilância Sanitária, foram abandonados a um segundo plano. Com o movimento da reforma sanitária, que ganhou força nos anos 80, estas coisas começam a mudar. Partindo de outro conceito de saúde como qualidade de vida, a reforma sanitária mostra que a saúde resulta da oferta de múltiplas políticas sociais que garantam a moradia, o emprego, a alimentação, a educação, o saneamento básico e qualidade do meio ambiente.

Assim, a Constituição Federal de 1988 e as leis orgânicas da saúde, Lei Federal 8.080 e Lei 8.142, incorporam as recomendações e reivindicações do movimento da reforma sanitária. Neste contexto a saúde passa a ser um direito compondo o sistema de seguridade social. O Sistema Único de Saúde, definido pela Constituição, abarca os princípios que o caracterizam como um sistema universal, descentralizado, integral, eficiente e com participação social. O que representa uma conquista da sociedade e o seu princípio de integralidade traz o desafio de sua responsabilidade pela assistência na recuperação, proteção e promoção da saúde.

Ainda referindo-se a Lei Federal 8.080, no seu artigo 15 onde estabeleceu as atribuições comuns a todas. Combinando-se as competências atribuídas a cada uma das esferas de governo (União, Estados, DF e Municípios) com as atribuições comuns se com os objetivos gerais do SUS, enunciados na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde, e enquadrando-as no esquema de limites para o exercício dessas competências pelas entidades estatais, podemos concluir que, em matéria de Vigilância Sanitária, incluindo o poder de polícia administrativa sanitária:

- 1) A União se limita a expedir normas gerais sobre o sistema nacional de Vigilância Sanitária, definindo-o e coordenando-o em todo o território nacional;

- 2) Os Estados têm o poder-dever de coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de Vigilância Sanitária e de saúde do trabalhador, suplementando, nesses setores, a legislação sobre normas gerais expedidas pela União;
- 3) “Os Municípios podem, na medida dos interesses predominantemente locais, suplementar a legislação federal e estadual no tocante à aplicação e execução de ações e serviços de Vigilância Sanitária”. (Trecho “resumido do livro Sistema Único de Saúde, de Guido Ivan e Lenir”).

O Departamento de Vigilância Sanitária, através das Divisões de Vigilância em Saúde Ambiental, Vigilância em Produtos e Serviços e Vigilância em Alimentos, realizou ao longo do ano de 2010 ações fiscais voltadas para os seguintes ramos de atividades: Meio Ambiente, Produtos e Serviços e Alimentação, prestação de serviço, comércio, varejo e prestação de serviço. E ainda o atendimento a Denúncias Públicas, demanda essa vinda da população em geral, atendimento direto das solicitações do Ministério Público Estadual, Procuradoria do Trabalho, Agências Estadual e Nacional de Vigilância Sanitária.

O ano de 2010 foi marcado pelo significativo aumento da demanda devido aos grandes empreendimentos instalados em nossa capital. O que exigiu de nosso corpo técnico mais agilidade na resolução dos problemas encontrados, sem falar no visível aumento da população e junto todos as necessidades básicas. Verificamos que se fez necessário e ainda se faz à contratação de mais servidores para atuarem na função de fiscais para está atendendo a contento e tempo hábil a esse contingente. Com planejamento e organização pudemos desenvolver nossas ações buscando cumprir as metas pré – estabelecidas, ações essas pautadas nas seguintes Leis: 1.562(Código Sanitário Municipal) , Portaria 518/2004/MS, RDC 216/ANVISA, Lei Estadual 221 e 228 de dezembro /2002 entre outras leis federais.

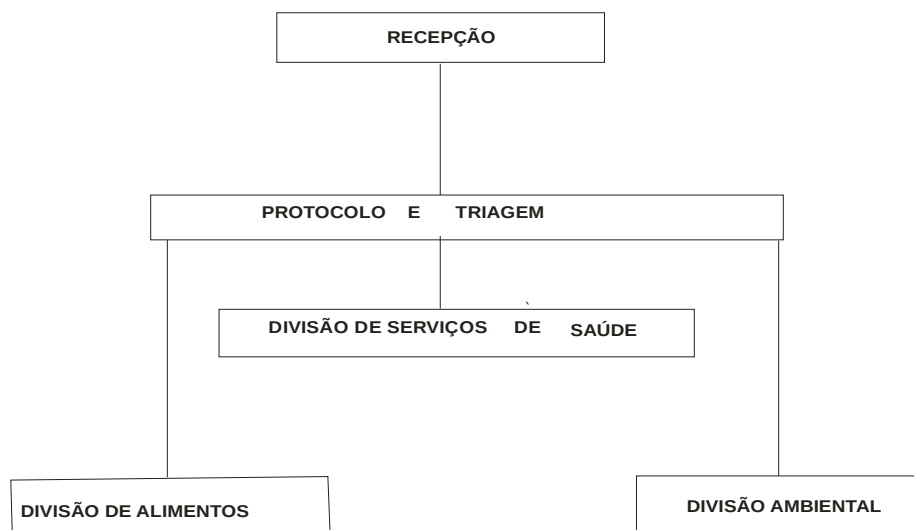
Objetivo

O objetivo do nosso trabalho foi prevenir, orientar e ainda avaliar as condições higiênico-sanitária. Na responsabilidade de garantirmos a qualidade e a diminuição dos riscos e o bem-estar da população e a saúde pública do Município de Porto Velho.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Descrição do quadro técnico dos servidores do departamento

	NOME	PROFISSÃO	FUNÇÃO
01	Alencar Silveira Filho	Psicólogo	Fiscal Sanitário
02	Amaro Nunes Torres	Vigia	Vigia
03	Ana Lúcia Viana de Oliveira	Administração	Assist. Administrativo
04	Antonéas Vieira Frota Mendes	Administração	Fiscal Sanitário
05	Antônio Manoel Alves de Moura	Motorista	Motorista
06	Belgrano J. C Alves	Médico Veterinário	Técnico
07	Célia Maria Jacinto do Nascimento	Ensino Médio	Aux. Administrativo
08	Cláudio de Assis Ferreira	Direito	Fiscal Sanitário
09	Danielle Silva de Souza	Adm. Hospitalar	Fiscal Sanitário
10	Edilene de Jesus Chagas Pinheiro	Biologia	Chefe Div. Saúde Ambiental
11	Eduardo R. Honda	Farmac/Bioquimico	Técnico
12	Eleildon M. Ramos	Médico Veterinário	Técnico
13	Ernandes D. Brito	Farmac/Bioquimico	Técnico
14	Irailce B. F. Leite	Geógrafo	Fiscal Sanitário
15	Irismar Lima de Oliveira	Ensino médio	Aux. Administrativo
16	Jairo S. da Costa	Economista	Fiscal Sanitário
17	Joelmar Ferreira da Silva	Matemática	Fiscal Sanitário
18	José Augusto da Silva	Ensino médio	Motorista
19	José Mourão Mendes	Ensino médio	Motorista
20	Lúcia Fátima de Araújo	Ensino Médio	Aux. de Serv. Gerais
21	Marcelo F. A Mourão	História	Fiscal Sanitário
22	Márcio Jean Gonçalves da Silva	Comunicação Social	Fiscal Sanitário
23	Maria Aparecida F. de Azevedo	Ens. Fundamental	Aux. Serviços Gerais
24	Maria do Carmo Gomes da Costa	Administração	Aux. Administrativo
25	Maria S. Cavalcante	Enfermeira	Técnica
26	Nazaré Valdez do Nascimento Borges	Administração	Chefe Div. Controle de Alimentos
27	Nicodemos Souza de Andrade	Ensino Médio	Motorista
28	Pedro R. V. Xavier	Economista	Fiscal Sanitário
29	Ronald Gabriel Passos da Silva	Veterinário	Diretor de Departamento
30	Sueli Lima Medeiros	Administração	Fiscal Sanitário
31	Vanderlei Martins de Lima	Enfermeiro	Enfermagem

Fluxograma de atendimento

O fluxo de atendimento das divisões que compõem o Departamento de Vigilância Sanitária inicia na recepção e posteriormente repassadas aos responsáveis pelo protocolo e triagem.

As demandas dos setores são encaminhadas aos técnicos de cada divisão que procedem as devidas análises e pareceres técnicos, desencadeando a partir daí, ações fiscais em Vigilância Sanitária, com a finalidade de confirmar a veracidade das informações, constantes no processo dos contribuintes, e ao mesmo tempo desencadear atividades de inspeção físicas, estruturais e sanitárias dos estabelecimentos que estão pleiteando o licenciamento sanitário.

Documentos Lavrados pelo departamento – 1º Semestre 2010

DOCUMENTO FISCAL	1º Trimestre	2º Trimestre	Total
DENÚNCIAS	329	120	449
NOTIFICAÇÕES	371	380	751
REINSPEÇÃO (para liberação de alvará não liberado na 1ª inspeção realizada)	83	72	155
INSTRUÇÃO DE PROCESSO (Medição)	101	90	191
AVALIAÇÃO SANITÁRIA	227	334	561
APREENSÃO	91	68	152
INTERDIÇÃO	14	15	29
DESINTERDIÇÃO	07	09	16
TOTAL	1039	926	2304

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Alimentos apreendidos

ALIMENTOS APREENDIDOS	2. 208kg

Coletas de água realizada - zona urbana - portaria 518/2004/MS

Coletas de água realizadas	Jan	Fev	Ma	Ab	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	No	Dez	Total
Coleta de água para cloro e turbidez	61	00	96	48	62	70	47	66	54	72	89	62	726
Coleta de água para bacteriológico	9	05	15	14	17	24	21	14	13	08	09	07	155
Total de ações	70	05	111	62	79	94	68	80	67	80	98	69	882

Em Porto Velho, foram coletadas nas pontas de rede do sistema (CAERD) 726 amostras para análise de turbidez e Cloro. Para o parâmetro turbidez (5 UT) 99,59 estavam em conformidade com a Portaria 518/2004/MS e para o parâmetro cloro (0,2MG/L) 66,12. Foram realizadas ainda 155 amostras de água (CAERD e poços) para análise bacteriológica. Dessas 95 foram na zona urbana 60 na rural. Das amostras coletadas na zona rural 47 foram de poços, onde 22 estavam contaminadas com coliformes fecais. Das 63 amostras de água de poços coletadas na zona urbana, 21 estavam contaminadas.

Entende-se que o elevado índice de contaminação nas amostras coletadas em poços é justificado pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000/2001, 90% que observou que os bairros da cidade de Porto Velho não têm rede coletora de esgoto, isto certamente tem contribuído para a contaminação dos lençóis freáticos da região.

Foram realizadas coletas para exame bacteriológico, em Escolas e Unidades de saúde tanto na zona urbana como rural.

Todas as ações descritas foram realizadas por 11 (onze) fiscais que compõe as três Divisões do Departamento, com o suporte técnico de farmacêuticos Bioquímicos, Médicos Veterinários, enfermeiros, Administradora, Bióloga e auxiliares e assistentes administrativos. No que se refere às análises, pareceres e expedição dos processos dos estabelecimentos que pleiteiam o alvará sanitário, junto ao departamento de Vigilância Sanitária. Quanto aos atendimentos das denúncias, a maioria delas são demandadas pela população através do 0800 e ou pessoalmente e ainda através do Ministério Público, Delegacias, Procon e outros. As atividades de educação sanitária foram destinadas aos proprietários de estabelecimentos nos

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

ramos de drogarias, farmácias, supermercados, feiras livres e outros. Nessa oportunidade foram distribuídos materiais informativos sobre procedimentos de comercialização de medicamentos, Boas práticas em Fabricação de alimentos conforme RDC 216 e Código Sanitário Municipal Lei 1.562 / 2003.

Dentro das Divisões de Saúde Ambiental, Produtos e Serviços de Saúde e Controle de Alimentos encontram-se os mais distintos objetos do controle Sanitário, tais como: medicamentos, saneantes, equipamentos, hemoderivados, vacinas, manipulação correta na preparação de alimentos, controle da qualidade da água, aliada a garantia da qualidade dos alimentos, verificando sempre em parceria com o LACEN, a presença de contaminação. Entre outros, que apresentam potenciais fatores de risco a Saúde. Encontram-se, também, alvos de proteção: Usuário, trabalhadores e ambientes todos inseridos em campo estratégico para implementações, de práticas relacionadas com as funções de Vigilância Sanitária. Ressaltamos, porém, que as ações fiscalizadoras de hemoderivados, vacinas, Unidades de Saúde no momento ainda não estão sendo executada pelo município, tendo em vista a necessidade de recursos humanos especializado nestas áreas.

Documentos Lavrados pelo departamento - 2º Semestre 2010

DOCUMENTO FISCAL	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
NOTIFICAÇÃO	323	345	668
APREENSÃO	25	14	39
INTERDIÇÃO	39	07	46
DESINTERDIÇÃO	16	13	29
REINSPEÇÃO (para liberação de alvará não liberado na 1º inspeção realizada)	61	51	112
DENÚNCIAS RESOLVIDAS	68	112	180
INSTRUÇÃO DE PROCESSO (Medição)	84	72	156
AVALIAÇÃO SANITÁRIA	267	152	419
COLETA PARA ANALISE (de alimentos)	06	08	14
TOTAL	889	774	1663

- ✓ Avaliação Higiénico - Sanitária – os seguintes pontos: emissão de notificação, apreensão, interdição, desinterdição, coleta de amostras para análise laboratorial
- ✓ Emissão de Alvará de Saúde;
- ✓ Criação de banco de dados disponível na divisão;
- ✓ Atendimento a Denúncia Pública.
- ✓ Ações Pontuais em parceria com outros órgãos.

É importante salientar que, neste segundo semestre, a demanda do Departamento aumentou, porém o corpo fiscal estava comprometido, em virtude de férias e licenças, direito de qualquer servidor. Diante desse quadro, observamos uma queda no número de documentos emitidos no segundo semestre e ainda foi observado e constatado pelos fiscais um grande número de estabelecimentos que dão entrada no cadastro junto a Vigilância, gerando a partir daí uma solicitação de visita/Vistoria, devido ao tempo que passamos para atendê-los. Muitas vezes, no momento da visita é constatado encerramento de atividades e/ ou mudança de endereço. São situações que vêm causando certo desconforto para o corpo fiscal e técnico, uma vez que ocorre desperdício de toda uma estrutura logística e humana que é colocada à disposição para o desenvolvimento das ações de inspeções sanitárias. Outra observação importante é quanto ao número de fiscais disponíveis no Departamento, que terminou esse semestre contando apenas com 07 fiscais. Isso tem comprometido o desenvolvimento das ações fiscais.

Educação sanitária e capacitações voltadas aos fiscais e corpo técnico

Treinamentos sobre o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que visou o repasse de informações importantes para a operacionalização do Sistema.

01. Treinamento de fiscais, na área de saneantes e domissanitários, medicamentos, no intuito de aprimorar e atualizar os conhecimentos para um melhor desempenho das ações de VISA;
02. Participação no Fórum Regional de Vigilância Sanitária, Manaus/AM, na condição de palestrante para abordar a adesão dos estabelecimentos varejista de medicamento do Município de Porto Velho/RO ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados e Apresentação de Ações existentes através de projeto, a importância do monitoramento e da qualidade da água na prevenção da Hepatite A.
03. Assessória externa – Viagem ao Município de Costa Marques por solicitação do Ministério Público estadual no período (Maio e Setembro) para diagnóstico e formação de uma equipe mínima para desenvolvimento de ações de vigilância sanitária local.

04. Capacitação análise, procedimentos e manipulação para a inspeção de água mineral.
05. Participação no Lançamento da Campanha em Combate ao tabagismo em Parceria com MP Estadual e AGEVISA.

Dificuldades encontradas durante a realização das atividades no período de julho a dezembro de 2010

Hoje é seguro afirmar, pelo próprio levantamento demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, que Porto Velho, tem sido um dos municípios da região norte, com um maior crescimento populacional, levando em consideração os anos anteriores e os altos investimentos ocorrido nas áreas, Sociais e econômicas, possibilitando e estimulado o processo migratório para a região. Neste aspecto de expansão demográfica, surge paralelamente a dificuldade e necessidade social, principalmente pela velocidade como são ocupados os espaços urbanos. Nesse sentido é oportuno registrar que dentro do cenário saúde é onde podemos observar com clareza a insuficiência dos serviços de saúde oferecidos para a população. A situação parece lógica quando fazemos uma análise da população de Porto Velho, 5 (cinco) anos atrás, quando tinha aproximadamente 340,000 mil habitantes, e nos dias atuais a população do referido Município já está numa ordem aproximada de 420,000 habitantes.

Como os serviços de Vigilância Sanitária são exigidos dentro desse processo de desenvolvimento, surge a nossa principal dificuldade que é exatamente a perda da capacidade de suporte técnico e fiscal para atuar em todas as áreas do componente da saúde, onde é fundamental a presença da vigilância Sanitária, para dar o seu aval no sentido de assegurar a qualidade dos produtos, bens e serviços que estão sendo oferecidos para o consumo da população.

Conclusão e sugestões

Sem perder de vista a importância do nosso papel dentro da sociedade, acreditamos que as nossas atribuição e responsabilidades têm sido exercidas, dentro da realidade dos recursos humanos e financeiros que são disponibilizados para a realização das atividades, mesmo assim temos que admitir que tudo que fazemos, contamos antes de tudo com a boa vontade e otimismo dos nossos fiscais

e técnicos. Sendo assim, podemos dizer que o serviço de Vigilância, no segundo semestre atingiu mais de 70% da meta planejada e programada.

Como sugestões, queremos registrar a necessidade urgente da contratação de novos técnicos de nível superior, tais como farmacêutico – bioquímico e/ou biomédico, médico e odontólogo, bem como Fiscais Sanitários e agentes administrativos para serem lotados no Departamento de Vigilância Sanitária, visando ampliar e implementar novas ações de vigilância em Saúde, e com isso fortalecer o sistema de gestão dos programas de saúde que compete a Vigilância Sanitária. Na responsabilidade de garantir a qualidade e a diminuição dos riscos e o bem-estar da população e a saúde pública do Município de Porto Velho.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo da ações realizadas pelo Departamento de Vigilância e Fiscalização Sanitária					
Eixo: Atenção a Saúde e Vigilância em Saúde					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
Meta: Oferecer serviços de vigilância sanitária a 100% dos municípios de Porto Velho					
Realizar Inspeção sanitária em ações básicas (produtos e serviços, controle de alimentos e vigilância ambiental) em todos os estabelecimentos de interesse da saúde coletiva.	100%	70%			
Notificar os eventos adversos e queixas técnicas em produtos para a saúde no banco de dados do NOTIVISA.	100%	0%			
Informar, orientar e divulgar a importância e os conhecimentos técnicos e operacionais relacionados às ações de VISA.	100%	90%			
Atender as denúncias públicas sujeita a ação da Vigilância Sanitária.	100%	100%			
Propiciar Cursos de Boas Práticas de manipulação/ fabricação de alimentos, específico para comerciantes de carnes, peixes, frangos e queijos.	100%	100%			
Regulamentar a produção, distribuição e comercialização de produtos alimentícios artesanais no âmbito do Município de Porto Velho	100%	100%			
Análise do Resultado: O Município de Porto Velho com a crescente demanda de produtos e serviços relacionados à saúde, em virtude dos empreendimentos, possui uma grande quantidade de comércios informais, sem documentação legal funcionando com estrutura física inadequados, tendo como agravante, o desconhecimento de Boas Práticas de prestação de serviços, bem como o não atendimento as normas sanitárias em vigor. O não cumprimento da meta prevista deve-se a deficiência de recursos humanos e materiais em geral					
Meta: Dotar o Departamento de Vigilância Sanitária de estrutura administrativa e operacional					
Implantar sistema de informatização de dados, próprios ou a re-implantação do SINAVISA, oferecendo acesso a uma rede lógica de alta velocidade com funcionalidade constante	100%	10%			
Cadastrar todos os estabelecimentos de saúde, de interesse da saúde e dos locais passíveis à atuação da Vigilância Sanitária	100%	20%			
Análise do Resultado: A meta para o processo de cadastramento não foi atingida por demora na aquisição de hardware e software, estando em processo (nº. 08.01696-00/2010) de finalização para a aquisição e cumprimento das metas propostas para o triênio.					
Meta: Monitorar a qualidade da água para consumo humano no município					

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Implementar o Plano de Amostragem de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano visando cumprir metas estabelecidas pela PAVS	100%	80%			
Desenvolver as ações de cadastro, vigilância e controle relacionados ao programa VIGIÁGUA.	100%	50%			
Desenvolver um plano de coletas de amostras de água para análises físico químico e microbiológico, nas escolas e unidades de saúde do município.	100%	100%			
- Alimentar as ações do VIGIÁGUA no Sistema de Informação de Vigilância da qualidade da Água para Consumo Humano – SISAGUA	100%	100%			
Atender as denúncias formalizadas pela comunidade e solicitações feitas pelo Ministério Público, Juizado Especial, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e outros.	100%	100%			
Desenvolver um plano de monitoramento da qualidade da água dos distritos do Município ao longo da BR 364 e Baixo Madeira, garantindo a coleta e envio ao LACEN de amostras de água destinadas ao consumo humano.	100%	100%			
Análise do Resultado: Em virtude dos empreendimentos das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira houve um aumento substancial da demanda pelo controle da qualidade da água para consumo humano, principalmente nos Distritos que foram afetados por esses empreendimentos, necessitando assim de mais recursos humanos e materiais para atender a demanda crescente e cumprir a meta prevista para o triênio.					
Meta: Implantar o Programa de Qualidade de Alimentos em Feiras Livres e Mercados Públicos					
Participar do processo de reestruturação das Feiras Livres e mercados públicos buscando parcerias para garantir a adequação da infraestrutura, de equipamentos e utensílios necessários à segurança e qualidade dos alimentos vendidos	100%	100%			
Realizar coleta de amostras para análise laboratorial dos alimentos comercializados com fins de monitoramento da sua qualidade	100%	20%			
Exigir dos comerciantes envolvidos o cumprimento do Decreto-Lei Municipal 10.912 de janeiro de 2008 que regulamenta no Município o funcionamento de feiras livres e mercados públicos	100%	100%			
Emissão de Autorização Sanitária para feirantes	100%	0%			
Análise do Resultado: Com o processo de implantação das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira houve um estrangulamento na capacidade de implantação do Programa de Qualidade de Alimentos em Feiras Livres e Mercados Públicos como previsto necessitando assim de mais recursos humanos e materiais para atender a demanda crescente e cumprir a meta prevista para o triênio.					
Meta: Gerenciamento de Risco de Agravos a saúde por ingestão de alimentos - DTAs					
Implementar o Programa de Qualidade das carnes, peixe, crustáceos, leite e derivados artesanais comercializadas em Porto Velho e Distritos	100%	20%			
Estabelecer com base nos resultados das análises laboratoriais de monitoramento, medidas sanitárias adequadas à proteção da saúde da população	100%	80%			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Intensificar a intersectorialidade para Investigar a ocorrência de surtos por DTA, registrando no SINAN a ocorrência do agravo	100%	50%			
Análise do Resultado: Com o processo de implantação das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira houve um estrangulamento na capacidade de implantação do Gerenciamento de Risco de Agravos à saúde por ingestão de alimentos - DTAs como previsto, necessitando assim, de mais recursos humanos e materiais para atender a demanda crescente e cumprir a meta prevista para o triênio.					
Meta: Educação sanitária voltada a segurança alimentar					
Curso de capacitação para os Agentes de Saúde com noções simplificadas de Vigilância Sanitária e qualidade alimentar para repasse do conhecimento científico da vigilância Sanitária as residências visitadas	100%	0%			
Realizar Campanhas educativas com distribuições de material gráfico, buscando despertar a consciência sanitária coletiva e a divulgação dos saberes de vigilância de alimentos junto ao alunado e a comunidade em geral.	100%	10%			
Estabelecer parcerias com a sociedade civil organizada para transmitir conhecimentos e procedimentos de controle sanitário	100%	100%			
Realizar palestras e distribuir material gráfico para difundir conhecimentos e criar consciências sanitárias nos munícipes, em associações de bairros, escolas, clubes etc.	100%	100%			
Análise do Resultado: Em virtude da deficiência de intersectorialidade entre as partes envolvidas no processo, bem como da morosidade para a firmação de convênios com instituições para a realização dos cursos propostos.					

Fonte: DVFS/SMUSA/PVH

CONTROLE SOCIAL

Demonstrativo das ações realizadas pelo Controle Social

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública					
Diretriz do PMS: Fortalecimento da Gestão e Controle Social					
Meta: Promoção da mobilização social e institucional em defesa do SUS					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
1) Manter o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, provendo-o das condições técnicas e administrativas para suas ações.	12 plenárias/ano	100%			
2) Realizar duas audiências públicas ano, para socialização das ações executadas.	02	100%			
3) Promover a Política de Humanização do SUS, entre os servidores, gestores da saúde e usuários, como forma de fortalecimento do Sistema Único de Saúde.	02	100%			
4) Implantar o sistema de ouvidoria do SUS.	01	0%			
Análise do Resultado: 2) Realizada audiência pública na apresentação do orçamento participativo e no segundo semestre junto a Câmara Municipal. 3) Foi realizado 14 ciclos de sensibilização da política de humanização no SUS em 2009 4) O Projeto da ouvidoria já está pronto e em tramitação da implantação.					

Conselho Municipal de Saúde

Infraestrutura e suporte administrativo

Material e patrimônio

Investimento em infraestrutura no ano de 2010

Discriminação	Situação	Obra	Localidade	Valor Estimado (R\$)
U.B.S. Cujubim (Reforma)	concluído/inaugurado	Reforma e ampliação	Cujubim	300.000,00
U.B.S. São Carlos (Reforma)	concluído/inaugurado	Reforma e ampliação	Dist. São Carlos	189.709,42
U.B.S.JACY PARANÁ - (Reforma)	Concluído/inaugurado	Reforma e ampliação	Dist. Jacy-Paraná	140.000,00
U.B.S.Nazaré - (Reforma) Dist. de Nazaré	em licitação	Reforma e ampliação	Baixo Madeira	340.000,00
U.B.S. Calama - (Reforma) Dist. de Calama	projeto em elaboração	Reforma e Ampliação	Baixo Madeira	
U.B.S. São Miguel - (Construção)	em andamento	Construção	Baixo Madeira	245.950,00
U.B.S. Ronaldo Aragão - Bairro Nacional (Construção)	em andamento	construção	Porto Velho	800.000,00
U.B.S. Engenho Novo Velho	concluído/falta inaugurar	construção	Porto Velho	194.451,56
U.B.S. Rio das Garças	concluído	construção	Porto Velho	232.476,87
U.B.S Aliança	concluído	construção	Porto Velho	220.000,00
U.B.S Extrema (Reforma)	em licitação/ Jirau	construção	Porto Velho	478.946,16
U.B.S Mariana - Bairro Mariana (Construção)	concluído	Construção	Porto Velho	471.151,04
U.B.S. Abunã (Reforma)	em licitação/ Jirau	Reforma e ampliação	Dist. Abunã	163.807,45
U.B.S. Vista Alegre do Abunã	em licitação/ Jirau	reforma	Dist. Vista Alegre	129.001,09
U.B.S. Nova Califórnia	em licitação/ Jirau	reforma	Dist. Nova Califórnia	153.171,02
U.B.S Extrema (Reforma)	em licitação/ Jirau	construção	Dist. Extrema	478.946,16
Fortaleza do Abunã	em licitação/ Jirau	construção	Distrito Fortaleza do Abunã	506.972,07
Ponto de Apoio - flutuantes	Concluído	construção	São Miguel	120.000,00
Ponto de Apoio - flutuantes	Concluído	construção	Calama	120.000,00
U.B.S União Bandeirantes	em licitação	construção	Localidade/ Comunidade	400.000,00
U.B.S Joana Darc	em licitação	construção	Localidade/ Comunidade	400.000,00
Centro de Especialidades	em fase de conclusão	construção	Porto Velho	2.000.000,00
U.B.S Pedacinho de Chão	concluído	ampliação	Porto Velho	147.971,63
U.B.S Ernandes Indio	em andamento	ampliação	Porto Velho	180.000,00
Centro de Reabilitação	projeto em elaboração	construção	Porto Velho	800.000,00
UPA Jaci-Paraná	em andamento	construção	Jaci-Paraná	3.764.886,20
UPA Mamoré (Zona Leste)	em andamento	construção	Porto Velho	3.743.816,96
UPA Jatuarana (Zona Sul)	em andamento	construção	Porto Velho	3.743.816,96

Fonte: Engenharia/SEMUSA/PVH

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo de motoristas existente SEMUSA

Localidade	Existente	Regime
JACI PARANÁ	03	Plantão
MUTUM PARANÁ	01	Plantão
ABUNÃ	02	Plantão
FORT ABUNÃ	01	Plantão
V. ALEGRE	02	Plantão
EXTREMA	03	Plantão
N. CALIFORNIA	02	Plantão
UNIÃO BANDEIRANTE	02	Plantão
SAMU	25	Plantão
VIG. SANIT	04	
ENDEMIAS/MALARIA	33	Normal
SEDE DIVERSOS	37	Normal
TOTAL MOTORISTAS	115	

Fonte: DT/SEMUSA/PVH

Pilotos de voadeira e ambulanchas

Localidade	Existente	
SEDE	03	Plantão
SÃO CARLOS	03	Plantão
NAZARÉ	03	Plantão
TERRA CAIDA	01	Plantão
LAGO CUNIÃ	01	Plantão
PAPAGAIOS	01	Plantão
CALAMA	02	Plantão
TOTAL	14	

Fonte: DT/SEMUSA/PVH

Pilotos de motos

	Localidade	Existente	
	ENDEMIAS/MALARIA	60	Normal

Fonte: DT/SEMUSA/PVH

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Frota de Transporte SEMUSA

AMBULANCIAS	15
CARROS DAS ENDEMIAS / MALARIA	40
DIVERSOS	37
TOTAL DE MOTOS	60
TOTAL DE LANCHAS C/ MOTORES DE POPA	45
AMBULANCHAS	03
BARCO HOSPITAL	01
BARCO DE MADEIRA MEDIO PORTE	02
FLUTUANTE	01
G. GERADORES	25
TOTAL DE CARROS	92

Fonte: DT/SEMUSA/PVH

Fontes de Recursos

Fontes e recursos liberado/executado no exercicio de 2010

Fonte:	Valor liberado	Valor executado
Fonte: 100.0 Recursos Ordinarios - Não destinados a Contra Partida	75.421.245,02	75.275.982,64
Fonte: 100.3 - Recursos Ordinarios - Contra Partida SUS	835.203,02	830.483,52
Fonte: 100.5 - Recursos Ordinarios - Contra Partida Convenios	96.646,39	96.646,39
Fonte: 103.0 - Recursos do SUS	52.105.040,00	46.014.458,72
Fonte:105.0 - Convenios e Outras Transferencias	7.864.195,00	7.567.707,45
TOTAL	R\$ 136.322.329,43	R\$ 129.785.278,72

Fonte: DT/SEMUSA/PVH

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Demonstrativo da Despesa Realizada de Janeiro a Dez de 2010

Unidade Gestora = Secretaria Municipal de Saude – SEMUSA / Orgao = 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SEMUSA

Unidade = 31 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Categoria	Descricao	Total de Creditos	Empenhado no Mes	Empenhado no Ano	Saldo Disponivel
			Liquidado no Mes	Liquidado no Ano	Reservado no ano
3.1.90.04.00	Contratacao por tempo determinado	7.831.047,52	1.185.306,22	7.540.324,50	290.723,02
		-	1.185.306,22	7.540.324,50	-
3.1.90.11.00	vencimentos e vant.fixas - pessoal civil	63.855.862,79	7.970.218,79	63.093.752,39	762.110,40
		-	7.971.418,79	63.093.752,39	-
3.1.90.13.00	Obrigacoes patronais	2.542.280,70	501.186,60	2.542.280,70	-
		-	501.186,60	2.542.280,70	-
3.1.90.92.00	Despesas de exercicios anteriores	725.834,24	66.068,76	725.833,94	0,30
		-	66.068,76	725.833,94	-
3.1.90.94.00	Indenizacoes trabalhistas	440.135,53	6.404,96	438.206,61	1.928,92
		-	6.404,96	438.206,61	-
3.1.90.96.00	Ressarc.de desp.de pessoal requisitado	45.500,00	10.000,00	45.500,00	-
		-	5.125,44	37.885,07	-
3.1.91.13.00	Obrigacoes patronais	6.531.464,95	794.524,74	6.531.434,10	30,85
		-	794.524,74	6.531.434,10	-
3.1.91.92.00	Despesas de exercicios anteriores	87.631,42	6.791,83	87.601,42	30,00
		-	6.791,83	87.601,42	
3.3.50.43.00	Subvencoes sociais	778.118,34	30.018,81	778.118,34	
		-	87.308,58	661.982,34	
3.3.90.14.00	Diarias - pessoal civil	462.844,02	10.335,80	343.974,01	118.870,01
		-	6.100,61	328.807,21	
3.3.90.30.00	Material de consumo	14.913.271,74	1.330.834,11	13.164.667,82	991.811,42
		-	155.915,04	10.388.013,79	756.792,50
3.3.90.33.00	Passagens e despesas com locomocao	223.000,00	-	187.333,21	35.666,79

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

		-	36.475,60	179.292,63	-
3.3.90.36.00	Outros serv. de terceiros-pessoa fisica	485.939,02	-	459.674,99	26.264,03
		-	72.813,54	455.181,14	-
3.3.90.39.00	Outros servicos de terc.-pessoa juridica	14.294.468,32	554.959,68	13.531.222,26	531.162,49
		-	2.102.752,74	12.907.354,58	232.083,57
3.3.90.46.00	Auxilio-alimentacao	39.480,00	3.290,00	39.480,00	-
		-	3.290,00	34.480,00	-
3.3.90.49.00	Auxilio-transporte	3.450.310,22	271.299,30	3.450.310,22	-
		-	271.299,30	3.450.310,22	-
3.3.90.92.00	Despesas de exercicios anteriores	122.650,40	573,28	122.650,40	-
		-	4.350,40	122.650,40	-
3.3.90.93.00	Indenizacoes e restituicoes	995.280,88	-	874.468,21	120.812,67
		-	-	838.468,21	-
4.4.90.51.00	Obras e instalacoes	14.237.126,23	541.535,82	13.793.123,22	189.023,83
		-	102.665,12	712.498,62	254.979,14
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente	4.260.083,47	435.256,93	2.013.172,38	613.647,10
		-	287.833,37	910.228,63	1.633.263,99
Total		136.322.329,79	13.718.605,63	129.763.128,72	3.682.081,51
			15.067.631,64	111.991.586,50	2.877.119,20
Total Orgão		136.322.329,79	13.718.605,63	129.763.128,72	3.682.081,51
			15.067.631,64	111.991.586,50	2.877.119,20

Fonte: FMS/SEMUSA/PVH

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Transferência Direta e Fundo a Fundo - Detalhamento de Bloco

Bloco: ATENÇÃO BÁSICA Ano: 2010

Sub-Bloco / Programa		Valor total R\$
Piso da atenção básica fixo - PAB fixo	6.858.135,00	
Piso da atenção básica variável	12.085.204,00	
Agentes comunitários de saúde - ACS	3.990.504,00	
Implantação à política nacional de atenção integral à saúde do homem	75.000,00	
Incentivo adicional ao programa de agentes comunitarios de saude	352.716,00	
Incentivo adicional do microscopista na atenção básica	14.994,00	
Incentivo adicional PSF	240.000,00	
Incentivo adicional saúde bucal	35.000,00	
Incentivo de atenção básica dos povos indígenas	709.800,00	
Incentivo financeiro de inclusão do microscopista na atenção básica	171.990,00	
Saúde bucal - SB	1.164.000,00	
Saúde da família - SF	5.331.200,00	

Fonte: FNS

Bloco: MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR Ano: 2010

Sub-Bloco / Programa		Valor total R\$
Fundo de ações estratégicas e compensação - FAEC	31.924,11	
FAEC - Política nacional de cirurgias eletivas	31.924,11	
Limite financeiro da média e alta complexidade ambul. E hospitar - MAC	1.686.014,36	
Centros de especialidades odontologicas	316.800,00	
IAPI - Incent assist ambulat, hosp e apoio diag à pop indígena (MAC)	35.072,00	
Serviços de atendimento móvel as urgências - SAMU 192 (MAC)	818.000,00	
Teto municipal da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar	19.416.142,36	

Fonte: FNS

Bloco: ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA Ano: 2010

Sub-Bloco / Programa		Valor total R\$
Programa de assistência farmacêutica básica	1.952.427,96	

Fonte: FNS

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Bloco: GESTÃO DO SUS Ano: 2010

Sub-Bloco / Programa	Valor total R\$
Implantação de ações e serviços de saúde	35.000,00
Qualificação da gestão do sus	930.014,45
Gestão de políticas de saúde	201.353,48
Implementação de política de promoção da saúde	38.646,5
Pet - saúde	552.394,77
Pet - saúde pró - internato	123.619,68
Programa nacional de reorientação prof. Em saúde - pró-saúde (custeio)	14.000,00

Fonte: FNS

Bloco: VIGILÂNCIA EM SAÚDE Ano: 2010

Sub-Bloco / Programa	Valor total R\$
Piso fixo de vigilância sanitária - PFVISA	217.446,86
Ações estruturantes de vigilância sanitária	138.966,94
Piso estratégico - gerenciamento de risco de VS	41.272,58
Piso estratégico - gerenciamento de risco de VS - produtos e serviços	37.207,34
Piso variável de vigilância e promoção da saúde - PVVPS	491.542,89
Campanha nacional de vacinação contra a influenza pandêmica (H1N1)	198.136,30
Incentivo a política de promoção da saúde e prev de doenças e agravos	35.000,00
Incentivo no âmbito do programa nacional de HIV/AIDS e outras DST	136.531,59
Projeto de redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito	121.875,00
Piso variável de vigilância sanitária - PVVISA	34.869,19
Incentivo p/ o fortalecimento da Amazônia legal - FNS	34.869,19
Vigilância epidemiológica e ambiental em saúde	1.086.204,88
Incentivo no âmbito do programa nacional de HIV/AIDS e outras DST	68.265,80
Teto financeiro de vigilância em saúde - TFVS (ADICIONAL)	122.960,00
Teto financeiro de vigilância em saúde - TFVS (EX-TFECED)	894.979,08
Vigilância sanitária	44.249,58
Pet - saúde/vigilância em saúde	44.249,58
Vigilância e promoção da saúde	2.188.710,72
Piso fixo de vigilância e promoção da saúde - PFVPS	2.188.710,72

Fonte: FNS

Bloco: INVESTIMENTOS Ano: 2010

Sub-Bloco / Programa	Valor total R\$
Implantação de unidades básicas de saúde	160.000,00
Unidade de pronto atendimento - UPA	2.350.000,00

Fonte: FNS

Bloco: TRANSFERÊNCIAS NÃO REGULAMENTADAS POR BLOCO DE FINANCIAMENTO

Ano: 2010

Sub-Bloco / Programa	Valor total R\$
Farmácia popular	232.783,24
Expansão do programa Farmácia Popular do Brasil	2.783,24
programa Farmácia Popular do Brasil	30.000,00

Fonte: FNS

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Relação de Convênios Provenientes de Recursos Próprios e de Emenda Parlamentar

Localidade: Porto Velho/Rondônia - Ano: 2010

Localidade	Entidade	Processo	Situação	Recurso	Situação Sistema Emendas	Objeto	Localização	Valor aprovado	Valor empenhado	Valor pago
Porto Velho / RO	Fundacao Universidade Federal de Rondonia	<u>25000.160397/2010-07</u>	Programacao N2	Normal	-	Implementação das Diretrizes Curriculares nos Cursos de Graduação em Saúde da UNIR	COPAC	400.000	400.000	0
Total geral					Quantidade = 1		-	400.000	400.000	0

Fonte: FNS

Valores fundo a fundo

FUNDO A FUNDO	VALOR MENSAL	PREVISÃO ANUAL - 2010	EXECUTADOS	SALDOS
PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA -FEDERAL	159.383,29	1.912.599,47	1.753.216,18	159.383,29
FARMÁCIA BÁSICA-(ESTADUAL)	59.338,45	712.061,40	474.707,60	237.353,80
FARMACIA BASICA (MUNICIPAL)	59.338,45	712.061,40	640.387,62	71.673,78
AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO ESPECIAL - PROGRAMAS ESTRATEGICOS	15.951,21	191.414,52	127.609,68	63.804,84
PROGRAMAS ESTRATEGICOS - CONTRA PARTIDA	9.566,96	114.803,50	104.022,20	10.781,30
SUB-TOTAL (MÊS)	303.578,36	3.642.940,29	3.099.943,28	542.997,01
PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL	20.000,00	260.000,00	230.000,00	30.000,00
SUB-TOTAL (MÊS)	20.000,00	260.000,00	230.000,00	30.000,00
SAUDE BUCAL				
CENTROS DE ESPECIALIDADES ONDONTOLOGICAS	26.400,00	316.800,00	290.400,00	26.400,00
SAÚDE BUCAL - ASB	96.166,67	1.154.000,00	1.154.000,00	-
INCENTIVO ADICIONAL SAUDE BUCAL ASB	-	7.000,00	7.000,00	-
SUB-TOTAL (MÊS)	122.566,67	1.477.800,00	1.451.400,00	26.400,00
ASSISTENCIA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE DEMAC				

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL AS URGÊNCIAS - SAMU 192 (MAC)	151.500,00	1.818.000,00	1.666.500,00	151.500,00
TETO MUNICIPAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL -MAC	800.000,00	9.600.000,00	9.600.000,00	-
FAEC- ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL	32.000,00	384.000,00	384.000,00	-
SUB-TOTAL (MÊS)	983.500,00	11.802.000,00	11.650.500,00	151.500,00
MATERNIDADE				
TETO MUNICIPAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR -MAC	411.307,82	4.935.693,84	4.935.693,84	-
SUB-TOTAL (MÊS)		4.935.693,84	4.935.693,84	-
ATENÇÃO BASICA				
PAB FIXO	569.689,75	6.836.277,00	6.836.277,00	-
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	328.454,00	3.941.448,00	3.941.448,00	-
INCENTIVO AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	-	352.716,00	352.716,00	-
INCENTIVO ADICIONAL PSF	20.000,00	240.000,00	240.000,00	-
INCENTIVO DE ATENÇÃO BÁSICA DOS POVOS INDÍGENAS	59.150,00	709.800,00	650.650,00	59.150,00
IMPLANTAÇÃO A POLITICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO HOMEM	-	-	75.000,00	
INCENTIVO FIINANCEIRO DE INCLUSÃO DO MICROSCOPISTA NA ATENÇÃO BASICA	14.562,55	174.750,55	160.188,00	14.562,55
INCENTIVO ADICIONAL DO MICROSCOPISTA NA ATENÇÃO BASICA	-	-	14.994,00	
SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	419.200,00	5.254.400,00	5.254.400,00	-
UNIDADES BASICAS DE SAUDE - REFORMA			160.000,00	
SISTEMA INTEGRADO DE SAUDE DAS FRONTEIRAS FASE II	54.576,34	654.916,08	654.916,08	-
SUB-TOTAL (MÊS)	1.411.056,30	17.509.391,55	17.685.673,00	73.712,55
APOIO AO DIAGNOSTICO		-		
MANUT.DA REDE DE DIAGNOSTICO LABORATORIAL E POR IMAGEM	325.121,50	3.901.457,96	3.901.457,96	-
SUB-TOTAL (MÊS)	325.121,50	3.901.457,96	3.901.457,96	-
PROGRAMAS ESTRATEGICOS	36.818,33	441.819,92	441.819,92	-
SUB-TOTAL (MÊS)	36.818,33	441.819,92	441.819,92	-
CONTROLE DE ZOONOSES				-
CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANTI-RABICA	-	54.227,20	54.227,20	-
SUB-TOTAL (MÊS)	-	54.227,20		-
VGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL				
PROJETO DE REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRANSITO - DANT	-	-	-	-
INCENTIVO NO AMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE HIV AIDS E OUTRAS DST	17.066,45	221.863,84	221.863,84	-
CONTRA PARTIDA DST AIDS (MUNICIPAL)	8.878,83	106.545,90	106.545,90	-
CAPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A INFLUENZA PANDEMICA (H1N1)	-	198.136,30	198.136,30	-
PISO FIXO DE VIGILANCIA E PROMOÇÃO DA SAUDE - PFVPS	-	1.921.081,33	1.921.081,33	-

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

TETO FINANCEIRO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - TFVS (EX-TFECDD)	223.744,77	1.137.916,33	1.137.916,33	-
TETO FINANCEIRO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - TFVS (ADICIONAL)	30.740,00	153.700,00	153.700,00	-
SUB-TOTAL (MÊS)	280.430,05	3.739.243,70	3.739.243,70	-
VIGILANCIA SANITARIA				
AÇÕES ESTRUTURANTES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	19.616,25	235.395,01	235.395,01	-
SUB-TOTAL (MÊS)	-	235.395,01	235.395,01	-
GESTÃO SUS / PLANEJAMENTO E PROJETO	-	-	-	-
PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (FAN)		35.000,00	35.000,00	-
PRGRAMA NACIONAL DE REORIENTAÇÃO PROF.EM SAUDE - PRÓ SAUDE - CUSTEIO	-	14.000,00	14.000,00	
GESTÃO DE POLITICA DE SAUDE	-	402.113,81	402.113,81	-
IMPLEMENTAÇÃO DE DE POLITICA DE SAUDE		77.886,19	77.886,19	-
PRÉ-HOSPITAL FIXO DAS REDES DE ATENÇÃO INTEGRAL AS URGENCIAS - UPA	140.000,00	140.000,00	140.000,00	-
SUB-TOTAL (MÊS)		669.000,00	669.000,00	-
TOTAL GERAL ...R\$	3.483.071,19	48.668.969,46	48.040.126,71	824.609,55
RECURSOS ORDINARIOS	VALOR MENSAL	PREVISÃO ANUAL - 2010	EXECUTADOS	SALDOS
APOIO ADMINISTRATIVO				
PESSOAL CIVIL	10.723.259,79	64.339.558,72	64.339.558,72	-
CONTRATOS	392.121,68	3.607.224,35	3.607.224,35	-
TELEFONIA FIXA	38.609,66	463.315,89	463.315,89	-
TELEFONIA MOVEL	1.500,00	18.000,00	18.000,00	-
CAERD	48.090,67	577.088,07	577.088,07	-
CERON	113.855,43	1.366.265,14	1.366.265,14	-
Auxilio Transporte a Servidores	295.190,74	3.542.288,82	3.542.288,82	-
Auxilio Alimentação ao Servidor	3.290,00	39.480,00	39.480,00	-
Outras Despesas	45.869,26	550.431,06	550.431,06	-
PUBLICIDADE	60.710,42	728.525,08	728.525,08	-
OBRAS	15.755,66	189.067,89	189.067,89	-
TOTAL GERAL.....R\$	11.738.253,30	75.421.245,02	75.421.245,02	-

Fonte: DO/SEMUSA/PVH

CONTRATOS E CONVÊNIOS

A Divisão Orçamentária compete:

- I. Elaborar Plano Plurianual – PPA
- II. Elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, LOA
- III. Avaliação do PPA e da LOA
- IV. Manter o controle de acompanhamento de convênios firmados inserindo os mesmos no Orçamento da Secretaria;
- V. Manter os arquivos pertinentes a Divisão devidamente atualizada;
- VI. Conferir com posterior análise, os processos recebidos para emissão de CEO (Controle da Execução Orçamentária);
- VII. Elaboração do Calculo da Folha de Pagamentos e Encargos, Rescisões e Indenizações; para posterior controle Orçamentário.
- VIII. Emitir o CEO e encaminhar para a emissão de Reserva Saldo Orçamentário;
- IX. Elaborar os despachos no sistema TPCETIL para os setores que se destina o processo;
- X. Elaborar relatórios demonstrativos de despesas realizadas referente a Folha de Pagamento e Encargos;
- XI. Manter atualizado os demonstrativos de repasse do SUS.
- XII. Executar outras tarefas correlatas a sua área de competência.
- XIII. Relatório consolidado demonstrando a evolução do Orçamento da Secretaria.

Programa do Plano PluriAnual – PPA:

Ação do PPA/Orçamento:

Metas Orçamentárias da Ação

GD	Fonte	Orc. Inicial	Redução	Cred. Adic. Suplementar	Autorizada	Empenhada NE	%	Saldo
	100.0	62.148.329,00	3.452.212,70	16.725.128,72	75.421.245,02	75.275.982,64		145.262,38
	100.3	1.313.806,00	1.865.565,88	1.386.962,90	835.203,02	808.333,52		26.869,50
	100.5	365.095,00	359.448,61	91.000,00	96.646,39	96.646,39		-

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

	105.0	7.864.195,00	3.877.923,25	3.877.923,25	7.864.195,00	7.567.707,45		296.487,55
	103.0	40.055.040,00	15.894.313,92	27.944.313,92	52.105.040,00	46.014.458,00		6.090.582,00
	Totais:	111.746.465,00	25.449.464,36	50.025.328,79	136.322.329,43	129.763.128,00		6.559.201,43

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Convênios em execução e em vigência

NºProcesso	NºConvênio	Obj.Convênio	Concedente	Data Limite da Vigência p/Exec.
25000203664/2005-72	5314/2005	Ampliação, Aquisição de Equipamento e Material Permanente para atender P.A. Ana Adelaide, José Adelino e Manoel Amorim de Matos - QUALISUS	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde – FNS	02/03/2011
Malária	1981/2006	Serviço de Drenagem para controle da Malária.	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	28/05/2008
25000215799/2006-61	2885/2006	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Unidade de Saúde Joana D'Arc	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde – FNS	19/05/2011

Fonte: SEMUSA/Contratos e Convênios

Convênios com prestação de contas no período 2010

Nº Convênio	Objeto do Convênio	Concedente	Prestação de Contas Aprovada
165/2002	C Construção do Centro de Controle de Zoonoses	FUNASA	Ofício nº 046/CONVÊNIOS/CORE-RO em 09/11/2010
1169/2004	Com Construção da Unidade Saúde Aponiã	FNS	Ofício nº690/MS/SE/DICON/RO em 06/07/2010.
3245/2004	Implantação de Núcleo de Prevenção a Violência	FNS	Ofício nº.454/MS/SE/DICO/RO em 18/05/2010.
2357/2005	Aquisição de Equip e Material Permte.p/Centro de Controle de Zoonoses	FNS	Ofício nº 4141 MS/RO em 29/04/2010.
238/2006	Aquisição de Equip. e Material Permte p/ Unidades de Saúde Aponiã e Socialista.	FNS	Ofício nº 193/MS/SE/DICON/RO em 19/03/2010.
1981/2006	Serviço de Drenagem p/Controle da Malária.	FUNASA	Parcial entregue em 10/02/09 na FUNASA.
2134/2006	Aquisição de Equip. e Material Permte p/ Unidade de Saúde Mariana	FNS	Ofício nº276 em 25/02/10.
637/2007	Aquisição de Equip. e Material Permte. p/Unidade Saúde Ana Adelaide	FNS	Ofício nº 843/MS/SE/DICON/RO.Parecer nº 6969 em 09/09/2010.
638/2007	Aquisição de Equip.Material Permte. p/Unidade José Adelino	FNS	Ofício nº 842/MS/SE/DICON/RO Parecer nº 6979 em 09/09/2010
1062/2007	Aquisição de Equip.Material Permte. p/Unidade Saúde Renato Medeiros	FNS	Ofício nº 841/MS/SE/DICOM/RO em 24/08/2010.
1100/2007	Aquisição de Equip.Material Permte. p/Policlínica Manoel Amorim de Matos	FNS	Ofício nº 840/MS/SE/DICON/RO de 24/08/2010.
2834/2007	Aquisição de Equip.Material Permte.p/Unidade Móvel Dr. Floriano Riva Filho	FNS	Ofício nº 839/MS/SE/DICON/RO em 03/09/2010.
2720/2007	Aquisição de Material Consumo Maternidade Mãe Esperança.	FNS	Ofício nº 594/MS/SE/DICON/RO em 17/06/2010

Fonte: SEMUSA/Contratos e Convênios

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Convênios bloqueados*

Nº Convênio	Objeto do Convênio	Concedente	Situação
1140/2006	Construção Unidade Saúde União Bandeirante	FNS	DIPRE/MS
3119/2006	Reforma/Ampl. Unidade Saúde Ana Adelaide e José Adelino e Manoel Amorim de Matos.	FNS	DIPRE/MS
516/2007	Reforma/Ampl. Unidade Saúde Renato Medeiros	FNS	DIPRE/MS
636/2007	Construção Unidade de Saúde Joana D'Arc	FNS	DIPRE/MS
734/2007	Ampl.Unidade de Saúde Pedacinho de Chão.	FNS	DIPRE/MS
749/2007	Ampliação e Aquisição de Equip. Material Permanente Unidade de Saúde Caladinho	FNS	DIPRE/MS
750/2007	Ampliação e Aquisição de Equip. Material Permanente Unidade de Saúde Maurício Bustani	FNS	DIPRE/MS
798/2007	Ampliação e Aquisição de Equip. Material Permanente Unidade de Saúde União Bandeirante	FNS	DIPRE/MS
888/2007	Ampliação e Aquisição de Equip. Material Permanente Unidade de Saúde União Agenor de Carvalho	FNS	DIPRE/MS
1099/2007	Construção e Aquisição de Equip. Material Permanente p/ Unidade Saúde Morrinhos.	FNS	DIPRE/MS
1101/2007	Ampliação e Aquisição de Equip. Material Permanente Unidade de Saúde União ErnanDES Índio.	FNS	DIPRE/MS
1488/2007	Ampliação e Aquisição de Equip.Material Permanente Unidade de Saúde União Oswaldo Piana	FNS	CEPROC/MS

Fonte: SEMUSA/Contratos e Convênios

(*) Detalhamento dos Convênios através da Consulta de Processos no site do MS/FNS.

Convênio 025/PGM/2006 – Repasse fundo a fundo *

Objeto – O objeto do Convênio é o repasse de recursos financeiros à Conveniente para custeio do Programa de Incentivo de Atenção Básica à Saúde dos Povos Indígenas, conforme Plano de Trabalho às folhas 11 a 13 do Processo nº. 04.0077/2006 e 08.0842/2006.							
Prestação de Contas Parcial	01/03/2010 a 31/03/2010	01/04/2010 a 30/04/2010	01/05/2010 a 31/05/2010	01/06/2010 a 30/06/2010	01/07/2010 a 31/07/2010	Prestação de Contas Final	01/08/2010 a 07/10/2010
Referência	Novembro/2009	Dezembro/2009 Janeiro/2010 Fevereiro/2010	Março/2010 Abril/2010	Maio/2010	Junho/2010	Prestação de Contas Final	Julho/2010 Encerramento do Saldo do Convênio

Fonte: SEMUSA/Contratos e Convênios

(*) Detalhamento do Repasse através da Consulta de Pagamentos no site do MS/FNS

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Convênio 006/PGM/2010 – Recurso próprio

Objeto – Constitui objeto do presente Convênio o repasse de recursos financeiros à Conveniente para custear a execução do Programa de “Compensando as Diferenças”, cujo objeto do referido Programa é assistir e cobrir despesas da entidade, como contra partida pela execução do Convênio nº 025/PGM/2006, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho de fls 103/105 dos autos.						
Prestação de Contas Parcial	25/03/2010 a 30/04/2010	01/05/2010 a 31/05/2010	01/06/2010 a 30/06/2010	01/07/2010 a 31/07/2010	Prestação de Contas Final	01/08/2010 a 20/10/2010
Referência	1ª e 2ª parcelas	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela	Referência	Encerramento do Saldo do Convênio

Fonte: SEMUSA/Contratos e Convênios

Cooperação técnica 2010

Nº Processo	Objeto do Convênio	Concedente	Conveniente	Vigência	Situação
08.1524/2010	Estágios supervisionados de cursos de graduação e de pós-graduação da área de saúde	SEMUSA	Faculdades Integradas Aparício Carvalho FIMCA		Aguardando Plano de Trabalho p/formular Termo de Cooperação.
08.1041/2008	Estágios supervisionados de cursos de graduação e de pós-graduação da área de saúde	SEMUSA	Instituto João Neóricio FARO		Aguardando toda a documentação p/formular Termo de Cooperação.
08.1580/2010	Estágios supervisionados de cursos de graduação e de pós-graduação da área de saúde	SEMUSA	Centro de Ensino São Lucas		Aguardando a finalização do Termo de Cooperação junto a PGM
08.0923/2010	Estágios supervisionados de cursos de graduação e de pós-graduação da área de saúde	SEMUSA	Universidade Federal de Rondônia UNIR		Aguardando a finalização do Termo de Cooperação junto a PGM

Fonte: SEMUSA/Contratos e Convênios

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Cooperação técnica 2010

Nº Processo	Objeto do Convênio	Concedente	Conveniente	Vigência	Situação
08.744/2006	Estágios supervisionados nos cursos profissionalizantes de habilitação e especialização técnica da área de saúde	SEMUSA	Centro Profissionalizante Simone Araújo	22/11/2008	Só será levado a efeito após a conclusão dos Termos de Cooperação com as Inst. de Ensino Superior.
04.0127/2005	Estágios supervisionados nos cursos profissionalizantes de habilitação e especialização técnica da área de saúde	SEMUSA	Instituto de Desenvolvimento Interdisciplinar em Saúde Colégio Vale do Guaporé	18/10/2008	Só será levado a efeito após a conclusão dos Termos de Cooperação com as Inst. de Ensino Superior.
08.0855/2010	Qualificação Profissional de 586 servidores da área de Enfermagem de Rondônia.	SEMUSA	Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia COREN	05/07/2011	Em acompanhamento
08.1035/2008	Estágios supervisionados nos cursos profissionalizantes de habilitação e especialização técnica da área de saúde	SEMUSA	SINDSAUDE	28/08/2010	Só será levado a efeito após a conclusão dos Termos de Cooperação com as Inst. de Ensino Superior.
	Estágios supervisionados nos cursos profissionalizantes de habilitação e especialização técnica da área de saúde	SEMUSA	SENAC		Só será levado a efeito após a conclusão dos Termos de Cooperação com as Inst. de Ensino Superior.
08.1644/2008	Cessão de servidor pertencente ao quadro de pessoal.	SEMUSA	Associação Casa Família Roseta		Extinto
08.01197/2010	Recurso Próprio	SEMUSA	Associação Casa Família Roseta		Aguardando documentação p/envio a PGM p/conclusão do Termo
08.1400/2008	Cedência de servidores do município de PVH p/atuarem na Casa de Saúde Sta. Marcelina	SEMUSA	Casa de Saúde Santa Marcelina	22/12/2010	Extinto

Fonte: SEMUSA/Contratos e Convênios

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Propostas Emenda Mauro Nazif – Aquisição de equipamentos e material permanente*

Nº DA PROPOSTA	OBJETO	UNIDADE ASSISTIDA	VALOR
11155765000/1100-02	Aquis.equip.mat.perm.	Pol. Rafael Vaz e Silva	1.247.691,00
SUBTOTAL			1.247.691,00
11155765000/1090-04	Aquis.equip/mat.perm.	Centro Munic. Fisiot.	161.554,00
11155765000/1090-53	Aquis.equip/mat.perm.	Centro Munic. Fisiot.	51.400,00
SUBTOTAL			296.158,00
11155765000/1090-70	Aquis.equip/mat.perm.	Hernandes Coutinho	172.950,00
SUBTOTAL			172.950,00
11155765000/1090-72	Aquis.equip/mat.perm.	SEMUSA	205.300,00
SUBTOTAL			205.300,00
11155765000/1090-05	Aquis.equip/mat.perm.	Hosp. Matern.Mãe Esperança	548.250,00
SUBTOTAL			548.250,00
11155765000/1090-56	Aquis.equip/mat.perm	Pedacinho de Chão	263.400,00
SUBTOTAL			263.400,00
11155765000/1090-59	Aquis.equip/mat.perm.	Jose Adelino da Silva	515.800,00
11155765000/1090-65	Aquis.equip/mat.perm.	Jose Adelino da Silva	94.700,00
SUBTOTAL			660.100,00
11155765000/1090-61	Aquis.equip/mat/perm.	Manoel A. de Matos	59.800,00
11155765000/1090-63	Aquis.equip/mat/perm.	Manoel A. de Matos	515.800,00
SUBTOTAL			575.600,00
11155765000/1090-62	Aquis.equip/mat.perm	Ana Adelaide	523.800,00
11155765000/1090-71	Aquis.equip/mat.perm	Ana Adelaide	100.500,00
SUBTOTAL			624.300,00
11155765000/1090-64	Aquis.equip/mat.per.	Hamilton Gondin	376.800,00
11155765000/1090-67	Aquis.equip/mat.per.	Hamilton Gondin	134.300,00
SUBTOTAL			511.100,00
11155765000/1090-79	Aquis.equip/mat.perm.	Ronaldo Aragão	176.910,00
SUBTOTAL			176.910,00
TOTAL GERAL			5.537.475,60

Fonte: SEMUSA/Contratos e Convênios

* Detalhamento das Propostas através de consulta no site do MS/FNS

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Unidades Básicas de Saúde – UBS *		
Nº da Proposta	Endereço	Situação junto ao MS/FNS
11155765000/1100-01	Centro de Saúde Oswaldo Piana	Parecer Favorável em 23/11/2010
11155765000/1100-03	Centro de Saúde Maurício Bustani	Parecer Favorável em 23/11/2010
11155765000/1100-04	Centro de Saúde Nova Floresta	Parecer Favorável em 23/11/2010
11155765000/1100-05	Unidade de Saúde Socialista II	Parecer Favorável em 23/11/2010
11155765000/1100-06	Centro de Saúde Areal da Floresta	Parecer Favorável em 23/11/2010
11155765000/1100-07	Unidade de Saúde Renato Medeiros	Parecer Favorável em 23/11/2010
11155765000/1100-08	Unidade de Saúde Aponiã II	Parecer Favorável em 23/11/2010
11155765000/1100-09	Unidade de Saúde Flamboyant	Parecer Favorável em 23/11/2010

Fonte: SEMUSA/Contratos e Convênios

(*) Detalhamento das Propostas através de consulta no site do MS/FNS.

Unidades de Pronto Atendimento 24 horas – UPA *		
Nº da Proposta	Endereço	Situação junto ao MS/FNS
05903125000/1090-02	Av. Rio de Janeiro/Av. Mamoré, s/n, Lagoa	Parecer Favorável em 10/11/2010
05903125000/1090-03	Av. Jatuarana, s/n, Nova Floresta	Parecer Favorável em 10/11/2010
05903125000/1090-04	Rua Hilário Maia/Rua Isaac Martins, Jaci Paraná	Parecer Favorável em 10/11/2010

Fonte: SEMUSA/Contratos e Convênios

*Detalhamento das Propostas através de consulta no site do MS/FNS.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Execução Orçamentária e Controle Financeiro

Relatório de Suplementações Excesso de Arrecadação - Exercício de 2010, por Fonte de Recursos

Decretos	Data	Fonte: 100.0 - R. Ordinários	Fonte: 100.3- C. Partida SUS	Fonte: 100.5 - C. Partida Convênios	Fonte: 105.0 - Conv. e Out. Transferencias	Fonte: 103.0 - SUS	valor
11.667	20/05/2010	262.749,92					262.749,92
11.750	10/08/2010	1.000.000,00					1.000.000,00
11.802	20/09/2010	1.600.000,00				6.400.000,00	8.000.000,00
11.835	20/10/2010	2.900.000,00					2.900.000,00
11.858	12/11/2010	1.700.000,00				800.000,00	2.500.000,00
11.915	16/12/2010	1.667.690,98					1.667.690,98
TOTAIS		9.130.440,90	-	-	-	7.200.000,00	16.330.440,90

Fonte: DO/SEMUSA/PVH

Relatório de Suplementações e Reduções Orçamentárias - Exercício de 2010, por Fonte de Recursos

Decretos	Data	Fonte: 100.0 - Recursos Ordinários	Fonte: 100.3- Contra Partida SUS	Fonte: 100.5 - Contra Partida Convênios	Fonte: 105.0 - Convênios e Out. Transferências	Fonte: 103.0 - SUS	valor
11.561	25/01/2010	-	-	10.000,00	70.000,00	1.000.000,00	1.080.000,00
11.564	09/02/2010	-	6.000,00			619.000,00	625.000,00
11.587	05/03/2010	66.705,80	-		113.294,20	70.000,00	250.000,00
11.601	25/03/2010		-			236.450,00	236.450,00
11.610	07/04/2010	52.000,00	-				52.000,00
11.628	23/04/2010	-	-			641.000,00	641.000,00
11.642	05/05/2010	-	21.000,00				21.000,00

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

11.666	19/05/2010	196.956,42	1.120.000,00	20.000,00	206.000,00	4.700.000,00	6.242.956,42
11.679	04/06/2010	35.500,00				2.082.400,00	2.117.900,00
11.688	11/06/2010	1.317.000,00	1.120.000,00				2.437.000,00
11.698	28/06/2010	50.500,00		194.000,00	60.000,00	1.894.000,00	2.198.500,00
11708	07/07/2010		351.530,00			70.000,00	421.530,00
11.725	22/07/2010	350.000,00	100.000,00	-	-	679.700,00	1.129.700,00
11.737	05/08/2010		80.874,90	10.000,00	100.000,00	55.000,00	245.874,90
11.766	25/08/2010	2.000.000,00			3.441.923,25	200.000,00	5.641.923,25
11.803	20/09/2010		33.000,00			350.000,00	383.000,00
11.817	05/10/2010			18.000,00			18.000,00
11.834	20/10/2010	-	-	-	-	345.492,85	345.492,85
11.851	08/11/2010	-	63.088,00	-	-	384.910,12	447.998,12
11.862	22/11/2010	9.917,20				420.184,27	430.101,47
11.886	03/12/2010	61.549,74					61.549,74
11.914	16/12/2010	2.275.518,35				1.748.154,06	4.023.672,41
11.931	28/12/2010	560.094,52			-	398.022,62	958.117,14
TOTAIS (x1000)		6.975.742,03	2.895.492,90	252.000,00	3.991.217,45	15.894.313,92	30.008.766,30

Fonte: DO/SEMUSA/PVH

Repasse Fundo a Fundo

FUNDO A FUNDO	VALOR MENSAL	PREVISÃO ANUAL - 2010	EXECUTADOS	SALDOS
FUNDO A FUNDO	303.578,36	3.642.940,29	3.099.943,28	542.997,01
PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL	20.000,00	260.000,00	230.000,00	30.000,00
PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL	20.000,00	260.000,00	230.000,00	30.000,00
SAUDE BUCAL				
SAUDE BUCAL	122.566,67	1.477.800,00	1.451.400,00	26.400,00
ASSISTENCIA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE DEMAC				
ASSISTENCIA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE DEMAC	983.500,00	11.802.000,00	11.650.500,00	151.500,00
MATERNIDADE				

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

MATERNIDADE		4.935.693,84	4.935.693,84	-
ATENÇÃO BASICA				
ATENÇÃO BASICA	1.411.056,30	17.509.391,55	17.685.673,00	73.712,55
APOIO AO DIAGNOSTICO		-		
APOIO AO DIAGNOSTICO	325.121,50	3.901.457,96	3.901.457,96	-
PROGRAMAS ESTRATEGICOS	36.818,33	441.819,92	441.819,92	-
PROGRAMAS ESTRATEGICOS	36.818,33	441.819,92	441.819,92	-
CONTROLE DE ZONOSSES				-
CONTROLE DE ZONOSSES	-	54.227,20		-
VGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL				
VGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL	280.430,05	3.739.243,70	3.739.243,70	-
VIGILANCIA SANITARIA				
VIGILANCIA SANITARIA	-	235.395,01	235.395,01	-
GESTÃO SUS / PLANEJAMENTO E PROJETO		669.000,00	669.000,00	-
APOIO ADMINISTRATIVO	11.738.253,30	75.421.245,02	75.421.245,02	-

Fonte: DO/SEMUSA/PVH

Contratos realizados no exercicio de 2010

Fonte 100.0 - Recursos Ordinarios

Processo nº	Empresa contratada	Objeto	Periodo Reservado	P.A	E.D	Fonte	Valor mês	Valor Anual
08.00023-06/2001	Cicero Pessoa Rêgo	Locação de Imóvel (Sede Semusa)	12 Meses	2.001	3.3.90.36	100.0	21.556,70	258.680,40
08.0042-002/2007	João Victor	Locação de Imóvel (Vigilância Sanitária)	12 Meses	2.001	3.3.90.36	100.0	4.432,00	53.184,00
08.00489-00/2009	KSB-Locação de Maq.e Moveis	Aluguel Farmacia Basica e Arquivo	12meses	2.001	3.3.9.0.39	100.0	10.000,00	120.000,00
08.01254-00/2010	Columbia (em Licitação)	Contrato de serviços de segurança	12 meses	2.001	3.3.90.39	100.0	284.610,76	3.415.329,12
08.1759-000/2008	ATLAS SCHINDLER	Manutenção de elevador da sede	12 Meses	2.001	3.3.90.39	100.0	1.416,67	17.000,00
02.00007-06/2007	Dupla Criação	Publicidade	12meses	2.001	3.3.90.39	100.0	66.000,00	792.000,00
08.02394-00/2009	Caerd	Água e Esgotos	12meses	2.001	3.3.90.39	100.0	49.000,00	588.000,00
08.00124-00/2009	Brasil Telecom	Serviços de Telefonia Fixa	12meses	2.001	3.3.90.39	100.0	87.085,00	1.045.020,00
08.00542-	Vivo _S/A	Serviços de Telefonia movel	12meses	2.001	3.3.9.0.39	100.0	1.650,00	19.800,00

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

00/2010								
08.02393-00/2009	Ceron	Serviço de Energia Elétrica	12meses	2.001	3.3.90.39	100.0	128.731,00	1.544.772,00
08.00765-00/2009	Correios	Correpondencias	12meses	2.001	3.3.9.0.39	100.0	170,00	2.040,00
SOMA							618.663,43	7.423.961,12
Processo nº	Empresa contratada	Objeto	Período Reservado	P.A	E.D	Fonte	Valor mês	Valor Anual
08.01915-00/2009	POSTO AMAZONAS LTDA	FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	12meses	2.001	3.3.90.30	103.0	32.666,67	392.000,00
08.01230-00/2008	Conape - Com.	Contrato de Serv.Manut.Pre.Corret. Veiculos da Semusa	12meses	2.001	3.3.90.39	103.0	5.833,33	70.000,00
08.01230-00/2008	Conape - Com.	Contrato de Serv.Manut.Pre.Corret. Veiculos da Semusa	12meses	2.001	3.3.90.30	103.0	4.166,67	50.000,00
08.01855-00/2009	Beitum & Maldanado Ltda	Contrato de Serv.Manut.Pre.Corret. Veiculos da Semusa	12meses	2.001	3.3.90.30	103.0	16.666,67	200.000,00
08.00119-00/2001	José F.dos Santos	Locação de Imóvel (Distrito de Extrema)	12meses	2.001	3.3.90.36	103.0	784,00	9.408,00
08.01542-00/2007	Ednaldo Gonçalves	Locação de Imóvel (CAPS AD)	12meses	2.001	3.3.90.36	103.0	3.143,00	37.716,00
08.0042-002/2007	João Victor	Locação de Imóvel (Vigilância Sanitária)	12meses	2.001	3.3.90.36	103.0	4.028,83	48.346,00
08.00523-03/2006	Oreste Muniz Filho	Locação de Imóvel (CAPS AD II)	12meses	2.001	3.3.90.36	103.0	3.495,05	41.940,64
08.0154-003/2005	Maria Aparecida	Locação de Imóvel (União Bandeirantes)	12meses	2.001	3.3.90.36	103.0	1.245,96	14.951,52
08.00489-00/2009	KSB-Locação de Maq.e Moveis	Aluguel Farmacia Basica e Arquivo	12meses	2.001	3.3.9.0.39	103.0	10.000,00	120.000,00
08.01102-03/2008	Kapital	limpeza e desinfecção hospitalar poiliclinicas e samu	12meses	2.001	3.3.90.39	103.0	18.166,67	218.000,00
08.0249-040/2006	Valdenor Rodrigues	Serv.de Lavag.Lubrific. nos carros e motos /semusa	12meses	2.001	3.3.90.39	103.0	2.500,00	30.000,00
08.01855-00/2009	Beitum & Maldanado Ltda	Contrato de Serv.Manut.Pre.Corret. Veiculos da Semusa	12meses	2.001	3.3.90.39	103.0	2.633,33	31.600,00
08.0039-002/2007	Comercial F3	Contrato de Serv.Reprografia e Encadernação	12meses	2.001	3.3.90.39	103.0	5.125,00	61.500,00
08.00322-04/2008	M.dos Santos Moitinho-ME	Contrat.Serv.Manut.Prev.Corret.Equip.medic.hosp.M.M.M.E	12meses	2.396	3.3.90.30	103.0	19.750,00	237.000,00
08.0322-002/2008	M.dos Santos Moitinho-ME	Contrat.Serv.Manut.Prev.Corret.Equip.medic.hosp.M.M.M.E	12meses	2.396	3.3.90.39	103.0	4.172,16	50.065,90
08.01463-11/2005	NOVO RUMO	Alimentação da Maternidade	12meses	2.396	3.3.90.39	103.0	87.902,00	1.054.824,00
08.01561-09/2005	PLANACOM	Contrato de serviços de limpeza da M.M.M.E	12meses	2.396	3.3.90.39	103.0	72.838,69	874.064,28
08.01460-09/2005	PLANACOM	Contrato de serviços de lavanderia da M.M.M.E	12meses	2.396	3.3.90.39	103.0	51.230,60	614.767,20
08.01915-	POSTO AMAZONAS LTDA	FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	12meses	2.404	3.3.90.30	103.0	28.750,00	345.000,00

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

00/2009									
08.01102-03/2008	Kapital	lavagem e desinfecção de ambulancias	12meses	2.404	3.3.90.39	103.0	9.083,33	109.000,00	
08.00113-00/2010	São Benedito Ind. Aliment.Ltda	Contrar.Fornec.de alimentação(Samu e Policlinicas)	12meses	2.404	3.3.90.30	103.0	11.960,00	143.520,00	
08.01855-00/2009	Beitum & Maldanado Ltda	Contrato de Serv.Manut.Pre.Corret. Veiculos da Semusa	12meses	2.404	3.3.90.30	103.0	16.666,67	200.000,00	
08.01855-00/2009	Beitum & Maldanado Ltda	Contrato de Serv.Manut.Pre.Corret. Veiculos da Semusa	12meses	2.404	3.3.90.39	103.0	4.166,67	50.000,00	
08.01915-00/2009	POSTO AMAZONAS LTDA	FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	12meses	2.400	3.3.90.30	103.0	30.000,00	360.000,00	
08.00113-00/2010	São Benedito Ind. Aliment.Ltda	Contrar.Fornec.de alimentação(Samu e Policlinicas)	12meses	2.400	3.3.90.30	103.0	10.120,00	121.440,00	
08.01855-00/2009	Beitum & Maldanado Ltda	Contrato de Serv.Manut.Pre.Corret. Veiculos da Semusa	12meses	2.400	3.3.90.30	103.0	16.666,67	200.000,00	
08.01855-00/2009	Beitum & Maldanado Ltda	Contrato de Serv.Manut.Pre.Corret. Veiculos da Semusa	12meses	2.400	3.3.90.39	103.0	2.500,00	30.000,00	
08.00999-04/2002	Sociedade Petalozzi	Contrato de Serv.. Médicos Amb.-(Pestalozzi)	12meses	2.400	3.3.90.39	103.0	600,00	7.200,00	
08.00943-05/2002	Santa Marcelina	Contrato de Serv.Méd,Amb.(Sta Marcelina)	12meses	2.400	3.3.90.39	103.0	5.000,00	60.000,00	
08.00805-03/2009	Oxiporto	Fornecimento de gás oxigenio - UBS	12meses	2.400	3.3.90.30	103.0	16.990,14	203.881,72	
08.01915-00/2009	POSTO AMAZONAS LTDA	FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	12meses	2.438	3.3.90.30	103.0	24.591,08	295.093,00	
08.01915-00/2009	POSTO AMAZONAS LTDA	FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	12meses	2.240	3.3.90.30	103.0	13.495,25	161.943,00	
08.00347-04/2009	Laja Com.Atacadista	Contrato de Manut.Prev.Corret.Equip.odontologico	12meses	2.041	3.3.90.30	103.0	5.833,33	70.000,00	
08.00347-04/2009	Laja Com.Atacadista	Contrato de Manut.Prev.Corret.Equip.odontologico	12meses	2.041	3.3.90.39	103.0	5.000,00	60.000,00	
08.00860-00/2009	Labinbraz comercial ltda	fornecimento de insumos p/laboratorio	12meses	2.399	3.3.90.30	103.0	110.047,00	1.320.564,00	
08.00860-00/2009	A.G.D. Oliveira -ME	fornecimento de insumos p/laboratorio	12meses	2.399	3.3.90.30	103.0	234.789,10	2.817.469,17	
08.01102-03/2008	Kapital	limpeza e desinfecção hospitalar policlinicas e samu	12meses	2.149	3.3.90.39	103.0	27.250,00	327.000,00	
08.01095-00/2009	Iata Incorp.com.e Rep. Ltda	Cont.de empresa especializada em eventos	12meses	2.149	3.3.9.039	103.0	6.178,35	74.140,23	
08.00777-03/2009	Caboclinho Const.e Com. Ltda	Em.especializada e Manut.Prev. E Corretiva UBS	12meses	2.149	3.3.9.039	103.0	32.291,67	775.000,00	
08.00777-03/2009	Caboclinho Const.e Com. Ltda	Em.especializada e Manut.Prev. E Corretiva UBS	12meses	1.070	3.3.9.039	103.0	32.291,67		
SOMA							856.242,22	10.274.906,60	

Fonte: DO/SEMUSA/PVH

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo Orçamentário

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO		
RECEITAS	Previsão	Receitas Realizadas
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS LEGAIS (I)	R\$ 378.385.984,00	R\$ 466.084.405,10
Impostos	R\$ 119.431.522,00	R\$ 209.782.632,78
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	R\$ 6.501.840,00	R\$ 8.234.796,26
Dívida Ativa dos Impostos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	R\$ 252.452.622,00	R\$ 248.066.976,06
Da União	R\$ 152.266.811,00	R\$ 124.500.163,94
Do Estado	R\$ 100.185.811,00	R\$ 123.566.812,12
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	R\$ 47.919.240,00	R\$ 49.267.854,98
Da União para o Município	R\$ 43.031.160,00	R\$ 47.306.538,58
Do Estado para o Município	R\$ 840.720,00	R\$ 602.317,56
Demais Municípios para o Município	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Receitas do SUS	R\$ 4.047.360,00	R\$ 1.358.998,84
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	R\$ 50.490.524,00	R\$ 49.838.494,25
TOTAL	R\$ 375.814.700,00	R\$ 465.513.765,83
DESPESAS	Dotação	Despesas Liquidadas
DESPESAS CORRENTES	R\$ 117.825.119,73	R\$ 110.368.859,25

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 82.059.756,79	R\$ 80.997.318,73
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 35.765.362,94	R\$ 29.371.540,52
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 18.497.209,70	R\$ 1.622.727,25
Investimentos	R\$ 18.497.209,70	R\$ 1.622.727,25
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 136.322.329,43	R\$ 111.991.586,50
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXECÍCIOS ANTERIORES	Restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos próprios vinculados	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	R\$ 7.884.240,70	R\$ 141.816,23
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL EC 29 (15%)		
	16,14%	
INDICADORES	Valor	
Participação da receita de impostos na receita total do Município	0,00%	
Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	0,00%	
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	0,00%	
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	0,00%	
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	0,00%	
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	0,00%	
Despesa total com Saúde, sob a responsabilidade do Município, por habitante	0,00%	
Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	0,00%	

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,00%
Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	0,00%
Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,00%
Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	0,00%
Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a EC 29/2000	16,14%

Fonte: DO/SEMUSA/PVH

Demonstrativo de transferência direta fundo a fundo - Estadual

DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA E FUNDO A FUNDO - ESTADUAL				
BLOCO DE FINANCIAMENTO	SUB-BLOCO	PROGRAMA	VALOR (R\$)	
			Repassado	Utilizado
Atenção Básica	PAB FIXO	PISO DA ATENÇÃO BASICA FIXO	6.836.277,00	6.836.277,00
	PISO DE ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL	AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - ACS	4.294.164,00	4.294.164,00
	PISO DE ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO HOMEM	75.000,00	75.000,00
	PISO DE ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL	SAUDE BUCAL	1.161.000,00	1.161.000,00
	PISO DE ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL	SAUDE DA FAMILIA - SF	5.494.400,00	5.494.400,00
	PISO DE ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL	INCENTIVO DE ATENÇÃO BASICO DOS POVOS INDIGENAS	650.650,00	650.650,00

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	INCENTIVO FINANCEIRO DE INCLUSÃO DO MICROSCOPISTA NA ATENÇÃO BÁSICA	175.182,00	175.182,00
	FARMÁCIA POPULAR	PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL	230.000,00	230.000,00
Diversos				
Média e Alta Complexidade	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS	290.400,00	290.400,00
	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL URGÊNCIAS SAMU	1.666.500,00	1.666.500,00
	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR - MAC	TETO MUNICIPAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	18.821.151,80	18.821.151,80
Diversos	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC		-	-
Assistência Farmacêutica	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - FEDERAL	FARMACÊUTICA BÁSICA - FEDERAL	1.912.599,47	1.753.216,18
	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	FARMÁCIA BÁSICA (MUNICIPAL)	712.061,40	640.387,62
Diversos	CONTRA PARTIDA MUNICIPAL	AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO ESPECIAL - PROGRAMAS ESTRATÉGICOS	735.734,50	441.819,92
Gestão do SUS	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS	160.000,00	160.000,00
	PRÉ HOSPITALAR FIXO DAS REDES DE ATENÇÃO INTEGRAL AS URGÊNCIAS	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	140.000,00	140.000,00
	QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO SUS	GESTÃO DE POLÍTICA DE SAÚDE	402.113,81	402.113,81
	QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO SUS	SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE DAS FRONTEIRAS- FASE II (CAPITAL)	388.000,00	388.000,00

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

	QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO SUS	SISTEMA INTEGRADO DE SAUDE DAS FRONTEIRAS- FASE II (CUSTEIO)	266.916,08	2.666.916,08
	QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO SUS	PROGRAMA NACIONAL DE REORIENTAÇÃO PROF.EM SAUDE PRO SAUDE (CUSTEIO)	14.000,00	14.000,00
	QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO SUS	IMPLANTAÇÃO DE POLITICA DE PROMOÇÃO DA SAUDE	77.886,19	77.886,19
	IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (FAN)	35.000,00	35.000,00
Diversos				
Vigilância em Saúde	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	INCENTIVO NO AMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE HIV AIDS E OUTRAS DST	85.332,25	85.332,25
	CONTRA PARTIDA MUNICIPAL	INCENTIVO NO AMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE HIV AIDS E OUTRAS DST	136.531,59	136.531,59
	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	TETO FINANCEIRO DE VIGILANCIA EM SAUDE	1.291.616,33	1.291.616,33
	PISO VARIÁVEL DE VIGILANCIA E PROMOÇÃO DA SAUDE - PVVPS	CAMPANHA NACIONAL DE VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA PANDEMICA (H1N1)	198.136,30	198.136,30
	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANTI RABICA	54.227,20	54.227,20
	PISO FIXO DE VIGILANCIA SANITARIA - PFVISA	AÇÕES ESTRUTURANTES DE VIGILANCIA SANITARIA	235.395,01	235.395,01
	PISO FIXO DE VIGILANCIA SANITARIA - PFVISA	PISO ESTRATEGICO - GERENCIAMENTO DE RISCO DE VS	41.272,58	41.272,58
	PISO FIXO DE VIGILANCIA SANITARIA - PFVISA	PISO ESTRATEGICO - GERENCIAMENTO DE RISCO DE VS - PRODUTOS E SERVIÇOS	37.207,34	37.207,34
	VIGILANCIA SANITARIA	AÇÕES ESTRUTURANTES DE VIGILANCIA SANITARIA	11.470,38	11.470,38

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

	VIGILANCIA SANITARIA	PISO ESTRATEGICO - GERENCIAMENTO DE RISCO DE VS	2.369,57	2.369,57
	VIGILANCIA SANITARIA	PISO ESTRATEGICO - GERENCIAMENTO DE RISCO DE VS - PRODUTOS E SERVIÇOS	4.108,20	4.108,20
	VIGILANCIA E PROMOÇÃO DA SAUDE	PISO FIXO DE VIGILANCIA E PROMOÇÃO DA SAUDE - PFVPS	1.921.081,33	1.921.081,33

Fonte: DO/SEMUSA/PVH

Demonstrativo de transferência direta e fundo a fundo - federal

DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA E FUNDO A FUNDO - FEDERAL				
BLOCO DE FINANCIAMENTO	SUB-BLOCO	PROGRAMA	VALOR (R\$)	
			Repassado	Utilizado
Atenção Básica			R\$ 0,00	R\$ 0,00
			R\$ 0,00	R\$ 0,00
			R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diversos			R\$ 0,00	R\$ 0,00
Média e Alta Complexidade			R\$ 0,00	R\$ 0,00
			R\$ 0,00	R\$ 0,00
			R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diversos			R\$ 0,00	R\$ 0,00

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Assistência Farmacêutica	PROG. DE ASSIST.FARMACEUTICA BASICA	FARMÁCIA BÁSICA-(ESTADUAL)	712.061,94	474.707,60
	CONTRA PARTIDA ESTADUAL	AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO ESPECIAL - PROGRAMAS ESTRATEGICOS	735.734,50	441.819,00
			R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diversos			R\$ 0,00	R\$ 0,00
Gestão do SUS			R\$ 0,00	R\$ 0,00
			R\$ 0,00	R\$ 0,00
			R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diversos			R\$ 0,00	R\$ 0,00
Vigilância em Saúde			R\$ 0,00	R\$ 0,00
			R\$ 0,00	R\$ 0,00
			R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diversos			R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: DO/SEMUSA/PVH

RECURSOS HUMANOS

Profissionais do SUS com vínculo empregatício

Vínculo Empregatício	
Tipo	Total
Estatutário	2.233
Contrato por prazo determinado	115
Cargo comissionado	33
Celetista	578
Total	2.959

Fonte: SEMUSA/RH/Porto Velho

Profissionais do SUS - Autônomos

Autônomos	
Tipo	Total
A disposição da Câmara Municipal	9
A disposição com ônus	21
Intermediado por empresa privada	233
Total	263

Fonte: SEMUSA/RH/Porto Velho

A capacidade operacional dos recursos humanos existentes no setor saúde da gestão municipal já se mostrava aquém das necessidades para atender a demanda interna, com a ampliação das atribuições das unidades de pronto atendimento e aumento do número de equipes de saúde da família ocorridas no último ano, os níveis de estrangulamento elevaram-se, não ocorrendo contratações em número suficiente para suprir a demanda dos serviços.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Servidores contratados no período

Categoria	Ano						Total
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Assistente Administrativo	-	-	-	9	62	6	78
Agente Comum. de Saúde	126	6	35	34	173	17	391
Agente de Endemias	14	0	32	1	2	3	52
Auxiliar de Serviços de Saúde	4	4	3	6	6	6	29
Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	-	6	6	3	15
Auxiliar de Enfermagem	1	0	1	1	1	1	5
Auxiliar de Serviços Veterinários	-	-	1	-	1	1	3
Auxiliar de Laboratório	7	-	1	9	6	1	24
Auxiliar de Odontologia	-	-	6	-	2	-	8
Auxiliar de Farmácia	-	-	1	1	8	1	11
Biomédico/ Bioquímico	14	5	1	4	9	8	41
Enfermeiro	12	15	28	-	61	3	119
Farmacêutico	2	1	4	-	4	-	11
Fisioterapeuta	2	-	1	-	-	-	3
Fonoaudiólogo	-	-	1	-	1	-	2
Psicólogo	1	-	3	-	-	1	5
Odontólogo	-	-	43	6	9	8	66
Médico	7	63	40	28	59	103	300
Motorista	-	-	-	1	5	3	9
Marinheiro Fluvial	-	-	-	2	-	-	2
Técnico de enfermagem	1	-	66	21	68	10	166
Técnico de Radiologia	-	7	1	-	-	13	21
Técnico de Higiene Dental	-	-	1	-	-	-	1
Técnico de Laboratório	-	-	6	-	12	-	18
Total de contratados	191	101	275	129	495	188	1379

Fonte: SEMUSA/RH/Porto Velho

Em 2010 a rede básica re-estruturou os serviços das unidades Básicas de Morrinhos, Rio das Garças, São Carlos, Cujubim e Jacy Paraná. Essa última recebeu ajuda devido ao alto índice de crescimento populacional do Distrito e os fortes impactos gerados pela presença direta de um dos empreendimentos (Hidrelétrica de Jirau). Além dos serviços básicos, foi implantada a atenção a urgências, mantendo assistência médica durante 24hs. Para todas estas unidades, além de garantir as equipes de saúde da família, também existe a necessidade de fortalecer os serviços de apoio-administrativo.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Na área urbana, continua faltando profissionais médicos para suprir todas as equipes de saúde da família e os demais profissionais de nível técnico estão trabalhando com jornadas além de seus contratos.

O maior número de contratações realizadas em 2010 foi voltado ao profissional médico. Parte destas contratações apenas substituíram lacunas geradas por novas demissões dos profissionais que tiveram seus contratos vencidos ou solicitaram suas demissões.

Servidores demitidos - 2009 e 2010

Categoria	Demitidos no período		
	2009	2010	Total
Médico	18	14	32
Enfermeiro	6	1	7
Assistente Social	1		1
Psicólogo	1		1
Odontólogo	3		3
Farmacêutico		2	2
Bioquímico		1	1
Fonoaudiólogo		1	1
Técnico de Enfermagem	6	2	8
Assistente Administrativo	8	8	16
Auxiliar de Enfermagem	1	4	5
Auxiliar de Laboratório	2		2
Auxiliar Serviços de Saúde	3	7	10
Auxiliar de Odontologia	1		1
Auxiliar de Farmácia	3	3	6
Auxiliar Administrativo	1		1
Auxiliar de Serviços Veterinário		2	2
Art. Especializado	2		2
A.C. Endemias	9	2	11
A.C. de Saúde	24	26	50
Auxiliar de Serviços Gerais	9	4	13
Vigia	2	3	5
Motorista	4		4
Gari	1		1
Total	105	80	185

Fonte: SEMAD/SEMUSA/PVH

No propósito de suprir a falta de recursos humanos nas unidades para o desempenho das ações programadas, a SEMUSA, apresentou a SEMAD e Gabinete da Prefeitura um levantamento dos déficits em todos os serviços da rede municipal, com quadro de necessidades imediatas para contratação. Foi realizado o levantamento dos custos da proposta para posterior decisão da administração.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Demonstrativo das ações realizadas pelo RH

Eixo: Gestão das Políticas e Prevenção em Saúde Pública					
Diretriz do PMS: Estruturação da Política de Recursos Humanos					
Meta do PMS: 1) Levantamento do Diagnóstico atual da situação dos recursos humanos da SEMUSA					
AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DAS PAS		OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
	Prevista	Realizada	Previstos	Executados	
1) Levantar as necessidades referentes a Treinamentos, Capacitações, participação em eventos e outros, adequados a formação de RH para o Sistema de Saúde.	100%	60%			
2) Apresentar proposta de estruturação	100	100			
Meta do PMS: 2) Desenvolvimento do quadro de recursos humanos do Sistema Municipal de Saúde propiciando condições para a obtenção de níveis ótimos de desempenho e produtividade					
1) Elaborar uma política de recrutamento e seleção de recursos humanos, com base no perfil de cada cargo, bem como nas competências exigíveis para a ocupação dos mesmos.	100%	50%			
2) Promover a educação continuada, com base no perfil levantado, das necessidades de formação dos servidores	100%	60%			
3) Garantir da execução de projetos e termos de cooperação para aplicação na qualificação dos servidores segundo as necessidades apontadas	100%	100%			
Meta do PMS: 3) Implantar um Plano de Cargos Carreira e Salários para os profissionais da saúde					
1) Desenvolver de uma Tabela salarial envolvendo salário fixo e variável, levando em consideração cargo, metas e progressão na Tabela salarial; utilizando os dados coletados no Diagnóstico Situacional, para a descrição dos Cargos baseada em Perfil e competências exigíveis dentro do Sistema Único de Saúde.	01	100%			
Análise do Resultado: 1.1) Foram, levantadas as necessidades de treinamento por área técnica para a equipe de enfermagem e médicos na área de urgência e emergência, na saúde da mulher, da criança, do adolescente do idoso, do homem, gestão de saúde da família e saúde mental e introdutório as equipes de saúde da família. Na área de imunizações foi levantada a necessidade de capacitação e atualização em sala de vacina para equipe de enfermagem. Dentre outros 2.1) Iniciada a política através das oficinas de sensibilização da Humanização do SUS. Os recursos humanos da zona urbana 1035 (54,12%) servidores passaram por capacitações para fortalecimento dos serviços de saúde e consolidação da humanização do SUS. 2.2) As capacitações estão sendo realizadas por área técnica. 2.3) Foi garantida a cooperação técnica entre COFEN X COREN e SEMUSA.					

Conclusões

Todas as ações relatadas no RAG - Relatório Anual de Gestão 2010 se nortearam pela Lei Orgânica da Saúde – Lei 8.142 Artigo 4º com estrutura orientada pela Portaria GM/MS nº 3.332 de 28/12/2006 e fluxo definido pela Portaria GM/MS nº 3.176 de 24 de dezembro de 2008, republicada em dezembro de 2009. Portanto, os indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde têm nas suas respectivas orientações, prazos e diretrizes para o cumprimento desses processos de ampliação e consolidação das políticas públicas de saúde brasileira, as quais o Município de Porto Velho, vem de forma planejada e articulada executando ações de planejamento em cumprimento a estas metas.

Diante disso, vale enfatizar que a construção dos avanços obtidos pela SEMUSA são resultantes do esforço de implementação do modelo de gestão e da estratégia de planejamento, conjugado com o processo participativo de discussão das políticas públicas de saúde com todos os atores sociais, sejam eles, trabalhadores em saúde, usuários, lideranças comunitárias, objetivando a melhoria dos serviços prestados para alcançar uma maior eficiência e qualidade das demandas de saúde da população do município de Porto Velho.

As propostas de ações para a ampliação e melhoria da assistência, em parceria com o Ministério da Saúde, assim como os recursos advindos das compensações dos empreendedores das hidroelétricas do madeira e dos recursos próprios, resultaram em um novo desenho infraestrutural que culminou no fortalecimento da Atenção Básica, da construção e implantação do Centro de Especialidades médicas e Apoio Diagnóstico, com referencia as construções das três UPAS 24 Horas em execução, temos que destacar outros parceiros como o Ministério da Saúde, Novas Unidades de Saúde, tanto na Zona Urbana como na Zona Rural, da ampliação da capacidade de leitos da Maternidade Mãe Esperança, com a instalação de UTI Neonatal, da implantação de três Núcleos de Apoio a Saúde da Família – NASF, da informatização da rede laboratorial que integram o Laboratório Central com todo os laboratórios periféricos das unidades de saúde do município, através de procedimentos para recebimentos de resultados dos exames *on line*.

Outro desafio enfrentado pela SEMUSA tem sido a reestruturação dos seus serviços, com estratégias de ampliação e fortalecimento da Atenção Básica, na perspectiva de conformar um modelo de atenção, de acordo com as necessidades da população, em conjunto com a vigilância em saúde e o PSF. Nessa direção, ampliaram-se 30 novas equipes de PSF, além de novas implementações e expansão da ESF que busca promover a reorganização do sistema e das práticas assistenciais em saúde.

Na Vigilância em Saúde a consolidação do processo de descentralização das ações de vigilância epidemiológica, ambiental, sanitária e controle de endemias e zoonoses para os Segmentos de Saúde são as ações da nova política municipal de saúde na prevenção, promoção e proteção à saúde. Destacamos ainda a promoção de seminários, oficinas e de reuniões periódicas para análise dos dados dos sistemas de informação e dos indicadores de saúde reforçaram a cultura avaliativa no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde no ano de 2010.

Tivemos ainda no âmbito da política de Gestão de Pessoas, da Educação Permanente em Saúde, da Humanização da Gestão a realização e a capacitação de profissionais de enfermagem em parceria com o COFEN, voltada para o fortalecimento da saúde da mulher, idoso, criança e adolescente.

Recomendações

Com relação às metas contidas na Programação Anual de Saúde de 2010 e no Plano Pluri Anual (PPA), onde não foi possível seu alcance pleno, recomendamos:

- ✓ a ampliação da estrutura organizacional que reforce e assegure uma maior inter-relação eficiente entre os diversos setores, especialmente aqueles com atribuições essencialmente transversais;
- ✓ o reforço a uma maior acessibilidade do cidadão porto-velhense ao exercício do controle social dos serviços públicos em Saúde, com a implantação efetiva da Ouvidoria Municipal de Saúde;

- ✓ a ampliação da informatização dos processos de gestão das ações de Atenção Básica e de Média Complexidade, com atenção especial às equipes do PSF que fazem o monitoramento da atenção em saúde, com a implantação de prontuários eletrônicos e de equipamentos móveis de coleta de dados com sistema de software que garanta maior agilidade na tabulação e promulgação dos dados e dos indicadores de saúde para uma maior resolutividade, sobretudo, nas novas tecnologias, incluindo linhas de financiamento e parcerias;
- ✓ suprir o quadro funcional da SEMUSA, sobretudo no que diz respeito aos profissionais de saúde da Estratégia da Saúde Familiar, com a contratação urgente de novos técnicos de nível superior, tais como farmacêutico – bioquímico e/ou biomédico, médico e odontólogo, bem como Fiscais Sanitários e agentes administrativos para serem lotados no Departamento de Vigilância Sanitária, visando ampliar e implementar novas ações de vigilância em Saúde;
- ✓ desenvolvimento de uma política interna de meio ambiente do trabalho (instalação predial própria, mobiliário adequado);
- ✓ ampliar e reforçar a estrutura de serviço de apoio diagnóstico por imagem, de modo a garantir maior acesso e resolubilidade aos usuários do sistema na atenção básica de saúde;
- ✓ aumentar e consolidar a informação através de campanhas educativas para a população referentes a todas as ações de saúde desenvolvidas pela SEMUSA.

Quadro 134 – Metas e ações para 2011
METAS E AÇÕES PREVISTAS PARA 2011
Implantar o Centro de Especialidades médicas e Apoio Diagnóstico
Construir 3 novas Unidades de Pronto Atendimento
Construir o Centro de Reabilitação Municipal
Ampliar a capacidade de leitos da Maternidade Mãe Esperança, com a instalação de UTI Neonatal
Atingir a cobertura de 70% de cobertura de Saúde da Família
Implantar a regulação conjunta dos serviços especializados (estado e município)

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Implantar três Núcleos de Apoio a Saúde da Família - NASF
Concluir Projeto de Atualização e Capacitação de Profissionais de Enfermagem em Parceria com o COFEN-Faese 2
Estreitar a parceria para a instalação do Hospital Escola com a UNIR
UNIDADES BÁSICAS –REFORMAS – ZONA URBANA
USF AGENOR DE CARVALHO
USF PEDACINHO DE CHÃO
USF ERNANDES ÍNDIO
USF RENATO MEDEIROS
USF MANOEL AMORIM DE MATOS
USF ANA ADELAIDE
USF JOSÉ ADELINO
USF CALADINHO
UNIDADES BÁSICAS –REFORMAS – ZONA RURAL
USF NOVA CALIFÓRNIA
USF ABUNÃ
USF SÃO CARLOS
USF NAZARÉ
USF SÃO MIGUEL
UNIDADES BÁSICAS –CONSTRUÇÃO – ZONA URBANA
USF CASTANHEIRA
USF TRÊS MARIAS
USF RONALDO ARAGÃO
UNIDADES BÁSICAS –CONSTRUÇÃO – ZONA RURAL
USF EXTREMA
USF JOANA D'ARC
USF UNIÃOBANDEIRANTES
USF FORTAELZA DO ABUNÃ
UNIDADES BÁSICAS - EQUIPAR/INSTALAR – ZONA RURAL
USF NOVO ENGENHO VELHO
USF RIO DAS GARÇAS
USF CUJUBIM GRANDE
USF ALIANÇA
USF SÃO SEBASTIÃO
USF CACHOEIRA DO TEOTÔNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS (SEMOB)

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS (SEMOB)

Atividades Desenvolvidas

Este relatório tem por objetivo mencionar todas as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, durante o exercício de 2010.

Programa: Apoio Administrativo

Atividades Administrativas

- Foram adquiridos diversos materiais para manutenção desta unidade administrativa, tipo: materiais de expediente (papel sulfite, pastas, canetas, etc.); material de limpeza (água sanitária, desinfetante, sabão em pó etc). Aquisição de 10 caixas de copos descartáveis p/água e 5 caixas de copos descartáveis p/café.
- Aquisição de alimentação/almoço tipo marmitex (40.040 unidades). Aquisição de gêneros alimentícios (café, açúcar, pães, leite, manteiga etc). Aquisição de 250 galões de água c/20 litros (reposição), e recarga de gás de cozinha de botijas c/13kg e 45kg.
- Despesas com pagamento de diárias aos servidores que atuam nos diversos Distritos da área rural e urbana no município de Porto Velho.
- Despesas com a regularização de documentos das viaturas (veículos) que pertencem ao patrimônio desta secretaria.

Programa: Porto Velho Limpa

Atividades Desenvolvidas:

- Houve despesas somente com aluguel de equipamentos (Escavadeira hidráulica e Drag-Line).

Programa: Urbanizar

Atividades Desenvolvidas:

- Aquisição de diversos materiais tipo: mangueiras hidráulicas, peças diversas de reposição para equipamentos (leves e pesados), aquisição de diversos pneus e câmaras de ar para equipamentos leves e pesados, aquisição de peças da CIBER p/Usina de Asfalto e a Vibro-Acabadora, e peças p/equipamentos pesados da marca Fiatallis (New Holland). Aquisição de 300kg de pregos galvanizados para manutenção de pontes da área rural. Aquisição de 2 rolos vibratórios para asfalto. Aquisição de equipamentos pesados (Uma Escavadeira hidráulica, Um Trator de Esteira 7D e Uma Pá carregadeira) com recursos do PROVIAS. Aquisição de peças para diversos equipamentos que atuam na área rural com recursos do FITHA-2009.
- Prestação de serviços mecânicos nos equipamentos de marca Fiatallis desta secretaria. Recuperação dos tanques da usina de asfalto com troca das serpentinas.
- Despesas com aluguel de equipamentos (caçambas basculantes toco e trucada, caminhão pipa, micro-onibus, retroescavadeira, rolo corrugado, motoniveladora, pá carregadeira, caminhão munck, rolo liso, melosa, trator de esteira D-4 e D-65), com serviços na área urbana e rural, incluindo recursos do FITHA-2009.
- Aquisição de manilhas, aquisição de 3.600 sacos de cimento. Aquisição de material laterítico (75.000 m³ de cascalho).
- Aquisição de produtos asfálticos (1.499,05 toneladas de CAP-50/70; 232,87 toneladas de CM-30; e 177 toneladas de RR-2C) incluindo recursos da ESBR. Aquisição de insumos, sendo (7.920 m³ de Brita 01; 6.750 m³ de Areia lavada; e 19.500 m³ de Pó de brita). Aquisição 91,19 metros de bueiros metálicos Armcos, sendo Ø 3,05m e Ø 2,80m.

Observação: com produtos asfálticos e agregados, foram produzidas 38.033 toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), com 22.490 toneladas aplicadas em recuperação e conservação de vias públicas e 15.543 toneladas aplicadas em pavimentação de novas vias e recapeamentos.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Execução de obras:

- Obras de Edificações da Acessibilidade nesta secretaria (concluída)
- Reforma da Associação do Conjunto Buritis (em andamento)
- Drenagem no Jardim América com extensão de 140,00 metros (concluída)
- Infraestrutura da Av. Abunã (drenagem) com extensão de 321,00 metros, recursos da ESBR (concluída)
- Conclusão de Obra de manutenção (conservação) da BR-319 na extensão de 7,30 km (concluída)
- Construção de Calçadas no Distrito de Calama, extensão de 1.000 metros (em andamento)
- Construção de Calçadas no Distrito de São Carlos, extensão de 1.100 metros, recursos repassados para EMDUR (em andamento).

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS (SEMPRE)

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS (SEMPRE)

Através do presente documento a Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais (SEMPRE), destaca as principais intervenções realizadas nos diversos bairros no município de Porto Velho/RO.

A Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais (SEMPRE) é responsável por implantar programas de obras municipais de engenharia, nas áreas de edificação, pontes, drenagem e pavimentação pública, com qualidade, custos e prazos adequados, contribuindo para o bem-estar da população.

É composta pela Assessoria Técnica (ASTEC), Departamento de Acompanhamento de Convênios e Contratos (DACC), Coordenadoria de Projetos e Obras Especiais (CPOE) que elabora estudos e projetos de engenharia e arquitetura a serem executados pelo Município e Coordenadoria de Fiscalização de Obras (CMFO) que acompanha, fiscaliza, controla e supervisiona obras e serviços contratados pelo município com a aplicação dos recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal com as metas de habitação, urbanização, pavimentação, equipamentos comunitários, drenagem de águas pluviais e das compensações das Usinas Hidrelétricas do Madeira/PVH.

A Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais (SEMPRE) fechou o ano de 2010 com os seguintes destaques os quais apresentamos os programas e projetos:

Programa: Urbanizar

Drenagem de águas pluviais (P/A 1.081).

Objetivo: Melhoria da qualidade de vida evitando proliferação de doenças endêmicas transmitidas por vetores. Redução de pontos de alagamentos com a drenagem pluvial. Criação de parques lineares.

Concluída:

- Obra de Drenagem do Canal dos Tanques I - Trecho Carlos Gomes e Jorge Teixeira.
- Obra de Drenagem do Canal dos Tanques II - Trecho Av. Jorge Teixeira - Elias Gorayeb.
- Construção de Galeria no Canal da Feira do Produtor.



Em andamento:

- Ação de Drenagem para o Controle de Malária nos Igarapés – PAC/FUNASA.
- Projeto de Implantação dos Parques Lineares.

Urbanização de vias urbanas e assentamentos comunitários (P/A 1.355)

Objetivo: Melhorias à população residente, com urbanização das ruas, aumento da circulação das pessoas, nos espaços de lazer, comércios e serviços.

Assegurar acessibilidade, mobilidade e fluidez nas vias de maior trânsito, garantindo tráfego seguro, através da recuperação das vias, que sofreram desgaste (sol e chuva) e desnível devido ao grande fluxo de veículos pesados.

Urbanizar e revitalizar áreas da cidade, melhorando a qualidade de vida das pessoas e as dinâmicas urbanas adequadas.



Concluída:

- Execução de Obra de Infraestrutura Urbana na Avenida Sete de Setembro;
- Infraestrutura Urbana (Drenagem Pluvial, Pavimentação Asfáltica e Obras Complementares) Rua Cristina entre a Rua Daniela e Av. Mamoré;



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Infraestrutura Básica em diversas Ruas na Zona Norte/Pró-Moradia Norte nos Bairros Nacional e Costa e Silva;
- Obras de Infraestrutura Urbana (Terraplenagem, Drenagem e Pavimentação) em Ruas do Bairro Flodoaldo Pontes Pinto;
- Obra de Infraestrutura no Bairro Lagoinha;
- Obra de Infraestrutura no Bairro 4 de Janeiro.

Em andamento:

- Infraestrutura nas Ruas José Amador dos Reis e Vila Mariana no Bairro São Francisco;
- Infraestrutura de Ruas no Bairro Floresta;
- Construção de Viadutos e Marginais da BR 364;
- Infraestrutura na Rua Jorge Teixeira no Distrito de Vista Alegre do Abunã;
- Infraestrutura em Diversas Ruas da Zona Sul;
- Infraestrutura Urbana nas Ruas Vanice Barroso, Vasco da Gama e América, no Bairro Lagoinha e Neuzira Guedes, no Bairro JK/Tancredo Neves;
- Obra Remanescente de Infraestrutura na Av. Mamoré;
- Pavimentação com Blocos Sextavados das Ruas do Conjunto Teixeira;
- Infraestrutura das Ruas Açai, Uruguai e da Vila Tupi;
- Infraestrutura no Bairro Areal;
- Infraestrutura na Zona Leste (Pró-Moradia Leste) – Obras Remanescentes;
- Infraestrutura Básica (Drenagem e Pavimentação) em Ruas do Distrito de Extrema;
- Infraestrutura Básica em Jacy Paraná;
- Infraestrutura Básica em Nova Califórnia;
- Infraestrutura nas Ruas do Bairro Agenor de Carvalho e Igarapé;
- Urbanização da Zona Leste;
- Construção de Calçada na Rua Raimundo Cantuária.



Projetos elaborados para licitar em 2011

- Infraestrutura em 4 Ruas Pró-Moradia Sul;
- Infraestrutura em 9 Ruas Pró-Moradia Leste;
- Infraestrutura em 2 Ruas no Bairro Tiradentes;
- Infraestrutura na Rua do Bairro Fortaleza;
- Obras Remanescente – Infraestrutura na Av. José Vieira Caúla;
- Infraestrutura em Ruas do Bairro JK;
- Infraestrutura na Av. Amazonas;
- Infraestrutura em Ruas do Bairro Aponiã.

Foram urbanizados vários bairros, alguns concluídos e outros em fase de conclusão com obras de drenagem, pavimentação, quadras poliesportivas, praças, mercados e centro de convivência. Parte dos projetos de urbanização já estavam com obras em andamento em janeiro de 2010 e outra parte teve início no decorrer do ano.

Construção de Reforma de Praças e Mercados (P/A 1.356)

Objetivo: Condições para que famílias possam ter áreas de lazer e a convivência em sociedade.

Promover a inclusão social através de ambientes saudáveis.

Resgate da cultura e história dos munícipes de Porto Velho. Fornecer o aproveitamento do potencial turístico da cidade, aquecendo a economia local com geração de novos empregos.

Recuperação dos espaços públicos e do patrimônio histórico-cultural.

Concluída:

- Construção da Praça no Distrito de Jacy-Paraná;
- Revitalização do complexo Madeira Mamoré, localizado na praça Estrada de Ferro;
- Reforma e Revitalização do Mercado Central.
- Construção de Banheiros na Praça Jardim das Mangueiras;

Em andamento:

- Construção da Praça do Contorno no Marechal Rondon;
- Construção da Praça do Bairro Três Marias;
- Revitalização da Vila Candelária;
- Parque das Águas;
- Reforma da Praça do Bairro Caladinho;
- Construção do Centro de Convivência do Idoso.

Obras como o Centro de Convivência do Idoso, no Bairro Lagoinha, onde abrigará Salão de Jogos, Sala de Reunião, Sala de Odontologia e Oftalmologia, Piscina e uma Praça/Jardim é destaque como excelência na busca pela melhoria de Idosos por seu conjunto e qualidades de serviços que serão oferecidos.

Programa – Habitação Urbana

Construção de Unidades Habitacionais P/A(1.362)

Objetivo: Ampliar o acesso à moradia e melhorar a habitabilidade, em especial ao segmento de menor renda, num processo integrado com as demais políticas do município realizadas em parceria com outras esferas de governo. Proporcionar aos munícipes melhores condições de habitação com saneamento básico. Melhoria da qualidade de vida. Reassentar famílias que se encontra em áreas de risco e faixa de proteção de canais.

Concluída:

- Construção de 55 Unidades Habitacionais Veredas III;
- Construção de 240 Unidades Habitacionais Condomínio Residencial Triangulo II;
- Construção de 20 Unidades Habitacionais Veredas I.

Em andamento:

- Construção de 98 Unidades Habitacionais Candelária I;
- Construção de 144 Unidades Habitacionais Condomínio Residencial Floresta II;
- Construção de 144 unidades habitacionais condomínio Residencial Mato Grosso;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Construção de 120 Unidades Habitacionais Candelária II, III e IV;
- Construção de 131 Unidades Habitacionais Pró-Moradia Leste II;
- Construção de 221 Unidades Habitacionais - Pró-Moradia Sul I;
- Construção de 47 Unidades Habitacionais - FNHIS I;

Projetos elaborados para licitar em 2011.

- Construção de 85 Unidades Habitacionais FNHIS 2009;
- Construção de 32 Unidades Habitacionais Pró-Moradia Norte.
- Construção de 158 Unidades Habitacionais – Pró-Moradia Leste I;
- Construção de 50 Unidades Habitacionais – FNHIS 3;
- Construção de 47 Unidades Habitacionais – FNHIS 4;
- Obra Remanescente da Construção de 160 Unidades Habitacionais – Floresta I;
- Obra Remanescente da Construção de 176 Unidades Habitacionais – Cuniã I;
- Obra Remanescente da Construção de 176 Unidades Habitacionais – Cuniã II.



Nas obras em andamento, foram concluídas ao longo do ano 315 unidades habitacionais, destinadas ao reassentamento de famílias em situação de risco. A transferência para os novos locais de moradia ocorreu de forma gradativa, à medida que as obras ficaram prontas.

O mesmo processo será adotado em 2011, com a continuidade das obras e a conclusão de novas construções. Para as famílias reassentadas, a mudança significou uma nova condição de vida, livre do perigo de enchentes e da precariedade, num imóvel regular.

Programa: Desporto Comunitário

Construção, ampliação e reforma de quadras e centros poliesportivos (P/A 1.357)

Objetivo: Proporcionar a inclusão social através de espaço para as práticas esportivas, democratizando o interesse da sociedade e facilitando o acesso.

Em andamento:

- Construção do Complexo Esportivo no Bairro Ronaldo Aragão;
- Quadra de esporte do Bairro Castanheira;
- Reforma da área de lazer e esporte do Abobão.

Projetos elaborados para licitar em 2011

- Obra Remanescente da Vila Olímpica.

Programa: Transporte Hidroviário/Infraestrutura Portuária

Construção do Complexo Hidroviário de Porto Velho (P/A 1.064)

Objetivo: Otimizar a infraestrutura do Porto Fluvial sistematizando os serviços proporcionando rapidez, conforto e segurança, além de permitir o desenvolvimento socioeconômico.

Em andamento:

- Construção do Terminal Aquaviário do Cai N'água.

Programa: Administração

Administração da Unidade (P/A 2.001)

Remuneração do pessoal ativo e encargos sociais (P/A 2.217)

No desenvolvimento das competências profissionais requeridas para sustentar o movimento da SEMPRE, na busca da qualidade de seus serviços e produtos, a área de recursos humanos, em parceria com o FUNESCOLA, JIRAU, promoveu um conjunto de cursos com os seus profissionais nas áreas de atualização técnica, segurança e qualidade de vida do servidor.

- Capacitações Realizadas: Hidros (11); Lumine (02); Fiscalização de Obras (30); Auto Cad Avançado (04); Access (03); Excel (05); Windows (01); Excel Avançado (07); Libras (01); Licitação (03); Convênios (03); Gestão Pública (02); Photoshop (01).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Atualmente a Secretaria é composta pelo quantitativo de servidores sendo:

Cargo	Quantidades
Direção geral	02
Apoio administrativo	09
Apoio técnico	22
Engenheiro civil	28
Engenheiro eletricista	04
Arquiteto	15
Total de servidores	80

No que se referem à execução das obras, as informações refletem com exatidão as realizações da Secretaria.

Todos os esforços visaram a buscar a satisfação dos munícipes de Porto Velho, em relação à qualidade, aos prazos e aos custos das obras e serviços.

Novas obras serão entregues e executadas em 2011 com uma expectativa ainda maior do que 2010, o relatório da SEMPRE aponta para o ano de 2011 como um ano importante, pois várias obras serão executadas em outros pontos para serem entregues à população.

Natal para Todos

Todos os servidores participaram do Natal Para Todos com sua contribuição perfazendo um total de 349 brinquedos com o objetivo de serem entregues as crianças dos distritos conforme programação.



**SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE
PROGRAMAS ESPECIAIS (SEMEPE)**

SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS (SEMEPE)

As informações contidas neste relatório de acompanhamento atende ao cumprimento legal e dar publicidade às ações executadas pelo governo municipal, são de extrema importância para subsidiar os instrumentos de prestação de contas e para avaliar os resultados das políticas públicas implantadas por meio dos programas, ações e metas previamente definidas, além de dar prosseguimento à recomendação de proporcionar meios de informação capazes de minimizar as inconsistências e incompatibilidades nos instrumentos de planejamento, visa estreitar a informações primordiais para o acompanhamento das atividades desenvolvidas por esta Secretaria.

A Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais – SEMEPE, atípica das demais Unidades Administrativas do Município, pelo seu caráter extraordinário e de acordo formal, consolida setores básicos ao atendimento principal as ações de acompanhamento, coordenação gerados pelo Protocolo de Intenções firmado entre o Município e as Empresas construtoras das Hidrelétricas do Rio Madeira.

Assessoria Técnica

A Assessoria Técnica desempenha as funções administrativas mantenedora das atividades tipicamente funcional: orçamento, pessoal, patrimônio, serviços gerais, transportes. No decorrer do exercício buscou a integração e articulação desta com as demais Unidades Administrativas para melhor interação, utilizou-se de padrões técnicos para o uso eficiente de recursos e condições mínimas para o funcionamento satisfatório da Secretaria.

Recursos Humanos

No quadro de pessoal as alterações e as atividades rotineiras mantiveram-se normais, e no aproveitando das oportunidades oferecidas, os servidores, por intermédio da FUNESCOLA e outros segmentos, colaboradores desta Secretaria, participaram de cursos e seminários.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- O quadro de pessoal conta com: 16 comissionados; 8 estatutários; 3 disposição c/ ônus; e, 3 cedidos.

Qualificação:

- Access: período 6 a 26/01/2010 - Realização SENAC/FUNESCOLA – Carga hor.: 28 h;
- Corel Draw - período: 14/12/2009 a 11.01.2010 - local SENAC/FUNESCOLA – Carga 28 h;
- Palestra Proferida pelo Secretário sobre “Impactos Demográficos Econômicos Sociais e Ambientais Causados pela Construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Município de Porto Velho”, na III Reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental, objetivando a conclusão do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS do Xingu – Período: 23/02/2010 – Local: Belém-PA;
- Participação do Seminário de Implantação da Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência do Município de Porto Velho – Período: 11 e 12/03/2010’.
- II Encontro de Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família“ Projeto Entre Linhas e Rosas” – Período: 13/03/2010 – Promoção SEMAS;
- Oficina de capacitação técnica, realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Período: 23 a 26/03/2010;
- Sistema de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil – Período: 05 à 09.04.2010;
- 2º Oficina de Capacitação Técnica – Realização Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM – Período 27 a 30/04/2010;
- 2º Oficina de capacitação técnica realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM – Período: 12 a 26/04/2010;
- II Seminário: Rondônia Centro Estratégico de Desenvolvimento Socioeconômico Desafios a Superar – Eduardo Valverde - Período: 21/05/2010;
- Curso Legislação e Operação do Sistema de Convênios e Elaboração de Projetos Via Sistema de Convênios – SICONV - Realização Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM – Período 07 a 11/06/2010;
- Liderança o Fator Resultado - Prof. Aly Baddauhy Jr.Período: 10.06.2010 Carga 2 h;
- Gestão Fiscal - Período: 28 a 30 de junho de 2010 – Carga Horária: 24 h -FUNESCOLA;
- AutoCad Básico - período: 12 à 30.07.2010 - Realização SENAC/FUNESCOLA - Carga 28h.
- Excel Básico – Período de 23 à 27/08/2010 – Carga Horária: 20 h;
- Qualidade no Atendimento ao Público - Carga: 12 h – Prof. Francisco Tavares de Melo;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Revisão da Lei nº 097, de 29/12/1999 – Parcelamento, uso e ocupação do solo – Período: 23 a 27/08/2010
- Seminário de apresentação de resultados parciais de pesquisa – UNIR/SEMUSA;
- 1º Seminário: Plano de Mobilidade Urbana – Porto Velho – 16/09/2010 – FIERO;
- Oficina de Trabalho - Comissão Técnica Especializada para análise, acompanhamento e recebimento do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Porto Velho – Período: 06 a 10/12/2010.

Orçamento

A Programação Orçamentária foi de R\$ 933.959,58 (novecentos e trinta e três mil novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) para a Administração da Unidade e 1.208.718,56 (Um milhão duzentos e oito mil setecentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos) para a Remuneração de Pessoal – Encargos Sociais, pela Secretaria Municipal de Administração - SEMAD.

Demonstrativo orçamentário da Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais - Exercício 2010

Projeto/atividade	Saldo inicial	Suplemen- tações	Redução	Total de crédito	Pago no ano	Saldo disponível
04 - Administração 04122 - Administração Geral 041220007 - Apoio Administrativo 041220007.2.00100 – Diárias – Pessoal Civil						
3.3.90.14.00.0000 – Diárias	10.869,00		4.739,22	3.611,12	798,36	2.518,66
3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo	54.264,00	12.500,00	55.429,14	11.334,86	4.504,52	6.830,74
3.3.90.33.00.0000 – Passagens e Despesas com Pessoal	15.204,00		15.204,00	0,00		0,00
3.3.90.35.00.00 – Serviços de Consultoria	6.504,00		6.504,00	0,00		0,00
3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	43.428,00	8.000,00	36.604,20	14.823,80	13.213,80	1.610,00
4.4.90.52.00.0000 – Equipamentos e Material Permanente	86.844,00	28.000,00	29.954,29	84.889,71	68.689,00	16.200,71
04.122.000.7.217.000 – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	1.039.454,00	47,94	105.542,36	933.959,58	933.959,58	0,00
3.1.90.13.00.0000 – Obrigações Patronais	133.815,00		20.620,65	113.194,35	113.194,35	0,00
3.3.91.13.00.0000 – Obrigações Patronais	21.031,00	28.000,00	1.033,40	47.997,60	47.997,60	0,00

Fonte: ASTEC/SEMEPE.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Patrimônio

Atendendo a demanda para a realização dos trabalhos desenvolvidos internamente e no atendimento ao público, foram adquiridos os equipamentos:

Especificação	Un	Quan- tidade	Valor (R\$)	
			Unitário	Total
Sofá de 2 lugares, com braços, dimensões aproximadas de 800x1500x800mm, revestido em tecido na cor grafite, confeccionado com chassis de madeira, recoberto com espuma de alta densidade	un	02	550,00	1.100,00
Projektor Multimídia Epson Powerlite S8+ 2500 Ansi Lumes c/ maleta de Transporte (lâmpada 5000h).	un	01		
Ar condicionado, modelo HIWALL, refrigera, ventila e desumifica 36.000 BTUS, 220 v. controle remoto sem fio - Garantia	un	02	4.000,00	8.000,00
Geladeira Doméstica, gabinete construído em aço pintado a forno, espessura mínima de 0,5mm com isolamento e poliuretano de aproximado 3 mm, densidade 35 kg/m. Dimensão mínima de 1600mm e 1800mm a máxima. O congelador deverá ter aproximado 30 litros de capacidade, com evaporador interno. Capacidade aproximada de 360 litros e gavetas das portas desmontáveis, voltagem (110 e 220 bivolt)	un	01	1.285,71	1.285,71

Fonte: ASTEC/SEMEPE.

Coordenadoria Municipal de Projetos Especiais

Esta Coordenadoria tem como principal função a supervisão das atividades desenvolvidas pelos setores dos Convênios e Engenharia além do assessoramento direto ao Secretário das questões administrativas e das vinculadas ao protocolo de intenções.

Coordenou reuniões com os técnicos da SEMEPE na elaboração da Minuta da retificação no Detalhamento do Protocolo de Intenções da ESBR e Prefeitura de Porto Velho, que deu origem gerando ao 1º Termo Aditivo do Protocolo de Intenções.

A Coordenadoria esteve presente participando de palestras, seminários e reuniões, promovidos pelas Unidades Orçamentárias Municipais, em especial com as Secretarias Municipais de Fazenda (SEMFAZ) e Planejamento e Coordenação Geral (SEMPGA) e outros segmentos, em algumas delas em substituição ao Secretário, na checagem de informações orçamentárias e financeiras dos pedidos de medição e liberação de recursos da ESBR.

Setor de Convênios e Contratos

Conforme definido pelo Protocolo de Intenções, a complementação financeira dos recursos dos convênios celebrados entre a Prefeitura e o Ministério das Cidades, firmados pelas Empresas Santo Antônio S.A e a Energia Sustentável do Brasil - ESBR, foi realizada pela Caixa Econômica Federal (C.E.F).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Dos R\$ 4 milhões complementares de convênios por parte do Consórcio Santo Antônio Energia S.A., não houve alteração quanto à movimentação financeira, cujo saldo para utilização permanece em R\$ 2.734.749,27, para desembolso em 2011 e para tanto, objetivando a prorrogação de prazo, foram aditivados.

Os compromissos assumidos pela ESBR para a complementação dos convênios o valor de R\$ 30 milhões, sendo que R\$ 15.822.051,30, destinados aos Programas de Urbanização de Favelas, Infraestrutura, Drenagem e Construção de Unidades Habitacionais e o restante R\$ 14.177.948,70 foram destinados aos Projetos de Mobilidade Urbana. No primeiro caso, foram desembolsados no ano, R\$ 5.914.038,04. Neste período, os convênios de Reforma e Revitalização do Mercado Central no Município de Porto Velho e o Condomínio Residencial Triângulo II localizado na Estrada do Santo Antônio, atendendo a 240 famílias foram concluídos, restando à conclusão da segunda obra Condomínio Residencial Mato Grosso.

Foram viabilizadas liberações das parcelas conveniadas com a ESBR referentes às obras e serviços conforme Termo de Detalhamento Parcial do Protocolo de Intenções - item V - Complementações de Recursos obtidos pela Prefeitura através de Convênios/Contratos com o Governo Federal restando um saldo no final do exercício de R\$ 24.085.961,96.

Os recursos na ordem de R\$ 14.177.948,70, relativos ao Programa de Mobilidade Urbana, foram desmembrados em treze projetos, que deram origem aos convênios assinados para execução no ano vindouro: Sinalização de Vias (211,450 m); Recapeamento de Vias (9.140,24 m); Iluminação da Zona Sul (6.092 pontos); Muros e Calçadas (4.687 m²); Construção de Meio-fio, Calçadas e Sarjetas (2.678 m²); Iluminação de Vias (2.544 pontos); Modernização Semafórica (58 semáforos). Baías Estruturadas (55 baías). Calçadas nos Centros Comerciais (2.880 m); Recuperação de Boca de Lobo (117); Implantação de Paradas de Ônibus (50 abrigos); Lixeiras em Avenidas (160); Lixeiras em Paradas de Ônibus (404).

Além da responsabilidade de acompanhar os convênios firmados para obras, foi incumbido ao setor, acompanhar também os termos de doações com a saúde (19), educação (17) e outras Secretarias (18), perfazendo o total de 54 convênios/termos de doação, ocorridos no período de junho a dezembro/2010.

Coordenadoria Municipal de Desenvolvimento Socioambiental

A Coordenadoria Municipal de Desenvolvimento Socioambiental, em parceria com a Secretaria Municipal de Urbanização e Regularização Fundiária (SEMUR), antecedendo a mudança de localidade do distrito de Mutum-Paraná, para Nova Mutum-Paraná, situada no eixo da BR-364, sentido Acre, por consequência da inundação da área de instalação da usina hidrelétrica de Jirau, trabalhou na regularização fundiária dessa localidade, destinada a população dos que residiam no antigo distrito, dando início ainda a regulamentação do setor industrial.

Em Conjunto com o Ministério Público Estadual – MPE e Ministério Público Federal – MPF, a Coordenadoria participou de reuniões do Grupo de Trabalho – GT, visando outras ações empreendedoras do complexo do rio madeira.

Acompanhamento do Protocolo de Intenções**Setor de Educação:**

As despesas em obras para a Educação, em 2010 são decorrentes de aditivos remanescentes dos programas de compensação social, de apoio ao Município, no Protocolo de Intenções firmado entre a Prefeitura de Porto Velho e a Santo Antônio Energia (SAE) foram na ordem de R\$ 635.304,47, recursos utilizados conforme demonstração a seguir:

Investimentos Aplicados pela Compensação Social Santo Antônio Energia

Programa de compensação social	Localidade	Valor Aditivado (R\$)	Status
Construção de uma escola com 9 (nove) salas de aula e demais dependências no total de 1.373,01 m ² (atualização de preço - aditivo)	Porto Velho Aponiã	220.063,95	Concluído
Elaboração de especificação para a Escola Aponiã	Porto Velho Aponiã	15.000,00	Concluído
Construção de 9 (nove) salas de aula e demais dependências no total de 1.373,01 m ² da Escola São Francisco (loteamento Flamboyant) - atualização de preço - aditivo	Porto Velho Cascalheira	160.266,90	Concluído
Aquisição: Equipamentos e Materiais para escola (atualização de preço - aditivo)	Porto Velho	19.258,20	Concluído
Elaboração de Projeto Executivo da reforma e ampliação Colégio Joaquim Vicente Rondon	Porto Velho (Jardim Eldorado)	25.532,75	Concluído
Aquisição de Materiais de Construção e Reposição para diversas Escolas	Porto Velho	178.682,67	Concluído
Caixa d'água tipo taça com capacidade de 15.000 litros	Jacy-Paraná	16.500,00	Concluído
TOTAL		635.304,47	

Fonte: CODES/EDUCAÇÃO/SEMEPE.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

As ações executadas pelo consócio Energia Sustentável do Brasil (ESBR) acordado com a Prefeitura do Município de Porto Velho tiveram como objetivo as atividades de formação intelectual, moral, social, cívica e profissional do homem, para o exercício consciente da cidadania: construção, ampliação e reforma de espaços destinados à educação infantil, ensino fundamental, médio e outros no valor estimado R\$ 10,3 milhões, distribuídos conforme o quadro abaixo.

Quadro de Detalhamento Parcial do Protocolo de Intenções ESBR/Educação - Porto Velho: 2010		
Programa PBA - Jirau		Localidade
a.i)	Construção de uma quadra coberta - Escola José Augusto	Extrema
a.ii)	Construção de uma quadra coberta - Escola Darci Ribeiro no bairro Esperança da Comunidade	Porto Velho
a.iii)	Reforma na parte externa e paisagismo dar Escola Engenheiro Francisco Erse – firmado convênio nº 297/10	Porto Velho
a.ii)	Reforma e ampliação da escola localizada no Bairro Nacional	Porto Velho
a.iv)	Construção de uma quadra coberta - Escola Manoel Aparício no bairro Cidade Nova	Porto Velho
a.v)	Construção da Escola Olympia Salvatore com 2 salas de aula e demais dependências	Embaúba
a.vi)	Reforma e ampliação de setores administrativos de serviços e bloco de banheiros da Escola Barão do Rio Branco	Fortaleza do Abunã
a.vii)	Reforma e construção de alojamento para professores e ampliação de 6 salas de aula na Escola Santa Júlia	Abunã (Vila Penha)
a.viii)	Reforma e adequação de espaços, ampliação de 6 salas de aula e alojamento para profissionais da educação e refeitório na Escola Valdeci Teixeira - Linha 31 de março	Distrito de Mutum
a.ix)	Reforma e ampliação de 4 salas de aula, dependências administrativas e adequação de espaços na Escola Maria Jacira	Distrito de Nova Califórnia
a.x)	Reforma e construção de um pátio na Escola Boa Esperança – P.A. São Francisco	Distrito de Mutum
a.xi)	Reforma, adequação de espaços e ampliação da cozinha e bloco de banheiros, construção de refeitório e acessibilidade na Escola Pe. Chiquinho no bairro Areal	Porto Velho
a.xii)	Alojamento Jacy-Paraná com 5 quartos, banheiros, sala de estudo, sala de estar e cozinha	Jacy-Paraná
a.xiii)	Construção de uma Escola com duas Salas de aula Maria Angélica – Km 32	Porto Velho
a.xiv)	Construção de escola Ramal Primavera	Ramal Primavera
b)	Equipamentos para as (48) salas de aula	Porto Velho
c)	Curso de Capacitação para Professores	Porto Velho
d)	Parceria para implantação do Programa de Inclusão Digital	Porto Velho
e)	Transporte Escolar Ônibus padrão escolar pintura e itens de segurança	Porto Velho

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Setor de Saúde

Dando continuidade as ações desenvolvidas em 2009, o setor saúde da SEMEPE mantém a coordenação geral das ações descritas no Protocolo e cabe a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), a definição da aplicação dos recursos financeiros previstos no Protocolo destinados ao setor, dentro do município. Compete ainda a SEMUSA, a elaboração dos projetos de construção, reforma e ampliação das obras de infraestrutura, assim como as demais especificações de equipamentos.

Ao acompanhamento, estão inseridas as ações descritas no Programa de Saúde Pública, no Subprograma de Vigilância Epidemiológica/Vetores e do Plano de Controle de Malária.

Os recursos previstos no Protocolo do Consórcio Santo Antônio Energia S. A. no seguimento saúde, totalizam um valor na ordem de R\$ 30.725.089,00, os quais foram ou estão utilizados nas ações descritas conforme quadro abaixo:

Quadro Demonstrativo Protocolo do Consórcio
Santo Antônio Energia S. A. - Porto Velho 2010

Programa de saúde pública	Localidade	Status
1) Construção da Policlínica Alfredo Silva – Centro de Referência em Saúde no total de 598,70m ²	Porto Velho Nova Porto Velho	Em andamento
2) Elaboração do Projeto da UPA JACY-PARANÁ	Jacy-Paraná	Concluído
3)Construção da Unidade de Saúde Ronaldo Aragão – Tipo II no total de 598,70m ²	Porto Velho Nacional	Em andamento
4) Reforma e ampliação da Unidade de Saúde São Carlos no total de 205,21m ²	Distrito de São Carlos	Concluído
5) Unidade de Saúde – Construção da Unidade de Saúde Rio das Garças - Tipo Zero no total de 125,32m ²	Comunidade Rio das Garças	Concluído
6) Aquisição de Equipamentos para o Posto de Saúde Rio das Garças	Comunidade Rio das Garças	Concluído
7) Construção da Unidade de Saúde Aliança - Tipo Zero no total de 125,32m ²	Comunidade de Aliança linha 28	Concluído
8) Aquisição de Equipamentos para o Posto de Saúde Aliança	Comunidade de Aliança linha 28	Concluído
9) Ampliação de Varanda na Policlínica Rafael Vaz e Silva	Porto Velho	Em andamento
10) Aquisição de equipamentos para Policlínica Hamilton Gondim	Tancredo Neves	Concluído
11) Construção de Posto de Saúde Santo Antônio	Estrada de Santo Antônio	Concluído
12) Aquisição de equipamentos para Posto de Saúde Santo Antônio	Estrada de Santo Antônio	Concluído
13) REVITALIZAÇÃO DE 11 POSTOS DE SAÚDE:		

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

a) Policlínica Manuel A. Matos	Cohab	
b) Policlínica Rafael Vaz e Silva	N. S. das Graças	
c) C.S. Oswaldo Piana	Areal	
d) C.S. Caladinho	Caladinho	
e) C.S. Agenor de Carvalho	Agenor de Carvalho	
f) Policlínica Dr. José Adelino	U. Guimarães	Concluído
g) C.S. Renato Medeiros	Cidade do Lobo	
h) C.S. Maurício Bustani	Liberdade	
i) C.S. Pedacinho de Chão	Embratel	
j) C.S. Ernandes Índio	Esperança da Comunidade	
k) C.S. Nova Floresta	Nova Floresta	
14) Construção de Posto de Saúde Mariana no total de 263,58 m ²	Mariana	Concluído
15) Poço Profundo Semi-artesiano	Mariana	Concluído
16) Muro com grade e portões e Pavimentação Interna do Terreno	Mariana	Concluído
17) Aquisição de Equipamentos para o Posto de Saúde Mariana (Complementação)	Mariana	Concluído
18) Reforma da Policlínica Ana Adelaide (Setor de urgência e emergência) no total de 613,30m ²	Pedrinhas	Concluído
19) Reconstrução do Abrigo Casa Moradia no total de 233,26m ²	Porto Velho Agenor de Carvalho	Concluído
20) Reforma e ampliação de Unidade de Saúde Cujubim Grande no total de 125,32m ²	Cujubim Grande	Concluído
21) Aparelhamento da Unidade de Saúde Cujubim Grande	Cujubim Grande	Concluído
22) Construção da Unidade de Saúde São Sebastião/ Novo Engenho Velho		Concluído
23) SUBPROGRAMA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA/VETORES	Localidade	Status
a) Plano de Vigilância em Saúde de Porto Velho	Porto Velho	Executando
b) Monitoramento de Vetores	Porto Velho	Executando
c) Educação em Saúde e Mobilização Social	Porto Velho	Executando
24) PLANO DE CONTROLE DA MALÁRIA (CONDICIONANTE DA LICENÇA PRÉVIA)	Localidade	Status
a) Apoio a Reestruturação da Vigilância em Saúde de Porto Velho – Construção de 2(duas) estruturas em alvenaria	Joana D'Arc e Jacy-Paraná	Concluído
b) Apoio a Reestruturação da Vigilância em Saúde de Porto Velho – Construção de 2(duas) estruturas em alvenaria	Joana D'Arc e Jacy-Paraná	Concluído
c) Apoio a Reestruturação da Vigilância em Saúde de Porto Velho – Construção de 2(duas) estruturas sobre flutuantes	Calama e São Carlos	Concluído
d) Equipamentos, insumos laboratoriais e combustível	Porto Velho	Executando
e) Contratação de Pessoal	Porto Velho	Executando
f) Educação em Saúde e Mobilização Social	Porto Velho	Executando
g) Capacitação de Pessoal	Porto Velho	Executando
h) Construção de Laboratórios	Porto Velho	Executando
i) Manutenção de Veículos	Porto Velho	Executando

Fonte: SEMEPE.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Os recursos previstos no Protocolo do Consórcio Energia Sustentável do Brasil S. A. – ESBR, para a área de saúde totalizam um valor na ordem de R\$ 29.663.607,00, os quais foram ou estão utilizados nas ações descritas conforme quadro a seguir:

Quadro Demonstrativo Protocolo do Consórcio Energia
Sustentável do Brasil S. A. - Porto Velho 2010

PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA		
a) Construção, reforma e ampliação de Unidades de Saúde		
a.1 Reforma do Posto de Saúde de Jacy-Paraná	Jacy-Paraná	Concluído
a.2 Construção do Posto de Saúde	Fortaleza do Abunã	Executando
a.3 Reforma do Posto de Saúde de Abunã	Abunã	Executando
a.4 Reforma do Posto de Saúde de Vista Alegre	Vista Alegre	Executando
a.5 Construção do Posto de Saúde	Extrema	Em andamento
a.6 Reforma do Posto de Saúde de Nova Califórnia	Nova Califórnia	Em andamento
a.7 Construção da Unidade de Saúde de Morrinhos	Morrinhos	Em andamento
b) Equipar as Unidades		
b.1 Equipamentos Unidade de Jacy-Paraná	Jacy-Paraná	Concluído
b.2 Equipamentos Unidade de Abunã	Abunã	Concluído
b.3 Equipamentos Unidade de Fortaleza do Abunã	Fortaleza do Abunã	Concluído
b.4 Equipamentos Unidades de Saúde	Nova Califórnia, Vista Alegre, Extrema e União Bandeirantes	Em andamento
b.5 Equipamentos Unidade de Saúde	Morrinhos	Em andamento
c) Atualizar e capacitar os recursos humanos da área de saúde.	Município de Porto Velho (em análise)	Em andamento
d) Educação em Saúde, Comunicação e Mobilização Social	Município de Porto Velho (em análise)	Em andamento
e) Atenção de Urgência e Emergência (5 Ambulâncias)	Município de Porto Velho	Concluído
2) Subprograma de Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária e ambiental).		
Monitoramento de Vetores IPEPATRO	Município de Porto Velho	Em andamento
3) Plano de Ação Controle da Malária		
a) Capacitação de recursos humanos	Município de Porto Velho	Em andamento
b) Complementação de Recursos Humanos	Município de Porto Velho	Em andamento
c) Aquisição de Transportes e Equipamentos	Município de Porto Velho	Em andamento
d) Serviços de Manutenção de Equipamentos e Transportes	Município de Porto Velho	Em andamento
e) Aquisição de Insumos	Município de Porto Velho	Em andamento
f) Educação em saúde	Município de Porto Velho	Em andamento
g) Construção de laboratórios	Município de Porto Velho	Em andamento
h) Construção de ponto de apoio	União Bandeirantes e Ramal Primavera (Novo acesso ao garimpo São Lourenço)	Executando
i) Mosquiteiros impregnados	Município de Porto Velho	Em andamento

Fonte: SEMEPE.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Vale ressaltar que as ações do Subprograma de Vigilância Epidemiológica e Plano de Controle da Malária, em ambos os Protocolos, estão previstos para serem desenvolvidas ao longo de 05 anos.

O setor de saúde participa da Comissão de Gestão e Acompanhamento do Programa de Saúde Pública, que é composto por representante da Prefeitura do Município de Porto Velho, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Ministério da Saúde, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Santo Antônio Energia e Energia Sustentável do Brasil, além de membros do Ministério Público Estadual e do Escritório Regional do IBAMA, de Porto Velho, como ouvinte. Esta comissão reúne-se mensalmente e monitora as ações desenvolvidas, principalmente no Subprograma de Vigilância Epidemiológica e Plano de Controle da Malária.

Setor de Engenharia

Esse setor é formado por arquitetos, engenheiros civis e eletricitista, com a função de acompanhar, revisar e em alguma eventualidade, conceber projetos para as secretarias que estão sendo beneficiadas no Protocolo de Intenções firmado entre as Construtoras das Usinas do Madeira e a Prefeitura.

Durante o ano de 2010, foram analisados os projetos da área de Saúde, Educação e Turismo, respectivamente de domínio das Secretarias afins e posteriormente encaminhados a ESBR, e parte destes já estão sendo executados:

Projetos Analisados - Área Saúde Porto Velho 2010	
Projeto	Localidade
a) Reforma do Posto de Saúde de Jacy-Paraná	Jacy-Paraná
b) Construção do Posto de Saúde	Fortaleza do Abunã
c) Reforma do Posto de Saúde de Abunã	Abunã
d) Reforma do Posto de Saúde de Vista Alegre	Vista Alegre
e) Construção do Posto de Saúde	Extrema
f) Reforma do Posto de Saúde de Nova Califórnia	Nova Califórnia
g) Construção de 2 Pontos de Apoio ao Combate da Malária	Ramal Primavera e União Bandeirante

Fonte: COPES/SEMEPE/2010.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Projetos Analisados - Área Educação Porto Velho 2010

Projeto	Localidade
a) Construção de uma quadra coberta - Escola José Augusto	Extrema
b) Construção de uma quadra coberta - Escola Engenheiro Francisco Erse no bairro Cuniã	Porto Velho
c) Construção de uma quadra coberta - Escola Valdeci Teixeira na Linha 31 de março	Distrito de Mutum
d) Construção de uma quadra coberta - Escola Manoel Aparício no bairro Cidade Nova	Porto Velho
e) Construção da Escola Olympia Salvatore com 2 salas de aula e demais dependências	Embaúba
f) Reforma e ampliação de setores administrativos de serviços e bloco de banheiros da Escola Barão do Rio Branco	Fortaleza do Abunã
g) Reforma e construção de alojamento para professores e ampliação de 6 salas de aula na Escola Santa Júlia	Abunã (Vila Penha)
h) Reforma e ampliação de 4 salas de aula, dependências administrativas e adequação de espaços na Escola Maria Jacira	Distrito de Nova Califórnia
i) Reforma e ampliação da cozinha, bloco de banheiros, construção de refeitório e acessibilidade na Escola Darci Ribeiro	Porto Velho
j) Reforma, adequação de espaços e ampliação da cozinha e bloco de banheiros, construção de refeitório e acessibilidade na Escola Pe. Chiquinho no bairro Areal	Porto Velho
k) Construção de uma Escola com duas Salas de aula Maria Angélica – Km 32	Porto Velho
l) Construção Escola Municipal Ramal Primavera 02 Salas	Ramal Primavera

Fonte: COPES/SEMEPE/2010.

Projetos Analisados – Área Turismo

Projeto	Localidade
a) Quadra poliesportiva coberta	Vista Alegre
b) Quadra poliesportiva coberta no total de 931,00 m²	Fortaleza do Abunã
c) Quadra poliesportiva coberta	Abunã
d) Construção de um (1) Mirante	Fortaleza do Abunã

Fonte: COPES/SEMEPE/2010.

Considerações Finais

A Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais-SEMEPE, tem como principal função o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas com recursos de da contrapartida previstas no do Programa de Compensação Social e Ambiental, a que aludem os Protocolos de Intenções, firmados pelos Consórcios Construtores das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira e o Município de Porto Velho.

A concepção, elaboração e a programação das obras, aquisições de equipamentos e prestação de serviços são originadas pela secretaria afim e a SEMEPE submete as apreciações e ao encaminhamento as empresas do complexo construtores das usinas do Rio Madeira.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

No decorrer do exercício são realizadas reuniões dos gestores de interesse Municipais, representantes dos grandes empreendimentos e equipes técnicas de atuação nos diversos seguimentos objetivando a tomadas de decisão, em resposta a satisfação pública e aos órgãos de fiscalização competente.

Unidade de Saúde



Bairro Triângulo área de risco



Triângulo I - mudança geral



Convivendo com o perigo



SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS (SEMUSB)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS (SEMUSB)

Apresentação

A Secretaria Municipal de Serviços Básicos da Prefeitura do Município de Porto Velho apresenta o relatório de atividades desenvolvidas no exercício de 2010. Na elaboração deste, considerou-se a necessidade de reunir de forma simplificada em um único documento as informações relativas aos trabalhos desenvolvidos pelas diversas unidades de competências desta Secretaria, bem como, apresentar as despesas relativas a locação de equipamentos, aquisição de cascalho e marmitex.

Também é nosso desejo que ele possa servir de referência para tomada de ações futuras, bem como possibilitar a continuidade dos trabalhos ora iniciados de modo a permitir o contínuo aprimoramento da SEMUSB enquanto secretaria, que é parte significativa do conjunto de uma grande obra.

A Secretaria

De acordo com a Lei nº. 895 de 19/06/90 esta Secretaria é responsável pelas atividades de limpeza pública englobando a coleta, a limpeza e a destinação final do lixo; a conservação e manutenção de jardins, parques e praças; a administração de cemitérios, mercados e feiras livres, e o desempenho de outras atividades correlatas.

Vale lembrar que antes denominada Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SEMUSP), passou a ser Secretaria Municipal de Serviços Básicos (SEMUSB), a partir da Lei Complementar nº. 297, de 02 de janeiro de 2008.

A fim de permitir melhor entendimento das atribuições e consequente ações da SEMUSB, tem-se a seguir a estrutura organizacional, conforme a Lei acima citada.

Estrutura Organizacional e Competências da SEMUSB

A Secretaria Municipal de Serviços Básicos - SEMUSB, nos termos da Lei Complementar n.º 297, já citada, alterada pela Lei Complementar n.º 338 de 02/01/2009, possui a seguinte estrutura organizacional básica:

I - Em nível de direção superior:

- a) Secretário municipal de serviços básicos;
- b) Secretário municipal adjunto de serviços básicos.

II - Em nível de assistência imediata e assessoramento:

- a) Assessoria técnica.

III - Em nível de execução programática:

- a) Coordenadoria municipal de postura;
- b) Departamento de serviços especiais;
- c) Departamento de resíduos sólidos;
- d) Departamento de áreas verdes;
- e) Departamento de urbanismo básico.

IV - Compõem a estrutura:

Assessoria técnica

- a) Divisão de apoio administrativo;
- b) Divisão de apoio técnico;
- c) Divisão de pessoal.

Departamento de serviços especiais:

- a) Divisão de oficina, garagem e máquinas pesadas;
- b) Divisão de mercados e feiras;
- c) Divisão de cemitérios;
- d) Divisão de serviços especializados.

Departamento de resíduos sólidos:

- a) Divisão de coleta e varrição;
- b) Divisão de limpeza, poda e pintura;
- c) Divisão de destinação final.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Departamento de áreas verdes:

- a) Divisão de parques e praças;
- b) Divisão de estufa e viveiros;
- c) Divisão de jardins e vias públicas.

Departamento de urbanismo básico:

- a) Divisão de canais e paisagismo;
- b) Divisão de resíduos líquidos;
- c) Divisão de águas, esgoto e drenagem.

Embora a Lei Complementar nº 338 contenha, conforme já colocado, a estrutura organizacional básica, as competências continuam aquelas previstas na Lei nº 895 de 19 de junho de 1990, quais sejam:

Art. 10 – Compete a Secretaria Municipal de Serviços Públicos:

- I. a responsabilidade pelas atividades de limpeza pública englobando a coleta, a limpeza e a destinação final do lixo;
- II. a conservação e manutenção de jardins, parques e praças;
- III. a administração de cemitérios, mercados e feiras livres;
- IV. a execução dos serviços de iluminação pública; (hoje a cargo da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano - EMDUR);
- V. Promover estudos com vistas a concessão, permissão e autorização de serviços de transporte coletivo de passageiros nas linhas municipais e de táxis, e a posterior fiscalização dos serviços; (hoje a cargo da Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito - SEMTRAN);
- VI. a administração dos terminais rodoviários; (idem);
- VII. a execução e a manutenção da sinalização horizontal, vertical e semafórica; (idem);
- VIII. elaboração e fixação de normas e cálculos para a determinação de tarifas a serem cobradas pelos concessionários dos serviços públicos; (hoje a cargo de outras secretarias);
- IX. a elaboração, coordenação e supervisão de medidas fiscalizadoras das atividades relacionadas com o desenvolvimento dos transportes urbanos; (idem);
- X. o desempenho de outras atividades correlatas.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

As atribuições do Secretário estão previstas no art. 51 da Lei nº 895 de 19 de junho de 1990, e as competências da Assessoria Técnica, Departamentos, Divisões e Apoio Administrativo da Secretaria estão regulamentadas pelo Decreto nº 10.946 de 02/01/2009.

Estrutura de Pessoal

A estrutura de pessoal, é composta por 761 servidores dentre efetivos e comissionados. Desses, como não poderia deixar de ser, a maioria está envolvida com as atividades fins, nas diversas frentes de atuação. São trabalhadores com ensino fundamental contratados no cargo de gari, o que representa 80% do total de servidores.

Abaixo apresentamos a distribuição do pessoal por setor e função, permitindo visualizar de forma clara, onde estão lotados.

Distribuição de pessoal por setor e função (estatutários): gari (615); agente de secretaria escolar (1); artífice especializado (6); assistente administrativo (6); auxiliar administrativo (7); auxiliar de serviços gerais (34); cozeiro (10); encarregado de serviços gerais (1); fiscal municipal de postura (25); mecânico de automóvel (2); merendeira escolar (1); motorista (14); operador de máquinas pesadas (11); professor (1); técnico de nível médio (2); vigia (6); fiscal (4); engenheiro civil (1); e, assistente de arrecadação (1).

Distribuição de pessoal por setor e função (comissionados não pertencentes ao quadro efetivo): administrador (4); chefe de divisão (6); secretária executiva (1); secretário municipal (1); e, secretário adjunto (1).

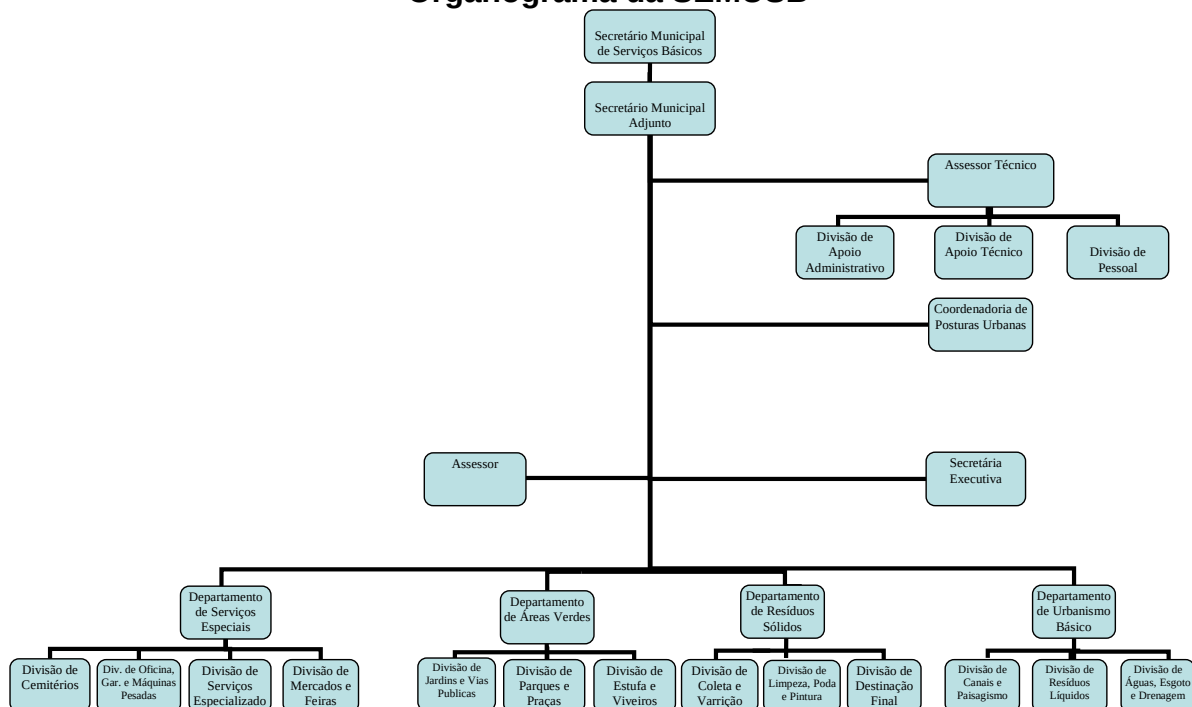
A estrutura existente, conforme detalhamento apresentado no item IV, é composta por 1 (uma) coordenadoria, 4 (quatro) departamentos e 16 (dezesseis) Divisões. Há também 04 (quatro) bases descentralizadas, não contempladas na estrutura organizacional, das quais 3 (três) são sediadas externamente ao prédio da Secretaria, localizadas em pontos estratégicos da Cidade, desenvolvendo atividades de limpeza urbana. Essas bases estão ligadas operacionalmente ao Departamento de Resíduos Sólidos.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Assim, são 21 (vinte e uma) unidades administrativas diretas, além da assessoria técnica e das três bases, totalizando 25 setores com atividades que têm necessidade de produção de documentos, relatórios e planejamento.

Para as funções de técnico de nível médio, agente e auxiliar administrativo, existem 17 (dezessete) servidores, sendo 6 (seis) assistentes administrativos, 9 (nove) auxiliares e 2 (dois) técnicos de nível médio. Sendo que 1 (um) técnico ocupa o cargo de chefe de divisão.

Organograma da SEMUSB



Atividades Desenvolvidas

Durante o exercício de 2010, a Secretaria Municipal de Serviços Básicos deu prosseguimento as ações planejadas para o exercício, juntamente com os diversos setores desta Secretaria.

Visando demonstrar as ações implementadas pelos diversos setores desta Secretaria durante o ano de 2010, apresentamos os serviços executados, conforme exposto nos quadros abaixo:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Quadro demonstrativo das ações realizadas no Viveiro, Cemitérios de Santo Antônio e Inocentes.

Ação	Ação executada	Local
Estruturação da Secretaria - Implantação de 1 (um) viveiro e 1 (uma) estufa	Implantado e produzindo 100.000 mudas/mês de flores de ciclo rápido.	Estruturação da Secretaria - Implantação de 1 (um) viveiro e 1 (uma) estufa
Reforma dos Cemitérios de Santo Antônio e Inocentes no Cemitério do Santo Antônio foi executado reparos, construído o ossuário com capacidade para 3.000 gavetas, bem como, houve a manutenção da limpeza, poda de árvores, caiação dos guias e muros).	O Cemitério dos Inocentes, houve a manutenção da limpeza, poda de árvores e caiação dos guias e muros). Cemitério dos Inocentes e	Santo Antônio

Nota: Trabalhos executados pelo Departamento de Resíduos Sólidos em parceria com o Departamento de Serviços Especiais.

Objetivando celeridade, eficiência e economia na execução dos serviços de varrição, raspagem, pintura de meio fio, roço, capina, retirada de entulho e rastelagem, esta secretaria decidiu descentralizar as ações a partir do dia 04 de maio de 2010 por setores da cidade, ficando dividido da seguinte forma: Setor 01 – compreendendo a área central, sua execução é indireta, realizada pela Construtora Marquise S/A, conforme Contrato nº. 030/PGM/2010; Os setores 02, 03 e 04 são executados pela SEMUSB e compreende as Zonas Sul, Norte, Leste e Norte, respectivamente.

Quadro demonstrativo das ações realizadas nos Setores 01, 02, 03 e 04 e da cidade:

Ação	Ação executada	Local
Limpeza Manual Manutenção de vias públicas	Varrição manual de vias e logradouros públicos = 27.697,40 km durante o período de 04 de maio de 2010 a 31/12/2010.	Setor 01 - Central
	Varrição = 536.296 mtl/mês; Raspagem= 120.353mtl/mês; Pintura de meio fio = 13.987 mtl/mês; Roço = 60.027 m²/mês; Capina =120.415mtl/mês; Retirada de entulho = 720 toneladas/mês; Rastelagem=65.603 mtl/mês; Mutirão 10.000m².	Setor 02 - Zona Sul
	Varrição = 791.800 mtl/mês; Raspagem= 77.930mtl/mês; Pintura meio fio = 38.380 mtl/mês; Roço = 178.600 m²/mês; Capina =23.840mtl/mês; Retirada de entulho = 1.440 toneladas/mês; Rastelagem=65.603 mtl/mês; Mutirão 13.000m².	Setor 03 - Zona Norte
	Varrição = 258.350 mtl/mês; Raspagem=54.950mtl/mês, Pintura meio fio = 13.600mtl/mês; Roço = 57.500 m²/mês; Capina = 33.050mtl/mês; Retirada de entulho = 1.440 toneladas/mês; Rastelagem = 65.603 mtl/mês; mutirão 8.000m².	Setor 04 - Zona Leste

Nota: Trabalhos executados pelo Departamento de Resíduos Sólidos em parceria com o Departamento de Serviços Especiais.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Quadro demonstrativo das ações realizadas nas Praças, Mercado Cultural, Mercado Central, Shopping Popular, chafariz e rotatórias:

Ação	Ação executada	Local
Revitalização - Mercados, Feiras Livre itinerante, Parque e demais Logradouros Públicos	Praça Jonatas Pedrosa	Praça Bola 07
	Praça Santo Antônio	Praça Padre João Nicoletti
	Praça Rio Candeias	Praça Cuniã
	Praça Aluizio Ferreira	Praça 03 Marias
	Praça Marechal Rondon	Mercado Cultural
	Mercado Central	Shopping Popular
	Chafariz da Av. Jorge Teixeira	Rotatória da Av. Costa e Silva com a Av. Jorge Teixeira
	Rotatória da Av. Costa e Silva com a Av. Rio Madeira	Rotatória da Av. José Vieira Caúlla com a Av. Guaporé
	Rotatória da Av. Costa e Silva no Bairro da Balsa	Reurbanização de Parte da Av. Jorge Teixeira
	Av. Rio de Janeiro manutenção 100% mantida	Entrada Av. Rio de Janeiro com a Br 364
	Av. José Vieira Caúlla	Av. Costa e Silva, sentido Granville
	Parte da Av. Guaporé	Av. Farquar no complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré
	Praça Jonatas Pedrosa	Praça Bola 07
	Praça Santo Antônio	Praça Padre João Nicoletti
Urbanização e Reurbanização Básica	Praça Rio Candeias	Praça Cuniã
	Praça Aluizio Ferreira	Praça 03 Marias
	Praça Marechal Rondon	Mercado Cultural
	Mercado Central	Shopping Popular
	Chafariz da Av. Jorge Teixeira	Rotatória da Av. Costa e Silva com a Av. Jorge Teixeira
	Rotatória da Av. Costa e Silva com a Av. Rio Madeira	Rotatória da Av. José Vieira Caúlla com a Av. Guaporé
	Rotatória da Av. Costa e Silva no Bairro da Balsa	Reurbanização de Parte da Av. Jorge Teixeira
	Av. Rio de Janeiro manutenção 100% mantida	Entrada Av. Rio de Janeiro com a Br 364
	Av. José Vieira Caúlla	Av. Costa e Silva, sentido Granville
	Parte da Av. Guaporé	Av. Farquar no complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré

Foram implementadas no exercício de 2010, com sucesso, ações de encascalhamento e limpeza pesada no perímetro urbano do município, e nos distritos, porém em decorrência de fatores climáticos, a meta total não se consumou, obrigando assim a administração municipal, proceder a continuidade no exercício seguinte.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

O crescimento populacional em decorrência do melhor momento histórico de desenvolvimento da cidade é percebido diretamente nos bairros e nas formações populacionais, encontradas na extensão urbana do município. Sobre tudo nas localidades mais afastadas do centro, e é justamente nessas localidades que demandam uma maior assistência por parte da administração. Vias públicas e ruas, são os acessos de ligação entre os bairros da cidade, e em função das ações desencadeadas pela Prefeitura, perfeitamente notada ao longo dos exercícios anteriores. Com o objetivo de promover uma melhor qualidade de vida aos munícipes de Porto Velho.

Quadro demonstrativo das ações de limpeza, encascalhamento, asfaltamento, limpeza de boca de lobo, limpeza de canais, colocação de tampas de bueiros, colocação de manilhas e desobstrução de bueiros:

Ação	Ação executada	Local
Limpeza Pesada	Limpeza de 253,325 km	Diversos bairros do município
	Encascalhamento de 230,440 km	Diversos bairros do município
	Asfaltamento de 7.405 km com asfalto triturado	Pontos críticos de diversos bairros do município
	Limpeza de boca de lobo – 513 km	Diversos bairros da cidade
	Limpeza de Canais – 20 km	Diversos bairros da cidade
	Colocação de tampas de bueiros - 248 unidades	Diversos bairros da cidade
	Colocação de manilhas em pontos críticos – 1.148 unidades.	Diversos bairros da cidade
	Desobstrução de bueiros – 337 km .	Diversos bairros da cidade

O serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos é um grande investimento de recursos públicos. Até março de 2010 foi realizado através de contratos emergenciais que correspondiam apenas à coleta e transporte do lixo ao destino final. Em abril do mesmo ano entrou em vigência o Contrato de Concessão nº 030/PGM/2010, o qual tem dentre outros objetivos, além dos serviços acima citados, a implantação, operação e manutenção do aterro sanitário; implantação e operação da usina de compostagem; implantação de centro de triagem. Dada a relevância do serviço e o valor que representa, e as consequências no bem estar da população de uma forma geral, a fiscalização da efetiva execução se faz necessária.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Para elucidar os dados da geração de resíduos sólidos é apresentado o quadro da produção de resíduos em toneladas referente ao ano de 2010.

Produção de resíduos sólidos urbanos Porto Velho - 2010	
COLETA E TRANSPORTE AO DESTINO FINAL DE RSU - DOMICILIAR	99.856,00
COLETA E TRANSPORTE AO DESTINO FINAL DE RSS	214,56
Fonte: SEMUSB 2011	

É importante destacarmos a despesa com a coleta de resíduos sólidos urbanos durante o exercício de 2010 em valores.

Despesa com coleta de resíduos sólidos urbanos Porto Velho - 2007/2010	
Discriminação	2010
Coleta e transporte ao destino final de Resíduo Sólido Urbano - DOMICILIAR	8.340.393,48
Coleta e transporte ao destino final de Resíduo Sólido Urbano – DISTRITOS	1.983.684,00
Coleta e transporte ao destino final de Resíduo Sólido de Saúde	325.480,92

Fonte: SEMUSB 2011.

Nota: A variação percentual apresentadas corresponde ao período de março a dezembro.

Coordenadoria Municipal de Postura

A Coordenadoria Municipal de Postura executou os seguintes serviços durante o exercício de 2010:

Serviços	Unidade	Realizado
Fiscalização de lançamento de água servida nos logradouros.	Notificação	305
Invasão de logradouros públicos, construção de fossas e outras.	Notificação	447
Combate a ambulantes noturnos	Ações	27
Apurações de denúncias através de telefone público.	Apuração	830
Fiscalização de publicidades irregulares (faixas, outdoors e outros)	Notificação	319
Invasões em áreas públicas do município	Ações	41
Fiscalização de terrenos baldios.	Terrenos	1.881
Total de Apurações		3.850

Além dos diversos trabalhos executados conforme exposto no quadro acima, a Coordenadoria também recebeu 42 denúncias pelo telefone 08006471390 durante o período de julho a dezembro de 2010.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Aquisições

Considerando a necessidade de dotar a Secretaria de estrutura adequada para o seu funcionamento e prestação de serviços a comunidade, foram feitos investimentos com aquisição de materiais, equipamentos e reforma de parte da sede da SEMUSB, conforme detalhado abaixo:

Quadro demonstrativo de aquisição de bens e serviços/2010		
Serviços	Unidade	Realizado
Administração da Unidade Aquisições	Aquisição de uniformes, epi's e epc's; Aquisição de 36 microcomputadores (periféricos), 4 Notebook e 36 Nobreak; Aquisição de material de consumo (expediente, limpeza e outros).	Setores da secretaria e municípios
Aquisições e Manutenção de Equipamentos e Veículos	Aquisição de 2 trator agrícola; Aquisição de 2 varredora coletora; Aquisição de 2 roçadeiras hidráulica, Aquisição de 3 micro trator com roçadeira; Aquisição de 30 roçadeira costal; Aq. Pneus, câmaras de ar e protetor div. para veíc. e máq. e equipamentos; Aq. de 1 caminhão tipo tatuzão (Comp. Social da Energia Santo Antônio)	Setores da secretaria e municípios
Cidade Limpa Serviços de Pessoas Jurídicas Material de Consumo	Locação de Maquinários no valor total de R\$ 5.845.204,28; Aquisição de cascalho no valor total de R\$ 1.278.302,20	Municípios
Apoio Administrativo	Aquisição de marmiteix no valor total de R\$ 267.737,20	Servidores da Semusb
Reforma e Ampliação de Parte da Sede	Construção de 01 sala para recepção do secretário adjunto; Construção de 01 sala para o Protocolo; Construção de 01 sala para fiscalização do Contrato nº. 030/PGM/2010; Construção de 01 sala Coordenadoria de Posturas; Reformada de 03 Salas Administrativas da Assessoria Técnica.	Setores da secretaria e municípios

Conclusão

A Secretaria Municipal de Serviços Básicos tem através do trabalho conjunto de seus colaboradores envidado esforços para cumprimento de sua missão institucional, alcançando durante o exercício de 2010 elevados índices de produtividade na resolução dos problemas apresentados e tomada de ações para regularização de situações emblemáticas oriundas em administrações anteriores e que estiveram criando obstáculos ao sucesso da atual administração municipal.

Para isto, a secretaria foi submetida a um processo gradativo de ajuste das atividades, e dos sistemas operacional e administrativo. Os resultados contabilizados neste relatório refletem não apenas a eficiência da atual administração municipal, mas sobretudo a preocupação com a melhoria de qualidade na prestação de serviços essenciais aos cidadãos de Porto Velho e o respeito aos direitos e a força de trabalho do quadro de servidores deste município.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS)

Apresentação

Os resultados alcançados nas execuções dos Programas e Ações previstas pela implementação do Plano Plurianual – PPA 2010 – 2013, na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, que trabalha na busca do aperfeiçoamento, visando otimizar a utilização dos recursos públicos colocados a disposição desta Secretaria para permitir o alcance dos objetivos pretendidos.

A técnica e linguagem do orçamento publicam no Brasil vêm sendo aperfeiçoados nos últimos cinquenta anos, sofrendo transformações que visam acompanhar a evolução dos novos tempos e exigências da sociedade que fica cada vez mais exigente em relação ao desempenho da administração pública.

O crescimento da demanda de serviços públicos e a escassez de recursos para atendê-los têm feito do trabalho na área de planejamento, orçamento e controle da gestão de recursos públicos, um constante exercício para adequar os gastos com as disponibilidades financeiras.

A gestão dos recursos públicos tem como principal finalidade possibilitar o atendimento das necessidades e anseios da população, conduzindo a etapas mais avançadas de desenvolvimento, qualidade de vida, equidade e bem estar social.

Introdução

A fim de atender o disposto no Art. 6º da Lei nº 1.855 de 20 de Dezembro de 2009 (PPA 2010-2013), O Relatório anual de avaliação esta estruturado em dois capítulos, a saber:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- I. Atividades Circunstanciadas, por área da secretaria;
- II. Avaliação dos Programas e Ações.

O Capítulo I é constituído pelo relatório circunstanciado, das atividades realizadas no exercício financeiro de 2010, enfocando as principais realizações em cada área de atuação da Secretaria Municipal de Assistência Social, com comparativos dos índices e metas alcançadas no período de execução do PPA 2010 a 2013.

O Capítulo II analisa-se as avaliações referente a cada programa por unidade orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social, abrangendo os resultados obtidos em 2009, com informações sobre o alcance dos índices previstos para o final do PPA para cada indicador e de cumprimento das metas, identificando inadequações e restrições que afetaram o desempenho dos programas e ações e sugerindo melhorias para obtenção de resultados positivos.

As avaliações referem-se aos programas do tipo finalístico e de apoio administrativo, agrupados em unidade orçamentárias verificadas pelos gerentes de programas e suas equipes, visando assegurar que os programas estejam alinhados com a orientação estratégica da Secretaria Municipal de Assistência Social e compatíveis com a previsão de disponibilidade de recursos.

As despesas de natureza tipicamente administrativas e outras que, embora colaborem para a consecução dos objetivos de outros programas, não sejam passíveis, no momento, de apropriação a esses programas, como por exemplo, a manutenção e conservação de bens imóveis, a manutenção de serviços, a administração de recursos humanos e as ações de informática.

Departamento de Proteção Social Básica - DPSB/SEMAS

O referido documento apresenta um diagnóstico sobre a situação institucional da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir dos registros de atendimentos realizados pelos serviços, projetos e programas desenvolvidos no âmbito da política de assistência social no Município de Porto Velho.

As informações constantes neste documento, expõem de forma simplificada as mudanças e os impactos ocorridos sobre a realidade socioeconômica do município de Porto Velho, aferindo questões inerentes às demandas sociais que incidem diretamente no conjunto de necessidades dos usuários da política de assistência social.

Assim, esperamos que este relatório possa contribuir com a formulação de estratégias e medidas administrativas que promovam o melhor aprimoramento da política de gestão do trabalho no âmbito das políticas públicas de assistência social, assim como, potencializar e fortalecer a gestão dos programas e serviços executados pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Proteção Social Básica

A Secretaria Municipal de Assistência Social promove o acesso aos programas e serviços da rede socioassistencial às famílias em situação de vulnerabilidade, como prevê o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Essa Proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Esses serviços e programas deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os Benefícios Eventuais e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) compõem a Proteção Social Básica, dada a natureza de sua realização.

A Proteção Social Básica atua por intermédio de diferentes unidades. Dentre elas, destacam-se os 05 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos.

1) No âmbito da Proteção Social Básica, apresentamos as seguintes informações:

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra a Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O Programa Bolsa Família atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 a R\$ 200. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

A gestão do Programa Bolsa família é descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios. Os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. A lista de beneficiários é pública e pode ser acessada por qualquer cidadão.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

1.1) Quantidade de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família no período (2008/2010)

Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
2008	150	221	35	24	148	212	-	101	56	169	71	31	1.218
2009	79	58	52	72	5.751	42	67	06	413	2.231	-	-	8.771
2010	134	287	89	92	126	71	02	02	100	193	29	-	1.125
Total													11.114

1.2) Quadro demonstrativo em porto velho - cadastros e benefícios

Ano	2008	2009	2010
Cadastro	30.349	33.117	34.606
Benefício PBF	17.574	23.766	23.719

1.3) Quadro demonstrativo de novas famílias cadastradas

Ano	2008	2009	2010	Total
Qtd.	1.811	2.768	1.489	6.068

1.4) Processo migratório: bolsa família

Quantidade de benefícios transferidos de outros Estados/Municípios													
Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
2008	150	-	A35	24	148	-	-	101	56	-	71	31	616
2009	80	60	55	74	433	43	-	-	-	-	-	-	745
2010	92	103	125	267	231	112	143	153	298	201	98	1.213	3.036
Total													4.397

1.5) Programas, serviços e benefícios eventuais no âmbito da proteção básica

Nº	Programa	2008	2009	2010
01	Auxílio Moradia	83	41	128
		42	96	82
2	Projovem Adolescente (15 a 17 anos)	-	-	150
3	PAIF / CRAS (famílias vulnerabilizadas)	6.554	3.593	
4	Revisão do BPC	-	-	-
4.1	BPC Idoso	770	1400	-
4.2	BPC Pessoas com Deficiência	340	600	458
4.3	BPC na Escola	-	915	-

1.6) Plantão social DPSB – Benefícios eventuais

Dados de atendimento/ano		2006	2007	2008	(jun) 2009	2010
01	Urnas Funerárias	150	170	191	124	118
02	Passagens	95	115	150	68	
03	Cortinados	170	225	300	-	
04	Colchões	90	115	150	16	
05	Cobertores	170	225	300	-	

Análise das informações no âmbito da Proteção Básica

As planilhas referentes ao conjunto de informações, apresentam uma situação bastante peculiar ao processo de desenvolvimento que por ora passa o município de Porto Velho, ou seja, observa-se a presença de famílias migrando para o município e, por outro, as diversas situações de vulnerabilidades e violações de direitos, incidindo sobremaneira, na realidade socioeconômica e cultural do município.

Verifica-se ainda que tal realidade venha exigindo da política municipal de assistência social, a execução de serviços dentro de uma velocidade capaz de responder as demandas oriundas dos mais variados contextos.

No que preconiza o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, a Assistência Social Brasileira é uma política pública do Sistema de Seguridade Social não contributiva.

Por tanto, a prestação dos serviços socioassistenciais é um direito do cidadão, independente de contribuição prévia. Ocupa-se de conceder proteção à vida, bem como atua na redução de danos e prevenção das situações de vulnerabilidades pessoais e sociais, ancorado pelo princípio da universalização dos direitos, favorecendo o protagonismo e autonomia das famílias e indivíduos, através de um poder de resiliência, que se encontra no interior de cada unidade familiar, bastando apenas ser incentivado e implementado.

Outro aspecto a ser observado é que os programas, projetos, serviços e benefícios da assistência social para ter atuação de excelência devem estar firmados em quatro pontos fundamentais:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Eficiência: diz respeito à boa utilização dos recursos financeiros, materiais e humanos. Refere-se às ações versus resultados alcançados;
- Eficácia: aqui as ações devem permitir o alcance dos resultados previstos;
- Efetividade: este item mede os benefícios ou mudanças daqueles que recebem algum tipo de atendimento socioassistencial;
- Impacto social: diz respeito às mudanças em outras áreas não trabalhadas pela política de assistência social.

Programa de Atenção ao Idoso (PAI)

Unidade	Meta de atendimento
Recanto do vovô e da vovó	539
Assoc. Bairro JK	30
Assoc. Bairro Ulisses Guimarães	68
Clube de Mães Esperança da Comunidade	50
Assoc. Bairro Conceição	68
Assoc. Jardim Eldorado	75
Associação Bairro Tancredo Neves	50
Assoc. Bairro Nacional	78
Assoc. Bairro Mato Grosso	50
Assoc. Barro Caladinho	50
Assoc. Bairro Cidade Nova	56
Assoc. Cidade do Lobo	50
Centro da Eletronorte	50
Distrito Jacy Paraná	50
Distrito Abunã	43
Assoc. Marcos Freire	60
Assoc. Jardim Santana	50
Assoc. Aeroclube	40
Assoc. São Francisco	40
Assoc. B. Areal	30

2) Implantação e Expansão dos Serviços e Programas em 2010

2.1) Programa de Atenção Integral a Família (PAIF)

Expansão dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)

Atualmente o município de Porto Velho executa através do PAIF, 05 CRAS localizados nas regiões periféricas da cidade, estes, conforme destacamos, não conseguem responder com a velocidade necessária às demandas apresentadas pelo conjunto da rede e pela comunidade.

Conforme aponta o diagnóstico sobre as demandas sociais no âmbito da assistência social, sugerimos a expansão dos CRAS/PAIF para garantir a efetivação necessária ao atendimento da proteção básica no Município de Porto Velho, com a implantação de mais 05 (cinco) CRAS: 01 para o distrito de Jaci Paraná e demais distritos da Zona Rural, 01 para atender os distrito das áreas ribeirinhas, e 03 (três) para atender a Zona Urbana da cidade de Porto Velho.

Cada CRAS é formado por uma equipe de profissionais das áreas de serviço social e psicologia, sendo duas AS e PS, mais um auxiliar administrativo.

Isto porque, o novo modelo de gestão da política de assistência social preconizado no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), apoia-se no “desenvolvimento de ações que visem garantir os direitos básicos de cidadania para a promoção do desenvolvimento humano de cada indivíduo na família, considerando o vínculo familiar e comunitário, atuando na dimensão do território, articulando e integrando os serviços, programas e ações no contexto das políticas públicas na sociedade”.

E importante salientar que inicialmente para cada encaminhamento é feito uma ou até três visitas domiciliares para substanciar os relatórios e o acompanhamento socioassistencial junto às famílias pelo CRAS.

Atualmente a SEMAS dispõe de 05 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados nas regiões de maior vulnerabilidade, com uma equipe técnica de (02) Assistentes Sociais e (02) Psicólogos.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Nível de proteção: Proteção Social Básica

Dados quantitativos das atividades realizadas nos centros de referência da assistência em 2010

PAIF-ações desenvolvidas		CRAS					
		Betinho	Irmã dorothy	Paulo freire	Dona cotinha	Elizabeth paranhos	Total
Atendimento Social		72	126	100	137	71	506
Atendimento Psicológico		27	74	56	366	50	573
Atendimento Psicossocial		05	30	17	28	09	89
Atendimento Administrativo		65	184	408	-	235	892
Visita Domiciliar		53	42	53	27	117	292
Visita Institucional		03	32	01	-	28	64
Cadastro Único – Bolsa Família (inserção)		08	164	174	15	54	415
Recadastramento		48	214	226	290	183	961
Benefícios (doações/cesta básica)		14	18	21	30	22	105
Reuniões na Comunidade		-	-	-	-	-	-
Palestras (nº de participantes)		-	-	-	-	-	02 78 02 78
Curso de Inserção Produtiva/Profissionalizante	Nº de participantes	-	-	-	-	costura Industrial 26	- - 01 26
Eventos	Nº de participantes	-	-	-	-	-	- - - -
Grupo socioeducativo (Projovem)	Nº de participantes	-	-	-	-	-	01 04 01 04
Grupo socioeducativo (Mulheres)	Nº de participantes	-	-	-	01	78	- - - -
Grupo Familiar	Nº de participantes	-	-	-	-	-	- - - -
Grupo de convivência (3ª idade)	Nº de participantes	-	-	01 65	-	-	- - - -
Grupo de convivência (Crianças)	Nº de participantes	-	-	-	-	-	- - - -

PAIF-ações desenvolvidas	CRAS					
	betinho	irmã dorothy	paulo freire	dona cotinha	elizabeth paranhos	total
Encaminhamentos recebidos	-	-	-	11	13	24
I CTCA						
II CTCA	05	14	34	-	-	53
Defensoria Pública	-	01	-	02	01	04
Ministério Público	05	03	04	04	02	18
Defesa Civil		-	-	-	01	01
Central do Cad. Único	01	-	-	01		02
Juizado da Infância e Juventude –JIJ	02	04	06	05	03	17
Projeto Acolher (DPSE)	01	-	-	-	-	01
CAT/DPDE	-	-	-	-	-	-
Unidade de Benefícios Eventuais	01	01	-	-	-	02
CRAS	-	01	-	-	02	03
SEJUS	-	-	-	-	-	-
Conselho Municipal do Idoso	01	-	-	02	02	05
DPSB/SEMAS	02	03	-	03	04	12
Unidade Básica de Saúde	-	01	-	-	-	01
Projeto Fênix	-	-	-	-	-	-
Plantão Social	-	-	-	-	-	-
SEMUSA	-	-	-	-	-	-
INSS	-	01	01	-	-	02
JECRIM	-	-	-	-	-	-
Lar do Bebê	-	-	-	-	-	-
Outros	-	01	06	-	-	07
Total						152

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

PAIF-ações desenvolvidas	CRAS					
	betinho	irmã dorothy	paulo freire	dona cotinha	elizabeth paranhos	total
Encaminhamentos Expedidos						
CRAS	-	-	-	-	02	02
I CTCA	-	-	-	01	01	02
II CTCA	-	03	-	-	-	03
Unidade Básica de Saúde	-	01	-	-	-	01
Policlínica Rafael Vaz e Silva	-	-	-	-	02	02
Policlínica Ana Adelaide	-	-	-	-	01	01
Cad. Único	-	24	-	-	-	24
DPSB/SEMAS	-	-	-	-	29	29
INSS	-	01	-	-	02	03
Programa Bolsa Família	-	-	-	-	-	-
Programa Benefícios Eventuais/SEMAS	-	-	-	-	-	-
SPS ULBRA	-	-	-	-	-	-
Serviço de Psicologia da UNIR	-	-	-	-	02	02
CAPS	-	03	-	-	04	07
CAPS AD	-	01	-	-	-	01
Defensoria Pública	-	-	-	-	-	-
JIJ	-	-	-	-	-	-
Ministério Público	-	-	-	-	-	-
JECRIM	-	-	-	-	-	-
Projeto Acolher	-	-	-	-	-	-
Conselho Municipal do Idoso	-	-	-	-	-	-
Promotoria de Justiça	-	-	-	-	-	-
SEMUR	-	-	-	-	01	01
Plantão Social	-	-	-	-	-	-
Shopping Cidadão	04	-	-	-	04	04
Total						82

Análise Qualitativa Detalhamento das vulnerabilidades sociais no trimestre

CRAS	Insuficiência de Renda	Desemprego	Violência Doméstica	Dependência Química	Doença	Ausência de Renda	Trabalho Informal	Conflitos Familiares	Violência Sexual	Abandono/Negligência Familiar	Habitação Precária	Ausência de habitação	Trabalho Infantil	Perda/Fragilização de vínculos	Gravidez de Risco
Betinho	182	40	-	02	-	10	-	03	-	-	-	-	-	02	-
Dona Cotinha	377	45	-	01	128	15	62	06	-	-	189	-	-	25	-
Elizabeth Paranhos	140	26	05	02	22	-	02	32	-	-	56	-	-	-	-
Irmã Dorothy	274	141	03	05	93	02	219	60	-	-	03	-	-	-	04
Paulo Freire	240	12	04	03	09	08	-	29	-	09	19	-	-	-	-
Total	1213	264	12	13	252	35	283	130	-	09	267	-	-	27	04

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Dados quantitativos das atividades realizadas nos
centros de referência da assistência 1º trimestre de 2010

PAIF-ações desenvolvidas		CRAS											
		Betinho		Irmã dorothea		Paulo freire		Dona cotinha		Elizabeth paranhos		Total	
Atendimento Social		60		09		24		13		96		202	
Atendimento Psicológico		28		182		-		166		23		399	
Atendimento Psicossocial		05		10		23		34		27		99	
Atendimento Administrativo		65		132		-		-		113		310	
Visita Domiciliar		29		75		49		34		97		284	
Visita Institucional		14		20		13		27		48		122	
Cadastro Único – Bolsa Família (inserção)		18		28		35		130		09		220	
Recadastramento		-		-		-		-		-		-	
Benefícios (doações)		-		-		-		-		-		-	
Reuniões com a rede		-		06		-		01		-		07	
Reuniões na Comunidade		-		03		03		-		-			
Palestras	Nº de Participantes	-	-	01	18	-	-	-	-	-	-	01	18
Eventos	Nº de Participantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Curso de Inserção Produtiva/ Profissionalizante	Nº de Participantes	-	-	-	12	-	-	-	-	-	15	02	27
Grupo socioeducativo (Projovem)	Nº de Participantes	01	40	-	-	-	-	-	-	-	16	02	56
Grupo socioeducativo (Mulheres)	Nº de Participantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grupo socioeducativo Familiar	Nº de Participantes	-	-	-	-	-	-	01	42	-	-	01	42
Grupo de convivência (3ª idade)	Nº de Participantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

PAIF-ações desenvolvidas	CRAS					
	betinho	irmã dorothy	paulo freire	dona cotinha	elizabeth paranhos	total
I CTCA	-	-	02	02	01	05
II CTCA	07	03	15	-	01	26
Defensoria Pública	04	-	-	07	-	11
Ministério Público	01	-	07	10	03	21
Defesa Civil	01	-	-	-	-	01
Central do Cad. Único	-	-	-	-	-	-
Juizado da Infância e Juventude – JIJ	-	-	-	-	-	-
Projeto Acolher (DPSE)	-	-	-	-	-	-
CAT/DPDE	-	-	-	-	-	-
CRAS	-	05	-	-	-	05
Programa de Atenção a Pessoa Idosa	-	-	-	-	01	01
SEJUS	-	-	-	-	-	-
Conselho Municipal do Idoso	-	-	-	-	-	-
DPSB/SEMAS	-	-	-	-	08	08
Unidade Básica de Saúde	-	-	-	-	-	-
Associações de Bairro	-	-	-	-	01	01
Projeto Fênix	-	-	-	-	-	-
Plantão Social	-	-	04	-	01	05
SEMUSA	-	-	-	-	-	-
Previdência Social	-	-	-	-	-	-
INSS	-	-	-	03	-	03
Bolsa Família	-	-	-	-	-	-
JECRIM	-	-	-	-	-	-
61Lar do Bebê	-	-	-	-	-	-
Outros	-	02	13	-	-	15
Total	81					

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

PAIF-ações desenvolvidas	CRAS					
	betinho	irmã dorothy	paulo freire	dona cotinha	elizabeth paranhos	total
CRAS						
I CTCA	-	-	-	04	01	05
II CTCA	-	02	-	-	-	02
Unidade Básica de Saúde	-	-	-	-	03	03
Policlínica Rafael Vaz e Silva	-	-	-	-	01	01
Cad. Único	-	01	-	-	-	01
DPSB/SEMAS	-	-	49	03	16	68
INSS	-	-	-	-	-	-
Cad. Único/ Bolsa Família	-	01	-	-	-	01
Unidade Benefícios Eventuais	-	-	-	-	-	-
SPS ULBRA	-	-	-	-	-	-
Serviço de Psicologia da UNIR	-	-	-	-	-	-
CAPS	-	01	-	-	04	05
CAPS AD	-	-	-	-	-	-
Defensoria Pública	-	-	03	02	-	04
Juizado da Infância e da Juventude – JIJ	-	-	-	08	-	08
Ministério Público	-	-	-	07	-	07
Maternidade	-	-	-	-	-	-
JECRIM	-	-	-	01	-	01
Projeto Acolher	-	-	-	01	-	01
Conselho Municipal do Idoso	-	-	-	01	-	01
Programa de Atenção a Pessoa Idosa	-	-	-	-	-	-
Promotoria de Justiça	-	-	-	-	01	01
SEMUR	-	-	-	-	01	01
Plantão Social	-	-	-	-	-	-
SEMFAZ	-	-	-	-	02	02
FERDER	-	-	-	-	01	01
Outros	-	-	-	-	-	-
Total						113

Análise Qualitativa Detalhamento das vulnerabilidades sociais no trimestre

CRAS	Insuficiência de Renda	Desemprego	Violência Doméstica	Dependência Química	Doença	Ausência de Renda	Trabalho Informal	Conflitos Familiares	Violência Sexual	Abandono/Negligência Familiar	Habitação Precária	Ausência de habitação	Trabalho Infantil	Perda/Fragilização de vínculos	Gravidez de Risco
Betinho	310	92	01	01	06	40	04	09	01	-	-	01	01	09	-
Dona Cotinha	239	95	01	06	88	-	107	08	-	-	110	-	-	-	-
Elizabeth Paranhos	140	26	03	01	28	11	02	32	-	-	08	-	-	-	02
Irmã Dorothy	172	-	-	05	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	01
Paulo Freire	102	79	12	16	26	60	-	91	-	-	21	-	-	-	-
Total	963	292	17	29	148	111	114	142	01	-	139	01	01	09	03

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Dados quantitativos das atividades realizadas nos centros de referência da assistência - 4º trimestre de 2010 (outubro, novembro e dezembro)

PAIF-ações desenvolvidas	CRAS					
	Betinho	Irmã dorothy	Paulo freire	Dona cotinha	Elizabeth paranhos	Total
Atendimento Social	76	144	115	221	36	592
Atendimento Psicológico	39	23	93	110	19	284
Atendimento Psicossocial	19	10	34	10	26	99
Atendimento Administrativo	243	160	85	155	21	694
Visita Domiciliar	65	332	120	45	42	
Visita Institucional	02	01	55	12	12	82
Cadastro Único – Bolsa Família (inserção)	12	30	20	54	03	119
Recadastramento	84	62	54	104	01	305
Benefícios (doações)	24	14	13	30	10	91
Reuniões na Comunidade	-	-	-	-	-	-
Palestras						
Eventos						
Curso de Inserção Produtiva/Profissionalizante				24	-	- 60 05 84
Grupo socioeducativo (Projovem)	-	-	-	-	01	04 01 04
Grupo socioeducativo (Mulheres)	-	-	-	01	72	- - 01 72
Grupo de Desenvolvimento Familiar	-	-	-	-	-	- - -
Grupo de convivência (3ª idade)	-	01	65	01	27	- - 02 92
Grupo de convivência (Crianças)	01	41	-	-	-	- - 01 41

PAIF-ações desenvolvidas	CRAS					
	betinho	irmã dorothy	paulo freire	dona cotinha	elizabeth paranhos	total
I CTCA	-	-	-	12	09	21
II CTCA	09	25	42	-	-	76
Defensoria Pública do Estado de Rondônia	-	-	-	05	01	06
Ministério Público	-	01	07	03	08	19
Promotoria de Justiça da Infância e Juventude	02	-	-	-	-	02
Defesa Civil	-	-	-	-	03	03
Central do Cad. Único/Bolsa Família	11	08	-	-	-	19
Juizado da Infância e Juventude –JIJ	02	-	06	01	08	17
Projeto Acolher (DPSE)	01	-	-	-	-	01
CAT/DPSE	-	-	-	-	-	-
CRAS	-	-	-	-	-	-
Conselho Municipal do Idoso	-	01	-	04	-	-
DPSB/SEMAS	01	07	-	10	15	31
Unidade Básica de Saúde	-	-	-	-	-	-
INSS	-	-	02	-	02	04
JECCIM	-	-	-	-	-	-
Total						199

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

PAIF-ações desenvolvidas	CRAS					
	betinho	irmã dorothy	paulo freire	dona cotinha	elizabeth paranhos	total
CRAS			-	-	-	-
I CTCA			-	-	-	-
II CTCA			01	-	-	01
Unidade Básica de Saúde	01		-	-	-	01
SEMAS/DPSB		56	01	03	63	123
Instituto Nacional de Seguro Social- INSS			-	-	04	04
Cad. Único/Programa Bolsa Família	26		-	06	-	32
Serviço de Psicologia da UNIR			-	-	02	02
CAPS		01	-	-	04	05
CAPS AD			-	-	-	-
Juizado da Infância e da Juventude-JIJ			03	-	-	03
JECRIM			-	-	-	-
Projeto Acolher			-	01	-	01
Conselho Municipal do Idoso			-	-	-	-
FERDER			-	-	-	-
Outros			-	-	04	04
Total						176

Análise Qualitativa Detalhamento das vulnerabilidades sociais no trimestre

CRAS	Insuficiência de Renda	Desemprego	Violência Doméstica	Dependência Química	Doença	Ausência de Renda	Trabalho Informal	Conflitos Familiares	Violência Sexual	Abandono/Negligência Familiar	Habitação Precária	Ausência de habitação	Trabalho Infantil	Perda/Fragilização de Vínculos	Gravidez de Risco
Betinho	47	08	01	-	02	-	14	03	-	01	-	-	-	01	-
Dona Cotinha	153	18	-	-	50	-	16	11	07	-	69	12	-	-	-
Elizabeth Paranhos	33	07	-	-	05	-	-	-	12	-	13	-	-	-	-
Irmã Dorothy	49	28	-	01	30	-	23	66	03	-	-	-	-	-	-
Paulo Freire	36	01	01	05	11	01	11	01	03	-	-	-		06	01
Total	318	61	02	06	98	01	64	81	25	01	82	12	01	07	01

Conclusão

O referido documento surge da necessidade de construir de forma sistematizada um diagnóstico sobre o número de famílias e/ou usuários e as diversas situações contempladas pelos atendimentos nos programas socioassistenciais executados pela SEMAS, sobretudo, diagnosticar através de indicadores o crescimento ou não da situação de vulnerabilidade social no município de Porto Velho.

Ou seja, apresentar a partir dos serviços e programas executados pela SEMAS, em que direção ou rumo os indicadores das demandas sociais estão apontando. Isso, no sentido de ao mesmo tempo, identificarmos a realidade ou o cenário em que estamos inseridos e, então desenvolvermos ações de prevenção, assim como, construir estratégias que possam corrigir e colaborar com a gestão da política de Assistência Social no Município de Porto Velho.

Todas as informações contidas neste documento foram extraídas dos relatórios editados pelos programas, serviços e projetos executados pela SEMAS no âmbito do SUAS. Assim, a abordagem e o tratamento dessas informações, resguardam um conjunto de técnicas e instrumentais utilizados pelos gestores que coordenam e gerenciam as atividades e ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Por fim, o compromisso da gestão municipal com a consolidação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), nos permite, sem perder de vista, nossa responsabilidade com o sistema público, monitorar de forma ética e transparente o modelo de gestão que a administração vem assumindo nos últimos 5 anos no âmbito da política de assistência social.

Por tanto, nossa meta agora é superar os desafios e alcançar o que de mais pleno pode ser oferecido aos usuários da assistência social: os direitos sociais e a cidadania.

Atividades, ações e projetos realizados pela SEMAS

Atividade - PETI



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Atividades do Bolsa Família



Capacitações



Ação Itinerante (CRAS/CREAS)



Atividade socioassistencial em comemoração a semana do idoso



Atividade alusiva a semana da acessibilidade 2010



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Departamento de Proteção Social Especial (DPSE)

1) Unidades de operacionalização:

LAR DO BEBÊ

Rua Elias Gorayeb, 2882 – Bairro Liberdade
Fone: 3901 3231
Diretora: Gercy Salete Paganini

O abrigo atende às crianças de 0 a 7 anos, de ambos os sexos, como também a meninas até 12 anos que tiveram seus direitos violados.

CASA COSME E DAMIÃO

Rua Tabajara, 1566, Bairro Pedrinhas.
Fone: 3901 3250
Diretora: Norma Sueli

O abrigo atende às crianças de 7 a 12 anos de ambos os sexos. Ressalte-se que no caso de grupo de irmãos, independente da idade, permanecerão na unidade.

CASA MORADIA

Rua Almirante Barroso, 1236, Centro, esq/ Mal. Deodoro,
Fone: 3901 3653 ou 3223 8353
Diretora: Regina Célia Domingues

O abrigo atende adolescentes do sexo feminino na faixa etária de 12 a 17 anos e 11 meses. Ressalte-se que no caso de grupo de irmãos, independente da idade, permanecerão na unidade, separando-os apenas pela questão de gênero.

CASA DA JUVENTUDE

Rua Edson Granjeiro, 4515, B. Agenor de Carvalho
Fone: 3901 3235
Diretora: Luiza Isaura Andriolo

O abrigo atende adolescentes do sexo masculino na faixa etária de 13 à 17 anos e 11 meses.

CENTRAL DE ATENDIMENTO TÉCNICO - CAT

Rua Geraldo Ferreira, Nº. 135, b. Agenor de Carvalho
Fone: 3901 3233
Diretora: Maria de Fátima de Oliveira Mello

É o setor onde se encontram os técnicos que atendem às quatro Unidades de Acolhimento. Conta em seu quadro com 08 psicólogos, 02 Assistentes Sociais e 02 nutricionistas.

2) Diagnóstico quantitativo

O relatório em voga refere-se ao ano de 2010. Os dados estatísticos apresentados têm como base os relatórios trimestrais enviados pelas Unidades de Acolhimento, bem como dos instrumentais preenchidos pelos mesmos e pelos técnicos de referência.

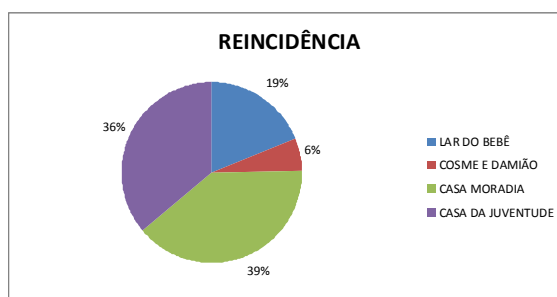
Em 01 de Janeiro de 2010 haviam 49 crianças e 15 adolescentes acolhidos nas 04 unidades, destes 37 eram do sexo feminino e 29 do sexo masculino. Das 49 crianças abrigadas, 09 estavam destituídas do poder familiar, aguardando adoção (07 meninas e 02 meninos); os demais estavam divididos em: aguardando o posicionamento judicial quanto a solicitação da guarda para família extensiva e/ou processo de reinserção familiar

Dos 15 adolescentes, 02 são maiores de idade e possuem um comprometimento mental e não possuem qualquer possibilidade de retorno à família de origem, uma vez que os mesmos foram abandonados quando crianças; 06 estavam aguardando o posicionamento judicial quanto a solicitação de guarda para família extensiva; 07 tinham o comportamento de entradas/saídas constantes da unidade, perderam o referencial, vinculação familiar, em contra partida encontraram no abrigo um “ponto a recorrer”, mas não permanecem por muito tempo na unidade, mas sempre retornam.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

No decorrer do ano de 2010, houve 342 crianças e adolescentes abrigados nas quatro unidades de abrigo, destes, 201 crianças e 141 adolescentes, distribuídos nas unidades: Lar do Bebê (164 crianças), Cosme e Damião (37 crianças), Casa Moradia (82 adolescentes) e Casa Juventude (59 adolescentes).

No total, juntando as crianças/adolescentes que estavam no abrigo em 01/01/2010 e as que encontravam durante o ano, 342 crianças e adolescentes abrigados ao longo desse período. Destes 42 saíram mediante guarda para família extensiva; 176 foram reintegradas à família de origem, sendo 19 reintegrações efetivadas fora do estado, 01 reintegração internacional, 32 reintegrações intermunicipal, 26 reintegrações nos distritos ao longo e 98 em Porto Velho; 06 foram adotados, 10 foram transferidos de unidade, 79 saíram do abrigo sem permissão, característica peculiar dos adolescentes em situação de exploração sexual, conflito com a Lei, permanecendo nas unidades, ao longo do ano, 71 crianças/adolescentes foram atendidas 427 famílias; 49 não foram localizadas por falta de maiores informações ou não compareceram para atendimento.

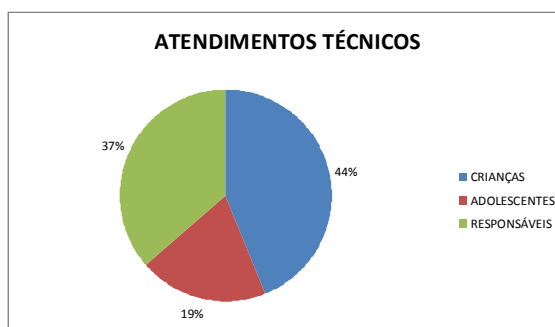


FONTE: CAT 2010.

No gráfico acima fica evidenciado que a Casa Moradia (39%) e a Casa Juventude (36%) apresentam um número elevado de reincidência e este resultado tem origem na questão do uso de psicoativos pelas adolescentes (30%) e pelos adolescentes (70%). Já no Lar do Bebê (76%) e na Cosme Damião (17%) este resultado se dá em razão da entrada de grupos de irmãos.

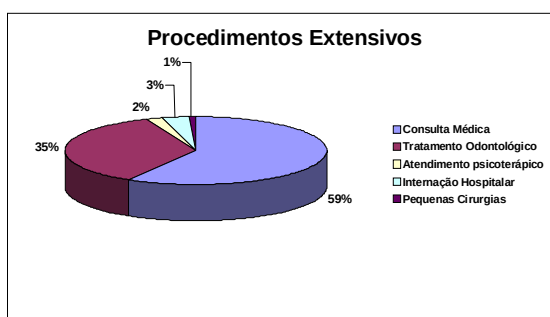
Ressalte-se que houve uma diminuição considerável (29%) nos acolhimentos no ano de 2010 com relação a 2009, o que leva esta CAT a levantar a hipótese de que isto se deu em razão da nova lei da adoção 12.010, de 03 de agosto de 2009, que deu subsídio legal para a Portaria 001-2010, do JIJ-RO-2010, que normatizou os procedimentos a serem efetivados antes, durante e após acolhimento institucional.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



FONTE: CAT 2010.

Os profissionais de referência dos abrigos, nesse período, realizaram 352 visitas domiciliares; 1.352 atendimentos as crianças e adolescentes, bem como a seus familiares; 4 atendimentos em grupo; 5 encaminhamentos para Orientação Profissional na Clínica-escola da Ulbra; 6 encaminhamentos para atendimento psicoterápico no SPA ULBRA; 8 crianças em atendimento psicoterápico na rede privada, sistema de parceria e voluntariado; 3 genitores encaminhados para psicoterapia; 25 genitores encaminhados ao AA; 14 genitores encaminhados a Casa Família Rosetta para tratamento de dependência química; 1 encaminhamento para tratamento de desintoxicação fora do domicílio; 26 encaminhamentos para o Programa de Transferência de Renda (BF); 6 encaminhamentos para o auxílio aluguel; 8 encaminhamentos para o Programa Habitação; 1 já contemplado no programa habitação; 1 processo de danos materiais, morais e afetivos com resultado positivo 9 aquisição da casa (no valor de até R\$ 40 mil) já depositado judicialmente em 27-12-2010; e, 134 auxílio alimentação.



FONTE: CAT 2010.

As guardiãs e os educadores das unidades de abrigo acompanharam as crianças e adolescentes para atendimento psicoterápico, consulta médica, tratamento odontológicos, internação hospitalar e pequenas cirurgias, oportunizando desta forma, o acesso aos aparelhos do estado que permitem a promoção da saúde, por conseguinte, o exercício da cidadania.

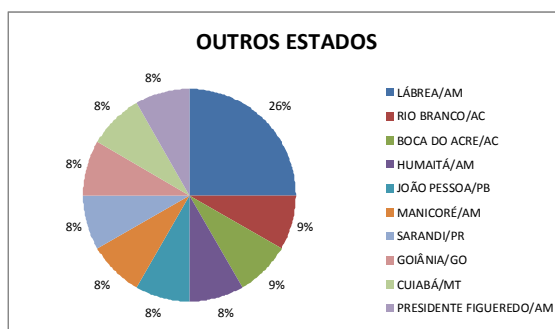
Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ressalte-se que, apesar de todo o cuidado despendido por esta CAT e pelas guardiãs e educadores nas unidades, a unidade Lar do Bebê teve a perda (óbito) de duas crianças, sendo que a primeira já chegou na unidade com um quadro de desidratação exacerbada; e a outra foi acolhida já internada no Hospital de Base com um câncer já em estado avançado.

Ressalte-se também que nos procedimentos em que se fizeram necessários a internação gerou um desequilíbrio momentâneo nas unidades, em razão da saída dos educadores das unidades para acompanhamento nas unidades hospitalares, mostrando assim a real necessidade de educadores reservas para atendimento com qualidade nestes momentos excepcionais.

3) Análise qualitativa

O perfil da clientela atendida pela Central de Atendimento Técnico no ano de 2010 é formado basicamente por famílias monoparentais, tendo a frente das mesmas as mães. A localização das famílias coletadas a partir dos atendimentos e do preenchimento dos instrumentais foram divididas por zonas de incidência e por bairros (Ver Gráficos), mas se pode observar a existência de acolhimentos fora do perímetro do nosso município, ou seja, demanda de outros municípios de Rondônia, bem como de outros Estados. Neste ano, 15 crianças, oriundas de outros estados, tais como Amazonas (5), Acre (2), Mato Grosso (1), Paraná (1), Pará (2), Paraíba (1). Goiás (2) foram abrigadas nas unidades e, quando liberados, reintegrados nas suas cidades de origens, sendo que o ônus foi do município de Porto Velho.

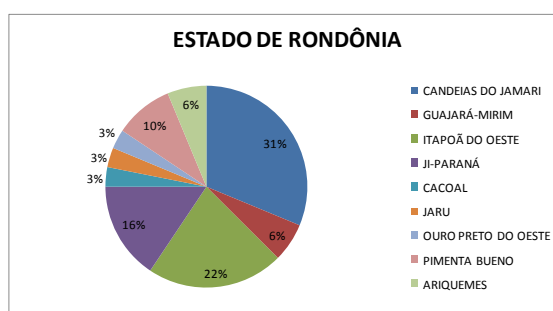


FONTE: CAT 2010.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

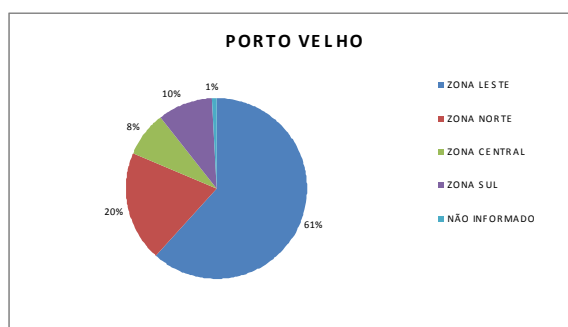
A demanda dos usuários de outras localidades intermunicipal e interestadual foi notória (28 acolhidos), sendo que de Candeias do Jamari foram 10 acolhimentos e de Itapuã do Oeste foram 7 acolhimentos, o que suscita recursos humanos, materiais e financeiros para proceder a um atendimento psicossocial de qualidade, objetivando a garantia dos direitos dos mesmos, ou seja, a reintegração ao convívio familiar na localidade de origem.

O exposto em voga é indicador da necessidade imediata da SEMAS estabelecer um diálogo com o Juizado da Infância e da Juventude, bem como com a Promotoria da Infância e da Juventude, no sentido de estabelecer critérios para a não absorção da demanda dos municípios circunvizinhos, bem como também assumam a responsabilidade pelos seus munícipes, uma vez que, mesmo eles sendo comarca da justiça de Porto Velho, tem como responsabilidade, criar e manter as unidades de acolhimento para os casos que suscitam medidas protetivas.



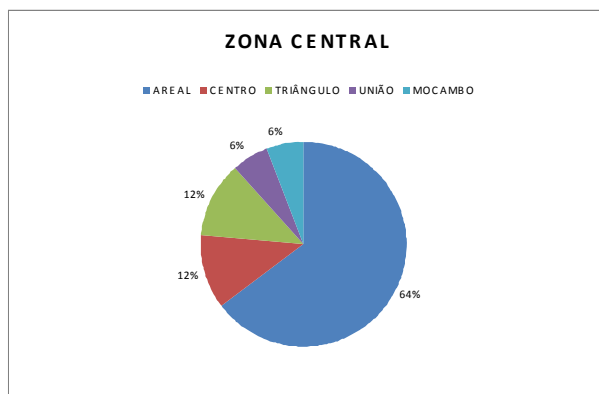
FONTE: CAT 2010.

No que se refere ao município de Porto Velho – sede – percebe-se que a demanda principal continua sendo da Zona Leste incluindo todos os bairros e a demanda secundária da Zona Norte, em especial, bairro Nacional. Frente ao exposto, reforça-se a necessidade de se programar políticas públicas focadas na Zona Leste como um todo e Zona Norte, com foco no Bairro Nacional, conforme gráficos abaixo.

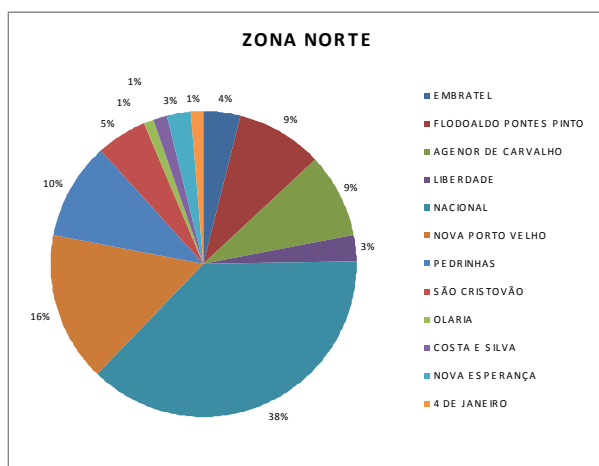


FONTE: CAT 2010.

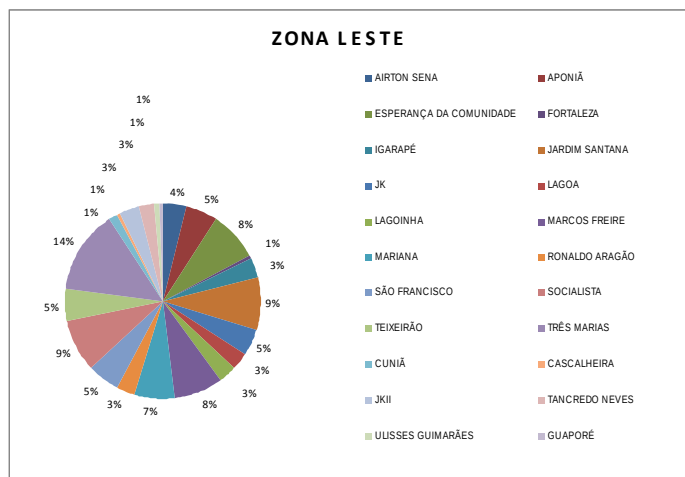
Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



FONTE: CAT 2010.

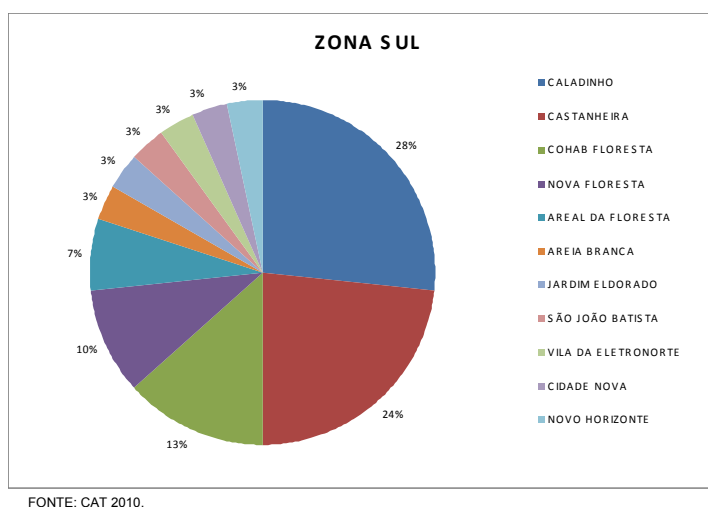


FONTE: CAT 2010.

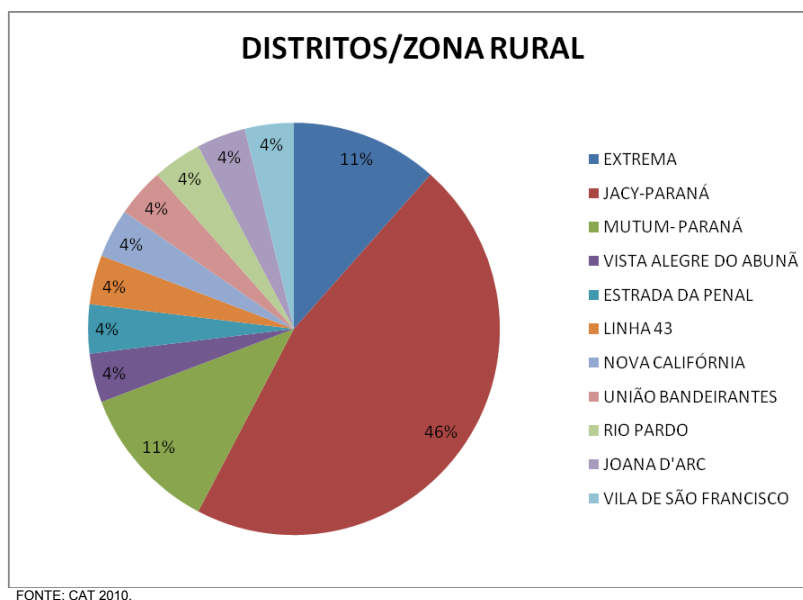


FONTE: CAT 2010.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

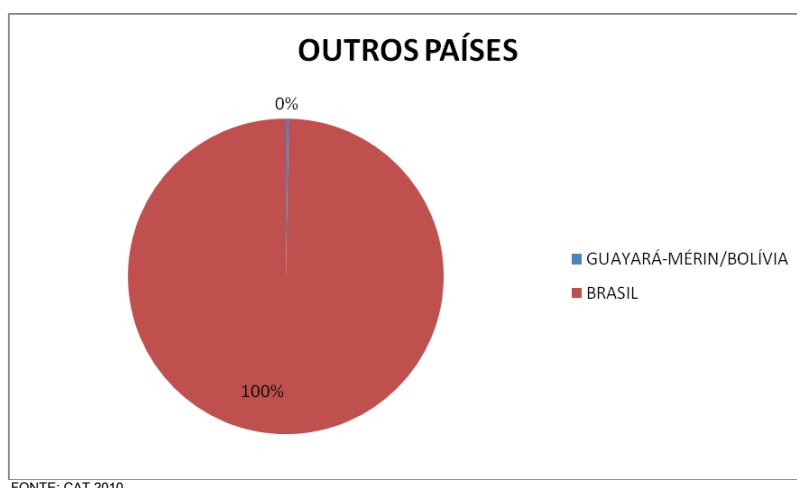


No que se refere aos distritos ao longo da BR, percebe-se de maneira transparente a necessidade proeminente de implementação de políticas públicas em Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Extrema, uma vez que com a implantação da Usina de Jirau, a situação de vulnerabilidade social e pessoal dos munícipes residentes nestes distritos, aumentou consideravelmente, suscitando assim, que o executivo municipal disponibilize serviços e equipamentos sociais com urgência, garantindo desta forma, os direitos dos mesmos.

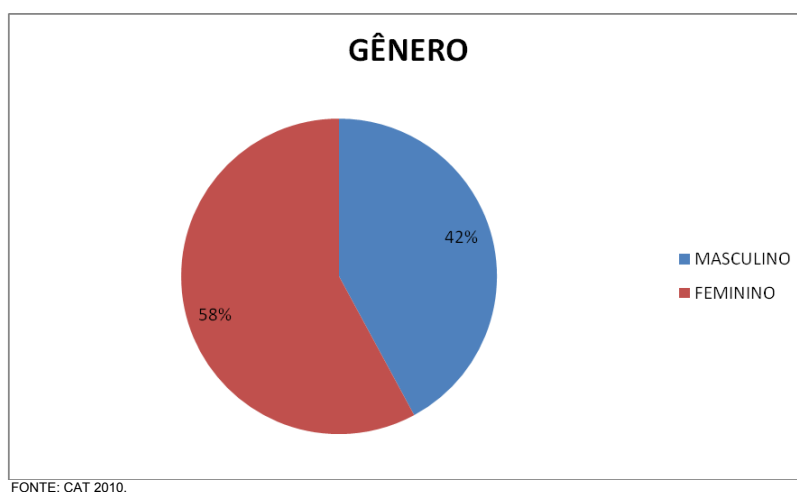


Em razão de Rondônia fazer divisa com a Bolívia, em especial da cidade de Guayara Merim, esta CAT atendeu crianças também desta localidade.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



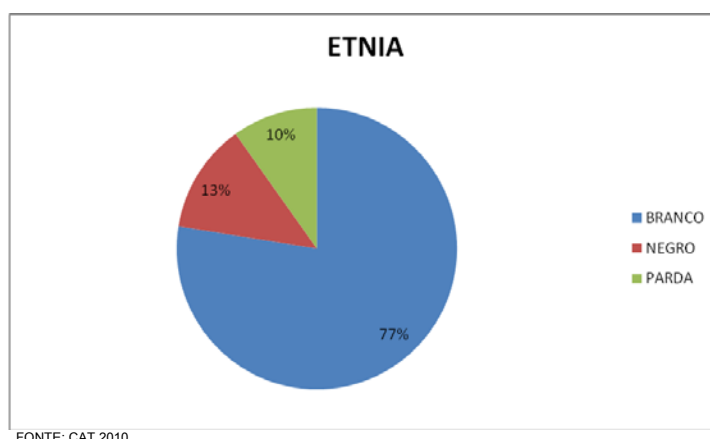
A maior incidência das crianças e adolescentes acolhidos nas quatro unidades em relação ao sexo é o feminino com 58% e 42% do sexo masculino, fato demonstrado no gráfico abaixo. A maior incidência feminina é explicada pelo Censo de 2007, que demonstra que a maioria da população brasileira é do sexo feminino.



Dos 342 acolhidos nas 4 unidades, 10% são de etnia PARDA, sendo característica da região onde estamos localizados haja vista a presença de diversas miscigenações; 13% de negra; e 77% de branca como demonstra no gráfico abaixo.

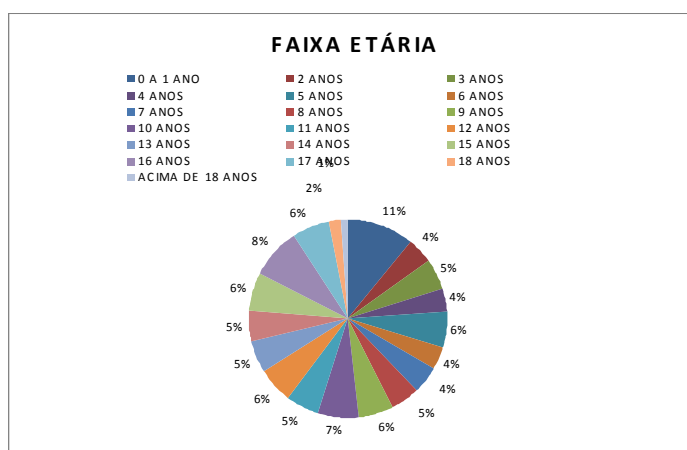
Este percentual difere do ano de 2009, onde a predominância foi a cor parda (68%) levando esta CAT a conjecturar a hipótese de que as pessoas acolhidas, em sua grande maioria, são as que vieram em busca do sonho do eldorado das usinas do madeira.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



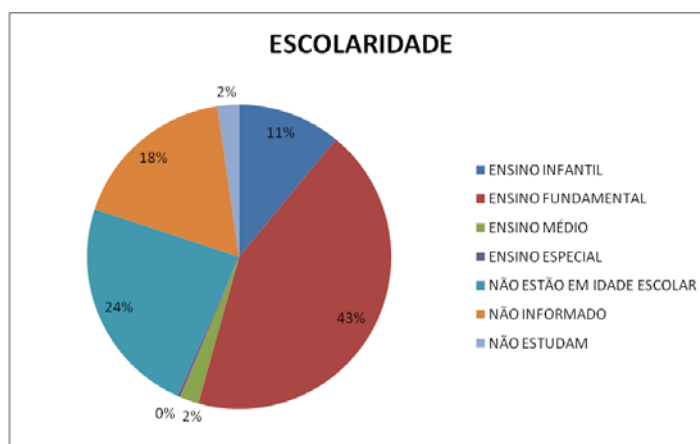
FONTE: CAT 2010.

A faixa etária de maior índice no ano de 2010 foi de crianças na faixa etária de 0 a 1 ano, como mostra o gráfico, seguida de adolescentes na faixa etária 16 anos, o que denota a fragilidade da estrutura familiar.



FONTE: CAT 2010.

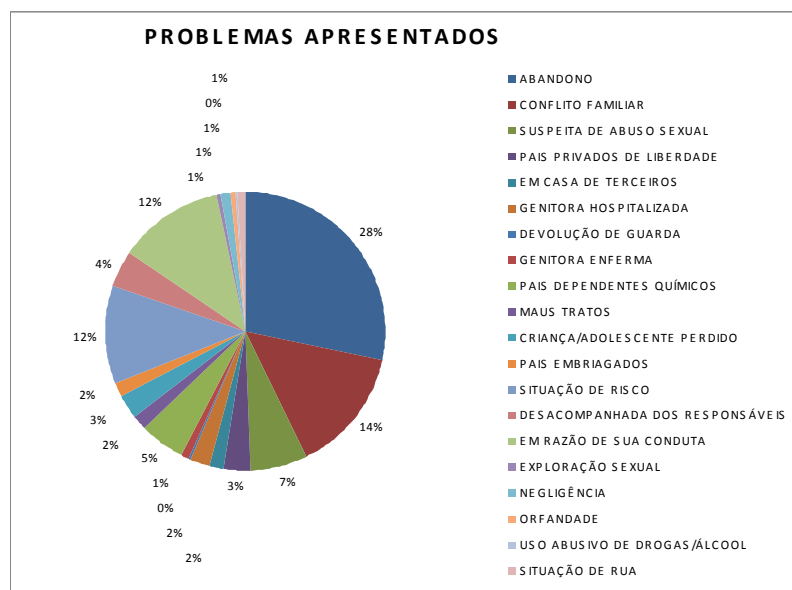
Constata-se no gráfico 15 que 58% dos demandatários das unidades de abrigo, encontram-se regularmente matriculados e frequentando as aulas, sendo 43% no ensino fundamental, 11% na educação infantil e 2% no ensino médio e 2% no ensino especial.



FONTE: CAT 2010.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Outro item de extrema significância para o desenho da fotografia das crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Travessia é a natureza do problema apresentado quando do acolhimento. A maior incidência, como se pode observar no gráfico abaixo, é de abandono (28%), em seguida conflito familiar (14%), situação de risco (12%) e em razão da própria conduta do adolescente (12%), o que pode colocá-lo à mercê dos maus tratos, negligência e, também, da exploração sexual.



FONTE: CAT 2010.

4) Operacionalização dos serviços

As atividades realizadas durante o ano de 2010 nas unidades de acolhimento foram voltadas para cursos de preparação profissional dos adolescentes objetivando o ingresso dos mesmos no mercado de trabalho. Estas atividades tiveram como parceiros o Sistema “S” através do SESC, o SEST/SENAT, CICA e o Centro do Menor.

Foi desenvolvido também atividades de lazer e socialização tais como passeio a feira do porto, cinemas, shopping, colônia de férias, dia no clube, dentre outras.

No intuito de resgatar a vinculação familiar esta CAT autorizou estágios de convivência de crianças e adolescentes sob sua responsabilidade técnica.

A equipe de recursos humanos da Central de Atendimento Técnico é formada por 6 psicólogos e 1 Assistente Social para atender as quatro Unidades de Acolhimento. Mas, é gritante a necessidade de mais 9 profissionais da área de Serviço Social, 6 pedagogos, bem como 3 psicólogos que é condição *sine qua non* para o trabalho em conjunto destes profissionais como reza a Política Nacional de Assistência Social.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Os técnicos, no intuito de capacitarem-se, participaram dos seguintes eventos:

- Campanha dos 16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres e a Amostra do Projeto “CASA ABRIGO”
- Conversando sobre Saúde de Crianças e Adolescentes
- Seminário Regional “Justiça Juvenil sob o marco da Doutrina da Proteção Integral: Papel do Sistema de Justiça frente aos desafios político-institucionais para a conquista e a garantia do pleno desenvolvimento dos adolescentes em conflito com a Lei”
- IV Conferência Estadual de Direitos Humanos
- Oficina do saber
- III Seminário de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes
- Oficina “Lei Maria da Penha”
- Homenagem ao Dia do Assistente Social na Assembleia Legislativa de Rondônia
- Conferência Municipal das Pessoas com Deficiência
- Dia 18 de maio: dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes
- Reuniões com Juizado da Infância e Juventude
- Grupo de estudo da CAT com Juizado da Infância e Juventude versando sobre a nova lei da adoção;
- Reuniões Internas da CAT;
- Congresso Internacional Psicossocial-Jurídico
- Encontro Nacional dos Gestores da Assistência Social

No que tange as relações interpessoais, esta se apresenta com boa qualidade no desempenho dos serviços. Entretanto, percebe-se um avanço na execução do trabalho interdisciplinar - Psicólogo, Assistente Social e Educadores, o que continua fortalecendo a ideia de que necessário de faz a elaboração de estratégias da equipe técnica para minimizar estas dificuldades que geram um prejuízo ou seja, morosidade no desempenho dos serviço com qualidade.

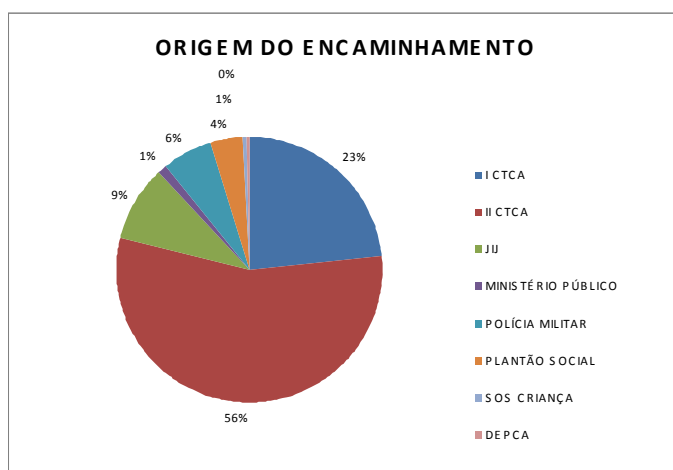
Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

5) Origem do encaminhamento

Confirmando a zona de maior incidência de encaminhamentos se observa no gráfico abaixo que é a do II CTCA, que atua diretamente na zona leste, a qual é chamada pela Polícia Militar de ZONA VERMELHA.

Resultado este que serve como indicador da necessidade de políticas públicas efetivas nesta área, buscando assim, minimizar os danos na vida destas famílias.

O Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária (novembro/2010) aponta várias ações que apontará outros caminhos para estas crianças, adolescentes e familiares.



FONTE: CAT 2010.

6) Considerações finais

Frente ao exposto, consideramos como prioridade para o ano de 2011 os pontos abaixo elencados:

- Contratação em caráter de urgência de técnicos das áreas de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social;
- Oficina de trabalho interdisciplinar envolvendo técnicos, guardiões e educadores na nova Lei da Adoção;
- Grupo de estudo para orientações técnicas para acolhimento;
- Implantação do Projeto Família Acolhedora;
- Implantação do grupo terapêutico com pais agressores;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Execução eficaz do serviço de pós reintegração;
- Estabelecimento de diálogo pela SEMAS com o Juizado da Infância e da Juventude, objetivando a responsabilização dos municípios circunvizinhos pelas suas crianças e adolescentes;
- A execução plena do Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária.
- Capacitação continuada para os atores envolvidos na garantia dos direitos da criança e do adolescente, bem como de seus familiares;
- Maior eficácia na rede socioassistencial;
- Acolhimentos feitos com maior qualidade;

Albergue Municipal Frei Damião

Análises Avaliativas: O atendimento na Unidade obteve resultados positivos, dado ao atendimento a nossa clientela que na maioria dos atendimentos trata-se de transeuntes vindos de diversas partes do município de Porto Velho, como também podemos observar uma sensível mudança dada ao apoio logístico dos técnicos do CAT.

Qualidade das ações desenvolvidas nos projetos, programas, atividades e benefícios: A qualidade das ações desenvolvidas deve-se ao fato dos recursos advindos da Secretaria - SEMAS, que proporcionam um melhor atendimento à clientela atendida nesta unidade de apoio como também a trabalho de uma equipe de profissionais que se empenham em desenvolver suas atividades sendo estes bem gerenciados.

Capacidade física:

- Esta Unidade dispõe do espaço físico suficiente para a demanda, e que no momento disponibiliza 30 vagas para o atendimento da clientela.
- A condição de acesso do espaço físico está adequada à acessibilidade dos usuários.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- O imóvel é devidamente projetado, mas se encontra com extrema necessidade de reformas de estrutura no que se refere à elétrica e hidráulica, iluminação, arejamento, piso, telhado, banheiro, móvel e a precariedade dos utensílios domésticos e em geral já requisitados de forma oficial.
- O quadro de funcionário disponível na Unidade é insuficiente para atender as demandas desta unidade sendo que no momento se fazem extremamente necessários mais 0 monitores e 0 cozinheira, contudo os servidores que se encontram lotados na casa, gozam de plena aptidão.

Capacidades de gestão

Resolutividade dos problemas: A unidade dispõe nesta data de capacidade técnica suficiente para lidar com problemas técnicos e administrativos, superando dessa forma, as dificuldades com toda eficiência necessária, sejam elas quais forem.

Na gestão anterior não a relatos de parcerias locais

A unidade tem o acompanhamento de órgãos oficiais, tais como: Ministério Público, Conselho Tutelar, Serviço de segurança pública do estado de Rondônia. E tais relações transcorrem de forma salutar, objetivando um atendimento humanizado a nossa clientela.

Indicadores de resultados: Desenvolvemos atividades religiosas, sociais, acompanhamento médico hospitalar, apoio de transporte para embarque de viagens e serviço de estadia.

Foi observado que as atividades exercidas pela equipe desta unidade contribuíram de forma significativa para o bem-estar físico e social, da nossa clientela.

Conclusão: Com os resultados obtidos, conclui-se que foram envidados todos os esforços no referido ano que acata este relatório, para que nossa unidade, em conjunto com toda a sua equipe desenvolvesse este trabalho de atendimento social que é realizado com responsabilidade e compromisso, exercido de maneira eficiente e satisfatória, com o objetivo de contribuir atentamente com a clientela atendida nesta unidade, de forma a contribuir momentaneamente com a população que hora necessitam de apoio no que se refere à estadia, locomoção e desenvolvimento social, protegendo a parte da sociedade menos favorecida.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Estatística de Apoio Social

Tabela de atendimento Anual de 2006	
Clientela	Quantidade
Crianças	37
Adolescentes	14
Homens	364
Mulheres	80
Homens Idosos	83
Mulheres Idosas	13
Deficiente Físico	25
Famílias	14
Total	630

Motivo do Albergamento	Quantidade
Em Trânsito	138
Tratamento de Saúde	105
Procura de Emprego	228
Serviço de Parto	07
Acompanhamento	25
Desabrigado	13
Outros Motivos	51
Total	567
Total Geral	1.197

Apoio a Rede Socioassistencial de Proteção Básica e Especial

Divisão de Monitoramento de Convênio

Na estrutura organizacional básica da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, no tocante à execução do Programa de Apoio a Rede Socioassistencial de Proteção Básica e Especial, a Divisão de Monitoramento de Convênios, é o setor responsável pela inserção de Projetos e anexo no Sistema SICONV do Governo Federal, visando à captação de recursos, para posterior celebração de convênio ou Contrato de Repasse e Prestação de contas, também, e o setor responsável pelo acompanhamento dos Projetos apresentados pelas Entidades de caráter sem fins lucrativos, que buscam parcerias na consecução do respectivo objeto social junto a Prefeitura do Município de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Para que possamos atender a crescente demanda e o bom desenvolvimento das atividades atribuídas a Divisão de monitoramento de convênios é extramente necessários que sejam adquiridos com a maior urgência possível 02 computadores com maior poder de memórias, bem como a capacitação do pessoal envolvidos na gestão de convênio e outros repasses congêneres no que tange a adequada operacionalização do SISTEMA SICONV.

No exercício financeiro de 2010, foram contempladas 25 Entidades filantrópicas, para realização de objetivos de interesse da Secretaria com a formalização dos convênios, a saber:

Convênios firmados com entidades com recursos dos fundos - FMAS, FMI e FMDCA - exercício 2010

Processo	Entidade	Valor	Projeto	Objetivo	Convênio
12.0089-000/10	Assoc. Benef. Club de Mães, Idosos e Crian. do Bairro Esperança da Comunidade.	30.000,00	"I Semana de Responsabilidade Social"	Apresentar a população os serviços a eles oferecidos	045/PGM/10
12.0048-000/10	Federação dos Portadores de Deficiência de Rondônia – FEDER	30.000,00	II Seminário Munic. de Acessib. das Pessoas com "Deficiência "	Realizar Eventos de Acessibilidade	015/PGM/10
12.0041-000/10	Associação de Moradores do Bairro Cidade Nova	50.853,00	"Entre Linha e Rosas"	Discutir o Direito e Garantia da Mulher	008/PGM/10
12.0106-000/10	Associação de Mães e Crianças Carentes do Bairro Cidade Nova – AMICC	24.982,00	Arte e Educação	Promover Ações Socioeducativas	036/PMG/10
12.0327-000/10	Associação Comunitária dos Moradores e amigos do Bairro Embratel - ASCOMABE	80.525,00	Observatório do Saber	Capacitando as famílias atendidas pelos CREAS	102/PGM/10
12.0085-000/10	Assoc. Benef. Club de Mães, Idosos e Crian. do Bairro Esperança da Comunidade.	30.000,00	Capacitando Cidadão na Área Digital	Capacitação Cidadão na Área Digital	034/PGM/10
12.0082-000/10	A Associação Comunitária dos Moradores e amigos do Bairro Embratel - ASCOMABE	25.000,00	Acreditar	Oferecer cursos p/ geração de renda	044/PGM/10
12.0084-000/10	Assoc. Comun. dos Morad., Prod. Rurais, Extrativ. das Comun. Cujubim Grande e Externo ASCOMOPRE	19.959,00	Aquis. Material p/ Inclusão Digital	Inclusão Digital	048/PGM/10
12.0047-000/10	Associação de Moradores do Bairro Cidade Nova	20.000,00	Comunidade em Ação	Capacitação P/ Geração de Renda	011/PGM/10
12.0088-000/10	Associação de Moradores do Bairro Jardim Santana	30.000,00	"Vivendo Melhor Idade"	Propor as Pessoas Idosas Atividades Terapêuticas	100/PGM/10
12.0119-000/10	Associação de Pais e Amigos do Excepcionais de Porto Velho- APAE	120.000,00	Fortalecendo um Sonho	Aquis. de Material Didático Pedagóg. p/ Implem. Oficinas	055/PGM/10
12.0083-000/10	Associação de Rotarianos rio Madeira – ARRM	26.623,00	Material Permanente	Aquisição de Matéria Permanente	039/PGM/10
12.0080-000/10	Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Rondônia – ASDEVRON	28.998,00	Aquis. de Equip. P/ o Curso de Inclusão Digital P/ Deficientes Visual	Inclusão Digital	049/PGM/10
12.0069-000/10	Casa Família Roseta	28.800,00	"Iguais na Diferença"	Atendimento Socioassistencial a pessoa c/ Deficiência	038/PGM/10
12.0081-000/10	Federação dos Portadores de Deficiência de Porto Velho - FEDER	28.000,00	I Campanha de Sensibilidade das Pessoas com Deficiência"	"I Campanha de Sensibilização da Acessibilidade das Pessoas com Deficiências"	046/PGM/10
12.0087-000/10	Instituto Lauro Vicuna	29.629,00	Inclusão Digital	Capacitação de na Área de Informática (P/ Jovens e Adultos)	043/PGM/10
12.0086-000/10	Lar Espírita André Luiz – LEAL	29.000,00	Roupa Limpa	Aquisição Material Permanente	050/PGM/10

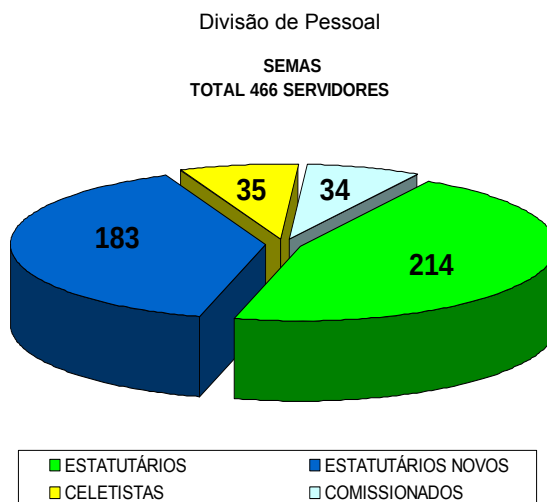
Continua

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Processo	Entidade	Valor	Projeto	Objetivo	Conclusão
					Convênio
12.0079-000/10	Associação de Pais e Amigos dos Toxicômanos- APATOX	20.000,00	Aquisição de alimentos	Aquisição de Alimentos	061/PGM/2010
12.0364-000/10	Associação Casa Família Rosetta	56.898,00	Mulheres In-dependentes II Etapa	Implant. de uma casa p/ tratamento de mulheres depend. de subst. químicas	124/PGM/10
12.0405-000/10	Assoc. de Mães e Crianças Carentes do Bairro Cidade Nova – AMICC	147.500,00	Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários	Propor ações e atividades a comun. c/ as crianças, adolesc., idoso, o Poder Público/ profic. da SEMAS / CRAS	119/PGM/10
12.0443-000/10	Assoc. Comum. dos Morad. e Amigos do Bairro Embratel – ASCOMABE	100.000,00	III Semana de Responsabilidade Social	Apresentar a população os serviços a eles oferecidos	114/PGM/10
12.0152-000/10	Instituto Euvaldo Lodi - IEL	130.000,00	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Erradicar o Trabalho Infantil	121/PGM/10
12.0117-000/09	Assoc. Brasileira de Assistência, Educação e Cultura – ABAEC	20.000,00	“Tucano”	Apoio Socioassistencial e Cultural	014/PGM/10
12.0114-000/09	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CDCA	20.000,00	“Super (Ação)”	Solicitou Prorrogação	016/PGM/10
12.0112/000/09	Sociedade Pestalozzi de Porto Velho	19.925,00	Aquisição de Equipamento de Informática	Aquisição de Material Permanente	017/PGM/10

Contratação de pessoal na assistência social

Para o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social, foram realizadas novas contratações de profissionais em diversas áreas de atuação. Acrescido esse numero de contratos novos aos contratos já existentes, percebe-se que houve uma ampliação do quadro de funcionários da SEMAS, sendo necessários o investimento na valorização e capacitação desses profissionais que atuam na assistência social de forma continuada observando as condições de trabalho, salários e carreira, os mesmos são distribuídos nas unidades da secretaria da seguinte forma conforme gráfico a seguir:



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Recursos financeiros anual destinados ao pagamento de recursos humanos	
Recursos	Valor
Rec. PAIF	52.100,00
Rec. Sentinela/acolher	148.000,00
Total de convênios	200.100,00
Rec. Próprio anual à R.H.	5.540.900,00
Total de rec. para R. H.	5.741.000,00

Divisão de Proteção Especial de Média Complexidade (DPEMC)

Serviço, projetos e programas lotados na DPEMC:

- Plantão social;
- Projeto acolher (Programa de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes);
- Projeto de apoio ao migrante;
- Projeto Fênix: (Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade(PSC));
- SOS Criança: (Serviço de Localização Identificação de Crianças e Adolescentes Desaparecidas - Programa de Atendimento a População de Rua).

Local de atuação dos serviços, projetos e programas:

- Plantão social/projeto acolher/SOS criança: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Endereço: Rua Geraldo Ferreira, nº 135 – Bairro Agenor de Carvalho; Telefones: 3901-3228 / 3901-3227 / 0800-647-1311.
- Projeto de apoio ao migrante: Rodoviária do município de Porto Velho - Telefone: 3901-3152.
- Projeto Fênix: Av. Governador Jorge Teixeira, nº 1881 - Bairro: Liberdade - Telefone: 3901-3230.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Apresentação: A Proteção Especial de Média Complexidade propõem-se a realizar atendimento/acompanhamento psicossocial a indivíduos e suas famílias que se encontra com seus direitos violados, e os vínculos familiares e comunitários, embora fragilizados, não foram rompidos. Desta forma, tendo como referência os relatórios de gestão das coordenações dos serviços socioassistenciais que integram a Divisão de Proteção Especial de Média Complexidade (DPEMC) da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) apresentamos as ações realizadas no exercício 2010, pelos serviços, projetos e programas que integram a DPEMC.

Público atendido: Indivíduos e suas famílias, dentre estes, crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiência, em situação de violação de direitos.

Especificação dos serviços da proteção social especial de média complexidade:

Plantão Social (748); Projeto Acolher (136); Projeto de Apoio ao Migrante (274); Projeto Fênix (414); e, SOS Criança (22), totalizando (1.594 atendimento/caso).

Plantão social: O Plantão Social é um serviço de caráter emergencial de atendimento psicossocial que está preconizado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/ 2004), objetiva ser um serviço de escuta e orientações, podendo desta maneira atender a indivíduos e suas famílias com seus direitos violados e/ ou em situação de risco e/ ou vulnerabilidade social, sendo efetivado também encaminhamentos para a rede socioassistencial, como, por exemplo, albergue municipal, clínicas de psicologia (UNIR / ULBRA), CRAS e outros serviços e programas.

O serviço é proporcionado 24hs todos os dias da semana, inclusive aos sábados e domingos. O atendimento é realizado por técnico (psicólogo e/ ou assistente social). A demanda é referenciada pelos Conselhos Tutelares, Polícia Militar, Polícia Civil, DPCA, e demais órgãos públicos, além da demanda espontânea. Sendo estes crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoas idosas e/ ou pessoas com deficiência.

Seguem especificados nos quadros a seguir os demonstrativos dos atendimentos realizados no ano de 2010:

- Atendimentos Realizados: diurno - segunda a sexta-feira (551), noturno e final de semana 24h (197), totalizando (748).

- Tipologia do Caso: conflito com a Lei (33), conflito familiar (122), migrante/em trânsito (127), migrante/trabalho (186), migrante/tratamento de saúde (99), outros (36), situação de risco (30), violação de direitos (34), vulnerabilidade social (81), totalizando (748).
- Referência: demanda espontânea (405), outras instituições (23), rede interna (59), saúde (6), segurança pública (73), sistema de garantia de direitos (182), total (748).
- Contra Referência: albergue municipal (488), benefícios eventuais (14), entregue sob termo de responsabilidade (27), instituição de acolhimento (20), rede interna (31), saúde (19), segurança pública (2), sistema de garantia de direitos (99), orientação (21), outros (20), UNIR ou ULBRA - escola clínica de psicologia (14), totalizando (755).

Projeto Acolher (Programa de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes): O Projeto Acolher é um conjunto de ações especializadas de proteção às crianças e adolescentes em situação ou risco de violência sexual, bem como às suas famílias, através atendimento psicossocial, e articulação com a rede de serviços socioassistenciais na busca de assegurar a demanda um serviço efetivo. Neste sentido, a equipe de profissionais (assistentes sociais, educadores sociais e psicólogos) atua de forma direta, realizando os atendimentos psicossocial com abordagem individual ou em grupo; e indiretamente na prevenção com palestras educativas nas escolas da rede municipal e estadual, com oficinas de capacitação para os operadores sociais e educadores da zona urbana e rural, além de pit stop e abordagens sociais.

Os dados demonstrativos a seguir são a totalização de usuários atendidos pelo serviço em 2010:

- Gênero: feminino (128) e masculino (25), totalizando (153).
- Novos casos por gênero: feminino (68) e masculino (12), totalizando (80).
- Novos casos desenvolvidos: crianças (44) e adolescentes (36), totalizando (80).
- Caracterização da violência: abuso sexual (76), conflito familiar (1), negligência (1), suspeita de abuso sexual (44), suspeita de exploração sexual (9), violência física (3), violência psicológica (2), totalizando (136).
- Vínculo do agressor: avô (5), conhecido da família (25), desconhecido (34), irmão (3), líder religioso (2), namorado (12), padrasto (21), pai (7), primo (4), tios (9), vizinho (4), não especificado (10), totalizando (136).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Vínculo de agressão: extra-familiar (59), intra-familiar (43), não especificado (34), totalizando (136).
- Origem do encaminhamento: I CTCA (24), CAT (2), DEPCA (29), DPSE (2), Hospital Cosme e Damião (9), II CTCA (56), JIJ (1), maternidade (4), MP (1), Policia Militar (1), Policlínica O. Cruz (6), SEMAS (1), totalizando (136).
- Etnia: branca (51), parda (39), negra (28), não informado (18), totalizando (136).
- Religião: católica (65), espírita (1), evangélica (22), não informado (48), totalizando (136).
- Situação Escolar: estuda (113), não estuda (10), desistente (10), não informado (3), totalizando (136).

Projeto de apoio ao migrante: O Projeto de Apoio ao Migrante está localizado na rodoviária do município de Porto Velho, refere-se à inclusão nas políticas socioassistenciais da população migrante, estando estes em trânsito, tratamento de saúde ou em outras situações que vivenciam situação de risco pessoal e/ou social. Nesta perspectiva, é realizada a escuta, bem como orientação e encaminhamento para a rede socioassistencial. Consta a seguir os números de atendimentos realizados em 2010.

Total de Usuários Atendidos Pelo Serviço em 2010	
janeiro	17
fevereiro	16
março	20
abril	20
maio	15
junho	19
julho	28
agosto	26
setembro	40
outubro	21
novembro	24
dezembro	28
Total Geral	274

Projeto Fênix: (Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviço à Comunidade -PSC).

O serviço tem por finalidade atender e acompanhar adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Sócioeducativas em Meio Aberto (MSEMA) de LA e PSC determinadas judicialmente como responsabilização do ato infracional praticado por estes. As ações psicossociais desenvolvidas são realizadas por técnicos (assistentes sociais e psicólogos) visando contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens atendidos pelo projeto.

Quanto ao processo de municipalização da MSEMA, atualmente ocorre uma atuação mais efetiva do Ministério Público realizando reuniões com os atores do sistema no intuito de facilitar a articulação para definir este processo, bem como a construção dos Planos Municipais e estaduais de MSEMA. Outro avanço obtido em 2010 foi a criação do Colegiado Gestor com representantes das seguintes secretarias: SEMAS, SEMDESTUR, SEMED, SEMES, SEMUSA, CMPPJ, PGM, e da Fundação Cultural IARIPUNA.

Segue o quadro demonstrativo do exercício 2010 do projeto em voga: Casos Registrados de Desaparecimento.

- Gênero: feminino 13, masculino 9, total geral 22.
- Desenvolvimento: crianças 5, adolescentes 17, total geral 22.
- Índice de incidência: 1º trimestre 10, 2º trimestre 6, 3º trimestre 4, 4º trimestre 2, total geral 22.
- Região em que reside: zona leste 13, zona norte 4, zona sul 5, total geral 22.
- Caracterização do desaparecimento: conflito familiar 6, entorpecentes 2, motivo desconhecido 13, Relacionamento afetivo 1, total geral 22.
- Etnia: branca 8, negra 3, parda 8, não informado 3, total geral 22.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Recursos humanos: Quadro geral.

- DPEMC 3, plantão social 6, projeto acolher 10, projeto de apoio ao migrante 3, projeto fênix 23, SOS criança 26, total geral 71.
- Divisão de proteção especial de média complexidade: Auxiliar administrativo 2, diretora de divisão 1, total geral 3.
- Plantão social: Assistente social 3, psicólogo 3, total geral 6.
- Projeto acolher: Assistente social 2, auxiliar administrativo 1, auxiliar de serviço gerais 1, auxiliar de serviço social 2, coordenador 1, educador social 1, motorista 1, psicólogo 1, total geral 10.
- Projeto de apoio ao migrante: Auxiliar administrativo 1, economista 1, educadora social 1, total geral 3.
- Projeto Fênix: Assistente social 3, auxiliar administrativo 2, auxiliar de serviço gerais 2, auxiliar de serviço social 5, coordenador 1, motorista 2, psicólogo 8, total geral 23.
- SOS criança: Assessor 1, auxiliar de serviço gerais 2, auxiliar de serviço social 13, coordenador 1, merendeira escolar 1, motorista 8, total geral 26.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMA)

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMA)

Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA)

O objetivo do presente documento é permitir que sejam desenvolvidas com sustentabilidade as políticas públicas para o Meio Ambiente do Município de Porto Velho. Espera-se assim, contribuir com a tomada de decisões advindas de um planejamento que realmente possa propiciar mudanças significativas e de crescimento para a qualidade de vida dos nossos cidadãos e cidadãs.

Somos sabedores de que o planejamento é a forma mais eficaz de se interferir ética e positivamente nos resultados propostos. Só assim, ter-se-á segurança naquilo que queremos e buscamos de melhor para Porto Velho.

Através do PMA busca-se executar e avaliar com justiça todas as ações a serem desenvolvidas no ano de 2011, criando novas oportunidades de mudanças e o crescimento de toda a Equipe.

Este documento foi construído com o auxílio dos servidores da SEMA, que durante as reuniões avaliaram e solicitaram o desempenho e a aquisição de toda estrutura aqui proposta. Sendo assim, agradeço a todos vocês que lutam diariamente pela conservação e melhoria da qualidade do Meio Ambiente de Porto Velho.

Missão: Gestar políticas públicas no âmbito do Meio Ambiente no município de Porto Velho e distritos, visando preservar os ecossistemas regionais, os recursos naturais e ambientais, buscando assegurar elevada qualidade de vida da população urbana e rural.

Diretrizes

1 - Propor, executar e fiscalizar, diretamente ou indiretamente, a política ambiental no âmbito do Município de Porto Velho e distritos, orientando as ações do Poder Executivo voltadas para a utilização dos recursos ambientais, na conformidade com seu manejo ecológico, bem como para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida;

2 - A construção da unidade de gestão da política de meio ambiente na cidade quer pelo fortalecimento da municipalização, quer pela descentralização e territorialização dessa política, operada por meio de ação integrada;

3 - Articulação intersetorial com as demais políticas sociais, urbanas, culturais e de desenvolvimento econômico do município;

4 - Manutenção da primazia da responsabilidade pública face às organizações sem fins lucrativos, enfatizando a definição de uma política de parcerias sob regulação da política pública;

5 - Promover o desenvolvimento sustentável, compatibilizando o desenvolvimento econômico e social com a proteção ambiental, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos ambientais, em benefício das presentes e futuras gerações.

Objetivo Geral: Consolidar e programar a política municipal de meio ambiente, através da integração de políticas públicas, visando assegurar, no Município, condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade e qualidade de vida humana.

Indicador de Impacto: Promovida a sustentabilidade da política municipal de meio ambiente, pela integração das políticas públicas e promoção da qualidade de vida.

Ação Estratégica

1. Nível de Gestão “Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”

A Educação Ambiental é vista hoje como uma possibilidade de transformação ativa da realidade e das condições da qualidade de vida, por meio da conscientização advinda da prática social reflexiva embasada pela teoria. Essa conscientização é obtida com a capacidade crítica permanente de reflexão, diálogo e apropriação de diversos conhecimentos. Esse processo torna-se fundamental para se formar sociedades sustentáveis, ou seja, orientadas para enfrentar os desafios da contemporaneidade, garantindo qualidade de vida para esta e futuras gerações.

1.1 Objetivos Específicos

- Promover o desenvolvimento sustentável, compatibilizando o desenvolvimento econômico e social com a proteção ambiental, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos ambientais, em benefício das presentes e futuras gerações;
- Promover a educação ambiental na sociedade, visando ao conhecimento da realidade, à tomada das responsabilidades sociais e ao exercício da cidadania;
- Incentivar a participação da sociedade na gestão da política ambiental e o desenvolvimento de ações integradas, através da garantia de acesso à informação.

2. Nível de Gestão “Monitoramento e Fiscalização Ambiental”

Objetivo específico: Garantir a consolidação da política municipal de meio ambiente, promovendo a melhoria da qualidade de vida, implementando ações locais que possibilitem a utilização consciente dos recursos naturais e a redução de rejeitos e desperdícios, bem como monitorar e fiscalizar empreendimentos que causem impacto ambiental, com o objetivo de preservar o Meio Ambiente.

3. Nível de Gestão “Licenciamento, Controle e Qualidade Ambiental”

Objetivo Específico: Garantir a realização dos atos inerentes aos processos de licença das atividades que possuam qualquer potencialidade de dano ambiental dentro da área do Município de Porto Velho.



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Departamento de Educação, Manejo e Proteção Ambiental (DEMPA)

Ação Prioritária	Indicador de Resultados	Atividades	Recursos	Responsáveis	Prazo /Meses de Execução	Parcerias
1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL Projetos: 1.1 SEMA EDUCANDO Consiste em 5 (cinco) intervenções bimestrais na Comunidade;	1. Realizado Concurso de Desenho com tema "Meio Ambiente" na Escola; 2. Produziu um Portfólio contendo fotos com palestras e Apresentações Teatrais; 3. Confeccionado um vídeo institucional do Impacto Sócio Ambiental na Vila Princesa; 4. Realizada a Premiação e certificação do concurso de Desenhos;	✓ Palestras com os temas lixo, solo, água, árvores, queimadas, aterro sanitário; ✓ Implantação de uma lixeira na escola e no posto de saúde - específica para coleta seletiva do lixo, distribuição de cartazes, folders, cartilhas e apresentações teatrais temáticas com estagiários; ✓ Apresentação de peças teatrais na escola da comunidade organizadas por estagiários; ✓ Concurso de Desenhos com tema Meio Ambiente. ✓ Instalação de 05 placas de educação ambiental; ✓ Edição de um vídeo de impacto sócio ambiental sobre a Vila Princesa.	Humanos: Equipe de Educadores do DEMPA. Veículos: Kombi. Material Gráfico: 1000 folders; 1000 cartilhas; 500 cartazes; 06 faixas; Outros Materiais: 12 apresentações teatrais com estagiários; 12 horas de sonorizações volante; 01 filmadora digital profissional; 1000 estojos; 1000 canetas.	Diretor e Equipe DEMPA; Agnaldo Ferreira; Telêmaco Lins; Robson ASTEC e Chefe dos transportes.	Fevereiro, Abril, Julho, Setembro, Novembro.	SEMED, SEMES SEMUSA, SEMUSB Escola Pública, Faculdades; UNIR IBAMA, BPA, SEDAM, MP, DEFESA CIVIL e outros.
	1.2.1 Realizado o plantio das 1000 mudas; 1.2.2. Divulgado o plantio no site da prefeitura e jornais de Porto Velho.	1.2.1. Realizar o plantio de 1000 mudas adequadas para a região;	Humanos: Equipe do Parque Natural. Veículos: Caminhão. Outros Materiais: 1000 mudas de árvores; 02 horas de sonorização volante;	1.2. Telêmaco, Dinho e Equipe Parque;	Janeiro de I de 2011;	

Ação Prioritária	Indicador de Resultados	Atividades	Recursos	Responsáveis	Prazo	Parcerias
1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL Projetos: 1.2. PIT STOP AMBIENTAL	1. Divulgado os eventos no site da prefeitura e principais jornais; 2. Portfólio contendo fotos com atuação nos pit stops; 3. Realizado links com rádios de divulgação do pit stop; 4. Premiados 10000 motoristas com o selo Motorista Verde;	✓ Distribuição de informativos com dicas de como poluir menos no trânsito, diminuir o excesso de ruídos nas ruas, não jogar lixo nas vias e as previsões legais pelas infrações; ✓ Realizar um link ao vivo com as rádios locais fazendo com que o objetivo desse projeto atinja não só aos condutores, mas também a população em geral; ✓ Premiação com o adesivo (selo) – Motorista Verde; ✓ Entrega de Lixeiras para os motoristas;	Humanos: Equipe de Educadores do DEMPA. Veículos: Kombi. Material Gráfico: 10000 folders; 10000 lixeirinhas para automóveis; 10000 adesivos do selo motorista verde; 06 faixas; Outros Materiais: 20 inserções na rádio;	Diretor e Equipe DEMPA; Agnaldo Ferreira; Telêmaco Lins e Robson (ASTEC)	Março, Abril, Maio, Julho, Setembro, Dezembro.	Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal

Ação Prioritária	Indicador de Resultados	Atividades	Recursos	Responsáveis	Prazo	Parcerias
1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL Projetos: 1.3. CIRCUITO DE ARBORISMO E ESCOLAS NO PARQUE NATURAL	1. Construídas as trilhas suspensas no Parque Natural; 2. Construída a tirolesa no Parque Natural; 3. Aumentado o número de visitantes do Parque para 1000 por semana; 4. Incluída a Educação Ambiental no currículo das escolas; 5. Reformado e implementada a Estrutura Física do Parque Natural; 6. Divulgado na imprensa o circuito de arborismo municipal. 7. Certificados 10000 alunos das redes pública e particular de ensino;	✓ Fornecer condições às Escolas Públicas e Particulares para que a Educação Ambiental possa ser incluída no currículo escolar; ✓ Passeios nas Trilhas sobre as copas das árvores que podem atingir até 30 metros; ✓ Tirolesa de 150 metros ao final da trilha; ✓ Caminhada nas trilhas Ecológicas; ✓ Pique Nique Ecológico; ✓ Acampamento Ecológico; ✓ Estudo dos aspectos biológicos, físicos, químicos, sociais, políticos, econômicos e culturais do Parque;	Humanos: Equipe de Educadores do DEMPA, Professores e Equipe Pedagógica da Escola. Veículos: Aquisição de um Ônibus. Material Gráfico: 04 Banners 1,5 x 1,0; 5000 cartazes; 10000 cartilhas; 10000 certificados; 10000 bonês; 06 faixas; Outros Materiais: 12 apresentações teatrais; Aquisição das passarelas suspensas; Aquisição da tirolesa; 04 centrais de Ar 9000 Btu's; 03 Bebedouros Industriais; 15 jogos de mesa com cadeiras de plástico; Reforma da Estrutura Física do Parque;	Diretor e Equipe DEMPA; Agnaldo Ferreira; Telêmaco Lins; Robson e equipe ASTEC.	Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro. (três vezes por semana e nos finais de semana aberto à população)	Escolas Públicas, Particulares; UNIR SEMES, SEMED, SEMUSA, IBAMA, BPA, SEDAM, MP e outros.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ação Prioritária	Indicador de Resultados	Atividades	Recursos	Responsáveis	Prazo	Parcerias
1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL Projetos: 1.4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL VAI AOS DISTRITOS	1. Realizadas palestras em todos os distritos; 2. Implantadas as lixeiras de coleta seletiva nas escolas municipais dos Distritos;	✓ Contribuir com as questões ambientais nos distritos; ✓ Palestras com os temas lixo, solo, água, árvores, queimadas, aterro sanitário; ✓ Realizar o plantio de 600 mudas adequadas para cada região, totalizando aproximadamente 80000 em todos os distritos; ✓ Implantação de lixeiras para coleta seletiva nas Escolas dos Distritos; ✓ Apresentação de Peças teatrais nas Escolas;	Humanos: Contratação de mais 15 servidores para a Equipe de Educadores do DEMPÁ; Veículos: Aluguel de um Barco com capacidade para 12 pessoas. Material Gráfico: 10000 cartilhas; 10000 bonés; 13 faixas; 02 Banners; Outros Materiais: 13 apresentações teatrais; 01 Micro ônibus ou Van com capacidade para 12 pessoas;	Diretor e Equipe DEMPÁ; Agnaldo Ferreira; Administradores dos Distritos. Telêmaco e Dinho;	Março, Maio, Julho, Setembro, Novembro e Dezembro.	Administradores dos Distritos; Escolas Públicas; Faculdades: UNIR SEMES, SEMED, SEMUSA, SEMAGRIC IBAMA, BPA, SEDAM, MP e outros.

Ação Prioritária	Indicador de Resultados	Atividades	Recursos	Responsáveis	Prazo	Parcerias
1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL Projetos: 1.4. CIRCUITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1. Realizadas palestras e Oficinas; 2. Distribuídos informativos com dicas de como poluir menos, o melhor destino para o lixo, diminuir o excesso de ruídos nas ruas, não jogar lixo nas vias, prejuízos causados pela emissão de CO ₂ ; 3. Realizado o dia D de coleta de pneus em Porto Velho; 4. Implementado o ECOPONTO de Porto Velho; 5. Plantadas as mudas nas empresas e associações. 6. Implantadas as lixeiras nas escolas municipais e estaduais.	✓ Contribuir com as questões ambientais nas Empresas, Sindicatos, Associações; ✓ Realizar reuniões com revendedores de pneus para construção do ECOPONTO; ✓ Palestras com objetivo de Desenvolver e conscientizar a população, as empresas e sindicatos de Porto Velho sobre a importância da preservação e os efeitos da poluição do ar, sonora, do solo, dos rios bem como a importância da árvore para o meio ambiente; ✓ Realizar o plantio de 1000 mudas adequadas para a área de cada empresa, associação ou sindicato; ✓ Implantação de lixeiras para coleta seletiva nas Escolas municipais e estaduais.	Humanos: Equipe de Educadores do DEMPÁ; Veículos: Kombi; Material Gráfico: 1000 cartilhas; 02 Banners; 10000 cartazes; 1000 certificados; 1000 camisetas; Outros Materiais: 01 Veículo Gol com Ar; 400 Lixeiras de coleta seletiva;	Diretor e Equipe DEMPÁ; Telêmaco e Equipe do Parque; Robson e Financeiro; COMDEMA;	Março a Dezembro de 2011; Visitando e oferecendo Oficinas e Palestras em 08 locais por mês;	Sindicatos; Frigoríficos; Empresas de Médio e Grande Porte; Faculdades: UNIR IBAMA, BPA, SEDAM, MP e outros.

Ação Prioritária	Indicador de Resultados	Atividades	Recursos	Responsáveis	Prazo	Parcerias
1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL Projetos: 1.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL VAI AO CANAL DOS TANQUES	1. Realizadas palestras e Oficinas; 2. Distribuídos informativos com dicas de como poluir menos, o melhor destino para o lixo, diminuir o excesso de ruídos nas ruas, não jogar lixo nas vias, prejuízos causados pela emissão de CO ₂ ; 3. Realizado o dia D de coleta de pneus em Porto Velho; 4. Construído o ECOPONTO de Porto Velho; 5. Plantadas as mudas nas empresas e associações. 6. Implantadas as lixeiras nas escolas municipais e estaduais.	✓ Contribuir com as questões ambientais e educação ambiental com campanhas com os moradores ao longo do canal dos tanques; ✓ Realizar reuniões com moradores, entregar material gráfico concomitante à conscientização sobre a questão do lixo; ✓ Palestras com objetivo de Desenvolver e conscientizar os moradores sobre a importância da preservação e os efeitos da poluição do ar, sonora, do solo, dos rios bem como a importância da árvore para o meio ambiente; ✓ Realizar o plantio de mudas adequadas para a área; ✓ Realizar trabalho de educação ambiental com as escolas do entorno do canal dos tanques;	Humanos: Equipe de Educadores do DEMPÁ; Veículos: Kombi; Material Gráfico: 1000 cartilhas; 02 Banners; 500 cartazes; 1000 calendários; 01 Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb; 01 Aparelho GPS; 01 Computador Notebook; 01 Aparelho data show; 01 mesa grande.	Diretor e Equipe DEMPÁ; Telêmaco e Equipe do Parque; Robson e Financeiro; COMDEMA;	Março, Maio, Julho, Setembro, Novembro de 2011;	Faculdades: UNIR IBAMA, BPA, SEDAM, MP, SEMUSA, SEMUSB e outros.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Memorial descritivo para o planejamento estratégico 2011 DEMPA			
Descrição	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
FOLDERS (12 x 12 cm)	20000	0,65	13000,00
CARTILHAS (4 Páginas Ofício Dobrado)	25000	1,50	37500,00
CHAVEIROS PERSONALIZADOS	10000	0,60	6000,00
CERTIFICADOS A4	8000	0,20	1600,00
CANETA PERSONALIZADA	10000	0,80	8000,00
ADESIVOS (15 x 15 cm)	10000	0,90	9000,00
CARTAZ A3	8000	0,98	7840,00
FAIXAS DE 5 METROS	50	50,00	2500,00
CAMISSETAS	1000	20,00	20000,00
BONÉ	10000	1,40	14000,00
AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS	1	100.000,00	100.000,00
LOCAÇÃO DE UM BARCO (10 dias por Mês)	6	1500,00	10000,00
SONORIZAÇÃO VOLANTE	250	80,00	20000,00
LIXEIRAS P/ COLETA SELETIVA	400	600,00	240000,00
CENTRAL DE AR 12.000 BTUS	4	1200,00	4800,00
BEBEDOURO INDUSTRIAL	3	500,00	1500,00
BANNER MED. 1,00 X 1,50.	12	120,00	1440,00
AQUISIÇÃO MICRO ÔNIBUS	1	120000,00	120000,00
FILMADORA DIGITAL	1	5000,00	5000,00
JOGO DE MESA COM CADEIRA de PLÁSTICO	15	120,00	1800,00
INSERÇÃO NA RÁDIO	100	10,00	1000,00
REFORMA DA ESTRUTURA FÍSICA DO PARQUE	1	80000,00	80000,00
MESA PARA ESCRITÓRIO	1	500,00	500,00
CADEIRAS PARA ESCRITÓRIO	08	100,00	800,00
ARMÁRIO COM 02 PORTAS	02	1200,00	2400,00
ARMARIO COM 04 JANELAS	02	1000,00	2000,00
NOBREAK	04	300,00	1200,00
ROÇADEIRA	02	1500,00	3000,00
PERFURADOR DE SOLO MOTORIZADO	01	4500,00	4500,00
BOCA DE LOBO GRANDE	10	60,00	600,00
CARRINHO DE MÃO	10	80,00	800,00
ALAVANCA DE FERRO	05	80,00	400,00
TEÇADO	10	50,00	500,00
MARTELO	10	30,00	300,00
JOGO DE PANELA COMPLETO	01	300,00	300,0
APARELHO TELEFONICO	01	50,00	50,00
RADIO COMUNICADOR	04	100,00	400,00
LIMA CHATA	10	25,00	250,00
ENXADA	10	40,00	400,00
PÁ	10	40,00	400,00
CAIXA DE FERRAMENTA COMPLETA	02	300,00	600,00
MAQUITA	01	400,00	400,00
FURADEIRA	01	380,00	380,00
GELADEIRA	01	2000,00	2000,00
FOICE	10	40,00	400,00
ESMERIL (PEDRA)	05	20,00	100,00
RASTELO	10	50,00	500,00
LANTERNA	10	60,00	600,00
GARRAFA TÉRMICA DE 20 Lt	10	50,00	500,00
ISOPOR DE 100 Lt	10	90,00	900,00
KIT EPI	20	100,00	2000,00
Total			732.160,00

Obs.: Os valores acima servem de referência e podem variar com a licitação. Os materiais poderão ser adquiridos através de conversão de multa.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Departamento de Monitoramento e Fiscalização Ambiental (DEMFI)

Ação Prioritária	Indicador de Resultados	Atividades	Recursos	Responsáveis	Prazo	Parcerias
1. MONITORAMENTO AMBIENTAL Projetos: 1.1. ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL (ÁREAS VERDES E APP's)	1.Minimizados os números de invasões às áreas verdes e APP's; 2.Minimizado o desmatamento em APP's.	✓ Monitoramento das Áreas de Interesse Ambiental (Áreas Verdes, APP- Áreas de Preservação Permanente - Parque Natural); ✓ Monitoramento Licenciamento com Fiscalização (Guimar); ✓ Instalação de placas e manutenção com limpeza em parceria com a SEMUSB; ✓ Convênio com empresas para análises técnicas de resíduos; ✓ Instalação do Programa AUTO CAD e do ARQ, programa da SEMUR de regularização de áreas;	Humanos: Fiscais, Topógrafo, Operador de Retro escavadeira, motorista de caminhão ou Caçamba. Veículos: Gol e camionete 4x4, Retro escavadeira, Caminhão ou Caçamba. Material Gráfico: Folders Disk Denúncia; Outros Materiais: Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb; GPS, Trena.	Lucilene, Guimar, Equipe de Fiscais	Janeiro a Dezembro de 2011; (Mensal)	BPA
1.2. FISCALIZAÇÃO DOS LAVA-JATOS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	1. Elevação no número de Empreendimentos Licenciados; 2. Diminuição de efluentes líquidos lançados direto no solo;	✓ Levantamento e Monitoramento dos empreendimentos de Lava-Jatos; ✓ Parceria com Educação Ambiental para conscientização de adequação a Lei 138/2001. ✓ Regularização da Lei de Taxas de Licenciamento;	Humanos: Fiscais e Técnico do Licenciamento; Veículos: Gol e camionete 4x4, Material: Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb; Trena;	Lucilene, Guimar, Equipe de Fiscais	Fevereiro a Dezembro de 2011; (Mensal)	
1.3. BORRACHARIAS;	1.Aferido o atendimento aos padrões de qualidade ambiental quanto à destinação de pneumáticos inservíveis; 2.Consolidado o envio de pneus velhos para o ECOPEL de Porto Velho;	✓ Monitoramento a Borracharias e lojas autorizadas na revenda de pneus; ✓ Montar pontos de Apoio de Recolhimento de Pneus inservíveis nas Revendedoras de PNEUS; ✓ Parceria com o DEMPA para Educação quanto à queima e acondicionamento de pneus;	Humanos: Fiscais Veículos: Gol e camionete 4x4, Fiscalização. Material Gráfico: Folders Disk Denúncia deve ser construído em parceria com todos os Departamentos; Outros Materiais: Calendário Disk Denúncia. Outros Materiais: Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb;	Lucilene, Guimar, Equipe de Fiscais	Fevereiro a Dezembro de 2011; (Mensal)	

Ação Prioritária	Indicador de Resultados	Atividades	Recursos	Responsáveis	Prazo	Parcerias
1.4. ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	1. Acondicionamento correto dos resíduos e destinação final adequada	Monitoramento de estabelecimentos de Saúde com relação ao devido acondicionamento de seus resíduos sólidos e destinação final adequada.	Humanos: Fiscais Veículos: Gol e camionete 4x4, Fiscalização. Material Gráfico: Folders Disk Denúncia; Calendário Disk Denúncia. Outros Materiais: Avental Descartável, Luvas e máscaras descartáveis, óculos de proteção e álcool em gel	Lucilene, Guimar, Equipe de Fiscais	Fevereiro a Dezembro de 2011 (Mensal)	
1.5. EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO;	1.Aferido o atendimento aos padrões de qualidade ambiental;	✓ Controle da emissão de gases emitidos por veículos automotores, condicionamento de efluentes líquidos (graxos, óleos e ácidos). Parceria com DEMPA;	Humanos: Fiscais e Técnico do Licenciamento Veículos: Gol e camionete 4x4; Fiscalização; Material Gráfico: Folders Disk Denúncia; Outros Materiais: Escala de Ringelmann Reduzida ou o Aparelho Dosador de Fumaça - OPACIMETRO Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb;	Lucilene, Guimar, Equipe de Fiscais	Fevereiro a Dezembro de 2011; (Mensal)	
1.6 RELATÓRIO DE QUALIDADE AMBIENTAL		✓ Contratação de empresa especializada para confeccionar o RELATÓRIO DE QUALIDADE AMBIENTAL de Porto Velho;				

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ação Prioritária	Indicador de Resultados	Atividades	Recursos	Responsáveis	Prazo	Parcerias
1. FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL Projetos: 1.1. DISK DENÚNCIA	1. Atendidas 100% das denúncias efetuadas via 0800;	✓ Fiscalização das denúncias recebidas através de Ligações ao 0800; ✓ Capacitação dos servidores para direcionamento das denúncias; ✓ Melhoramento do instrumental (formulário) para que não haja FALTA DE INFORMAÇÃO.	Humanos: Fiscais e quando necessário, 1 técnico do Licenciamento; Veículos: Gol ou Camionete Material Gráfico: Folders Disk Denúncia; Calendário Disk Denúncia. Outros Materiais: 01 Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb; 02 armários de aço com fechadura; 02 mapas grandes atualizados; 20 mapas pequenos atualizados; GPS;	Lucilene, Flávia, Equipe de Fiscais	Janeiro a Dezembro de 2011;	BPA – Batalhão de Polícia Ambiental; Delegacia Especializada em Crimes Ambientais SEMUSB SEMOB Vigilância Sanitária SEMFAZ SEMUR SEDAM MINISTÉRIO PÚBLICO
1.2. SECRETARIAS	Atendidas 100% das denúncias efetuadas via Secretarias;	Operação em conjunto para apuração de denúncias bem como, ações com o intuito de promover a sensibilização da população local.	Humanos: Fiscais Veículos: Gol e camionete 4x4, Fiscalização; Material Gráfico: Folders Disk Denúncia; Calendário Disk Denúncia. Outros Materiais: Decibelímetro e respectiva impressora; Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb; GPS	Lucilene, Flávia, Equipe de Fiscais	Janeiro a Dezembro de 2011;	BPA – Batalhão de Polícia Ambiental; Delegacia Especializada em Crimes Ambientais SEMUSB SEMOB Vigilância Sanitária SEMFAZ SEMUR SEDAM MINISTÉRIO PÚBLICO
1.3 LICENCIAMENTO	Atendidas 100% das solicitações efetuadas via Licenciamento;	✓ Notificar e autuar os empreendimentos que encontram-se em desacordo com os procedimentos exigidos pelo Departamento de Licenciamento Ambiental;	Humanos: Fiscais Veículos: Gol Fiscalização. Material Gráfico: Outros Materiais: Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb; Notebook; Impressora laser;	Lucilene, Flávia, Equipe de Fiscais	Janeiro a Dezembro de 2011;	SEMFAZ

Ação Prioritária	Indicador de Resultados	Atividades	Recursos	Responsáveis	Prazo	Parcerias
1.4 MINISTÉRIO PÚBLICO	Atendidas 100% das solicitações efetuadas via Ministério Público	✓ Apuração e auxílio nos ofícios encaminhados ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização referente a denúncias;	Humanos: Fiscais Veículos: Gol e camionete 4x4, Fiscalização; Material Gráfico: Folders Disk Denúncia; Calendário Disk Denúncia. Outros Materiais: Decibelímetro e respectiva impressora; Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb; Trena; GPS.	Lucilene, Flávia, Equipe de Fiscais	Janeiro a Dezembro de 2011;	BPA; Delegacia Especializada em Crimes Ambientais SEMUSB SEMOB Vigilância Sanitária SEMFAZ SEMUR- SEDAM MP
1.4 VIAGENS AOS DISTRITOS	Diminuição dos impactos causados no meio ambiente por ação humana	Atividade de fiscalização nos Distritos em Empreendimentos e outros; Parceria com DEMPÁ para Educação Ambiental Suprimento de Fundo para cobrir as viagens;	Humanos: Fiscais Veículos: Gol ou camionete 4x4, Aquisição de BARCO CAPACIDADE PARA 08 PESSOAS COM MOTOR 30; Material Gráfico: Folders Disk Denúncia; Calendário Disk Denúncia. Outros Materiais: Decibelímetro e respectiva impressora; Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb; Trena; GPS. Reserva financeira para possíveis problemas com o veículo, bem como para abastecimento.	Lucilene, Flávia, Equipe de Fiscais	Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de 2011 PARA BR; MARÇO, JULHO, SETEMBRO DISTRITOS ÁGUA (2ª Quinzena de cada mês citado a cima)	
1.4 OPERAÇÃO DIURNA – POLUIÇÃO SONORA – PRINCIPAIS AVENIDAS	Diminuição dos impactos causados no meio ambiente por ação humana através da utilização de aparelhos sonoros	Atividade de fiscalização Diurna nas principais Avenidas de Porto Velho e Plantões Noturnos em Empreendimentos (Bares, Casas Noturnas e outros); Parceria com DEMPÁ;	Humanos: Fiscais Veículos: Gol ou camionete 4x4; Material Gráfico: Folders Disk Denúncia; Calendário Disk Denúncia. Outros Materiais: Decibelímetro e respectiva impressora; Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb; Impressora portátil e Aparelho Conversor;	Lucilene, Flávia, Equipe de Fiscais	Fevereiro a Novembro de 2011;	
1.4 OPERAÇÃO NOTURNA – POLUIÇÃO SONORA – (BARES, CASAS NOTURNAS E OUTROS)	Diminuição dos impactos causados no meio ambiente por ação humana através da utilização de aparelhos sonoros	Atividade de fiscalização em Plantões Noturnos em Empreendimentos (Bares, Casas Noturnas e outros);	Humanos: Fiscais Veículos: Gol ou camionete 4x4; Material Gráfico: Folders Disk Denúncia; Calendário Disk Denúncia. Outros Materiais: Decibelímetro e respectiva impressora; Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb; Lanche quando envolver outras Secretarias. Colocação de Insulfin.	Lucilene, Flávia, Equipe de Fiscais	Fevereiro a Novembro de 2011;	BPA

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Cursos de Capacitação para o Planejamento Estratégico 2011 DEMFIS			
Descrição	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
AUDITORIA AMBIENTAL	20 horas	50,00	1000,00
PERÍCIA TÉCNICA	20 horas	50,00	1000,00
SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	20 horas	50,00	1000,00
SANEAMENTO BÁSICO/AMBIENTAL (ÁGUA, ESGOTO, LIXO)	20 horas	50,00	1000,00
RESÍDUOS SÓLIDOS, LÍQUIDOS E GASOSOS (TRATAMENTO)	20 horas	50,00	1000,00
IDENTIFICAÇÃO DE ASPECTOS E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	20 horas	50,00	1000,00
ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE EIA/RIMA	20 horas	50,00	1000,00
SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	20 horas	50,00	1000,00
MONITORAMENTO AMBIENTAL	20 horas	50,00	1000,00
BIODEGRADAÇÃO	20 horas	50,00	1000,00
QUALIDADE DE ÁGUA E SOLO	20 horas	50,00	1000,00
CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	20 horas	50,00	1000,00
CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL	20 horas	50,00	1000,00
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	20 horas	50,00	1000,00
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	20 horas	50,00	1000,00
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	20 horas	50,00	1000,00
ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS	40 horas	50,00	2000,00
Total			18.000,00

Memorial Descritivo para o Planejamento Estratégico 2011 DEMFIS			
Descrição	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
BANDO DE DADOS	01	80.000,00	80.000,00
RÁDIO COMUNICADOR			
KIT PARA CARROS (ALAVANCA – TRENA FLEXIVEL)	04	200,00	800,00
EQUIPAMENTOS DE DEMARCAÇÃO (FITAS, ADESIVOS, PIQUETE, PLACAS) – KIT COMPLETO	48	200,00	9600,00
CAMIONETE 4X4	1	80000,00	80000,00
NOTEBOOK	5	2000,00	10.000,00
IMPRESSORA COLORIDA LASER	4	2000,00	8.000,00
RETROESCAVADEIRA (Aluguel de 300 horas)	300	60,00	18000,00
ARMÁRIO DE AÇO COM FECHADURA	04	1200,00	4.800,00
ARMÁRIO DE GAVETA INDIVIDUAL	05	1000,00	5000,00
GPS	03	900,00	3600,00
CADEIRAS	15	100,00	1500,00
TRENA	20	10	200,00
DECIBELÍMETRO	04	1200,00	4800,00
FOLDERS DISK DENÚNCIA	10000	0,90	9000,00
CALENDÁRIO DISK DENÚNCIA	10000	0,98	9800,00
MÁQUINA FOTOGRÁFICA COM CHIP DE NO MÍNIMO 2GB	05	500,00	2500,00
LAMPÂDAS PARA ILUMINAÇÃO DA SALA	10	20,00	200,00
MAPA GRANDE ATUALIZADO	02	100,00	200,00
MAPA PEQUENO ATUALIZADO	30	10,00	300,00
LUVA DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	02 caixas	150,00	300,00
MASCARA DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	02 caixas	120,00	240,00
AVENTAL DESCATÁVEL	100	15,00	1500,00
ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	50	20,00	1000,00
ÁLCOOL EM GEL	02 caixas	100,00	200,00
RADIO COMUNICADOR	05	300,00	1500,00
ESCALA DE RINGELMANN REDUZIDA OU APARELHO DOSADOR DE FUMAÇA - OPACIMETRO	01	15000,00	15000,00
OUTRAS DESPESAS	01	10000,00	6000,00
LABORATÓRIO PORTATIL	01	800,00	800,00
MARCO DEMARCATÓRIO SIMPLES CONCRETADO	75	200,00	15000,00
PROTETOR SOLAR PARA EPI	50	45,00	2250,00
Total			212.090,00

Obs.: Os valores acima servem de referência e podem variar com a licitação. Os materiais poderão ser adquiridos através de conversão de multa.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Departamento de Licenciamento, Controle e Qualidade Ambiental (DELCA)

Ação Prioritária	Indicador de Resultados	Atividades	Recursos	Responsáveis	Prazo	Parcerias
1. LICENCIAMENTO Projetos:	1. Realizadas 600 vistorias;	Vistorias para verificação das condições do Empreendimento/Atividade e após emissão da Licença Ambiental; Análise dos Projetos Ambientais (PCA, EIA/RIMA, PRAD).	Humanos: Contratação de 03 Técnicos (01 Bióloga, 01 Geólogo, 01 Engenheiro Químico); Veículos: Aquisição de Caminhonete 4 x 4 – tracionado; Material Gráfico: Requerimento Padrão de licenciamento Outros Materiais: 01 Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb; 01 Aparelho GPS; 01 Opacimetro; 01 Dosimetro; 02 armários de aço com fechadura; 04 Computadores;	Richardson, Maria Equipe Técnica	Março a Dezembro de 2011;	
1.2. EMISSÃO DE LICENÇA PRÉVIA		Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade.	Veículos: 01 FIAT uno. Material: Máquina Fotográfica;			
1.3 EMISSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO		Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade conforme disposições do Plano de Controle Ambiental;	Veículos: Fiat Uno. Material: Máquina Fotográfica;			
1.4 EMISSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO		Concedida após a vistoria, em que se comprove a eficiência dos sistemas, as condições estabelecidas nas Licenças Prévia e de Instalação;	Veículos: Fiat Uno. Material Gráfico: Material: Máquina Fotográfica			
1.5 EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE EVENTOS		Concedida para realização de eventos e festas tradicionais, observadas as disposições da Lei 138/01.	Veículos: Fiat uno. Outros Materiais: Computadores, impressoras			
1.6 VISTORIAS			Humanos: Veículos: 02 veículos. Material Gráfico: 03 Mapas da cidade Outros Materiais: Máquina Fotográfica			
1.7 CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE ESTUDOS E ANÁLISES		✓ Análises de Projetos Ambientais. PCA, EIA/RIMA, PRAD.				

Memorial Descritivo para o Planejamento Estratégico 2011 DELCA

Descrição	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
APARELHO GPS	2	900,00	1.800,00
NOBREAK	5	700,00	3.500,00
DOSIMETRO	1	1200,00	1.200,00
OPACIMETRO	1	16.000,00	16.000,00
CAMINHONETE 4 X 4	1	100.000,00	100.000,00
ARMÁRIO DE AÇO COM FECHADURA	3	1.200,00	3.600,00
CADEIRAS	10	100	1.000,00
CADEIRA EXECUTIVA	01	500,00	500,00
COMPUTADORES NOTEBOOK	2	2.000,00	4.000,00
COMPUTADOR DE MESA	2	2.500,00	5.000,00
MESA GRANDE	1	500,00	500,00
MÁQUINA FOTOGRÁFICA DIGITAL COM CHIP DE 2GB - BATERIA	2	500,00	1.000,00
MAPA DA CIDADE PEQUENO	10	10,00	100,00
MAPA DA CIDADE GRANDE	1	100,00	100,00
OUTRAS DESPESAS – CARTÃO CORPORATIVO			12.000,00
Total			150.300,00

Obs.: Os valores acima servem de referência e podem variar com a licitação. Os materiais poderão ser adquiridos através de conversão de multa.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

ASTEC - SEMA

Ação Prioritária	Indicador de Resultados	Atividades	Recursos	Responsáveis	Prazo	Parcerias
1. ASTEC PROJETOS	Realizados 02 estudos e 10 projetos; Publicado o Relatório Municipal de Meio Ambiente;	Elaboração de estudos (Relatório Ambiental) e projetos de interesse da SEMA;	Veículos: Gol Outros Materiais: 01 Máquina Fotográfica com chip de no mínimo 2gb; 02 armários de aço com fechadura; 02 Computadores Notebook; 01 mesa grande para reuniões; 04 mesas de escritório.	Telêmaco, Robson, , Eronildo, Cleia, Júnior, Bruno;	Março a Julho de 2011 para realização do Relatório; Março a Dezembro de 2011 realização dos projetos;	IBAMA; SEDAM; Secretarias Municipais;
CONVÊNIOS	Firmados 05 Convênios com Organizações, Empresas e Associações para a defesa do Meio Ambiente;	Articulação para a viabilidade de convênios que implementem a execução dos projetos da SEMA;	Veículos: Gol Outros Materiais:	Telêmaco, Robson, , Eronildo, Cleia, Júnior, Bruno;	Março a Dezembro de 2011 realização dos convênios;	PGM
ESTRUTURAÇÃO E REFORMA DA SEDE DA SEMA	SEMA reformada; Departamentos da SEMA estruturados e funcionando com atendimento humanizado;	Dar condições de trabalho para os Departamentos da SEMA; Dar Condições para reuniões do COMDEMA;	Veículos: Gol Outros Materiais: 05 Centrais de Ar de 12000 BTU's; 03 Centrais de Ar de 9000 BTU's; 02 Jogos de Sofá de 03 e 02 lugares; 01 Mesa Grande para Escritório; 01 Cadeira Grande Almofadada; 01 Quadro Branco Grande; 15 Jogos de Mesa com Cadeiras de Plástico; 01 Reforma do Auditório do DEMPÁ;	Telêmaco, Robson, , Eronildo, Cleia, Júnior, Bruno;	Janeiro a Junho de 2011	
SEMINÁRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL	Realizado o I SEMINÁRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL DE PORTO VELHO;	Realizar o primeiro Seminário de Responsabilidade Sócio Ambiental de Porto Velho;	Projeto Buscará Patrocínio.	Telêmaco, Robson, , Eronildo, Cleia, Júnior, Bruno;		Órgãos da Justiça; UNIR; Faculdades; ONGs; IBAMA; SEDAM; E outros.

Memorial Descritivo para o Planejamento Estratégico 2011 ASTEC

Descrição	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
MÁQUINA FOTOGRÁFICA COM CHIP 2GB	1	500,00	500,00
ARMÁRIO DE AÇO COM FECHADURA	2	320,00	740,00
COMPUTADORES NOTEBOOK	2	2.000,00	4.000,00
MESA GRANDE	1	500,00	500,00
MESA GIGANTE PARA REUNIÕES	1	1.000,00	1.000,00
MESA PARA ESCRITÓRIO	4	400,00	1.600,00
CADEIRA ALMOFADADA	1	500,00	500,00
QUADRO BRANCO GRANDE	1	300,00	300,00
JOGO DE MESA COM CADEIRAS DE PLÁSTICO	15	120,00	1.800,00
ESTRUTURAÇÃO DO AUDITÓRIO DO COMDEMA	1	10.000,00	10.000,00
OUTRAS DESPESAS			15.000,00
Total			35.940,00

Obs.: Os valores acima servem de referência e podem variar com a licitação. Os materiais poderão ser adquiridos através de conversão de multa.

Planilha Estimativa Físico Financeira ideal para SEMA em 2011

Departamento ou Setor	Valor (R\$)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	732.160,00
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	212.090,00
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	18.000,00
DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO, CONTROLE QUALIDADE AMBIENTAL	150.300,00
ASTEC	35940,00
Total	1.148.490,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER (SEMES)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER (SEMES)

Apresentação

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer desenvolve políticas públicas de atendimento à comunidade de Porto Velho, várias ações e projetos, que beneficiam várias classes sociais, entre as quais: crianças, adolescentes, adultos, 3ª idade e pessoas com necessidades especiais.

Consciente de seu papel social no município de Porto Velho, a SEMES vem consolidando a sua posição como agente de transformação e desenvolvimento social através de atividades de esporte, lazer e cidadania.

A Secretaria procura identificar necessidades e potencialidades nos bairros e distritos do município, priorizando projetos e programas a partir da peculiaridade de cada local. Essa interlocução funciona como instrumento de mobilização e organização social, para controle de investimentos de recurso público.

Neste sentido, apresentamos para apreciação e análise o Relatório de Atividades 2010.

Eventos

Escolinhas de Iniciação Desportiva

As Escolinhas Desportivas foram desenvolvidas em diversos pólos de funcionamento nos bairros de Porto Velho e Distritos, sendo acompanhadas por profissionais de Educação Física, monitores e parceiros. A faixa etária atendida foi de 07 a 15 anos, nas modalidades de Futebol (Bairros: mariana, paraíso, São João Batista, Caladinho, Esperança da Comunidade e Distrito de Jacy-Paraná); Futsal (Ginásio Dudu, Três marias, Esperança da comunidade e Padrão); Voleibol (Ginásio Dudu e Esperança da comunidade); Basquetebol e Handebol (Ginásio Dudu).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Atividades: Funcionaram no período de março a dezembro, ao final houve o encontro de todas as escolinhas no Conjunto Santo Antônio.
- Materiais: Foram entregues materiais esportivos a todas as Escolinhas, como: bolas, redes, cones, bombas de inflar, troféus, medalhas, apito, corda elástica, bolas de borracha e coletes.
- Pessoas beneficiadas: 1200 crianças

Ruas de Lazer

Estruturadas neste ano e realizadas no período de março a dezembro de 2010, com o objetivo proporcionar momentos culturais e de lazer aos menos favorecidos dos bairros e Distritos de Porto Velho.

As Ruas de Lazer foram desenvolvidas nos bairros e distritos, sendo: Rua de Lazer nos bairros: São Francisco, Eletronorte, Ulisses Guimarães, Jardim Ipanema, Conjunto Rio Candeias, Mato Grosso, Cascalheira, Liberdade, Triângulo, Mariana e Porto do Cai N'água; e, Rua de Lazer nos distritos: Rio Pardo, Jaci-Paraná (Festival de praia), Fortaleza do Abunã (Festival de Praia).

- Atividades: Futebol de travinha, Pingue-pongue, Pebolim, Basquetebol, Voleibol, Pula corda individual, Jogos de xadrez, Jogos de dama, Jogos de dominó, Pinturas e modelagens, Cama elástica (pula-pula), Brincadeiras com bambolê, Brincadeiras do queima, Festival e oficina de pipas, futebol de campo, futebol de areia, torneio de peteca e campeonato de truco, damas, dominó e xadrez.
- Pessoas beneficiadas: oito mil pessoas atendidas.

Festivais de Praia 2010

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEMES preocupada com os inúmeros casos de infrações no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente nos festivais anteriores, elaborou o projeto para os festivais em parceria com a comunidade local dos distritos e com os órgãos protetores das crianças e dos adolescentes, o que levou a uma nova dinâmica nestes eventos, provocando a redução de 99% de delitos desta e de outra natureza.

6º Festival de Praia do Distrito de Jaci-Paraná

O evento tem o objetivo de motivar a comunidade local a participar de atividades esportivas; Movimentar a economia do Distrito; Sensibilizar o público local sobre a importância de atividades esportivas para o desenvolvimento do turismo e da região; Oferecer e consolidar a prática do esporte e lazer como direito e bem estar social, ambiental e econômico.

- Atividades: esporte e lazer para crianças, jovens e adultos: Tirolesa; Oficina de modelagem e pintura; Festival e oficina de pipas; Futebol de areia e de campo; Futevôlei; basquete de areia; Peteca; Tênis de mesa e pebolim; Campeonato de truco, damas, dominó e xadrez; Shows musicais.
- Período de execução: 24 a 26 de setembro.
- Pessoas beneficiadas: 10 mil (dez mil) pessoas: público direto e indireto
- Parcerias: Secretarias Municipais, Polícia Militar, Delegacia Fluvial, CMDCA, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros, Conselho Tutelar, SEDAM, SESDEC e Ministério Público.

14º Festival de Praia do Distrito de Fortaleza do Abunã

O evento tem o objetivo de Motivar a comunidade local a participar de atividades esportivas; Movimentar a economia do Distrito; Sensibilizar o público local sobre a importância de atividades esportivas para o desenvolvimento do turismo e para a região; Oferecer e consolidar a prática do esporte e lazer como direito e bem estar social, ambiental e econômico.

- Atividades: esporte e lazer para crianças, jovens e adultos: Tirolesa; Oficina de modelagem e pintura; Festival e oficina de pipas; Futebol de areia e de campo; Futevôlei; basquete de areia; Peteca; Tênis de mesa e pebolim; Campeonato de truco, damas, dominó e xadrez; Shows musicais.
- Período de execução: 8, 9 e 10 de outubro.
- Pessoas beneficiadas: (oito mil pessoas público direto e indireto.
- Parcerias: Secretarias Municipais, Polícia Militar, Delegacia Fluvial, CMDCA, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros, Conselho Tutelar, SEDAM, SESDEC e Ministério Público.

5ª Corrida de Voadeiras

Desenvolvido no Rio Madeira (Porto do Cai n'água), tem o objetivo de incentivar a prática desportiva, difundindo os esportes aquáticos e promovendo o intercâmbio sócio-desportivo entre os Distritos da área ribeirinha e Porto Velho, através de momentos de esporte e lazer, visando valorizar a natureza local.

- Atividades: apresentação da Banda da Polícia Militar, cerimônia de abertura, cortejo dos competidores, competição, Rua de lazer, premiação financeira e Show musical.
- Categorias: Embarcação mais decorada, Canoa simples a remo, Motor 15 HP, Motor 25 HP, Motor 40 HP, Motor Rabeta 5,5/60 HP.
- Período de execução: 09 e 10 de outubro
- Pessoas beneficiadas: público direto (6 mil).
- Parcerias: Secretarias Municipais, Polícia Militar, Delegacia Fluvial, Colônia dos Pescadores e Polícia Ambiental.

Tenda Esporte

Realizado de segunda a sexta no Parque da Cidade, Espaço Alternativo no Skate Parque, tem o objetivo de melhorar e/ou prevenir os aspectos da saúde, bem como aplicar os procedimentos de avaliação da aplicação e controle das cargas e fundamentalmente da organização e planejamento da atividade física.

- Atividades: atividades físicas dirigidas, acompanhadas por orientação nutricional, fisioterapêutica, serviços de enfermagem, verificação de pressão arterial e teste de glicemia.
- Período de execução: Março a Novembro de 2010
- Pessoas beneficiadas: 2.500 pessoas público direto

20º Interdistrital de Esportes (Futebol e Voleibol)

Têm o objetivo de Oferecer anualmente um grande encontro sócio-esportivo entre os Distritos do Baixo Madeira e Br 364, na modalidade de Futebol e voleibol Masculino e Feminino.

- Locais: Distrito de São Carlos, Nova Califórnia e Município de Porto Velho.
- Atividades: cerimônia de abertura, desfile das equipes, torneios de futebol e voleibol masculino e feminino, Concurso Musa Interdistrital, Rua de lazer, e premiação.
- Período de execução: 1ª Etapa de 4 a 9 de maio; 2ª Etapa de 18 a 22 de maio; e, Fase Final 28 e 29 de maio.
- Pessoas beneficiadas: 15 mil pessoas (público direto e indireto).

RURALZÃO

Com o objetivo de promover a interação e integração entre as comunidades da área rural e Distritos de Porto Velho, bem como descobrir novos talento e oferecer momentos de lazer através da prática do esporte, o Ruralzão de Futebol vem atender aos anseios da população da área ribeirinha, baseado no lema da Prefeitura de Porto Velho “Cidade de Todos”.

- Locais: Distritos e Linhas rurais de Porto Velho.
- Atividades: torneios de futebol masculino e feminino, eventos de confraternização e premiação.
- Período de execução: junho a agosto.
- Pessoas beneficiadas: 600 pessoas diretas e indireto de 5 mil pessoas nas várias etapas.

Chegada do Papai Noel / Natal de Todos

A SEMES participa com sua equipe neste evento com o objetivo dar apoio ao Gabinete do Prefeito através de Esporte e Lazer para as crianças.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Local: Bairro JK (zona leste).
- Atividades: Futebol de travinha, Ping-pong, Pebolim, Basquetebol, Pula corda individual, Pinturas e modelagens, Cama elástica (pula-pula) individual e coletivo, Brincadeiras com bambolê, Brincadeiras do queima, jogos de mesa: truco, damas, dominó e xadrez.
- Período de execução: 19 de dezembro.

Fest Mulher

Tem o objetivo de oferecer atividades de esporte, lazer, cultura, artes em comemoração ao dia Internacional da Mulher.

- Local: Praça Aluísio Ferreira
- Período: 8 de março.
- Atividades: Rua de lazer, Tenda Esporte, Academia Alternativa, Apresentação de danças, sorteio de brindes, atendimento de beleza e campanhas educativas.
- Pessoas beneficiadas: 5 mil pessoas.

Conselho Municipal de Esportes

Instalação e posse do conselho pelo Exmo. Prefeito de Porto Velho Roberto Sobrinho no dia 19 de março. Fazem parte do conselho 13 conselheiros de vários segmentos de esporte e lazer do município de Porto Velho. Assembleias na primeira terça-feira de cada mês (Pessoas beneficiadas: 300 participantes).

Idoso Ativo

Proporcionar atividades esportivas e recreativas, culturais e orientações físicas para os idosos. Atividades acompanhadas por professores de Educação Física.

- Locais: Bairro Conceição e Igarapé.
- Período: de Março a novembro.
- Pessoas beneficiadas: 100 idosos diretos

2º Copa Porto Velho de Futsal

Considerado o maior encontro de futsal de Porto Velho, envolvendo cerca de 200 equipes inscritas entre masculino e feminino.

- Locais dos jogos: Ginásios e quadras poliesportivas de Porto Velho.
- Período: março e abril.
- Pessoas beneficiadas: 10 mil pessoas durante a competição.

Conferência Municipal do Esporte

Debater e apresentar propostas sobre o desenvolvimento do esporte e lazer em Porto Velho, em consonância com a Conferência Nacional do Ministério dos Esportes.

- Local: Teatro Banzeiros
- Período: 7 e 8 de abril
- Pessoas beneficiadas: 250 conferencistas.

5ª Corrida Tiradentes

Consolidar ainda mais a corrida de rua em Porto Velho, com a participação de crianças, jovens, adultos, 3ª idade e pessoas com necessidades especiais.

- Local: Ruas de Porto Velho (10 KM)
- Período: 21 de abril
- Pessoas beneficiadas: 300 competidores

1ª Olimpíada de Esportes Popular

Estimular a participação da comunidade em esportes meramente populares.

- Local: Clube Social SINDSEF.
- Atividades desenvolvidas: dominó, xadrez, tênis de mesa, sinuca, peteca, truco e dama.
- Período: 20 e 21 de novembro
- Pessoas beneficiadas: 200 pessoas participantes.

Rua da Copa

Envolver a comunidade de bairros no espírito da Copa do mundo de futebol, ornamentando e decorando suas ruas.

- Local: bairros de Porto Velho.
- Período: 12 a 14 de junho.
- Parceria: Fundação Iaripuna.
- Pessoas beneficiadas: 8 mil pessoas.

2ª Minimaratona Cidade de Porto Velho

Em homenagem ao aniversário do Município de Porto Velho, tendo a participação da comunidade em geral.

- Local: Ruas de Porto Velho (10 km).
- Período: 2 de outubro.
- Pessoas beneficiadas: 500 participantes.

Criança no Parque

Proporcionar aos alunos das Escolinhas Desportivas mantidas pela SEMES, atividades alusivas ao dia da criança.

- Local: Parque Circuito.
- Atividades: Futebol, basquete, futsal, voleibol, Rua de Lazer, lanches, brindes, música.
- Período: 12 de outubro.
- Pessoas beneficiadas: 600 alunos.

2.9 – 6º JOGOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Oferecer aos servidores do Município de Porto Velho, atividades esportivas e de lazer, numa grande confraternização sócio-esportiva.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Local: Clube Social do SINTERO
- Atividades: Futebol Society, vôlei de areia, futsal, natação, tênis de mesa, dominó, xadrez e queimada.
- Período: 22 a 25 de outubro.
- Pessoas beneficiadas: 2 mil servidores.

Corrida Natalina

Consolidar ainda mais a corrida de rua em Porto Velho, com a participação de crianças, jovens, adultos, 3ª idade e pessoas com necessidades especiais.

- Local: Ruas de Porto Velho (10 km).
- Período: 19 de dezembro.
- Pessoas beneficiadas: 300 competidores.

Encontro das Escolinhas

Reunir todos os alunos, professores, familiares e coordenação técnica, numa grande confraternização sócio-esportiva e de lazer.

- Local: Espaço esportivo do Conjunto Santo Antônio
- Atividades: Futebol, futsal, voleibol. Handebol, basquetebol, rua de lazer, sorteio de brindes, lanches e música.
- Período: 11 de dezembro.
- Pessoas beneficiadas: 600 pessoas

Quadras poliesportivas:

- Esperança da Comunidade (Reforma com recurso próprio).
- Jacy-Paraná (compensação da Usina).
- Fortaleza do Abunã (compensação das usinas).

Estrutura de Transporte

- 01 Kombi (Recurso próprio).
- 02 Kombis (compensação das usinas).
- 01 caminhão Baú (compensação das usinas).

Projetos e Atividades Extras em Parceria

- Campeonato de futsal (federação de futsal de Rondônia);
- Etapas de Voleibol e vôlei de areia (Federação de Voleibol de Rondônia);
- Etapa de Motocross (federação de motocross de Rondônia);
- Etapa de Karatê (Federação de Karatê de Rondônia);
- Rally a pé (Amigos da Estrada de Ferro Madeira Mamoré)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
E ABASTECIMENTO (SEMAGRIC)**

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SEMAGRIC)

A prefeitura Municipal de Porto Velho através, da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento/SEMAGRIC, têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social sustentável, tendo em vista que a demanda da parcela da população rural contribui ativamente para o aquecimento da economia do município e o desenvolvimento regional, distribuído ao entorno da cidade de Porto Velho e seus Distritos.

A SEMAGRIC vem cumprindo o Plano Plurianual, através do planejamento orçamentário da Prefeitura Municipal de Porto Velho que tem como objetivo articular ações com intuito de promover o desenvolvimento rural. A SEMAGRIC conta atualmente com 4 programas em execução, no período de 2010/2013.

Programa: 003 Apoio a Produção Agropecuária

Neste programa são desenvolvidos três sub-programas: Implantação de Agroindústrias, Fomento a produção de Culturas Agrícolas e Incentivo a Piscicultura com implantação de viveiros tanques. Com relação ao sub-programa, Implantação de Agroindústrias, trata-se especificamente do programa de Agroindústria que tem como intuito atender as necessidades das Associações, através da aquisição de equipamentos e material permanente para agroindústrias Como: casa de farinha, despoldadeira de frutas, Agroindústria de cana-de-açúcar, tanques de resfriamento de leite, Mini Usina de leite e materiais básicos para construção dos barracões para as referidas associações alojarem os equipamentos que constituem as Agroindústrias. Além do material para construção de barracões, a SEMAGRIC promove os equipamentos para o processamento, armazenamento e beneficiamento dos produtos agrícolas, agregando valor aos produtos e melhorando a vida do homem do campo.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

A instalação de uma agroindústria conta primeiramente com a elaboração uma planta baixa que possa atender as exigências da legislação, para isso a SEMAGRIC disponibiliza pessoal qualificado: 1 Engenheiro Civil para projetar as instalações e da orientação técnica, 1 veterinário e 1 Engenheiro Agrônomo.

Foram instaladas 17 agroindústrias no ano de 2010, sendo que 18 serão instaladas no ano 2011, considerando que os equipamentos já foram adquiridos, aguardando somente a construção dos barracões para implantação das agroindústrias.

Objetivo: Proporcionar aumento de produtividade de culturas agrícolas da região e consequentemente fixação do homem no campo.

- PA - 15.01.20.662.003.1.101 - Implantação de Agroindústrias
Agroindústrias entregues: 17 unidades
- PA - 15.01.20.601.003.2.285 - Fomento à Produção de Culturas Agrícolas
Culturas produzidas: 2920 toneladas
- PA - 15.01.20.602.003.1.334 – Incentivo a Piscicultura com implantação de viveiros tanques

Fomento á produção: No ano de 2010 foram produzidos 2.920t de produtos agrícolas, superando a meta que era de 1.800t para o ano. Esse aumento deve-se a atuação da SEMAGRIC na recuperação de áreas improdutivas e o incentivo ao transporte na comercialização dos produtos.

Programa 024 – Desenvolvimento Rural

Recuperação de Áreas degradadas: Tem como objetivo recuperar capoeiras ou terras improdutivas, de forma a incorporar no sistema produtivo, com intuito de atender 01 hectare de lote por cada produtor.

Foram cadastrados 927 produtores para serviço destoca e 2134 para serviços de gradagem produtores, o que correspondem a 3061 hectares que serão incorporados ao processo produtivo.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Para desenvolver esta ação, faz necessárias as três etapas: destoca, gradagem e incorporação de calcário.

Em 2010, foram realizados 632ha de destoca, 1.828ha de gradagem e incorporado 835 toneladas de calcário. A tabela abaixo apresenta as áreas beneficiadas com o serviço de destoca, gradagem e incorporação de calcário no ano de 2010.

Produtores atendidos em 2010 com destoca/gradagem/calcário		Produtores cadastrados		Produtores atendidos		
Associação	Endereço/presidente	Dest.	Grad.	Dest.	Grad.	Calc.
AMPROJ	Dona francisca	0	28			45
Associação ASAJANMAR	Estrada mucuim pres. Izaque	40	40		20	40
APRUMAR	Est. jatuarana josé moreira dos santos filho	0	31	0	31	25
APRULNOVE	Joana darc linha 9 pres. Ronildo F. da silva	45	57	20	10	75
ASPRONUCLEO	Joana darc linha 11 pres. José rodrigues leite	29	38	20	38	65
Associação ASPRODARC II	Joana darc linha 13	25	55			
Associação JOANA DARC	Joana darc linha 15 pres. Flavio rodrigues	95	95	95	95	95
ASPROJODA	Joana darc linha 17 pres. José milton de farias	51	51	0	51	135
Associação ARGLEC	Linha c 01 pres. Joana	0	35	0	35	45
AGROVILA	Linha c-25 46 km sentido humaita	33	33	33	33	45
APLOL	Linha c-30 pedro beltra melo	9	9	9	9	20
ADAPOVIM	R. do indio 46 km sentido humaita - alcione	22	22			
APRUF	Ramal são sebastião	2	16		16	20
São Domingos	Manoel rabelo queiroz	28	28			25
Maravilha 1 E 2	Maravilha 1 e 2 projeto mandioca	12	29		29	65
APARAR	L. ferrugem, abac., getúlio e pato roco p. Geir	98	98	98	98	
Assiação ASPROMUCHU	Pres. Ronaldo porto chuelo	0	20			
ASPROPS de Porto Seguro	Pres. Luiz gangalha	21	21			
ACHCTS	Terra santa lenir bezerra souza	120	120	120	120	110
Associação Boa Safra	Setor chacareiro	33	56	0	35	
Associação Três Marias	Aliança pa rio madeira pres. Maria conceição	10	10	10		
ASPLOL	Linha 23 abunã altair	31	31	41	0	
ASPROTA	Abunã davino mendes	66	66	20		
APRC-CAISARA	Linha do brito	30	30	41	41	
PA São Francisco	Linha f mutum parana pa são francisco	40	40	25	25	
União Bandeirante	Linha 105 pres. Jader	0	65		65	
ACRCGPC	Cujubim grande pres. Raimundo	17	18	0	0	
AAPRIFCCMAZC	Cujubizinho pres. Bagogé	20	20	65	105	
AGRILANÇA	Agrilança/aliança	0	50		50	
ACAI	Linha progresso	0	50		50	5
ASPHEP	Est. Dos piriqitos pres. Manoel	15	45		45	20
	Setor chacareiro jacy-parana	35	0	35	0	
Associação ASPRAI	Setor chacareira d. Odete	0	30		30	
	Ramal santa luzia	0	40		40	
	Linha 32 e 37	0	40		40	
	Ramal do pacu	0	12		12	
	Morrinhos	0	20		20	
Distrito	Vista alegre	0	134		134	
Distrito	Jacy-parana	0	187		187	
Distrito	Nova califórnia	0	150		150	
Distrito	Extrema	0	114		114	
Distrito	União bandeirante	0	100		100	
	Total de produtores	927	2.134	632	1828	835
falta atender				295	306	

Áreas beneficiadas com destoca, gradagem e incorporação de calcário em 2010.

Objetivo: Promover o desenvolvimento e a sustentabilidade do Setor Agrosilvopastoril.



- PA - 15.32.20.543.024.1.210 - Recuperação de Áreas Degradadas
Área recuperada: 1.828 hectares

Programa 007 – Apoio Administrativo

A SEMAGRIC está localizada em novo endereço Av. Dos Imigrantes, 5315, bairro Rio Madeira/ Porto Velho – RO, ocupando uma área de aproximadamente 500 m², com 09 (nove) salas, 01 (uma) cozinha e demais dependências. Esta instalação é alugada, mas o projeto de construção da secretaria já está sendo elaborado (em fase de conclusão).

A SEMAGRIC conta atualmente com 11 (onze) motoristas, 5 (cinco) Engenheiros Agrônomos, 01 (um) veterinário, 06 (seis) operadores de máquinas pesadas, 09 (nove) garis, 04 (quatro) auxiliares de serviços veterinários, 01 (um) Engenheiro Civil, 04 (quatro) auxiliares administrativos, 05 (cinco) auxiliares de serviço geral, 12 (doze) chefes de divisão (comissionados 7 e efetivos 5), 01 (uma) assessora técnica, 04 (quatro) diretores de departamento, 01 (um) contador, 02 (dois) secretários, totalizando 65 funcionários.

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

- PA - 15.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade
Unidade mantida: 2 unidades (Semagric e Feira do Produtor Rural).
- PA - 15.01.04.122.007.2.217 Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais
Pessoas remuneradas: 65 servidores

Programa 025 – Direto da Roça

Este programa abrange o transporte da produção agrícola. No ano de 2010 foi transportado aproximadamente 2920 ton de produtos agrícolas via terrestre e via fluvial. Para realizar o transporte via terrestre, a SEMAGRIC conta, atualmente, com 03 caminhões, com capacidade máxima de 10 toneladas, cada, sendo translocado duas vezes por semana nas seguintes linhas e ramais: Comunidade de União Bandeirante – Linha 01, Linha 101, Linha F, Linha do Pavão, Linha do Márcio, Linha 07, Linha 10, Linha P.O, Linha triângulo, Linha 05, Linha do Jacaré, Joana D’Arc I, II e III; Linhas 03/05/07/09/11/13/15/17/19/24 e Agrovilas; P.A. São Francisco: Linhas F,G,H e I; Linha São Luis (ramal Porto Seguro); Linha 105, Ramal Zé do Brito; Gujumbim Grande; Cujubinzinho; Linha da amizade; Ramais Jorge Alagoas e Zeca Gordo; Nova Aliança, Aliança, Aliança, Jamary, Vala, Candeias e Itacoã; Associação Linha Progresso e Agrovila km 13. Comunidades atendidas via fluvial: Laranjal, São José da Praia, Conceição do Galera, Monte Belo/rasileira, Ilha dos Veados, Pau D’Arco, Tira Fogo, Nazaré, Prainha, Boa Hora, Curicacas, terra Caída, São Carlos, Itapoá, Bom Serazinho, Vista alegre, Papagaios, Niterói, Primor, Santo Antonio, Canarana, Santa Luzia, Tira Fogo, Lago, do Cuniã, Bom Será, Tapirema, Ilha do Maruim, Ilha de Iracema, Boa Vitória, Guarani.

Produtos Transportados: arroz, feijão de praia, farinha de mandioca, açaí, cupuaçu, melancia, macaxeira, banana, alface, limão, abóbora, mamão, farinha de tapioca, coco verde, tucupi, queijo, goma de mandioca, pimenta malagueta, abacate, graviola, milho verde, abacaxi, batata-doce, maracujá, laranja, caldo de cana e carvão vegetal.



Objetivo: Transportar os produtos agropecuários das linhas vicinais até a feira do produtor rural.

- PA - 15.01.20.605.025.2.286 – Transporte da Produção Agrícola
Produtos agrícolas transportados: 2.920 toneladas

Programa 063 – Qualificação Profissional

O programa tem como objetivo o fortalecimento institucional das associações de produtores rurais, com treinamentos de constituição e gerenciamento para 75 associações.

No ano de 2010 foi realizada 02 (duas) capacitação: Cursos de Horticultura Geral e Curso de Metodologias Participativas Modulo I e II.

Para funcionários de SEMAGRIC forma realizados 7 Cursos de capacitação: Cursos de Informática, Relatório Anual de Informações (RAIS), Contabilidade Publica - Cpcetil, Sincov - Execução e Prestação de Contas, Libras e Licitação Básica.

Objetivo: Capacitar os trabalhadores rurais e os funcionários da SEMAGRIC.

- PA - 15.01.20.128.063.1.050 Capacitação de Servidores Públicos Municipais
Pessoas capacitadas: 49 un
Produtores capacitados: 35 un
Servidores capacitados: 14 un

Serviço de Inspeção Municipal (S.I.M)

A secretaria disponibiliza veterinários e auxiliares para realizarem diariamente o acompanhamento nas empresas cadastradas. Os principais motivos para o não registro de empresas no sistema S.I.M, se deve a irregularidades de documentos, higienização do estabelecimento, infraestrutura inadequada e outros.

Objetivo: Registrar, cadastrar e inspecionar os produtos de origem animal e vegetal produzidos no Município.

- Empresas registradas: 07 unidades
- Empresas cadastradas: 08 unidades

O S.I.M – Serviço de Inspeção Municipal, tem a finalidade de fiscalizar e orientar as empresas a fim de garantir as qualidades higiênicas, sanitária e de industrialização de alimentos conforme a legislação vigente.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

É um serviço prestado pelo Município, o qual beneficia tanto o empresário da agroindústria quanto a população, ou seja, o consumidor. Além de fazer com que o comércio tenha uma maior aceitação, priorizando os produtos da “Terra”, isto é, as Agroindústrias do nosso Município com qualidade. Sendo assim, os Produtos de Origem Animal recebem um selo de INSPEÇÃO emitido pela Secretaria Municipal da Agricultura através do SIM.

Com o selo S.I.M, os estabelecimentos fiscalizados estão aptos a fornecer seus produtos àqueles comerciais, tais como: supermercados, feiras, lanchonetes e padarias, desde que cumpra a legislação.

O S.I.M se baseia na Lei Nº 1449, de 28 de Dezembro de 2001, que dispõe sobre os serviços municipais de inspeção industrial e sanitário dos produtos de origem animal.

Estão sujeitos á inspeção e fiscalização do SIM:

- Animais destinados á matança;
- Pescados;
- Leite;
- Ovos;
- Mel e cera de abelha.

No ano de 2010, foram realizadas as seguintes atividades:

- Visitas técnicas, para avaliação da estrutura dos estabelecimentos, com a finalidade de averiguar as condições de fabricação dos alimentos;
- Fiscalizações e orientação da produção para obtenção de alimentos confiáveis e seguros, garantindo a qualidade do produto final;
- Solicitação de análises da água e de amostras dos produtos para verificar a sanidade e segurança dos mesmos;
- Cadastros de novas empresas no Serviço de Inspeção Municipal – SIM;
- Viagens técnicas.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

As empresas que receberam o selo do S.I.M., são:

Razão Social	Classificação	Nº SIM	Atividades desenvolvidas
Lacerda & Rios LTDA Frigorífico Areia Branca	Abatedouro Frigorífico	0001	Fiscalização Orientações Análises: água e produtos
F.I.A Santos & CIA LTDA Frigorífico Padre Cícero	Abatedouro Frigorífico	0004	Fiscalização Orientações Análises: água e produtos
Bell & Fernandes LTDA Frigorífico Frigonorte	Abatedouro Frigorífico	0006	Fiscalização Orientações Análises: água e produtos
Pereira de Souza e Almeida LTDA Yogurte D'GUSTAVO	Fábrica de Laticínios	0002	Fiscalização Orientações Análises: água e produtos
Marreira & Souza LTDA Iogurte Doce Gut	Fábrica de Laticínios	0007	Fiscalização Orientações Análises: água e produtos
Rodrigo Otávio Diniz Waltenberg Sítio Dom Henrique	Fábrica de Laticínios	0005	Fiscalização Orientações Análises: água e produtos
*Sítio Kuka Fria	Fábrica de Laticínios	0008	Fiscalização Orientações Análises: água e produtos

*Empresas cadastradas no SIM, em 2010:
Fábrica de Laticínios, Kuka Fria

- Equipe Técnica composta de 1 Veterinária Diretora do Departamento, 4 auxiliares de Veterinária e 1 Motorista.

Relação das Empresas Cadastradas no Serviço de Inspeção Municipal – SIM

Frigoríficos

- Razão Social: Lacerda & Rios LTDA/Frigorífico Areia Branca
Ramo: Abatedouro/Frigorífico de carne bovina
Endereço: Estrada da Areia Branca, S/N, KM 2,5 - CEP: 78900-970
Porto Velho (RO) - Nº do SIM: 0001
- Razão Social: F.I.A Santos & CIA LTDA/Frigorífico Padre Cícero
Ramo: Abatedouro/Frigorífico de carne bovina
Endereço: R. Francisco Fontes Nelli Lopes, Sítio Santa Rita, Estrada da Rema
CEP: 78900-000 - Porto Velho (RO) - Nº do SIM: 0004
- Razão Social: Bell & Fernandes LTDA/Frigorífico Frigonorte
Ramo: Abatedouro/Frigorífico de carne bovina
Endereço: Estrada da Areia Branca, Gleba Garças, Lote 10/0009 A
CEP: 78900-000 - Porto Velho (RO) - Nº do SIM: 0006

Casa Atacadista

- Razão Social: Casa de carne Nova Aliança LTDA/Distribuidora de carne Nova Aliança
Ramo: Distribuidora de Carne
Endereço: R. Alberto Pasqualine, 2474, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto
CEP: 76920-550 - Porto Velho (RO) – N° do SIM: 0009

Leite e Derivados

- Razão Social: Pereira de Souza e Almeida LTDA/Yogurte D’Gustavo
Ramo: Fábrica de Laticínios
Endereço: R. Quintino Bocaiúva, 3236, Bairro Embratel
CEP: 78905-550 - Porto Velho (RO) - N° do SIM: 0002
- Razão Social: Marreira & Souza LTDA/Iogurte Doce Gut
Ramo: Fábrica de Laticínios
Endereço: R. Angico, 1170, Bairro Nova Floresta
CEP: 78913-210 - Porto Velho (RO) - N° do SIM: 0007
- Razão Social: Rodrigo Otávio Diniz Waltenberg/Sítio Dom Henrique
Ramo: Fábrica de Laticínios
Endereço: Estrada do Santo Antonio, 1252, Bairro Triângulo
CEP: 78900-000 - Porto Velho (RO) - N° do SIM: 0005
- Razão Social: Sítio Kuka Fria
Ramo: Fábrica de Laticínios
Endereço: Colônia Viçosa, Lote 01 A, Gleba Garça, Alto Madeira
Porto Velho (RO) - N° do SIM: 0008
Floresta, Porto Velho (RO)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO (SEMUR)**

SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO (SEMUR)

Administração da unidade

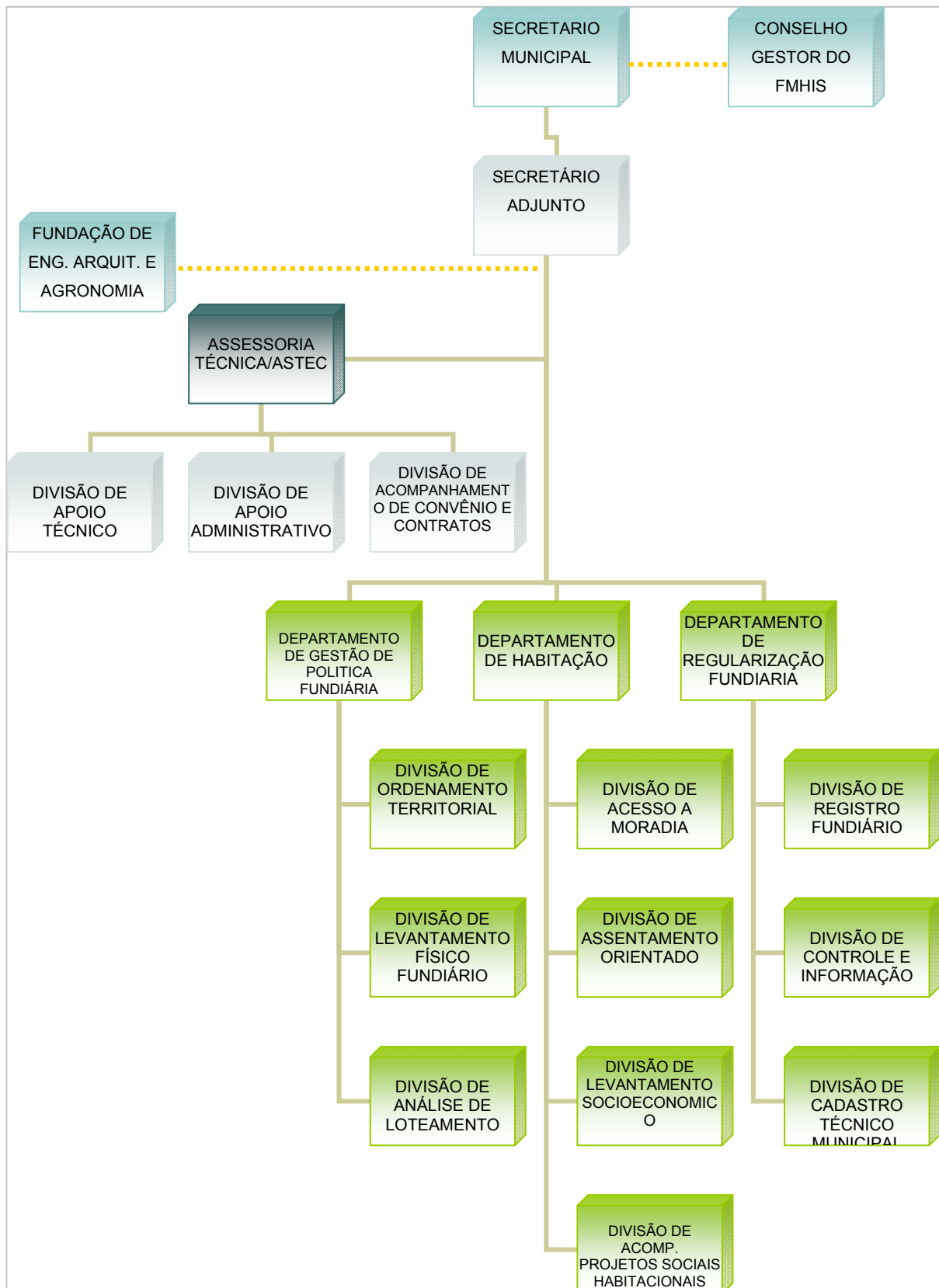
A Secretaria tem a finalidade de desempenhar as funções de articulação, planejamento, coordenação, e execução de políticas e programas para as áreas de Regularização Fundiária e Habitação, garantindo o acesso à moradia digna.

O quadro funcional da SEMUR atualmente é composto por 127 servidores, incluindo os Cargos Comissionados, com formação nas mais diversas áreas profissionais, tais como: engenharia, arquitetura, pedagogia, administração, economia, contabilidade, direito, processamento de dados, serviço social e psicologia; bem como ensino médio e outros que estão cursando ensino superior. Este crescimento, conforme ilustra a figura abaixo, proporcionou maior eficiência nas atividades, possibilitando o desenvolvimento da política de Regularização Fundiária e Habitação do Município de Porto Velho.

A SEMUR tem em sua estrutura três departamentos: de Gestão de Política Fundiária (DGPF), de Regularização Fundiária (DRF) e de Habitação (DHA), os quais atuam diretamente no processo de Regularização Fundiária de áreas passíveis de escrituração imediata pelo poder público, bem como onde existem conflitos sócio-jurídicos de titularidade privada ocupadas por população de baixa renda e áreas passíveis de projetos urbanísticos visando loteamentos públicos regulares, atuando diretamente na implementação da política municipal de habitação, onde se garante o direito à moradia digna a milhares de famílias.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Estrutura Operacional da SEMUR – 2010



Fonte: SEMUR.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

No que concerne a Gestão Patrimonial e de Pessoas os avanços foram significativos no ano de 2010; a formação em serviço foi possibilitada aos servidores através da participação em cursos, seminários, oficinas e conferências, inclusive em atividades de âmbito nacional, que proporcionaram a troca de experiências e aprimoramento profissional. Destes, destacamos os seguintes:

- Curso: Plano Local de Habitação de Interesse Social – Rio de Janeiro/RJ;
- Participação na 4ª conferência Nacional das Cidades – Brasília /DF;
- Seminário Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária: experiências, possibilidades e desafios – Curitiba/PR;
- Seminário Nacional: Projetos Sociais – Brasília/DF
- Seminário: Cadastro Multifinalitário – Campo Grande/ Mato Grosso do Sul;
- Conselho Municipal da Cidade de Porto Velho;

Além destes, proporcionou-se a participação dos servidores nos cursos promovidos pela FUNESCOLA, proporcionando um melhor preparo ao servidor na busca de aperfeiçoamento profissional visando à melhoria das atividades laborais.

No que tange a Gestão Patrimonial houve a ampliação do patrimônio municipal com a aquisição de equipamentos de informática, mobiliário para o setor de protocolo, manutenção e aquisição de veículo. Visando adequação setorial, bem como propiciar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento das atividades, valorizando assim os profissionais e melhorando o atendimento da população. Primou-se também pela conservação dos bens já existentes, através de serviços de manutenção preventiva e corretiva, evitando-se assim depreciação e prejuízos do patrimônio público.

Gestão de Políticas Públicas de Regularização Fundiária e Habitação

O programa de Gestão de Política Fundiária e Habitação trabalha de forma transversal e, além das demandas internas, é responsável pelo Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Por meio deste Programa foram realizadas diversas ações relacionadas à Regularização Fundiária de Ocupações Irregulares mais a Regularização Fundiária institucional.

A regularização institucional viabilizou várias ações e programas sociais, por meio de indenizações e desapropriações, tais como: prolongamento das ruas Farquar, Anari, 7 de Setembro e Pinheiro Machado, construção de Escolas, Unidades de Saúde, bem como, possibilitaram a implementação do Programa Lotes Urbanizados nos bairros Socialista e Teixeirão e Assentamento Airton Sena, e por fim doação de áreas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR destinadas à construção de Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida para as famílias de 0 a 3 salários.

Nas Regularizações Fundiárias de Ocupações Irregulares foram conclusos os processos de regularização dos seguintes bairros: Floresta, Tupy e Jardim Santana. Conforme demonstrativo da tabela abaixo, com o quantitativo de escrituras expedidas e do perfil das famílias beneficiárias.

Número de Lotes por Bairro Regularizados em 2010				
Bairro	Lotes Regularizados	Média de Moradores por UH	% Moradores Idosos	% Famílias Chefiadas por Mulheres
Floresta	676	3	10,2	50
Tupy	196	3,8	3,45	39
Jardim Santana	2.174	6	3,76	39
Total	3.046			

Fonte: ASTEC/SEMUR (2010).

É importante frisar que desde a criação da SEMUR aos dias atuais houve um aumento pela procura ao Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social.

Percebe-se ainda, um aumento significativo na procura por informações junto a SEMUR acerca da situação fundiária dos lotes, por parte do munícipe no momento da compra de imóveis para moradia, que antes eram adquiridos sem pesquisa sobre a situação jurídica do imóvel, bem como, dos programas habitacionais desenvolvidos pelo município.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ressalta-se ainda, que para a execução dos trabalhos da Regularização Fundiária, fez-se necessário o envolvimento da comunidade beneficiária que é sujeito ativo participativo e colaborativo, em todos os procedimentos, o que resulta no sucesso do Programa de Regularização Fundiária, sendo salutar a manutenção da regularidade fundiária e oportunidades dos munícipes ao acesso ao crédito imobiliário.

Entrega de Escritura



A tabela a seguir apresenta dados dos bairros regularizados e dos que estão em procedimento de regularização com recurso de convênio e contrapartida do município, bem como aqueles que contam recursos próprios.

Bairros Regularizados ou em Processo de Regularização				
Contrato	Ação	Bairro	Poligonal	Status
233.595-06/2007- Mcidade/ Caixa Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – Papel Passado Obs. Autorização por Excepcionalidade	Atividades de Regularização Fundiária	Vila Tupy.	196	Escrituras entregues em: 04.02.2010
		Marcos Freire	1562	Escrituras entregues em 07/02/09
		Calama	360	Em procedimento de Regularização
		Tucumanzal	475	Em procedimento de Regularização
		Areal -	1195	Em procedimento de Regularização
		Ronaldo Aragão	746	Escrituras entregues em 07/02/09
		Embratel	1500	Escrituras entregues em 30/06/08
		Agenor de Carvalho	1500	Em procedimento de Regularização
		Conceição	1420	Escrituras entregues em 29/03/08
		Eletronorte	208	Escrituras entregues em 01/10/09
		Loteamento Luiene (Areia Branca)	475	Em procedimento de Regularização
		JK	2.420	Escrituras entregues em 12/03/09
São João Batista		384	Escrituras entregues em 25/06/08	
192.658-8/2006 – Papel Passado		Tancredo Neves	2.467	Escrituras entregues em 31/03/07
		Ulisses Guimarães	1.560	Em procedimento de Regularização
241.595-71/08 – Papel Passado Recursos Próprios		Floresta	676	Escrituras entregues em: 26.07.2010
		Loteamento Espírito Santo	68	Escrituras entregues em 07/06/08
		Tiradentes	211	Escrituras entregues em: 15/03/08
		Caladinho	989	Escrituras entregues em: 24/11/07
		Paraíso	75	Em procedimento de Regularização
		Jardim Santana	2174	Escrituras entregues em: 15/12/2010
		Socialista	1000	Em procedimento de Regularização
		Fortaleza	700	Em procedimento de Regularização
		Total	22.361	

Fonte: ASTEC/SEMUR (2010).

Programa “USO CAMPEÃO”

Além dos procedimentos de Regularização Fundiária já adotados em diversos bairros, a Prefeitura de Porto Velho através da SEMUR implementou o programa Uso Campeão, que beneficiará, diretamente, cerca de 16 mil famílias que vivem em áreas privadas. O programa vai atender especificamente às famílias de baixa renda que morem há, pelo menos, cinco anos na mesma residência, mas não têm a propriedade do imóvel, e no ano de 2010 focou o atendimento aos seguintes bairros: Aponiã, Lagoa, Conceição e Cidade Nova, prestando atendimento nas instalações da SEMUR e nos Bairros.

- Atendimento do programa no Bairro Aponiã

Data: 7, 8 e 9 de janeiro de 2010.

Horário: dias 7 e 8 de janeiro das 9:00 às 12:00/14:00 às 18:00; dia 9 de janeiro das 9:00 às 12:00.

Total de famílias atendidas: mais de 800 famílias.

Local do atendimento: Escola Olavo Pires.

Atividade desenvolvida: orientação jurídica, informação dos documentos necessários e recebimento de cópias de documentos para análise e viabilidade para impetração de ação de usucapião.

Resultado: Após a reanálise dos documentos recebidos, foram viabilizadas 40 (quarenta petições), considerando documentos completos. No final de 2010, considerando a documentação completa, faltando apenas a assinatura das procurações dos requerentes, estão viabilizadas 480 petições.

- Atendimento do programa no Bairro Lagoa

Data: 13, 14, 15 e 16 de janeiro de 2010.

Horário: dias 14 e 15 de janeiro das 9:00 às 12:00/14:00 às 17:00; dia 16 de janeiro das 9:00 às 12:00.

Total de famílias atendidas: 58 famílias.

Local do atendimento: Igreja Nossa Senhora da Conceição

Atividade desenvolvida: orientação jurídica, conscientização e informação dos documentos necessários e recebimento de cópias de documentos para análise de viabilidade de ação de usucapião.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Resultado: trata-se de ocupação nova, ou seja, de menos de dez anos, em cuja área a maioria das ocupações ocorreu em áreas superiores a 250 m². Oportuno salientar, que em muitos casos já transcorre ação de usucapião e em outros, ação de reintegração de posse ou acordos de compra e venda com os proprietários por eles identificados. Assim, poucos foram os documentos recolhidos, ora por falta de comprovação de tempo de moradia ora porque os ocupantes não tinham documentos para comprovar a posse.

A equipe do Programa está pesquisando e analisando, via documentos do Cartório e SEMUR, a situação jurídica da área.

- Atendimento do programa no Bairro Conceição e Cidade Nova

Data: 26 e 27 de janeiro de 2010.

Horário: 8:00 às 12:00/14:00 às 17:00;

Total de famílias atendidas: 200 famílias.

Local do atendimento: comunidade nossa senhora da conceição

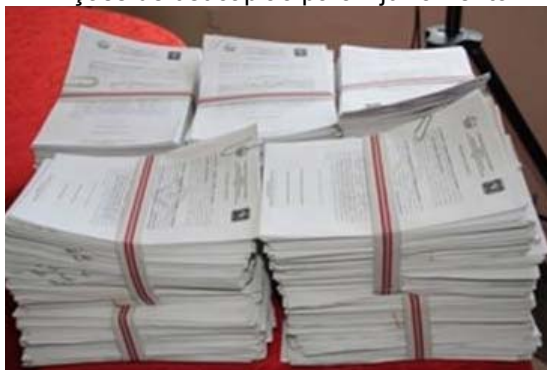
Atividade desenvolvida: orientação jurídica e informação dos documentos necessários e recebimento de cópias de documentos para análise de viabilidade de ação de usucapião.

Resultado: Neste bairro havia ocorrido a regularização fundiária mediante distribuição de escritura pública, consequentemente a procura maior foi para receber escritura. Porém, em alguns casos conseguimos informar e orientar sobre ação de usucapião.

Durante o ano de 2010 o programa Uso Campeão desenvolveu suas atividades com o atendimento ao público, analisando a regularidade de loteamentos, confeccionando as petições, participando dos assentamentos na equipe de “solução de conflitos”, analisando documentos cartorários e internos da SEMUR.

O atendimento ao público, no ano de 2010, aproxima-se ao número de 1.800 pessoas. Destaca-se que o objetivo principal traçado para o ano de 2010 foi encontrar uma solução jurídica capaz de viabilizar as ações de usucapião, do contrário o Programa perderia sua efetividade. Assim, após muitos debates e reuniões concretizou-se o convênio entre a Prefeitura e a Defensoria Pública do Estado no dia 13 de dezembro de 2010 Conclui-se, então, que o Programa Uso Campeão reinicia suas atividades com total legitimidade para atender, analisar, peticionar e protocolar as ações de usucapião.

Ações de usucapião para Ajuizamento



Programa Morar Melhor

No âmbito habitacional a Secretaria está atuando com 3 (três) grandes Programas do Ministério das Cidades:

- PRÓ-MORADIA - que oferece acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal preponderante de até R\$ 1.050,00;
- URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS - objetiva a realização de obras e serviços voltados à segurança, salubridade e habitabilidade das habitações, e ainda à regularização jurídico-formal de sua ocupação;
- FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FNHIS) nas modalidades:
 - a) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários que busca melhorar as condições de habitabilidade de populações residentes em assentamentos humanos precários, para a regularização fundiária e para a redução de riscos mediante sua urbanização, integrando-os ao tecido urbano da cidade;
 - b) Aquisição de Lotes Urbanizados – Esta modalidade visa a aquisição de parcelas legalmente definidas de uma área, em conformidade com as diretrizes de planejamento urbano municipal, dotadas de acesso por via pública e, no seu interior, de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

A tabela abaixo apresenta o endereço e o número de unidades habitacionais que estão em procedimento de licitação ou já estão sendo construídas. Ressalta-se que os contratos, no que tange às obras, estão sobre governabilidade da SEMPRE, logo após a criação da referida, sendo que esta SEMUR continua acompanhando cada um sistematicamente e executando o Projeto de Trabalho Técnico Social, bem como, posteriormente irá realizar o assentamento orientado das famílias beneficiárias.

Projetos Habitacionais de Interesse Social do Município de Porto Velho			
Contrato / modalidades	Projeto	Localização	Und. Hab
215.117-49/2006	Candelária I	Travessa Belizário Pena com Rio Machado – Bairro Triângulo	98
	Candelária II	Rua Nilton Azevedo com Soledade - Bairro Marcos Freire	25
	Candelária III	Rua Canoa com Cachoeira do Itapemirín – Bairro Marcos Freire	58
	Candelária IV	Rua Jacarandá / Rua Tucupi – Mariana	37
192.950-36/2006	Veredas I	Rua Raimundo Cantuária, Bairro Tiradentes	20
	Veredas II	Rua Mamoré com Amazonas – Bairro Escola de Polícia	25
	Veredas III	Rua Canoa com Cachoeira do Itapemirín , B. Marcos Freire	55
227.255-72	Cuniã I	Avenida José Vieira Caúla com Rua Ana Nery – Bairro Cuniã	176
	Cuniã II	Avenida José Vieira Caúla com Rua Andréia - Bairro Cuniã	192
227.254-67	Mato Grosso	Rua Raimundo Cantuária com Rua Getúlio Vargas – Bairro Mato Grosso	144
	Triângulo II	Estrada do santo Antônio - Bairro Triângulo	240
227.253-53	Floresta I	Rua Três e Meio – Bairro Floresta	160
	Floresta II	Rua Três e Meio – Bairro Floresta	144
233.593-88/07	FNHIS I	Setor 33 – Quadra 545 – Lote 656 - Bairro Socialista	56
233.597-24/07	FNHIS III	Setor 49, Quadra 115, 512 e 513 – Bairro Ronaldo Aragão.	57
233.594-92/07	FNHIS IV	Setor 33 – Quadra 513 – Lote 720 - Bairro Socialista	55
233.596-10/07	FNHIS V	Zona Leste – Bairros: Teixeira, Cascalheira (Flamboyant I e II, Mariana, Marcos Freire (Ailton Senna)	1.645
302.569-56/2009	FNHIS VII	Zona Leste – Bairro Socialista	85
238.671-40/07	Pró-Moradia Zona Leste I	Setor 34, Quadra 503, Vários Lotes - Bairro Socialista.	286
	Pró-Moradia Zona Leste II	Bairro Socialista	131
238.670-36/07	Pró-Moradia Zona Sul I	Setor 21, Quadra 999 - Bairro Floresta	212
	Pró-Moradia Zona Sul II	Estrada da Areia Branca, parte do It 35 e It 36 - Setor 28 - Bairro Novo Horizonte	112
238.670-36/07	Pró-Moradia Zona Norte	Setor 10, Quadra 005, Lote 412 - Bairro Industrial	48
Total de Unidades Habitacionais			4.061

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Em 2010 foram finalizados e entregues dois programas habitacionais para famílias moradoras de área de risco sendo estes: Projeto Veredas com 75 Unidades Habitacionais e 1 Empreendimento do Projeto Santa Bárbara com 240 Unidades Habitacionais, atendendo uma média de 1.200 pessoas beneficiárias, que deixam as áreas de risco e passam a morar em um local seguro sem risco de desmoronamento e alagações.

Projeto Santa Bárbara - Residencial



Triângulo Projeto Veredas



Lotes Urbanizados

Este programa tem como objetivo implementar no Município a produção ou aquisição de parcelas legalmente definidas de uma área, em conformidade com as diretrizes de planejamento urbano municipal, dotadas de acesso por via pública e, no seu interior, de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

No ano de 2010 realizou-se o assentamento orientado de 571 famílias nos seguintes loteamentos: Airton Senna (2ª etapa), Teixeira e Socialista destinado para a implementação da Política Municipal de Regularização Fundiária e Habitação de Interesse Social, para famílias de baixa renda, inscritas no programa de lotes urbanizados.

Assentamento Bairro Teixeira



Assentamento Bairro Socialista



Minha Casa Minha Vida

O município de Porto Velho aderiu ao programa Minha Casa Minha - MCMV Vida no ano de 2009, no com um seminário específico, que teve como objetivo discutir as formalidades do programa com a administração municipal quanto às normas e de como seriam feitas as inscrições.

Desde a adesão ao programa foram contratadas 1.202 unidades habitacionais, o prazo de execução das obras é de doze meses, e as primeiras unidades habitacionais já serão entregues no primeiro semestre de 2011, considerando a necessidade urgente de atender a demanda das famílias que se inscreveram através da internet.

A meta é contratar pelo menos mais 3.000 unidades habitacionais ainda este ano, para atender famílias com renda de até 3 salários mínimos. Isto foi possível a partir de uma ampla parceria entre a União, o Município de Porto Velho, a CAIXA e os empreendedores.

Para operacionalização do programa MCMV além da doação dos terrenos para construção dos empreendimentos, foram criadas a Lei nº 1.831, de 24.07.2009, que autoriza a doação de áreas de terras ao Fundo Arrendamento Residencial (FAR), executado pela Caixa Econômica Federal e a Lei Complementar nº 359, de 15.07.2009, que dispõe sobre os incentivos fiscais. Esta ação tem por objetivo contribuir para a redução do déficit habitacional e promover moradia digna para a população portovelhense.

As inscrições para o Programa Minha Casa Minha Vida foram realizadas pela internet, onde se inscreveram 34.601 famílias.

Residencial Cidade de Todos 3



Residencial Cidade de Todos 2



Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)

O Município de Porto Velho assinou com a União em 30 de Dezembro de 2009, Contrato de Repasse nº 302.870-15/2009/Ministério das Cidades/Caixa para apoio à elaboração de Plano Local de Habitação de Interesse Social.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS - de Porto Velho será um instrumento político-administrativo, destinado a promover o planejamento local das ações do setor habitacional, em todo o território do município, com foco na regularização fundiária de assentamentos informais e no enfrentamento da exclusão sócio-espacial, de forma a garantir: o direito à moradia digna e o acesso a terra urbanizada a segmentos sociais historicamente excluídos, a expressão dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social e a integração entre a política habitacional e a política de desenvolvimento urbano, com articulação dos três níveis de governo.

Neste contexto, foi realizado no dia 10 de dezembro de 2010 o I Fórum do Plano Local de Habitação de Interesse Social a qual foi definido pela comunidade a realização de 15 quinze Fóruns Setoriais que acontecerão em 5 (cinco) regiões diferentes sendo elas: a) Zona Centro Norte; b) Zona Leste; c) Zona Sul; d) Distrito: Baixo Madeira; e) Distrito: Eixo da BR. Em cada região será realizado 3 (três) fóruns para discutir as etapas do PLHIS conforme segue respectivamente: 1ª reunião – Levantamentos e criação do inventário de informações; 2ª reunião – Análise do Inventário e Diagnóstico do Setor Habitacional; 3ª reunião – Plano de Ação.

A realização dos fóruns setoriais é condição imperiosa para que se torne possível a participação popular na coleta e análise de dados, a cerca da problemática do setor habitacional, no município. Esta etapa está estabelecida no Guia de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS - para Estados e Municípios.

Pretende-se com a realização dos fóruns setoriais uma leitura participativa ou construção participativa do Diagnóstico. A leitura participativa pressupõe que as informações contidas na leitura técnica sejam consolidadas e sistematizadas para orientar as discussões, de maneira a estabelecer uma relação entre os levantamentos realizados e a vivência dos problemas cotidianos enfrentados pela população atingida, que é convidada a discutir seus conflitos e contribuir para o encaminhamento das soluções (objetivos e potencialidades).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

O Primeiro Fórum para a Divulgação das etapas necessárias a construção do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Porto Velho (PLHIS) Porto Velho contou com a presença de várias entidades locais dentre elas: a Caixa Econômica Federal; Subdefensoria Pública; Conselho Regional de Engenharia CREA, União Estadual de Luta por Moradia Popular, Conselho Municipal da Cidade de Porto Velho, representantes de vários bairros.

Fórum sobre o PLHIS



Apresentações Técnicas



Divisão dos Fóruns Setoriais Pré-pactuada com a comunidade



Setor 1 - Centro Norte (25 bairros)

- Aeroporto; Nacional; Costa e Silva; São Sebastião; Panair; Pedrinhas;
- São João Bosco; Liberdade; Arigolândia; Olaria; São Cristóvão; Caiari;
- Centro; KM1; N. S. das Graças; Baixa União;
- Mocambo; Santa Barbara; Areal; Mato Grosso;
- Roque; Tucumanzal; Tupy; Triângulo; Militar.



Setor 2 - Leste (30 bairros)

- Nova Esperança; Industrial; Embratel; Nova Porto Velho; Rio Madeira;
- Flodoaldo P. Pinto; Agenor M. de Carvalho; Lagoa; Aponiã; Igarapé;
- Cuniã; Tiradentes; Lagoinha; Três Marias; Planalto; Teixeira; Maringá;
- Esperança da Comunidade; Escola de Polícia; Pantanal; Tancredo Neves;
- Juscelino Kubitschek; Cascalheira; Socialista; Jardim Santana; Mariana;
- Cidade Jardim; Marcos Freire; Ulisses Guimarães; Ronaldo Aragão



Setor 3 - Sul (13 bairros)

- Floresta; Nova Floresta; Eldorado;
- Eletronorte; Conceição; Caladinho;
- Cohab; Castanheira; Aeroclube;
- Areia Branca; Novo Horizonte; Cidade do Lobo
- Cidade Nova.



Setor 4 - Distrito BR (7 distritos)

- Nova Califórnia; Extrema;
- Abunã; Fortaleza do Abunã;
- Jacy-Paraná; Mutum-Paraná;
- Vista Alegre do Abunã.



Setor 5 - Distrito Baixo Madeira (4 distritos)

- Calama;
- São Carlos;
- Nazaré;
- Demarcação.

As ações desenvolvidas pela SEMUR no âmbito da Regularização Fundiária e Habitação têm possibilitado a milhares de famílias a segurança da moradia, e isto só é possível, com vontade política, muito trabalho e recursos, a partir de um plano municipal pensado de forma planejada e com as mais diversas estratégias de mobilização da comunidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO (SEMTRAN)

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO (SEMTRAN)

Ordem	Ação (Projeto/Atividade)	Realização (Bens e Serviços)				Detalhamento da Ação(*)
		Unidade de Medida	Quantidade			
			2008	2009	2010	
01	Investimento em sinalização de trânsito	R\$	450.000,00	186.000,00	2.047.000,00	Sinalização vertical e horizontal na área urbana da cidade de Porto Velho com recurso próprio.
	Pintura amarela e branca em abrigos de ônibus	m²	813,93	/	1210	sinalização horizontal em Termoplasmática
	Pintura amarela e branca	m²	147,42	1.826,01	15.455,00	sinalização horizontal - divisória de fluxo, faixa de pedestre
	Placas de regulamentação	un	251	584	2.355	sinalização vertical - regulamentação, advertência e parada de ônibus
	Placas especiais	m²	10,00	9,00	458,00	sinalização vertical - regulamentação e advertência.
	Tartaruga	un	730	2.738	10.470	reductor de velocidade
	Taças	un	1.223	826	3.510	sinalização horizontal auxiliar
	Tachinhas	un	531	609	4.000	sinalização horizontal auxiliar
	Rampas	m²	52,00	/	600	tratamento de acessibilidade
	Lombadas	m²	2,00	43,20	675,00	reductor de velocidade
	Tabajaras	un	/	/	/	bloqueio de vias
02	Sistema de onda verde	un	1	/	6	Implantação do sistema de verde total na Av. Carlos Gomes, para maior mobilidade no trânsito
03	Sinalização toponímica	un	/	/	/	Placa com identificação das ruas.
04	Cruzamentos semaforizados	un	4	5	6	Rua União c/ Plácido de Castro, Vieira Caúla c/ Daniela, Mamoré c/ Benedito Inocêncio, Rua Miguel Calmon c/Rua Algodoeiro , Pau Ferro c/Anari
05	Manutenção semafórica.	%	100	100	100	Manutenção diária dos semáforos implantados na cidade de Porto Velho.
06	serviço de atendimento ao Público	atendimento	12.378	12.820	15.379	Contribuintes atendidos pelo gabinete / SEMTRAN e Departamentos
07	Serviço de atendimento ao usuário.	atendimento	853	1.952	976	serviço de atendimento da 7 às 19 horas de segunda a sexta-feira através do telefone 0800-6475100.
08	Passageiros transportados no sistema de transporte coletivo.	un	30.458.299			Passageiros atendidos no sistema de transporte coletivo de Porto Velho.
09	Integrações realizadas	un	1.493.234			integrações realizadas através do sistema Leva Eu.
10	Licitação do Terminal Rodoviário.	un	Não há levantamento	/		Licitação prevista para 17 de dezembro de 2007- suspensão para análise do Tribunal de Contas do Estado..
11	Sinalização toponímica	un	Não há levantamento			Placa com identificação das ruas.
12	Cruzamentos semaforizados	un	5			Ordenamento do trânsito./ EM 2007: Av. Rio Madeira c/Pinheiro Machado, Rio c/ madeira c/ Rua Barbados, Av. Alexandre Guimarães c/ Guaporé, Alexandre Guimarães c/ Mamoré e Av Amazonas c/ Venezuela
13	Autos de infração aplicados	un	1.105	3.035	3.035	Autos de infração aplicados no Município de Poro Velho
14	Ciclomotores Emplacados	un	36	45	45	Ciclomotores emplacados no Município de Porto
15	Bicicletas emplacadas	un	6.850	5.160	5.160	Bicicletas emplacadas
16	Contingente de Fiscalização de Trânsito	un	8	8		Contingente disponível para os serviços executados em 2008 a 2010

Continua

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ordem	Ação (Projeto/Atividade)	Realização (Bens e Serviços)				Conclusão
		Unidade de Medida	Quantidade			Detalhamento da Ação(*)
			2008	2009	2010	
17	Educação para o trânsito	aluno	1.500	2500	2500	alunos atendido com educação para o trânsito
18	Acidente no Trânsito	un	5.192	6.331	7.842	Acidentes no trânsito
19	Mortes no Trânsito	un	124	86	99	Mortes no trânsito
20	Blitz Educativas	un	2	14	60	Blitz realizadas
21	Palestras de Educação p/ o trânsito	un	0	10	30	Palestras nas Escolas de Educação para o Trânsito
22	Passageiros transportados no sistema de transporte coletivo.	un	30.458.299	28.820.950	28.820.950	Passageiros atendidos no sistema de transporte coletivo de Porto Velho.
23	Passageiros transportados no sistema de transporte coletivo.	un	30.458.299			Passageiros atendidos no sistema de transporte coletivo de Porto Velho.
24	Integrações realizadas	un	1.493.234	1.608.294	1.608.294	integrações realizadas através do sistema Leva Eu.
25	Ampliação da Frota	ônibus		20	0	Ampliação da Frota de ônibus
26	Renovação da frota	ônibus	18	22	0	Ônibus adquiridos com recursos das empresas de ônibus/Percentual atual 19 veículos.
27	Deficientes Transportados Gratuitamente 100%	un	1.264.028	1.351.053	1.351.053	Deficientes atendidos no sistema de transporte coletivo gratuitamente
28	Idosos Transportados Gratuitamente 100%	un	1.799.945	1.755.829	1.630.433	Idosos atendidos no sistema de transporte coletivo gratuitamente
29	Estudantes transportados Gratuitamente 50%	un	6.510.508	6.030.307	5.878.560	Estudantes atendidos no sistema de transporte coletivo meia gratuidade
30	Ampliação de Concessão de Táxi Urbano	un	58	/	/	Atualmente são 750 concessões para o serviço de táxi.
31	Ampliação da frota de Táxi Distritos	Táxi	/	65	72	Ampliação de Concessão nos Distritos
32	Implantação de abrigos de ônibus.	abrigo	53	0	50	Implantação de abrigo de ônibus para os usuários do sistema de transporte de passageiros de Porto Velho com recurso Federal e Sindicato das empresas de transportes - SET, e em 2007 com recursos da CEF e Prefeitura Municipal
33	Ônibus adaptados	un	10	52	0	Ônibus adaptados
34	Contingente de Fiscalização de Transportes	un	13	13	13	Contingente disponível
35	Investimento para Construção do Porto Hidroviário	R\$	/	10.849.261,00	13.214.743,77	Construção do Complexo Hidroviário (em execução) - setor 03- quadra 072- lote 400-área 34.807,78 m²- perímetro 828,17 m², baixa união - PVH/RO
36	Cadastro do fluxo fluvial	un	/	43	50	Cadastro do fluxo no Porto Hidroviário
37	Cadastro de instalações terrestres na área Portuária	un	/	29	29	Cadastro de Instalações terrestres
38	Implantação do serviço de moto-táxi	un	0	0	574	Execução do transportes regular individual de passageiros

GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO (GP)

Introdução

O Gabinete do Prefeito tem a responsabilidade de promover o elo entre o Prefeito e as Secretarias Municipais, definindo e implantando diretrizes para uma gestão participativa voltada ao interesse público.

Durante o exercício de 2010, cumprimos a missão de realizar e coordenar ações em benefício da comunidade, bem como, acompanhar a marcha das providências determinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, garantindo harmonicamente o alcance das metas estabelecidas.

No cumprimento de tal incumbência, organizamos e coordenamos com eficiência eventos importantes e marcantes para a história de Porto Velho.

Nesse processo obtivemos excelentes resultados, fruto da parceria construída democraticamente com todas as Secretarias Municipais e colaboradores.

Para melhor análise, destacamos as principais ações e atividades desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2010.

- Em janeiro: 14/01, assinatura do decreto de regulamentação do serviço de mototáxi no Município de Porto Velho, atividade coordenada pelo Gabinete do Prefeito com o apoio da Secretaria Municipal de Trânsito.

A solenidade reuniu centenas de mototaxistas representantes de várias cooperativas e associações da categoria, secretários municipais, vereadores e outras autoridades no gabinete do prefeito.

Em 15/01, aula inaugural dos agentes de trânsito, atividade Coordenada pelo Gabinete do Prefeito com o apoio da Secretaria Municipal de Trânsito.



- Em fevereiro: 26/02, lançamento do novo site e política de comunicação da Prefeitura de Porto Velho, atividade realizada pelo Gabinete do Prefeito. A principal novidade é a aba “Fale Com o Prefeito”, que representa um ponto de contato direto, e inédito, na gestão municipal da Capital entre o prefeito e a população. A aba foi criada por sugestão do próprio prefeito que quer ampliar o acesso do público com sua administração.



- Em março: 25/03, assinatura da Ordem de Serviço para Construção da Ponte sobre o rio Madeira, atividade realizada pelo Gabinete do Prefeito. Em 26/03, reunião com servidores municipais para esclarecer a transposição, atividade realizada pelo Gabinete do Prefeito. Em 27/03, lançamento do Projeto Gol - Geração Olímpica, realizada pelo Gabinete do Prefeito com o apoio da Secretaria Municipal de Esportes.



- Em abril: 11/04, realizamos e coordenamos a Tenda da Cidadania no distrito de Jacy-Paraná.

Cerca de três mil pessoas foram atendidas com os serviços ofertados pelo programa “Tenda da Cidadania”, no Distrito de Jacy-Paraná - distante cerca de 80 quilômetros da capital, na Escola Municipal Cora Coralina. Idealizado e coordenado pela primeira-dama do município, Lucilene Peixoto, o programa é uma ação social que leva às comunidades dos distritos serviços na área de lazer, educação, saúde, entretenimento, cultura, expedição de documentos e orientação sobre vários assuntos como meio ambiente e prevenção à doenças.

Em 18/04, inauguração do Mercado Central, atividade coordenada pelo Gabinete do Prefeito com apoio das Secretarias Municipais.

Coordenamos uma força tarefa para inauguração do histórico Mercado Central de Porto Velho que foi reaberto depois de uma completa reformulação e contou com grande participação popular.



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Em 27/04, assentamento orientado no bairro Teixeira, ação coordenada pelo Gabinete do Prefeito em parceria com a Secretaria Municipal de Habitação e com o apoio de todas as Secretarias Municipais.

O loteamento denominado Teixeira, pertence ao município e foi destinado ao programa Assentamento Orientado desenvolvido pela prefeitura de Porto Velho. É o segundo loteamento criado pelo prefeito Roberto Sobrinho através do programa.

- Em maio: 07/05, inauguração do Centro Administrativo e Praça em Jacy-Paraná, atividade Realizada e Coordenada pelo Gabinete do Prefeito. Inauguramos a sede da administração e a primeira praça do distrito. Um novo aspecto para a pequena vila de aproximadamente 15 mil habitantes, localizada a 90 quilômetros do distrito sede da Capital.



26/05 – Realizamos e Coordenamos o Dia do Desafio: Porto Velho vence mais uma competição

Cerca de 39% da população de Porto Velho participou do Dia do Desafio mobilizado pela Prefeitura de Porto Velho. A data marca a campanha mundial de incentivo à prática regular de atividade física em benefício da saúde e bem-estar.



Um dos locais de concentração popular foi a avenida Dom Pedro II, em frente à prefeitura onde mais de mil pessoas participaram das aulas de ginásticas, dança e de alongamento, ministradas por instrutores de um palco montada na lateral da via. Mas houve atividades em diversos pontos da cidade durante o dia todo.

Em 27/05, lançamento do pacote de obras de verão, “Porto Velho mais limpa pra você, mais linda pra todos.”, atividade realizada e coordenada pelo Gabinete do Prefeito.

- Em junho: 07/06, realizamos e Coordenamos em parceria com a SEMTRAN a entrega de 574 certificados de classificação no processo seletivo do serviço de mototáxi, regulamentando o primeiro serviço de mototáxi do País

Porto Velho é a primeira capital brasileira a regulamentar o serviço de mototáxi depois da sanção da lei reconhece essa modalidade de transporte urbano como profissão. O prefeito Roberto Sobrinho fez a entrega dos certificados com a autorização para a exploração do serviço na capital.



Em 15/06, realizamos e coordenamos em parceria com a Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais, a Inauguração da abertura da Avenida 7 de Setembro, mais uma ação para melhorar o trânsito da capital

Na ocasião o prefeito Roberto Sobrinho inaugurou o trecho urbanizado da avenida 7 de Setembro, no Centro de Porto Velho. Nessa primeira etapa da obra, foi feita a pavimentação de mais de 800 metros da via entre as ruas Jorge Teixeira e a Rio Madeira. Além do asfaltamento, também foram construídos calçadas e meio-fio nas duas laterais da avenida. A obra que teve o custo de R\$ 4,5 milhões foi financiada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e contrapartida da prefeitura da capital.

Em 23/06, coordenamos o Assentamento de Famílias no bairro Socialista, em parceria com a SEMUR, e demais Secretarias Municipais.

Em 29/06, apresentação dos novos agentes de trânsito e ações de políticas de trânsito, atividade coordenada pelo Gabinete do Prefeito, em parceria com a Secretaria Municipal de Trânsito.



O prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho, apresentou as Ações Políticas de Trânsito para o município 2010/11, e os 56 novos agentes de trânsito que foram recém-contratados através de concurso e capacitados para trabalharem nas ruas do município.

- Em julho: 09/07, assinatura da ordem de serviço de obras de asfalto na Vila Tupy, atividade coordenada pelo Gabinete do Prefeito.

Em 10/07, inauguração das unidades de saúde de Rio das Garças, Aliança e São Carlos, atividades coordenadas pelo Gabinete em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Em 21/07, apresentação da FAPRE – Faculdade da Prefeitura – Ação coordenada pelo Gabinete do Prefeito, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Fazenda. A Faculdade de Porto Velho trata-se de um programa



da Prefeitura de Porto Velho que dará oportunidade para estudantes de famílias com renda menor de dois salários mínimos de ingressar em faculdades particulares estabelecidas na Capital, às quais será concedida redução da alíquota do ISSQN.

Em 29/07, agenda nos distritos de Nova Mutum Abunã e Jacy para anunciar obras e ações da Prefeitura.

- Em agosto: 18/08, lançamento do projeto Nós na Prevenção – Campanha de prevenção de drogas, coordenado pelo Gabinete do Prefeito, e desenvolvido pela Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas de Juventude.



Programa lançado pela Prefeitura de Porto Velho na prevenção de Drogas nas Escolas. O Projeto foi desenvolvido pela Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas de Juventude de Porto Velho (CMPPJ), alinhado com a Política Nacional Sobre Drogas (PNAD).

Em 20/08, abertura do encontro Municipal que lançou em Porto Velho a Campanha Homens unidos pelo fim da violência contra a Mulher – Evento Coordenado pelo Gabinete do Prefeito com o apoio da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres.

Em 30/08, reunião para implantação do polo moveleiro em Porto Velho – Ação Coordenada pelo Gabinete do Prefeito

Sob a coordenação do prefeito Roberto Sobrinho, foi dado o pontapé inicial para a criação do Comitê Gestor do Polo Moveleiro de Porto Velho. O colegiado ficará responsável para agilizar o processo de instalação do polo industrial idealizado pelo prefeito, que atuará como uma alternativa econômica na geração de emprego e renda para suprir o desaquecimento com a conclusão das hidrelétricas do rio Madeira (Santo Antônio e Jirau).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

A implantação do polo foi o assunto principal do fórum “Organizando o Polo Industrial Moveleiro de Porto Velho”, realizado pela prefeitura no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero), com os empresários dos setores madeireiro e moveleiro da capital.



Em 31/08, realização do 1º Seminário Municipal sobre a Saúde dos homens - Ação coordenada pelo Gabinete do Prefeito, com apoio da Secretaria Municipal de Saúde.



- Em setembro: 10/09, apresentação do balanço das ações da Prefeitura junto ao Ministério Público.

Em 30/09, solenidade de assinaturas de Ordens de Serviços para construção de três UPAS - Unidades de Pronto Atendimento, atividade coordenada pelo Gabinete do Prefeito em parceria com a Secretaria de Saúde.

- Em outubro: 20/10, inauguração da ponte sobre o rio Candeias com a presença do Ministro dos Transportes, Dr. Paulo Sérgio, atividade realizada e coordenada pelo Gabinete do Prefeito.
- Em novembro: 12/10 a 13/10, inaugurações e assinaturas de ordens de serviços nos Distritos: Nova Califórnia, Extrema, Vista Alegre, Fortaleza do Abunã coordenada pelo Gabinete, com apoio das secretarias de Educação, Esporte e saúde.

Em 26/11, Inauguração da continuação da avenida Farquar, interligando o bairro Nacional ao Centro da cidade, evento coordenado pelo Gabinete do Prefeito.

A prefeitura de Porto Velho, através da secretaria municipal de Obras concluiu as obras de pavimentação da Avenida Farquar, ligando definitivamente o centro da cidade com o bairro Nacional. Os 875 metros de pista estão totalmente sinalizados pela secretaria municipal de Transportes e Trânsito.

Em 27 e 28/11, realização da Tenda da Cidadania em Rio Pardo, atividade coordenada pelo Gabinete, com apoio das Secretarias Municipais e parceiros.

A prefeitura de Porto Velho levou mais uma edição da Tenda da Cidadania para os moradores do interior do município. Desta vez foi prestigiada a comunidade de Rio Pardo, distante cerca de 150 quilômetros da capital, sentido distrito de Jacy-Paraná.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Em dezembro: 05/12, inauguração da primeira etapa do Complexo Madeira Mamoré, evento Coordenado pelo Gabinete do Prefeito com apoio das Secretarias Municipais.



Em 12/12, a Prefeitura de Porto Velho celebra o Natal com a população de Porto Velho na realização da Cantata de Natalina realizada e coordenada pelo Gabinete do Prefeito

Em 19/12, chegada do Papai Noel, atividade que reúne milhares de pessoas na zona leste da capital com distribuição de brinquedos, o evento é realizado e coordenado pelo Gabinete do Prefeito e faz parte da 7ª edição do Projeto Natal de Todos.



Em 20/12, realização da Operação Sai d'água, com a entrega de 240 unidades habitacionais as pessoas que moravam em área de risco no bairro triângulo e Baixa União, na margem do rio Madeira foram transferidas para apartamentos novos, construídos e doados pela Prefeitura.

Operação coordenada pelo Gabinete do Prefeito, em parceria com a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, com o apoio de várias Secretarias Municipais.



Departamento de Assuntos do Interior (DAI)

- Tenda da Cidadania nos Distritos: Participamos das Tendas da Cidadania nos distritos de Jaci-Paraná e Rio Pardo, auxiliando na organização do evento e atendimento a população.
- Instalação de Telefone nos Distritos: A população de Porto Velho também pode telefonar para as sedes, caso precise de alguma informação. Os números são os seguintes: Administração de Abunã (3234-1132), Administração de Fortaleza do Abunã (3236-1131), Administração de Jacy-Paraná (3236-7218), Administração de Nova Califórnia (3237-1010), Administração de São Carlos (3234-1132).
- Visita e lançamento do pacote de obras na ponta do abunã.
- Corrida de voadeira, dia do desafio, interdistrital de futebol, entrega de uniformes aos garís.
- Participação no Conselho Municipal de Saúde: Com o tema "Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública e Patrimônio do Povo Brasileiro", participação da XVI Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, no período de 16 a 18 de novembro de 2010.



Realização:

- Expedientes solicitados pelos administradores (ofícios, memorandos, requerimentos, contra cheques, declarações, certidões negativas);
- Arquivamento de todos os expedientes;
- Aproximação dos Administradores e intermediação de algumas demandas junto aos Secretários e ao gabinete;
- Acompanhamento das ações desenvolvidas nos distritos;
- Acompanhamento, orientação e auxílio na prestação de contas os suprimento de fundos;
- Apoios nas atividades culturais com divulgação através de cartaz aos eventos religiosos, esportivos e culturais;
- Apoio no transporte da quota mensal de combustível, aos distritos do Baixo Madeira, através dos veículos da Defesa Civil.
- Apoio aos demais setores do gabinete sempre que solicitado;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Realização de Reunião mensalmente com os Administradores;
- Acompanhamento da equipe do Prefeito com mobilização antecipada junto às administrações distritais visitadas;
- Confraternização departamento de Assuntos do Interior (DAI).

Conquistas importantes:

- Automóvel: Fiat UNO para Jaci-Paraná e Abunã; combustível recebido nos distritos da BR; melhoria na estruturação (pintura, central de ar, computador).

Conclusão:

Este relatório demonstra que é possível alcançar resultados altamente positivos que refletem melhorias na qualidade de vida de uma sociedade. Demonstra que com as parcerias consociadas internamente (a transversalidade das ações nas Secretarias) e sociedade, é possível resgatar e transformar qualitativamente a vida das pessoas que já estavam sem expectativa de sonhar; que na maioria das vezes são a porta de entrada para uma vida feliz e que garante o desenvolvimento da cidadania.

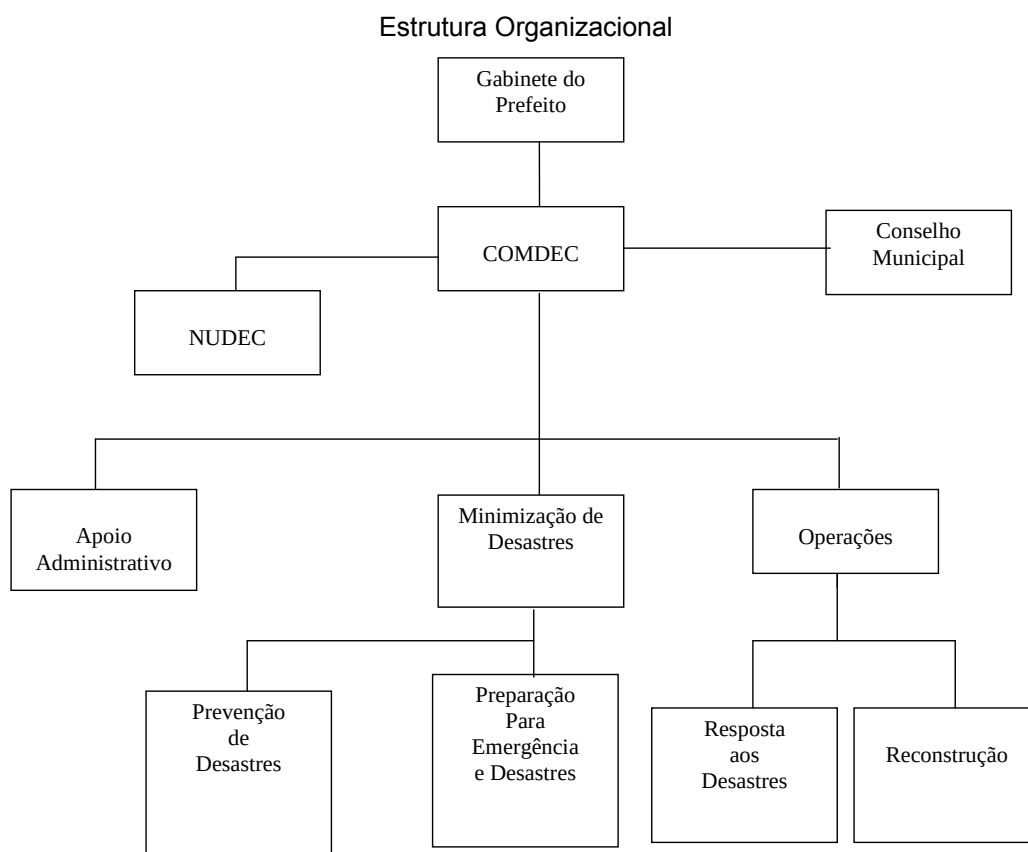
Coordenadoria Municipal de Defesa Civil

A Defesa Civil é o conjunto de ações preventivas de socorro, assistências e recuperativas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade.

No mundo, as primeiras ações dirigidas para a defesa da população foram realizadas nos países envolvidos com a Segunda Guerra Mundial. O primeiro país a preocupar-se com a segurança de sua população foi à Inglaterra que após os ataques sofridos entre 1940 e 1941, quando foram lançados milhares de bombas sobre as principais cidades e centros industriais ingleses, causando inúmeras perdas de vida na população civil, institui a civil defense (Defesa Civil). Hoje, em todo o mundo, a Defesa Civil se organiza em sistemas abertos com a participação dos governos locais e da população no desencadeamento das ações preventivas e de resposta aos desastres.

Histórico da COMDEC - PVH

Através da lei complementar nº 251, de 26 de dezembro de 2005, foi criada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) do município de Porto Velho, a qual fica diretamente subordinada ao Senhor Prefeito Municipal ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, toda a ação de Defesa Civil, no período de normalidade e anormalidade.



Atividades realizadas pela COMDEC no ano de 2010

- Elaboração do Plano de Inverno ano 2010: no mês de dezembro de 2010 o prefeito municipal senhor Eduardo Roberto Sobrinho reuniu-se com a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e Secretários Municipais para a elaboração do Plano de Inverno ano 2010, que nortearia todos os procedimentos a serem tomados por ocasião da enchente gradual do Rio Madeira no ano de 2010, com o objetivo de atuar de forma preventiva e planejada, para minimizar os danos causados pelas chuvas no município de Porto Velho.

- Levantamento das Áreas de Riscos: no ano de 2010 foram levantadas às áreas de riscos dos bairros Baixa União, Cai N'água, Milagres, São Sebastião I e II. Foram constituídos os Núcleos de Defesa Civil nos bairros especificados.



- Levantamento de áreas de riscos nos Distritos e Comunidades.

O município de Porto Velho apresenta uma característica muito peculiar em relação a outros municípios da Federação, por possuir uma população rural localizada a grandes distâncias do centro urbano, aproximadamente 350 km no eixo da BR 364, ligando a este fato a peculiaridade de que algumas comunidades localizadas às margens do rio Madeira e do rio Machado, somente podem ser alcançadas através de barcos.

Criação dos Núcleos de Defesa Civil nos Distritos e Comunidades:

- 1º NUDEC – Distrito de São Carlos
- 2º NUDEC – Distrito de Nazaré
- 3º NUDEC – Distrito de Calama
- 4º NUDEC – Distrito de Demarcação
- 5º NUDEC – Distrito Cujubim Grande
- 6º NUDEC – Jaci Paraná
- 7º NUDEC – Mutum Paraná
- 8º NUDEC – Abunã
- 9º NUDEC – Fortaleza do Abunã
- 10º NUDEC – Vista Alegre do Abunã
- 11º NUDEC – Extrema
- 12º NUDEC – Nova Califórnia
- 13º NUDEC – União Bandeirantes
- 14º NUDEC – Bairros: Baixa União e Triângulo
- 15º NUDEC – Bairros: Nacional e Parnair
- 16º NUDEC – Bairros: São Sebastião I e II
- Constituição de mais 10 Núcleos de Defesa Civil na área urbana de Porto Velho.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ação de assistência e socorro efetuado pelos integrantes da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e pela Equipe Proteger da Secretaria Municipal de Assistência Social.



Realização de Vistorias Técnicas: No ano de 2010 a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil realizou cento e vinte e seis vistorias técnicas, com a finalidade de atendimento de solicitações da população do município de Porto Velho.

Os relatórios de vistorias foram encaminhados para as Secretarias Municipais para que fossem adotadas as medidas necessárias.



Vistoria realizada na Comunidade de São Miguel na Escola Municipal de Ensino Fundamental Irmã Helena Falcão. (Conclusão da Vistoria Realiza: Para que os alunos e professores tenham condições dignas de estudo e trabalho se faz necessário a construção de uma nova escola, a canalização do poço artesiano e a aquisição de uma bomba para que atenda a demanda de consumo da escola e do posto de saúde que fica nas proximidades, a construção de um abrigo em alvenaria com cobertura em laje e portas de ferro em grade para acondicionamento de um motor gerador e a construção de um abrigo para acondicionamento de uma bomba).

Cadastramento e atendimento odontológico de População Ribeirinha: a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil do Município de Porto Velho, em parceria com o Núcleo de Defesa Civil da Comunidade de Niteroi e de Acadêmicos de Odontologia, iniciou na Comunidade de São Miguel no Médio Madeira o Projeto denominado SOS RIBEIRINHO, que tem por finalidade realizar o levantamento da população ribeirinha com a possibilidade de serem atingidas pela cheia gradual do Rio Madeira e realizar o atendimento médico odontológico à população carente do Município.

- Atendimento a população ribeirinha da Comunidade de São Miguel. (128 atendimentos realizados).



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Agentes de Defesa Civil realizando o cadastramento da população ribeirinha da Comunidade de São Miguel (272 pessoas cadastradas).
 - Realização de vistoria técnica no Distrito de Calama em consequência do processo de erosão em evolução no distrito: Realização de vistoria técnica; Recebimento de Laudo técnico do Bombeiro; Encaminhamento de documentação para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para Providencias Junto ao Ministério de Integração Nacional.
- 
- Força Tarefa da Prefeitura Municipal de Porto Velho, com o intuito de conscientizar os moradores que se encontra em área de riscos nos diversos bairros de nossa capital com 300 famílias alcançadas.
 - Remoção de desabrigados pela Defesa Civil Municipal.
 - Plano de Ação Imediata de Combate as Queimadas: em cumprimento ao Plano de Ação imediata de Porto Velho, esta Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Agricultura e Departamento de Assuntos do Interior, deslocaram-se para os Distritos de União Bandeirantes e Rio Pardo, com o objetivo de realizar reunião com a população e agricultores, visando à conscientização da população quanto ao procedimento de não queimar, tendo em vista os sérios problemas de saúde que tem provocado na população do Município.
 - Operação de apoio a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária: em atenção à solicitação da Secretaria Municipal de regularização Fundiária, esta Coordenadoria Municipal de Defesa Civil no dia 21/01/2010 compareceu na Rua Amarelo Mangas Conjunto Veredas I para acompanhamento da operação de Reintegração de Posse do Conjunto habitacional Veredas I, ocupado irregularmente por 20 (vinte) Famílias. Por determinação judicial 08 (oito) famílias não tendo para onde ir, foram alojadas provisoriamente no Ginásio Eduardo lima e Silva.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Operação de apoio a Secretaria Municipal de Assistência Social: em atenção à solicitação de apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), esta Coordenadoria de Municipal de Defesa Civil – COMDEC esteve presente na ação do PROJETO PROTEGER, para atendimento e acompanhamento às famílias vítimas da enchente do rio.
- Operação de apoio a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer: em atenção à solicitação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEMES, através do Ofício nº 93/ASSEX/SEMES, de 15 de setembro de 2010, esta Coordenadoria de Municipal de Defesa Civil – COMDEC, se fez presente na 5ª CORRIDA DE VOADEIRA 2010, realizada no Porto Cai n Água.
- Teste da lancha recebida do Consórcio Santo Antônio Energia: a equipe de Operação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil realizou no dia 27.09.2010 um teste na embarcação doada pelo consórcio Santo Antônio Energia, a embarcação não apresentou nenhuma irregularidade durante quarenta minutos de teste, a mesma correspondeu em todos os sistemas normais, velocímetro, marcador de combustível, bomba de porão, luzes de navegação, parte elétrica, bateria e todos os comandos perfeitos.
- Operação de apoio a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária: ocupação das unidades habitacionais do Projeto Santa Bárbara.

Junta de Serviço Militar

- Tenda da Cidadania no distrito de Jacy-Paraná: A Junta de Serviço Militar 018, como Órgão Alistador (AO) e integrante do Gabinete do Prefeito de Porto Velho, participou do evento na realização do alistamento militar para os cidadãos da Classe de 1992 e entrega da Declaração de Desobrigado aos cidadãos maiores de 45 anos, além de prestar esclarecimentos sobre as demais atividades de Serviço Militar realizadas pela JSM 018 em Porto Velho.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Participantes (equipe de atendimento): coordenador: 2º Ten Ardohaim; Secretário da JSM 018: Sr Julio Mercado (Servidor Municipal); Auxiliares: 04 Servidores Municipais da JSM-018 (Rodrigo; Marcelo; Francisca e Márcia).

Dados numéricos de atendimentos: alistamentos de cidadãos da classe de 1992 igual a 32; atestado de Desobrigado 5; informações/orientações p/ cidadãos de outras classes.

Conclusão: atendimento aos cidadãos que procuraram o Posto Avançado da Junta de Serviço Militar 018, ocorreu da melhor maneira possível, sendo atingido os objetivos previstos, dentro das limitações impostas pela natureza do evento.

- Solenidade de compromisso à Bandeira e entrega de CDI: no dia 09 de julho de 2010, entre 09:00 e 10:30 horas, foi realizada no pátio de formaturas da 31ª CSM, a solenidade de compromisso à Bandeira Nacional e entrega dos Certificados de Dispensa de Incorporação aos jovens da classe de 1992 e anteriores, alistados no município de Porto Velho e dispensados do serviço militar inicial.

Participantes: previstos 350 cidadãos, compareceram 225.

Autoridades Presentes: Ten Cel Gilson Geordane – Chefe da 31ª CSM; Wilson Correia da Silva – Secretário Municipal da Fazenda e Julio Mercado Freitas Filho – Secretário da JSM 018.

Conclusão: a solenidade transcorreu conforme o cronograma estabelecido, e logo após o encerramento da cerimônia, todos os “compromitentes” receberam o Certificado de Dispensa de Incorporação.

- Solicitação de apoio por órgão do Ministério Público Estadual: a Junta de Serviço Militar 018, como Órgão Alistador (AO) e integrante do Gabinete do Prefeito de Porto Velho, deslocou-se em 23/07/10 para o Distrito de Jacy-Paraná, para realizar atividades de Serviço Militar (alistamento, entrega de Atestado de Desobrigado, regularização de refratários e maiores de 30 anos), permanecendo no local até às 15:00h do dia 25/07/10, em atenção à solicitação realizada pela Promotoria de Justiça da Cidadania do Ministério Público Estadual (Ofício nº 0420/8ª PJ-DCDH/MP/RO, de 02/06/10, e autorizada pelo Prefeito Municipal de Porto Velho (Presidente da Junta de Serviço Militar 018).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Participantes (equipe de atendimento): coordenador 1º Ten Ardohaim (Delegado da 1ª Delegacia de Serviço Militar/31ª CSM); Secretário da JSM 018: Sr Julio Mercado (Servidor Municipal); Auxiliares: 04 Servidores Municipais da JSM-018 (Marcelo; Francisca; Márcia e Leomar).

Dados numéricos de atendimentos: alistamentos diversas classes = 21 (vinte e um); atestado de Desobrigado = 04 (quatro); informações/orientações p/ aquisição de 1ª e 2ª via de Certificados = +/- 34 (trinta e quatro).

Conclusão: todos os cidadãos que procuraram o Posto Avançado da JSM 018 foram atendidos e tiveram sua situação militar regularizada.

- ACISO da Operação CURARE IV - 17ª Bda Inf SI: a Junta de Serviço Militar 018, como Órgão Alistador (AO) e integrante do Gabinete do Prefeito de Porto Velho, atendendo uma solicitação do Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva (Cmdo 17ª Bda Inf SI), realizado através da 1ª Delegacia de Serviço Militar, para apoio em conjunto com as ações cívico-sociais da Operação CURARE IV/2010, deslocou-se para os Distritos de Nova Califórnia e Extrema para realizar atividades de Serviço Militar (Alistamento, entrega do Atestado de Desobrigado e do Certificado de Dispensa de Incorporação).

Participantes (equipe de atendimento): coordenador: 1º Ten Ardohaim (Delegado da 1ª Delegacia de Serviço Militar/31ª CSM); Secretário da JSM 018: Sr Julio Mercado (Servidor Municipal); Auxiliares: 03 Servidores Municipais da JSM-018 (Marcelo; Idalécio e Liomar).

Apoio na preparação e execução das atividades: em Porto Velho o Prefeito Municipal, através da Chefia de Gabinete – Sra. Miriam Saldaña Peres, na autorização para o deslocamento de servidores municipais da JSM 018; Coordenador da Defesa Civil – Coronel PM Reinaldo Raimundo da Silva, na liberação de um veículo da COMDEC, com motorista; em Nova Califórnia: Administradora Distrital – Sra. Cleusa Camello; em Extrema: Administrador Distrital – Sr. José Ilson Bilizário.

Dados numéricos de atendimentos: Distrito de Nova Califórnia: Alistamentos diversas classes = 63 (sessenta e três); Atestado de Desobrigado = 15 (quinze); Distrito de Extrema: alistamentos diversas classes = 70 (setenta); Atestado de Desobrigado = 10 (dez)

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Conclusão: atividade realizada em parceria com o Exército Brasileiro, beneficiando os cidadãos das localidades visitadas que possuíam muitas dificuldades para regularizarem a documentação relativa ao serviço militar. O alistamento realizado nos distritos, como Zona Rural, e a consequente dispensa do serviço militar obrigatório, agilizou a tramitação burocrática no processo de alistamento, sendo possível em um curto espaço de tempo, entregar o documento definitivo de quitação com o serviço militar, para os cidadãos que residem em áreas distantes do município sede.

- Solenidade de compromisso à Bandeira e entrega de CDI: no dia 22 de outubro de 2010, entre 09:00 e 10:30 horas, foi realizada na rua José do Patrocínio (trecho entre as ruas Gonçalves Dias e José Bonifácio), a solenidade de compromisso à Bandeira Nacional e entrega dos Certificados de Dispensa de Incorporação aos jovens da classe de 1992 e anteriores, alistados no município de Porto Velho-RO e dispensados do serviço militar inicial.

Participantes: Previstos 485 cidadãos, compareceram 390.

Organização da Solenidade: a solenidade foi dirigida pelo Delegado de Serviço Militar, com o apoio do Cerimonial do Gabinete do Prefeito de Porto Velho, Secretarias Municipais (SEMTRAN; SEMUSB e SEMUSA), militares da 31ª CSM e participação da Banda de Música da 17ª Bda Inf SI. Sendo a entrega dos CDI realizada pelo Secretário da JSM 018 e seus auxiliares.

Autoridades Presentes: Ten Cel PM Reinaldo Raimundo da Silva – Coordenador da Defesa Civil, representando o Prefeito Municipal de Porto Velho e Presidente da JSM 018; Maj Heraldo das Dores Alves – representando o Cel Wilson Geordane, Chefe da 31ª CSM; Maj Luiz Henrique Salonski da Silva, representando o Exmo Sr Gen Bda Artur Costa Moura, Cmt da 17ª Bda Inf SI; Miriam Saldaña – Chefe de Gabinete do Prefeito de Porto Velho e Julio Mercado Freitas Filho – Secretário da JSM 018;

Conclusão: a solenidade transcorreu conforme o cronograma estabelecido, e logo após o encerramento da cerimônia, todos os “compromitentes” receberam o Certificado de Dispensa de Incorporação.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Tenda da Cidadania na Comunidade de Rio Pardo: a Junta de Serviço Militar 018, como Órgão Alistador (AO) e integrante do Gabinete do Prefeito de Porto Velho, participou do evento na realização do alistamento militar para os cidadãos da Classe de 1992 e anteriores, entrega da Declaração de Desobrigado aos cidadãos maiores de 45 anos, além de prestar esclarecimentos sobre as demais atividades de Serviço Militar realizadas pela JSM 018 em Porto Velho.

Participantes (equipe de atendimento): fiscalização e coordenação: 1º Ten Ardohaim; auxiliares: 03 Servidores Municipais da JSM-018 (Rodrigo; Idalécio e Márcia).

Dados numéricos de atendimentos: alistamentos de cidadãos de diversas classes = 52; atestado de Desobrigado = 19; informações/orientações sobre transferências e 2ª via de documentos = +/- 20.

Conclusão: o alistamento realizado em Zona Rural, compromisso à Bandeira e entrega dos CDI, são atividades que agilizam o processo e são muito bem aceitos por todos que estão envolvidos nas atividades de serviço militar, além do público alvo do evento.

- Homenagem da 31ª CSM ao Secretário da 18ª Junta de Serviço Militar: o Secretário da JSM 018, Julio Mercado, foi homenageado com o Diploma de “amigo da 31ª CSM”, pelos excelentes serviços prestados à comunidade de Porto Velho e ao Serviço Militar do Exército Brasileiro.

Participantes: autoridades civis e militares do município de Porto Velho e todos os servidores da 18ª JSM e da 1ª Del SM.

- Solenidade de compromisso à Bandeira e entrega de CDI: no dia 10 de dezembro de 2010, entre 09:00 e 10:30 horas, foi realizada no pátio de formaturas da 31ª CSM, a solenidade de compromisso à Bandeira Nacional e entrega dos Certificados de Dispensa de Incorporação aos jovens da classe de 1992 e anteriores, alistados no município de Porto Velho-RO e dispensados do serviço militar inicial.

Participantes: Previstos 600 cidadãos, compareceram 530.

Autoridades Presentes: Cel Gilson Geordane – Chefe da 31ª CSM; Ten Cel PM Reinaldo Raimundo da Silva – Coordenador da Defesa Civil de Porto Velho e o Sr. Julio Mercado Freitas Filho – Secretário da JSM 018;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Conclusão: a solenidade transcorreu conforme o cronograma estabelecido, e logo após o encerramento da cerimônia, todos os “compromitentes” receberam o Certificado de Dispensa de Incorporação.

Dados numéricos dos serviços prestados aos cidadãos de Porto Velho:

Mês / 2010	Alistamentos	CDI 1ªVia	CDI 2ªVia	Transferência de Domicílio	Processos / Outros (a)	Total de Atendimentos
Janeiro	1251	78	15	36	98	1478
Fevereiro	1096	288	121	198	320	2023
Março	1386	572	114	192	451	2715
Abril	1515	474	144	343	285	2761
Maiο	426	255	242	244	190	1357
Junho	351	654	52	123	50	1230
Julho	358	441	149	146	58	1152
Agosto	473	349	91	265	290	1468
Setembro	249	774	109	111	74	1317
Outubro	234	931	49	34	56	1304
Novembro	208	146	70	273	281	978
Dezembro	167	39	0	123	198	527
TOTAL	7714	5001	1156	2088	2351	18.310

OBS: (a) Processos: CI; CDSA; Adiantº Incorporação; Reabilitação; etc / Outros: Orientações diversas.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ALISTAMENTOS EM ANOS ANTERIORES						
JSM / ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
18ª JSM	4267	4091	4697	4608	6222	7714

Coordenadoria Municipal De Comunicação (COMDECOM)

Encaminho o Relatório Circunstanciado das Atividades desta Comdecom, no ano de 2010, quando esta avançou e consolidou sua posição como parte integrante do processo comunicativo da Prefeitura Municipal de Porto Velho.

Com uma equipe de seis jornalistas, três fotógrafos, uma editora e motorista, a Comdecom produziu em 2010 quase duas mil notícias colocadas no site da prefeitura e distribuídas aos veículos de comunicação.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Fale com Prefeito: O novo layout do site da prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br) entrou no ar dia 4 de março passado e com ele a ferramenta que possibilita à população um canal direto com a administração municipal. Desde a criação do “Fale com o Prefeito”, mais de 2.760 mensagens chegaram através da página institucional da prefeitura.

Fotos e Eventos: A Galeria recebeu um total de 133.138 visitas, enquanto o site registrou mais de 1.354.204 de acessos, um recorde levando-se em consideração, que a página eletrônica está no ar há apenas 10 meses. Entre as fotos que ilustram as matérias e as postadas na Galeria do site, foram 17.248 imagens produzidas no ano.

Mala direta: Outro número significativo, que reflete o trabalho da Coordenadoria Municipal de Comunicação, são os 10.874 assinantes do Boletim Eletrônico cadastrados no sistema de e-mail da Comdecom, que diariamente recebem o material produzido pelos jornalistas da coordenadoria. São em média oito matérias diárias encaminhadas por e-mail aos assinantes.

**COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA AS MULHERES (CMPPM)**

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES (CMPPM)

As Políticas Públicas para as Mulheres em nosso Município

A Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres tem como missão estratégica contribuir com a promoção da igualdade de gênero e pela melhoria das condições da qualidade de vida das mulheres do Município de Porto Velho.

Sua atribuição legal é coordenar, elaborar e implementar políticas públicas que contribuam com uma melhor qualidade de vida para as mulheres, tendo como estratégia a articulação com a sociedade civil organizada, secretarias municipais e áreas de atuação governamental.

A Coordenadoria foi criada pela Lei Municipal nº 217 de janeiro de 2005.

Seus principais eixos de atuação:

- Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania;
- Saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos;
- Educação inclusiva e não sexista;
- Enfrentamento à violência contra a Mulher.

Suas principais ações realizadas no ano de 2010 foram:

- Coordenar a realização do evento Encontro das Rosas durante o mês de março no Centenário do Dia Internacional da Mulher no qual contou com a participação de mais de 600 (seiscentas) servidoras municipais e parceiros das instituições e sociedade civil e da Rede de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres em que foram homenageadas as personalidade de destaque no fortalecimento das políticas públicas afirmativas as mulheres e feito o lançamento dos serviços da Casa Abrigo as mulheres vítimas de violência em nosso município, bem como a realização de shows e demais eventos alusivos as mulheres.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Promover o fortalecimento do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres criado por pela Lei nº 228 de dezembro de 2005, no qual a coordenadoria participa como membro efetivo de todas as reuniões e atividades desenvolvidas pelo mesmo. O Conselho é o órgão deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador da política de garantia, promoção e defesa dos direitos da mulher;
- Realização de Curso de Capacitação com Assessoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no tema Política Nacional de Enfrentamento a violência contra as mulheres para 30 participantes da Coordenadoria, Centro de Referencia, Casa Abrigo e Gabinete do Prefeito, nos dias 25 e 26 de agosto, de 2010, no auditório da FUNESCOLA;
- A Coordenadoria por meio de sua equipe técnica desenvolveu ações de Promoção da Autonomia e Igualdade no mundo do trabalho e cidadania, com a celebração de parceria com a empresa Santo Antônio Energia e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial para a realização de Cursos de Formação de mão obra feminina na área da construção civil no qual o projeto Produção e Beleza – "A Arte de Fazer Bem feito" prevê a qualificação profissional de 400 mulheres em condição de vulnerabilidade social. Os cursos serão ministrados na Escola SENAI em Porto Velho e em Jaci-Paraná. O início do curso para a primeira turma foi realizado em novembro para formar eletricista instalador predial, tendo aula em período integral com o total da carga horária será 160 horas.
- Foram realizadas 11 Feiras mensais para comercialização dos produtos das empreendedoras de economia solidária; gerando com isso maior facilidade para a comercialização dos produtos e gerando renda as mulheres empreendedoras de nossa cidade. Por articulação em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Sócio Econômico;
- Participação na III Conferencia Municipal de Economia Solidária no mês de abril e na III Conferencia Estadual de Economia Solidária em maio;
- Participação em Encontro Estadual de Economia Solidária, no período de 21 e 22 de setembro de 2010, no Rondon Palace Hotel - Porto Velho, para um total de 80 pessoas, tendo como público alvo os articuladores regionais e municipais na condição de representantes dos segmentos da sociedade que integram o

movimento da Economia Solidária na estruturação da política pública. O evento contou com a participação dos facilitadores Professor Josenildo Souza e Silva do Departamento de Engenharia de Pesca da UNIR, Doutorando em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Sustentável e Maria Irenilda Dias, Cooperológa, mestranda em desenvolvimento Local – EMATER

- Foi promovido o fortalecimento da Cooperativa de Mulheres UniArtes e outros grupos de Mulheres que estão no Espaço Lilás no Shopping Popular;
- Desenvolvido em parceria com a Fundação Iaripuna na realização dos Cursos no Projeto Arte de Todos;
- Realizado o Curso para formação de cabeleireiro, manicuro, camareiras promovido pela Coordenadoria e Centro de Referencia Sonho de Liberdade em parceria com Semdestur para capacitação de mulheres vítimas de violência e sua inserção no mercado de trabalho;
- Foi desenvolvida a página eletrônica da Coordenadoria de Mulheres no site da Prefeitura para maior visibilidade das ações e da política publica para as mulheres, bem como a Elaboração do Perfil da Servidora Publica Municipal;
- A Coordenadoria dedicou-se ao monitoramento dos serviços públicos ofertados às mulheres nesta Prefeitura, no campo da saúde, educação, agricultura com acesso e garantia de direitos;
- Realizado o cadastramento e identificação de demandas das mulheres no Município para proposição de ações de políticas públicas;
- Acompanhamento as Associações de Mulheres de Jaci Paraná com assessoria e construção da sede administrativa da Associação com recursos da compensação social, com inauguração prevista para início de 2011.
- Apoio a Assessoria a Associação de Mulheres de São Carlos na elaboração e captação de recursos financeiros para a construção da sede administrativa da associação.
- Participação em diversas reuniões do Comitê Gestor da Semagrif no Projeto PAIS com cinco Reuniões e demais eventos.
- Participação em Reuniões do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário para definição de ações e estratégias de políticas publicas para as trabalhadoras rurais.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

No tocante as ações de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Construção e instalação da Casa Abrigo com a parceria da SPM (Secretaria Especial de Política para as Mulheres).
- Foi realizada a instalação dos serviços da Casa Abrigo a partir do março de 2010 para atendimento as mulheres vítimas de violência sendo atendidas e protegidas o número de 12 mulheres e 27 filhos durante o ano de 2010.
- Foi realizado o Seminário da Casa Abrigo para apresentação a sociedade do serviço e capacitação de sua equipe técnica, nos dias com a participação de 250 pessoas no Auditório do Tribunal de Justiça; – em 08/03/2010 para lançamento dos Serviços da Casa Acolhedora as mulheres vítimas de violência.
- Foi realizada a articulação de uma Agenda Comum com a Sociedade Civil para realização das ações de Campanhas pelo Fim da Violência contra a Mulher.
- Criação da Rede de Enfrentamento a violência contra as Mulheres com a realização de 09 reuniões para a pactuação dos serviços de proteção as mulheres vítimas de violência domestica neste município, sob coordenação do Centro de Referencia Sonho de Liberdade e da Coordenadoria de Mulheres.
- Foi realizada a Campanha Homens Unidos pelo fim da violência contra as mulheres no Município de Porto Velho, com o lançamento em 02 seminários no mês de julho, que contaram com a adesão de 400 (quatrocentos homens) apenas no lançamento e totalizando ao final do ano com a adesão de 600 (seiscentos) homens. O Seminário contou com a participação do Coordenador Nacional da Campanha Homens Unidos pelo fim violência contra as Mulheres, o Prefeito de Suzano e Assessores e a participação de Grupo Teatral Nos Tudinha do estado de Piauí com apresentação do tema “enfrentamento a violência contra as mulheres”. O grande destaque obtido foi a participação do Coordenador Nacional da Campanha em nosso município e a cooperação de grupo teatral alusivo ao tema e o depoimento do Sr. Prefeito Municipal exigindo que a população masculina de Porto Velho torne-se defensores desta Campanha e a divulguem em todos os seus espaço sociais e garantam o respeito aos direitos das mulheres. Produzido 300 (trezentas) camisetas, 2000 folderes e 5 Banners, 2 faixas e 300 cartazes.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Foi realizada a Campanha 16 dias de enfrentamento a violência contra as mulheres em nossa prefeitura que contou com a adesão de 9 instituições e 3 organizações da sociedade civil que desenvolveram 25 (vinte e cinco) eventos, entre 3 (três) reuniões, 11 (onze) palestras, 2 (dois) seminários 3 (três) oficinas, 4 (três) cursos de matérias jornalísticas, produção de 1 (uma) cartilha, 1 Mutirão de Visibilidade dos Serviços da Prefeitura para Mulheres, e outras formas de mobilização social. O grande destaque foi a realização do Mutirão de todas nós que contou com a participação e adesão de 5 (cinco) secretarias e 10 instituições e a participação de 250 (duzentos e cinquenta) mulheres moradoras da zona Leste da cidade. Contamos com mobilização social de 2.125 participantes em toda a campanha. Produzidos 10 mil materiais gráficos entre panfletos, cartazes, folderes, banner e bolsas e camisetas alusivas a Campanha.

Quanto ao eixo da Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos:

- Mobilização para participação das mulheres na Campanha Outubro Rosa de prevenção do câncer de mama com evento na Policlínica Hamilton Gondim na Zona Leste.
- Desenvolvida a Campanha Saúde da Servidora Pública.
- Realizada a parceria nas Oficinas sobre Direitos Sexuais e reprodutivos das mulheres.
- Foi realizada a instalação dos serviços da Comunidade Terapêutica Nossa Senhora Aparecida para tratamento das mulheres dependentes químicas e divulgação dos serviços para atendimento as mulheres.
- Participação em eventos alusivos a Campanha Mundial de prevenção a Aids.

Quanto as ações no eixo da Educação Inclusiva e Não Sexista, foi realizado o Curso de formação continuada de 12 horas aula para as servidoras públicas em Gênero e garantia de Direitos das Mulheres para o enfrentamento a violência em nosso município.

Participação em Reuniões para elaboração e definição do Orçamento Participativo no dia 11/07/2010 no Teatro Banzeiros onde as metas da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres onde foram estabelecidas para o ano de 2011.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Além da coordenadoria, também estão envolvidos no evento a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Semes), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo (Semdestur), Secretaria Municipal de Ação Social (Semas) e a Coordenadoria Municipal de Políticas para a Juventude. O destaque foi a mobilização da sociedade e das instituições parceiras para que participem da audiência do Orçamento Participativo e contribuam com essa discussão. Por meio desta participação foi possível a formulação das políticas públicas que serão implementadas no município.

Nos distritos de Porto Velho foram realizadas reuniões com Departamento do Interior e administradores e visitas técnicas nas localidades para pactuação e organização do cadastramento, identificação de demandas das mulheres quanto a programas, projetos e serviços a serem desenvolvidos pela Coordenadoria nas localidades de São Carlos, Demarcação, Calama, Papagaios, Jaci Paraná, Nova Califórnia, Vista Alegre do Abunã, Extrema e no Projeto de Assentamento Orientado Joana Darc durante o ano.

Participação das ações promovidas pelo Gabinete do Prefeito no ano de 2010 como Tenda da Cidadania, dia do Desafio e demais reuniões e eventos.

Participação em Eventos em nível Nacional: 02 Fóruns e uma Reunião de Coordenadores e Gestores Públicos dos Organismos das políticas públicas para as mulheres da Região Norte; realizada uma reunião de Pactuação de Agenda da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Houve ainda a participação no Seminário Mulher e Mídia realizado no estado do Rio de Janeiro de 02 a 06/12/2010, promovido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

O centro de referência sonho de liberdade realizou as seguintes atividades:

- Atendimento as mulheres em situação de violência e/ou risco social com atendimento psicossocial e jurídico – 529 atendimentos de janeiro a dezembro de 2010;
- Fornecimento de orientações e informações as mulheres vitimas de violência – 227 procedimentos;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Realização de cadastramento para participação em Cursos profissionalizantes – 176 procedimentos realizados;
- Realização de Rodas de Conversa em assistencial social obteve a participação de 167 mulheres;
- Participação e/ou realização de Oficinas temáticas em violência contra as mulheres – 121 participantes.
- Eventos realizados pela equipe do Centro de Referencia Sonho de Liberdade
- Realização de Seminário sobre a implantação de Serviços da Rede de Enfrentamento a violência contra mulheres e apresentação dos objetivos do Centro de Referencia, realizado em 11/03/2010, para público de 350 participantes.
- Distribuição e publicação de 5.000 exemplares da Cartilha Maria da Penha no Município de Porto Velho;
- Participação em 03 capacitações para equipe técnica da assistência social, sendo Observatório do Saber em dois módulos e uma capacitação com Assessoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no tema Política Nacional de Enfrentamento a violência contra as mulheres;
- Foram realizadas 11 reuniões técnicas para a Equipe do Centro de Referência para avaliação e estudo de casos, planejamento e monitoramento das ações da equipe;
- Realizadas ainda 2 Oficinas e 3 palestras nas Faculdades de Porto Velho para público de 346 acadêmicos.
- Participação nas Tendas da cidadania com atendimento psicossocial e jurídico às mulheres vítimas de violência nos distritos;
- Participação do Mutirão de todas nos Garantia de Direitos Humanos as Mulheres da Zona Leste na programação da Campanha 16 Dias de Ativismo contra a violência as mulheres em 10/12/2010, realizando 45 atendimentos psicossocial e orientações sobre os serviços da Rede de Enfrentamento a violência contra as mulheres.
- Houve ainda a participação da Coordenadoria e do Centro de Referencia Sonho de Liberdade em duas reuniões da Câmara Técnica estadual de enfrentamento a violências contra as Mulheres.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- O Centro de Referência promoveu capacitação para as mulheres vítimas de violência doméstica em Cabeleireiro, Manicuro e Pedicuro para 37 participantes que agora fazem parte do mercado de trabalho formal e informal, em parceria com a Coordenadoria de Mulheres.
- Realizada a formatura dos participantes nos Cursos de cabeleireiro e manicuro na data de 15 de dezembro, no Instituto Federal de Educação para 52 participantes;

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher

No ano de 2010 realizou 10 (dez) reuniões plenárias para avaliação e encaminhamento das políticas públicas para as mulheres; Realizou 02 oficinas de capacitação para formação de multiplicadoras na política de garantia de direitos as mulheres e três sessões de estudos para as Conselheiras; Realizou 02 (dois) Pit stop educativos para a população na temática de garantia de direitos.

Foram realizados a assinatura de 55 Termos de Adesão por Instituições a Campanha Mulher Vença o Medo... denuncie. Realizada o Mapeamento de 275 (duzentos e setenta e cinco) instituições por meio de reuniões e visitas técnicas as Escolas Municipais e comunitárias e estaduais.

Foram distribuídos 5 mil folderes do CMDDM. Cinco mil folderes da Campanha Mulher Vença o Medo e 18 mil exemplares da Cartilha sobre a Lei Maria da Penha.

Participação ativa nas Campanhas Homens Unidos pelo Fim da Violência contra a s Mulheres e da Campanha 16 dias de Ativismo contra a violência as Mulheres.

O Conselho publicou 300 (trezentos) exemplares de materiais informativos e didáticos a população, sendo a Cartilha Orientações para Defesa dos Direitos das Mulheres, conhecer, divulgar e exigir que os direitos das mulheres sejam respeitados.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Quanto a execução físico financeira do orçamento da Coordenadoria foi a contento, destacando o fato que diversas ações puderam ser realizadas sem ônus ao tesouro municipal. É importante destacar a organização e elaboração de projetos para captação de convênios com o governo federal e instituições bancárias para a elevação dos recursos orçamentários e financeiros para investimento na política das mulheres.

É necessário pontuar a dificuldade encontrada pela equipe técnica quanto ao número insuficiente de profissionais para que possa assumir na integralidade as demandas elencadas no Planejamento de Trabalho para alcançar os objetivos e a missão desta coordenadoria.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO (IPAM)**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO (IPAM)**

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho, criado pela Lei Complementar nº. 01, de 23 de julho de 1990, destinado a administrar a previdência dos servidores estatutários e gerenciar a assistência à saúde e foi inaugurado em 1º de outubro de 1990.

Em Dezembro/1998, o Governo Federal preocupado com a situação Regimes Próprios de Previdência dos Estados e Municípios editou a Lei nº 9.717, Emenda Constitucional nº 20 e a Portaria 4.882/98. nesta ocasião a maioria dos institutos deixaram de prestar assistência à saúde, ficando somente com a administração dos recursos da previdência.

O IPAM ao longo do tempo vem proporcionando um atendimento não encontrado em nenhum outro sistema de saúde similar, com a maior cobertura de assistência à saúde oferecida por prefeituras do Estado de Rondônia. É o único também que oferece tratamento para servidores dependentes químicos, o único que oferece auxílio funeral, com valor equivalente a três salários mínimos, bem como é o único que se preocupa com a saúde de seus inativos, dando cobertura na hora que mais precisam através do projeto “Melhor Idade” que trata a saúde preventiva, bem-estar social e mental.

Em maio de 2005, quando IPAM separou o orçamento do Fundo de Previdência do Fundo de Assistência o Instituto só cresceu, ampliando os serviços ofertados aos seus segurados, novos leitos hospitalares, novas clínicas, novos laboratórios, mais médicos credenciados, exames de alta complexidade e serviços que antes não eram disponíveis passaram a ser oferecidos.

Apesar de que se destaca bastante a prestação de serviços de saúde pelo IPAM, sua finalidade principal é gerir os benefícios e recursos previdenciários, como forma de garantir com responsabilidade e lisura o pagamento das futuras aposentadorias dos servidores, ou o pagamento de pensão por morte aos seus familiares (em caso de falecimento do segurado), e garantindo o pagamento em dia dos atuais benefícios previdenciários.

O IPAM atravessou períodos de dificuldade e até correu o risco de fechamento, principalmente com a reforma da previdência em 1998 e por falta de repasse de administrações do executivo e legislativo que não estavam preocupados com o futuro do instituto; porém, nos últimos 5 anos, o Instituto vem mostrando uma evolução (tanto administrativa quanto patrimonial e operacional) que se consolida com a autossustentação proporcionada pelos próprios servidores municipais através dos repasses mensais para o órgão, além da participação ativa da prefeitura de Porto Velho e da Câmara Municipal.

O IPAM é reconhecido como uma instituição confiável, que promove a atenção previdenciária de forma séria e responsável, e a assistência a saúde de qualidade a quase de 23 mil segurados e seus dependentes.

IPAM dois e um

- Fundo de Previdência Social (FPS)
- Fundo de Assistência à Saúde (FAS)

Melhor entendimento no que se investe em saúde e o que se guarda para benefícios previdenciários.

Previdência

Benefícios Previdenciários que o IPAM oferece:

- Aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria compulsória;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio doença;
- Salário maternidade;
- Salário família;
- Pensão por morte;
- Auxílio reclusão;

Em dezembro 2010, temos:

- 382 - Pensionistas
- 649 - Aposentados
- 1 - Auxílio Reclusão
- 165 - Auxílio Doença
- 66- Auxílio Maternidade
- 427 - Salário Família
- 37 - Servidores da Previdência

Compensação Previdenciária (COMPREV)

- Reunião com Ministro da Previdência José Barroso Pimentel sobre o COMPREV
- Reunião com o presidente do Tribunal de Contas José Gomes de Melo sobre o COMPREV

Compensação Previdenciária em 31.12.2010: saldo da compensação R\$ 2.692.019,25; saldo em estoque R\$ 930.998,41; total geral R\$ 3.623.017,66; e, saldo compensado em 31.12.2010, conforme extrato bancário R\$ 2.986.178,41.

Repartição Simples: no regime de Repartição Simples as taxas de contribuição são determinadas com o objetivo de produzirem receitas equivalentes às despesas com os benefícios, dentro do exercício.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos

Benefício	Nº Beneficiários	Valor mensal do Salário	Provisão Matemática
Aposentadoria	660	2.058.054,67	208.893.594,42
Pensão por morte	382	338.281,43	
Total	1.042	2.396.336,10	208.893.594,42

Benefícios e Beneficiários

Benefício	Nº Beneficiários
Apos. Iminente	646
Apos. Não Iminente	8.325
Total	8.971

Coordenadoria de Finanças

Evolução do Fundo de Previdência 2004 a 2009

Ano	Saldo Financeiro
dez/2004	R\$ 38.548.157,57
dez/2005	R\$ 51.364.873,13
dez/2006	R\$ 63.550.542,29
dez/2007	R\$ 72.580.722,60
dez/2008	R\$ 82.024.809,56
dez/2009	R\$ 101.629.615,68
dez/2010	R\$ 136.567.233,61

- 2005 R\$ crescimento de 33,25 %
- 2006 R\$ crescimento de 23,72 %
- 2007 R\$ crescimento de 14,21 %
- 2008 R\$ crescimento de 13,01 %
- 2009 R\$ crescimento de 21,54 %
- 2010 R\$ crescimento de 34,38 %

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Despesa Previdência: Em 2010, as despesas alcançaram R\$ 24.183.731,57.

O que já alcançamos na Previdência:

- Equilíbrio Financeiro;
- SISOB – consulta de óbitos;
- Compensação Previdenciária;
- Emissão dos extratos previdenciários;
- Site de informações para o servidor;
- Parcelamento da dívida da Câmara Municipal lei 284/07;
- Parcelamento da dívida da Prefeitura Municipal de Porto Velho;
- Pagamento das restituições de 11%;
- SISPREV – simulações de aposentadoria;
- Cumprimento de todos os itens e exigências previstos para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);
- Compensação Previdenciária – Recursos recebidos R\$ 2.986.178,41;
- Projeto IPAM nos Distritos – cadastramento de servidores;
- Eleição do novo conselho municipal de previdência e coordenador;
- Regularização Funcional dos servidores do IPAM;
- Recuperação judicial da dívida do Basa (Banco Santos);
- Reformulação da legislação previdenciária (lei complementar 404/10);
- Maior autonomia do IPAM com a 404/10;
- Restituição de indébitos;
- Pagamento de todos os precatórios.

Ação do Basa: Audiência com o Ministro do STJ Herman Benjamin.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Assistência Médica

Servidores e dependentes cadastros (assistência médica)

Ano	Segurados	Dependentes	Total
dez/2004	6.327	10.983	17.310
dez/2005	7.101	11.960	19.061
dez/2006	6.970	11.447	18.417
dez/2007	7.380	11.622	19.002
dez/2008	7.736	11.941	19.677
dez/2009	8.687	12.943	21.630
dez/2010	9.202	13.431	22.633

Consultas

TIPO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Médica	26395	35458	36960	40439	36748	33.877
Oftalmologia	1283	4880	6076	6975	6690	5.590
Psicologia	17974	2913	1531	2886	2387	1.965
Fonoaud.	70	543	444	744	1186	1.790
Neurologia	87	481	426	726	583	864
Nutrição	0	0	0	0	247	413
Total	45.809	44.275	45.437	51.770	47.841	44.499

Exames

Exames	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Outros procedim. Médicos	18.669	21.647	32.774	39.105	86.457	98.839
Radioagnósticos	4.133	5.117	6.216	7.234	6.990	25.234
Ultrassonografia	4.793	5.611	7.464	7.893	8.098	9.659
Tomog. Computadorizada	91	204	401	502	478	899
Ressonância magnética	1	4	20	181	195	229
Tissio pneumologia	55	32	39	91	96	123
Endoscopia	996	1.247	1707	1.968	1.601	1.987
Eletroencefalograma	437	345	635	647	734	567
Total	29.175	34.207	49.256	57.621	104.649	137.537

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Internações

Tipo	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Trat. Cirúrgico	31	901	1063	1039	858	1.065
Trat. Clínico	22	2643	3461	3751	3543	3.585
Trat. Obstétrico	1	198	202	211	134	220
Trat. Ambulatorial	0	88	50	112	282	424
Total	54	3.830	4.776	5.113	4.817	5.294

Odontologia

Procedimentos	Pacientes
48.468	7.929

Evolução do Fundo de Assistência a Saúde 2004 a 2010

Ano	Saldo financeiro no período
dez/2004	Reservas agrupadas com o fundo de previdência
dez/2005	R\$ 3.233.207,35
dez/2006	R\$ 6.693.538,09
dez/2007	R\$ 4.879.133,56
dez/2008	R\$ 5.629.792,63
dez/2009	R\$ 2.213.218,48
dez/2010	R\$ 3.363.293,66

Despesa Assistência

Ano	Total da Despesa
2010	R\$ 23.727.262,30

Receita Assistência

Ano	Total da Receita
2010	R\$ 25.210.343,15

O que buscamos implantar na Assistência Médica

- Ampliação do Atendimento on-line;
- Odontologia nos distritos;
- Pronto Atendimento;
- Farmácia do IPAM;
- Novos profissionais e estabelecimentos de saúde credenciados.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Informação:

- A Cartilha e os Informativos levam até o segurado da Previdência e Assistência Médica as Leis, regras de aposentadoria, relação de médicos e hospitais e o que acontece no IPAM.



- Reunião com superintendentes do Banco Santander.
- Curso para os Conselheiros do IPAM para o Cálculo Atuarial.
- Reunião do CMP para definição da nova legislação previdenciária.
- Participação do IPAM na Campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.
- Eleições 2010 para Coordenador de Previdência e Conselheiros Municipais de Previdência.

EMPRESA DESENVOLVIMENTO URBANO (EMDUR)

EMPRESA DESENVOLVIMENTO URBANO (EMDUR)

A Empresa de Desenvolvimento Urbano - EMDUR apresenta o relatório do ano de 2010 como um reflexo dos trabalhos realizados no Município de Porto Velho e nos Distritos, tanto os projetos que foram desenvolvidos como também as estatísticas de iluminação, incluindo um exame comparativo entre os últimos três exercícios.

Entre os serviços oferecidos pela empresa, destaca-se a qualidade no atendimento como sendo a segunda maior preocupação no ranking de naturezas. Tal cuidado enriquece a administração pública, melhorando nos serviços.

No ano de 2010 foram registrados 17.134 atendimento entre manutenções e implantações, sendo a maior parte referente aos serviços de com iluminação pública da cidade de Porto Velho e Distritos. Em 2009 superou-se a meta de 16.963, já no ano de 2008 com estimativas de 13.659, incluindo nesta estatística os Distritos localizados ao longo da BR 364 (sentido Rio Branco) e as Margens do Baixo Madeira.

Houve um grande avanço com relação à conscientização da preservação e conservação da iluminação pública em nossa cidade, tais como o patrimônio público coibindo a prática de infrações penais, oferecendo assim um maior embelezamento da cidade., um dos problemas já enfrentados pelo vandalismo que envolvia o furto e a depredação destes materiais.

A ação desenvolvida do Projeto de Urbanização com muros e calçadas, uma iniciativa da Prefeitura Municipal através da Emdur para expandir o sistema de urbanização e infraestrutura do município com a limpeza, construção de muros e calçadas de terrenos baldios, melhorando a estética e saúde da cidade. O Projeto continua em pleno desenvolvimento atendendo os autos de infração tais como abandono de terrenos baldios e a não construção de calçadas residenciais e prediais.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Dentre a valorização de funcionários, a empresa oferece Cursos de Capacitação como forma de ajudar no desempenho e valorização dos servidores.

O Projeto de Iluminação Natalina foi executado pela necessidade do poder público implementar políticas, programas e projetos de cunho social como forma de minimizar estas diferenças, bem como, implementar as mesmas de forma efetiva para diminuição das distâncias entre as referidas classes sociais para o despertar do espírito de solidariedade. Projeto este criado pela Prefeitura Municipal juntamente com a Emdur para a execução de embelezamento arquitetônico, divulgando assim uma imagem positiva.

Projeto de Ressocialização com Apenados – criado através de um Convênio entre a Emdur e o Fundo Penitenciário (FUPEN) com a interveniência da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAPEN), visando objetivar o aproveitamento de mão de obra de apenados que estejam cumprindo pena nas unidades prisionais: Colônia Penal, Ênio Pinheiro, Albergue masculino e feminino do município de Porto Velho para execução de serviços gerais tais como: manutenção, pequenos reparos e obras, nos hospitais, escolas, jardins públicos, secretaria em geral e órgãos que compõe a rede pública municipal.

A participação da Emdur na administração da cidade é fundamental para a solução dos problemas e deve ser difundida e praticada para que todos juntos possam construir uma metrópole cidadã, humana e agradável de se morar.

Oficina de Sensibilização e Capacitação

Dentre os vários objetivos de valorização e aperfeiçoamento de seus colaboradores, a Empresa vem se aprimorando e incentivando a participação nos cursos de capacitação (Conforme relação abaixo) oferecidos pela Prefeitura através do FUNESCOLA.



- Curso de Rais – PIS/PASEP” - Realizado pelo Funescola, através da Empresa ÔMEGA – Assessoria Contábil e Treinamento;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Treinamento do Sistema de Tesouraria (STCETIL) – Realizado pela AjuceI Informática/GOVBR/SENAC;
- Curso de Gestão de Equipe de Trabalho, minist. por João Guilherme de Mendonça;
- Cursos de Gestão Fiscal (LRF) Realizado pela APCE/TCE;
- Curso de Informática “PHOTOSHOP” – Ministrada pela Management;
- Palestra de Liderança – O fator Resultado – Ministrado por Aly Baddauhy Jr;
- Curso Excelência na Gestão Pública Municipal – Ministrado por Ricardo Plácido Ribeiro no Centro Social da Paróquia São Cristóvão;
- Curso de Controle Interno “Procedimentos Essenciais para Implantação Pública”;
- Curso de Informática “Digitação” – (Ministrado pelo Professor Sílvio Luiz de Freitas e Gabriel Carrijo Bento Teixeira).

Disk lâmpada

Serviço de atendimento de iluminação pública que passou a funcionar no mês de julho, criado para atender com eficácia os pedidos de solicitações dos moradores, através dos telefones 3224-6331 e 0800-642 -6331, para implantação e reposição de luminárias queimadas ou danificadas.

Com uma equipe de quatro telefonistas especializada para esse atendimento, a população passou a ter uma maneira de colaborar também com a Prefeitura, principalmente no que diz respeito a iluminação pública. O solicitante informa o endereço onde há falta de iluminação e a quantidade de pontos (postes) que precisam ser recuperados. Hoje a população dispõe de um atendimento mais eficaz, geralmente no máximo em 15 dias a solicitação já é executada.

O Disk Lâmpada funciona de segunda à sexta, das 08:00hs às 18:00hs.

Atendimentos iluminação em 2009:

- Total de pedidos: 990, sendo executados 826 e não executados 164.
- Total de solicitações de Iluminação (ofícios e entidades): 46, sendo executados 41 e não executados 5.



Atendimentos iluminação em 2010:

- Total de pedidos: 3.616, sendo atendimento ao público e callcenter 2.769, onde foram executados 1.866 e os não executados 903.
- Total de solicitações de iluminação (ofícios e entidades): 847, sendo executados 585 e não executados 262.



Iluminando a Cidade

Mais de três mil pontos de luz danificados foram recuperados pela Empresa desde o início da campanha “Porto Velho Mais Limpa e Linda para Todos”, lançada em maio pelo Prefeito Roberto Sobrinho.



O programa prevê várias ações que estão sendo realizadas em diversas áreas, sendo uma delas voltadas especificamente à recuperação da iluminação na cidade.

Considerado o maior programa de iluminação pública que a cidade de Porto Velho já viu, a meta da Prefeitura é implantar milhares de novos pontos de luz e também fazer a recuperação das lâmpadas queimadas e das luminárias quebradas por vândalos.

- Bairros 100% Iluminados: Costa e Silva; Panair; Vila Tupy; Pedrinhas; São Sebastião I e II; Arigolândia; Ronaldo Aragão; Ulisses Guimarães; Tucumanzal; Jardim Santana; Areia Branca; Cidade Nova; Cidade do Lobo, Cohab; Castanheira; Nova Floresta; Conceição; Floresta; Novo Horizonte; Eletronorte; Aeroclube.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Iluminação Zona Sul (Bairros)

Bairros	Previstos	Realizados
Areia Branca	134	134
Castanheira	866	866
Aeroclube	208	208
Eletronorte	382	121
Floresta	465	343
Nova Floresta	596	272
Cidade Nova	482	482
Eldorado	431	196
Cidade do Lobo	342	342
Caladinho	580	290
Cohab	785	785
Conceição	577	577
Novo Horizonte	229	229
Total	6.092	4.845
Zona sul	6.092	
Outros bairros		
Manutenção corretiva	8.107	
Implantações	1.818 pontos	

Distritos

Distritos	Meta	Realização
Calama	300	
São Carlos	150	40
Abunã	101	94
Santa Catarina	20	
Conceição da Galera	29	
Nazaré	25	35
Terra Caída	18	
Papagaio	22	
Fortaleza do Abunã	72	56
Jacy Paraná	300	208
Extrema	636	564
Nova Califórnia	344	414
Mutum Paraná	114	56
Vista Alegre	373	287
Cujubim		16
Aliança		28
Demarcação		20

- Praças: Getúlio Vargas, Marechal Rondon, Três Caixas D'água e Aeroclube.
- Praças que Faltam Manutenção: Aluizio Ferreira, Johnatas Pedrosa, Bola 07, Skat Park e Dominó.
- Sistema Viário: Total 2.301 Pontos.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Local	Manutenção	Implantação	Pontos Executados Manutenção	Pontos Executados Implantação
Distritos	Total de 1.818 Pontos		222	236
Sistema Viário	2.301	Anexo a Planilha		
Cidade	8.107	5.072	6.132	4.226
Zona Sul	Total de 6.092 Pontos		Obs: Zona Sul implantação nova	4.475

Sistema Viário Principal

Objetivo: 2.544 Pontos

1ª Medição – 835 Pontos – Período 25/08/2010 à 25/09/2010

2ª Medição – 1.202 Pontos – Período 25/09/2010 à 25/11/2010

TOTAL EXECUTADOS: 2.037 Pontos

Zona Sul

Objetivo: 6.092 Pontos

1ª Medição – 1.924 Pontos – Período: 25/08/2010 à 25/09/2010

2ª Medição – 1.978 Pontos – Período: 25/09/2010 à 25/11/2010

TOTAL EXECUTADO: 3.092 Pontos

Mês da Execução	Pontos	Luminária Completa	Reator	Lâmpada	Relé	Manutenção	Base	Bocal
janeiro	393	38	162	220	282	49	71	82
fevereiro	502	40	192	269	370	58	76	90
março	1.120	441	720	784	910	104	501	435
abril	140	01	36	44	90	33	12	19
maio	251	03	157	174	196	19	35	03
junho	449	36	222	299	344	51	78	50
julho	1.958	903	1.363	1.407	1.720	73	519	389
agosto	1.518	613	952	1.078	1.155	78	633	487
setembro	1.116	549	784	825	899	130	560	527
outubro	986	489	404	859	746	271	437	272
novembro	919	328	645	743	789	39	326	326
dezembro	276	210	223	232	261	04	216	203
Total de pontos	9.628	3.651	5.860	6.927	7.762	909	3.464	2.883

Projeto de ressocialização com apenados

A Empresa de Desenvolvimento Urbano, através do Senhor Presidente Mario Sergio Leiras Teixeira firmou o Convênio de nº 001/2009 com o Fundo Penitenciário, com a interveniência da Secretaria de Estado de Justiça, tendo por objetivo o aproveitamento de mão de obra de apenados que estejam cumprindo pena, visando o aumento de volume de trabalho para este ano. Conforme o senhor presidente, foram Empresa, vindos das unidades Prisionais: Colônia Penal, Ênio Pinheiro e Albergue Feminino do Município de Porto Velho, incentivando ao apenado a internalizar sua condição com dignidade humana e um dever social, com uma finalidade educativa e produtiva, minimizando assim a redução da pena.

Os apenados inclusos no programa são de bom comportamento e contam com o benefício da lei para serem liberados durante o dia para atividades laborais fora da prisão, mas retornam ao sistema no período noturno. No âmbito da administração Municipal, eles exercem atividades em diversos setores, como Semob, Semusb, Sema, Semes, Semfaz, Semur, Procuradoria Geral do Município (PGM) e na própria Emdur. “Eles cumprem suas funções durante oito horas por dia e recebem um salário mínimo por mês.

- Execução dos seguintes serviços gerais: Manutenção (Serviços Gerais), Pequenos Reparos e Obras. Para atender os seguintes locais: Jardins Públicos, Cemitério Municipal e Secretarias em Geral.

Fábrica de Artefatos

A fábrica de artefatos, surgiu para complementar o trabalho desenvolvido pela Prefeitura de Porto Velho, através da Empresa de Desenvolvimento Urbano, no que diz respeito à produção de artefatos de cimento utilizados em diversas frentes de trabalho vinculadas à Prefeitura, bem como em projetos de execução de limpeza em terrenos baldios e na construção de muros e calçadas, meio fio e sarjetas, no sentido de se reduzir custos.

Produção e assentamento de sarjetas e meio fio nos seguintes locais:

- Confecção de Manilha – 1.000 Produção/Mês e Produção de Meio fio e Sarjetas;
- Tipos de Manilhas: 0/40 cm, 0/60 cm, 0/80 cm e 1.00 mts;
- Av. Farquar 480 mts; Av. Jorge Teixeira c/ Pinheiro Machado – 100 mts de meio fio, Sarjeta e 200 mts² de Calçada; Rua Iguatu 910 mts² de assentamento de bloquetes e 260 mts de meio fio e sarjeta.
- Campo e Praça do Bairro Eletronorte 412 mts de meio fio e sarjeta, 824 mts² de calçada; Praça do Jardim América 220 mts de meio fio e sarjeta e 223 mts² de calçada; Distrito de São Carlos (Baixo Madeira) – 2.250 mts² de calçada.
- Meio Fio (Parque da Cidade) – 2392 mts meio fio; Recuperação das Quadras dos Centros Poliesportivos dos Bairros Nacional e Três Marias.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



Produção de Manilha/Mês

maio	040	060	080	1,00
junho	322	175	48	280
julho	345	102	64	279
agosto	260	142	99	91
setembro	96	257	177	80
outubro		190	268	88
novembro		93	296	81
dezembro	1.000	1.000	1.000	1.001



Parque da Cidade: desde o mês de junho/2010 a Empresa passou a ser responsável pela manutenção do local.

- Obras Realizadas/Manutenção: Recuperação Lago, Recuperação e Pintura Bancos e Lixeira, Limpeza Geral do Parque, Reparos e Pinturas Externas e Internas dos banheiros, Restauração do estacionamento, Restauração e Manutenção da área verde, Aprofundamento do lago, Pintura e Recuperação da Ponte do Lago.

Projeto de Iluminação Natalina

A Prefeitura de Porto Velho através da Emdur criou Projeto Natal de Todos com a finalidade de entreter a população com espírito natalino com lazer gratuito, incentivando o turismo, embelezar arquitetonicamente diversos locais da cidade, divulgando assim uma imagem positiva da cidade.

A iniciativa faz parte da coordenação da primeira-dama, implantado em 2005, no início da atual gestão e vem sendo ampliado. Antes a decoração privilegiava os principais pontos históricos do centro da cidade. Hoje, abrange também os canteiros centrais, localizados em pontos estratégicos nos quatro cantos da capital.

Objetivo Geral: Resgatar a beleza arquitetônica de diversos locais do município de Porto Velho, visando um conjunto luminoso de forma a refletir e valorizar nossos pontos turísticos.

Objetivo Específico: Entretenimento e lazer gratuito para toda a população; Incentivo ao turismo; Incentivo ao comércio através da movimentação de público em vários locais da cidade; Mídia espontânea; Divulgação da cidade através de veículos de mídia variados; Socialização de grupos diversos através de atividade de lazer com motivação na integração e na paz.

Locais decorados e iluminados:

- Avenidas Pinheiro Machado, Jatuarana, José Amador dos Reis, Rio Madeira, Calama, Carlos Gomes, 7 de Setembro e Jorge Teixeira;
- Rotatórias: Imigrante com Jorge Teixeira, Imigrante com Lauro Sodré, Imigrante com Guaporé, Imigrante com Rio Madeira, Vieira Caúla com Guaporé, da Rio Madeira com Tiradentes e Calama com Guaporé;
- Praças: do Mocambo, Getúlio Vargas, Mal Rondon, Três Caixas D'Água, Aluizio Ferreira, Jardim Santana, Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e Aeroclube; e, outros: Trevo da Balsa, Mercado Cultural, Prefeitura, Parque da Cidade, Teatro Banzeiros, Aeroporto, Passarelas da BR-364 e Mercado Municipal.

Metodologia

Os dados apresentados têm origem em um banco gerado por sistema próprio, no qual a entrada e a saída de informações são constantes. Portanto, para a composição do relatório é realizado um corte de tempo que compreende o período de 2010 aos anos anteriores.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA (SEMFAZ)

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA (SEMFAZ)

Apresentação

A Gestão das Finanças Públicas do Município de Porto Velho nos últimos anos foi objeto de várias inovações evolutivas, contemporizando como embrião de tais evoluções as elaborações de Planejamentos Estratégicos Anuais, que promoveram a conscientização de uma administração descentralizada e coordenada em nível de gerenciamento.

Não diferindo da maioria das organizações públicas, as carências de toda a sorte estiveram presentes, seja de pessoal, equipamentos, veículos, tecnologias, estrutura física e outras. Situação esta, que com raras exceções, vem se perpetuando ao longo dos anos.

Destaque-se que as soluções de muitas deficiências esbarram em limitadores que estão além do nível de comando gerência da SEMFAZ, seja por questões temporais, legais, limitações de destinações orçamentárias ou de outras ordens, entretanto, os excepcionais resultados obtidos provam que com investimentos e valorização da estrutura fazendária um maior volume de recursos financeiros poderia e poderão ser carregados aos cofres do Município.

Este Relatório de Gestão demonstra os resultados alcançados pela Secretaria Municipal de Fazenda no Exercício de 2010, comparações históricas de valores previstos e arrecadados desde o ano de 2004 a 2010, cujos resultados estão descritos pormenorizadamente ao longo do Relatório, o que nos permitem considerar como bem sucedida a plataforma de trabalho desenvolvida no ano findo.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Destacamos, ainda, importante estudo elaborado pela Assessoria Econômica da ABRASF (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais), com base em estudos e dados estatísticos fiscais elaborados por técnico da SEMFAZ, que asseveram a excelente desempenho e qualidade dos trabalhos desenvolvidos, que foram determinantes para que fossem alcançados os patamares de arrecadações atingidos.

Demonstramos, no item “11 - Perspectivas para 2011 - Ações & Limitações”, importante estudo comparativo esclarecendo e decifrando historicamente os baixos níveis de recursos destinados à Administração Tributária se contrapondo aos resultados efetivamente produzidos pela Máquina Fazendária Municipal.

Superação e eficiência são as palavras de ordem, mas carecemos urgentemente de investimentos de toda sorte, inclusive em contratação de pessoal, visto que perfazem elementos imprescindíveis para o atingimento de novas metas de arrecadação, que são cada vez mais audaciosas, pois somente dessa forma a Administração Municipal poderá implementar efetivamente as políticas públicas que proporcionarão uma melhor qualidade de vida para todos.

Introdução

A execução do trabalho aqui apresentados coaduna com as propostas estratificadas no Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Fazenda, conforme reuniões de trabalhos realizadas no decorrer do exercício de 2009 e início de 2010.

Os resultados refletem o esforço fiscal empreendido por todos os servidores da Secretaria Municipal de Fazenda, em cujos exercícios de suas atividades não mediram esforços pessoais, abrindo mão muitas vezes de seus horários de descanso e de dias não úteis, na intermitente busca de somar para a consecução de resultados que pudessem representar incrementos nas arrecadações das receitas municipais.

No decorrer deste trabalho serão apresentados os resultados alcançados, mencionando, em alguns momentos, os elementos limitadores ou inibidores, que por vezes dificultaram a integral execução dos trabalhos, cujo objetivo finalístico sempre foi o aumento da arrecadação, visto que incontestavelmente sem recursos, não se faz obras, não se qualifica servidores, não se informatiza, não se paga bons salários, enfim não se motiva e, conseqüentemente, não se presta um bom serviço ao contribuinte.

O ano em curso, em virtude do montante de recursos de cunho orçamentário federal destinado ao Município, às obras públicas e particulares projetadas, o aquecimento do mercado imobiliário e outros fomentos esperados para cenário local, faz-nos acreditar na certeza da influência positiva para incrementar o Produto Interno Bruto (PIB) local e, via de consequência, uma maior produção de rendas e riquezas para nossa população.

O crescimento da Nossa Cidade já é uma realidade. O marco – construções das usinas do Rio Madeira –, perfaz um divisor de águas entre o antigo e o novo. Precisamos, portanto, acompanhar a evolução da história. Não dá pra evoluir com estruturas e tecnologias arcaicas, pois o “nosso cliente” está sempre a inovar e a rejeitar quaisquer retrocessos. Não nos restam alternativas “ou evoluímos ou evoluímos”. Este é o balizamento e a regra que teremos que perseguir.

Gestão Operacional

A Instituição: A Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ) compõe a estrutura organizacional da administração direta da Prefeitura do Município de Porto Velho, nos termos do Decreto nº. 10.089, de 07 de janeiro de 2005, com alterações promovidas pela Lei Complementar nº. 330/2008.

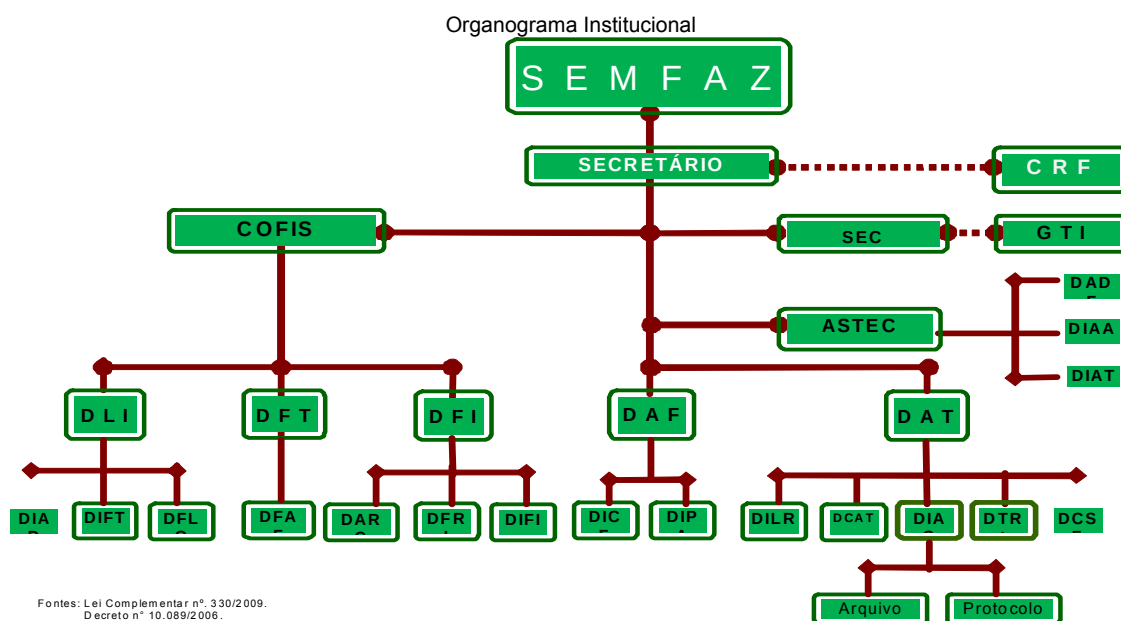
A Missão: satisfação total do contribuinte.

Visão de futuro: ter uma SEMFAZ moderna, ágil, com uma arrecadação superavitária com o funcionalismo motivado, qualificado e valorizado e com o contribuinte satisfeito.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Valores: prevalência dos direitos humanos, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e promoção de atendimento igualitário a todos sem quaisquer formas de discriminação.

Nosso público: Toda a sociedade.



Conselho de Recursos Fiscais

O Conselho de Recursos Fiscais (CRF/SEMFAZ), órgão colegiado autônomo, que integra, para efeitos de manutenção, remuneração e funcionamento, a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda ao Nível de Deliberação Colegiada, nos termos da Lei Complementar nº. 20/1994, e do Decreto nº. 10.089, de 07 de janeiro de 2005, in verbis:

“Art. 5º - O Conselho de Recursos Fiscais tem por finalidade assegurar aos litigantes, em processo administrativo, o direito ao contraditório e ampla defesa com os meios e recursos a ele inerentes, julgando, em segunda instância administrativa, os recursos interpostos pelos contribuintes do Município sobre matéria fiscal, competindo-lhe ainda:

- I. Representar o Secretário Municipal de Fazenda, propondo a adoção de medidas com o fito de aperfeiçoar a legislação tributária, objetivando promover a justiça fiscal e a conciliação dos interesses dos contribuintes com os do Município;
- II. Elaborar ementário, anualmente, das decisões prolatadas;
- III. Auxiliar a Administração, quando solicitado, sobre orientação, planejamento e interpretação de matéria tributária que envolva o contribuinte e a Fazenda Municipal.
- IV. Elaborar as pautas das sessões;
- V. Elaborar as atas das sessões;
- VI. Elaborar acórdãos, encaminhando-os para publicação no Diário Oficial do Município;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

VII. Notificar o contribuinte sobre a decisão proferida em julgamento;
VIII. Elaborar, em ordem cronológica, os recursos interpostos junto ao Conselho;
IX. Elaborar relatório de atividade anual, até o segundo mês do ano seguinte, devendo ser encaminhado ao Chefe do Executivo, assim como à Secretaria da Fazenda;

X. Desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 6º - O Conselho de Recursos Fiscais será composto pelos seguintes membros:

I. Presidente;

II. Vice-Presidente;

III. Três (03) Conselheiros representantes do Poder Executivo Municipal;

IV. Três (03) Conselheiros representantes dos contribuintes do Município;

V. Um (01) representante da Secretaria Municipal de Fazenda;

VI. Uma (01) secretária.

§ 1º - O Presidente, o Vice-Presidente e os representantes do Poder Executivo, tanto os efetivos como os suplentes, serão nomeados livremente pelo Chefe do Executivo Municipal, escolhidos dentre os servidores municipais com notório saber em assuntos fazendários.

§ 2º - Os representantes dos contribuintes, tanto os efetivos como os suplentes, serão escolhidos pelo Chefe do Executivo, em lista tríplice, indicados pelos órgãos de representação da sociedade.”

Assessoria Técnica

A Assessoria Técnica (ASTEC/SEMFAZ) compõe a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda ao Nível de Assessoramento, nos termos do Decreto nº. 10.089, de 07 de janeiro de 2005, in verbis:

Art. 7º - À Assessoria Técnica compete:

I. Assessorar o Secretário Municipal de Fazenda e o Secretário Adjunto, orientando, coordenando e instruindo as ações pertinentes à pasta;

II. Elaborar o plano geral de trabalho da Secretaria, bem como acompanhar sua execução;

III. Coordenar a elaboração da proposta orçamentária da Secretaria;

IV. Analisar, acompanhar, controlar e avaliar os projetos desenvolvidos na Secretaria;

V. Elaborar estudos, pesquisas e projetos de interesse da Secretaria, em conjunto com as demais unidades de execução programática, propondo expedição de normas necessárias à execução das atividades de auditoria e de inspeção.

VI. Promover condições para assegurar a eficácia do controle externo e a regularidade na realização da receita e da despesa;

VII. Estudar e avaliar, em caráter permanente, o desempenho dos órgãos e unidades da estrutura organizacional da administração fazendária, bem como a análise dos métodos e processos de trabalho;

VIII. Elaborar relatório de atividades quadrimestral;

IX. Desempenhar outras atividades correlatas.

Gerência de Tecnologia

A implantação em 2005 da Gerência de Tecnologia da Informação (GTI/SEMFAZ) teve como objetivo o gerenciamento direto do Sistema Integrado de Administração Tributária (SIAT), gerenciamento da rede lógica com a inclusão do Sistema de Financeiro e Contábil sob o domínio da REDE/SEMFAZ.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Destaque-se que tal gerência ainda não consta na estrutura normatizada na SEMFAZ, o que possivelmente deverá ser inserida neste ano, através de propositura de nova lei de reestruturação da Secretaria Municipal de Fazenda.

Departamento de Administração Tributária

O Departamento de Administração Tributária (DAT/SEMFAZ) compõe a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda ao Nível de Execução Programática, com as competências definidas nos termos do Decreto nº 10.089, de 07 de janeiro de 2005, in verbis:

“Art. 12 - O Departamento de Administração Tributária tem por finalidade a coordenação da política tributária e fiscal desenvolvida pela Secretaria Municipal de Fazenda, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Secretário Municipal de Fazenda, competindo-lhe ainda:

- I. Assessorar o Secretário Municipal na política fiscal do Município;
- II. Orientar, dirigir e controlar a arrecadação das rendas do Município;
- III. Analisar o comportamento da receita, visando a apresentação de medidas corretivas e ao estabelecimento de projetos;
- IV. Estudar as questões relativas às rendas tributárias e não tributárias, propondo medidas de aperfeiçoamento e melhoria do Sistema Municipal da Fazenda, bem como o preparo dos elementos necessários à estimativa das receitas;
- V. Determinar e orientar a inscrição dos débitos não liquidados, em dívida ativa;
- VI. Acompanhar e determinar a inscrição em dívida ativa de débitos não tributários decorrentes da aplicação de legislação civil e penal;
- VII. Prestar informações e esclarecimentos aos contribuintes sobre o atendimento de exigências da legislação municipal;
- VIII. Instruir e informar a autuação fiscal e assuntos de competência fazendária;
- IX. Decidir, em primeira instância, sobre a procedência da autuação e imposição legal, em caso de defesa;
- X. Protocolar, registrar e controlar processos formalizados na Fazenda Municipal;
- XI. Organizar e manter serviços de atendimento ao público, biblioteca e arquivo;
- XII. Promover reuniões periódicas com os servidores, sob sua direção, objetivando estudar e aperfeiçoar as atividades desenvolvidas pelas unidades;
- XIII. Elaborar relatório de atividades quadrimestral;
- XIV. Desempenhar as outras atividades correlatas.

Coordenadoria Municipal de Fiscalização

A Coordenadoria Municipal de Fiscalização (COOFIS/SEMFAZ), criada pela Lei Complementar nº 330/2009 integra a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda ao Nível de Execução Programática, tem a seguinte composição: Departamentos de Licenciamentos, de Fiscalização de Impostos e Fiscalização de Taxas, com as competências parcialmente definidas nos termos do Decreto nº 10.089, de 07.01.2005, que se encontra em reformulação, in verbis:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

“Art. 25 – O Departamento de Fiscalização tem por finalidade dirigir, coordenar e controlar as atividades específicas e genéricas de fiscalização tributária e de rendas, competindo-lhe ainda:

- I. Assessorar ao Secretário Municipal na política fiscal do Município;
- II. Orientar, dirigir e fiscalizar os tributos de competência do Município;
- III. Estudar as questões relativas às fiscalizações do Município, propondo medidas de aperfeiçoamento e melhoria, bem como medidas necessárias ao incremento da arrecadação.
- IV. Programar operações fiscais com fins determinados, bem como a realização de diligências, plantões e blitz;
- V. Informar aos contribuintes sobre as exigências legais referentes a assuntos pertinentes à Secretaria de Fazenda;
- VI. Instruir e informar das imposições de multas e demais assuntos de competência fazendária;
- VII. Orientar o ordenamento dos Processos Administrativos Tributários;
- VIII. Promover reuniões periódicas com os funcionários sob sua direção, objetivando estudar e aperfeiçoar as atividades desenvolvidas pela unidade;
- IX. Elaborar relatório de atividades quadrimestral;
- X. Desempenhar de outras atividades correlatas.”

Departamento de Administração Financeira

O Departamento de Administração Financeira (DAF/SEMFAZ) compõe a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda ao Nível de Execução Programática, com as competências definidas nos termos do Decreto nº 10.089, de 07 de janeiro de 2005, in verbis:

“Art. 17 - O Departamento de Administração Financeira – DAF, tem por finalidade elaborar e controlar a programação financeira e coordenar o Sistema de Tesouraria, relacionado ao pagamento de todas as despesas contraídas pela Administração Municipal, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Secretário de Fazenda, competindo-lhe ainda:

- I. Coordenar a aplicação dos recursos financeiros do Município;
- II. Elaborar, sob a orientação do Secretário, a programação de pagamento da Administração Municipal;
- III. Controlar mensalmente os demonstrativos contábil-financeiros de execuções orçamentárias, independentes do orçamento;
- IV. Manter o rigoroso controle das ações, ou valores pertencentes ao Município, bem como a guarda os títulos de valores dados em garantia de contratos;
- V. Manter atualizadas as certidões negativas do Município e acompanhar a atualização do certificado de regularidade previdenciária do IPAM;
- VI. Assessorar o Secretário Municipal de Fazenda nas decisões que envolvam a aplicação ou investimento dos recursos financeiros do Município;
- VII. Acompanhar a evolução da receita própria e de transferências efetivamente ingressada nos cofres, emitindo relatório;
- VIII. Programar pagamentos de acordo com a disponibilidade de recursos;
- IX. Supervisionar e acompanhar a execução do orçamento da SEMFAZ;
- X. Acompanhar o repasse de cotas de participação do Município nos tributos federais e estaduais;
- XI. Manter o controle das cláusulas contratuais que impliquem em obrigações financeiras para o Município;
- XII. Promover a integração de suas divisões;
- XIII. Elaborar relatório de atividades quadrimestral;
- XIV. Desempenhar outras atividades correlatas.”

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Gestão de Pessoas

Recursos Humanos - Quadro Funcional

A estrutura de pessoal da Secretária Municipal de Fazenda é formada pelos cargos constantes na tabela abaixo (quantitativos e nomenclaturas estabelecidas pela Lei Complementar nº 391/20100.

Cargo	Nível	Quantidade Total	Preenchidos	Vagos
Auditor do Tesouro Municipal	Superior	80	35	45
Fiscal Municipal Tributário	Médio	60	27	33
Fiscal Municipal de Obras	Médio	30	10	20
Assistente de Arrecadação	Médio	43	25	18
Auxiliar de Serviços Fiscais	Médio	07	07	00
Técnicos	Médio/Superior	16	15	01
Auxiliar Administrativo	Médio	04	04	00
Assistente Administrativo	Médio	04	04	00
Atendente	Médio	04	04	00
Estagiário	Superior Incompleto	19	17	02
Motoristas	Fundamental	07	07	00
Serviços Gerais	Fundamental	06	06	00

Pessoal do Grupo TAF Nomeado e Quantitativo Ideal

O corpo técnico da Secretaria Municipal de Fazenda é formado, nos termos das Leis Complementares nºs 385/2010, 391/2010, 187/2004 e 197/2004, pela seguinte composição de cargos:

Cargo	Nível	Quantidade Total	Preenchidos	Vagos	Quantidade Ideal (Necessidade atual)
Auditor do Tesouro Municipal	Superior	80	35	45	60
Fiscal Municipal Tributário	Superior*	60	27	23	60
Fiscal Municipal de Obras	Superior*	30	09	10	30
Assistente de Arrecadação	Superior*	43	25	18	43
Auxiliar de Serviços Fiscais	Médio	07	07	00	07
Técnicos	Médio	16	15	00	15

*Cargos com elevação de nível médio para Nível Superior, para novos ingressantes, promovidas pela Lei Complementar nº 391/2010.

Contratação Temporária

A Secretaria Municipal de Fazenda tem como colaboradores diretos, estagiários selecionados junto às instituições de ensino superior, na seguinte composição:

Cargo	Nível	Quantidade Total	Preenchidos
Estagiário	Superior Incompleto	19	17

Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal

Consoante à política de gestão de pessoal a administração tem procurado, de acordo com as necessidades e carências instrutivas dos servidores, para tanto, realizou treinamentos e participou de diversos seminários, palestras e cursos oferecidos pela Administração ou outras instituições.

Dentre os eventos acima podemos destacar os Palestras e treinamentos sobre o Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI), promovidas pela Comissão Gestora do Simples Nacional (CGSM/SEMFAZ) realizados no Conselho Regional de Contabilidade (03 eventos), III Seminário Nacional do Simples Nacional (16 a 20/03/2009 - Brasília/DF), Seminário Regional do Simples Nacional realizado no Auditório do TRT/14 Região, Encontro Estadual da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedor Individual, promovido pelo SEBRAE e SESCOAP, no dia 10.06.2010 no auditório do SENAC, reuniões técnicas temáticas com vários segmentos da sociedade, integração efetiva da Fazenda Municipal na Associação Nacional das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), mediante a indicação de 02 (dois) Auditores para integrarem a Câmara Técnica Permanente daquela entidade, cujo objetivo é discutir e propor inovações legislativas e tecnológicas em nível Nacional (atuando em proposições de Leis Complementares junto ao Congresso Nacional), sendo que atualmente sua representação local atual em 02 (dois) Grupos de Trabalhos (GT's 03 e 05) - Reestruturação Legislativa do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e como relator do Projeto Declaração Eletrônica de Serviços, Notas Fiscal Eletrônica e Declaração de Serviços de Instituições Financeiras para integração ao Sistema Público de Escrituração Digital, tendo, ainda sido ofertados outros cursos, dentre os quais:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Curso de Informática - Digitação, Word, Excel, Excel Avançado e outros na área;
- Curso Liderança – O Fator Resultado;
- Curso Carta de Serviços da Gestão Pública;
- Curso de Autoavaliação da Gestão Pública;
- Curso Excelência na Gestão Pública Municipal;
- Curso Técnica de Redação Jurídica;
- Oficina de Planejamento Estratégico;
- Project - Gerenciamento de Projetos.

Quanto a treinamentos internos merecem destaque o referente às interações e atualizações legais dos servidores fiscais e técnicos sobre a Sistematização e inovações do Simples Nacional, promovidos pela Comissão Gestora do Simples Nacional, discussões e realização de audiências internas e reuniões técnicas externas com diversos órgãos e autoridades envolvidas sobre o Anteprojeto do Novo Código Tributário do Município de Porto Velho, em elaboração.

Foram realizados outros cursos em parceria com a Funescola, dentre outros o de Tramitação de Processos em Sistema Eletrônico, curso de licitação, contabilidade pública, treinamentos para operacionalização de sistemas bancários, Planejamento Estratégico, Técnicas de Redação Jurídica, participação de servidores em cursos promovidos pela Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda (ESAF/MF), não presenciais, em Imposto Territorial Rural, Licitações e Contratos e outros.

Atividades Sociais

A principal atividade de engajamento social desenvolvidas pelos servidores da SEMFAZ, com apoio da Associação Profissional dos Auditores Fiscais (AAFIM) e do Sindicato dos Fiscais de Porto Velho (SINDIFISC) é o “Projeto Criança Feliz”, que anualmente oferece em determinada região carente de Porto Velho um dia de lazer, diversão e serviços diversos para crianças, sendo que em 2010 o local beneficiado foi a Escola Infantil Voo da Juriti, no Bairro Tancredo Neves, com a participação/atendimento de cerca de 1.600 (um mil e seiscentas) crianças.



Execução Orçamentária

Resultados da Execução da Receita Orçamentária

Receitas Correntes são aquelas que aumentam apenas o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgota dentro do período anual. São os casos, por exemplo, das receitas dos impostos que, por se extinguirem no decurso da execução orçamentária, têm que ser auferidas todos os anos. Compreende a receita tributária; os impostos; as taxas; as contribuições de melhoria; a receita patrimonial; a receita agropecuária; a receita industrial; a receita de serviços; as transferências correntes; e outras receitas correntes.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Comparativo das Receitas Correntes
2004 x 2005 x 2006 x 2007 x 2008 x 2009 x 2010
(Valores em R\$ mil Correntes)

ESPECIFICAÇÃO		EXERCÍCIOS FISCAIS															
		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2010	
		COMP		COMP		COMP		COMP		COMP		COMP		COMP		COMP	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
RECEITAS CORRENTES		245.207	12%	274.064	12%	315.331	15%	380.385	21%	426.349	12%	539.983	27%	693.422	28%	245.207	183%
Receita Tributária		31.429	17%	36.929	17%	47.240	28%	55.775	18%	70.706	27%	137.151	94%	137.151	67%	31.429	627%
IPTU		3.720	-2%	3.636	-2%	3.861	6%	4.914	27%	5.645	15%	6.549	16%	7.640	17%	3.721	105%
ISSQN		16.149	22%	19.752	22%	27.088	37%	31.495	16%	41.374	31%	100.104	142%	181.668	81%	16.149	1025%
ITBI		1.222	5%	1.278	5%	1.638	28%	2.791	70%	3.628	30%	4.588	26%	5.236	14%	1.222	328%
Taxas pelo Poder de Polícia (Alvará/Visoria/Publicidade)		1.915	-12%	1.683	-12%	2.499	48%	2.316	-7%	2.945	27%	4.036	37%	4.652	15%	1.915	143%
Outras Receitas Tributárias		8.422	26%	10.581	26%	12.154	15%	14.397	18%	17.114	19%	21.874	28%	29.304	34%	8.422	248%
Receita de Contribuições		26.475	-34%	17.453	-34%	19.835	14%	21.226	7%	25.046	18%	31.931	27%	38.920	22%	26.475	47%
Receita Patrimonial		6.664	91%	12.737	91%	12.547	-1%	11.302	-10%	14.621	29%	16.981	16%	24.895	47%	6.664	274%
Receita Agropecuária		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes		163.353	23%	200.458	23%	225.646	13%	260.568	15%	298.521	15%	338.973	14%	383.627	13%	163.353	135%
Conta-Parte do FPM		64.725	29%	83.221	29%	91.408	10%	108.626	19%	118.910	9%	129.268	9%	124.095	-4%	64.725	92%
Conta-Parte do ICMS		48.855	16%	56.450	16%	57.408	2%	60.876	6%	73.899	21%	82.592	12%	104.254	26%	48.855	113%
Conta-Parte IPVA		7.135	7%	7.627	7%	10.835	42%	10.681	-1%	12.640	18%	13.981	11%	19.314	38%	7.135	171%
Transferências do FUNDEB		21.808	49%	32.489	49%	34.192	5%	44.432	30%	54.862	23%	62.806	14%	75.341	20%	21.808	245%
Outras Transferências Correntes		20.829	-1%	20.670	-1%	31.803	54%	35.919	13%	38.210	6%	50.326	32%	60.623	20%	20.829	191%
Outras Receitas Correntes		17.286	-62%	6.487	-62%	10.063	55%	11.510	14%	17.455	52%	14.947	-14%	17.480	17%	17.286	1%
DEDUÇÕES (I)		29.302	-9%	26.804	-9%	30.430	14%	36.063	19%	44.054	22%	56.733	29%	69.340	22%	29.302	137%
Contrib. Plano Seg. Social Servidor		12.206	-52%	5.800	-52%	8.076	39%	7.961	-1%	9.139	15%	13.357	46%	17.833	34%	12.206	46%
Compens. Financ. entre Reg. Previd.		-	-	-	-	-	-	-	-	405	100%	615	52%	1.670	172%	-	100%
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF		17.096	23%	21.004	23%	22.354	6%	26.568	19%	34.510	30%	42.761	24%	49.837	17%	17.096	192%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)		215.905	15%	247.260	15%	284.901	15%	324.320	14%	382.295	18%	483.250	26%	624.082	29%	215.905	189%

Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMPAZ - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Suplemento do DOM nº 3.930, 31.01.2011 (Dados 2010).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Análise vertical da composição das receitas orçamentárias
correntes dos exercícios 2004 a 2010
Em R\$ Mil Correntes

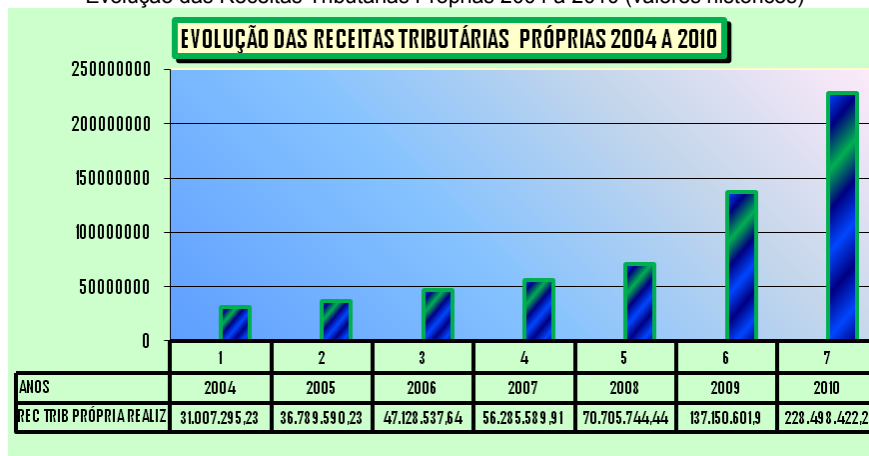
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIOS FISCAIS									
	2004		2005		2006		2007		2008	
	R\$	ANÁLISE VERTICAL (%)	R\$	ANÁLISE VERTICAL (%)	R\$	ANÁLISE VERTICAL (%)	R\$	ANÁLISE VERTICAL (%)	R\$	ANÁLISE VERTICAL (%)
RECEITAS CORRENTES (I)	245.207	100,00	274.064	100,00	315.331	100,00	380.385	100,00	426.349	100,00
Receita Tributária	31.429	12,82	36.929	13,47	47.240	14,98	55.775	14,66	70.706	16,58
IPTU	3.721	1,52	3.636	1,33	3.861	1,22	4.914	1,29	5.645	1,32
ISS	16.149	6,59	19.752	7,21	27.088	8,59	31.495	8,28	41.374	9,70
ITBI	1.222	0,50	1.278	0,47	1.638	0,52	2.791	0,73	3.628	0,85
Taxas pelo Poder de Polícia (Alvará/Visoria/Publicidade)	1.915	0,78	1.683	0,61	2.499	0,79	2.316	0,61	2.945	0,69
Outras Receitas Tributárias e Emolumentos	8.422	3,43	10.581	3,86	12.154	3,85	14.397	3,78	17.114	4,01
Receita de Contribuições	26.475	10,80	17.453	6,37	19.835	6,29	21.226	5,58	25.046	5,87
Receita Patrimonial	6.664	2,72	12.737	4,65	12.547	3,98	11.302	2,97	14.621	3,43
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	163.353	66,62	200.458	73,14	225.646	71,56	260.568	68,50	298.521	70,02
Cota-Parte do FPM	64.725	26,40	83.221	30,37	91.408	28,99	108.626	28,56	118.910	27,89
Cota-Parte do ICMS	48.855	19,92	56.450	20,60	57.408	18,21	60.876	16,00	73.899	17,33
Cota-Parte IPVA	7.135	2,91	7.627	2,78	10.835	3,44	10.681	2,81	12.640	2,96
Transferências do FUNDEB	21.808	8,89	32.489	11,85	34.192	10,84	44.432	11,68	54.862	12,87
Outras Transferências Correntes	20.829	8,49	20.670	7,54	31.803	10,09	35.919	9,44	38.210	8,96
Outras Receitas Correntes	17.286	7,05	6.487	2,37	10.063	3,19	11.510	3,03	17.455	4,09
DEDUÇÕES (II)	29.302	11,95	26.804	9,78	30.430	9,65	36.063	9,48	44.054	10,33
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	12.206	4,98	5.800	2,12	8.076	2,56	7.961	2,09	9.139	2,14
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	405	0,09
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	17.096	6,97	21.004	7,66	22.354	7,09	26.568	6,98	34.510	8,09
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	215.905	88,05	247.260	90,22	284.901	90,35	324.320	85,26	382.295	89,67
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMPAZ - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, DOM nº. 3.930, 31/JAN/2011.										
COMENTÁRIOS:										
1) A Análise Vertical, através dos índices, tomando como base o total das Receitas Correntes dos Exercícios Fiscais, objetiva fornecer ao Gestor informações inerentes à composição do ORÇAMENTO FISCAL, bem como medir o nível de dependência inerentes às transferências constitucionais voluntárias e avaliar comparativamente o desempenho da Administração Tributária por elemento de receita e suas deduções para a Previdência de seus servidores, bem como para a formação do Fundef.										
2) Observa-se a redução no nível de dependência dos recursos de transferências governamentais, visto que em 2004 a Receita Tributária Própria que respondia por 12,82% do orçamento total passou em 2010 a representar 33% do orçamento;										
3) Destaca-se o extraordinário crescimento da arrecadação do ISSQN, que mesmo antes das obras das Usinas do Madeira, havia passado a representar dos 6,59% do orçamento de 2004 para 9,7% em 2008, sendo que em 2010 financiou o equivalente a 26,2% de todo o recurso corrente disponibilizado no ano.										

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

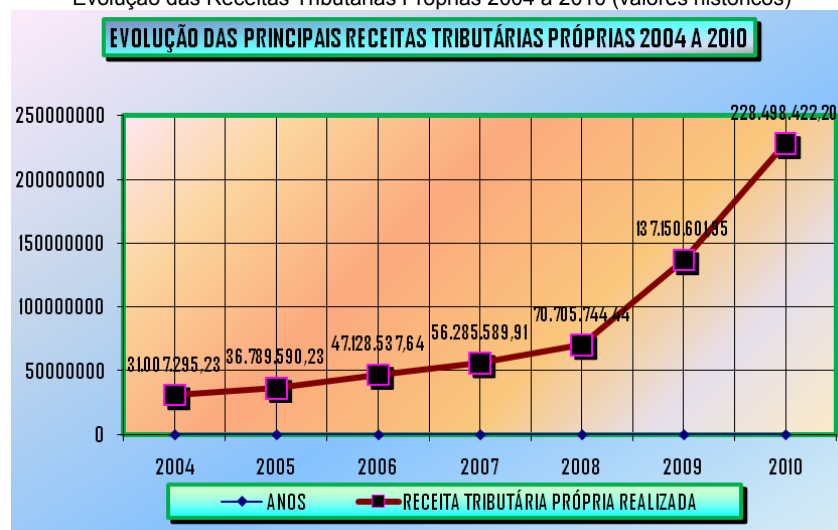
Receitas orçamentárias correntes
realizadas nos exercícios 2004 a 2010

Anos	Receita realizada
2004	31.007.295,23
2005	36.789.590,23
2006	47.128.537,64
2007	56.285.589,91
2008	70.705.744,44
2009	137.150.601,95
2010	228.498.422,20
Total	607.565.781,60

Evolução das Receitas Tributárias Próprias 2004 a 2010 (valores históricos)



Evolução das Receitas Tributárias Próprias 2004 a 2010 (valores históricos)



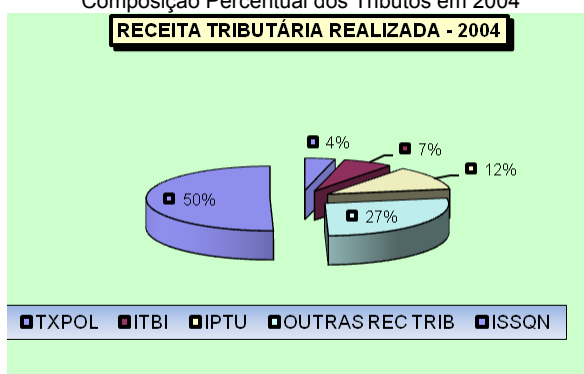
Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Tributos Administrados pela SEMFAZ - Comparativos 2004 a 2010

Composição Quantitativa dos Tributos em 2004

Ano	Tributo	Rec Realizada/2004
2004	TXPOL	1.217.573,26
	ITBI	2.007.840,75
	IPTU	3.721.110,61
	OUTRAS REC TRIB	8.420.000,00
	ISSQN	15.640.770,61
Total		31.007.295,23

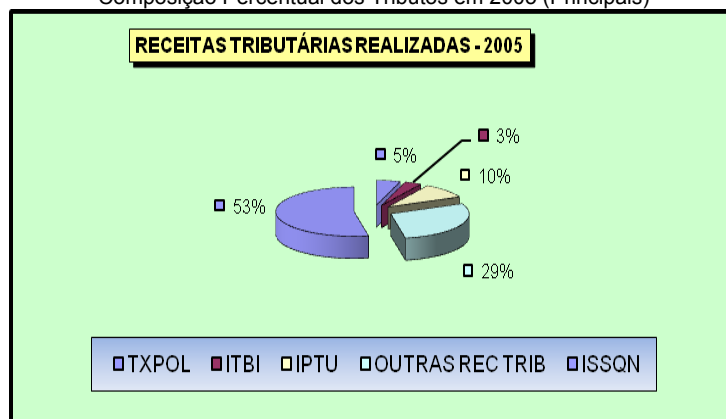
Composição Percentual dos Tributos em 2004



Composição Quantitativa dos Tributos em 2005

Ano	Tributo	Rec Realizada/2005
2005	TXPOL	1.810.428,02
	ITBI	1.277.090,45
	IPTU	3.630.281,84
	OUTRAS REC TRIB	10.581.000,00
	ISSQN	19.490.789,92
Total		36.789.590,23

Composição Percentual dos Tributos em 2005 (Principais)

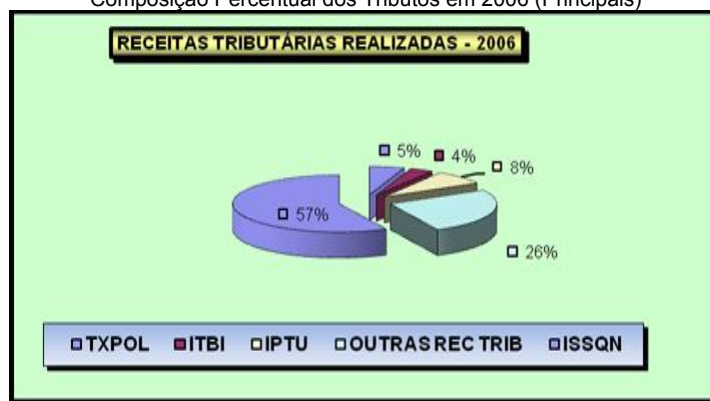


Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Composição Quantitativa dos Tributos em 2006 (Principais)

Ano	Tributo	Rec Realizada/2006
2006	TXPOL	2.498.903,93
	ITBI	1.638.126,82
	IPTU	3.831.000,95
	OUTRAS REC TRIB	12.154.000,00
	ISSQN	27.006.505,94
Total		47.128.537,64

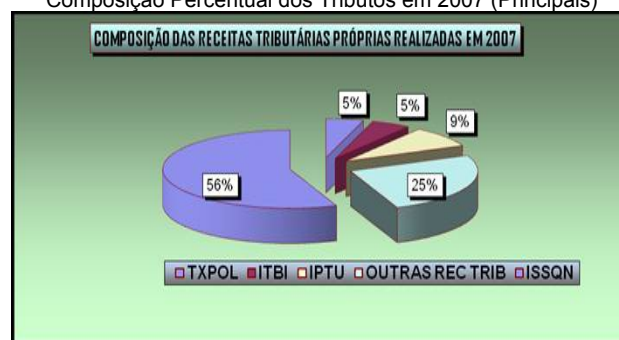
Composição Percentual dos Tributos em 2006 (Principais)



Composição Quantitativa dos Tributos em 2007 (Principais)

Ano	Tributo	Rec Realizada/2007
2007	TXPOL	2.687.383,84
	ITBI	2.791.564,40
	IPTU	4.915.011,94
	OUTRAS REC TRIB	14.397.000,00
	ISSQN	31.494.629,73
Total		56.285.589,91

Composição Percentual dos Tributos em 2007 (Principais)



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Composição Quantitativa dos Tributos em 2008

Ano	Tributo	Rec Realizada/2008
2008	TXPOL	2.945.000,00
	ITBI	3.628.000,00
	IPTU	5.645.000,00
	OUTRAS REC TRIB	41.373.744,44
	ISSQN	17.114.000,00
Total		70.705.744,44

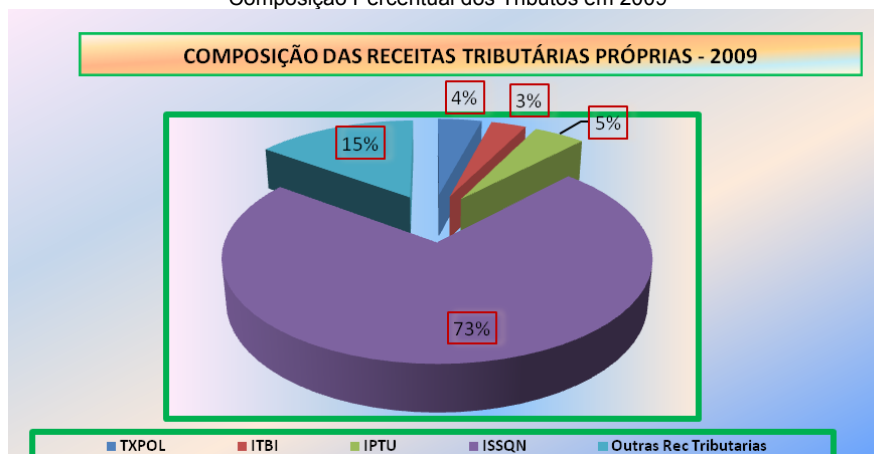
Composição Percentual dos Tributos em 2008



Composição Quantitativa dos Tributos em 2009

Ano	Tributo	Rec Realizada/2009
2009	TXPOL	5.605.549,39
	ITBI	4.487.626,19
	IPTU	6.548.636,69
	OUTRAS REC TRIB	100.103.789,68
	ISSQN	20.405.000,00
Total		137.150.601,95

Composição Percentual dos Tributos em 2009

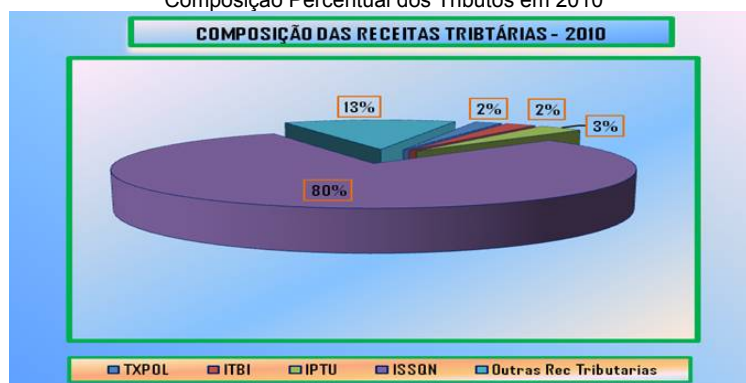


Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Composição Quantitativa dos Tributos em 2010

Ano	Tributo	Rec Realizada/2010
2010	TXPOL	4.651.663,69
	ITBI	5.238.102,05
	IPTU	7.640.050,14
	OUTRAS REC TRIB	181.666.683,02
	ISSQN	29.301.923,30
Total		228.498.422,20

Composição Percentual dos Tributos em 2010



Principais Tributos Municipais “In Espécies” - Arrecadações

ITBI - Imposto Sobre Transmissão “Inter Vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direito a ele relativos, exceto os garantia, bem como a cessão de aquisição de seus direitos.

Legislação básica de referência: Constituição Federal/1988; Lei nº 5.172/1966 (Art. 35 a 38 e 42); e, Lei Complementar nº 199/2004.

Competência

O ITBI é de competência dos Municípios e do Distrito Federal (art. 156, II, da CRFB/1988).

Importante observar que na vigência da Constituição Federal anterior, a competência para instituição desse imposto era dos Estados e do Distrito Federal.

Função

O ITBI tem função predominantemente fiscal, foi criado para melhorar a arrecadação dos Municípios e do distrito Federal.

Fato Gerador

O ITBI tem como fato gerador a transmissão, “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição.

Alíquotas

As alíquotas do ITBI são fixadas por lei municipal, no caso de Porto Velho a Lei nº. 199/2004 estabelece a alíquota em 2% (dois por cento).

Base de Cálculo

A base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos (art. 38 do CTN). Não se trata do preço de venda, mas o valor venal, que é apurado com base nas condições do mercado.

Poderá, entretanto, com base no artigo 148, do CTN, o Fisco arbitrar que entender real para o bem transacionado.

Contribuintes e Responsáveis

Contribuinte do ITBI, de acordo com o artigo 42 do CTN, é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei municipal, o legislador do município de Porto Velho elegeu o adquirente ou o cessionário do direito e na permuta cada um dos permutantes.

Responsáveis - respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o transmitente, o cedente e os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente a atos por eles ou perante eles praticados em razão de seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis que resultem em prejuízos ao erário.

Imunidades

Nos termos do artigo 156, II, da Constituição Federal de 1988, foram retiradas do campo de tributação do imposto a transmissão de direitos reais de garantia, ou seja, penhor, hipoteca e anticrese. Estes direitos de garantia estão previstos no NCC/2002, nos seguintes dispositivos:

- (art. 1431) constitui-se penhor pela transferência efetiva da posse que, em garantia do débito ao credor ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de uma coisa móvel suscetível de alienação. (no penhor rural, industrial, mercantil e de veículos, as coisas empenhadas continuam em poder do devedor, que as deve guardar e conservar).
- Hipoteca: podem ser objetos de hipoteca os imóveis e acessórios, o domínio direto, o domínio útil, as estradas de ferro, os recursos naturais, os navios e as aeronaves (os dois últimos por lei especial);
- Anticrese: é o direito de perceber os frutos do imóvel entregue em hipoteca ao credor até que satisfeitas as dívidas.

Nos termos do art. 156, § 2º, I, da CF/1988, são imunes:

- A transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;
- A transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil (considera-se preponderante quando mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica, nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à aquisição decorrer de transações imobiliárias);
- Não haverá tributação sobre a transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária (art. 184, § 5º, CF/1988).

Comportamento da Arrecadação

Embora se esperasse uma enorme queda na arrecadação deste tributo, visto que fora editada a Lei Complementar nº. 224/2005 e alterações, que promoveu a isenção deste imposto quando a escrituração do imóvel tivesse com objetivo a regularização fundiária, tal queda na arrecadação não ocorreu, visto que esta SEMFAZ, através da Divisão de Impostos, promoveu várias medidas de controles procedimentais para que, em decorrência do benefício isentivo, a arrecadação não fosse prejudicada, dentre as quais destacamos:

- A execução de diligências fiscais antes do lançamento do imposto – vistoria para constatar a realidade estrutural do imóvel;
- Notificações dos contribuintes que formalizaram processos e não mais procuraram o fisco para sanar a pendência do lançamento;
- Maior controle na execução dos lançamentos.
- O esforço fiscal resultou de forma positiva, visto que, mesmo com os benefícios concedidos, PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, a arrecadação do imposto foi de:
 - Superavitária em 10% (dez por cento) em relação à meta prevista para 2010;
 - Superavitária em 17% (dezessete por cento), se comparado com a receita realizada em 2009;
 - Superavitária em 330% (trezentos e trinta por cento), se comparada com a receita realizada em 2004.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

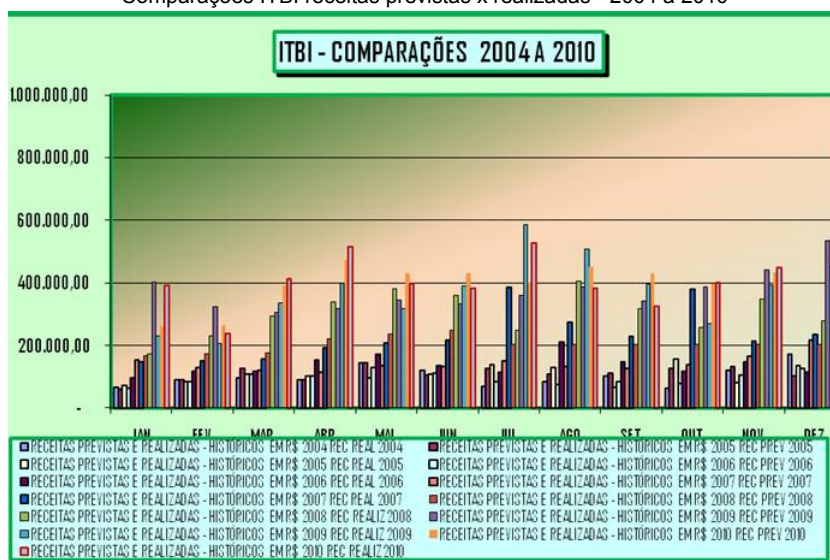
Comparativo da arrecadação do ITBI 2004 a 2010

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI																										
MÊS	RECEITAS PREVISITAS E REALIZADAS VALORES HISTÓRICOS EM R\$												RECEITAS PREVISITAS VERSUS REALIZADAS EVOLUÇÃO EM %												RECEITAS REALIZADAS EVOLUÇÃO EM %	
	2004	2005	2005	2006	2006	2007	2007	2008	2008	2009	2009	2010	2010	9002	9002	7002	8002	6002	0102	2008	2009	2010	2010			
	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL											REC REAL		
JAN	64.783,01	60.470,00	72.044,58	63.120,00	94.795,91	153.764,00	146.447,38	166.770,00	173.077,45	402.316,00	230.921,22	262.940,00	392.064,25	19	50	-5	4	-43	49	18	33	70	505			
FEV	91.341,84	89.230,00	84.448,50	84.380,00	117.133,80	127.679,00	150.542,65	171.420,00	228.960,66	324.362,00	206.387,41	264.000,00	237.339,16	-5	39	18	34	-36	-10	52	-10	15	160			
MAR	96.831,65	126.880,00	108.230,41	108.240,00	118.234,28	121.023,00	155.008,19	176.510,00	294.971,01	304.201,00	335.264,62	391.580,00	413.431,13	-15	9	28	67	10	6	90	14	23	327			
ABR	90.004,82	91.330,00	101.270,49	101.140,00	153.032,30	114.680,00	193.339,83	220.160,00	338.769,68	318.538,00	400.337,92	472.511,00	514.861,70	11	51	69	54	26	9	75	18	29	472			
MAI	144.386,61	145.570,00	95.227,99	129.870,00	171.637,46	136.622,00	208.288,02	237.190,00	380.609,92	345.419,00	316.457,13	429.880,00	397.456,74	-35	32	52	60	-8	-8	83	-17	26	175			
JUN	119.823,36	106.560,00	108.337,79	111.890,00	134.053,66	131.993,00	217.815,39	248.040,00	359.729,73	332.427,00	391.263,40	431.120,00	380.969,15	2	20	65	45	18	-12	65	9	-3	218			
JUL	69.154,94	125.790,00	136.883,28	82.500,00	114.042,86	150.678,00	384.512,77	203.350,00	247.331,51	360.652,00	566.889,86	400.180,00	528.475,52	9	38	155	22	63	32	-36	137	-10	664			
AGO	83.514,53	107.610,00	128.883,07	75.590,00	211.574,38	133.365,00	275.028,55	203.350,00	404.288,97	387.532,00	506.691,23	450.231,00	382.135,41	20	180	106	99	31	-15	47	25	-25	358			
SET	103.544,84	110.400,00	66.781,36	83.940,00	147.596,57	125.308,00	229.775,74	203.350,00	318.573,95	341.387,00	396.513,37	429.540,00	326.210,77	-40	76	83	57	16	-24	39	24	-18	215			
OUT	63.163,29	126.040,00	156.344,29	77.070,00	115.775,58	137.650,00	380.064,38	203.350,00	257.724,07	387.084,00	268.564,49	398.051,00	400.004,84	24	50	176	27	-31	0	-32	4	49	533			
NOV	120.168,31	131.910,00	81.933,69	104.430,00	146.009,87	164.735,00	215.081,90	203.350,00	346.370,04	441.293,00	394.156,62	434.600,00	448.238,57	-38	40	31	70	-11	3	61	14	14	273			
DEZ	170.866,06	103.470,00	136.705,00	126.820,00	114.240,15	216.503,00	235.669,60	203.350,00	277.439,45	534.929,00	454.178,92	384.447,00	816.914,81	32	-10	9	36	-15	112	18	64	80	378			
TOTAL	217.573,26	1.325.260,00	1.277.090,45	1.148.990,00	1.638.126,62	1.714.000,00	2.791.564,40	2.440.190,00	3.627.946,44	4.480.140,00	4.487.626,19	4.749.080,00	5.238.102,05	-4	43	63	49	0	10	30	24	17	330			

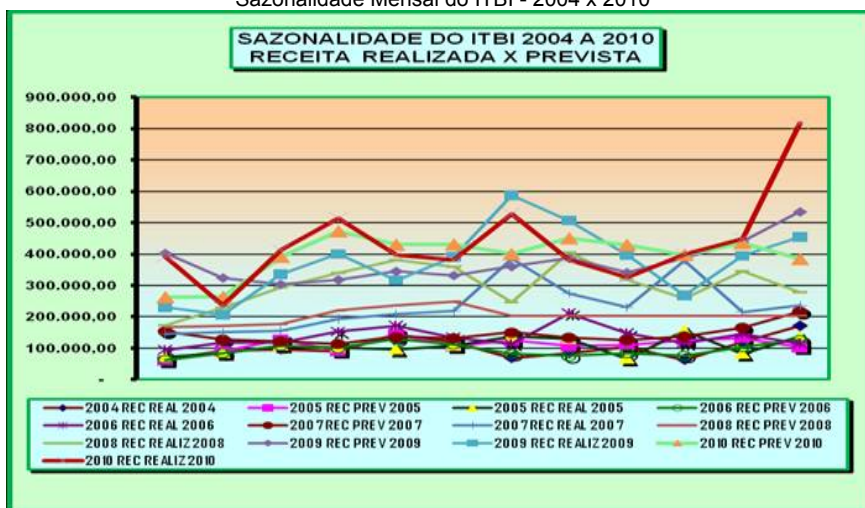
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMPAZ - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, DOM nº. 3.930, 31/JAN/2011 (2010).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Comparações ITBI receitas previstas x realizadas - 2004 a 2010



Sazonalidade Mensal do ITBI - 2004 x 2010



Taxas Pelo Poder de Polícia

Decorrem do acompanhamento do exercício da proteção prévia da sociedade, seja através da liberação de alvarás, liberação de passeio público ou vistorias.

Sua função é extrafiscal, ou seja, seu objetivo fim não é a arrecadação ou o simples ingresso dos recursos nos cofres públicos, muito embora venha se constituindo em uma razoável fonte de recursos para promover as melhorias sociais., visto que precipuamente seu fim é o resguardo do patrimônio público e particular, bem como a integridade física dos membros da sociedade.

A SEMFAZ objetivando atender às determinações legais, especificamente, o artigo 77, do CTN, não mais promove lançamento de TAXAS “de ofício”, mas, previamente, executam a prestação dos serviços com a realização de vistorias “in loco”, medições de áreas, publicidades e outras atividades correlatas. Estabeleceu-se um cronograma de vencimentos de taxas de localização e funcionamento de forma que facilitasse tanto a execução dos trabalhos diligenciais, como o cronograma de desembolso dos empresários.

Com a execução das medidas adotadas, observou-se ocorrências de divergências de horários de funcionamentos, de áreas utilizadas e de publicidades.

O esforço fiscal resultante da arrecadação do tributo foi:

- Deficitária em 1º (um por cento), se comparado com a receita prevista para 2010;
- Superavitária em 15% (quinze por cento), se comparado com a receita realizada em 2009;
- Superavitária em 132% (cento e trinta e dois por cento), se comparada à receita realizada em 2004.

Importa destacar que, dentre as situações fáticas, além da carente estrutura, o grande número de estabelecimentos novos que optaram pelo Simples Nacional, cujo tratamento diferenciado, qual seja a dilação do período para pagamento, para as empresas optantes (novas) que possuem uma carência de até 6 (seis) meses para recolhimento das taxas em comento.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

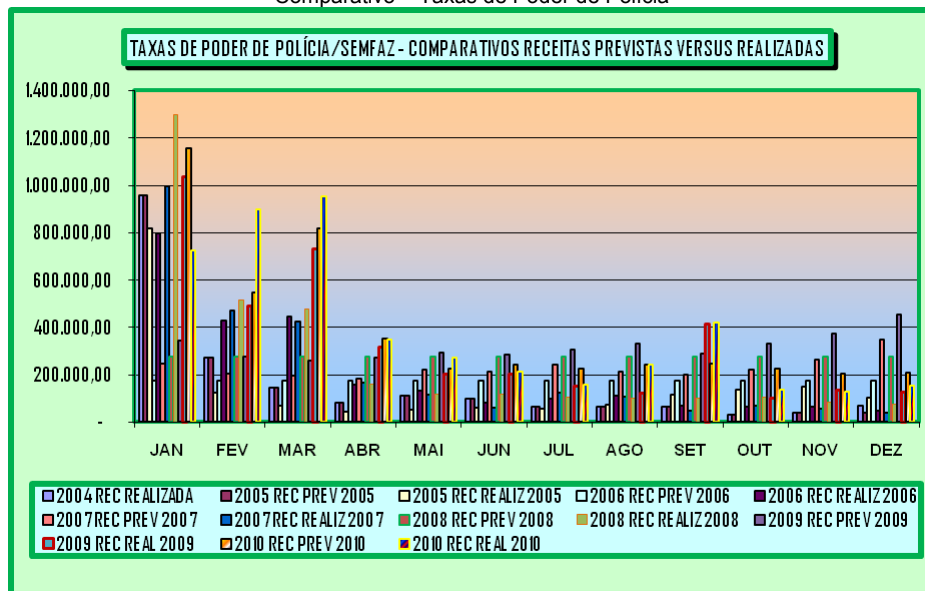
Comparação das Taxas de Poder de Polícia 2004 X 2005 X 2006 X 2007 X 2008 X 2009 X 2010

TAXAS DE PODER DE POLÍCIA																		
MES	2004	2005	2005	2006	2006	2007	2007	2008	2008	2009	2010	COMPARATIVO %					REAL 2009 x 2008	REAL 2010 x 2009
	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC REAL	REAL x PREV 2008	REAL x PREV 2007	REALIZ x PREV 2009	REALIZ x PREV 2010	REAL 2008 x 2007	REAL 2009 x 2008	
JAN	959.154,09	959.154,09	819.752,79	173.520,83	797.169,64	248.012,00	997.793,31	1.297.879,58	342.689,00	1.037.743,58	726.338,44	369	302	203	-37	30	-20	-30
FEV	270.180,19	270.180,19	125.696,77	173.520,83	427.113,23	206.113,00	471.576,46	515.000,68	276.289,00	491.337,52	896.834,16	146	129	86	78	9	-5	83
MAR	145.474,70	145.474,70	70.820,21	173.520,83	446.723,32	195.061,00	426.675,55	475.927,18	259.116,00	732.847,38	954.676,98	157	119	72	183	12	54	30
ABR	83.140,58	83.140,58	44.394,12	173.520,83	159.892,44	184.838,00	168.297,16	158.640,07	271.327,00	318.309,15	349.403,75	-8	-9	-43	17	-2	101	10
MAI	112.611,34	112.611,34	51.112,48	173.520,83	132.213,45	220.303,00	117.069,48	118.320,55	294.225,00	203.234,93	271.080,41	-55	-47	-57	-31	1	72	33
JUN	98.516,54	98.516,54	62.401,95	173.520,83	80.812,97	212.744,00	61.828,07	118.475,07	283.157,00	201.187,38	214.231,43	-53	-71	-57	-29	92	70	6
JUL	66.892,66	66.892,66	55.852,35	173.520,83	97.060,43	242.859,00	125.847,93	104.559,71	307.199,00	150.961,19	159.958,81	-17	-48	-62	-51	-17	44	6
AGO	65.482,22	65.482,22	75.387,06	173.520,83	113.127,50	214.954,00	106.736,46	100.584,69	330.097,00	120.655,14	242.710,00	15	-50	-64	0	-6	20	101
SET	66.707,49	66.707,49	115.446,88	173.520,83	70.571,84	201.968,00	46.349,58	101.293,28	290.791,00	414.681,52	420.659,17	73	-77	-63	43	70	119	1
OUT	31.002,29	31.002,29	136.420,84	173.520,83	63.759,55	221.861,00	67.680,99	104.104,67	329.714,00	102.393,69	135.511,93	340	-69	-62	-39	54	-2	32
NOV	41.553,37	41.553,37	149.408,64	173.520,83	63.713,86	265.515,00	56.974,63	83.286,59	375.891,00	135.752,11	127.281,43	260	-63	-70	-64	46	63	-6
DEZ	67.125,28	41.200,00	103.733,93	173.520,83	46.746,70	348.952,00	40.554,22	76.834,40	455.645,00	127.117,40	153.123,74	152	-73	-72	-27	89	65	20
TOTAL	2.007.840,75	1.981.915,47	1.810.426,02	2.082.250,00	2.498.903,93	2.763.180,00	2.687.393,94	3.254.906,47	3.816.140,00	4.036.220,99	4.651.663,69	-9	-3	2	6	-1	24	15

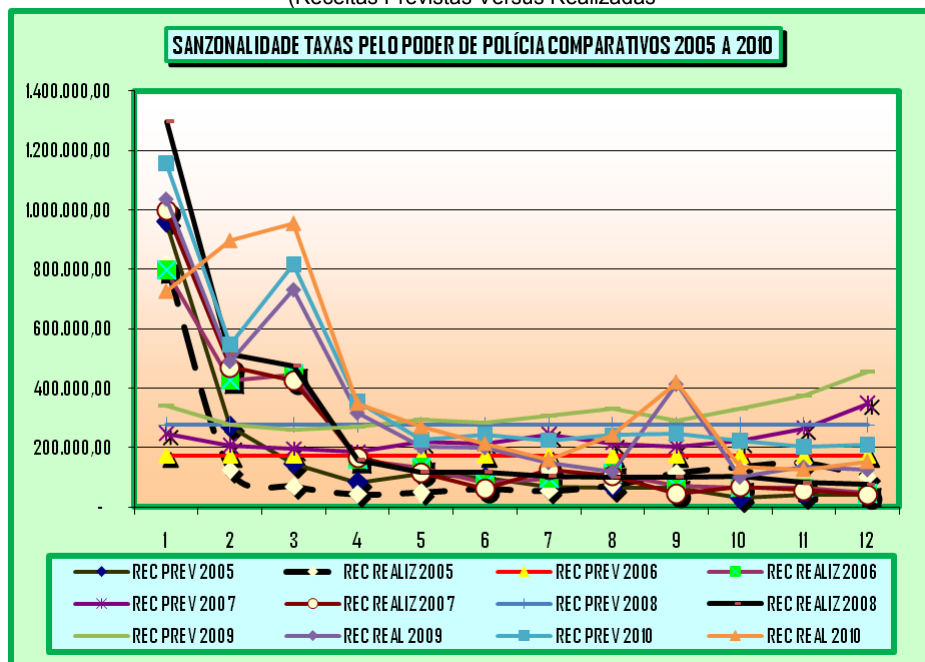
Fonte: Balancete da Receita – Departamento de Contabilidade/SEMPAZ – Relatórios 2004 a 2010

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

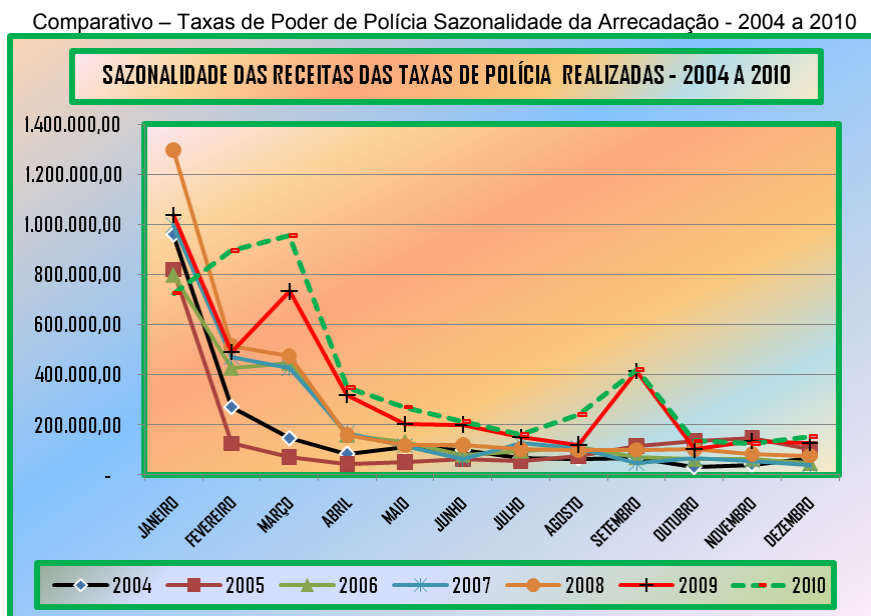
Comparativo – Taxas de Poder de Polícia



Comparativo – Taxas de Poder de Polícia sazonalidade
(Receitas Previstas Versus Realizadas)



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



IPTU e TRSD

O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) tem se convertido em um enorme desafio, visto que diversos fatores podem ser considerados responsáveis pela baixa adimplência, dentre os quais destacamos:

- A falta de titularização dos imóveis – não se têm como executar as dívidas, pois não se sabe quem são os reais proprietários;
- Inconsistências cadastrais – faltam dados dos contribuintes;
- A ausência de uma cultura de pagar IPTU – “O melhor é aguardar, pois a Prefeitura não vai cobrar mesmo!”.

O Município de Porto Velho, no exercício de 2010, com o intuito de promover a justiça fiscal para os menos favorecidos editou Lei Complementar concedendo o benefício de isenção do IPTU e da Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares para as pessoas inscritas no Programa Social Bolsa Família do Governo Federal, teve como resultante a concessão de 384 (trezentos e oitenta e quatro) benefícios isentivos.

Objetivando superar as deficiências elencadas, a SEMFAZ desde o ano de 2005 tem incrementado a inscrição dos débitos em DÍVIDA ATIVA e encaminhado com celeridade para a propositura da cobrança judicial, através do Departamento de Execuções Fiscais e da Vara de Execuções Fiscais, observamos que atualmente o comportamento do contribuinte, embora de forma sensível venha mudando, visto que diversos mandados de citações e penhoras estejam chegando às residências dos inadimplentes.

Outra medida importante foi a regularização fundiária, embora o Município, no primeiro momento, deixe de arrecadar o ITBI (isento pela LC nº. 224/2005 e alterações) assegura de quem exigir o recolhimento do IPTU, visto que o cadastro dos imóveis isento do ITBI possuem cadastro atualizado.

Embora com os limitadores mencionados, o esforço fiscal resultou de forma positiva, visto que, mesmo com os benefícios concedidos, a arrecadação do imposto foi de:

- Superavitária em 105% (cento e cinco por cento), se comparada com a receita realizada em 2004;
- Superavitária em 17% (dezesesseis por cento), se comparada com a receita realizada em 2009;
- Superavitária em 5% (cinco por cento), se comparada com a receita prevista para 2010.

A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD) tem por objetivo remunerar parte dos serviços contratados pelo Município inerentes à coleta, transporte e limpeza públicas de resíduos (lixo) domiciliares.

Destaque-se que diferentemente da maioria dos municípios a tributação em Porto Velho pela TRSD não leva em consideração o status do contribuinte quanto a utilização do imóvel, se comercial ou residencial, situação essa que deverá ser regularizada com o Projeto de Lei Complementar a enviado até SETEMBRO/2011 ao Executivo para remodelar e atualizar a tributação das taxas cobradas pelo Município de Porto Velho, cuja aplicação inovadora produzirá efeitos financeiros em 2012.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

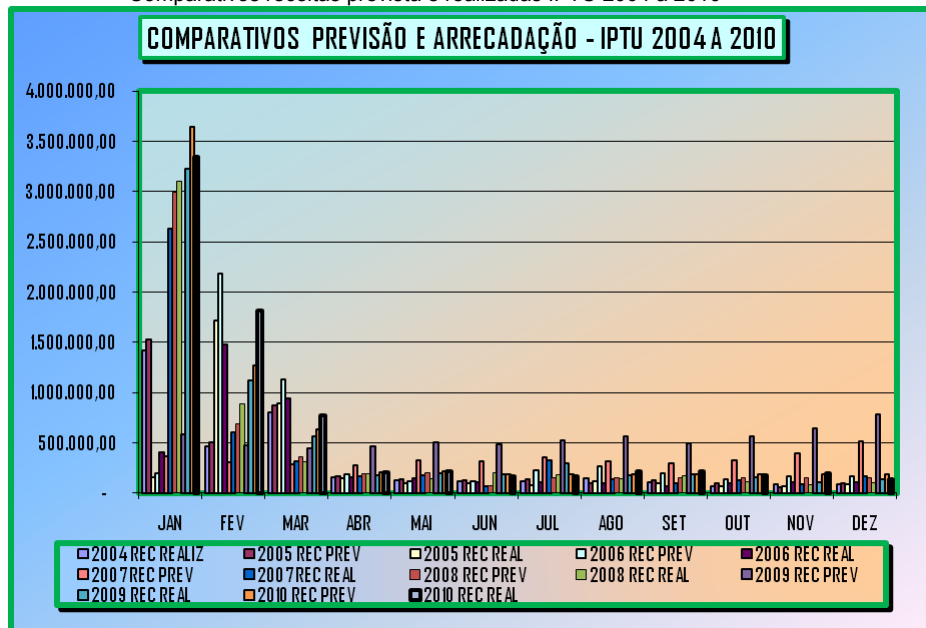
Comparação do IPTU Arrecadações 2004 X 2005 X 2006 X 2007 X 2008 X 2009 X 2010

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU																										
MÊS	2004	2005	2005	2005	2006	2006	2006	2007	2007	2007	2008	2008	2008	2009	2009	2009	2010	COMPARAÇÃO RECEITAS REALIZADAS VERSUS PREVISTAS %					COMPARAÇÃO RECEITAS REALIZADAS %			
	REC REALIZ	REC PREV	REC REAL	REC REAL	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC REAL	REC REAL	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2008/2007	2009/2008	2010/2009
JAN	1.419.485,77	1.533.030,00	158.825,60	199.200,00	410.023,79	369.277,00	2.627.764,04	2.992.310,00	3.100.046,11	569.983,00	3.229.524,11	3.649.900,00	3.348.304,32	-90	106	612	4	447	-8	18	4	4	136			
FEV	465.478,01	502.720,00	1.719.340,36	2.181.780,00	1.477.575,37	307.113,00	608.154,65	692.520,00	892.768,82	475.649,00	1.122.313,10	1.268.400,00	1.813.183,81	242	-32	98	29	136	43	47	26	62	290			
MAR	804.896,27	869.290,00	892.808,47	1.132.470,00	941.041,67	290.646,00	321.637,16	366.260,00	316.301,79	446.085,00	560.775,87	633.780,00	774.289,62	3	-17	11	-14	26	22	-2	77	38	-4			
ABR	159.895,09	172.690,00	151.015,71	191.410,00	154.901,00	275.414,00	168.739,99	192.150,00	194.649,81	467.108,00	182.983,34	206.800,00	203.494,02	-13	-19	-39	1	-61	-2	15	-6	11	27			
MAI	124.902,61	134.890,00	96.233,29	121.960,00	143.777,43	328.109,00	176.034,28	200.450,00	140.480,40	506.527,00	194.443,59	219.751,00	216.712,22	-29	18	-46	-30	-62	-1	-20	38	11	74			
JUN	115.811,73	125.070,00	96.825,38	122.740,00	108.967,28	316.994,00	67.774,34	77.170,00	203.596,60	487.475,00	185.694,81	184.060,00	172.660,01	-23	-11	-79	164	-62	-6	200	-9	-7	49			
JUL	123.250,60	136.620,00	77.351,11	229.760,00	112.739,12	381.867,00	327.546,24	156.590,00	179.110,60	528.864,00	301.072,49	184.060,00	163.810,13	-43	-51	-9	14	-43	-11	-45	68	-46	33			
AGO	143.923,05	102.890,00	116.548,04	268.290,00	99.187,99	320.287,00	133.689,07	156.590,00	143.615,29	568.283,00	173.911,32	184.060,00	213.957,10	13	-63	-58	-8	-69	16	7	21	23	49			
SET	108.741,26	132.200,00	97.919,13	202.710,00	73.675,38	300.938,00	100.791,55	156.590,00	176.853,45	500.615,00	186.261,70	184.060,00	215.002,52	-26	-64	-67	13	-63	17	75	5	15	98			
OUT	73.281,09	100.030,00	65.035,58	136.610,00	97.375,36	330.579,00	128.499,96	156.690,00	112.206,48	567.625,00	159.800,48	184.060,00	178.136,57	-35	-29	-61	-28	-72	-3	-13	42	11	143			
NOV	89.144,91	62.390,00	66.914,57	166.170,00	105.868,28	395.624,00	87.333,85	156.590,00	85.658,62	647.120,00	112.994,54	184.060,00	199.591,82	7	-36	-78	-45	-83	8	-2	32	77	124			
DEZ	92.320,22	103.430,00	91.464,60	172.100,00	105.868,28	519.952,00	167.046,81	156.590,00	99.794,53	784.426,00	138.871,34	184.060,00	140.908,00	-12	-38	-68	-36	-82	-23	-40	39	1	53			
TOTAL	3.721.110,61	3.975.290,00	3.630.281,84	5.125.200,00	3.831.000,95	4.116.800,00	4.915.011,94	5.460.500,00	5.645.092,50	6.569.740,00	6.548.636,69	7.267.051,00	7.640.050,14	-9	-25	19	3	0	5	15	16	17	105			

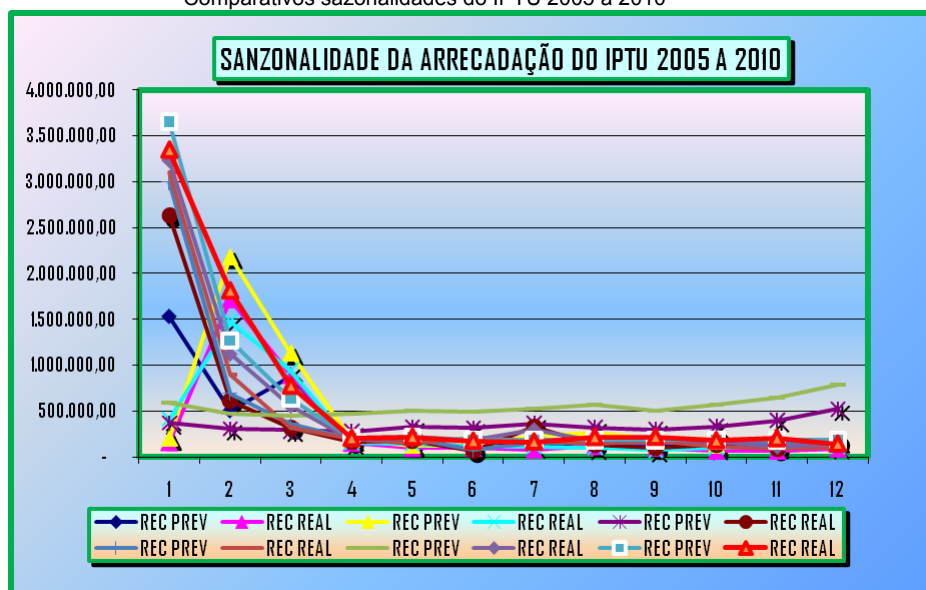
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMPAZ - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, DOM nº 3.930, 31/JAN/2011 (2010).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Comparativos receitas prevista e realizadas IPTU 2004 a 2010



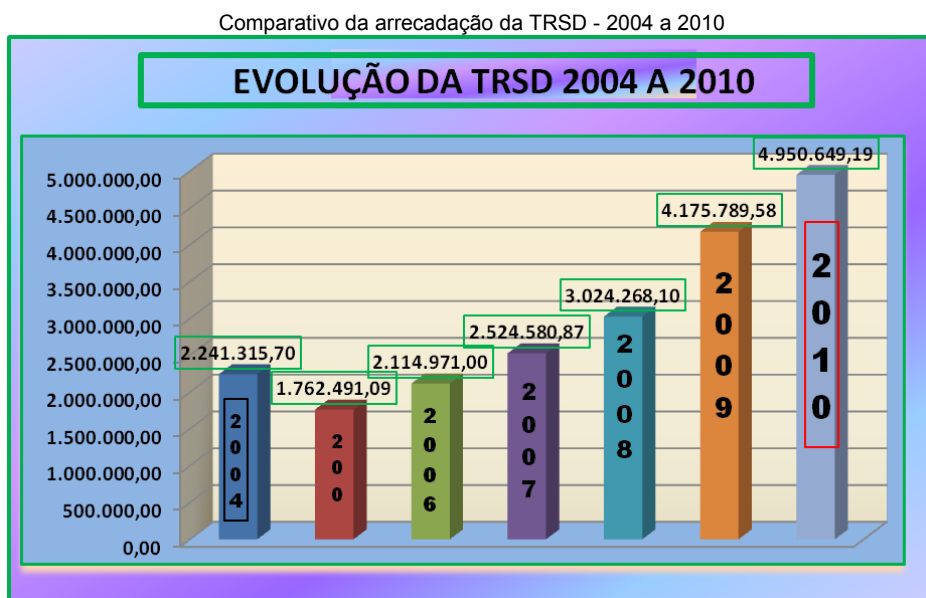
Comparativos sazonalidades do IPTU 2005 a 2010



Demonstrativo da TRSD – comparativo 2004 a 2010

Ano	Receita realizada
2004	2.241.315,70
2005	1.762.491,09
2006	2.114.971,00
2007	2.524.580,87
2008	3.024.268,10
2009	4.175.789,58
2010	4.950.649,19

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



Imposto Sobre de Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

Competência: Simplesmente conhecido como ISS (Imposto Sobre Serviços), é de competência dos Municípios, conforme artigo 156, inc. III, da CF/1988.

Fundamentação Legal (vigente à época): Artigo 156, inciso III, da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 116, de 31.07.2003 (Norma Geral Federal); Lei Complementar nº 199/2004 e alterações; Lei Complementar nº 369/2009; Lei Complementar nº 400/2010.

Função: Tem função predominantemente fiscal, perfaz-se na mais importante fonte de receita tributária própria dos municípios, embora não tenha alíquota uniforme, não se pode dizer que seja um imposto seletivo. Muito menos que tenha função extrafiscal relevante. Muitos municípios não o arrecadam por falta de condições administrativas, dentre outros motivos.

Em Porto Velho perfaz a maior fonte de receita tributária própria.

Fato Gerador: Compreende, conforme determinação constitucional, todos os serviços não abrangidos na competência tributária dos estados e devem ser definidos em Lei Complementar (LC nº116/2003).

Base de Cálculo: Geralmente: é o preço do serviço sem qualquer dedução.

Exceções:

- Construção Civil: dedução do material empregado limitado ao equivalente a 60% do Faturamento Bruto, desde que integrem/incorporem fisicamente o bem imóvel, ou o valor remanescente após a dedução dos materiais empregados devidamente comprovados por notas fiscais de aquisições destes materiais – o valor a ser tributado corresponde aos serviços em sua totalidade.
- Hospitais: 70% do faturamento bruto (consideram-se como materiais utilizados nos procedimentos hospitalares - alimentação, material penso e outros – como sendo equivalente a 30% do faturamento). Inexiste possibilidade de comprovação, por meio de notas fiscais ou outro artifício documental, para obtenção de dedução diferente;
- Outras situações: conforme previsto na Lei Complementar nº. 369, de 22 de dezembro de 2009, que alterou diversos dispositivos atinentes ao ISSQN aplicados em 2010, bem como na Lei Complementar nº. 400/2010, a serem aplicados em 2011.

Contribuinte

- Direto: É a pessoa jurídica ou física a ela equiparada prestadora de serviços e os profissionais autônomos, que tenha relação direta com o imposto.
- Responsável: É o tomador, contratante ou intermediador do serviço, nos termos da Legislação aplicável. É responsável pelo pagamento integral do imposto devido, inclusive multa e acréscimos legais, independentemente, de haver ou não procedidos a retenção do imposto na fonte no ato do pagamento (art. 6º, § 1º, LC 116/2003).

Lançamento: A modalidade de lançamento é feita por homologação, os termos do art. 150, do Código Tributário Nacional, pois, no caso deste imposto, é o contribuinte quem calcula o valor devido, declara, recolhe e aguarda a homologação por parte do Fisco – se não efetivada expressamente no prazo de 5 anos após a ocorrência do fato gerador, considera-se tacitamente homologado por decurso de prazo.

Medidas de esforço fiscal para melhorar a arrecadação do ISSQN

O ISSQN (incluso o Simples Nacional) perfaz a maior fonte de receitas tributárias próprias do Município, representando em 2010 o equivalente 80% (oitenta por cento) das citadas receitas, superando, inclusive, em valores efetivos individuais, o FPM e Cota-Parte do ICMS, isoladamente.

Diversas ações têm corroborado para o sucesso arrecadatório, sendo:

1. A efetiva ação fiscalizadora promovidas pelos auditores do Tesouro Municipal, quem muito embora em número insuficiente tem promovidos todas as ações além das possíveis, conforme estrutura disponível, seja através de diligências em estabelecimentos públicos (tomadores de serviços – obrigatoriedade de retenções quando contratarem determinados serviços) ou empreendimentos particulares prestadores de serviços, perfazendo o total de 5.580 (cinco mil quinhentas e oitenta) interveniências a contribuintes realizadas, seja por meio diligências, pareceres, auditorias, emissões de relatórios e documentos fiscais;
2. Reenquadramento dos contribuintes intitulados de sociedades uniprofissionais;
3. Efetiva realização de plantões fiscais para recolhimento/tributação do ISSQN incidente sobre eventos artísticos/shows – 56 (cinquenta e seis);
4. Acompanhamento efetivo dos faturamentos inerentes às obras de Construção das Usinas do Rio Madeira e das subempreitadas contratadas.

Embora com as carências inerentes ao quadro deficitário de pessoal, de equipamentos, de estruturas físicas e de um Sistema de Tributação plenamente informatizado, falta de veículos (servidores não são reembolsados pelos usos e desgastes de seus veículos utilizados para desempenhar suas funções), dentre outros O ESFORÇO FISCAL resultou de forma positiva, visto que o superávit na arrecadação do tributo foi de:

- 1.061 % (um mil e sessenta e um por cento), se comparado com a receita realizada em 2004;
- 81% (oitenta e um por cento), se comparado com receita realizada em 2009;
- 88% (oitenta e oito por cento), se comparada com a receita prevista para 2010.

O extraordinário desempenho na arrecadação deste tributo, certamente, poderia ser ampliado, entretanto, faz-se imprescindível a adoção de uma política que valorize a Máquina Fazendária, instrumentalizando-a, seja com ingressos de novos servidores (concurso para Auditores) e pessoal de apoio (técnicos da área tributária), seja com a aquisição de equipamentos de informática, estrutura física e de sistemas informatizados condizentes com o mundo globalizado e promovendo uma ampla reestruturação da Secretaria Municipal de Fazenda, enfim, valorizando o corpo técnico que possui.

O recolhimento do ISSQN pelos optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) vem desde o mês de JULHO/2007 contribuindo de forma significativa com a arrecadação do Município, tendo sido observado uma evolução de 632,5%, comparando-se 2007 com 2010.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

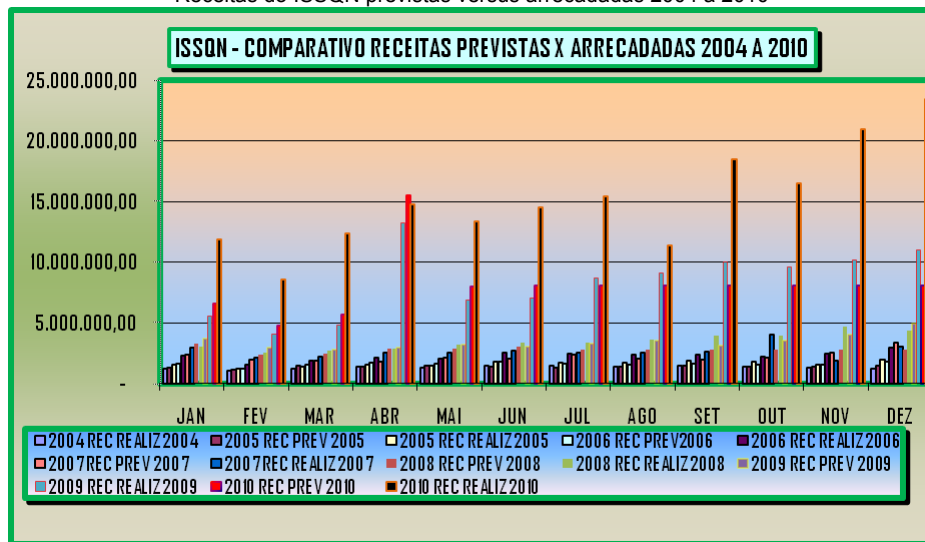
Comparação arrecadações do ISSQN 2004 a 2010

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN																											
MES	2004	2005	2005	2006	2006	2006	2007	2007	2008	2008	2009	2009	2010	REC REALIZ	2010	REC PREV	2010	RECEITAS REALIZADAS VERSUS PREVISITAS COMPARAÇÃO %						RECEITAS REALIZADAS COMPARAÇÃO %			
	REC REALIZ	REC PREV	REC REALIZ	REC PREV	REC REALIZ	REC REALIZ	REC PREV	REC REALIZ	REC PREV	REC REALIZ	REC PREV	REC REALIZ	REC REALIZ	REC REALIZ	REC REALIZ	REC REALIZ	REC REALIZ	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2010/2004
JAN	1.239.928,07	1.272.110,00	1.569.673,24	1.638.520,00	2.258.116,69	2.380.046,00	2.937.616,00	3.297.820,00	3.015.686,13	3.692.325,00	5.585.906,23	6.535.860,00	11.832.174,36	6.535.860,00	81	3	85	112	854								
FEV	1.050.110,43	1.142.950,00	1.181.195,92	1.190.940,00	1.524.138,46	1.979.392,00	2.128.033,80	2.393.810,00	2.512.106,06	2.976.887,00	4.047.384,55	4.735.691,00	8.542.654,76	4.735.691,00	80	18	61	111	714								
MAR	1.189.466,35	1.474.230,00	1.382.677,12	1.548.410,00	1.835.735,68	1.873.258,00	2.184.442,44	2.446.630,00	2.676.630,40	2.791.859,00	4.814.891,73	5.633.720,00	12.387.353,28	5.633.720,00	120	23	80	157	941								
ABR	1.344.385,86	1.363.750,00	1.514.625,46	1.659.980,00	2.112.068,66	1.775.085,00	2.525.331,97	2.838.060,00	2.831.934,89	2.923.434,00	13.204.003,44	15.449.511,00	14.785.499,84	15.449.511,00	-4	12	366	12	1000								
MAI	1.326.563,11	1.426.350,00	1.489.867,40	1.654.180,00	2.056.646,04	2.114.712,00	2.526.579,90	2.839.470,00	3.155.242,17	3.170.137,00	6.835.401,58	7.997.851,00	13.400.519,36	7.997.851,00	68	25	117	96	910								
JUN	1.411.610,75	1.350.830,00	1.759.788,69	1.819.240,00	2.521.801,65	2.043.072,00	2.688.969,83	3.032.210,00	3.375.821,03	3.050.897,00	7.036.134,85	8.070.531,00	14.477.048,97	8.070.531,00	79	26	108	106	926								
JUL	1.429.169,13	1.288.630,00	1.668.191,95	1.604.500,00	2.448.528,99	2.332.266,00	2.522.731,87	2.808.500,00	3.324.610,02	3.309.936,00	8.657.982,09	8.070.531,00	15.389.171,11	8.070.531,00	91	32	160	78	977								
AGO	1.345.425,55	1.362.670,00	1.675.219,22	1.557.290,00	2.353.810,56	2.064.299,00	2.515.798,75	2.808.500,00	3.572.387,46	3.556.638,00	9.138.131,71	8.070.531,00	11.401.723,90	8.070.531,00	41	42	156	25	747								
SET	1.482.277,53	1.415.170,00	1.904.106,77	1.657.800,00	2.354.976,86	1.939.591,00	2.605.650,25	2.808.500,00	3.954.661,70	3.133.132,00	9.986.473,59	8.070.531,00	18.511.290,24	8.070.531,00	129	52	153	85	1149								
OUT	1.336.822,87	1.408.830,00	1.780.523,59	1.536.770,00	2.204.976,84	2.130.632,00	3.981.570,04	2.808.500,00	3.918.985,46	3.552.526,00	9.635.739,88	8.070.531,00	16.540.883,68	8.070.531,00	105	-2	146	72	1137								
NOV	1.308.373,09	1.393.970,00	1.572.280,30	1.530.430,00	2.429.002,02	2.549.860,00	1.838.887,32	2.808.500,00	4.662.105,91	4.050.045,00	10.183.104,73	8.070.531,00	20.974.754,43	8.070.531,00	160	154	118	106	1503								
DEZ	1.176.637,87	1.465.050,00	1.989.660,26	1.759.130,00	2.906.703,49	3.351.167,00	3.039.017,56	2.808.500,00	4.373.593,21	4.909.394,00	10.978.635,30	8.070.521,00	23.423.609,09	8.070.521,00	190	44	151	113	1891								
TOTAL	15.640.770,61	16.364.540,00	19.490.789,92	19.157.190,00	27.006.505,94	26.533.400,00	31.494.629,73	33.702.000,00	41.373.744,44	41.117.210,00	100.103.789,68	96.846.340,00	181.666.683,02	96.846.340,00	88	31	142	81	1061								

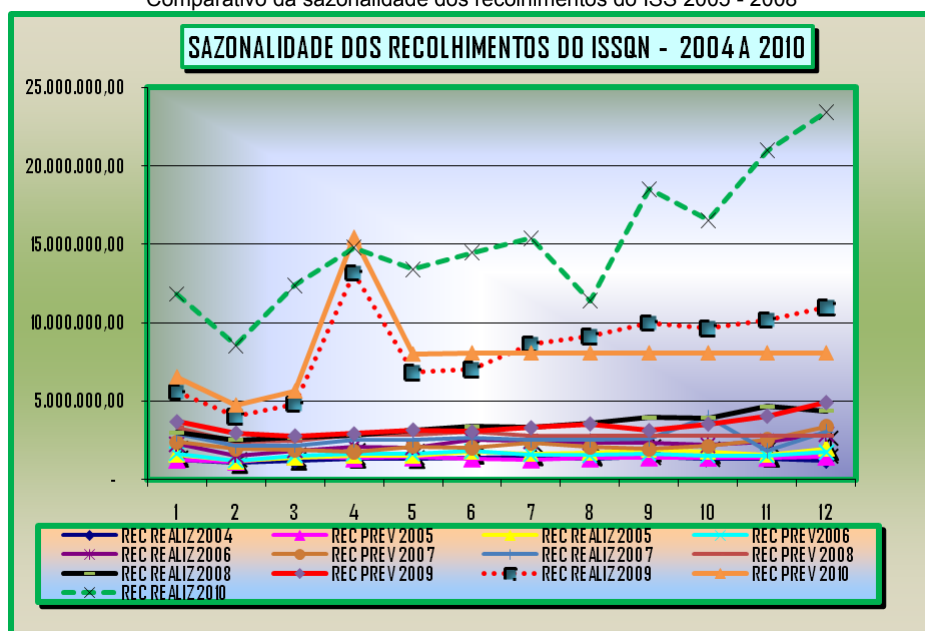
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, DOM nº. 3.930, 31/JAN/2011 (2010).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Receitas do ISSQN previstas versus arrecadadas 2004 a 2010



Comparativo da sazonalidade dos recolhimentos do ISS 2005 - 2008

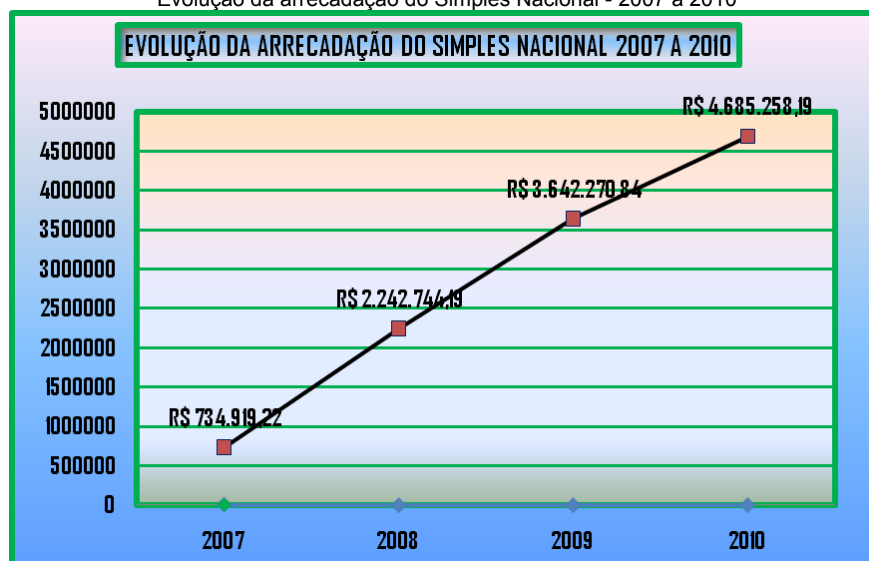


Evolução da arrecadação do Simples Nacional - 2007 a 2010

2007	2008	2009	2010
734.919,22	2.242.744,19	3.642.270,84	4.685.258,19
Evolução percentual base 2007 para 2010			
637,50%			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

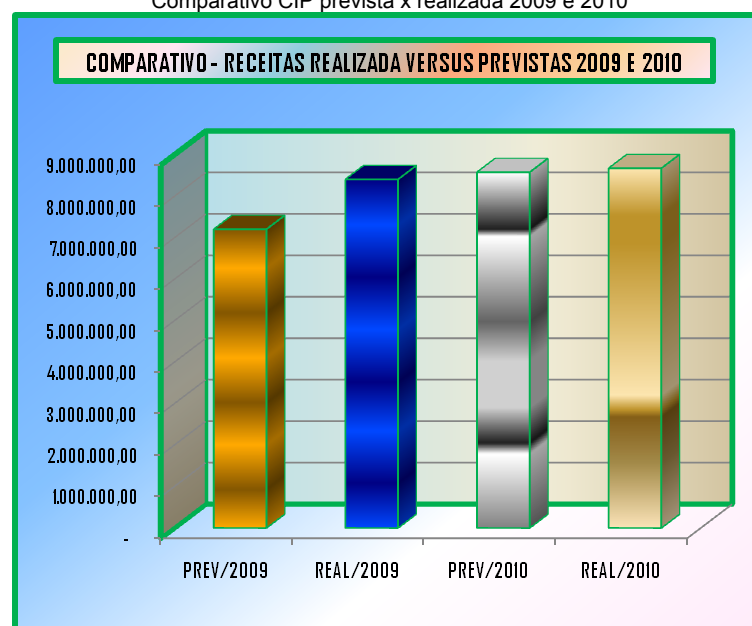
Evolução da arrecadação do Simples Nacional - 2007 a 2010



Comparativo - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP

Contribuição para o custeio da iluminação pública - cip			
Exercício	Receita prevista	Receita realizada	Realiz x prev
2009	7.205.400,00	8.408.727,88	16,70%
2010	8.581.090,00	8.675.987,97	1,11%

Comparativo CIP prevista x realizada 2009 e 2010



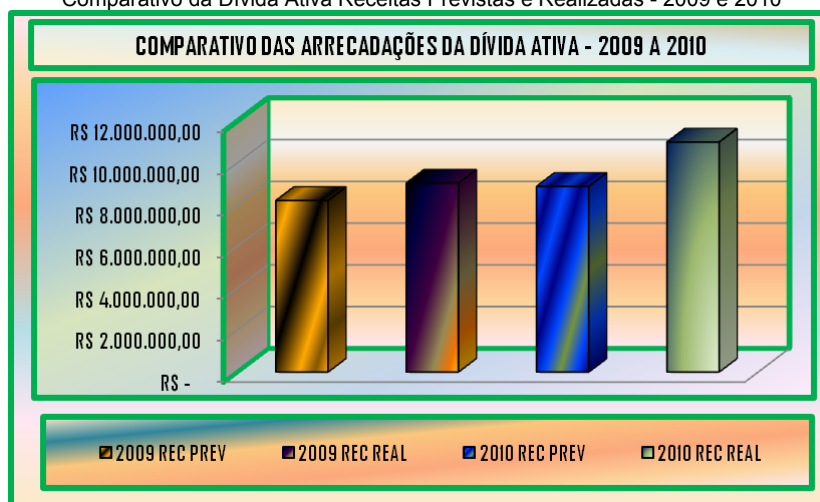
Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Recuperação De Créditos Tributários - Dívida Ativa Total

Comparação das receitas de dívida ativa prevista versus realizadas 2009 e 2010

Comparativo arrecadação da dívida ativa			
2009		2010	
Rec prev	Rec real	Rec prev	Rec real
8.212.560,00	9.049.066,69	8.892.600,00	11.014.924,87
Resultados receitas previstas versus realizadas			
2009	Superávit de 10,2%	2010	Superávit de 23,80%

Comparativo da Dívida Ativa Receitas Previstas e Realizadas - 2009 e 2010



Recuperação de Créditos Tributários na Instância Administrativa

Anistia Tributária

Durante o ano de 2010 não existiu de legislação tributária concedendo qualquer espécie de anistia tributária.

Destaque-se que para o ano de 2010 foi editada a Lei Complementar nº. 401, de 27 de dezembro de 2010, que trata do Programa de Estímulo à Regularização Fiscal (PROERF), cuja implementação e aplicação iniciou-se em JANEIRO/2011, concedendo a anistia de juros e multas para créditos tributários cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2009.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Além da Lei de Anistia explicitada, encontra-se em vigor a Lei nº 1.903/2010, que regula o parcelamento de dívidas tributárias sem o benefício da anistia, que, também, é utilizada na recuperação de créditos tributários.

Recuperação de Créditos Tributários na Instância Judicial

Esta receita é administrada pela Procuradoria Geral do Município desde setembro/2006, através do Departamento de Execução Fiscal – Dívida Ativa.

Assim sendo, caberá a Procuradoria Geral complementar a informação de quantas ações foram proposta bem com a ocorrência da plena citação pelo poder judiciário com incidência de recebimento da receita ajuizada, tendo sido constatado resultado superavitário em 23,80% em relação à meta prevista para 2010.

Atendimento ao Contribuinte

O Atendimento ao contribuinte é executado pelo Departamento de Administração Tributária, através da Divisão de Atendimento ao Contribuinte, com postos de atendimentos na própria SEMFAZ e no Shopping do Cidadão, tendo durante ao exercício de 2008 executados os seguintes quantitativos de atendimentos:

Estatística de atendimentos e licenciamentos de empresas SEMFAZ - 2010

Relatório de acompanhamento geral das atividades da divisão de atendimento/DAC - 2010													
Meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Atendimen to/semfaz	11.131	8.346	9.576	8.099	7.408	5.518	9.701	14.870	8.064	5.526	7.071	5.354	100.664
Meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Parcelame nto	449	183	358	359	359	384	694	396	292	282	437	341	4.534
Meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Tota geral													105.198

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Estatística de atendimentos e licenciamentos de empresas SEMFAZ - 2009

Relatório de acompanhamento geral das atividades da divisão de atendimento/DAC - 2009													
Meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
Atendimento/SEMFAZ	7.417	11.758	7.598	10.699	11.312	10.827	10.414	10.220	7.988	7.880	5.071	13.443	114.627
Meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
Parcelamento	327	320	392	393	400	312	315	420	1.167	1.312	367	850	6.575
Meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
Atendimento shopping	1.700	1.319	917	1.644									15.707
Total geral												136.909	

Estatística de atendimentos e licenciamentos de empresas SEMFAZ - 2008

Estatística de atendimentos e licenciamentos de empresas SEMR AZ - 2008												
Acompanhamento geral dos atendimentos 2008 - DAC												
Produção geral atendimentos												
mês		jan	fev	mar	abr	mai	jun	total				
atendimentos		24.180	19.374	21.214	18.775	21.769	22.851	128.163				
mês		jul	ago	set	out	nov	dez	total				
atendimentos		16.030	18.178	19.784	14.386	14.738	12.068	95.184				
Total geral								223.347				
Licenciamentos de empresas - 2008												
meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
quant	79	67	93	92	110	106	120	71	64	69	85	84
Total												1.040

Estatísticas de atendimentos SEMFAZ – 2007

ACOMPANHAMENTO GERAL DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO/SEMFAZ													
PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007													
	JAN	FEV	MARÇ	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATENDIMENTO/SEMFAZ	2.929	2.929	15.758	19.897	22.656	15.122	12.721	16.503	12.166	13.653	15.713	12.625	162.672
ATENDIMENTO/SHOPPING	194	194	1.527	1.738	1.368	1.464	1.705	1.675	1.325	1.487	506	1.264	14.447
TOTAL GERAL	3.123	3.123	17.285	21.635	24.024	16.586	14.426	18.178	13.491	15.140	16.219	13.889	177.119
ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE PARCELAMENTO													
	JAN	FEV	MARÇ	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATENDIMENTO/SEMFAZ	200	246	173	186	278	203	324	237	159	178	85	295	1.286
ATENDIMENTO/SHOPPING	30	46	13	23	14	25	21						151
TOTAL GERAL	230	292	186	209	292	228	345	237					1.437

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Estatística de atendimentos SEMFAZ/2006

RELATORIO ESTATISTICO ATENDIMENTO/ SEMFAZ /2006													
REERENTES 2006	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGOS	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
ATENDIMENTO DIARIO / NA SEMFAZ	9128	18972	24254	21658	15456	15096	13221	23795	22296	17112	9476	17179	207643
ATENDIMENTO DIARIO /SHOPPING	2252	2114	2076	1606	1976	2119	2572	2519	1745	2354	2459	2330	26122
ATENDIMENTO EXCLUSIVO PROTOCOLO	1967	9014	9896	8285	2781	5880							37823
TOTAL	11380	21086	26330	23264	17432	17215	15793	26314	24041	19466	11935	19509	233.765

Disponibilização de Serviços na Web – Consequências

Importante ressaltar que as demandas presenciais de contribuintes na SEMFAZ e postos de atendimentos estaria muito além dos números demonstrados neste item, se não houvessem as disponibilizações de serviços na web nos sítios www.semfazonline.com e www.portovelho.ro.gov.br, tais como: Declaração eletrônica de Serviços Prestados e Tomados (Guias de Informações Mensais do ISSQN e Guias de Informações do Contribuinte Responsável), Geração e Emissão de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), Certidões Negativas, Documentos de Arrecadações Municipais (Dams), Formulários-Requerimentos referente a todos os serviços prestados pela SEMFAZ e disponibilizações das legislações tributárias do Município de Porto Velho.

Destaque-se que a carência de número de profissionais de Tecnologia da Informação é uma demanda contínua. A estratificação de um Projeto para WEB para a prestação de serviços fiscais exige acompanhamento diuturno e evolutivo. Eis a justificativa de um número limitado de serviços, visto que os mesmo profissionais de TI são responsáveis por inúmeras demandas de toda sorte.

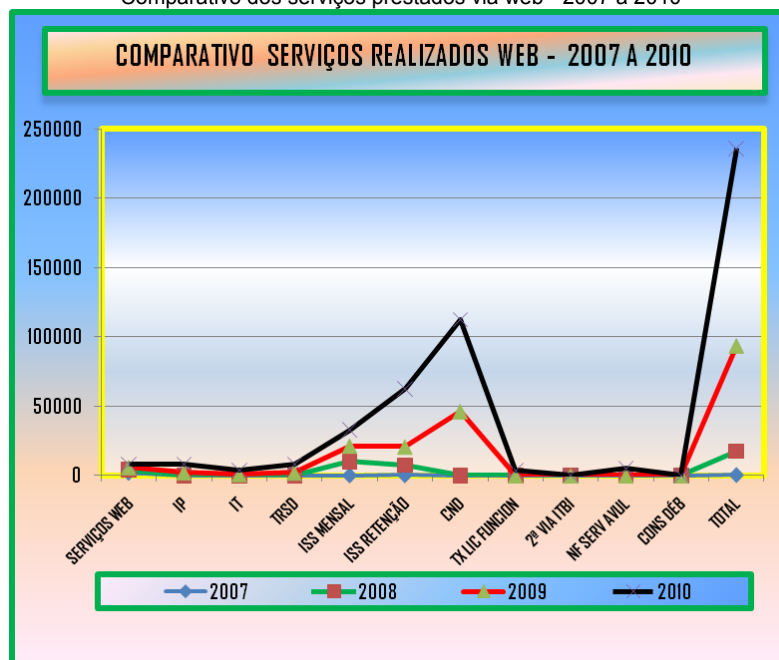
Elencamos a seguir os dados estatísticos originados dos serviços ofertados pela SEMFAZ, via web no portal www.semfazonline.com, que representaram um crescimento de 87% (oitenta e sete por cento), se comparado a 2009.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Estatística de atendimentos e serviços web prestados pela SEMFAZ - 2007 a 2010

SERVIÇOS ON LINE REALIZADOS - PORTAL WWW.SEMFAZONLINE.COM				
SERVIÇOS WEB - DOCS	2007	2008	2009	2010
IMPOSTO PREDIAL ((IP)	-	-	2.186	5.826
IIMPOSTO TERRITORIAL (IT)	-	-	918	2.931
TRSD	-	-	1.983	6.021
ISS MENSAL	174	9.734	11.459	11.350
ISS RETENÇÃO	257	7.244	13.287	41.615
CERT NEGATIVA DÉBITO	-	-	46.246	66.092
TX LIC FUNCIONAMENTO	-	-	-	3.511
2ª VIA ITBI	-	-	59	13
NF SERV AVULSA	-	-	-	4.909
CONS DÉBITOS	-	-	-	-
TOTAL	431	16.978	76.138	142.268

Comparativo dos serviços prestados via web - 2007 a 2010



Transferências Constitucionais

Síntese

Consiste no acompanhamento das declarações efetuadas pelos estabelecimentos comerciais domiciliados no município de Porto Velho, verificando as reais efetivações realizadas, comparando-as com as auferidas em anos anteriores e apresentando contestações – quando os índices forem desfavoráveis ao Município.

A existência e manutenção deste Programa fazem-se necessárias face à observação de que, embora Porto Velho seja o município mais populoso de Rondônia, conseqüentemente o maior consumidor de produtos, o índice existente tendência à regressão, devido ao grande crescimento que se observa nos demais municípios do Estado. Assim, qualquer descuido poderá resultar em prejuízos às transferências de receitas do ICMS para o Município.

Outra importante fonte de recursos é a cota do IPVA (50% do imposto pago pelos proprietários dos veículos licenciados no Município), conforme diligência realizada, em torno de 50% da frota do Estado está estabelecida em Porto Velho. Mas, então, o quê justifica transferências tão reduzidas?

O Fundo de Participação dos Municípios, que já chegou a representar 23% das receitas totais da União, hoje não passa de 13% e com tendências a quedas sucessivas.

Ações

Cota do ICM'S/IPVA/CFEM:

- Intensificamos o acompanhamento às empresas “movimentadoras” de produtos e mercadorias, objetivando fazê-las apresentar suas respectivas Guias de Informações Mensais do ICMS;
- Acompanhamos os cálculos para a formação dos índices para o rateio das transferências constitucionais do ICMS, junto a Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, apresentando contestações e/ou recursos – quando necessário;
- Em relação ao IPVA foram realizadas diligências junto ao DETRAN para obtenção de dados referentes à inadimplência dos veículos cadastrados no Município. Também diligenciamos em várias Secretarias Municipais para dar conhecimento e solicitar o fiel cumprimento da Lei Complementar 1.834 de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre Emplacamentos de Veículos Automotores das empresas que prestam serviços ao Município de Porto Velho.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- A Divisão de Repasses Constitucionais (DARC/DEFIS/COOFIS/SEMFAZ) realizou ações empreendidas em 79 (setenta e nove) empresas. Destas, 33 (trinta e três) foram regularizadas. Devido a tais ações, foram anulados R\$ 216.282.925,70 (duzentos e dezesseis milhões, duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), referentes a Valores Adicionais Fiscais (VAF's) negativos, os quais prejudicavam o índice do município, e foi acrescido na composição do índice do município o valor de R\$ 34.002.569,09 (trinta e quatro milhões, dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais e nove centavos). Foi também acrescido na composição do índice o valor de R\$ 543.393.449,25 (quinhentos e quarenta e três milhões, trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), recuperados de 10 (dez) contribuintes omissos, ou seja, empresas que no prazo legal não apresentaram junto à SEFIN a declaração do SIEN Rateio.
- A contribuição positiva que os valores mencionados irão causar ao Índice de Porto Velho só será conhecida após o fechamento dos índices dos demais municípios do estado, tendo em vista que é necessário se conhecer eventuais valores que possam contribuir positivamente a eles – os municípios – e após, calcular a proporcionalidade de cada município em relação ao valor global, porém, superando as expectativas, o índice de Porto Velho publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia para o exercício de 2011 foi de 18,87396 superior, portanto ao índice anterior, de 18,37421;
- Foram realizadas coletas, análises e elaborações de diversas planilhas das notas fiscais do Produtor Rural que estão sendo enviadas à SEFIN para lançamento com vistas a composição do IPM/ICMS. Também realizamos diligências junto aos produtores rurais para obtenção das 2^{as} vias das notas fiscais. Subsidiámos à PGM no ajuizamento de 02(dois) ações judiciais envolvendo transferências constitucionais.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Merece destaque, a atuação da equipe no que diz respeito às prestadoras de serviços, contribuintes do ISSQN que vinham apresentando VAF Negativo por imposição do Estado de Rondônia. Ao tomarmos conhecimento do disposto na 138ª reunião ordinária da CONFAZ, que instituiu o CFOP's nºs 1.128 e 2.128 como desdobramento do CFOP nº 1.126 ou 2.126, – compra para utilização na prestação de serviços sujeita ao ISSQN, a fim de enquadrar as empresas prestadoras de serviços tributáveis pelo ISSQN nos respectivos Códigos, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010, realizamos diligências, participamos de reuniões, conversamos com a equipe técnica e oficiamos a SEFIN/RO para que fosse expedido ato normativo a fim de determinar que todos os lançamentos efetuados pelas empresas prestadoras de serviços do ISSQN, inclusive as construtoras, fossem retificados para os CFOP's 1.949 ou 2.949 (códigos de exclusão de entrada pela legislação estadual). E assim foi feito. Ato contínuo. Expedimos comunicado e diligenciamos junto a diversos prestadores de serviços, e Escritórios de Contabilidade para que fossem feitas as retificações de GIAM's em tempo hábil.
- Foi ofertado subsidio ao Gabinete da SEMFAZ para a efetivação de Acordo de Cooperação Técnica com o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), via Proc. Nº 04.01510/2010, a fim de implementar uma política de fiscalização ostensiva em relação a compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM).

Ranking das arrecadações das capitais – receitas *per capita* - 2010

Esta consolidação anual foi elaborada com base na Classificação por: Receita Corrente Líquida (RCL), Receita Tributária Disponível (RTD) e Receita Tributária Própria (RTP). Todos os valores foram atualizados para preços de novembro de 2010 pelo IPCA e as taxas de crescimento expressam desempenho real.

- **Receita Corrente Líquida (RCL):** A RCL foi extraída diretamente do demonstrativo enviado pelas capitais. Este conceito é extremamente valioso uma vez que os recebimentos correntes líquidos são os parâmetros utilizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para imposição de limites de despesa e endividamento.
- **Receita Tributária Disponível (RTD):** A RTD é o principal componente da RCL. O conceito de RTD procura destacar os componentes tributários da Receita Corrente Líquida. No seu cálculo, foram consideradas as receitas tributárias próprias de cada capital acrescidas das principais transferências federais e estaduais que têm origem na repartição da receita de impostos – FPM, ICMS, IPVA – e o Fundeb líquido das contribuições do município para o fundo. Os recursos que integram a RTD são aqueles de maior grau de estabilidade. Este conceito representa um importante parâmetro para a assunção de compromissos de caráter permanente.
- **Receita Tributária Própria (RTP):** A RTP compreende a arrecadação de tributos cuja competência é atribuída aos municípios – dentre tais tributos destacam-se o IPTU, ISS e ITBI. Tais recursos são aqueles sobre os quais as prefeituras possuem maior autonomia. O conceito de RTP permite avaliar a parcela da RCL que depende do esforço próprio de arrecadação de cada capital.
 - $RCL = \text{Receita Corrente Total} - \text{Deduções LRF (Fundeb e outras)}$
 - $RTD = \text{Receita Tributária Própria (IPTU + ISS + ITBI + outras receitas tributárias)} + \text{Transferências Tributárias (FPM + ICMS + IPVA + Fundeb)} - \text{Deduções para Formação do Fundeb}$
 - $RTP = \text{IPTU} + \text{ISS} + \text{ITBI} + \text{outras receitas tributárias}$

OU

 - $RCL = RTD + \text{Outras Receitas Correntes Líquidas}$
 - $RTD = RTP + \text{Transferências Tributárias Líquidas}$
 - $RTP = \text{IPTU} + \text{ISS} + \text{ITBI} + \text{outras receitas tributárias}$

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ranking das Receitas Per Capita 2008 – Capitais dos Estados e Distrito Federal

Ranking das Receitas Per Capita				
Até último mês de 2008		RCL	RTD	RTP
Rio Branco	dez	17°	13°	24°
Manaus	dez	19°	12°	16°
Belém	dez	23°	24°	22°
Porto Velho	dez	21°	17°	20°
Macapá	n/d	n/d	n/d	n/d
Boa Vista	n/d	n/d	n/d	n/d
Palmas	n/d	n/d	n/d	n/d
São Luís	mar	16°	19°	18°
Teresina	dez	18°	20°	23°
Fortaleza	dez	20°	21°	19°
Natal	nov	14°	18°	13°
João Pessoa	dez	13°	16°	17°
Recife	dez	12°	9°	10°
Maceló	dez	22°	22°	21°
Aracaju	dez	11°	14°	12°
Salvador	dez	24°	23°	15°
Belo Horizonte	dez	5°	7°	7°
Vitória	dez	2°	2°	1°
Rio de Janeiro	dez	6°	5°	3°
São Paulo	dez	3°	3°	2°
Curitiba	dez	4°	8°	6°
Florianópolis	dez	8°	4°	4°
Porto Alegre	dez	7°	6°	5°
Cuiabá	jul	15°	15°	14°
Campo Grande	jun	9°	11°	11°
Goiânia	dez	10°	10°	9°
Brasília	nov	1°	1°	8°

Elaboração Própria. Fonte Primária: Secretarias de Finanças das Capitais.

Destacamos o desempenho da RTP de Porto Velho. Note-se que o ISSQN desta Capital cresceu de 142% (ISSQN Próprio + ISSQN Simples Nacional) em relação a 2008, sendo este o principal determinante para a mudança da posição (RTP) 20% (2008) para a posição 12% (2009) melhor desempenho de todas as capitais.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ranking das Receitas Per Capita 2009 – Capitais dos Estados e Distrito Federal

Ranking das Receitas Per Capita				
Até último mês de 2009		RCL	RTD	RTP
Rio Branco	dez	18°	17°	23°
Manaus	dez	19°	14°	18°
Belém	dez	22°	23°	21°
Porto Velho	dez	15°	11°	12°
Macapá	n/d	n/d	n/d	n/d
Boa Vista	n/d	n/d	n/d	n/d
Palmas	n/d	n/d	n/d	n/d
São Luís	mar-08	n/d	n/d	n/d
Teresina	out	17°	19°	22°
Fortaleza	dez	20°	20°	19°
Natal	jul	16°	16°	15°
João Pessoa	nov	11°	15°	17°
Recife	dez	12°	10°	11°
Maceió	set	21°	21°	20°
Aracaju	dez	13°	18°	13°
Salvador	dez	23°	22°	14°
Belo Horizonte	dez	8°	8°	6°
Vitória	dez	2°	2°	1°
Rio de Janeiro	dez	7°	5°	3°
São Paulo	dez	3°	3°	2°
Curitiba	dez	4°	9°	7°
Florianópolis	dez	5°	4°	4°
Porto Alegre	dez	9°	6°	5°
Cuiabá	dez	14°	13°	16°
Campo Grande	dez	6°	7°	10°
Goiânia	dez	10°	12°	9°
Brasília	dez	1°	1°	8°

Elaboração Própria. Fonte Primária: Secretarias de Finanças das Capitais.

Destacamos o desempenho da RTP de Porto Velho. Note-se que o ISSQN desta Capital cresceu de 142% (ISSQN Próprio + ISSQN Simples Nacional) em relação a 2008, e o equivalente a 81% por cento em relação a 2009, sendo este o principal determinante para a mudança da posição (RTP) 20% (2008) para a posição 12% (2009) e para 9% (2010) melhor desempenho dentre todas as capitais

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ranking das Receitas Per Capita 2010 (até novembro) – Capitais dos Estados e Distrito Federal

Ranking das Receitas Per Capita				
Até último mês de 2010		RCL	RTD	RTP
Rio Branco	nov	20°	17°	23°
Manaus	out	18°	13°	18°
Belém	nov	22°	23°	21°
Porto Velho	nov	11°	6°	9°
Macapá	n/d	n/d	n/d	n/d
Boa Vista	n/d	n/d	n/d	n/d
Palmas	n/d	n/d	n/d	n/d
São Luís	mar-08	n/d	n/d	n/d
Teresina	set	16°	19°	22°
Fortaleza	nov	19°	20°	19°
Natal	jul-09	17°	18°	17°
João Pessoa	nov	12°	15°	16°
Recife	nov	14°	11°	12°
Maceió	nov	21°	21°	20°
Aracaju	nov	13°	16°	13°
Salvador	nov	23°	22°	14°
Belo Horizonte	nov	7°	8°	6°
Vitória	set	2°	2°	2°
Rio de Janeiro	nov	5°	4°	3°
São Paulo	nov	3°	3°	1°
Curitiba	nov	4°	10°	7°
Florianópolis	dez-09	8°	5°	4°
Porto Alegre	nov	9°	7°	5°
Cuiabá	nov	15°	14°	15°
Campo Grande	nov	6°	9°	11°
Goiânia	nov	10°	12°	10°
Brasília	nov	1°	1°	8°
Elaboração Própria. Fonte Primária: Secretarias de Finanças das Capitais.				

Programas em Andamento

Suporte em Tecnologia e Instalações Físicas

Em decorrência da inexistência de previsão de quadro próprio na SEMFAZ de profissionais de tecnologia de informação, processamento de dados, programação e analista de sistemas, enquanto não efetivada a reestruturação da estrutura legal da Secretaria, o suporte técnico deverá ser realizado por técnicos terceirizados e estágios de cursos superiores da área de tecnologia da informação.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Por outro lado, estamos envidando esforços para que no curso de 2011 possamos aprovar os financiamentos do PMAT (Programa de Modernização das Administrações Tributárias Municipais), cujas disponibilidades financeiras poderão e deverão possibilitar grandes inovações tecnológicas e de estrutura física não somente para a Semfaz, mas para toda a estrutura da Administração Municipal.

No mesmo sentido, estamos elaborando um projeto alternativo de reestruturação da SEMFAZ, estabelecendo as necessidades necessárias para a continuidade dos trabalhos em curso.

Desenvolvimento de Softwares

Apesar da grande demanda de trabalhos e o quantitativo reduzido de servidores de tecnologia da informação, a Gerência de Tecnologia da Informação tem procurado desenvolver e disponibilizar serviços que possam provocar inovações para a comodidade dos contribuintes. Dentre as inovações em desenvolvimento destacamos:

- Acompanhamento de processos;
- Consulta prévia para alvará de construção civil;
- Autorização para Impressão de Documentos Fiscais Eletrônica (AIDF-e);
- ITBI – Declaração Espontânea;
- Nota Fiscal Eletrônica;
- Declaração Eletrônica de Serviços das Instituições Financeiras (DES-IF);
- Retificação/Compensação Eletrônica.

Resultado Financeiro Obtido em 2010

Concluimos que o desempenho da arrecadação do exercício de 2010 foi plenamente atingindo em sua totalidade em termos globais, sendo que em termos percentuais ocorreu um resultado superavitário equivalente a 21% (vinte e um por cento) superior à meta prevista.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ao analisarmos os resultados do atingimento das metas estabelecidas para 2010 constatamos que:

- As metas previstas para as receitas relacionadas aos Impostos foram alcançadas e superadas: ITBI (superavitário em 10%), IPTU (superavitário em 5%), ISSQN (superavitário em 88%);
- As metas previstas inerentes a seguintes receitas obtiveram os seguintes resultados: às Receitas decorrentes ao Exercício do Poder de Polícia (deficitário em -1%), à Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (superavitário em 1,1%) e aos Créditos em Dívida Ativa (superavitário em 23,8%).

Diante do cenário de desempenho da arrecadação do exercício de 2010 vislumbramos para o exercício de 2011 um ano como possibilidades amplas de maior superação de valores, desde que implementadas as condições de trabalho necessárias e suficientes para o pleno exercício das competências institucionais da SEMFAZ.

Destacamos, ainda, que o planejamento estratégico das ações de controle da arrecadação (de competência do Departamento de Administração Tributária) e da fiscalização (de competência da Coordenadoria de Fiscalização) vinculados a Secretaria Municipal de Fazenda deverão ser priorizadas.

As ações e medidas estruturantes serão primordiais, visto que sem as mesmas todas as demandas inovadoras e mantenedoras dos atuais níveis de arrecadação tendem a reduzir em decorrência planejamentos tributários adotados pelos contribuintes, que estão sendo cada vez mais bem assessorados por empresas e técnicos qualificados e com disponibilização de tecnologias inovadoras. Portanto, repise-se, ou evoluímos ou evoluímos. Não nos restam alternativas.

A SEMFAZ não pode mais ser questionada por não poder atender e integrar de forma plena e eficaz as inovações tecnológicas que o mundo globalizado está a exigir. Temos que ser a vanguarda das inovações fisco para contribuinte e não a recíproca.

A participação efetiva da SEMFAZ em planejamentos orçamentários e na elaboração das propostas de leis orçamentárias são imprescindíveis, bem como, também, essencial deve ser a priorização dos recursos lhes destinados no ato das partilhas orçamentárias com as demais Secretarias, visto que todos os recursos carregados aos cofres do Município, a exceção dos originados de convênios, inclusive as transferências constitucionais são objetos de ações e acompanhamentos pelos Auditores da SEMFAZ.

No exercício findo, fomos referência em arrecadação a nível nacional. Superamos, preservadas as particularidades e potenciais econômicos, em termos de arrecadações várias grandes capitais, tendo inclusive o melhor desempenho da região. Mas continuamos carentes e, mais do que nunca, precisamos de insumos de toda sorte, seja de tecnologia, estruturas físicas, veículos e de pessoal. Sem os quais crescer e superar metas será humanamente impossível.

Perspectivas para 2011 – Ações & Limitações

Para o ano que se inicia investimento em tecnologia não poderá ser desprezado, seja para o desenvolvimento de novas ferramentas de softwares, treinamentos de técnicos e contratações.

A continuidade dos trabalhos, ainda assim, não poderão parar, fiscalizações e auditorias deverão ser uma constante, mas deverão estar integradas com a disseminação do conhecimento e total participação nas discussões para o aprimoramento das normas municipais.

Todas as demandas citadas e outras atinentes a aumento do número de cargos de auditores, fiscais de posturas, fiscais de obras e outros cargos do Grupo TAF, bem com a realização de treinamentos e estruturações que se justificam pelas enormes demandas contingenciais de trabalhos que as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal e outros empreendimentos irão promover no território do Município, portanto, mais do que nunca precisamos estar preparados para acompanhar e reter todos os pontos positivos e sanar ou minimizar possíveis negatividades decorrentes.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

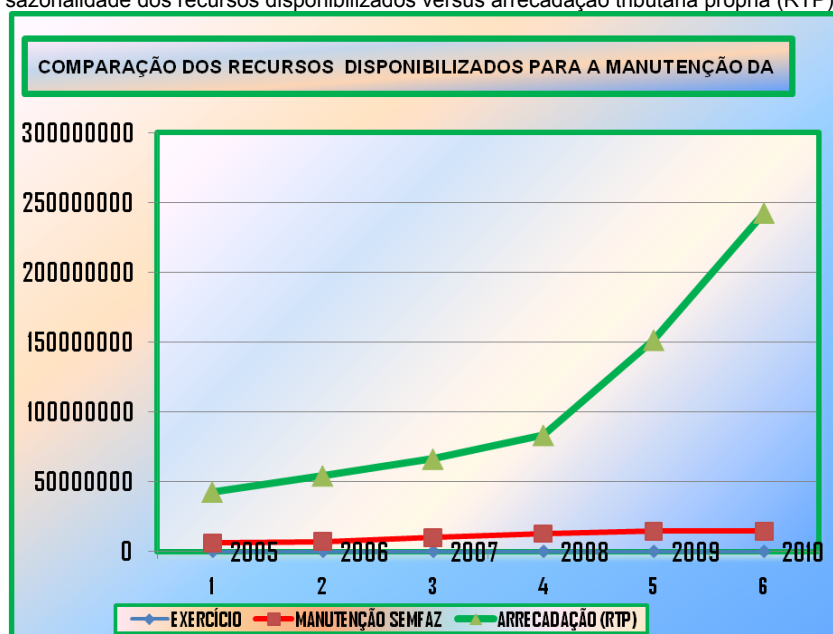
Imprescindível se faz a adoção de uma política voltada à valorização da Administração Tributária. Nada se faz e nada é possível fazer sem disponibilidade de recursos. Daí surge a importância das Fazendas, mas pouco se pode fazer, apesar do muito que já se está fazendo, diante das ausências de condições de trabalho disponibilizadas aos operadores da Máquina Fazendária.

Presume-se insustentável a manutenção dos atuais níveis atuais de arrecadação com os escassos recursos disponibilizados, visto que enquanto a arrecadação da Receita Tributária Própria (RTP) evoluiu do valor de R\$. 36.789.590,23 em 2005 para R\$. 228.498.422,20, os recursos disponibilizados para a manutenção da fazenda evoluiu de forma destoante de R\$. 5.946.123,00 em 2005 para apenas R\$. 14.344.748,00 em 2010, que perfaz um volume de recursos insignificante, considerando-se, ainda, que praticamente 95% dos recursos disponibilizados se destinaram e continua a se destinar às remunerações dos servidores.

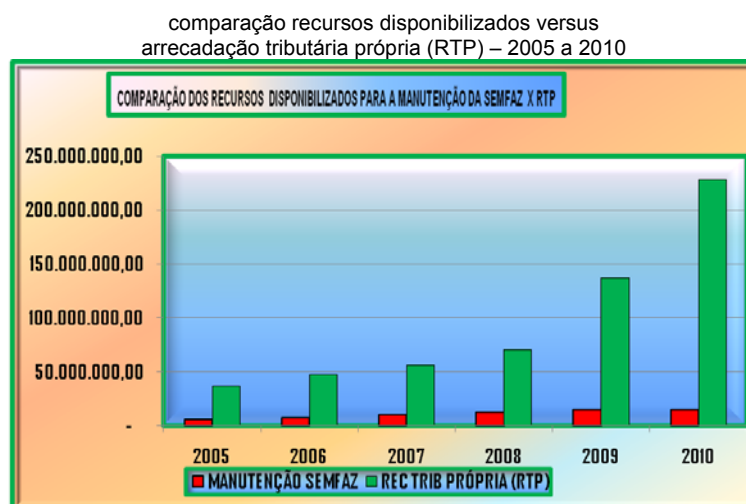
Comparação Recursos Disponibilizados versus Arrecadação Tributária Própria (RTP) – 2005 a 2010

EXERCÍCIO	MANUTENÇÃO SEMFAZ	ARRECADAÇÃO (RTP)
2005	5.946.123,00	36.789.590,23
2006	7.152.474,00	47.128.537,64
2007	10.016.720,00	56.285.589,91
2008	12.689.728,00	70.705.744,44
2009	14.478.000,00	137.150.601,95
2010	14.344.748,00	228.498.422,20

Comparação sazonalidade dos recursos disponibilizados versus arrecadação tributária própria (RTP) – 2005 a 2010



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



A assertiva do parágrafo anterior pode ser visualizada no gráfico acima, que, de forma clara e explícita, evidencia a enorme disparidade entre os recursos disponibilizados para a manutenção da SEMFAZ e os efetivos volumes de recursos carreados aos cofres do Município resultantes de suas ações realizadas.

Portanto, urge à Administração Municipal ficar vigilante e promover uma imediata e eficiente política voltada a investimentos estruturantes, seja para a contratação de pessoal (concursos para Auditor do Tesouro Municipal, Assistentes de Arrecadação e Fiscais de Tributos), seja em alojar os servidores da Secretaria em local com estrutura física propícia para as execuções de suas competências institucionais, seja com o reaparelhamento geral da Máquina Fazendária (equipamentos e tecnologias atuais).

A oferta de tecnologias e comodidade aos contribuintes, seja para o atendimento em local aprazível (presencial) ou via WEB estabelece uma relação Fisco & Contribuinte com maior possibilidade de satisfação e de comprometimento como suas obrigações tributárias, que resultará em um volume maior de recursos disponibilizados à Administração que, por sua vez, deverá reverter tais recursos na realização de políticas públicas em benefício de toda a população.

Não podemos deixar passar este momento econômico ímpar e presente em Nossa Cidade. Devemos envidar esforços e investimentos para que sejam carreados, conforme normas legais, o maior volume de recursos para propiciarmos melhorias nas mais diversas especialidades da vida dos munícipes e em todos os setores, entretanto, sem investimentos pouco ou quase nada poderá ser feito.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEMPLA)

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEMPLA)

A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA constitui-se em um órgão de primeiro nível hierárquico de assessoramento e apoio direto ao Prefeito Municipal para o desempenho de funções de planejamento, gestão e controle da ação geral do Governo Municipal, dos assuntos e programas multissetoriais, bem como da organização base do sistema de planejamento, orçamento e organização institucional.

Atendendo às imposições legais pertinentes a Prestação de Contas do Município de Porto Velho, este relatório, em particular, tem o propósito de apresentar à sociedade a avaliação das atividades desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2010. É também uma referência para os inúmeros investimentos que o governo municipal está desenvolvendo através de recursos próprios e verbas repassadas pelo governo federal.

É um procedimento gerencial que visa ao aperfeiçoamento da gestão pública sob a perspectiva dos resultados, com a finalidade de dar conhecimento de suas competências, assim como disseminar os serviços oferecidos a sociedade.

Coordenadoria Municipal de Planejamento

O presente relatório vai acompanhado da documentação exigida na legislação específica, cujos resultados objetivam oferecer condições para uma ampla visão da situação Econômica Financeira que, de modo geral reflete toda ação administrativa do município. O Orçamento do Município de Porto Velho para 2010, autorizado pela Lei nº 1.855, de 21 de dezembro de 2009 – Lei Orçamentária Anual, estimou a Receita e fixou a Despesa, ambas, no mesmo valor R\$ 643.252.880,00. As alterações orçamentárias decorrentes de aberturas de créditos adicionais suplementares estão resumidas.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

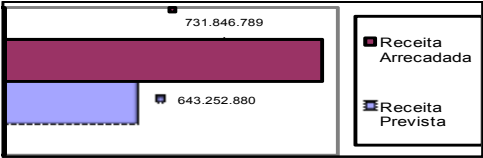
Resumo de Alterações Orçamentárias – Exercício de 2010. (Em R\$ 1,00)		
Descrição	Valor	
Dotação Orçamentária Inicial		643.252.880,00
+ Créditos Suplementares por Anulação	180.475.362,44	
+ Superávit Financeiro	12.763.774,33	
+ Excesso de Arrecadação	151.351.885,24	
+ Operações de Crédito	36.545.589,24	381.136.611,25
- Redução	-	180.475.362,44
Total de dotações orçamentárias		843.914.128,81

Fonte - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - Sistema Ajucel.

Assim, com base no art. 43, da Lei Federal 4.320/64, no exercício de 2010 foram autorizados aberturas de créditos adicionais, nos valores assim distribuídos: créditos adicionais suplementares por anulação R\$ 180.475.362,44; superávit financeiro R\$ 12.763.774,33; excesso de arrecadação R\$ 151.351.885,24; operação de crédito R\$ 36.545.589,24.

Análise da Receita

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada correspondeu a um acréscimo de 13,77% em relação à Receita Estimada para o Exercício de 2010. O total da receita arrecada alcançou a cifra de R\$ 731.846.789,31, verificando-se com isso, uma arrecadação a maior de R\$ 88.593.909,31, como demonstramos na tabela e gráfico abaixo.

Receita Prevista em relação à Receita Arrecadada em 2010. (Em R\$ 1,00).		
		Gráfico 1
Receita Prevista	643.252.880,00	
Arrecadação a Maior	88.593.909,31	
Receita Arrecadada	731.846.789,31	

Fonte - Balancete da Receita - Sistema Ajucel.

A tabela abaixo apresenta-se uma síntese da receita prevista e realizada no exercício de 2010, inclusive por fonte de recursos, comparadas com o exercício de 2009, e em seguida a tabela e gráfico abaixo demonstrando a Evolução da Receita Prevista em relação à Arrecadada – 2006 a 2010.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Receita Prevista e Arrecadada – 2010 x 2009

Em R\$ 100

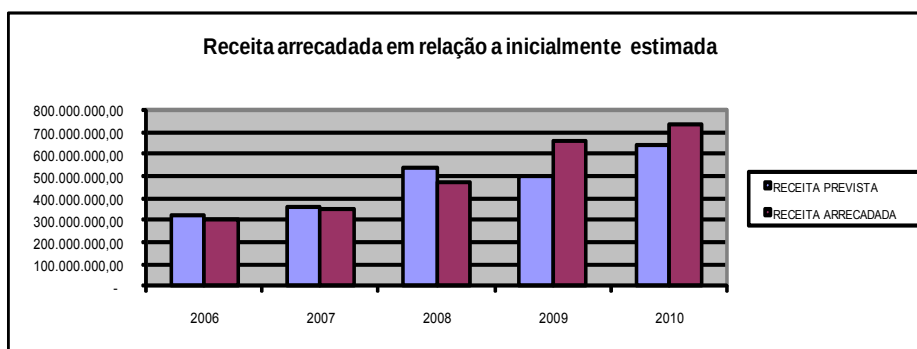
Categoria Econômica	Orçamento Inicial	Total Acumulado no Ano de 2010			Total 2009	
		Previsão	Arrecadado	Diferença	Arrecadado	Variação %
		(A)	(B)	(B-A)	(C)	(D=B/C-1) * 100
RECEITAS CORRENTES	523.053.852	523.053.852	643.583.366	120.529.514	497.220.695	29,44
Receita Tributária	135.479.032	135.479.032	228.498.422	93.019.390	137.149.931	66,60
IPTU	22.585.182	7.267.051	7.640.050	372.999	6.548.637	16,67
ISS	96.846.340	96.846.340	116.666.683	84.820.343	61.771.432	194,09
ITBI	4.749.080	4.749.080	5.238.102	489.022	4.587.626	14,18
Outros Impostos	(4.749.080)	10.569.051	15.237.798	4.668.747	49.118.209	(68,98)
Taxas	16.047.510	16.047.510	18.715.789	2.668.279	15.124.028	23,75
Receita de Contribuições	32.086.210	32.086.210	38.922.019	6.835.809	31.930.990	21,89
Receita Patrimonial	21.323.663	21.323.663	24.894.739	3.571.076	16.980.886	46,60
Transferências Correntes	371.199.031	371.199.031	383.626.357	12.427.326	338.972.647	13,17
FPM	15.1963.091	15.1963.091	124.093.055	(27.870.036)	129.267.819	(4,00)
SUS	36.007.680	36.007.680	47.908.856	11.901.176	37.212.719	28,74
FNAS	2.292.870	2.292.870	738.675	(1.554.195)	1.924.476	(61,62)
FNDE	5.331.520	5.331.520	7.341.434	2.009.914	5.488.150	33,77
ICMS	83.625.011	83.625.011	104.253.719	20.628.708	82.590.917	26,23
IPVA	16.560.800	16.560.800	19.313.093	2.752.293	13.981.428	38,13
FUNDEB	70.486.940	70.486.940	75.343.049	4.856.109	62.803.961	19,97
IPI/Exportação	-	-	-	-	1272.095	(100,00)
Outras Transferências	4.931.119	4.931.119	4.634.476	(296.643)	4.431.082	4,59
Outras Receitas Correntes	13.456.440	13.456.440	17.480.322	4.023.882	14.947.660	16,94
Multas e Juros de Mora	1699.430	1699.430	162.1297	(78.133)	1657.540	(2,19)
Indenizações e Restituições	2.310.360	2.310.360	3.938.865	1.628.505	2.542.759	54,91
Receita da Dívida Ativa	8.892.600	8.892.600	110.4925	2.122.325	9.212.330	19,57
Outras Receitas Correntes	554.050	554.050	905.235	351.185	1.535.031	(41,03)
RECEITAS DE CAPITAL	96.420.188	96.420.188	53.313.190	(43.106.998)	141.420.033	(62,30)
Operações de Créditos	-	-	-	-	76.000.000	(100,00)
Alienação de Bens	-	-	65.869	65.869	28.799	128,72
Transferências de Capital	96.420.188	96.420.188	53.247.322	(43.172.866)	65.391.235	(18,57)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	23.778.840	23.778.840	34.950.233	11.171.393	22.341.888	56,43
RECEITA TOTAL	643.252.880	643.252.880	731.846.789	88.593.909	660.982.617	10,72
TOTAL POR FONTE DE RECURSOS						
Recursos não Vinculados						
Recursos Ordinários	308.314.617	308.314.617	381.511.233	73.196.616	346.332.903	10,16
Honorários Advocatícios	398.770	398.770	576.227	177.457	501.300	14,95
TOTAL	308.713.387	308.713.387	382.087.460	73.374.073	346.834.203	10,16
Recursos Vinculados						
FUNDEB	70.765.700	70.765.700	75.563.059	4.797.359	62.991.872	19,96
Cota-Parte Educação	44.281.893	44.281.893	64.180.488	19.898.595	-	-
SUS	40.055.040	40.055.040	49.267.855	9.212.815	39.331.432	25,26
Convênios - Educação	10.077.831	10.077.831	1.367.249	(8.710.582)	7.319.307	(81,32)
Convênios	90.026.050	90.026.050	57.089.829	(32.936.221)	70.554.228	(19,08)
Transferências do Salário-Educação	1.826.200	1.826.200	2.602.360	776.160	-	-
Outras Transferências do FNDE	3.505.320	3.505.320	4.742.803	1.237.483	-	-
FNAS	2.353.230	2.353.230	804.669	(1.548.561)	-	-
Cota-Parte da CIDE	1.087.739	1.087.739	1.139.049	51.310	-	-
CIP	8.581.090	8.581.090	8.675.988	94.898	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-	76.000.000	(100,00)
TOTAL	272.560.093	272.560.093	265.433.349	(7.126.744)	256.196.839	3,61
Recursos de Outras Fontes (IPAM)						
RPPS	40.450.920	40.450.920	59.115.637	18.664.717	40.708.213	45,22
Assistência à Saúde	2.152.840	2.152.840	25.210.343	3.681.863	17.243.364	46,20
TOTAL	61.979.400	61.979.400	84.325.981	22.346.581	57.951.577	45,51
TOTAL GERAL	643.252.880	643.252.880	731.846.789	88.593.909	660.982.618	10,72

Evolução da Receita Prevista em relação à Arrecadada - 2006 a 2010

ANO	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA	VARIAÇÃO %
2006	319.940.522,00	301.335.806,64	(18.604.715,36)	(5,82)
2007	363.570.385,00	352.042.672,86	(11.527.712,14)	(3,17)
2008	537.539.970,00	469.180.525,95	(68.359.444,05)	(12,72)
2009	501.709.321,00	660.982.617,42	159.273.296,42	31,75
2010	643.252.880,00	731.846.789,31	88.593.909,31	13,77

Fonte - Demonstrativo de Acompanhamento da Receita - CMO/SEMPA.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



Receita por fonte de recurso – 2006 a 2010

RECETA POR FONTE DE RECURSO	2006		2007		2008		2009		2010		%evol. (B/A-1700)
	Receita Prevista	Receita Arrecadada(A)	Receita Prevista	Receita Arrecadada(B)	Receita Prevista	Receita Arrecadada(C)	Receita Prevista	Receita Arrecadada(D)	Receita Prevista	Receita Arrecadada(E)	
Recursos do Tesouro	197.291.512	202.979.201	215.684.485	229.015.766	254.171.864	270.593.896	238.503.960	346.834.203	361.576.370	454.943.936	31,17
Total - Recursos Próprios											
Recursos Vinculados											
FUNDEB	33.884.830	35.102.286	36.443.500	45.073.777	50.409.576	55.543.792	56.328.350	62.991.872	70.765.700	75.563.059	19,96
Recursos do SUS	19.019.110	20.123.315	29.475.400	23.720.230	23.603.790	27.795.131	23.323.680	39.331.432	40.055.040	49.267.855	25,26
Convênios e outras transferências Total	40.602.270	17.660.676	41.909.700	17.093.083	165.775.094	70.760.311	92.292.335	77.873.535	108.876.370	67.745.959	(13,01)
Operação de Crédito	5.000.000	434.237	2.400	668.874	2.400	-	36.403.477	76.000.000	-	-	-
Recursos de Outras Fontes - IP AM	24.142.800	25.036.092	40.054.900	36.470.943	43.577.246	44.487.396	54.857.519	57.951.577	61.979.400	84.325.981	
TOTAL POR FONTE DE RECURSO	319.940.522	301.335.807	363.570.385	352.042.673	537.539.970	469.180.526	501.709.321	660.982.618	643.252.880	731.846.789	10,72

Nota: O % médio de evolução refere-se ao período de 2006 a 2010.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Análise da Despesa

A dotação inicial autorizada pela Lei Municipal nº 1.855, de 21 de dezembro de 2009, a Lei Orçamentária Anual de 2010, foi de R\$ 643.252.880,00. Através da abertura de créditos adicionais suplementares, tendo como fonte de financiamento o superávit financeiro, o excesso de arrecadação e a operação de crédito, elevou-se essa dotação para R\$ 843.914.128,81. Porém, a despesa efetivamente realizada foi empenhada R\$ 767.191.841,33. A tabela abaixo apresenta a distribuição da aplicação dos recursos durante o exercício 2010.

Despesa Fixada em relação à Despesa Realizada por Grupo de Despesa – 2010. (Em R\$ 1,00)

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Realizada (b)	Diferência (b-a)	(b/a)*100
DESPESAS CORRENTES	496.803.023,00	567.563.491,96	541.955.883,18	(25.607.608,78)	95,49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	253.555.427,00	279.088.485,86	274.381.276,60	(4.707.209,26)	98,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	8.995.942,00	4.029.925,45	4.029.925,45	-	100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	234.251.654,00	284.445.080,65	263.544.681,13	(20.900.399,52)	92,65
DESPESAS DE CAPITAL	119.721.759,00	245.013.957,52	193.903.138,99	(51.110.818,53)	79,14
INVESTIMENTOS	110.923.521,00	233.575.659,56	182.486.495,38	(51.089.164,18)	78,13
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.830.000,00	3.504.000,00	3.482.345,65	(21.654,35)	99,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6.968.238,00	7.934.297,96	7.934.297,96	-	100,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.444.445,00	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	22.283.653,00	31.336.679,33	31.332.819,16	(3.860,17)	99,99
TOTAL	643.252.880,00	843.914.128,81	767.191.841,33	(76.722.287,48)	90,91

Fonte - Balanço Orçamentário - RREO - anexo I(LRF,Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

O maior dispêndio deu-se no grupo Pessoal e Encargos Sociais, que representou 98,31% (noventa e oito inteiros e trinta e um centésimos percentuais) da dotação atualizada.

O comportamento da despesa realizada nos exercícios 2006/2010, destacando-se as despesas correntes, das despesas de capital, está demonstrado na tabela abaixo.

Evolução da Despesa pelo Liquidado, por Categoria Econômica – 2006 a 2010. (Em R\$ 1,00)

ANO	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS TOTAIS
2006	258.432.221,33	42.873.573,65	301.305.794,98
2007	299.305.610,51	54.455.771,53	353.761.382,04
2008	354.715.283,22	143.438.567,95	498.153.851,17
2009	446.469.687,35	111.050.646,78	557.520.334,13
2010	541.955.883,18	193.903.138,99	735.859.022,17

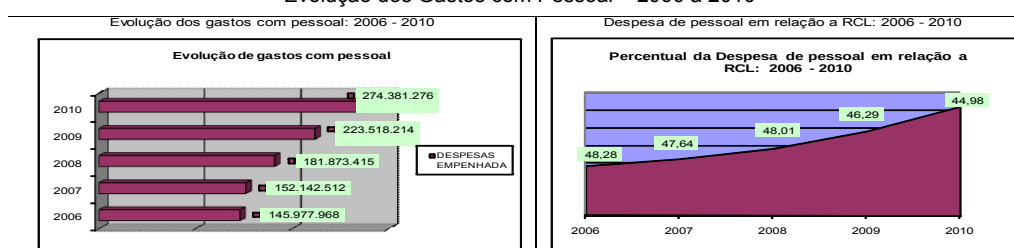
Fonte - Balanço Orçamentário - RREO - anexo I(LRF,Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

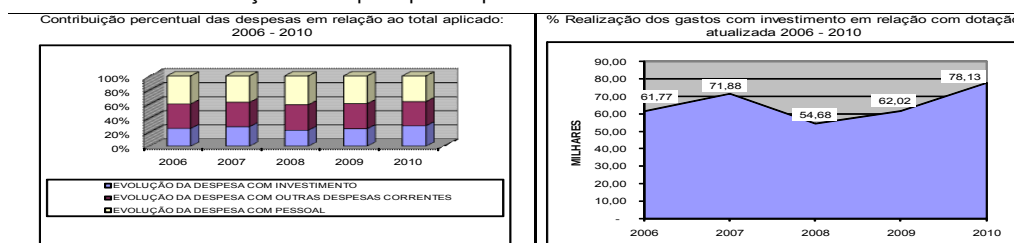
O gráfico abaixo demonstra a evolução dos gastos com pessoal, enquanto que o gráfico seguinte apresenta uma tendência de crescimento do gasto com investimento, fato este positivo, uma vez que demonstra um indicador de valorização econômica de bens públicos que se revertem em benefício da população.

Os gastos com pessoal apresentam crescimento nominal de 87,96% no período analisado de 2006 a 2010. A inflação medida pelo IPCA, no mesmo período, apresentou taxa de 23,72%. Descontado a inflação, o crescimento real dos gastos com pessoal foi de 64,24% durante esses 5 anos. O índice de gasto com pessoal foi mantido sempre abaixo do limite prudencial de 51,3% (art. 22 da LRF).

Evolução dos Gastos com Pessoal – 2006 a 2010



Evolução da Despesa por Grupo e dos Investimentos – 2006 a 2010

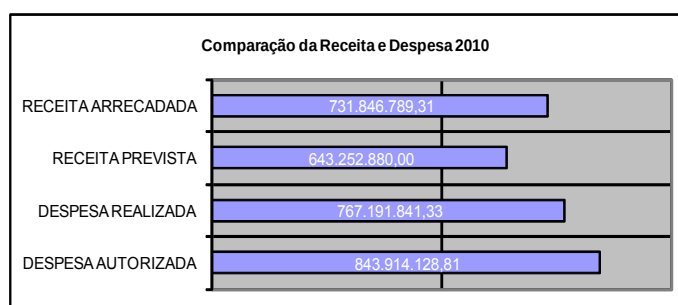


Execução Orçamentária: Receita x Despesa – 2010. (Em R\$ 1,00).

DESPESA AUTORIZADA	843.914.128,81
Créditos Orçamentários (Inicial)	643.252.880,00
Créditos Suplementares por Anulação	180.475.362,44
Superávit Financeiro	12.763.774,33
Excesso de Arrecadação	151.351.885,24
Operações de Crédito	36.545.589,24
(-) Redução	180.475.362,44
DESPESA REALIZADA	767.191.841,33
Economia de dotações orçamentárias	(76.722.287,48)
RECEITA PREVISTA	643.252.880,00
RECEITA ARRECADADA	731.846.789,31
Excesso de Arrecadação	88.593.909,31

Fonte - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - Sistema AjuceL.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



DPP

No processo de discussão de investimentos do Orçamento Participativo LOA 2010/2011, a população do município de porto velho pode opinar e participar de forma abrangente, as oportunidades criadas, abrindo o “leque” para a comunidade escolar (EJA), supriu em parte a falta de representação organizada de uma grande maioria de bairros, por outro lado, a qualidade da participação e dos momentos de discussão das propostas, criaram uma certa segurança, para o gestor público definir metas para o atendimento das propostas reivindicadas.

Das reivindicações aqui apresentadas, foram consideradas todas como respostas ao processo participativo, porem, é necessário ressaltar as limitações financeiras que se apresentam para atender às reivindicações, uma vez, que neste momento que o município se desenvolve a passos longos, fica para o Poder Público, a responsabilidade assistencial dos cidadãos que buscam a qualidade de vida em seu bairro ou em seu distrito. Todavia, é necessário se entender que dentre todas as carências existentes, em todos os lugares, o bom senso do gestor levará a definir onde serão feitos maiores investimentos dentro de uma política de atendimento à coletividade.

O poder público entende que a obediência aos preceitos legais, não se esgota com a inclusão da sociedade na discussão no Orçamento Público e sim nas respostas às reivindicações advindas da população que sente o problema na região onde vivem. O gestor vê que a população funciona como um diagnosticador de todos os problemas e principais necessidades que atingem aos cidadãos de forma geral, para isso, não tem medido esforços em incrementar os procedimentos de sondagem dos problemas que afetam a população pensando em oferecer respostas imediatas em benefício de todos os munícipes.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

A visão da SEMPLA no processo do Orçamento Participativo (OP) é o aperfeiçoamento contínuo, diante deste desafio e visando a qualificação do processo, neste ano se estabeleceram metas para uma maior participação popular. Com base nesse horizonte, se definiram as regiões periféricas da cidade como alvo da sondagem de suas necessidades, a ampliação da participação popular inserindo a comunidade escolar acabou rendendo bons resultados; neste contexto, o OP foi apresentado como uma ferramenta de cidadania onde todos podem participar das decisões da gestão pública. Já a participação da sociedade organizada dos bairros teve o seu momento onde os munícipes puderam apresentar suas sugestões para beneficiar a suas comunidades; desta forma, a metodologia que norteou a discussão e acolhimento das propostas e reivindicações foram feitas em dois momentos: nas oficinas de capacitação se deixou aberta a direção das reivindicações, tanto para a sociedade organizada quanto para a comunidade escolar, disponibilizando um formulário para registro das reivindicações; num segundo momento o acolhimento das sugestões e reivindicações se deram nas audiências públicas, que apesar de serem tematizadas, ou seja discutidas dentro da alçada de cada segmento temático, (educação e esporte, saúde, assistência social e gêneros, infra estrutura, agricultura e meio ambiente), ficou aberta para reivindicação por escrito e verbal (debate) para qualquer secretaria, o que se pode observar nos quadros informativos individuais de cada temática e no quadro de resumo geral no anexo II deste relatório; neste anexo ainda disponibilizamos de forma direcionada, as reivindicações para cada secretaria com a indicação do local sugerido para a execução de benefícios com os serviços públicos necessários.

É preciso ressaltar que dos percentuais apresentados divididos por cada secretaria revelam a direção maior de reivindicações para o setor educação (21,00%), porem, os serviços de infraestrutura que congregam as secretarias Semob, Semusb, Emdur, Semtran, Semur e Sempla, somados atingiram o percentual de 50,18%.

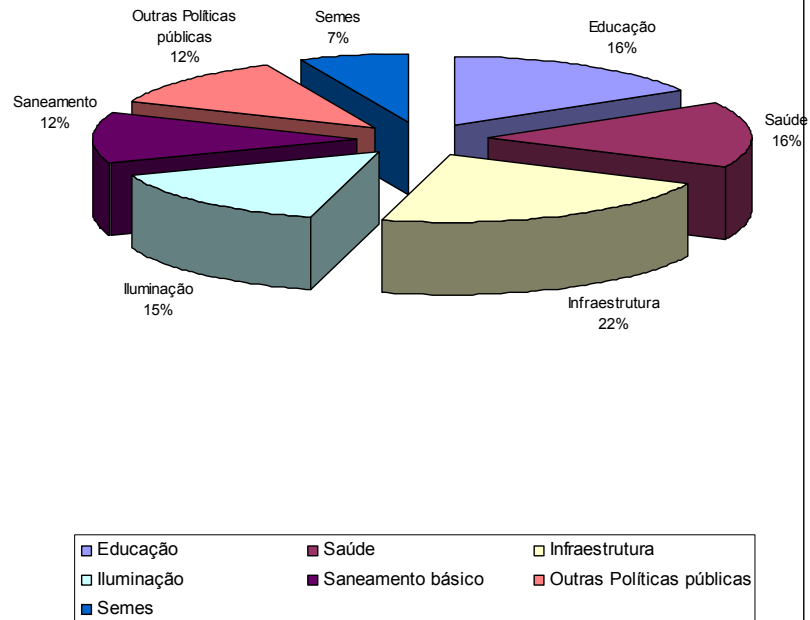
Diante destes resultados será natural se tomar decisões acertadas, considerando que as reivindicações propostas são a pura expressão da realidade da população que não se omitiu em participar deste processo, tomando para si a responsabilidade de decidir o melhor para seu bairro região ou distrito.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

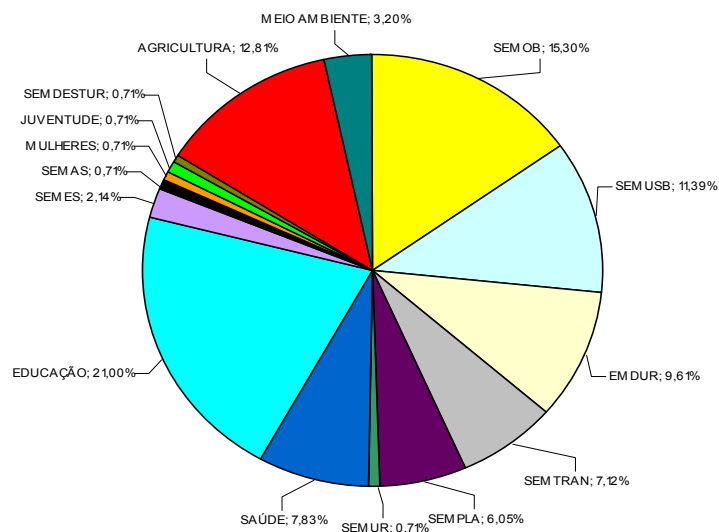
DATA/DIA/HORA	LOCAL	ENTIDADE/BAIRRO/ZONA	RESP./CONTATO
02/03/2010 (Terça Feira) 19h 30m	EJA – EMEF SÃO PEDRO	Bairro Liberdade ZONA OESTE	Vice diretora: Suzete 3901-3354
03/03/2010 (Quarta Feira) 19h 30m	Auditório da Paróquia N.Sa. de Fátima	Assoc. de Moradores do B. Areal – ZONA OESTE	Padre Zé Maria
05/03/2010 (Sexta Feira) 19h 30m	EJA EMEF Joaquim Vicente Rondon	Bairro JD. Eldorado ZONA SUL	Diretor: Alexandre cunha 9265-6338
06/03/2010 (Sábado) 19h 30m	Ao lado do Centro Social Madre Tereza	Assoc. de Moradores do B. Lagoinha ZONA LESTE	Presidente: Sr. Antonio 8441-6783
09/03/2010 (Terça Feira) 19h 30m	EJA – EMEF Antonio F. da Costa	Bairro: São Cristóvão ZONA OESTE	Vice diretor: Ozemar 9202-0924
12/03/2010 (Sexta Feira) 16h e 19h 30m	Sede da Associação Rua Iburitama, 2350	Assoc. de Moradores do B. Ulisses G./ZONA LESTE	Coz. Brasil Rejane 9217-0928 Presidente: Cláudio 8118-8739
	EJA – EMEF Padre Chiquinho	Bairro: Areal - ZONA OESTE	Diretor: Luiz Clodoaldo 9981-5529
13/03/2010 (Sábado) 16h 30m	Sede da Associação Rua Epitácio Pessoa, s/nº	Assoc. de Moradores do B. Socialista ZONA LESTE	Presidente: Profª. Alba 9913-0356
16/03/2010 (Terça Feira) 19h 30m	EJA – EMEF Darci Ribeiro	Bairro: Esp. da Comunidade ZONA LESTE	Diretor: Wilson Barbosa 9261-8870
19/03/2010 (Sexta Feira) 16h 30m e 19h 30m	Sede da Associação Rua Raimundo Cantuária 10.245	Assoc. de Moradores do Bairro J. Santana ZONA LESTE	Presidente: Sr. Pedro 9247-6543
	EJA – EMEF Olavo Pires	Bairro: Aponiã ZONA LESTE	Diretora: Auricleide 3901-3345
20/03/2010 (Sábado) 16h 30m	Esc. Bob Esponja Rua América do Sul 2849	Assoc. de Moradores do Bairro 3 Marias - ZONA LESTE	Presidente: Sra. Vânia 9217-6673
23/03/2010 (Terça Feira) 19h 30m	EJA – EMEF Rio Madeira	Bairro: Nova Esperança ZONA NORTE	Diretora: Marileuza 9204-1098
26/03/2010 (Sexta Feira) 16h e 19h 30m	Esc. Nacional Rua Vanderlei Dantas, s/nº	Assoc. de Moradores do Bairro Nacional ZONA NORTE	Presidente: Sr. Izomar 9972-6731
	EJA – EMEF Pingo de Gente	Bairro: U. Guimarães ZONA LESTE	Diretora: Gilvânia Mesquita 9257-6866
27/03/2010 (Sábado) 16h 30m	Esc. Rainha da Paz Rua Liberdade, s/nº	Assoc. de Moradores do Bairro Fortaleza ZONA LESTE	Presidente: Sra. Tereza 8123-214 / 8466-2225
30/03/2010 (Terça Feira) 19h 30m	EJA – EMEF Ulisses S. Ferreira	Bairro: JK ZONA LESTE	Secretária: Nilde 3226-6236
06/04/2010 (Terça Feira) 19h 30m	EJA – EMEF Antônio A. Rebelo das Chagas	Bairro: S. Sebastião II ZONA NORTE	Diretor: Augusto Cesar 8401-3668
09/04/2010 (Sexta Feira) 16h e 19h 30m	CRAS - Rua Samaumeira 3233	Assoc. de Moradores do Bairro Eletronorte ZONA SUL	Representante: Srª. Mª. do Carmo 9217-4642
	EJA – EMEF Engº. Francisco Erse	Bairro: Cuniã ZONA LESTE	Diretor: Jedson Raimundo 9258-8289
10/04/2010 (Sábado) 16h 30m	Sede da Associação Rua Humberto Florença c/ Augusto M. Negro s/nº	Assoc. de Moradores do Bairro Cidade Nova ZONA SUL	Presidente: Sr. LULA 8441-6783
17/04/2010 (Sábado) 16h 30m	Sede da Associação Rua Peroba Rosa c/ Imbaúba, s/nº	Assoc. de Moradores do Bairro Areia Branca ZONA SUL	Presidente: Sr. Laercio 8418-0300

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Gráfico do Resultado Geral das Oficinas do Orçamento Participativo 2010



Resultado Geral das Audiências do Orçamento Participativo 2010



Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Em 2010, o resultado do processo do Orçamento Participativo (O.P.), caminhou para uma melhora significativa, os elementos colhidos como referencia das necessidades da população dentro de uma visão técnica, espelham aquilo que o poder público já conhece, todavia, é preciso aproximar cada vez mais a população para atuar em conjunto com o poder executivo, até por que neste processo foi constatada a falta de organização representativa dos bairros. O poder público entende que é possível se discutir o planejamento de ações com a sociedade organizada, porém, ainda há uma lacuna a ser preenchida, atualmente, dos 69 bairros oficialmente existentes, conseguimos discutir de forma organizada com apenas (11) apesar da representação individual de 47 bairros nas Audiências Públicas; nos 12 distritos, utilizamos como intermediário o Administrador Distrital. Nesse contexto é ainda difícil se estabelecer este modelo como definitivo, buscando no aperfeiçoamento deste processo uma fórmula que dê mais segurança ao gestor publico na hora da tomada das decisões.

Não obstante, é vontade do poder publico dividir a responsabilidade de administrar o município com o envolvimento de todas as classes sociais, para isso, tem definido diretrizes de discussão e apresentação de propostas de forma tematizadas. O O.P. tem se aperfeiçoado a cada ano e se tem consolidado como ferramenta Democrática, considerando o chamado ao exercício da cidadania com responsabilidade.

Coordenadoria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica - CMPGE

A Coordenadoria tem a competência principal de subsidiar o Secretário no planejamento estratégico, visando a integração entre todos os órgãos envolvidos no processo de planejamento.

Em 2010, as atividades se voltaram principalmente para:

- a) Planejamento Estratégico da SEMPLA e Secretarias envolvidas;
- b) Plano Plurianual-2010/2013;
- c) Avaliação do PPA 2009/2010;
- d) Plano Diretor de Porto Velho;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- e) Sistema de Informações da Amazônia - SIPAM;
- f) Relatórios do SIAPE e SIAPES – SEMPLA;
- g) Mapas (município de Porto Velho das zonas urbana e rural com os distritos de Calama, Jacy-Paraná, União das Bandeirante e Nova Califórnia);
- h) Acompanhamento de empregos gerados no município;
- i) Indicadores Municipais (informações das secretarias municipais);
- j) Compilação de documentos municipais (Decretos e Leis)
- k) Elaboração do Relatório sobre o Programa Educação Infantil;
- l) Censo Demográfico: Integrante da Comissão Municipal; Participação em reuniões com a coordenação do IBGE, em Rondônia; Disponibilidade de espaço físico mobiliado e equipado para a execução do Censo; e, Acompanhamento à execução do Censo.
- m) Revista Porto Velho em Números
Seleção e análise de dados e informações para elaboração da 2ª edição;
Elaboração da revista;
Correção da arte inicial da revista para fins de impressão;
Acompanhamento da impressão da revista.
- n) Programa GESPÚBLICA.
Elaboração do Plano de Ação para implantação do programa na SEMPLA;
Implantação do programa Na SEMPLA;
Participação de 6 (seis) técnicos na oficina de capacitação;
Elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão;
Avaliação preliminar do programa;
- o) Programa de Geoprocessamento.

A coordenadoria também acompanhou as metas do Programa Porto Velho Mais Limpa para Você e Mais Linda para Todos (Plano Verão-2010) que num trabalho articulado com as Secretarias registramos informações relativas à sua execução dos diversos programas previstos, tais como: Limpeza, Encascalhamento e Varrição de Vias; Iluminação e confecção de Manilhas; Pavimentação e Recapeamento de Vias; Limpeza de Canais; Sinalização e Implantação de novos pontos; Recuperação e Manutenção de Estradas Vicinais; Arborização; Pontos Críticos de Canais; na Construção de Muros e Calçadas e na Limpeza de Terrenos.

Departamento de Captação de Recursos - DCR

O Departamento de Captação de Recursos - DCR tem como atividade principal o monitoramento das propostas cadastradas no SICONV (Sistema de Convênios do Governo Federal), dos convênios e dos contratos de repasses firmado pelo município no âmbito do Governo Federal de todas as secretarias, assim como, prestar orientações para as secretarias quanto a documentação e procedimentos a serem adotados para se firmar um convênio ou contrato de repasse.

O controle é realizado através de planilha de excel, sendo que no ano de 2010 a soma desses instrumentos (propostas, convênios e contratos de repasse) girou em torno de 246, que em dezembro/2010 passou para 171, considerando que foram canceladas as propostas que não foram contempladas e retirado os convênios e contratos de repasse que tiveram a prestação de contas aprovada.

Outra atividade realizada pelo Departamento é o controle do cadastro de inadimplência da união – Cadastro Único da União – CAUC/SIAFI, sendo realizado consulta diariamente e quando ocorrer a situação de inadimplência cabe ao departamento enviar esforços junto aos órgãos responsáveis (Governo Federal e Prefeitura) para sanar a pendência existente.

Ao mesmo tempo, o Departamento vem realizando a atividade de prestador de assistência técnica na área de convênios e contratos de repasse, prestando suporte as secretarias, tirando duvidas, auxiliando na operação do SICONV - Sistema de Gestão de Convênios da União, e até mesmo realizando cadastro de proposta neste Sistema, o que, ressaltamos, não é responsabilidade da SEMPLA, mas é feito com o objetivo de evitar o vazamento de recursos garantidos através de emendas parlamentares no orçamento da União.

Em 2010 o departamento juntamente com a FUNESCOLA organizou dois cursos para capacitação de cerca de 40 servidores (cada curso) das secretarias responsáveis pelos convênios, sendo: Operação do Sistema de Convênios e Elaboração de Projetos via Sistema de Convênios (SICONV) e Prestação de Contas de Convênios que foram ministrados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Outra atividade que foi e continua sendo realizada com bastante frequência é o encaminhamento de resposta aos órgãos de controle e acompanhamento de prestações de contas dos órgãos concedentes de recursos financeiros para a Prefeitura – Ministério da União, Procuradoria Geral da República e Tribunal de Contas da União, quanto a questionamentos sobre a execução, prestação de contas e devoluções de saldos ou recursos utilizados indevidamente, de convênios em execução e antigos, inclusive de administrações anteriores.

Ainda, o departamento está responsável desde Junho de 2009 pela preparação da documentação necessária a celebração do contrato de operação de crédito interno, atuando na produção e obtenção de documentos, relatórios, declarações, certidões e pareceres, bem como respondendo aos questionamentos e pendência encaminhada pelos agentes financeiros e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que através da sua Coordenação Geral das Relações e Análises Financeira dos Estados e Municípios - COREM, analisa os pleitos apresentados pelo Município, sendo que no exercício de 2010 conseguimos viabilizar o crédito referente ao Programa PROVIAS - Programa de Intervenções Viárias no montante de R\$ 1.980.000,00.

Registre-se que em razão de recursos apresentados no processo de licitação o valor efetivado foi de R\$ 1.264.700,00, referente a aquisição de uma escavadeira hidráulica, um trato esteira e uma pá carregadeira.

Em relação à operação de crédito em 2010 também foi iniciado os processos referentes ao Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicas (PMAT) e do Programa de Aceleração – PAC2.

Por fim, o departamento deu início juntamente com a assessoria executiva o desenvolvimento de um sistema de controle de convênios que será utilizado por todas as secretarias da prefeitura, com previsão de conclusão em abril/2011.

DGU

O Plano Diretor determina que a política municipal de desenvolvimento urbano será estabelecida com base na estrutura abaixo.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



Plano Diretor

ITEM	DATA	ATIVIDADE
1.1	Janeiro/ Dezembro	Palestras e orientações referentes ao Plano Diretor
1.2	Janeiro/ Dezembro	Acompanhamento na implementação do Plano Diretor do Município de Porto Velho

Uso e Ocupação do Solo

ITEM	DATA	ATIVIDADE
2.1	Fevereiro/ Dezembro	Trabalho integrado em parceria com as Secretarias: SEMFAZ, SEMEPE, SEMTRAN, SEMPRES, SEMUR e Procuradoria Geral do Município, nos estudos para o desenvolvimento das atualizações da Lei nº 097/99 de 29 de Dezembro de 1999, que dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Porto Velho
2.2	22 a 26 de Março	Participação no 5º Fórum Urbano Mundial no Rio de Janeiro/RJ, com o Tema " O Direito à Cidade: Unindo o Urbano Dividido.
2.3	28 de Julho 8 e 9 de Setembro	Apoio técnico ao IBGE no processo de cooperação ao CENSO 2010 disponibilizando informações e definições quanto aos perímetros dos bairros e zonas de planejamento. Foram realizadas reuniões e estudos técnicos.
2.4	Novembro/ Dezembro	Acompanhamento do Plano Local de Habitação de Interesse Social, sob coordenação da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação -SEMUR
	03 a 05 de novembro	Participação na Reunião do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS com os consultores da empresa Petri e Pereira, apresentando a metodologia que será utilizada na elaboração do Plano.
	09 de novembro	Participação na Comissão do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, designada através do Decreto nº 11.853, de 09 de novembro de 2010.
	10 de dezembro	Participação no 1º Fórum sobre o Plano Local de Habitação de Interesse Social, apresentando a comunidade o grupo de trabalho responsável pelas atividades e metodologia que será desenvolvida ao longo dos 10 (dez) meses de vigência do Plano.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Uso do Solo - Estudos Realizados

ITEM	DATA	ATIVIDADE
2.1.1	Fevereiro/ Dezembro	Trabalho integrado em parceria com as Secretarias: SEMFAZ, SEMEPE, SEMTRAN, SEMUR e Procuradoria Geral do Município, nos estudos para o desenvolvimento das atualizações da Lei nº 097/99 de 29 de Dezembro de 1999, que dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Porto Velho.
2.1.2	23 a 26 de Fevereiro	1ª Oficina de capacitação técnica realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM”, para a comissão técnica responsável pela revisão da lei urbanística de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. A oficina foi estruturada de forma a garantir momentos de revisão e atualização de conhecimentos e discussões conceituais sobre temas críticos a serem tratados na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, como também de momentos de discussões sobre a realidade de Porto Velho.
2.1.3	27 a 30 de Abril	2ª Oficina de capacitação técnica realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM”, para a comissão técnica responsável pela análise e revisão da lei urbanística de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. A oficina foi estruturada com atividades para consolidar resultados que permitam a Prefeitura avançar na revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo para discussão com a sociedade, com enfoque para a delimitação do perímetro urbano, a proposição de zonas para a área urbana da sede, indicação de parâmetros urbanísticos, possibilidade de utilização dos instrumentos de política pública e estratégias de discussão com a sociedade.
2.1.4	30 de junho	Apresentação ao Secretário Sergio Luiz Pacifico da proposta de revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Porto Velho
2.1.5	09 de agosto	Apresentação aos Secretários da proposta de revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Porto Velho.
2.1.6	23 de agosto	Apresentação aos técnicos e Secretários da proposta de revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Porto Velho.
2.1.7	27 de Outubro	Participação da Comissão Técnica de Uso e Ocupação do Solo na Capacitação sobre Saneamento Básico – Módulo Água e Esgoto.
2.1.8	24 a 29 de Novembro	Estudos técnicos para fechamento da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.
2.1.9	Fevereiro/ Dezembro	Estudos e discussões da Comissão Técnica dos instrumentos urbanísticos existentes e Revisão da Lei 097/99- Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, registrado 44 reuniões com grupo técnico

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Meio Ambiente

ITEM	DATA	ATIVIDADE
3.1	Janeiro/Dezembro	Acompanhamento do Projeto de Gestão em Bacias Urbanas de Porto Velho em parceria com o SIPAM, cujo enfoque é delimitar as áreas de risco no entorno dos Igarapés e apoiar a Defesa Civil com um sistema de alerta para as chuvas.
	22 de Janeiro Janeiro/Fevereiro	Etapa 1- Envolvimento Institucional • Apoio Técnico na reunião para apresentação do Projeto na SEMED; • Participação na definição de áreas (bacias) prioritárias na SEMOB; • Coordenação da validação/modificação da Matriz de Articulação Institucional.
	21, 27 e 28 de Maio 21 e 22 de Setembro	Etapa 2- Instalação do sistema de monitoramento pluviométrico na área do município de Porto Velho. • acompanhamento para Aquisição dos equipamentos, através da Axis Consultoria Urbana foram adquiridos 6 pluviômetros e 1 fluviômetro; • Apoio técnico na distribuição Espacial dos Pluviômetros foi realizadas reuniões para definição das escolas participantes do projeto; • Participação no treinamento para manuseio dos Pluviômetros na empresa forneceu, Solar Instrumentação Monitoração e Controle localizada em Florianópolis – SC;
	30 de Dezembro	Etapa 3 - Calibração do radar meteorológico. Acompanhamento parcial
	Setembro 10 de Novembro	Etapa 4- Caracterização fisiográfica das bacias urbanas em estudo com respeito aos aspectos geomorfológicos pedológicos e ao uso do solo. • Apoio técnico no levantamento das características das bacias. • Participação e Apoio na apresentação dos resultados preliminares da delimitação e levantamento das bacias, realizado pelos estagiários.
3.2		Acompanhamento serviços locais de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário
	24 de Agosto	Oficialização da Comissão Técnica pelo Decreto nº 11.761 de 24 de agosto de 2.010, que tem como objetivo fiscalizar e acompanhar o Contrato e programa para delegação de serviços locais de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário firmado pelo contrato nº 112/PGM/2009, entre a CAERD e a Prefeitura de Porto Velho, no qual deverá apresentar relatórios mensais e propostas de regulamentação ao órgão central do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal Urbana.
	02 e 09 de setembro	1º Reunião da Comissão CAERD, para aprovação da matriz de acompanhamento e propostas de trabalho, respeitando as competências das respectivas secretarias. Lei de Saneamento Básico e as principais diretrizes do Contrato

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Mobilidade Urbana

ITEM	DATA	ATIVIDADE
4.1	Outubro/Dezembro	Estudos e discussões da Comissão Técnica especializada para análise, acompanhamento e recebimento do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Porto Velho.
4.2	20 de Outubro	Participação na Comissão Especializada para Análise, Acompanhamento e Recebimento do Plano de Mobilidade Urbana, designada através do Decreto nº 11.829, de 20 de Outubro de 2010.
	06 a 10 de Dezembro	Participação em oficina de trabalho do Plano Viário de Porto Velho.

Participação Popular

ITEM	DATA	ATIVIDADE
5.1		Capacitação da Câmara Temática de Planejamento Territorial Urbano
	13 de Maio	• Plano Diretor e Lei de Uso do Solo. Local Teatro Banzeiro.
	16 de Junho	• Lei nº 097, Uso e Ocupação do Solo. Local SEMPLA.
	01 de Julho	• Continuação do Estudo da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Local SEMPLA..
	06 de Agosto	• Lei nº 110/00 e nº 336/09 (altera a de Uso e Ocupação do Solo) e Outorga Onerosa. Local SEMPLA.
	19 de Agosto	• Balanço/ Plano Diretor/ Perímetro Urbano/ Diagnóstico do Município. Local Teatro Banzeiro.
	15 de Outubro 04 de Novembro	• Verticalização, parcelamento do solo, loteamento fechado e condomínio. Não realizada por falta de Coro.
5.2	Janeiro/abril	Participação na comissão preparatória para 4ª Conferência Estadual das Cidades
5.3	31 de Março	Participação no Seminário Conselho Estadual da Cidade e o Controle Social. Local Biblioteca Francisco Meireles
5.4	7 a 9 de Abril	Participação na 4ª Conferência Estadual das Cidades / RO, no Distrito de Ouro Preto do Oeste, com o Tema: Cidade para todos e todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social.
5.5	05 de Abril	Suporte técnico na realização de Solenidade de Posse dos Membros do Conselho Municipal das Cidades.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Informações

ITEM	DATA	ATIVIDADE
6.1	Maio/Dezembro	Participação no processo de implementação do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA
6.2	Janeiro/Dezembro	Atendimento ao público e organizações públicas e privadas nas orientações e fornecimento de mapas: ▶ Lei parcelamento e Uso do Solo (Lei nº 097); ▶ Plano Diretor do Município de Porto Velho; ▶ Perímetro Urbano; ▶ Zonas de Uso; ▶ criação dos Bairros (Lei nº 840); ▶ Mapa geral do Município de Porto Velho; ▶ Código de Obras e Postura; ▶ Área Urbana de Porto Velho;

Análise de Processos e Produtos

ITEM	DATA	ATIVIDADE
7.1	08 de Abril	Parecer do Processo nº 18.7835/2009 - Parecer Técnico – Solicitação de diretrizes viárias de uma determinada área, solicitação feita pela Secretaria de Regularização Fundiária.
7.2	07 de Maio	Parecer do Processo nº 18.0488-05 - Transferência de IPTU / Escritura Plena, solicitação feita pela Sr. Raquel Pereira.
7.3	07 de Maio	Parecer do Processo nº 05.2378-05 - Parecer Técnico - Solicitação de área verde-Equipamento Comunitário, solicitação feita pela Empresa Walcar Terraplanagem.
7.4	17 de Maio	Parecer do Processo n/ 05.0048-09 - Informações sobre a concessão de gratificação Grupo Operacional de Saúde, solicitação feita pela Secretaria de Administração.
7.5	28 de Outubro	Análise da definição topográfica do Perímetro da Macrozona Urbana de Porto Velho, registrado no relatório 019/DGU/SEMPA.
7.6	24 de Novembro	Parecer do Processo nº 18-09320/2008 - Licença de Construção, solicitação feita pela Santo Antonio Energia Sustentável.
7.7	30 de Dezembro	Parecer do Processo nº 18-7779/2010 - Sobre Viabilidade, solicitação feita pela Empresa Homero Brasil.

Aperfeiçoamento

ITEM	DATA	ATIVIDADE
8.1	10 de Junho	Palestra Liderança – O fator Resultado – 02 servidores
8.2	21 a 23 de Junho	Curso de Auto-avaliarão da Gestão Pública – 250 pontos – 02 servidores
8.3	24 de Junho	Curso de Carta de Serviços da Gestão Pública – 02 servidores
8.4	12 a 30 de Julho	Curso de AutoCAD Básico – 02 servidores
8.5	19 a 21 de Julho	Excelência na Gestão Pública Municipal – 01 servidor
8.6	02 a 20 de Agosto	Curso de AutoCAD Avançado – 03 servidores

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)

Apresentação

A Secretaria Municipal de Administração – SEMAD vem passando por um processo de aperfeiçoamento em suas ações, procurando adaptar-se às tendências mundiais, frente às transformações da sociedade e ao uso eficaz dos recursos públicos.

Missão: “Excelência no serviço público no planejamento, coordenação, definição de políticas públicas, controle, execução e orientação normativa na esfera municipal, abordando recursos humanos, recursos logísticos, tecnologia da informação e aquisição de bens e visando à melhoria na prestação de serviços.”

Visão: “Ser referência, até 2013, na Administração Pública em gestão dos recursos-meio no Estado de Rondônia.”

Valores: “Comprometimento, transparência, ética, interdisciplinaridade, responsabilidade social, comunicação, profissionalismo, foco em resultados.”

Negócio: “Administrar os recursos-meio do Município de Porto Velho.”

Compras Públicas

Com a reestruturação da Secretaria Municipal de Administração, através da Lei Complementar nº 329, de 02 de janeiro de 2009, a antiga Comissão Permanente de Licitação - CPL passou a Coordenadoria Municipal de Licitação - CML, estando em nível de Assistência Imediata e Assessoramento, sendo suas competências aprovadas em seu Regulamento, pelo Decreto nº 10.688, de 16.05.2007:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Mostraremos a seguir, dados para conhecimento das atividades desenvolvidas na Coordenadoria Municipal de Licitação, através de valores, quantitativos, gráficos e demais informações do comportamento e desempenho das licitações em 2010:

Das licitações concluídas no exercício de 2010, o quadro de economicidade ficou consolidado da seguinte forma:

Quadro Geral de Economicidade das Licitações 2010

Modalidade	Quantidade	Estimado R\$	Contratado R\$	Economia R\$	%
Pregão Presencial	163	31.697.175,68	28.559.077,46	3.138.098,22	9,90%
Pregão Eletrônico	83	6.165.529,12	4.820.509,05	1.345.020,07	21,82%
Concorrência	9	34.992.246,59	33.961.673,49	1.030.573,10	2,95%
Tomada de Preços	22	9.547.335,81	9.395.304,17	152.031,64	1,59%
Convite	65	4.886.301,92	4.738.221,69	148.080,23	3,03%
Total	342	87.288.589,12	81.474.785,86	5.813.803,26	6,66%

Fonte: CML.

Considerando a economicidade das licitações de maneira individual, constatamos que o melhor desempenho foi atribuído ao Pregão Eletrônico, com 21,82%, seguindo respectivamente, pelo Pregão Presencial, com 9,90%, Convite, com 3,03%, Concorrência, com 2,95% e Tomada de Preços, com 1,59%. Portanto, em termos percentuais, a modalidade licitatória que trouxe maior economia aos cofres municipais no exercício de 2010 foi o Pregão Eletrônico.

O índice de economicidade total, considerando todas as modalidades de licitação, ficou em torno de 6,66%, o que resultou numa economia de recursos financeiros de R\$ 5.813.803,26.

Separando os valores licitados em 2010, por Secretaria, foi possível obter o seguinte quadro:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Licitações por Secretaria

	R\$
SEMPRE	28.658.209,97
SEMUSA	24.355.257,71
SEMED	22.259.682,47
SEMADE	2.245.534,49
SEMOB	2.006.348,21
SEMAS	1.906.330,43
SEMUR	972.817,90
SEMTAN	917.712,50
SEME	822.925,76
GP	658.292,48
SEMUSB	583.716,00
SEMAZ	519.462,26
SEMAGRIC	436.875,24
SEMPA	412.275,62
PGM	163.481,20
SEMA	150.951,25
SEMESTUR	135.000,00
CGM	83.715,63
TOTAL	87.288.589,12

Fonte: CML

Como podemos observar, as 5 principais Secretarias que movimentam as compras de bens e serviços no Município de Porto Velho, respectivamente, são: Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais (SEMPRE); Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA); Secretaria Municipal de Educação (SEMED); Secretaria Municipal de Administração (SEMADE) e Secretaria Municipal de Obras (SEMOB).

Constatamos ainda que a Secretaria Municipal de Projetos Extraordinários (SEMEPE) não encaminhou nenhum processo administrativo de compra de bens e serviços para licitação, tornando-se a única Secretaria do Município a não ter processos licitatórios.

Licitações por Elemento de Despesa

Descrição	Valor Licitado	Economia	%
Consumo	5.306.616,82	2.101.635,83	39,60%
Permanente	4.959.828,03	1.131.533,79	22,81%
Serviços	24.837.235,03	1.336.066,69	5,38%
Serviços de Engenharia	2.997.589,88	87.319,01	2,91%
Obras	43.373.516,10	1.157.247,94	2,67%

Fonte: CML

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

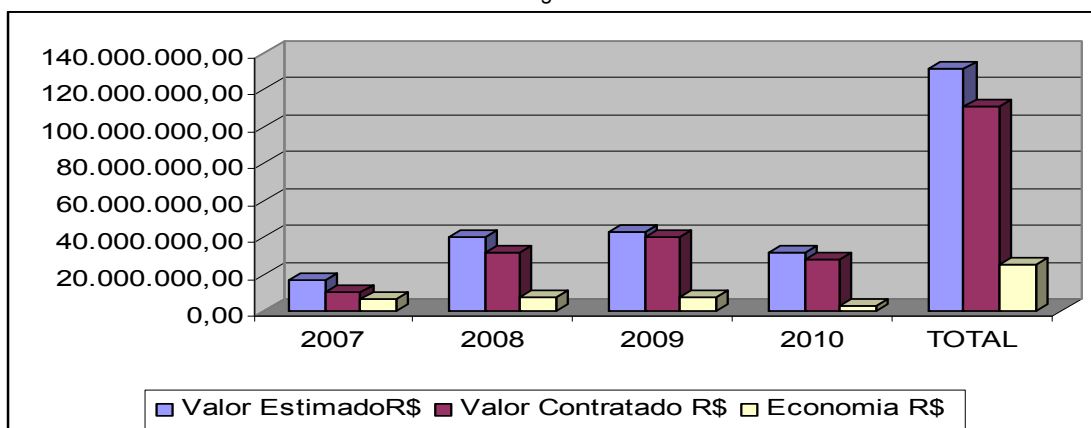
Verificando os percentuais de economia, podemos observar que os bens de consumo foram os que mais se destacaram, apresentando uma economia em torno de 39,60%, seguido pelos bens permanentes com 22,81% e ainda, respectivamente, por serviços, serviços de engenharia e, por fim, obras.

Quadro Demonstrativo Modalidade Pregão Presencial

ANO	Valor Estimado R\$	Valor Contratado R\$	Economia R\$	Economia %	TOTAL
2007	16.847.558,46	10.179.081,31	6.668.477,15	39,58	125
2008	39.835.395,49	32.213.178,54	7.608.768,18	19,10	59
2009	42.916.140,40	40.424.312,32	7.834.529,35	18,26	61
2010	31.697.175,68	28.559.077,46	3.138.098,22	9,90	163
TOTAL	131.296.270,03	111.375.649,63	25.249.872,90	19,23	245

Fonte: CMIL

Gráfico Pregão Presencial



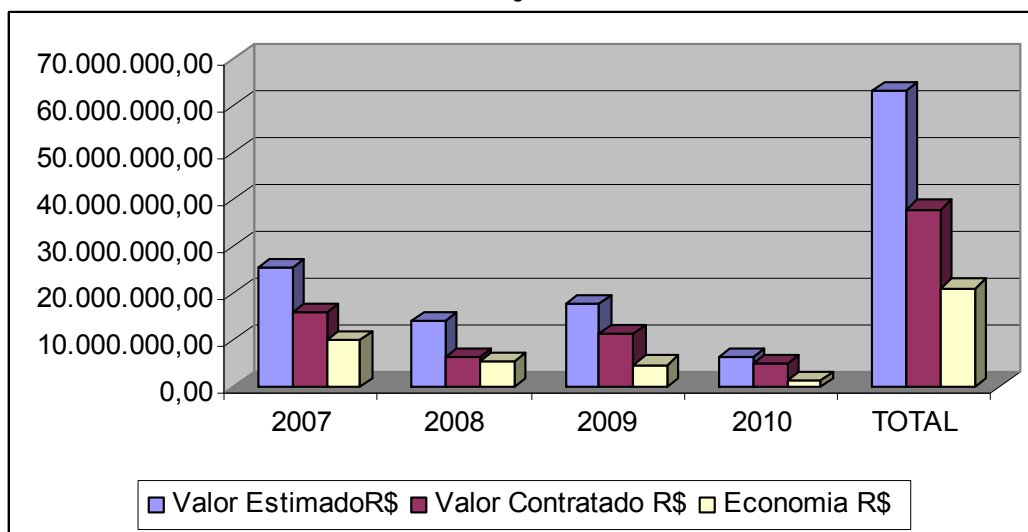
Quadro Demonstrativo Modalidade Pregão Eletrônico

ANO	Valor Estimado R\$	Valor Contratado R\$	Economia R\$	Economia %	TOTAL
2007	25.500.820,13	15.646.198,00	9.854.622,13	38,64	30
2008	13.980.163,14	6.401.775,42	5.271.463,65	37,71	68
2009	17.495.677,57	11.117.412,08	4.622.403,86	26,42	5
2010	6.165.529,12	4.820.509,05	1.345.020,07	21,82	83
TOTAL	63.142.189,96	37.985.894,55	21.093.509,71	33,41	186

Fonte: CMIL

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Gráfico Pregão Eletrônico

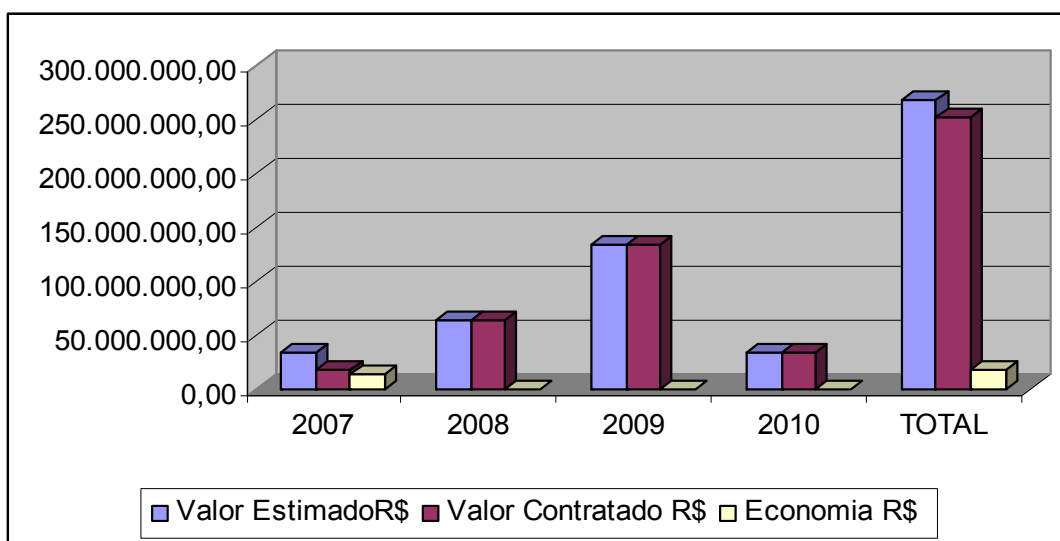


Quadro Demonstrativo Modalidade Concorrência

ANO	Valor Estimado R\$	Valor Contratado R\$	Economia R\$	Economia %	TOTAL
2007	33.925.599,99	19.293.121,51	14.632.478,48	43,13	30
2008	65.170.204,89	64.611.732,68	559.472,21	0,86	26
2009	134.264.815,69	133.115.096,39	1.149.719,30	0,86	11
2010	34.992.246,59	33.961.673,49	1.030.573,10	2,95	9
TOTAL	268.352.867,16	250.981.624,07	17.372.243,09	6,47	67

Fonte: CMIL

Gráfico Concorrência



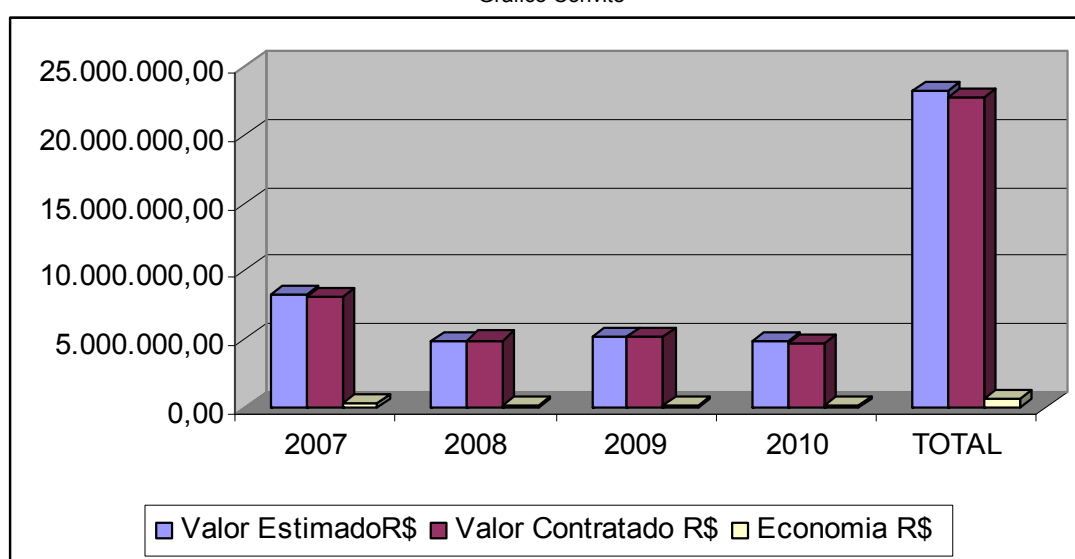
Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Quadro Demonstrativo Modalidade Convite

ANO	Valor Estimado R\$	Valor Contratado R\$	Economia R\$	Economia %	TOTAL
2007	8.296.356,39	8.042.925,50	253.430,89	3,05	151
2008	4.849.512,37	4.913.769,20	117.250,62	2,42	58
2009	5.231.138,54	5.128.820,58	102.317,96	1,96	77
2010	4.886.301,92	4.738.221,69	148.080,23	3,03	65
TOTAL	23.263.309,22	22.823.736,97	621.079,70	2,67	286

Fonte: CMIL

Gráfico Convite



Quadro Demonstrativo Consolidado de 2007 a 2010

MODALIDADE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA	PERCENTUAL %	TOTAL
CONVITE	23.263.309,22	22.823.736,97	621.079,70	2,67	286
TOMADA DE PREÇOS	17.196.052,80	16.864.565,42	563.260,07	3,28	26
CONCORRÊNCIA	268.352.867,16	250.981.624,07	17.372.243,09	6,47	67
PREGÃO PRESENCIAL	131.296.270,03	111.375.649,63	25.249.872,90	19,23	245
PREGÃO ELETRÔNICO	63.142.189,96	37.985.894,55	21.093.509,71	33,41	186
TOTAL	503.250.689,17	440.031.470,64	64.899.965,47	12,90	810

Fonte: CMIL

Para os valores referentes ao Sistema de Registro de Preços - SRP, vamos trabalhar um tópico específico, destacando suas particularidades, considerando principalmente que os valores envolvidos são estimados, não significando necessariamente que serão executados. Dessa forma, passamos a analisar o quadro de licitações na modalidade Pregão Presencial e Eletrônico para Registro de Preços. Foram programados 38 SRP's, mas destes, foram realizados apenas 33, pois ainda temos 2 em andamento, 2 suspensos e 1 revogado, conforme se segue:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Considerando apenas os processos já licitados, excluindo-se os itens fracassados e desertos, foram previstos recursos orçamentários na ordem de R\$ 64.076.846,29; foi negociado pelos pregoeiros o valor para R\$ 35.961.944,92. Dessa forma, se forem adquiridos todos os produtos registrados em 2010, resultará numa economia em torno de R\$ 28.114.901,37, isso representa aproximadamente 43,88% e economicidade para os cofres públicos municipais.

Isolando-se os dados pela modalidade licitatória, podemos obter as seguintes informações:

Valores das Licitações por Modalidade no SRP

Modalidade	Estimado R\$	Licitado R\$	Economia R\$	%
Pregão Presencial	50.342.322,91	26.298.996,54	24.043.326,37	47,76%
Pregão Eletrônico	13.734.523,38	9.662.948,38	4.071.575,00	29,64%
TOTAL	64.076.846,29	35.961.944,92	28.114.901,37	43,88%

Fonte: CML.

Em termos gerais, diferentemente dos valores encontrados para os pregões presencial e eletrônico, não destinados ao Registro de Preços, o melhor desempenho foi do Pregão Presencial, apresentando uma economicidade de 47,76% (quarenta e sete vírgula setenta e seis por cento) contra 9,90% (nove vírgula noventa por cento) do Pregão Presencial não destinado a SRP's.

O que podemos concluir, genericamente com esses números, é que para os processos administrativos voltados ao Registro de Preços, a melhor opção de escolha, quanto à modalidade de licitação, é o Pregão Presencial, enquanto para os demais processos de aquisição de bens de consumo e permanente é o Pregão Eletrônico.

Considerando-se os valores por elemento de despesa, foi possível desenvolver o seguinte quadro de resultados:

Registros por Elemento de Despesa

Descrição	Estimado R\$	Licitado R\$	Economia R\$	%
Consumo	58.859.429,38	32.797.586,94	26.061.842,44	44,28%
Permanente	4.108.509,02	2.341.319,26	1.767.189,76	43,01%
Serviço	1.108.907,89	823.038,72	285.869,17	25,78%
TOTAL	64.076.846,29	35.961.944,92	28.114.901,37	43,88%

Fonte: CML.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Para todos os tipos de elementos de despesa licitados, utilizando-se o Registro de Preços, foi observada uma economia superior aos demais pregões não destinados a SRP. Esses valores representam a superioridade do Sistema de Registro de Preços, no que se refere à obtenção da proposta mais vantajosa para o Município de Porto Velho e, conseqüentemente, uma maior economicidade ao Erário Municipal.

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME e EPP

Através do Decreto municipal nº 11.003, de 28 de maio 2008, que regulamentou a ampliação na participação de licitações municipais, objetivando nas contratações concedendo um tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito do Município e a ampliação da eficiência das políticas públicas.

O Departamento de Recursos e Gerenciamento de Compras (DERGEC), que através da Divisão de Cadastro de Fornecedores (DICF), é responsável pelo cadastramento no sistema das empresas, com todos os dados necessários para os tramites licitatórios.

Outra novidade que DERGEC trouxe foi a implantação de um LINK, contendo uma lista com todos os fornecedores cadastros na DICF.

Abaixo mostraremos um quadro demonstrativo das empresas ME e EPP, cadastradas de 2008 à 2010.

Serviços	Ano								
	2008			2009			2010		
	Porte da empresa			Porte da empresa			Porte da empresa		
	LTDA	ME	EPP	LTDA	ME	EPP	LTDA	ME	EPP
	quant	quant	quant	quant	quant	quant	quant	quant	quant
Emissão de cadastro de fornecedores	101	8	4	47	81	39	60	59	46
Total	113			167			165		

Fonte: DICF/DERGEC.

Assessoria Técnica

Divisão de Fiscalização de Contratos

A modernização na Administração Municipal vem mediante a integração de funções, visando à melhoria nos serviços prestados ao sistema municipal. Baseando sempre na legalidade, a Divisão de Fiscalização de Contratos está prevista no art. 58, inciso III, arts. 66 e 67 da Lei nº 8.666/93. Cada fiscal identifica as atividades típicas do contrato, que têm foco na execução das obrigações contratuais. O planejamento e a administração do contrato são inerentes à atividade de gestão, o que não é objeto deste.

Na DIIFC são elaborados relatórios, planilhas com demonstrativos de gastos mensais, acompanhamento das vigências dos contratos, dentro outras atividades correlatas.

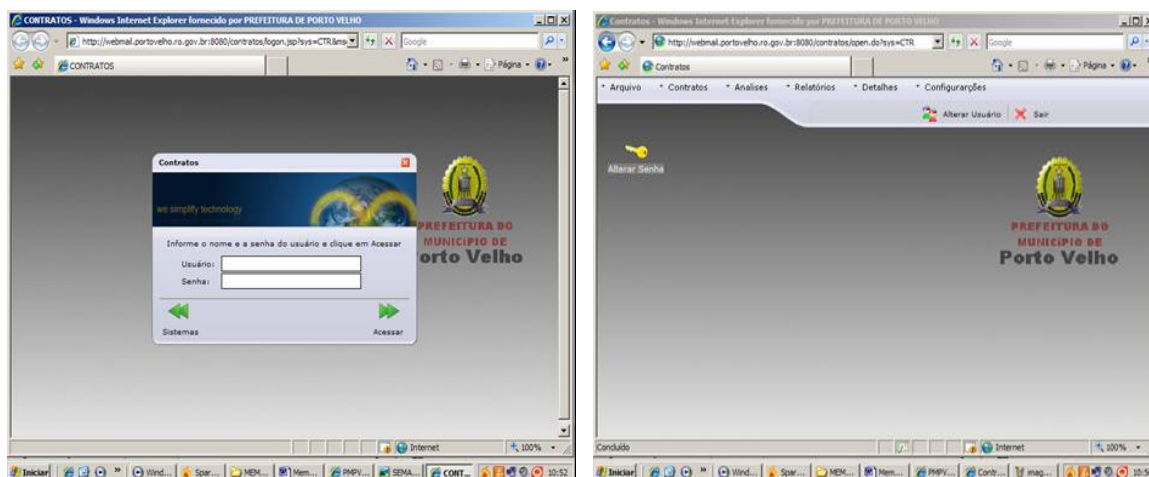


Outro fator importante é a implantação dos programas SISCON (Sistema de Contratos) que facilita a elaboração de Relatórios mensais e de anos anteriores, com gráficos demonstrativos de aumentos e reduções anuais, mês a mês, ainda em fase de teste, mais já em uso, por esta Divisão, onde cada fiscal lança os valores individuais, conforme cada contrato, separados por Secretaria, além disso, demonstra as Secretarias que possuem grandes índices de trabalho e utilização dos serviços de fornecimentos de energia, água, telefonia, combustíveis, entre outros.



O programa está localizado na parte superior, no lado direito do endereço eletrônico da Prefeitura, www.portovelho.ro.gov.br.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



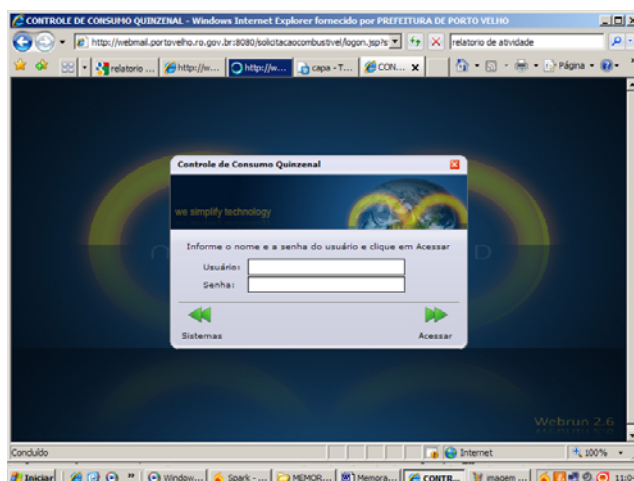
Ao clicar no link, passará para a página de acesso à identificação, à qual apenas os usuários cadastrados com senha terão acesso às informações.

A Divisão de Fiscalização de Contratos traz, no bojo de suas atividades, a fiscalização “in loco”, das despesas com contratos continuados como: Ceron, Caerd, Telefonia Fixa e Móvel, Combustível, Correios, Vigilância e Segurança Patrimonial:

Divisão de Transportes Oficiais

Visando controle, economia, organização nos pedidos de combustível e derivados de petróleo, foi implantado, na Divisão, o Programa Solicitação de Combustível, automatizando os serviços manuais que eram executados, gerando assim descentralização e organização na solicitação e autorização de combustível.

Localizado no endereço: www.portovelho.ro.gov/solicitacaocombustivel.



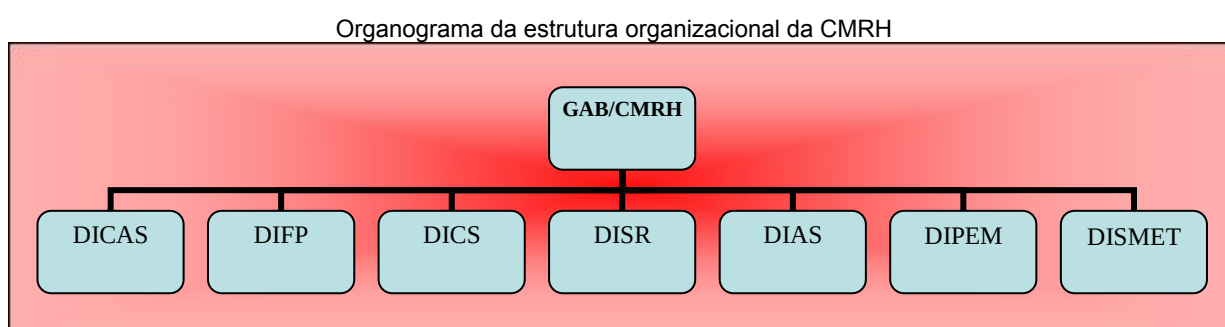
Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos - CMRH

Reestruturação

O Departamento de Recursos Humanos foi instituído através do Decreto nº 4.210, de 16.01.1991. Na época, era composto por cinco Divisões: Divisão de Cadastro, Divisão de Folha de Pagamento, Divisão de Atendimento ao Servidor, Divisão de Cargos e Salários e Divisão de Seleção e Treinamento.

Com a reestruturação da Secretaria Municipal de Administração, através da Lei Complementar nº 329, de 02 de janeiro de 2009, o Departamento de Recursos Humanos passou a chamar-se Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos - CMRH, atuando em nível de execução programática. Na ocasião, duas novas Divisões passaram a compor a Coordenadoria: a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho e a Divisão de Perícia Médica.

Observa-se, a seguir, o destaque de algumas divisões que desenvolveram atividades relevantes e de grande impacto no Sistema Municipal.



Reestruturada pela Lei Complementar nº 329, de 02 de janeiro de 2009, que anteriormente chamava-se DRH, novas divisões passaram a integrar a Coordenadoria, para dinamizar e interagir os trabalhos realizados dentro das Unidades Administrativas:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Divisão de Folha de Pagamento

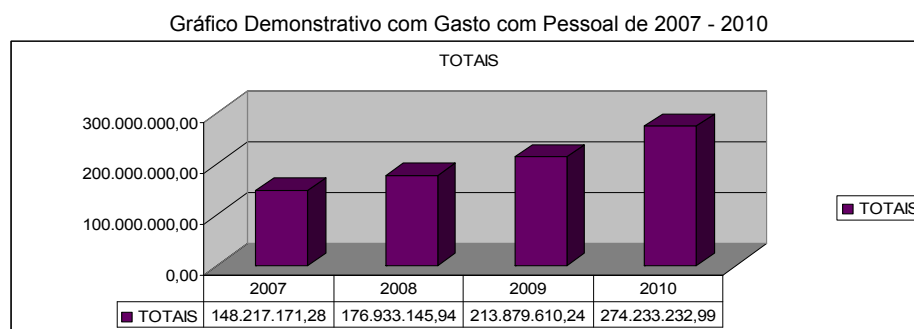
Com objetivo de avaliar os gastos com pessoal realizados no quadriênio de 2007 a 2010, segue abaixo tabela de valores demonstrando uma análise com gasto na folha de pagamento:

Quadro Demonstrativo com Gasto de Pessoal de 2007 a 2010

DESCRIMINAÇÃO	ANO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESA COM PESSOAL	2007	11.051.227,89	10.494.642,98	11.060.757,76	11.718.750,05	11.796.583,52	12.660.628,17	12.612.890,51	12.770.103,25	12.613.253,48	12.679.390,65	12.772.378,87	15.986.573,15
DESPESA COM PESSOAL	2008	12.565.600,29	12.024.791,57	12.841.347,72	13.758.612,15	14.804.919,71	15.454.465,56	15.264.931,30	14.737.428,84	15.160.877,68	15.183.992,71	15.579.044,63	19.557.133,78
DESPESA COM PESSOAL	2009	15.763.749,25	15.337.879,16	16.678.968,66	16.708.322,59	17.197.333,52	18.024.689,66	17.052.373,30	17.202.560,65	17.832.735,63	18.523.066,49	19.175.140,33	24.381.791,00
DESPESA COM PESSOAL	2010	20.234.963,84	19.780.019,89	20.535.563,93	20.300.549,64	20.981.019,39	22.715.776,72	23.182.045,97	23.545.530,57	23.504.061,64	23.320.832,49	25.124.510,67	31.008.398,24
TOTAL DA DESPESA		59.615.541,27	57.637.333,60	61.116.638,07	62.487.234,43	64.779.856,14	68.855.561,11	68.112.231,08	68.255.623,31	69.110.928,43	69.707.282,34	72.661.074,50	90.933.856,17

Fonte: DFP/CMRH.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



Pagamento Retroativo de Quinquênio

Conforme acordo firmado entre a Prefeitura do Município de Porto Velho e o SINDEPROF, foi reservado, inicialmente, o valor mensal de R\$ 70 mil, para pagamento aos servidores que fazem jus ao retroativo da diferença de quinquênio, passando para R\$ 100 mil, utilizado até o primeiro semestre de 2010. A partir do 2º semestre/2010, o valor passou para R\$ 170 mil, pago conforme discriminado abaixo:

No 1º trimestre de 2010, foi pago o referido retroativo a 126 servidores, totalizando o montante de R\$ 300 mil. As Secretarias em que mais servidores receberam o benefício foram a SEMED e a SEMUSA, com 48 e 27 servidores, respectivamente.

No 2º trimestre de 2010, foram pagos 150 servidores, totalizando o valor de R\$ 300 mil. As Secretarias que obtiveram mais servidores beneficiados foram a SEMED e a SEMUSA, com 56 e 49 servidores, respectivamente.

No 3º trimestre de 2010, foram pagos 117 servidores, e o custo total foi de R\$ 509.229,97. As Secretarias que obtiveram mais servidores beneficiados foram a SEMED e a SEMUSA, com 53 e 24 servidores, respectivamente.

Pagamento de Despesa de Exercícios Anteriores

São consideradas despesas de exercícios anteriores todas as diferenças a serem pagas aos servidores que não foram originadas no exercício corrente, tais como: diferenças de quinquênio, insalubridade, vantagem pessoal, gratificações diversas, resíduos salariais, rescisões, licenças-prêmio em pecúnia, resíduos referentes à aposentadoria, entre outras.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

No 1º trimestre de 2010, foram pagos 194 processos, no valor total de R\$ 371.705,97, que somados ao valor da diferença de quinquênios de 126 servidores, no valor de R\$ 300 mil, totalizaram R\$ 671.705,97 pagos a título de despesas de exercícios anteriores. Esse montante corresponde a 0,26 % do valor total do orçamento e à média mensal de R\$ 223.901,99 gastos com despesas de exercícios anteriores no referido trimestre.

A SEMED foi a Secretaria que mais quitou débitos de exercícios anteriores no primeiro trimestre de 2010, totalizando R\$ 240.358,08 pagos a este título. Após a SEMED, as secretarias que mais quitaram débitos de exercícios anteriores foram SEMAD, que pagou R\$ 47.248,07, PGM que efetuou o pagamento de R\$ 34.225,68 e SEMUSA, que efetuou o pagamento de R\$ 21.771,13.

No 2º trimestre de 2010, foram quitados 120 processos, no valor de R\$ 493.990,64, que somados ao valor da diferença de quinquênios de 150 servidores, no valor de R\$ 300 mil, contabilizaram, a título de despesas de exercícios anteriores, R\$ 793.990,64, valor correspondente a 0,31 % do total do orçamento e à média mensal de R\$ 264.663,55. As Secretarias que mais quitaram débito no 2º trimestre de 2010 foram SEMED, SEMAD, PGM e SEMUSA que efetuaram, respectivamente, o pagamento de R\$ 260.437,23, R\$ 104.464,27, R\$ 53.824,11 e R\$ 36.955,64, a título de débitos de exercícios anteriores.

No 3º trimestre de 2010, foram quitados 714 processos referentes a débitos de exercícios anteriores, que perfizeram o valor total de R\$ 1.117.185,83. Somados ao valor da diferença de quinquênio de 117 servidores, no valor de R\$ 509.229,97, chegou-se ao total de R\$ 1.626.415,80 pagos a título de despesas de exercícios anteriores, montante este correspondente a 0,64 % do valor total do orçamento e à média mensal de R\$ 542.138,60.

As Secretarias que mais efetuaram pagamento referente a débitos de exercícios anteriores no 3º trimestre de 2010 foram SEMUSB, SEMFAZ, SEMED, SEMAD e SEMOB, que pagaram, respectivamente, R\$ 371.961,97, R\$ 177.629,58, R\$ 174.638,87, R\$ 116.335,37 e R\$ 114.986,78.

Divisão de Atendimento ao Servidor

A Divisão de Atendimento ao Servidor – DIAS tem como objetivo recadastrar servidores, dar baixas em carteira de trabalho, receber documentos de admissão, atender ao público em geral “in loco” e via telefone, prestação de serviços diversos e concursos públicos, cadastrar servidores no site da Prefeitura, alterar senhas, prestar informações por telefone referentes a concursos e outros, localizar processos, prestar informações referentes a férias, licenças em geral, folha de pagamento, rescisões de contrato, números de matrículas, emitir declarações, certidões; cadastramento de servidor, recebimento de documento de Concursados, Comissionados, Prazo Determinados, Celetistas e Estatutários.

Também responde a questionamentos pelo site www.portovelho.ro.gov.br, no link Fale com Recursos Humanos.

Número de atendimentos

Esta Divisão atendeu mais de 3.800 servidores e públicos em geral, com prestação de serviços, não contabilizando o atendimento por telefone e as respostas aos questionamentos do link: Fale com Recursos Humanos.

Serviços Oferecidos por Meio da Internet

A Divisão de Atendimento ao servidor - DIAS responde a questionamentos, orienta e divulga os serviços de interesse dos servidores municipais que não conseguem acessar o Contracheque, Ficha Financeira, Cédula C e outros.

Resultado da Qualidade dos Serviços

Procuramos desenvolver um atendimento diferenciado no que se refere aos Planos de Cargos e Salários implementados na SEMED, SEMUSA e no Plano Geral, tirando as dúvidas dos servidores.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Efetuamos a confirmação do recadastramento anual dos servidores que encontraram dificuldade na transmissão de seus vencimentos devido ao recadastramento dos mesmos não terem sido efetuados em tempo hábil.

Desenvolvemos um atendimento ágil no que se refere aos servidores celetistas da SEMED, SEMUSA, SEMAS e PROJOVEM/URBANO e RURAL, que nos procuraram para assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de contratos até o mês de junho/2011.

Divisão de Seleção e Recrutamento

Número de Servidores Contratados por regime Estatutário

Conforme a tabela abaixo, houve a convocação de servidores para diversas secretarias, para atender a área urbana, considerando o crescimento acelerado da população de Porto Velho, em razão da construção das Hidrelétricas do Madeira e as obras do PAC.

No decorrer do ano de 2010, foram abertos novos postos de saúde e novas escolas, fazendo-se necessária a contratação de maior número de profissionais nessas Secretarias, para manter a qualidade no atendimento dos serviços básicos à população do Município de Porto Velho. Informamos que foram contratados todos os Professores NII - com Habilitação em Séries Iniciais e Médicos - Clínico Geral para localidade de Porto Velho, estando em andamento novo concurso público para substituição dos servidores contratados por Prazo Determinado e novas demandas.

CONVOCADOS MÊS DE OUTUBRO ESTATUTÁRIO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMUSA/SEMAF/SEMDESTUR/SEMOB	11
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMUSA/SEMOB	12
ADMINISTRADOR HOSPITALAR	SEMUSA	2
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	4
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	SEMA	3
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	4
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	SEMED	4
PROFESSOR NII	SEMED	3
ARQUITETO	SEMPRE	2
INSTRUTOR DE ARTES	SEMED	1
NUTRICIONISTA	SEMED	2
INSPECTOR ESCOLAR	SEMED	2
MOTORISTA	SEMAS	1
TOTAL		51

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

CONVOCADOS MÊS DE NOVEMBRO ESTATUTÁRIO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
INSTRUTOR DE ARTES	SEMED	2
INSPETOR ESCOLAR	SEMED	4
TEC. EM MULTIMÉDIOS DIDÁTICOS	SEMED	1
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	1
FISCAL DO MEIO AMBIENTE	SEMA	2
PROFESSOR NII	SEMED	3
VIGIA	SEMUSA	1
TEC. EM SEGURANÇA DO TRABALHO	SEMAD	1
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	SEMED	1
MERENDEIRA ESCOLAR	SEMED	1
MEDICO	SEMUSA	1
TÉCNICO JURÍDICO	PGM	1
TOTAL		20

CONVOCADOS MÊS DE DEZEMBRO ESTATUTÁRIO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AUXILIAR DE SERV. DE SAÚDE	SEMUSA	1
VIGIA	SEMUSA	2
INSTRUTOR DE ARTES	SEMED	2
MERENDEIRA	SEMED	2
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GAB PREFEITO	4
TEC. DE MULTIMÉDIOS DIDÁTICOS	SEMED	1
ENFERMEIRO	SEMUSA	1
MOTORISTA	SEMAD/SEMUSA	2
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	1
INSPETOR ESCOLAR	SEMED	2
AGENTE DE VIGILÂNCIA ESCOLAR	SEMED	1
TÉCNICO EM SEG. DO TRABALHO	SEMAD	3
TOTAL		22

Divisão de Cadastro de Servidores

A Divisão de Cadastro, no ano de 2010, realizou suas atividades sempre buscando qualidade e agilidade nos serviços. Vale salientar que todos os processos e requerimentos que tramitam nesta Divisão devem ser analisados, instruídos e despachados, o que demanda tempo e cuidado dos servidores que os analisam.

As inovações ocorridas na legislação municipal, principalmente na legislação de pessoal, exigiram preparo desta Divisão e demandaram trabalho extra para realizar o enquadramento dos servidores municipais, conforme as novas classes e categorias estabelecidas em lei.

A busca de atualização dos servidores lotados nesta Divisão em relação às novas leis foi uma constante, tendo em vista que estas influenciaram sobremaneira na instrução de processos que tramitam nesta Divisão.

Mesmo com as novas demandas, podemos dizer que o desenvolvimento dos trabalhos desta Divisão, em geral, foi satisfatório.

Divisão de Cargos e Salários

A Divisão desenvolveu, no exercício de 2010, suas atividades de maneira satisfatória, considerando que os trabalhos realizados abaixo, trazem um impacto direto de informações funcionais ao servidor e na sociedade em geral:

- Solicitar correções junto à Divisão de Cadastro, dos cargos comissionados não lançados no sistema GP ou lançados incorretamente;
- Conferir as Fichas de Estágio Probatório, Estabilidade e Progressão Funcional;
- Controlar os Cargos Efetivos em seus quantitativos, constantes em folha de pagamento, conforme a Lei Complementar nº 391, de 06.07.2010, e suas alterações;
- Alimentar o Portal do Servidor;
- Dar andamento na regularização do Estágio Probatório dos servidores da Prefeitura de Porto Velho, para as devidas providências quanto à estabilidade dos mesmos;
- Atualizar constantemente as leis no site da Prefeitura e Portal do Servidor;
- Enviar mensalmente o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/CAGED, para o Ministério do Trabalho;
- Informar o quantitativo de cargos, quando houver solicitação de contratação de mais servidores pelas Secretarias da Prefeitura de Porto Velho;
- Fazer o levantamento das leis que ainda não foram inseridas em livro;
- Elaborar minuta de lei para o aumento de quantitativo de cargos;
- Acompanhamento processual na Procuradoria Geral do Município;
- Atualizar o quantitativo de cargos, de servidores comissionados e em função de confiança;

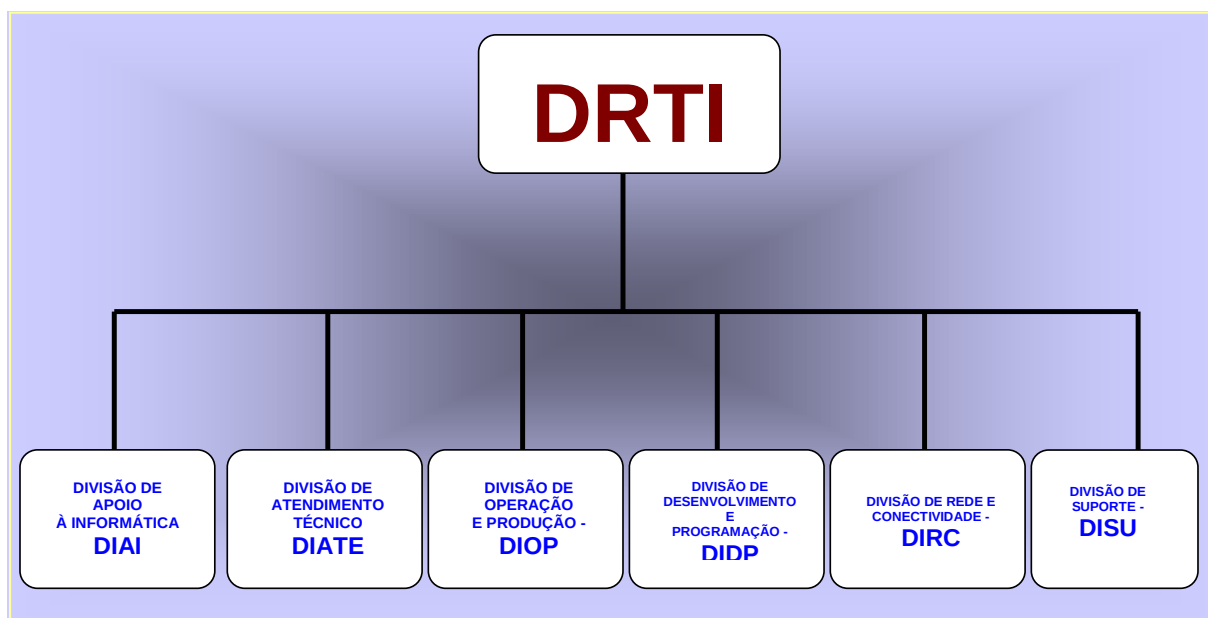
Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Atualizar a tabela do quantitativo de cargos comissionados e em função de confiança da Prefeitura Municipal de Porto Velho (quantitativo geral e por Secretaria) estabelecidos em Lei;
- Criar cargos e funções no sistema de Gestão Pessoal;
- Atualizar o arquivo desta Divisão com a Legislação Municipal (Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos e Portarias de regulamentação) na área de Recursos Humanos e Estrutura Organizacional;
- Elaborar relatório no sistema Módulo GP e AJUCEL, para melhor controle e utilização do sistema de banco de dados;
- Digitalizar leis antigas referentes a Pessoal e Estrutura Organizacional da PMPV, para adição ao site de legislação da PMPV;
- Implantar informações no sistema de Gestão Pessoal, tais como: cargos, funções, lei de criação do cargo, atribuições, descrição do cargo, entre outras;
- Concluir a elaboração do Livro de Legislação (volumes 1, 2 3 e 4);
- Confeccionar as Portarias de Estágio Probatório, Estabilidade, Progressão Funcional e Promoção dos servidores desta Prefeitura.
- Elaboração de minutas de Planos de Carreira e Cargos dos servidores pertencentes ao Grupo Geral, Grupo da Saúde e o Estatuto dos servidores Municipais.
- Elaboração de Decretos e Portarias.
- Fazer o levantamento dos servidores homologados no Estágio Probatório e averbá-los no Sistema.
- Confecções das Cartilhas de: Regulamentação do Estatuto dos Servidores e do Procedimento de Contratação em caráter Emergencial; Planos de Carreira e Cargos dos Servidores Pertencentes ao Grupo Geral, Grupo da Saúde; Manual de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório - MADEP

Departamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Modernização - DRTI

Reestruturação

Com a reestruturação da Secretaria Municipal de Administração, através da Lei Complementar nº 329, de 02 de janeiro de 2009, o antigo DRI passou a ser denominado Departamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Modernização – DRTI, assando a compor as novas divisões e um novo organograma.



Ação - DRTI nas Secretarias

Atendendo diariamente “in loco”: SEMUSA, SEMED, SEMPLA, GAB. DO PREFEITO e SEMDESTUR, PGM, SEMFAZ (CGM), SEMPLA (SEMPRE e SEMEPE), SEMUR e SEMAD.

Realizar com presteza, serviços de suporte computacional (hardware e software) nos diversos órgãos municipais, ou seja, mantendo “in-loco”, constantemente, um técnico especializado para efetuar procedimentos de:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Análise de desempenho de equipamentos de informática;
- Ajustar, otimizar e executar serviços de hardware e software em computadores, sem garantia, em todas as unidades administrativas do município;
- Fornecer informações de diagnóstico de hardware com defeito, que estão na garantia, para envio do equipamento ao fornecedor, e a devida assistência técnica;
- Suportes técnicos computacionais simples, internos e externos, buscando economicidade para a Administração Pública.



Ação – DRTI Prevenindo

Atendendo “in loco”, conforme cronograma mensal, as unidades que não possuem técnico pela ação DRTI nas Secretarias: SEMAGRIC, SEMAS, SEMA, SEMES, SEMUSB, FUNESCOLA, FUNCULTURAL, COORD. DAS MULHERES, SEMOB, SEMTRAN.

Reduzir riscos ocasionados por erros no Sistema Operacional, realizando manutenção preventiva e corretiva no Parque Tecnológico em todas as Secretarias realizando procedimentos de:

- Análise de funcionamento de antivírus;
- Manutenção simples e compartilhamento de impressoras;
- Identificação e redução em falhas na segurança, em relação ao microcomputador;



Responsável: Divisão de Suporte e Divisão de Apoio a Informática

Ação – DRTI desenvolvendo

Estudos de viabilidade técnica na utilização de software livre, disponibilizado e sugerido pelo Portal do Software Público e sistemas específicos:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Sistemas administrativos para implantação na Prefeitura (e-cidade, i-educar);
- Ferramentas livres: SPARK, EXPRESSO, OASIS, etc.
- Sistemas específicos: Junta Médica (Sisjum), Contratos (Siscon), site da prefeitura.

Responsável: Divisão de Desenvolvimento e Programação

Ação – DRTI livre

Substituir Suíte de Automação de Escritório Proprietário pelo BOffice.org, garantindo a interoperabilidade entre a sociedade e os governos Municipal, Estadual e Federal).

É uma ação para a adesão do Protocolo Brasília, assumindo o compromisso de utilizar o código ODF como padrão para armazenamento de documentos internos e troca de documentos com as demais organizações signatárias do protocolo, com o uso da suíte de escritório BrOffice.

Responsável: todas as divisões: DIDP, DIAI, DISU, DIOP, DIATE

Ação – DRTI Conectando: via fibra óptica (rede com fibra óptica)

Realizar comunicação entre todos os órgãos e Unidades Administrativas do Município, com aumento na qualidade de transmissão, segurança e confiabilidade na troca de dados e informações

- Projeto Fibra Óptica: O anel de fibra óptica é uma Infovia - conjunto de linhas digitais por onde trafegam os dados das redes eletrônicas – que deverá permitir a transmissão de dados de sistemas e arquivos da Prefeitura do Município de Porto Velho, permitindo a disponibilidade, integridade e confiabilidade na transmissão de dados (Intranet) sem interrupção no acesso. O anel de fibra óptica atenderá à SEMAD(DRL), SEMFAZ, CGM, Gabinete do Prefeito (Junta Militar), SEMDESTUR, SEMUSA (Maternidade, SAMU), SEMED (Biblioteca Francisco Meireles e EMEFM. Joaquim Vicente Rondon), SEMPLA, SEMPRES, SEMEPE, PGM, SEMA, SEMAGRIC, SEMUR, SEMOB, SEMTRAN, SEMES, IPAM e ENDUR.

Responsável: Divisão de Rede e Conectividade

Ação – DRTI Conectando: via rádio (rede sem fio wireless)

Realizar e completar a ligação da infovia municipal de comunicação de dados com todos os órgãos e Unidades Administrativas do Município, utilizando uma moderna rede através de wireless(via rádio digital) complementando os pontos que não foram atendidos pela rede de fibra óptica. Este projeto atenderá todas as Unidades Administrativas da área urbana da cidade.

Ação – DRTI Digital: Projeto Cidade Digital - PortoSinalNet

Atender a população da cidade de Porto Velho com a mais moderna tecnologia digital via rádio – Wireless, distribuindo sinal de acesso gratuito a Internet, entorno de onde serão instaladas torres de rádios wi-fi, conforme critérios estabelecidos pela Administração. Este projeto possui um link de 20 MB (MegaBytes) e o sinal que será socializado com a população terá frequência de 2,4 GHz (GigaHertz) e velocidade de 512 Kbps (kbytes por segundo).

- Cidade Digital: fase 3 – Projeto de instalação da 1ª (primeira) torre de 50 metros de altura, no terreno da Maternidade Municipal, onde o usuário poderá acessar o sinal, com o seu laptop ou desktop, que possua placa de rede sem fio, no raio de 50 m desta torre, e acima dessa metragem, necessitará do kit composto de antena e rádio que opere na faixa de 2.4 GHz (GigaHertz), a ser adquirido pelo próprio usuário no valor aproximado de R\$ 300,00 (trezentos reais).



Ação - DRTI Atendendo

Recebe e filtra, pelo SPARK, pessoalmente, por telefone e por e-mail, todos os chamados técnicos para suporte de microcomputadores e rede lógica;

Recebe todos os documentos administrativos, repassando à diretoria e distribuindo ou arquivando conforme despacho.

Recebe e despacha todos os equipamentos de informática que dão entrada no Departamento, para manutenção ou análise de especificação conforme processo.

Ação – DRTI Conectando

Levantamento, análise, suporte e manutenção da rede lógica interna de todas as Secretarias, com exceção da SEMFAZ, e gerenciamento da rede externa. Rede lógica interna: levantamento do material necessário a ser adquirido, confecção e instalação de pontos de rede, instalação de tomadas RJ45, testes e configuração na rede e acesso a internet. Rede externa: solicitação e acompanhamento dos novos links, transferência de endereço e aumento de velocidade, para acesso a rede e internet.

Conclusão

Após relatar as ações desenvolvidas por esta Secretaria Municipal de Administração, a execução das atividades projetadas no aspecto orçamentário e financeiro foi executada satisfatoriamente, tendo em vista que foram atingidos os objetivos, em conformidade com as metas físicas e financeiras realizadas.

Oportunamente, relatamos que todas as disfunções encontradas no exercício, no que dependeu desta equipe foram sanadas ao longo do período, buscando aprimorar o planejamento desta SEMAD.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO (PGM)

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM)

Apresentação

Este Relatório tem como objetivo a apresentação de forma circunstanciada, no que se refere às atividades desenvolvidas pela Divisão de Apoio da Procuradoria Geral do Município, durante o período de Janeiro a Dezembro/2010, no sentido de modernizar, dinamizar e aperfeiçoar os serviços públicos municipais, especificamente na área administrativa desta PGM.

Tendo por Base as informações coligidas durante o exercício de 2010, pudemos fazer uma análise mais consistente sobre o que já foi realizado, assim como, traçar novos planos de ação e políticas administrativas que nos permita implementar as ações necessárias ao alcance dos objetivos colimados pela Administração pública, em face do interesse público.

O presente relatório, como depositário de informações sobre as atividades operacionais da Divisão de Apoio Administrativo da PGM, tornando-se um importante instrumento administrativo, como fonte de dados para viabilizar o cumprimento das metas da Procuradoria Geral do Município, do Programa do Governo Municipal, do PPA referente ao exercício de 2010, além de proporcionar uma ampla visão de como se comportou os diversos setores desta Procuradoria durante o período de janeiro a Dezembro de 2010.

Este relatório apresenta de forma analítica e objetiva, a atuação da Divisão de Apoio Administrativo desta PGM, no sentido de alcançar o objetivo maior, conforme as metas estabelecidas para o exercício em referência, quais sejam: modernizar, dinamizar, aperfeiçoar, a atuação da PGM, como Órgão de Assessoria Jurídica, no âmbito do Município de Porto Velho, objetivando alcançar maior eficiência a nossa atuação como operadores do direito, no âmbito da Advocacia pública.

Estrutura Organizacional

- Procuradoria Geral
- Sub Procuradoria Geral Adjunto
- Corregedoria
- Assessoria Técnica
- Divisão de Apoio Administrativo
- Divisão de Apoio Técnico
- Sub Procuradoria Contencioso
- Sub Procuradoria Trabalhista
- Sub Procuradoria Fiscal
- Sub Procuradoria de Dívida Ativa
- Sub Procuradoria Administrativo
- Sub Procuradoria de Convênios e Contratos
- Sub Procuradoria de Processo Disciplinar
- Sub Procuradoria Fundiária
- Sub Procuradoria de Técnicas Legislativas
- Sub Procuradoria do Meio Ambiente

Números de Servidores Existentes

- Estatutários – 85 servidores
- Comissionados – 04 servidor
- A disposição – 08 servidores
- Total de Servidores – 97 Servidores

Metas realizadas neste período de janeiro a dezembro/2010

Foram desenvolvidas pela Divisão de Apoio/ASTEC/PGM as seguintes atividades.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Aquisição de material permanente para atender
os departamentos e divisões da PGM

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	LOCALIZAÇÃO
01	Bomba Água para porco Artesiano	01	Predio da 2ª VEF
02	Extintor de Incêndio CO2 006KG	05	Predio da PGM
03	Extintor de Incêndio PQM 008KG	08	Predio da PGM
04	Suporte para parede para extinto de incêndio	14	Predio da PGM
05	Motocicleta HONDA CG 125 CARGO	01	Sub Proc Proc. Disci
05	Central de Ar Condicionado de 48.000 BTUs	01	Sub Proc Contencioso
06	Frigobar com capacidade para 120 litros	05	Para atender as Unidades da PGM
07	MICROCOMPUTADOR DESKTOP-PROCESSADOR, MARCA MAESTRO	10	Para atender o PROJUDI-2ª VEF
08	IMPRESSORA LASER MONOCROMATICA, MARCA HP	05	Para atender as Unidades da PGM
09	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMATICA, MARCA SANSUNG	04	Para atender as Unidades da PGM
10	Central de Ar Condicionado de 30.000 BTUs	01	Para atender a Sub Proc Trabalhista
11	Cadeira Tipo Executivo com Braço	03	Para atender as Unidades da PGM
12	Mesa em madeira com 2 gavetas	08	Para atender as Unidades da PGM
13	Mesa para impressora com tampos	05	Para atender as Unidades da PGM
14	Scanner de Mesa, marca HP, modelo Scanjet HP 5590	03	Para atender o PROJUDI – 2ª VEF
15	Poltron tipo Presidente com braços	25	Para tender as Unidades da PGM

Demonstrativo nas Atividades Realizadas no Período

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	Processos formalizados	479
02	Números de Xerox atendidas	46.000
03	Números de requisições atendidas de Material de Expediente e Material de Limpeza	4.900
04	Consumo de combustível	5.352
05	Número de Ofícios expedidos	215
06	Numero de Tramitação de Processo	655
07	Numero de Memorando Expedido	135
08	Numero de Portarias Expedidas	25
09	Numero de solicitação de serviços reparo	50
10	Numero de manutenções de Centrais de Ar Condicionados	02
11	Números de Equipamentos Adquiridos(NotBoks, Microcomputadores e impressoras	19
12	Números de reparos em impressoras	10
13	Números de transferências em ramais telefone	06
15	Numero de RPV (Requisição de Pequeno Valor)	92

Quadro demonstrativo das despesas realizadas
janeiro a dezembro/2010

Valor anual disponibilizado para as despesas de custeio R\$ 1.022.000,00

PROGRAMA: 07 – APOIO ADMINISTRATIVO

PROJETO/ATIVIDADE: 04.01.04.122.007.2.359-ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

ELEMENTO DE DESPESAS – 3.3.90.14.99 – DIARIAS

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	VALOR REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.14	-	Orçamento disponibilizado	42.000,00	42.000,00	-	ZERO

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

PROGRAMA: 07 – APOIO ADMINISTRATIVO

PROJETO/ATIVIDADE: 04.01.04.122.007.2.359-ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

ELEMENTO DE DESPESAS – 3.3.90.30.99-MATERIAL DE CONSUMO

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.30		Orçamento Disponibilizado	150.000,00	150.000,00	-	ZERO

PROGRAMA: 07 – APOIO ADMINISTRATIVO

PROJETO/ATIVIDADE: 04.01.04.122.007.2.359-ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

ELEMENTO DE DESPESAS – 3.3.90.39.99-OUTROS SERVIÇOS DE TERC-PJ

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.39	-	Dotação Disponibilizada	680.000,00	680.000,00	-	ZERO

PROGRAMA: 07 – APOIO ADMINISTRATIVO

PROJETO/ATIVIDADE: 04.01.04.122.007.2.359-ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

ELEMENTO DE DESPESAS – 4.4.90.52.99-MATERIAL PERMANENTE

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
4.4.90.52	-	Dotação Disponibilizada	150.000,00	150.000,00	-	ZERO

PROGRAMA: 000 – ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICIPIO

PROJETO/ATIVIDADE: 04.01.28.846.000.0.225-SENTENÇAS JUDIC PRECATORIO

ELEMENTO DE DESPESAS – 3.1.90.91-Outras Sentenças

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.1.90.91	-	Dotação Disponibilizada	184.877,00	184.877,00		ZERO

PROGRAMA: 000 – ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICIPIO

PROJETO/ATIVIDADE: 04.01.28.846.000.0.225-SENTENÇAS JUDIC PRECATORIO

ELEMENTO DE DESPESAS – 3.3.90.91-Outras Sentenças

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.91	-	Dotação Disponibilizada	1.614.991	1.614.991		ZERO
3.3.90.91	-	Precatório			3.139.357	

PROGRAMA: 04.31 – FUNDO ORÇAMENTARIO ESPECIAL

084 – APOIO A GESTÃO JURIDICA

PROJETO/ATIVIDADE: 04.31.02.061.084.2.259-CORRD E MANUT DO CENTRO DE ESTUDO DA PGM

ELEMENTO DE DESPESAS – 3.3.90.30 – 3.3.90.39 – 3.3.90.52

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.30	-	Dotação Disponibilizada	98.770	98.770		ZERO
3.3.90.36				350.000,00	350.000,00	zero
3.3.90.39		Dotação Disponibilizada	150.000,00	24.442,00	150.000,00	ZERO
4.4.90.52		Dotação Disponibilizada	150.000,00		150.000,00	ZERO

Novas Instalações

Visando a melhoria no atendimento ao público do Município de Porto Velho, a Procuradoria Geral, implementou a reforma do prédio situado na Av. Pinheiro Machado nº 1858 – Bairro São Cristovão, realizando a ampliação de seus espaços físicos, além do remanejamento de móveis, equipamentos, pessoal, sem nenhum custo adicional para a Fazenda Municipal.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ainda, buscando melhorar as condições do ambiente de trabalho das Unidades da PGM, foram adquiridos Materiais Permanentes (cadeiras, mesas, armários, frigobares, estantes, Computadores e Impressoras), bem como alguns serviços de reforma (pintura Geral: na Sub Procuradoria Trabalhista, Sub Procuradoria Administrativa, Salas do 2º e 3º Piso do Prédio onde funciona a 2ª VEF), incluindo a instalação de prateleiras no setor de apoio para acomodação do material de consumo, visando assim acompanhar melhor os controles de materiais para atender as Unidades da PGM.

Recursos Humanos

Foram nomeados novos servidores (Técnicos Jurídicos e Assistentes Administrativo), onde foram implementados procedimentos para lotação deste pessoal para fins de melhor aproveitamento das condições operacionais de cada servidor conforme suas capacidades de adaptação em cada unidade da PGM.

Trata-se de medida que resultou na melhoria dos trabalhos internos e de atendimento ao público, dentro das unidades da PGM, a qual adotaremos como procedimento a ser mantido, no exercício de 2011.

Conclusão

Como se pode verificar e analisar dados e informações contidos neste relatório, concluímos que foram satisfatórios os resultados obtidos pela Procuradoria Geral do Município por intermédio da Divisão de Apoio em conformidade ao Plano de Governo elaborado pelo Executivo Municipal, no que se refere ao exercício de 2010.

Temos a certeza, de que no decorrer do ano de 2011, o espírito de equipe que norteou a conduta dos servidores desta PGM, foi primordial para alcançarmos os fins colimados pelo corpo diretivo desta Procuradoria, sem perder de vistas, que as experiências adquiridas serão de vital importância para nortear nossas ações, programadas para o próximo exercício

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Relatório de Gestão 2010

Objetivo	Metas
Aluguel de prédio para funcionamento da Procuradoria Geral do Município.	A Procuradoria Geral do Município, continua desenvolvendo suas atividades no endereço, situado na Av. Pinheiro Machado nº 1858 – Bairro São Cristóvão, visando a ampliação de seus espaços físicos, para atender com qualidade seus objetivos, além do remanejamento de móveis, equipamentos, pessoal, sem nenhum ônus adicional para o erário.
Aluguel de prédio para funcionamento da 2ª Vara de Execuções Fiscais, Departamento Fiscal e Divisão de Dívida Ativa da PGM.	A Procuradoria Geral do Município, a partir de 01 de junho de 2007, alugou o imóvel para instalação da 2ª VEF/DF/DDA, sito Av. Getúlio Vargas, 1693 – São Cristóvão, visando a ampliação de seus espaços físicos, para atender com qualidade seus objetivos, além do remanejamento de móveis, equipamentos, pessoal, sem nenhum ônus adicional para o erário.
Renovação do contrato de prestação de serviços nas atividades de Planejamento, Elaboração de Software aplicado à recuperação de processos de ação Executiva.	A Procuradoria Geral do Município, manteve o contrato de prestação de serviços, para elaboração de Software aplicado para recuperação de processos de ação executiva no que se refere à atualização monetária, cadastro, emissão de relatórios, emissão de petição inicial para novos contribuintes a serem inscritos na Dívida Ativa.
Aquisição de Material Permanente (Mesas, Cadeiras, Armários, Estantes, Frigorífico, Microcomputadores e Notebooks).	Dar suporte ao corpo técnico da PGM, visando aprimoramento e atualização dos trabalhos em cada Unidade operacional.
Instalação de Armários, Estantes fixadas na parede em material divisórias na Sala da Vara de Execução Fiscal, Sub Procuradoria Fiscal e Sub Procuradoria de Dívida Ativa.	Acomodar melhor os processos de Dívida Ativa, Processos de Judiciais, Precatórios e outros.
Aquisição de Centrais de Ar Condicionados, sendo: (01 de 48.000 BTUs, 01 de 30.000, 01 de 18.000 BTUs).	Melhorar as condições do ambiente de trabalhos das Unidades da PGM.
Aquisição de 01 (um) novo veículo (Motocicleta HONDA 125) para dar suporte as Unidades da PGM.	Para agilizar a entrega de documentos da Procuradoria Geral, bem como de Notificações da Vara de Execução Fiscal, objetivando a cobrança judicial de Dívida Ativa do Município.
Instalação Sistema de Protocolo Geral informatizado da Procuradoria Geral	Visa celeridade no trâmite processual.
Pagamentos de Precatórios.	Pagar todos os processos de Precatórios de Requisição de Pequeno Valor, via rubrica da PGM, na forma da Lei nº 163/2000. Foram pagos processos: Judiciais R\$ 1.300.000,00 Precatórios: R\$ 3.139.357,00 Trabalhistas: R\$ 400.000,00
Manutenção da Plataforma de trabalho nas dependências da Vara de Execução Fiscal	Cadastramento de processos de ação executória, para cobrança administrativa e judicial.
Capacitação de Pessoal	Cursos: Central de Conciliação de Precatórios (01 servidor); Desenvolvimento Urbano no Brasil e Recuperação de Mairim (02 servidor); Curso de Métodos e Técnicas Legislativas (02 servidores) Forum: Realização do 40º Fórum Nacional de Procuradores Gerais das Capitais; Workshop sobre Execução Fiscal (01 servidor) Congresso: Congresso Nacional de Direito Público (01 servidor); Congresso Brasileiro de Advocacia Pública (02 servidor); VII Congresso Nacional de Procuradores das Capitais Brasileiras (02 servidores); Convênios e Contratos Passa a Passo – Elaboração, Prestação de Contas (02 servidores), visando melhor desenvolvimento na qualidade dos Procuradores da PGM, num total de 28 servidores
Manutenção do Fundo Orçamentário Especial da PGM	Coord. e Manut. das Atividades do Centro de Estudo da PGM.

Metas para 2011

- Cursos de aperfeiçoamento para capacitação dos servidores;
- Pagamento de processos de precatórios;
- Aquisição de equipamentos de informática e 1 veículo;
- Manutenção do arquivo geral;
- Criação de uma biblioteca para o centro de estudo;
- Criação de programas para arquivamento de documentos por meio eletrônico.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CGM)

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CGM)

Apresentação

A Controladoria Geral do Município – CGM, Órgão central de controle interno da Administração Municipal, considerando as novas demandas surgidas em decorrência dos Convênios viabilizadas pela Administração Municipal junto ao Governo Federal e imbuída e consciente de seu papel na formação e consolidação de um aparelho de estado moderno e comprometido com a prestação de serviços públicos de qualidade, relata as áreas de atuação desenvolvidas no ano de 2008.

Para tanto, seguiram-se, além das competências estabelecidas conforme Constituição Federal de 1988, Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000, Decreto nº 9693/2005 compete o desempenho das funções previstas no art. 74 da Lei Orgânica do Município, nas Leis Complementares Municipais nºs 54/95 e 125/01, as Normas Brasileiras para o Exercício da Auditoria Interna editadas pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil¹, as quais dispõem que um dos princípios básicos da atividade de Auditoria diz respeito à fixação das prioridades baseadas no nível de risco e seu potencial de influência nos resultados dos exames e que esses fatores devem ser considerados na fase de planejamento dos trabalhos.

Nesse sentido, o conceito de risco empregado pela Controladoria Geral do Município para definição das áreas de atuação no ano de 2008, fundamentou-se na capacidade de avaliação do potencial de perda, oriundo da probabilidade de ocorrência de erro, ineficiência, ineficácia, gestão antieconômica, ilegalidade, desvio de objetivos estratégicos e operacionais, e ainda de ocorrências que exijam a ação coordenada do Controle Interno conforme suas atribuições regimentais.

¹ INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL – Normas Brasileiras para o Exercício da Auditoria Interna, São Paulo, Instituto dos Auditores Internos do Brasil, 2ª edição 1992, p. 65.

Ademais, entendeu-se que a utilização da análise sob a condição de risco propiciará à C.G.M concentrar mais esforços em áreas auditáveis mais significativas, alocar de forma mais eficaz os recursos existentes, particularmente os de pessoal, além de oferecer indicativos de prioridades que servem de suporte à tomada de decisão sobre que ações devem ser realizadas, tornando-se, ainda, um dos importantes instrumentos para a execução dos Programas de Governo da Administração Municipal.

Em síntese a análise de risco consiste, sob o enfoque técnico metodológico, em estimar-se um índice de avaliação correspondente a uma classificação associada a cada Secretaria auditada pela Controladoria Geral; sua utilização direciona a atuação do Órgão de Controle Interno a concentrar-se em áreas mais significativas, onde a alocação de recursos é mais intensa, fornecendo o suporte requerido para a tomada de decisões de planejamento com efetividade, na definição do escopo, frequência e cronograma dos trabalhos e garante uma razoável uniformidade de tratamento a ser dado pelas unidades de auditoria aos diversos órgãos do Poder Executivo Municipal.

A diretriz de atuação ocorreu no sentido de desenvolver as atividades com vistas a disseminação de uma política de controle interno, como suporte e salvaguarda à Administração e aos Gestores, principalmente no momento de mudanças por que passa a Administração Pública, a fim de promover a evolução de suas práticas, visando o melhor atendimento às Políticas Públicas previstas

Quadro de Servidores da Controladoria Geral

Atualmente o quadro de servidores da Controladoria Geral do Município apresenta-se constituído da seguinte forma, tendo em vista que existem servidores cedidos a outras Secretarias/Órgãos em decorrência da significativa qualificação do corpo técnico da C.G.M nas áreas de Controle, Jurídica, Planejamento, Administração e Gestão.

Atividades Realizadas

Com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a regular aplicação dos recursos públicos e guarda de bens e direito do Município em cumprimento às legislações pertinentes e atender ao artigo 11, inciso V, da Instrução Normativa nº 13/TCER – 2004, a Controladoria Geral do Município de Porto Velho – C.G.M, apresenta o Relatório Consolidado Anual de Atividades de Controle Interno, desenvolvidas no período de Janeiro a Dezembro de 2010 no Poder Executivo do Município de Porto Velho, conforme se relata:

Atividades de Apoio ao Controle Externo

A CGM, órgão Central de Controle Interno do Município, em cumprimento à missão constitucional estabelecida no artigo 74 da Constituição Federal, executou as seguintes atividades de apoio ao controle externo, as principais atividades desenvolvidas pelos Gabinetes da Controladora Geral e da Controladora Geral Adjunta.

Acompanhamento de Auditoria, cumprimento de Decisões

Assunto: Encaminhamento às Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração, Fazenda, Planejamento e Procuradoria Geral, do Relatório da Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado na Prefeitura de Porto Velho, com o objetivo de avaliar o equilíbrio das finanças do município e a qualidade e implementação dos instrumentos de planejamento público (PPA,LDO, LOA), com enfoque na gestão fiscal e no desempenho das áreas de Saúde e Educação.

Atividade: A Controladoria encaminhou o Relatório de Auditoria para que as Secretarias responsáveis tomassem conhecimento e adotassem as medidas recomendadas no âmbito de sua competência recomendou que informassem ao TCE/RO informação das providências adotadas/justificativas pertinentes

Participantes: CGM: Controladora Geral e Controladora Geral Adjunta.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Assunto: Auditoria na execução das ações do Programa de Compensação Social e Ambiental celebrado entre o Município de Porto Velho e as concessionárias do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (Decisão 141/20029-PLENO/TCER): A CGM, órgão Central de Controle Interno do Município, em cumprimento à missão constitucional de apoio ao controle externo, em atuação através dos Gabinetes da Controladora Geral e da Controladora Geral Adjunta, solicitou no período, através de ofícios direcionados à SEMEPE, a adoção das medidas e providências para atender as determinações da Decisão 141/2009-PLENO.

Participantes: CGM: Controladora Geral e Controladora Geral Adjunta.

Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO

Assunto: Denúncia sobre SEMOB junto ao TCE/RO.

Atividade: Acompanhamento Apuração de Denúncia sobre SEMOB junto ao TCE/RO. Reunião com o Técnico de Controle Externo Mauro Consuelo Sales de Sousa da Diretoria Técnica de Controle Externo da 6ª Relatoria - Cons. Edílson de Sousa Silva. Expedição de Ofícios atendendo a solicitação de informações.

Assunto: Processo nº 0951/2010-TCE/RO Auditoria Exercício 2009.

Atividade: Acompanhamento do Processo nº 0951/2010-TCE/RO Auditoria Exercício 2009 designada pela Portaria nº 453/TCE-RO/10, de 31 de março de 2010.
- Expedição de Ofícios e recebimento de cópias das respostas encaminhadas ao TCE/RO diligenciamentos referente:

Área de Educação - Aplicação de recursos na MDE e FUNDEB, Análise Processual, Oferta da Educação Básica, Estrutura Física das Unidades de Ensino, Remuneração dos Profissionais do Magistério, Conselho Municipal do FUNDEB, Conselho Municipal de Alimentação Escolar, Plano decenal da Educação.

Capacitação dos Professores Leigos, Alimentação Escolar, Transporte Escolar - junto à Secretaria Municipal de Educação – SEMED;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Área de Saúde - Plano Municipal de Saúde, Audiência Pública para Divulgação dos Gastos na Área da Saúde, Aplicação dos Gastos na Área da Saúde, Análise Processual, Conselho Municipal de Saúde, Estrutura Física de Unidades de Saúde, Índices que compõem os indicadores de Saúde Municipal - junto à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA;

Área de Gestão Fiscal - Previsão da Receita, Previsão da Despesa nos Instrumentos de Planejamento, Anexo de Metas Fiscais, Anexo de Riscos Fiscais, Renúncia da Receita e Esforço de Arrecadação e Gestão de Controles Administrativos, Controle Interno, Contabilidade, e Títulos Executivos - junto a Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA e Procuradoria Geral do Município – PGM e Departamento de Contabilidade DEC/CGM.

Assunto: Processo nº 1.768/2009-TCE/RO Auditoria Ambiental Exercício 2008.

Atividades: Acompanhamento da Auditoria Ambiental Exercício 2008 – Processo nº 1.768/2009-TCE/RO (Portaria nº 467/TCER-2009). Relatório Resumido das Respostas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Of. nº 082/10-GAB/SEMA) ao TCE/RO referente à Auditoria Ambiental – Processo nº 1.768/2009-TCE/RO.

Assunto: Processo nº 3.515/2009-TCE/RO Auditoria Ambiental Exercício 2009.

Atividades: Acompanhamento da Auditoria Ambiental Exercício 2009 – Processo nº 3.515/2009-TCE/RO (Portaria nº 1.204/2009-TCERO). Relatório Resumido das Respostas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Of. nº 816/2010-GAB/SEMA) ao TCE/RO referente à Auditoria Ambiental – Processo nº 3.515/2009-TCE/RO.

Assunto: Decisão nº 088/2010/GC/ESS-TCE/RO (Processo 3.021/2010-TCE/RO).

Atividades: Acompanhamento da Decisão nº 088/2010/GC/ESS-TCE/RO (Processo 3.021/2010-TCE/RO) com Medida Cautelar incidental por possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 030/PGM/201 (Processo nº 2.440/2010-TCE/RO). Expedição de Ofícios atendendo a solicitações de diligenciamento da Comissão; Participação na Sessão Plenária do TCER;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Expedição de Ofícios em diligenciamento junto à Secretaria Municipal de Serviços Básicos – SEMUSB para atendimento da Decisão nº 088/2010/GC/ESS-TCE/RO referente à atuação da Comissão de Fiscalização do Contrato nº 030/PGM/2010;

Expedição de Ofícios em diligenciamento junto à Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ para atendimento da Decisão nº 088/2010/GC/ESS-TCE/RO relativo à glosa de valores referente aos pagamentos das faturas dos meses de março e abril/2010 do Contrato nº 030/PGM/2010;

Expedição de Ofícios em diligenciamento junto à Concessionária de Serviços de Limpeza Pública de Porto Velho, Construtora Marquise S/A referente ao atendimento da Decisão nº 088/2010/GC/ESS-TCE/RO relativo à glosa de valores nos pagamentos das faturas dos meses de março em diante do Contrato nº 030/PGM/2010, enquanto perdurarem os efeitos da Medida Cautelar;

Expedição de Ofícios em diligenciamento junto à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD para atendimento da Decisão nº 088/2010/GC/ESS-TCE/RO relativo nomeação de nova Comissão de Fiscalização do Contrato nº 030/PGM/2010;

Reuniões em diligenciamento junto à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD para atendimento da Decisão nº 088/2010/GC/ESS-TCE/RO relativo nomeação de nova Comissão de Fiscalização do Contrato nº 030/PGM/2010;

Expedição de Ofícios em diligenciamento junto ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO referente aos esclarecimentos e Pedido de Reconsideração da empresa Marquise S/A quanto às glosas de valores nos pagamentos das faturas do Contrato nº 030/PGM/2010 em atendimento da Decisão nº 088/2010/GC/ESS-TCE/RO;

Expedição de Ofício nº 346/GAB/CGM ao TCE-RO - encaminha análise DCS referente a julho, agosto, setembro e outubro - Limpeza Urbana.

Assunto: Ofício nº 170/GC/ESS/2010 e Relatório Técnico de Inspeção realizada pelo TCE/RO nos Distritos.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Atividade: Acompanhamento do Ofício nº 170/GC/ESS/2010 e Relatório Técnico de Inspeção realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO nos Distritos desta Capital em diligência, inicialmente, para averiguação dos serviços de coleta de lixo (nos dias 11 a 16 de outubro de 2010) em face do qual o Conselheiro Relator do Processo de Concessão de Limpeza Urbana, Edilson de Souza Silva, determinou a Divisão de Controle Ambiental que compusesse a equipe técnica para inspeção com observações in loco nos dias 25 a 29 de outubro de 2010, oportunidade em que foram feitos registros fotográficos das supostas irregularidades na área de Educação e Saúde, descritas por Distrito, compondo Relatório em apartado para ser repassado ao Conselheiro Relator das Contas do Município de Porto Velho.

Expedição de Ofícios de diligenciamentos e recomendações quanto a remessa de Razões de Justificativa ao Conselheiro Relator das Contas do Município de Porto Velho Dr. Wilber Carlos dos Santos Coimbra, respectivamente à:

Secretaria Municipal de Educação relativo a supostas irregularidades na área de Educação descritas por Distrito, compondo Relatório em apartado repassado ao Conselheiro Relator das Contas do Município de Porto Velho

Secretaria Municipal de Saúde relativo a supostas irregularidades na área de Saúde descritas por Distrito, compondo Relatório em apartado repassado ao Conselheiro Relator das Contas do Município de Porto Velho.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente relativo a supostas irregularidades e eventuais danos causado ao meio ambiente pela disposição inadequada dos resíduos produzidos nos Distritos de Porto Velho descritas por Distrito, compondo Relatório em apartado repassado ao Conselheiro Relator das Contas do Município de Porto Velho.

Secretaria Municipal de Serviços Básicos – SEMUSB relativo a supostas irregularidades e eventuais danos causado ao meio ambiente pela disposição inadequada dos resíduos produzidos nos Distritos de Porto Velho descritas por Distrito, compondo Relatório em apartado repassado ao Conselheiro Relator das Contas do Município de Porto Velho.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Secretaria Municipal de Administração – SEMAD relativo atuação da nova Comissão de Fiscalização do Contrato nº 030/PGM/2010 e conhecimento de supostas irregularidades e eventuais danos causado ao meio ambiente pela disposição inadequada dos resíduos produzidos nos Distritos de Porto Velho descritas por Distrito, compondo Relatório em apartado repassado ao Conselheiro Relator das Contas do Município de Porto Velho Dr. Wilber Carlos dos Santos Coimbra.

Secretaria Concessionária do Serviço de Limpeza Urbana de Porto Velho (Contrato nº 030/PGM/2010) para conhecimento de supostas irregularidades e eventuais danos causado ao meio ambiente pela disposição inadequada dos resíduos produzidos nos Distritos de Porto Velho descritas por Distrito, compondo Relatório em apartado repassado ao Conselheiro Relator das Contas do Município.

Assunto: Ofício nº 038/2010/CIELU/TCER-RO que solicita esclarecimentos sobre o Fundo Municipal de Limpeza Urbana.

Atividades: Acompanhamento do 752/GAB/SEMUSB/2010 que encaminhou o Ofício nº 038/2010/CIELU/TCER-RO que solicita esclarecimentos sobre o Fundo Municipal de Limpeza Urbana.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 364/GAB/CGM à Comissão Especial de Inspeção da Limpeza Urbana com esclarecimentos contábeis sobre Fundo Municipal de Limpeza Urbana instituído pelo artigo 6º da Lei nº 1.464, de 13 de agosto de 2002, consoante Fundos Especiais que são submetidos a normas próprias de aplicação, previstos no Título VII – Fundos Especiais, artigos 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320/64, além de exigir Lei Complementar Municipal específica para sua criação, conforme inciso II, do §9º, do art.165, da Constituição Federal.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 365/GAB/CGM à SEMAD - encaminha cópia do ofício 364/CGM, informando sobre esclarecimentos contábeis feitos ao TCE sobre FMLU, Fundos Especiais.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 366/GAB/CGM à SEMUSB - encaminha cópia do ofício 364/CGM, informando sobre esclarecimentos contábeis feitos ao TCE sobre FMLU, Fundos Especiais.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Assunto: Ofício nº 1.944/PLENO/SGS/2010 - TCER, Acórdão 168/2010/PLENO e Relatório referente ao processo nº 03021/2010/TCER.

Atividades: Acompanhamento Ofício nº 1.944/PLENO/SGS/2010 - TCER, Acórdão 168/2010/PLENO e Relatório do Conselheiro Edilson de Sousa Silva, referente ao processo nº 03021/2010/TCER, referente ao pedido de reconsideração do Senhor Prefeito à Decisão nº 088/2010/GC/ESS-TCE/RO.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 387/GAB/CGM a Procuradoria Geral do Município, dando conhecimento do Acórdão.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 388/GAB/CGM a Concessionária de Limpeza Urbana, dando conhecimento do Acórdão.

Assunto: Ofício nº 2092/PLENO/SGS/10/TCER e Decisão nº 339/10-PLENO-TCER sobre a interpretação do item I da Decisão nº 88/2010-GC-ESS-TCE-RO (processo nº 3021/10/TCER).

Atividade: Acompanhamento do Ofício nº 2092/PLENO/SGS/2010 TCE/RO e Decisão nº 339/10-PLENO-TCER sobre a interpretação do item I da Decisão nº 88/2010-GC-ESS-TCE-RO (processo nº 3021/10/TCER).

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 399/GAB/CGM à Secretaria Municipal de Administração - SEMAD a Decisão nº 339/10-PLENO-TCER sobre a interpretação do item I da Decisão nº 88/2010-GC-ESS-TCE-RO (processo nº 3021/10/TCER) encaminhada pelo Ofício nº 2092/PLENO/SGS/10/TCER.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 400/GAB/CGM à Secretaria Municipal de Serviços Básicos SEMUSB a Decisão nº 339/10-PLENO-TCER sobre a interpretação do item I da Decisão nº 88/2010-GC-ESS-TCE-RO (processo nº 3021/10/TCER) encaminhada pelo Ofício nº 2092/PLENO/SGS/10/TCER.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 401/GAB/CGM à Concessionária de Limpeza Urbana da Decisão nº 339/10-PLENO-TCER sobre a interpretação do item I da Decisão nº 88/2010-GC-ESS-TCE-RO (processo nº 3021/10/TCER) encaminhada pelo Ofício nº 2092/PLENO/SGS/10/TCER.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ofício nº 398/GAB/CGM à PGM - Decisão nº 339/10-PLENO-TCER sobre a interpretação do item I da Decisão nº 88/2010-GC-ESS-TCE-RO (processo nº 3021/10/TCER) encaminhada pelo Ofício nº 2092/PLENO/SGS/10/TCER.

Assunto: Decisão nº 141/2009-PLENO-TCE/RO (Processo 3.459/2009-TCE/RO).

Atividade: Acompanhamento da Decisão nº Decisão nº 141/2009-PLENO-TCE/RO (Processo 3.459/2009-TCE/RO) com vistas ao atendimento da alínea “a” do item III da Decisão que determina Encaminhar mensalmente ao Tribunal relatório de avaliação e monitoramento, de modo a evidenciar os impactos mitigados e não mitigados, as boas práticas observadas e os benefícios ambientais decorrentes do processo de licenciamento, com base no desempenho ambiental dos empreendimentos autorizados pelo IBAMA, bem como identificar os pontos vulneráveis, pontos fortes e oportunidades de aperfeiçoamento das ações do Programa de Compensação Social e Ambiental.

Expedição de Ofícios de diligenciamento junto à Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais – SEMEPE para constatação de cumprimento à Decisão.

Assunto: Auditoria de obras e serviços de engenharia – Processo nº 03.00071/2010.

Atividade: Expedição de Ofícios de diligenciamento junto a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS para remessa de Processos Administrativos de Obras ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO.

Expedição de Ofícios de diligenciamento junto a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS para remessa do Processo Administrativo nº 12.0034/2010 para o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO relativo à auditoria de Obras e serviços de engenharia.

Expedição de Ofício nº 386/GAB/CGM ao TCE - encaminha processo nº 12.00034/2010, em atenção ao Ofício nº 0459/2010/SCGE.

Assunto: Processo nº 1.739/2010-TCER sobre RREO-1º e 2º bim./2010 e RGF-1º quadrimestral./2010.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Atividade: Acompanhamento da Análise do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO sobre Relatórios Fiscais Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos 1º e 2º bimestres/2010 e Relatório da Gestão Fiscal do 1º quadrimestre/2010, Processo nº 1.739/2010-TCER.

Atividade: Acompanhamento da Análise do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO sobre Relatórios Fiscais Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos 1º e 2º bimestres/2010 e Relatório da Gestão Fiscal do 1º quadrimestre/2010, Processo nº 1.739/2010-TCER.

Expedição de Ofícios de diligenciamento junto à Secretaria Municipal de Educação, sobre o cumprimento do art. 212 da CF/88, que determina que o Município aplicará na manutenção e desenvolvimento do ensino, anualmente, no mínimo vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, devidamente ajustada no exercício e conforme Decreto nº 11.793, de 10 de setembro de 2010 essa Secretaria deverá cumprir as normas e procedimentos para o encerramento do exercício financeiro de 2010;

Expedição de Ofício de diligenciamento junto à Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA, para atendimento dos itens 01 e 02 do PROCESSO DE GESTÃO FISCAL 2010 e ALERTA, com base nas Decisões-TCE/RO anteriormente emitidas sobre a Gestão Fiscal do Município, que se atente para o desenvolvimento da gestão, acompanhando a evolução dos Resultados Nominal e Primário, adotando as medidas necessárias para que atinjam a previsão, de modo a prevenir a ocorrência de irregularidades;

Expedição de Ofício de diligenciamento junto à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, para providenciar os Demonstrativos das Despesas Próprias com Saúde encaminhando àquela Corte de Contas para avaliação, na urgência que o caso requer, e envie diretamente ao TCE/RO e em obediência às normas e procedimentos Municipais para o encerramento do exercício financeiro de 2010, cumprir o prazo (Art. 2º, § 2º do Decreto nº 11.793, de 10 de setembro de 2010).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Assunto: Ofício nº 1271/1ªCÂMARA/SGS/2010, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, que cientifica o Prefeito Municipal sobre o alerta contido na Decisão nº 429/2010-1ªCÂMARA.

Atividade: Diligenciamento e expedição de Ofício nº 402/GAB/CGM à Secretaria Municipal de SEMPLA – para cumprimento do item II da Decisão nº 429/2010/TCER (Proc. nº 512/03-TCE/RO) com a RECOMENDÇÃO de adotar as providências necessárias para não reincidência das irregularidades formais apontadas pelo Corpo Técnico e Ministério Público de Contas daquele egrégio Tribunal na apreciação do Convênio entre a Prefeitura e Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 403/GAB/CGM à Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano – EMDUR para cumprimento do item II da Decisão nº 429/2010/TCER (Proc. nº 512/03-TCE/RO) com a RECOMENDÇÃO de adotar as providências necessárias para não reincidência das irregularidades formais apontadas pelo Corpo Técnico e Ministério Público de Contas daquele egrégio Tribunal na apreciação do Convênio entre a Prefeitura e EMDUR.

Atendimento a requisições do Ministério Público Estadual

A C.G.M, através do Gabinete da Controladora Geral Adjunta e da Assessoria Técnica, efetuou o atendimento a requisições do Ministério Público de Rondônia.

Assunto: Investigação Preliminar nº 1010001060001828 da 2ª Tit. 5ª PJ do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Atividade: Acompanhamento de demanda da 2ª Titularidade da 5ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia, no Procedimento de Investigação Preliminar nº 1010001060001828 referente aos recursos destinados à Federação dos Grupos Folclóricos, quadrilhas e Bois-Bumbás de Rondônia – FEDERON, referente aos exercícios de 2008 a 2010.

Expedição de Ofícios e diligenciamento junto à Fundação Cultural do Município de Porto Velho – IARIPUNA para remessa diretamente àquele órgão de justiça.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Assunto: Investigação Preliminar nº 2008001060023561 da 2ª Tit. 5ª PJ do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Atividade: Acompanhamento de demanda da 2ª Titularidade da 5ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia, no Procedimento de Investigação Preliminar nº 2008001060023561 referente Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 092/PGM/2006, firmado entre o Município de Porto Velho e a Associação Comunitária de Moradores e Amigos do Bairro Meu Pedacinho de Chão, com a interveniência da Fundação Cultural de Porto Velho - IARIPUNA.

Expedição de Ofícios e diligenciamento junto à Fundação Cultural do Município de Porto Velho – IARIPUNA para remessa diretamente àquele órgão de justiça.

Expedição de Ofício à 2ª Titularidade da 5ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia, informando sobre os diligenciamentos da Controladoria Geral do Município quanto à demanda e inércia da Fundação Cultural do Município de Porto Velho – IARIPUNA quanto ao atendimento, sugerindo que o MP/RO diligencie diretamente àquela Fundação.

Assunto: Investigação Preliminar nº 2008001060018709 2ª Tit. 5ª PJ do Ministério Público do Estado de Rondônia (Processo nº 10.0005/2007).

Atividade: Acompanhamento de demanda da 2ª Titularidade da 5ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia, no Procedimento Investigação Preliminar nº 2008001060018709 referente ao Processo nº 10.0005/2007.

Expedição de Ofícios e diligenciamento junto à Secretaria Municipal de Serviços Básicos para remessa do Processo Administrativo nº 10.0005/2007.

Remessa à 2ª Titularidade da 5ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia, do Processo Administrativo nº 10.0005/2007, referente à locação de veículos para serviços de coleta de lixo nos distritos ao longo da BR-364.

Assunto: Investigação Preliminar nº 2008001060018709 Ministério Público do Estado de Rondônia (Processo nº 15.0035/2010).

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Atividade: Acompanhamento de demanda da 2ª Titularidade da 5ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia, no Procedimento Investigação Preliminar nº 2008001060018709 referente ao Processo nº 15.0035/2010.

Expedição de Ofícios de diligenciamento junto à Secretaria Municipal de Agricultura para remessa do Processo Administrativo nº 15.0035/2010.

Assunto: Feito nº 2010001010004059 do Ministério Público do Estado de Rondônia referente despesa com construção de calçadas na Rua Sucupira, Bairro Nova Floresta, executado pela empresa MAX e OPUS (sic).

Atividade: Acompanhamento de demanda da 2ª Titularidade da 5ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia no feito nº 2010001010004059, referente despesa com construção de calçadas na Rua Sucupira, Bairro Nova Floresta, executado pela empresa MAX e OPUS (sic).

Diligenciamento junto ao Departamento de Contabilidade para a localização do número do Processo Administrativo dos credores; constatada a não existência de credores com os nomes apresentados pelo Ministério Público, diligenciado junto à Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais – SEMPRES sobre a existência da obra mencionada.

Oficiado e diligenciado junto à Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais – SEMPRES para remessa a 2ª Titularidade da 5ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia, do Processo Administrativo nº 11.0055-00/2008 – Pró-Moradia Sul I e II (vol. I a IX) que contempla obras na Rua Sucupira pelo Convênio Federal de infraestrutura em ruas na Zona Sul de Porto Velho.

Remessa à 2ª Titularidade da 5ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia, do Processo Administrativo nº 11.0055-00/2008, Pró-Moradia Sul I e II (Vol. I a IX) para digitalização da parte necessária para instrução do feito naquela instituição de justiça.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Assunto: Ofício nº 867/10/PJMA da Procuradoria de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Rondônia referente aos Estudos do local escolhido para instalação do Aterro Sanitário do Município de Porto Velho.

Atividade: Ofício nº 867/10/PJMA e Parecer nº 051/2010/CAOMA-AT da Procuradoria de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Rondônia referente aos Estudos do local escolhido para instalação do Aterro Sanitário do Município de Porto Velho.

Acompanhamento do Ofício nº 867/10/PJMA da Procuradoria de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Rondônia referente aos Estudos do local escolhido para instalação do Aterro Sanitário do Município de Porto Velho com recomendação de comprimento das considerações constantes da análise realizada pelos técnicos do Ministério Público do Estado de Rondônia consignadas no Parecer nº 051/2010/CAOMA-AT referente a avaliação preliminar sobre a viabilidade ambiental para início do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA da área escolhida para instalação do aterro sanitário do Município de Porto Velho.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 390/GAB/CGM à SEMEPE - Encaminha Ofício nº 867/10/PJMA ref. Estudos do local escolhido para instalação do Aterro Sanitário do Município de Porto Velho.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 391/GAB/CGM à MARQUISE - Encaminha Ofício nº 867/10/PJMA ref. Estudos do local escolhido para instalação do Aterro Sanitário do Município de Porto Velho.

Atendimento a Requisição do Ministério Público Federal – MPF

A C.G.M, através do Gabinete da Controladora Geral Adjunta efetuou o atendimento a requisição Ministério Público Federal:

Assunto: Denúncia junto ao Ministério Público Federal – MPF, PA nº 1.31.000.000495/2010-25/MPF.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Atividade: Acompanhamento de demanda do Ministério Público Federal – MPF, PA nº 1.31.000.000495/2010-25/MPF, referente às Denúncias junto àquela instituição sobre as Obras e Serviços de Engenharia no Distrito de Jaci-Paraná, objeto de Compensação Social e Ambiental.

Expedição de Ofícios e Diligenciamento junto à Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais – SEMEPE para atendimento do feito do Ministério Público Federal.

Recomendações ao Executivo Municipal

Assunto: Despacho sobre Competência do Ato Administrativo – Homologação de Processo Licitatório.

Atividade: Despacho auferido no Processo nº 04.1448/2010 - quanto à delegação de competência para homologar licitação;

Assunto: Apreciação jurídica da Procuradoria Geral do Município sobre legalidade de atos administrativos.

Assunto: Apreciação jurídica da Procuradoria Geral do Município sobre legalidade de atos administrativos de permissão de uso de bens públicos.

Atividade: Possibilidade de Inspeção no Contrato de Permissão de Uso de instalação de equipamentos de telecomunicações no Distrito de Rio Pardo, através do Ofício nº 165/DAI/GAB/2010.

Ofício expedido ao Gabinete do Prefeito recomendando que a matéria de tal expediente seja analisada pela Procuradoria Geral do Município, por ser órgão competente pelo assessoramento jurídico nas demandas da Administração Pública Municipal.

Ofício expedido à Procuradoria Geral do Município encaminhando cópia do Ofício nº 165/DAI/GAB/2010, para as providências que se fizerem necessárias quanto a análise jurídica do contrato.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Assunto: Competência da Coordenadoria Municipal de Orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão para deliberar sobre Modelo de Controle da Execução Orçamentária.

Atividade: Ofício expedido à Secretaria Municipal de Administração, em resposta ao ofício nº 4370/ASTEC/GAB/SEMAD informando que o Modelo de Controle da Execução Orçamentária deve ser analisado pela Coordenadoria Municipal de Orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, por ser de competência daquela Secretaria, não sendo necessário Parecer Técnico da Controladoria.

Encerramento do Exercício Financeiro

Assunto: Procedimentos e Recomendações sobre Encerramento do Exercício Financeiro de 2010 e Abertura do Exercício Financeiro 2011.

Atividade: Convocação para Reunião Técnica de Encerramento do Exercício Financeiro de 2010.

Expedição de Ofício Circular nº 007/GAB/CGM/2010 convocando as Secretarias Municipais para participar da Reunião Técnica onde será apresentado o Decreto de Normas relativas ao Encerramento do Exercício Financeiro de 2010 e alerta sobre o Portal Transparência.

Condução de Reunião Técnica de Encerramento do Exercício Financeiro de 2010 – Decreto de normas relativas ao Encerramento do Exercício Financeiro de 2010 e alerta sobre o Portal Transparência.

Data: 15/09/2010

Local: Centro de Formação de Professores

Convocados: Secretários Municipais e/ou Adjuntos e responsáveis pela Execução Orçamentária das Secretarias.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

A C.G.M, através do Decreto nº 11.793/10, estabeleceu normas e procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, para o encerramento do exercício financeiro de 2010. A C.G.M, reuniu secretários e representantes das secretarias, coordenadorias e demais órgãos da prefeitura para apresentar as normas e procedimentos para o encerramento do exercício financeiro.

Também aproveitou a reunião para dar esclarecimentos sobre o Portal da Transparência da prefeitura de Porto Velho. "Estamos antecipando as instruções sobre esses assuntos para que toda e qualquer dúvida seja sanada dentro do tempo hábil para as prestações de contas e informações necessárias. O mesmo vale para o Portal da Transparência, pois é através desse canal que o mundo está enxergando a administração da prefeitura, acompanhando os empenhos e todo controle sobre a gestão pública municipal. Saber usar esta ferramenta é de fundamental importância para que a população fique informada sobre os detalhes da gestão municipal, e isto é uma determinação do prefeito Roberto Sobrinho",

Diligenciamento e expedição de Ofício Circular nº 011/GAB/CGM com o ALERTA sobre Cumprimento do Decreto nº 11.793 de 10 de setembro de 2010, que trata das normas para encerramento do Exercício Financeiro de 2010, principalmente quanto aos prazos para emissão descentralizada de Notas de Empenho e conseqüente encerramento do exercício no prazo estipulado e abertura do exercício seguinte.

Ofício nº 384/GAB/CGM à Secretaria Municipal de Educação - SEMED sobre encerramento do exercício com ALERTA sobre o Cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal de 1988 e dos prazos estabelecidos no Decreto nº 11.793, de 10 de setembro de 2010, que trata das normas para encerramento do Exercício Financeiro de 2010, encaminha previamente Balancete da Despesa por Fonte de Recursos de Janeiro a 13 de dezembro de 2010 e o Relatório da Situação de Reservas de Saldos Pendentes, por Fontes de Recurso, os quais deverão ter seus saldos disponíveis integralmente empenhados até 31/12/2010 para fins de cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal (em especial as fontes que compõem os 25%: 10.00, 10.10, 10.20, 10.04), sob pena de reprovação das contas anuais e responsabilização dos gestores em caso de descumprimento.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ofício 385/GAB/CGM à Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA sobre encerramento do exercício com ALERTA as emissões de Notas de Empenho por essa Secretaria deverão ocorrer IMPRETERIVELMENTE até as 18 (dezoito) horas do dia 31/12/2010, após o que ocorrerá bloqueio automático do Sistema e disponibilização dos empenhos no Portal da Transparência a partir das 08 (oito) horas do dia 01/01/2011, em cumprimento à Lei Complementar nº 131/2010.

Diligenciamento e expedição do Ofício nº 392/GAB/CGM à Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ para a abertura de 02 (duas) Contas Correntes bancárias em 30/12/2010, com os seguintes nomes sob os respectivos permissivos legais:

“Excesso de Arrecadação 5% do FUNDEB” sob a Fundamentação Legal: Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB; e o disciplinado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia na Instrução Normativa nº 22/TCE/RO em seu Art. 15, Parágrafo Único.

“Excesso de Arrecadação último trimestre/2010 - Quota Parte” sob a fundamentação Legal - Parecer Prévio nº 144/2004-TCE/RO, que atende a consulta formulada pelo Município de Porto Velho ao egrégio Tribunal de Contas do Estado e Rondônia.

Diligenciamento e expedição do Memorando nº 024/GAB/CGM ao Departamento de Contabilidade sobre Aplicação do primeiro trimestre/2011 de recursos da educação por excesso de arrecadação do último trimestre/2010, com a seguinte RECOMENDAÇÃO: efetuar a efetuar Registros Contábeis e Demonstrar Ana Prestação de Contas (Relatório Contábil) e nos Demonstrativos da LRF (Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, e Relatório de Gestão Fiscal - RGF).

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 396/GAB/CGM à SEMPLA - Encerramento do exercício financeiro 2010 - Abertura de créditos suplementares por excesso de arrecadação para educação.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 397/GAB/CGM à SEMED - Encerramento do exercício financeiro 2010 - Aplicação do primeiro trimestre/2011 de recursos da educação por excesso de arrecadação do último trimestre/2010, esta Controladoria RECOMENDA a providência de necessárias suplementações orçamentárias que atenderão à educação pela abertura de 02 (duas) Contas Correntes bancárias em 30/12/2010, com os seguintes nomes sob os respectivos permissivos legais:

“Excesso de Arrecadação 5% do FUNDEB” sob a Fundamentação Legal: Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB; e o disciplinado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia na Instrução Normativa nº 22/TCE/RO em seu Art. 15, Parágrafo Único.

“Excesso de Arrecadação último trimestre/2010 - Quota Parte” sob a fundamentação Legal - Parecer Prévio nº 144/2004-TCE/RO, que atende a consulta formulada pelo Município de Porto Velho ao egrégio Tribunal de Contas do Estado e Rondônia.

Diligenciamento e expedição do Ofício nº 396/GAB/CGM à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA sobre o Encerramento do exercício financeiro 2010 com a RECOMENDAÇÃO de providenciar as necessárias suplementações orçamentárias que atenderão à educação pela abertura de 02 (duas) Contas Correntes bancárias em 30/12/2010, com os nomes e utilização específica sob os respectivos permissivos legais.

Diligenciamento e expedição do Ofício nº 397/GAB/CGM à Secretaria Municipal de Educação - SEMED sobre o Encerramento do exercício financeiro 2010 com a seguinte RECOMENDAÇÃO: efetuar a aplicação dos recursos da educação provenientes de excesso de Arrecadação ocorrido no último trimestre/2010 no primeiro trimestre/2011, na forma legalmente estabelecida de 5% do FUNDEB e Quota Parte, mediante os seguintes procedimentos:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- A SEMPLA efetuará as necessárias suplementações orçamentárias;
- A SEMFAZ providenciará a abertura de 02 (duas) Contas Correntes bancárias em 30/12/2010, com os seguintes nomes e utilização específica sob os respectivos permissivos legais;
- A Contabilidade providenciará o Registro e Demonstração Contábil dos valores aplicados no primeiro trimestre de 2011 como aplicação de Recursos da educação do exercício financeiro de 2010;
- A SEMED deverá demonstrar nos Anexos da Instrução Normativa nº 22/2007-TCE/RO, referente ao mês de dezembro /2010 os valores em c/c Restos a Pagar e valores em c/c Excesso de Arrecadação FUNDEB e quota-parte (em caso de dúvida, consultar o DEC/CGM até dia 14/01/2011, antes de enviar ao TCE/RO).

A Controladoria ESCLARECE, ainda, que tais contas correntes são distintas das c/c que deverão ser abertas no dia 30/12/2010 para custear restos a pagar do FUNDEB e da quota parte, conforme Art. 6º, § 2º da Instrução Normativa nº 22/TCE/RO.

Denúncias:

Assunto: Denúncia feita por contribuinte.

Atividade: Autuação do processo nº 03.00090/2010 - Denúncia feita por contribuinte sobre buraco localizado a Avenida Carlos Gomes com Rua Rui Barbosa.

Diligenciamento e expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Obras encaminhando cópia de Denúncia feita por contribuinte sobre buraco localizado a Avenida Carlos Gomes com Rua Rui Barbosa, para providências urgentes por ser competência da SEMOB o saneamento de tal problema.

Diligenciamento e expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Serviços Básicos solicitando providências quanto ao esgoto que se encontra transbordando na calçada do prédio da CGM bem como realização de vistoria para conhecer a procedência do esgoto.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Diligenciamento e expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Administração, solicitando um servidor na qualidade de pedreiro, para realização de serviços de reparo no esgoto, na área externa do prédio da CGM.

Assunto: Denúncia feita por contribuinte.

Atividade: Autuação do processo nº 03.000113/2010 - DENUNCIA (arts. 167, 168, 169 e 172 da Lei Complementar 385/2010) Ofício expedido à Procuradoria Geral do Município para apuração da veracidade dos fatos relatados na Denúncia, em obediência à Lei Complementar nº 385/2010.

Assunto: Denúncia feita por contribuinte.

Atividade: Autuação do processo nº 03.000127/2010 - DENUNCIA (artigos. 167, 168, 169 e 214 da Lei Complementar 385/2010) Ofício expedido à Procuradoria Geral do Município para apuração da veracidade dos fatos relatados na Denúncia, em obediência à Lei Complementar nº 385/2010.

Recursos Humanos:

Assunto: Recomendações ao Setor RH da SEMED.

Atividade: Formalização do Processo nº 03.00091/2010 – Recomendações para o setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação (Atividade de Controladoria).

Juntada do Ofício nº 3003/DRH/DA/GAB/SEMED ao Processo nº 03.00091/2010, informando que a SEMED solicitou do Prefeito autorização para contratação de professor em caráter emergencial para substituição imediata das horas-extras.

Assunto: Processo nº 0951/2010-TCE/RO Auditoria Exercício 2009 (Port. Nº 453/TCE-RO/10) Área 04-Gestão de Pessoal – AGP - WP/AGP. 01 – SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS.

Atividade: Acompanhamento do Processo nº 0951/2010-TCE/RO Auditoria Exercício 2009 (Port. Nº 453/TCE-RO/10) Auditoria de caráter Operacional e de Legalidade na Prefeitura Municipal de Porto Velho

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Minuta de Relatório referente ao item de Área 04-Gestão de Pessoal – AGP - WP/AGP. 01 – SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS, baseado em Pesquisa on line referente a acumulação legal de subsídios por servidores municipais e subsídios dos Secretários Municipais de São Paulo e Rio de Janeiro, STF, STJ, TJ/RO, MP/RO, TCE/RO, ALE/RO, PGE/RO, DPE/RO e Executivo do Estado de Rondônia.

Formalização do processo nº 03.00092/2010 – Auditoria de Gestão de Pessoal, Remuneração dos Agentes Políticos.

Minuta de solicitação de Reexame da matéria e reforma do Parecer nº 211/SPT/PGM/2010 referente a Auditoria de Gestão de Pessoal.

Assunto: Concurso Público para contratação de Professores para a Rede de Ensino Municipal.

Atividade: Concurso Público para contratação de Professores para a Rede de Ensino Municipal - Ofícios nº 2.371/DA/DRH/GAB/SEMED e 3.514/DIFP/CMRH/GAB/SEMAD.

Ofício expedido à Secretaria Municipal de Educação alertando para adotar providências urgentes para deflagrar o Concurso Público para suprir a necessidade de servidores.

Assunto: Gestão de Pessoal SEMED.

Atividade: Abono de Faltas de Servidores; Solicitação de vale-transporte e Solicitação de Horas Extras.

Ofício expedido à Secretaria Municipal de Educação, tecendo apontamentos e recomendações em consideração ao teor dos Ofícios nºs 3.412, 3.413 e 3.414/CMRH/GAB/SEMAD.

Assunto: Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Porto Velho.

Atividade: Elaboração do Relatório Comparativo confrontando a Lei Complementar nº 385/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Porto Velho e Decreto nº 11.824/2010 – Regulamenta a Lei Complementar nº 385/2010.

Controle Interno

Assunto: Disponibilidade de Informações sobre Licitações no Portal Transparência.

Atividade: Ofício expedido à Secretaria Municipal de Administração recomendando que adote mecanismos necessários para implementação de Controle mais efetivo na utilização do instituto da “Carona” em Sistema de Registro de Preços, conforme os dispositivos previstos no artigo 15 da Lei nº 8.666/93, e no Decreto Municipal nº 9.732/2005.

Assunto: Denúncia veiculada no site RONDONIAOVIVO sobre veículo oficial da Prefeitura Municipal de Porto Velho.

Atividade: Ofício expedido à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento solicitando esclarecimentos sobre notícia veiculada no sítio eletrônico RONDONIAOVIVO.COM acerca de um veículo oficial da prefeitura realizar o reboque de um carro particular, na zona norte da Capital, transportando-o à oficina mecânica para conserto, por acreditar que o veículo está à disposição daquela Secretaria.

Modernização Administrativa

Assunto: Indicadores e Gestão Pública.

Atividade: Participação do Treinamento/Capacitação “Indicadores e Gestão Pública”.

Data: 12/11/2010

Local: CETENE

Objetivo: Avaliar os resultados obtidos ao longo de um período, permitindo ajustes constantes no desenvolvimento das ações de governo, de forma a atingir as metas estabelecidas.

Assunto: Projeto de Digitalização de Documentos e Projeto de implantação de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED.

Atividade: Pré análise do Projeto de Digitalização de Documentos da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

Expedição do Ofício nº 367/GAB/CGM à SEMAD com considerações e Recomendações quanto à Digitalização de Documentos sob o aspecto de ação do Tribunal, em consonância com o parágrafo único do artigo 16 da Resolução nº 005/TCER-96 - Regimento Interno do TCE/RO que estabelece os mecanismos de fiscalização de Contratos, Convênios, acordos e instrumentos congêneres tendo em vista a racionalização e simplificação dos exames e do julgamento das tomadas e prestações de contas estabelecendo critérios de formalização dos respectivos processos, considerando a materialidade dos recursos públicos geridos, a natureza e a importância socioeconômica do jurisdicionado, conforme normatizado, por exemplo, na Instrução Normativa nº 13 de 18 de novembro de 2004.

A Controladoria no cumprimento de sua missão institucional de Apoio aos órgãos de Controle Externo conforme Inciso IV do artigo 74 CF/88 fez a seguinte RECOMENDAÇÃO: o Projeto de tratamento e organização do acervo documental da Prefeitura Municipal de Porto Velho deve contemplar ação específica de digitalização de alguns Processos Administrativos de Despesa referente aos exercícios financeiros de 2005 a 2010, para inclusive assegurar remessa aos órgãos de controle externo (TCE/RO, TCU, CGU) por ocasião de apreciação.

- Convênios;
- Contratos Continuados;
- Processos de Obras e Serviços de Engenharia;
- Processos que sejam objeto de inspeção e auditoria dos Tribunais de Contas e da Controladoria Geral da União;
- Processos Administrativos Disciplinares e de Tomadas de Contas Especiais; e Processos que sejam objeto de procedimentos dos Ministérios Públicos Estadual e Federal.

Sobre o Projeto de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, a Controladoria manifestou-se com as seguintes Recomendações:

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- A implementação do Projeto de Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para tratamento e organização do acervo documental da Prefeitura Municipal de Porto Velho pode ser executada independente do Projeto de implantação de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED e Digitalização dos Documentos em arquivo da Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos;
- Antes de o senhor gestor optar pela implantação do Projeto de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED deverá consultar à SEMPLA sobre a abrangência de tal solução pelos projetos contemplados na Compensação das construtoras das Usinas do Complexo Hidrelétrico Madeira.

Em optando, o senhor gestor, por implementar o Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED por recursos dessa SEMAD, deverá apresentar Projeto Básico que apresente detalhadamente os equipamentos e softwares a serem adquiridos, e a forma de implantação do Projeto.

Assunto: Projeto de viabilidade de adoção de software aberto, projeto e-cidade, e-nota e e-ss.

Atividade: Encaminhamento da Pré análise de viabilidade de adoção de software aberto, projeto e-cidade, e-nota e e-ss da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, com esclarecimento sobre a Controladoria não dispor de quadro técnico na área de informática/TI, e que os usuários do Sistema de Execução Orçamentária são habilitados para utilizar sistemas que devem atender às disposições legais que regem a matéria inclusive quanto a formas e prazos, e Contadores estão aptos a realizar procedimentos de contabilidade e não desenvolvimento ou manutenção de sistemas tecendo considerações apenas em relação ao Sistema de Execução Orçamentária.

A CGM por oportuno, ALERTA que qualquer Sistema adotado deverá prever as alterações na Contabilidade Pública que ocorrerão em 2013, por força da legislação específica.

Licitação

Assunto: Decreto nº 11.752, de 11 de agosto de 2010. dispondo que o Secretário Municipal de Administração é a autoridade competente para decidir Atos Licitatórios (Instância Administrativa).

Atividade: Memorando expedido aos Servidores da CGM encaminhando, para conhecimento, cópia da publicação no Diário Oficial do Decreto nº 11.752, de 11 de agosto de 2010, onde altera dispositivos do Decreto nº 11.550, de 30 de dezembro de 2009, dispondo que o Secretário Municipal de Administração é a autoridade competente para decidir Atos Licitatórios (Instância Administrativa).

Assunto: Recomendação sobre Sistema de Registro de Preços.

Atividade: Ofício expedido à Secretaria Municipal de Educação solicitando cópias dos Ofícios nºs 2251 e 2381/DACP/DA/SEMED com o intuito de saber o porquê a SEMED requereu a participação no SRP por meio de “carona” e depois não retornou mais os autos à SEMAD em tempo hábil, ocasião em que ficou sem participar da aquisição das mercadorias.

Guarda Municipal

Assunto: Viabilidade de Criação da Guarda Municipal de Porto Velho.

Atividade: Pesquisa sobre Viabilidade de criação da Guarda Municipal de Porto Velho, tomando como base a Minuta do Projeto de cálculo estrutural feito pela Secretaria Municipal de Administração.

Relatório Comparativo sobre Viabilidade de criação da Guarda Municipal de Porto Velho em comparação com o existente em outras cidades do país.

Arrecadação

Assunto: Controle dos lançamentos de Receita Municipal.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Atividade: Ofício expedido à Secretaria Municipal de Fazenda, respondendo ao Ofício nº 537/2010/ASTEC/GAB/SEMFAZ, esclarecendo o teor do ofício em atendimento às determinações da Lei Complementar nº 385/2010, quanto a atuação da CGM para realização de procedimento de Auditoria de Sistema e quanto à efetivação do Controle dos lançamentos de Receita Municipal.

Denúncia:

Assunto: Acompanhamento de Denúncia – Processo Administrativo Disciplinar.

Atividade: Instauração do Processo nº 03.00113/2010 para acompanhamento de denúncia, em conformidade com os artigos 167, 168, 169 e 172 da Lei Complementar nº 385/2010.

Contratos Continuados:

Assunto: Solicitação de Contratos Continuados da PMPV.

Atividade: Ofício expedido à Secretaria Municipal de Administração solicitando rol de contratos continuados da municipalidade com as informações de nº de processo, nº do contrato e objeto do contato.

Ofício expedido à Procuradoria Geral do Município encaminhando cópia do Ofício nº 429/2010/DEFIS/PRES/CREA-RO, onde o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Rondônia – CREA solicita Relação dos Contratos de Obras e/ou Serviços prestados por Pessoas Jurídicas ou Físicas das atividades vinculadas ao sistema CONFEA/CREAs, nos exercícios de 2009 e 2010.

Disseminar Pareceres Prévios e Decisões do TCE-RO

Assunto: Pareceres Prévios e Decisões do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Atividades: Conhecimento e cumprimento dos Pareceres Prévios e Decisões do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ofício expedido à Secretaria Municipal de Administração, encaminhando cópia do Parecer Prévio nº 016/2010-PLENO, referente a Possibilidade de Restituição de Contribuição Previdenciária descontadas das verbas que não deveriam compor a base de cálculo para fins de incidência de descontos previdenciários, para conhecimento e providências que se fizerem pertinentes.

Ofício expedido ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho, encaminhando cópia do Parecer Prévio nº 016/2010-PLENO, referente a Possibilidade de Restituição de Contribuição Previdenciária descontadas das verbas que não deveriam compor a base de cálculo para fins de incidência de descontos previdenciários, para conhecimento e providências que se fizerem pertinentes.

Ofício expedido à Procuradoria Geral do Município, encaminhando cópia do Parecer Prévio nº 016/2010-PLENO, referente a Possibilidade de Restituição de Contribuição Previdenciária descontadas das verbas que não deveriam compor a base de cálculo para fins de incidência de descontos previdenciários, para conhecimento e providências que se fizerem pertinentes.

Memorando expedido ao Departamento de Contabilidade encaminhando cópia da Decisão nº 202/2010-PLENO, para conhecimento da determinação contida no item II da referida decisão.

Ofício expedido ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho, encaminhando cópia do Parecer Prévio nº 014/2010-pleno, referente a Legalidade de se ter uma Conta de Receitas e Despesas Administrativas remunerada com juros e correções, para conhecimento e providências que se fizerem pertinentes.

Ofício expedido à Secretaria Municipal de Fazenda, encaminhando cópia do Parecer Prévio nº 015/2010-PLENO, referente a Isenção da Cobrança de ISS à Empresa Executora de Serviços, para conhecimento e providências que se fizerem pertinentes.

Digitalização do sumário da Coletânea de Pareceres Prévios do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 373/GAB/CGM ao Prefeito e Ofício Circular nº 010/GAB/CGM/2010 comunicando a Relatoria das Contas da Prefeitura Municipal de Porto Velho no Biênio 2011/2012 no TCER e que o sorteio bienal das contas municipais obedece à Resolução Interna TCER-65/2010 e visa coincidir a relatoria das contas dos jurisdicionados pelos conselheiros com o término do mandato dos gestores, retornando, ao fim desse período, à forma quadrienal.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 394/GAB/CGM à SEMAD - Ofício Circular nº 010/PLENO/SGS/10, em que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCER, comunica o teor do item Xii do Acórdão nº 87/2010-PLENO-TCER, sobre o sistema de controle de consumo de combustível.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 377/GAB/CGM à Secretaria Municipal de Planejamento SEMPLA - ciência e cumprimento da Decisão nº 202/2010/TCE com RECOMENDAÇÃO desta Controladoria Geral do Município para o cumprimento da determinação do item II da citada Decisão, esclarecendo que o artigo 8º, II, da Instrução Normativa nº 18/TCE/RO-2006, estabelece, conforme seu anexo A, o prazo de 05 de fevereiro para remessa de dados e informações aos municípios com população superior a 50 mil habitantes e não optantes por divulgação semestral (art. 63 da LC nº 101/2000) para encaminhamento do Relatório Anual especificando as medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos de competência do município, a quantidade e valores das ações ajuizadas para cobrança da Dívida Ativa, bem como a evolução do montante de créditos passíveis de cobrança administrativa.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 378/GAB/CGM à SEMFAZ - ciência e cumprimento da Decisão nº 202/2010/TCE.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 379/GAB/CGM à Procuradoria Geral do município - PGM para ciência e cumprimento da Decisão nº 202/2010/TCE.

Diligenciamento e expedição de Memorando nº 022/GAB/CGM ao Departamento de Contabilidade para ciência e cumprimento da Decisão nº 202/2010/TCE.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 382/GAB/CGM à SEMOB - alertando sobre o controle e acompanhamento dos processos de obras.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 393/GAB/CGM à SEMAD - Ofício Circular nº 022/PLENO/SGS/10, em que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCER, determina o cumprimento do item X do Parecer Prévio nº 25/2010-PLENO-TCER que fixa o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação, para que promovam a exoneração dos servidores comissionados maiores de 70 anos de idade que porventura ainda se encontrem em atividade, bem como daqueles que posteriormente atinjam esse limite etário.

Diligenciamento e expedição de Ofício nº 405/GAB/CGM à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA para conhecimento e cumprimento, Decisão nº 262/10/TCER, anexada ao Ofício Circular nº 020/PLENO/SGS/10 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia cientificando o Prefeito Municipal sobre o alerta contido na Decisão nº 262/2010-PLENO, itens III, IV e V, com determinações que devem ser cumpridas pelos municípios a partir de 2011, relativo inscrição de Restos a Pagar não Processados, cancelamento de Notas de Empenho não processadas e reempenho no exercício seguinte, se necessário.

Diligenciamento e expedição de Memorando nº 025/GAB/CGM ao Departamento de Contabilidade para conhecimento e cumprimento, Decisão nº 262/10/TCER, anexada ao Ofício Circular nº 020/PLENO/SGS/10 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia cientificando o Prefeito Municipal sobre o alerta contido na Decisão nº 262/2010-PLENO, itens III, IV e V, com determinações que devem ser cumpridas pelos municípios a partir de 2011, relativa inscrição de Restos a Pagar não Processados, cancelamento de Notas de Empenho não processadas e reempenho no exercício seguinte, se necessário.

Implementação Controle Social

Transparência

Assunto: Disponibilização de Consulta de Notas de Empenho em tempo real no Portal Transparência.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Atividade: Ofício Circular expedido às Secretarias alertando sobre a inserção de dados nos Sistema, quando da emissão de empenho, subempenho e liquidação de despesas.

Ofício expedido à Secretaria Municipal de Administração solicitando o bloqueio do Sistema de Execução Orçamentária - CPCetil para a não inclusão de registro do campo data de Nota de Empenho em dia não útil e nem datas futuras.

Assunto: Evento “1º Seminário do Plano de Mobilidade Urbana de Porto Velho”.

Atividade: Participação no “1º Seminário do Plano de Mobilidade Urbana de Porto Velho”.

Data: 16/09/2010 - Local: Auditório da FIERO

Anotações digitalizadas pertinentes ao Seminário e autuadas no processo nº 03.00071/2009 – processo da acessibilidade.

Assunto: Disponibilização de informações no Portal Transparência.

Atividade: Ofício expedido à Secretaria Municipal de Administração recomendando que aquela secretaria adote os procedimentos pertinentes a disponibilizar o Diário Oficial do Município no Portal Transparência.

Ofício expedido à Procuradoria Geral do Município recomendando que aquela Procuradoria adote os procedimentos pertinentes a disponibilizar os Convênios e Contratos Administrativos (peças complexas e extratos) no Portal Transparência.

Ofício expedido à Secretaria Municipal de Administração recomendando que aquela secretaria adote os procedimentos pertinentes a disponibilizar no Portal Transparência Relação de Veículos Oficiais da Prefeitura Municipal de Porto Velho, com as identificações de placa, renavam, Secretaria e outros itens pertinentes, bem como normatizar, através de legislação, sobre o Uso de Carros Oficiais da Prefeitura Municipal de Porto Velho, descrevendo para qual finalidade os automóveis são destinados, as permissões e proibições no uso de bens públicos, servidores autorizados, aquisição de automóveis, entre outras concessões pertinentes, tomando como base a Lei Federal nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ofício expedido à Secretaria Municipal de Administração recomendando que aquela secretaria adote os procedimentos pertinentes a disponibilizar no Portal Transparência Informações Funcionais dos Servidores Municipais (nome do servidor, cargo, lotação, carga horária, admissão, data e motivo da aposentadoria ou inatividade e remuneração do cargo).

Ofício expedido à Secretaria Municipal de Administração congratulando aquela secretaria por adotar os procedimentos pertinentes a disponibilizar no Portal Transparência o Diário Oficial do Município e recomendando que sejam feitas algumas alterações de forma a simplificar a busca pelos usuários do serviço.

Ofício expedido à Secretaria Municipal de Administração esclarecendo que a Construção de sítios acessíveis é uma exigência do Governo Federal, através do Decreto nº 5.296/2004 e recomenda que o Departamento de Informática acesse o sítio eletrônico <http://www.governoeletronico.gov.br>, onde orientam profissionais na construção, adequação, avaliação e correção de páginas, sítios e portais da Internet, garantindo assim o controle da navegação e o pleno acesso dos usuários aos conteúdos e serviços do governo.

Ofício expedido à Secretaria Municipal de Administração recomendando que aquela secretaria adote os procedimentos pertinentes a disponibilizar no site da Prefeitura o telefone 0800 referente ao Sistema de Atendimento ao usuário e Pesquisa Satisfação, bem como informações acerca da Periodicidade e Rotas de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Saúde, Varrição na Zona Central e demais informações referente a Limpeza Urbana.

Fale com Prefeito

Assunto: Fale com Prefeito.

Atividade: Acompanhamento do link “Fale com Prefeito”, disponível na página virtual da Prefeitura Municipal de Porto Velho, onde a população pode fazer pessoalmente críticas ou sugestões ao Chefe do Poder Executivo Municipal e obter respostas.

Instauração do Processo nº 03.00100/2010 – Fale com Prefeito.

Observatório Social

Assunto: Criação do Observatório Social em Porto Velho

Atividade: Confirmação por e-mail de participação na Conferência “Controle Social das Licitações e Gastos Públicos”.

Participação na Conferência “Controle Social das Licitações e Gastos Públicos”.

Data: 21/10/2010 - Local: Auditório do Ministério Público do Estado

Ofício Circular nº 009/GAB/CGM/2010 expedido às Secretarias informando que na referida Conferência foi votada e aprovada a implantação do “Observatório Social” nesta Capital, com o objetivo de “construir uma rede de fiscalização do uso de recursos públicos e, garantia no oferecimento de direitos, bem como a atuação no combate à corrupção”.

Instauração do Processo nº 03.00116/2010 – Combate à Corrupção.

Dia Internacional de Combate à Corrupção

Assunto: Evento do Dia Internacional de Combate à Corrupção.

Atividade: Participação no Evento do Dia Internacional de Combate à Corrupção realizado no Auditório do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Seminário de Gestão de Resíduos Sólidos

Assunto: Seminário de Gestão de Resíduos Sólidos.

Atividade: Acompanhamento da organização do Seminário de Gestão de Resíduos Sólidos com previsão de realização em 13 e 14 de dezembro.

Diligenciamento e expedição de ofício nº 368/ GABCGM à Concessionária de Limpeza Urbana para a participação do Responsável Técnico de Engenharia no Seminário de Gestão de Resíduos de Porto Velho, como participante no painel Novo Modelo de Gerenciamento de Resíduos de Porto Velho e como na Oficina sobre o mesmo tema, com o objetivo de fornecer os elementos técnicos da realização dos serviços pela concessionária.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ofício nº 372/GABCGM à Marquise - mudança de data do Seminário de Gestão de Resíduos com previsão para 03 e 04 de fevereiro de 2011.

Atividades Internas

Descentralização da emissão de Nota de Empenho

Assunto: Descentralização da emissão de Nota de Empenho.

Atividade: Emissão de Portarias nos termos do Decreto nº 11.241, de 26 de fevereiro de 2009, por indicação do Ordenador de Despesa no âmbito de cada secretaria.

Diligenciamento para publicação Oficial das Portarias e cadastramento de senha de servidores indicados pelos Ordenadores de Despesa.

Gespública

Assunto: Workshop “Fortalecendo a Identidade Organizacional: Agregando valor ao Controle Interno”.

Atividade: Reunião do Grupo de Controle Interno para realização do Workshop

Ofício expedido ao Gabinete do Prefeito convidando para participar do Workshop Gespública da Controladoria.

Convite aos servidores de carreira para participarem do Workshop Gespública da Controladoria.

Entrega do material para organização da estrutura no Centro de Formação de Professores.

Evento Workshop “Fortalecendo a Identidade Organizacional: Agregando valor ao Controle Interno”

Data: 13 e 14/09/2010 - Local: Centro de Formação de Professores

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Memorando expedido aos Membros do Comitê Gestor Interno do Gespública informando os prazos a serem cumpridos para apresentação da Carta de Serviço ao Cidadão.

Assunto: Legislações Municipais.

Atividade: Levantamento de Legislações diversas da Administração Pública Municipal para manter acervo atualizado nos arquivos da Controladoria.

Assunto: Informativos CGM.

Atividade: Acompanhamento de notícias diversas de interesse da Controladoria e Prefeitura Municipal através dos sítios eletrônicos da Presidência da República, Ministério do Planejamento, órgãos de Controle Externo (TCU, TCE, CGU), Ministério Público, Prefeitura Municipal, dentre outros, e repassados aos servidores da Controladoria por e-mail, para conhecimento.

Controle Interno da CGM

Instrução Normativa nº 26/2010 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Atividade: Instrução Normativa TCER Regulamentação do padrão mínimo de qualidade do Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle, no âmbito dos Estados e Municípios de Rondônia.

Memorando expedido ao Departamento de Contabilidade encaminhando cópia Instrução Normativa nº 26/2010 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, referente à Regulamentação do padrão mínimo de qualidade do Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle, no âmbito dos Estados e Municípios de Rondônia, bem como Decreto Federal nº 7.185, de 27/05/2010, para conhecimento e cumprimento.

Assunto: Planejamento de cursos, oficinas ou outras atividades pedagógicas de interesse da área específica de Controle da Administração Pública.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Atividade: Participação de Reunião técnica, na FUNESCOLA – para apresentação de quadro para preenchimento por área específica dos cursos, oficinas ou outras atividades pedagógicas de interesse das secretarias e reforço da utilização do Termo de Responsabilidade do servidor pro participação em cursos; apresentação das ações realizadas em 2010 e orientações sobre o preenchimento por cada secretaria do quadro de necessidade de curso para 2011.

Diligenciamento e expedição do Ofício nº 392/GAB/CGM à FUNESCOLA - encaminha Quadro de Necessidade de Curso para 2011.

Relações Interinstitucionais

Assunto: Relações Interinstitucionais com a Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno.

Atividade: Ofício expedido à Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno, em atenção ao ofício nº 663/GP/PMPB/2010, atendendo ao pedido de conhecer a estrutura utilizada pela Controladoria Geral da Capital para implementação do mesmo modelo naquele município.

Formalização do processo nº 03.00112/2010 – Relações Institucionais.

Acompanhamento de Auditoria, cumprimento de Decisões:

Assunto: Encaminhamento às Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Administração, Fazenda, Planejamento e Procuradoria Geral, do Relatório da Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado na Prefeitura de Porto Velho, com o objetivo de avaliar o equilíbrio das finanças do município e a qualidade e implementação dos instrumentos de planejamento público (PPA, LDO, LOA), com enfoque na gestão fiscal e no desempenho das áreas de Saúde e Educação.

Atividade: A Controladoria encaminhou o Relatório de Auditoria para que as Secretarias responsáveis tomassem conhecimento e adotassem as medidas recomendadas no âmbito de sua competência recomendou que informassem ao TCE/RO informação das providências adotadas/justificativas pertinentes

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Participantes: CGM: Controladora Geral e Controladora Geral Adjunta.

Assunto: Auditoria na execução das ações do Programa de Compensação Social e Ambiental celebrado entre o Município de Porto Velho e as concessionárias do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (Decisão 141/20029-PLENO/TCER): A CGM, órgão Central de Controle Interno do Município, em cumprimento à missão constitucional de apoio ao controle externo, em atuação através dos Gabinetes da Controladora Geral e da Controladora Geral Adjunta, solicitou no período, através de ofícios direcionados à SEMEPE, a adoção das medidas e providências para atender as determinações da Decisão 141/2009-PLENO

Participantes: CGM: Controladora Geral e Controladora Geral Adjunta

Atividades de Controladoria

Controladoria é a função de controle interno que tem por finalidade orientar e acompanhar a gestão governamental, para subsidiar a tomada de decisões, de maneira a garantir a melhoria contínua da qualidade do gasto público.

Desenvolvimento do Portal da Transparência do Município de Porto Velho, em cumprimento à Lei Complementar nº 131/2009. (disponível em: www.portovelho.ro.gov.br/transparência (página principal portal da transparência).

Atividades: a concepção do Portal da transparência foi criada pela C.G.M. em meados de 2008 e encontrava-se em desenvolvimento objetivando desenvolver mecanismos de controle e promover ações de transparência, auxiliar o controle gerencial e fomento ao controle social. Sua utilização estava ocorrendo em ambiente de intranet como ferramenta de controle gerencial.

Com o advento da à Lei Complementar nº 131/2009 que acrescentou dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Portal foi disponibilizado em ambiente de internet com link específico no site oficial da Prefeitura no dia 28 de maio de 2010, disponibilizando para qualquer cidadão o livre acesso às informações sobre receitas e despesas (empenho, liquidação e pagamento) e À execução orçamentária da Prefeitura, das Autarquias e Fundações e da Câmara Municipal.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

A periodicidade das informações é “em tempo real”, ou seja, diária (dia seguinte à emissão do empenho), em consonância ao determinado na LC 131.

O desenvolvimento da parte técnica de informática foi realizado pelo DRTI/SEMAD.

Participantes: CGM: Controladora Geral, Controladora Geral Adjunta, Diretora do Departamento de Contabilidade/CGM, com o apoio técnico do Departamento de Recursos de Informática/SEMAD.

Fornecimento à ONG Associação Contas Abertas de informações sobre o Portal da Transparência do Município de Porto Velho, para participar da 1ª avaliação do índice de transparência das Capitais.

Participantes: CGM: Controladora Geral e Controladora Geral Adjunta.

Reuniões técnicas para análise e discussões das propostas constantes nas Minutas de novos Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS: Grupo Geral e Saúde sugeridas pela Comissão de servidores e representantes de entidades sindicais designada pelo Prefeito, até o encaminhamento do Projeto de Lei ao Legislativo, aprovação, sanção e publicação das Leis Complementares nº 384 de 30 de junho de 2010 e nº 390 de 02 de julho de 2010.

Participantes: CGM: Controladora Geral, conjuntamente com as Secretarias Municipais de Planejamento, Fazenda e Administração, IPAM, sob a coordenação do Gabinete do Prefeito.

Análise técnica da previsão de impacto financeiro e orçamentário da implementação do PCCS – SAÚDE E GRUPO GERAL

Participantes: CGM: Controladora Geral, conjuntamente com a Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais de Planejamento, Fazenda e Administração, IPAM, sob a coordenação do Gabinete do Prefeito.

Reuniões técnicas para análise e discussões das propostas constantes na Minuta do novo Estatuto dos servidores públicos municipais, elaborada pela SEMAD, até o encaminhamento do Projeto de Lei ao Legislativo, aprovação e sanção da Lei Complementar nº 385 de 01 de julho de 2010.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Participantes: CGM: Controladora Geral, conjuntamente com as Secretarias Municipais de Planejamento, Fazenda e Administração, IPAM, sob a coordenação do Gabinete do Prefeito.

Planejamento Estratégico da Prefeitura do Município de Porto Velho, Grupo de Trabalho MODERNIZAÇÃO DO ESTADO:

Projeto: MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Desafio: D5- Desburocratização dos processos

Resultado previsto até Dez. 2012: R5.3 Redução do tempo de tramitação dos processos de despesas. Responsável pelo resultado: SEMAD.

Objetivos: Melhorar a qualidade da atuação da Prefeitura em prol dos cidadãos em consequência de Facilitar, dar mais agilidade, eficiência, eficácia e racionalizar os procedimentos de aplicação dos recursos públicos municipais através da simplificação e desregulamentação de procedimentos.

Adequar os normativos internos relativos a processos de despesa: a) conter o excesso regulatório b) simplificar procedimentos adequando-os à indispensável exigência legal, fazendo uso da informática em substituição ao papel, eliminando a exigência de controles inúteis e atribuir validade às declarações das pessoas, até prova em contrário.

Metas: Simplificação de processos, procedimentos e rotinas para aplicação de recursos públicos, desregulamentação de decretos, portarias, instruções normativas e outros, todos disponíveis "on line" no portal da Prefeitura para consulta, reduzindo, no mínimo, pela metade o tempo de tramitação.

Ação: a CGM participou de reuniões técnicas objetivando discutir ações de modernização da tramitação processual da despesa, recomendando à SEMAD viabilizar a descentralização de procedimentos, digitalização de processos, desenvolver a tramitação "on line" a exemplo do que já ocorre na Justiça Federal, objetivando dar agilidade e desburocratizar o processamento da despesa proporcionando maior eficiência.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Participantes: CGM: Controladora Geral, Controladora Geral Adjunta, Diretora do Departamento de Setoriais/CGM, Chefe da Divisão Setorial/SEMED/CGM, conjuntamente com as Secretarias Municipais de Planejamento, e Administração.

Desafio: D4- Executar as atividades propostas no planejamento mantendo o equilíbrio fiscal [EQUILÍBRIO FISCAL E ORÇAMENTÁRIO]

Resultado previsto até Dez. 2012: R.4.2 Sistema próprio de arrecadação da PMPV.

Responsável pelo resultado: SEMFAZ / SEMAD / SEMPLA / SEMEPE

Objetivos: Aumentar a arrecadação; implantar procedimentos para transferência de tecnologia; formar equipes especializadas; promover a integração do SIAT com os demais sistemas das Secretarias da PMPV; reduzir custos mediante agilização fluxos dos processos de trabalhos para tornar a administração mais ágil e eficiente no processo de arrecadação dos créditos tributários e não tributários.

Ação: a CGM participou de reuniões técnicas objetivando conhecer detalhes do Projeto que encontra-se em elaboração objetivando viabilizar o PMAT – Programa de Modernização Administrativa e Tributária/BNDES para atender a Prefeitura de Porto Velho.

Foram apresentadas pelas Secretarias envolvidas a lista de atividades com investimentos em modernização e infraestrutura priorizadas e dado conhecimento do Roteiro de enquadramento e análise do PMAT.

Participantes pela CGM: Controladora Geral e Controladora Geral Adjunta, coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e com a participação da Consultoria Contratada, e das Secretarias de Fazenda, Administração e Procuradoria Geral.

Auditoria Governamental

Com a finalidade de cumprir ao previsto no Art. 11, Inciso V, Alínea “b”, da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004, vimos relatar as principais atividades desenvolvidas pelo Departamento de Auditoria no período Setembro a Dezembro de 2010. Os trabalhos envolveram planejamento, execução e acompanhamento de auditorias e diligência conforme relatórios e ofícios abaixo discriminados:

Auditoria

Acompanhamento

Auditoria Especial na SEMED – Avaliação do controle de horas extras. Autos n. 03.00072/2009

Ações Realizadas:

- Relatório de Acompanhamento (Follow Up) nº 004/DEA/CGM/2009, de 16/10/2009.
- Objetivo: Avaliar a implementação das recomendações da Auditoria Especial SEMED – Avaliação do Controle de Horas Extras; No mês de março/2010 foram solicitadas informações da SEMED quanto informações sobre horas extras em 2010.
- Dia 04/03/2010 em resposta ao Ofício nº 515/DICAS/CMRH/GAB/SEMAD/2010 a CGM, por meio do Ofício nº 116/GAB/CGM/DEA, apontou 31 (trinta um) casos de acumulação de cargos não autorizada pela Constituição Federal e encaminhou informações a Secretaria Municipal de Administração para as providências necessárias;
- Dia 05/04/2010 realizamos inspeção nas escolas Estela Compasso, Darcy Ribeiro e Pingo de Gente, com o objetivo de verificar o cumprimento de horas extras por professores, sendo emitido o relatório n. 002/2010/DEA/DCS, de 06/04/2010.

Auditoria do SUS 2007 – Irregularidades no processamento de concessão e pagamento da gratificação do SUS. Autos TCE n. 08.01357/2007.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Ações Realizadas:

- Em 02/03/2010, solicitação por meio do Ofício n. 103/GAB/CGM/DEA/2010 de 02/03/2010, para que a Procuradoria Geral do Município, encaminhe cópia do relatório de sindicância em relação ao servidor FRANCISCO LIMA AGUIAR;
- Em Abril/2010, realizamos exame nos Diários Oficiais do Município de 2010 e verificamos a publicação em 24/02/2010 (DOM 3.700), das Portarias n. 226, 237 e 238, cominando pena de repreensão aos servidores FRANCISCO LIMA AGUIAR, ALEX SANDRO NEVES DE MELO e GELSON NEVES DE MELO, respectivamente.

Diligência

Realização

Relatório nº 006/DEA/CGM/2009 - Diligência na Secretaria Municipal de Meio Ambiente/SEMA - Apurar Denúncia Apresentada ao Gabinete do Prefeito. Autos 03.00070/2009.

- Dia 31/01/2010 a SEMA encaminhou, por meio do Ofício n. 069/GAB/SEMA resposta relacionada ao Relatório de Diligência n. 006/2009/DEA;
- Dia 19/02/2010 encaminhamos a SEMA o relatório n. 001/DEA/CGM/2010, o qual avalia as justificativas relacionadas à Diligência realizada, demonstrando as não conformidades evidenciadas e apontando recomendações para as mesmas;
- Dia 15/03/2010 a SEMA encaminha resposta informando das providências adotadas, relacionado aos casos de pagamento de diárias indevidas, não localização de bens patrimoniais e Termo de Ajustamento de Conduta relacionado à multa por infração ao Código Municipal de Meio Ambiente em relação à empresa Três Marias Transportes Ltda.

Relatório de Inspeção nº 001/DEA/CGM/2010 de 22/03/2010 – Verificação quanto à denúncia formulada por meio do site www.destakrondonia.com.br, onde informa-se que funcionários da EMDUR constroem calçada em residência do vice-presidente Wilson Gomes Lopes.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Foi demonstrado por meio de fotos que duas pessoas descarregavam blocos de concreto em formato quadrangular, sendo demonstrado fotos no Relatório. Foi recomendado e encaminhado os autos à Procuradoria Geral do Município para os procedimentos apuratórios necessários.

Acompanhamentos de Auditorias

Auditoria Especial na SEMED – Relatório Técnico de Vistoria nº 003/DCS/CGM/2010

Órgão de Origem: Controladoria Geral do Município - CGM

Assunto: Vistoria in loco nas Unidades Ensino do Município de Porto Velho

Responsável: SEMED

Ações Realizadas:

Objetivo: Efetuar levantamento, em relação aos bens doados pelo Programa de Compensação Social relativo à Construção da UHE Santo Antonio e confirmar aos responsáveis a existência desses bens nas Unidades de Ensino do Município, bem como a localização e situação dos referidos bens.

Atribuição: Por designação da Controladora Geral a Equipe Técnica do Departamento de Controle Setorial/CGM efetuou visitas in loco nos locais abaixo especificados, conforme os arrolamentos anexos ao Ofício nº 0288/GAB/DA/SEED, de 05/01/2010, inclusive com a incumbência de confirmação dos tombamentos, como encontrados na relação das Unidades de Ensino do Município.

Unidades de Ensino Visitadas sem os Bens a estas Destinados

Escola 8 de Março; Escola Dr. Tancredo Neves; Escola Olavo Gomes Pires; Escola Antônio Ferreira da Silva; Paróquia São José Operário (Projovem).

Relatório de Vistoria Nº 002/DCS/CGM/2010 – Secretaria Municipal de Saude/Semusa

Acompanhamento da campanha de vacinação influenza a H1N1.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Período de verificação in loco: 26 e 27/04/2010

O presente relatório trata de vistoria tendo como objetivo a verificação in loco do desenvolvimento da Campanha de Vacinação contra a Influenza A H1N1 realizada pela SEMUSA em 18 (dezoito) Unidades de Saúde da área urbana da cidade de Porto Velho – RO.

Na seleção das unidades de saúde para inspeção in loco foi adotado o critério da localização geográfica dessas na planta urbana da capital, de maneira que as unidades escolhidas representassem todas às zonas da cidade, conforme quadro abaixo:

- Zona Central: - Policlínica Ana Adelaide e Policlínica Rafael Vaz e Silva
- Zona Sul: - Policlínica Manoel Amorim de Matos
- Zona Leste: - Policlínica Hamilton R. Gondin e Policlínica Jose Adelino
- Zona Norte: - Centro de Saúde São Sebastião

Outras Atividades

Planejamento dos trabalhos de Auditoria na Secretaria Municipal de Fazenda, relacionada à gestão de pessoal na arrecadação e administração do ISSQN.

Análise.

Exame e avaliação, pela auditora Eliana Ramos Nogueira, quanto à proposta de alterações no Estatuto do Servidor, Lei 901/90.

Auditoria

Acompanhamento

Auditoria Especial na SEMED – Avaliação do controle de horas extras.

Ações Realizadas:

Exame de processos referentes à acumulação de cargos verificados em decorrência da auditoria realizada, apontando os casos de acumulação não autorizada pela constituição federal.

Auditoria Operacional

Realização

Relatório nº 003/DEA/CGM/2009 – Auditoria Operacional – Avaliação da Gestão e Arrecadação do ISSQN na Secretaria Municipal de Fazenda/SEMFAZ. As atividades da auditoria em questão ocorreu conforme determinação da Controladora Geral. O trabalho envolveu os seguintes fatores:

- O relevante crescimento econômico vivenciado no município de Porto Velho, originado da construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, fato este que também tem proporcionado o surgimento de novas empresas de prestação de serviço no município, aumentando dessa forma a perspectiva de arrecadação do ISSQN;
- Necessidade de pessoal para a área de arrecadação e fiscalização, pois o último concurso para ingresso de novos auditores fiscais ocorreu em 1996 e até o momento não houve renovação do quadro;
- Os exames foram realizados analisando questões referentes à gestão de pessoal, estrutura física e material, bem como a análise do desempenho do ISSQN no município.

Dos exames ficou evidenciado que:

- Gestão de Pessoal, Estrutura Física e Material – evidenciou-se que a Secretaria apresenta necessidades de renovação do quadro de pessoal e adequação das instalações físicas. Recomendou-se que a SEMFAZ elabore e implemente projeto com a finalidade de atender as necessidades existentes de pessoal, de materiais, equipamentos e recursos tecnológicos;
- Desempenho do ISSQN – com relação ao ISSQN constatou-se que houve um elevado crescimento na arrecadação a partir do exercício 2009, ocasionado principalmente em decorrência dos investimentos das hidrelétricas do Rio Madeira. Destarte, evidenciou-se a necessidade da Secretaria Municipal de Fazenda produzir relatórios detalhados do ISSQN, demonstrando informações

como exemplo: ISS arrecadado por atividade (CNAE). Recomendou-se que a Secretaria adote as medidas necessárias com o objetivo de disponibilizar relatórios gerenciais oriundos do SIAT a todos os setores da Secretaria e de acordo com os parâmetros requeridos por seus gestores, viabilizando dessa forma a realização de exames adequados e consistentes quanto à gestão tributária municipal.

Outras Atividades

Exame do Processo n. 07.02805/2000 referente à Tomada de Contas Especial em nome de Tânia Otto Oliveira, emitindo Relatório, Parecer e Certificado de Auditoria e posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia para conclusão da fase externa.

Auditoria

Acompanhamento

Auditoria Especial na SEMED – Avaliação do controle de horas extras.

Ações Realizadas:

Exame de processos referentes à acumulação de cargos verificados em decorrência da auditoria realizada, apontando os casos de acumulação não autorizada pela constituição federal.

- Processo nº 07.00698/2010 – Maria Aparecida N. da Silva
Conforme Despacho, constatamos o saneamento da inconformidade apontada, uma vez que houve a exoneração da servidora do cargo de Técnico Administrativo Educacional N1 (fls. 53), bem como as informações relacionadas ao período de trabalho da servidora no município, fls. 52, portanto, recomendamos o encaminhamento dos autos à SEMAD para arquivamento. Em 17/09/10;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Processo nº 07.00699/2010 – Kerlyane Amorim Moraes
Conforme Despacho, constatamos o saneamento da inconformidade apontada, uma vez que houve a exoneração da servidora do cargo de Agente de Atividade Administrativa no Estado de Rondônia (fls. 36), bem como as informações relacionadas ao período de trabalho da servidora no município, fls. 35, portanto, recomendamos o encaminhamento dos autos à SEMAD para arquivamento. Em 17/09/10;
- Processo nº 07.00697/2010 – Francisca V. Fialis D. Cunha
De acordo com o Parecer nº 011/DEA/CGM/2010 (fls. 54) foi recomendado à SEMAD adotar as medidas necessárias com o objetivo de se obter informações quanto ao horário de trabalho a ser desempenhado pela servidora no cargo municipal, para então, avaliar o requisito da compatibilidade de horário na acumulação de cargo público, conforme a Lei Complementar nº. 385/2010. Em 18/10/2010;
- Processo nº 07.00700/2010 – Josina Sales G. da Silva
Conforme Despacho, constatamos o saneamento da inconformidade apontada, uma vez que houve a exoneração da servidora do cargo de Técnico Administrativo-Educacional N1 no Estado de Rondônia (fls. 48 e 51), bem como as informações relacionadas ao período de trabalho da servidora no município, fls. 47, portanto, recomendamos o encaminhamento dos autos à SEMAD para arquivamento. Em 19/10/10;
- Processo nº 07.00693/2010 – Maria Lucinea G. de Moraes
Conforme Despacho, foi apresentado declaração às fls. 17, informando que a servidora foi exonerada do cargo estadual de 20 horas semanais, permanecendo com o cargo estadual de 40 horas e o cargo municipal de 25 horas semanais. Assim, recomendamos à SEMAD oficiar ao Governo do Estado de Rondônia (Polícia Civil) e à Secretaria Municipal de Agricultura para informarem o horário de trabalho da servidora para avaliação da compatibilidade de horário. Em 29/10/10;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Processo nº 07.00667/2010 – Marcos José de Matos
Conforme Despacho, constatamos o saneamento da inconformidade apontada, tendo em vista a redução da carga horária para 25 horas no cargo municipal de Professor, fls. 41, logo, recomendamos o encaminhamento dos autos à SEMAD para arquivamento. Em 14/12/10;
- Processo nº 07.00695/2010 – Maria da Anunciação de Macedo
Conforme Despacho, constatamos a solicitação de exoneração do cargo de Professor Nível III, Cadastro n. 300063538 (fls. 23), no entanto, não consta cópia da publicação do Decreto de exoneração. Assim, recomendamos a SEMAD notificar a servidora para apresentar cópia do Decreto de exoneração publicado. Em 21/12/10.

Realização

Auditoria Operacional

Relatório nº. 005/DEA/CGM/2010, de 13/12/2010, Avaliação da Administração e Arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU na Secretaria Municipal de Fazenda. As atividades da auditoria em questão ocorreram conforme determinação da Controladora Geral.

Os exames foram realizados abordando questões referentes ao mapeamento dos procedimentos e atividades relacionadas à manutenção do cadastro imobiliário, lançamento do IPTU e cobrança judicial da Dívida Ativa do IPTU.

Buscou-se, também, analisar o desempenho da receita do IPTU e da receita da Dívida Ativa do IPTU, confrontando-se o desempenho local com o de outros municípios brasileiros, bem como examinar questões relacionadas a políticas públicas de gestão urbana em que o IPTU é utilizado em sua função extrafiscal como ferramenta de estímulo à ocupação racional e socialmente justa do solo urbano.

Auditoria da Despesa a posteriori, por amostragem, com vistorias in loco:

- Relatório nº 006/DCS/CGM/2010

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Distribuição de materiais, Registro Patrimonial e guarda de bens na Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA.

Órgão de Origem: Controladoria Geral do Município - CGM

Assunto: Inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMA, a saber:

Responsável: SEMA

Processo nº 16.0169-00/2010

- Relatório nº 007/DCS/CGM/2010

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Distribuição de materiais, Registro Patrimonial e guarda de bens na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS

Órgão de Origem: Controladoria Geral do Município - CGM

Assunto: Inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, a saber:

Responsável: SEMAS

Processo nº.12.0280-000/2009

- Relatório nº 014/DCS/CGM/2010

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Distribuição de materiais de consumo da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

Órgão de Origem: Controladoria Geral do Município - CGM

Assunto: Inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

Responsável: SEMAS

Processo nº.12.0003-000/2010

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Relatório nº 015/DCS/CGM/2010

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Registro Patrimonial e guarda de bens na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

Órgão de Origem: Controladoria Geral do Município - CGM

Assunto: Inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, a saber:

Responsável: SEMAS

Processo nº12.0027-000/2010

- Relatório nº 019/DCS/CGM/2010

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Registro Patrimonial e guarda de bens na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMES.

Órgão de Origem: Controladoria Geral do Município - CGM

Assunto: Inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMES, a saber:

Responsável: SEMES

Processo nº13.00018-00/2010

- Relatório nº 022/DCS/CGM/2010

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Registro Patrimonial e guarda de bens na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Órgão de Origem: Controladoria Geral do Município - CGM

Assunto: Inspeção in loco o seguinte Processo Administrativo de despesas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SEMES, a saber:

Responsável: SEMES

Processo nº 13.00015-/2010

- Relatório nº 006/DCS/CGM/2010

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Distribuição de materiais, Registro Patrimonial e guarda de bens na Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Processo 16.0169-00/2010 - Material Permanente.

Unidade Solicitante: Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA;

Endereço: Rua Duque de Caxias, 1980 Bairro Centro - Porto Velho; tel. 3901-1331.

- Relatório nº 007/DCS/CGM/2010

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Distribuição de materiais, Registro Patrimonial e guarda de bens na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

Processo 12.0280-000/2009 - Material Permanente.

Unidade Solicitante: CREAS – Centro de Referência de Assistência Social – SOS CRIANÇA.

Endereço: Rua Geraldo Freire, 135 Agenor de Carvalho - Porto Velho/RO; Fone: 3901 – 3228.

Responsável: Ianne Pontes Alexandre;

Cargo: Presidente da Comissão de Recebimento de Material.

Data da Vistoria: 10/08/2010

- Relatório nº 022/DCS/CGM/2010

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Registro Patrimonial e guarda de bens na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

processo 13.00015/2010 - Material Permanente.

Unidade Solicitante: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMES;

Endereço: Quintino Bocaiúva nº 2650 - Porto Velho/RO; Fone: 3901–3201/3202

Responsável: Alda Cristina Luna Barbosa

Cargo: Coordenadora do Projeto Tenda Esporte;

Data da Vistoria: 12/08/2010.

- Relatório nº 002/DCS/CGM/2010

Inspeção de acompanhamento objetivando verificar Regularidade no Recebimento, Distribuição de materiais, Registro Patrimonial e guarda de bens na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS

Processo 12. 0003/2010- Material de Consumo (GAS GLP de 13 e 45 kg)

Unidade Solicitante: PETI, BOLSA, ABRIGOS, IDOSOS, PAIF

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Análise do Processamento da Despesa Pública, Atos de Admissão de Pessoal e Aposentadorias

No ano foram emitidas análises e pareceres pela CGM através do Departamento de Controle Setoriais, Gabinete/CGM e Assessoria Técnica/CGM em processos de despesa, atos de admissão de pessoal e aposentadorias de todas as Secretarias Municipais, conforme se demonstra:

Atos de Admissão de Pessoal

PROCESSO Nº		
1º QUADRIMESTRE		
JANEIRO		
07-00142-000/10	07-01874-000/09	07-01860-000/2009
07.00148-000/10	07-01861-000/09	07-01863-000/2009
FEVEREIRO		
07-00232-000/2010	07-00232-000/10	07.00193-000/10
07-00270-000/2010	07-00233-000/10	07-00190-000/2010
07-00189-000/2010	07.00188-000/10	07-00233-000/09
07-00237-000/2010		
MARÇO		
07-00541-000/2010	07.00604-000/10	07-00685-000/2010
07-512-000/2010	07-00685-000/10	07.00752-000/10
07-00550-000/2010	07.00628-000/10	07-00189-000/2010
ABRIL		
07.00862-000/10	07-00922-000/2010	07-01029-000/2010
07-00792-000/2010	07-01039-000/2010	07-01018-000/2010
2º QUADRIMESTRE		
MAIO		
07-01066-000/2010	07-00306-000/2010	07-01198-000/2010
07-01198-000-2010	07-01231-000/2010	
07-01126-000/2010	05.0040/2010	
JUNHO		
07.1196/2010	07.1324/2010	
07.1298/2010	07.1368/2010	
JULHO		
07.01457-000/10	07.1378/2010	
07.01545-/2010	07.1406/2010	
07.01368-/2010	07.01544-/2010	
AGOSTO		
07.01794-000/2010	07.01544-000/2010	
07.01618-000/10		
3º QUADRIMESTRE		
SETEMBRO		
07-01820-000/2010	07-019060-000/2010	07-01973-000/2010
OUTUBRO		
07-02145-000/2010	07-02005-000/10	
07-02210-000/2010	07-02081-000/2010	
NOVEMBRO		
07.2005-000/2010	07-2249-000/2010	07-02309-000/2010
07-02081-000/2010	07-02337-000/2010	
DEZEMBRO		
07-02459-000/2010	07.02337-000/2010	07-02493-000/10
07-02367-000/2010	07-02459-000/2010	

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Aposentadorias

1º QUADRIMESTRE		
JANEIRO		
07.00376-000/2009 07.01728-000/2009		
FEVEREIRO		
08.0101-00/2009 07.01681-000/2009		
MARÇO		
07-02044-000/09	07.01771-000/2009	09.0656-00/2008
07.01393-00/2006	07.02020-000/2009	07.01772-000/2009
ABRIL		
17.054/2008	07-02118-000/09	

2º QUADRIMESTRE		
MAIO		
07.01496-000/2010	07.00849-00/2007	07-00243-000/10
07-01438-000/09	09.1211/2009	07-00241-000/2010
07.01167-000/2009		
JUNHO		
07.00942-000/2009	07.0858/2010	07.0240/2010
09.0058/2010	07.0363/2010	
JULHO		
09.0539/08	07.00951-000/10	07.00985-000/2010
07.00191-000/10	09.0078/09	07.0163/2010
08.0235-00/10	07.00265-000/10	09.0184/2010
AGOSTO		
07.01771-000/2009	07.00191-000/10	07.02180-000/2009
07.1036-000/10	07.00531-000/10	05.0068/2010
09.0184/2010	07.01307-000/10	09.0679/2010
09.0569/2010	07.00247-000/10	07-00531-000/10
07.01357-000/09	07.00163-000/2010	07.00246/2010

3º QUADRIMESTRE		
SETEMBRO		
07-00242-000/2010	480/2010-01	07.02234-000/2009
07-00244-000/10	07.00246-000/2009	
OUTUBRO		
07-00781-000/2010	07-00244-000/10	00479/2010-01
NOVEMBRO		
09.0756/2010	07.01101-000/2010	07.00174-000/2010
07-00248-000/10	07.00245-000/2010	
DEZEMBRO		
09.1002/2006	07.0249/2010	

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Análise do Processamento da Despesa Pública

Nos Quadrimestres foram emitidas análises e pareceres pela C.G.M através do Departamento de Controle Setoriais, Gabinete/CGM e Assessoria Técnica/CGM em processos de despesa de todas as Secretarias Municipais, referindo-se principalmente a:

- Análises prévias à realização das licitações, referentes a instrução processual para verificação do cumprimento do art. 14 da Lei 8.666/93 (inclusive para o Sistema de Registro de Preços);
- Análises prévias à homologação pela autoridade competente, nos processos de licitação com valores iguais ou superiores a R\$ 650.000,00 (os processos com valores inferiores encontram-se sendo analisados pela Procuradoria Geral);
- Análises prévias ao pagamento de Processos de Obras;
- Análises de Prestação de Contas de Convênios, Diárias e Suprimentos de Fundo.

Análise do Processamento da Despesa
Gráfico demonstrativo das análises do processamento da despesa
1º quadrimestre/2010

MODALIDADE		VALOR R\$
JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO/ABRIL DE 2010		
01	ANÁLISE PREVIA	R\$ 6.023.703,65
02	APOSENTADORIA	
03	ATOS DE ADMISSÃO	
04	AQUISIÇÃO	R\$ 1.349.157,36
05	COMPRAS	R\$ 12.008.860,76
06	CONCORRÊNCIA	R\$ 14.480.073,60
07	CONVÊNIO	R\$ 1.189.264,22
08	CONVITE	R\$ 277.638,93
09	DIÁRIAS	R\$ 435.475,56
10	LICENÇA-PRÊMIO	
11	OBRAS	R\$ 44.458.013,22
12	PREGÃO	R\$ 3.909.039,31
13	READMISSÃO	
14	SERVIÇOS	R\$ 9.636.837,78
15	SUPRIMENTO DE FUNDOS	R\$ 80.000,00
16	SRP	R\$ 29.839.390,22
VALOR TOTAL		R\$ 123.687.454,61

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

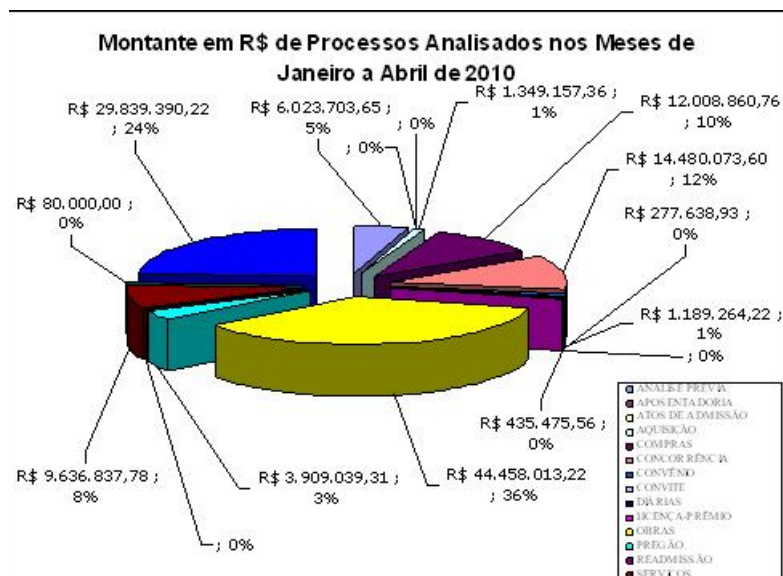
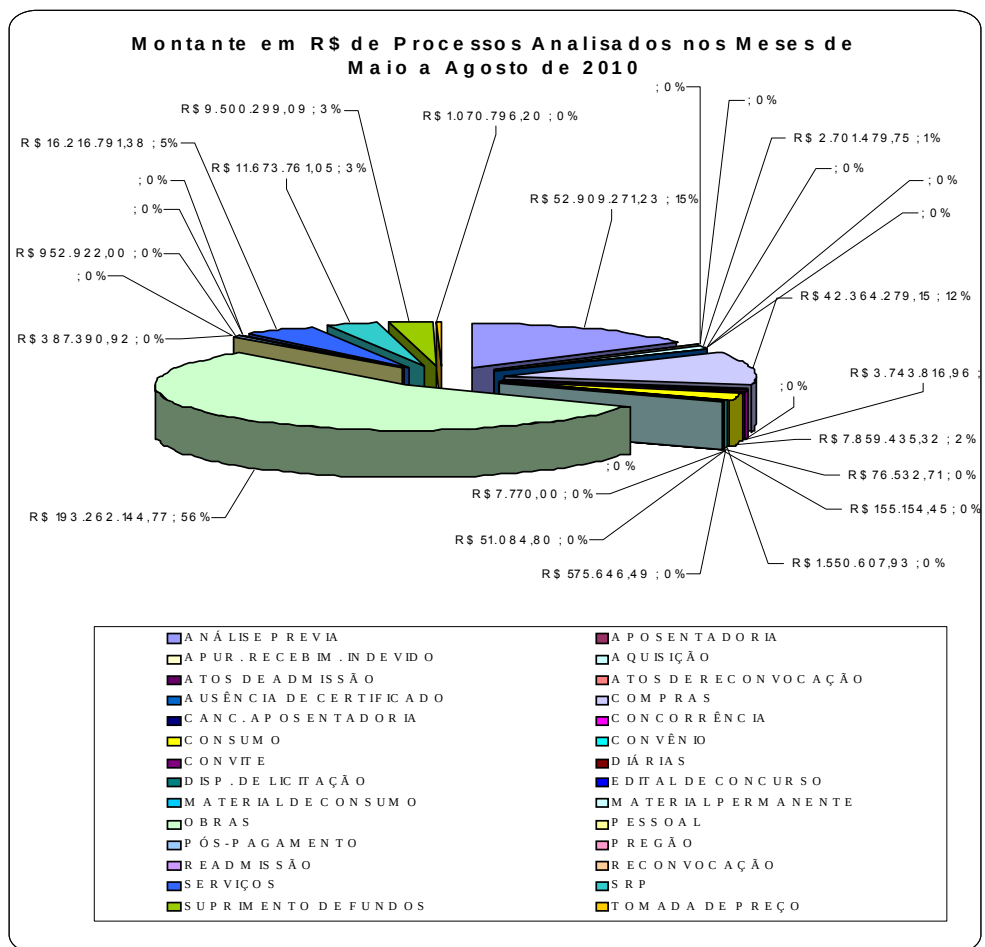


Gráfico demonstrativo das análises do processamento da despesa
2º quadrimestre/2010

MODALIDADE		VALOR R\$
MAIO/JUNHO/JULHO/AGOSTO		
01	ANÁLISE PREVIA	R\$ 52.909.271,23
02	APOSENTADORIA	
03	APUR. RECEBIM. INDEVIDO	
04	AQUISICÃO	R\$ 2.701.479,75
05	ATOS DE ADMISSÃO	
06	ATOS DE RECONVOCAÇÃO	
07	AUSÊNCIA DE CERTIFICADO	
08	COMPRAS	R\$ 42.364.279,15
09	CANC. APOSENTADORIA	
10	CONCORRÊNCIA	R\$ 3.743.816,96
11	CONSUMO	R\$ 7.859.435,32
12	CONVÊNIO	R\$ 1.550.607,93
13	CONVITE	R\$ 76.532,71
14	DIÁRIAS	R\$ 575.646,49
15	DISP. DE LICITAÇÃO	R\$ 7.770,00
16	EDITAL DE CONCURSO	
17	MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 155.154,45
18	MATERIAL PERMANENTE	R\$ 51.084,80
19	OBRAS	R\$ 193.262.144,77
20	PESSOAL	
21	PÓS-PAGAMENTO	R\$ 387.390,92
22	PREGÃO	R\$ 952.922,00
23	READMISSÃO	
24	RECONVOCAÇÃO	
25	SERVIÇOS	R\$ 16.216.791,38
26	SRP	R\$ 11.673.761,05
27	SUPRIMENTO DE FUNDOS	R\$ 9.500.299,09
28	TOMADA DE PREÇO	R\$ 1.070.796,20
VALOR TOTAL		R\$ 345.059.184,20

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

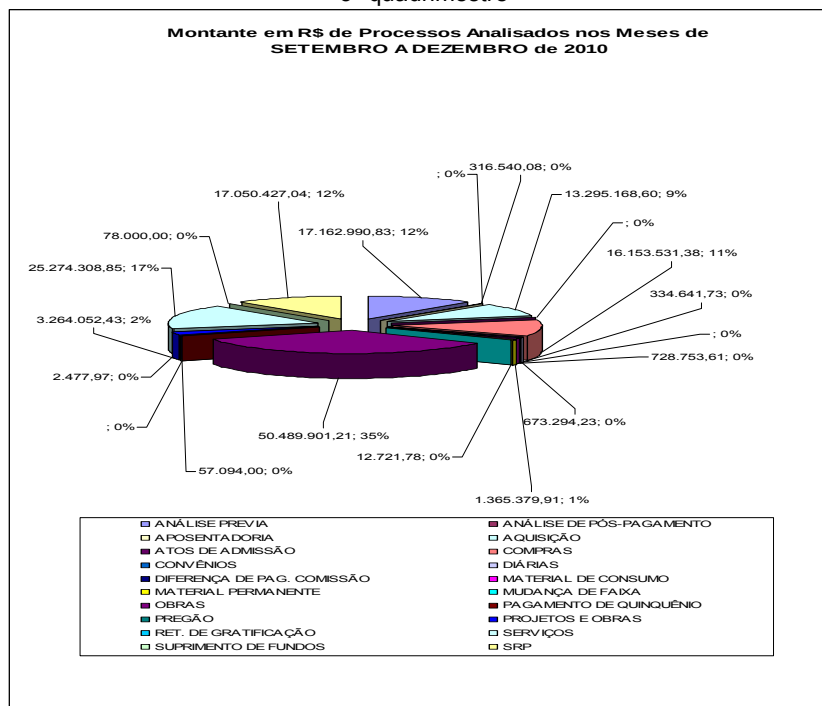


Análise do Processamento da Despesa 3º quadrimestre/2010

MODALIDADE		VALOR R\$
SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO/DEZEMBRO		
01	ANÁLISE PREVIA	R\$ 17.162.990,83
02	ANÁLISE DE PÓS-PAGAMENTO	R\$ 316.540,08
03	APOSENTADORIA	
04	AQUISICÃO	R\$ 13.295.168,60
05	ATOS DE ADMISSÃO	
06	COMPRAS	R\$ 16.153.531,38
07	CONVÊNIOS	R\$ 334.641,73
08	DIÁRIAS	R\$ 673.294,23
09	DIFERENÇA DE PAG. COMISSÃO	
10	MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 728.753,61
11	MATERIAL PERMANENTE	R\$ 1.365.379,91
12	MUDANÇA DE FAIXA	R\$ 12.721,78
13	OBRAS	R\$ 50.489.901,21
14	PAGAMENTO DE QUINQUÊNIO	
15	PREGÃO	R\$ 57.094,00
16	PROJETOS E OBRAS	R\$ 3.264.052,43
17	RET. DE GRATIFICAÇÃO	R\$ 2.477,97
18	SERVIÇOS	R\$ 25.274.308,85
19	SUPRIMENTO DE FUNDOS	R\$ 78.000,00
20	SRP	R\$ 17.050.427,04
TOTAL		146.259.283,65

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Gráfico demonstrativo das despesas analisadas
3º quadrimestre



Considerações Finais

A Administração Pública requer a introdução de conceitos que apontem a Auditoria no caminhar da avaliação da gestão, incluindo o cumprimento de suas estratégias e a correta aplicação dos recursos.

Foram consolidadas também as principais atuações da C.G.M, que podem ser assim descritas:

- Ênfase na ação preventiva do controle, com atuação no assessoramento dos gestores municipais, no acompanhamento dos programas de governo e na avaliação da gestão pública;
- Atuação prioritária nos órgãos e entidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com base na relevância social, econômica e política das ações e programas de governo;
- Incremento na qualidade dos serviços prestados pela Controladoria Geral, na qualificação do corpo técnico do Órgão e enfoque no alcance de resultados com cumprimento dos prazos legais.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Constatou-se que as principais contribuições do controle interno para a melhoria da qualidade dos serviços prestados no Município dizem respeito, entre outros:

- Identificação dos principais problemas que comprometem a qualidade dos serviços prestados e que podem levar à ocorrência de erros e fraudes e proposição de alternativas e sugestões para a melhoria de tais situações;
- Definição de responsabilidades dos órgãos na consecução dos controles internos no Município;
- Elaboração de instrumentos normativos visando a padronização de processos, bem como a racionalização dos mesmos;
- Sistematização das atividades de controle;
- Apoio efetivo ao controle externo;
- Conscientização dos servidores de diversos órgãos municipais no sentido de buscar maior qualidade nos serviços prestados, no sentido de priorizar os controles prévio e concomitante.

Por fim, cabe ressaltar que é fundamental que as ações de controle interno sejam aperfeiçoadas de forma contínua e permanente para que se possam atingir níveis satisfatórios de desempenho e busca de qualidade superior nos serviços oferecidos aos cidadãos com o intuito de promoção do bem comum.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Apresentação

O Poder Legislativo do Município de Porto Velho é exercido pela Câmara Municipal, que se compõe de Vereadores representantes da comunidade, eleitos pelo sistema proporcional em toda a abrangência municipal.

A prestação de contas por parte do legislativo obedece às legislações vigentes, haja a vista os princípios constitucionais da moralidade, legalidade, eficiência e ainda a transparência, que reluz tamanha responsabilidade com a execução do dinheiro público.

Nossa intenção é demonstrar ao longo do relatório os resultados alcançados pela aplicabilidade do PPA, fazendo uma abordagem com as atividades circunstanciadas, a movimentação orçamentária, financeira e patrimonial, devidamente registradas, ocorridas no exercício de 2010.

As contas estão consolidadas, conforme poderá ser verificado no presente relatório. Assim, a Câmara Municipal desenvolveu suas atividades em observância as legislações vigentes, buscando ainda o equilíbrio das contas na forma do que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atividades Circunstanciadas Desenvolvidas

Objetivando a modernização, a dinamização e a qualidade de trabalho no momento das execuções das atividades, tanto administrativas como legislativas, se fez necessário reformas físicas na rede elétrica, hidráulica, compras de materiais permanentes, pintura. E ainda na área de recursos humanos, atualizando faixas e capacitando servidores.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

No final do exercício de 2009, foi firmado com o Ministério Público Estadual – Promotoria de Justiça da Cidadania o Termo de Compromisso de Ajustamento – TAC que trata de compromisso assumido com o objetivo de garantir o cumprimento da Lei Federal nº 10098-00 – “ Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, regulamentada pelo Decreto nº 5294/04, no âmbito das instalações físicas desta Casa de Leis.

Ministério Público - Rua Jamari nº 1555, Bairro Pedrinhas, CEP: 76801-917 - Notícias

Page 1 of 2

Notícias

Voltar

[17-12-2009]MP firma TAC para garantir acessibilidade no prédio da Câmara de Vereadores



A Promotora de Justiça Tâmera Padoin e os representantes da Câmara

O Ministério Público de Rondônia, por meio da Promotoria de Justiça da Cidadania, firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), junto à Câmara de Vereadores de Porto Velho, com o objetivo de que seja cumprida, na sede do Legislativo Municipal, a Lei Federal 10.098/00, que trata das normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Proposto pelos Promotores de Justiça Tâmera Padoin Marques e André Luiz Rocha de Almeida e assinado pelo presidente da Casa, José Herminio Coelho, o Termo determina que seja instalado piso podotátil – que apresenta relevos, facilitando a locomoção de pessoas cegas ou com baixa visão – na área de circulação interna do prédio, até o prazo de 31 de dezembro de 2009.

Outra cláusula do TAC estabelece que, após aprovação da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010, seja aberto procedimento licitatório para a contratação de empresa que deverá elaborar projeto arquitetônico de acessibilidade, conforme dotação a ser prevista na lei orçamentária de 2010, com todos os cronogramas físicos e financeiros, com previsão de conclusão da licitação até março de 2010. Tal prazo pode ser prorrogado em virtude de

questões administrativas internas devidamente comprovadas ao Ministério Público.

Também fica determinado que, elaborado o projeto, a Casa deverá submetê-lo à análise do setor de perícias do MPRO, até abril de 2010, para que seja verificado o atendimento às normas de acessibilidade. O TAC estabelece, ainda, que seja deflagrado processo licitatório para a contratação dos serviços de engenharia, para a implementação das adequações do prédio da Câmara Municipal, conforme previsão orçamentária a ser destacada especialmente para esse fim, com prazo de conclusão da obra a ser estimado de acordo com o cronograma físico e financeiro da obra, que será fornecido à Promotoria de Justiça.

http://www.mp.ro.gov.br/web/guest/servicos/imprensa/noticias?p_p_id=62_INSTANCE_VHhk&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximize... 22/12/2009

Da Reforma

A fim de melhor atender aos munícipes, com melhorias de acesso e conforto, foi elaborado e executado a reforma do prédio desta Casa de Leis, conforme projeto arquitetônico estrutural, hidrosanitário, elétrico, memorial descritivo e projeto básico, compreendendo:

Colocação do piso tátil na área de circulação interna da Câmara Municipal de Porto Velho, objetivando a obediência a Lei Federal 10.098/00, que trata das normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Plenário – Troca de forro, pintura texturizada, troca de aparelhos sanitário de louça, troca na instalação hidráulica, elétrica e assessórios.
- Reforma do muro frontal – Compreendendo a fachada, colocado gradil de ferro em cantoneira com tela artística e letreiros em tamanho grande, objetivando maior visualização.
- Portões – Troca dos portões de ferro em metalon por portões em alumínio fosco vazado.
- Ampliação da copa – Troca da cerâmica, colocação de bancada de granito e cuba de aço inox, troca do piso, e ainda troca da instalação hidráulica e elétrica.
- Portal – Em alvenaria com revestimento texturizado e instalação elétrica, localizado no canto do muro com a Rua Belém esquina com a Avenida Calama, com a finalidade de colocação de três mastros para hasteamento das bandeiras: do Município, do Estado e do Brasil.
- Toldos – Instalação de cobertura em policarbonato, na estrutura existente no corredor de entrada.



Material Permanente

Aquisição de bens móveis tais como: mesas, cadeiras, poltronas, armários, estações de trabalho, arquivos, bebedouros, calculadoras, freezer, fogão, caldeirões, filmadora digital, câmera fotográfica, aparelho de DVD, micro system, central de ar condicionado, fragmentadora de papel, banco de espera, cinzeiro com porta cinza (com pé), televisores de LCD, objetivando o acompanhamento, por parte da comunidade, das sessões plenárias, colocadas tanto na parte interna como externa.

- Aquisição de um veículo utilitário tipo SUV, modelo 2010, para atender a Presidência desta Casa de Leis;
- Material de informática: impressoras, notebook, computadores, scanner dentre outros utilitários.

Capacitação dos Servidores

Participação de servidores no Simpósio NDJ, realizado na cidade de Natal, referente ao Pregão Presencial, Eletrônico e Capacitação Técnica do Pregoeiro, objetivando obter subsídio para melhor compreender a estrutura do edital e suas cláusulas obrigatórias e aquelas que devam ser inseridas nesta peça visando orientar as licitantes.

Participação no curso de Orçamento Público, realizado na cidade Fortaleza-CE, referente ao gerenciamento de elaboração de proposta, aprofundar os conhecimentos nas áreas de orçamento público, estabelecendo estudos das técnicas e análises de práticas de metodologias orçamentárias.

Curso de Gestão Fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal), realizado pela Associação dos Profissionais de Auditoria e Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, nesta cidade de Porto Velho, objetivando apresentar, analisar e discutir as inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e seus reflexos no âmbito da administração pública.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Recursos Humanos - O atraso nas progressões horizontais dos servidores desta Casa de Leis, desde 1999, ocasionou prejuízos financeiros, sendo tal situação regularizada no mês de dezembro de 2010.

A Câmara Municipal de Porto Velho, preocupada com o crescimento acelerado e visando o acompanhamento do mesmo realizou audiências públicas, abordando temas de extrema relevância ao interesse público, discutindo, propondo e elaborando planos e metas, potencializando a atuação do Poder Público de Porto Velho.

- Audiência Pública para desenvolver medidas emergenciais no sentido de combater o surto de dengue;
- Audiência Pública a fim de discutir as normas constantes no Projeto de Lei nº 2.632/2010, que trata sobre o funcionamento dos estabelecimentos comerciais aos domingos e feriados;
- Audiência Pública a fim de discutir programas que visem auxiliar egressos penitenciários;
- Audiência Pública a fim de discorrer sobre o transporte de carga pesada na Avenida Jorge Teixeira;
- Audiência Pública para discutir com a sociedade programa de Inclusão Social Universidade para Todos;
- Audiência Pública para debater sobre os temas Energia Elétrica e Iluminação Pública;
- Audiência Pública para debater a importância de uma administração pautada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM);
- Audiência Pública com a finalidade de ouvir as explicações da Delegacia da Criança e do Adolescente; Secretário de Esporte Cultura e Lazer; Presidente do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente no Município; Coordenadoria da Juventude e do Delegado do DENAC;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Audiência Pública a fim de ser discutido com as comunidades de Porto Velho, a situação em que se encontra o serviço de concessão e transporte coletivo;
- Audiência Pública para debater ideias, projetos e formas de garantir os Direitos Constitucionais à Juventude;
- Audiência Pública para discutir e avaliar as condições de vida dos moradores da região de Canutama;
- Audiência Pública para discutir com a sociedade civil organizada e diversas Instituições Governamentais sobre a Campanha Homens Unidos pelo fim da Violência Contra as Mulheres;
- Audiência Pública a fim de discorrer sobre o Projeto do Executivo Municipal que trata do Orçamento do Município de Porto Velho para 2011.

As atividades executadas no 1º e 2º período legislativo, compreendem ainda aos atos de Pedido de Providencia, Indicações, Requerimentos, Moções e aprovações de leis do Executivo.



CAMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
DIV. EXPEDIENTE

RELATORIO DAS ATIVIDADES
DO

10 2º PERÍODO LEGISLATIVO 2010

[illegible]

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

A Comissão Permanente de Licitação realizou durante o exercício de 2010, os procedimentos licitatórios nos processos abaixo, com fito de atender os diversos setores desta Câmara Municipal:

Processo nº	Objeto
029/2010	Reforma e Pintura
044/2010	Reprografia e Encadernação
060/2010	Material de Expediente
064/2010	Aquisição de Material de Informática
090/2010	Aquisição de Bandeiras
114/2010	Projeto de Acessibilidade
155/2010	Aquisição de Material Permanente de Informática
179/2010	Serviço de Segurança Pessoal Armada
031/2010	Aquisição de Água e Gás
045/2010	Manutenção de Equipamento de Informática
061/2010	Aquisição de Material de Limpeza
065/2010	Serviço de Manutenção de Jardins
106/2010	Serviço de Laudo e de Perícia de Insalubridade
130/2010	Serviço de Reprografia e Encadernação
157/2010	Aquisição de Material de Consumo de Informática e Serviços
201/2010	Contratação de Empresa de Transporte Barco/Ônibus
032/2010	Passagens Aéreas
046/2010	Publicidade, Propaganda e Imprensa
062/2010	Manutenção Predial
066/2010	Aquisição de Material Permanente
111/2010	Serviço de Conservação e Limpeza
149/2010	Aquisição de Alimentação Preparada
157/2010	Aquisição de Material de Consumo e Informática
222/2010	Serviço de Rede Lógica
043/2010	Assinatura de Revista Jurídica
059/2010	Serviço de Telefonia Móvel
063/2010	Serviço Manutenção de Ar Condicionado
074/2010	Aquisição de Veículo
112/2010	Serviço de Manutenção de Fax, TV e DVD
52/2010	Aquisição de Uniformes para Servidor
144/2010	Assistência Técnica para Portas Blindex

Processos Aditivados: 042/2009 (Fornecimento de Jornais), 058/2009 (Fornecimento de Combustível), 051/2008 (Publicidade e Propaganda), 088/08 (Sistemas Integrados de Gestão Pública) e 227/2009 (Prestação de Serviço de Site).

Todos os processos foram analisados antes da liquidação da despesa, obedecendo aos preceitos legais da Lei 8.666/93, bem como da Lei nº 4.320/64.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Os demais processos que não constam desse rol, são inerentes a assuntos relativos ao Departamento de Recursos Humanos, tais como: folhas de pagamento, encargos sociais, férias, diferenças de salário, assim como processos de contas telefônicas, energia elétrica e outros os quais não são analisados sistematicamente pela Controladoria Geral.

Relatório Contábil e Financeiro

O valor fixado na Lei nº 1.855, de 21.12.2009, que trata do orçamento de 2010, foi de R\$ 21.550.921,00, de acordo com a Emenda Constitucional nº 25/2000. Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 58/2009, de 23.09.2009, que estabeleceu o percentual de repasse para o legislativo de 5% (reduzido em 1%), o orçamento teve uma redução de R\$ 2.851.629,00, valor este, que foi expurgado orçamentariamente durante o Exercício de 2010, ficando estimado o duodécimo de 1/12 (um doze) avos no valor de R\$ 1.558.274,33.

Quadro de Redução e Suplementação

Considerando a necessidade de cobrir despesas e redistribuir os valores aprovado no orçamento, conforme a Lei nº 4.320/64, ocorreu as seguintes situações:

Decreto n. 11.563, de 09 de fevereiro de 2010.

PROGRAMA	ELEMENTO	REDUZ
01.01.28.846.000.0.138 Indenização e Ressarcimentos	3190-94 Rescisão	Valores R\$ 250.000,00
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	3390-35 Outros Serviços de Consultoria	Valores R\$ 20.000,00

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.28.846.000.0.186 Pagamento de despesas de exec. anteriores	3190-92 Pessoal Civil	Valores R\$ 250.000,00
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	3390-36 Outros Serviços de Pessoa Física	Valores R\$ 20.000,00

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Decreto n. 11.739, de 06 de agosto de 2010.

PROGRAMA	ELEMENTO	REDUZ
01.01.28.846.000.0.077	3190-91	Valores R\$
Cumprimento de sentenças judiciais		24.100,00
01.01.28.846.000.0.138	3190-13	Valores R\$
Indenizações e ressarcimentos	INSS—Rescisão	120.000,00
01.01.28.846.000.0.138	3190-94	Valores R\$
Indenizações e ressarcimentos	Rescisão	216.354,16
01.01.28.846.000.0.138	3390-93	Valores R\$
Indenizações e ressarcimentos	Extraordinária	15.000,00
01.01.28.846.000.0.186	3190-92	Valores R\$
Pagamento de despesas de exec. anteriores	Pessoal Civil	85.039,19
01.01.28.846.000.0.186	3390-92	Valores R\$
Pagamento de despesas de exec. anteriores	Pessoas Jurídicas	49.701,46
01.01.01.122.010.2.001	3350-41	Valores R\$
Administração da Unidade	Outras Instituições Privadas	4.220,00
01.01.01.122.010.2.001	3390-14	Valores R\$
Administração da Unidade	Diárias	6.924,05
01.01.01.122.010.2.001	3390-30	Valores R\$
Administração da Unidade	Material de Consumo	277.611,94
01.01.01.122.010.2.001	3390-33	Valores R\$
Administração da Unidade	Passagens/locomotivação	21.226,00
01.01.01.122.010.2.001	3390-35	Valores R\$
Administração da Unidade	Outros Serviços de Consultoria	10.000,00
01.01.01.122.010.2.001	3390-36	Valores R\$
Administração da Unidade	Outros Serviços de Pessoa Física	24.992,00
01.01.01.122.010.2.001	3390-37	Valores R\$
Administração da Unidade	Outras locações de mão-de-obra	5.004,00
01.01.01.122.010.2.001	3390-39	Valores R\$
Administração da Unidade	Outros Serv. Geral de Pes. Jurídica	80.353,94
01.01.01.122.010.2.001	4490-52	Valores R\$
Administração da Unidade	Material Permanente	26.592,00
01.01.01.128.010.1.050	3390-39	Valores R\$
Capacitação de Servidores Públicos Municipais	Cursos	61.290,00
01.01.01.122.010.1.069	3390-30	Valores R\$
Construção, ampliação e reforma de bens imóveis	Material de Consumo	20.000,00
01.01.01.122.010.1.069	3390-39	Valores R\$
Construção, ampliação e reforma de bens imóveis	Reforma/Projetos	72.216,94
01.01.01.122.010.1.069	4490-51	Valores R\$
Construção, ampliação e reforma de bens imóveis	Obras	500.000,00
01.01.01.122.010.1.069	4490-52	Valores R\$
Construção, ampliação e reforma de bens imóveis	Material Permanente	26.592,00
01.01.01.126.010.2.121	3390-30	Valores R\$
Implementação de ações de informação	Material de Consumo	81.012,50
01.01.01.126.010.2.121	3390-39	Valores R\$
Implementação de ações de informação	Serviços	87.910,00
01.01.01.126.010.2.121	4490-52	Valores R\$
Implementação de ações de informação	Material Permanente	25.137,00
01.01.01.122.010.2.217	3190-09	Valores R\$
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Salário Família/Estatutários	1.907,00
01.01.01.122.010.2.217	3190-11	Valores R\$
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Salário Geral	159.000,00
01.01.01.122.010.2.217	3190-13	Valores R\$
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Salário Família/INSS-Patronal	61.000,00

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Continuação do Decreto n. 11.739, de 06 de agosto de

01.0101.122.010.2.217 Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	3191-13 IPAM	Valores R\$ 453.017,52
01.0101.122.010.2.217 Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	3190-16 Despesas variáveis	Valores R\$ 1.255,30
01.01.01.031.010.2.316 Câmara Itinerante	3390-14 Diárias	Valores R\$ 99.996,00
01.01.01.031.010.2.316 Câmara Itinerante	3390-30 Material de Consumo	Valores R\$ 9.996,00
01.01.01.031.010.2.316 Câmara Itinerante	3390-39 Serviços de Pessoa Jurídica	Valores R\$ 50.772,00

Decreto n. 11.788, de 08 de setembro de 2010.

PROGRAMA	ELEMENTO	REDUZ
01.01.01.122.010.2.217 Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	3191-13 IPAM	Valores R\$ 26.923,00

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	3390-30 Material de Consumo	Valores R\$ 26.923,00

Decreto n. 11.859, de 16 de novembro de 2010.

PROGRAMA	ELEMENTO	REDUZ
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	3390-14 Diárias	Valores R\$ 2.081,59
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	3390-30 Material de Consumo	Valores R\$ 213,21
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	3390-33 Passagens/locomocão	Valores R\$ 47.133,30
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	3390-39 Serviços Geral de Pessoa Jurídica	Valores R\$ 63.116,54
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	3390-46 Aux. Alimentação	Valores R\$ 9.454,00
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	4490-52 Material de Permanente	Valores R\$ 1.384,00
01.01.01.331.010.2.044 Aux. Transporte a Servidores e Empregados	3390-49 Auxílio Transporte	Valores R\$ 23.194,76
01.01.01.122.010.2.217 Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	3190-11 Salário Geral	Valores R\$ 22.466,83
01.01.01.122.010.2.217 Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	3190-13 Salário Família/INSS-Patronal	Valores R\$ 7.082,58
01.01.01.122.010.2.217 Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	3191-13 IPAM	Valores R\$ 19.336,77

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.28.846.000.0.138 Indenizações e Ressarcimentos	3190-94 Rescisão	Valores R\$ 20.000,00
01.01.28.846.000.0.186 Pagamentos de Despesas de Exercícios Anteriores	3190-92 Pessoal Civil	Valores R\$ 175.463,58

Decreto n. 11.916, de 16 de dezembro de 2010.

PROGRAMA	ELEMENTO	REDUZ
01.01.01.122.010.2.217 Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	3190-11 Salário Geral	Valores R\$ 16.685,34
01.01.01.122.010.2.217 Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	3190-13 Salário Família/INSS-Patronal	Valores R\$ 37.428,65
01.01.01.122.010.2.217 Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	3191-13 IPAM	Valores R\$ 12.373,60
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	3390-14 Diárias	Valores R\$ 8.887,15
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	3390-39 Serviço Geral de Pessoa Jurídica	Valores R\$ 80.128,10
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	3390-16 Auxílio Alimentação	Valores R\$ 3.600,00
01.01.01.331.010.2.044 Aux. Transporte a Servidores e Empregados	3390-49 Auxílio Transporte	Valores R\$ 11.436,90

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.28.846.000.0.138 Indenizações e Ressarcimentos	3190-13 INSS Rescisão	Valores R\$ 4.789,24
01.01.28.846.000.0.138 Indenizações e Ressarcimentos	3190-94 Rescisão	Valores R\$ 88.575,88
01.01.28.846.000.0.186 Pagamento de Depesas de Exercícios Anteriores	3190-92 Pessoal Civil	Valores R\$ 39.339,74
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	3390-30 Material de Consumo	Valores R\$ 30.000,00
01.01.01.122.010.2.217 Remuneração de Pessoal Ativo Civil e Encargos Sociais	3190-16 Despesas Variáveis	Valores R\$ 7.834,88

Decreto n. 11.932, de 28 de dezembro de 2010.

PROGRAMA	ELEMENTO	REDUZ
01.01.28.846.000.0.138 Indenizações e Ressarcimento	3190-94 Rescisão	Valores R\$ 826,12

PROGRAMA	ELEMENTO	SUPLEMENTA
01.01.01.122.010.2.001 Administração da Unidade	3390-39 Serviços Geral de Pessoa Jurídica	Valores R\$ 300,00
01.01.01.122.010.2.217 Remuneração de Pessoal Ativo Civil e Encargos Sociais	3190-11 Salários Geral	Valores R\$ 526,12

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Quadro demonstrativo da receita e despesa

Estado de Rondônia
Câmara Municipal de Porto Velho

Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas
Exercício de 2010 - Anexo 01, da Lei 4.320/64 - Anexo 01, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL

Receita			Despesa		
Receitas Correntes			Despesas Correntes	13.553.035,27	
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.194.910,83	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	604.295,11	18.352.241,21
Déficit		18.352.241,21			
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias			Despesas Correntes Intra-Orçamentárias		
Totais		18.352.241,21	Totais		18.352.241,21
			Déficit Orçamento Corrente		18.352.241,21
Receitas de Capital			Despesas de Capital	346.883,00	
			INVESTIMENTOS		346.883,00
Déficit		18.699.124,21			
Totais		18.699.124,21	Totais		18.699.124,21

Resumo	Receita	Despesa	
Receitas Correntes	0,00	Despesas Correntes	18.352.241,21
Receitas Correntes Intra-Orçamentária	-	Despesas Correntes Intra-Orçamentária	-
Receitas de Capital	-	Despesas de Capital	346.883,00
Receitas de Capital Intra-Orçamentária	-	Despesas de Capital Intra-Orçamentária	-
Déficit	18.699.124,21		
Total	18.699.124,21	Total	18.699.124,21

Relatório Patrimonial

Conforme relatório contábil da Divisão de Patrimônio

Resumo Global por Classificação

Período de 01/01/2010 até 31/12/2010

	Anterior	Adquiridos	Baixados	Valorizações	Depreciações	Atuais
	Quant./Valor	Quant./Valor	Quant./Valor			Quant./Valor
1-CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO						
1.01-BENS MOVEIS DA CÂMARA						
1.01.01-MOBILIA GERAL	1.357	112	0			1.469
	366.433,18	95.745,00	0,00	0,00	0,00	462.178,18
1.01.02-VEICULOS DIVERSOS	0	1	0			1
	116.212,96	151.800,00	0,00	0,00	0,00	268.012,96
1.01.03-MOVEIS E UTENSILIOS P/ COPIA C	35	7	0			42
	28.430,37	5.501,00	0,00	0,00	0,00	33.931,37
1.01.04-OUTROS BENS MOVEIS	0	0	0			0
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.05-MAQUI. UTEN. E EQUIPAMENTOS D	204	6	0			210
	416.195,94	5.235,00	0,00	0,00	0,00	421.430,94
1.01.06-MAQ. UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	472	11	0			483
	81.641,19	7.555,00	0,00	0,00	0,00	89.196,19
1.01.07-COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOTEC	113	0	0			113
	8.294,40	0,00	0,00	0,00	0,00	8.294,40
1.01.08-EQUIPAMENTOS P/ AUDIO VIDEO E	130	5	0			135
	142.822,97	6.188,00	0,00	0,00	0,00	149.010,97
1.01.09-MAQUI. EQUI. UTEN. AGRIC. AGRI	2	0	0			2
	197,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197,00
1.01.10-MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFI	0	0	0			0
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.11-INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTIS	0	0	0			0
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.12-MAQUI. FERRA. E UTENSILIOS DE	0	0	0			0
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.13-MAQUI. E EQUIPAMENTOS DE NATU	0	0	0			0
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.14-APARELHOS DE MEDICAO E ORIENT	0	0	0			0
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.15-OBRA DE ARTE, FICHA PARA EXP	0	0	0			0
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.16-APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE C	178	0	0			178
	45.838,36	0,00	0,00	0,00	0,00	45.838,36
1.01.17-APA. EQUI. E ETUN. MED. ODON.	0	0	0			0
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.18-APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTE	0	0	0			0
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.19-BANDEIRAS, PLAVILAS E INSIGNI	0	0	0			0
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.20-DISCOTECAS E FILMOTECAS	0	0	0			0
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.21-EQUIP. PROTEÇÃO, SEGURANÇA E	0	0	0			0
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.22-MAQUINAS EQUIPAMENTOS ENERGET	113	12	0			125

PPoetill - Patrimônio Público - Emissão: 20/01/2011 às 11h14min (2)

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Resumo Global por Classificacao		Periodo de 01/01/2010 ate 31/12/2010				
	Anterior	Adquiridos	Baixados	Valorizacoes	Depreciacaoes	Atuais
	Quant./Valor	Quant./Valor	Quant./Valor			Quant./Valor
1.01.23-EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E EL	55.852,96	7.176,00	0,00	0,00	0,00	63.028,96
1.01.24-EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.25-PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMO	314	40	0	0	0	354
1.01.26-VEICULOS DE TRACAO MECANICA	520.840,10	67.663,00	0,00	0,00	0,00	588.503,10
1.01.27-ACESSORIOS PARA AUTOMOVEIS	0	0	0	0	0	0
1.01.28-MATERIAL DE USO DURADOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.29-BENS INTANGIVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.01.30-EMBARCACOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 1.01-BENS MOVEIS DA CAMARA	2.922	194	0	0,00	0,00	3.116
	1.784.759,43	346.883,00	0,00	0,00	0,00	2.131.642,43
1.02-BENS DE TERCEIRO EM FAVOR DA CAMARA						
1.02.01-MOBILIA GERAL	4	0	0	0,00	0,00	4
1.02.02-VEICULOS E ACESSORIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.02.05-MAQUINAS MOTORES E APARELHOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.02.06-EQUIPAMENTOS DIVERSOS	4	0	0	0	0	4
1.02.07-LIVROS - MATERIAL BIBLIOTECAR	5.429,48	0,00	0,00	0,00	0,00	5.429,48
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	100	0	0	0	0	100
Total 1.02-BENS DE TERCEIRO EM FAVOR DA CAMARA	2.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.420,00
	108	0	0	0,00	0,00	108
	7.849,48	0,00	0,00	0,00	0,00	7.849,48
Total 1-CAMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO	3.030	194	0	0,00	0,00	3.224
	1.792.608,91	346.883,00	0,00	0,00	0,00	2.139.491,91
2-BENS IMOVEIS						
2.01-INSTALACOES E BENFEITORIAS	11	0	0	0,00	0,00	11
2.02-TERRENOIS	1.028.278,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.028.278,04
2.03-EDIFICIOS	0	0	0	0,00	0,00	0
2.04-GLERBAS E FAZENDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0	0	0	0,00	0,00	0
PPCetil - Patrimonio Publico - Emissao: 20/01/2011 as 11h14min (2)						

Resumo Global por Classificacao		Periodo de 01/01/2010 ate 31/12/2010				
	Anterior	Adquiridos	Baixados	Valorizacoes	Depreciacaoes	Atuais
	Quant./Valor	Quant./Valor	Quant./Valor			Quant./Valor
2.05-SALAS E ESCRITORIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.06-OUTROS BENS IMOVEIS	0	0	0	0,00	0,00	0
Total 2-BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	11	0	0	0,00	0,00	11
	1.028.278,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.028.278,04
Total Geral	3.041	194	0	0,00	0,00	3.235
	2.820.886,95	346.883,00	0,00	0,00	0,00	3.167.769,95

FUNDAÇÃO CULTURAL IARIPUNA

FUNDAÇÃO CULTURAL IARIPUNA

Sob a nova reorganização do planejamento da Prefeitura, a Fundação Cultural Iaripuna faz parte do G3 – Grupo Inclusão Social e Garantia de Direitos e é responsável pelo Desafio 7: resgatar, fomentar e valorizar as diversas expressões culturais e o patrimônio cultural da cidade.

Nosso desafio possui 6 Resultados que nos propomos alcançar durante o ano de 2009. Centrado no resgate e fomento do Patrimônio Cultural, Porto Velho vive hoje um período de maior investimento na autoestima e experimenta os novos espaços culturais criados para este fim. Abaixo um resumo dos quantitativos de nossas atividades:

Projeto/atividade	Público/pessoas	Quantidade de eventos	Forma de apoio
Carnaval	550.000	50	Repasse financeiro para Escolas de Samba e blocos
Semana do Teatro	30.000	12	Compra de espetáculos
Arraiais Juninos	400.000	15	Repasse financeiro para FEDERON
Festival de Teatro de Rua – Amazônia em cena na rua	10.000	17	Repasse para Grupo O Imaginário + compra de espetáculos diversos
Semana do Folclore	3.000	5	Repasse para entidade folclórica
Aniversário do Município	7.000	8	Convênio, realização da Fundação Cultural
Agenda Natalina	10.000	21	Convênio, realização da Fundação
Eventos Mercado Cultural	200.000	150	Equipamento de Som + Cachês
Projeto Cultura na Praça	300.000	110	Compra de espetáculos e shows
Cursos Arte de Todos	1.500	86	Contratação de oficinairos e professores
Oficinas Patrimônio Histórico	500	06	Contratação de oficinairos e fotógrafos
Apoio a Festejos Tradicionais Religiosos	20.000	05	Apoio com sonorização e contratação de shows
Festicine Amazônia	1.500	5	Repasse para Entidade realizadora
Intercâmbio Cultural	100.000 (fora de P.V)	04	Passagens aéreas/ônibus
Total	1.633.500	494	

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

O Resultado 1 tem como meta realizar as atividades culturais do ciclo básico anual. Envolve três grandes projetos:

Carnaval 2009

Através de convênio com a Federação das Escolas de Samba foram destinados recursos de fomento e viabilização de desfiles para as 06 escolas de samba e 32 blocos carnavalescos que proporcionam um carnaval de rua saudável sem nenhum registro de violência. Com 30 dias que antecede o Carnaval, a cidade respira a arte popular durante ensaios, produção musical, confecção de fantasias e clima de muita diversão e entretenimento.

Carnaval 2010

Desfile de seis escolas de samba na Av. Imigrantes

Baile Municipal – Rei Momo e Rainhas desfilam como personagens da maior festa popular brasileira.



Arrais do Município e Flor do Maracujá

Durante os meses de junho e julho Porto Velho comemora e vivencia mais uma tradição da expressão popular brasileira que são os festejos juninos. Desde a Flor do Maracujá até os Distritos a Fundação Cultural Iaripuna esteve presente injetando recursos de fomento, incentivando a produção local e apoiando as manifestações. Embora o Arraial Flor do Maracujá seja de ordem estadual, Porto Velho tem a maior participação e a parceria da Prefeitura é imprescindível em sua realização. Em 2009 pela primeira vez a Fundação se fez presente e subsidiou vários arraiais nos distritos, destacando-se os arraiais de São Carlos, Joana Darc, Calama, Nazaré e Jacy Paraná. Na cidade de Porto Velho grandes arraiais tiveram recurso e incentivo: Flor do Cacto, Arraialeste e Arraial da AFA/AREAL.

Diversas atividades do ciclo comemorativo

Dia Internacional da Mulher, Semana do Teatro, Festa da Padroeira da Cidade; semana do Folclore, Aniversário da Cidade; Dia das Crianças e atividades natalinas.

- Aniversário da cidade/outubro/2010; aniversário da cidade, show de piano.



O Projeto Cultura na Praça

É o grande desafio que temos para fomentar as produções locais. Realizado semanalmente oferece atrações artísticas de qualidade nas diversas praças de todo o Município. As praças mais privilegiadas são a Aluizio Ferreira e Getúlio Vargas por força da Feira do Porto e do Mercado Cultura onde a gestão é compartilhada com o turismo de Porto Velho. Mais de 200 eventos foram realizados dentro deste programa sendo shows de música, dança, teatro, exposição de artes plásticas entre outros.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

O Projeto Cultura na Praça atende por mês um público aproximado 6.000 pessoas itinerante. Por ano 72.000 pessoas. Isto de Janeiro a Dezembro. Assim passam por ano mais de 3.000 artistas: Dança, Teatro, Músicos e Bandas.



O Resultado 2 - atividades de artes cênicas realizadas no Teatro Banzeiros

Proporciona espaço cênico profissional para artistas com produções locais para teatro fechado.

O Resultado 3 organizou visitas às comunidades ribeirinhas

Com objetivo de organizar intercâmbios entre a produção artística das comunidades do Baixo e médio Madeira junto aos eventos da cidade. Os grupos de Nazaré e São Carlos participaram ativamente da proposta.

Para as atividades do resultado 4 foram elaborados os projetos de Identificação Patrimonial – PIO e de Educação Patrimonial – EPHAC.

A identificação patrimonial verificou principalmente nas comunidades tradicionais do Baixo Madeira e Bairros antigos como Santa Bárbara, Mocambo e Triângulo um vasto histórico da cidade de Porto Velho e será possível a partir de agora fazer uma reflexão e discussão dos patrimônios Materiais e Imateriais do Município. Será criado o fórum cultural patrimonial para discussão permanente do patrimônio histórico. A divisão do Patrimônio Histórico realizou mais de 10 oficinas nas diversas comunidades.

A agenda zumbi foi ampliada e agora Porto Velho tem atividades específicas no centro e nos bairros para comemorar, refletir e divulgar a cultura afro-brasileira e durante o mês de novembro diversas atividades são realizadas em homenagem a zumbi. A marcha é uma das principais atividades.

O desafio 5 ampliou a oferta de cursos de arte em nosso município

Seiscentas pessoas foram capacitadas em 80 cursos de teatro, música, dança e artes plásticas. Através do projeto ARTE DE TODOS jovens, senhoras e adolescentes receberam instrução para tornarem-se profissionais de arte. Consolida-se assim mais um serviço que garante à população acessos a vários cursos de formação.

O desafio 6 finalizou o processo de discussão da implantação do Sistema Municipal de Cultura

Está na Câmara de Vereadores o projeto de lei que cria o sistema com Conselho, Plano, Fundo e Câmaras Setoriais.

Revitalização EFMM

Reinaugurada em grande estilo a Fundação Cultural Iaripuna organizou um show que emocionou a cidade no Complexo Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Artistas locais comemoraram a entrega da praça Madeira Mamoré com suas músicas e expressões que contam e cantam a história de Porto Velho guardada na memória de toda população.



Grupo executivo das ações de revitalização do complexo EFMM

Para acompanhar as ações de revitalização junto aos Empreendimentos da Santo Antonio Energia, a Fundação Cultural, SEMDESTUR e SEMPRESSE organizaram um grupo de trabalho – GT EFMM que reúnem-se constantemente para agilizar em conjunto todas as ações. São 09 Termos de Referência que reúne todo o compromisso da Santo Antônio Energia firmado junto ao IPHAM e Prefeitura para revitalizar a linha férrea, restaurar a rotunda onde será o museu das peças móveis, construir centros de memória, urbanizar o espaço onde está a igreja de Santo Antonio e Cemitério da Candelária além de lançar livro e vídeo documentário.

O Grupo foi coordenado pela SEMDESTUR em 2010 e em 2011 será coordenado pela Fundação Iaripuna. É uma forma de acompanhar de perto e agilizar os projetos e obras de forma

Intercâmbio cultural

O ano de 2010 a Fundação Cultural Iaripuna inaugurou um novo projeto de Intercâmbio Cultural nacional e internacional. Quadrilhas e Bois participaram de festivais da Região Norte, Acre, Festival Nacional em Brasília, Encontro de Bois Bumbas de Norte a Sul em Florianópolis em Santa Catarina e mostra internacional de presépio e danças regionais na Itália.

- Boi Diamante Negro/PVH no encontro de Bois em SC
- Artistas de nossa dança regional e artesãos de presépio foram recebidos no aeroporto com entusiasmo pelo sucesso que fizeram na cidade de Caltagirone, Cecília/Itália.



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação de Porto Velho, criado pelo Art. 233, IV, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, tem por objetivo funcionar como órgão consultivo, deliberativo, normatizador e avaliador do Sistema Municipal de Ensino.

Em conformidade com o Art. 17 da Lei Complementar nº 137, de 27 de dezembro de 2001, o Conselho Municipal de Educação constitui unidade orçamentária, que assegura no Orçamento do Município os recursos destinados à sua manutenção por meio da elaboração do seu Plano de Trabalho Anual.

Este Órgão do Sistema Municipal de Ensino visando proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração possui o Programa de Apoio Administrativo e o Programa de Formação Continuada de Educadores que promovem a integração entre o plano e o orçamento.

Programa de Apoio Administrativo

O Departamento Administrativo gerencia o Programa de Apoio Administrativo que tem como objetivo prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas. Para concretização de tal objetivo foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Manutenção de Serviços Administrativos: aquisição de passagens aéreas e pagamento de diárias; e, aquisição e guarda de material de consumo, expediente, informática, copa cozinha e limpeza.
- Manutenção de Serviços de Transportes: serviços de manutenção, revisão, troca de peças e reparos de veículos; e, serviços de licenciamento e seguros.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Manutenção e Conservação de Bens Imóveis: aluguel do imóvel; conservação e reforma; e, serviços de manutenção, limpeza, troca de peças e reparos nas Centrais de Ar.
- Manutenção e Conservação de Bens Móveis: aquisição e guarda de equipamentos, tais como: notebook, nobreak e computador; serviços de manutenção, limpeza, troca de peças do parque tecnológico, tais como computadores, notebook, scanner, fotocopidora, impressoras; e, contratação de serviços gráficos para reprodução do Documentário Impresso nº 07 Especial de 10 Anos de Instalação do CME.

As atividades realizadas por este Programa visaram garantir a este Conselho Municipal de Educação seu pleno funcionamento, por meio dos serviços e aquisições que possibilitaram a operacionalização das ações da Presidência, do Conselho Pleno e do Departamento Técnico deste Órgão do Sistema Municipal de Ensino.

Programa de Formação Continuada de Educadores

O Programa de Formação Continuada de Educadores é gerenciado por meio do Departamento Técnico, composto pela Divisão de Acompanhamento da Educação Básica e pela Divisão de Planejamento, Normatização e Avaliação com atribuições de: assistir o conselho, assessorar e subsidiar os conselheiros, analisar processos, emitir pareceres e, ainda, coordenar cursos previstos, com base no PPA e Plano de Ação 2010, as ações abaixo relacionadas:

Eventos/Atividade (fora do Município)

- Encontro Nacional dos Conselhos de Educação
Objetivo: Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação, nos Sistemas Municipais de Ensino como estratégia da Gestão Democrática: Princípio Constitucional da Educação de qualidade.
Local: Curitiba - PR
Período: 14 a 16 de março de 2010.
Participantes: Wilson Barbosa

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- III Congresso dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia / UNCME
Objetivo: Interação dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia possibilitando aos Conselheiros e técnicos a busca de identificação de pontos comuns percorridos, de forma a articular uma atuação mais efetiva.
Local: Guajará-Mirim - Período: 19 a 21 de maio de 2010
Participantes: Antonia Antonisia L. Rodrigues, Wilson Barbosa, Yêda Maria de M. Baleeiro, Sonia Maria Gomes Sampaio.
- V Encontro Estadual dos Conselhos Municipais de Educação
Objetivo: Fortalecimento dos Conselhos na perspectiva da Gestão Democrática
Local: Vitória – ES - Período: 23 e 24 de setembro
Participantes: Enid C. Castiel, Yêda M. de M. Baleeiro, Laura Eloísa dos S. Rios
- Curso de Formação de Conselheiros Municipais de Educação
Objetivo: Fortalecer os Conselhos de Educação promovendo uma melhor atuação em defesa de uma educação de qualidade para a comunidade de seu município.
Local: Rio Branco – AC - Período: 19 a 22 de Outubro
Participantes: Yêda Maria de M. Baleeiro, Conceição P. Ferreira, Wilson Barbosa
- XX Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
Objetivo: Discutir a Qualidade Social da Educação – Caminho da Gestão Democrática.
Local: Aracaju – Sergipe - Período: 17 a 19 de Agosto de 2010
Participantes: Luiz P. Braga, Sonia Maria G. Sampaio, Áurea Lúcia de O. Matni, Wilson Barbosa.
- Reunião Técnica sobre a Implantação do Sistema Municipal de Educação
Objetivo: Implantar o Sistema Municipal de Educação em Candeias
Local: Candeias do Jamari
Período: 06 de outubro de 2010
Participantes: Antonia Antonisia L. Rodrigues, Wilson Barbosa.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Eventos / Atividades (no Município)

- **Evento: Reunião de conselheiros de Educação de Rondônia.**
Objetivo: Apresentar as ações do CEE-RO e informes sobre o pacto de cooperação e ações da UNCME-RO
Local: Porto Velho/RO – CEE/RO
Período: 11 e 12 de março de 2010.
Participantes: Wilson Barbosa, Sonia Maria G. Sampaio, Luiz P. Braga, Áurea Lúcia de O. Matni, Gecilda Maria de Oliveira, Ivanete S. Caminha, Evalda da H. Chaves, Yêda Maria de M. Baleeiro, Enid C. Castiel, Antonia Antonisia L. Rodrigues, Raimunda G. de Brito, Antônio L. dos Santos, João Duarte Pereira.
- **II Encontro dos Conselhos de Educação do Estado de Rondônia.**
Objetivo: Estabelecer normas e procedimentos comuns entre os Conselhos para o Sistema de Ensino do Estado de Rondônia e debater sobre as diretrizes operacionais para educação de jovens e adultos.
Local: Porto Velho/RO – CEE/RO
Período: 28 a 30 de julho de 2010.
Participantes: Wilson Barbosa, Sonia Maria G. Sampaio, Luiz P. Braga, Conceição P. Ferreira, Antonia Antonisia L. Rodrigues, Evalda da H. Chaves.
- **Evento: Palestra sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.**
Objetivo: Apresentar as metas que ajudem ao aluno enfrentar o mundo atual tornando-o mais participativo, reflexivo e autônomo conforme as Diretrizes Nacionais.
Local: Porto Velho/RO – Escola Estadual Major Guapindaia
Período: 13 de maio de 2010
Participantes: Wilson Barbosa, Sonia Maria G. Sampaio, Luiz P. Braga, Áurea Lúcia de O. Matni, Ivanete S. Caminha, Evalda da H. Chaves, Yêda Maria de M. Baleeiro, Enid C. Castiel, Antonia Antonisia L. Rodrigues, Raimunda G. de Brito, Antônio Lucio dos Santos, João Duarte Pereira.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- **Evento: VI Conferência Estadual dos Trabalhadores em Educação**
Objetivo: A Construção dos Planos de Educação na perspectiva de uma Escola Pública de Qualidade Para Todos.
Local: Porto Velho/RO – Sede Campestre do SINTERO
Período: 24 a 26 de setembro de 2010
Participantes: Raimunda G. de Brito
- **“Dia Internacional Contra a Corrupção”**
Objetivo: Fortalecer ações integradas dos órgãos de controle com os diversos segmentos da sociedade civil, de modo a ampliar a prevenção e o combate a corrupção.
Local: Porto Velho-RO – Auditório do Ministério Público
Período: 09.12.2010
Participantes: Aluizio Antonio Fortunato
- **Reunião Técnica sobre Educação de Jovens e Adultos, com destaque para Educação a Distância e Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação Para Jovens e Adultos em situação privação de liberdade nos estabelecimentos penais.**
Objetivo: Discussão sobre Educação de Jovens e Adultos com destaque para Educação a Distância e Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação Para Jovens e Adultos em situação privação de liberdade nos estabelecimentos penais
Local: Porto Velho-RO – Conselho Estadual de Educação.
Período: 17 e 18 de novembro de 2010.
Participantes: Wilson Barbosa, Sonia Maria G. Sampaio, Luiz P. Braga, Yêda Maria de M. Baleeiro, Antonia Antonisia L. Rodrigues.
- **Reunião do Conselho de Desenvolvimento Comunitário – Projeto Girassol “Tecendo Redes” – Usina Jirau.**
Objetivo: Trabalho de compensação da Empresa da Camargo Correia em parceria com demais entidades para melhoria da comunidade local.
Local: Distrito de Jacy-Paraná - Período: reunião mensal
Participantes: Yêda M. de M. Baleeiro, Antonia A. L. Rodrigues, Aluizio A. Fortunato.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- Participação no Comitê do Programa MAIS EDUCAÇÃO.
Objetivo: Socializar as ações do Programa junto com Instituições/Órgãos/Parcerias.
Local: Porto Velho - Período: Reuniões mensais.
Participantes: Conceição P. Ferreira, Yêda Maria de M. Baleeiro
- Palestras para o Programa Gestão Democrática.
Objetivo: Orientar os gestores.
Local: Porto Velho - Período: reuniões mensais
Participantes: Enid C. Castiel.
- II Encontro dos Conselheiros Municipais organizado pela UNCME/RO.
Objetivo: Conclusão da Proposta de Resolução de Educação Infantil.
Local: Ouro Preto - Período: 03/05/2010
Participantes: Wilson Barbosa, Yêda M. de M. Baleeiro, Antonia A. L. Rodrigues.
- III Seminário de Educação do Campo – Ensino Médio: Mudando Paradigma / SEDUC.
Objetivo: Construir coletivamente estratégias pedagógicas que seja do campo visando a formação de cidadãos autônomos criativos e capazes de produzir soluções e buscarem o desenvolvimento sustentável dentro das suas comunidades e especificidades locais.
Local: Porto Velho - Período: 01 a 03 de março
Participantes: Wilson Barbosa, Sonia Maria G. Sampaio, Luiz P. Braga, Conceição P. Ferreira, Evalda da H. Chaves, Yêda Maria de M. Baleeiro, Antonia Antonisia L. Rodrigues, Raimunda G. de Brito, Antônio Lucio dos Santos, João Duarte Pereira, Laura Eloísa S. Rios.
- Participação na Comissão de Gestão Democrática.
Objetivo: Organizar e realizar a eleição de gestores nas Escolas Municipais.
Local: Porto Velho
Período: 15.06.10 a 15.01.11
Participantes: Enid C. Castiel.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Consultas Técnicas

- Solicitante: Escolinha Turminha do Barulho
Assunto: Laudo Técnico para autorização de Funcionamento na modalidade do Ensino Fundamental.
Data do pedido: julho
- Solicitante: Secretaria Municipal de Administração
Assunto: Se o profissional que possui diploma de bacharelado em Ciências Biológicas com apostilamento em Treinamento Didático Científico e Estágio I e II em laboratório universitário esta apto a ministrar aulas de Ciências Biológicas.
Data do pedido: outubro
- Solicitante: Escola Municipal Senador Darcy Ribeiro
Assunto: Pedido de transferência da aluna Josiane Abadia Feitosa
Data do pedido: abril
- Solicitante: Escola Adventista
Assunto: Histórico Escolar expedido por Escola Municipal com espaço referente ao 1º ano em branco.
Data do pedido: abril
- Solicitante: EMEF Chapeuzinho Vermelho
Assunto: Explicação sobre Históricos Escolares expedidos pela Escola a Escolas Estaduais após implantação do Ensino Fundamental de nove anos.
Data do pedido: janeiro.

Relatório de Visitas Técnicas realizadas nas Escolas

- NEPV - Núcleo de Ensino de Porto Velho: 30 escolas
- NEPA - Núcleo de Ensino de Ponta do Abunã: 05 escolas
- NESC - Núcleo de Ensino de São Carlos: 08 escolas
- NEC - Núcleo de Ensino de Calama: 08 escolas
- ZONA OESTE – Capital: 04 escolas
- ZONA SUL – Capital: 17 escolas

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

- ZONA NORTE – Capital: 04 escolas
- ZONA LESTE – Capital: 16 escolas
- Escolas de Música: 02

Escolas com Autorização de Funcionamento

- EMEF Jerusalém de Amazônia
- EMEF Henrique Dias

Escola com Reconhecimento

- EMEF Jornalista Fernando Escariz
- EMEIEF Ulisses Soares Ferreira
- EMEIEF Areal da Floresta
- IME Engenheiro Francisco Erse – Padrão
- EMEF Pingo de Gente
- EMEF Cora Coralina
- EMEF Antônio Augusto Rebelo das Chagas
- EMEF Engenheiro Wadih Darwich Zacarias

Atos do Conselho Municipal de Educação em 2010

RESOLUÇÕES/CME-10			
DOCUMENTO	ASSUNTO	APROVADO	HOMOLOGADO
Resolução nº 01/CME-10	Convalida os estudos dos alunos matriculados nas Escolas Municipais no ano letivo de 2009, escolas com autorização de funcionamento vencido.	26.01.10	28.01.2010
Resolução nº 02/CME-10	Convalida os estudos dos alunos matriculados no PROJOVEM/SEMED, referente ao ano letivo 2009.	26.01.10	28.01.2010
Resolução nº 03/CME-10	Convalida os estudos dos alunos matriculados em Escolas em condições de Municipalizadas, referentes ano letivo de 2009.	26.01.10	28.01.2010
Resolução nº 04/CME-10	Fixa Normas para Educação Especial no âmbito do Sistema de Ensino do Município de Porto Velho.	28.06.10	20.10.2010
Resolução nº 05/CME-10	Ratifica o Parecer nº 01/CME-10, 28.06.2010.	28.06.10	16.11.2010
Resolução nº 06/CME-10	Ratifica o Parecer nº 02/CME-10, 28.06.2010.	28.06.10	16.11.2010
Resolução nº 07/CME-10	Ratifica o Parecer nº 03/CME-10, 13.07.2010.	13.07.10	16.11.2010
Resolução nº 08/CME-10	Ratifica o Parecer nº 04/CME-10, 13.07.2010.	13.07.10	16.11.2010
Resolução nº 09/CME-10	Ratifica a Apreciação nº 01/CME-10, 26.06.2010.	13.07.10	13.09.2010
Resolução nº 10/CME-10	Fixa normas para Educação de Jovens e Adultos no âmbito do Sistema de Ensino do Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.	05.10.10	08.12.2010
Resolução nº 11/CME-10	Institui normas para Educação Básica nas Escolas do Campo na Rede Municipal de Porto Velho e da outras Providências.	09.11.10	09.11.2010

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Resolução nº 12/CME-10	Ratifica o Parecer nº 05/CAEB/CME-10, 27.10.10, que concede Reconhecimento à EMEF Pingo de Gente.	07.12.10	07.12.2010
Resolução nº 13/CME-10	Ratifica o Parecer nº 06/CAEB/CME-10, 23.11.10, que concede Reconhecimento à EMEF Cora Coralina.	07.12.10	07.12.2010
Resolução nº 14/CME-10	Ratifica o Parecer nº 07/CPNA/CME-10, 23.11.10, que concede Reconhecimento à EMEF Professor Antônio Augusto Rebelo.	07.12.10	07.12.2010
Resolução nº 15/CME-10	Ratifica o Parecer nº 08/CPNA/CME-10, 07.12.10, que Autoriza o Funcionamento da EMEF Henrique Dias.	07.12.10	07.12.2010
Resolução nº 16/CME-10	Ratifica o Parecer nº 10/CPNA/CME-10, 15.12.10, que concede Reconhecimento à EMEF Engº Wadih Darwich Zacarias.	16.12.10	14.01.2011
Resolução nº 17/CME-10	Ratifica o Parecer nº 09/CPNA/CME-10, 15.12.10, que concede Autorização de Funcionamento à EMEF Jerusalém da Amazônia.	16.12.10	14.01.2011
Resolução nº 18/CME-10	Estabelece Normas para Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Porto Velho, Estado de Rondônia.	15.12.10	14.01.2011
Resolução nº 19/CME-10	Concede Validação de Estudos e Matrículas de alunos devidamente matriculados em escolas criadas no ano de 2010 da Rede Municipal de Ensino.	16.12.10	14.01.2011
Resolução nº 20/CME-10	Concede Convalidação de Estudos e Matrículas de alunos devidamente matriculados em escolas da Rede Municipal de Ensino no ano de 2010.	16.12.10	14.01.2011
Resolução nº 21/CME-10	Concede Convalidação de Estudos e Matrículas de alunos devidamente matriculados no Programa Nacional de Inclusão de Jovens, no Ano Letivo de 2010.	16.12.10	14.01.2011
Resolução nº 22/CME-10	Regulamenta o Ingresso do Aluno no Ensino Fundamental no Ano Letivo de 2011 na Rede Municipal de Ensino de Porto Velho	16.12.10	14.01.2011
PARECERES/CME-10			
Parecer nº 01/CME-10	Solicitação de Reconhecimento da EMEIEF Jornalista Fernando Escariz.	28.06.10	13.09.2010
Parecer nº 02/CME-10	Solicitação de Reconhecimento da EMEIEF Areal da Floresta.	28.06.10	13.09.2010
Parecer nº 03/CME-10	Solicitação de Reconhecimento da EMEIEF Ulisses Soares Ferreira.	13.07.10	13.09.2010
Parecer nº 04/CME-10	Solicitação de Reconhecimento da IME Engenheiro Francisco Erse.	13.07.10	13.09.2010
Parecer nº 05/CME-10	Concede Reconhecimento à EMEF Pingo de Gente.	27.10.10	07.12.2010
Parecer nº 06/CME-10	Concede Reconhecimento à EMEF Cora Coralina.	23.11.10	07.12.2010
Parecer nº 07/CME-10	Concede Reconhecimento à EMEF Professor Antônio Augusto Rebelo.	23.11.10	07.12.2010
Parecer nº 08/CME-10	Concede Autorização de Funcionamento da EMEF Henrique Dias.	07.12.10	07.12.2010
Parecer nº 09/CME-10	Concede à Autorização de Funcionamento à EMEF Jerusalém da Amazônia.	15.12.10	14.01.2011
Parecer nº 10/CME-10	Concede Reconhecimento à EMEF Engº Wadih Darwich Zacarias.	15.12.10	14.01.2011
APRECIACÃO/CME-10			
Apreciação nº 01/CME-10	Apreciação do Projeto "Amigos da Paz".	26.06.10	13.09.2010

Registros



Considerações Finais

As atividades programadas para 2010 no Plano de Ação foram realizadas com êxito da mesma forma que a participação em outras atividades que não constavam na programação.

A ação prevista do PPA 2010 do Departamento Técnico: capacitação em Legislação Educacional e Escrituração Escolar aos educadores da rede municipal de ensino, não foi possível ser realizada, considerando que as Resoluções de Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Básica do Campo só foram concluídas e homologadas no período de outubro a dezembro de 2010, o que não possibilitou que os subsídios para tal formação fossem elaborados em tempo hábil.

Diante do que foi exposto neste relatório, fica evidenciada que a nossa principal meta é a contribuição para uma educação de qualidade do Sistema Municipal de Ensino de Porto Velho.

**FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
DE PORTO VELHO (FUNESCOLA)**

FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO (FUNESCOLA)

A Fundação Escola do Servidor Público de Porto Velho – FUNESCOLA, foi criada pelas Leis Complementares nº 208 e 230 de 07 de 2005, é entidade de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira vinculada à Secretaria Municipal de Administração, de fins não lucrativos, com a finalidade de promover, e desenvolver o aperfeiçoamento do servidor público municipal em qualquer área de interesse da administração pública com vistas a melhor qualificar o servidor para o desenvolvimento de suas atividades. A FUNESCOLA tem sede e foro na cidade de Porto Velho, atualmente localiza-se à Rua Elias Gorayeb, nº 2773 – Bairro: Liberdade – CEP: 76.808.874 (prédio alugado).

Objetivo

A FUNESCOLA tem como objetivo oferecer formação continuada de qualidade aos servidores da prefeitura de Porto Velho.

Capacitações

Durante o período de 2005 a 2010, a FUNESCOLA realizou várias capacitações, em atendimento ao Plano de Governo do Prefeito Roberto Eduardo Sobrinho que visa prestar aos munícipes de Porto Velho, serviço de qualidade, pois se observou a necessidade de promover e oferecer cursos que visem o aperfeiçoamento do servidor municipal na área de interesse da administração pública com vistas a prestar ao cidadão usuário serviços ágeis, eficientes e humanizados. Desde a sua criação a FUNESCOLA vem oferecendo aos servidores: cursos, palestras, workshop, ginástica laboral, massagem laboral, atividades recreativas, e outras atividade pedagógicas.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Segue abaixo o quantitativo de servidores atendidos com as capacitações realizadas pela FUNESCOLA, no período de 2008 a 2010:

Ano	2008	2009	2010
Quantitativo de servidores capacitados	1.699	3.063	1.792
Total de servidores capacitados nos 3 (três) anos			6.554

Parcerias

A FUNESCOLA em parceria com a Prefeitura de Porto Velho e com a Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA), realizou o curso de Execução e Prestação de Contas de Convênios e Contratos de repasse no Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV), 30 (trinta) servidores foram instruídos por profissionais capacitados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Na primeira etapa do curso que ocorreu em 2009, os servidores foram capacitados para elaboração e inclusão das propostas de convênios no SINCOV, desta vez em 2010, eles foram habilitados para executar e prestar contas desses convênios. Anteriormente, na elaboração e execução de processos de convênios eram encaminhadas ao Ministério do Planejamento verdadeiras pilhas de documentos, que ocupavam boa parte do expediente para serem elaborados, hoje com o SINCOV é tudo digital, e via internet, por isso à necessidade de capacitar os servidores que trabalham diretamente com convênios, pois esses servidores precisam estar atualizados para acompanhar as mudanças, e assim, prestar um serviço de qualidade à população.

Também, foi realizado, em parceria com a Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA, o curso de capacitação dos servidores da prefeitura para utilização das ferramentas de gestão disponibilizadas pelo Programa GESPÚBLICA, que contou com a participação de 79 servidores. Está atividade teve grande relevância, uma vez que, a Prefeitura Municipal de Porto Velho é a mais nova organização do Estado de Rondônia a aderir ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA). O GESPÚBLICA é um programa do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 5.378/2005, que visa promover a gestão pública por resultados e

voltado para a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, é uma política formulada a partir da premissa de que a gestão de órgãos e entidades públicas pode e deve ser excelente, pode e deve ser comparada com padrões internacionais de qualidade em gestão, mas não pode nem deve deixar de ser pública.

Libras

Baseado no Projeto Lei nº 2.58G/2009, sobre capacitação de servidores municipais nas novas técnicas de atendimento as pessoas portadoras de necessidades especiais dispões em seu art.1º o seguinte: é obrigação do Poder Público Municipal oferecer: treinamento e capacitação nas técnicas de atendimento a pessoas com qualquer tipo de deficiências, a todos os servidores que exerçam funções de atendimento direto ao público. Desta forma a FUNESCOLA capacitou 2 (duas) turmas de servidores para atender ao público portador de deficiência auditiva.

O treinamento contou com a participação das Secretarias: CGM, IPAM, SEMUR, SEMED, SEMAD, SEMUSA, SEMAS, SEMAGRIC, SEMPRES, SEMES, PGM, SEMA, FUNDAÇÃO IARIPUNA e FUNESCOLA, no qual receberam certificados após complementarem uma carga horária de 60 horas/aula, divididos em três módulos, onde, a partir do segundo módulo, os servidores puderam vivenciar situações reais, pois tiveram o acompanhamento da Instrutora surda-muda, Arine Holanda, e foi de grande importância a sua participação nas atividades práticas e dinâmicas.

Concurso Público

É Importante ressaltar que nos anos de 2007, 2008 e 2009 foram realizados concursos públicos e, em alguns casos, estes não atingiram as expectativas da Administração, mormente nas áreas de educação e saúde, considerando a urgente necessidade de se atender determinações emanadas, durante o ano de 2009, pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – RO, no sentido de que se realizem substituições de profissionais contratados para a saúde e educação (médicos e professores), por profissionais selecionados mediante concurso público, e visando suprir essa demanda já foi elaborado um Projeto Básico pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD e FUNESCOLA, contendo todas as atividades para realização do Concurso Público Municipal no primeiro semestre de 2011.

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Programa de Ginástica Laboral

O referido programa teve como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida dos servidores municipais, com ações que proporcionem momentos de lazer, bem-estar físico, mental e social, interação e socialização.

- Período de atendimento: 25 de agosto a 30 de dezembro de 2010;
- Total de atendimentos na ginástica laboral: 776 servidores;
- Total de atendimentos na massagem laboral: 35 servidores;
- Secretarias atendidas: SEMAD, Gabinete do Prefeito, Coordenadoria das Mulheres, Conselho Municipal de Educação, SEMUSB (bases 2, 3, 4 e 5), SEMUSA, FUNESCOLA, SEMTRAN, SEMED, SEMES, SEMPRES, PGM, CGM, SEMAS;
- Atividades do programa: Avaliação diagnóstica, alongamentos, exercícios de relaxamento, exercícios compensatórios, exercícios de respiração, dinâmicas de grupo, palestra informativa e Massagem laboral.



Comparativo

AÇÃO REALIZADA	QUATITATIVO DE SERVIDORES ATENDIDOS			TOTAL GERAL DE SERVIDORES ATENDIDOS NOS 03 (TRÊS) ANOS
	ANO			
	2008	2009	2010	
GINÁSTICA LABORAL	3.000	573	776	4.349,00
MASSAGEM LABORAL	131	163	35	329

Jogos do Servidor Público Municipal

A Prefeitura Municipal de Porto Velho, Fundação Escola do Servidor Público do Município de Porto Velho – FUNESCOLA e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer-SEMES, com o apoio da Secretaria Municipal de Administração-SEMAD realizaram III JOGOS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. Os jogos tiveram como objetivo desenvolver o intercâmbio social e desportivo entre os Servidores Públicos das Secretarias Municipais proporcionando a integração e participação em atividades esportivas como comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público.

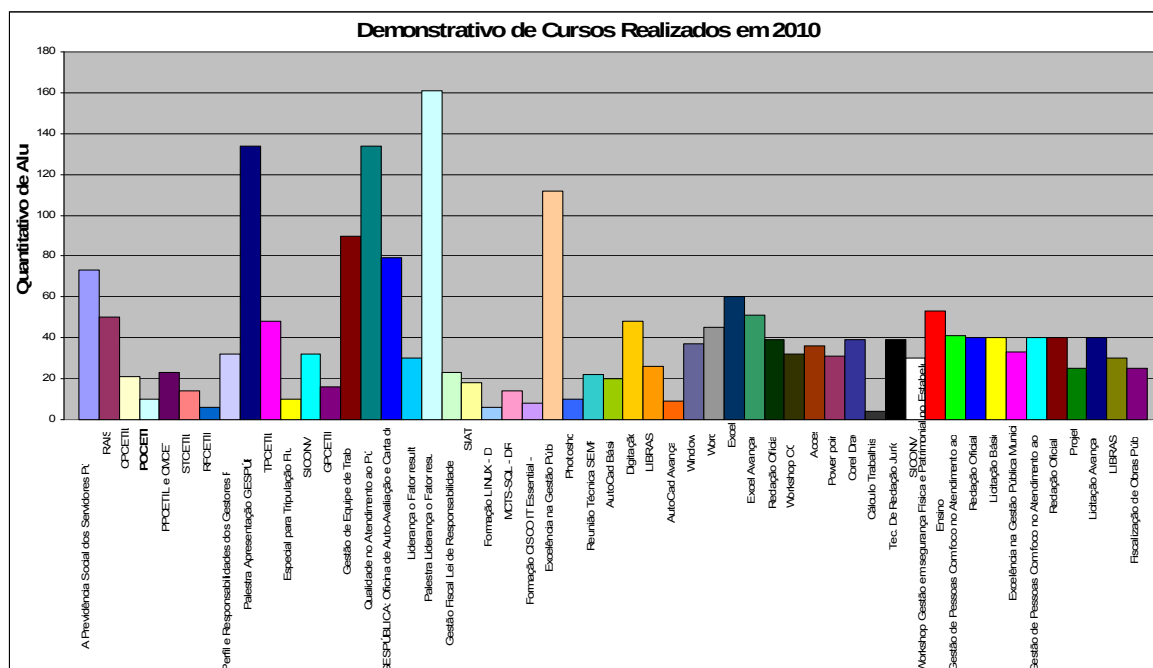


- Período: 19, 20 e 21 de outubro de 2010;
- Local: Clube Social do SINTERO;
- Total de servidores participantes: aproximadamente 800 servidores;
- Total de secretarias participantes: 17 secretarias;
- Secretarias participantes: SEMED, FUNESCOLA, SEMES, SEMUR, Gabinete do Prefeito, SEMOB, IPAM, SEMAS, EMDUR, SEMAD, SEMPRES, SEMFAZ, SEMUSA, CGM, SEMTRAM, SEMUSB e IARIPUNA.
- Modalidades Oferecidas: Futebol society, futsal, vôlei de areia, queimada, natação, tênis de mesa, xadrez e dominó.

Comparativo

AÇÃO REALIZADA	
JOGOS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	
ANO	QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATENDIDOS
2008	400
2009	1000
2010	800
TOTAL GERAL	2.200

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010



Capacitações realizadas em 2010

Período de realização	Cursos realizados	Nº de servidores	Carga horária	Valor Total	Local/Carga Horária	Secretaria
Fevereiro	A Previdência Social dos Servidores Públicos Nº Processo 07.31.00002/2010 Memorando n: 03 Ofício n: 107/CMRH/SEMA 07.31.00003/2010 Ofício n: 149/GAB/PGM Ofício n: 041/CMR/SEMA	73	24h	Instrutor: R\$ 7.900,00 Hospedagem, local e coofee break: R\$ 6.391,00	Sala de aula da UNIRON Porto Velho Shopping 24 a 26 de fevereiro	SEMAD; IPAM; SEMFAZ; PGM; CGM; FUNCULTURAL; SEMQA S; SEMPLA; SEMUSA; GAB; PREFEITO; FUNESCOLA.
Total		73	24h	R\$ 14.291,00		
Março	RAIS Nº Processo 07.31.00006/2010 Memorando n: 50 041/CMR/SEMA	50	Carga horária: 16h	Instrutor e Local: R\$ 6.330,00	Sala de aula do Porto Shopping 22 a 25 de março	SEMAD; IPAM; SEMFAZ; CGM; FUNCULTURAL; SEMPLA; SEMUSA; GAB; PREFEITO; SEMED; EMDUR; SEMPRE; SEMAGRIC; SEMUR.
Total		50	16h	R\$ 6.330,00		
Abril	Sistema de Contabilidade CPcetil	21	Carga horária: 20h	Parceria Ajucel	Trailer do SENAC 05 a 09 de abril de	CGM; SEMED; SEMEPE; GAB; PREFEITO; SEMAD; SEMFAZ; SEMAGRIC; SEMPLA.
	Sistema de Planejamento Orçamentário	10	Carga horária: 16h	Parceria Ajucel	Trailer do SENAC 19 a 23 de abril	SEMAS; CGM; SEMAD; SEMFAZ; FUNESCOLA; SEMEPE; SEMAGRIC; SEMUSA.
	Sistema de Administração Patrimonial PPcetil e Sistema de Administração de Compras e Estoque de Material CMCetil	23	Carga horária: 20h	Parceria Ajucel	Trailer do SENAC 26 a 30 de abril	SEMPRE; SEMAD; SEMFAZ; SEMED; SEMAGRIC; CGM
	Sistema de Tesouraria ST CETIL	14	Carga horária: 10h	Parceria Ajucel	Trailer do SENAC 12, 13 e 14 de abril	SEMFAZ; CGM; GAB. DO PREFEITO; EMDUR;
	Sistema Informação Automatizada IACETIL e Responsabilidade Fiscal RFCETIL	06	Carga horária: 10h	Parceria Ajucel	Trailer do SENAC 14, 15 e 16 de abril	SEMFAZ; FUNCULTURAL; SEMUSA.
Total		74	76h			
Maio	Palestra Perfil e Responsabilidades dos Gestores Públicos	32	Carga horária: 4h	Parceria CGU/Regional Norte	Sala de aula da FUNESCOLA 13 de maio	SEMAD; SEMFAZ; SEMPLA; SEMUSA; GAB; PREFEITO; SEMED; EMDUR; SEMPRE; SEMEPE; SEMUSA; CME; SEMFAZ; CÂMARA; FUNESCOLA; SEMOB; CGM; SEMA
	Palestra Apresentação GESPÚBLICA	134	Carga horária: 4h	Parceria Programa Gespública	Teatro Banzeiros 14 de maio	SEMAD; PGM; SEMFAZ; SEMPLA; SEMAS; FUNESCOLA; SEMED; CME; GAB. PREFEITO
	Sistema de Controle de Protocolo e de Processos TPCetil	48	Carga horária: 4h	Parceria Ajucel	Trailer do SENAC 25 a 28 de maio Carga horária: 04h	SEMAD; SEMFAZ; SEMUSA; SEMDESTUR;
	Especial para Tripulação Fluvial Ofício n: 119/DelPVelho – MB/DS/UL/10	10	Carga horária: 20h	Parceria Marinha	Escola Castelo Branco 25 a 28 de maio	SEMUSA; SEMED; SEMAS.
Total		Palestras: 166 Cursos: 58	32			

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Junho	SICONV Nº Processo 07.31.000017/2010 Memorando n: 26 Ofício n: 590/GAB/SEMPLA 07.31.000016/2010 E ofício n: 149/GAB/PGM e 1304/GAB/SEMAS	32	Carga horária: 35h	Laboratório de informática: R\$ 4.850,00 Coofee Break R\$ 3.400,00	Laboratório de Informática UNIRON 07 a 11 de junho	SEMPRE; SEMAS; SEMED; GAB. PREFEITO; SEMEP; COORD. MULHERES; SEMUR; SEMOB; SEMUSB; CGM; TRIB. CONTAS; SEMFAZ; SEMPLA; SEMUSA; SEMUR; SEMA; SEMAD; FUNESCOLA.
	Sistema de Administração de Recursos Humanos GPcetil	16	Carga horária: 16h	Parceria Ajucl	Trailer do SENAC 31 de maio a 04 de junho	SEMPRE; SEMPLA; GAB. DO PREFEITO.
	Gestão de Equipe de Trabalho Nº Processo 07.31.000012/2010 Memorando n: 19 Ofícios n: 149/GAB/PGM 1304/GAB/SEMAS 754/GAB/SEMDESTUR 861/GAB/SEMES	90	Carga horária: 12h	R\$ 4.800,00	Sala de Aula FUNESCOLA: 17 A 19 e 25 a 28 de junho	SEMAD; GAB.PREFEITO; SEMFAZ; COORD. MULHERES; SEMED; SEMUSA;EMDUR;PGM; SEMUSB;SEMPRE;CGM; FUNESCOLA;SEMAGRIC; SEMUSA.
	Qualidade no Atendimento Nº Processo 07.31.000013/2010 Memorando n: 25 Ofício n: 041/CMR/SEMAD 09/GAB/SEMPLA Solicitado: SEMFAZ 861/GAB/SEMES	134	Carga horária: 12h	R\$ 7.920,00	Auditório Biblioteca Francisco Meireles 7 a 09/ 14 a 16/21 a 23 e 28 a 30 de junho	SEMFAZ; SEMAD; FUNCULTURAL; SEMEPE; SEMUR;SEMED;SEMUR; PGM;SEMTRAN; COORD. MULHERES; SEMAS; SEMUSA; CGM; SEMDESTUR.
	GESPUBLICA: Oficina de Auto- Avaliação e Carta de Serviço Nº Processo 07.31.000026/2010 Memorando n: 37 Ofício n: 699/GAB/SEMPLA 07.31.000027/2010 Memorando n: 38	79	Carga horária: 32h	Laboratório de informática: R\$ 3.800,00 Coofee Break R\$ 2.720,00	UNIRON: Laboratório de Informática 21 a 24 de junho	SEMAD; SEMFAZ; CGM;PGM;SEMPLA; FUNCULTURAL;SEMED; SEMAD;SEMFAZ;CGM; PGM;SEMPLA; FUNCULTURAL;SEMED; GRAF.
	Liderança o Fator resultado Nº Processo 07.31.000023/2010 Memorando n: 30 1304/GAB/SEMAS	30	Carga horária: 12h	R\$ 8.029,00	Teatro da UNIRON 07 a 10 de junho	SEMFAZ; SEMAD; FUNESCOLA; SEMTRAN; PGM; CGM; GAB.PREFEITO; CME; CM; SEMUSA.
	Palestra Liderança o Fator resultado	161	Carga horária: 02h	Parceria Businnes Center	Teatro Banzeiros 10 de junho	SEMDESTUR;SEMAD; PGM;SEMED;SEMPLA; EMDUR;GAB.PREFEITO; FUNESCOLA;SEMFAZ; SEMTRAN;PGM;SEMPLA;CO ORD.MULHERES; SEMEPE;FUNCULTURAL;SE MES;SEMAGRIC;IPAM;SEMA SCGM;SEMUR; SEMUSA
	Gestão Fiscal Lei de Responsabilidade Fiscal Nº Processo 07.31.000018/2010 Memorando n: 32 Ofício n: 149/GAB/PGM	23	Carga horária: 12h	R\$ 25. 650,00	Auditório do SENAC 28 a 30 de junho	SEMFAZ; PGM; GAB.PREFEITO; EMDUR; SEMPRE; SEMPLA.
	Sistema de Arrecadação SIAT	18	Carga horária: 7h	Parceria Ajucl	Trailer do SENAC 16 a 17 de junho de 2010	SEMFAZ
Total		Palestras: 161 Cursos: 422	140	R\$ 61.169,00		
Julho	Formação LINUX DRTI Nº Processo 07.31.000014/2010 Memorando nº 31 Ofício n: 1829/DRTI/SEMAD	06	Carga horária: 60h	R\$ 10.800,00	SENAC 05 de julho a 27 de agosto	SEMAD
	MCTS-SQL DRTI Nº Processo 07.31.000028/2010 Memorando nº 45	14	Carga horária: 60h	R\$ 9.000,00	SENAC 12 de julho a 10 de agosto	SEMPLA; SEMAD
	Formação CISCO IT Essencial DRTI Nº Processo 07.31.000014/2010 Ofício n: 1829/DRTI/SEMAD	08	Carga horária: 120h	R\$ 4.000,00	SENAC 05 de julho a 16 de agosto	SEMAD;
	Excelência na Gestão Pública Nº Processo 07.31.000022/2010 Memorando: 43 1304/GAB/SEMAS 754/GAB/SEMDESTUR 861/GAB/SEMES	112	Carga horária: 12h	R\$ 5.400,00	Auditório da FUNESCOLA 1ª turma: 19 a 21 de julho -2ª turma: 26 a 18 de julho	SEMAD; SEMUSA; CGM; SEMAD; SEMAS; SEMED; GAB. PREFEITO; SEMFAZ; PGM; SEMTRAN; SEMPRE; SEMPLA; SEMDESTUR; SEMUSB; SEMPRE; EMDUR.
	Photoshop Nº Processo 07.31.000011/2010 Memorando n: 48 Ofício n: 09/GAB/SEMPLA Reunião Técnica SEMFAZ	10	Carga horária: 10h	R\$ 1.500,00	Laboratório de Informática do SENAC 12 a 16 de julho de	SEMAD; SEMPRE; SEMTRAN; EMDUR; FUNESCOLA; GAB. PREFEITO; COORD. MULHERES.
	Nº Processo 07.31.000030/2010 Memorando n:46 Ofício n: 3444/ASTEC/SEMFAZ	22	Carga horária: 16h	R\$ 7.850,00	Auditório da FIP 19 a 21 de Julho	SEMFAZ; SEMFAZ; SEMUR.
	AutoCad Básico Nº Processo 07.31.000011/2010 Memorando n 48 Ofício n: 041/CMR/SEMAD	20	Carga horária: 60h	R\$ 2.835,00	Laboratório do SENAC 12 a 30 de julho	SEMAD; SEMPLA; SEMUR; SEMPRE; SEMEPE.
	Digitização Nº Processo 07.31.000011/2010 Memorando n 48 09/GAB/SEMPLA 861/GAB/SEMES	48	Carga horária: 52h	R\$ 4.465,00	Laboratório da São Lucas 19 de julho a 04 de agosto	SEMA; SEMOB;PGM; SEMES SEMDESTUR; SEMUSA; SEMED; SEMFAZ; CME; SEMTRAN; SEMAGRIC; EMDUR.
Total		232	390	R\$ 45.850,00		
Agosto	LIBRAS Nº Processo 07.31.000025/2010 Memorando n: 44 Ofício n: 861/GAB/SEMES	26	Carga horária: 60h	R\$ 7.000,00	Auditório da FUNESCOLA 1º Módulo: 02 a 06/08/2010 2º Módulo:16 a 20/08/2010 3º Módulo: 30/08 a 03/09/2010	SEMUR; SEMED; SEMAS; SEMES; SEMUSA; IPAM; SEMAGRIC; SEMAD; FUNCULTURAL; SEMPRE; CGM.
	AutoCad Avançado	90		R\$ 9.900,00	Laboratório de	SEMAD; SEMPLA; SEMPRE;

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

	Excel Nº Processo 07.31.00001/2010 Memorando n 48 Ofício n: 09/GAB/SEMPLA 754/GAB/SEMDESTUR 861/GAB/SEMES	60	Carga horária: 20h	R\$ 2.250,00	Laboratório de Informática São Lucas 23 a 27 de agosto	SEMFAZ; SEMA; SEMOB; PGM; SEMDESTUR; SEMUSA; SEMAD; SEMTRAN; CGM; SEMED; SEMUSB; CME; SEMPRES; SEMAS; SEMEPE; FUNESCOLA.
	Excel Avançado Nº Processo 07.31.00001/2010 Memorando n 48 1304/GAB/SEMAS Ofícios n: 09/GAB/SEMPLA 754/GAB/SEMDESTUR 861/GAB/SEMES	51	Carga horária: 40h	R\$ 3.500,00	Laboratório de Informática São Lucas 30 de agosto a 10 de setembro	SEMFAZ; SEMA; SEMOB; SEMUSA; PGM; SEMDESTUR; SEMAD; SEMTRAN; SEMED; SEMUSB; GAB. PREFEITO; SEMPRES; SEMAS; SEMPLA; SEMAGRIC; CGM.
Total		228	220	R\$ 19.500,00		
Setembro	Redação Oficial Nº Processo 07.31.000039/2010 Memorando n: 58 Ofícios n: 149/GAB/PGM 1304/GAB/SEMAS 754/GAB/SEMDESTUR 041/CMRH/SEMAD	39	20h	Instrutor: R\$ 1.600,00 Coofee Break R\$ 1.600,00	Sala de Aula SENAC 20 a 24 de setembro	SEMAD; SEMFAZ; SEMED; SEMUSA.
	Workshop CGM Nº Processo 07.31.000033/2010 Memorando: 57 Ofício n 198/CGI/GESPÚBLICA/CGM 07.31.000034/2010	32	16h	R\$ 2.480,00 R\$ 4.580,00	Sala Guaporé/Centro de Formação Profissional dos Servidores da Educação 13 e 14 de setembro	CGM; SEMAD; SEMED; SEMPLA; SEMFAZ.
	Acces Nº Processo 07.31.00001/2010 Memorando n: 48 Ofício n: 09/GAB/SEMPLA	36	Carga horária: 28h	R\$ 3.150,00	Laboratório de Informática São Lucas 13 a 21 de setembro	SEMA; SEMOB; PGM; SEMDESTUR; SEMUSA; SEMUSB; SEMED; GAB. PREFEITO; SEMTRAN; SEMPRES; SEMAD; SEMAS; SEMFAZ.
	Power point Nº Processo 07.31.00001/2010 Memorando n: 48	31	Carga horária: 20h	R\$ 2.000,00	Laboratório de Informática São Lucas 22 a 28 de setembro	SEMA; SEMOB; PGM; SEMDESTUR; SEMUSA; SEMTRAN; SEMED; SEMUSB; GAB. PREFEITO; SEMPRES; SEMAD.
	Corel Draw Nº Processo 07.31.00001/2010 Memorando n: 48 Ofício n: 09/GAB/SEMPLA	39	Carga horária: 28h	R\$ 3.750,00	Laboratório de Informática São Lucas 29 de setembro a 07 de outubro	SEMA; PGM; SEMDESTUR; SEMUSA; SEMTRAN; SEMAS; SEMED; SEMUSB; SEMAD; GAB. PREFEITO; COORD; SEMOB; MULHERES; SEMFAZ.
	Cálculo Trabalhista Nº Processo 07.31.000041/2010 Memorando nº 60 Solicitação: DRH/SEMAD	4	Carga Horária: 8horas.	R\$ 1.600,00	Auditório do Sebrae 21 de setembro	SEMAD
Total		181	120	R\$ 20.760,00		
Outubro	Tec. De Redação Jurídica Nº Processo 07.31.000037/2010 Memorando nº 66 Ofício nº 417/ASTEC/GAB/SEMFAZ Nº Processo 07.31.000043/2010 Memorando: 67	39	Carga Horária: 20horas.	Laboratório de informática: R\$ 3.200,00 Coofee Break R\$ 1.600,00	Sala de Aula SENAC 04 a 08 de outubro Carga Horária: 20horas.	SEMFAZ, SEMED, SEMAD, PGM, FUNESCOLA; SEMUSB.
	SICONV Nº Processo 07.31.000035/2010 Memorando nº 07.31.000042/2010 Memorando nº 61	30	Carga Horária: 32horas.	Laboratório de informática: R\$ 4.875,00 Coofee Break R\$ 1.200,00	Laboratório de Informática UNIRON 04 a 08 de outubro	SEMA; SEMPRES; SEMAS; SEMED; PGM; COORD. MULHERES; SEMEPE; SEMUR; SEMDESTUR; CGM; SEMPLA; GAB. PREFEITO; SEMUSA; SEMAD; FUNESCOLA.
	Workshop Gestão em segurança Física e Patrimonial no Estabelecimento de Ensino Solicitado: SEMED	53	Carga Horária: 20horas.	Parceria Instrutor Tavares	Sala Guaporé/ centro de Formação dos Profissionais da Educação 13 de outubro	Servidores Vigilantes da SEMED
Total		122	72	R\$ 10.875,00		
novembro	Gestão de Pessoas Com foco no Atendimento ao Público Nº Processo 07.31.000053/2010 Memorando n: 78 041/CMR/SEMAD 09/GAB/SEMPLA Solicitado: SEMFAZ 861/GAB/SEMES Solicitado: SEMFAZ	43	Carga Horária: 12horas	R\$ 1.800,00	Sala FUNTEC/CETENE 03 a 05 de novembro	SEMED; SEMAD; SEMUSA; SEMFAZ; CME; EMDUR; SEMUR; PGM; GAB. PREFEITO; FUNCULTURAL.
	Redação Oficial Nº Processo 07.31.000050/2010 Memorando: 77 Ofícios n: 149/GAB/PGM 041/CMR/SEMAD	35	Carga Horária: 20horas	R\$ 1.600,00	Sala de Aula/SENAC 08 a 12 de Novembro	Todas as Secretarias
	Licitação Básica Nº Processo 07.31.000054/2010 Memorando: 79 Ofício nº 3178/ASTEC/GABSEMAD e Ofício n: 149/GAB/PGM	43	Carga Horária: 20horas	R\$ 2.000,00	Sala de Aula/SENAC 08 a 12 de Novembro	Todas as Secretarias

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Novembro	Excelência na Gestão Pública Municipal Nº Processo 07.31.000051/2010 Memorando: 80 Solicitado: SEMED Gestão de Pessoas Com foco no Atendimento ao Público	33	Carga Horária: 12 horas	R\$ 4.000,00	Auditório da FUNESCOLA 08 a 10 de Novembro	SEMED; SEMAD; SEMFAZ; FUNCULTURAL; SEMUR; FUNESCOLA; CME.
	041/CMR/SEMAD 09/GAB/SEMPLE 861/GAB/SEMES	25	Carga Horária: 12 horas	Parceria	Auditório FUNESCOLA 16 a 18 de Novembro	SEMED, GAB.PREFEITO, SEMPLA, SEMES, SEMUSA, SEMTRAN, SEMAD
	Redação Oficial Processo: 07.31.000050/2010 Memorando: 77 Ofícios n: 149/GAB/PGM 041/CMR/SEMAD	40	Carga Horária: 20 horas	R\$ 1.600,00	Sala de Aula/SENAC 22 a 26 de Novembro	SEMED, SEMAD, SEMFAZ, SEMUSB, SEMES, PGM, SEMPLA, SEMUSA, PGM, FUNCULTURAL, FUNESCOLA, CME
	Projet Processo: Memorando n: 82 07.31.000052/2010	25	Carga Horária: 20 horas	R\$ 5.000,00	Laboratório de Informática São Lucas 22 a 26 de Novembro	SEMFAZ
	Licitação Avançada Processo: 07.31.000055/2010 Memorando: 81 Ofício n: 149/GAB/PGM	45	Carga Horária: 20 horas	R\$ 1.808,12	22 a 26 de Novembro	SEMAD, SEMFAZ SEMED, SEMA, PGM, SEMPPE, EMDUR, FUNCULTURAL, SEMAGRIC, CGM, SEMFAZ, GAB.DO PREFEITO
	Fiscalização de Obras Públicas	25	Carga Horária: 16 horas	Parceria SEMPPE	25 e 26 de novembro	SEMPPE
TOTAL		314	152	17.808,12		
Dezembro	LIBRA (Língua Brasileira de Sinais)	30	Carga Horária: 60 horas	R\$ 7.500,00	14 de Dezembro de 2010 A 07 de janeiro de 2011	PGM, SEMA, SEMED, SEMA, SEMUSA, SEMAD, SEMAS, FUNESCOLA
TOTAL GERAL	53	Palestras: 588 Cursos: 1792	1137h	R\$ 204.083,12		

Compra de Lanche

Nº de ordem	Aquisição de Lanche	Valor Total R\$
01 - Processo 07.31.00005/2010 Memorando nº17	Aquisição de lanche em atendimento aos cursos do 1º semestre.	R\$ 7.987,50
02 - Processo 07.31.000046/2010 Memorando nº75	Aquisição de lanche em atendimento aos cursos do 2º semestre.	R\$ 6.707,00
03 - Processo 07.31.000038/2010 Memorando nº59	Aquisição de lanche para os Jogos do servidor Público Municipal.	R\$ 2.817,00
TOTAL		R\$ 17.511,50

Compra de Material de Consumo

Nº de ordem	Aquisição Material de Consumo	Valor Total R\$
1 Processo 07.31.00004/2010 Memorando nº05	Aquisição de Material de Consumo: (Calculadora, Etiqueta Adesiva, Caneta Esferográfica, Pasta em Polionda e Capa PVC para Apostila)	R\$ 917,32
2 Processo 07.31.000012/2010 Memorando nº 17	Aquisição de Material de Consumo (Garrafão de água mineral, faixa, placa, banner e outros).	R\$ 3.129,86
3 Processo 07.31.000049/2010 Memorando nº 74	Aquisição de Material de Consumo (Água Mineral).	R\$ 126,24
4 Processo 07.31.000048/2010 Memorando nº 70	Aquisição de Material de Consumo (Material de consumo: Desinfetante e outros).	R\$ 661,50
5 Processo 07.31.000031/2010 Memorando nº 49	Aquisição de Material de Consumo (Cartuchos e Clips).	R\$ 1.972,70
9 Processo 07.31.000047/2010 Memorando nº64	Aquisição de Material de Consumo para os Jogos do servidor Público Municipal. (Faixas).	R\$ 300,00
6 Processo 07.31.000044/2010 Memorando nº65	Aquisição de Material de Consumo para os Jogos do servidor Público Municipal. (Camisetas).	R\$ 700,00
7 Processo 07.31.000040/2010 Memorando nº63	Aquisição de Material de Consumo para os Jogos do servidor Público Municipal. (Troféus e Medalhas).	R\$ 1.158,00
8 Processo 07.31.000021/2010 Memorando nº52	Aquisição de Material de Consumo (Açúcar, papel A4 e café).	R\$ 698,76
Total		R\$ 9.640,38

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2010

Detalhamento mensal no ano de 2010

MÊS	CURSO	PARTICIPANTES	C/H	VALOR R\$	DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
FEVEREIRO	1	73	24h	14.291,00	CAPACITAÇÕES E LANCHES	204.083,12
MARÇO	1	50	16h	6.330,00	LANCHES	17.511,50
ABRIL	5	74	76h	Parceria		
MAIO	4	Palestra: 166 Curso: 58	32	Parceria		
JUNHO	9	Palestra: 161 Curso: 422	140h	61.169,00	MATERIAL DE CONSUMO	9.664,38
JULHO	8	240	390h	45.850,00		
AGOSTO	6	228	220h	19.500,00		
SETEMBRO	6	181	120h	20.760,00		
OUTUBRO	3	122	52h	10.875,00		
NOVEMBRO	9	314	152h	17.808,12		
DEZEMBRO	01	30	60h	7.500,00		
TOTAL	53	Palestras: 588 Cursos: 1792	1137h	204.083,12	TOTAL	231.259,00

Gasto Orçamentário

	CURSOS E LANCHES	MATERIAL DE CONSUMO	SUPLEMENTAÇÃO	REMANEJADO	
	198.000,00	12.149,00 (- 2.484,62 REMANEJADO)	13.000,00 - SEMPLA	2.484,62	
			8.490,00 – SEMFAZ		
TOTAL GERAL	198.000,00	9.664,38	21.490,00	2.484,62	R\$ 231.639,00
			23.974,62 (CRÉDITO SUPLEMENTADO)		

Capacitações

- Curso de informática realizado no laboratório da São Lucas;
- Curso de excelência na gestão pública realizado no auditório da FUNESCOLA;
- Curso de gestão de pessoas com foco no atendimento ao público realizado no CETENE.



Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO II

CENÁRIO FISCAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

Avaliação do Plano Plurianual

CENÁRIO FISCAL

Exercício 2011

Ano Base 2010

Porto Velho, março 2011



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO II

CENÁRIO FISCAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

II – CENÁRIO FISCAL

Considerando o desempenho anual da execução orçamentária e financeira de 2010, analisa-se a seguir o comportamento das metas no exercício.

1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município de honrar o pagamento de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Município para, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender o serviço da dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de operações de crédito e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida.

Tabela 1
Demonstrativo do Resultado Primário

R\$ 1,00			
Descrição	Previsão Atualizada 2010	Realizado até o 3º Quadrimestre	
		2010	2009
1 Receitas Primárias Correntes	538.159.999,00	669.534.452,70	511.976.866,31
2 Receitas Primárias de Capital	96.420.188,00	53.247.321,88	65.391.234,72
3 Receita Primária (1 + 2)	634.580.187,00	722.781.774,58	577.368.101,03
Descrição	Dotação Atualizada 2010	Realizado até o 3º Quadrimestre	
		2010	2009
4 Despesas Primárias Correntes	594.870.245,84	569.258.776,89	462.497.602,80
5 Despesas Primárias de Capital	233.635.659,56	182.486.495,38	100.201.641,09
6 Reserva de Contingência	-	-	-
7 Despesa Primária Total (4 + 5 + 6)	828.505.905,40	751.745.272,27	562.699.243,89
Resultado Primário (3 - 7)		(28.963.497,69)	14.668.857,14
Discriminação da Meta Fiscal			
Meta de Resultado Primário fixada no anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência			9.111.487,00

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

O Resultado Primário do 3º quadrimestre de 2010 foi de R\$ - 28.963.497,69, para uma receita primária realizada de R\$ 722.781.774,58 em contrapartida à despesa primária liquidada de R\$ 751.745.272,27. O resultado primário negativo em 2010 tem fundamento no confronto entre as Receitas Primárias de Capital (R\$ 53.247.321,88) e as Despesas Primárias de Capital (R\$ 182.486.495,38), gerando a diferença de R\$ 129.239.173,50 negativos. Este fato decorre de que as Despesas Primárias de Capital são próprias de convênios para investimentos (obras), cujas receitas de transferências da União, liberadas pela Caixa Econômica Federal somente são registradas contabilmente pela Prefeitura quando da apresentação das medições das obras à Caixa Econômica, em momento posterior ao empenho e liquidação da despesa. Os recursos de convênios, contrato de repasse e do Programa de Aceleração e Crescimento – PAC são empenhadas pelo seu valor total (Portaria STN nº 447/2002), sendo que as receitas são registradas contabilmente após o seu efetivo recebimento, ou seja, pelo regime de caixa. Pelo encerramento do exercício, houve a inscrição de despesas em restos a pagar.

Portanto, o intervalo de tempo entre o empenhamento, liquidação e o efetivo aporte e lançamento contábil das referidas receitas de transferências de convênios é que causou o desequilíbrio estático e momentâneo entre as contas de receita e despesa de convênios para a realização de obras. Porém, com a apropriação e após o registro contábil das respectivas receitas de convênios notar-se-á um resultado fiscal superavitário e um resultado primário superior à meta estabelecida na LDO para o exercício. Ver tabelas 2 e 2-A.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

Tabela 2
Comparativa Receita x Despesa 2009 - 2010, por Fonte de Recursos

RECEITA POR FONTE DE RECURSO	FR	2009		2010		% VARIAÇÃO (2010/2009)	
		RECEITA **	DESPESA *	RECEITA **	DESPESA *	RECEITA	DESPESA
Recursos Próprios							
Recursos Ordinários - Não Vinculados	100.0	294.136.394	286.876.662	381.511.233	355.276.339	29,71	23,84
Subtotal		294.136.394	286.876.662	381.511.233	355.276.339	30	23,84
Cota-Parte Educação	102.0	42.255.968	45.043.850	64.180.488	59.173.787	51,89	31,37
Contrapartida SUS	100.3	-	459.776	-	808.334		75,81
Contrapartida - Convênios e Outras Transferências - Educação	100.4	-	52.514	-	30.564		(41,80)
Contrapartida - Convênios e Outras Transferências	100.5	-	6.487.626	-	4.232.752		(34,76)
Recursos de Contribuição para a Iluminação Pública - CIP	112.0	8.408.728	-	8.675.988	8.581.090	3,18	
Recursos Provenientes da Legislação de Trânsito	113.0	329.186	-	-	-	-	
Recursos do Fundo Orçamentário Especial - Honorários de Advogados	246.0	501.300	-	576.227	162.250	14,95	
Recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	247.0	225.829	-	-	-	-	
Recursos do Tesouro Vinculados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente	248.0	409.020	-	-	-	-	
Subtotal		52.130.031	52.043.766	73.432.703	72.988.777	70	40,24
Total - Recursos Próprios		346.266.425	338.920.427	454.943.936	428.265.116	100	26,36
Recursos Vinculados							
FUNDEB	101.0	62.991.872	62.796.709	75.563.059	74.491.970	19,96	18,62
Recursos do SUS	103.0	39.331.432	34.478.450	49.267.855	46.014.459	25,26	33,46
Convênios - Total *****		70.423.306	90.039.731	58.457.078	136.402.276	(16,99)	51,49
Convênios e Outras Transferências - Educação	104.0	1.831.158	6.791.151	1.367.249	4.274.159	(25,33)	(37,06)
Convênios e Outras Transferências	105.0	68.592.148	83.248.580	57.089.829	132.128.117	(16,77)	58,72
Operação de Crédito ****	107.0	76.000.000	7.690.440	-	25.675.687	(100,00)	233,86
Outras Transferências							
Transferências do Salário-Educação (FNDE)	108.0	1.814.209	-	2.602.360	1.785.161	43,44	
Outras Transferências do FNDE	109.0	3.673.941	-	4.742.803	3.741.356	29,09	
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	110.0	1.962.080	-	804.669	1.819.737	(58,99)	
Cota-Parte da CIDE	111.0	567.776	-	1.139.049	1.085.085	100,62	
Recursos de Outras Fontes							
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	244.0	40.708.213	20.970.714	59.115.637	24.183.732	45,22	15,32
Contribuição para Assistência à Saúde	245.0	17.243.364	22.151.862	25.210.343	23.727.262	46,20	7,11
TOTAL POR FONTE DE RECURSO		660.982.618	577.048.335	731.846.789	767.191.841	10,72	32,95
Repasse para Câmara***	100.0				18.697.761	-	

* Despesa Empenhada no Ano

** Receita Realizada

*** Repasse da Câmara (apenas demonstrativo da execução orçamentária)

**** Saldo de Operações de Crédito de Exercício Anterior

***** Pendente de liberação de recursos mediante medições.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

Tabela 2-A
Comparativa Receita x Despesa 2010, por Fonte de Recursos

RECEITA POR FONTE DE RECURSO	FR	2010		DIFERENÇA
		RECEITA **	* DESPESA	
Recursos Próprios				
Recursos Ordinários - Não Vinculados	100.0	381.511.233	355.276.339	26.234.894
Cota-Parte Educação	102.0	64.180.488	59.173.787	5.006.701
Contrapartida SUS	100.3	-	808.334	(808.334)
Contrapartida - Convênios e Outras Transferências - Educação	100.4	-	30.564	(30.564)
Contrapartida - Convênios e Outras Transferências	100.5	-	4.232.752	(4.232.752)
Recursos de Contribuição para a Iluminação Pública - CIP	112.0	8.675.988	8.581.090	94.898
Recursos do Fundo Orçamentário Especial - Honorários de Advogados	100.0	576.227	162.250	413.977
Total - Recursos Próprios		454.943.936	428.265.116	26.678.820
Recursos Vinculados				
FUNDEB	101.0	75.563.059	74.491.970	1.071.089
Recursos do SUS	103.0	49.267.855	46.014.459	3.253.396
Convênios - Total ****		58.457.078	136.402.276	(77.945.198)
Convênios e Outras Transferências - Educação	104.0	1.367.249	4.274.159	(2.906.910)
Convênios e Outras Transferências	105.0	57.089.829	132.128.117	(75.038.288)
Operação de Crédito ****	107.0	-	25.675.687	(25.675.687)
Outras Transferências				
Transferências do Salário-Educação (FNDE)	108.0	2.602.360	1.785.161	817.199
Outras Transferências do FNDE	109.0	4.742.803	3.741.356	1.001.447
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	110.0	804.669	1.819.737	(1.015.068)
Cota-Parte da CIDE	111.0	1.139.049	1.085.085	53.964
Recursos de Outras Fontes				
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	244.0	59.115.637	24.183.732	34.931.905
Contribuição para Assistência à Saúde	245.0	25.210.343	23.727.262	1.483.081
TOTAL POR FONTE DE RECURSO		731.846.789,00	767.191.841,33	(35.345.052,33)
Repasse para Câmara***	100.0		18.697.761	-

* Despesa Empenhada no Ano

** Receita Realizada

Atualizado até 31/12/2010

*** Repasse da Câmara (apenas demonstrativo da execução orçamentária)

**** Saldo de Operações de Crédito de Exercício Anterior

***** Pendente de liberação de recursos mediante medições.

2. RECEITAS

2.1 Receitas Totais



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

Tabela 3
Balanço Orçamentário da Receita

R\$ 1,00

Receitas	Previsão Atualizada 2010	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre	
		2010	% Realizada
Receitas Correntes	523.053.852,00	643.583.365,95	123,04
Receita Tributária	135.479.032,00	228.498.422,20	168,66
Receita de Contribuições	32.086.210,00	38.922.018,86	121,30
Receita Patrimonial	21.323.663,00	24.894.739,41	116,75
Transferências Correntes	320.708.507,00	333.787.863,12	104,08
Outras Receitas Correntes	13.456.440,00	17.480.322,36	129,90
Receitas de Capital	96.420.188,00	53.313.190,48	55,29
Operações de Crédito	-	-	-
Alienação de Bens	-	65.868,60	-
Transferências de Capital	96.420.188,00	53.247.321,88	55,22
Receitas(Intra-Orçamentárias)	23.778.840,00	34.950.232,88	146,98
Total	643.252.880,00	731.846.789,31	113,77

Fonte: Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

As receitas arrecadadas até dezembro de 2010, nestas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 731,84 milhões. Com este montante, o Município encerrou o referido período com uma realização de 113,77% da previsão inicial.

2.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem dos recursos arrecadados pelo Município através de impostos, taxas e transferências constitucionais e legais. Foram arrecadados nesta categoria R\$ 643.583.365,95, representando uma realização de 123,04% das receitas correntes previstas.

Entre as Receitas Correntes, destacam-se as Tributárias, que apresentaram realização de 168,66%.

Tabela 4
Receita Tributária

R\$ 1,00

Receitas	Previsão Atualizada 2010	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre	
		2010	% Realizada
Receita Tributária	135.479.032,00	228.498.422,20	168,66
Impostos	119.431.522,00	209.782.632,78	175,65
IPTU	7.267.051,00	7.640.050,14	105,13
IRRF	10.569.051,00	15.237.797,57	144,17
ITBI	4.749.080,00	5.238.102,05	110,30
ISS	96.846.340,00	181.666.683,02	187,58
Taxas	16.047.510,00	18.715.789,42	116,63

Fonte: Balancete da Receita - Sistema Contábil - PVH



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

As receitas provenientes do ISS, imposto com maior arrecadação, tiveram realização de 187,58%, representando um montante de R\$ 181.666.683,02. Destaca-se também o IRRF cuja realização foi de 105,13%.

A somatória dos demais impostos, IRRF e ITBI, atingiu o montante de R\$ 20.475.899,62, com realização de 144,17% e 110,30% respectivamente. As taxas contribuíram com R\$ 18.715.789,42, correspondendo a 116,63% de realização.

Outro item das Receitas Correntes que merece destaque são as Transferências Correntes, conforme demonstrativo:

Tabela 5
Transferências Correntes

Receitas	Previsão Atualizada 2010	R\$ 1,00 Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre	
		2010	% Realizada
Transferências Correntes	320.708.507,00	333.787.863,12	104,08
FPM	151.963.091,00	124.093.054,75	81,66
ITR	74.640,00	183.720,31	246,14
IOC - Comercialização do Ouro	429.840,00	315.015,11	73,29
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	1.437.860,00	2.058.126,96	143,14
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	36.007.680,00	47.908.856,14	133,05
FNAS	2.292.870,00	738.675,00	32,22
Transferências do FNDE	5.331.520,00	7.341.434,47	137,70
ICMS - Desoneração LC 87/96	229.080,00	223.388,88	97,52
ICMS	83.625.011,00	104.253.719,31	124,67
IPVA	16.560.800,00	19.313.092,81	116,62
CIDE	1.072.139,00	1.104.224,85	102,99
Transferências do FUNDEB	70.486.940,00	75.343.048,78	106,89
Transferências de Convênios	1.687.560,00	750.000,00	44,44
(-) Dedução para o FUNDEB	-50.490.524,00	-49.838.494,25	98,71

Fonte: Balancete da Receita - Sistema Contábil - PVH

As receitas de Transferências Correntes apresentaram realização de 104,08%, totalizando o montante de R\$ 333.787.863,12.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

O Fundo de Participação dos Municípios - FPM contribuiu com R\$ 124.093.054,75, tendo seu percentual de realização atingido o patamar de 81,66%.

O ICMS que apresenta valor de R\$ 104.253.719,31, segundo item mais significativo das Transferências Correntes, até o 3º quadrimestre de 2010, atingiu 124,67% de índice de realização.

As Transferências do FUNDEB com R\$ 75.343.048,78, e Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS com R\$ 47.908.856,14, atingiram respectivamente 106,89% e 133,05% da previsão atualizada.

O IPVA que apresenta valor de R\$ 19.313.092,81, quinto item mais significativo das Transferências Correntes, até o 3º quadrimestre de 2010, atingiu 116,62% de índice de realização.

2.1.2. Receitas de Capital

As Receitas de Capital somaram no período R\$ 53.313.190,48 contra uma previsão anual de R\$ 96.420.188,00, correspondendo a 55,29% de realização. Estas receitas não dependem da ação fiscal do Município. Os valores mais expressivos realizados no período são de Transferências de Convênio - R\$ 53.247.321,88.

Tabela 6
Receitas de Capital

Receitas	Previsão Atualizada 2010	R\$ 1,00 Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre	
		2010	% Realizada
Receitas de Capital	96.420.188,00	53.313.190,48	55,29
Operações de Crédito Internas	-	-	-
Alienação de Bens	-	65.868,60	-
Transferências de Convênios	96.420.188,00	53.247.321,88	55,22

Fonte: Balancete da Receita - Sistema Contábil - PVH

2.2 Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida registrada nos últimos 12 meses, que serve de base para o cálculo de limites de despesas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, atingiu a cifra de R\$ 624.080.349,81 - tabela 7.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

Tabela 7
Receita Corrente Líquida

R\$ 1,00

Especificação	Previsão Atualizada 2010	Total (últimos 12 meses)
RECEITAS CORRENTES (I)	573.544.376,00	693.421.860,20
RECEITA TRIBUTÁRIA	135.479.032,00	228.498.422,20
IPTU	7.267.051,00	7.640.050,14
ITBI	4.749.080,00	5.238.102,05
ISS	96.846.340,00	181.666.683,02
IRRF	10.569.051,00	15.237.797,57
Outras Receitas Tributárias	16.047.510,00	18.715.789,42
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	32.086.210,00	38.922.018,86
RECEITA PATRIMONIAL	21.323.663,00	24.894.739,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	371.199.031,00	383.626.357,37
Cota-Parte do FPM	151.963.091,00	124.093.054,75
Cota-Parte do ICMS	83.625.011,00	104.253.719,31
Cota-Parte do IPVA	16.560.800,00	19.313.092,81
Cota-Parte do ITR	74.640,00	183.720,31
Transferências da LC 87/1996	229.080,00	223.388,88
Transferências da LC 61/1989 (IPI - Exportação)	-	-
Transferências do FUNDEB	70.486.940,00	75.343.048,78
Outras Transferências Correntes	48.259.469,00	60.216.332,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.456.440,00	17.480.322,36
DEDUÇÕES (II)	64.256.204,00	69.341.510,39
Contrib. Para o Plano de Previdência do Servidor	13.477.440,00	17.832.137,38
Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários	288.240,00	1.670.878,76
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	50.490.524,00	49.838.494,25
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	509.288.172,00	624.080.349,81

Fonte: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

3. DESPESAS

3.1. Despesas Totais

A despesa realizada liquidada até o 3º quadrimestre de 2010 totalizou R\$ 767.191.841,33, correspondentes a 90,90% do valor orçado, demonstrado a seguir, segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza da despesa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

Tabela 8
Balanço Orçamentário da Despesa

Despesas	Dotação Atualizada 2010	Despesas Liquidadas até o 3º Quadrimestre 2010	
		Valor	% Realização
Despesas Correntes	567.563.491,96	541.955.883,18	95,49
Pessoal e Encargos Sociais	279.088.485,86	274.381.276,60	98,31
Juros e Encargos da Dívida	4.029.925,45	4.029.925,45	100,00
Outras Despesas Correntes	284.445.080,65	263.544.681,13	92,65
Despesas de Capital	245.063.957,52	193.903.138,99	79,12
Investimentos	233.625.659,56	182.486.495,38	78,11
Inversões Financeiras	3.504.000,00	3.482.345,65	99,38
Amortização da Dívida	7.934.297,96	7.934.297,96	100,00
Despesas (Intra-Orçamentárias)	31.336.679,33	31.332.819,16	99,99
Reservas de Contingência	-	-	-
Total	843.964.128,81	767.191.841,33	90,90

Fonte: Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

3.1.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental.

Até o 3º quadrimestre de 2010 as despesas correntes somaram R\$ 541.955.883,18, representando uma realização de 95,49% do valor fixado para o exercício.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 274.381.276,60, correspondendo a 98,31% do orçamento anual. Nos dois Poderes, o gasto com pessoal se comportou dentro dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme exposto na tabela 12.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas, somaram R\$ 4.029.925,45 correspondendo a 100,00% do estimado para o ano.

As Outras Despesas Correntes contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Município, com um total liquidado de R\$ 263.544.681,13, correspondente a 92,65% do fixado para o ano.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

3.1.2 Despesas de Capital

As Despesas de Capital atingiram o montante de R\$ 193.903.138,99, correspondendo a 79,12% do previsto no ano.

Esta categoria é constituída pelos grupos: Investimentos no valor de R\$ 182.486.495,38, Inversões Financeiras de R\$ 3.482.345,65 e Amortização da Dívida, de R\$ 7.934.297,96.

A ocorrência de pagamento do valor amortizado da dívida de R\$ 7.934.297,96 e de pagamento de juros de R\$ 4.029.925,45 indica, então, que o Município, além de honrar com a totalidade do pagamento dos juros, também realizou amortização líquida do principal de sua dívida.

3.1.3 Despesas por Fonte de Recurso

Quanto à composição das despesas por fonte de recursos, a tabela 9 a seguir demonstra que 55,65% destas são custeadas por recursos próprios não vinculados do tesouro, evidenciando a autonomia do tesouro em relação aos gastos totais do Município. As despesas financiadas com recursos provenientes do FUNDEB e Cota-Parte Educação representam, na execução orçamentária, 12,28% e 9,05%, respectivamente; aquelas financiadas por Convênios e Outras Transferências participam com 6,58% da despesa liquidada no período.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

Tabela 9
Despesas por Fonte de Recursos

Descrição	Dotação Atualizada 2010	% Participação	R\$ 1,00 Despesa Liquidada		
			Até	%	%
			3º Quadrime. 2010	Participação	Realização
Recursos Próprios do Tesouro	363.969.338,95	43,13	336.798.889,34	55,65	92,53
Recursos do FUNDEB	74.588.516,28	8,84	74.321.243,62	12,28	99,64
Cota-Parte Educação	62.256.709,00	7,38	54.769.551,71	9,05	87,97
Recursos do SUS	52.105.040,00	6,17	36.179.492,22	5,98	69,44
Convênios e Outras Transferências	172.278.101,19	20,41	39.836.762,25	6,58	23,12
Operações de Crédito	36.545.589,24	4,33	208.156,10	0,03	0,57
Transferências do Salário-Educação	2.046.119,00	0,24	1.124.795,28	0,19	54,97
Outas Transferências do FNDE	3.741.356,15	0,44	3.719.046,25	0,61	99,40
Recurso do Fundo Nacional de Assistência Social	2.353.230,00	0,28	1.513.587,58	0,25	64,32
Cota-Parte da CIDE	1.087.739,00	0,13	1.068.222,53	0,18	98,21
Recursos de Contribuição para Iluminação Pública	8.581.090,00	1,02	8.581.090,00	1,42	100,00
Contribuição Previdenciária	40.450.920,00	4,79	24.138.044,53	3,99	59,67
Contribuição para Assistência a Saúde	23.910.480,00	2,83	22.961.164,00	3,79	96,03
Despesas Totais	843.914.228,81	100,00	605.220.045,41	100,00	71,72

Fonte: Balancete da Despesa - Consolidado - PVH

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Observa-se que as despesas foram realizadas num percentual de 90,90%, ao tempo em que as receitas foram arrecadadas num montante equivalente a 113,77% do total previsto para o ano de 2010. Tal fato denota a preocupação do Município de Porto Velho em manter a execução da despesa em nível compatível com a arrecadação, atenta aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

Tabela 10
Comparativo das Receitas e Despesas

R\$ 1,00

Especificação	Receitas			Despesas		
	Previsão Anual/2010	Realizado até 3º Quadrimestre/2010	% Realização	Dotação Atualizada/2010	Liquidado até o 3º Quadrimestre/2010	% Realização
Correntes (*)	523.053.852,00	643.583.365,95	123,04	567.563.491,96	541.955.883,18	95,49
Capitais	96.420.188,00	53.313.190,48	55,29	245.063.957,52	193.903.138,99	79,12
Intra-Orçamentárias	23.778.840,00	34.950.232,88	146,98	31.336.679,33	31.332.819,16	99,99
Reservas de Contingência				-		
TOTAL	643.252.880,00	731.846.789,31	113,77	843.964.128,81	767.191.841,33	90,90

(*) Inclusive dedução para formação do FUNDEB

Fonte: Balancete da Despesa - Consolidado; Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

Quanto ao Resultado Corrente, o Município encerrou o 3º Quadrimestre de 2010 com superávit corrente de R\$ 101.627.482,77, fruto de uma Receita Corrente de R\$ 643.583.365,95, para uma Despesa Corrente de R\$ 541.955.883,18. Ao se considerar todas as categorias econômicas da receita e despesa, verifica-se que o resultado orçamentário foi de R\$ - 35.345.052,02.

Tabela 11
Resultado Orçamentário

R\$ 1,00

Especificação	Realizado até o 3º Quadrimestre
	2010
Receitas Correntes (*)	643.583.365,95
(-) Despesas Correntes	541.955.883,18
Superávit Corrente	101.627.482,77
(+) Receitas de Capital	53.313.190,48
(-) Despesas de Capital	193.903.138,99
(+) Receita (Intra-Orçamentária)	34.950.232,88
(-) Despesa (Intra-Orçamentária)	31.332.819,16
Resultado Orçamentário	(35.345.052,02)

(*) Inclusive dedução para formação do FUNDEB

Fonte: Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

5. DESPESAS COM PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentou como o item mais significativo no conjunto das despesas, se manteve, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, absolutamente dentro dos limites legais, em cada Poder, conforme demonstrado na tabela 12.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

Tabela 12
Despesa com Pessoal X Receita Corrente Líquida

Poder	Despesa Executada (últimos 12 meses)	% Realizado (DTP sobre a RCL)	Limite Prudencial	R\$ 1,00 Limite Máximo
Executivo	280.733.093,33	44,98	51,30	54,00
Legislativo	13.039.166,65	2,09	5,70	6,00
TOTAL	293.772.259,98	47,07	57,00	60,00

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo Despesa com Pessoal - 3º Quadrimestre - 2010 - PVH

Nota: Receita Corrente Líquida dos últimos 12 meses: 624.080.349,81

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, para fins de apuração de limite mínimo constitucional, totalizaram até o 3º quadrimestre de 2010, o montante de R\$ 122.400.294,25, correspondendo a 26,24% da Receita de Impostos. A despesa com a remuneração do pessoal do magistério da educação básica atingiu 69,31% dos recursos recebidos do FUNDEB, sendo cumprida a aplicação mínima de 60% - tabela 13.

Tabela 13
Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Especificação	Valor Apurado até 3º Quadrimestre/2010	R\$ 1,00 Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício/2010	% Aplicado até o 3º Quadrimestre/2010
Total da Receita de Impostos	466.399.420,21		
Despesa - Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	122.400.294,25	25%	26,24
Receitas Recebidas do FUNDEB	75.563.059,15		
Despesa - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com a Educação Infantil e Ensino Fundamental	52.376.025,04	60%	69,31

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre - 2010 - PVH

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram até o 3º quadrimestre de 2010 o montante de R\$ 76.168.728,84 que corresponde a 16,34% da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (R\$ 466.084.405,10). Verifica-se cumprida a obrigatoriedade constitucional de aplicação do mínimo de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

15% estabelecido no Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – Emenda Constitucional nº 29/2000.

Tabela 14
Despesas Próprias com Saúde

Especificação	Valor Apurado até 3º Quadrimestre/2010	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício/2010	% Aplicado até o 3º Quadrimestre/2010
Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	466.084.405,10		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	76.168.728,84	15%	16,34

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre - 2010 - PVH

8. DÍVIDA PÚBLICA

O saldo da dívida consolidada apurado até o 3º quadrimestre de 2010 atingiu o montante de R\$ 98.220.237,73. Este valor somado aos restos a pagar processados de R\$ 10.386.777,83 e deduzido da disponibilidade de caixa bruta de R\$ 169.617.047,97 resulta na dívida consolidada líquida de R\$ - 61.010.032,41. Relativamente, a dívida consolidada líquida reduziu em relação ao saldo de 2009, passando de - 5,10% para - 9,78%, conforme tabela 15.

Tabela 15
Dívida Consolidada

Especificação	Saldo de 2009	R\$ 1,00
		Saldo de 2010 Até o 3º Quadrimestre
(+) Dívida Consolidada - DC	91.133.128,80	132.772.166,13
(-) Disponibilidade de Caixa Bruta	130.007.148,23	169.617.047,97
(-) Demais Haveres Financeiros	-	-
(+) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	14.237.432,25	10.386.777,83
(=) Dívida Consolidada Líquida - DCL	-24.636.587,18	-26.458.104,01
Receita Corrente Líquida - RCL	483.248.515,03	624.080.349,81
% da DC sobre a RCL	18,86	21,27
% da DCL sobre a RCL	-5,10	-4,24
Limite definido pela Resolução do Senado Federal = 120,00%	579.898.218,04	748.896.419,77

Fonte: Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - 3º Quadrimestre - 2010 - PVH



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

A Dívida Consolidada Líquida – DCL, em relação à Receita Corrente Líquida – RCL não deve ultrapassar o limite de 120,00%. Observa-se que até o 3º quadrimestre de 2010 o saldo da DCL representa – 4,24% da RCL, importando afirmar que o Município está cumprindo plenamente os mandamentos legais.

9. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Comparados o saldo do 3º quadrimestre de 2010 (31/dezembro/2010) com o saldo em 31/dez/2009, nota-se que a variação da Dívida Fiscal Líquida foi de R\$ - 1.821.516,83, indicativo de que as disponibilidades financeiras suplantam a dívida consolidada, resultando numa liquidez positiva das contas municipais.

Tabela 16
Resultado Nominal

Especificação	Saldo em 31/Dez/2009 (a)	Saldo em 31/Dezembro/2010 (b)	R\$ 1,00
			Resultado Nominal (b - a)
(+) Dívida Consolidada - DC (I)	91.133.128,80	132.772.166,13	
(-) Disponibilidade de Caixa Bruta	130.007.148,23	169.617.047,97	
(-) Demais Haveres Financeiros	-	-	
(+) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	14.237.432,25	10.386.777,83	
(=) Dívida Consolidada Líquida - DCL (II)	-24.636.587,18	-26.458.104,01	
(+) Receita de Privatizações (III)	-	-	
(-) Passivos Reconhecidos (IV)	-	-	
(=) Dívida Fiscal Líquida = (II + III - IV)	-24.636.587,18	-26.458.104,01	-1.821.516,83

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre - 2010 - PVH

10. CONCLUSÃO

Os resultados alcançados demonstram a sólida situação econômico-financeira e a manutenção do equilíbrio fiscal do Município de Porto Velho até o 3º quadrimestre de 2010.

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO III

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DE PROGRAMAS E AÇÕES

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO III.1

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DE PROGRAMAS E AÇÕES



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: **010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a Câmara Municipal de meios para a sua atuação legislativa.
Público Alvo: População de Porto Velho
Justificativa: Atender as necessidades dos munícipes com criação de Leis Específicas
Gerente: DESILANE DE LIMA MACEDO PINHEIRO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

2.3 Satisfação do Beneficiário

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

3.2 Transversalidade

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

4.2 Recursos Humanos

4.3 Participação Social

4.4 Satisfação dos Beneficiários

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

4.5.7 Restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

4.5.7 Restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

4.5.7 Restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

4.5.7 Restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 121 - Implementação de Ações de Informatização

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

4.5.7 Restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

4.5.7 Restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 316 - Câmara Itinerante

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

4.5.7 Restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: RUTE HELENA DE SOUZA PINHEIRO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Executado conforme ações planejadas.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Atendidos conforme solicitados.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
Contemplados com oficinas, palestras e atividades fins.
Gênero
Contemplados com oficinas, palestras e atividades fins.
Criança e Juventude
Contemplados com oficinas, palestras e atividades fins.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Necessário se faz a ampliação da equipe com técnicos capacitados para cumprimento das metas do Programa.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Meios para avaliação das metas do programa.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Criar mecanismos de avaliação do Programa.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

Análise do relatório elaborado uma vez ao ano.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Executado conforme planejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Atendido todas as solicitações em sua integralidade.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Não houve interrupção nos recursos e a execução do programa foi executado a contento.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta prevista não realizada, por conta de redução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Meta prevista não realizada, por conta de redução orçamentária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos orçamentários remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos orçamentários remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

ACÇÃO: 194 - Produção e Divulgação de Informações de Interesse Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Pessoal remunerado.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Garantir os direitos da mulher ampliando sua participação por meio da inclusão social.
Público Alvo: Mulheres do Município de Porto Velho
Justificativa: A Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres cabe a responsabilidade de coordenar, junto aos demais setores do município, a implementação e execução das políticas públicas, as demandas de necessidades e potencialidade das mulheres.
Gerente: MARA REGINA DA SILVA OLIVEIRA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número médio de casos de violência contra a mulher registrados no ano	Previsto	1109	986	862	862
	Apurado	1361			
	Relação % (Apurado/Previsto)	122,72	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	157,89	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Ações executadas conforme planejado.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimentos realizados a contento.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Programa executado com participação da sociedade civil

2.4 Outras Considerações

2010: Ampla divulgação das Campanhas desenvolvidas pela Coordenadoria.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
Realizadas por meio de oficinas, reuniões, cursos, material gráfico e outros
Pessoa com Deficiência
Realizados por meio de reuniões, oficinas, cursos e outros
Gênero
Realizadas por meio de oficinas, cursos, campanhas, e outros.
Criança e Juventude
Por meio de campanhas e material didático.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

São realizadas por meio de oficinas e reuniões.

Discussão em Conselho Setorial

Realizada mensalmente reuniões do Conselho da Mulher onde são definidas prioridades e avaliação das ações.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Na proposição de ações para inserir no Planejamento da Coordenadoria.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Faz-se necessaria a criação de instrumentos de avaliação para aferir a satisfação dos usuários.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 045 - Campanha de Prevenção e Combate a Violência Contra a Mulher

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Realizadas reuniões mensais para avaliação.

Relatórios de gestão

Realizada uma vez ao ano.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Ações de mobilização social realizadas por meio de campanhas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Campanhas realizadas a contento.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Recursos suficientes para a realização das ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Ações executadas dentro do planejamento e não houve interrupção do fluxo de recursos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Médio

Exeutado a contento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 052 - Capacitação em Gênero

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Realizada uma vez ao mês
Relatórios de gestão
Realizada uma vez ao ano.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado a contento devido ao alcance social e a equipe capacitada

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Realizado cursos e oficinas para a qualificação da equipe.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Realizada a contento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Executados conforme a programação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Apenas é utilizado recursos orçamentários.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Realizada uma vez ao mês.
Relatórios de gestão
Realizada uma vez ao ano.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: **037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER**

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Executado conforme planejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Diárias, aluguel, e outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Executado a contento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Executado conforme planejado e liberado a contento.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 294 - Manutenção das Atividades do Conselho de Defesa da Mulher

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Realizada uma vez ao mês e doze ao ano.
Relatórios de gestão
Elaborado uma vez ao ano.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado a contento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Diárias, manutenção dos serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Realizado a contento

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Liberados conforme planejado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: **037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER**

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Foi utilizado recursos apenas orçamentario proprio.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: Criar instrumentos de avaliação para melhorar a qualidade dos serviços.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 071 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Manter a segurança do prefeito e dos bens patrimoniais do Município e mobilizar a estrutura administrativa nos casos de calamidade pública.
Público Alvo:
Justificativa: Prover condições para o desenvolvimento das atividades relativas a segurança do Prefeito e sua família, bem como, do Palácio Municipal e das atividades relacionadas a coordenação dos serviços de defesa civil do Município.
Gerente: REINALDO RAIMUNDO DA SILVA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto

Devido a grande extensão do Município e Porto Velho que conta com uma grande população residente nas áreas de risco. Em consequência da área geográfica que abrange o município de Porto Velho, possuindo Distritos e Comunidades distantes do centro urbano a uma distância equivalente à 350 km, e também distritos distantes a 06:00hs. De barco. E a falta de equipamentos para o pleno desenvolvimento das suas atividades de prevenção, assistência e socorro

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

As pessoas atendidas pela a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil tem demonstrado sua satisfação diante do encaminhamento de suas necessidades para as secretarias municipais, como também pelo o acompanhamento da Defesa Civil junto a estas secretarias.

2.4 Outras Considerações

2010: Tendo em vista a amplitude das necessidades de Defesa Civil no município de Porto Velho se faz necessário uma maior aproximação com Defesa Civil Estadual

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

A Defesa Civil apresenta uma grande necessidade de embarcações, veículos (camionetes com tração 4x4), e caminhão baú para transporte de mudanças das vítimas de alagamento do rio madeira.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

A Defesa Civil ocupa hoje um ambiente inadequado para o desenvolvimento de suas atividades operacionais, visto que no momento atual a COMDEC recebeu dois barcos para acompanhamento da população ribeirinha no momento de enchentes e não dispõe de espaço

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

A COMDEC é composta na sua equipe gerencial de um coordenador municipal, um chefe de divisão de operações e um chefe de divisão de minimização d



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: **071 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL**

desastres sendo este quantitativo suficiente, porem é necessario que estes profissionais tenham executados to
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Para um desenvolvimento adequado das ações de Defesa Civil no municipio seria necessario um quantitativo de 14 servidores sendo: Coordenador municipal, secretaria, chefe de divisão de operações, chefe de divisão minimização de desastre, 02 piloto de embar
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Falta de alguns cursos de defesa civil na equipe gerencial.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Falta dos cursos de defesa civil previstos para as equipes executoras.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Outros:
Os nucleos de defesa civil são constituídos junto a população voluntária, que tem por finalidade de repassar a COMDEC todos os fatos adversos que acontecem junto a sua comunidade.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Foram constituídos 12 nucleos de Defesa Civil, participaram das palestras de formação e hoje estão aptos a desenvolverem as ações do COMDEC.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
A COMDEC necessita de recursos humanos para desenvolvimento de suas ações.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 156 - Manutenção de Serviços da Defesa Civil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
São realizadas semestralmente reuniões de defesa civil e com a população ribeirinha para levantamento das necessidades desta população e para avaliação das medidas proposta e encaminhadas via relatórios de vistoria para as secretarias municipais.
Visitas in loco
Diariamente a Defesa Civil recebe solicitação por parte da população pedidos de intervenção nas situações de riscos iminentes ou situações de desastres Uma equipe da Defesa Civil desloca-se para o local, informa-se do fato, realiza o relatorio de vistoria
Relatórios de gestão
Os relatorios de vistorias ou relatorios de atividades são realizados todas as vezes que um agente de defesa civil realiza uma ação junto a população. E te por finalidade apresentara o fato ocorrido, a gravidade da situação, a população atingida e as med

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Mapeamento das área de risco, levantamento e cadastramento das familias em situações de risco, levantamento dos pontos de alagamento no municipio de Porto Velho, realização de ações assistencia e socorro junto a população de risco, retirada das familias at

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ações realizadas conforme planejada e não houve interrupção do fluxo de recurso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Médio



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: **071 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL**

Foram realizados convenios com inpreendimento da Santo Antonio Energia e com o Governo do Estado para o recebimento de duas lanchas e um motor c 60hp para o atendimento de toda a população ribeirinha do municipio de Porto Velho.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: Sugestões: Que seja feita à Secretaria Nacional de Defesa Civi solicitação para a implementação de cursos para os membros da Defesa Civil do municipio de Port



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: **099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar Políticas de desenvolvimento para os Distritos no contexto da realidade sócioeconômica
Público Alvo: População dos distritos do Município
Justificativa: Devido a distância que separa os Distritos da Sede Administrativa Municipal, faz-se nomeação de Administradores Distritais, que possa atender os moradores locais, bem como a construção, reforma e reestruturação das Sedes Administrativas nos Distritos.
Gerente: ELIANA ALVES DA SILVA MELO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Houve a execução das ações conforme o planejado, houve um aumento da demanda solicitada pelo o publico alvo.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito

Houve um crescimento das solicitações do publico alvo para ampliação da oferta de recursos orçamentarios para realização de ações quanto a administração dos distritos.

2.4 Outras Considerações

2010: Devido a grande extensão do municipio de porto Velho, faz-se necessário contratação de profissionais que residam no proprio Distrito.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Existe a necessidade de ampliar os recursos orçamentarios para suprir as necessidades dos executores/Administradores Distritais.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Houve um aumento da demanda de ações nos Distritos, e por isto se faz necessario o aumento de recursos humanos, sendo no minimo 65 servidores para atender os 13 Distritos.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Audiência Pública



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: **099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS**

Realizada para apresentação de planos de ação.
Reunião com grupos de interesse
Apresentação do plano de ação e avaliação junto com os grupos de interesses.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Apresentação de propostas para inclusão no programa.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não
Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Falta mecanismos de avaliação da satisfação dos beneficiários.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 297 - Manutenção das Sedes Administrativas dos Distritos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
são realizadas 12 reuniões anuais com a gerencia do programa e executores das equipes locais
Visitas in loco
Sempre que necessário são realizadas visitas in loco
Relatórios de gestão
É elaborado um relatório anual das ações desenvolvidas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a proposta de criação de duas unidades administrativas, sendo nas localidades de União Bandeirantes e Rio Pardo faz-se necessaria a ampliação c recursos para o programa..

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Devido o aumento das demandas os recursos não foram suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Atraso na prestação de contas dos beneficiários
Devido as dificuldades de empresas regulamentadas nas localidades para o fornecimento de notas fiscais, ocorre o atraso nas prestações de conta por parte dos executores locais.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 298 - Construção, ampliação e reforma de sedes administrativas dos Distritos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: **099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS**

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
São realizadas 12 reuniões de trabalho do decorrer do ano.
Visitas in loco
Sempre que se faz necessário.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
As obras estão em fase de execução.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
O processo encontra-se em tramitação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os processos encontra-se em tramite.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não existem recursos extra-orçamentários.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Outros:
O processo para execução da ação encontra-se em tramite processual.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 101 - PROTAGONISMO JUVENIL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Contribuir na inclusão social da juventude
Público Alvo: Jovens na faixa etária de 15 aos 29 anos
Justificativa: O problema de delinquência juvenil moderna transcendeu as barreiras sociais. Crimes hediondos passaram a ser praticados por adolescentes e jovens com poderes aquisitivos e culturais diversos, demonstrando que a falta de esperança e de expectativa está se tornando generalizada e já faz parte desta geração. Outro fator novo a ser considerado é o tráfico de drogas e armas, com o comércio do varejo, enraizando-se nos bairros pobres, sobretudo entre os jovens, mudando os padrões de letalidade da ação criminal
Gerente: SAMUEL PESSOA DA SILVA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de Jovens de 15 a 29 anos atendidos pelo programa	Previsto	40	50	60	80
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimento a juventude de Porto Velho conforme planejado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Houve o atendimento as ações planejadas para a juventude de Porto Velho

2.4 Outras Considerações

2010: Os Programas necessitam de mais apoio técnico para desenvolverem os projetos voltados a infância e juventude.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
Realizado por meio de ações transvesais e com a execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturais e festivais.
Gênero
Ralizado por meio de ações transversais e execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturais e festivais.
Criança e Juventude
Realizado por meio de ações transversais e execução de ofcnas, cursos, seminarios, palestras, eventos cuturais e festivais.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: **101 - PROTAGONISMO JUVENIL**

Faz-se necessária a estruturação do eixo operacional da ação.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
É necessária a ampliação da infraestrutura com nova logística ao programa.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse
Realizadas rodas de conversa e trocando ideia com os grupos sociais para a consolidação da Rede Portovelhense de Juventude.
Discussão em Conselho Setorial
Realizada o debate por meio da REJU para a criação do Conselho Setorial da Juventude.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Contribuiu no estabelecimento de metas para os programas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
E necessária a criação de instrumentais de avaliação da satisfação dos beneficiários.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 299 - Gestão e Administração do Programa - Protagonismo Juvenil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Realizada 02 reuniões semanais de planejamento e monitoramento..
Visitas in loco
Realizadas semanalmente nos locais.
Relatórios de gestão
Elaborado relatorios locais e um relatorio anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ações realizadas dentro do planejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Ações - fornecimento de diárias, contratação de pessoa jurídica e consumo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Recursos foram suficientes para suprir as ações planejadas

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ações realizadas de acordo com a liberação de recursos necessários.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: **101 - PROTAGONISMO JUVENIL**

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não dispõe de recursos extra-orçamentários.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 300 - Capacitação sobre Políticas Públicas de Juventude - Protagonismo Juvenil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Realização de reuniões mensais com equipe.
Relatórios de gestão
Realizada a elaboração anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foi possível o estabelecimento de agendas e o cumprimento do planejamento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aproximadamente 300 jovens são lideranças sociais e multiplicadores dos objetivos das políticas públicas apresentadas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Não houve a utilização dos recursos ordinários pois os parceiros institucionais efetuaram as despesas financeiras nas metas do programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Apesar de dispor de recursos orçamentários não houve tempo hábil para a abertura de processo licitatório.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Alto
A ação é muito importante para a execução do programa, foi possível contar com a colaboração dos parceiros institucionais porém faz-se necessária a manutenção dos recursos no orçamento municipal.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: WALDISON DIAS PINHEIRO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

As ações do Departamento Administrativo atendeu as expectativas de administração interna da unidade e no atendimento ao andamento dos processos de atendimento do departamento de artes.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito

A quantidade de funcionários é insuficiente para atender a demanda gerando acúmulo de atividades.

2.4 Outras Considerações

2010: Para resolver a falta de profissionais e funcionários a Fundação já realizou estudos em conjunto com a SEMAD para realização de concursos e aguarda-se es

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

O atendimento é realizado contemplando todas as raças.

Pessoa com Deficiência

Gênero

Procura-se sempre equilibrar as contratações artísticas com equilíbrio de gênero com ampla participação de mulheres.

Criança e Juventude

As ações dirigidas a este público estão concentradas nos cursos, shows e atividades folclóricas das agremiações de bairros.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Há necessidade da realização de concursos e implantação do quadro de assessores.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

O planejamento da Fundação tem sempre a participação de dirigentes de entidades culturais.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Direcionar o gasto dos recursos para atender políticas públicas na área cultural contemplando o público excluído - bairros e Distritos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Reuniões com coordenadores de grupos culturais.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Não houve dificuldade na execução desta ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de móveis (mesas, armários, cadeiras), materiais de expediente, consumo e limpeza para manutenção da unidade e realização dos eventos artísticos, oficinas e cursos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Os recursos foram suplementados quando necessários.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Não há um corpo de técnicos e funcionários compatível com a demanda de trabalho da Fundação Iaripuna.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Servidores remunerados e recolhimento de encargos realizados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Identificar, salvaguardar, revitalizar e promover o patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural do Município.
Público Alvo: População do Município de Porto Velho
Justificativa: Necessidade de valorização dos bens patrimoniais culturais.
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de bens imóveis do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural identificados e memorizados	Previsto	40	48	58	70
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Foram identificadas 50 comunidades e eventos tradicionais que somaram-se ao patrimônio imaterial dos Arquivos da Fundação Cultural Iaripuna. Foram restaurados 02 imóveis. Necessita-se refazer a descrição dos indicadores que é quantitativo e não índice percentual.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
O programa foi cumprido conforme planejado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
As comunidades ribeirinhas e dos bairros Mocambo, Triangulo, Santa Bárbara, Jacy Paraná e Mutum (agora Nova Mutum) ficam surpresas com a presença do Gestor da cultura municipal em abrir um debate sobre os valores históricos que movem a alto estima de cada morador.

2.4 Outras Considerações

2010: Na avaliação da equipe da Fundação Cultural, a valorização do Patrimônio Imaterial deve se um dos programas a receber mais investimentos para que os regi

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
As oficinas do Patrimônio Histórico procuram elevar a Raça de cada componente da comunidade que participa do debate.
Pessoa com Deficiência
Todo portador de deficiência é incluído no debate tendo voz e participação ativa.
Gênero
Os oficinairos são orientados para não cometer nenhuma fala discriminatória e na convocação das oficinas e debates as mulheres são incentivadas à participação, inclusive com adequação de horários para que as mesmas participem - principalmente SENHORAS IDO
Criança e Juventude
A juventude tem uma participação ativa e as crianças participam acompanhando as mais - sendo uma participação pequena.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

- 2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
A Fundação não tinha do orçamento para aquisição de filmadoras, máquinas fotográficas e arquivos adequados de coleta e arquivamento do material.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Todas as oficinas e visitas foram realizadas em parcerias com a SEMED e Associações das comunidades que transportaram e hospedaram os gestores da Fundação e agentes contratados para realização dos trabalhos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

- 2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A Fundação conta com apenas o Chefe da Divisão do Patrimônio Histórico para pensar, elaborar e executar as tarefas.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

- 2010: Reunião com grupos de interesse
Há reuniões prévias com presidentes de associações e Administradores dos Distritos.
Outros:
O trabalho foi realizado todo em forma de oficinas formativas com representantes de escolas, associações, senhores e senhoras mais idosas da comunidade, além da comunidade em geral.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
O interesse do público em querer preservar sua própria história.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

- 2010: Sim
Mecanismos adotados:
Ao final de cada oficina o gestor da Fundação realizou avaliação participativa onde todos consideraram o trabalho de alto grau de importância.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 098 - Identificação, Registro e Difusão de Bens Históricos, Artísticos, Arqueológicos e Culturais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Reuniões de trabalho
A cada ação o executor da tarefa expõe oralmente sua experiência.
Relatórios de gestão
Apresenta-se relatórios anuais da atividades que são organizados para finalização do Relatório Circunstanciado.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Identificados 50 comunidades e eventos tradicionais.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: Realizou-se oficinas nas comunidades ribeirinhas localizadas ao longo do Rio Madeira, desde de Abunã à Calama. Trabalhou-se nas oficinas a sensibilização patrimonial e identificou-se principalmente saberes populares e festejos religiosos que fazem parte d

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Suficientes
Necessita-se ampliar a ação e consequentemente ampliar os investimentos face a demanda quantitativa de comunidades ainda não contempladas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

- 2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Alto

As parcerias com a comunidade e outras secretarias da Prefeitura foi a grande protagonista e responsável pela realização das atividades com sucesso.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos

A equipe gestora do Departamento Administrativo da Fundação é desprovida de técnicos, auxiliares ou assessores que dêem conta da necessidade do volume de propostas planejadas dentro de padrões de licitação e contratos.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 223 - Restauração e Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Cultural

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

As restaurações foram executadas com sucessos e tiveram a internivencia principalmente do executivo que negociou junto aos recursos de compensação das Unisinas as referidas restaurações. A inauguração das obras foram muito bem recebidas pelo público que visita os espaços constantemente.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Foram restaurados o Galpão II e a Estação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré com acompanhamento da Fundação Cultural.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

A obra custou muito mais do que o orçamento previa e foi executada com recursos da Santo Antonio Energia dentro dos acordos de compensações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE

Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO

Programa: **044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL**

5. RECOMENDAÇÕES

2010: Há necessidade urgente de acelerar os estudos de impacto na folha para realização de concursos que suprirá a necessidade de funcionários e técnicos para melh



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Difundir, promover e garantir as manifestações culturais, artísticas e folclóricas do Município.
Público Alvo: População do Município de Porto Velho e produtores culturais.
Justificativa: A necessidade da distribuição do produto cultural onde todos os cidadãos e produtores tenham acesso aos bens culturais.
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de cursos de artes para os produtores culturais e comunidades realizados	Previsto	40	48	58	70
	Apurado	86			
	Relação % (Apurado/Previsto)	215,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	122,86	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Necessita-se refazer a descrição dos indicadores. O número de atividades realizadas pelo programa é de 494. O quantitativo 86 refere-se à quantidade de cursos, correspondente à uma das ações do programa.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto

O alto índice de realizações deu-se pelo alto investimento e replanejamento das ações da Ação Cultural.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Muito satisfeito

Em todas ações são colhidas opiniões e realizadas reuniões para avaliar a satisfação do público.

2.4 Outras Considerações

2010: A ampliação das ações de eventos culturais deu-se principalmente pela revitalização do Mercado Cultural e várias praças inauguradas ao longo de 2009 e 2010.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

O público alvo são moradores de bairro, portanto onde concentra a miscigenação racial e o atendimento contempla todas as raças.

Pessoa com Deficiência

Nenhum portador foi impedido de participar nem teve dificuldade.

Gênero

Há sempre um quantitativo equilibrado de homens e mulheres, inclusive há adequações de horários para que senhoras (donas de casa) participem das atividades.

Criança e Juventude

Há cursos, eventos e ações específicas para crianças, tais como cursos de dança e espetáculos de teatro infantil e bonecos.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

- 2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Necessita-se de mais investimentos nos equipamentos da Fundação.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Necessita-se de mais investimentos nos equipamentos da Fundação para execução dos programas.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

- 2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Aguarda-se finalização dos estudos de impacto na folha para realização de concurso.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Aguarda-se finalização dos estudos de impacto na folha para realização de concurso.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

- 2010: Reunião com grupos de interesse
A Fundação realiza reuniões de planejamento com grupos de teatros, músicos e entidades folclóricas parceiras para organizar os eventos.
Outros:
Há uma grande participação de toda população do município em todos eventos realizados pela Fundação Cultural
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Inclusão de pequenos produtores para circularem seus espetáculos de forma remunerada e garantia de acesso à bons espetáculos à toda população, principalmente as mais distantes do centro.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

- 2010: Sim
Mecanismos adotados:
Reuniões com as equipes executoras e parceiros nas realizações dos eventos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 072 - Construção, Ampliação, Reforma e Implantação de Espaços Culturais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Visitas in loco
Visitas no local da obra durante a execução.
Relatórios de gestão
Relatório anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Construção de equipamentos na zona rural em forma de parceria com um ponto de cultura (programa cultural do Ministério da Cultura)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: Construção de um Centro Cultural na Comunidade de Santa Cataina - Baixo Madeira em parceria com o Ponto de Cultura Arte Vida. O Centro cultural tem uma sala ampla para cursos e reuniões e uma sala pequena que abriga materiais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos totalmente remanejados..

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

- 2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos totalmente remanejados. Há uma grande dificuldade em construir na zona rural porque exige-se documentação para uma realidade urbana.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Alto

A parceria da comunidade e do grupo que coordena o Ponto de Cultura foi quem mais contribuiu para a construção do Centro Cultural.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais

A zona rural de Porto Velho está sob domínio da União o que dificulta a autorização da obra.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 095 - Formação de Agentes Culturais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Reuniões mensais com a toda equipe de trabalho

Visitas in loco

Visita da Chefe de Divisão nos cursos.

Relatórios de gestão

Relatório anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A liberação de recursos para um maior investimento nos cursos possibilitou ampliar a meta prevista e atender um público maior do que o planejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Foram realizados 86 cursos de artes nas áreas de teatro, música, dança e artes plásticas. Priorizou-se os bairros que abrigam mulheres e jovens de baixa renda e a maioria dos Distritos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Os recursos foram suficientes mas houve suplementação para atingir a meta que foi ampliada em função da demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Houve atrasos na execução porque atrasou também os recursos repassados em forma de suplementação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Há projetos aprovados junto ao Ministério da Cultura, mas o recurso não foi depositado no exercício de 2010 por problemas do governo federal.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 195 - Produções Fonográficas e Edição de Material Gráfico-Literário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão
Relatório anual

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Apesar de cumprido a meta, este planejamento é muito tímido em função da demanda e da necessidade de produtores necessitarem de apoio cultural para impressões de CD e Livros.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Foi impresso um CD contendo as músicas de sambas enredos de todas as escolas de samba de Porto Velho.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
O recurso foi agregado aos gastos com carnaval uma vez que o cd impresso foi do carnaval.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 198 - Promoção de Eventos Turísticos, Culturais, Artísticos e Folclóricos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões semanais de trabalho de avaliação e replanejamento das ações.
Visitas in loco
Visita a todos eventos organizados pela fundação.
Relatórios de gestão
Relatório mensal.
Outros:
Registro formal em forma de fotografia da maioria dos eventos

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A alta demanda de solicitação para realização de atividades culturais foi contemplada com replanejamento das ações e suplementação orçamentária e foi possível ampliar o atendimento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

2010: Participaram dos desfiles de carnaval 2010: 50 agremiações; na semana do teatro foram 12 exibições com fomento pela fundação; atendemos pedidos de recursos de 15 arraiais juninos (além dos recursos dispensados para FEDERON); O festival de teatro de rua te

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Foi utilizado suplementação orçamentária para realizar as atividades culturais replanejadas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Em função do replanejamento e do ampliação do repasse para o carnaval, foram organizadas suplementações orçamentária que sofreram constante atrasos na execução pelo atraso no repasse orçamentário.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Baixo

Vários eventos são realizados em parcerias com entidades culturais que disponibilizam contra-partidas principalmente com material humano.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Atraso na prestação de contas dos beneficiários

Algumas entidades parceiras tem muita dificuldade ficando a Fundação responsável por finalizar a prestação de contas.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes

O atraso na prestação de contas tem impedido a boa organização dos convênios.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa: .
Gerente:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendeu dentro do esperado

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada
Não foi efetuada a avaliação

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
A falta de recursos materiais dificultam a implementação do programa na equipe gerencial
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Os recursos materiais insuficientes atrapalham na execução dos trabalhos das equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Falta de experiência profissional
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há necessidade de recursos humanos nas equipes executoras.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Outros:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Foi implantado na empresa o serviço de 0800, onde as pessoas podem solicitar os serviços sem ter que vir na empresa.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O sistema informatizado ainda não está funcionando em sua totalidade.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de material de informática, 03 ar condicionado 12.000 btus, 02 ar condicionado 18.000 btus, 01 ar condicionado 24.000 btus, 01 monitor LCD 21" Full HD, 01 Impressora Multifuncional, 01 Notebook Intel Core 2 Duo, 01 Mesa p/ Microcomputador, Servido

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram liberados conforme a programação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O sistema informatizado ainda não está funcionando em sua totalidade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

A Empresa teve que demitir alguns comissionados solicitados através do Ministério do Trabalho, até que se chamasse o pessoal concursado cujo processo encontrava-se no Tribunal de Contas do Estado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Contratação de 6 servidores efetivos, 2 diretores empossados através de decreto, 16 cargos comissionados e um pensionista vitalício.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

Os recursos orçamentários são insuficientes para atender as necessidades da empresa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Atraso na liberação de recursos

O atraso na liberação dos recursos acarretaram prejuízos, pois não atende os compromissos assumidos pela empresa como: parcelamentos, acordos judiciais, encargos, gerando pagamentos de juros e multas.

Financeiro comprometido por restos a pagar

Os acordos judiciais comprometem os compromissos assumidos ao longo do exercício.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Programa: 014 - CIDADE ILUMINADA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Expandir e manter pontos de iluminação pública no Município de Porto Velho.
Público Alvo: População do Município de Porto Velho
Justificativa: Aumentar a eficiência do sistema de iluminação pública.
Gerente:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de expansão de pontos de luz sobre a rede de iluminação pública do Município de Porto Velho	Previsto	35	45	65	95
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Foram atendidos 80% do esperado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Foram atendidos através do callcenter 2.769 pedidos de iluminação pública.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Programa: **014 - CIDADE ILUMINADA**

Devido o crescimento da cidade de Porto Velho, houve a necessidade de aumentar as equipes executoras.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Contribuições da participação social para os resultados do programa:
O atendimento através do callcenter, O800, Fale Prefeito, contribuíram para o melhor atendimento ao público.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não
Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
O programa não nos dar a possibilidade de avaliar a satisfação do beneficiário. Sugerimos a implantação dentro do programa para avaliarmos o resultado de satisfação do beneficiário.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 106 - Implantação de Pontos de Iluminação Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados
Através de sistema informatizado temos a possibilidade de controlar os pedidos solicitados.
Relatórios de gestão
A emissão de relatório é feita mensalmente através de planilhas, especificando por ruas, bairros e distritos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: No sistema viário principal foram executados 2.037 pontos de iluminação pública, na Zona sul 3.092 pontos de iluminação pública e 4.475 novos pontos implantados.

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 155 - Manutenção de Pontos de Iluminação Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Programa: 014 - CIDADE ILUMINADA

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Manutenção de 15189 Pontos de Iluminação Pública. Foram realizados serviços na zona sul, zona leste e oeste.

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Sim. Foram executados dentro do período de gestão, atendendo as necessidades da Empresa, com serviços de manutenção corretiva.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 257 - Iluminação de Eventos Festivos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Esta Empresa segue um padrão de atendimento de Ordem de Serviço abrangendo solicitações de serviços via telefone ou através de Ofícios sempre atendendo datas comemorativas.
Relatórios de gestão
São emitidos relatórios de gestão das atividades desenvolvidas, com fotos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta realizada esta dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Locais decorados/iluminados: rotatória imigrante com Jorge Teixeira; Avenida Pinheiro Machado, Avenida Jatuarana, José Amador dos Reis, Rio Madeira, Calama, Carlos Gomes, Sete de Setembro, Jorge Teixeira, Mercado Cultural, Prefeitura, Parque da CIDADE, Te

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Programa: **014 - CIDADE ILUMINADA**

2010: Médio

Parceria com Consórcio Jirau (Energia Sustentável S/A).

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Programa: 016 - CIDADE URBANIZADA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a melhoria da qualidade dos serviços urbanísticos, com a construção e manutenção de meio-fio, sarjeta, calçadas, muros, parques e praças.
Público Alvo: População urbana do Município
Justificativa: Promover a melhoria com saneamento básico, meio-fio e sarjeta, calçadas e muros. Promover a manutenção de praças e parques.
Gerente:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
03 - Bloquete construído ao ano	Previsto	720.000	792.000	871.200	958.320
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00
2010 Justificativa:					
04 - Calçada construída ao ano	Previsto	14.172	15.589	17.148	18.863
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00
2010 Justificativa:					
05 - Sarjeta construída ao ano	Previsto	8.034	8.837	9.721	10.693
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00
2010 Justificativa:					
06 - Manilha construído ao ano	Previsto	6.960	7.656	8.422	9.263
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00
2010 Justificativa:					
07 - Praças e parques mantidos ao ano	Previsto	23	24	25	26
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00
2010 Justificativa:					
01 - Meio-fio construído ao ano	Previsto	144.000	158.400	174.240	191.664
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00
2010 Justificativa:					



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Programa: 016 - CIDADE URBANIZADA

02 - Muro construído ao ano	Previsto	15.000	16.500	18.150	19.965
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Outros:

NOTIFICAÇÃO DE TERRENOS BALDIOS: FALTA DE CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS RESIDENCIAIS E PREDIAIS.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

ATENDENDO AS NOTIFICAÇÕES.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Programa: 016 - CIDADE URBANIZADA

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
ATRAVÉS DE DISK DENÚNCIA.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 193 - Produção de Artefatos

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Assentamento de sarjetas e meio fio. Locais: Farquar, Praça Jardim América, Praça Eletronorte, Pinheiro Machado, Rua Iguatu, Distrito de São Carlos, (Baixo Madeira), Parque da Cidade, Recuperação de Quadras dos Centros Poliesportivos dos Bairros Nacional

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 365 - Aquisição de Equipamentos para Fábrica de Artefatos - EMDUR.

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação não executada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Programa: 016 - CIDADE URBANIZADA

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 366 - Construção de Meio-fio, Sarjeta, Calçada e Muros.

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

4.5.7 Restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 367 - Manutenção do Parque da Cidade.

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Pintura do Parque

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Programa: **016 - CIDADE URBANIZADA**

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 03.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
Unidade Orçamentária: 03.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo: Secretarias Municipais, fundações municipais, empresas municipais
Justificativa:
Gerente: WALDERY NOGUEIRA DE LIMA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Infraestrutura de recursos financeiros e materiais insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

Infraestrutura de recursos financeiros e materiais insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Infraestrutura de recursos financeiros e materiais insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Infraestrutura de recursos financeiros e materiais insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Recursos humanos insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.

4.3 Participação Social



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 03.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
Unidade Orçamentária: 03.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Portal da transparência.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não
Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Trata-se de programa de manutenção das atividades, não sendo programa finalístico de controle interno.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões mensais técnicas.
Relatórios de gestão
Relatório quadrimestral de controle interno.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Unidade mantida, mas com condições insuficientes para atendimento da demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Não houve realização de despesas de construção, apenas pintura e manutenção do prédio da CGM.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Os recursos orçados foram insuficientes para atender as demandas constitucionais do Controle Interno.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Os recursos orçamentários alocados e as suplementações ocorridas foram insuficientes para atender as demandas constitucionais do Controle Interno.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 03.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
Unidade Orçamentária: 03.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

Reuniões Técnicas mensais.
Relatórios de gestão
Relatório quadrimestral de Controle Interno.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração dos servidores do GOCI e CGM.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
A dotação inicial foi insuficiente para custear as despesas. Houve suplementação orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Alcançado apenas 80% do previsto, por redução do orçamento para manutenção da Unidade

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Foram satisfatórias pelos beneficiários a execução do programa

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Dimensionamento do público-alvo

Por falta de melhor planejamento pela unidade para quantificar os objetivos da PGM

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Falta de pessoal qualificado e pouco orçamento para aquisição de Material Permanente para uso da PGM

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Falta de pessoal qualificado na área de Economia, Administração ou Técnico de Contabilidade para acompanhamento dos Programas existentes.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Ouvidoria

Mecanismo necessário para incrementação do programa, seria uma participação mais efetiva da Corregedoria do Município, ou uma unidade de Ouvidoria para acompanhamento das ações.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Apresentação de metas para manutenção da Unidade.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Reuniões Gerenciais com as Unidades da PGM.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Aquisição de mais equipamentos de informática e contratação de pessoal na área de administração.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

As metas foram cumpridas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Manutenção das Unidades da PGM e da 2ª VEF, com aquisições de Materias de Consumo, Materiais Pemanentes entre Outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

A contento, atendeu as metas da PGM.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os objetivos foram atendidos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Capacitação dos servidores da PGM.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foram cumpridas as metas da PGM, nas ações de Pessoal.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
A Execução Orçamentária em relação as dotações autorizadas, foram satisfatórias para realização da ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os fluxos de recursos foram satisfatórios para cumprimento da execução física.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.31 - FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL
Programa: **084 - APOIO À GESTÃO JURÍDICA**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover estudos de assuntos jurídicos relevantes de interesse do município
Público Alvo: Servidores municipais
Justificativa:
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

2.3 Satisfação do Beneficiário

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Dimensionamento do público-alvo
Por falta de melhor planejamento pela Unidade para qualificar os objetivos do Fundo.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta de pessoal qualificado e pouco recurso orçamentário para aquisição de material para uso pelo Fundo.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Falta de treinamento do pessoal para um melhor gerenciamento do programa do fundo.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse
Reuniões periódicas com os Gerentes do Fundo para um melhor desempenho das metas realizadas.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Reuniões gerenciais, com apresentação de metas para realização dos programas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.31 - FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL
Programa: **084 - APOIO À GESTÃO JURÍDICA**

Mecanismos adotados:
Reuniões periódicas com os gerentes.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 259 - Coordenação e Manutenção das Atividades do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Falta de gerenciamento.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas foram realizadas dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Pagamento integral do processo nº 04-0857/2010, referencia a sucumbências aos Procuradores da PGM.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Os recursos foram aplicados em sua totalidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os objetivos foram atendidos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Pouco recursos para implementação das ações.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: CHIRLES MARCILÉIA DE ALMEIDA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

As metas do programa para atender os colaboradores direto foi realizada, uma vez que não houve descontinuidade das atividades programadas para o exercício/2010.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Dentro da normalidade ou seja todos os programas previstos foram executados.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

As equipes meios precisam também de treinamento para conhecerem melhor os programas executados para que haja mais eficiência na sua aplicação.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

As reuniões são realizadas para verificar se há implementação na área de execução dos programas.

Relatórios de gestão

Os gestores de programas emitem relatórios para subsidiar informações dos resultados de seus programas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta realizadas dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de materiais de consumo, permanente e expediente para atender as necessidades da secretaria.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Os recursos foram suficientes para atender todas as demandas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Todas as despesas executadas estiveram dentro dos recursos liberados e não houve incompatibilidade com a programação orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas foram alcançadas dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Capacitação de servidores: cursos oferecidos em áreas específicas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Os recursos foram executados de acordo com a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados de acordo com as necessidades.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O monitoramento do serviço de obras e instalações é de responsabilidade da SEMPRE.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Reforma geral no prédio da Secretaria, com cobertura nova da cozinha e das salas bem como pintura e construção de um banheiro para deficiente físico.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Os recursos foram executados de acordo com a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados de acordo com as necessidades

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração de Servidores

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: **033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar a administração, gestão e a participação popular na elaboração, acompanhamento e avaliação do Planejamento e Orçamento municipal.
Público Alvo: População do Município, áreas urbanas e rurais e distritos
Justificativa:

Gerente: DANIEL NEVONY JÚNIOR
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto

Faltaram ferramentas para melhorar a metodologia de ampliação da participação popular.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito

Não há ferramentas de retorno dos resultados das reivindicações propostas e executadas.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Dimensionamento do público-alvo

Tomou-se como base de público alvo as entidades organizadas (Associação de Moradores), as quais não estavam num todo organizadas.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

inclusão socio-cultural

Pessoa com Deficiência

mobilidade

Gênero

assistente social

Criança e Juventude

Coordenadoria Juventude

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: **033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Audiência Pública

Audiências públicas que são realizadas durante o ano com a participação popular

Reunião com grupos de interesse

As reuniões são realizadas para debater os assuntos apresentados nas audiências públicas

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Ações realizadas e ação reivindicada em relatório posterior

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 053 - Capacitação Popular e Técnico-Administrativa no Planejamento Participativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

O mecanismo adotado são os relatórios anuais que abrangem todo o desempenho físico das ações

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Dentro do esperado, foram realizadas ações, conforme o acompanhamento das receitas

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Capacitação popular e técnico administrativo no planejamento participativo, dando prioridade aos serviços essenciais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados. Ação realizada com recursos de outra ação: Realização de Eventos do Planejamento Participativo

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: **033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

O relatório revela o atingimento do público alvo e a consolidação sistematizada das reivindicações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve a execução orçamentária desta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem movimentação orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 205 - Realização de Eventos do Planejamento Participativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

Os mecanismos são adotados através de relatórios.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

As metas previstas não foram alcançadas por falta de organização de entidades representantes de moradores.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Realização de eventos do planejamento participativo, eventos realizados, reuniões e audiências.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Dentro do previsto



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: **033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Dentro do previsto

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.31 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Programa: 014 - CIDADE ILUMINADA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar a iluminação de logradouros públicos do Município.
Público Alvo: População do Município
Justificativa:
Gerente: CHIRLES MARCILÉIA DE ALMEIDA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendidas as expectativas previstas para o exercício de 2010.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada
Não houve pesquisa para medir a satisfação do beneficiário.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
É necessário qualificação profissional.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Falta de pessoal qualificado para realização e efetivação de pesquisas qualitativas e quantitativas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.31 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Programa: 014 - CIDADE ILUMINADA

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Qualificação e falta de pessoal para tal fim, podendo ser superadas através de pesquisas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 168 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

Através dos relatórios de prestação de contas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta realizada conforme previsão, utilizando todos os recursos previstos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com pagamento das contas de energia elétrica do Município.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Utilizou-se todo o recurso que foi disponibilizado para atender o referido programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram atendidas todas as expectativas compatível com a programação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2010: Não

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: VANDERLEIA DE OLIVEIRA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto

Abaixo do esperado por não ter alcançado todos os objetivos traçados para boa administração da Secretaria, como por exemplo: a meta de reforma física do prédio, bem como insuficiência orçamentária.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito

Por não ter alcançado o objetivo em suprir as necessidades operacionais da Unidade, solicitadas pelos Departamentos, via documentos (requisição de material e prestação de serviços).

2.4 Outras Considerações

2010: O valor orçamentário disponibilizado não é suficiente para cobertura das ações planejadas por esta Secretaria, mesmo tendo sido solicitado, primeiramente, c

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Definição do objetivo do programa em relação ao problema

Caracterização do público-alvo

A sociedade em geral que procura atendimento, e os servidores municipais que desenvolvem suas atividades.

Pertinência das ações

As ações não estão alcançando a totalidade dos objetivos previstos por insuficiência de recursos orçamentários.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Pessoa com Deficiência

Construção de acesso a SEMFAZ aos cadeirantes, assim como atendimento preferencial deste público.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Falta mobiliário e equipamento de informática, para suprir as necessidades da divisão.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

Local onde as atividades são exercidas é inadequado, ficando sua limitação juntamente com outras divisões ou seja falta local apropriado para execução das atividades.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Falta mobiliário mais moderno, veículo para execução dos trabalhos com mais eficiência e equipamento de informática mais avançados, para suprir as necessidades da divisão.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Local onde as atividades são exercidas é inadequado, ficando sua limitação juntamente com outras divisões ou seja falta local apropriado para execução das atividades.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Não existe número de pessoal suficiente para a tranquila execução dos trabalhos executados, bem como a devida formação/capacitação no âmbito do setor responsável pela realização dos trabalhos.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Não existe número de pessoal suficiente para a tranquila execução dos trabalhos executados, bem como a devida formação/capacitação no âmbito do setor responsável pela realização dos trabalhos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Não existe número de pessoal suficiente para a tranquila execução dos trabalhos executados, bem como a devida formação/capacitação no âmbito do setor responsável pela realização dos trabalhos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Não existe número de pessoal suficiente para a tranquila execução dos trabalhos executados, bem como a devida formação/capacitação no âmbito do setor responsável pela realização dos trabalhos.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

A principal dificuldade é a falta de indicadores de avaliação, sendo superadas com a construção e implementação de instrumento de avaliação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Reuniões semanais.

Visitas in loco

Visita para certificação das implementações requisitadas pelos setores.

Relatórios de gestão

Relatórios trimestrais e anuais e relatórios gerenciais emitidos pelo sistema Cpcetil.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta realizada dentro da previsão devido suplementação no exercício de 2010.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de diárias, passagens, material de expediente, permanente, consumo, e serviços de pessoa jurídica.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Os serviços previstos foram executados com a disponibilidade orçamentária devido a suplementação solicitada pela SEMFAZ.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Os recursos foram liberados em tempo hábil não prejudicando a programação física de 2010, lembrando que foram planejados cursos pela secretaria que não foram executados por falta total de cobertura orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Devido a grande demanda na esfera municipal sempre foi necessário a intervenção do secretário da SEMFAZ, mesmo constatado a parente necessidade, ainda foram planejados cursos pela secretaria que não foram executados por falta total de cobertura orçamentária.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Principalmente na modalidade de registro de preço, tendo em vista que a maioria das empresas que ganham o certame são de outros Estados.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Outros:

Controle na entrega de certificados de conclusão de cursos pagos pela Secretaria, inclusive com remanejamento de recursos orçamentário para FUNESCOLA.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Alcançou-se o objetivo previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Capacitação de Servidores Públicos Municipais / Funcionários capacitados / Realização de cursos, inclusive via internet.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Atingiu-se as metas almejadas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram liberados em tempo hábil não prejudicando a programação física de 2010.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

Durante e após a realização dos serviços é feito por parte da Secretaria verificação dos trabalhos executados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não tendo dotação orçamentária suficiente para a execução do serviço previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Não foram executados serviços desta natureza por falta de orçamento, uma vez que foi liberado um valor irrisório para o tamanho de tal ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

Não foram executados serviços desta natureza por falta de orçamento, uma vez que foi liberado um valor irrisório para o tamanho de tal ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Não foram utilizados na ação em pauta, uma vez que foi liberado um valor irrisório para o tamanho de tal ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Recursos remanejados.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Controle de frequências, licenças, afastamentos, abonos pecuniários através do Módulo GP diariamente a todos os Servidores desta Secretaria.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Neste exercício de 2010, todo o valor da folha de pagamento dos servidores foi executada orçamentariamente dentro do valor estimado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais / SERVIDORES REMUNERADOS / Remuneração dos servidores lotados na SEMFAZ.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Neste exercício de 2010, todo o valor da folha de pagamento dos servidores foi executado orçamentariamente dentro do valor estimado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

- 2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Como os recursos foram liberados em tempo hábil, os salários dos servidores não atrasaram em nenhum mês em 2010.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

- 2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

- 2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

- 2010: Procurar liberar valores orçamentários com vistas ao atendimento das despesas com as prestação de serviços e aquisição de materiais da SEMFAZ de forma total



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar e implementar as ações da política tributária do Município
Público Alvo:
Justificativa:

Gerente: MARIA MADALENA ALVES DOS SANTOS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

De modo geral foi satisfatória, uma vez que as políticas tributárias são voltadas aos contribuintes de forma geral. A disponibilização de serviços na web foi um avanço e visou atender, ainda de forma tímida, a demanda do público que anseia por um atendimento mais célere da Secretaria.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito

Principalmente, quanto ao atendimento presencial, uma vez que depõe contra o programa a quantificação e qualificação dos servidores existentes em relação ao número de contribuinte que procuram a SEMFAZ. Salienta-se ainda que os serviços disponibilizados via web não atingiu índice satisfatório porque não contempla todos os serviços oferecidos pela SEMFAZ, além da dificuldade de que este é um serviço que nem todo contribuinte possui acesso.

2.4 Outras Considerações

2010: Vale ressaltar que apesar da superação da meta, deverão ser efetuadas ações direcionadas ao aumento da arrecadação, tendo em vista que há margem para

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Suficiência das metas físicas das ações

Necessidade de melhor definição das metas principalmente em relação à satisfação do contribuinte e de investimento em pessoal.

Definição dos indicadores

Criação de canal de relacionamento com o contribuinte tanto presencial como via web, diretamente no portal semfazonline com indicadores do número de reclamações e respectivas soluções.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Pessoa com Deficiência

Construção de acesso a SEMFAZ aos cadeirantes, assim como atendimento preferencial deste público;

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Equipamentos obsoletos que não atendem a demanda existente em sua maioria.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

Local pequeno, móveis inadequados, sala sem ventilação, insalubre. Equipamento de condicionamento de ar antigo e necessitando substituição.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Computadores ultrapassados sem memória suficiente para rodar o programa.

Mesas, cadeiras e equipamentos em desacordo com as normas técnicas do trabalho.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: **032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA**

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Local que são exercidos as atividades inadequado, ou seja, insalubre, úmido, sem ventilação, com goteiras, pouco espaço etc.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

A equipe gerencial possui atualmente 3 pessoas, necessitamos no mínimo de mais uma, pois as demandas nos últimos anos vem crescendo a cada dia elevando cada vez mais o número de tarefa, não sobrando tempo para planejar as ações de forma sistematizada

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Com o crescimento da economia local a demanda pelos serviços oferecidos aumentou, e o quantitativo de pessoas não acompanhou este crescimento.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Ocorreu mudança no comando da equipe gerencial necessitando especialização direcionada com o fim de melhor gerenciar o programa.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

As equipes executoras necessitam tanto de aumento em termos quantitativo como qualificativo.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

Prestadores de serviços (construtoras, CRC, representantes do setor imobiliário, representantes da indústria gráfica) tem se reunido com a SEMFAZ com intuito cobrar da administração maior agilidade na prestação de serviços, tanto no atendimento pessoal, q

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Disponibilização de serviços via WEB.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Servidores insuficiente, o que temos hoje conseguem fazer o mínimo, face a grande demanda de contribuinte. Outrossim a forma hoje para medir a satisfação é manual, o que levaria designar um servidor só para acompanhar. Posto isto, para superar as dificuldades deverá ser contratado mais servidores, e ou desenvolver tecnologia para que a avaliação da satisfação seja na forma eletrônica.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 113 - Implantação e Implementação das Políticas de Arrecadação

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

O acompanhamento das ações se dá por meio de reuniões mensais com o objetivo sempre de corrigir as estratégias para atingir a meta proposta.

Visitas in loco

São realizadas visitas periódicas na unidade de atendimento ao contribuinte localizada no shopping cidadão e visitas diárias ao local de atendimento da semfaz, monitorando-se o atendimento ao público.

Sistemas informatizados

O desenvolvimento do sistema existente é uma necessidade real e as propostas são encaminhadas à empresa responsável, entretanto, não tem sido possível ...

Relatórios de gestão

São elaborados relatórios quadrimestrais com as ações realizadas a cada quadrimestre.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Foi utilizado apenas parte do recurso para confecção dos carnês de IPTU.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica: confecção dos carnês de IPTU.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: **032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA**

O recurso era insuficiente e foi preferível não ser gasto, considerando que esta ação está contemplada dentro do Programa de Modernização da Administração Tributária-PMAT

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução □ programada
Foi gasto apenas o necessário à confecção dos carnês de IPTU, sendo que as demais ações não foram executadas por liberação do saldo a menor que o necessário, para desencadeamento total da ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Contingenciamento orçamentário
Recurso insuficiente para execução total da programação da Secretaria.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 177 - Modernização Administrativa e Tributária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões mensais para avaliação das ações.
Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios quadrimestrais com o objetivo de acompanhamento das estratégias para o alcance da ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recurso reduzido pelo valor total em 25/03/2010, ficando a ação sem saldo orçamentário, portanto, inviável sua realização.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Sem realização, por conta de recurso reduzido.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Recurso liberado no início do ano foi revertido em 25/03/2010, deixando a ação sem recursos orçamentários.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução □ programada
O recurso foi reduzido a zero o que prejudicou a execução da ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Contingenciamento orçamentário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: **032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA**

Foi liberado no início do exercício e revertido em 25/03/2010.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: Acompanhamento da execução trimestralmente com informação ao Gabinete da utilização ou não do recurso orçado disponível para execução do programa, bem c



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: SIMONE LINO PIMENTEL
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:
2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:
2010: Não apurada
NÃO HOUVE AVALIAÇÃO.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:
2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:
2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:
2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:
2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:
2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: NÃO POSSUI MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM RAZÃO DE SUA CONCEPÇÃO MEIO.

4.4 Satisfação dos Beneficiários



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

NÃO É POSSIVEL MEDIR O GRAU DE SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO EM RAZÃO DA NATUREZA DO PROGRAMA.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

MONITORAMENTO DAS AÇÕES SOBRE DESEMPENHO É PRECEDIDA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.

Visitas in loco

A UNIDADE DISPÕE DE TÉCNICOS, COMISSÕES, DENTRE OUTROS PROFISSIONAIS, QUE ATUAM DIRETAMENTE EM VISITAS IN LOCO NAS UNIDADES QUANTO AO DESEMPENHO DOS TRABALHOS.

Sistemas informatizados

A UNIDADE DISPÕE DE SISTEMA INFORMATIZADO QUE AUXILIA O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, CUJO CONTROLE É REALIZADO ATRAVÉS DO RESULTADO DAS AÇÕES POR DEPARTAMENTO E COORDENADORIAS.

Relatórios de gestão

É RECEBIDO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES MENSIS DOS DEPARTAMENTOS, COORDENADORIAS E DIVISÕES E CONSOLIDADOS EM APENAS UM GERAL, QUE É REPASSADO AO GESTOR, POSSIBILITANDO ASSIM UMA MELHOR TOMADA DE DECISÃO.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

META REALIZADA DENTRO DO PREVISTO.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES BEM COMO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA UNIDADE.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

EM CONFORMIDADE COM OS RECURSOS ALOCADOS..

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

O FLUXO DOS RECURSOS ATENDERAM A PROGRAMAÇÃO PREVISTA.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Outros:

A SEMPLA REALIZA REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIA PARA AJUSTE SEM PRÉVIA CONSULTA DA UNIDADE, INTERFERINDO NO PLANEJAMENTO ELABORADO PELA UNIDADE.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 002 - Administração Geral das Unidades Administrativas da Prefeitura

4.5.1 Monitoramento



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

AS AÇÕES EMPREENDIDAS SÃO NORMALMENTES MONITORADAS ATRAVÉS DOS MECANISMOS ASSINALADOS, INCLUSIVE OS CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS, SÃO ACOMPANHADOS DE VISITAS IN LOCO E CONTROLE MENSAL DE CUSTOS.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: PAGAMENTO DOS PROCESSOS DAS CONTAS PÚBLICAS: AGUA, LUZ, TELEFONIA, VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, ALUGUEL, CORRESPONDÊNCIAS, PUBLICAÇÕES. COMBUSTÍVEL E DERIVADOS DO PETRÓLEO.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

EM QUE PESE A DIFICULDADE NA OBTENÇÃO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR O FLUXO DE RECURSO ATENDEU AS NECESSIDADES PREVISTAS

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 042 - Auxílio Alimentação ao Servidor

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

ATRAVÉS DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE FOLHA DE PAGAMENTO SENDO INFORMATIZADO, PERMITINDO ASSIM O MONITORAMENTO PERMANENTE DAS AÇÕES FÍSICAS.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: PAGAMENTO DO BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DE OUTROS ÓRGÃOS CEDIDOS PARA PREFEITURA COM ÔNUS.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

EM CONFORMIDADE COM RECURSOS ALOCADOS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

ATRAVÉS DE UM SISTEMA INFORMATIZADO O QUAL PERMITE ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: PAGAMENTO DE ABONO TRANSPORTE EM PECUNIA E RECARGA DE CREDITOS DO CARTÃO LEVA EU, ABRANGENDO TODAS AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

FORAM EXECUTADOS DE ACORDO COM O ORÇAMENTO PREVISTO.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

ATRAVÉS DE ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS POR ENGENHEIROS E TÉCNICOS DA UNIDADE.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: FORAM EXECUTADAS PINTURAS E REPAROS NAS PAREDES DAS SALAS DO PRÉDIO, BEM COMO REFORMA NO ROL DE ENTRADA.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 121 - Implementação de Ações de Informatização

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

FORA REALIZADAS REUNIÕES COM TODAS AS DIVISÕES PARA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS EM ANDAMENTO.

Visitas in loco

O MONITORAMENTO É REALIZADO ATRAVÉS DE OBSERVÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO NA COMPRA DE EQUIPAMENTOS, BEM COMO NA VISITA IN LOCO" ÀS UNIDADES ADMINISTRATIVAS (ACOMPANHAMENTO TÉCNICO)

Relatórios de gestão

ATRAVÉS DO DRTI/SEMAD, SÃO ELABORADOS RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES SOBRE O DESEMPENHO PARA O BOM GERENCIAMENTO DA AÇÃO.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

AS METAS FORAM ALCANÇADAS CONFORME PREVISÃO.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

2010: ASSISTÊNCIA TÉCNICA NAS UNIDADES, PARA CONCERTOS DE MICRO, INSTALAÇÕES DE SOFTWARE, REDES, TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS IMPLANTADOS NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
CONFORME PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
EM CONFORMIDADE COM ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
EM QUE PESE A DIFICULTADA NA OBTENÇÃO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR, O FLUXO DE RECURSO ATENDEU AS NECESSIDADES PREVISTAS.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 178 - Modernização e Manutenção do Parque Gráfico Municipal

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Sistemas informatizados

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Pessoal remunerado.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: MARCELO AUGUSTO MENDES BARBOSA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto

Com o crescimento da quantidade dos inativos que migraram da PMPV para o IPAM, causou impacto orçamentário no referido programa.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Os beneficiários foram atendidos dentro da meta prevista.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: A Instituição não tem necessidade da participação social, tendo em vista os benefícios já serem metas priorizadas da Instituição.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não existe nenhuma dificuldade para implantação do sistema de avaliação, quanto a satisfação dos beneficiários, as mesmas poderão ser implantadas no site do Ipam, através de votação, medindo o grau de satisfação e insatisfação dos beneficiários atendidos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados no sistema informatizado do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O índice alcançado foi o esperado, ficando assim dentro da margem prevista.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

2010:

O índice alcançado estava dentro do previsto, portanto, de acordo com a meta prevista.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Meta não realizada por conveniência administrativa, ficando para o próximo exercício a execução desta meta.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 121 - Implementação de Ações de Informatização

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 204 - Realização de Concurso Público

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Adiamento da execução da ação para o próximo exercício 2011.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
O orçamento orçado foi suficiente, mas não foi executado devido o adiamento da execução da ação para o próximo exercício (2011).

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A ação não foi executada devido o adiamento da execução da ação para o próximo exercício (2011).

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta alcançada foi a esperada, ficando dentro da margem prevista, para esta ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Impacto das ações com recursos não orçamentários:
2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:
2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 301 - Manutenção e Funcionamento do Conselho Municipal de Previdência - CMP

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

4.5.7 Restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Conceder benefícios aos segurados, dependentes, aposentados e pensionistas do IPAM.
Público Alvo: Segurados e dependentes do Ipam
Justificativa:

Gerente: SILVIO NEY LEAL SANTOS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto
Os beneficiários foram atendidos acima da meta prevista.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Os proventos dos servidores inativos e pensionistas foram pagos dentro da programação mensal.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: A Instituição não tem necessidade da participação social, tendo em vista os benefícios já serem metas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM

priorizadas da Instituição.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não existe nenhuma dificuldade para implantação do sistema de avaliação, quanto a satisfação dos beneficiários, as mesmas poderão ser implantadas no site do Ipam, através de votação, medindo o grau de satisfação e insatisfação dos beneficiários atendidos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 096 - Fundo de Reserva para Previdência Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

A meta alcançada não foi a esperada, sendo assim ficando abaixo da margem prevista.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

Sem execução orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Mesmo liberados, os recursos não foram utilizados durante o exercício, tendo em vista que não houve necessidade de sua utilização.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 183 - Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
O índice alcançado ficou acima do esperado em razão do número elevado de aposentadorias concedidas no exercício.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 184 - Pagamento de Auxílio Doença

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: **012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM**

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 185 - Pagamento de Auxílio Reclusão

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 187 - Pagamento de Salário Maternidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
As respostas as quais estamos nos referindo superou a situação planejada para o ano de 2010.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: MARCELO AUGUSTO MENDES BARBOSA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Outros:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Através do Portal da Transparência a sociedade pode verificar os andamentos dos processos deste Instituto, e assim, verificar os resultados alcançados.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Não existe nenhuma dificuldade para implantação do sistema de avaliação, quanto a satisfação dos beneficiários, as mesmas poderão ser implantados no site do Ipam, através da Ouvidoria que poderá medir o grau de satisfação e insatisfação dos beneficiários atendidos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com a manutenção da Unidade Administrativa.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 013 - Aquisição de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Meta não realizada por conveniência administrativa, ficando para o próximo exercício a execução desta meta.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Não houve movimentação financeira.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

O índice alcançado ficou abaixo do previsto, em razão do adiamento do concurso público que estava programado para ser realizado no ano de 2010.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O índice alcançado foi o esperado, ficando assim dentro da margem prevista. Contudo é importante ressaltar que ao invés de áreas construídas foram efetuados reformas no telhado, e serviços de drenagem na área externa do prédio do IPAM.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Reformas no telhado, e serviços de drenagem na área externa do prédio do IPAM.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas de capital previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 121 - Implementação de Ações de Informatização

4.5.1 Monitoramento



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com suprimentos e equipamentos de informática.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 204 - Realização de Concurso Público

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

O índice alcançado ficou abaixo do previsto, em razão do adiamento do concurso público que estava programado para ser realizado no ano de 2010.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados. Ação não executada.

4.5.5 Fluxo de Recursos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Sem movimentação financeira.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O índice alcançado ficou abaixo do previsto, em razão do adiamento do concurso público que estava programado para ser realizado no ano de 2010.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração de pessoal.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Oferecer aos segurados e dependentes do IPAM atendimento hospitalar, laboratorial, ambulatorial, odontológico e auxílio funeral
Público Alvo: Segurados e dependentes do Ipam
Justificativa:

Gerente: ODALICE PEREIRA DA SILVEIRA TINOCO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quantidade de procedimentos médicos	Previsto	177.780	186.000	194.370	203.116
	Apurado	187.330			
	Relação % (Apurado/Previsto)	105,37	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	92,23	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: O índice apurado em 2010, está dentro da margem de erro a ser considerada.

02 - Quantidade de procedimentos odontológicos	Previsto	29.469	30.796	32.200	33.650
	Apurado	48.468			
	Relação % (Apurado/Previsto)	164,47	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	144,04	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: O índice apurado justifica-se em razão do aumento do número de segurados e dependentes que utilizaram o serviço oferecido.

03 - Quantidade de benefícios de pensões por morte	Previsto	24	24	24	24
	Apurado	29			
	Relação % (Apurado/Previsto)	120,83	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	120,83	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: O índice apurado em 2010, está dentro da margem de erro a ser considerada.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Essa lacuna poderá ser suprida com a efetivação do concurso público previsto para ser realizado até a execução final do PPA.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Com a implantação da Ouvidoria será possível atender os anseios da sociedade!

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Através de visitas hospitalares, realizada pelo serviço social deste Instituto.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 039 - Atendimento Hospitalar, Laboratorial e Ambulatorial

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A Meta Realizada ficou acima do previsto em razão do aumento do número de segurados e dependentes, gerando com isso uma demanda maior, bem como também o incremento de serviços oferecidos por este IPAM.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 040 - Atendimento Odontológico

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A Meta Realizada ficou acima do previsto em razão do aumento do número de segurados e dependentes, gerando com isso uma demanda bem maior no número de Atendimentos Odontológicos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 043 - Auxílio Funeral

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

O índice alcançado ficou acima do previsto, em razão do número elevado de falecimento de servidores.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

A dotação orçamentária inicial foi insuficiente em razão do aumento do salário mínimo, que norteia o cálculo desses benefícios, daí a necessidade da suplementação orçamentária ocorrida no período.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: NEIDE MARIA GADELHA SANTANA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto

O ORÇAMENTO DESTINADO AO PROGRAMA NÃO FOI SUFICIENTE PARA DESENVOLVER AS ATIVIDADES PROGRAMADAS

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

ATENDEU DE ACORDO COM O ORÇAMENTO DESTINADO A ESTE PROGRAMA

2.4 Outras Considerações

2010: NO TOCANTE A ESTRUTURA FÍSICA HÁ NECESSIDADE DE MELHORIAS, COMO A CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO PRÓPRIO, COM INSTALAÇÕES QU

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

RECURSOS MATERIAIS: DATA-SHOW, COMPUTADORES PARA O LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, PRÉDIO PRÓPRIO E ETC...

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

NECESSITAMOS DE PROFISSIONAIS DAS ÁREAS DE INFORMÁTICA, CONTADOR, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO E ETC...

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: O PROGRAMA NÃO DISPÕE DE MECANISMO DE AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO.

4.4 Satisfação dos Beneficiários



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

REUNIOES PARA DISCUSSAO DAS AÇÕES REALIZADAS

Sistemas informatizados

ACOMPANHAMENTO ATRAVÉS DE SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO

Relatórios de gestão

A EQUIPE REALIZA MENSALMENTE RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: COMPRA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE COMO: NOTEBOOKS, CADEIRAS, MESAS, CAFETEIRA, DATA-SHOW, ARMÁRIO SUSPENSO E ETC...

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

NÃO HOUVE RECURSOS SUFICIENTES

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

ACOMPANHAMENTO ATRAVES DO SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
FOI ATINGIDA COM SUCESSO A META PROPOSTA

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: PAGAMENTO DE AUXILIO TRANSPORTE EM PECUNIA AOS SERVIDORES DA FUNESCOLA

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
ATENDEU A META PROPOSTA APESAR DO REMANEJAMENTO ATRAVÉS DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
ATENDEU A META PROPOSTA

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 031 - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar a qualificação profissional e pessoal dos servidores municipais e os serviços de qualidade aos usuários do serviço público municipal.
Público Alvo: Servidores municipais
Justificativa:

Gerente: JOSINÉIA ARAÚJO RODRIGUES
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de Servidores capacitados	Previsto	22	24	26	28
	Apurado	1792			
	Relação % (Apurado/Previsto)	8.145,45	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	6.400,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: A META FOI ATINGIDA

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto
A META FOI ATINGIDA

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
OS CURSOS ESTÃO ATENDENDO AS EXPECTATIVAS DOS SERVIDORES PRINCIPALMENTE NA ÁREA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: **031 - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS**

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
FALTA RECURSOS HUMANOS NA ÁREA PEDAGÓGICA COMO: ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO, PROFESSORES ESPECÍFICOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Outros:

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

ATENDIMENTO DE QUALIDADE A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO ATRAVÉS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA PREFEITURA

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

ATRAVÉS DE CURSOS VOLTADOS PARA O ATENDIMENTO AO PÚBLICO

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Acompanhamento das atividades mais de perto.

Visitas in loco

Realização de visitas periódicas.

Relatórios de gestão

Relatórios de avaliações após cursos.

Outros:

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DE ACORDO COM O INTERESSE DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS, COM CURSOS GERAIS, ESPECÍFICOS E ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM GERAL

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

OCORRÊNCIA DE SUPLEMENTAÇÕES PARA CAPACITAÇÕES CONFORME SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

ATENDIDOS DE ACORDO COM OS CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROGRAMADOS

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: **031 - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS**

2010: Contingenciamento orçamentário

ORÇAMENTO INSUFICIENTE

Outros:

FALTA DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA DOS SERVIDORES NOS CURSOS ADOTADOS PELA FUNDAÇÃO

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Dentro das normas foram atendidas as solicitações para implementação das ações dos programas finalísticos.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Foram atendidas todas as solicitações dos Departamentos e Divisões da Secretaria

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência

São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS

Gênero

São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS

Criança e Juventude

São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

morosidade nos processos administrativos, para aquisição bens e serviços

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

estrutura muito pequena para organização e desenvoltura do programa

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

devido espaço pequeno, o quantitativo de recursos humanos torna-se muito resumido, distribuindo de forma inadequadas as atividades gerenciais.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Outros:

suporte aos programas finalísticos

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Apoio aos Programas Finalísticos, com aquisição de bens e serviços

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não se trata de Programa Finalístico.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

Demonstrando a aquisição de bens e serviços, demonstrando aplicações dos recursos

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de materiais, bens e serviços; entrega de materiais, controle e saída de mercadoria.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Porem havendo aumento da demanda haverá necessidade de implantação de recursos

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram liberados no decorrer do exercício, havendo antecipação de cotas, remanejamento, suplementações por superavit financeiro e por excesso de arrecadação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Neste programa não se utiliza recursos de origem não orçamentária.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade nos tramites processuais

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 042 - Auxílio Alimentação ao Servidor



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões diárias com Departamentos e Diretores
Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações do Programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendido os servidores que recebem auxílio alimentação

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Havendo suplementações orçamentárias, por excesso de arrecadação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Diárias com diretores de departamentos
Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenvolvidas por este programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Com o pagamento do auxílio transporte a servidores e empregados diretamente em folha, houve atendimento geral de metas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Auxílio Transporte ao servidor

4.5.4 Execução Orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram atendidos no decorrer do exercício.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos Oriundos do Tesouro Municipal

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 054 - Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Para avaliar a necessidade de treinamento e aperfeiçoamento servidor
Relatórios de gestão
Demonstrando os resultados dos treinamentos, no atendimento aos usuarios das Unidades de Saude

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme Planejamento

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Reuniões de trabalho
Reuniões diárias para analisar necessidade de contratações de novos recursos humanos
Sistemas informatizados
manutenção diária do sistema
Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a novas contratações, inauguração de novas unidades de saúde

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: Pessoal Civil Remunerado

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Suficientes
Houve aumento na Contratação de Pessoal, devido a novas unidades construídas e ampliadas

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

- 2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

- 2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos de Origem Especificamente do Tesouro Municipal.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

- 2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fortalecer e expandir a estratégia de saúde da família - ESF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS na atenção básica à saúde no Município de Porto Velho
Público Alvo: População do Município de Porto Velho
Justificativa:

Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de cobertura da estratégia de saúde da família	Previsto	50	55	65	70
	Apurado	70			
	Relação % (Apurado/Previsto)	140,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	100,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Houve um aumento populacional, e processo de implantação de equipes ainda não foi finalizada.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Teve aumento de ações nos programas finalísticos

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Devido o aumento de cobertura populacional pelas Equipes da Saúde da Família.

2.4 Outras Considerações

2010: Todo Município deve promover a estruturação da assistência farmacêutica e garantir, em conjunto com as demais esferas de governo, o acesso da população

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS
Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS
Gênero
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS
Criança e Juventude
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

- 2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há necessidade de diminuir a burocracia no processo de aquisição de bens e serviços
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Deve haver novas contratações de recursos humanos para atuação na Gestão da Atenção Básica
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Deve haver novas contratações de Recursos humanos

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

- 2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Deve haver novas Contratações de Recursos Humanos para atuação na Gestão da Atenção Básica
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Deve haver novas Contratações de Recursos Humanos

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

- 2010: Reunião com grupos de interesse
São reuniões com associação de bairros, representantes de categorias de diversas representações sociais
Discussão em Conselho Setorial
Reuniões periódicas no Conselho Municipal de Saúde
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
A execução do programa se dá em conformidade com a necessidade apresentada por cada grupo ou categoria de diversas representações sociais.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

- 2010: Sim
Mecanismos adotados:
Através da Avaliação e Monitoramento da Qualidade da Atenção Básica (AMQ)

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 024 - Aquisição de Medicação Básica

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com Diretores
Sistemas informatizados
Alimentado Diariamente
Relatórios de gestão
Demonstrando todas ações do programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Assistência Farmacêutica.
Fornecimento de Medicamentos para os tratamentos realizados nas Unidades de Saúde do Município de Porto Velho.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: Aquisição de Medicamentos

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Suficientes



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Por antecipação de cotas, e superavit financeiro.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos utilizados na ação são oriundos do Fundo Nacional de Saúde

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Devido a morosidade nos trâmites processuais

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 070 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões diárias com Diretores de Unidades de Saúde e Policlínicas, para não haver descontinuidade do programa
Visitas in loco
Semanalmente
Sistemas informatizados
Diariamente
Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações do programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Não houve melhor cumprimento de metas devido a morosidade nos trâmites processuais.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Reformas e ampliação de três (03) Unidades de Saúde, construção de (06) seis Unidades de Saúde.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Os recursos foram suficientes para execução das obras

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram abertos no decorrer do exercício, créditos adicionais suplementares por excesso e superavit financeiro.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Os recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde, ou Tesouro Municipal, ou Celebração de Convenios

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE

2010:

Morosidade nos Tramites Processuais

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 149 - Manutenção das Unidades Básicas de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

Acompanhamento diário

Sistemas informatizados

Alimentação diária do sistema

Relatórios de gestão

Demonstrando todas as ações

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foram mantidas todas as Unidades de Saúde

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de Equipamentos, Materiais e Serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Os recursos liberados no decorrer do exercício foram suficiente para ação do programa, porém com a construção de novas unidades será necessário o aumento de recursos financeiros no programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram liberados no decorrer do exercício créditos suplementares por remanejamento, superavit, e excesso de arrecadação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Recursos do Fundo Nacional de Saúde

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade nos tramites processuais

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 400 - Expansão de unidades de saúde da família

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

Visitas diárias as unidades de saúde

Sistemas informatizados

Alimentação diária do sistema (SIAB)

Relatórios de gestão

Demonstrativo das ações executadas no decorrer do exercício



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição bens e serviços, implantação de novas equipes do PSF.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Havendo abertura de Credito Suplementar por remanejamento, supervit financeiro e excesso de arrecadação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos oriundos do Fundo Nacional de Saude e Tesouro Municipal

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos tramites processuais

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 401 - Execução do projeto SIS-FRONTIEIRA

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões com Divisões e Departamentos
Relatórios de gestão
Demonstrando a execução do projeto

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Morosidade no desenvolvimento do processo de aquisição.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Adquiridos bens e serviços para algumas unidades de saúde

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Faltam ser executados restante previsto.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação



Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 402 - Aparelhamento das unidades de saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco
Visitas diárias analisando as necessidades de cada unidade de saúde
Relatórios de gestão
Demonstrando os produtos adquiridos

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Unidades reformadas e construídas

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Reformas de (06) seis unidades de saúde, e construção de (03) unidades novas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
recursos de convenio entre Ministerio da Saude e Muunicipio

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais

4.5.8 Parcerias



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa: **009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE**

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Controlar as zoonoses e reduzir a densidade vetorial
Público Alvo: População de Porto Velho
Justificativa:

Gerente: DEUZELI SALES DE SOUZA PEREIRA

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de vacinação em campanha animal	Previsto	85	85	90	90
	Apurado	70,62			
	Relação % (Apurado/Previsto)	83,08	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	78,47	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

02 - Taxa de identificação e eliminação de focos e/ou criadouros de aedes aegypti e/ou aedes albopictus nos imóveis	Previsto	45	45	45	45
	Apurado	54			
	Relação % (Apurado/Previsto)	120,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	120,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

03 - Taxa de incidência parasitária anual da malária (IPA)	Previsto	10	12	15	15
	Apurado	6,1			
	Relação % (Apurado/Previsto)	61,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	40,67	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Observa-se que, em relação ao ano de 2009 houve um acréscimo de 16% nos casos de malária em 2010, identificado principalmente nas áreas de abrangência das hidrelétricas.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Após última campanha os meios de comunicação demonstraram que a vacina utilizada na vacinação em 2010 poderia ser um dos motivos de alguns terem ido a obito em algumas capitais do Brasil, levando a população ter insegurança em vacinar seus animais, levando-os para serem vacinados em clínica particular.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito

Após última campanha os meios de comunicação demonstraram que a vacina utilizada na vacinação da campanha nacional 2010 poderia ser um dos motivos de alguns terem ido a obito em algumas capitais do Brasil, levando a população ter insegurança em vacinar seus animais, levando-os para serem vacinados em clínica particular.

2.4 Outras Considerações

2010: As estratégias desenvolvidas para essas atividades, diversas dessas preconizadas pelo ministério da saúde, compreendem a captura de animais soltos em vias

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSSES

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Definição dos indicadores
Em desenvolvimento. A ausência de indicadores prejudica a avaliação dos resultados do programa.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS
Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS
Gênero
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS
Criança e Juventude
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os Recursos Financeiro são insuficiente, para o desenvolvimento do programa, devido o aumento populacional dentro do Município aumentando a dimensão de atendimento.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Os Recursos Financeiro são insuficiente, para o desenvolvimento do programa, devido o aumento populacional dentro do Município aumentando a dimensão de atendimento.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Contratação de Recursos Humanos - Agentes de Combate a Endemias.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Capacitação para os novos contratados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse
Ministerio Publico, Estado, Escolas Igrejas, Associação de Bairros e Exercito, sempre que solicitado
Discussão em Conselho Setorial
As atividades do programas são desenvolvidas junto com Conselho Municipal de Saude
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
São multiplicadores de informação, dessa forma ajudando no controle

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Índice Rápido de Aedes aegypti – LIRAa

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 437 - Manutenção das Atividades de Controle de População Animal (Campanhas, Remoções, Capturas, Observações Clínicas e Coletas)

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões em periodos de campanha com Diretores de Unidades e servidores que participaram das campanhas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSSES

Visitas in loco
As visitas são nos períodos de campanha, para alcançar metas de vacinação
Sistemas informatizados
Sistema alimentado periodicamente
Relatórios de gestão
Demonstrando as ações desenvolvidas no programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Morosidade na aquisição de bens e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram feitas suplementações e reduções orçamentárias, por excesso de arrecação, superavit financeiro e remanejamento.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão dos processos de aquisição.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 438 - Manutenção das Atividades de Controle Vetorial (Visita Domiciliar, Borrifação Residual, Espacial, Coleta Larvaria, Identificação e Tratamento de Criadouros)

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas, para acompanhar o desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelo programa
Visitas in loco
Visitas diárias pelos agentes de combate a endemias
Sistemas informatizados
Alimentação do sistema SISFAD e SIVEP Malaria, vetores SIVEP
Relatórios de gestão
Demonstração do resultado de toda ação do Programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Aumento populacional.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **017 - CONTROLE DE ZOONOSSES**

2010: Aquisição de bens e serviços

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Devido o aumento populacional, aumentou a demanda de serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Liberação de Créditos Orçamentários, por remanejamento, excesso de arrecadação e superavit financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Os Recursos são do Fundo Nacional de Saúde

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Expandir o número de ESB na estratégia da saúde da família, aumentando a oferta de consultas para tratamento odontológico curativo e ampliação maciça do acesso a escovação dental supervisionada com dentifrício fluoretado, buscando uma significativa redução do índice de CPD.

Público Alvo: População do Município de Porto Velho

Justificativa:

Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de equipes de saúde bucal (ESBs)	Previsto	45	49	53	57
	Apurado	32			
	Relação % (Apurado/Previsto)	71,11	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	56,14	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Dados do SB Brasil do M.S. 2010 p/a região Norte. Os dados específicos p/ Porto Velho não estão compilados prev.p/abril de 2011.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto
Equipes de Saúde Bucal em processo de credenciamento, e não suprimento de necessidade de recursos humanos.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
O aumento populacional de Porto Velho aumentou a demanda nos atendimentos, conforme pesquisa de satisfação do usuário feita pela Secretaria de Saúde.

2.4 Outras Considerações

2010: Fortalecer o protocolo de referência para os Centros de Especialidades Odontológicas, nas áreas de: Endodontia, Periodontia, Cirurgia Oral Menor, atendimen

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS
Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS - Centro de Especialidade Odontológica ao usuário "PNE" em alta e média complexidade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL

Gênero
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS
Criança e Juventude
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Instalação de 50% dos consultorios odontologicos novos, do previsto para 2010

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Deficit no quadro de Recursos Humanos de 30 odontólogos e 45 auxiliares de consultorios odontologicos.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Aumento de Recursos Humanos qualificados.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse
Reuniões periódicas, quando solicitadas
Discussão em Conselho Setorial
Reunião periódica

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhora no desenvolvimento do Programa

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
Aumento populacional de Porto Velho. Aumentou a demanda nos atendimentos, conforme pesquisa de satisfação do usuário feita pela Secretaria de Saude

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 041 - Atendimento Preventivo e Curativo da Saúde Bucal do Usuário

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Periodicamente
Visitas in loco
Periodicamente
Sistemas informatizados
Periodicamente
Relatórios de gestão
Periodicamente

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Dorrespondendo aproximadamente a 70% do Plano Municipal de Saude

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de insumos, material, bens e serviços

4.5.4 Execução Orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Dificuldades na conclusão de processo de aquisição.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Abetura de créditos adicionais suplementares por remanejamento, superavit financeiro, excesso de arrecadação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Os recursos utilizados no programa utiliza recursos do Fundo Nacional de Saúde

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 395 - Manutenção dos centros de especialidades odontológicas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Periodicamente
Visitas in loco
Periodicamente
Sistemas informatizados
Periodicamente
Relatórios de gestão
Periodicamente

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de insumos, bens e serviços

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Morosidade na conclusão de processo de aquisição de insumos, materiais e bens de serviço

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Abeturas de créditos adicionais suplementares por remanejamento, superavit financeiro, excesso de arrecadação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos do Fundo Municipal de Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **067 - SAÚDE BUCAL**

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão de processos de aquisição

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Expandir as inspeções sanitárias para manter o controle da qualidade dos produtos e serviços de interesse da saúde coletiva.
Público Alvo: População do Município
Justificativa:

Gerente: RONALD GABRIEL PASSOS DA SILVA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de inspeções realizada ao ano	Previsto	2785	2836	2937	3037
	Apurado	4000			
	Relação % (Apurado/Previsto)	143,63	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	131,71	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Neste campo engloba todas as ações fiscais de inspeção e atendimento de denúncias, além das orientações sobre o conhecimento técnico e operacional da VISA.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

O percentual de atendimento foi possível tendo em vista a otimização da força de trabalho fiscal do Departamento de Vigilância Sanitária.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

O grau de satisfação do setor regulador (Física/ Jurídica) é avaliado pela resolução dos problemas apresentados pelos contribuintes.

2.4 Outras Considerações

2010: O Departamento de Vigilância Sanitária, através das Divisões de Vigilância em Saúde Ambiental, Vigilância em Produtos e Serviços e Vigilância em Alimentos

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Dimensionamento do público-alvo

Estas questões tornarão adequadas com o aperfeiçoamento tecnológico que possibilite a integração, com outros setores, na busca de um banco de dados comum a todas as instituições que trabalhem com estabelecimentos de interesse a saúde e consequentemente tr

Definição dos indicadores

Estas questões tornarão adequadas com o aperfeiçoamento tecnológico que possibilite a integração, com outros setores, na busca de um banco de dados comum a todas as instituições que trabalhem com estabelecimentos de interesse a saúde e consequentemente tr

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Gênero

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Devido a morosidade nos tramites processuais para aquisição de bens e serviços

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Deficiencia tecnologico que possibilite a integração, com outros setores, na busca de um banco de dados comum a todas as instituições que trabalhem com estabelecimentos de interesse a saude e consequentemente trabalharemos com indicadores que possa medir

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

levando em consideração o indice populacional do municipio e o incremento dos estabelecimento sujeitos a fiscalização de VISA, havendo há necessidade de contratações de mais fiscais

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Estas questões tornarão adequadas com o aperfeiçoamento tecnologico que possibilite a integração, com outros setores, na busca de um banco de dados comum a todas as instituições que trabalhem com estabelecimentos de interesse a saude e consequentemente tr

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Reunião com grupos de interesse

O controle Social Ocorre nas Reuniões Periodicas do Conselho Municipal de Saude, alem de reuniões normais com conselho de classe e associação de bairros.

Discussão em Conselho Setorial

O controle Social Ocorre nas Reuniões Periodicas do Conselho Municipal de Saude, alem de reuniões normais com conselho de classe e associação de bairros.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Por meio de contatos e eventos educativos

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 090 - Fiscalização e Inspeção Sanitária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

Relatório de Gestão demonstrando todas as ações desenvolvidas pela VISA

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

As ações fiscais isoladas responderam com 70%

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Houve no decorrer do exercicio créditos adicionais suplementares, por excesso de arrecadação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Lentidão na conclusão nos trâmites processuais para aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Controlar doenças e agravos de maior magnitude no Município de Porto Velho.
Público Alvo: População do Município de Porto Velho
Justificativa:

Gerente: RUTH BESSA PINTO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera	Previsto	70	70	80	85
	Apurado	51			
	Relação % (Apurado/Previsto)	72,86	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	60,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Desenvolver ações de monitoramento e avaliações considerando o perfil epidemiológico identificando e encerrar adequadamente todos os casos junto ao SINAN, conforme os critérios estabelecidos pelo Program Nacional de Prevenção e controle da Tuberculose do Minist'werio da Saúde.

02 - Notificação dos casos de sífilis em gestantes	Previsto	70	90	100	100
	Apurado	66,8			
	Relação % (Apurado/Previsto)	95,43	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	66,80	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Ampliar as notificações de sífilis em gestantes considerando o ano anterior.

03 - Taxa de mortalidade por acidente de trânsito	Previsto	24,23	23,74	23,27	22,80
	Apurado	29,12			
	Relação % (Apurado/Previsto)	120,18	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	127,72	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Aumento da mortalidade por acidente de trânsito é possível que tenha se dado devido aumento de veículos automotores circulando diariamente no trânsito de Porto Velho.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto

As ações da vigilância epidemiológica buscam o conhecimento, a detecção ou prevenção de fatores determinantes e condicionantes da saúde pública, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos tem sido realizadas. No entanto, devido as sub-notificações das doenças e agravos de notificação compulsória não foram alcançadas algumas metas.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada

Não há instrumentos de avaliação formal da satisfação do usuário em relação a atenção as doenças sexualmente transmissíveis, as doenças do aparelho respiratório e os agravos não transmissíveis.

2.4 Outras Considerações

2010: A Secretaria está fazendo um apelo aos educadores quanto à colaboração, no sentido de promover educação preventiva no combate a dengue. Os estudantes:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Este tema é abordado com a construção dos indicadores epidemiológicos, buscando mostrar se há maior vulnerabilidade de alguma raça/cor diante dos agravos e doenças notificados.

Pessoa com Deficiência

Este tema tem sido discutido em seminários, palestras visando principalmente melhorar a acessibilidade das pessoas com deficiência.

Gênero

Tema abordado em ações de prevenção as DST/HIV/AIDS e discutido em seminários, oficinas, palestras, buscando principalmente mostrar estratégias que podem ser utilizadas em ambos os sexos para manutenção da saúde produtiva e reprodutiva.

Criança e Juventude

Este tema é abordado com a construção dos indicadores epidemiológicos, buscando mostrar se há maior vulnerabilidade de alguma idade diante dos agravos e doenças notificados.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Há necessidade de contratação de mais recursos humanos para responder pela coordenação de diversos agravos importantes à saúde pública.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Há necessidade de contratação de mais recursos humanos para executar as ações de campo que são estratégicas para que a vigilância epidemiológica desenvolva suas funções de maneira o mais oportuna possível.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

Reuniões com grupos de interesse sempre que se observa a necessidade de organização ou melhora do serviço.

Discussão em Conselho Setorial

Apresentação ao Conselho Municipal de Saúde do perfil epidemiológico das doenças e agravos de interesse a saúde pública e as ações a serem desenvolvidas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

As contribuições referentes a propostas de melhoria no atendimento, assim como propostas de estratégias de prevenção.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não há indicadores ou outra forma de avaliação formal da satisfação do usuário para as ações desenvolvidas em relação as DST, das doenças respiratórias e das doenças e agravos não transmissíveis. Para se ter esta informação acredita-se ser necessário a contratação de empresa especializada ou a implantação de uma ouvidoria na Secretaria de Saúde.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 240 - Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL

Reuniões técnicas com os coordenadores, supervisores, vacinadores e colaboradores, trimestralmente
Visitas in loco
Visitas Técnicas nas salas de vacinas semanalmente
Sistemas informatizados
Esta previsto para o mês de maio/2011, a implantação do SI-PNI(sistema de informação do Programa Nacional de Imunizações) em todas as salas de vacina no município de Porto Velho
Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações do programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado vacinação casa a casa, extra muro, zonas rurais e urbana.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve no decorrer do exercício, suplementações orçamentarias por remanejamento, superavit financeiro e excesso de arrecadação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Fundo Nacional de Saude

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 243 - Controle de Doenças e Agravos não Transmissíveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Análise de indicadores de saúde, elaboração de informes técnicos, reuniões pontuais, conforme necessidade.
Sistemas informatizados
Alimentação diária do sistema SINAN e SIM
Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações executadas pelo Programa, assim como perfil epidemiológico

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A redução da mortalidade por acidente de transito é possível que tenha se dado devido ao aumento de veículos automotores circulando diariamente no trânsito de Porto Velho, pois o fluxo dos veículos se tornou mais lento fazendo com que os acidentes ocorridos sejam mais leves, diminuindo o numero de vítimas fatais. É também possivelmente, devido a uma maior utilização dos dispositivos de segurança, tanto pelo motorista quanto pelo passageiro.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade em conclusão de processos de aquisição.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 393 - Controle de doenças sexualmente transmissíveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Conforme necessidade de demanda
Visitas in loco
Faz parte da rotina do programa visitas em locais estratégicos, de prevenção e assistência as DSTs e AIDS
Sistemas informatizados
Sistema alimentado quadrimestralmente com execução de metas
Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações executadas pelo Programa, assim como perfil epidemiológico

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A meta não alcançada se dá em função das poucas notificações feitas pelos profissionais de saúde. Este dado reflete a realidade de sub-notificações das doenças sexualmente transmissíveis em nosso município. Apesar da meta não alcançada, sabe-se que em todas as Unidades de Saúde esteve disponível, durante todo o ano de 2010, o medicamento para o tratamento da sífilis. Portanto, acredita-se que o não alcance da meta se dá pela não notificação da doença, mas que foi feito o tratamento em todos os casos identificados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Abertura de créditos adicionais suplementares, por remanejamento e superávit financeiro.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade em conclusão de processos de aquisição

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 394 - Controle das Doenças Respiratórias

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões trimestrais com os diretores das unidades de saúde
Visitas in loco
Visita domiciliar a pacientes faltosos ou em abandono do tratamento
Sistemas informatizados
Alimentação diária do sistema de informação
Relatórios de gestão
Demonstrando as ações e resultados do programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atividades desenvolvidas no Ano de 2010:
- *Visita mensal de Supervisão nas Unidades de Saúde da zona urbana de Porto Velho;*
- *Visitas domiciliares aos pacientes faltosos ou em abandono do tratamento da tuberculose;*
- *Reuniões com diretores das Unidades de Saúde para informação sobre a mudança de esquema do tratamento da tuberculose;*
- *Reunião com os gestores das Unidades de Saúde para planejamento das ações do dia mundial de controle da tuberculose, como também orientá-los sobre a coleta do material para baciloscopia e posterior encaminhamento para os laboratórios que realizam o exame;*
- *Capacitação para biomédicos, bioquímicos e técnicos de laboratórios em baciloscopia;*
- *Realização de duas campanhas do dia mundial e nacional de controle da Tuberculose com distribuição de folders educativos sobre sinais e sintomas da doença;*
- *Reuniões de monitoramento e avaliação com enfermeiros das Unidades de Saúde;*
- *Supervisão e monitoramento do PCT nos presídios de Porto Velho;*
- *Introdução do novo esquema terapêuticos do Programa de Tuberculose;*
- *Oficina de implantação do Protocolo de Enfermagem em TDO (Tratamento diretamente observado) para todos os enfermeiros das unidades de saúde;*
- *Oficina de capacitação em tuberculose para todos os profissionais da Unidade Saúde do Mariana;*
- *Capacitação em tratamento diretamente observado em tuberculose (TDO) para Médicos e Enfermeiros de todas as unidades de saúde;*
- *Reunião com a Divisão de Apoio ao Diagnóstico para a implementação das baciloscopia;*
- *Visita de monitoramento e avaliação do PCT em todos os distritos de Porto Velho.*

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Para realizar toda a meta da ação houve apoio de outros programas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL**

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:
2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:
2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão dos processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **119 - MATERNIDADE**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Melhorar a qualidade dos serviços executados pela Maternidade, ampliar e modernizar o espaço físico.
Público Alvo: Recém-nascidos com necessidade de internação em UTI, parturientes e adolescentes menores de 19 anos.
Justificativa:

Gerente: IDA PEREA MONTEIRO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de partos realizados ao ano	Previsto	4496	4710	4924	5138
	Apurado	6633			
	Relação % (Apurado/Previsto)	147,53	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	129,10	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

01 - Número de partos realizado ao ano	Previsto	4496	4710	4924	5138
	Apurado	6633			
	Relação % (Apurado/Previsto)	147,53	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	129,10	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

02 - Número de internações no berçário	Previsto	283	296	309	322
	Apurado	260			
	Relação % (Apurado/Previsto)	91,87	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	80,75	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

03 - Número de atendimentos em planejamento familiar	Previsto	2026	2210	2394	2578
	Apurado	10156			
	Relação % (Apurado/Previsto)	501,28	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	393,95	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
De Janeiro a dezembro de 2010 foram realizados um total de 3.860 partos

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
O estímulo ao parto humanizado, um dos pilares da maternidade, faz com que se tenha melhor aceitação junto a população usuária.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **119 - MATERNIDADE**

2.4 Outras Considerações

2010: Ressaltamos que se faz necessário, não apenas a qualificação permanente dos recursos humanos existentes na maternidade municipal, mas também dar me

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
São obdecidos os principios basicos do Sistema Único de Saude (SUS)
Pessoa com Deficiência
São obdecidos os principios basicos do Sistema Único de Saude (SUS)
Gênero
São obdecidos os principios basicos do Sistema Único de Saude (SUS)
Criança e Juventude
São obdecidos os principios basicos do Sistema Único de Saude (SUS)

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Recursos humanos insuficiente para gerir o programa
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Recursos humanos insuficinete para gerir o programa
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Qualificação periódica pelo PMS, para profissionais da área
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Qualificação periodica pelo PMS, para profissionais da área

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse
Sempre que solicitada
Discussão em Conselho Setorial
Reuniões periódicas com Conselho Muniicpal de Saude
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhoria no desenvolvimento do Programa

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
Através de mapas de produção.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 070 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **119 - MATERNIDADE**

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões com Secretário Municipal de Saúde demonstrando as ações do programa
Visitas in loco
Visitas diárias
Sistemas informatizados
Alimentação do sistema de informação
Relatórios de gestão
Demonstrando toda ação executada pelo programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Reforma do telhado da Maternidade Municipal.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Recursos suficientes para reforma executada. Recursos empenhados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

ACÃO: 396 - Manutenção de Maternidade Pública Municipal

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões com Secretário Municipal de Saúde demonstrando as ações do programa e as dificuldades encontradas
Visitas in loco
Visitas diárias
Sistemas informatizados
Alimentação do sistema de informação
Relatórios de gestão
Demonstração das Ações Realizadas no Exercício

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **119 - MATERNIDADE**

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Maternidade Mantida

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Não Realizado todo o orçamento devido a morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram feitas no decorrer do exercício algumas suplementações orçamentárias, por superavit financeiro, excesso de arrecadação e remanejamento.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover ações de educação a saúde da população e controle social no SUS
Público Alvo: População do Município de Porto Velho estimado em 383.425 habitantes (fonte: IBGE)
Justificativa:

Gerente: ANGELA RIBEIRO DE SOUZA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de reuniões ordinárias anualmente do CMS com mais de 70% de conselheiros presentes	Previsto	100	100	100	100
	Apurado	75			
	Relação % (Apurado/Previsto)	75,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	75,00	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
02 - Percentual de pessoas atingidas com ações de educação a saúde, ao ano, desenvolvidas pelo SUS sob a coordenação do NIEMSUS	Previsto	25	45	55	60
	Apurado	77			
	Relação % (Apurado/Previsto)	308,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	128,33	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

O programa em destaque tem como função apoiar as atividades dos respectivos setores que compõem a SEMUSA, tais como: fornecimento de material informativo e logístico para campanhas e palestras, assessoramento na comunicação e junto à imprensa, articulação interinstitucional em ações públicas de combate a endemias, atividades preventivas e de conscientização sobre fatores externos que desembocam na rede de atendimento da saúde pública municipal da Capital.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

- Enfermeiros da Zona Rural e da Maternidade participam do Curso sobre Mortalidade Neonatal.
- Administradores dos distritos participam da Campanha pelo Fim da Violência a Mulher
- Coordenadoria das Mulheres divulga campanha contra violência em postos de combustíveis
- Coordenadoria das Mulheres participa da Campanha do TJ pelo fim da violência doméstica e familiar
- Laço gigante lembra Dia Mundial de Combate à AIDS
- SEMUSA premia Unidades pela desenvoltura na Campanha —Saúde para Todos, um Natal Feliz com Você.
- Plano de contingência da dengue Integra —Operação Inverno lançado pela prefeitura.
- Laboratório Modelo para o Norte.
- Capital recebe plano de Contingência para tentar debelar proliferação da Dengue.

2.4 Outras Considerações

2010: Objetivo:: demonstrar as ações desenvolvidas pelo Núcleo Interinstitucional de Educação em Saúde - NIEMSUS, parte integrante da Secretaria Municipal de S

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS**
2010.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

- 2010: Raça
São obdecidos os princípios básicos do Sistema Único de Saude (SUS)
Pessoa com Deficiência
São obdecidos os princípios básicos do Sistema Único de Saude (SUS)
Gênero
São obdecidos os princípios básicos do Sistema Único de Saude (SUS)
Criança e Juventude
São obdecidos os princípios básicos do Sistema Único de Saude (SUS)

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

- 2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

- 2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

- 2010: Reunião com grupos de interesse
Realização de Reuniões Entidades, Associações, Ministerio Publico, sempre que solicitado
Discussão em Conselho Setorial
Reuniões com o Conselho Municipal de Saude, sempre que solicitado

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

- 2010: Sim
Mecanismos adotados:
Através de pesquisa realizada

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 397 - Capacitações para o processo de formação de conselheiros

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Reuniões de trabalho
Reuniões com o Conselho Municipal de Saude
Relatórios de gestão
Demonstrando as ações do Programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: Pagamento de diárias, e aquisição de passagens aéreas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS**

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.
2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:
2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve remanejamento para outras ações na atenção básica.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:
2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:
2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Expandir a rede laboratorial e de diagnóstico do Município de Porto Velho
Público Alvo: População do Município de Porto Velho
Justificativa:

Gerente: MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA MILHOMENS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de exames de radiologia oferecidos a população, ao ano	Previsto	39928	47414	56304	66861
	Apurado	72224			
	Relação % (Apurado/Previsto)	180,89	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	108,02	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
02 - Número de exames de ultrassonografia oferecidos a população, ao ano	Previsto	18143	21545	25585	30382
	Apurado	46726			
	Relação % (Apurado/Previsto)	257,54	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	153,80	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
03 - Número de exames de patologia clínica oferecidos a população, ao ano	Previsto	345557	388526	437092	491729
	Apurado	1281609			
	Relação % (Apurado/Previsto)	370,88	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	260,63	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

com a implantação do Laboratório Central, a Rede Municipal de laboratórios tanto das Policlínicas como dos Centros de Saúde e Unidades de Saúde da Família, tem agora, a capacidade aumentada para suportar a demanda de exames laboratoriais gerada pelos profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) das unidades de atenção básica do Município de Porto Velho, além de fornecer exames com altíssima qualidade e agilidade, melhorando a resolutividade dos exames laboratoriais

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Em consequência do processo de fortalecimento da rede de diagnóstico criou-se a Central de Diagnóstico, com equipamentos totalmente automatizados e interfaciados, localizado estrategicamente na Policlínica Rafael Vaz e Silva, com o objetivo de atender a demanda de exames exarada pelos pacientes do SUS do município de Porto Velho.

2.4 Outras Considerações

2010: O Município de Porto Velho mostrou uma tendência ao crescimento urbano de aproximadamente 91,67 % entre 2009 e 2010, muito superior à média nacional

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE**

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS
Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS
Gênero
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS
Criança e Juventude
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Apesar de novas contratações, existe a necessidade de contratação de mais técnicos da área específica
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Apesar de novas contratações, existe a necessidade de contratação de mais técnicos da área específica
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Capacitação diária, para acompanhar a evolução dos sistema que compoem o programa

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse
Reuniões sempre que solicitadas, com representantes de classe, governo, escolas.
Discussão em Conselho Setorial
Reuniões com Conselho Municipal de Saúde, sempre que solicitada.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhoria no desenvolvimento das ações.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
Pesquisa realizada pela Secretraia Municipal de Saúde.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 399 - Manutenção da rede diagnóstica laboratorial e por imagem nas unidades de saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Sistemas informatizados



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE**

Relatórios de gestão
Demonstrando todas ações do programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Vale ressaltar que o aumento da oferta dos serviços de exames laboratoriais sob a forma de comodato, trouxeram uma economia para o sistema municipal de saúde em média de 56,7% da tabela SUS. Destaca-se, ainda que o aumento apresentado garante uma autonomia para o município de Porto Velho de 93 da responsabilidade pactuada.

A capacidade instalada de resolutividade em 2008 era de 45%; quando comparada com a capacidade em 2010 observamos um aumento de 48% em apenas um ano. O processo de aumento de resolutividade da oferta dos serviços de exames laboratoriais prevê para o ano de 2011 o atingimento de 100% de sua capacidade após a instalação do laboratório de microbiologia.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Porém como está havendo o aumento da demanda, necessitar-se-á de implementação de mais recursos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram feitas no decorrer do exercício créditos adicionais suplementar por remanejamento, excesso e superavit financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Oferecer serviços com qualidade e resolutividade de média complexidade a população como suporte as ações de atenção básica
Público Alvo: População do Município de Porto Velho nas áreas urbana e rural (terrestre e ribeirinha)
Justificativa:

Gerente: MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA MILHOMENS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Redução de 40% de atendimentos ambulatoriais de urgência e emergência realizados à população de Porto Velho nos hospitais de referência	Previsto	70	60	50	48
	Apurado	67			
	Relação % (Apurado/Previsto)	95,71	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	139,58	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Índice de atendimento no HPSJPII no dia 20/10/10.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

O momento atual exige da gestão municipal uma reorganização deste nível de atenção, com projetos inovadores que estão em fase de conclusão e outros iniciando suas obras, podendo dar resultados positivos e responder ao impacto do crescimento populacional.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

De acordo com pesquisa de satisfação realizada junto aos usuários.

2.4 Outras Considerações

2010: Vários projetos iniciados em 2010 permanecem em andamento, como a implantação do Núcleo de Educação em Urgências (NEU), Protocolo de Atendimento

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Os atendimentos são realizados por classificação de risco e prioridades (idosos, gestantes, crianças e adultos com criança de colo)

Pessoa com Deficiência

Os atendimentos são realizados por classificação de risco e prioridades (idosos, gestantes, crianças e adultos com criança de colo)

Gênero

Os atendimentos são realizados por classificação de risco e prioridades (idosos, gestantes, crianças e adultos com criança de colo)

Criança e Juventude

Os atendimentos são realizados por classificação de risco e prioridades (idosos, gestantes, crianças e adultos com criança de colo)

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA



Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR**

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Algumas estruturas físicas da rede foram construídas de forma não compatível para financiamento da Urgência e Emergência.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Apesar das contratações, continua-se com o número de profissionais insuficientes para as atividades.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Ouvidoria

Audiência Pública

Consulta Pública

Reunião com grupos de interesse

Discussão em Conselho Setorial
Conselho Municipal de Saúde

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
Através de pesquisa realizada anualmente pela SEMUSA nas unidades de saúde

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 070 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Existe o setor de engenharia que conjuntamente com o DEMAC realiza esse monitoramento
Visitas in loco
Existe o setor de engenharia que conjuntamente com o DEMAC realiza esse monitoramento
Relatórios de gestão
Existe o setor de engenharia que conjuntamente com o DEMAC realiza esse monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Construção de (03) tres Unidades de Pronto Atendimento, na Zona Leste, Zona Sul e Jaci-Paraná.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Recursos orçamentários empenhados e não liquidados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR**

Foram feitos no decorrer do exercício suplementações orçamentárias

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 403 - Manutenção das unidades de pronto atendimento-UPAS

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Outros:
São realizadas as visitas in loco e após reuniões p/ discussões sobre o que foi encontrado para a realização satisfatória das manutenções.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram feitas no decorrer do exercício suplementações orçamentárias.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 404 - Expansão e manutenção de serviço de atendimento móvel de urgência

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho



Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR**

Visitas in loco

Sistemas informatizados

Relatórios de gestão

Demonstrando todas atividades desenvolvidas pelo programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Houve no decorrer do exercício Créditos Adicionais Suplementares por remanejamento, superavit financeiro e excesso de arrecadação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade nos processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 405 - Manutenção do centro de referência de especialidades médicas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Outros:

Aconteceram todos os itens acima elencados quando da inauguração da unidade, hoje esses serviços são executados pela policlinica Rafael Vaz e Silva.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Unidade ainda não inaugurada, podendo ser alterados seus índices a partir de seu funcionamento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR**

Unidade ainda não inaugurada, podendo ser alterados seus índices a partir de seu funcionamento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 406 - Manutenção do centro de apoio psicossocial

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Semanalmente para acompanhamento do programa
Visitas in loco
São feitas 2 visitas semanais a pacientes acompanhados em tratamento intensivo
Sistemas informatizados
Sistema a ser implantado até agosto de 2011
Relatórios de gestão
Demonstrando as ações dos programas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve um aumento da demanda populacional

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Os recursos financeiros serão insuficientes para o programa se houver aumento na demanda a ser atendida.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
No decorrer do exercício foram feitos remanejamentos orçamentários, para execução das ações deste programa em outro programa da atenção básica.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa: **123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR**

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade nos trâmites processuais na aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Ampliar a cobertura das ações de promoção a saúde e assistenciais a clientela específicas atendendo as prioridades de atenção do Plano de Ação Municipal, Estadual e Federal.

Público Alvo: Grupos estratégicos da população municipal (portadores de diabetes, hipertensão, idosos, cadastrados no bolsa família, nutrízes e crianças com carências alimentares)

Justificativa:

Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Redução da morbimortalidade por hipertensão arterial	Previsto	20	25	30	35
	Apurado	20			
	Relação % (Apurado/Previsto)	100,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	57,14	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

02 - Redução da morbimortalidade por Diabetes Mellitus	Previsto	4	6	8	11
	Apurado	1,58			
	Relação % (Apurado/Previsto)	39,50	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	14,36	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: A redução da mortalidade e suas complicações deu-se através da identificação e controle adequado e teve grande impacto.

03 - Acompanhamento nutricional das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família	Previsto	40	55	65	75
	Apurado	50			
	Relação % (Apurado/Previsto)	125,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	66,67	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Investimento em capacitações, investimento no programa, ampliação das equipes que atendem o programa.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Devido o aumento de equipes no programa, melhora o acesso aos serviços de saúde.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS**

2.4 Outras Considerações

2010: Sugestões : Implantar a Ouvidoria na Saúde, e caixas de sugestões nas UBS.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Através das atividades de educação em saúde desenvolvidas nas unidades, palestras orientadoras e nas visitas domiciliares realizadas pelos ACS.

Pessoa com Deficiência

Através das atividades de educação em saúde desenvolvidas nas unidades, palestras orientadoras e nas visitas domiciliares realizadas pelos ACS..

Gênero

Através das atividades de educação em saúde desenvolvidas nas unidades, palestras orientadoras e nas visitas domiciliares realizadas pelos ACS.

Criança e Juventude

Através das atividades de educação em saúde desenvolvidas nas unidades, palestras orientadoras e nas visitas domiciliares realizadas pelos ACS.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Devido a burocracia, nos trâmites processuais para aquisição dos materiais necessários para o desenvolvimento do programa.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

Reuniões com grupo de interesse, semestral.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Melhor implemento nas ações do Programa.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Pesquisa de satisfação dos usuários realizada pela Secretaria em 2010.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 408 - Capacitação de Profissionais do Sistema Único de Saúde nas áreas Estratégicas.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Trimestralmente nas Unidades de Saúde

Visitas in loco

Mensalmente nas UBS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS**

Sistemas informatizados
Sistemas alimentados diariamente: Hiperdia e Bolsa Família
Relatórios de gestão
Demonstrando as atividades desenvolvidas no decorrer do exercício.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Investimento em capacitações e ampliação das equipes que atendem o programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
O programa utilizou recursos de outros programas para que pudesse alcançar as metas. Morosidade no sistema processual de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 409 - Manutenção de Programas Estratégicos (Hiperdia, Carência Nutricional,...)

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Trimestralmente nas Unidade de Saude
Visitas in loco
Mensalmente nas UBS
Sistemas informatizados
Sistemas alimentados diariamente: Hiperdia e Bolsa Família
Relatórios de gestão
Demonstrando as atividades desenvolvidas no decorrer do exercício

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de Bens e Serviços



Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS**

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
No decorrer do exercício foram abertos créditos adicionais suplementares, por remanejamento, excesso de arrecadação e superávit financeiro.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Organizar o acesso dos usuários ao SUS, de acordo com suas necessidades de saúde, a oferta dos serviços existentes concomitante com ações de controle e avaliação

Público Alvo: Profissionais lotado no Departamento de Controle, Regulação e Auditoria do SUS (DAC) e Unidades de Saúde (Rafael Vaz e Silva, policlínicas: Manoel Amorim de Matos< Dr. José Adelino da Silva, Hamilton Raulino Gondim, Ana Adelaide, USF Aponiã.

Justificativa:

Gerente: MARIA DE FÁTIMA VITAL BRAGA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de unidades de saúde informativa de dados de produção	Previsto	65	55	45	35
	Apurado	66			
	Relação % (Apurado/Previsto)	101,54	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	188,57	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: É feito controle das avaliações das produções apresentadas mensalmente, continuamente para um melhor estudo de demanda de ofertas e serviços.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Acompanhamento constante na alimentação do sistema SIA SUS.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito
Falta capacitação dos recursos humanos na operacionalização do sistema SIA SUS.

2.4 Outras Considerações

2010: O fortalecimento da atenção básica, através da estratégia de saúde da família, representa a principal linha de ação da SEMUSA para abordar o déficit de cobe

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Espaço físico inadequado para desenvolvimento das ações do programa, além da necessidade de mais contratações de Recursos Humanos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS**

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Espaço físico inadequado para desenvolvimento das ações do programa, além da necessidade de mais contratações de Recursos Humanos
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Equipamentos e espaço físico inadequado, e necessidade de mais contratações de recursos humanos
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Equipamentos e espaço físico inadequado, e necessidade de mais contratações de recursos humanos

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
A qualificação sempre será insuficiente, uma vez que as mudanças constantes nos programas dependem das Portarias Ministeriais.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse
Reuniões CIB- Comissão Intergestores Bipartite.

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões periódicas no Conselhos de Saúde.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

- Monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial;
- Monitorar e fiscalizar e o cumprimento dos critérios nacionais, estaduais e municipais de cred

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Pouco satisfatória, uma vez que há a necessidade constante de capacitação devido as mudanças constantes no sistema pelo Ministério da Saúde.

4.5 Ações do Programa

ACÇÃO: 054 - Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Diretores Administrativos e Faturistas das Unidades de Saúde para avaliar o desempenho das produções apresentadas
Visitas in loco
Periodica para acompanhar e avaliar as produções
Sistemas informatizados
Atualiza mensalmente sistema de informação
Relatórios de gestão
Anual, demonstrando os resultados obtidos no exercício

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem movimentação de recursos orçamentários.

4.5.5 Fluxo de Recursos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS**

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldade nos trâmites processuais para aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 407 - Implementação do sistema de regulação do SUS

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Diretores Administrativos e Faturistas das Unidades de Saúde para avaliar o desempenho das produções apresentadas.
Visitas in loco
Visitas in loco periódicas, para acompanhar e avaliar as produções.
Sistemas informatizados
Atualiza mensalmente sistema de informação.
Relatórios de gestão
Anual, demonstrando os resultados obtidos no exercício

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de material, bens e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ao longo do exercício foram abertos créditos orçamentários através de remanejamentos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nas conclusões de processos de aquisição.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS**

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 126 - FARMÁCIA POPULAR

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Oferecer a população de Porto Velho medicamentos essenciais a baixo custo
Público Alvo: População do Município de Porto Velho
Justificativa:

Gerente: JAÇONEIDE POUBEL VIEIRA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa da população atendida com medicamentos	Previsto	26,92	29,61	32,57	35,82
	Apurado	18,4			
	Relação % (Apurado/Previsto)	68,35	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	51,37	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Com o acréscimo de novos medicamentos e manutenção do estoque regulador da rede básica do município, a procura por compra de medicamentos de usuários do SUS, vem diminuído o percentual de atendimento de receituários públicos, mantendo-se somente receituário da rede de saúde privada.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

O programa atende a toda a população e é dirigido, sobretudo, às pessoas que interrompem o tratamento por não conseguirem arcar com o preço dos remédios

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

O Programa visa atender toda a população do município, bem como todos que procurem as unidades para adquirirem os medicamentos prescritos e que estejam padronizados na lista do Programa.

2.4 Outras Considerações

2010: Atividades realizadas:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pela Constituição Federal

Pessoa com Deficiência

São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pela Constituição Federal

Gênero

São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pela Constituição Federal

Criança e Juventude

São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pela Constituição Federal

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **126 - FARMÁCIA POPULAR**

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Recursos humanos inadequados para atendimento da demanda.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Quantitativo existente insuficiente para atender o programa
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Aumento de capacitação para novos contratados de recursos humanos

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Discussão em Conselho Setorial
Reuniões periódicas.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhor desempenho do Programa

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
Conforme pesquisa de satisfação do usuário feita pela Secretaria de Saúde.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 144 - Manutenção da Farmácia Popular

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões Periódicas
Sistemas informatizados
Sistema alimentado diariamente
Relatórios de gestão
Demonstrando o resultado de todas ações

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Os recursos são suficientes, havendo algumas dificuldades nos trâmites processuais.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve abertura de créditos adicionais suplementares por remanejamento e superávit financeiro



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: **126 - FARMÁCIA POPULAR**

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos do Fundo Nacional de Saúde

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão do processo de aquisição.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Reduzir a mortalidade materna em 30% e a infantil em 15% até o ano de 2013 e reduzir em 30% o indicador de gestação na adolescência.
Público Alvo: População feminina de Porto Velho, crianças e adolescentes.
Justificativa:

Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Índice de mortalidade materna	Previsto	51,30	46,17/100.000NV	41,55/100.000NV	39,47
	Apurado	25,0			
	Relação % (Apurado/Previsto)	48,73	#Erro	#Erro	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	63,34	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
02 - Índice de mortalidade infantil	Previsto	16,30	15,89/1.000	15,09/1.000	14,34
	Apurado	14,59			
	Relação % (Apurado/Previsto)	89,51	#Erro	#Erro	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	101,74	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
03 - Índice de óbitos por câncer de colo uterino	Previsto	11,1	10,63/10.000	10,09/10.000	9,59
	Apurado	5,0			
	Relação % (Apurado/Previsto)	45,05	#Erro	#Erro	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	52,14	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
04 - Taxa de gravidez na adolescência	Previsto	14,85	14,07	12,60	11,97
	Apurado	24,75			
	Relação % (Apurado/Previsto)	166,67	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	206,77	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto

Houve incremento populacional, melhoria na investigação de obitos infantis, tendo em vista que foi realizado em 2008 e concluído e 2009 a pesquisa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

Nacional de busca ativa de nascido vivos e óbitos da região nordeste e Amazonia Legal, onde foram detectadas falhas e subnotificação, vale ressaltar que em 2009 taxa de gravidez na adolescência de 22,68% ocorrendo um decréscimo de 3,73%

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

O aumento de equipes no programa melhora o acesso aos serviços de saúde.

2.4 Outras Considerações

2010: Dificuldades encontradas para a realização das atividades do setor, no período de janeiro a dezembro de 2010.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

*Através de atividades de educação e saúde desenvolvidas nas unidades e nas visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde - ACS
Pessoa com Deficiência*

*Através de atividades de educação e saúde desenvolvidas nas unidades e nas visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde - ACS
Gênero*

*Através de atividades de educação e saúde desenvolvidas nas unidades e nas visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde - ACS
Criança e Juventude*

Através de atividades de educação e saúde desenvolvidas nas unidades e nas visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde - ACS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

*Há necessidade de equipamentos de informática para descentralização do Programa SIS Pré natal
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial*

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Há necessidade de equipamentos de informática para descentralização do Programa SIS Pré natal

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Há necessidade de contratação de (01) Técnico profissional para gerenciamento do programa.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

Reuniões com grupo de interesse, semestral.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Melhor implemento nas ações do Programa

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Pesquisa de satisfação dos usuários realizada pela Secretaria em 2010.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 413 - Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Reuniões de trabalho
Reuniões com Diretores das Unidades de Saúde, trimestralmente
Visitas in loco
Visitas mensais para acompanhamento do programa
Sistemas informatizados
Alimentação diárias do Sistema de Informatização SIS Pré-natal Sistema do cancer - SIUS CAN
Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenvolvidas anualmente pelo programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Melhora nas capacitações, influenciado diretamente nos resultados

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: Aquisição de Bens e serviços

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Foram utilizados recursos de outros programas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

- 2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram remanejados para outro programa para desenvolver em conjunto as ações deste programa.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

- 2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

- 2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 414 - Assistência a gestante no período pré-natal e a criança no período neonatal, infantil e adolescentes

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Reuniões de trabalho
Reuniões com Diretores das Unidades de Saúde, trimestralmente.
Visitas in loco
Visitas mensais para acompanhamento do programa
Sistemas informatizados
Alimentação diária do Sistema de informatização SIS Pré natal Sistema do cancer - SIUS CAN
Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenvolvidas anualmente pelo programa.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
% de gestantes assistidas no pré - natal

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Porém se houver ampliação das metas estes recursos serão insuficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve remanejamento para suporte de outras ações de outros programas.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos utilizados no Programas são do Fundo Nacional de Saude.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 415 - Assistência ao Planejamento Familiar

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões com Diretores das Unidades de Saude, trimestralmente
Visitas in loco
Visitas mensais para acompanhamento do programa
Sistemas informatizados
Alimentação diária do Sistema de informatização SIS Pré natal Sistema do cancer - SIUS CAN
Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenhadas anualmente pelo programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
% de gestantes assistidas no pré - natal

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Porém, com a ampliação das metas estes recursos serão insuficientes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve abertura de Créditos Adicionais Suplementares.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos tramites processuais de aquisição de bens e serviços

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 416 - Atendimento de rotina de prevenção do Câncer Uterino e de mama

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões com Diretores das Unidades de Saúde, trimestralmente.
Visitas in loco
Visitas mensais para acompanhamento do programa
Sistemas informatizados
Alimentação diária do Sistema de informatização SIS Pré natal Sistema do cancer - SIUS CAN
Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenhadas anualmente pelo programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Melhora nas capacitações, influenciando diretamente nos resultados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de bens e serviços

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Foram suficientes para execução da ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Normalmente, através de liberação de cotas ou créditos orçamentários.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa: **127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA**

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade nos trâmites processuais na aquisição de bens e serviços

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: LAURA ELOÍSA DOS SANTOS RIOS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Atendido todas as ações conforme solicitações de executores e recursos disponíveis

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

A liberação de recursos para atender as escolas de músicas e bibliotecas.

2.4 Outras Considerações

2010: As ações foram atendidas, mas com necessidades e suplementação; existindo a necessidade de melhor planejamento para o próximo PPA.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Pessoa com Deficiência

Crianças integradas nas escolas municipais

Criança e Juventude

Nas ações das Escolas de Músicas e Bibliotecas Municipais, são diretamente ligadas a crianças e jovens.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Audiência Pública

Audiência Pública realizada com pais de alunos e a sociedade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

Reunião com grupos de interesse
Reunião com os pais de alunos das escolas.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Implementação dos horários e aplicação das aulas; apresentações culturais dos alunos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
A elaboração de um sistema integrado para avaliações mensais com dados concreto de execução.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Reuniões com as equipes de trabalho executoras.

Sistemas informatizados

Uso do sistema CP CETIL, para conferência dos recursos gastos.

Relatórios de gestão

Relatórios trimestrais de execução.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Atendido toda sede, com suprimentos, equipamentos, manutenções do prédio e frota de veículos, passagens aéreas, diárias, mobília para sede, locação de auditórios, pagamentos de contas públicas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de suprimentos de consumo, manutenção da frota de veículos, combustível, de auditórios, pagamentos de contas públicas, mobiliários para sede e unidades administrativas e diárias para servidores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Atendido, visto que foram alocados recursos para atender a sede e unidades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram atendidos conforme as necessidades, havendo suplementações para atender os recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 042 - Auxílio Alimentação ao Servidor



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados
Relatórios de controle do GP.
Relatórios de gestão
Relatório das folhas de pagamentos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Atendido todos os servidores aptos a receberem o auxílio, incluindo as novas contratações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Atendido todos os servidores, incluindo as novas contratações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados ao longo do exercício atendendo as novas contratações; sofreram também suplementação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não é utilizado recursos não orçamentários.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados
Sistema GP
Relatórios de gestão
Relatório da Folha de Pagamento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Atendido os servidores previstos, Além dos novos contratados durante exercício

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Auxílio Transporte a Servidores e Empregados.

4.5.4 Execução Orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Suplementados recursos para cobrir despesas com auxílio transporte.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
atendido a demanda de servidores da sede

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 261 - Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados
Sistema GP
Relatórios de gestão
Relatórios de Folha de Pagamento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendido as pessoas aptas para receber as remuneração

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Pagamentos de remuneração e encargos sociais de servidores em atividades administrativas

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Atendidos todos os servidores

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
atendido conforme necessidades

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 264 - Construção, Expansão e Reforma de Unidades Administrativas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
reunião com grupos de interesse
Sistemas informatizados
relatórios do CP.
Relatórios de gestão
através de relatórios trimestrais

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
meta atingida

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
atendidas todas as necessidades

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
atendido conforme necessidades.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 372 - Modernização dos serviços de informatização da unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Outros:
Os novos equipamentos instalados e mantidos nas divisões e unidade administrativas, além da manutenção da rede lógica

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendidas todas as divisões e unidades administrativas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Atendidas todas as necessidades

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Atendido conforme necessidade.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 373 - Manutenção da biblioteca municipal

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 374 - Manutenção da escola de música

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 375 - Contratação de estagiários para atender os programas da SEMED

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: A busca de convênios e parcerias para implementação de atividades, manter instrumentos; colaboradores para bibliotecas, além de um controle das ações corretas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Proporcionar a elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental; integrada a qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã, o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de ações solidárias.

Público Alvo: População de Jovens a partir dos 15 anos, adultos e idosos.

Justificativa:

Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de evasão	Previsto	6	6	6	6
	Apurado	44			
	Relação % (Apurado/Previsto)	733,33	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	733,33	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: A ampliação da evasão deveu-se a maior oferta de trabalho nas Usinas.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto

Constata-se um alto índice de evasão, isso se explica pelo atendimento de um público diferenciado que apresenta vários fatores que os impedem de permanecer na escola.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Os alunos são acompanhados semanalmente pela equipe técnica, com isso se sentem motivados a participarem mais ativamente do processo de ensino-aprendizagem.

2.4 Outras Considerações

2010: Os alunos apresentam um histórico de discriminação ao longo da vida e por isso necessitam de um espaço acolhedor e propiciador de discussões que garantam

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Existem Projetos desenvolvidos na escola e acompanhados pela equipe técnica da EJA para melhorar a convivência e valorização da cultura.

Pessoa com Deficiência

Projetos que trabalham a convivência harmoniosa no âmbito escolar.

Gênero

São desenvolvidos Projetos que incentivam a convivência harmoniosa na Escola.

Criança e Juventude

Programas e Projetos são desenvolvidos na Escola para acompanhamento e conscientização da comunidade escolar.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

A socialização dos Projetos são constantes no ambiente escolar.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Maior conscientização da comunidade escolar sobre as temáticas que envolvem os vários tipos de preconceitos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Assessoramento pedagógico estabelecendo diálogo com coordenadores pedagógicos, gestores e alunos; promoção de encontros mensais com gestores e coordenadores pedagógicos; formação inicial e continuada para os educadores da Rede Municipal de Ensino. A avaliação é contínua, pois ao acompanhar as ações já é possível repensar a prática.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 012 - Apoio às Ações de Programas de Inclusão de Jovens e Adultos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Reuniões semanais com a equipe pedagógica da EJA, encontros mensais com gestores e coordenadores do EJA, formação inicial e continuada com os profissionais da educação.

Visitas in loco

Assessoramento pedagógico semanal para acompanhamento pedagógico e que muitas vezes acaba sendo administrativo.

Relatórios de gestão

Para melhor organização e planejamento faz-se necessário o registro de todas as ações através de Relatório de cada acompanhamento.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Meta realizada abaixo do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Os recursos foram utilizados para realizar as ações com exceção de alguns que sofreram redução de crédito.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada

A lentidão da tramitação de alguns processos provocou transtornos para execução de algumas ações.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 020 - Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

Acompanhamento das demandas e distribuição do material na Escola.

Relatórios de gestão

É necessário registrar tudo que afeta a realização das ações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Atendemos conforme a matrícula inicial do primeiro e segundo semestre de 2010.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de material didático para alunos do Programa Brasil Alfabetizado; Aquisição de livros didáticos para distribuição aos alunos da EJA; Aquisição de KITS (material didático) para distribuição aos alunos da EJA; Aquisição de material didático para d

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Para atendimento da demanda aguardamos a entrega dos livros didáticos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Os processos são liberados geralmente quando o Programa já está em andamento.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Atraso na liberação de recursos

O Programa sofre descontinuidade quando há atraso na liberação de recursos.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 021 - Aquisição de Material Didático para Professor

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

2010: Reuniões de trabalho
Encontros pedagógicos com os gestores, educadores e coordenadores da EJA.
Visitas in loco
Acompanhamento pedagógico com a equipe de educadores.
Relatórios de gestão
Registro dos acompanhamentos para posterior avaliação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Por motivo de redução orçamentária não foi possível realizar a ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Por motivo de redução orçamentária não foi possível realizar a ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada
Não houve realização da ação em virtude de redução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Redução de crédito que inviabiliza a realização da ação.
Dificuldades em licitações e celebração de contratos
As ações sofreram descontinuidade devido a lentidão da tramitação dos processos e posterior redução de crédito.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 222 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados
Através do controle de folha de ponto dos profissionais da educação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração de pessoal.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2010: Suficientes
Até o mês de dezembro foram cumpridas as metas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
As metas foram cumpridas no tempo previsto.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 231 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados
As escolas comprovam a utilização dos recursos prestando contas ao setor responsável.
Relatórios de gestão
Encaminhamento de relatórios de prestação de contas do recurso utilizado.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O recurso é destinado às Escolas para garantir o acesso e a permanência dos alunos da EJA.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Transferência de Recursos destinados as Escolas - Proafem: EMEF 12 DE OUTUBRO; EMEF ANTONIO FERREIRA; EMEIEF BOM PRINCÍPIO; EMEIEF CHAPEUZINHO VERMELHO; EMEF ENG. FRANCISCO ERSE; EMEF WALDIR DARWICH ZACARIAS; EMEF ESTELA DE ARAÚJO COMPASSO; EMEF FLOR DO

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Os recursos foram suficientes para a realização das ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos são disponibilizados no decorrer do período letivo para a realização das ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**
2010:

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: Acompanhamento dos processos para realização das ações em tempo hábil; reverter o alto índice de evasão através do acompanhamento do aluno, assessorame



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Proporcionar condições de acesso e permanência aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, por meio de um processo educacional definido por uma proposta pedagógica, que assegure recursos e serviços educacionais.

Público Alvo: Alunos com Necessidades Educativas Especiais matriculados na rede municipal de ensino.

Justificativa:

Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de alunos com necessidades especiais atendidos na rede municipal de ensino	Previsto	83	88	94	100
	Apurado	61,31			
	Relação % (Apurado/Previsto)	73,87	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	61,31	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Ocorreu diminuição do índice, devido a ampliação do atendimento dos alunos em 2009 às redes estadual, municipal e privada. Atendidos 928 alunos em 2009 e em 2010 atendeu 1.308. A rede municipal ampliou de 374 em 2009 para 506 em 2010.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Meta alcançada dentro do que foi previsto.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Através do acesso e permanência dos alunos, público alvo da educação especial nas escolas da rede municipal.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Proporcionar condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público alvo da educação especial, incluídos na rede regular de ensino por meio de um processo educacional, d
Caracterização do público-alvo
Alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público alvo da Educação Especial.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
Executando projetos que promovam a educação de cidadãos atuantes em uma sociedade multicultural e pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas, imprescindíveis em uma sociedade democrática, garantindo a permanência de alunos sem distinção soci
Pessoa com Deficiência
Desenvolve ações e executa projetos que promovam a construção de um sistema educacional inclusivo, ofertando aos alunos, as municípios com deficiências, transtornos invasivos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, material didático/pedagógico



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Gênero

Executando projetos visando implementar um sistema educacional inclusivo tornando a escola um espaço democrático e garantindo a permanência de todos os alunos, sem distinção de gênero e/ou características pessoais, desenvolvendo diversas atividades, dentro

Criança e Juventude

Esse público alvo que apresenta deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quando educando municipal, são desenvolvidas ações de atendimento pedagógico, encaminhamento aos especialistas (neurologista, oftalmologista)

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

Objetivando garantir os direitos e deveres dos educandos, o público alvo da educação especial, formam-se grupos envolvendo a comunidade docente e discente entre outros setores da sociedade.

Discussão em Conselho Setorial

Participação em reuniões, fóruns, encontros, seminários, objetivando o acompanhamento, planejamento, e avaliação da execução das políticas públicas de infraestrutura nas áreas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Garantir o acesso e a permanência dos educando (as) com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Público Alvo da Educação Especial) nas escolas da rede municipais do ensino, entre outros direitos garantidos em lei

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Os Mecanismos utilizados são relatórios trimestrais de Metas Físicas, Relatório Circunstanciado das Ações realizadas e reuniões semanais. O resultado da avaliação dos relatórios trimestrais de Metas Físicas, Relatório Circunstanciado das reuniões semanais com os atores envolvidos no processo tem como objetivo melhoria e aperfeiçoamento do Programa, no sentido de priorizar materiais pedagógicos e equipamentos específicos e necessários para o atendimento aos alunos, público alvo da educação especial, formações continuadas junto aos profissionais responsáveis no processo de inclusão, alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação (público alvo da educação especial).

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 128 - Implementação de Salas de Recursos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Reuniões realizadas semestralmente com professores e equipe técnica pedagógica das escolas que possuem salas de recursos multifuncionais.

Visitas in loco

Visitas realizadas quinzenalmente nas escolas que possuem salas de recursos multifuncionais, objetivando orientar e assessorar pedagogicamente os profissionais da educação responsáveis pelo atendimento aos alunos, público alvo da educação especial.

Sistemas informatizados

Manter através de troca de e-mails, às escolas que possuem salas de recursos multifuncionais, informadas de leis, entre outros documentos norteadores as políticas públicas na perspectiva da educação inclusiva. Bem como, relatório de avaliação do PPA.

Relatórios de gestão

Elaboração de relatórios trimestrais de metas físicas e relatório anual circunstanciado.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Meta alcançada dentro da previsão.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Ação: Aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos
Produto: Unidades atendidas
Detalhamento do Produto: Aquisição e distribuição dos seguintes equipamentos e materiais pedagógicos;
EMEF São Pedro - Rua José de Alencar com Costa e Silva, 5033- Ba

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados de acordo com a programação orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 340 - Construção e Reforma de Salas de Recursos Multifuncionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reunião realizada semanalmente com os técnicos, engenheiros da SEMED e diretores das escolas para realização dos serviços a serem prestados.
Visitas in loco
Visita para reconhecimento do espaço físico disponível para verificar a infraestrutura para construção de sala.
Construção da sala de recurso multifuncional de acordo com as leis da ABNT e os registros do CREA e da Prefeitura.
Recebimento da obra pela e
Sistemas informatizados
Informações de leis entre outros registros.
Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios trimestrais de metas físicas e relatório anual circunstanciado.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Orçamento insuficiente para cumprir a meta prevista.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Ação : Construção de Sala de Recurso Multifuncional
Produto: Unidades atendidas
Detalhamento do Produto : Construção de acordo com a Lei de Acessibilidade de 01 (uma) Sala de Recurso Multifuncional na EMEF. 12 de Outubro situada na zona urbana do munic

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

2010:

Obra não concluída.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ainda tem resíduo devido a não conclusão da obra.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 341 - Assessoramento técnico-pedagógico às escolas do campo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

Visitas realizadas nas escolas, objetivando orientar e assessorar pedagogicamente os profissionais da educação responsáveis pelo atendimento aos alunos público alvo da educação especial.

Sistemas informatizados

Manter através de troca de e-mails, informando profissionais da educação sobre leis entre outros documentos norteadores das políticas públicas na perspectiva da educação inclusiva.

Relatórios de gestão

Elaboração de relatórios trimestrais de metas físicas, relatório anual circunstanciado e relatório de prestação de contas das diárias.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Houve redução de crédito conforme decreto n° 11.760.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Ação: Assessoramento Técnico-Pedagógico às Escolas do Campo

Produto : Unidades atendidas

Detalhamento do Produto : Escolas assessoradas dos Núcleos de Calama: EMEF Ana Adelaide Granjeiro, Aquiles Paraguaçu, Castro Alves, Floriano Peixoto, José Felício

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução ☐ programada
A ação programada não foi realizada devido à redução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Programa: **021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Aumentar o atendimento gradativo dos alunos do Ensino Fundamental na Educação Integral
Público Alvo: População de 06 a 14 anos, Jovens e Adultos
Justificativa:

Gerente: GLÁUCIA LOPES NEGREIROS

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de alunos atendidos na Educação em tempo Integral do Ensino Fundamental	Previsto	43	53	69	80
	Apurado	39,09			
	Relação % (Apurado/Previsto)	90,91	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	48,86	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Algumas escolas diminuíram o atendimento, visando melhor qualidade do mesmo.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

O Programa de Educação Integral Integrando Saberes, criado em 2009 pela Prefeitura de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Educação, vem promovendo o diálogo entre os Programas do Governo Federal e os Programas Municipais, está atendendo aos alunos matriculados no Ensino Fundamental que se cadastraram para participar da Educação Integral, de acordo com prioridades estabelecidas pela Unidade Escolar. As prioridades estão relacionadas as questões de dificuldade de aprendizagem, distorção de idade - série e vulnerabilidade social.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada

Não existe uma avaliação de satisfação do beneficiário, mas está sendo elaborada pelos técnicos e educadores envolvidos no processo educacional através de reuniões coletivas com os vários segmentos que compõem os comitês do Programa de Educação Integral. O prazo para conclusão dessa avaliação será até julho de 2011.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Suficiência das ações

Ao analisarmos a execução do Programa, nota-se que se faz necessário a criação de mais 01 ação: Contratação de Profissionais para atuarem no Programa Integrando Saberes - Educação Integral, desenvolvendo as atividades complementares no contraturno escolar

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

O Programa de Educação Integral Integrando Saberes segue orientações e subsídios de Programas do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, portanto possuem em sua metodologia macrocampo de "D

Pessoa com Deficiência

O Programa Integrando Saberes tem em sua proposta um atendimento exclusivo, entretanto, nem todas as Escolas possuem recursos para atender a toda demanda de alunos com deficiência.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL

Gênero

O Programa Integrando Saberes seguindo orientações do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC, trabalhando as questões de gênero em todas as atividades complementares do Programa, como:

Criança e Juventude

O Programa tem como público alvo alunos matriculados no Ensino Fundamental, na faixa etária prioritária de 06 a 14 anos, através do incentivo ao protagonismo infanto juvenil.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Para um acompanhamento efetivo das ações, se faz necessário a aquisição de equipamentos em quantidades suficientes, como: Computador, impressora, câmeras fotográficas para registro das ações, carro para visitas técnicas e conexão na rede de internet.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

A Unidade Executora do Programa Integrando Saberes é a Escola da Rede Municipal, esta por sua vez necessita de adequações em seu espaço físico para que as atividades complementares sejam realizadas com qualidade. A exemplo citamos: inadequação do refeitório

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

O Programa Integrando Saberes necessita de um Professor do quadro efetivo da Escola, disponibilizado para a Coordenação do Programa.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

A Equipe Gerencial que coordena o Programa Integrando Saberes, necessita de capacitação específica na temática da Educação Integral, através da oferta de uma especialização na Rede Municipal, bem como realizar a troca de experiências com Estados que são referência

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

No Programa Integrando Saberes, contamos com um programa do Governo Federal que visa a melhoria da qualidade da educação, através da integração Escola - Comunidade, o Programa Escola Aberta. Na execução do Programa são realizadas reuniões com a Comunidade

Discussão em Conselho Setorial

O Programa Integrando Saberes, possui espaços de discussões, são os chamados Comitês. Sendo estes intersetoriais, formados por vários segmentos da sociedade que atuam de forma consultiva em assuntos voltados para Educação Integral. No Integrando Saberes

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Para que o Programa Integrando Saberes, possa ser realizado com qualidade, se torna fundamental a participação da Comunidade, que atua na escolha da atividade (oficinas) dentro sua real necessidade e prioridade estabelecida.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

A dificuldade encontrada é a inexistência até o momento de um instrumento específico que mensure a satisfação das atividades desenvolvidas no contraturno escolar por parte do alunado. A equipe gestora do Integrando Saberes está construindo tais instrumentais, a fim de sanar as dificuldades enfrentadas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

São realizadas reuniões mensais com a equipe gestora e coordenadores de programas.

Visitas in loco

A equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação realiza acompanhamento, através de visitas nas Unidades Escolares, objetivando a supervisão e orientação das atividades do contraturno escolar.

Relatórios de gestão

Durante as visitas realizadas nas Escolas, a equipe técnica da SEMED, elabora relatórios contendo as informações gerais das mesmas e com as orientações disponibilizadas às Escolas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Recurso remanejado. Ação não executada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Recurso remanejado.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não foram liberados recursos

O Recurso foi remanejado, devido a SEMED ter apresentado no momento uma necessidade mais urgente.

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Contingenciamento orçamentário

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

A Secretaria Municipal de Educação apresentou necessidades imprescindíveis para garantia da manutenção do calendário escolar, tornando-se necessário o remanejamento do recurso para outro programa da SEMED.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 317 - Aquisição de Kit Esportivo e Recreativo para atividades de Educação Física e da Educação Integral nas Escolas da Rede Municipal.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

São realizadas reuniões com os Gestores Escolares, nas quais se obtém as informações sobre a necessidade de materiais e a utilização dos mesmos.

Visitas in loco

A Divisão de Educação Física e Recreação Escolar realiza visitas nas escolas buscando acompanhar e subsidiar os trabalhos desenvolvidos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Recurso remanejado. Ação não executada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Recurso remanejado.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não foram liberados recursos

A Secretaria Municipal de Educação apresentou necessidades imprescindíveis para manutenção do calendário escolar, executando remanejamento para outro Programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Devido a necessidades imprescindíveis para manutenção do calendário escolar, a SEMED remanejou o recurso para outro Programa.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 318 - Implementação das atividades de Natação para todos da Educação Integral.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas, objetivando verificar o desenvolvimento efetivo das atividades do Programa Natação para todos.

Visitas in loco

A equipe técnica da SEMED, através do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, realiza visitas para garantir a efetiva execução das ações do Programa Natação para Todos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O Programa Natação para Todos atingiu a meta atendendo alunos de 03 Escolas da Rede Municipal.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de Camisetas, maiôs, sungas, materiais pedagógicos para a prática da natação como pulbóia, aquisição de equipamentos e materiais como: computador, mesa e cadeiras de pvc, entre outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

O programa cumpriu a meta, porém devido a burocratização na tramitação do processo, a licitação ocorreu no final de 2010 e o empenho ocorrerá em 2011 sendo o recurso reprogramado de um ano para o outro.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Houve atrasos na tramitação do processo, dificultando a realização da ação. Para sanar a dificuldade a equipe técnica otimizou materiais e equipamentos utilizados no ano anterior, evitando assim a paralisação das atividades do Programa Natação para Todos.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 319 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério para atuar no Programa Segundo Tempo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As informações desta ação são captadas através de informações do Departamento Administrativo, através de razões de despesas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O recurso foi remanejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: O recurso foi remanejado para outra ação prioritária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não foram liberados recursos

O recurso foi remanejado para outra ação prioritária, haja vista em 2010 não houve necessidade em utilizar o recurso nesta ação. Entretanto, o recurso já foi planejado para ser utilizado no ano seguinte.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem movimentação orçamentária e financeira.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Alto

Para realização desta ação existe uma parceria com o Ministério do Esporte, que encaminha materiais complementares, pagamento de monitores (estagiários), distribuição de uniformes para os alunos participantes do Programa Segundo Tempo.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 320 - Aquisição de uniformes (Camisetas, Shorts e Coletes) para alunos da Educação Integral - Contraturno

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O recurso foi remanejado para outro Programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O recurso foi remanejado para outro Programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: O recurso foi remanejado para outro Programa.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL**

2010: Não foram liberados recursos
O Recurso foi remanejado para outro Programa, devido a prioridades imprescindíveis.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada
O Recurso foi remanejado para outra ação prioritária, entretanto impossibilitou a aquisição dos uniformes para os alunos da Educação Integral.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
O Recurso foi remanejado para outra ação prioritária, entretanto impossibilitou a aquisição dos uniformes para os alunos da Educação Integral.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 321 - Realização de Amostras Pedagógicas, Culturais e Esportivas da Educação de tempo Integral

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas, objetivando o planejamento para a realização da Mostra da Educação Integral - Integrando Saberes.
Visitas in loco
Para o levantamento das necessidades pertinentes na realização da Mostra Integrando Saberes, os técnicos desta SEMED realizam visitas nas escolas acompanhando o desenvolvimento das atividades dos macrocampos da Educação Integral: Acompanhamento Pedagógico
Relatórios de gestão
Através de relatórios bimestrais são geradas informações que subsidiarão na execução desta ação de Realização de Mostras.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O recurso foi remanejado para outro Programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: O recurso foi remanejado para outro Programa.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não foram liberados recursos
A Secretaria Municipal de Educação remanejou os recursos destinados a esta ação para outros programas na garantia da manutenção do calendário escolar.

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não foram liberados recursos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL

2010:

A Secretaria Municipal de Educação remanejou os recursos destinados a esta ação para outros programas na garantia da manutenção do calendário escolar.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 322 - Implementação de Arte e Cultura

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas mensais objetivando o acompanhamento das atividades planejadas para a implementação de ações desta natureza no intuito garantir a qualidade no a

Visitas in loco

Semanalmente há visitas técnicas e pedagógicas para acompanhamento das atividades desenvolvidas nas Unidades Executoras com objetivo de efetuar subsídios e orientações necessárias nesta ação.

Relatórios de gestão

Bimestralmente são gerados relatórios contendo as seguintes informações sobre o andamento dos Projetos: frequência, número de atendimento, periodicidade, entre outras.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A Secretaria Municipal de Educação atingiu a meta atendendo alunos de 04 Escolas da Rede Municipal.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

A Secretaria Municipal de Educação atingiu a meta atendendo alunos de 04 Escolas da Rede Municipal.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram cumpridas as metas desta ação de acordo com o cronograma de execução das atividades.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 323 - Acompanhamento Técnico Pedagógico da Educação Integral

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

O Acompanhamento Técnico Pedagógico nas Escolas é avaliado através dos relatórios de visitas apresentados pelos técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A equipe se organizou e realizou todo o acompanhamento pedagógico previsto nas visitas técnicas do Programa Integrando Saberes.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Ação: Visita técnica de acompanhamento Pedagógico; Produto: 43 Escolas Atendidas; Detalhamento do Produto: Visita técnica pedagógica para orientação e monitoramento das atividades complementares realizadas no contraturno escolar da Rede Municipal de Ensino

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram liberados de acordo com a programação das visitas técnicas.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Adquirir gêneros alimentícios para a melhoria da qualidade da alimentação escolar a alunos da educação básica.
Público Alvo: alunos de 0 a 17 anos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Velho.
Justificativa:

Gerente: SILVIA IVONE S. DE SOUZA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - Educação Infantil	Previsto	9.079	10.208	11.477	12.904
	Apurado	9.436			
	Relação % (Apurado/Previsto)	103,93	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	73,12	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
02 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - Ensino Fundamental	Previsto	27.795	29.062	30.387	31.772
	Apurado	27.116			
	Relação % (Apurado/Previsto)	97,56	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	85,35	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa: O número de alunos refere-se a matrícula inicial num total de 2.046 alunos no censo.				
03 - Alunos atendidos com a alimentação - Educação de Jovens e Adultos - EJA	Previsto	4.987	5.304	5.641	5.999
	Apurado	4.532			
	Relação % (Apurado/Previsto)	90,88	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	75,55	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
04 - Alunos atendidos com a alimentação - Escola Indígena	Previsto	123	128	134	140
	Apurado	120			
	Relação % (Apurado/Previsto)	97,56	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	85,71	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
05 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - Mais Educação	Previsto	9.366	9.793	10.239	10.705
	Apurado	10.750			
	Relação % (Apurado/Previsto)	114,78	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	100,42	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

06 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - PROJOVEM	Previsto	1.595	1.697	1.805	1.920
	Apurado	787			
	Relação % (Apurado/Previsto)	49,34	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	40,99	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

07 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - BRASIL ALFABETIZADO	Previsto	1.140	1.212	1.289	1.371
	Apurado	782			
	Relação % (Apurado/Previsto)	68,60	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	57,04	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

08 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - Segundo Tempo	Previsto	1.702	1.810	1.925	2.048
	Apurado	1.600			
	Relação % (Apurado/Previsto)	94,01	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	78,13	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

09 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - AAB COMUNIDADE	Previsto	106	113	120	127
	Apurado	135			
	Relação % (Apurado/Previsto)	127,36	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	106,30	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto
Com o fluxo de pessoas vindo de outros estados, o número de crianças e adolescentes cresceu desordenadamente.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Os beneficiários estão satisfeitos, pois todos os programas estão abrangendo as áreas esperadas.

2.4 Outras Considerações

2010: Apesar do número de atendimento ser bem maior do que o registrado no censo anterior, conseguiu-se atender a demanda reprimida através dos programas n

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Dimensionamento do público-alvo
É inadequado porque trabalhamos com o quantitativo de alunos do ano anterior, isso causa prejuízo aos recursos recebidos pelas escolas, pois não contemplam todos os alunos.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
A Educação Alimentar é tratada de forma igualitária, exceto quando existem algumas patologias que necessitam de uma alimentação diferenciada.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Pessoa com Deficiência

Os cardápios são elaborados de acordo com a faixa etária das crianças, exceto quando existem algumas patologias que necessitam de uma alimentação diferenciada. Ressalta-se que ainda falta em nossas escolas é a questão da acessibilidade até nos refeitórios

Gênero

A Educação Alimentar é tratada de forma igualitária exceto quando existem algumas patologias que necessitam de uma alimentação diferenciada.

Criança e Juventude

Cardápios diferenciados por faixa etária para que todos os alunos tenham uma alimentação saudável e nutritiva.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Fornecer para o Programa mais nutricionistas para um atendimento melhor às escolas. Mais automóveis para inspeção in loco.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Não há nutricionistas suficientes para atender o quantitativo de alunos do Município.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

Reunião com órgãos do Estado, Município, Associações, Comunidades e outros, para melhoria da merenda escolar e a sua percepção como promotor de qualidade de vida.

Discussão em Conselho Setorial

Participação no Conselho de Alimentação Escolar Municipal-CAEM, como órgão fiscalizador da qualidade da merenda escolar, para discussão sobre a promoção da alimentação saudável nas escolas Municipais.

Outros:

Reuniões com os produtores rurais, para implementação no cardápio de gêneros produzidos por eles, para melhoria na merenda escolar. Promoção da Chamada Pública para a compra dos Gêneros Alimentícios diretamente do produtor rural.

Falta de transporte para

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Políticas Públicas de Educação e Programas existentes para que garantam a melhoria na qualidade de vida, onde visa evitar a exclusão social as crianças jovens e adultos que convivem em área de risco social.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Os principais mecanismos foram reuniões com nutricionistas e gestores dos Departamentos da SEMED e outras Secretarias que fazem parte do Município, vários órgãos e entidades colaboradoras, para que o projeto alavancasse.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 339 - Aquisição de gêneros alimentícios para confecção de alimentação escolar

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Com a equipe de nutricionistas e as equipes que gerenciam Programas.

Visitas in loco

As nutricionistas acompanham o cardápio das escolas e fazem inspeção nas cozinhas.

Sistemas informatizados

Cardápios / Cálculo para aquisição de Gêneros Alimentícios / Previsão de Gêneros Alimentícios para a compra.

Relatórios de gestão

Fazem relatórios periodicamente a cada inspeção.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Outros:

Inspecção detalhada do que a escola tem necessidade e levantamento das necessidades para execução da merenda escolar.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Aumento da demanda de alunos escolarmente ativos em razão e vertiginoso crescimento populacional da cidade de Porto Velho.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: - Ações: Programa de Alimentação Escolar, via agenda positiva que circula pela própria Secretaria;

Produto: alunos da educação b

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Como trabalhamos com o quantitativo do censo anterior a demanda de alunos tem sido muito maior do que o informado, diante disso o recurso é pouco pa trabalhar, pois a escola sempre matricula alunos o ano todo.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Sim, apesar de algumas parcelas dos recursos do Governo Federal serem repassadas com atraso, dificultando o bom atendimento da merenda escolar pa as escolas do municipais.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Alto

Padronização dos cardápios para facilitar a preparação dos pratos. Formação das merendeiras em boas práticas alimentares, visitas em loco para acompanhamento dos cardápios e condições higiênico-sanitárias nas escolas.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Atraso na liberação de recursos

Quando atrasa a liberação de recursos de alguma esfera, a escola compensa com os recursos municipais, para não haver interferência na aquisição dos gêneros alimentícios.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: 1 - Garantir alimentação escolar saudável aos alunos do município; 2 - Elaborar e adotar cardápios que atendem as necessidades nutricionais, de acordo com a



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 111 - TRANSPORTE ESCOLAR

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Atender com transporte escolar alunos que residem distante de suas Unidades Escolares.
Público Alvo: Alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Porto Velho, residentes nas áreas rurais.
Justificativa:

Gerente: SILVIA IVONE S. DE SOUZA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Alunos atendidos com transporte escolar	Previsto	9.782	10.466	11.198	11.981
	Apurado	7.053			
	Relação % (Apurado/Previsto)	72,10	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	58,87	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto
O aumento do contingente de alunos, acima do que foi programado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Com o esforço da Prefeitura do Município de Porto Velho em atender as necessidades dos alunos, diminuindo dessa forma a evasão escolar nas Unidades de Ensino da zona rural.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **111 - TRANSPORTE ESCOLAR**

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Audiência Pública

Realizam-se audiências públicas com o Ministério Público, para fins de análise em decorrência do programa.

Reunião com grupos de interesse

Reuniões com associações de pais e de moradores nas localidades atendidas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

O transporte escolar beneficiou a população rural, pois não há mais necessidade dos alunos se deslocarem até a capital para estudar, pois lhes foram oferecidas oportunidades de aprenderem em locais próximos de suas residências, propiciando assim, a sua fi

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

A avaliação é feita através das Unidades de Ensino, em reuniões de pais e professores e de relatórios oriundos das escolas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 342 - Transporte escolar para alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Reuniões diárias para análise do transporte escolar.

Visitas in loco

Foram realizadas visitas diárias nas unidades que requer fiscalização ou algum problema que possa surgir no dia a dia. Existe uma equipe de fiscalização de transporte escolar diário.

Sistemas informatizados

As informações são informatizadas, contendo as informações como: tipo de transporte, itinerário e mapas dos percursos.

Relatórios de gestão

Os gestores e as associações enviam à Semed: as necessidades, solicitações ou reclamações. Os gestores analisam e realizam visitas in loco.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta alcançada dentro do que foi previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Atendimento com transporte escolar a alunos que residem distante de suas Unidades Escolares.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Havendo necessidades de suplementação ou remanejamento devido o aumento anual de alunos a serem atendidos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Houve necessidade de suplementação ou remanejamento de recursos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Programa: **111 - TRANSPORTE ESCOLAR**

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Necessidade de realocação de convênios com outras esferas governamentais.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Ampliar a oferta de formação inicial e continuada dos profissionais da educação.
Público Alvo: Gestores, professores e demais funcionários da educação.
Justificativa:

Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de formação inicial dos professores do ensino fundamental	Previsto	66	66	66	66
	Apurado	55			
	Relação % (Apurado/Previsto)	83,33	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	83,33	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
02 - Taxa de formação continuada dos professores e gestores (coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) do ensino fundamental	Previsto	100	100	100	100
	Apurado	100			
	Relação % (Apurado/Previsto)	100,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	100,00	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
03 - Taxa de formação continuada dos professores e gestores (coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação infantil	Previsto	97	100	100	100
	Apurado	100			
	Relação % (Apurado/Previsto)	103,09	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	100,00	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
04 - Taxa de formação continuada dos profissionais da escola - técnicos e administrativos	Previsto	19	19	19	19
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto
Recursos financeiros insuficientes.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Através dos instrumentais aplicados foram identificados resultados satisfatórios.

2.4 Outras Considerações



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Realização do Seminário Municipal Promovendo a Educação Inclusiva.

Pessoa com Deficiência

Execução do Programa Atendimento Educacional Especializado junto aos profissionais da educação da rede municipal.

Gênero

Realização do Seminário Municipal Promovendo a Educação Inclusiva.

Criança e Juventude

Execução dos Programas Pró-Letramento e Gestar.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Necessidade de equipamentos de informática e ampliação de veículos para deslocamentos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Audiência Pública

Participação em Audiência Pública da Educação promovida pela Prefeitura.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

O fortalecimento da realização das ações previstas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Está em fase de implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação das Formações - SIMAFOR composto por instrumentais de cadastro e avaliações iniciais e finais das ações do Programa. Os resultados foram positivos reafirmando a importância das ações implementadas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 343 - Formação inicial dos professores do ensino fundamental / Profissionais habilitados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Realizadas junto às coordenações dos polos presenciais e às Universidades executoras conforme cronograma das mesmas.

Visitas in loco

Nos períodos presenciais junto aos professores cursistas ou, ainda, no polo presencial para verificação das necessidades e andamento do curso.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

O processo seletivo e início dos cursos previstos pela Universidade Aberta do Brasil por meio da Universidade Federal de Rondonia não foi completamente efetivado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Cursos de graduação em continuidade em 2010: Pró-Licenciatura em Teatro, Pró-Licenciatura em Artes Visuais, Pró-Licenciatura em Música, Pró-Licenciatura em Educação Física, em que o Município custeia o deslocamento dos professores cursistas para os períodos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

A utilização do recurso atendeu ao número de professores participantes no Pró-Licenciatura.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Conforme as solicitações os recursos foram utilizados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Os recursos são próprios previstos em orçamento.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 344 - Formação continuada dos professores e gestores (coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) do ensino fundamental

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

As coordenações dos cursos acompanhavam todo o desenvolvimento.

Outros:

Os cursos possuem instrumentais de avaliação próprios e também foram aplicados instrumentais do Sistema de Monitoramento e Avaliação das Formações em caráter experimental.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Os recursos foram otimizados e as equipes desenvolveram as ações previstas de modo a contemplar a meta prevista.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: As ações de formação desenvolvidas foram Pró-Letramento, Gestar Urbano e Campo, Proinfo Integrado, Pós-graduação em Tecnologias Educacionais, Pós-Graduação em Gestão Escolar, Encontro de Coordenadores Pedagógicos, Seminário do Campo, II Ciclo de Palestra

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Embora tenham sido otimizados para atender a meta, não foram completamente suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos disponibilizados foram liberados conforme programação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Os recursos são próprios previstos em orçamento.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 345 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação infantil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Outros:
O Sistema de Monitoramento e Avaliação das Formações poderá ser utilizado quando realizadas as ações de formação continuada da educação infantil.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recursos remanejados. Não houve disponibilidade de recurso financeiro para realização dessa ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Não houve realização.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não foram liberados recursos
Não foram liberados os recursos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve disponibilidade de recursos de origem orçamentária para essa ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 346 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação de jovens e adultos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Outros:

O Sistema de Monitoramento de Avaliação das Formações poderá ser utilizado quando houver execução da ação de formação continuada dos professores gestores da educação de jovens e adultos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Recursos remanejados. Não houve disponibilidade de recurso financeiro para execução dessa ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Não houve realização dessa ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não foram liberados recursos

Não foram liberados recursos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve disponibilidade de origem orçamentária para execução dessa ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 347 - Formação continuada dos professores e gestores (coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação especial.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Planejamento e avaliação quanto às execuções dos cursos.

Visitas in loco

Avaliação sobre o impacto dos cursos e identificação de necessidades específicas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Em função do recurso previsto no Convênio com o Governo Federal.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Foram realizadas as ações do curso do Atendimento Educacional Especializado e do Seminário Municipal Promovendo a Educação Inclusiva.

4.5.4 Execução Orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Recursos de Convênio com o Governo Federal.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos próprios foram liberados conforme solicitações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos de origem não orçamentária.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 348 - Formação continuada dos profissionais da escola - técnicos administrativos.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Outros:
O curso possui instrumentais e mecanismos próprios de avaliação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Através de parceria, o curso tem uma coordenação estadual definida pelo Governo Federal e, por fatores relativos à coordenação, não houve liberação no início.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: A ação não foi realizada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Não houve utilização total de recursos pela falta de liberação para início do curso pela Coordenação Estadual.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
A ação não foi realizada devido ao impedimento junto à coordenação estadual, embora o recurso tenha sido disponibilizado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
A ação previa a utilização de recurso próprio.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Programa: **112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Ampliar o atendimento em educação da população de 0 a 5 anos, em creche e pré-escola.
Público Alvo: crianças de 0 a 5 anos
Justificativa:

Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
02 - Taxa de atendimento da população de 4 a 5 anos (pré-escola)	Previsto	46	48	50	55
	Apurado	65			
	Relação % (Apurado/Previsto)	141,30	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	118,18	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
01 - Taxa de atendimento da população de 0 a 3 anos (creche)	Previsto	4	6	7	10
	Apurado	6,17			
	Relação % (Apurado/Previsto)	154,25	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	61,70	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto
Falta de estrutura física e de pessoal para atendimento de toda demanda.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Muito satisfeito

2.4 Outras Considerações

2010: Em 2010 o Programa Viva a Infância tinha como meta projetada:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Pessoa com Deficiência
Os alunos portadores de necessidades especiais são atendidos prontamente em toda rede municipal.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **113 - VIVA A INFÂNCIA**

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Falta de pessoal qualificado para o trabalho.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Falta de professores em algumas escolas municipais.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: É necessário criação de mecanismos para maior participação social da população em geral.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não há um material específico para avaliação do público alvo, há necessidade de criação de um instrumental para tal avaliação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 020 - Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **113 - VIVA A INFÂNCIA**

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 022 - Aquisição de Material Didático-Pedagógico Destinado às Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de materiais didático-pedagógicos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 025 - Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA

Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 027 - Aquisição de Uniformes Escolares para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de uniformes escolares

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Pagamento do auxílio-transporte.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 157 - Manutenção de Serviços das Unidades Administrativas da Rede Municipal de Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Unidades Administrativas mantidas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 222 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Pessoal do magistério remunerado.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **113 - VIVA A INFÂNCIA**

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 231 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Transferência de recursos financeiros às escolas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 232 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafinc

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

A Comissão do PROAFINC visita faz visitas in loco nas escolas conveniadas para averiguação do convênio.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

O convênio foi cancelado em algumas escolas cujo prédios passaram a ser alugados pela SEMED.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **113 - VIVA A INFÂNCIA**

2010: Atendimento de 43 escolas conveniadas com o convênio PROAFINC.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
O número de escolas foi inferior à meta prevista.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Houve demora na aprovação de alguns processos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Atraso na liberação de recursos
Demora no trâmite dos processos.
Atraso na prestação de contas dos beneficiários
Escolas conveniadas que não prestaram contas de anos anteriores.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 251 - Construção, Expansão e Reforma de Unidades de Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 253 - Realização de Eventos Recreativos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação não realizada em 2010. Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não foram liberados recursos

Redução de crédito orçamentário. Redução conforme decreto nº 11.552 de 04.01.2010

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada

Os recursos não foram liberados, portanto a ação não foi executada.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Redução de crédito orçamentário.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 261 - Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 352 - Assessoramento pedagógico às escolas de educação infantil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

A equipe da Divisão de Educação Infantil se reúne internamente para planejamento do Assessoramento nas Escolas de Educação Infantil.

Visitas in loco

São feitas visitas in loco para assessoramento das Escolas de Educação Infantil.

Relatórios de gestão

São feitos relatórios de visita nas visitas feitas de assessoramento pedagógico.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Foram assessoradas mais de 15 escolas de Educação Infantil ao longo do ano de 2010 e realizados 09 encontros com coordenadores pedagógicos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Assessoramento pedagógicos às escolas, bem como aos coordenadores pedagógicos com atividades específicas. Assessoradas mais de 15 escolas de Educação Infantil ao longo do ano de 2010 e realizados 09 encontros com coordenadores pedagógicos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

Falta de recursos para realização de encontros de caráter pedagógico com os Coordenadores Pedagógicos das Escolas de Educação Infantil, houve redução de crédito orçamentário conforme decreto nº 11.698 de 28/06/2010.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução □ programada

Os recursos liberados não foram suficientes para realização de encontros de caráter pedagógico com Coordenadores Pedagógicos, os encontros realizados ao longo do ano foram feitos sem recursos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Houve redução orçamentária.

Atraso na liberação de recursos

Os recursos liberados não foram suficientes.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 353 - Premiação de escolas e profissionais de educação por práticas exitosas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação não realizada por falta de orçamento. Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não foram liberados recursos

Redução de crédito orçamentário, conforme decreto nº 11.679 de 04/06/2010.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada

Os recursos previstos não foram liberados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Redução orçamentária.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 354 - Aquisição de materiais para recreação destinados as escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **113 - VIVA A INFÂNCIA**

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Redução orçamentária. Ação não realizada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Redução orçamentária. Ação não realizada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Redução orçamentária. Ação não realizada.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Redução orçamentária. Ação não realizada.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **116 - SAÚDE ESCOLAR**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Aumentar o nível de atendimento à saúde do educando, promovendo ações de prevenção, identificação e correção de problemas visuais, bucais, de saúde geral e a formação continuada de agentes multiplicadores, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Público Alvo: Alunos, pais, profissionais da educação.

Justificativa:

Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de alunos atendidos com próteses e consultas oftalmológicas, por ano	Previsto	2500	2687	2889	3105
	Apurado	3971			
	Relação % (Apurado/Previsto)	158,84	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	127,89	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
02 - Número de alunos atendidos com tratamento odontológico, por ano	Previsto	35149	37785	40619	43665
	Apurado	41084			
	Relação % (Apurado/Previsto)	116,89	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	94,09	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
03 - Número de alunos atendidos em Saúde Geral(neurologia, otorrinolaringologia, fonoaudiologia, eletroencefalograma, oftalmologia), por ano	Previsto	1900	2042	2195	2360
	Apurado	1404			
	Relação % (Apurado/Previsto)	73,89	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	59,49	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
04 - Número de pessoas (professores, gestores, pais e alunos) atendidos com formação continuada, na prevenção e redução dos índices de violência contra a criança e o adolescente	Previsto	580	580	580	580
	Apurado	2000			
	Relação % (Apurado/Previsto)	344,83	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	344,83	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

A meta teve um êxito muito favorável ao esperado de 100% anual em quase todas ações.

2.3 Satisfação do Beneficiário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **116 - SAÚDE ESCOLAR**

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Houve uma satisfação muito grande dos alunos beneficiados com as ações.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Definição do objetivo do programa em relação ao problema

Conseguiu-se atingir a previsão, mas não o esperado pois a demanda cresceu em algumas ações.;

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Pessoa com Deficiência

Atendimento a crianças e adultos na rede municipal de ensino com distúrbios visuais, problemas neurológicos, distúrbios na fala e problema na audição com atendimento especializado.

Criança e Juventude

Foram feitas várias parcerias como a do PROERD, SESC e a Energia Sustentável para fazer palestras educativas sobre sexualidade, gravidez na adolescência, DST's, escolas promotoras de saúde, Higiene Bucal e Violência Doméstica na capital e distritos de Por

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Houve uma necessidade muito grande de recursos em algumas ações, devido o aumento de algumas consultas fora do esperado.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Falta de cursos profissionalizantes para esses funcionários na área específica.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Falta de cursos profissionalizantes para esses funcionários na área específica.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

Divulgações nas escolas e reuniões com pais, alunos e professores.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Diminuição da evasão escolar, diminuição da gravidez inesperada na adolescência, diminuição do uso de drogas nas escolas e diminuição das DST's entre os alunos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 015 - Aquisição de Gabinetes e Instrumentais Odontológicos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **116 - SAÚDE ESCOLAR**

Existe uma supervisora de programa específica para cada ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Até o momento existem 19 gabinetes odontológicos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de materiais e equipamentos para Gabinetes Odontológicos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Supriu a demanda, e com remanejamentos para outras necessidades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Médio
O recurso orçamentário deu para trabalhar, mas não para suprir todas as demandas.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 019 - Aquisição de Material de Higiene Bucal e Prevenção à Cárie no Atendimento a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Conseguiu-se comprar todos os kit's necessários para atender toda a demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de kit's de higiene bucal.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Alcance da meta esperada e remanejamento de recursos para outras ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 029 - Aquisição Kits de Primeiros Socorros para Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve execução no exercício. Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Não houve execução no exercício. Recursos remanejados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve execução no exercício. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve execução no exercício. Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Não houve execução no exercício. Recursos remanejados.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Houve movimentação parcial dos recursos para pagamentos de diárias para os funcionários que executaram serviços fora da Capital.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Esse recurso é liberado anualmente conforme às viagens a ser executadas para palestras e cursos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 153 - Manutenção de Gabinetes Odontológicos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Houve necessidade de remanejamento para outras ações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Houve necessidade de remanejamento para outras ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Houve necessidade de remanejamento para outras ações.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 368 - Assistência Médica, Laboratorial e Suporte Profilático e Terapêutico a Alunos com necessidades Educativas Especiais.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve meta de 100% em algumas ações como as de neuro e otorrino, mas houve algumas ações que não houve essa meta devido ao aumento das consultas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Exames e Consultas médica à neuro e otorrino.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Conseguimos atingir algumas metas, mas não todas.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Todo ano as consultas sofrem um aumento não previsto no começo do ano.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 369 - Reabilitação Visual para a Educação de Jovens e Adultos.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **116 - SAÚDE ESCOLAR**

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Meta realizada abaixo da previsão, devido ao aumento das consultas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Consultas médicas ao oftalmologista.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Não conseguimos a demanda.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.
Público Alvo: Alunos de 06 a 14 anos matriculados na rede pública municipal de ensino de Porto Velho.
Justificativa:

Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - Anos Iniciais - AI	Previsto	3,9	4,3	4,4	4,6
	Apurado	4,1			
	Relação % (Apurado/Previsto)	105,13	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	89,13	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
02 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - Anos Finais - AF	Previsto	3,5	3,8	3,9	4,2
	Apurado	3,1			
	Relação % (Apurado/Previsto)	88,57	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	73,81	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

São desenvolvidos projetos com essa temática nas escolas e consta no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, no dia 20/11



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL

Pessoa com Deficiência

São desenvolvidos projetos com essa temática nas escolas e consta no calendário escola o dia 13/05 como Dia Temático coordenado pela Divisão de Ensino Especial.

Gênero

São desenvolvidos projetos com essa temática nas escolas e é destacado no calendário escolar o mês de agosto para desenvolver atividades voltadas para a cultura de paz.

Criança e Juventude

São desenvolvidos projetos com essa temática nas escolas e consta no calendário escolar a semana de 03 a 07 de outubro como semana de estudos da Constituição Federal.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Falta de pessoal para compor a equipe.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Falta de professores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Organizar reuniões com diversos segmentos sociais.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Elaborar instrumento avaliativo.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 017 - Aquisição de Material de Cantina Destinado às Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação não executada. Recursos remanejados parcialmente.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

Ação não executada. Recursos remanejados parcialmente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução ☐ programada
Ação não executada. Recursos remanejados parcialmente.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 020 - Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Ação: Aquisição de material didático para distribuição a alunos. Produto: Unidades de ensino. Detalhamento: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais de ensino fundamental.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução ☐ programada
Sem movimentação financeira.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 027 - Aquisição de Uniformes Escolares para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de uniformes escolares.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL

2010: Benefício do auxílio-transporte.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 079 - Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Educacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

São realizadas reuniões com a equipe que desenvolve junto às escolas o programa Livro-Carta-Mural.

Visitas in loco

São realizadas visitas nas escolas que participam do programa.

Relatórios de gestão

São elaborados dois relatórios referente à execução do programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O Programa foi realizado com sucesso

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Ação: Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas
Educacionais

P

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

É preciso aumentar o número de escolas atendidas com o programa o que não foi possível por falta de recurso orçamentário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

O programa foi executado com o recurso disponível.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL**

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Atraso na tramitação do processo comprometeu o início da ação.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 122 - Implementação de Biblioteca nas Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 125 - Implementação de Hortas Escolares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 130 - Implementação do Programa de Inclusão Digital Destinado a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 132 - Implementação dos Currículos Escolares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

São realizadas reuniões de trabalho com caráter avaliativo.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta realizada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Estudos referente a re-organização dos currículos escolares nas escolas de ensino fundamental urbanas e rurais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

A dotação atual atendeu somente parte das diárias utilizadas para encontros de estudos para a implementação curricular, o restante do recurso sofreu redução de Crédito Conf. Dec. 11.725 de 22/07/2010.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada

Devido a Redução de Crédito Conf. Dec. 11.725 de 22/07/2010, não foi possível executar a ação em sua totalidade.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

A ação não foi desenvolvida em sua totalidade devido a redução de Crédito Conf. Dec. 11.725 de 22/07/2010.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 157 - Manutenção de Serviços das Unidades Administrativas da Rede Municipal de Ensino



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 209 - Realização de Jogos Escolares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Jogos escolares realizados.



Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 222 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Sistemas informatizados

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 231 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Transferências de recursos financeiros destinados às escolas

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 251 - Construção, Expansão e Reforma de Unidades de Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL**

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 255 - Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas e Unidades de Apoio ao Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação



Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 261 - Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Sistemas informatizados

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 376 - Implantação e Implementação do Centro de Informação Educacional

4.5.1 Monitoramento



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: **117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL**

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: MARIA LUÍZA COELHO TRINDADE
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Satisfatório o alcance do planejamento proposto e resultados alcançados.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Dentro dos objetivos propostos, também considerado satisfatório o cumprimento das metas previamente estabelecidas para o ano de 2010.

2.4 Outras Considerações

2010: As metas não foram plenamente atendidas em função de entraves burocráticos nas tramitações de processos.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Suficiência das metas físicas das ações
Consideramos que ainda carecem de uma melhor adequação cronológica nas realizações das ações. Por exemplo: aquisições de bens duráveis se realizando no exercício seguinte em função de entraves burocráticos.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há carência de pessoal de apoio administrativo, notadamente para acompanhar "pari passu (passo a passo)" as tramitações de processos de compras e processos administrativos.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Carência de cursos práticos, no âmbito da prefeitura, voltados para a administração pública.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

As ações administrativo-financeiras são apresentadas e amplamente discutidas com os membros da equipe de apoio.
Discussão em Conselho Setorial
Apreciadas pelo Conselho Pleno em Sessões Plenárias.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
O público alvo das ações do apoio administrativo são os técnicos e conselheiros e estes contribuem efetivamente para o alcance dos resultados propostos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

O programa carece de um alcance maior. No âmbito deste CME, faz-se necessária que a avaliação seja individual, isto é, avaliação feita individualmente por conselheiros e pessoal de apoio, concatenando-se os resultados "ad referendum". Desta forma, as ações gerenciais do administrador serão melhor avaliadas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

São realizadas reuniões periódicas com a equipe de trabalho e com o público alvo (conselheiros e técnicos do CME).

Visitas in loco

Sempre que necessário.

Sistemas informatizados

Planilhas Eletrônicas e programas específicos são utilizados para diariamente acompanhar e controlar o fluxo das atividades realizadas na execução dos programas orçamentários da unidade.

Relatórios de gestão

Anualmente apresentação de relatório da gestão do apoio administrativo na execução dos programas propostos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Dentro do proposto, achamos que as metas foram plenamente alcançadas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Reformas e melhorias na infra-estrutura predial (rebocos, pinturas, trocas de forros, etc...) melhoraram em muito o ambiente de trabalho. A compra de equipamentos e a utilização de prestadores de serviços contribuíram para o contínuo fluxo de trabalho do

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

As ações na execução orçamentária foram plenamente atendidas. Ressalva-se o trâmite burocrático que não permite a utilização plena dos recursos dentro do mesmo exercício.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Consideramos positivas as ações desenvolvidas e implementadas pela SEMPLA na liberação dos recursos orçamentários. Não houve descontinuidade e nossa dotação foi plenamente atendida.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Alto

Mantemos parceria com a Secretaria Municipal de Educação/SEMED que nos subsidia orçamentariamente com despesas continuadas nos gastos com combustível, água, luz e telecomunicações, serviço de segurança armada, folha de pagamento de pessoal e jetons.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: Implementações de mecanismos para que as informações das dotações e execuções orçamentárias sejam disponibilizadas às unidades orçamentárias, sejam diár



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Capacitar profissionais da Educação que atuam na Rede Municipal de Ensino.
Público Alvo: Gestores Escolares, Supervisores Escolares, Orientadores Educacionais, Secretários Escolares, Auxiliares de Secretarias Escolares, Monitores e Conselheiros, Técnicos e Funcionários que atuam no CME.
Justificativa:

Gerente: CONCEIÇÃO PATRIOTA FERREIRA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de profissionais com formação continuada	Previsto	15	10	10	10
	Apurado	55			
	Relação % (Apurado/Previsto)	366,67	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	550,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Deixou-se de efetivar duas ações: Curso para Formação de Conselheiros e Capacitação em Legislação Educacional e Escrituração Escolar aos Educadores da Rede Municipal de Ensino.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Quanto a participações em eventos foi bem além do programado; ficando pendente para o ano de 2011, uma ação sobre Curso de Legislação para Conselheiros e Técnicos deste CME.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Em virtude da participação em diversos eventos.

2.4 Outras Considerações

2010: Curso para a formação de Conselheiros não realizado em tempo hábil em função do processo licitatório não ter sido concluído dentro do exercício 2010.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Quando do estudo, das discursões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Pessoa com Deficiência

Quando do estudo, das discursões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Gênero

Quando do estudo, das discursões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Criança e Juventude

Quando do estudo, das discursões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

Quando das reuniões com Técnicos de outras Instituições como: Universidades, Secretaria de Educação, Gestores Escolares, Sindicatos e outros.

Discussão em Conselho Setorial

Conselho Estadual de Educação, Conselhos Municipais, Conselho do FUNDEB, Conselho Tutelar.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

- 1) *Parâmetro de avaliação dos programas apresentados;*
- 2) *Subsídio para enriquecimento na elaboração dos atos normativo.*

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Através de preenchimento de instrumentais de avaliação no encerramento de cada evento; através de relatos e relatórios.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 332 - Capacitação em legislação Educacional e Escrituração Escolar aos Educadores da Rede Municipal de Ensino.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

O Departamento Técnico realiza reuniões trimestrais para rediscussão do planejamento e avaliação das ações realizadas e programadas.

Visitas in loco

O Departamento Técnico cumpre durante o ano, cronograma de visita às escolas urbanas e do campo para assessoramento, acompanhamento e orientação sobre autorização de funcionamento e reconhecimento das escolas.

Sistemas informatizados

Diariamente, através da página eletrônica.

Relatórios de gestão

Relatório circunstanciado.

Outros:

O Departamento Técnico realiza sessões de estudos com as técnicas trimestralmente ou quando houver necessidade. Elaboração de projetos, minutas, estudos e organização dos trabalhos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não foi possível realizar esta ação, em decorrência das Resoluções de Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Básica do Campo, só foram concluídas e homologadas no período de outubro a dezembro de 2010, o que não possibilitou que os subsídios para tal formação fossem elaborados em tempo hábil.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: **029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES**

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Os recursos orçamentários foram suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

O Recurso foi liberado conforme previsão, no entanto a ação deixou de ser executada conforme justificativa anterior.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Não utilizamos recursos de origem não orçamentária, porém, diversas ações são executadas em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, tais como: Cedência de espaço físico no Centro de Formação de Professores, transporte e combustível nas viagens técnicas na área rural do município e etc..

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Outros:

Não foi possível realizar esta Ação, em decorrência das Resoluções de Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Básica do Campo, só foram concluídas e homologadas no período de outubro a dezembro de 2010, o que não p

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: Cumprir todo o Planejamento no decorrer do ano.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: CARLOS ALBERTO SOCCOL
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Os recursos foram liberados de acordo com as necessidades.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada

2.4 Outras Considerações

2010: A necessidade de criação de um mecanismo para apuração das ações planejadas e executadas.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Quando a necessidade de reuniões periódicas a cada mês para avaliação dos trabalhos e tarefas executadas.

Relatórios de gestão

São emitidos relatórios de atividades cada mês.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Houve a necessidade de remanejamento de um elemento de despesa para outro, motivado pelo realinhamento de preços dos produtos e/ou serviços.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de uniformes EPI'S e EPC'S, 36 microcomputadores (monitores, mouses e outros), 04 Notebook e 36 Nobreak, material de expediente, implementos de informática (papel, toner, tinta, CD ROM, e outros).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Houve a necessidade de antecipação de cotas mensais para a contemplação dos produtos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

É realizado reuniões em conjunto com a Semad para deliberações necessárias.

Relatórios de gestão

Emissão de relatórios periódicos como: Férias, licença doença, licença maternidade e outros correlatos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta prevista realizada a contento. Não houve contratação de servidores no exercício por parte da Secretaria.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Foram liberados os recursos de acordo com as necessidades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Houve a liberação de recursos de acordo com as necessidades.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a limpeza pública urbana e assegurar os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos
Público Alvo: População do Município
Justificativa:

Gerente: ERASMO CARLOS DOS SANTOS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de ruas atendidas com serviços de limpeza	Previsto	100	100	100	100
	Apurado	50			
	Relação % (Apurado/Previsto)	50,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	50,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
100% do índice previsto.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Dentro da expectativa.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: **015 - CIDADE LIMPA**

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A quantidade é insuficiente para atender a demanda.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Ainda não foi implantado o orçamento participativo com as comunidades.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Através de reuniões e treinamentos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 154 - Manutenção de Máquinas e Veículos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reunião periódica de trabalho ou quando necessário.
Relatórios de gestão
Relatório de atividades.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta foi alcançada de acordo com o planejamento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de pneus, câmara de ar, protetor e etc...

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Houve a necessidade de remanejamento de recursos orçamentário para outro programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
As antecipações da quotas mensais foram liberadas de acordo com as necessidades.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
A secretaria não tem parceria com outros.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 160 - Manutenção de Vias Pública (Limpeza, Varrição, Poda, Pintura de Meio Fio e Outros)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Reuniões de trabalho
Reunião periódica de trabalho ou quando necessário nas bases.
Visitas in loco
Visitas nos locais quando da avaliação da conclusão dos trabalhos efetuados.
Relatórios de gestão
Emissão de relatório de atividades executadas durante o exercício.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As cotas mensais foram antecipadas e liberadas de acordo com as necessidades, como também a suplementação orçamentária oriunda de outra programação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: Aquisição de 2 tratores agrícolas, 2 varredoras coletora, 2 roçadeiras hidráulica, 3 micro-trator com roçadeira, 30 roçadeiras costal, aquisição de cascalho, terra preta, insumos para jardinagem, locação de horas máquinas e equipamentos para a manutenção

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Suficientes
Houve necessidade de remanejamento de outra programação para realização das atividades e aquisições.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

- 2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram antecipadas e liberadas as cotas mensais, como também a suplementação orçamentária oriunda de outra programação..

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

- 2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
A secretaria não tem parceria com outros.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

- 2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 434 - Manutenção de Praças, Parques, Feiras e Mercados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Reuniões de trabalho
Reunião de trabalho periodicamente a cada mês ou quando necessário.
Relatórios de gestão
Relatório de atividades.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foram liberadas as cotas de acordo com as necessidades, portanto a meta prevista foi realizada a contento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: **015 - CIDADE LIMPA**

2010: Construção da praça de alimentação Aluizio Ferreira.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Foram liberadas as cotas de acordo com as necessidades como também a suplementação orçamentária oriunda de outra programação para conclusão da Praça de Alimentação Aluizio Ferreira.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram liberadas as cotas de acordo com as necessidades, como também a suplementação orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

A Secretaria não tem parceria com outros.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.31 - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
Programa: **015 - CIDADE LIMPA**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a limpeza pública urbana e assegurar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos
Público Alvo: População do Município
Justificativa:
Gerente: ERASMO CARLOS DOS SANTOS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos	Previsto	98	99	100	100
	Apurado	99			
	Relação % (Apurado/Previsto)	101,02	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	99,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Em virtude do contrato nº 030/PGM/2010, referente a concessão de limpeza pública, entrou em vigor no dia 1 de maio de 2010. Daí o índice atingido foi de 99%.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto
A população foi atendida dentro do programado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada
Não existe mecanismo de avaliação.

2.4 Outras Considerações

2010: Há estudo de avaliação para medir o grau de satisfação do beneficiário no exercício de 2011.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.31 - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
Programa: 015 - CIDADE LIMPA

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: O contrato de concessão 030/PGM/2010 prever a implantação da coleta seletiva de acordo com o cronograma estabelecido entre as partes, onde haverá a participação popular.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Falta da implantação do programa por parte da Secretaria.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 203 - Realização de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Domiciliares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

São realizadas reuniões de trabalho pela comissão de fiscalização do contrato de concessão.

Visitas in loco

A comissão de fiscalização do contrato de concessão realiza fiscalização in loco.

Relatórios de gestão

É emitido relatório anual de gestão.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Resíduos Sólidos Coletados. Atendida a população da área urbana da cidade de Porto Velho.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Houve a necessidade de suplementação orçamentária haja vista da vigência do contrato nº 030/PGM/2010.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram liberados os recursos de acordo com as necessidades.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.31 - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
Programa: **015 - CIDADE LIMPA**

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: ROSEMEIRE BASTOS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Sede administrativa da secretaria.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
As atividades desenvolvidas supriu as necessidades.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os recursos foram suficientes.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com o pagamento de diárias aos servidores que atuam nos diversos Distritos da área rural e urbana no Município de Porto Velho. Foram adquiridos diversos materiais para manutenção desta Unidade Administrativa, como: Materiais de expediente (papel)

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Houve redução na dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 042 - Auxílio Alimentação ao Servidor

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os recursos foram suficientes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com: Aquisição de alimentação/almoço tipo marmiteix (40.040 unidades). Aquisição de gêneros alimentícios (café, açúcar, pães, leite, manteiga etc). Aquisição de 250 galões de água c/20 litros (reposição), e recarga de gás de cozinha de botijas c/1

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Houve reduções na dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com todos os diretores.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Não houve meta realizada. Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Não houve realização de atividades.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Não houve utilização dos recursos. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Os recursos não foram suficientes.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com: Obras das edificações de acessibilidade na secretaria (SEMOB). Obras de Reforma no prédio da SEMUSB e anexo. Obras de Ampliação do ossário do Santo Antônio (cemitério).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Houve reduções e suplementações na dotação orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos orçamentários não foram suficientes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Houve remanejamento de recursos.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

Meta realizada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com o pagamento de vencimentos e vantagens fixas do pessoal ativo, e encargos sociais (IPAM e INSS) dos servidores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Houve uma redução na dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: **045 - PORTO VELHO LIMPA**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Realizar serviços de limpeza, retificação e revestimento de canais, visando melhorar as condições ambientais e a saúde da população.
Público Alvo: População do Município
Justificativa:

Gerente: ERENILSON SILVA BRITO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quilômetros de canais limpos e retificados	Previsto	10	11	13	15
	Apurado	12,2			
	Relação % (Apurado/Previsto)	122,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	81,33	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Devido ao acúmulo de lixo, e as fortes chuvas no período.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
População do município de Porto Velho.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Os serviços executados supriu as necessidades do beneficiário.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Caracterização do público-alvo
Presisa-se de meios adequados para identificar os segmentos.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados



Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: **045 - PORTO VELHO LIMPA**

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não há recursos humanos suficientes.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Falta de recursos humanos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 309 - Limpeza, Retificação e Revestimento de Canais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Reuniões semanais para identificar os serviços não realizados e os de prioridades.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Os recursos foram insuficientes, mas não prejudicou as atividades.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Locação de equipamentos (escavadeira hidráulica e drag-line).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Houve suplementações na dotação orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Os recursos foram suficientes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Executar serviços de drenagem, pavimentação, revitalização e manutenção de vias urbanas.
Público Alvo: população do município
Justificativa:

Gerente: REGINA MARIA RIBEIRO GONZAGA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quilômetros de vias drenadas e pavimentadas ao ano	Previsto	13	14	15	16
	Apurado	20,7			
	Relação % (Apurado/Previsto)	159,23	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	129,38	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Drenagem: 6 KM; Pavimentação: 14,7 KM. Houve menos km de vias drenadas e muitas foram pavimentadas.

02 - Quilômetros de vias urbanas recuperadas ao ano	Previsto	2200	2500	2800	3200
	Apurado	2250			
	Relação % (Apurado/Previsto)	102,27	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	70,31	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Devido ao aumento das vias pavimentadas.

03 - Quilômetros de estradas vicinais recuperadas	Previsto	2000	3000	4000	5000
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: A demanda aumentou em virtude da escoação dos produtores na área rural.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
O programa sofreu algumas reduções, mas não prejudicou totalmente as atividades.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito
A demanda é muito grande e os recursos não são suficientes.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Caracterização do público-alvo
Não há meios adequados para identificar os segmentos.

3.2 Transversalidade



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: **075 - URBANIZAR**

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Os recursos humanos não são suficientes a todas as equipes.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
A qualificação também não é suficiente.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não há recursos humanos suficientes.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Falta de recursos humanos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 004 - Ampliação e Recuperação de Estradas Vicinais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas..

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com aquisição de peças (diversas) - através de recursos do FITHA-2009. Locação de equipamentos para área rural, incluindo o FITHA-2009 (caminhão pipa, TE D-4, TE D-6, escavadeira hidráulica, rolo liso, rolo corrugado, CB trucado, CB toco, pá carr

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Houve uma redução e várias suplementações, mas não prejudicou as atividades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos foram suficientes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 067 - Construção e Recuperação de Pontes, Pontilhões e Passarelas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

As atividades não foram prejudicadas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Foram construídas e recuperadas 76 mt de pontes, sendo utilizadas somente as madeiras doadas de apreensões da Polícia Ambiental.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Houve reduções na dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Não houve utilização dos recursos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 081 - Drenagem de Águas Pluviais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com: Aquisição de manilhas (diversos diâmetros 0,30m; 0,40m; 0,60m; 0,80m; 1,20m). Aquisição de 3.600 sacos de cimento. Obras de Drenagem no Jardim América. Infra-estrutura da Av. Abunã (drenagem). Aquisição de bueiros metálicos (Armcos).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Houve reduções e outras suplementações, mas não prejudicou as atividades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com: Aquisição de diversos materiais tipo: mangueiras hidráulicas, peças diversas de reposição para equipamentos (leves e pesados). Aquisição de diversos pneus e câmaras de ar para equipamentos leves e pesados. Aquisição de peças da CIBER p/Usina

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Houve algumas reduções e várias suplementações, mas não prejudicou as atividades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: **075 - URBANIZAR**

Os recursos foram suficientes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 142 - Limpeza e Encascalhamento de Vias Urbanas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Acima do previsto, as atividades não foram prejudicadas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com: Aquisição de material laterítico (75.000 m3 de cascalho). Locação de equipamentos (CB trucada, caminhão pipa, micro-onibus, retroescavadeira, rolo corrugado, motoniveladora, pá carregadeira, caminhão meloso, escavadeira hidráulica, TE D-65,

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Houve uma redução e outras suplementações, mas não prejudicou as atividades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram suficientes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 145 - Manutenção da Malha Viária Pavimentada

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de insumos: 5.383m³ de brita 01, 13.800m³ de Pó de brita, 4.497m³ de areia lavada, 1.886 toneladas de CAP 50/70, 190 toneladas de CM-30 e 177 toneladas de RR-2C. Locação de equipamentos (pá carregadeira, caminhão meloso, CB truada, CB toco, cami

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Houve uma redução e várias suplementações, mas não prejudicou as atividades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 188 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com aquisição de insumos: 2.253m³ de areia lavada, 1.537m³ brita 01, 2.700m³ pó de brita, 325 toneladas de CAP 50/70 e 60 toneladas de CM-30 com recursos da ESBR. Locação de equipamentos (CB truada, caminhão munck, micro-onibus, retroescavadeira,

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Houve algumas reduções e várias suplementações da dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

4.5.5 Fluxo de Recursos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: **075 - URBANIZAR**

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 236 - Urbanização de Vias Urbanas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Bem abaixo do previsto, no entanto não houve prejuízo das atividades da ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesa com: Obras de construção de calçadas no Distrito de Calama. Construção de calçadas no Distrito de São Carlos, sendo que as atividades (serviços executados) foram repassadas para EMDUR e os recursos oriundos desta dotação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Houve várias reduções e várias suplementações, mas que não prejudicou as atividades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos foram suficientes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB

Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Programa: **075 - URBANIZAR**

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:
2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:
2010: Satisfeito

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:
2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:
2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:
2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:
2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:
2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.

4.4 Satisfação dos Beneficiários



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não aplicável.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Reuniões de trabalho, no sentido de monitorar o atendimento e execução das ações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foi atingida a meta dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de materiais de consumo diversos como: (expediente, limpeza em geral, gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, pneus e câmaras, e outros) - Serviços executados (Manutenção de veículos, Lavagem de veículos, plotagem, pagamentos de taxas

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

A Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, tem em suas Unidades o atendimento de crianças e adolescentes, idosos e deficientes, que necessitam de contratos continuados, tais como: manutenção de veículos, lavagem de veículos, Limpeza de Fossas, caixas d'água, cisternas, Suprimentos de Fundos e outros.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 071 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Operacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 147 - Manutenção das Atividades Administrativas dos Conselhos e das Unidades Operacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

A Secretaria mantém com os conselheiros e técnicos reuniões trimestralmente, visando melhorar os serviços de atendimento.

Relatórios de gestão

Os Conselhos Tutelares e Municipais realizam relatórios anuais das ações executadas e não executadas pela SEMAS.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

A SEMAS mantém a manutenção de 5 (cinco) Conselhos, sendo 02 Tutelares e 03 Municipais (CMAS, CMI e CMDCA).

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com aquisição de materiais de consumo diversos, tais como: expediente, limpeza em geral, copo descartáveis, gêneros alimentícios (café, açúcar, biscoitos), e outros - Serviços: Locação de Imóveis, Diárias, Manutenção de veículos, e outros - Aquis

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

Faltam recursos para atender todas as unidades, principalmente quanto aos bens materiais, tipo veículos e outros.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

- 2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Considerando o número de atendimentos e a manutenção das unidades, exige-se créditos orçamentários para aquisição de materiais e equipamentos.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Sistemas informatizados

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Não foi possível a contratação de todos os profissionais solicitados por concurso público, devido a falta de inscritos para trabalharem na Prefeitura Municipal de Porto Velho, sendo que o quadro de servidores em 2010 deveria ter alcançado o número de 518 servidores mas somente alcançou 465, ou seja, 180 contratações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: Vencimentos, horas extras, adicionais noturnos, auxílio transporte.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

- 2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

- 2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

- 2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.31 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Programa: 005 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a potencialização da rede prestadora de serviços na área da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;
Público Alvo: Crianças e adolescentes
Justificativa:

Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento a criança e ao adolescente atendidos nas unidades	Previsto	94	95	96	97
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Pessoa com Deficiência

Gênero

Criança e Juventude

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.31 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Programa: **005 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA**

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Discussão em Conselho Setorial

Os serviços são deliberados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, composto por membros não-governamentais e governamentais.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

A Sociedade Civil, através de projetos desenvolve ações voltadas à população vulnerabilizada.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Visitas in loco e reuniões deliberativas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 417 - Manutenção Socioassistencial da Rede de Serviços Direta e Indireta na Área da Criança e do Adolescente

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Para deliberação e aplicação dos recursos orçamentários.

Visitas in loco

Para verificar a execução dos projetos.

Relatórios de gestão

Informando a Gestão Municipal das ações realizadas pelo Conselho Municipal, na área da criança e do adolescente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta atingida na sua totalidade.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: -Despease com 10 (dez) Convênios celebrados entre a Prefeitura do Município de Porto Velho, por intermédio da SEMAS com entidades prestadoras de serviços; Despesas com diárias; Aquisição de Materiais permanentes (Central de Ar 60.000 BTUS, Condicionador d

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.31 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Programa: **005 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA**
2010:

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2010: Não

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.32 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Programa: 006 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover sociabilidade, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o isolamento do idoso, bem como seu asilamento.

Público Alvo: Idosos com 60 anos ou mais em situação de vulnerabilidade social

Justificativa:

Gerente: MONICA MARIA CUNHA SAMPAIO

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento aos idosos com 60 anos ou mais em situação de vulnerabilidade social	Previsto	25	26	27	28
	Apurado	20			
	Relação % (Apurado/Previsto)	80,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	71,43	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Entidades atendidas.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.32 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Programa: **006 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse
Reuniões realizadas nas associações que prestam serviços a pessoa idosa.
Discussão em Conselho Setorial
As ações são deliberadas pelo Conselho Municipal do Idoso - CMI.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
Visitas in loco e reuniões.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 420 - Manutenção Básica Socioassistencial a Pessoa Idosa.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foi atingida a meta na sua totalidade.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com celebração de convênio entre Prefeitura do Município de Porto Velho, por intermédio da SEMAS e a Entidade, para execução do Projeto Fortalecer a Política Socioassistencial Junto aos Grupos de Idosos; Aquisição de Materiais Permanentes (Centr

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

Unidade Orçamentária: 12.32 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Programa: **006 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar e implementar serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da política de proteção social básica e especial
Público Alvo: Crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiências
Justificativa:
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento de pessoas vulneráveis e em risco social, atendidas nas unidades	Previsto	93	95	97	99
	Apurado	90			
	Relação % (Apurado/Previsto)	96,77	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	90,91	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Pessoa com Deficiência

Os serviços foram realizados com as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais

Gênero

Os serviços foram realizados com as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais

Criança e Juventude

Os serviços foram realizados com as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Discussão em Conselho Setorial

Os serviços, programas e projetos são deliberados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Relatórios de avaliação e análise das prestações de contas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 411 - Manutenção da rede prestadora de serviços socioassistenciais direta e indireta

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

O Conselho fiscaliza as ações aprovadas através dos projetos e convênios firmados entre a Prefeitura por intermédio da SEMAS.

Relatórios de gestão

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, elabora a prestação de contas dos serviços realizados no período.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foi atingida a meta prevista.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: -Despease com Convênios celebrados entre a Prefeitura do Município de Porto Velho, por intermédio da SEMAS com as entidades prestadoras de serviços; Despesas com diárias; Aquisição de Materiais permanentes (Central de Ar 60.000 BTUS, Condicionador de Ar T

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 412 - Manutenção e conservação do centro de referência especializado para mulheres e casa abrigo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão
A Unidade elabora o relatório das ações realizadas e executadas no período.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Atendimento das Unidades com materiais de consumo (gêneros de alimentação perecível e não perecível, material de expediente, café, água e gás 13 kg) e serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
A unidade Casa Abrigo atende mulheres vítimas de violência, os recursos orçamentários liberados não atenderam a demanda, de acordo com necessidade para a manutenção.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
O programa não recebeu suplementações orçamentárias ao longo do exercício, prejudicando a execução das ações necessárias à unidade.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 048 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BOLSA FAMÍLIA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a transferência direta de renda mensal, que beneficia famílias em situação de risco social.
Público Alvo: Famílias em situação de pobreza de risco social.
Justificativa:

Gerente: CRISTÓVÃO CÉZAR RODRIGUES SOARES
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de famílias inscrita no cadastro único	Previsto	75	85	95	100
	Apurado	100			
	Relação % (Apurado/Previsto)	133,33	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	100,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Revisão cadastral; inserção de novas famílias em situação de vulnerabilidade social, acompanhamento socioassistencial.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto

A partir da descentralização do atendimento e inserção nos Centros Integrados de Assistência Social, a cobertura tornou-se mais eficiente, atendendo ao público mais vulnerável.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

A transferência de renda permanece normalmente, apresentando ainda deficiência no que diz respeito à mudança de versão, acarretando problemas de transferência de dados para os Municípios, dificultando o atendimento integral dos beneficiários.

2.4 Outras Considerações

2010: Observamos as situações vivenciadas pelo programa a partir das mudanças do aplicativo, as quais independem da atuação do Município.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Caracterização do público-alvo

Ainda há deficiência na inserção dos beneficiários que estão dentro dos critérios, por omissão de dados por parte dos próprios beneficiários. Muitos procuram burlar o sistema a fim de obter o benefício.

Suficiência das ações

Precisa-se apontar propostas mais eficazes para o processo de atualização em decorrência do alto número de famílias e, muitas residem em áreas de difícil acesso como ribeirinhas, BR, linhas, sítios e outros.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

O programa em suas diretrizes apresenta uma porcentagem de bolsas já destinadas aos grupos étnicos; os índios Karitianas são inseridos no Programa.

Gênero

O recorte de gênero é respeitado com ênfase ao proposto nas portarias do MDS, sendo prioridade o benefício, este em nome da mulher.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **048 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BOLSA FAMÍLIA**

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

- 2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Necessidades de ampliação na área de informática (computadores e espaço físico adequado).
- Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Há necessidades de ampliação de recursos materiais como computadores, bancos de espera, cadeiras, linhas de internetes para melhoria e ampliação do atendimento.
- Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Necessidades de carros, equipamentos potentes para melhor atendimento ao público alvo.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

- 2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

- 2010: Outros:
Apesar de insuficiência pela demanda, o 0800 atinge a população fora da área urbana de Porto Velho.
- Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Denúncias de pessoas que não precisam mais do programa, informações precisas ao público alvo, atualizações.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

- 2010: Sim
- Mecanismos adotados:
A avaliação é desenvolvida a partir dos seminários, encontros e projetos "Entre Linhas e Rosas" desenvolvidos pela secretaria, oportunizando a participação dos usuários nos diversos espaços. Apesar da abertura, observa-se que a participação ainda é insuficiente. Outro mecanismo se dá a partir da atuação dos cras. A análise aponta para melhoria no atendimento e, todos os atendentes passaram por capacitações e aperfeiçoamento no atendimento ao público;

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 441 - Manutenção do Programa Bolsa Família

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Reuniões de trabalho
- Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: Despesas com Locação de Imóvel onde funciona a Sede do Programa Bolsa Família; Gêneros Alimentícios: Marmitex, Kit lanche, Suco de Fruta Pronto, refrigerante em garrafa e lata, Gás GLP, Pão Massa Fina, Carne Bovina de 2ª, Abóbora, Batata, açúcar, Copo par

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

- 2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **048 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BOLSA FAMÍLIA**

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:
2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:
2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: Realização de mais plantões bolsa família para atingir as famílias mais vulneráveis; reestruturação material, com ampliação de equipamentos, mesas, cadeiras, bai



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 050 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À INFÂNCIA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

Público Alvo: Crianças de 0 a 6 anos

Justificativa:

Gerente: MONICA MARIA CUNHA SAMPAIO

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de crianças de 0 a 6 anos atendidas nos CRAS e na rede socioassistencial do território onde residem	Previsto	1030	1060	1092	1125
	Apurado	0			
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Não aplicável

Ainda em fase de implantação nos CRAS;

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada

Ainda em fase de inserção nos CRAs

2.4 Outras Considerações

2010: No ano de 2010, a equipe técnica do PAIF em consonância com as equipes de CRAS, planejaram a criação dos grupos de crianças de 0-6 para o ano de 2011.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Sendo adquirido para o ano de 2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

CRAS com insuficiência de espaço; material insuficiente. Sendo providenciado para 2011.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **050 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À INFÂNCIA**

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Os CRAS estão sendo adequados com recursos e materiais para a oferta do serviço.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:
2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:
2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Qualificação da equipe para oferta do serviço; espaço físico adequado; recursos materiais disponíveis.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:
2010: Não
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não houve avaliação em decorrência do não atendimento.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 422 - Atendimento sócioassistencial à crianças de 0 a 6 anos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:
2010: Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.
2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.
2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:
2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:
2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:
2010: Não há restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa: **050 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À INFÂNCIA**

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: Capacitação da equipe técnica para atuação junto aos grupos; implementação dos espaços físicos e recursos materiais; execução do plano.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 051 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - ATENDIMENTO EM GRUPO DE CONVIVÊNCIA - 6 H

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a sociabilidade entre os idosos, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o isolamento, bem como seu asilamento.
Público Alvo: Pessoas idosas
Justificativa:

Gerente: MARIA OZANIRA SIMPLÍCIO R. LINHARES
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de idosos com 60 anos ou mais em situação de exclusão, convívio familiar, comunitário e social	Previsto	28	32	36	44
	Apurado	22,5			
	Relação % (Apurado/Previsto)	80,36	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	51,14	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto
Aumento da população idosa.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Muito satisfeito
Atendimento prioritário em todos os serviços da Prefeitura e o atendimento aos grupos de convivência.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 051 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - ATENDIMENTO EM GRUPO DE CONVIVÊNCIA - 6 H

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

Reuniões com associações cadastradas no Conselho.

Discussão em Conselho Setorial

Todas as ações executadas pelo programa são deliberadas pelo Conselho Municipal do Idoso - CMI.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Projetos elaborados para atender a Rede Prestadora de Serviços à Pessoa Idosa.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Através de visitas domiciliares, atividades socioeducativas. Procurou-se fazer com os idosos as propostas feitas pelos mesmos para o melhor atendimento.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 423 - Atendimento socioassistencial à pessoa idosa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Avaliar a qualidade dos serviços prestados.

Visitas in loco

Para monitoramento do idoso.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Aumento da população idosa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Carnaval do idoso; Semana do idoso; Show de talentos; Feiras de artesanatos e outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

Aumento da população idosa atendida na rede.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com cada programação, os recursos foram liberados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa: **051 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - ATENDIMENTO EM GRUPO DE CONVIVÊNCIA - 6 H**

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 053 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Atender as necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade à criança, à família, o idoso, pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz.
Público Alvo: Cidadãos e famílias.
Justificativa:

Gerente: NÍVEA CELINA MESQUITA ASCUI
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento à pessoas em situação de vulnerabilidade social	Previsto	10	12	14	16
	Apurado	5			
	Relação % (Apurado/Previsto)	50,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	31,25	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto

O programa com cobertura de até 5.000 famílias referenciadas por território, com ênfase no atendimento às famílias do programa Bolsa Família, apresentou dificuldades na execução de suas ações específicas que seria a implantação e implementação dos grupos socioeducativos em decorrência de fatores diversos, sendo o mais agravante, o atendimento emergencial às demandas de outras políticas, prejudicando a atuação direta as ações de proteção básica que seria o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito

Ainda há pouco conhecimento dos beneficiários em relação ao CRAS.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Definição do objetivo do programa em relação ao problema

Ainda há deficiência quanto a transformação das situações vulneráveis. Observa-se o atendimento do PAIF a outras frentes e demandas que não pertencem à proteção básica.

Caracterização do público-alvo

O CRAS conseguiu desenvolver ações voltadas ao público alvo, bem como identificar sua rede de atuação, fortalecendo parcerias dentro do território para maior mobilidade em relação às demandas e encaminhamentos dos beneficiários.

Dimensionamento do público-alvo

60 por cento do público alvo foi atingido.

Suficiência das ações

Em decorrência da demanda ora apresentada em situação de vulnerabilidade social, as ações foram insuficientes.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Através das reuniões, encontros semanais, grupos de convivência no espaço físico do CRAS.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **053 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Pessoa com Deficiência

Em processo de discussão para acompanhamento a domicílio conforme tipificação Nacional.

Gênero

Através das reuniões e grupos de convivência.

Criança e Juventude

Através dos grupos de convivência.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Ampliação de materiais, equipamentos, estruturação dos espaços dos CRAS.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Necessidade de ampliação da equipe técnica dos CRAS, observando que a contratação se dá através de concurso público. A equipe técnica de Jacy Paraná é urgente para o atendimento a demanda ora apresentada no distrito.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

Reuniões e encontros semanais em grupos, realizadas para este fim.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Melhoria e ampliação na oferta dos serviços à comunidade, avaliação contínua em relação ao atendimento, acompanhamento à demanda apresentada.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

A avaliação se dá através das reuniões e encontros avaliativos no espaço do CRAS e os resultados são encaminhados para equipe técnica que utiliza na formulação do plano de ação do próximo ano.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 056 - Concessão de Benefícios Eventuais à População Usuária da Assistência Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

Anualmente o Departamento de Proteção Social Básica, avalia através de relatórios os demandatários atendidos pelo programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta atingida conforme Previsão.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com fornecimento de urnas mortuárias: criança e adulto, incluindo a prestação dos serviços; Despesas com Passagens aéreas e terrestres; Auxílio Moradia às famílias vítimas de alagações, enchentes e deslizamentos (área de risco); Gêneros Alimentícios

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **053 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 054 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fortalecer o desenvolvimento na qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vivem.
Público Alvo: População demandatária e as entidades da assistência social.
Justificativa:

Gerente: MONICA MARIA CUNHA SAMPAIO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de entidades, representantes da organização civil inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social	Previsto	12	15	25	45
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Não aplicável
Não houve movimentação.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito
Não houve movimentação.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Outros: Não houve movimentação.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **054 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não houve movimentação.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não houve movimentação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 162 - Manutenção do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não houve movimentação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Sem movimentação. Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Não houve movimentação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve movimentação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve movimentação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Outros:

Não houve movimentação.

4.5.8 Parcerias



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa: **054 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 055 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fortalecer o desenvolvimento na qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vive.
Público Alvo: Famílias e indivíduos no seu território de abrangência.
Justificativa:

Gerente: NÍVEA CELINA MESQUITA ASCUI
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza	Previsto	38	41	44	47
	Apurado	32			
	Relação % (Apurado/Previsto)	84,21	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	68,09	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto

Observando o aumento populacional, o consecutivo fluxo migratório acarretando no aumento da demanda vulnerável. O programa não conseguiu atingir 10 por cento do público esperado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito

Ainda há áreas que precisam de cobertura e acompanhamento em decorrência do alto número de demanda.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Tema abordado nos diversos seminários, encontros, oficinas realizadas dentro ou fora dos territórios de CRAS.

Pessoa com Deficiência

Temáticas abordadas nos seminários, encontros, oficinas e outros.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 055 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Outros:

Famílias atendidas no Centro Referência da Assistência Social - CRAS.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Famílias assistidas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Através de encontros, oficinas e eventos realizados no espaço do CRAS, os resultados foram somados ao plano de ação do ano posterior.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 427 - Acompanhamento sociofamiliar/PAIF/CRAS

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta prevista atingida.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com Locação de Imóveis; Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis; Gás GLP; Toner remanufaturado; Folha de Pagamento; Café torrado; Água mineral; Material de Expediente Diversos; Material de Limpeza em geral; Material de Informática - Rede

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa: **055 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF**

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 056 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar o atendimento às pessoas usuárias de substâncias psicoativas.
Público Alvo: Famílias e indivíduos no seu território de abrangência.
Justificativa:

Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de pessoas atendidas usuárias de substâncias psicoativas	Previsto	93	95	97	100
	Apurado	89			
	Relação % (Apurado/Previsto)	95,70	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	89,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Convênio firmado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Usuário atendido.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Pessoa com Deficiência

Gênero

Criança e Juventude

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **056 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS**

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não há como implementar mecanismos de participação social, devido a natureza da ação do programa (pessoas com dependência química).

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Relatório de atendimento.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 114 - Implantação e Manutenção das Ações Destinadas à Assistência de Pessoas Usuárias de Substâncias Psicoativas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

Entidade realiza a prestação de contas dos atendimentos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Meta realizada abaixo do previsto, considerando o número previsto dentro do Projeto firmado com a Prefeitura Municipal por intermédio da SEMAS e a Entidade Associação Casa Família Rosetta.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Convênio Celebrado entre a Prefeitura Municipal por intermédio da SEMAS.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

O convênio não foi renovado por falta de recursos orçamentários.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **056 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS**

Aguardar possibilidade de excesso da receita.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 057 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE À INFÂNCIA E JUVENTUDE - ABRIGO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Garantir a proteção integral, por intermédio de medidas protetivas de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no Arts. 98 e 101 do ECA.
Público Alvo: Crianças e adolescentes retiradas do convívio familiar e comunitário
Justificativa:

Gerente: NÚBIA ELIZABET DE M. BRASILEIRO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo	Previsto	1,14	1,17	1,21	1,25
	Apurado	1,09			
	Relação % (Apurado/Previsto)	95,61	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	87,20	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
A equipe técnica está capacitada para atender a totalidade da demanda.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
As necessidades biopsicossociais estão sendo atendidas a contento.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Caracterização do público-alvo
DEMANDA DE MUNICIPIOS CIRCUNVIZINHOS, DE OUTRAS COMARCAS E ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
Em capacitações contínuas com pessoas que atuam dentro do sistema de acolhimento.
Pessoa com Deficiência
Em capacitações contínuas com pessoas que atuam dentro do sistema de acolhimento.
Gênero
Em capacitações contínuas com pessoas que atuam dentro do sistema de acolhimento.
Criança e Juventude
Em capacitações contínuas com pessoas que atuam dentro do sistema de acolhimento.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 057 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE À INFÂNCIA E JUVENTUDE - ABRIGO

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

DEVIDO A GRANDE DEMANDA NAS UNIDADES HÁ USO DE GRANDE QUANTITATIVO DE MATERIAIS EM MUITOS CASOS SUPERANDO O ACEITÁVEL PARA ATENDER A DEMANDA, NO QUE SE REFERE A MATERIAL PERMANENTE, MATERIAL DE INFORMÁTICA E VEÍCULOS.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

ALGUMAS UNIDADES APESAR DE TERMOS CHEFES DE APOIO CARECEM DE COORDENADORES TECNICOS PARA OFERTAR SERVIÇO COM MAIS QUALIDADE.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

ALGUMAS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS COMO "MANUAL DO CONANDA" E "SINASE" ESTABELECE PER CAPTA DE ATENDIMENTO POR PROFISSIONAL. NO MOMENTO A CAPACIDADE PER CAPTA NÃO ATENDE A DIVERSAS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS. A PER CAPTA PARA CRIANÇA HOSPITALIZADA SOB A GUARDA DE NO

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

HÁ A NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO SISTEMÁTICA E ROTINEIRA, POIS A EXECUÇÃO EXIGE APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO DAS EQUIPES POIS ATUAM NA GARANTIA DE DIREITOS E COM DEMANDAS ESPECÍFICAS.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

HÁ A NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO SISTEMÁTICA E ROTINEIRA, POIS A EXECUÇÃO EXIGE APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO DAS EQUIPES POIS ATUAM NA GARANTIA DE DIREITOS E COM DEMANDAS ESPECÍFICAS.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

SÃO REALIZADAS REUNIÕES PERIÓDICAS COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL.

Discussão em Conselho Setorial

SÃO REALIZADAS REUNIÕES PERIÓDICAS COM OS CONSELHOS SETORIAIS

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

COM DISCUSSÕES, ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E APROVAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS, PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Através de entrevista formal e informal. Forma utilizada com visão crítica como indicativo para aperfeiçoamento do atendimento.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 167 - Manutenção do Serviço de Proteção Socioassistencial da Infância e Juventude

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

São realizadas periodicamente com equipe de trabalho.

Visitas in loco

A execução da ação é periódica e sistemática.

Sistemas informatizados

Os mesmos são registrados em programa próprio.

Relatórios de gestão

São trimestral e anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Meta alcançada acima do programado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Dentro do acolhimento institucional tivemos atuação satisfatória, atendimento inclusive outros municípios e como também grande demanda de outros estados, com reintegrações familiares. Foram realizadas inclusive visitas técnicas em outros município e estad



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **057 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE À INFÂNCIA E JUVENTUDE - ABRIGO**

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

As Instituições de Acolhimento, acolhem crianças e adolescentes em situação de risco pessoal, o atendimento deve ser em sua totalidade, tais como: vestuário, calçados, alimentação, transporte escolar, equipamentos para as unidades, e os recursos disponibilizados não foram suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 059 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Oferecer proteção e acompanhamento social aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.
Público Alvo: Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
Justificativa:

Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de adolescentes e jovens envolvidos em processos judiciais relacionados ao cometimento de delitos	Previsto	97	98	99	100
	Apurado	300			
	Relação % (Apurado/Previsto)	309,28	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	300,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: O processo de municipalização das MSEMA está ocorrendo em tempo mais rápido do que o esperado.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto

No processo de municipalização encontra-se previsto o repasse progressivo de adolescentes em cumprimento de MSEMA ao Município.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Atendimento está sendo efetuado a contento.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Dimensionamento do público-alvo

Está sendo atendida maior quantidade de adolescentes em MSEMA do que os recursos humanos, financeiros e orçamentários disponíveis.

Pertinência das ações

Está sendo efetivada a contento a aplicação de PSC e LA, porém para maior qualidade dos serviços há a necessidade de implementação de mais ações socioeducativas, para fortalecer a ressocialização do adolescente.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 059 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

- 2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo "SINASE" prevê uma equipe per capita para atendimento dos adolescente em MSEMA, mas no momento a per capita encontra-se em déficit.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
O "sinase" prevê uma equipe multidisciplinar, todavia o projeto não conta com a equipe completa.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

- 2010: Reunião com grupos de interesse
Em 2010 foi instituído o Grupo gestor das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto "GEMSO" com a participação de representantes de secretarias municipais afins.
Discussão em Conselho Setorial
Encontros significativos com o Conselho Municipal dos Direitos Criança e do Adolescente na discussão do Processo de Municipalização da MSEMA.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
A participação social ocorre por meio de parcerias com instituições que "recebem" os adolescentes para Prestação de Serviço à Comunidade quanto com orientadores de Liberdade Assistida.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

- 2010: Não
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há um instrumental específico para avaliar esse conteúdo. A equipe encontra-se trabalhando na confecção desse instrumental, posto que reúne aspectos de caráter subjetivo. Para tal, o programa contará com pesquisas realizadas pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 428 - Proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Reuniões de trabalho
São realizadas sistemática e periodicamente pela equipe.
Visitas in loco
São estratégias de ação pertinentes ao trabalho técnico.
Sistemas informatizados
Os dados são mantidos em sistema de informática próprio do programa.
Relatórios de gestão
São confeccionados trimestral e anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A proposta de municipalização para 2010 previa o atendimento de 450 jovens/mês, porém devido a carência de Recursos Humanos, foram atendidos a média de 300 adolescentes ao mês.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: Consideramos que o impacto social alcançado pela ações do programa tem sido satisfatórias, uma vez que a reincidência gira em torno de 10%, dentro da média nacional.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Insuficientes
Falta investimento dos recursos orçamentários municipais.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **059 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO**

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Não há disponibilidade orçamentária, principalmente quando da elaboração da proposta orçamentária.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: O processo de municipalização da MSEMA somente avançará com a implementação da equipe, de conformidade com o Sistema Nacional de Medidas Socioeduc



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 061 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E ADOLESCENTE - COMBATE AO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, restabelecer e fortalecer o direito a convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida.

Público Alvo: Crianças e adolescentes

Justificativa:

Gerente: CÁSSIO ALVES LUS

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual	Previsto	6	10	18	25
	Apurado	50			
	Relação % (Apurado/Previsto)	833,33	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	200,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Atendimento à demanda acima do índice previsto.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimento à demanda acima do índice previsto.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Atendimento da expectativa do demandatário.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
Por meio de palestras e ações preventivas ao público alvo.
Pessoa com Deficiência
Por meio de palestras e ações preventivas ao público alvo.
Gênero
Por meio de palestras e ações preventivas ao público alvo.
Criança e Juventude
Por meio de palestras e ações preventivas ao público alvo.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 061 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E ADOLESCENTE - COMBATE AO

2010: Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Há carência de recursos materiais permanente, posto que a demanda de atendimento supera a capacidade de material dentre eles veículos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Audiência Pública

Por meio de fóruns e encontros, seminários, e audiência pública.

Reunião com grupos de interesse

Participação em reunião sistemática da rede de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescentes.

Discussão em Conselho Setorial

De forma sistemática e periódica.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Com proposições para implementação do serviço.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Em instrumental próprio. De forma criteriosa para promover impacto social na melhoria dos serviços.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 430 - Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

São periódicas e sistemáticas.

Visitas in loco

São estratégias pertinentes ao próprio exercício funcional.

Sistemas informatizados

É utilizado o sistema do próprio Projeto, que conta com bom banco de dados.

Relatórios de gestão

São realizados trimestral e anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Atendimento muito abaixo do pactuado e orçado. A qualidade e efetividade foram satisfatórias, alcançando o impacto social esperado através dos atendimentos específicos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **061 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E ADOLESCENTE - COMBATE AO**

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:
2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:
2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 062 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar os direitos socioassistenciais de pessoas com deficiências.
Público Alvo: Pessoas com deficiências
Justificativa:

Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento à pessoas com deficiências	Previsto	4	5	6	7
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto

Não conseguimos atender o público esperado, o programa todavia precisa ser eficaz, conhecer a realidade de cada família e não temos muitas respostas concretas das mesmas em situações de vulnerabilidade social. Sabemos que muitas dessas famílias tem dificuldades de acesso a materiais de locomoção, fraldas, acessibilidade a escolas e transportes.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

O Programa vem desenvolvendo ações de inclusão cultural, com a realização de eventos onde são apresentadas os talentos da música, teatro e a dança, todos os anos realizados na praça. Também foram realizados seminários de acessibilidades a 03 anos, articulado todo o mês a reunião da rede de promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência, com todas as instituições que trabalham direto ou indiretamente com as pessoas com deficiência, incluindo INSS, MP, DRT, faculdades, secretarias, educação, saúde, transportes, Crea,. Mas falta o trabalho na ponta, com os grupos de convivência familiar das pessoas com deficiência nos CRAS.

2.4 Outras Considerações

2010: É necessário uma fiscalização das ações desenvolvidas em cada Município para as pessoas com deficiência dando essa prioridade exigida por Lei.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Caracterização do público-alvo

Pessoas com deficiência e Beneficiárias do BPC e BPC na escola, são pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social - Localização Porto Velho - Rondônia

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Pessoa com Deficiência

Os temas estão sendo desenvolvidos com reuniões da rede, seminários, encontros de articulação para garantia de direitos. Ano passado foi criado o Conselho Municipal dos Direitos das pessoas com Deficiência, fruto da Secretaria e sociedade civil.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **062 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

2010: Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
O local é insuficiente para os trabalhos e a falta de material, como mesa, cadeira, armário e computadores adequados.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse
Participação social através das reuniões da Rede, que acontece a cada mês, e tudo que se pensa realizar é através da participação de todos.

Outros:

Tratados os temas mais diversos onde se discute as propostas que serão encaminhadas a cada setor, educação, saúde, regularização fundiária.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

A criação do Conselho Municipal que foi uma participação e atuação do programa. Também o resultado do questionário do BPC na Escola que teve a participação dos responsáveis legais para a identificação das barreiras de acesso e permanência da Escola.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Através da presença e articulação com as entidades que participam da rede, e todas as atividades são desenvolvidas pelo Município com a presença dos adolescentes que manifesta suas insatisfações com relação as políticas públicas que não são executadas, sem respeito aos seus direitos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 431 - Manutenção dos serviços socioassistenciais destinados à pessoas com deficiências

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão
Relatórios trimestrais para conhecimento das atividades desenvolvidas pelo programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Nós não há um instrumental de controle para avaliar as metas física de atendimento, toma-se como base os atendimentos realizados dentro das instituições conveniadas ao Município, no caso com três instituições que recebem recursos para realizar seus atendimentos, e não existe controle realizado pelos Cras apesar de já solicitado por várias vezes, os atendimentos dentro dos CRAS e CREAS.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **062 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: É muito importante verificar os recursos que são destinados ao programa, e o controle social das ações, como também capacitações com os coordenadores desse



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 132 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJOVEM ADOLESCENTE

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a inclusão social de jovens, qualificando e valorizando a sua participação social, por meio do desenvolvimento de atividades socioeducativas, que estimulem o desenvolvimento de projeto de interesse individual e coletivo dos jovens, o estímulo e a descoberta do potencial dos jovens e do território.

Público Alvo: Jovens entre 15 a 17 anos

Justificativa:

Gerente: NÍVEA CELINA MESQUITA ASCUI

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Números de jovens de 15 a 17 anos que encontram-se em situações específicas	Previsto	1055	1060	1065	1070
	Apurado	118			
	Relação % (Apurado/Previsto)	11,18	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	11,03	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Não houve adesão dos adolescentes em relação ao programa.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada

2.4 Outras Considerações

2010: O programa projoem adolescente não alcançou a meta prevista de inscrições. Para aperfeiçoar e melhorar o andamento do Programa no Município de Porto

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

- 2010: Definição do objetivo do programa em relação ao problema
O objetivo deste programa é criar mecanismos que garantam o direito a convivência familiar e comunitária, bem como, criar condições para a inserção e permanência dos jovens no sistema educacional. Para isso, convênios com associações e escolas estão sendo
- Caracterização do público-alvo
Jovens de 15 a 17 anos e que normalmente estão em situação de vulnerabilidade social e em sua maioria na periferia da cidade.
- Dimensionamento do público-alvo
Foram beneficiados 150 jovens de 15 a 17 anos.
- Pertinência das ações
O plano de providências foi planejado junto a Secretaria para readequação do programa.
- Suficiência das ações
Execução do serviço junto ao território dos Centro de Referência da Assistência Social-CRAS.
- Composição das fontes de financiamento
Financiamento Governo Federal.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **132 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJOVEM ADOLESCENTE**

Palestras, seminários, debates.
Pessoa com Deficiência
Palestras, seminários, debates.
Gênero
Palestras, seminários, debates.
Criança e Juventude
Palestras, seminários, debates.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
A falta de local adequado para arte, educação é um dos empecilhos para o bom andamento dos trabalhos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta de auxiliares de serviço social.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Planejamento de convênio com associações para o andamento das atividades no ano de 2011.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
Questionário de avaliação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 424 - Incentivo ao protagonismo juvenil-Projovem

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **132 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJÓVEM ADOLESCENTE**

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Houve redução de dotações orçamentárias

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 135 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE -

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Contribui com a erradicação do trabalho infantil no país associando-se com outras políticas sociais.
Público Alvo: Famílias com crianças e adolescentes até 16 anos em situação de trabalho.
Justificativa:

Gerente: FRANCISCO MODESTO DA COSTA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento a crianças e adolescentes até 16 anos em situação de trabalho	Previsto	18	19	20	21
	Apurado	136			
	Relação % (Apurado/Previsto)	755,56	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	647,62	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Aumento da demanda, principalmente no Distrito de Jaci-Paraná, devido a construção da Usina de Jirau.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Muito embora o Município esteja em desenvolvimento migratório, o número de crianças atendidas pelo programa não condiz com a realidade. Observa-se ainda, a tendência em decorrência da situação socioeconômica e cultural local.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito

Observamos na zona rural a inexistência de estrutura física adequada, recursos humanos insuficientes.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Definição do objetivo do programa em relação ao problema

Situações novas de crianças em situação de trabalho infantil na rua a partir do fluxo migratório, que precisam ser ingeridas.

Caracterização do público-alvo

Muitas demandas encaminhadas de órgãos de fiscalização e controle social não estão em situação de trabalho e sim de vulnerabilidade social. Fugindo assim dos objetivos do programa.

Dimensionamento do público-alvo

Há necessidade de identificar e inserir os novos atores envolvidos no trabalho infantil nos programas, jornada ou projetos desenvolvidos no próprio campo escolar.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

As legislações que estabelecem as diretrizes do programa já contemplam quotas para atendimento à população negra, quilombolas e indígenas.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **135 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE -**

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

- 2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há necessidade de espaço físico específico para equipe gerencial com equipamentos adequados, como computadores, mesas, cadeiras e etc...
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Necessidade de melhoria na distribuição de material pedagógico e lanches adequados, principalmente na área rural.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Deficiência de locais adequados para execução da jornada socioeducativa na área distrital.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

- 2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Necessidade de equipe específica para atender o programa PETI, como equipe multidisciplinar, psicólogo, pedagogo, assistente social.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Área rural, defasagem de equipes de educadores.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Os educadores que passam nos concursos públicos desconhecem a metodologia de trabalhos com crianças, considerando que não foram contratados para tal fim.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

- 2010: Reunião com grupos de interesse
Reuniões semestrais com famílias inseridas no programa.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhor atendimento; qualidade na execução das ações socioeducativas, melhoria no atendimento das crianças em relação ao transporte; maior acompanhamento das crianças em situações problemáticas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

- 2010: Não
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Assiduidade dos demandatários no programa.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 429 - Atendimento às famílias com crianças e adolescentes do programa PETI

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

- 2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa: **135 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE -**

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 136 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Garantir as pessoas idosas e pessoas com deficiência, meios de prover a própria manutenção.
Público Alvo: Idosos e pessoas com deficiência
Justificativa:

Gerente: MONICA MARIA CUNHA SAMPAIO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência e incapacitadas para o trabalho	Previsto	25	26	27	28
	Apurado	915			
	Relação % (Apurado/Previsto)	3.660,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	3.267,86	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Acompanhamento de crianças e adolescentes especiais na Escola.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

2.3 Satisfação do Beneficiário

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

3.2 Transversalidade

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

4.2 Recursos Humanos

4.3 Participação Social

4.4 Satisfação dos Beneficiários

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 432 - Revisão da concessão do benefício assistencial de prestação continuada

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 136 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Outros:
Ação sem execução orçamentária.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 433 - Implementação e Manutenção do Programa BPC na escola

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Ação sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: **136 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC**

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 139 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À CRIANÇA E ADOLESCENTE

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Propiciar a crianças, adolescentes e seus familiares a inclusão em atividade sócioassistenciais.
Público Alvo: Crianças e adolescentes
Justificativa:

Gerente: NÍVEA CELINA MESQUITA ASCUI
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de famílias atendidas pelo PAIF	Previsto	31	32	33	34
	Apurado	218			
	Relação % (Apurado/Previsto)	703,23	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	641,18	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Atendimentos de crianças e adolescentes em atividades socioeducativas - PETI.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Não aplicável
Programa sem execução orçamentária.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada
Programa sem execução orçamentária.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Outros: SEM MOVIMENTO
Programa sem execução orçamentária.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 139 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À CRIANÇA E ADOLESCENTE

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 150 - Manutenção de Atividades Socioeducativas e Assistenciais à Crianças e Adolescentes

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Ação sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Ação sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Outros:

Ação sem execução orçamentária.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 140 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE II - POPULAÇÃO DE RUA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Ofertar atendimento especializado de forma integral, visando acolhimento à pessoa em situação de rua.
Público Alvo: Crianças e adolescentes retiradas do convívio familiar e comunitário.
Justificativa:

Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de acolhimento à pessoa em situação de rua - população de rua	Previsto	85	88	90	93
	Apurado	127			
	Relação % (Apurado/Previsto)	149,41	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	136,56	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Aumento da demanda em trânsito, devido a promessa de trabalho.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

2.3 Satisfação do Beneficiário

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

3.2 Transversalidade

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

4.2 Recursos Humanos

4.3 Participação Social

4.4 Satisfação dos Beneficiários

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 442 - Acolhimento a pessoas em situação de rua - população de rua/alta complexidade II



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 140 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE II - POPULAÇÃO DE RUA

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Remanejamento de recursos.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.34 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO VELHO
Programa: 137 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - RESTAURANTE POPULAR

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover atendimento na alimentação e nutrição das pessoas carentes
Público Alvo: Pessoas de baixo poder aquisitivo na promoção do seu sustento
Justificativa:
Gerente: JOÃO PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de pessoas atendidas nas unidades prestadora de serviço à rede direta e indireta	Previsto	3	6	10	15
	Apurado	0			
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Não aplicável
O Restaurante Popular ainda não está em funcionamento.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada

2.4 Outras Considerações

2010: O Restaurante Popular ainda está em fase de construção.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados



Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.34 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO VELHO
Programa: 137 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - RESTAURANTE POPULAR

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 435 - Manutenção do Restaurante Popular

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Apesar do Restaurante Popular ainda não estar em pleno funcionamento, a meta foi realizada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Despesas com aquisição de materiais de consumo e permanente.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Os recursos liberados para o exercício, foram suficientes, considerando que o Restaurante Popular ainda não está funcionando.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: KLEBSON LUIZ LAVOR E SILVA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

O ALCANCE FOI DENTRO DO ESPERADO, EM TORNO DE 85% COM INCLUSIVE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ÁREA ADMINISTRATIVA.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Com a melhoria no atendimento ao público e aos funcionários, houve um aumento na satisfação do público alvo.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Com o aumento na demanda de atendimento existe a necessidade de aquisição de novos equipamentos e em maior quantidade.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Com a criação de novos pólos em algumas ações, o material humano nas equipes executoras deverá ser complementado.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Discussão em Conselho Setorial

Participação do Conselho Municipal de Esportes.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Melhoria no atendimento à população que busca nas ações da Secretaria desenvolver os seus projetos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Consulta popular e audiências públicas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Reuniões de trabalho mensal para avaliação de desempenho por setores, onde são definidas metas e deficiências a serem superadas.

Relatórios de gestão

Relatório semestral com ações realizadas e debates para verificação de dificuldades encontradas e possíveis soluções a serem adotadas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ação desenvolvida dentro do esperado, com 100% de aproveitamento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Servidores Remunerados

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Com a dotação sendo suficiente e liberadas no periodo de acordo com a necessidade tornou-se fácil a realização satisfatória da ação planejada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ação desenvolvida com recurso suficiente para sua realização.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Esta ação não utiliza recursos não orçamentário.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: Nesta ação os resultado planejados foram atingidos satisfatoriamente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 027 - ESPORTE DIREITO DE TODOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Proporcionar às crianças e adolescentes, a inclusão social e esportiva, bem como revelar novos talentos para representar o Município de Porto Velho.

Público Alvo: População do Município de Porto Velho

Justificativa:

Gerente: EDILSON PACHECO PINHEIRO

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - População inscrita em eventos esportivos e de lazer	Previsto	55.000	70.000	75.000	78.000
	Apurado	55.000			
	Relação % (Apurado/Previsto)	100,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	70,51	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto

Com o aumento da demanda de atendimento o resultado girou em torno de 80% ficando o público alvo em algumas ações tendo seu pleno sucesso prejudicado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Mesmo com certa deficiência foi atingida a satisfação do público alvo.

2.4 Outras Considerações

2010: Algumas ações do calendário não puderam ser desenvolvidas devido a falta de orçamento (Torneio Intertaxista, Galera Olímpica etc...).

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Suficiência das metas físicas das ações

Deve-se para um maior aproveitamento do Programa realizar contratação de Pessoal e aumento orçamentário, para cobertura de ações previstas no Programa.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Pessoa com Deficiência

Ações de integração como o Paraporto e a Tenda do Idoso que são desenvolvidas, devem conter mais polos para uma maior abrangência e desenvolvimento social.

Criança e Juventude

Aumento em ações já existentes como as Escolinhas Esportivas e Fest Esporte que atende jovens e adultos em vários bairros da capital.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

A falta de infraestrutura no Projeto Tenda Esporte e Idoso Ativo, torna difícil a execução do projeto em três pólos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 027 - ESPORTE DIREITO DE TODOS

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Consulta Pública

Durante o atendimento diário do projeto é feito pesquisa de satisfação entre os usuários da ação.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Com a participação social tornou-se mais fácil a busca por alternativas que resolvessem os problemas e dificuldades na implementação das ações.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Durante o atendimento diário do projeto é feito pesquisa de satisfação entre os usuários da ação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 206 - Realização de Eventos Sociocultural, Esportivo e de Lazer

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

Após a realização de cada ação é feito relatório de gestão e acompanhamento da evolução ou não da ação planejada.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Devido a falta de orçamento não foi possível a realização de 100% das ações programadas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Festmulher, Copa Porto Velho, Renda Esporte, Academia Alternativa, Idoso Ativo, Escolinhas Esportivas, Interdistrital de Futebol, Corrida de Voadeiras, Ruralzão de Futebol, Festival de Praia de Fortaleza do Abunã e Jaci Paraná, Corrida da Independência, M

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Dentro as ações propostas algumas ficaram sem execução como: Corrida Ciclistica, Torneio Intertaxista, Galera Olimpica, Rua de Lazer, etc.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Embora o fluxo de recursos tenha aumentado em 2010, ainda não foi suficiente para realização das metas propostas.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Como os recursos desta ação não foram suficientes houve solicitações de créditos orçamentários adicionais, que em alguns casos foram efetuados.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES

Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Programa: **027 - ESPORTE DIREITO DE TODOS**

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: Aumento Orçamentário para uma melhor execução das metas planejadas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: **028 - ESPORTE SOLIDÁRIO**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar, manter e conservar núcleos esportivos, promovendo eventos de entretenimento, esporte e lazer.
Público Alvo: População do Município
Justificativa:

Gerente: EDILSON PACHECO PINHEIRO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Números de núcleos esportivos conservados e/ou restaurados	Previsto	3	5	7	9
	Apurado	3			
	Relação % (Apurado/Previsto)	100,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	33,33	0,00	0,00	0,00
2010 Justificativa: Foram reformada as quadras dos núcleos poliesportivos dos Bairros Esperança da Comunidade, Nacional e Três Marias.					
02 - Número de quadras e centros poliesportivos implantados	Previsto	2	2	3	3
	Apurado	1			
	Relação % (Apurado/Previsto)	50,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	33,33	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Implantação de quadras de esporte no Distrito de Fortaleza do Abunã.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Com a reforma e ampliação do número de quadras, houve um aumento da satisfação do público alvo.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Mesmo com a dificuldade na obtenção de projetos, foi possível avaliar in loco o nível de satisfação dos beneficiários.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: **028 - ESPORTE SOLIDÁRIO**

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Existe a falta de pessoas qualificadas na secretaria para elaboração de projetos de engenharia, o que facilitaria a execução do Projeto desde sua elaboração até a licitação que é feita pela SEMAD.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Audiência Pública

As demandas para reforma e construção de quadras é repassada a população que as analisa conforme a real necessidade que é verificada in loco para reforma e construção de espaços.

Discussão em Conselho Setorial

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Melhor rendimento na utilização dos espaços esportivos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Após entrega do equipamento é feita uma pesquisa para avaliação de satisfação dos beneficiários.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 107 - Implantação de Quadras e Centros Poliesportivos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

Vistoria in loco a cada 3 meses, tem-se como dificuldade a locomoção para os Distritos mais distantes como Extrema e Nova Califórnia.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Reempenho de ações do ano de 2009.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Construção de Quadra no Bairro São Sebastião e em Fortaleza do Abunã (executada).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Embora os recursos tenham sido suficientes houve remanejamento total dos recursos para cobertura de processos destacados e não licitados em 2009.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Houve remanejamento total dos recursos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Ação foi prejudicada pela realocação de recursos para cobertura de outras despesas.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 324 - Conservação, e Restauração de Núcleos esportivos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco
Vistoria in loco a cada 3 meses, tem-se como dificuldade a locomoção para os Distritos mais distantes como Extrema e Nova Califórnia.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Embora a previsão para reformas tenha sido de três unidades, foram efetivadas mais duas, com as reformas na quadra do bairro esperança da comunidade e Ginásio Eduardo Lima e Silva.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Reforma das quadras do Nacional, Três Marias, Santo Antônio, Quadra do bairro esperança da comunidade e Ginásio Eduardo Lima e Silva.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação foi de acordo com o fluxo da obra.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: IANA MICHELE BARRETO DE OLIVEIRA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto

OS RECURSOS NÃO FORAM SUFICIENTES PARA ATENDER ADEQUADAMENTE AS NECESSIDADES DOS SERVIDORES E DOS CONTRIBUINTES ATENDIDOS.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito

AS CONDIÇÕES FÍSICAS RUINS DO AMBIENTE DE TRABALHO, FALTAM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR AS ATIVIDADES E OFERECER CONFORTO AOS CONTRIBUINTES.

2.4 Outras Considerações

2010: A SEMTRAN NECESSITA COM URGÊNCIA DE ESPAÇO FÍSICO MAIS ADEQUADO PARA SERVIDORES E CONTRIBUINTES.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Dimensionamento do público-alvo

EM 2010 HOUVE UM AUMENTO ALÉM DO ESPERADO DOS SERVIÇOS DA SEMTRAN

Suficiência das ações

JÁ NA PREVISÃO DE CADA AÇÃO HOUVE O SUB DIMENSIONAMENTO PELA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

NÃO HÁ DISPONIBILIDADE DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

FALTAM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

NÃO DISPONEMOS DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

FALTAM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

A GRANDE MAIORIA DAS DIVISÕES SÃO COMPOSTAS APENAS PELOS CHEFES DE DIVISÃO.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
O NÚMERO DE SERVIDORES DE APOIO É MUITO BAIXO DIFICULTANDO ATINGIR AS METAS NECESSÁRIAS

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS SÃO MERAMENTE ADMINISTRATIVAS

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
NÃO FOI ESTABELECIDO AINDA UMA FORMA DE AVALIAÇÃO.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: COMO SE TRATA DE APOIO ADMINISTRATIVO, O PROGRAMA É DIMENSIONADO PELAS NECESSIDADES APRESENTADAS PELOS SETORES E O MONITORAMENTO É PELO ATENDIMENTO DESTAS NECESSIDADES

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
EMBORA TENHA CUMPRIDO A META PLANEJADA, A MESMA FOI SUBDIMENSIONADA EM FUNÇÃO DE LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SECRETARIA

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE; DIÁRIAS; REFORMA DA UNIDADE E ETC...

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
CONSIDERANDO QUE O PLANEJADO FOI SUBDIMENSIONADO POR LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NÃO HOUVE ATENDIMENTO DE SUPLEMENTAÇÃO PREJUDICANDO A AMPLIAÇÃO DA META.

4.5.8 Parcerias



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

POR SE TRATAR DE OBRA DE ENGENHARIA, O SERVIÇO É MONITORADO POR VISTORIAS E MEDIÇÕES PARA PAGAMENTO

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

A OBRA PREVISTA NÃO FOI EXECUTADA

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

PARTE DOS RECURSOS REMANEJADA POR OUTRAS NECESSIDADES DE INVESTIMENTOS.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada

RECURSO REMANEJADO.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

RECURSO REMANEJADO

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Outros:

REALIZADO PELA SEMAD

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

QUADRO AMPLIADO COM A CONTRATAÇÃO DE AGENTES DE TRÂNSITO.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: PAGAMENTO REALIZADO DOS 164 SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

2010:

MESMO COM A AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS, O RECURSO FOI SUFICIENTE.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Reduzir os acidentes de trânsito no Município.
Público Alvo: População do Município
Justificativa:

Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Redução de mortes no trânsito	Previsto	10	20	25	30
	Apurado	0			
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Aumentou em 29,5% o número de mortes por acidentes de trânsito. Registrado como causa um aumento do fluxo migratório para a Capital, devido a construção das Usinas do Rio Madeira, como também o significativo aumento na frota de veículos que circulam na cidade.

02 - Número de semáforos implantados e mantidos no Município	Previsto	61	61	61	61
	Apurado	61			
	Relação % (Apurado/Previsto)	100,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	100,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: ÁREA DA CIDADE PARA MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.

03 - Número de abrigo em parada de ônibus existente no Município	Previsto	47	57	72	82
	Apurado	47			
	Relação % (Apurado/Previsto)	100,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	57,32	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: ÁREA DA CIDADE PARA MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
A META PREVISTA FOI ATENDIDA ATRAVÉS DE RECURSOS PRÓPRIOS E DE PARCERIAS.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
OS INVESTIMENTOS SURTIRAM EFEITO POSITIVO E SERÃO AVALIADOS OS ÍNDICES DE ACIDENTES.

2.4 Outras Considerações

2010: EMBORA TENHA SIDO AMPLIADO OS INVESTIMENTOS NESTE ANO, AINDA EXISTE UM ALTO DÉFICIT DE SINALIZAÇÃO.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Suficiência das metas físicas das ações



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: **072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO**

A META FÍSICA AINDA É SUBDIMENSIONADA EM FUNÇÃO DE LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COMPROMETENDO O RESULTADO FINAL DA AÇÃO.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
A FALTA DE EQUIPAMENTOS ADEQUADOS REDUZ EFICIÊNCIA DO SETOR.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRABALHO (ESPAÇO FÍSICO E APOIO LOGÍSTICO)
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
A FALTA DE EQUIPAMENTOS ADEQUADOS REDUZ EFICIÊNCIA DO SETOR
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRABALHO (ESPAÇO FÍSICO E APOIO LOGÍSTICO)

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
AS DIVISÕES SÃO BASICAMENTE COMPOSTAS PELAS CHEFIAS, FALTA PESSOAL DE APOIO.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
AS EQUIPES EXECUTORAS SÃO MUITO REDUZIDAS.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Ouvidoria
ATENDIMENTO DE SOLICITAÇÕES DA COMUNIDADE.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
ATRÁVÉS DA REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE ACIDENTES E ATENDIMENTO DAS REINVIDICAÇÕES DA COMUNIDADE E/OU REPRESENTATIVIDADES.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 003 - Ampliação de Sinalização de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco
VISTORIA DA OBRA.
Relatórios de gestão
MONITORAMENTO DE METAS ESTABELECIDAS.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta estabelecida foi cumprida dentro da necessidade apresentada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Implantação e manutenção de sinalização vertical e horizontal de trânsito.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: **072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO**

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

CONSIDERANDO QUE HOVERAM INVESTIMENTOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS, O RECURSO FOI SUFICIENTE.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

NÃO HOUVE DIFICULDADE NA MOVIMENTAÇÃO DO RECURSO

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Alto

OS INVESTIMENTOS DE RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS FORAM DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA A REALIZAÇÃO DA AÇÃO POIS ATENDERAM EM MAIS DE 80% DO PLANEJADO.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 159 - Manutenção de Sinalização de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

FISCALIZAÇÃO IN LOCO DO SERVIÇO REALIZADO.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

META ATINGIDA COM A MANUTENÇÃO DE TODOS OS SEMÁFOROS EXISTENTES NO MUNICÍPIO NO PERÍODO DE TODO O ANO DE 2010.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: MANUTENÇÃO DE LÂMPADAS E GRUPOS FOCALIS E REPOSIÇÃO DE SEMÁFOROS DANIFICADOS POR ACIDENTES.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

O RECURSO DESTINADO ATENDEU A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

NÃO HOUVE DIFICULDADE NA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: **072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO**

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 169 - Manutenção do Sistema Viário do Transporte Coletivo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: SERVIÇO NÃO REALIZADO.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

RECURSO REMANEJADO PARA ATENDER OUTRAS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Ação não realizada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

RECURSO REMANEJADO.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução ☐ programada

RECURSO REMANEJADO.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Não houveram investimentos externos.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 325 - Fiscalização da Frota de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

ESTAVA PREVISTA A FISCALIZAÇÃO DE 15% DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, MAS O CONVÊNIO REALIZADO COM A POLÍCIA MILITAR SOMENTE POSSIBILITOU A FISCALIZAÇÃO DE 10% DA REFERIDA FROTA.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: **072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO**

2010: Fiscalização de trânsito através de convênio com a Polícia Militar.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
O RECURSO DESTINADO ATENDEU A NECESSIDADE.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Não houve problema na execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não houveram investimentos externos.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 326 - Fiscalização Eletrônica de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: AÇÃO NÃO REALIZADA.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
AÇÃO NÃO REALIZADA, RECURSO REMANEJADO.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Ação não realizada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
RECURSO REMANEJADO.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução □ programada
RECURSO REMANEJADO.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não houveram investimentos externos.

4.5.7 Restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: **072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO**

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 327 - Implantação de Abrigos - Segurança no Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
RECURSO REMANEJADO.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
RECURSO REMANEJADO PARCIALMENTE.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução □ programada
RECURSO REMANEJADO.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não houveram investimentos externos.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Proporcionar aumento da produtividade de culturas agrícolas da região e conseqüentemente fixação do homem no campo.
Público Alvo: Produtores rurais
Justificativa:

Gerente: IVELINE LAMARÃO DE OLIVEIRA

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Viveiros-tanques instalados	Previsto	10	20	20	20
	Apurado	0			
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Foram escavados um quantitativo de 12 tanques com medição variada.

02 - Agroindústrias implantadas	Previsto	10	10	18	26
	Apurado	17			
	Relação % (Apurado/Previsto)	170,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	65,38	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Foi realizado 70% acima do previsto p/2010. Além dos equipamentos de pesagem, empacotamento e armazenamento totalizando 17 agroindústrias instaladas.

03 - Culturas produzidas	Previsto	1800	1800	1800	1800
	Apurado	3200			
	Relação % (Apurado/Previsto)	177,78	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	177,78	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Durante a execução de 2010 foram transportados via terrestre e fluvial 3200 toneladas de culturas produzidas no Município de Porto Velho.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Devido a demanda e a real execução das atividades sem problemas no que concerne ao fato de manutenção dos equipamentos, foi possível atender dentro das expectativas o público alvo do programa chegando ao índice de 89% do público atendido.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Devido a grande importância das ações do programa e a necessidade de incorporação de áreas improdutivas ao processo e o perfeito andamento das ações, no ano de 2010, o público da Secretaria mostrou-se satisfeito com o programa.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Dimensionamento do público-alvo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Dependendo do dimensionamento do público a frota agrícola desta Secretaria tornou-se pequena, não atendendo as expectativas locais. Devido a isto ocorre sempre um subdimensionamento do público a ser atendido.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Dentro do público atendido pelo programa não há distinção de raça e gênero pois todos aparecem como produtores e produtoras rurais.

Gênero

Dentro do público atendido pelo programa não há distinção de raça e gênero pois todos aparecem como produtores e produtoras rurais.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Inadequada pois não há equipamentos (informática, georreferenciamento) o suficiente para atender a totalidade do público.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Inadequada pois não há maquinário suficiente para o atendimento da totalidade do público.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Existe a necessidade de maior quadro técnico com conhecimentos específicos da parte gerencial no que compete as ações do Programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Existe a necessidade de maior quadro técnico com conhecimentos específicos da parte executora (engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas) no que compete as ações do Programa.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Há necessidade de capacitação do quadro existente.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

A satisfação dos beneficiários é aferida através de visitas, questionários e reuniões.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 101 - Implantação de Agroindústrias

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

As reuniões do Departamento são realizadas a cada 15 (quinze) dias, relatando as ações que já foram realizadas e projetando as ações seguintes.

Visitas in loco

As visitas são realizadas in loco, antes da entrega dos equipamentos, para verificar se realmente existe uma demanda da produção e após a entrega dos equipamentos é realizada vistoria uma vez por mês para verificar o funcionamento dos maquinários.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Foram entregues 07 agroindústrias a mais do que a meta prevista, totalizando uma ação com 170% de realização.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: **003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA**

2010: Foram entregues 17 Agroindustrias à mais do que a meta prevista, totalizando uma ação com 170% de realização.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

Recursos insuficientes para realização de metas maiores, tendo em vista que não foram liberados os recursos orçamentários da parte convênio com os Ministérios.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Não foram liberados os recursos orçamentários da parte convênio com os Ministérios.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Há necessidade de recurso orçamentário para ampliar a realização da ação.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 285 - Fomento à Produção de Culturas Agrícolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco

A equipe técnica da SEMAGRIC desloca-se aos Distritos e comunidades, nas linhas e Ramais para vistoria e fiscalização em lotes de produtores rurais cadastrados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Meta realizada acima do previsto..

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Esse aumento deve-se a atuação da SEMAGRIC na recuperação de áreas improdutivas e o incentivo ao transporte na comercialização dos produtos, com a recuperação de capoeiras ou terras improdutivas e a incorporação de calcário viabilizados para os produtores

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

Recursos insuficientes para as demandas existentes. Havendo necessidade de remanejamento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução □ programada

Houve necessidade de remanejamento orçamentário.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Ação que necessita de Orçamento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

- 2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Recursos insuficientes para as demandas existentes.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 334 - Incentivo à Piscicultura com a Implantação de Viveiros-Tanques

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Projeto elaborado em 2010, não foi executada essa ação tendo em vista que o recurso orçamentário não foi liberado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, por falta

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: Projeto elaborado em 2010, não foi executada essa ação tendo em vista que o recurso orçamentário não foi liberado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, por falta de dotação orçamentária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Não foram liberados recursos
Projeto elaborado em 2010, não foi executada essa ação tendo em vista que o recurso orçamentário não foi liberado pelo Ministério da Pesca e Agricultura por falta de dotação orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

- 2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada
Falta de liberação do recurso orçamentário pelo MPA para continuação do convênio e execução da ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

- 2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Há necessidade de recurso orçamentário para execução da ação.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

- 2010: Atraso na liberação de recursos
Projeto elaborado em 2010, não foi executada essa ação tendo em vista que o recurso orçamentário não foi liberado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura por falta de dotação orçamentária.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: MARIA DE P. SOCORRO SILVA FERREIRA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Foram cumpridas todas as ações e realizadas as despesas programadas.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Foram cumpridas todas as ações e realizadas as despesas programadas.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Pessoa com Deficiência
Nas realizações de concursos para preenchimento do quadro de pessoal da SEMAGRIC.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A SEMAGRIC não dispõe de prédio próprio adequado à suas atividades.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Recursos insuficientes para qualificação dos agentes executores.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Discussão em Conselho Setorial
Mensalmente em razão de exigência legal as reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural debatem problemas setoriados.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Nas reuniões do CMDR tem participação social para deliberar as prioridades, onde tem que ser valorizado o orçamento da SEMAGRIC.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não temos nenhum método de avaliação. Precisa ser criado um método adequado.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Reuniões com gerentes de programa e coordenadores das ações para verificar dificuldades.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Foram cumpridas as ações e realizadas as despesas programadas acima do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: UNIDADE MANTIDA: SEDE SEMAGRIC E FEIRA DO PRODUTOR RURAL.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Foram remanejados recursos de outras ações para cumprimento da ação administrativa da unidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram remanejados recursos de outras ações para cumprimento da ação administrativa da unidade.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Com as demoras das licitações e celebração de contratos geralmente é comprometido o orçamento de um ano para o outro.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 025 - DIRETO DA ROÇA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Transportar os produtos agrícolas das linhas vicinais até a feira do produtor rural.
Público Alvo: Produtores rurais
Justificativa:

Gerente: MARCELLIN CHAMPAGNAT MACEDO DE MEDEIROS

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quantidade de produtos agrícolas transportados	Previsto	2000	2000	2000	2000
	Apurado	2029			
	Relação % (Apurado/Previsto)	101,45	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	101,45	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Devido a demanda e a real execução das atividades sem problemas no que concerne ao fato de manutenção dos veículos, foi possível atender dentro das expectativas o público alvo do programa chegando ao índice acima do esperado.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto

Para realizar o transporte via terrestre, a SEMAGRIC conta, atualmente, com 05 caminhões, com capacidade máxima de 10 toneladas, cada, sendo translocado duas vezes por semana, atendendo dentro das expectativas o público alvo do programa chegando ao índice acima do esperado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Devido a grande importância das ações do programa e a necessidade do transporte dos produtos agrícolas e o perfeito andamento das ações no ano de 2010, o beneficiário mostrou-se satisfeito com o programa.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Dentro do público atendido pelo programa não há distinção de raça pois todos aparecem como produtores e produtoras rurais.

Gênero

Dentro do público atendido pelo programa não há distinção de gênero pois todos aparecem como produtores e produtoras rurais.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: **025 - DIRETO DA ROÇA**

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

Reunião com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural para deliberação de pautas referentes as ações dos programas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Deliberação e aprovação em atas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

A satisfação dos beneficiários é aferida através de visitas, questionários e reuniões.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 286 - Transporte da Produção Agrícola

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

São formalizados relatórios informando as localidades onde os produtos agrícolas são transportados e seus quantitativos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Devido a demanda e a real execução das atividades sem problemas no que concerne ao fato de manutenção dos veículos, foi possível atender dentro das expectativas o público alvo do programa chegando ao índice de 146%.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Transporte da Produção Agrícola

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Recursos insuficientes para as demandas existentes. Havendo necessidade de remanejamento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Recursos insuficientes para as demandas existentes. Havendo necessidade de remanejamento.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Contingenciamento orçamentário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: **025 - DIRETO DA ROÇA**

2010:

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 063 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Capacitar os trabalhadores rurais e servidores da SEMAGRIC.
Público Alvo: Trabalhadores rurais e servidores da SEMAGRIC
Justificativa:

Gerente: IVELINE LAMARÃO DE OLIVEIRA

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de servidores capacitados	Previsto	33	33	33	33
	Apurado	5			
	Relação % (Apurado/Previsto)	15,15	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	15,15	0,00	0,00	0,00
2010 Justificativa:					
02 - Capacitações oferecidas	Previsto	20	20	20	20
	Apurado	50			
	Relação % (Apurado/Previsto)	250,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	250,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Atendimento do publico alvo do programa dentro das expectativas.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Público alvo do programa atendido dentro das expectativas.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Devido a grande importância das ações do programa e a necessidade de capacitar produtores e servidores municipais com qualidade e eficiência para perfeito andamento e execução das ações, o público alvo do programa mostrou-se satisfeito com os resultados.

2.4 Outras Considerações

2010: Nenhuma consideração

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Dentro do público alvo atendido pelo programa não há distinção de raça pois todos aparecem como produtores rurais e servidores municipais.

Gênero

Dentro do público alvo atendido pelo programa não há distinção de genero pois todos aparecem como produtores rurais e servidores municipais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 063 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

- 2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Inadequada pois não temos equipamentos suficientes para atendimento a totalidade do público (produtores rurais).
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Inadequada pois sempre há necessidade dos parceiros para cumprimento das ações.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Inadequada tendo em vista que necessita-se da ajuda dos parceiros para execução das ações.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

- 2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Existe a necessidade de complementar o quadro técnico com conhecimentos específicos da parte gerencial no que compete as ações do programa.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Há necessidade de capacitação do quadro existente.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

- 2010: Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

- 2010: Sim
Mecanismos adotados:
É realizado no final de cada curso, um questionário para obter a satisfação do mesmo, bem como de quem está ministrando o curso. (avaliação aluno x curs

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Através de reuniões e questionários.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foi possível atender acima das expectativas o público alvo do programa, chegando ao índice acima da meta prevista.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: No ano de 2010 foi realizada 02 (duas) capacitação: Cursos de Horticultura Geral e Curso de Metodologias Participativas Modulo I e II.
Para funcionários de SEMAGRIC foram realizados 07 Cursos de capacitação: Cursos de Informática, Relatório Anual de Info

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Suficientes
Houve necessidade de remanejamento do recurso orçamentário para atender outros programas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

- 2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve necessidade de remanejamento do recurso orçamentário para atender outros programas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: **063 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:
2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:
2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor agrosilvopastoril
Público Alvo: Produtores rurais
Justificativa:

Gerente: DOUGLAS DOS SANTOS LAUDIAUZER
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Áreas recuperadas por hectare	Previsto	850	1000	1000	1000
	Apurado	24			
	Relação % (Apurado/Previsto)	2,82	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	2,40	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: A quantidade de horas máquinas trabalhadas foram suficientes para fazer 3.413 horas de trabalho para beneficiar produtores.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto
A instalação de 17 (desessete) agroindústrias, os serviços de destoca, gradagem e incorporação de calcário beneficiaram os produtores vinculados à agroindústria.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Muito satisfeito
A melhoria da produção e possibilidade de processamentos dos produtos elevaram a satisfação dos produtores.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Precisa de adequação.
Caracterização do público-alvo
Precisa de adequação.
Dimensionamento do público-alvo
Grande demanda.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Gênero
O programa não faz acepção de gênero, atendendo produtores e produtoras rurais

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: **024 - DESENVOLVIMENTO RURAL**

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

Reunião com produtores rurais beneficiados.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Participação nas reuniões com os técnicos da secretaria.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Em reuniões após acordo nas associações e comunidades.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 148 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Reuniões com equipe técnica.

Visitas in loco

Vistoria realizadas pelos técnicos da Secretaria

Relatórios de gestão

Relatórios dos serviços executados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Ação não executada orçamentariamente. As ações do conselho foram resumidas em Reuniões mensais no prédio do SEBRAE e CONAB, onde foram necessárias apenas a mobilização de recursos humanos e pequenas despesas com transporte, telefones e café pelo programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

As ações do conselho foram resumidas em Reuniões mensais no prédio do SEBRAE e CONAB, onde foram necessárias apenas a mobilização de recurso humanos e pequenas despesas com transporte, telefones e café pelo programa.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2010: Não

AÇÃO: 210 - Recuperação de Áreas Degradadas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões com Equipe Técnica da Secretaria.
Visitas in loco
Vistoria realizada pelos técnicos da SEMAGRIC.
Relatórios de gestão
Relatório dos serviços executados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A quantidade de horas maquinas forma suficiente para fazer 3.413 horas de trabalho para beneficiar os produtores.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Recuperação de Áreas Degradadas: 3.413 horas de trabalho para beneficiar os produtores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Recursos insuficientes para melhoria das ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Recurso insuficiente para melhorias das ações.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: TELEMÂCO LIMA LINS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Foram atendidos a totalidade de servidores da Secretaria

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Foi realizado pesquisa interna de atendimento das solicitações.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Faltou a aquisição de equipamentos na equipe gerencial

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta pessoal nas equipes executoras.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse
Foram realizadas reuniões com os grupos para definir as ações.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhor priorização dos recursos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
Pesquisa interna.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão
Foi elaborado uma pesquisa interna de satisfação e elaborado um relatório de gestão das atividades da Secretaria.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Custeio das Atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no material de consumo, expediente, limpeza, aquisição de veículos, aquisição de material permanente (ar-condicionado, diárias para o secretário e outros servidores).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
A Secretaria teve uma necessidade de compra de material permanente para equipar os departamentos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos disponíveis foram liberados dentro da disponibilidade orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

Meta realizada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Pagamento com folha de pessoal ativo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover as atividades de gestão ambiental de infra-estrutura e mecanismos legais para execução de seus programas.
Público Alvo: População do Município de Porto Velho
Justificativa:

Gerente: TELEMÂCO LIMA LINS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:
2010: Alcance abaixo de 40% do previsto
Falta de um programa que envolva a população.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:
2010: Pouco satisfeito
Pouca divulgação das ações para a população

2.4 Outras Considerações

2010: .

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:
2010: Suficiência das ações
Faltou ações que contemplassem as demandas da comunidade.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:
2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:
2010: Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Falta infraestrutura para a implementação do processo na SEMPLA.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:
2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta equipe de trabalho para ações do programa.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:
2010: Discussão em Conselho Setorial
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Deliberação dos recursos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
Reuniões do conselho.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 076 - Coordenação e Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta teve alcance entre 40% a 80% conforme meta prevista.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: CUSTEIO DAS REUNIÕES DO CONSELHO.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
PARA AS REUNIÕES RELIZADAS AS AÇÕES FORAM SUFICIENTES.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O fluxo ocorreu conforme o planejado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos não orçamentários

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 170 - Manutenção dos Serviços Administrativos / Educação Ambiental

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Outros:
Reuniões do Conselho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: **001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL**

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Convenio com as Instituição Raiz Nativa, para execução do programa de plantio de 500.000 Mudás.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Compatível com as ações solicitadas.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos não orçamentários.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
A realocação dos recursos trabalharam as ações.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 171 - Manutenção dos Serviços Administrativos / Fiscalização Ambiental

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões do Conselho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Manutenção dos Serviços Administrativos / Fiscalização Ambiental

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Suficientes para as ações propostas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Compatível com as ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: **001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL**

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos não orçamentários.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Contingenciamento orçamentário
Pouco recursos para a conclusão da obra.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 174 - Manutenção e Preservação do Parque Natural

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Outros:
Reunião do Conselho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Porém, a obra de melhoria de infraestrutura não foi concluída na sua totalidade.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Obra e melhoria de infraestrutura.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Obra não concluída.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução ☐ programada
Obra não concluída.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos não orçamentários.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes
Obra não concluída.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 181 - Obras de Infra-Estrutura do Parque Natural

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Visitas in loco
Vistorias e medições.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: **001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL**

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Orçamentário insuficiente para as necessidades do parque.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Reforma da área dos macacos, cozinha e banheiros do parque.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
O parque necessita de maiores obras de infraestrutura.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos não orçamentários.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Contingenciamento orçamentário
Falta de recursos para maiores obras no parque.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público Alvo:

Justificativa:

Gerente: FLAVIO MORAIS NOGUEIRA JÚNIOR

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

ATENDEU A TODOS OS DEPARTAMENTO E COORDENADORIA

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

ATENDEU A TODOS OS DEPARTAMENTO E COORDENADORIA

2.4 Outras Considerações

2010: .

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

FALTA DE VEICULOS

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

FALTA RECURSOS HUMANOS

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: PROGRAMA INTERNO DA SECRETARIA

4.4 Satisfação dos Beneficiários



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

REUNIÃO COM OS SERVIDORES

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

REUNIÃO PERIODICA DE AVALIAÇÃO TRIMESTRAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

DENTRO DO PREVISTO

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: DIARIAS DOS SERVIDORES, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER OS MERCADOS PUBLICOS,

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

ATENDEU AS EXPECTATIVAS

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

FOI LIBERADO CONFORME A PROGRAMAÇÃO

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

REUNIÃO SETORIAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

RESULTADOS ALCANÇADO DENTRO DO PREVISTO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
DENTRO DO PREVISTO

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 377 - Contratação de estagiários - Bolsa Estágio

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
REUNIÃO SETORIAL DE TRABALHO PARA AVALIAÇÃO

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
CONTRATO REALIZADO COM O CIEE-Centro de Integração Empresa Escola

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Contratação de estagiários - Bolsa Estágio

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
FOI REALIZADO ORÇAMENTARIAMENTE O PREVISTO CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O RECURSO FOI EXECUTADO CONFORME A PROGRAMAÇÃO ANUAL

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
O CONTRATO DE ESTAGIO NÃO TEM PREVISÃO DE RECURSOS NÃO ORÇAMENTARIOS VISTO QUE NÃO PRECISA DE RECURSOS NÃO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR

Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO

Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

ECONOMICOS

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a inclusão digital do Município de Porto Velho, por meio de instalação de telecentros comunitários e reaplicação de tecnologia social
Público Alvo: População vulnerabilizada e em situação de exclusão social
Justificativa:

Gerente: SORAIA RACHID BRUXEL
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Telecentros comunitários instalados por ano	Previsto	7	5	4	3
	Apurado	9.55			
	Relação % (Apurado/Previsto)	13.642,86	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	31.833,33	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: O PROGRAMA FOI RELIZADO ATENDENDO AS METAS PREVISTA

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
OS ATENDIMENTOS FORAM REALIZADOS CONFORME O PREVISTO

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
O programa esta atendendo com satistação os usuarios

2.4 Outras Considerações

2010: .

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
COM A COMPILAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS NO CADASTRO DE USUARIOS DO PROGRAMA
Pessoa com Deficiência
COM A COMPILAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS NO CADASTRO DE USUARIOS DO PROGRAMA
Gênero
COM A COMPILAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS NO CADASTRO DE USUARIOS DO PROGRAMA, ALÉM DE UMA INTERFASE COM OUTRAS SECRETARIAS
Criança e Juventude
COM A COMPILAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS NO CADASTRO DE USUARIOS DO PROGRAMA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

HÁ UMA DEFICIÊNCIA NA EQUIPE DE RECURSOS HUMANOS DENTRO DA SECRETARIA PARA O APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Reunião com grupos de interesse

REUNIÕES NA COMUNIDADE COM GRUPOS QUE PARTICIPAM DA GESTÃO DO PROGRAMA

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

SUGESTÕES NA MELHORIA DA SUA IMPLEMENTAÇÃO

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para a avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

A FALTA DE ESTRUTURA HUMANA FAZ COM QUE NÃO SE TENHA UM MECANISMO DE AVALIAÇÃO

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 010 - Apoio a Instalação de Telecentros Comunitários

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O MONITORAMENTO DAS AÇÕES ERAM FEITAS SE INDICE DE AVALIAÇÃO, APENAS ATRAVÉS DE NÚMEROS DE TELECENTROS INSTALADOS

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

A FALTA DE AGILIDADE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: INSTALAÇÃO DE REDE LÓGICA E ELÉTRICA DOS TELECENTROS, REPAROS E REFORMA DE ALGUNS ESPAÇOS, COMPRA DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FORAM SUFICIENTE PARA ATENDER A META PREVISTA, EMBORA NÃO HAJA REGISTRO DE LIQUIDAÇÃO.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
A DEMORA NA LICITAÇÃO POR CAUSA DO AJUSTE NO PROCESSO E PROJETOS

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 388 - Implantação e manutenção do projeto cidade digital

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
QUANDO DA REALIZAÇÃO DA AÇÃO SE PRIORIZA REUNIÕES COM A COMUNIDADE E SE FAZ REGISTRO DAS DISCUSSÕES

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não executada. Transferida para a competência da Secretaria Municipal de Administração.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Sem execução orçamentária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação não executada. Transferida para a competência da Secretaria Municipal de Administração.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação não executada. Transferida para a competência da Secretaria Municipal de Administração.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 389 - Realização de eventos de promoção da ciência e tecnologia

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
REUNIÕES COM A COMUNIDADE PARA MELHOR DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Recursos remanejados. Ação não executada.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: .Recursos remanejados. Ação não executada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não foram liberados recursos
Recursos remanejados. Ação não executada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados. Ação não executada.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 390 - Manutenção do centro de formação profissional - Casa Brasil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões com a comunidade com o intuito de desenvolver as ações de acordo com as necessidades do programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As ações foram realizadas de acordo com o planejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Manutenção do centro de formação profissional - Casa Brasil, com aquisição de materiais para a realização de cursos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Médio



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Apoiar os empreendimentos de economia solidária.
Público Alvo: Grupos de economia solidária do Município de Porto Velho
Justificativa:

Gerente: SORAIA RACHID BRUXEL
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de empreendimentos da economia solidária apoiados por ano	Previsto	14	22	32	44
	Apurado	0			
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa: Não houve implementação de incubadora no exercício de 2010				
02 - Número de camelôs atendidos	Previsto	80	130	195	291
	Apurado	72			
	Relação % (Apurado/Previsto)	90,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	24,74	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
03 - Quantidade de empreendedores atendidos com microcrédito	Previsto	120	200	250	300
	Apurado	0			
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa: Não implementação do Banco do Povo.				

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Pouco satisfeito

2.4 Outras Considerações

2010: .

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA**

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 008 - Apoio a Empreendimentos da Economia Solidária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: não houve execução da ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Sem execução orçamentária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA**

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
não houve liberação de recursos orçamentários

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 137 - Incubação de Empreendimentos Populares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não houve incubação de empreendimentos

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve incubação de empreendimentos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Não houve incubação de empreendimentos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve liberação de recursos orçamentários

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 260 - Fomento às iniciativas de Microcrédito no Município de Porto Velho

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA**

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não houve liberação de recursos para micro credito

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve liberação de recursos orçamentários para execução da ação. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve utilização de recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Não foram utilizados recursos para implementar a ação

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 391 - Apoio aos grupos de catadores de materiais reciclados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Foram articulados parcerias para ampliar a capacidade de produção dos empreendimentos atendidos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

Sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA**

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Médio

O impacto mesmo que não tão grande conseguiu-se transformar a realidade da pessoa que participa da ação.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 392 - Realização de eventos de promoção da economia solidária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não foram realizados eventos de impacto na ação

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Baixo

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **035 - GESTÃO DO TURISMO**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fomentar o turismo local, aumentando o fluxo de turistas de negócios e lazer no Município de Porto Velho
Público Alvo: Trade turístico e demais integrantes da iniciativa privada, comunidade local
Justificativa:

Gerente: JUAN ALEX YAMAMOTO

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de ocupação dos hotéis em Porto Velho, ao ano	Previsto	85	90	95	100
	Apurado	3			
	Relação % (Apurado/Previsto)	3,53	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	3,00	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa: Alcançado conforme a programação.				
02 - Quantidade de capacitações realizadas	Previsto	4	4	4	4
	Apurado	0			
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				
03 - Número de conferências municipais de turismo realizadas	Previsto	1	1	1	1
	Apurado	0			
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010 Justificativa:				

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

2.4 Outras Considerações

2010: .

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Pertinência das ações



Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **035 - GESTÃO DO TURISMO**

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Gênero

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

A equipe da Coordenadoria ainda é insuficiente para o desenvolvimento das ações dos programas.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Discussão em Conselho Setorial

A participação do Conselho Municipal de Turismo e Conselho Gestor de Turismo

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

As deliberações das ações.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

O feedback feito com o próprio Conselho que faz a avaliação da execução das ações.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 199 - Promoção Turística

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Procura-se a cada bimestre, sempre que necessário, verificar o acompanhamento dos mecanismos adotados.

Relatórios de gestão

Para melhor acompanhamento são realizados alguns relatórios sobre as atividades realizadas e seus efeitos dentro de nossas atribuições. É certo que ainda é preciso melhorar o alcance e captação de informações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Dentro das possibilidades e adequando aos recursos obtidos foram alcançados a meta.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Eventos turísticos realizados: Seminário da AMBEV e Conferências do Grupo Gestor. Construção da imagem do "Cristo" no portal Jerusalém da Amazônia.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Levando-se em conta as expectativas os recursos ainda não foram o ideal, porém no momento suficientes para satisfação dos fins.

4.5.5 Fluxo de Recursos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **035 - GESTÃO DO TURISMO**

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 202 - Realização de Conferência Municipal de Turismo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Bimestralmente com partilha de informações, necessidades e benefícios alcançados, podendo ainda ser aperfeiçoado com a criação de um contato mais íntimo e interpessoal direcionado a toda a equipe gestora.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta atingida, porém sem movimentação de recursos orçamentários. Consegui-se alcançar o objetivo proposto, porém este poderia ainda ser melhorado com a obtenção de maior alcance e envolvimento da comunidade local por meio de material de propaganda e marketing divulgacional.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Conferência realizada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem movimentação de recursos orçamentários

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Meta atingida, porém sem movimentação de recursos orçamentários

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 381 - Apoio a implementação do Plano Municipal de Turismo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **035 - GESTÃO DO TURISMO**

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: A maior dificuldade está inserida dentro do campo de apoio logístico, técnico e intersocial perante o público alvo.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Plano implementado, sem utilização de recursos orçamentários.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Implementação do Plano Municipal de Turismo

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Plano implementado, sem utilização de recursos orçamentários.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Plano implementado, sem utilização de recursos orçamentários.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 382 - Implantação e manutenção de sistema de informações das atividades turísticas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Sempre que necessário, de forma a partilhar erros e acertos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Sem execução.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Sem execução.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **035 - GESTÃO DO TURISMO**

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Executar obras de infraestrutura turística no Município de Porto Velho.
Público Alvo: População do Município
Justificativa:

Gerente: JUAN ALEX YAMAMOTO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de obras de infraestrutura turística executada ao ano	Previsto	2	2	2	2
	Apurado	50			
	Relação % (Apurado/Previsto)	2.500,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	2.500,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Pessoa com Deficiência

Gênero

Criança e Juventude

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA**

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Discussão em Conselho Setorial

O Conselho Municipal de Turismo participa nas deliberações das ações do programa

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Deliberação sobre as ações, atividades e captação de recursos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

A avaliação é sistêmica.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 099 - Implantação da Casa do Turismo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Ação sem execução orçamentária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Ação sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Ação sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA**

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 224 - Revitalização de Centros Históricos em Áreas de Interesse Cultural e Turístico

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Reuniões periódicas de trabalho para avaliar as ações

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Revitalização parcial do Centro Histórico.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

O recurso destinado a ação foi suficiente para a sua execução, embora não tenha ocorrido a liquidação. O empenhamento foi parcial.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 267 - Execução de Obras de Infra-estrutura Turística

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Reuniões periódicas de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foi cumprido o programado com a entrega da obra da EFMM / MERCADO CULTURAL.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA**

2010: Revitalização (restauração) do Mercado Cultural.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Os recursos previstos na dotação orçamentária para obra de infraestrutura não foram suficientes em função da grande demanda de se implementar obra d importância turística para o município.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 385 - Revitalização do Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré - E.F.M.M

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Sem execução orçamentária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA**

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 387 - Implantação de Projetos de Sinalização Turística

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões periódica de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Sem execução orçamentária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Diminuir desemprego e subemprego dos trabalhadores de Porto Velho por meios de atendimentos realizados via ações do sistema público de trabalho emprego e renda.
Público Alvo: Munícipe desempregado, em subemprego, preferencialmente inscrito no CADUNICO e em situação de risco
Justificativa:

Gerente: JOÃO MARCOS FELIPPE MENDES

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

	2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimentos realizados pelo posto do Sistema Nacional de Emprego e Renda - Previsto	7,10	7,30	7,50	7,70
SINE em Porto Velho				
Apurado	600			
Relação % (Apurado/Previsto)	8.450,70	0,00	0,00	0,00
Relação % (Apurado/Final)	7.792,21	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Alcançado o esperado em função da estratégia adotada.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

2.4 Outras Considerações

2010: .

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Caracterização do público-alvo

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Gênero

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
É preciso um maior numero de pessoas para trabalhar com a intermediação de mão de obra.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Discussão em Conselho Setorial
O Conselho Municipal do Trabalho é que define as demandas e o público prioritário a ser atendido
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Definição de público, estratégia de participação das empresas, etc

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
São emitidos pelo sistema SIGAE relatórios de empregabilidade que são armazenados no Ministério do Trabalho e Emprego.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Sem execução orçamentária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 140 - Intermediação de Mão-de-Obra

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas de trabalho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
No decorrer do ano realizaram-se várias ações que possibilitaram o cumprimento da meta anual. Contato com varias empresas para oferecimento de vaga de emprego, colocação de pessoas no posto de trabalho

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Intermediação de mão-de-obra para inserção de trabalhadores desempregados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Parte dos recursos foram remanejados.A dotação orçamentária. Em função da grande necessidade de se ampliar as ações de intermediação de mão de obra no municipio, a dotação orçamentária ficou subestimada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 268 - Capacitação e Qualificação Profissional do Sistema Público de Emprego e Renda

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

2010: Sem execução orçamentária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Todos os recursos são de origem orçamentários, exeto quando há a participação de alguma empresa na execução de alguma atividade.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 383 - Intermediação do seguro desemprego

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 384 - Realização de seminário de trabalho emprego e renda

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 386 - Implantação e manutenção do sistema de informações sobre o trabalho, emprego e renda

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão
Relatório do SIGAE

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

2010: Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Regularizar os empreendedores do comércio informal.
Público Alvo: Micro e Pequenos empreendedores informais
Justificativa:

Gerente: SORAIA RACHID BRUXEL

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de empreendedores do comércio informal regularizados por ano	Previsto	300	200	100	50
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

As ações do programa foram suficientes para atender os usuários.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Definição dos indicadores

Os indicadores, ainda em desenvolvimento, serão estabelecidos na continuidade do programa.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Pessoa com Deficiência

Gênero

Criança e Juventude

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES**

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Outros:

As associações dos setores organizados participam efetivamente das ações.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

A participação se dá na organização das ações e em seu desenvolvimento.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 378 - Gestão de Uso dos Espaços Públicos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Realizadas adaptações e reformas nos espaços públicos: Mercado Central, Mercado Cultural, Centro Gastronômico.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

O recurso orçamentário se tornou insuficiente em função da demanda dos espaços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Mesmo com a demora na liberação dos recursos a ação não foi prejudicada.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 379 - Execução de Obras de Infraestrutura para o Comércio Popular.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução orçamentária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Sem execução orçamentária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados. Sem execução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 380 - Apoio ao Shopping Popular Rio Madeira.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As ações atenderam com suficiência as necessidades do programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Apoio ao Shopping Popular Rio Madeira: realização de cursos na área de gestão aos empreendedores do Shopping Popular. Convênio com o SEBRAE.

4.5.4 Execução Orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES**

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **118 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Aumentar o número de pessoas qualificadas profissionalmente no Município de Porto Velho.
Público Alvo: Munícipe desempregado, em subemprego, preferencialmente inscrito no CADUNICO e em situação de risco.
Justificativa:

Gerente: JOÃO MARCOS FELIPPE MENDES
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de pessoas qualificadas ao ano em relação a população do Município	Previsto	1,40	1,50	1,50	1,80
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance abaixo de 40% do previsto
Ação não realizada. Não foram liberados os recursos de convênios.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Não apurada

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

4.2 Recursos Humanos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **118 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL**

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 051 - Qualificação profissional, social e certificação

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação não realizada. Não foram liberados os recursos de convênios.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Ação não realizada. Não foram liberados os recursos de convênios.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Ação não realizada. Não foram liberados os recursos de convênios. Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Não foram liberados os recursos de convênios. Recursos remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Não foram liberados os recursos de convênios. Recursos remanejados.

4.5.8 Parcerias



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: **118 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL**

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.31 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE PORTO VELHO
Programa: **035 - GESTÃO DO TURISMO**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fomentar o turismo local, aumentando o fluxo de turistas de negócios e lazer no Município de Porto Velho.
Público Alvo: Gestores públicos municipais, estaduais, federais, trade turístico e demais integrantes da iniciativa privada, comunidade local
Justificativa:

Gerente: JUAN ALEX YAMAMOTO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de aumento de Número de projetos turísticos apoiados pelo Fundo Municipal para o desenvolvimento do turismo	Previsto	100	100	50	50
	Apurado				
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance abaixo de 40% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Gênero

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.31 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE PORTO VELHO
Programa: **035 - GESTÃO DO TURISMO**

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Discussão em Conselho Setorial
Conselho Municipal de Turismo

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não
Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 199 - Promoção Turística

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados para outra ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados para outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados para outra ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados para outra ação.

4.5.8 Parcerias



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.31 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE PORTO VELHO
Programa: **035 - GESTÃO DO TURISMO**

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto
Unidade mantida dentro do planejado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito
Melhorias nas condições de trabalho, com aquisição de mobiliário e equipamentos.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Necessário a aquisição de equipamentos específicos para o desenvolvimento de atividades alusivas a Regularização Fundiária, bem como, aquisição de veículos, mobiliários e outros.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta profissionais para desempenho de funções específicas, tais como: motorista, topógrafo, cadista, engenheiro, arquiteto, técnicos sociais e auxiliar administrativo.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Consulta Pública
Atendimento individual aos usuários de programas pertinentes, através do sistema de protocolo com aberturas de processos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

Reunião com grupos de interesse

Através de capacitações internas aos profissionais que atuam em contato direto e indireto com os usuários dos serviços da SEMUR.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Através de reuniões mensais com os chefes de setores para fins de aprimoramento.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Realizadas periodicamente com os chefes de setores.

Visitas in loco

Supervisão dos trabalhos desenvolvidos com acompanhamento direto dos responsáveis pelo setor.

Relatórios de gestão

Relatórios de execução de atividades e metas a cada 6 meses.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Atendimento satisfatório dos programas finalísticos da SEMUR.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Manutenção da unidade (centrais de ar, viaturas, extintores, equipamentos, serviço de pintura e abertura de portas); aquisição de equipamentos de informática mobiliário, materiais de expediente, materiais de consumo diversos, materiais de limpeza e higiene

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A liberação se deu de acordo com o programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Transmissão do conhecimento adquirido aos demais servidores.
Outros:
Apresentação junto a Chefe de RH e imediata do Certificado de Participação e/ou Conclusão do Curso.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Meta atingida abaixo do planejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Pagamento de taxas de inscrição em Cursos de extensão.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Recursos orçamentário executados dentro do previsto.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação se deu de acordo com o programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados
Acompanhamento da folha de pagamento de pessoal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento do quadro funcional da Secretaria.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes
Recursos suficientes para cobertura total da despesa.

4.5.5 Fluxo de Recursos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recursos liberados conforme o planejado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover o acesso à moradia para as famílias com diversos níveis de renda, com ênfase à população mais carente e de baixa renda.
Público Alvo: Famílias com renda de 6 salários mínimos; população de baixa renda
Justificativa:

Gerente: ANTÔNIA SOLANGE NOGUEIRA CARVALHO DE OLIVEIRA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de famílias atendidas nos Programas Habitacionais da SEMUR	Previsto	39,10	51,37	63,63	75,90
	Apurado	14,77			
	Relação % (Apurado/Previsto)	37,77	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	19,46	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Foram atendidas através do Projeto Lotes Urbanizados, Projeto Veredas e Projeto Santa Bárbara.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Muito satisfeito

Constatado através de reuniões junto a comunidade.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Pessoa com Deficiência

São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Gênero

São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Criança e Juventude

São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR

4.2 Recursos Humanos

4.3 Participação Social

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

São aplicados questionários de avaliação junto aos beneficiários nas oficinas e reuniões.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 046 - Campanha de Prevenção e Redução de Riscos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação não executada

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Meta não executada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Redução do recurso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: **042 - MORAR MELHOR**

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas com equipe técnica e gerencial.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Programa mantido conforme o planejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de materiais de consumo diversos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Liberação de recurso se deu conforme o programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 192 - Produção de Lotes Urbanizados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas com as famílias beneficiadas.
Visitas in loco
Visitas técnicas realizadas pela equipe social da SEMUR.
Outros:
Entrega de Lote para famílias com renda até 3 salários mínimos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não realizou-se a contento a meta prevista, ficou muito abaixo.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de materiais de consumo diversos para dar suporte as ações realizadas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recursos liberado conforme programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 278 - Implementação de Projetos de Trabalho Técnico Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Realizadas reuniões com técnicos e comunidade beneficiada.
Visitas in loco
Acompanhamento das famílias beneficiadas pela equipe técnica social.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Considerando o número de famílias atendidas nos projetos habitacionais.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Foram realizadas: (20) vinte reuniões; (05) Cinco Seminários; (12) oficinas temáticas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recursos liberados dentro do programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010

Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR

Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

Programa: **042 - MORAR MELHOR**

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a regularização fundiária no Município de Porto Velho.
Público Alvo: População do município ocupante de imóveis irregulares.
Justificativa:

Gerente: CÉSAR AFONSO DA FONSECA SALOMÃO
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de imóveis regularizados anualmente no Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social da SEMUR	Previsto	4307	3484	3605	3604
	Apurado	3046			
	Relação % (Apurado/Previsto)	70,72	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	84,52	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance acima de 100% do previsto
Considerando atendimento realizado pela SEMUR.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Muito satisfeito
Considerando a aceitação do programa pela comunidade beneficiada

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça
São tratados nas oficinas e reuniões.
Pessoa com Deficiência
São tratados nas oficinas e reuniões.
Gênero
São tratados nas oficinas e reuniões.
Criança e Juventude
São tratados nas oficinas e reuniões.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

4.2 Recursos Humanos

4.3 Participação Social

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Questionários aplicados nas reuniões e/ou oficinas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 083 - Elaboração de Instrumentos de Suporte à Estruturação e Gestão das Políticas de Regularização Fundiária e Habitação

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Outros:

Acompanhamento de consultoria para elaboração do PLHIS, acompanhamento e supervisão de serviços de levantamento Topográfico e Planialtimétrico, Loteamento Luine.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Meta ampliada mediante necessidade de contratação de consultoria e empresa de serviços técnicos especializada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Contratação de consultoria e empresa de serviços técnicos especializada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Liberado conforme programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Reuniões de trabalho
Reunião com equipe técnica.
Relatórios de gestão
Relatório de desenvolvimento e atividades.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Programa mantido.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: Aquisição de materiais de consumo diversos (piquetes, estacas, ferramentas) e contratação de serviços técnicos (laudo de avaliação).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

- 2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Liberado conforme programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

- 2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

- 2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 109 - Implantação de Sistema de Informação para a Gestão da Política Habitacional e de Regularização Fundiária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

- 2010: Reuniões de trabalho
Reuniões ampliadas e oficinas capacitação.
Visitas in loco
Realização de levantamento socioeconômico.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

- 2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

- 2010: Sem movimento.



Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: **065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Redução de recurso.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada
Redução do recurso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 196 - Promoção de Campanhas Educativas e Informativas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Reunião com equipe técnica.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Sem movimento.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Redução de recursos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 197 - Promoção de Eventos Públicos Pertinentes às Áreas de Regularização Fundiária e Habitação

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Outros:

Registro fotográfico das ações realizadas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Eventos realizado em conformidade com entrega de escritura.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

Redução orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Redução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 216 - Regularização Fundiária de Ocupações Irregulares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Planejamento para realização de entrega de escrituras, reuniões sistemáticas para avaliação do processo.

Relatórios de gestão

Relatório emitido de acordo com entrega de escrituras.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: **065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

2010: Atendimento realizado às famílias beneficiárias do Programa de Regularização Fundiária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com planejamento.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 096 - USO CAMPEÃO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover assessoria jurídica gratuita com ajuizamento e acompanhamento de ações possessórias a população de baixa renda que encontra-se em áreas de titularidade privada com posse consolidada.

Público Alvo: Municípios de Porto Velho de baixa renda que encontra-se em áreas de titularidade privada com posse consolidada.

Justificativa:

Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Déficit de imóveis irregulares identificados e cadastrados na SEMUR, localizados em áreas particulares	Previsto	10.131	7.350	4.569	1.788
	Apurado	480			
	Relação % (Apurado/Previsto)	4,74	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	26,85	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

Considerando que o convênio entre a Prefeitura de Porto Velho e a Defensoria Pública, onde este último será o órgão responsável pelo ajuizamento das ações, foi efetivado em dezembro de 2010.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Considerando o ingresso das ações de usucapião no judiciário.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Através das reuniões informativas com a comunidade são evidenciados a temática.

Pessoa com Deficiência

Através das reuniões informativas com a comunidade são evidenciados a temática, bem como seu atendimento é preferencial.

Gênero

Através das reuniões informativas com a comunidade são evidenciados a temática, bem como seu atendimento é preferencial.

Criança e Juventude

Através das reuniões informativas com a comunidade são evidenciados a temática, bem como seu atendimento é preferencial.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 096 - USO CAMPEÃO

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Audiência Pública

Na câmara de vereadores para apresentação do programa e dos seus objetivos.

Reunião com grupos de interesse

Reunião com a Associação dos Bairros e moradores das áreas de intervenção do programa.

Discussão em Conselho Setorial

A temática é discutida no Conselho das Cidades, em especial, na câmara temática de habitação e regularização fundiária.

Outros:

Para apresentação do programa, bem como seus objetivos.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Maior adesão das famílias beneficiárias ao programa e efetivação do convênio com a Defensoria Pública.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

As avaliações são realizadas nas reuniões, com ampla participação das famílias beneficiárias.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 289 - Regularização de Imóveis em Áreas Particulares - Usucapião

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

São realizadas reuniões periódicas com a equipe para avaliação das ações.

Visitas in loco

São realizadas visitas in loco, para prestar informações/esclarecimentos à comunidade, com a realização do monitoramento.

Sistemas informatizados

O Programa é alimentado e monitorado através do SIAP.

Relatórios de gestão

É realizado através do relatório circunstanciado.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Meta não realizada. As ações de usucapião foram protocoladas, porém não foram julgadas impossibilitando a regularização do imóvel.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: As ações de usucapião foram protocoladas, porém não foram julgadas impossibilitando a regularização do imóvel.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: **096 - USO CAMPEÃO**

2010:

Houve redução do recurso.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010: Promover reuniões sistemática com a comunidade; acompanhamento do andamento das ações ajuizadas; informar andamento dos processos à comunidade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.31 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Programa: **085 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, objetivando viabilizar para população de menor renda o acesso a terra urbanizada e a habitação digna e sustentável

Público Alvo: Famílias de Baixa Renda no Município de Porto Velho.

Justificativa:

Gerente: ANTÔNIA SOLANGE NOGUEIRA CARVALHO DE OLIVEIRA

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de imóveis construídos, inseridos no Programa Habitacional da SEMUR	Previsto	1.006	1.006	1.006	1.006
	Apurado	315			
	Relação % (Apurado/Previsto)	31,31	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	31,31	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

2.3 Satisfação do Beneficiário

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

3.2 Transversalidade

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

4.2 Recursos Humanos

4.3 Participação Social

4.4 Satisfação dos Beneficiários

4.5 Ações do Programa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.31 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Programa: **085 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

AÇÃO: 192 - Produção de Lotes Urbanizados

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

4.5.7 Restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 273 - Construção, Melhoria, Reforma, Aquisição, Locação Social e Arrendamento de Unidades Habitacionais em Áreas Urbanas e Rurais

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

4.5.7 Restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 274 - Regularização Fundiária e Urbanística de Áreas Caracterizadas de Interesse Social

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.31 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Programa: **085 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

4.5.7 Restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 276 - Implantação de Saneamento Básico, Infra-estrutura e Equipamentos Urbanos Complementares aos Programas de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social

4.5.1 Monitoramento

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

4.5.6 Origem Não Orçamentária

4.5.7 Restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: DENISE MARIA FONSECA DA COSTA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:
2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto
Falta de técnicos com conhecimentos nas áreas administrativa e orçamentária.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:
2010: Pouco satisfeito
A meta não foi atingida na sua totalidade devido não haver equipamentos suficientes nos setores.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:
2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:
2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:
2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:
2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta de técnicos com conhecimentos nas áreas administrativa e orçamentária.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:
2010: Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: A Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais - SEMEPE, foi criada com a finalidade de Coordenar, Desenvolver e Executar Projetos Especiais a Nivel Municipal considerando as especificidades



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim

Mecanismos adotados:

Qualificação de Pessoal, com cursos de Gestão Fiscal, Auto Cade Básico, Excel Básico e Oficina de Capacitação Técnica.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

São discutidas as ações Governamentais.

Visitas in loco

Deslocamento até os Distritos para fiscalização de Obras firmados entre Prefeitura e Protocolo de Intenções firmados entre as Empresas Construtoras das Hidroelétricas do Rio Madeira.

Sistemas informatizados

As ações serão emcaminhadas através de CD'S e outros.

Relatórios de gestão

Anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

A falta de conhecimento Administrativo e Remanejamento para executar Obras.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de 02 sofás com 2 lugares, Projetor de mídia - 01, Ar condicionado 02 e 01 Geladeira Doméstica., Aquisição de Material de Consumo e Serviços de Manutenção de Equipamentos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

A maior parte dos recursos foram remanejados para outras Secretarias.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os efeitos da liberação dos recursos não prejudicou nem uma programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

2010: Reuniões de trabalho

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os recursos foram suficientes para cobrir a folha de pagamento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme elaboração da folha de pagamento.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos
Público Alvo:
Justificativa:
Gerente: IZA GURGEL DA SILVA
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 40% a 80% do previsto

As aquisições dos bens e serviços realizados nas atividades meio e fim, foram atendidos parcialmente, porém algumas atividades não foram executadas e virtude da indisponibilidade orçamentária.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

Considerando as atividades parcialmente atendidas dentro do programado.

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

No presente ano não foi possível concluir as aquisições de materiais permanentes destinados a atender as equipes de atividades meio e finalística.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Ainda são insuficientes os materiais destinados as equipes de trabalho finalístico, e não foi possível a aquisição no presente ano pela indisponibilidade orçamentária.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

É necessário ampliar o quadro de profissionais nas áreas meio e finalísticas em virtude da demanda dos serviços ora apresentados a esta Secretaria.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Ocorre que ainda há gerentes que não possuem capacitação na área gerencial e atualmente exercem atividades de liderança. Porém consta na programação do PPA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

É insuficiente pelo fato de existir cursos que não são oferecidos nas organizações locais e são de relevância para as equipes desta Secretaria.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Programa voltado a proporcionar aos servidores públicos os benefícios que lhe são devidos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Não

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Escassez de recursos que foram remanejados para atender outros programas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Aquisição de materiais de expediente, limpeza, combustível, insumos de informática; serviços de manutenção de veículos, taxas de ART's, serviços postais, manutenção predial.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

Houve redução de créditos para suprir dotações orçamentárias de outros programas finalísticos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Houve redução de créditos orçamentários.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recursos remanejados na totalidade.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados na totalidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados na totalidade.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados na totalidade.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Obras em andamento: Restaurante Popular e Centro do Idoso. Despesas empenhadas em processo de medição das obras.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Obras em andamento: Construção do Centro de Convivência do Idoso e Obra remanescente de construção do Restaurante Popular.

4.5.4 Execução Orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

Obras remanescentes do Restaurante Popular, empenhadas em julho/2010, sendo a primeira medição em outubro, com paralização das obras em novembro/2010.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Sistemas informatizados

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais - Folha de Pagamento da SEMPRE.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: **028 - ESPORTE SOLIDÁRIO**

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar, manter e modernizar núcleos esportivos, promovendo eventos de entretenimento, esporte e lazer.
Público Alvo: População do Município de Porto Velho
Justificativa:
Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de núcleos esportivos implantados	Previsto	4	4	4	4
	Apurado	0			
	Relação % (Apurado/Previsto)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	0,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Por motivos de paralisação as obras tiveram um atraso, porém estão em andamento.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

Todos os equipamentos programados atendem todos os tipos de raça.

Pessoa com Deficiência

A exemplo podemos identificar a construção dos banheiros da Praça Jardim das Mangueiras que são destinados a pessoas portadoras de necessidades especiais.

Gênero

Criança e Juventude

O objetivo do programa inclui crianças, jovens e adultos.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: **028 - ESPORTE SOLIDÁRIO**

Falta de equipamentos, veículos necessários para realizar as supervisões e fiscalizações das obras em andamento.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Escassez de recursos humanos para operacionalizar as atividades finalísticas.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Audiência Pública

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
As avaliações nas audiências públicas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
Nas reivindicações por meio de abaixo assinado, reuniões, audiências públicas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 357 - Construção, ampliação e reforma de quadras e centros poliesportivos.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Construção do Complexo Esportivo no Bairro Ronaldo Aragão, uma quadra esportiva no Bairro Castanheira, reforma da área de lazer e esporte do Abobráo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: **028 - ESPORTE SOLIDÁRIO**

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 042 - MORAR MELHOR

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover o acesso a moradia para as famílias com diversos níveis de renda, com ênfase à população mais carente e de baixa renda.
Público Alvo: População do Município de Porto Velho
Justificativa:

Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de unidades habitacionais construídas ao ano	Previsto	488	550	550	550
	Apurado	315			
	Relação % (Apurado/Previsto)	64,55	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	57,27	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa: Por motivo de paralisação não foram concluídas todas as obras previstas.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010: Raça

As ações do programa visam minimizar a carência por habitações as famílias de baixa renda sem distinção de raça.

Pessoa com Deficiência

O Programa abrange as pessoas portadoras de necessidades especiais proporcionando moradias dignas de ser habitadas.

Gênero

As ofertas de moradias de interesse social visam a melhoria da qualidade de vida da população.

Criança e Juventude

As ações do programa visam minimizar a carência por habitações no Município de Porto Velho, oportunizando o acesso a moradia a essa parcela da população.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 042 - MORAR MELHOR

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010: Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Escassez de equipamentos e veículos necessários para a operacionalização das atividades pelas equipes que atuam na área fim.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há escassez de recurso humano destinados a operacionalização das atividades finalísticas.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Ainda é deficiente o programa de capacitação continuada para as equipes com atividades finalísticas.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Audiência Pública
Oportunidade de avaliar se as reivindicações foram atendidas.
Outros:
Documentos de reivindicações encaminhadas pela sociedade.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
Reuniões com lideranças e representantes da sociedade beneficiária das Unidades Habitacionais.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 362 - Construções de unidades habitacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Construções concluídas de: 55 unidades habitacionais Veredas III, 240 unidades habitacionais Condomínio residencial Triângulo II e 20 unidades habitacionais Veredas I. Construções (empenhadas e em andamento): 98 unidades habitacionais Candelária I, 144 un

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Despesa liquidada e paga à medida em que são apresentadas as medições das obras.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: **042 - MORAR MELHOR**

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Não há restrições

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 363 - Infra-estrutura de urbanização dos projetos habitacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Infra-estrutura Básica dos Conjuntos Habitacionais Triângulo II, Veredas I e III: asfaltamento, drenagem, água e esgoto.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

Ainda não foram apresentadas as medições das obras.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Redução orçamentária, com remanejamento para outro programa.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Executar serviços de pavimentação, recuperação, manutenção, drenagem e revitalização de vias urbanas, pontes, passarelas e pontilhões.
Público Alvo: População do Município de Porto Velho
Justificativa:

Gerente: JOSÉ AUGUSTO BARCELLOS
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quilômetros de vias drenadas e pavimentadas ao ano	Previsto	20	20	20	20
	Apurado	20			
	Relação % (Apurado/Previsto)	100,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	100,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

02 - Números de praças e mercados construídos ou reformados ao ano	Previsto	5	5	5	5
	Apurado	4			
	Relação % (Apurado/Previsto)	80,00	0,00	0,00	0,00
	Relação % (Apurado/Final)	80,00	0,00	0,00	0,00

2010 Justificativa:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010: Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em 2010 em relação à execução do Programa:

2010: Satisfeito

2.4 Outras Considerações

2010:

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010: Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais / Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: **075 - URBANIZAR**

2010: Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010: Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Escassez de recursos humanos para operacionalização das atividades finalísticas.

4.3 Participação Social

Mecanismos que promovem a participação social:

2010: Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010: Sim
Mecanismos adotados:
Por meio dos veículos de comunicação, onde são observados a satisfação dos usuários das audiências públicas e outros.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 081 - Drenagem de Águas Pluviais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Drenagens concluídas: Canal dos Tanques I - trecho Carlos Gomes e Jorge Teioxeira (500,10m), Canal dos Tanques II - trecho Jorge Teixeira e Elias Gorayeb (192,0m) e Galeria no Canal da Feira do Produtor (134,0m).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes
Despesas empenhadas somente em dezembro/2010, em razão da morosidade no processo licitatório, ocasionando insuficiência de liquidação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade no processo de licitação.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 355 - Urbanização de vias urbanas e assentamentos comunitários

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Obras de infraestrutura urbana (terraplenagem, drenagem e pavimentação) concluídas: Av. 7 de Setembro; Rua Cristina, entre a Rua Daniela e Av. Mamoré; Ruas da Zona Norte, nos Bairros Nacional e Costa e Silva; Ruas do Bairro Flodoaldo Pontes Pinto; Ruas do

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

A insuficiência na liquidação ocorreu em razão de morosidade no processo licitatório e empenhamento pelo final do exercício.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade no processo licitatório.

4.5.8 Parcerias

AÇÃO: 356 - Construção e reforma de praças e mercados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010: Reuniões de trabalho

Visitas in loco



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.1 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: **075 - URBANIZAR**

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2010: Obras concluídas: Praça no Distrito de Jacy-Paraná; revitalização (reconstrução/reforma) do Complexo Madeira Mamoré (Praça da Estrada de Ferro); revitalização(reforma) do Mercado Central; Construção de Banheiros na Praça Jardim das Mangueiras. Obras em an

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010: Insuficientes

A morosidade no processo licitatório implicou na insuficiência de liquidação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010: Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010: Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010: Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade no proceso de licitação.

4.5.8 Parcerias

5. RECOMENDAÇÕES

2010:

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO III.2

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE PROGRAMAS E AÇÕES



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
UNIDADE: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PROGRAMA: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO
OBJETIVO:

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
01.01.28.846.000.0.077 - Cumprimento de Sentenças Judiciais			Prevista					0,00	30.000,00	38.000,00	30.000,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
01.01.28.846.000.0.138 - Indenizações e Ressarcimentos			Prevista					261.184,84	969.696,00	1.133.364,00	1.320.996,00
			Realizada					261.184,84			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
01.01.28.846.000.0.186 - Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores			Prevista					880.070,67	470.004,00	460.008,00	270.000,00
			Realizada					880.070,67			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA**
 UNIDADE: **01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**
 PROGRAMA: **010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**
 OBJETIVO: Prover a Câmara Municipal de meios para a sua atuação legislativa.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
01.01.01.122.010.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	3.373.773,18	4.522.714,00	5.417.032,00	6.195.023,00
			Realizada					3.373.473,18			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	-100,00	-100,00	-100,00
01.01.01.331.010.2.044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES ASSISTIDOS	un	Prevista					296.568,34	399.996,00	485.004,00	549.996,00
			Realizada					296.568,34			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
01.01.01.128.010.1.050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais	PESSOAS CAPACITADAS	un	Prevista					12.510,00	80.004,00	60.000,00	39.996,00
			Realizada					12.510,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
01.01.01.122.010.1.069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	%	Prevista					182.783,06	778.000,00	472.000,00	275.000,00
			Realizada					182.783,06			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
01.01.01.126.010.2.121 - Implementação de Ações de Informatização			Prevista					676.024,50	1.131.996,00	1.290.024,00	1.629.984,00
			Realizada					676.024,50			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
01.01.01.122.010.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	527	550	612	634	13.016.377,41	15.273.232,00	17.166.378,00	19.401.899,00
			Realizada					13.016.377,41			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
01.01.01.031.010.2.316 - Câmara Itinerante	População atendida	und	Prevista					0,00	169.992,00	195.000,00	196.992,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE

UNIDADE: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE ADMINISTRADA	und	Prevista	1	1	1	1	1.987.243,00	632.280,00	660.732,00	690.465,00
			Realizada	1				1.970.079,45			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,86	-100,00	-100,00	-100,00
02.01.04.122.007.1.069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	m²	Prevista	174	174	174	174	0,00	218.196,00	227.940,00	238.206,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.01.24.131.007.2.194 - Produção e Divulgação de Informações de Interesse Social			Prevista					4.290.209,68	1.785.141,00	1.865.352,00	1.949.663,00
			Realizada					4.289.112,22			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,03	-100,00	-100,00	-100,00
02.01.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	283	283	283	283	4.129.548,22	4.720.500,00	5.182.600,00	5.689.900,00
			Realizada					4.129.548,07			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE

UNIDADE: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO

PROGRAMA: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER

OBJETIVO: Garantir os direitos da mulher ampliando sua participação por meio da inclusão social.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.14.422.037.1.045 - Campanha de Prevenção e Combate a Violência Contra a Mulher	CAMPANHAS REALIZADAS	und	Prevista	1	1	1	1	50.433,21	143.055,00	149.492,00	156.220,00
			Realizada	1				49.860,94			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,13	-100,00	-100,00	-100,00
02.01.14.128.037.1.052 - Capacitação em Gênero	PESSOAS CAPACITADAS	und	Prevista	400	500	600	700	60.028,45	65.521,00	68.470,00	71.551,00
			Realizada	400				60.028,45			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.01.04.122.037.2.097 - Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA ADMINISTRADO	und	Prevista	1	1	1	1	67.237,52	91.185,00	95.287,00	99.575,00
			Realizada	1				66.988,61			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,37	-100,00	-100,00	-100,00
02.01.14.122.037.2.294 - Manutenção das Atividades do Conselho de Defesa da Mulher	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	5.915,40	71.184,00	80.482,00	93.585,00
			Realizada	1				5.735,75			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-3,04	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE

UNIDADE: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO

PROGRAMA: 071 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL

OBJETIVO: Manter a segurança do prefeito e dos bens patrimoniais do Município e mobilizar a estrutura administrativa nos casos de calamidade pública.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.04.182.071.2.156 - Manutenção de Serviços da Defesa Civil			Prevista					50.500,00	154.416,00	156.775,00	159.240,00
			Realizada					49.600,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,78	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE

UNIDADE: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO

PROGRAMA: 099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS

OBJETIVO: Implantar Políticas de desenvolvimento para os Distritos no contexto da realidade sócioeconômica

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.04.122.099.2.297 - Manutenção das Sedes Administrativas dos Distritos	Sedes Administrativas Mantidas	unid	Prevista	11	11	11	11	54.000,00	120.121,00	125.526,00	131.075,00
			Realizada	13				54.000,00			
			Variação %	18,18	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.01.04.122.099.1.298 - Construção, ampliação e reforma de sedes administrativas dos Distritos	Obras realizadas	m²	Prevista	50	50	50	50	0,00	62.700,00	65.500,00	68.450,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE

UNIDADE: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO

PROGRAMA: 101 - PROTAGONISMO JUVENIL

OBJETIVO: Contribuir na inclusão social da juventude

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.14.422.101.2.299 - Gestão e Administração do Programa - Protagonismo Juvenil	Programa Administrado	und	Prevista	1	1	1	1	6.933,32	67.678,00	70.722,00	73.906,00
			Realizada	1				6.933,32			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.01.14.422.101.1.300 - Capacitação sobre Políticas Públicas de Juventude - Protagonismo Juvenil	Capacitação realizada	und	Prevista	4	4	4	4	0,00	105.210,00	109.945,00	114.892,00
			Realizada	4				0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE

UNIDADE: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.21.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	203.936,66	249.363,00	279.000,00	304.500,00
			Realizada	1				200.469,22			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,70	-100,00	-100,00	-100,00
02.21.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	27	27	27	27	664.032,23	841.100,00	923.500,00	1.013.900,00
			Realizada	18				664.028,11			
			Variação %	-33,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE

UNIDADE: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO

PROGRAMA: 044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL

OBJETIVO: Identificar, salvaguardar, revitalizar e promover o patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural do Município.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.21.13.391.044.2.098 - Identificação, Registro e Difusão de Bens Históricos, Artísticos, Arqueológicos e Culturais	BENS HISTÓRICOS, ARTÍSTICOS, ARQUEOLÓGICOS E CULTURAIS IDENTIFICADOS E MEMORIZADOS	%	Prevista	40	48	58	70	50.513,87	67.000,00	81.000,00	101.000,00
			Realizada					50.513,87			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.21.13.391.044.1.223 - Restauração e Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Cultural	Bens imóveis restaurados e preservados	und	Prevista	1	1	1	1	14.280,00	20.000,00	28.000,00	39.000,00
			Realizada	2				14.280,00			
			Variação %	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE

UNIDADE: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO

PROGRAMA: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

OBJETIVO: Difundir, promover e garantir as manifestações culturais, artísticas e folclóricas do Município.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.21.13.392.047.1.072 - Construção, Ampliação, Reforma e Implantação de Espaços Culturais	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	1	1	1	1	0,00	35.000,00	40.000,00	50.000,00
			Realizada	1				0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.21.13.128.047.1.095 - Formação de Agentes Culturais	AGENTES CULTURAIS FORMADOS	un	Prevista	30	30	30	30	12.504,00	86.000,00	95.000,00	105.000,00
			Realizada	86				12.504,00			
			Variação %	186,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.21.13.392.047.1.195 - Produções Fonográficas e Edição de Material Gráfico-Literário	MATERIAIS FONOGRÁFICOS E GRÁFICO-LITERÁRIOS PRODUZIDOS	un	Prevista	1	1	1	1	6.570,00	71.000,00	75.000,00	100.000,00
			Realizada	1				6.570,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.21.13.392.047.2.198 - Promoção de Eventos Turísticos, Culturais, Artísticos e Folclóricos	EVENTOS REALIZADOS	un	Prevista	50	60	72	86	3.047.607,69	905.096,00	1.075.724,00	1.226.429,00
			Realizada	394				3.047.607,69			
			Variação %	688,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
UNIDADE: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PROGRAMA: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO
OBJETIVO:

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.41.28.846.000.0.077 - Cumprimento de Sentenças Judiciais			Prevista					225.000,00	92.000,00	100.200,00	111.000,00
			Realizada								
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.41.28.846.000.0.138 - Indenizações e Ressarcimentos			Prevista					10.000,00	18.000,00	20.000,00	24.000,00
			Realizada								
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.41.28.846.000.0.186 - Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores			Prevista					350.000,00	370.000,00	380.000,00	392.000,00
			Realizada								
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE

UNIDADE: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.41.15.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	701.356,00	746.224,00	528.981,00	556.378,00
			Realizada	1							
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.41.15.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	75	75	75	75	2.061.026,00	2.267.128,00	2.493.839,00	2.742.493,00
			Realizada	28							
			Variação %	-62,67	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE

UNIDADE: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROGRAMA: 014 - CIDADE ILUMINADA

OBJETIVO: Expandir e manter pontos de iluminação pública no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.41.15.451.014.1.106 - Implantação de Pontos de Iluminação Pública	PONTOS IMPLANTADOS	un	Prevista	39.000	42.900	47.190	51.909	2.711.670,00	3.728.968,00	4.312.870,00	4.684.605,00
			Realizada	9.604							
			Variação %	-75,37	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.41.15.452.014.2.155 - Manutenção de Pontos de Iluminação Pública	PONTOS MANTIDOS	un	Prevista	16.963	20.355	24.426	29.311	2.408.800,00	2.444.400,00	2.757.039,00	3.030.739,00
			Realizada	15.189							
			Variação %	-10,46	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.41.15.452.014.2.257 - Iluminação de Eventos Festivos	EVENTOS ILUMINADOS	un	Prevista	55	60	66	73	96.907,00	102.055,00	117.865,00	129.625,00
			Realizada	55							
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE

UNIDADE: 02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROGRAMA: 016 - CIDADE URBANIZADA

OBJETIVO: Promover a melhoria da qualidade dos serviços urbanísticos, com a construção e manutenção de meio-fio, sarjeta, calçadas, muros, parques e praças.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.41.15.451.016.2.193 - Produção de Artefatos	ARTEFATOS PRODUZIDOS	un	Prevista	726.960	799.956	880.921	967.583	2.100.180,00	2.285.648,00	2.509.157,00	2.741.377,00
			Realizada								
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.41.15.451.016.1.365 - Aquisição de Equipamentos para Fábrica de Artefatos - EMDUR.	FÁBRICA DE ARTEFATOS EQUIPADA	un	Prevista	1	1	1	1	159.000,00	105.000,00	55.000,00	65.000,00
			Realizada	0							
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.41.15.451.016.1.366 - Construção de Meio-fio, Sarjeta, Calçada e Muros.	OBRA EXECUTADA	metro linear	Prevista	176.482	194.129	213.543	234.897	100.000,00	120.000,00	135.500,00	146.550,00
			Realizada								
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
02.41.15.451.016.2.367 - Manutenção do Parque da Cidade.	PARQUE MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1	112.000,00	123.200,00	135.520,00	149.072,00
			Realizada	1							
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 03.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

UNIDADE: 03.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
03.01.04.124.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	341.327,79	256.923,00	299.986,00	345.189,00
			Realizada	1				337.557,95			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,10	-100,00	-100,00	-100,00
03.01.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	1	1			4.907.220,56	4.966.300,00	5.452.400,00	5.986.100,00
			Realizada	1				4.907.220,56			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

UNIDADE: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROGRAMA: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

OBJETIVO:

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
04.01.28.846.000.0.225 - Sentenças Judiciais - Precatórios			Prevista					7.156.881,69	1.715.265,00	1.618.176,00	1.979.962,00
			Realizada					7.156.881,49			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

UNIDADE: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Promover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
04.01.03.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	1.195.968,30	1.067.990,00	1.116.048,00	1.166.268,00
			Realizada	1				1.195.968,30			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
04.01.03.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	77	77	77	77	11.453.256,62	11.582.800,00	12.716.500,00	13.961.200,00
			Realizada	84				11.453.256,52			
			Variação %	9,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**
UNIDADE: **04.31 - FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL**
PROGRAMA: **084 - APOIO À GESTÃO JURÍDICA**
OBJETIVO: Promover estudos de assuntos jurídicos relevantes de interesse do município

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
04.31.03.092.084.2.259 - Coordenação e Manutenção das Atividades do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município	UNIDADES MANTIDAS	und	Prevista	1	1	1	1	162.250,28	465.302,00	543.292,00	625.158,00
			Realizada	1				162.250,28			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA

UNIDADE: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROGRAMA: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

OBJETIVO:

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
05.01.28.846.000.0.228 - Transferência de Recursos Financeiros à Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano - EMDUR			Prevista					4.210.549,00	3.166.343,00	3.604.471,00	4.072.319,00
			Realizada					4.210.549,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA

UNIDADE: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
05.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	665.802,85	1.087.392,00	1.257.895,00	1.455.133,00
			Realizada	1				657.902,85			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,19	-100,00	-100,00	-100,00
05.01.04.128.007.1.050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais	PESSOAS CAPACITADAS	un	Prevista	30	33	36	40	67.188,00	173.520,00	200.728,00	232.202,00
			Realizada	30				67.188,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
05.01.04.122.007.1.069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	2	3	3	4	219.327,28	253.791,00	412.536,00	534.541,00
			Realizada	2				219.327,28			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
05.01.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	73	78	83	88	3.448.105,86	3.657.500,00	4.015.500,00	4.408.600,00
			Realizada	73				3.448.105,86			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA

UNIDADE: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROGRAMA: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

OBJETIVO: Assegurar a administração, gestão e a participação popular na elaboração, acompanhamento e avaliação do Planejamento e Orçamento municipal.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
05.01.04.121.033.1.053 - Capacitação Popular e Técnico-Administrativa no Planejamento Participativo	CAPACITAÇÕES OFERECIDAS	un	Prevista	20	24	28	32	0,00	86.760,00	100.364,00	116.101,00
			Realizada	20				0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
05.01.04.121.033.2.097 - Gestão e Administração do Programa			Prevista					0,00	347.040,00	401.456,00	464.404,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
05.01.04.121.033.1.205 - Realização de Eventos do Planejamento Participativo	Eventos realizados	und	Prevista	13	13	13	13	38.572,11	489.387,00	566.122,00	654.889,00
			Realizada	7				38.572,11			
			Variação %	-46,15	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA

UNIDADE: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROGRAMA: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO: .

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
05.01.99.999.999.9.999 - Reserva de Contingência			Prevista					0,00	5.037.037,00	5.282.627,00	1.140.135,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA

UNIDADE: 05.31 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PROGRAMA: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

OBJETIVO:

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
05.31.28.846.000.0.443 - Contribuição à EMDUR para Expansão, Modernização e Manutenção dos Sistema de Iluminação Pública			Prevista					4.246.278,00	4.226.060,00	4.548.733,00	4.896.023,00
			Realizada					4.246.278,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA

UNIDADE: 05.31 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PROGRAMA: 014 - CIDADE ILUMINADA

OBJETIVO: Assegurar a iluminação de logradouros públicos do Município.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
05.31.15.452.014.2.168 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	SISTEMA MANTIDO	un	Prevista	1	1	1	1	4.773.772,36	5.010.220,00	5.392.767,00	5.804.497,00
			Realizada	1				4.773.772,36			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ

UNIDADE: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PROGRAMA: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

OBJETIVO:

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
06.01.28.846.000.0.073 - Contribuição para o PIS/PASEP			Prevista					6.766.479,41	5.721.754,00	6.366.073,00	7.047.332,00
			Realizada					6.766.479,41			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
06.01.28.846.000.0.138 - Indenizações e Ressarcimentos			Prevista					16.196,40	93.369,00	107.253,00	322.000,00
			Realizada					16.196,40			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
06.01.28.843.000.0.182 - Pagamento da Dívida Fundada			Prevista					11.964.223,41	15.910.298,00	17.683.188,00	16.280.810,00
			Realizada					11.964.223,41			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
06.01.28.846.000.0.186 - Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores			Prevista					628.081,92	80.000,00	100.000,00	500.015,00
			Realizada					628.081,92			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ

UNIDADE: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
06.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	2.219.641,05	3.403.436,00	3.694.351,00	7.401.008,00
			Realizada	1				2.219.641,05			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
06.01.04.128.007.1.050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais	SERVIDORES CAPACITADOS	un	Prevista	154	156	200	200	4.560,00	342.317,00	328.513,00	1.140.500,00
			Realizada	154				4.560,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
06.01.04.122.007.1.069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	1	1	1	1	0,00	200.668,00	220.000,00	800.000,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
06.01.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	209	240	250	260	14.582.279,67	14.636.400,00	16.069.000,00	17.641.800,00
			Realizada	209				14.582.279,67			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
UNIDADE: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PROGRAMA: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
OBJETIVO: Implantar e implementar as ações da política tributária do Município

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
06.01.04.122.032.2.113 - Implantação e Implementação das Políticas de Arrecadação	ARRECADAÇÃO IMPLEMENTADA E IMPLANTADA	und	Prevista	1	1	1	1	52.000,00	286.350,00	317.900,00	460.000,00
			Realizada	0				52.000,00			
			Variação %	-77,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
06.01.04.122.032.2.177 - Modernização Administrativa e Tributária	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MODERNIZADA	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	266.920,00	358.000,00	1.347.200,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

UNIDADE: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

OBJETIVO:

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.01.28.846.000.0.138 - Indenizações e Ressarcimentos		PESSOAS	Prevista					4.803.809,90	1.402.481,00	1.559.697,00	1.721.350,00
			Realizada					4.641.539,78			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-3,38	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**

UNIDADE: **07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

PROGRAMA: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	754.806,79	911.058,00	2.613.325,00	2.559.588,00
			Realizada	1				601.147,86			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-20,36	-100,00	-100,00	-100,00
07.01.04.122.007.2.002 - Administração Geral das Unidades Administrativas da Prefeitura	UNIDADES ADMINISTRADAS	un	Prevista	18	18	18	18	22.988.758,61	23.898.413,00	28.733.666,00	33.083.280,00
			Realizada	18				22.411.965,33			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-2,51	-100,00	-100,00	-100,00
07.01.04.122.007.2.042 - Auxílio Alimentação ao Servidor	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	30	30	30	30	67.260,00	125.400,00	130.800,00	136.800,00
			Realizada	29				67.260,00			
			Variação %	-3,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
07.01.04.331.007.2.044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	PESSOAS BENEFICIADAS	un	Prevista	6.378	6.380	6.400	6.450	4.401.664,82	3.655.472,00	3.706.552,00	3.907.536,00
			Realizada					4.399.830,01			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,04	-100,00	-100,00	-100,00
07.01.04.122.007.1.069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA REALIZADA	%	Prevista	3	4	3	4	20.407.222,97	1.736.662,00	1.150.000,00	1.014.000,00
			Realizada	3				189.476,28			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-99,07	-100,00	-100,00	-100,00
07.01.04.122.007.2.121 - Implementação de Ações de Informatização	AÇÕES REALIZADAS	und	Prevista	18	18	18	18	6.179.021,40	6.859.783,00	6.924.164,00	7.869.518,00
			Realizada	18				6.113.865,61			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,05	-100,00	-100,00	-100,00
07.01.04.122.007.1.178 - Modernização e Manutenção do Parque Gráfico Municipal	PARQUE GRÁFICO MODERNIZADO E MANTIDO	un	Prevista	1	1	1	1	134.793,40	742.354,00	1.034.789,00	2.411.170,00
			Realizada	1				134.793,40			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

UNIDADE: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.01.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	9.577	9.585	9.590	9.600	9.517.009,55	10.227.354,00	11.228.455,00	12.327.494,00
			Realizada	9.577				9.517.009,55			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

UNIDADE: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

OBJETIVO:

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.11.28.846.000.0.073 - Contribuição para o PIS/PASEP			Prevista					240.000,00	250.000,00	262.092,00	273.888,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
07.11.28.846.000.0.077 - Cumprimento de Sentenças Judiciais			Prevista					269.000,00	282.950,00	294.847,00	318.115,00
			Realizada					32.398,25			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-87,96	-100,00	-100,00	-100,00
07.11.28.846.000.0.138 - Indenizações e Ressarcimentos			Prevista					950.000,00	1.306.250,00	1.365.031,00	1.426.458,00
			Realizada					97.178,61			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-89,77	-100,00	-100,00	-100,00
07.11.28.846.000.0.186 - Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores			Prevista					1.533.000,00	1.150.700,00		
			Realizada					1.066.694,85			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-30,42	-100,00	0,00	0,00
07.11.28.846.000.0.225 - Sentenças Judiciais - Precatórios			Prevista					30.000,00	10.450,00	10.920,00	11.411,00
			Realizada					20.993,94			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-30,02	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**

UNIDADE: **07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

PROGRAMA: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.11.09.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	12	12	12	12	2.397.000,00	2.633.400,00	2.751.905,00	2.875.736,00
			Realizada					387.006,40			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-83,85	-100,00	-100,00	-100,00
07.11.09.122.007.2.044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	12				120.000,00	125.400,00	131.043,00	136.940,00
			Realizada					58.696,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-51,09	-100,00	-100,00	-100,00
07.11.09.122.007.1.069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	m²	Prevista					730.000,00	762.850,00	797.178,00	834.852,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
07.11.09.126.007.2.121 - Implementação de Ações de Informatização	AÇÕES IMPLEMENTADAS	un	Prevista	12	12	12	12	1.044.000,00	652.080,00	1.161.420,00	712.080,00
			Realizada					181.138,66			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-82,65	-100,00	-100,00	-100,00
07.11.09.122.007.1.204 - Realização de Concurso Público	Concurso realizado	und	Prevista	1			1	70.000,00			70.000,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	-100,00
07.11.09.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	12	12	12	12	2.860.100,00	3.185.800,00	3.531.600,00	3.896.100,00
			Realizada					2.379.632,13			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-16,80	-100,00	-100,00	-100,00
07.11.09.122.007.2.301 - Manutenção e Funcionamento do Conselho Municipal de Previdência - CMP	ÓRGÃO COLEGIADO MANTIDO	un	Prevista	12	12	12	12	287.200,00	195.624,00	204.420,00	263.612,00
			Realizada					83.168,64			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-71,04	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

UNIDADE: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM

OBJETIVO: Conceder benefícios aos segurados, dependentes, aposentados e pensionistas do IPAM.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.11.09.123.012.0.096 - Fundo de Reserva para Previdência Social			Prevista					2.920.324,00	3.397.013,00	3.828.645,00	4.237.333,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
07.11.09.272.012.0.183 - Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Encargos Sociais	APOSENTADOS E PENSIONISTAS REMUNERADOS	un	Prevista	13	13	13	13	19.269.324,00	20.480.674,00	21.690.070,00	22.893.117,00
			Realizada					16.475.950,16			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-14,50	-100,00	-100,00	-100,00
07.11.09.272.012.0.184 - Pagamento de Auxílio Doença	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	un	Prevista	12	12	12	12	2.920.324,00	3.397.013,00	3.837.645,00	4.237.333,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
07.11.09.272.012.0.185 - Pagamento de Auxílio Reclusão	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	un	Prevista	12	12	12	12	1.240.324,00	1.641.413,00	2.003.043,00	2.320.174,00
			Realizada					11.025,30			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-99,11	-100,00	-100,00	-100,00
07.11.09.272.012.0.187 - Pagamento de Salário Maternidade	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	un	Prevista	12	12	12	12	3.570.324,00	4.076.263,00	4.547.461,00	4.969.091,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

UNIDADE: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

PROGRAMA: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

OBJETIVO:

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.12.28.846.000.0.073 - Contribuição para o PIS/PASEP			Prevista					0,00	12.540,00	13.104,00	13.704,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
07.12.28.846.000.0.077 - Cumprimento de Sentenças Judiciais			Prevista					19.800,00	17.556,00	18.346,00	19.172,00
			Realizada					13.098,39			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-33,85	-100,00	-100,00	-100,00
07.12.28.846.000.0.138 - Indenizações e Ressarcimentos			Prevista					32.800,00	23.832,00	24.898,00	26.022,00
			Realizada					14.747,59			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-55,04	-100,00	-100,00	-100,00
07.12.28.846.000.0.186 - Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores			Prevista					2.363.446,72	3.193.250,00	3.221.476,00	3.367.000,00
			Realizada					2.361.983,07			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,06	-100,00	-100,00	-100,00
07.12.28.846.000.0.225 - Sentenças Judiciais - Precatórios			Prevista					5.000,00	5.225,00	5.460,00	5.705,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**

UNIDADE: **07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

PROGRAMA: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.12.10.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	1.334.216,26	1.968.624,00	2.281.832,00	2.368.928,00
			Realizada	1				1.304.577,74			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-2,22	-100,00	-100,00	-100,00
07.12.10.122.007.1.013 - Aquisição de Bens Imóveis	IMÓVEIS ADQUIRIDOS	un	Prevista	1	1	1	1	0,00	20.900,00	21.840,00	22.823,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
07.12.10.331.007.2.044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	PESSOAS	Prevista	12	12	12	12	86.660,00	94.740,00	99.000,00	103.464,00
			Realizada	60				86.551,60			
			Variação %	400,00	0,00	0,00	0,00	-0,13	-100,00	-100,00	-100,00
07.12.10.122.007.1.069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	CONSTRUÇÕES REALIZADAS	m²	Prevista	100	350	350	350	122.473,90	390.000,00	395.000,00	50.000,00
			Realizada	200				122.473,90			
			Variação %	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
07.12.10.126.007.2.121 - Implementação de Ações de Informatização	AÇÕES IMPLEMENTADAS	und	Prevista	1	1	1	1	797.098,00	867.372,00	906.612,00	948.324,00
			Realizada					795.994,75			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,14	-100,00	-100,00	-100,00
07.12.10.122.007.1.204 - Realização de Concurso Público	Concurso realizado	und	Prevista	1				0,00			
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.12.10.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADO	und	Prevista	1	1	1	1	2.296.350,00	2.943.300,00	3.262.800,00	3.599.600,00
			Realizada	60				2.292.392,22			
			Variação %	5.900,00	0,00	0,00	0,00	-0,17	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

UNIDADE: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

PROGRAMA: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM

OBJETIVO: Oferecer aos segurados e dependentes do IPAM atendimento hospitalar, laboratorial, ambulatorial, odontológico e auxílio funeral

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.12.10.302.011.2.039 - Atendimento Hospitalar, Laboratorial e Ambulatorial	ATENDIMENTO REALIZADO	und	Prevista	177.780	186.000	194.370	203.116	16.191.055,12	12.371.911,00	12.677.737,00	13.471.928,00
			Realizada	187.330				15.583.022,07			
			Variação %	5,37	0,00	0,00	0,00	-3,76	-100,00	-100,00	-100,00
07.12.10.303.011.2.040 - Atendimento Odontológico	PROCEDIMENTOS REALIZADOS	und	Prevista	29.469	30.796	32.200	33.650	652.000,00	583.110,00	610.400,00	637.350,00
			Realizada	48.468				601.531,32			
			Variação %	64,47	0,00	0,00	0,00	-7,74	-100,00	-100,00	-100,00
07.12.08.846.011.2.043 - Auxílio Funeral	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	und	Prevista	24	24	24	24	59.580,00	35.000,00	36.575,00	38.220,00
			Realizada	29				44.370,00			
			Variação %	20,83	0,00	0,00	0,00	-25,53	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

UNIDADE: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.31.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	60.077,00	37.195,00	38.859,00	40.619,00
			Realizada	1				59.813,76			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,44	-100,00	-100,00	-100,00
07.31.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	8	8	8	8	181.459,17	204.600,00	224.700,00	246.700,00
			Realizada	8				181.459,17			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

UNIDADE: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO

PROGRAMA: 031 - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO: Assegurar a qualificação profissional e pessoal dos servidores municipais e os serviços de qualidade aos usuários do serviço público municipal.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.31.04.128.031.1.050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais	SERVIDORES CAPACITADOS	un	Prevista	1.779	1.941	2.102	2.264	231.259,00	253.696,00	291.267,00	350.885,00
			Realizada	1.792				231.259,00			
			Variação %	0,73	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	11.729.837,55	8.507.622,00	9.734.964,00	10.940.944,00
			Realizada	1				11.227.273,88			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-4,28	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.04.122.007.2.042 - Auxílio Alimentação ao Servidor	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	12	12	12	12	39.480,00	72.023,00	75.264,00	78.650,00
			Realizada	12				39.480,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.331.007.2.044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	1.665	1.740	1.818	1.900	3.542.288,82	2.215.400,00	2.815.093,00	3.022.294,00
			Realizada	1.665				3.542.288,82			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.04.128.007.1.054 - Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	200	200	200	200	88.756,20	104.500,00	109.202,00	114.117,00
			Realizada	60				56.960,69			
			Variação %	-70,00	0,00	0,00	0,00	-35,82	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	2.561	2.676	2.797	2.923	75.722.458,72	68.233.337,00	76.724.486,00	86.250.478,00
			Realizada	2.969				74.866.384,09			
			Variação %	15,93	0,00	0,00	0,00	-1,13	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE

OBJETIVO: Fortalecer e expandir a estratégia de saúde da família - ESF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS na atenção básica à saúde no Município de Porto Velho

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.303.009.2.024 - Aquisição de Medicação Básica	ITENS DE MEDICAÇÃO ADQUIRIDA	und	Prevista	72	79	82	90	2.924.755,46	2.952.568,00	3.054.208,00	3.160.423,00
			Realizada	72				2.378.247,69			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-18,69	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.301.009.1.070 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	UNIDADES CONSTRUÍDAS, REFORMADAS OU AMPLIADAS	und	Prevista	12	12			2.536.135,09	2.427.695,00		
			Realizada	9				2.201.535,21			
			Variação %	-25,00	0,00	0,00	0,00	-13,19	-100,00	0,00	0,00
08.31.10.301.009.2.149 - Manutenção das Unidade Básicas de Saúde	UNIDADES MANTIDAS	%	Prevista	100	100	100	100	2.630.953,34	2.366.822,00	1.900.124,00	1.985.629,00
			Realizada	100				2.383.698,99			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-9,40	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.301.009.2.400 - Expansão de unidades de saúde da família	UNIDADES COM ESF EXPANDIDAS	und	Prevista	10	4	2	2	6.868.710,07	7.744.787,00	8.245.566,00	8.780.298,00
			Realizada	9				6.534.722,79			
			Variação %	-10,00	0,00	0,00	0,00	-4,86	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.301.009.1.401 - Execução do projeto SIS-FRONTIERA	PROJETO EXECUTADO	%	Prevista	100	100	100	100	1.139.916,08	506.825,00	529.632,00	553.465,00
			Realizada	70				439.066,28			
			Variação %	-30,00	0,00	0,00	0,00	-61,48	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.301.009.1.402 - Aparelhamento das unidades de saúde	UNIDADES DE SAÚDE APARELHADAS	und	Prevista	12	4	4	4	7.973,52	864.103,00	565.297,00	565.297,00
			Realizada	9				7.973,52			
			Variação %	-25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES

OBJETIVO: Controlar as zoonoses e reduzir a densidade vetorial

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.305.017.2.437 - Manutenção das Atividades de Controle de População Animal (Campanhas, Remoções, Capturas, Observações Clínicas e Coletas)	ATIVIDADES MANTIDAS	%	Prevista	85	85	90	90	190.000,00	78.375,00	81.902,00	85.587,00
			Realizada					108.185,82			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-43,06	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.305.017.2.438 - Manutenção das Atividades de Controle Vetorial (Visita Domiciliar, Borrifação Residual, Espacial, Coleta Larvaria, Identificação e Tratamento de Criadouros)	ATIVIDADES MANTIDAS	%	Prevista	10	12	15	15	2.405.000,00	1.959.375,00	2.047.548,00	2.139.687,00
			Realizada					2.138.301,40			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-11,09	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 067 - SAÚDE BUCAL

OBJETIVO: Expandir o número de ESB na estratégia da saúde da família, aumentando a oferta de consultas para tratamento odontológico curativo e ampliação maciça do acesso a escovação dental supervisionada com dentífrico fluoretado, buscando

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.303.067.2.041 - Atendimento Preventivo e Curativo da Saúde Bucal do Usuário	USUÁRIO ATENDIDO	und	Prevista	2.689	2.689	2.689	2.689	794.198,46	1.001.236,00	1.046.291,00	1.093.374,00
			Realizada	22.201				660.371,28			
			Variação %	725,62	0,00	0,00	0,00	-16,85	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.303.067.2.395 - Manutenção dos centros de especialidades odontológicas	CENTROS MANTIDOS	und	Prevista	3	3	3	3	259.234,80	382.142,00	399.338,00	417.309,00
			Realizada	3				134.003,80			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-48,31	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

OBJETIVO: Expandir as inspeções sanitárias para manter o controle da qualidade dos produtos e serviços de interesse da saúde coletiva.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.304.076.2.090 - Fiscalização e Inspeção Sanitária	AÇÃO FISCAL REALIZADA	un	Prevista	276	326	427	527	469.515,00	155.199,00	162.182,00	169.480,00
			Realizada	193				276.282,31			
			Variação %	-30,07	0,00	0,00	0,00	-41,16	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROGRAMA: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
OBJETIVO: Controlar doenças e agravos de maior magnitude no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.305.079.2.240 - Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	METAS VACINAIS ATINGIDAS	%	Prevista	95	95	95	95	631.773,79	355.433,00	371.427,00	388.141,00
			Realizada	95				544.285,02			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-13,85	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.305.079.2.243 - Controle de Doenças e Agravos não Transmissíveis	CONTROLE REALIZADO	%	Prevista	50	50	50	50	202.000,00	211.090,00	220.589,00	230.516,00
			Realizada	29				75.411,39			
			Variação %	-41,76	0,00	0,00	0,00	-62,67	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.305.079.2.393 - Controle de doenças sexualmente transmissíveis	POPULAÇÃO ASSISTIDA	%	Prevista	80	80	80	80	412.326,90	256.816,00	268.374,00	280.449,00
			Realizada	3				351.131,88			
			Variação %	-95,75	0,00	0,00	0,00	-14,84	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.305.079.2.394 - Controle das Doenças Respiratório	POPULAÇÃO ASSISTIDA	%	Prevista	80	80	80	80	40.450,00	42.270,00	44.172,00	46.161,00
			Realizada	67				17.835,43			
			Variação %	-16,50	0,00	0,00	0,00	-55,91	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 119 - MATERNIDADE

OBJETIVO: Melhorar a qualidade dos serviços executados pela Maternidade, ampliar e modernizar o espaço físico.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.302.119.1.070 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	OBRA REALIZADA	und	Prevista	1	1	1	1	189.067,89	335.445,00	350.540,00	366.314,00
			Realizada	1				189.067,89			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.302.119.2.396 - Manutenção de Maternidade Pública Municipal	MATERNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	4.119.047,78	4.065.050,00	4.247.978,00	4.439.136,00
			Realizada	1				4.059.367,82			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,45	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROGRAMA: 120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS
OBJETIVO: Promover ações de educação a saúde da população e controle social no SUS

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.128.120.2.397 - Capacitações para o processo de formação de conselheiros	CONSELHEIROS CAPACITADOS	und	Prevista	21	21	21	21	60.000,00	73.150,00	76.442,00	79.882,00
			Realizada					16.096,28			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-73,17	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROGRAMA: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
OBJETIVO: Expandir a rede laboratorial e de diagnóstico do Município de Porto Velho

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.302.122.2.399 - Manutenção da rede diagnóstica laboratorial e por imagem nas unidades de saúde	UNIDADES DE DIAGNÓSTICO MANTIDAS	und	Prevista	15	19	19	19	3.631.975,00	2.643.432,00	2.762.387,00	2.886.694,00
			Realizada	46				3.214.223,12			
			Variação %	206,67	0,00	0,00	0,00	-11,50	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

OBJETIVO: Oferecer serviços com qualidade e resolutividade de média complexidade a população como suporte as ações de atenção básica

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.302.123.1.070 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	UNIDADES CONSTRUÍDAS	und	Prevista	3				11.361.923,25			
			Realizada	3				11.252.520,12			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,96	0,00	0,00	0,00
08.31.10.302.123.2.403 - Manutenção das unidades de pronto atendimento-UPAS	UPAS ATENDIDAS	und	Prevista	4	7	7	7	586.698,00	5.884.319,00	6.149.113,00	6.425.824,00
			Realizada	4				503.083,05			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-14,25	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.302.123.2.404 - Expansão e manutenção de serviço de atendimento móvel de urgência	SAMU	und	Prevista	7	7	7	7	2.467.319,56	2.322.550,00	2.427.065,00	2.536.283,00
			Realizada	7				1.866.707,94			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-24,34	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.302.123.2.405 - Manutenção do centro de referência de especialidades médicas	CENTRO MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1	26.100,00	1.305.202,00	1.393.936,00	1.488.914,00
			Realizada	1				26.100,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.302.123.2.406 - Manutenção do centro de apoio psicossocial	CENTRO MANTIDO	und	Prevista	2	2	2	2	61.749,20	183.460,00	191.716,00	200.343,00
			Realizada	2				61.749,20			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO: Ampliar a cobertura das ações de promoção a saúde e assistenciais a clientela específicas atendendo as prioridades de atenção do Plano de Ação Municipal, Estadual e Federal.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.302.124.2.408 - Capacitação de Profissionais do Sistema Único de Saúde nas áreas Estratégicas.	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	300	300	300	300	2.945,78	21.945,00	22.932,00	23.965,00
			Realizada	82				2.945,78			
			Variação %	-72,73	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.302.124.2.409 - Manutenção de Programas Estratégicos (Hiperdia, Carência Nutricional,...)	PROGRAMAS MANTIDOS	und	Prevista	5	5	5	5	662.878,12	51.205,00	53.508,00	55.917,00
			Realizada	4				317.762,72			
			Variação %	-20,00	0,00	0,00	0,00	-52,06	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS

OBJETIVO: Organizar o acesso dos usuários ao SUS, de acordo com suas necessidades de saúde, a oferta dos serviços existentes concomitante com ações de controle e avaliação

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.128.125.1.054 - Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde	profissionais capacitados	und	Prevista	40	40	40	40	0,00	41.800,00	43.681,00	45.647,00
			Realizada	75				0,00			
			Variação %	87,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.126.125.2.407 - Implementação do sistema de regulação do SUS	SISTEMA IMPLEMENTADO	und	Prevista	1	1	1	1	113.756,58	78.375,00	81.902,00	85.587,00
			Realizada	1				73.243,58			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-35,61	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 126 - FARMÁCIA POPULAR

OBJETIVO: Oferecer a população de Porto Velho medicamentos essenciais a baixo custo

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.303.126.2.144 - Manutenção da Farmácia Popular	UNIDADES MANTIDAS	und	Prevista	2	2	2	2	250.800,00	262.086,00	273.880,00	286.204,00
			Realizada	2				119.930,55			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-52,18	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

UNIDADE: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

OBJETIVO: Reduzir a mortalidade materna em 30% e a infantil em 15% até o ano de 2013 e reduzir em 30% o indicador de gestação na adolescência.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.128.127.1.413 - Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	30	30	30	30	0,00	31.350,00	32.760,00	34.234,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.301.127.2.414 - Assistência a gestante no período pré-natal e a criança no período neonatal, infantil e adolescentes	Clientela Assistida	%	Prevista	70	70	70	70	130.230,43	156.750,00	163.805,00	171.175,00
			Realizada	49				69.740,34			
			Variação %	-29,86	0,00	0,00	0,00	-46,45	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.301.127.2.415 - Assistência ao Planejamento Familiar	População feminina em idade fértil assistida	%	Prevista	60	60	70	70	1.000,00	111.293,00	116.301,00	121.534,00
			Realizada	15				1.000,00			
			Variação %	-74,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
08.31.10.301.127.2.416 - Atendimento de rotina de prevenção do Câncer Uterino e de mama	POPULAÇÃO FEMININA ASSISTIDA	%	Prevista	30	30	30	30	21.074,04	73.150,00	76.443,00	79.881,00
			Realizada	49				6.150,04			
			Variação %	63,67	0,00	0,00	0,00	-70,82	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	6.965.601,87	6.226.116,00	7.270.573,00	8.720.327,00
			Realizada	1				6.703.475,20			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-3,76	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.306.007.2.042 - Auxílio Alimentação ao Servidor	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	3	3	4	4	10.148,25	9.405,00	9.828,00	10.270,00
			Realizada	3				10.148,25			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.331.007.2.044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	4.000	4.000	4.000	4.000	419.733,97	417.183,00	503.145,00	607.153,00
			Realizada	4.000				419.733,97			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.122.007.2.261 - Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	1	1	1	1	10.152.293,88	9.594.666,00	10.007.375,00	10.351.470,00
			Realizada					10.138.037,97			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,14	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.122.007.1.264 - Construção, Expansão e Reforma de Unidades Administrativas	UNIDADES CONSTRUÍDAS, AMPLIADAS OU RECUPERADAS	m²	Prevista	2.125	833	758	942	446.123,12	790.549,00	1.360.347,00	1.641.633,00
			Realizada	2.000				334.102,04			
			Variação %	-5,88	0,00	0,00	0,00	-25,11	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.126.007.2.372 - Modernização dos serviços de informatização da unidade	UNIDADE INFORMATIZADA	und	Prevista	1	1	1	1	731.693,21	198.060,00	226.498,00	264.776,00
			Realizada	1				636.106,88			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-13,06	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.122.007.2.373 - Manutenção da biblioteca municipal	BIBLIOTECAS MANTIDAS	und	Prevista	1	2	2	2	190.388,30	58.938,00	61.589,00	64.359,00
			Realizada	1				172.828,96			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-9,22	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.392.007.2.374 - Manutenção da escola de música	ESCOLAS DE MÚSICA MANTIDAS	und	Prevista	1	2	2	2	61.400,00	59.983,00	62.681,00	65.500,00
			Realizada	1				19.531,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-68,19	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.122.007.2.375 - Contratação de estagiários para atender os programas da SEMED	ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS	und	Prevista	75	75	75	75	406.308,00	415.968,00	517.471,00	641.010,00
			Realizada					406.308,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

OBJETIVO: Proporcionar a elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental; integrada a qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã, o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.366.020.2.012 - Apoio às Ações de Programas de Inclusão de Jovens e Adultos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	9.004	9.024	9.034	9.034	1.151.212,41	553.608,00	588.353,00	635.152,00
			Realizada	4.555				1.105.425,21			
			Variação %	-49,41	0,00	0,00	0,00	-3,98	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.366.020.2.020 - Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	10.611	11.355	12.149	12.999	403.196,02	516.171,00	519.110,00	329.253,00
			Realizada	9.024				137.280,00			
			Variação %	-14,96	0,00	0,00	0,00	-65,95	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.366.020.2.021 - Aquisição de Material Didático para Professor	PROFESSORES ATENDIDOS	KIT	Prevista	603	603	603	603	105.768,24	60.315,00	63.027,00	65.861,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.366.020.2.222 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	57.719	60.315	62.994	65.826	1.155.824,94	723.987,00	814.734,00	917.731,00
			Realizada					1.128.957,59			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-2,32	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.366.020.0.231 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	5.304	5.676	6.073	6.498	165.528,00	220.000,00	208.515,00	217.898,00
			Realizada	4.555				165.528,00			
			Variação %	-14,12	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

OBJETIVO: Proporcionar condições de acesso e permanência aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, por meio de um processo educacional definido por uma proposta pedagógica, que assegure

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.367.021.2.128 - Implementação de Salas de Recursos	SALAS IMPLEMENTADAS	un	Prevista	5	5	5	5	25.400,00	39.237,00	48.811,00	60.462,00
			Realizada	5				25.400,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.367.021.1.340 - Construção e Reforma de Salas de Recursos Multifuncionais	SALAS CONSTRUÍDAS E/OU REFORMADAS	und	Prevista	2	2	2	2	45.633,54	126.685,00	150.811,00	186.815,00
			Realizada	1				45.633,54			
			Variação %	-50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.367.021.2.341 - Assessoramento técnico-pedagógico às escolas do campo	ESCOLAS ASSESSORADAS	und	Prevista	45	55	65	75	1.921,48	13.682,00	17.019,00	21.081,00
			Realizada	10				1.921,48			
			Variação %	-77,78	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL

OBJETIVO: Aumentar o atendimento gradativo dos alunos do Ensino Fundamental na Educação Integral

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.108.2.097 - Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	58.495,00	72.767,00	90.138,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.108.2.317 - Aquisição de Kit Esportivo e Recreativo para atividades de Educação Física e da Educação Integral nas Escolas da Rede Municipal.	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	35	35	35	35	0,00	76.010,00	94.556,00	117.130,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.108.2.318 - Implementação das atividades de Natação para todos da Educação Integral.	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	3	4	5	6	51.545,50	170.547,00	198.389,00	231.741,00
			Realizada	3				0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.108.2.319 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério para atuar no Programa Segundo Tempo	PROFISSIONAIS REMUNERADOS	und	Prevista	10	12	14	16	0,00	94.379,00	117.409,00	145.438,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.108.2.320 - Aquisição de uniformes (Camisetas, Shorts e Coletes) para alunos da Educação Integral - Contraturno	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	16.200	17.334	18.547	19.845	0,00	82.345,00	102.438,00	126.894,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.108.2.321 - Realização de Amostras Pedagógicas, Culturais e Esportivas da Educação de tempo Integral	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	800	800	800	800	0,00	17.026,00	21.179,00	26.233,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.108.2.322 - Implementação de Arte e Cultura	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	4	4	4	5	11.380,00	124.825,00	130.439,00	136.306,00
			Realizada	4				11.380,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL

OBJETIVO: Aumentar o atendimento gradativo dos alunos do Ensino Fundamental na Educação Integral

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.108.2.323 - Acompanhamento Técnico Pedagógico da Educação Integral	VISITAS TÉCNICAS REALIZADAS	und	Prevista	26	26	26	26	9.160,19	33.191,00	41.289,00	51.146,00
			Realizada	26				9.160,19			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

OBJETIVO: Adquirir gêneros alimentícios para a melhoria da qualidade da alimentação escolar a alunos da educação básica.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.306.110.2.339 - Aquisição de gêneros alimentícios para confecção de alimentação escolar	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	55.893	59.327	63.017	66.986	4.897.065,17	5.237.944,00	5.788.650,00	6.497.187,00
			Realizada					4.897.065,17			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 111 - TRANSPORTE ESCOLAR

OBJETIVO: Atender com transporte escolar alunos que residem distante de suas Unidades Escolares.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.111.2.342 - Transporte escolar para alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	9.782	10.466	11.198	11.981	12.415.432,26	12.886.883,00	15.518.095,00	18.153.687,00
			Realizada	9.782				12.245.587,89			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,37	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

OBJETIVO: Ampliar a oferta de formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.128.112.1.343 - Formação inicial dos professores do ensino fundamental / Profissionais habilitados	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	140	140	140	140	27.441,45	46.497,00	57.840,00	71.649,00
			Realizada	90				27.441,45			
			Variação %	-35,71	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.128.112.1.344 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) do ensino fundamental	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	2.317	2.317	2.317	2.317	177.927,59	427.220,00	531.467,00	658.342,00
			Realizada	2.317				177.927,59			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.128.112.1.345 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação infantil	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	350	350	350	350	0,00	114.583,00	142.543,00	176.573,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.128.112.1.346 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação de jovens e adultos	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	320	320	320	320	0,00	116.550,00	144.990,00	179.421,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.128.112.1.347 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação especial.	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	596	596	596	596	185.559,00	248.254,00	285.373,00	329.627,00
			Realizada	340				73.313,37			
			Variação %	-42,95	0,00	0,00	0,00	-60,49	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.128.112.1.348 - Formação continuada dos profissionais da escola - técnicos administrativos.	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	900	941	983	1.027	3.126,25	51.204,00	63.697,00	78.902,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 113 - VIVA A INFÂNCIA

OBJETIVO: Ampliar o atendimento em educação da população de 0 a 5 anos, em creche e pré-escola.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.365.113.2.020 - Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	10.160	11.425	12.841	13.667	0,00	63.342,00	78.799,00	97.611,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.365.113.2.022 - Aquisição de Material Didático-Pedagógico Destinado às Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	15	18	21	24	160.664,00	101.348,00	126.078,00	156.177,00
			Realizada					159.089,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,98	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.365.113.2.025 - Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	15	18	21	24	0,00	126.685,00	157.597,00	195.221,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.243.113.2.027 - Aquisição de Uniformes Escolares para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	10.160	11.425	12.841	13.667	215.427,06	83.600,00	87.362,00	91.293,00
			Realizada					215.427,06			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.365.113.2.044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	326	336	346	356	459.327,43	641.960,00	798.607,00	989.263,00
			Realizada					459.327,43			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.365.113.2.157 - Manutenção de Serviços das Unidades Administrativas da Rede Municipal de Ensino	UNIDADES ATENDIDAS	escolas	Prevista	15	18	21	24	60.000,00	63.342,00	78.799,00	97.611,00
			Realizada					60.000,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.365.113.2.222 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública	SERVIDORES REMUNERADAS	und	Prevista	240	247	254	262	5.343.224,40	8.332.834,00	9.580.466,00	11.015.139,00
			Realizada					5.343.134,40			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED**

UNIDADE: **09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

PROGRAMA: **113 - VIVA A INFÂNCIA**

OBJETIVO: Ampliar o atendimento em educação da população de 0 a 5 anos, em creche e pré-escola.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.365.113.0.231 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	10.160	11.425	12.841	13.667	384.534,00	291.374,00	362.474,00	449.010,00
			Realizada					384.534,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.365.113.0.232 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafinc	ESCOLAS BENEFICIADAS	und	Prevista	43	45	48	50	585.000,00	848.605,00	1.055.680,00	1.307.709,00
			Realizada	28				585.000,00			
			Variação %	-34,88	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.365.113.1.251 - Construção, Expansão e Reforma de Unidades de Ensino	unidades construídas ou reformadas	und	Prevista	13	13	10	11	2.671.691,38	6.555.363,00	7.646.752,00	8.398.194,00
			Realizada					1.692.813,91			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-36,64	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.813.113.1.253 - Realização de Eventos Recreativos	EVENTOS REALIZADOS	und	Prevista	2	2	2	2	0,00	26.125,00	27.300,00	28.528,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.365.113.2.261 - Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	125	128	132	136	2.022.869,66	1.459.864,00	1.525.557,00	1.594.206,00
			Realizada					2.022.869,66			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.365.113.2.352 - Assessoramento pedagógico às escolas de educação infantil	ESCOLAS ASSESSORADAS	und	Prevista	15	18	21	24	4.103,08	39.284,00	48.865,00	60.527,00
			Realizada	30				4.103,08			
			Variação %	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.365.113.1.353 - Premiação de escolas e profissionais de educação por práticas exitosas	premios concedidos	und	Prevista	6	6	6	6	0,00	19.003,00	23.639,00	29.283,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 113 - VIVA A INFÂNCIA

OBJETIVO: Ampliar o atendimento em educação da população de 0 a 5 anos, em creche e pré-escola.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.365.113.2.354 - Aquisição de materiais para recreação destinados as escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	escolas	Prevista	15	18	21	24	0,00	16.858,00	20.971,00	25.976,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 116 - SAÚDE ESCOLAR

OBJETIVO: Aumentar o nível de atendimento à saúde do educando, promovendo ações de prevenção, identificação e correção de problemas visuais, bucais, de saúde geral e a formação continuada de agentes multiplicadores, visando à melhoria do

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.303.116.1.015 - Aquisição de Gabinetes e Instrumentais Odontológicos	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	10	11	12	13	27.702,68	48.376,00	50.552,00	52.826,00
			Realizada	10				17.780,40			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-35,82	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.303.116.2.019 - Aquisição de Material de Higiene Bucal e Prevenção à Cárie no Atendimento a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	45.149	48.578	52.175	56.088	57.094,00	104.500,00	109.202,00	114.116,00
			Realizada	45.149				57.094,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.303.116.2.029 - Aquisição Kits de Primeiros Socorros para Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	50	100	150	200	0,00	12.110,00	12.654,00	13.223,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.122.116.2.097 - Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA ADMINISTRADO	und	Prevista	1	1	1	1	6.908,56	12.668,00	15.759,00	19.521,00
			Realizada	1				6.908,56			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.303.116.2.153 - Manutenção de Gabinetes Odontológicos	GABINETES ODONTOLÓGICOS MANTIDOS	und	Prevista	10	11	12	13	5.166,60	125.127,00	130.757,00	136.640,00
			Realizada	0				5.166,60			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.367.116.2.368 - Assistência Médica, Laboratorial e Suporte Profilático e Terapêutico a Alunos com necessidades Educativas Especiais.	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	1.900	2.042	2.195	2.360	224.150,00	335.558,00	350.657,00	366.436,00
			Realizada	1.680				224.150,00			
			Variação %	-11,58	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.366.116.2.369 - Reabilitação Visual para a Educação de Jovens e Adultos.	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	900	940	983	1.027	94.200,00	102.937,00	107.568,00	112.408,00
			Realizada	600				94.200,00			
			Variação %	-33,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL

OBJETIVO: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.117.2.017 - Aquisição de Material de Cantina Destinado às Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	125	125	125	125	42.661,30	104.500,00	109.202,00	114.116,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.117.2.020 - Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	30.000	32.100	34.347	36.751	57.831,70	121.229,00	150.811,00	186.815,00
			Realizada	30.000				57.831,70			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.243.117.2.027 - Aquisição de Uniformes Escolares para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	30.000	32.100	34.347	36.751	684.134,46	445.379,00	465.421,00	465.421,00
			Realizada					623.163,05			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-8,91	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.117.2.044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	2.147	2.297	2.458	2.630	4.665.533,46	3.717.177,00	3.928.382,00	3.501.267,00
			Realizada					4.642.051,52			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,50	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.117.2.079 - Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Educacionais	ESTUDOS DESENVOLVIDOS	und	Prevista	1	2	2	2	100.000,00	190.027,00	236.396,00	292.832,00
			Realizada	1				100.000,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.117.2.122 - Implementação de Biblioteca nas Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	8	8	8	8	29.351,00	38.064,00	47.350,00	58.654,00
			Realizada					29.351,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.117.2.125 - Implementação de Hortas Escolares	AÇÕES REALIZADAS	und	Prevista	12	12	12	12	7.161,50	20.900,00	21.840,00	22.822,00
			Realizada					7.161,50			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED**

UNIDADE: **09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

PROGRAMA: **117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL**

OBJETIVO: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.117.2.130 - Implementação do Programa de Inclusão Digital Destinado a Alunos	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	9	9	9	9	21.000,00	26.475,00	27.665,00	28.908,00
			Realizada	0,00				0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.117.2.132 - Implementação dos Currículos Escolares	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	165	165	165	165	1.580,16	70.306,00	87.461,00	108.339,00
			Realizada	135				1.580,16			
			Variação %	-18,18	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.117.2.157 - Manutenção de Serviços das Unidades Administrativas da Rede Municipal de Ensino	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	165	165	165	165	9.905.703,82	5.333.755,00	6.599.098,00	7.908.933,00
			Realizada					9.364.442,94			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-5,46	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.812.117.2.209 - Realização de Jogos Escolares	JOGOS ESOLARES REALIZADOS	und	Prevista	1	1	1	1	352.082,09	370.975,00	387.668,00	405.111,00
			Realizada	1				352.082,09			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.117.2.222 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	2.317	2.479	2.652	2.838	62.848.109,16	51.697.984,00	57.474.652,00	64.699.718,00
			Realizada					60.300.946,21			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-4,05	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.117.0.231 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem	SUBVENÇÕES MANTIDA	und	Prevista	59.232	63.378	67.814	72.561	925.659,00	180.000,00	180.100,00	196.564,00
			Realizada					925.659,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.117.1.251 - Construção, Expansão e Reforma de Unidades de Ensino	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	17	17	17	17	5.393.098,59	2.256.413,00	1.783.794,00	1.985.023,00
			Realizada					1.565.351,40			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-70,97	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED**

UNIDADE: **09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

PROGRAMA: **117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL**

OBJETIVO: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.117.2.255 - Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas e Unidades de Apoio ao Ensino	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	200	200	200	200	140.065,85	1.089.369,00	1.151.196,00	1.231.147,00
			Realizada					26.355,77			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-81,18	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.117.2.261 - Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	1.263	1.351	1.446	1.547	21.658.076,98	29.915.321,00	32.474.355,00	34.018.108,00
			Realizada					21.657.811,42			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
09.01.12.361.117.2.376 - Implantação e Implementação do Centro de Informação Educacional	CENTRO IMPLANTADO	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	50.000,00	52.250,00	54.601,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.02.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	139.543,19	164.560,00	178.955,00	204.239,00
			Realizada	1				120.913,64			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-13,35	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

UNIDADE: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES

OBJETIVO: Capacitar profissionais da Educação que atuam na Rede Municipal de Ensino.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.02.12.128.029.1.332 - Capacitação em legislação Educacional e Escritação Escolar aos Educadores da Rede Municipal de Ensino.	CAPACITAÇÕES OFERECIDAS	und	Prevista	186	716	436	880	39.090,67	81.899,00	101.345,00	112.730,00
			Realizada	0				39.090,67			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB

UNIDADE: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
10.01.15.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	532.194,64	587.700,00	672.550,00	838.400,00
			Realizada	1				531.309,24			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,17	-100,00	-100,00	-100,00
10.01.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	762	762	762	762	16.487.242,54	19.600.200,00	21.518.700,00	23.624.900,00
			Realizada	762				16.487.242,54			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB

UNIDADE: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS

PROGRAMA: 015 - CIDADE LIMPA

OBJETIVO: Promover a limpeza pública urbana e assegurar os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
10.01.15.452.015.2.154 - Manutenção de Máquinas e Veículos	MÁQUINAS E VEÍCULOS MANTIDOS	und	Prevista	8	8	8	8	17.930,32	480.000,00	590.000,00	620.000,00
			Realizada	8				17.930,32			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
10.01.15.452.015.2.160 - Manutenção de Vias Pública (Limpeza, Varrição, Poda, Pintura de Meio Fio e Outros)	VIAS PÚBLICAS MANTIDAS	%	Prevista	100	100	100	100	10.376.628,24	5.580.296,00	6.508.950,00	7.492.436,00
			Realizada	80				10.372.472,86			
			Variação %	-19,81	0,00	0,00	0,00	-0,04	-100,00	-100,00	-100,00
10.01.15.452.015.2.434 - Manutenção de Praças, Parques, Feiras e Mercados	ESPAÇOS PÚBLICOS MANTIDOS	%	Prevista	100	100	100	100	402.858,57	55.000,00	55.000,00	55.000,00
			Realizada	100				402.858,57			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB

UNIDADE: 10.31 - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

PROGRAMA: 015 - CIDADE LIMPA

OBJETIVO: Promover a limpeza pública urbana e assegurar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
10.31.15.452.015.2.203 - Realização de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Domiciliares	RESÍDUOS SÓLIDOS COLETADOS	tonelada	Prevista	95.832	100.624	105.655	110.937	19.062.383,21	15.869.071,00	18.528.921,00	21.320.951,00
			Realizada	96.451				19.062.383,21			
			Variação %	0,65	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB

UNIDADE: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
11.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	93.194,48	495.000,00	564.000,00	645.000,00
			Realizada	1				93.194,48			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
11.01.04.122.007.2.042 - Auxílio Alimentação ao Servidor	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	180	180	180	180	146.099,14	310.000,00	370.000,00	410.000,00
			Realizada	180				146.099,14			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
11.01.04.128.007.1.050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais	PESSOAS CAPACITADAS	un	Prevista	20	22	23	26	0,00	22.990,00	25.116,00	29.666,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
11.01.04.122.007.1.069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	347	383	422	457	317.802,66	459.983,00	529.610,00	599.127,00
			Realizada	275				317.802,66			
			Variação %	-20,75	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
11.01.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADAS	un	Prevista	180	180	180	180	4.925.025,57	6.192.400,00	6.798.500,00	7.464.000,00
			Realizada	180				4.925.025,57			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB**
UNIDADE: **11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**
PROGRAMA: **045 - PORTO VELHO LIMPA**
OBJETIVO: Realizar serviços de limpeza, retificação e revestimento de canais, visando melhorar as condições ambientais e a saúde da população.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
11.01.17.512.045.1.309 - Limpeza, Retificação e Revestimento de Canais	CANAIS LIMPOS, RETIFICADOS E REVESTIDOS	km	Prevista	10	11	13	15	851.385,68	870.000,00	1.005.000,00	1.140.000,00
			Realizada	12				851.385,68			
			Variação %	22,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB

UNIDADE: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PROGRAMA: 075 - URBANIZAR

OBJETIVO: Executar serviços de drenagem, pavimentação, revitalização e manutenção de vias urbanas.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
11.01.15.451.075.1.004 - Ampliação e Recuperação de Estradas Vicinais	ESTRADAS VICINAIS AMPLIADAS E RECUPERADAS	km	Prevista	2.000	3.000	4.000	5.000	1.518.165,14	1.845.000,00	2.122.000,00	2.405.000,00
			Realizada	2.000				900.506,85			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-40,68	-100,00	-100,00	-100,00
11.01.15.451.075.1.067 - Construção e Recuperação de Pontes, Pontilhões e Passarelas	PONTES E PASSARELAS CONSTRUÍDAS E RECUPERADAS	metro linear	Prevista	30	30	30	30	0,00	339.990,00	390.000,00	439.980,00
			Realizada	76				0,00			
			Variação %	153,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
11.01.15.451.075.1.081 - Drenagem de Águas Pluviais	DRENAGEM EXECUTADA	km	Prevista	13	14	15	16	1.219.769,55	1.039.992,00	1.189.995,00	1.360.000,00
			Realizada	6				1.216.185,39			
			Variação %	-53,85	0,00	0,00	0,00	-0,29	-100,00	-100,00	-100,00
11.01.15.122.075.2.097 - Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA ADMINISTRADO	und	Prevista	1	1	1	1	904.118,11	2.066.116,00	2.558.185,00	3.032.488,00
			Realizada	1				904.118,11			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
11.01.15.451.075.1.142 - Limpeza e Encascalhamento de Vias Urbanas	VIAS LIMPAS E ENCASCALHADAS	km	Prevista	40	40	40	40	2.207.520,14	1.625.000,00	1.867.000,00	2.150.000,00
			Realizada	42				2.200.520,14			
			Variação %	5,00	0,00	0,00	0,00	-0,32	-100,00	-100,00	-100,00
11.01.15.451.075.2.145 - Manutenção da Malha Viária Pavimentada	VIAS RECUPERADAS	km	Prevista	2.200	2.500	2.800	3.200	8.470.288,69	2.685.482,00	3.019.341,00	3.394.526,00
			Realizada	2.250				7.964.403,76			
			Variação %	2,27	0,00	0,00	0,00	-5,97	-100,00	-100,00	-100,00
11.01.15.451.075.1.188 - Pavimentação de Vias Urbanas	VIAS PAVIMENTADAS	km	Prevista	13	14	15	16	4.110.284,77	1.889.196,00	2.173.094,00	2.459.414,00
			Realizada	15				3.394.984,77			
			Variação %	13,08	0,00	0,00	0,00	-17,40	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB

UNIDADE: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PROGRAMA: 075 - URBANIZAR

OBJETIVO: Executar serviços de drenagem, pavimentação, revitalização e manutenção de vias urbanas.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
11.01.15.451.075.1.236 - Urbanização de Vias Urbanas	Calçadas, meio-fios e sarjetas construídas	m	Prevista	5.500	7.100	8.800	10.200	476.336,43	388.100,00	480.895,00	608.590,00
			Realizada	2.100				476.336,43			
			Variação %	-61,82	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.01.08.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	1.006.364,45	704.000,00	818.000,00	930.000,00
			Realizada	1				1.006.364,45			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
12.01.08.122.007.1.071 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Operacionais	UNIDADES BENEFICIADAS	un	Prevista	40	40	40	40	465.655,08	2.974.520,00	3.148.572,00	3.297.714,00
			Realizada					465.655,08			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
12.01.08.122.007.2.147 - Manutenção das Atividades Administrativas dos Conselhos e das Unidades Operacionais	UNIDADES MANTIDAS	un	Prevista	8	8	8	8	235.268,70	178.700,00	186.800,00	227.300,00
			Realizada	5				235.268,70			
			Variação %	-37,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
12.01.08.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	318	318	318	318	6.564.453,66	6.083.600,00	6.679.300,00	7.333.400,00
			Realizada	465				6.564.428,46			
			Variação %	46,23	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.31 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROGRAMA: 005 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

OBJETIVO: Promover a potencialização da rede prestadora de serviços na área da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.31.08.243.005.2.417 - Manutenção Socioassistencial da Rede de Serviços Direta e Indireta na Área da Criança e do Adolescente	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	und	Prevista	1.300	1.339	1.379	1.420	485.521,05	505.602,00	585.907,00	670.720,00
			Realizada	1.300				485.521,05			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.32 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROGRAMA: 006 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO: Promover sociabilidade, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o isolamento do idoso, bem como seu asilamento.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.32.08.241.006.2.420 - Manutenção Básica Socioassistencial a Pessoa Idosa.	IDOSOS BENEFICIADOS	und	Prevista	1.307	1.346	1.386	1.428	179.332,65	249.821,00	291.694,00	335.648,00
			Realizada	1.307				179.332,65			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL

OBJETIVO: Implantar e implementar serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da política de proteção social básica e especial

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.004.2.411 - Manutenção da rede prestadora de serviços socioassistenciais direta e indireta	PESSOAS BENEFICIADAS	und	Prevista	1.300	1.339	1.379	1.420	794.010,16	873.963,00	1.229.044,00	1.072.927,00
			Realizada	1.300				794.010,16			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
12.33.08.244.004.2.412 - Manutenção e conservação do centro de referência especializado para mulheres e casa abrigo	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	41.710,64	60.000,00	90.000,00	120.000,00
			Realizada	1				41.710,64			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 048 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BOLSA FAMÍLIA

OBJETIVO: Promover a transferência direta de renda mensal, que beneficia famílias em situação de risco social.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.048.2.441 - Manutenção do Programa Bolsa Família	FAMÍLIAS ASSISTIDAS	und	Prevista	19.000	17.000	15.000	13.000	420.383,00	453.126,00	526.810,00	522.785,00
			Realizada	16.072				298.566,01			
			Variação %	-15,41	0,00	0,00	0,00	-28,98	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 050 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À INFÂNCIA

OBJETIVO: Contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.050.2.422 - Atendimento sócioassistencial à crianças de 0 a 6 anos	CRIANÇAS ATENDIDAS	und	Prevista	1.000	1.030	1.092	1.125	45.051,00	308.840,00	329.589,00	354.858,00
			Realizada	0				45.051,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 051 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - ATENDIMENTO EM GRUPO DE CONVIVÊNCIA - 6 H

OBJETIVO: Promover a sociabilidade entre os idosos, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o isolamento, bem como seu asilamento.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.241.051.2.423 - Atendimento socioassistencial à pessoa idosa	IDOSOS ATENDIDOS	und	Prevista	1.307	1.346	1.386	1.427	179.400,00	154.254,00	164.429,00	175.235,00
			Realizada	1.800				177.500,56			
			Variação %	37,72	0,00	0,00	0,00	-1,06	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 053 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

OBJETIVO: Atender as necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade à criança, à família, o idoso, pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.053.2.056 - Concessão de Benefícios Eventuais à População Usuária da Assistência Social	PESSOAS BENEFICIADAS	und	Prevista	8.000	8.440	8.988	9.663	909.762,45	543.536,00	578.965,00	650.566,00
			Realizada	8.000				909.762,45			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 054 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

OBJETIVO: Fortalecer o desenvolvimento na qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vivem.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.054.2.162 - Manutenção do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário	ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E OUTRAS ENTIDADES ASSISTIDAS	und	Prevista	150	154	158	163	0,00	41.800,00	44.048,00	46.830,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 055 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

OBJETIVO: Fortalecer o desenvolvimento na qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vive.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.055.2.427 - Acompanhamento sociofamiliar/PAIF/CRAS	FAMÍLIAS ASSISTIDAS	und	Prevista	25.000	26.375	28.090	30.195	583.517,73	829.837,00	912.138,00	1.016.416,00
			Realizada	25.000				518.032,41			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-11,22	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROGRAMA: 056 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
OBJETIVO: Assegurar o atendimento às pessoas usuárias de substâncias psicoativas.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.056.2.114 - Implantação e Manutenção das Ações Destinadas à Assistência de Pessoas Usuárias de Substâncias Psicoativas	PESSOAS ASSISTIDAS	und	Prevista	100	103	106	109	56.898,00	44.900,00	50.000,00	53.480,00
			Realizada	50				56.898,00			
			Variação %	-50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 057 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE À INFÂNCIA E JUVENTUDE - ABRIGO

OBJETIVO: Garantir a proteção integral, por intermédio de medidas protetivas de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no Arts. 98 e 101 do ECA.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.057.2.167 - Manutenção do Serviço de Proteção Socioassistencial da Infância e Juventude	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	und	Prevista	100	103	106	109	1.269.198,44	356.921,00	378.290,00	405.661,00
			Realizada	200				1.189.917,37			
			Variação %	100,00	0,00	0,00	0,00	-6,25	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROGRAMA: 059 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO
OBJETIVO: Oferecer proteção e acompanhamento social aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.059.2.428 - Proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	ADOLESCENTES ATENDIDOS	und	Prevista	450	463	477	491	201.722,40	1.094.479,00	1.157.604,00	1.222.495,00
			Realizada	300				128.626,39			
			Variação %	-33,33	0,00	0,00	0,00	-36,24	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 061 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E ADOLESCENTE - COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL

OBJETIVO: Garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, restabelecer e fortalecer o direito a convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.061.2.430 - Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	und	Prevista	200	210	220	230	210.858,80	153.100,00	161.400,00	171.600,00
			Realizada	50				180.820,83			
			Variação %	-75,00	0,00	0,00	0,00	-14,25	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 062 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

OBJETIVO: Assegurar os direitos socioassistenciais de pessoas com deficiências.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.242.062.2.431 - Manutenção dos serviços socioassistenciais destinados à pessoas com deficiências	PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS ATENDIDAS	und	Prevista	259	266	274	283	63.284,28	119.831,00	125.520,00	132.365,00
			Realizada					63.284,28			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 132 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJovem ADOLESCENTE

OBJETIVO: Promover a inclusão social de jovens, qualificando e valorizando a sua participação social, por meio do desenvolvimento de atividades socioeducativas, que estimulem o desenvolvimento de projeto de interesse individual e coletivo dos

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.132.2.424 - Incentivo ao protagonismo juvenil-Projovem	JOVENS ASSISTIDOS	und	Prevista	1.050	1.055	1.060	1.070	110.000,64	296.548,00	322.323,00	353.998,00
			Realizada					109.523,44			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,43	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 135 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI

OBJETIVO: Contribui com a erradicação do trabalho infantil no país associando-se com outras políticas sociais.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.135.2.429 - Atendimento às famílias com crianças e adolescentes do programa PETI	FAMÍLIAS ATENDIDAS	und	Prevista	2.000	2.060	2.124	2.185	1.225.241,55	1.281.529,00	1.360.466,00	1.536.514,00
			Realizada					1.090.934,13			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-10,96	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 136 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC

OBJETIVO: Garantir as pessoas idosas e pessoas com deficiência, meios de prover a própria manutenção.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.242.136.2.432 - Revisão da concessão do benefício assistencial de prestação continuada	PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS ATENDIDOS	und	Prevista	1.100	1.133	1.166	1.200	0,00	1.035,00	1.080,00	1.140,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
12.33.08.242.136.2.433 - Implementação e Manutenção do Programa BPC na escola	PESSOAS ATENDIDAS	und	Prevista	915	942	970	999	29.000,00	31.000,00	32.000,00	33.900,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROGRAMA: 139 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À CRIANÇA E ADOLESCENTE
OBJETIVO: Propiciar a crianças, adolescentes e seus familiares a inclusão em atividade sócioassistenciais.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.139.2.150 - Manutenção de Atividades Socioeducativas e Assistenciais à Crianças e Adolescentes	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	und	Prevista	1.700	1.802	1.908	1.926	0,00	26.400,00	29.800,00	33.000,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS

UNIDADE: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 140 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE II - POPULAÇÃO DE RUA

OBJETIVO: Ofertar atendimento especializado de forma integral, visando acolhimento à pessoa em situação de rua.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.140.2.442 - Acolhimento a pessoas em situação de rua - população de rua/alta complexidade II	POPULAÇÃO DE RUA ACOLHIDA	und	Prevista	150	154	158	163	113.400,00	182.726,00	194.602,00	209.197,00
			Realizada					18.906,25			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-83,33	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
UNIDADE: 12.34 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO VELHO
PROGRAMA: 137 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - RESTAURANTE POPULAR
OBJETIVO: Promover atendimento na alimentação e nutrição das pessoas carentes

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.34.08.306.137.2.435 - Manutenção do Restaurante Popular	RESTAURANTE MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1	398.184,00	103.403,00	113.631,00	126.421,00
			Realizada	1				309.285,82			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-22,33	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES

UNIDADE: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
13.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	345.067,03	161.000,00	162.500,00	169.500,00
			Realizada	1				345.067,03			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
13.01.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	50	50	50	50	1.253.559,37	1.450.000,00	1.592.000,00	1.747.900,00
			Realizada	50				1.253.559,37			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES

UNIDADE: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

PROGRAMA: 027 - ESPORTE DIREITO DE TODOS

OBJETIVO: Proporcionar às crianças e adolescentes, a inclusão social e esportiva, bem como revelar novos talentos para representar o Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
13.01.27.812.027.1.206 - Realização de Eventos Sociocultural, Esportivo e de Lazer	EVENTOS REALIZADOS	un	Prevista	28	35	39	42	1.251.905,08	728.800,00	763.500,00	795.200,00
			Realizada	22				1.251.905,08			
			Variação %	-21,43	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES

UNIDADE: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

PROGRAMA: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO

OBJETIVO: Implantar, manter e conservar núcleos esportivos, promovendo eventos de entretenimento, esporte e lazer.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
13.01.27.812.028.1.107 - Implantação de Quadras e Centros Poliesportivos	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	2	2	3	3	0,00	1.644.270,00	1.975.907,00	1.873.323,00
			Realizada	2				0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
13.01.27.812.028.1.324 - Conservação, e Restauração de Núcleos esportivos	NÚCLEOS ESPORTIVOS CONSERVADOS E/OU RESTAURADOS	und	Prevista	3	5	7	9	299.343,79	310.500,00	310.500,00	760.500,00
			Realizada	5				299.343,79			
			Variação %	66,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN

UNIDADE: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO

PROGRAMA: 000 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

OBJETIVO:

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
14.01.28.846.000.0.439 - Ressarcimento ao DETRAN/RO dos custos de serviços por multas aplicadas			Prevista					210.000,00	170.000,00	180.000,00	200.000,00
			Realizada					210.000,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
14.01.28.846.000.0.440 - Destinação de recursos ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET) pela arrecadação de multas por infringência à Legislação de Trânsito			Prevista					29.322,16	17.000,00	18.000,00	20.000,00
			Realizada					29.322,16			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN

UNIDADE: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
14.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	121.286,06	284.000,00	259.000,00	276.000,00
			Realizada	1				121.286,06			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
14.01.04.122.007.1.069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	1	1	1	1	283.165,70	150.000,00	150.000,00	221.599,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
14.01.26.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	102	106	111	111	4.725.634,13	4.439.000,00	4.873.500,00	5.350.600,00
			Realizada	164				4.724.732,65			
			Variação %	60,78	0,00	0,00	0,00	-0,02	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN

UNIDADE: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO

PROGRAMA: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO

OBJETIVO: Reduzir os acidentes de trânsito no Município.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
14.01.26.782.072.1.003 - Ampliação de Sinalização de Trânsito	PLACAS IMPLANTADAS	und	Prevista	10.000	12.000	10.000	13.000	804.000,00	750.000,00	700.000,00	750.000,00
			Realizada	8.000				804.000,00			
			Variação %	-20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
14.01.26.782.072.2.159 - Manutenção de Sinalização de Trânsito	SEMÁFOROS MANTIDOS	%	Prevista	100	100	100	100	1.247.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00
			Realizada	100				1.247.000,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
14.01.26.453.072.2.169 - Manutenção do Sistema Viário do Transporte Coletivo	VIAS MANTIDAS	km	Prevista	10	12	13	15	0,00	40.000,00	30.000,00	35.000,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
14.01.26.782.072.2.325 - Fiscalização da Frota de Trânsito	FROTA FISCALIZADA	%	Prevista	15	15	20	20	300.000,00	48.000,00	43.000,00	51.000,00
			Realizada	10				300.000,00			
			Variação %	-33,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
14.01.26.782.072.2.326 - Fiscalização Eletrônica de Trânsito	PONTOS FISCALIZADOS	und	Prevista	15	18	20	25	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
14.01.26.782.072.1.327 - Implantação de Abrigos - Segurança no Trânsito	ABRIGOS IMPLANTADOS	und	Prevista	50	50	50	50	12.698,31	50.000,00	50.000,00	50.000,00
			Realizada	0				12.698,31			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC

UNIDADE: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PROGRAMA: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

OBJETIVO: Proporcionar aumento da produtividade de culturas agrícolas da região e conseqüentemente fixação do homem no campo.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.01.20.662.003.1.101 - Implantação de Agroindústrias	Agroindústrias implantadas	un	Prevista	10	10	18	26	134.810,65	410.000,00	674.000,00	938.000,00
			Realizada	17				130.564,40			
			Variação %	70,00	0,00	0,00	0,00	-3,15	-100,00	-100,00	-100,00
15.01.20.601.003.2.285 - Fomento à Produção de Culturas Agrícolas	Culturas Produzidas	tonelada	Prevista	1.800	1.800	1.800	1.800	29.412,35	130.000,00	130.000,00	130.000,00
			Realizada	2.920				29.412,35			
			Variação %	62,22	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
15.01.20.602.003.1.334 - Incentivo à Piscicultura com a Implantação de Viveiros-Tanques	Viveiros-Tanques Implantados	und	Prevista	10	20	20	20	0,00	336.000,00	336.000,00	336.000,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC

UNIDADE: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista					365.684,21	254.000,00	274.000,00	294.000,00
			Realizada	2				365.684,21			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
15.01.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	59	59	59	59	1.617.008,82	1.712.600,00	1.880.300,00	2.064.400,00
			Realizada					1.617.008,82			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC

UNIDADE: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PROGRAMA: 025 - DIRETO DA ROÇA

OBJETIVO: Transportar os produtos agrícolas das linhas vicinais até a feira do produtor rural.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.01.20.605.025.2.286 - Transporte da Produção Agrícola	PRODUTOS AGRÍCOLAS TRANSPORTADOS	tonelada	Prevista	2.000	2.000	2.000	2.000	160.884,63	480.000,00	480.000,00	480.000,00
			Realizada	2.920				160.884,63			
			Variação %	46,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC

UNIDADE: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PROGRAMA: 063 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

OBJETIVO: Capacitar os trabalhadores rurais e servidores da SEMAGRIC.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.01.20.128.063.1.050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais	SERVIDORES CAPACITADOS	un	Prevista	20	21	22	23	1.350,00	20.900,00	21.840,00	22.820,00
			Realizada	49				1.350,00			
			Variação %	145,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC

UNIDADE: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO

PROGRAMA: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL

OBJETIVO: Promover o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor agrosilvopastoril

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.32.20.122.024.2.148 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
			Realizada	1				0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
15.32.20.543.024.1.210 - Recuperação de Áreas Degradadas	ÁREAS DEGRADADAS	ha	Prevista	850	1.000	1.000	1.000	1.775.578,12	906.247,00	1.063.173,00	1.227.898,00
			Realizada					1.775.578,12			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA

UNIDADE: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
16.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	331.815,43	297.061,00	350.529,00	438.163,00
			Realizada	1				325.220,43			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,99	-100,00	-100,00	-100,00
16.01.18.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	68	68	68	68	1.983.941,31	2.146.672,00	2.356.786,00	2.587.662,00
			Realizada	68				1.983.940,61			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA

UNIDADE: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PROGRAMA: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL

OBJETIVO: Prover as atividades de gestão ambiental de infra-estrutura e mecanismos legais para execução de seus programas.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
16.31.18.542.001.2.076 - Coordenação e Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	3.388,80	18.622,00	21.135,00	23.883,00
			Realizada	1				3.388,80			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
16.31.18.542.001.2.170 - Manutenção dos Serviços Administrativos / Educação Ambiental			Prevista					578.500,40	25.870,00	29.360,00	33.175,00
			Realizada					578.500,40			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
16.31.18.542.001.2.171 - Manutenção dos Serviços Administrativos / Fiscalização Ambiental	AÇÕES IMPLEMENTADAS		Prevista					147.780,00	102.160,00	110.500,00	110.060,00
			Realizada	1				147.780,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
16.31.18.541.001.2.174 - Manutenção e Preservação do Parque Natural	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	24.214,25	118.535,00	145.271,00	219.089,00
			Realizada	1				24.214,25			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
16.31.18.541.001.1.181 - Obras de Infra-Estrutura do Parque Natural	OBRA REALIZADA	m²	Prevista	3.600	3.600	3.600	3.600	27.975,00	60.000,00	70.000,00	60.000,00
			Realizada	200				14.998,60			
			Variação %	-94,44	0,00	0,00	0,00	-46,39	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR

UNIDADE: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	383.556,20	556.565,00	649.844,00	747.775,00
			Realizada	1				383.556,20			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	40	40	40	40	896.990,84	1.057.100,00	1.160.600,00	1.274.200,00
			Realizada	40				886.808,82			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,14	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.04.122.007.2.377 - Contratação de estagiários - Bolsa Estágio	ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS	und	Prevista	10	10	10	10	39.708,00	62.255,00	72.689,00	83.643,00
			Realizada	9				39.708,00			
			Variação %	-10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR**

UNIDADE: **17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO**

PROGRAMA: **019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

OBJETIVO: Promover a inclusão digital do Município de Porto Velho, por meio de instalação de telecentros comunitários e reaplicação de tecnologia social

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.19.573.019.1.010 - Apoio a Instalação de Telecentros Comunitários	TELECENTROS INSTALADOS	und	Prevista	12	17	21	24	132.667,56	152.034,00	177.516,00	204.266,00
			Realizada	3				132.667,56			
			Variação %	-75,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.19.573.019.2.388 - Implantação e manutenção do projeto cidade digital	PROJETO DIGITAL IMPLANTADO	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	584.129,00	682.029,00	784.811,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.19.573.019.1.389 - Realização de eventos de promoção da ciência e tecnologia	EVENTOS REALIZADOS	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	58.339,00	68.117,00	78.384,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.19.573.019.2.390 - Manutenção do centro de formação profissional - Casa Brasil	CENTRO MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1	69.003,10	131.444,00	153.474,00	176.599,00
			Realizada	1				69.003,10			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR

UNIDADE: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO

PROGRAMA: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA

OBJETIVO: Apoiar os empreendimentos de economia solidária.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.11.334.026.2.008 - Apoio a Empreendimentos da Economia Solidária	EMPREENHIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA APOIADOS	und	Prevista	14	22	32	44	0,00	58.515,00	68.322,00	78.618,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.11.334.026.1.137 - Incubação de Empreendimentos Populares	EMPREENHIMENTOS INCUBADOS	und	Prevista	5	5	8	8	0,00	58.573,00	68.390,00	78.697,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.11.334.026.2.260 - Fomento às iniciativas de Microcrédito no Município de Porto Velho	INICIATIVAS FOMENTADAS	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	116.797,00	136.372,00	156.923,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.11.334.026.2.391 - Apoio aos grupos de catadores de materiais reciclados	GRUPOS APOIADOS	und	Prevista	3	3	3	3	0,00	58.457,00	68.254,00	78.540,00
			Realizada	2				0,00			
			Variação %	-33,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.11.334.026.1.392 - Realização de eventos de promoção da economia solidária	EVENTOS REALIZADOS	und	Prevista	1	1	1	1	3.000,00	58.806,00	68.662,00	79.011,00
			Realizada	1				3.000,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR**

UNIDADE: **17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO**

PROGRAMA: **035 - GESTÃO DO TURISMO**

OBJETIVO: Fomentar o turismo local, aumentando o fluxo de turistas de negócios e lazer no Município de Porto Velho

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.23.695.035.1.199 - Promoção Turística	EVENTOS TURISTICOS REALIZADOS	und	Prevista	5	5	5	5	143.142,51	122.514,00	143.048,00	164.605,00
			Realizada	4				143.142,51			
			Variação %	-20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.23.695.035.1.202 - Realização de Conferência Municipal de Turismo	CONFERÊNCIA REALIZADA	und	Prevista	1		1		0,00		13.624,00	
			Realizada	1				0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	0,00
17.01.23.695.035.2.381 - Apoio a implementação do Plano Municipal de Turismo	PLANO IMPLEMENTADO	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	1.322.244,00	1.543.852,00	1.776.510,00
			Realizada	1				0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.23.695.035.2.382 - Implantação e manutenção de sistema de informações das atividades turísticas	SISTEMA IMPLANTADO	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	58.398,00	68.186,00	78.461,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR

UNIDADE: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO

PROGRAMA: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA

OBJETIVO: Executar obras de infraestrutura turística no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.23.695.043.1.099 - Implantação da Casa do Turismo	CASA DO TURISMO IMPLANTADA	un	Prevista	1	1	1	1	0,00	116.797,00	136.372,00	156.923,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.23.695.043.1.224 - Revitalização de Centros Históricos em Áreas de Interesse Cultural e Turístico	CENTRO HISTÓRICO REVITALIZADO	und	Prevista	1	1	1	1	1.250.080,11	642.381,00	750.045,00	863.076,00
			Realizada	1				7.975,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-99,36	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.23.695.043.1.267 - Execução de Obras de Infra-estrutura Turística	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	2	2	2	2	900.294,99	583.983,00	681.859,00	784.615,00
			Realizada	2				892.266,83			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,89	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.23.695.043.1.385 - Revitalização do Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré - E.F.M.M	COMPLEXO EFMM REVITALIZADO	%	Prevista	25	25	25	25	0,00	583.983,00	681.859,00	784.615,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.23.695.043.1.387 - Implantação de Projetos de Sinalização Turística	PROJETOS DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA IMPLANTADOS	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	117.263,00	136.917,00	157.550,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR

UNIDADE: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO

PROGRAMA: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

OBJETIVO: Diminuir desemprego e subemprego dos trabalhadores de Porto Velho por meios de atendimentos realizados via ações do sistema público de trabalho emprego e renda.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.11.334.074.1.069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA REALIZADA	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	17.502,00	20.435,00	23.515,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.11.333.074.2.140 - Intermediação de Mão-de-Obra	TRABALHADORES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	und	Prevista	750	1.000	1.150	1.000	41.040,35	353.037,00	412.208,00	474.328,00
			Realizada	750				41.040,35			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.11.334.074.1.268 - Capacitação e Qualificação Profissional do Sistema Público de Emprego e Renda	PESSOAS QUALIFICADAS	und	Prevista	370	400	450	470	0,00	272.798,00	318.519,00	366.520,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.11.333.074.2.383 - Intermediação do seguro desemprego	TRABALHADOR ATENDIDO	und	Prevista	700	800	934	1.200	0,00	46.672,00	54.495,00	62.707,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.11.331.074.1.384 - Realização de seminário de trabalho emprego e renda	SEMINÁRIO REALIZADO	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	19.835,00	23.160,00	26.650,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.11.333.074.2.386 - Implantação e manutenção do sistema de informações sobre o trabalho, emprego e renda	SISTEMA IMPLANTADO E MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	172.686,00	201.629,00	232.014,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR

UNIDADE: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO

PROGRAMA: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES

OBJETIVO: Regularizar os empreendedores do comércio informal.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.23.692.106.2.378 - Gestão de Uso dos Espaços Públicos	ESPAÇOS PÚBLICOS GERENCIADOS	und	Prevista	350	550	650	700	18.364,80	17.520,00	20.457,00	23.539,00
			Realizada	350				18.364,80			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.23.692.106.1.379 - Execução de Obras de Infraestrutura para o Comércio Popular.	OBRA REALIZADA	und	Prevista	1	1	1	1	0,00	233.593,00	272.743,00	313.847,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
17.01.23.693.106.1.380 - Apoio ao Shopping Popular Rio Madeira. SHOPPING APOIADO		und	Prevista	1	1	1	1	100.000,00	68.171,00	79.597,00	91.592,00
			Realizada	1				100.000,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR

UNIDADE: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO

PROGRAMA: 118 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL

OBJETIVO: Aumentar o número de pessoas qualificadas profissionalmente no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.11.333.118.2.051 - Qualificação profissional, social e certificação	PESSOA QUALIFICADAS	und	Prevista	4.250	4.800	5.350	5.390	0,00	3.579.818,00	4.179.796,00	4.809.691,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR

UNIDADE: 17.31 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE PORTO VELHO

PROGRAMA: 035 - GESTÃO DO TURISMO

OBJETIVO: Fomentar o turismo local, aumentando o fluxo de turistas de negócios e lazer no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.31.23.695.035.1.199 - Promoção Turística	EVENTOS TURISTICOS REALIZADOS	und	Prevista	1	2	2	3	0,00	58.342,00	68.121,00	78.386,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR**
UNIDADE: **18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO**
PROGRAMA: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**
OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE ADMINISTRADA	un	Prevista	1	1	1	1	483.196,34	805.000,00	915.000,00	1.035.000,00
			Realizada	1				475.236,34			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,65	-100,00	-100,00	-100,00
18.01.04.128.007.1.050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais	EVENTOS REALIZADOS	un	Prevista	5	5	5	5	4.965,00	70.000,00	90.000,00	110.000,00
			Realizada	4				4.965,00			
			Variação %	-20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
18.01.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	120	120	120	120	3.657.131,62	3.329.600,00	3.655.500,00	4.013.300,00
			Realizada	127				3.654.525,80			
			Variação %	5,83	0,00	0,00	0,00	-0,07	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR

UNIDADE: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

PROGRAMA: 042 - MORAR MELHOR

OBJETIVO: Promover o acesso à moradia para as famílias com diversos níveis de renda, com ênfase à população mais carente e de baixa renda.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.16.482.042.1.046 - Campanha de Prevenção e Redução de Riscos	CAMPANHAS REALIZADAS	un	Prevista	1	1	1	1	0,00	45.000,00	55.000,00	65.000,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
18.01.16.482.042.2.097 - Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA MANTIDO	un	Prevista	1	1	1	1	44.910,00	155.000,00	185.000,00	215.000,00
			Realizada	1				44.910,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
18.01.16.482.042.1.192 - Produção de Lotes Urbanizados	LOTES URBANIZADOS	un	Prevista	1.594	1.594	1.594	1.594	129.999,96	10.000,00	13.000,00	15.000,00
			Realizada	571				129.999,96			
			Variação %	-64,18	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
18.01.16.482.042.1.278 - Implementação de Projetos de Trabalho Técnico Social	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	un	Prevista	18.739	741			739.518,84	1.887.530,00		
			Realizada	18.739				557.260,60			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-24,65	-100,00	0,00	0,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR

UNIDADE: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

PROGRAMA: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

OBJETIVO: Promover a regularização fundiária no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.16.482.065.1.083 - Elaboração de Instrumentos de Suporte à Estruturação e Gestão das Políticas de Regularização Fundiária e Habitação	DOCUMENTOS ELABORADOS	un	Prevista	1	1	1	1	148.096,00	30.000,00	40.000,00	50.000,00
			Realizada	2				148.096,00			
			Variação %	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
18.01.16.482.065.2.097 - Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA MANTIDO	un	Prevista	1	1	1	1	14.590,00	175.000,00	215.000,00	250.000,00
			Realizada	1				14.590,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
18.01.16.482.065.1.109 - Implantação de Sistema de Informação para a Gestão da Política Habitacional e de Regularização Fundiária	SISTEMA IMPLANTADO	un	Prevista	1	1	1	1	0,00	30.000,00	40.000,00	50.000,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
18.01.16.482.065.1.196 - Promoção de Campanhas Educativas e Informativas	CAMPANHAS REALIZADAS	un	Prevista	1	1	1	1	0,00	49.000,00	57.000,00	68.000,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
18.01.16.482.065.1.197 - Promoção de Eventos Públicos Pertinentes às Áreas de Regularização Fundiária e Habitação	EVENTOS REALIZADOS	un	Prevista	5	5	5	5	0,00	50.000,00	60.000,00	70.000,00
			Realizada	3				0,00			
			Variação %	-40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
18.01.16.482.065.1.216 - Regularização Fundiária de Ocupações Irregulares	IMÓVEIS REGULARIZADOS (TITULADOS)	und	Prevista	4.307	3.484	3.605	3.604	1.582.993,82	1.034.170,00	1.279.520,00	1.467.338,00
			Realizada	3.046				1.582.923,82			
			Variação %	-29,28	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR**

UNIDADE: **18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO**

PROGRAMA: **096 - USO CAMPEÃO**

OBJETIVO: Promover assessoria jurídica gratuita com ajuizamento e acompanhamento de ações possessórias a população de baixa renda que encontra-se em áreas de titularidade privada com posse consolidada.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.16.482.096.2.289 - Regularização de Imóveis em Áreas Particulares - Usucapião	IMÓVEIS REGULARIZADOS	unid	Prevista	784	2.781	2.781	2.781	7.600,00	147.011,00	175.000,00	200.000,00
			Realizada	0				7.600,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR

UNIDADE: 18.31 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PROGRAMA: 085 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

OBJETIVO: Centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, objetivando viabilizar para população de menor renda o acesso a terra urbanizada e a

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.31.16.482.085.1.192 - Produção de Lotes Urbanizados	LOTES URBANIZADOS		Prevista					0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
18.31.16.482.085.1.273 - Construção, Melhoria, Reforma, Aquisição, Locação Social e Arrendamento de Unidades Habitacionais em Áreas Urbanas e Rurais	OBRA EXECUTADA		Prevista					0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
18.31.16.482.085.1.274 - Regularização Fundiária e Urbanística de Áreas Caracterizadas de Interesse Social	IMÓVEIS REGULARIZADOS		Prevista					0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
18.31.16.482.085.1.276 - Implantação de Saneamento Básico, Infra-estrutura e Equipamentos Urbanos Complementares aos Programas de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social	POPULAÇÃO BENEFICIADA		Prevista					0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
			Realizada					0,00			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: **19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE**
UNIDADE: **19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS**
PROGRAMA: **007 - APOIO ADMINISTRATIVO**
OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
19.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	unid	Prevista	1	1	1	1	117.178,15	253.337,00	295.799,00	340.371,00
			Realizada	1				113.567,03			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-3,08	-100,00	-100,00	-100,00
19.01.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	unid	Prevista	1	1	1	1	1.095.151,53	1.311.200,00	1.439.600,00	1.580.600,00
			Realizada	27				1.095.151,53			
			Variação %	2.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE

UNIDADE: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS

PROGRAMA: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.04.122.007.2.001 - Administração da Unidade	UNIDADE ADMINISTRADA	und	Prevista	1	1	1	1	279.175,91	1.302.000,00	1.481.000,00	1.655.000,00
			Realizada	1				276.550,21			
			Variação %	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,94	-100,00	-100,00	-100,00
20.01.04.128.007.1.050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais	SERVIDORES CAPACITADOS	und	Prevista	10	8	7	5	0,00	144.000,00	165.000,00	189.000,00
			Realizada	0				0,00			
			Variação %	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00
20.01.04.122.007.1.069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	und	Prevista	1	1	1	1	1.394.141,82	50.000,00	50.000,00	15.000,00
			Realizada	2				1.390.043,53			
			Variação %	100,00	0,00	0,00	0,00	-0,29	-100,00	-100,00	-100,00
20.01.04.122.007.2.217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	75	80	80	80	4.200.551,84	3.384.599,00	3.715.900,00	4.079.699,00
			Realizada	73				4.200.551,84			
			Variação %	-2,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE

UNIDADE: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS

PROGRAMA: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO

OBJETIVO: Implantar, manter e modernizar núcleos esportivos, promovendo eventos de entretenimento, esporte e lazer.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.27.812.028.1.357 - Construção, ampliação e reforma de quadras e centros poliesportivos.	OBRA EXECUTADA	und	Prevista	4	4	4	4	639.767,04	2.993.000,00	3.235.000,00	2.904.000,00
			Realizada	3				314.847,04			
			Variação %	-25,00	0,00	0,00	0,00	-50,79	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE

UNIDADE: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS

PROGRAMA: 042 - MORAR MELHOR

OBJETIVO: Promover o acesso a moradia para as famílias com diversos níveis de renda, com ênfase à população mais carente e de baixa renda.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.16.482.042.1.362 - Construções de unidades habitacionais	UNIDADES HABITACIONAIS CONSTRUÍDAS	und	Prevista	488	550	550	550	26.883.630,97	15.750.000,00	15.750.000,00	15.750.000,00
			Realizada	315				15.913.094,15			
			Variação %	-35,45	0,00	0,00	0,00	-40,81	-100,00	-100,00	-100,00
20.01.16.482.042.1.363 - Infra-estrutura de urbanização dos projetos habitacionais	CONJUNTOS HABITACIONAIS URBANIZADOS	und	Prevista	4	3	3	3	703.828,97	7.875.000,00	7.875.000,00	7.875.000,00
			Realizada	3				199.540,56			
			Variação %	-25,00	0,00	0,00	0,00	-71,65	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2011, Ano-Base 2010
Anexo III.2 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

ÓRGÃO: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE

UNIDADE: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS

PROGRAMA: 075 - URBANIZAR

OBJETIVO: Executar serviços de pavimentação, recuperação, manutenção, drenagem e revitalização de vias urbanas, pontes, passarelas e pontilhões.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.15.451.075.1.081 - Drenagem de Águas Pluviais	DRENAGEM EXECUTADA	km	Prevista	10	10	10	10	13.580.758,74	8.452.803,00	9.513.735,00	10.574.940,00
			Realizada	1				13.113.806,28			
			Variação %	-91,70	0,00	0,00	0,00	-3,44	-100,00	-100,00	-100,00
20.01.15.451.075.1.355 - Urbanização de vias urbanas e assentamentos comunitários	VIAS URBANIZADAS	km	Prevista	20	20	20	20	25.525.150,70	26.750.000,00	28.650.000,00	30.010.000,00
			Realizada	11				19.248.636,64			
			Variação %	-42,65	0,00	0,00	0,00	-5,00	-100,00	-100,00	-100,00
20.01.15.451.075.1.356 - Construção e reforma de praças e mercados	PRAÇAS E MERCADOS CONSTRUÍDOS E REFORMADOS	und	Prevista	5	5	5	5	3.162.682,98	3.150.000,00	3.465.000,00	3.812.000,00
			Realizada	4				3.120.826,22			
			Variação %	-20,00	0,00	0,00	0,00	-1,32	-100,00	-100,00	-100,00

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = (Realizada / Prevista - 1) x 100.